



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

RELATÓRIO DA Presidência

Presidência: Ramez Tebet

Senado Federal e Congresso Nacional
Referente aos trabalhos da

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura
(Períodos de 15/2 a 30/6 e de 1º/8 a 16/12/2002)

6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura
(Período de 17 a 20/12/2002)

BRASÍLIA- 2002

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Ramez Tebet – PMDB-MS

1º Vice-Presidente

Edison Lobão – PFL-MA

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Valadares – PSB-SE

1º Secretário

Carlos Wilson – PTB-PE

2º Secretário

Antero Paes de Barros – BLOCO/PSDB-MT

3º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – BLOCO/PSDB-PB

4º Secretário

Mozarildo Cavalcanti – PFL-RR

Suplentes de Secretário

1º - Alberto Silva – PMDB-PI

2º - Marluce Pinto – PMDB-RR

3º - Maria do Carmo Alves – PFL-SE

4º - (vago)

Secretário-Geral da Mesa
Raimundo Carreiro Silva

Diretor-Geral
Agaciel da Silva Maia



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
(Senado Federal e Congresso Nacional)

Referente aos trabalhos da

- **4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**
(Períodos de 15.02 a 30.06 e de 1º.08 a 16.12.2002)
- e
- **6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura**
(Período de 17 a 20.12.2002)

Presidência: Senador Ramez Tebet

BRASÍLIA - 2002

Brasil. Congresso. Senado Federal. Presidência.
Relatório da Presidência : Senado Federal e Congresso Nacional. Brasília : Senado Federal,
Secretaria-Geral da Mesa, 2002
..... p.

1. Senado Federal, Brasil. 2. Congresso Nacional, Brasil. I. Brasil. Congresso. Senado Federal.
Presidência, relatório. II. Título.

CDDir. 341.2531



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL
(14.02.2001 a 31.01.2003)

Presidente

RAMEZ TEBET (PMDB-MS)¹

1º Vice-Presidente

EDISON LOBÃO (PFL-MA)

2º Vice-Presidente

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)

1º Secretário

CARLOS WILSON (PTB-PE)

2º Secretário

ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)

3º Secretário

RONALDO CUNHA LIMA (PSDB-PB)

4º Secretário

MOZARILDO CAVALCANTI (PFL-RR)

Suplentes de Secretário

1º - ALBERTO SILVA (PMDB-PI)

2º - MARLUCE PINTO (PMDB-RR)

3º - MARIA DO CARMO ALVES (PFL-SE)

4º - Vago

Secretário-Geral da Mesa: RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Diretor-Geral: AGACIEL DA SILVA MAIA

¹ Tomou posse da Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001, em virtude da renúncia do Senador Jader Barbalho.

1 – APRESENTAÇÃO

Todos recordam as circunstâncias políticas insólitas existentes à época de minha posse como Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional. Vínhamos de um intenso processo de depuração política, iniciado nos primeiros anos da década de 1990 com o movimento cívico que propiciou o inédito afastamento, por via democrática, do Presidente da República de então. Esse processo, entretanto, não pararia aí, e o Poder Legislativo não passaria incólume por ele: a moralização da atividade pública tornou-se uma exigência impostergável da sociedade brasileira, respaldando a ação da imprensa livre e das inúmeras Comissões Parlamentares de Inquérito que se instauraram desde então.

Ter sido escolhido para presidir o Senado e o Congresso em momento tão crucial na história de nossas instituições republicanas foi, e será sempre, um dos mais gratificantes acontecimentos de minha vida pública.

Sempre procurei pautar minha conduta, pessoal e pública, pela correção ética e pela busca do consenso, tão caras à prática democrática e parlamentar. Com esse espírito assumi a honrosa missão que me foi confiada por meus Pares, trabalhando de modo infatigável na defesa desta Instituição, cuja história se confunde com a própria história do Brasil. Pacificar o Senado e o Congresso Nacional, permitindo que o Poder Legislativo pudesse enfrentar com plena eficácia e legitimidade os grandes desafios que o assoberbam nessa quadra de profundas mudanças institucionais em nosso País, esse foi sempre meu maior objetivo. E por ter-me mantido fiel a ele, creio poder dizer, inspirado nas sábias palavras do apóstolo Paulo, que combati o bom combate.

Ninguém poderá negar o imenso esforço desenvolvido pelas duas Casas do Congresso no sentido de dotar a República de instrumentos aptos a corresponderem às justas demandas de nosso povo em sua incansável busca da felicidade e do progresso.

Imbuídos desse mesmo desiderato foi que pudemos discutir e votar matérias fundamentais para a adequação das instituições e do texto constitucional à complexa e muitas vezes contraditória realidade dos tempos presentes, tão prenhe de promessas quanto de ameaças. Saber realizar as primeiras e exorcizar as segundas será o maior teste das atuais lideranças políticas brasileiras.

No que diz respeito às medidas mais recentes aprovadas pelo Congresso Nacional, posso salientar a adoção da legislação restritiva à edição, pelo Poder Executivo, das famigeradas medidas provisórias, passo indispensável para garantir o pleno exercício das prerrogativas do Poder Legislativo, sem as quais a própria democracia não se poderia sustentar. Saliento, igualmente, a restrição das imunidades parlamentares àquelas atividades realmente relacionadas ao exercício dos mandatos eletivos, evitando assim que as justas proteções legais devidas aos representantes da vontade popular pudessem continuar servindo como meios escusos de acobertamento de condutas impróprias ou mesmo criminosas.

Muitas outras medidas, para as quais não fomos ainda capazes de encontrar o encaminhamento mais adequado à sua aprovação e implementação, tiveram entretanto suas discussões bastante avançadas, de forma que para elas podemos vislumbrar uma solução satisfatória para breve. Refiro-me às reformas constitucionais imprescindíveis para que se complete o vasto programa de reestruturação do Estado brasileiro que vem sendo desenvolvido, com grande sacrifício, por nosso povo: a reforma previdenciária, a reforma tributária e, por último, mas não menos importante, a reforma política.

No âmbito interno de nossa Casa, orgulho-me de ter podido patrocinar a inauguração da UNILEGIS - a Universidade do Legislativo, que deverá trazer novos níveis de excelência à atividade parlamentar, e a adoção do Plano de Carreira, há muito aguardado por todos os servidores do Senado Federal, a quem agradeço a colaboração prestada ao Senado, à Presidência, a todos os Senadores.

É, portanto, com humildade e com a sensação do dever cumprido no mais alto grau que o permitiram minhas forças, que entrego a Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional ao meu sucessor, augurando-lhe pleno êxito no enfrentamento dos grandes desafios que o aguardam, e para o qual contará, certamente, com a colaboração e o entusiasmado apoio de todos os seus Pares.

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

(Períodos de 15.2 a 30.6 e de 1º.8 a 17.12.2002)

I – Instalação da Sessão Legislativa	0001
--	------

SENADO FEDERAL

II – O Senado Federal na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.....	0005
A – Representação dos Estados e do Distrito Federal – início da Legislatura	0006
B – Representação dos Estados e do Distrito Federal – final da Legislatura.....	0008
C – Partidos Políticos	0010
C.1 – Blocos Parlamentares	0010
C.2 – Composição	0011
C.2.1 – Composição inicial	0011
C.2.2 – Alterações na filiação e na composição partidárias	0013
C.2.3 – Composição final	0015
C.3 – Situação Jurídica.....	0017
D – Lideranças	0019
E – Afastamento do exercício do mandato (art. 56, I, da CF).....	0024
F – Renúncias	0025
G – Perda de mandato	0026
H – O Senado Federal em funcionamento	0027
H.1 – Mesa	0027
H.2 - Presidência	0029
H.2.1) Agenda do Senador Ramez Tebet	0029
H.2.2) Falas	0034
H.2.2.1) Decisivas	0034
H.2.2.2) Associativas.....	0034
H.2.2.3) Registros da presença de autoridades na Casa.....	0038
H.2.2.4) Registros diversos	0039
H.2.2.5) Resposta a questionamento de Senadores	0040
H.2.2.6) Consulta aos Líderes	0040
H.2.2.7) De inclusão de matéria em Ordem do Dia.....	0041
H.2.2.8) De esclarecimentos	0042
H.2.2.9) De agradecimentos	0042
H.2.2.10) Sobre e renúncia de Senador.....	0042
H.3 – Sessões	0044
H.3.1) Realizadas e não realizadas	0044
H.3.2) Homenagens prestadas	0044
H.3.2.1) Hora do Expediente	0044

H.3.2.2) Voto de pesar.....	0045
H.3.2.3) Voto de aplauso.....	0048
H.3.2.4) Voto de louvor.....	0048
H.3.2.5) Voto de congratulações.....	0049
H.3.2.6) Voto de censura.....	0049
H.3.2.7) Manifestação de apoio.....	0049
H.3.2.8) Moção.....	0049
H.4 – Comparecimento de Ministros.....	0050
H.5 – Participação dos Senadores na composição da Mesa.....	0051
H.6 – Participação dos Senadores nos trabalhos.....	0054
H.6.1) Proposições apresentadas.....	0054
H.6.2) Uso da palavra.....	0058
H.7 – Participação dos Senadores em órgãos do Poder Executivo.....	0062
H.8 - Representação do Senado Federal em órgãos do Poder Executivo.....	0062
H.9 – Comissões.....	0063
a) Comissões Permanentes.....	0063
a.1) Comissão Diretora.....	0063
a.2) Comissão de Assuntos Econômicos.....	0063
• Subcomissão de Turismo.....	0069
a.3) Comissão de Assuntos Sociais.....	0071
• Subcomissão Permanente da Exploração do Trabalho e Prostituição Infante-Juvenis.....	0075
• Subcomissão Permanente do Idoso.....	0075
• Subcomissão Temporária da Saúde.....	0076
• Subcomissão Temporária de Moradia e Desenvolvimento Urbano.....	0077
a.4) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	0079
• Subcomissão Permanente do Judiciário.....	0083
a.5) Comissão de Educação.....	0084
• Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão.....	0089
• Subcomissão Permanente do Cinema, Comunicação Social e Informática.....	0089
• Subcomissão Permanente do Livro.....	0091
• Subcomissão Permanente do Esporte.....	0091
a.6) Comissão de Fiscalização e Controle.....	0093
• Subcomissão do BNB e ARISA.....	0098
a.7) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	0099
a.8) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....	0104
• Subcomissão do Meio Ambiente.....	0109
• Subcomissão Temporária para apuração das causas do Acidente na Plataforma P-36 da Petrobrás.....	0109
b) Temporárias.....	0110
b.1) Internas.....	0110
b.2) Externas.....	0116
b.3) Parlamentares de Inquérito.....	0116
b.3.1) Em atividade na presente Sessão Legislativa.....	0116
b.3.2) Extintas.....	0124
H.10 – Matéria Legislativa.....	0162
a) Propostas de Emenda à Constituição (PEC).....	0163
b) Projetos de Lei do Senado (PLS).....	0181
c) Projetos de Lei da Câmara (PLC).....	0302
d) Projetos de Decreto Legislativo (PDS).....	0330
e) Medidas Provisórias (MPV).....	0436
f) Projetos de Resolução (PRS).....	0442

g) Requerimentos (RQS).....	0466
h) Indicações (INS).....	0548
i) Proposta de Fiscalização e Controle (PFC).....	0550
j) Pareceres	0551
l) Emendas oferecidas em Plenário	0584
H.11 – Questões de Ordem e solicitações de providências	0596
H.12 – Recursos	0607
H.13 – Mensagens recebidas do Presidente da República	0608
H.13.1) Art. 49, III, da Constituição Federal (Comunicação de ausência do País).....	0608
H.13.2) Art. 52, III, da Constituição Federal (Escolha de autoridades)	0609
H.13.3) Art. 52, IV, da Constituição Federal (Escolha de chefes de missão diplomática)	0612
H.13.4) Art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, Constituição Federal (Operações financeiras) e outros....	0617
H.13.5) Retirada de matéria.....	0631
H.13.6) Retirada de urgência	0631
H.14 – Ofícios.....	0632
H.14.1) Ofícios “S” – art. 52, V a X, da Constituição Federal.....	0632
H.14.2) Ofícios “S” – art. 53, § 1º, da Constituição Federal	0655
H.15 – Diversos	0657
H.16 – Avisos	0661
H.17 – Petições	0746
H.18 – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar	0751
H.19 – Corregedoria do Senado Federal.....	0756
H.20 – Procuradoria Parlamentar	0760
H.21 – Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz	0762
H.22 – Grupos Parlamentares	0772
H.23 – Proposições sancionadas e promulgadas de 1985 a 2002.....	0776

CONGRESSO NACIONAL

III – O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas	0778
A – Sessões Realizadas	0779
B – Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos.....	0780
C – Matéria Legislativa.....	0781
1) Projetos de Lei (PLN).....	0781
2) Projeto de Decreto Legislativo (PDN).....	0802
3) Projetos de Resolução (PRN)	0821
4) Medidas Provisórias (MPV)	0825
5) Vetos.....	0863
6) Requerimentos (RQN).....	0882
D – Questões de Ordem e Solicitações de Providência.....	0890
E – Mensagens recebidas do Presidente da República.....	0891
F – Ofícios.....	0893
G – Participação dos Congressistas nos trabalhos.....	0895
H – Comissões.....	0908
H.1 - Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	0908
H.1.1 - Comissão Mista até 14.5.2002.....	0908
H.1.2 - Comissão Mista a partir do dia 15.5.2002.....	0921

H.2 – Representação Brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul	0924
H.3 - Comissões Mistas Especiais.....	0931
H.3.1 – Crise de Energia	0932
H.3.2 – Juscelino Kubitschek.....	0933
H.3.3 – Oleaginosas	0934
H.3.4 – Combate às Desigualdades Regionais	0934
H.4 – Parlamentar Mista de Inquérito (Roubo de Cargas).....	0935
I – Conselho da Ordem do Congresso Nacional.....	0939
J – Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro	0941
L – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)	0948
M – Conselho de Comunicação Social	0959
IV – Provimento de Vagas de Ministros do TCU	0969
V – Comissão Representativa do Congresso Nacional.....	0970
A) Período de 3 a 31.7.2002	0970

6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(Período de 17 a 20.12.2002)

I – Ato Convocatório

II – Aditamentos ao Ato Convocatório	0973
II.1 – de 17.12.2002.....	0977
II.2 – de 18.12.2002.....	0978
II.3 – de 18.12.2002.....	0978

SENADO FEDERAL

III – O Senado Federal na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura	
A – Instalação da sessão legislativa	0980
B – Alterações.....	0981
B.1 – Na representação do Estados.....	0981
B.1.1 – Renúncia	0981
B.1.2 – Afastamento do mandato	0982
B.1.3 – Posse e Reassunção de Suplentes	0982
C – O Senado Federal em funcionamento	0987
C.1 – Mesa	0987
C.2 – Presidência	0987
C.2.1 – Falas	0987
C.3 – Sessões	0989
C.3.1 - Realizadas	0990
C.3.2 - Homenagens prestadas.....	0990
C.4 – Participação dos Senadores na direção dos trabalhos	0990
C.5 – Participação dos Senadores nos trabalhos	0991
C.5.1 - Proposições apresentadas	0991
C.5.2 - Uso da palavra	0993
C.6 – Comissões	0996
C.7 – Matéria Legislativa	0997
C.7.1 – Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	0997
C.7.2 - Projetos de Lei do Senado (PLS)	0997
C.7.3 - Projetos de Lei da Câmara (PLC)	0998
C.7.4 – Projeto de Decreto Legislativo (PDS).....	0999
C.7.5 – Medidas Provisórias (MPV)	1011
C.7.6 - Projetos de Resolução (PRS)	1012
C.7.7 - Emendas de Plenário.....	1013
C.7.8 - Requerimentos (RQS).....	1014
C.7.9 - Pareceres.....	1016
C.8 – Mensagens recebidas do Presidente da República	1019
C.8.1 – Art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, da Constituição Federal	1019
C.8.2 – Referentes a indicações sobre escolha de autoridades	1019
C.8.3 – Referentes a indicações sobre escolha de Chefes de Missão Diplomática	1019
C.9 – Questões de Ordem e Solicitação de Providências	1021
C.10 – Matérias Arquivadas ao final da 51ª Legislatura	1022

CONGRESSO NACIONAL

IV – O Congresso Nacional em Reunião Conjunta de suas Casas.....	1079
A – Sessões Realizadas	1080
B – Participação dos Congressistas na direção dos trabalhos	1080
C – Matéria Legislativa	1080
1) Projetos de Lei (PLN)	1080
2) Projeto de Decreto Legislativo do Congresso Nacional(PDN).....	1085
3) Projetos de Resolução (PRN).....	1088
4) Medidas Provisórias (MP).....	1093
5) Requerimentos (RQN)	1108
D – Participação dos Congressistas nos trabalhos.....	1109
E – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	1111
V - Comissão Representativa do Congresso Nacional (Período de 17.12.2002 a 14.02.2003).....	1115

**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

I – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

I – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao que preceitua o § 1º do art. 57 da Constituição Federal, as duas Casas do Congresso Nacional, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, reuniram-se solenemente, às 12h do dia 15 de fevereiro de 2002, a fim de instalarem os trabalhos da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

A mensagem prevista no art. 84, XI, da Constituição foi entregue pelo Senhor Ministro-Chefe Interino da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Silvano Gianni, e lida em Plenário pelo Deputado Severino Cavalcanti, Primeiro Secretário da Mesa do Congresso Nacional.

Na ocasião, o Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, proferiu o seguinte discurso:

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, com quem tenho a honra de compartilhar dos destinos do Poder Legislativo; Exmo. Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ilmar Galvão, Exmos. Srs. Ministros de Estado; Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro; Líderes partidários; demais autoridades; colegas Congressistas; senhoras e senhores, longe de ser ato meramente formal, a abertura de uma Sessão Legislativa encerra forte simbolismo. Ela assinala a retomada regular dos trabalhos do Parlamento e, ao fazê-lo, retrata e traduz a realidade política na qual se vive; ao mesmo tempo, emite sinais acerca do comportamento futuro da instituição que, mais que outras e acima de todas, é o estuário para onde converge o pensamento nacional.

Pedra angular da democracia, o Congresso Nacional reinicia suas atividades absolutamente cômico de suas responsabilidades. Como ninguém, e independentemente de filiação partidária ou de posições ideológicas, sabem seus integrantes o que pensa a sociedade brasileira, seus anseios e expectativas. Como ninguém, sabem seus integrantes que a legitimidade de seu trabalho e a solidez das instituições democráticas estão profundamente vinculadas à sua capacidade de auscultar a voz das ruas, traduzindo-a em pronunciamentos ou em propostas legislativas.

Por assim saberem, assim agem.

Nossa história republicana comprova que o Congresso Nacional tem dado provas suficientes de maturidade política e da exata compreensão de seu papel. Assim, torna-se impossível negar sua marcante e decisiva presença na consolidação do regime democrático. Na recente transição política, teve a sensibilidade e a sabedoria de alinhar os caminhos pelos quais se deu o retorno à democracia, sem feridas mais profundas e com o menor desgaste possível.

No interior do Parlamento, ouviram-se as vozes de todas as correntes, partidárias ou não, que se fizeram presentes na elaboração da nova Carta Magna, marco jurídico de um Estado que se reconciliava com a democracia. Atento aos mais legítimos anseios da população, foi capaz de escrever e aprovar, em 1988, a mais plural de nossas Constituições, toda ela embebida de respeito e submissão à cidadania, à justiça e à democracia.

Na difícil e complexa tarefa de reconstrução democrática, este Congresso Nacional foi diligente defensor das conquistas sociais. Fê-lo com convicção e prudência, serenidade e firmeza. Exemplos não faltam a esse respeito. Teve, ainda, a coragem de conduzir um processo de **impeachment**, garantindo-lhe o desfecho apropriado, sem que o País naufragasse institucionalmente.

O Poder Legislativo sempre soube adotar atitudes corajosas, não hesitando em cortar sua própria carne, quando as circunstâncias assim o exigiram. Nessa perspectiva, é válido recordar a recente experiência vivida tanto pela Câmara dos Deputados quanto, mais especificamente, pelo Senado Federal. Ao longo de 2001, como é do conhecimento geral, ambas as Casas viveram momentos de elevada tensão, cujo desfecho demonstrou, malgrado a importância dos fatos e a relevância dos personagens, a pujança da instituição e a maturidade política do País.

Por tudo isso, senhoras e senhores, posso assegurar que, ao serem abertos os trabalhos desta 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, o maior sentimento que pode nos envolver é o da esperança. Esperança que não brota do vazio, nem se apóia na pura retórica. Esperança que se assenta na História, no muito que já foi feito, avalista do que ainda será realizado. Reporto-me, pois, a uma esperança que se nutre da certeza de sermos capazes de superar adversidades, de colhermos ensinamentos das crises, de encontrarmos saídas para problemas aparentemente insolúveis.

Assumimos a Presidência da Casa a 20 de setembro de 2001. De imediato, e com o empenho de todos, começamos a trabalhar incansavelmente para o retorno à normalidade. Isso foi feito: no breve espaço de tempo que nos separava do recesso, foi possível, entre tantas outras atividades, votar matérias importantíssimas.

Vale notar a singularidade da eliminação da imunidade Parlamentar, hoje só existente para garantir o pleno e efetivo exercício da atividade, e nunca para acobertar crimes de qualquer natureza. Em verdade, iniciada e aprovada, primeiramente, pelo Senado, foi à Câmara, onde recebeu aperfeiçoamento. Retornando à Casa de origem, quase ao término dos trabalhos legislativos, e quando ninguém esperava a sua aprovação dentro do período, o Senado Federal, legitimado pelo clamor da sociedade, e de modo singular e inédito, promoveu, por unanimidade, a sua aprovação.

Fortaleceu-se, também, o Congresso Nacional, quando regulamentou o instituto da medida provisória, que já vinha prejudicando o equilíbrio na atuação dos Poderes, distorcendo a distribuição de suas competências fundamentais.

O Congresso Nacional quer trabalhar, sim, e tem correspondido aos anseios da Nação. Tanto que, em meio às festividades de fim de ano, atento às delicadas contingências do momento, autoconvocou-se pela primeira vez nos últimos anos, sem qualquer custo aos cofres públicos, aprovando a lei orçamentária para o corrente ano, e não tardará, tenho certeza, de, no momento certo, transformar o orçamento autorizativo em orçamento imperativo, a fim de obrigar a sua plena execução.

Foi ainda em meio ao recesso parlamentar, ante a comoção gerada pela onda de violência que agride e assusta a Nação brasileira, que no congresso Nacional, com a presteza ditada pelos acontecimentos, reuniram-se as Lideranças partidárias com o objetivo de, solidária e coletivamente, estudar a forma mais adequada de o Poder Legislativo contribuir para a resolução dos graves problemas de segurança pública que atormentam a sociedade. Afinal, em completa sintonia com o sentimento nacional, o Poder Legislativo faz questão de expressar seu horror ante a abominável banalização da violência, a infame onda de seqüestros e assassinatos e a toda forma de violência, que, nos últimos tempos, atingem de maneira brutal o nosso País.

É também com este espírito de cooperação com os demais Poderes, absolutamente necessário para se enfrentar um problema de tamanha magnitude, que o Congresso Nacional inicia o novo período legislativo. Todavia, que fique bem claro: no Estado Democrático, pelo que tanto lutamos e em relação ao qual não se admite retrocesso, as funções dos

Poderes estão claramente definidas. Ao Legislativo cabe propor e sugerir determinadas ações, elaborar as leis, aperfeiçoá-las e exigir sua fiel execução.

No caso específico da segurança pública, sabe-se que os problemas advêm menos da existência de leis e mais, isso sim, de sua aplicação e dos graves problemas sociais que afligem a gente brasileira e da intolerável impunidade. Em termos de elaboração legislativa, suficientemente atendida pelo Congresso Nacional, o que ainda precisa ser feito nós o faremos, rápida e eficazmente, como sempre fizemos, sem dúvida, com tudo o que diz respeito a qualquer matéria relevante para o País.

Espera-se, pois, que o Poder Executivo, em suas três esferas, crie as condições necessárias para o efetivo cumprimento das leis existentes e das que porventura venham a ser aprovadas pelo Legislativo. No entanto, o urgente aparelhamento material e intelectual das Polícias e a criação de estabelecimentos prisionais de que o País tanto carece em número suficiente e em condições satisfatórias de funcionamento são ações que se enquadram na competência exclusiva do Poder Executivo.

Então, da mesma forma que o Congresso Nacional se apresenta para o grande mutirão voltado para resolver esses gravíssimos problemas, também se torna imperativa uma Justiça mais ágil, aparelhada para atuar e comprometida com a aceleração dos processos. Por isso, o Poder Legislativo quer ver aprovada, ainda este ano, a reforma do Judiciário, por reconhecê-la imprescindível e urgentíssima.

Minhas senhoras e meus senhores, tem o Congresso Nacional consciência da singularidade deste anos de 2002, fortemente contingenciado pelo calendário eleitoral.

Estarão em disputa a Presidência da República, os Governos Estaduais, a tonalidade das cadeiras nas Assembléias Legislativas e na Câmara dos Deputados, além de dois terços do Senado Federal. A simples existência de eleições com tamanha abrangência, ocorrendo em clima de ampla liberdade e com todas as garantias de inquestionável lisura, dá-nos a certeza de que o longo aprendizado da democracia não foi em vão.

É com esse espírito que vamos às urnas, com a mais cristalina compreensão de que no processo eleitoral reside o cerne da democracia. Sabemos que o ano legislativo será veloz e curto. Em hipótese alguma, entretanto, as atividades legislativas normais serão prejudicadas.

Temas candentes, como as reformas política e tributária, haverão de ser convenientemente tratados. Se, pelas mais diversas razões, não puderem ser abordados de maneira sistêmica e global, pelo menos verão alguns de seus tópicos essenciais serem debatidos e votados.

Nesse sentido, posso garantir à sociedade brasileira que o Congresso Nacional está atento à necessidade de se dotar o País de uma carga tributária moderna e justa, que não permita a superposição em cascata dos impostos, ou que estes continuem a onerar a produção e o trabalho. Que o Estado arrecade mais, sim, mas que o faça pela via da eficiência – por exemplo, combatendo a sonegação –, não pela criação injustificada de novos impostos.

A reforma política é outro tema da mais alta relevância, que merecerá especial atenção do Congresso Nacional. Temas como fidelidade partidária e financiamento público de campanhas, já em franca discussão há algum tempo, haverão de ser bem conduzidos. De igual modo, as inúmeras contradições existentes na Lei das Inelegibilidades terão de ser eliminadas, como forma de aperfeiçoamento do processo eleitoral.

A Nação, que nos elegeu, sabe que pode confiar em seus representantes. Esta é uma Casa de princípios, idéias e compromissos. Os princípios que norteiam nosso trabalho são aqueles que refletem a nacionalidade e dignificam o exercício da política. Política entendida como o caminho possível para a construção de uma sociedade plural, democrática e cidadã.

Fórum privilegiado do debate que ilumina e constrói, o Congresso Nacional orgulha-se por compreender que a divergência de pontos de vista e de idéias, assim como as posições assimétricas, é que fazem da democracia o menos imperfeito dos regimes políticos. No respeito ao outro, na aceitação das diferenças, fazemo-nos dignos da própria história.

O compromisso que temos é com a Nação. Dela viemos e para ela agimos. Perseverar no caminho de consolidação da democracia, da prevalência da justiça e de afirmação da cidadania é o que justifica nossa existência. É disso que nos orgulhamos. É dessa matéria que somos feitos. Por isso, a esperança, mais do que qualquer outro sentimento, nos conduzirá na jornada que ora iniciamos. Tenho plena convicção de que o Congresso Nacional está à altura e corresponderá aos anseios da sociedade brasileira. E isso muito nos honra”.

**II – O SENADO FEDERAL
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A – COMPOSIÇÃO INICIAL DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

A representação dos Estados e do Distrito Federal, no início da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, estava assim constituída:

AC -	Marina Silva Nabor Júnior Tião Viana	PA -	Ademir Andrade Fernando Ribeiro Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto Robinson Viana ^{1 2}
AP -	Gilvam Borges Sebastião Rocha José Sarney	PR -	Osmar Dias Roberto Requião Álvaro Dias ³
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Carlos Wilson Roberto Freire José Coêlho ⁴
BA -	Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Paulo Souto	PI -	Freitas Neto Benício Sampaio Alberto Silva
CE -	Lúcio Alcântara Sérgio Machado Luiz Pontes ^{5 6}	RJ -	Artur da Távola Geraldo Cândido Roberto Saturnino
DF -	Lindberg Cury Lauro Campos Valmir Amaral	RN -	Geraldo Melo José Agripino Fernando Bezerra ^{7 8}

¹ Primeiro Suplente do Senador Ney Suassuna, que se afastou do exercício do mandato, em 14.11.2001, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

² Em 5.4.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador Ney Suassuna (DSF de 9.4.202, página 3917).

³ Entrou de licença por um período de 121 (cento e vinte um) dias, a partir do dia 8.11.2002 a 8.3.2003 (RQM nº 599/2002-M). Em 11.11.2002, tomou posse o 1º Suplente, Sr. João Olivir Gabardo, adotando o nome parlamentar de Olivir Gabardo (DSF de 12.11.2002, página 21018).

⁴ Em 11.3.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador José Jorge (DSF de 12.3.2002, página 1946).

⁵ Entrou de licença por um período de 121 (cento e vinte um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS nºs 195 e 196/2002). Em 23.4.2002, tomou posse o 1º Suplente, Sr. José Reginaldo Duarte, adotando o nome parlamentar de Reginaldo Duarte (DSF de 24.4.2002, página 5826).

⁶ Em 17.8.2002, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término da licença (DSF de 21.8.2002, página 16199).

⁷ Licença saúde e particular a partir de 6.8.2002 (RQS nºs 473 e 474/2002 – DSF de 7.8.2002, página 15252). Em 7.8.2002, reassumiu o exercício do mandato o seu 2º Suplente, Senador Tasso Rosado (DSF de 8.8.2002, página 15419).

⁸ Em 6.12.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular (DSF de 7.12.2002, página 24429).

ES -	Gerson Camata ⁹ Ricardo Santos Paulo Hartung	RS -	Emília Fernandes José Fogaça Pedro Simon
GO -	Iris Rezende Mauro Miranda Maguito Vilela	RO -	Fernando Matusalém ¹⁰ Moreira Mendes Amir Lando
MA -	Bello Parga ^{11 12} Edison Lobão João Alberto Souza	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Casildo Maldaner Geraldo Althoff ^{13 14} Jorge Bornhausen ^{15 16 17}
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	Pedro Piva ^{18 19} Romeu Tuma Eduardo Suplicy
MG -	Arlindo Porto Francelino Pereira José Alencar	SE -	Antônio Carlos Valadares José Eduardo Dutra Maria do Carmo Alves
		TO -	Carlos Patrocínio Leomar Quintanilha Eduardo Siqueira Campos

⁹ Licenças saúde e particular a partir de 3.10.2002 (RQS nºs 510 e 511/2002 – DSF de 30.10.2002, página 18673). Em 29.10.2002, assumiu o exercício do mandato o seu 1º Suplente, Sr. Luiz Osvaldo Pastore, adotando o nome parlamentar de Luiz Pastore e integrando a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

¹⁰ Em 5.3.2002, foi declarada, com base no art. 55, V, e § 3º, da Constituição Federal, a perda do mandato do Senador, através do Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado Federal (DSF de 6.3.2002, página 1498). **Obs.:** Ver “Renúncias”. No mesmo dia, tomou posse o Sr. Francisco Luiz Sartori, adotando o nome parlamentar de Chico Sartori (DSF de 6.3.2002, página 1499).

¹¹ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias a partir do dia 2.4.2002 (RQS nº 222/2002). Em 24.4.2002, reassumiu o exercício do mandato o 2º Suplente, Senador Francisco Escórcio.

¹² Em 1º.8.2002, reassumiu o exercício do mandato, tendo em vista o término da licença (DSF de 2.8.2002, página 14.822).

¹³ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias a partir do dia 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 22.5.2002, tomou posse o Senhor Adir Cardoso Gentil, 2º Suplente da representação do Estado de Santa Catarina, adotando o nome parlamentar de Adir Gentil, e filiando-se ao Partido da Frente Liberal – PFL (DSF de 23.5.2002, página 8842).

¹⁴ Em 8.10.2002, foi lido expediente do Senador comunicando sua reassunção ao exercício do mandato a partir do dia 19.9.2002 (DSF de 9.10.2002, página 18100).

¹⁵ Em 25.2.2002, tendo em vista licença concedida ao Senador Jorge Bornhausen, tomou posse o seu 1º Suplente, Sr. Vasco Fernando Furlan, adotando o nome parlamentar de Vasco Furlan e integrando a bancada do Partido Progressista Brasileiro – PPB (DSF de 26.2.2002, página 811).

¹⁶ Em 28.2.2002, tendo em vista licença concedida ao Senador Vasco Furnan, 1º Suplente do Senador Jorge Bornhausen, tomou posse o 2º Suplente, Sr. Aristorides Vieira Stadler, adotando o nome parlamentar de Ari Stadler e integrando a bancada do Partido Progressista Brasileiro – PPB (DSF de 1º.3.2002, página 1140).

¹⁷ Em 3.7.2002, reassumiu o exercício do mandato (DSF de 2.8.2002, página 14706).

¹⁸ Primeiro Suplente do Senador José Serra, que se afastou em 31.3.98, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Saúde.

¹⁹ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador José Serra.

B – COMPOSIÇÃO FINAL DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

**Ao final da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura,
a representação dos Estados e do Distrito Federal
estava assim constituída:**

AC -	Marina Silva Nabor Júnior Tião Viana	PA -	Ademir Andrade Fernando Ribeiro Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto Ney Suassuna
AP -	Gilvam Borges Sebastião Rocha José Sarney	PR -	Osmar Dias Roberto Requião Olivir Gabardo
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Carlos Wilson Roberto Freire José Jorge
BA -	Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Paulo Souto	PI -	Freitas Neto Benício Sampaio Alberto Silva
CE -	Lúcio Alcântara Sérgio Machado Luiz Pontes	RJ -	Artur da Távola Geraldo Cândido Roberto Saturnino
DF -	Lindberg Cury Lauro Campos Valmir Amaral	RN -	Geraldo Melo José Agripino Fernando Bezerra
ES -	Luiz Pastore Ricardo Santos Paulo Hartung	RS -	Emília Fernandes José Fogaça Pedro Simon
GO -	Iris Rezende Mauro Miranda Maguito Vilela	RO -	Chico Sartori Moreira Mendes Amir Lando
MA -	Bello Parga Edison Lobão João Alberto Souza	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Casildo Maldaner Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	Pedro Piva Romeu Tuma Eduardo Suplicy

MG - Arlindo Porto
 Francelino Pereira
 José Alencar

SE - Antônio Carlos Valadares
 José Eduardo Dutra
 Maria do Carmo Alves

TO - Carlos Patrocínio
 Leomar Quintanilha
 Eduardo Siqueira Campos

C – PARTIDOS POLÍTICOS

C.1 – BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO DE OPOSIÇÃO

Em 1º.2.99, na 3ª Reunião Preparatória, os representantes do PT, PSB, PDT e PPS no Senado comunicaram que, sob a liderança do PT, decidiram constituir o Bloco de Oposição para os trabalhos legislativos da 51ª Legislatura. (1ª constituição do Bloco: 30.1.97).

Em 5.10.99, o Partido Popular Socialista – PPS comunicou seu desligamento do Bloco de Oposição.

Em 24.3.2000, o Partido Socialista Brasileiro – PSB comunicou seu desligamento do Bloco de Oposição a partir de 27.3.2000.

Em 11.10.2000, foi lida comunicação do Bloco de Oposição, de que, a partir dessa data, passa a se constituir das bancadas do Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Democrático Trabalhista - PDT e Partido Verde – PV.

Em 7.2.2001, o Partido Verde - PV deixou de fazer parte do Bloco de Oposição, tendo em vista que o seu único representante, Senador Julio Eduardo, 1º Suplente da Senadora Marina Silva, afastou-se do exercício do mandato pelo retorno da titular.

Em 12.2.2001, o Partido Popular Socialista – PPS voltou a integrar o Bloco Oposição no Senado Federal (DSF de 13.2.2001, página 599).

Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

BLOCO PSDB/PPB

Em 15.3.2001, os representantes do PSDB e PPB, no Senado, comunicaram que, sob a liderança do PSDB, decidiram constituir um Bloco Parlamentar. (DSF de 16.3.2001, página 3074).

C.2 – COMPOSIÇÃO

C.2.1 – Ao iniciar-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a Representação Partidária no Senado apresentava a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (24 integrantes)	
<u>ACRE</u> Nabor Júnior	<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca
<u>ALAGOAS</u> Renan Calheiros	<u>PARÁ</u> Fernando Ribeiro
<u>AMAPÁ</u> José Sarney Gilvam Borges	<u>PARAÍBA</u> Robinson Viana Wellington Roberto
<u>AMAZONAS</u> Gilberto Mestrinho	<u>PARANÁ</u> Roberto Requião
<u>CEARÁ</u> Sérgio Machado	<u>PIAUÍ</u> Alberto Silva
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Valmir Amaral	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Pedro Simon
<u>ESPIRITO SANTO</u> Gerson Camata	<u>RONDÔNIA</u> Amir Lando
<u>GOIÁS</u> Iris Rezende Maguito Vilela Mauro Miranda	<u>RORAIMA</u> Marluce Pinto
<u>MARANHÃO</u> João Alberto Souza	<u>SANTA CATARINA</u> Casildo Maldaner
<u>MATO GROSSO</u> Carlos Bezerra	

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (18 integrantes)	
<u>AMAZONAS</u> Bernardo Cabral	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> José Agripino
<u>BAHIA</u> Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Paulo Souto	<u>RONDÔNIA</u> Moreira Mendes
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lindberg Cury	<u>RORAIMA</u> Mozarildo Cavalcanti
<u>MARANHÃO</u> Bello Parga Edison Lobão	<u>SANTA CATARINA</u> Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
<u>MATO GROSSO</u> Jonas Pinheiro	<u>SÃO PAULO</u> Romeu Tuma
<u>MINAS GERAIS</u> Francelino Pereira	<u>SERGIPE</u> Maria do Carmo Alves
<u>PERNAMBUCO</u> José Coêlho	<u>TOCANTINS</u> Leomar Quintanilha

BLOCO PSDB/PPB (16 integrantes)	
<u>ALAGOAS</u> Teotônio Vilela Filho (PSDB)	<u>PIAUÍ</u> Freitas Neto (PSDB) Benício Sampaio (PPB)
<u>CEARÁ</u> Lúcio Alcântara (PSDB) Luiz Pontes (PSDB)	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo (PSDB)
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Ricardo Santos (PSDB)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola (PSDB)
<u>MATO GROSSO</u> Antero Paes de Barros (PSDB)	<u>RONDÔNIA</u> Fernando Matusalém (PPB)
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho (PSDB)	<u>RORAIMA</u> Romero Jucá (PSDB)
<u>PARÁ</u> Luiz Otávio (PPB)	<u>SÃO PAULO</u> Pedro Piva (PSDB)
<u>PARAÍBA</u> Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	<u>TOCANTINS</u> Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (14 integrantes)	
<u>ACRE</u> Marina Silva (PT) Tião Viana (PT)	<u>PERNAMBUCO</u> Roberto Freire (PPS)
<u>ALAGOAS</u> Heloísa Helena (PT)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Geraldo Cândido (PT)
<u>AMAPÁ</u> Sebastião Rocha (PDT)	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Emília Fernandes (PT) José Fogaça (PPS)
<u>AMAZONAS</u> Jefferson Péres (PDT)	<u>SÃO PAULO</u> Eduardo Suplicy (PT)
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lauro Campos (PDT)	<u>SERGIPE</u> José Eduardo Dutra (PT)
<u>PARANÁ</u> Álvaro Dias (PDT) Osmar Dias (PDT)	

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB (4 integrantes)	
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Paulo Hartung	<u>RIO DE JANEIRO</u> Roberto Saturnino
<u>PARÁ</u> Ademir Andrade	<u>SERGIPE</u> Antonio Carlos Valadares

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB (4 integrantes)	
<u>MINAS GERAIS</u> Arlindo Porto	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Fernando Bezerra
<u>PERNAMBUCO</u> Carlos Wilson	<u>TOCANTINS</u> Carlos Patrocínio

PARTIDO LIBERAL - PL (1 integrante)	
<u>MINAS GERAIS</u> José Alencar	

C.2.2 – Alterações na filiação e na composição partidárias

C.2.2.1 – Alteração na filiação

Na sessão do dia 22.2.2002, foi lida comunicação, do Senador **Wellington Roberto**, informando que se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, desde 5.10.2001 (DSF de 23.2.2002, página 727).

Em 6.3.2002, foi lida comunicação, do Senador **Roberto Saturnino**, informando a sua desfiliação do Partido Socialista Brasileiro – PSB, a partir do dia 27.2.2002 (DSF de 7.3.2002, página 1735). Em 16.5.2002, comunicou sua filiação ao Partido dos Trabalhadores – PT (DSF de 17.5.2002, página 8265).

Em 13.11.2002, foi lida comunicação, do Senador **Luiz Otávio**, informando a sua desfiliação do Partido Progressista Brasileiro – PPB, a partir de 13.11.2002 e filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520).

C.2.2.2 – Alteração na Composição

Em 22.2.2002, o Senador **Pedro Piva** (PSDB) afastou-se do exercício do mandato, em virtude do retorno, ao exercício do mandato, do titular, Senador José Serra (PSDB).

Em 25.2.2002, tomou posse o Senador **Vasco Furlan** (PPB), 1º Suplente do Senador Jorge Bornhausen, em virtude de licenças concedidas ao titular conforme RQS nºs 17 e 18/2002, no período de 22.2 a 2.7.2002. Em 28.2.2002, o 1º Suplente, Senador Vasco Furlan, entrou de licença, até 2.7.2002, conforme RQS nºs 33 e 34/2002.

Em 28.2.2002, em virtude da licença concedida ao 1º Suplente do Senador Jorge Bornhausen, Senador Vasco Furlan, tomou posse o 2º Suplente, Senador **Ari Stadler** (PPB), tendo exercido o mandato até 2.7.2002, quando do retorno do Senador titular no dia 3.7.2002.

Em 11.3.2002, o Senador **José Coêlho** (PFL) afastou-se do exercício do mandato, em virtude do retorno, ao exercício do mandato, do titular, Senador José Jorge (PFL).

Em 5.3.2002, foi declarada a perda de mandato do Senador **Fernando Matusalém** do PPB (Ver “Perda de Mandato”. No mesmo dia, tomou posse o Senador **Chico Sartori**, integrando a bancada do PSDB (Ver “Renúncias”).

Em 5.4.2002, o Senador **Robinson Viana** (PMDB) afastou-se do exercício do mandato, em virtude do retorno, ao exercício do mandato, do titular, Senador Ney Suassuna (PMDB).

Em 18.4.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme RQS nºs 195 e 196/2002, o Senador **Luiz Pontes** (PSDB), tendo assumido, em 23.4.2002, o seu 1º Suplente, Senador **Reginaldo Duarte**, integrando a bancada do PSDB (DSF de 24.4.2002, página 5826).

Em 2.4.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, conforme RQS nº 222/2002, o Senador **Bello Parga** (PFL), tendo reassumido, em 24.4.2002, o Senador **Francisco Escórcio**, integrando a bancada do PMDB. (DSF de 25.4.2002, página 6054).

Em 21.5.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, RQS nºs 272 e 273/2002, o Senador **Geraldo Althoff**, tendo assumido, em 22.5.2002, o Senador **Adir Gentil**, integrando a bancada do PFL (DSF de 23.5.2002, página 8842).

Em 6.8.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, RQS nºs 473 e 474/2002, o Senador **Fernando Bezerra**, tendo reassumido, em 7.8.2002, o Senador **Tasso Rosado**,

integrando a bancada do PTB (DSF de 7.8.2002, página 15252, e DSF de 8.8.2002, página 15419, respectivamente).

Em 3.10.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, RQS nºs 510 e 511/2002, o Senador **Gerson Camata**, tendo assumido, em 29.10.2002, o Senador **Luiz Pastore**, integrando a bancada do PMDB (DSF de 30.10.2002, página 18683).

Em 8.11.2002, entrou de licença, por um período de 121 (cento e vinte e um) dias, RQM nº 599/2002-M, o Senador **Álvaro Dias**, tendo assumido, em 11.11.2002, o Senador **Olivir Gabardo**, tendo permanecido até o dia 18.11.2002 sem partido quando, em 19.11.2002, comunicou sua filiação ao PSDB (DSF dos dias 8.11, 12.11 e 20.11, páginas 20812, 21018 e 22195, respectivamente).

C.2.3 - Ao final da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a representação partidária no Senado apresentava a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB (24 integrantes)	
<u>ACRE</u> Nabor Júnior	<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca
<u>ALAGOAS</u> Renan Calheiros	<u>PARÁ</u> Fernando Ribeiro Luiz Otávio
<u>AMAPÁ</u> José Sarney Gilvam Borges	<u>PARAÍBA</u> Ney Suassuna
<u>AMAZONAS</u> Gilberto Mestrinho	<u>PARANÁ</u> Roberto Requião
<u>CEARÁ</u> Sérgio Machado	<u>PIAUÍ</u> Alberto Silva
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Valmir Amaral	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Pedro Simon
<u>ESPIRITO SANTO</u> Luiz Pastore	<u>RONDÔNIA</u> Amir Lando
<u>GOIÁS</u> Iris Rezende Maguito Vilela Mauro Miranda	<u>RORAIMA</u> Marluce Pinto
<u>MARANHÃO</u> João Alberto Souza	<u>SANTA CATARINA</u> Casildo Maldaner
<u>MATO GROSSO</u> Carlos Bezerra	

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL (18 integrantes)	
<u>AMAZONAS</u> Bernardo Cabral	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> José Agripino
<u>BAHIA</u> Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Paulo Souto	<u>RONDÔNIA</u> Moreira Mendes
<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lindberg Cury	<u>RORAIMA</u> Mozarildo Cavalcanti
<u>MARANHÃO</u> Bello Parga Edison Lobão	<u>SANTA CATARINA</u> Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
<u>MATO GROSSO</u> Jonas Pinheiro	<u>SÃO PAULO</u> Romeu Tuma
<u>MINAS GERAIS</u> Francelino Pereira	<u>SERGIPE</u> Maria do Carmo Alves
<u>PERNAMBUCO</u> José Jorge	<u>TOCANTINS</u> Leomar Quintanilha

BLOCO PSDB/PPB (16 integrantes)	
<u>ALAGOAS</u> Teotônio Vilela Filho (PSDB)	<u>PIAUI</u> Freitas Neto (PSDB) Benício Sampaio (PPB)
<u>CEARÁ</u> Lúcio Alcântara (PSDB) Luiz Pontes (PSDB)	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Geraldo Melo (PSDB)
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Ricardo Santos (PSDB)	<u>RIO DE JANEIRO</u> Artur da Távola (PSDB)
<u>MATO GROSSO</u> Antero Paes de Barros (PSDB)	<u>RONDÔNIA</u> Chico Sartori (PSDB)
<u>MATO GROSSO DO SUL</u> Lúdio Coelho (PSDB)	<u>RORAIMA</u> Romero Jucá (PSDB)
<u>PARAÍBA</u> Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	<u>SÃO PAULO</u> José Serra (PSDB)
<u>PARANÁ</u> Olivir Gabardo (PSDB)	<u>TOCANTINS</u> Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (10 integrantes)	
<u>ACRE</u> Marina Silva (PT) Tião Viana (PT)	<u>RIO GRANDE DO SUL</u> Emilia Fernandes (PT) José Fogaça (PPS)
<u>ALAGOAS</u> Heloísa Helena (PT)	<u>SÃO PAULO</u> Eduardo Suplicy (PT)
<u>PERNAMBUCO</u> Roberto Freire (PPS)	<u>SERGIPE</u> José Eduardo Dutra (PT)
<u>RIO DE JANEIRO</u> Geraldo Cândido (PT) Roberto Saturnino (PT)	

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT (4 integrantes)	
<u>AMAPÁ</u> Sebastião Rocha	<u>DISTRITO FEDERAL</u> Lauro Campos
<u>AMAZONAS</u> Jefferson Péres	<u>PARANÁ</u> Osmar Dias

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB (3 integrantes)	
<u>ESPÍRITO SANTO</u> Paulo Hartung	<u>SERGIPE</u> Antônio Carlos Valadares
<u>PARÁ</u> Ademir Andrade	

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB (5 integrantes)	
<u>MINAS GERAIS</u> Arlindo Porto	<u>RIO GRANDE DO NORTE</u> Fernando Bezerra
<u>PERNAMBUCO</u> Carlos Wilson	<u>TOCANTINS</u> Carlos Patrocínio
<u>PARAÍBA</u> Wellington Roberto	

PARTIDO LIBERAL - PL (1 integrante)	
<u>MINAS GERAIS</u> José Alencar	

C.3 - Situação Jurídica (Ofício nº 7.064/SJ-TSE, de 11.12.96)

C.3.1 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

Registro definitivo: Processo nº 38, deferido em 30.06.81.
Resolução nº 11.042, publicada no *Diário da Justiça* do dia 8.7.81.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 6723/96, da qual originou o **Processo nº 128, Classe 18, deferido** na data de 23/5/96 – Resolução nº 19.563, publicada no *Diário da Justiça* do dia 11.6.96.

C.3.2 - Partido da Frente Liberal - PFL

Registro Definitivo: Processo nº 81, deferido em 11.09.86.
Resolução nº 13.067, publicada no *Diário da Justiça* do dia 15.10.86.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 391/96, da qual originou o **Processo nº 72, Classe 18, deferido** na data de 12.03.96 - Resolução nº 19.463, publicada no *Diário da Justiça* do dia 14.03.96.

C.3.3 - Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB

Registro Definitivo - Processo nº 142, deferido em 24.08.89.
Resolução nº 15.494, publicada no *Diário da Justiça* do dia 25.10.89.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 41666/96, da qual originou o **Processo nº 109, Classe 18, deferido** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.531, publicada no *Diário da Justiça* do dia 21.05.96.

C.3.4 - Partido Progressista Brasileiro - PPB

Registro definitivo - **mediante fusão do PPR/PP** - Processo nº 277
Resolução nº 11.165, publicada no *Diário da Justiça* do dia 18.03.82.
Deferido em 16.11.95 - Resolução nº 19.386, publicada no *Diário da Justiça* do dia 15.12.95.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 3871/96, da qual originou o **Processo nº 104, Classe 18, deferido** na data de 30.04.96 - Resolução nº 19.536, publicada no *Diário da Justiça* do dia 21.05.96.

Posteriormente, o Partido solicitou, mediante petição protocolizada sob o nº 11663/96, da qual originou o **Processo nº 204, Classe 18**, aditamento a seu estatuto, de que trata a Resolução nº 34/96 da Comissão Executiva Nacional, devidamente publicada no *Diário Oficial* da União do dia 23.08.96. Processo deferido em 21.08.97 – Resolução nº 19940, publicada no *Diário da Justiça* de 10.09.97.

C.3.5 - Partido Socialista Brasileiro - PSB

Registro Definitivo - Processo nº 113, deferido em 01.07.88.
Resolução nº 14.359, publicada no *Diário da Justiça* do dia 08.03.89.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob o nº 6694/96, da qual originou o **Processo nº 127, Classe 18, deferido** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551, publicada no *Diário da Justiça* do dia 14.08.96.

C.3.6 - Partido Popular Socialista - PPS

Registro Definitivo - Processo nº 172, deferido em 06.03.90.
Resolução nº 16.285, publicada no *Diário da Justiça* do dia 06.06.90.

Mediante o Processo nº 12.481, o PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB solicitou mudança de sigla, passando a chamar-se Partido Popular Socialista - PPS.
Deferido em 19.03.92. - Resolução nº 17.930, publicada no *Diário da Justiça* do dia 26.05.92.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 12443/95, da qual originou o **Processo nº 74 Classe 18, deferido** na data de 14.05.96 - Resolução nº 19.551, publicada no *Diário da Justiça* do dia 05.06.96.

C.3.7 - Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Registro Definitivo - Processo nº 39, deferido em 03.11.81.
Resolução nº 11.120, publicada no *Diário da Justiça* do dia 31.03.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 4086/96, da qual originou o **Processo nº 106, Classe 18, deferido** na data de 09.12.97 – Resoluções nºs 20.043 e 20.168, publicadas nas edições do *Diário da Justiça* de 19.02.98 e 06.05.98 respectivamente.

C.3.8 - Partido dos Trabalhadores - PT

Registro Definitivo - Processo nº 43, deferido em 11.02.82.
Resolução nº 11.165, publicada no *Diário da Justiça* do dia 18.03.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 3398/96, da qual originou o **Processo nº 101, Classe 18, deferido** na data de 25.04.96 - Resolução nº 19.530, publicada no *Diário da Justiça* do dia 13.05.96.

C.3.9 - Partido Democrático Trabalhista - PDT

Registro Definitivo - Processo nº 41, deferido em 10.11.81.
Resolução nº 11.123, publicada no *Diário da Justiça* do dia 05.02.82.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 7810/96, da qual originou o **Processo nº 152, Classe 18, deferido** na data de 22.04.97 – Resolução nº 19.844, publicada no *Diário da Justiça* de 19.05.97.

C.3.10 – Partido Liberal - PL

Registro Definitivo – Processo nº 101, deferido em 25.2.88
Resolução nº 14.074, publicada no *Diário da Justiça* do dia 14.4.88.

O Partido solicitou o registro do seu estatuto já adaptado à Lei nº 9.096/95, mediante petição protocolizada sob nº 68/95, **deferido** na data de 12.8.99 – Resolução nº 21.456, publicada no *Diário da Justiça* de 27.8.99.

D – LIDERANÇAS

**NO INÍCIO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA,
A COMPOSIÇÃO DAS LIDERANÇAS ESTAVA ASSIM CONSTITUÍDA:**

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

Líder Renan Calheiros
Vice-Líderes: Nabor Júnior
 Gilberto Mestrinho
 Juvêncio da Fonseca
 Gilvam Borges
 Marluce Pinto
 Amir Lando
 Alberto Silva
 Francisco Escórcio^{1 2}

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

Líder José Agripino
Vice-Líderes: Bello Parga³
 Maria do Carmo Alves
 Leomar Quintanilha
 Moreira Mendes⁴
 (Vago)
 (Vago)

¹ Indicado em 8.5.2002 (DSF de 9.5, página 7611).

² Em 1º.8.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular.

³ Licença no período de 2.4 a 31.7.2002 (DSF de 25.4.2002, página 6054). Em 9.10.2002, foi indicado novamente como Vice-Líder do Partido (DSF de 10.10.2002, página 18346).

⁴ Indicado em 8.5.2002 (DSF de 9.5.2002, página 9.5, página 7552).

BLOCO (PSDB/PPB)

Líder: Geraldo Melo (PSDB)
Vice-Líderes: Freitas Neto (PSDB)
Fernando Matusalém (PPB)^{5 6 7}
(Vago)
(Vago)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT+PDT^{8 9}+PPS)

Líder: ¹⁰ José Eduardo Dutra (PT)
Vice-Líderes: ¹¹ (Vago)
Sebastião Rocha (PDT)
Geraldo Cândido (PT)
Tião Viana (PT)

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

Líder: Ademir Andrade
Vice-Líder: Roberto Saturnino¹²

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

Líder: Carlos Patrocínio

⁵ Em 6.3.2002, foi publicado o Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado Federal, declarando a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém (DSF de 6.3.2002, página 1498). Em 6.3.2002, foi indicado o Senador Luiz Otávio para exercer a Liderança do Partido Progressista Brasileiro – PPB, e, nos termos do § 4º do art. 65, do Regimento Interno, a Vice-Liderança do Bloco PSDB/PPB.

⁶ Em 13.11.2002, o Senador Luiz Otávio comunicou a sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520).

⁷ Em 26.11.2002, o Senador Benício Sampaio passou a exercer a Liderança do PPB, e, por força do § 4º, do art. 65, do Regimento Interno, a Vice-Liderança do Bloco (DSF de 27.11.2002, página 22681).

⁸ Em 17.4.2002, foi lido o Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002, da Liderança do PDT, comunicando o desligamento do Partido do Bloco Parlamentar de Oposição (DSF de 18.4.2002, página 4919), e ainda, que a Liderança e Vice-Liderança do mesmo serão exercidas pelos Senadores Sebastião Rocha e Álvaro Dias, respectivamente.

⁹ Em 7.11.2002, o Senador Álvaro Dias entrou de licença para tratar de assuntos particulares pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias (RQM nº 599/2002-M – DSF de 8.11.2002, página 20812).

¹⁰ Em 26.2.2002, foi indicado, como Líder do Bloco, o Senador Eduardo Suplicy (DSF de 27.2.2002, página 880).

¹¹ Em 26.2.2002, foram indicados como Vice-Líderes do Bloco: a Senador Emilia Fernandes, e os Senadores Tião Viana, Roberto Freire e Sebastião Rocha (DSF de 27.2.2002, página 880).

¹² Em 6.3.2002, comunicou sua desfiliação do PSB (DSF de 7.3.2002, página 1735). No mesmo dia, foi indicado o Senador Paulo Hartung para exercer a Vice-Liderança do Partido (DSF de 7.3.2002, página 1735).

Vice-Líder: Arlindo Porto

PARTIDO LIBERAL - PL

Líder: José Alencar

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Artur da Távola (PSDB)

Vice-Líderes: Romero Jucá (PSDB)
Moreira Mendes (PFL)^{13 14}
Bello Parga (PFL)¹⁵
Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

¹³ Em 12.3.2002, comunicou o seu desligamento da Vice-Liderança do Governo no Senado (DSF de 13.3.2002, página 2069).

¹⁴ Em 23.4.2002, foi indicado para exercer a Vice-Liderança o Senador Luiz Otávio (DSF de 24.4.2002, página 5703).

¹⁵ Em 21.3.2002, comunicou o seu desligamento da Vice-Liderança do Governo no Senado (DSF de 22.3.2002, página 2804).

**AO FINAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA,
A COMPOSIÇÃO DAS LIDERANÇAS ERA A SEGUINTE:**

Líder Renan Calheiros
Vice-Líderes: Nabor Júnior
 Gilberto Mestrinho
 Juvêncio da Fonseca
 Gilvam Borges
 Marluce Pinto
 Amir Lando
 Alberto Silva
 (Vago)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

Líder José Agripino
Vice-Líderes: Bello Parga
 Maria do Carmo Alves
 Leomar Quintanilha
 Moreira Mendes
 (Vago)
 (Vago)

BLOCO (PSDB/PPB)

Líder: Geraldo Melo (PSDB)
Vice-Líderes: Freitas Neto (PSDB)
 Benício Sampaio (PPB)
 (Vago)
 (Vago)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT+PPS)

Líder: Eduardo Suplicy (PT)
Vice-Líderes: ¹⁶ Emília Fernandes (PT)
 Tião Viana (PT)

¹⁶ Em 26.2.2002, foram indicados como Vice-Líderes do Bloco: a Senador Emília Fernandes, e os Senadores Tião Viana, Roberto Freire e Sebastião Rocha (DSF de 27.2.2002, página 880).

Roberto Freire (PPS)

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT

Líder: Sebastião Rocha

Vice-Líder: (Vago)

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

Líder: Ademir Andrade

Vice-Líder: Paulo Hartung

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

Líder: Carlos Patrocínio

Vice-Líder: Arlindo Porto

PARTIDO LIBERAL - PL

Líder: José Alencar

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Artur da Távola (PSDB)

Vice-Líderes: Romero Jucá (PSDB)

Luiz Otávio (PMDB)

Eduardo Siqueira Campos (PSDB)

E – AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO (art. 56, I, da Constituição Federal)

**Ao iniciar-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura,
encontravam-se afastados do exercício do mandato:**

Senadores	Cargo	Data do Afastamento
José Serra ¹	Ministro de Estado da Saúde	31.03.1998
José Jorge ²	Ministro de Estado das Minas e Energia.	13.03.2001 (DSF de 14.3.2001 – página 2883)
Ney Suassuna ³	Ministro de Estado da Integração Nacional.	14.11.2001 (DSF de 15.11.2001 – página 28539)

¹ Reassumiu o exercício do mandato em 22.2.2002 (DSF de 23.2.2002, página 727).

² Reassumiu o exercício do mandato em 11.3.2002 (DSF de 12.3.2002, página 1946).

³ Reassumiu o exercício do mandato em 5.4.2002 (DSF de 9.4.2002, página 3917).

F – RENÚNCIAS

F.1 – AO DIREITO SUBJETIVO DE POSSE

Em 27.2.2002, em virtude da perda de mandato decretada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, cuja decisão foi confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral, ao Sr. Ernandes Santos Amorim e seus Suplentes, conforme faz prova documentos publicados no DSF de 28.2.2002, páginas 1012 a 1024, renunciou ao direito subjetivo de posse o Sr. Amir Francisco Lando, como Senador eleito para o período de 1995 a 2003, conforme documentos publicados no mesmo DSF, páginas 1008 a 1011, tendo em vista já se encontrar no exercício do mandato de Senador da República para o período de 1999 a 2007, por ter sido eleito no pleito de 1998. Em virtude do ocorrido, foi convocado para o restante do mandato, a fim de preencher a vaga na Representação do Estado de Rondônia, o Sr. Francisco Luiz Sartori, 1º Suplente do Senador Amir Lando.

F.2 – AO MANDATO DE SENADOR DA REPÚBLICA

Em 16.12.2002, foi lido expediente, do Senador **José Alencar**, comunicando sua renúncia ao mandato de Senador da República pelo Estado de Minas Gerais, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003, para tomar posse, nesse dia, no cargo de Vice-Presidente da República, tendo sido eleito no dia 27 de outubro de 2002 - 2º turno (DSF de 17.12.2002, página 26139).

Em 16.12.2002, foi lido expediente, do Senador **Paulo Souto**, comunicando sua renúncia ao mandato de Senador da República pelo Estado da Bahia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003, para tomar posse, nesse dia, no cargo de Governador desse Estado, tendo sido eleito no dia 6 de outubro de 2002, - 1º turno (DSF de 17.12.2002, página 26139).

G - PERDA DE MANDATO

Em 6.3.2002, foi publicado, no Diário do Senado Federal, página 1498, o Ato nº 1/2002, da Mesa do Senado Federal, declarando a perda de mandato do Senador **Fernando Matusalém**, da representação do Estado de Rondônia, com base no art. 55, V, e § 3º da Constituição Federal.

H – O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

H.1 – MESA

Composição da Mesa ao iniciar-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária

<p>Presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) 1º Vice-Presidente Edison Lobão (PFL-MA) 2º Vice-Presidente Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) 1º Secretário Carlos Wilson (PTB-PE) 2º Secretário Antero Paes de Barros (PSDB-MT)</p>	<p>3º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva (PMDB-PI) 2º Marluce Pinto (PMDB-RR) 3º Maria do Carmo Alves (PFL-SE) 4º (Vago)</p>
---	--

Composição da Mesa ao encerrar-se a 4ª Sessão Legislativa Ordinária

<p>Presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) 1º Vice-Presidente Edison Lobão (PFL-MA) 2º Vice-Presidente Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) 1º Secretário Carlos Wilson (PTB-PE) 2º Secretário Antero Paes de Barros (PSDB-MT)</p>	<p>3º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva (PMDB-PI) 2º Marluce Pinto (PMDB-RR) 3º Maria do Carmo Alves (PFL-SE) 4º (Vago)</p>
---	--

Mapa de publicação das atas das reuniões da Mesa

Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Requerimentos de informações	19.2.2002	002	20.2.2002	403
2ª	Requerimentos de informações	26.2.2002	007	27.2.2002	943
3ª	Ato declaratório da perda de mandato do Senador Fernando Matusalém	5.3.2002	012	6.3.2002	1607
4ª	Requerimentos de informações e PRN nº 3/1995-CN	12.3.2002	017	13.3.2002	2128
5ª	Requerimentos de informações e Petição nº 1/2002	2.4.2002	030	3.4.2002	3561
6ª	Requerimentos de informações, Indicação nº 1/2002 e PRS nº 16/99	9.4.2002	037	12.4.2002	4308

Reunião	Pauta da reunião	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
7ª	Requerimentos de informações	17.4.2002	042	19.4.2002	5225
8ª	Requerimentos de informações, de indicação de nome para a coleção “Grandes Vultos que honraram o Senado” e Indicação nº 2/2002	23.4.2002	047	26.4.2002	6197
9ª	Ratificação da indicação do Deputado Luiz Carlos Hauly , para ocupar uma das vagas do Comitê Executivo do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA. Requerimentos de informações	14.5.2002	060	16.5.2002	8187
10ª	Requerimentos de informações	29.05.2002	071	04.06.2002	10262
11ª	Requerimentos de informações e PRN nº 3/95-CN	19.06.2002	084	21.06.2002	12901
12ª	Apreciação dos RQS nºs 328, 357, 378, 382, 383, 384, todos de 2002.	27.06.2002	091	02.07.2002	14598
13ª	Apreciação dos RQS nºs 407, 408, 409, 421, 443, 444 e 446, de 2002; e Requerimento nº 1, de 2002, do Conselho de Comunicação Social.	06.08.2002	096	06.08.2002	15598
14ª	Apreciação de requerimentos de licença do Senhor Senador Gerson Camata	09.10.2002	109	11.10.2002	18367
15ª	Requerimentos de informações	30.10.2002	124	01.11.2002	18939
16ª	Requerimento de licença do Senador Álvaro Dias	6.11.2002	128	8.11.2002	20816
17ª	Requerimentos de informações	7.11.2002	128	8.11.2002	20816
18ª	Requerimentos de informações	4.12.2002	146	5.12.2002	23622
19ª	Requerimentos de informações	11.12.2002	151	12.12.2002	25515

H.2 – PRESIDÊNCIA

H.2.1) Agenda cumprida pelo Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet

Data	Hora	Compromisso
27.2.2002	10h 10h30 11h 11h30 15h30 17h30	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Ishaya El-Khoury, Embaixador do Líbano - Audiência com o Sr. Francisco Gros, Presidente da Petrobrás, acompanhado de membros da diretoria - Audiência com o Sr. Marfan Martins Vieira, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Audiência com o Deputado Michel Temer e comitiva de vereadores da Frente Parlamentar de Apoio a Segurança Pública Municipal do Estado de São Paulo - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Deputado Antônio Carlos Konder Reis e prefeitos do Estado de Santa Catarina
28.2.2002	10h 10h30 11h 15h 15h30	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Chahin Farah, Embaixador da Síria - Audiência com o Senhor Rui Rodrigues, Presidente da Associação de Peritos Criminais do Mato Grosso do Sul - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Mohamed H. Matri, Embaixador da Líbia - Audiência com o Senhor Giuseppe Pallozzi Lavorante, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
04.03.2002	14h30	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão Não-Deliberativa do Senado Federal
05.03.2002	10h 10h30 11h 15h 15h30 19h30	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência com o Embaixador Souza Gomes - Audiência com a Excelentíssima Senhora Cecília Soto, Embaixadora do México, e o Excelentíssimo Senhor Jean Pierre Juneau, Embaixador do Canadá - Sessão Especial destinada a reverência a memória do Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Constituinte Mário Covas (Plenário do Senado Federal) - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Mohamed H. Matri, Embaixador da Líbia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Cerimônia de posse da Diretora, Conselho Diretor e Comissões da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal – Auditório da Confederação Nacional do Comércio – SBN – Quadra 01 – Bloco B – Brasília
06.03.2002	9h30 10h 10h30 11h30 12h 14h30 15h30	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência com o Senhor João Araújo, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Senhor Bolívar Steinmetz, Presidente da Associação Nacional dos Delegados Federais e Senhor Achilles Oliveira, Presidente da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia de Carreira - Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher – Plenário da Câmara dos Deputados - V Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios – Auditório Petrônio Portela - Audiência com o Senhor Jercé Euébio de Souza, Prefeito de Batayporã/MS - Audiência com o Senhor Geraldo Teixeira de Almeida, Presidente da FETAGRI/MS, acompanhado de Engenheiros Agrônomos do INCRA/MS - Audiência com o Senhor Giuseppe Pallozzi Lavorante, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
13.03.2002	10h15 11h 11h30 15h30	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência com o Senhor Hassime Bouzid, Embaixador da Tunísia, acompanhado do Senhor Habib Bem Yahia, Ministro dos Negócios Estrangeiros - Audiência com representantes do Sindilegis, Assefe, Alesfe Ascip, e Assisefe - Audiência com o Senhor Albertino Nunes Ferreira, Prefeito Municipal de Jaraguari/MS - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
19.03.2002	13h 15h30	- Almoço com Chefes de Missão da União Européia (Embaixada da Espanha – SES, Av. das Nações – Lote 44 – entrada oposta ao lago) - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
20.03.2002	11h 15h30	- Audiência com o Senhor Raimundo Magliano Filho, Presidente da Bovespa - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
2.4.2002	10h 11h 11h30 14h30 15h 15h30	- Cerimônia de entrega da Condecoração da Ordem do Mérito Judiciário Militar (Edifício-Sede do STM) - Audiência com o Deputado Federal Paulo Paim - Audiência com o Senhor Francisco Gros, Presidente da PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A. - Audiência com o Senhor Ministro Arthur Virgílio, Secretário Geral da Presidência da República, e Ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues, Corregedora Geral da União - Audiência com o Senhor Martus Tavares, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
3.4.2002	10h30 11h30 15h 15h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Yu Chang Un, Embaixador da República Popular Democrática da Coreia - Posse dos novos Ministros (Palácio do Planalto) - Solenidade de posse dos Ministros Nilson Vital Naves e Edson Carvalho Vidigal nos cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente do STJ (Sala do Tribunal Pleno) - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
4.4.2002	11h 11h30 14h	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
10.4.2002	10h15 11h 11h30 12h 15h30	- Audiência com o Juiz André Luis de Oliveira, Presidente do TRT 24ª Região, acompanhado do Juiz Abddalla Jallad - Audiência com a Deputada Federal Nair Lobo - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Guilherme Dias, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Audiência com o Deputado Federal Paulo Paim - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
11.4.2002	10h 10h30 10h45 11h	- Audiência com o Senhor Ciraldo de Oliveira Reis, Presidente da Abradecar, acompanhado dos Campeões Olímpicos Paraplégicos - Audiência com o Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos, Deputado Estadual Antônio Júlio (MG) e Deputado Estadual Anderson Aduato (MG) - Audiência com o Senhor Cláudio Nascimento da Paixão, Prefeito de Terenos/MS, acompanhado do Senhor Júlio César - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
16.4.2002	10h 10h30 11h 15h 15h30 18h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Juarez Quadros do Nascimento, Ministro de Estado das Comunicações - Audiência com o Excelentíssima Senhora Ritta Uosukainen, Presidenta do Parlamento da Finlândia - Audiência com o Deputado Federal Aloízio Mercadante, acompanhado do senhor Heigui-berito Guiba Navarro, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos - Audiência com o Senhor Sérgio Amaral, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
17.4.2002	10h30 10h45 11h 15h 15h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Roberto Paulino, Governador do Estado da Paraíba - Audiência com o Senhor Luis Ferreira Viana, Prefeito de Deodápolis/MS - Reunião de Líderes - Audiência com o Senador Arlindo Porto, acompanhado do Senhor Frank Moore III, Presidente do Lions Club Internacional - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
23.4.2002	10h 11h 11h30 12h 15h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Paulo Jobim Filho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego - Audiência com o Senhor Valdery Albuquerque, Presidente da Caixa Econômica Federal - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Miguel Reale Júnior, Ministro de Estado da Justiça - Audiência com o Senhor Paulo Pennacchi, Presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores, e Senhor Célio Aparecido Navarro, Presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Atacadistas e Distribuidores - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
25.4.2002	10h 10h30 11h 13h 15h	- Ordem dos Músicos de Mato Grosso do Sul - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Carlos Eduardo Mena, Embaixador do Chile - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Sessão Conjunta do Congresso Nacional – Plenário do Senado Federal - Audiência com o Doutor Euclides Rodrigues da Silva Filho, Superintendente da Polícia Federal
7.5.2002	9h30 10h30 14h40 15h30 17h	- Audiência com o Senhor Brian Dyson, Vice-Presidente Mundial da Coca-Cola - Audiência com o Doutor Francisco Antônio de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Robert Kocharian, Presidente da República da Armênia - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Cerimônia de outorga da Ordem do Mérito das Comunicações – Salão Nobre do Palácio do Planalto
8.5.2002	10h 15h30	- Cerimônia de instalação da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis – Plenário do Senado Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
9.5.2002	9h30 11h 19h 19h30	- Audiência com o Senhor Robson Andrade, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Palestra do Deputado Michel Temer no Simpósio de Direito Público – UCDB – Campo Grande – MS - Audiência com a Associação de Mulheres da Área Jurídica – Auditório da OAB/MS
14.5.2002	9h45 11h 11h30 15h 15h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Almir Gabriel, Governador do Estado do Pará - Audiência com o Senhor Amilcar Aquino Navarro, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado – ANAPE - Audiência com o Senador José Fogaça, acompanhado de Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
22.5.2002	10h 15h30	- Audiência com o Senhor Maurício Botelho, Diretor-Presidente da EMBRAER - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

Data	Hora	Compromisso
4.6.2002	10h 11h 11h30 15h30	- Audiência com o Senador Osmar Dias, acompanhado do senhor Márcio Lopes, Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB - Audiência com o Doutor Antônio Luiz Silva de Menezes, Diretor da Petrobrás/RJ - Ministério da Justiça - Sessão Deliberativa Ordinária do Senador Federal
5.6.2002	10h 10h15 10h30 11h 14h30	- Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal - Audiência com o Deputado Federal Waldemir Moka, acompanhado do senhor Márcio Monteiro, Prefeito de Jardim/MS, e de Vereadores de Bonito/MS - Audiência com o Deputado Federal José Aníbal, acompanhado de Prefeitos da Grande São Paulo - Audiência com o senhor Francisco Brasil Jacini, Superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul - Sessão Conjunta do Congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados
11.6.2002	9h30 10h30 11h15 11h45 12h 14h 14h30 15h30	- Solenidade de imposição da Ordem do Mérito Naval – Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília - Abertura do Seminário sobre Clonagem Humana - Audiência com o Excelentíssimo Senhor Senador Fiorello Provera, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República Italiana - Audiência com o Senhor José Goulart Quirino - Audiência com o Senador Eduardo Suplicy, acompanhado do Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça - Abertura oficial da exposição “Bovespa, a Bolsa do Brasil” – Hall do 1º andar, saguão de acesso às Alas Senador Teotônio Vilela e Senador Tancredo Neves - Audiência com a Senhora Elaine Klarmann Porto, Subsecretária de Urbanismo e Preservação do Distrito Federal - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
19.6.2002	14h30 15h 15h30	- Audiência com os Prefeitos de Água Clara, Santa Rita do Pardo, Inocência, Nova Andradina e Taquarussu - Audiência com o Embaixador Souza Gomes - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
20.6.2002	11h 16h 21h	- Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Solenidade de posse de Sua Excelência o Senhor Gilmar Mendes no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal – Sala de Sessões Plenárias desta Corte - Jantar em homenagem ao Ministro Gilmar Mendes – Bloco das Nações – Brasília – DF
27.6.2002	10h 10h30 11h	- Audiência com o Doutor Andrew Robalinho, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos de MS e Senhora Nancy Gomes de Carvalho, Procuradora-Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul - Audiência com Corregedores-Gerais do Ministério Público da União e dos Estados - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
6.11.2002	9h 11h 14h30	- Abertura do Seminário “Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia” – Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados - Sessão do Congresso Nacional – Plenário da Câmara dos Deputados - Sessão do Senado Federal – Plenário do Senado Federal
13.11.2002	11h 15h30	- Audiência com o Senador Ricardo Santos, acompanha por representantes do Movimento Interforuns de Educação Infantil no Brasil - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
19.11.2002	9h 12h 13h	- Solenidade de abertura da Cúpula Parlamentar de Integração Continental – Plenário da Câmara dos Deputados - Hasteamento do Pavilhão Nacional, em comemoração ao Dia da Bandeira – em frente à rampa do Congresso Nacional - Almoço com os participantes da Cúpula Parlamentar de Integração Continental – Palácio do Itamaraty, Salão Brasília

Data	Hora	Compromisso
	15h	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República
20.11.2002	11h 15h30 20h 21h	- Audiência com o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, acompanhado da Senhora Zilda Halben Guerra, Presidente da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo-APAMPESP e a Senhora Dalva Freitas Guerra - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Jantar na Residência da Deputada Marisa Serrano - TV Cultura-Radiobrás – 702 Norte
26.11.2002	10h 10h30 15h30	- Audiência com o Excelentíssimo Senhor Myonbai Kim, Embaixador da Coréia do Sul - Audiência com o Deputado Distrital Gim Argello, Presidente da Câmara Legislativa do DF - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
27.11.2002	9h 11h 15h30 18h	- Reunião do PMDB – Hotel Bonaparte – BSB – DF - Solenidade de entrega das medalhas “Suprema Distinção Câmara dos Deputados” e “Mérito Legislativo Câmara dos Deputados” (Salão Negro do Palácio do Congresso Nacional) - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal - Cerimônia de imposição da “Medalha do Mérito Mauá” e entrega de Diplomas (Salão Nobre do Clube do Exército)

H.2.2) Falas

H.2.2.1) Decisivas

Sessão	Presidente	Assunto
25.4.2002 (DSF de 26.4.2002 – página 6143)	Edison Lobão	Acata proposta do Senador Artur da Távola quando, pela ordem, sugere que na estande do Senado, na XVII Bienal do Livro em São Paulo, tenha também os pequenos livros, separatas, para que as pessoas vejam que os Senadores trabalham, produzem material de interesse dos Estados e do País, material de natureza cultural e que essa é uma atividade do Senado.
25.4.2002 (DSF de 26.4.2002 – página 6160)	Ramez Tebet	Decide, a pedido de vários Srs. Senadores, que as sessões dos dias 26, 29 e 30.4.2002 serão deliberativas ordinárias.
22.5.2002 (DSF de 23.5.2002 – página 8851)	Ramez Tebet	Declara a inversão e suspensão temporária da discussão da PEC nº 5/2002.
3.9.2002 (DSF de 4.9.2002 – página 15647)	Edison Lobão	Impugnação do RQS nº 490/2002, do Senador Ricardo Santos.
3.9.2002 (DSF de 4.9.2002 – página 16656)	Edison Lobão	Decisão sobre a Petição nº 5/2002.
29.10.2002 (DSF de 30.10.2002, página 18684)	Ramez Tebet	Comunica o ponto facultativo para o dia 1º.11.2002.
30.10.2002 (DSF de 31.10.2002, página 18742)	Ramez Tebet	Decisão sobre o uso do novo sistema eletrônico de votação do Plenário do Senado Federal.

H.2.2.2) Associativas

Sessão	Presidente	Assunto
18.2.2002 (DSF de 19.2.2002 – página 49)	Antônio Carlos Valadares	Por ocasião do encaminhamento de votação de requerimentos de homenagens pelo falecimento do Deputado Federal Nelson Marchezan.
19.2.2002 (DSF de 20.2.2002 – página 375)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador Pedro Piva, em que foi aparteado por muitos Srs. Senadores.
19.2.2002 (DSF de 20.2.2002 – página 393)	Carlos Wilson	Por ocasião do encaminhamento de votação de requerimento de homenagens póstumas à memória do Prefeito do Município de Santo André, Celso Daniel.
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1435)	Ramez Tebet	Por ocasião das homenagens prestadas, na Hora do Expediente, ao Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Constituinte Mário Covas, falecido no dia 6 de março de 2001.
13.3.2002 (DSF de 14.3.2002 – página 2147)	Ramez Tebet	Por ocasião dos discursos da Hora do Expediente destinada à entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.
15.3.2002 (DSF de 16.3.2002 –	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento do Senador Carlos Patrocínio de homenagem à memória do ex-Presidente João Goulart, regis-

Sessão	Presidente	Assunto
página 2359)		trando a inauguração, dia 13.3.2002, da exposição “Jango, João Goulart – Lembranças da História na Central do Brasil”.
19.3.2002 (DSF de 20.3.2002 – página 2447)	Ramez Tebet	Por ocasião das homenagens prestadas à Zona Franca de Manaus, pelo transcurso do seu 35º aniversário.
22.3.2002 (DSF de 23.3.2002 – página 2922)	Mozarildo Cavalcanti	Por ocasião do pronunciamento do Senador Pedro Simon de repúdio à moção dos Estados Unidos contra o Embaixador brasileiro José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para proscricção de Armas Químicas – OPAQ, e da apresentação de requerimento solicitando voto de solidariedade ao referido Embaixador.
1º.4.2002 (DSF de 2.4.2002 – página 3262)	Edison Lobão	Por ocasião das homenagens prestadas à memória do notável Senador Josaphat Marinho.
3.4.2002 (DSF de 4.4.2002 – página 3680)	Ramez Tebet	Por ocasião da aprovação do PLS nº 196/96, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.
10.4.2002 (DSF de 11.4.2002 – página 40130)	Antônio Carlos Valadares	Por ocasião do pronunciamento do Senador Ney Suassuna de relato sobre as ações empreendidas por S. Exa. à frente do Ministério da Integração Nacional.
10.4.2002 (DSF de 11.4.2002 – página 4100)	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, pela ordem, de congratulações à Mesa do Senado e à equipe da TV Senado pelo recebimento de prêmio na categoria de melhor emissora na área de utilidade pública, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte.
11.4.2002 (DSF de 12.4.2002 – página 4227)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, pela ordem, parabenizando a sua posse na Secretaria Nacional da Mulher.
18.4.2002 (DSF de 19.4.2002 – páginas 5039/40)	Ramez Tebet	Por ocasião da aprovação do PLC nº 9/2002.
18.4.2002 (DSF de 19.4.2002 – páginas 5043)	Ramez Tebet	Por ocasião da aprovação do PLC nº 21/2002.
18.4.2002 (DSF de 19.4.2002 – página 5210)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento do Senador Antônio Carlos Valadares de homenagem à nossa Capital Federal, Brasília.
22.4.2002 (DSF de 23.4.2002 – página 5518)	Carlos Patrocínio	Por ocasião do pronunciamento do Senador Iris Rezende de considerações sobre os trabalhos da Comissão Especial Mista de Segurança Pública.
22.4.2002 (DSF de 23.4.2002 – página 5528)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento do Senador Ricardo Santos, no qual registra a realização de seminário “Educação Infantil: Construindo o Presente”, no Auditório Petrônio Portella, nos dias 23 e 24.4.
23.4.2002 (DSF de 24.4.2002 – página 5799)	Ramez Tebet	Por ocasião da apreciação do PLV nº 8/2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
24.4.2002 (DSF de 25.4.2002 – página 5928)	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento do Senador Gilvam Borges de homenagem ao Senador José Sarney pelo transcurso do seu 72º aniversário.

Sessão	Presidente	Assunto
página 5928)		
29.4.2002 (DSF de 30.4.2002 – página 6654)	Ramez Tebet	Por ocasião da aprovação do RQS nº 226/2002, do Senador Pedro Simon, de homenagens prestadas ao médico pediatra Dr. Rinaldo De Lamare, por ocasião do seu falecimento.
17.5.2002 (DSF de 18.5.2002 – página 8372)	Pedro Simon	Por ocasião do pronunciamento do Senador Francisco Escórcio de felicitações ao Presidente do STF pela aprovação do projeto de lei que cria a TV Justiça.
29.5.2002 (DSF de 30.5.2002 – página 9718)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento do Senador Artur da Távola de homenagens ao Padre Henrique de Lima Vaz, à jornalista Carmen Kozak e ao político João Amazonas.
29.5.2002 (DSF de 30.5.2002 – página 9845)	Carlos Wilson	Por ocasião das homenagens de pesar prestadas ao grande brasileiro João Amazonas, por ocasião de seu falecimento.
4.6.2002 (DSF de 5.6.2002 – página 10331)	Ramez Tebet	Por ocasião dos vários pronunciamentos de homenagem pelo transcurso do 60º aniversário da Vale do Rio Doce.
12.6.2002 (DSF de 13.6.2002 – página 11621)	Ramez Tebet	Por ocasião dos vários pronunciamentos de vários Senadores na Sessão Especial destina a dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República.
18.6.2002 (DSF de 19.6.2002 – página 12394)	Edison Lobão	Por ocasião da aprovação do RQS nº 390/2002, dos Senadores Luiz Otávio e Fernando Ribeiro, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Tebet, irmão do Senador Ramez Tebet.
18.6.2002 (DSF de 19.6.2002 – página 12404)	Carlos Wilson	Por ocasião da homenagens de pesar prestadas ao Professor Álvaro Campos, irmão do Senador Lauro Campos.
19.6.2002 (DSF de 20.6.2002 – página 12490)	Ramez Tebet	Por ocasião dos vários pronunciamentos de Senadores saudando o 29º aniversário da EMBRAPA.
25.6.2002 (DSF de 26.6.2002 – página 13212 e 13213)	Ramez Tebet	Por ocasião da votação dos RQS nºs 419 e 420/2002, dos Senadores Eduardo Suplicy; Eduardo Siqueira Campos e Eduardo Suplicy, respectivamente, de homenagens aos Srs. Carlito Maia e ex-Senador Henrique Santillo.
26.6.2002 (DSF de 27.6.2002 – página 13485)	Carlos Wilson	Por ocasião do pronunciamento do Senador Francelino Pereira de homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Roberto Drummond.
26.6.2002 (DSF de 27.6.2002 – página 13506)	Ramez Tebet	Por ocasião da votação do RQS nº 425/2002, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador pelo Estado de Goiás e ex-Senador Henrique Antônio Santillo.
27.6.2002 (DSF de 28.6.2002 – página 13715)	Antônio Carlos Valadares	Por ocasião da votação do RQS nº 447/2002, de homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista de Sergipe, Roberto Batista, ocorrido sábado, dia 22 de junho, na cidade de Aracajú-SE.
1º.7.2002 (DSF de 2.7.2002 – página 14593)	Valmir Amaral	Por ocasião da votação do RQS nº 460/2002, de homenagens pelo falecimento de Francisco Cândido Xavier (Chico Xavier).
20.8.2002 (DSF de 21.8.2002 – página 15641)	Mozarildo Cavalcanti	Por ocasião das homenagens prestadas à Maçonaria.

Sessão	Presidente	Assunto
31.10.2002 (DSF de 1.11.2002 – página 18786)	Edison Lobão	Por ocasião das homenagens prestadas à memória do poeta Carlos Drummond de Andrade.
12.11.2002 (DSF de 13.11.2002 – página 21307)	Ramez Tebet	Por ocasião do uso da palavra pelo Senador Roberto Freire, anunciando a morte de um amigo seu e companheiro de Partido.
19.11.2002 (DSF de 20.11.2002 – página 22188)	Mozarildo Cavalcanti	Por ocasião das homenagens prestadas, pelo Senador Eduardo Suplicy, à memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.
21.11.2002 (DSF de 22.11.2002 – página 22444)	Ramez Tebet	Por ocasião das homenagens prestadas, pelo Senador Lindberg Cury, aparteado por outros Senadores, aos libaneses.
28.11.2002 (DSF de 29.11.2002 – página 23011)	Edison Lobão	Por ocasião das homenagens prestadas, pelo Senador Teotônio Vilela Filho, em discurso, à memória do ex-Senador Teotônio Vilela, no transcurso dos 19 anos de seu falecimento.
4.12.2002 (DSF de 5.12.2002 – página 23524)	Ramez Tebet	Por ocasião das homenagens prestadas, pelo Senador Maguito Vilela, pelo transcurso, em 29 de novembro, do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.
4.12.2002 (DSF de 5.12.2002 – página 23608)	Carlos Wilson	Por ocasião das homenagens prestadas ao ex-Senador Gilvan Rocha.
5.12.2002 (DSF de 6.12.2002 – página 23652)	Nabor Júnior	Por ocasião do pronunciamento do Senador Ney Suassuna de saudação ao Embaixador Russo e Parlamentares da Rússia.
10.12.2002 (DSF de 11.12.2002 – página 25292)	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador Paulo Souto.
11.12.2002 (DSF de 12.12.2002 – página 25403)	Edison Lobão	Por ocasião dos vários pronunciamentos de homenagens ao arquiteto Oscar Niemeyer.
11.12.2002 (DSF de 12.12.2002 – página 25421)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador Bernardo Cabral.
11.12.2002 (DSF de 12.12.2002 – página 25446)	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador José Alencar.
12.12.2002 (DSF de 13.12.2002 – página 25946)	Mozarildo Cavalcanti	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador Nabor Júnior.
12.12.2002 (DSF de 13.12.2002 – página 25951)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento de despedida do Senador Casildo Maldaner.
16.12.2002 (DSF de 17.12.2002 – página 26.171)	Edison Lobão	Por ocasião dos pronunciamentos de despedida dos Srs. Senadores Carlos Patrocínio, Lúcio Alcântara, Emília Fernandes e Arlindo Porto.

H.2.2.3) Registros da presença de autoridades na Casa

Sessão	Presidente	Autoridades
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1416)	Ramez Tebet	Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin.
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1421)	Ramez Tebet	Ministro Artur Virgílio; Ministro Interino do Desenvolvimento Agrário, José Abrão; Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira, Deputado José Aníbal; Deputado Federal Arnaldo Madeira, Líder do Governo na Câmara dos Deputados; e Deputado Jutahy Magalhães, Líder do PSDB na Câmara.
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1424)	Ramez Tebet	Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves.
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1431)	Ramez Tebet	Ministro das Comunicações, Dr. Pimenta da Veiga.
6.3.2002 (DSF de 7.3.2002 – página 1772)	Ramez Tebet	Sr. Jean Ziegler, Relator Temático da Organização das Nações Unidas para o Direito à Alimentação Adequada.
19.3.2002 (DSF de 20.3.2002 – página 2433)	Antônio Carlos Valadares	Drs. Cesar Brito, Clovis Barbosa, Edson Ulisses, Advogados integrantes da Secção Regional da OAB do Estado de Sergipe, e o Procurador do Conal, Dr. João Fontes, e do Superintendente Ozi-as Monteiro. Dr. José Nasser, Presidente da Federação das Indústrias do Amazonas, do Sr. Maurício Loureiro, Presidente do Centro da Indústria do Amazonas, do Dr. José Carlos Reston, Superintendente do Sebrae, e do Dr. Antônio Sérgio de Melo, ex-Superintendente da Suframa. Dos Deputados Federais Francisco Garcia e Euler Ribeiro, e dos Deputados Estaduais Alfredo Almeida e Belarmino Lino.
2.4.2002 (DSF de 3.4.2002 – página 3260)	Ramez Tebet	Ministro Martus Tavares, que se encontra, informalmente, em visita às Sras. e aos Srs. Senadores, numa deferência toda especial à Casa.
2.4.2002 (DSF de 3.4.2002 - - página 3520)	Ramez Tebet	Ministro da Integração Nacional, Senador Ney Suassuna.
4.4.2002 (DSF de 5.4.2002 – página 3808)	Ramez Tebet	Sr. José Armando de Figueiredo Campos, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão.
9.4.2002 (DSF de 10.4.2002 – página 4196)	Ramez Tebet	Governador de Alagoas, Ronaldo Lessa.
29.4.2002 (DSF de 30.4.2002 – página 6639)	Ramez Tebet	Parlamentares da Espanha, em visita ao nosso País.
12.6.2002 (DSF de 13.6.2002 – página 11608)	Ramez Tebet	Ministro Edson Vigigal, do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão	Presidente	Autoridades
12.6.2002 (DSF de 13.6.2002 – página 11771)	Ramez Tebet	Deputado Federal e ex-Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer.
14.6.2002 (DSF de 15.6.2002 – página 12071)	Fernando Ribeiro	Ex-Senador e atual Governador do Estado do Ceará Beni Veras.
29.10.2002 (DSF de 30.10.2002, página 18671)	Antônio Carlos Valadares	Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva.
11.11.2002 (DSF de 12.11.2002 – página 21018)	Ramez Tebet	Governador do Estado do Tocantins, Sr. Siqueira Campos; Governador eleito do Estado do Tocantins, Sr. Marcelo Miranda; Senador eleito pelo Estado do Tocantins, João Ribeiro; Senador eleito pelo estado da Paraíba, Sr. Efrain Moraes; e Deputados Federais eleitos pelo Estado do Tocantins, Sr. Eduardo Gomes e Sr. Maurício Rebelo.
18.11.2002 (DSF de 19.11.2002 – página 22159)	Ramez Tebet	Senador Michel Biron, representante da província de Quebec, do país amigo Canadá.
5.12.2002 (DSF de 6.12.2002 – página 23652)	Nabor Júnior	Embaixador da Rússia e uma comitiva de parlamentares daquele país.

H.2.2.4) Registros diversos

Sessão	Presidente	Registro
27.2.2002 (DSF de 28.2.2002 – página 998)	Edison Lobão	Alerta aos Srs. Senadores quanto ao uso da palavra pela Liderança de partidos, no sentido de que esta seja realmente para uma comunicação urgente de interesse partidário.
19.3.2002 (DSF de 20.3.2002 – página 2448)	Ramez Tebet	Registra reunião que realizou na manhã de 19.3.2002 com todos os Líderes de partidos e com o Líder do Governo, no Gabinete da Presidência, para realização de uma sessão deliberativa extraordinária .
20.3.2002 (DSF de 21.3.2002 – página 2710)	Ramez Tebet	Registra o seu contentamento com a desobstrução da pauta com a votação de medidas provisórias e faz comentários sobre outros assuntos.
27.3.2002 (DSF de 28.3.2002 – página 3159)	Mozarildo Cavalcanti	Comunica ao Plenário que o comparecimento de S. Exa. o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer, agendado para o dia 2 de abril de 2002, foi transferido para o dia 4 de abril de 2002.
1º.4.2002 (DSF de 2.4.2002 – página 3273)	Ramez Tebet	Registra o falecimento do ilustre Senador Josaphat Marinho.
17.4.2002 (DSF de 18.4.2002 – página 4884)	Ramez Tebet	Registra a presença de companheiros e companheiras de Lions Clube de várias Unidades da Federação brasileira e o Presidente do Lions Internacional.
26.6.2002 (DSF de 27.6.2002 – página 13494)	Carlos Wilson	Comunica que a Subsecretaria de Anais e o Prodasen estão disponibilizando, na Internet, a partir de 26.6.2002, um acervo histórico contendo toda a atividade do Senado Federal desde a sua primeira sessão, realizada em 6 de maio de 1826, até os nossos dias, incluindo, também, as Assembléias Constituintes, totali-

Sessão	Presidente	Registro
		zando 600 mil páginas de documentos.
7.8.2002 (DSF de 8.8.2002 – página 15417)	Ramez Tebet	Comunica que no dia 11 de agosto de 2002, será comemorada uma grande data: a da criação dos cursos jurídicos no País. É o Dia do Advogado.
7.8.2002 (DSF de 8.8.2002 – página 15478)	Ramez Tebet	Comunica à Casa que, a partir do dia 8.8.2002, o Senado Federal funcionará em condições especiais, no período em que antecede as eleições gerais.
9.10.2002 (DSF de 10.10.2002, página 18330)	Ramez Tebet	Comunica ao Plenário que a Mesa e os Srs. Líderes resolveram que no período de 10 a 27.10.2002, as sessões seriam não-deliberativas.
27.11.2002 (DSF de 28.11.2002 – página 22882)	Ramez Tebet	Explicação à Casa em virtude de um pronunciamento do Senador Roberto Requião, em sessão presidida pelo Senador Maguito Vilela, com relação a arquivamento de projeto de sua autoria.
27.11.2002 (DSF de 28.11.2002 – página 22901)	Ramez Tebet	Comunica que a posse dos Excelentíssimos Senhores Luiz Inácio Lula da Silva e José Alencar Gomes da Silva será no dia 1º de janeiro de 2003, conforme manda a Constituição.
5.12.2002 (DSF de 6.12.2002 – página 23694)	Ramez Tebet	Tece considerações a respeito do “Jornal do Senado” quando dos pronunciamentos de alguns Senadores a respeito do mesmo.
12.12.2002 (DSF de 13.12.2002 – página 25986)	Ramez Tebet	Registra o lançamento da programação em ondas curtas da Rádio Senado, dia 12.12.2002, convidando os Senhores Senadores a comparecerem no Café dos Senadores.

H.2.2.5) Resposta a questionamento de Senadores

Sessão	Presidente	Autoridades
27.2.2002 (DSF de 28.2.2002 – página 2043)	Ramez Tebet	Resposta ao Senador Osmar Dias quando este, pela ordem, questiona quanto ao uso da palavra por dois líderes do governo simultaneamente.
6.3.2002 (DSF de 7.3.2002 – página 1772)	Ramez Tebet	Esclarecimento ao Senador Renan Calheiros quando, em discussão da Medida Provisória nº 9/2001, suscita algumas dúvidas.
21.5.2002 (DSF de 22.5.2002 – página 8788)	Carlos Wilson	Esclarecimento ao Senador Roberto Freire quando, pela ordem, solicitou urgência no atendimento a Ofício dirigido ao Sr. Diretor-Geral do Senado Federal.
22.5.2002 (DSF de 23.5.2002 – página 8848)	Edison Lobão	Esclarecimento ao Senador Eduardo Suplicy, quando, na discussão da PEC nº 5/2002, questiona sobre Reunião do Congresso Nacional para apreciação e votação do Conselho de Comunicação Social.

H.2.2.6) Consulta aos Líderes

Sessão	Presidente	Assunto
21.2.2002 (DSF de 22.2.2002 – página 695)	Ramez Tebet	Sobre a possibilidade de incluir, na Ordem do Dia da sessão de 26.2.2002, a MPV nº 8/2001.

Sessão	Presidente	Assunto
27.2.2002 (DSF de 28.2.2002 – página 1007)	Ramez Tebet	Sobre a possibilidade de incluir, na Ordem do Dia da sessão de 25.3.2002, a PMV nº 9/2001.
5.3.2002 (DSF de 6.3.2002 – página 1536/37)	Edison Lobão	Sobre a possibilidade de Inclusão, na Ordem do Dia da sessão do dia 6.3.2002, da Medida Provisória nº 11/2001, aprovada na Câmara nos termos do PLV nº 2/2002.
6.3.2002 (DSF de 7.3.2002 – página 1773)	Ramez Tebet	Sobre a obstrução de votação da MPV nº 9/2001.
18.4.2002 (DSF de 19.4.2002 – página 5207)	Ramez Tebet	Sobre a inclusão de medidas provisórias na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 23.4.2002.
19.4.2002 (DSF de 20.4.2002 – página 5410)	Mozarildo Cavalcanti	Consulta os Srs. Líderes sobre a inclusão de medidas provisórias em pauta na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 23.4.2002.
22.4.2002 (DSF de 23.4.2002 – página 5597)	Ramez Tebet	Sobre a inclusão de medidas provisórias, oportunamente, em Ordem do Dia.
23.4.2002 (DSF de 24.4.2002 – página 5800)	Ramez Tebet	Sobre a inclusão em Ordem do Dia de medidas provisórias.
9.5.2002 (DSF de 10.5.2002 – página 7744)	Carlos Wilson	Sobre a inclusão de medidas provisórias em Ordem do Dia.

H.2.2.7) De inclusão de matéria em Ordem do Dia

Sessão	Presidente	Assunto
11.4.2002 (DSF de 12.4.2002 – página 4297)	Luiz Otávio	Inclusão em Ordem do Dia de Medida Provisória.
17.4.2002 (DSF de 18.4.2002 – página 4912)	Edison Lobão	Inclusão em Ordem do Dia de MSF.
7.11.2002 (DSF de 8.11.2002 – página 20812)	Gilberto Mestrinho	Inclusão em Ordem do Dia de Medidas Provisórias.
14.11.2002 (DSF de 15.11.2002 – página 21740)	Carlos Patrocínio	Inclusão em Ordem do Dia de Medidas Provisórias.
26.11.2002 (DSF de 27.11.2002 – página 22759/60)	Ramez Tebet	Inclusão em Ordem do Dia de Medida Provisória.
2.12.2002 (DSF de 3.12.2002 –	Edison Lobão	Inclusão em Ordem do Dia de Medida Provisória.

Sessão	Presidente	Assunto
página 23267)		
3.12.2002 DSF de 4.12.2002 – página 23373)	Ramez Tebet	Inclusão em Ordem do Dia de Medida Provisória.

H.2.2.8) De esclarecimentos

Sessão	Presidente	Assunto
22.4.2002 (DSF de 23.4.2002 – página 5600)	Ramez Tebet	Por ocasião do pronunciamento do Senador José Fogaça de celeridade na tramitação de proposta de Emenda à Constituição.
6.8.2002 (DSF de 7.8.2002 – página 15199)	Ramez Tebet	Esclarece que o Prodasen e a Secretaria-Geral da Mesa, em cumprimento às determinações da Comissão Diretora, tomaram providências para efetuar as correções no sistema de votação eletrônica.

H.2.2.9) De agradecimento

Sessão	Presidente	Assunto
16.4.2002 (DSF de 17.4.2002 – página 4602)	Ramez Tebet	Por ocasião das interpelações feitas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Sérgio Silva do Amaral.
22.5.2002 (DSF de 23.5.2002 – página 8889)	Ramez Tebet	Após a aprovação da PEC nº 5/2002, agradece a Deus e a todo o Senado da República pela compreensão que estão tendo com relação à maneira pela qual vem dirigindo os trabalhos e a própria Casa.
23.5.2002 (DSF de 24.5.2002 – página 8998)	Ramez Tebet	Ao final das homenagens prestadas à CNBB, pelo transcurso do 50 anos de sua fundação.
8.10.2002 (DSF de 9.10.2002, página 18193)	Edison Lobão	Por ocasião do pronunciamento do Senador Eduardo Siqueira Campos.
9.12.2002 (DSF de 10.12.2002 – página 24900)	Edison Lobão	Agradece o cavalheirismo com que sempre foi distinguido pelos companheiros da Comissão Diretora, especialmente pelo seu Presidente, Senador Ramez Tebet, e pela colaboração que tanto honrou sua gestão como 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

H.2.2.10) Sobre Renúncia de Senador

Sessão	Presidente	Assunto
27.2.2002 (DSF de 28.2.2002 – página 1025)	Ramez Tebet	Esclarece que a renúncia do Senador Amir Lando, que aconteceu nesta sessão, refere-se ao período de 1995 a 2003, em decorrência de decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia referente ao mandato do Senador Fernando Matusalém, 1º

Sessão	Presidente	Assunto
		Suplente do Senador Ernandes Amorim.

H.2.2.11) De homenagens

Sessão	Presidente	Assunto
1º.7.2002 (DSF de 2.7.2002 – página 14595)	Ramez Tebet	Homenagens aos atletas brasileiros pela conquista do Penta- campeonato.
18.11.2002 (DSF de 19.11.2002 – página 22156)	Ramez Tebet	Homenagens pela passagem, em 15.11.2002, dos 113 anos da proclamação da República no Brasil.

H.3 – SESSÕES

H.3.1) Realizadas e não realizadas

O Senado Federal fez realizar 149 (cento e quarenta e nove) sessões plenárias e 12 (doze) reuniões, tendo realizado a primeira sessão em 18 de fevereiro de 2002, sendo:

Deliberativas Ordinárias	86
Deliberativas Extraordinárias	9
Não-Deliberativas	51

Observação:

O Plenário do Senado Federal, em sessão realizada no dia 7 de agosto de 2002, por proposta da Mesa e dos Líderes, resolveu, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno, funcionar de acordo com o disposto no Regimento Comum, ou seja, só reunir-se por convocação, tendo em vista as eleições gerais de 6 de outubro do corrente ano.

O parágrafo único do art. 36 da Lei Interna também estabelece que não é considerada a ausência do Senador nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, determinando que se aplique, ao caso, o art. 13.

Considerando o disposto no parágrafo primeiro do art. 44-A do Regimento Interno, e tendo em vista que as eleições gerais não foram concluídas no dia 6 de outubro, havendo segundo turno para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República e de Governadores dos Estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e do Distrito Federal, a Mesa e os Líderes resolveram, em 9.10.2002, que, no período de 10 a 27 de outubro, seriam realizadas sessões não-deliberativas, podendo, entretanto, em caso de necessidade de votação de matéria urgente, os Senadores serem convocados para Sessão Deliberativa com essa finalidade.

Das sessões plenárias realizadas, 3 (três) foram especiais: dias 5.3, 23.5 e 12.6.2002.

Deixaram de ser realizadas: 1 (uma) sessão, nos termos do art. 154, § 6, I, e 2 (duas) sessões, nos termos do art. 154, § 6º, III, do RISF.

H.3.2) Homenagens prestadas

H.3.2.1) Hora do Expediente

Dia 13.3 – destinada à entrega do “**Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz**” (RQS nº 21/2002, da Senadora Emilia Fernandes);

Dia 19.3 – dedicada a comemorar o **35º aniversário da Zona Franca de Manaus** (RQS nº 4/2002, do Senador Gilberto Mestrinho e outros Senadores);

Dia 4.6 – dedicada a homenagear a **Companhia Vale do Rio Doce**, pelo transcurso dos seus 60 (sessenta) anos de criação (RQS nº 239/2002, do Senador Luiz Otávio e outros);

Dia 20.8 – dedicada a homenagear a Maçonaria brasileira pelo transcurso do **Dia do Maçom** (RQS nº 47/2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores);

Dia 31.10 – dedicada a reverenciar a memória do poeta **Carlos Drumond de Andrade**, pelo transcurso de centenário de seu nascimento (RQS nº 199/2002, do Senador Tião Viana, José Sarney e outros Senadores);

Dia 13.11 – dedicada a reverenciar a memória do poeta **Carlos Drumond de Andrade**, pelo transcurso do centenário do seu nascimento (RQS nº 164/2002, dos Senadores Lúcio Alcântara e outros Senadores);

Dia 19.11 – destinada a homenagear a memória do **Dr. Prudente de Moraes**, primeiro Presidente civil da República, em face do transcurso do centenário do seu falecimento (RQS nº 513/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores).

H.3.2.2) Voto de pesar

Dia 18.2 – pelo falecimento do Deputado Federal **Nelson Marchezan**, (RQS nºs 1 e 2/2002, dos Senadores Pedro Simon e Geraldo Melo, respectivamente);

Dia 19.2 – pelo falecimento:
- do empresário goiano **Amadeu Camilo de Andrade** (RQS nº 5/2002, do Senador Maguito Vilela);
- do Prefeito do Município de Santo André, **Celso Daniel**, brutalmente assassinado dia 20.1.2002 (RQS nº 6/2002, do Senador José Eduardo Dutra e outros Senadores);
- de **Augusto César Leite Franco**, ocorrido dia 19.2.2002 (RQS nº 7/2002, dos Senadores Carlos Wilson e José Eduardo Dutra).

Dia 20.2 – pelo falecimento:
- dos atletas Thomaz Soares da Silva, **o Zizinho**, e Edvaldo Izídio Neto, **o Vavá** (RQS nºs 10 e 11/2002, do Senador Maguito Vilela);
- do Vice-Prefeito de Chã Grande, Pernambuco, Sr. Jaci Moreira dos Santos (RQS nº 16/2002, do Senador Carlos Wilson);

Dia 21.2 – pelo falecimento:
- do economista **Juvenal Osório Gomes** (RQS nº 22/2002, do Senador Roberto Saturnino);
- da Sra. **Lucy Montoro**, ocorrido dia 15.2, em São Paulo, aos 85 anos, vítima de acidente automobilístico (RQS nº 23/2002, do Senador Eduardo Suplicy);

Dia 5.3 – do ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado da Saúde e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, **José Bernardes Neto** (RQS nº 48/2002, da Senadora Heloísa Helena);

Dia 11.3 – pelo falecimento do **Dr. Genésio Borges de Andrade** (RQS nº 63/2002, do Senador Mauro Miranda);

Dia 12.3 – pelo falecimento:
- do Sr. **Luiz Carlos Barbosa Lessa**, escritor, tradicionalista e historiador gaúcho, ocorrido em 11.3, na cidade de Camaquã/RS (RQS nº 64/2002, da Senadora Emília Fernandes, e Senadores Pedro Simon e José Fogaça);
- do economista e Nobel de Economia, **James Tobin**, (RQS nº 67/2002, dos Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino);

Dia 21.3 – pelo falecimento:
- da Senadora colombiana **Marta Catalina Daniels**, assassinada no dia 2.3.2002 (RQS nº 68/2002, da Senadora Maria do Carmo Alves);

- do economista Nobel de economia em 1981, **James Tobin**, ocorrido dia 11.3 (RQS nº 67/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores);

- do Sr. **Luiz Carlos Barbosa Lessa**, escritor, tradicionalista e historiador gaúcho, ocorrido dia 11.3.2002 em Camaquã, Rio Grande do Sul (RQS nº 64/2002, da Senadora Emilia Fernandes e outros Senadores);

Dia 27.3 – pelo falecimento da Sra. **Saula Sebba** (RQS nº 121/2002, do Senador Mauro Miranda);

Dia 1º.4 – pelo falecimento do ex-Senador **Josaphat Marinho** (RQS nºs 124, 125, 126 e 138/2002, dos Senadores Bernardo Cabral; Waldeck Ornelas e Edison Lobão; Pedro Simon e outros Senadores; e Antonio Carlos Júnior, respectivamente);

Dia 9.4 – pelo falecimento do maestro paraense **Wilson Fonseca** (RQS nº 148/2002, do Senador Ademir Andrade);

Dia 29.4 – pelo falecimento, dia 28.4, no Rio de Janeiro, do Médico Pediatra **Dr. Rinaldo De Lamare** (RQS nº 226/2002, do Senador Pedro Simon);

Dia 7.5 – pelo falecimento do Prefeito de Gravatá, Pernambuco, Sr. **Sebastião Martiniano**, ocorrido em 27.4.2002 (RQS nº 231/2002, do Senador Carlos Wilson);

Dia 9.5 – pelo falecimento do Deputado Estadual **Elias Ximenes do Prado Júnior** (RQS nº 243/2002, do Senador Freitas Neto);

Dia 15.5 – pelo falecimento:

- da **Irmã Helena**, nascida na cidade de Drempt, Holanda, e batizada com o nome de Gerharda Maria Bendino Vredegoor (RQS nº 259/2002, do Senador Heloísa Helena);

- do ambientalista **José Lutzemberger** (RQS nº 260/2002, do Senador Pedro Simon e outros Senadores);

Dia 20.5 – pelo falecimento do Dr. **Edenval Caiado** (RQS nº 266/2002, do Senador Mauro Miranda);

Dia 21.5 – pelo falecimento de **Vera Tamem de Andrada** (RQS nº 277/2002, do Senador Francelino Pereira);

Dia 29.5 – pelo falecimento:

- do senhor **João Amazonas de Souza Pedroso**, ocorrido em 27.5.2002 (RQS nº 298/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores);

- da jornalista **Carmem Kozak** (RQS nº 311/2002, do Senador Lúcio Alcântara);

Dia 31.5 – pelo falecimento:

- do senhor **Mário Lago**, ocorrido no dia 30.5.2002 (RQS nº 312/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros);

- do Embaixador **José Sette Câmara**, ocorrido em 30.5.2002 (RQS nº 314/2002, do Senador Roberto Saturnino);

Dia 11.6 – pelo falecimento do jornalista Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, **Tim Lopes** (RQS nºs 359 e 362/2002, da Senadora Emilia Fernandes; Marluce Pinto e Carlos Wilson, respectivamente);

Dia 17.6 – pelo falecimento do ex-Deputado **Juarez Bernardes**, ocorrido dia 15.6 (RQS nº 381/2002, dos Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda);

Dia 18.6 – pelo falecimento do Sr. **Antônio Tebet**, irmão do Senador Ramez Tebet (RQS nº 390/2002, dos Senadores Luiz Otávio e Fernando Ribeiro);

Dia 25.6 – pelo falecimento:

- do publicitário **Carlito Maia** (RQS nº 419/2002, do Senador Eduardo Suplicy);

- do ex-Senador e ex-Governador do Estado de Goiás **Henrique Santillo** (RQS nº 420/2002, dos Senadores Eduardo Siqueira Campos e Eduardo Suplicy);

Dia 26.6 – pelo falecimento do escritor **Roberto Drummond** (RQS nº 422/2002, do Senador Francelino Pereira e outros Senadores);

Dia 27.6 – pelo falecimento:

- do jornalista de Sergipe, **Roberto Batista**, ocorrido sábado, dia 22.6.2002, na cidade de Aracaju-SE (RQS nº 447/2002, do Senador Antônio Carlos Valadares);

- de Dona **Dalva Motta Costa**, Presidente do Conselho de Sócios do Diário do Comércio/Jornal da Casa, de Belo Horizonte (RQS nº 457/2002, do Senado Francelino Pereira);

Dia 1º.7 – pelo falecimento de **Francisco Cândido Xavier** (RQS nº 460/2002, do Senador Ramez Tebet);

Dia 5.8 – pelo falecimento do jornalista **Ferreira Neto**, pioneiro nos debates pela volta do Estado Democrático de Direito, em nosso País, tendo sido seus programas por diversas vezes censurado, em função dessa sua luta (RQS nº 461/2002, do Senador Bernardo Cabral);

Dia 6.8 – pelo falecimento do poeta **Patativa do Assaré**, ocorrido no dia 18.7.2002 (RQS nº 471/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores);

Dia 20.8 – pelo falecimento da Sra. **Consuelo Nasser** (RQS nº 487/2002, dos Senadores Mauro Miranda, Maguito Vilela e Iris Rezende);

Dia 28.8 – pelo falecimento do Senador **Albino Gonçalves Boaventura** (RQS nº 489/2002, do Senador Mauro Miranda);

Dia 4.9 – pelo falecimento do ex-Deputado Estadual do MDB do Rio Grande do Sul, **João Brusa Netto** (RQS nº 494/2002, dos Senadores Pedro Simon, Emilia Fernandes e José Fogaça);

Dia 5.9 – pelo falecimento do Senhor **Manoel Caribe Filho** (RQS nº 496/2002, dos Senadores Francelino Pereira e Carlos Patrocínio);

Dia 10.9 – pelo falecimento:

- do filósofo **Gerd Bornheim** (RQS nº 497/2002, da Senadora Emilia Fernandes);

- do Cardeal **Dom Lucas Moreira Mendes** (RQS nº 498/2002, do Senador Pedro Simon e outros Senadores);

- do ex-Senador **Freitas Cavalcanti**, ocorrido em Maceió (RQS nº 500/2002, do Senador Renan Calheiros).

Dia 9.10 – pelo falecimento do sociólogo **José Eduardo Utzig** (RQS nº 509/2002, da Senadora Emilia Fernandes);

Dia 11.10 – pelo falecimento do médico **João Resende Alves** (RQS nº 512/2002, do Senador Francelino Pereira);

Dia 29.10 – pelo falecimento do empresário goiano **Manuel da Cunha Rego Madruga** (RQS nº 518/2002, do Senador Maguito Vilela);

Dia 11.11 – pelo falecimento da Sra. **Maria Dolores Alcântara da Silva** (RQS nº 526/2002, dos Senadores Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha, Nabor Júnior e Edison Lobão);

Dia 21.11 – pelo falecimento:

- de **Winiston Nunes de Melo, Henriclay Prata de Almeida, Karla Mariana da Silva, Tássia Monique de Aquino Souza, Issac Cabral Aguiar e Marcela Gomes Alves** (RQS nº 668/2002, do Senador Antônio Carlos Valadares);

- do ex-Ministro e ex-Senador **Amaury de Oliveira e Silva** (RQS nº 669/2002, do Senador Olivir Gabardo).

Dia 4.12 – pelo falecimento do ex-Senador **Gilvan Rocha** (RQS nº 702/2002, dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Carlos Wilson e José Eduardo Dutra);

Dia 12.12 – pelo falecimento do ex-Deputado **Manoel Nogueira Filho** (RQS nº 722/2002, do Senador Freitas Neto);

Dia 16.12 – pelo falecimento do Desembargador **Henrique Chesneau Lenz César** (RQS nº 731/2002, do Senador Olivir Gabardo).

H.3.2.3) Voto de aplauso

Dia 4.3 – à **Delegação Especial da Palestina no Brasil**, pelo transcurso do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Palestino (RQS nº 720/2001, dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido);

Dia 6.8 – à **Rádio Clube Paranaense B2**, pelo transcurso do seu septuagésimo oitavo aniversário (RQS nº 114/2002, do Senador Osmar Dias);

Dia 10.9 – ao Prefeito Municipal de Teresina, **Firmino Filho**, pelas homenagens prestadas à cidade de Teresina por ocasião do seu sesquicentenário (RQS nº 499/2002, do Senador Benício Sampaio);

Dia 16.12 - pela posse do professor **Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo**, no cargo de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em Belo Horizonte (RQS nº 728/2002, do Senador Francelino Pereira).

H.3.2.4) Voto de louvor

Dia 2.4 – à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 2002, cujo tema é **Fraternidade e os Povos Indígenas** (RQS nº 12/2002, do Senador Mauro Miranda);

Dia 6.8 – ao **Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário**, pela posse no cargo de Procurador da Justiça, ocorrida em 5.8.2002, em Aracaju-SE (RQS nº 472/2002).

H.3.2.5) Voto de congratulações

Dia 21.2 – à empresa **Coca-Cola**, pelo transcurso, em 18.4.2002, de seus 60 (sessenta) anos de atuação no Brasil (RQS nº 189/2002, do Senador Edison Lobão);

Dia 15.5 – ao **Papa João Paulo II**, pelo transcurso do octogésimo segundo aniversário (RQS nº 235/2002, do Senador Mozarildo Cavalcanti);

Dia 29.5 – ao **Timor Leste**, pela eleição do Excelentíssimo Senhor Xanana Gusmão, para Presidente daquele País, no dia 14.4.2002 (RQS nºs 175 e 176/2002, dos Senadores Eduardo Suplicy e outros Senadores, e Geraldo Cândido, respectivamente);

Dia 6.8 – à **Emissora de Televisão Nazaré**, pelo início de suas atividades (RQS nº 252/2002, do Senador Ademir Andrade).

H.3.2.6) Voto de censura

Dia 24.4 – ao governo do Estado de Israel pela invasão militar da Cisjordânia, Estado da Palestina (RQS nº 136/2002, do Senador Geraldo Cândido);

H.3.2.7) Manifestação de Apoio

Dia 12.6 – ao Primeiro-Ministro **Kjell Magne Bondevik**, Presidente do Parlamento da Noruega, pelo proficiente trabalho realizado pela “Pastoral da Criança” em prol da sociedade brasileira, com vistas a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz (RQS nº 377/2002, dos Senadores Ramez Tebet e Artur da Távola);

H.3.2.8) Moção

Dia 18.6 - de repúdio ao uso de armas de destruição em massa, comunicando aos parlamentares da Índia e do Paquistão o apelo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Brasileiro para que os conflitos entre os dois países sejam resolvidos pacificamente, pela negociação, pela intermediação, sem guerra e sem cogitar do uso de armas atômicas (RQS nº 380/2002, do Senador Roberto Saturnino e outros Senadores da CRE);

H.4 – COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO AO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer

Instrumento de convocação: RQS n^{os} 53, 54 e 137/2002, dos Senadores, Paulo Hartung; Romero Jucá; Eduardo Suplicy, Paulo Hartung e Jefferson Péres, respectivamente.

Assunto: Esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico e seus efeitos na economia brasileira, tanto no mercado interno quanto no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo Governo brasileiro, e a posição que o Governo brasileiro adotará frente ao agravamento da situação entre palestinos e israelenses no Oriente Médio.

Comparecimento: Sessão Deliberativa Ordinária de 4 de abril de 2002, às 11h30.

Interpelantes: Senadores Paulo Hartung, Fernando Bezerra, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Artur da Távola e Tião Viana.

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Sérgio Silva do Amaral

Instrumento de convocação: RQS n^{os} 51 e 52/2002, dos Senadores, Paulo Hartung e Romero Jucá

Assunto: Esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico e na economia brasileira, nos mercados internos e externo, bem como sobre as medidas que serão adotadas pelo Governo brasileiro.

Comparecimento: Sessão Deliberativa Ordinária de 16 de abril de 2002, às 14h30.

Interpelantes: Senadores Paulo Hartung, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, José Jorge, Arlindo Porto, Pedro Simon, Jefferson Péres e José Fogaça.

H.5 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA COMPOSIÇÃO DA MESA QUE DIRIGE OS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS

Senadores	Presidência	Secretaria
Ademir Andrade	1	-
Adir Gentil	1	1
Álvaro Dias	3	1
Amir Lando	2	1
Antero Paes de Barros	2	8
Antonio Carlos Júnior	1	-
Antônio Carlos Valadares	51	-
Arlindo Porto	1	-
Bello Parga	4	1
Benício Sampaio	3	3
Carlos Patrocínio	9	13
Carlos Wilson	34	34
Casildo Maldaner	6	7
Chico Sartori	3	2
Edison Lobão	80	-
Eduardo Siqueira Campos	-	1
Eduardo Suplicy	1	2
Emília Fernandes	1	1
Fernando Ribeiro	2	3
Francelino Pereira	5	3
Francisco Escórcio	4	2
Freitas Neto	-	1

Senadores	Presidência	Secretaria
Gilberto Mestrinho	2	1
Gilvam Borges	-	1
Heloísa Helena	2	6
Iris Rezende	-	1
Jefferson Peres	1	-
João Alberto Souza	3	1
Jonas Pinheiro	1	1
José Coelho	3	2
José Fogaça	4	1
José Jorge	1	-
Juvêncio da Fonseca	1	2
Lauro Campos	2	1
Leomar Quintanilha	1	2
Lindberg Cury	12	2
Lúdio Coelho	7	4
Luiz Otávio	14	12
Maguito Vilela	9	4
Maria do Carmo Alves	1	6
Marina Silva	1	-
Marluce Pinto	4	2
Mauro Miranda	5	6
Moreira Mendes	5	6
Mozarildo Cavalcanti	70	64
Nabor Junior	23	14
Ney Suassuna	1	1

Senadores	Presidência	Secretaria
Osmar Dias	3	-
Paulo Hartung	-	1
Pedro Simon	2	-
Ramez Tebet	92	-
Reginaldo Duarte	3	2
Renan Calheiros	1	-
Ricardo Santos	2	-
Roberto Requião	3	-
Romero Jucá	1	1
Romeu Tuma	6	9
Ronaldo Cunha Lima	1	1
Sebastião Rocha	1	1
Teotônio Vilela Filho	1	-
Tião Viana	3	6
Valmir Amaral	1	1
Waldeck Ornelas	2	1
Wellington Roberto	1	1

H.6 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

H.6.1. – Proposições apresentadas

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Ademir Andrade	-	5	-	-	3	1	-
Adir Gentil	-	1	-	1	-	14	-
Alberto Silva	-	-	-	-	-	1	-
Álvaro Dias	2	5	-	-	6	23	-
Amir Lando	-	-	-	1	1	5	22
Antero Paes de Barros	-	1	-	-	4	9	-
Antonio Carlos Júnior	2	2	-	1	15	45	1
Antônio Carlos Valadares	-	1	-	-	18	28	1
Ari Stadler	-	5	-	-	3	1	1
Arlindo Porto	-	1	-	1	3	46	5
Artur da Távola	-	1	-	-	5	1	2
Bello Parga	-	-	-	1	4	8	-
Benício Sampaio	-	4	-	-	1	23	-
Bernardo Cabral	1	1	-	-	5	12	-
Carlos Bezerra	-	46	-	1	5	2	-
Carlos Patrocínio	-	4	-	-	4	-	1
Carlos Wilson	-	11	-	1	14	61	1
Casildo Maldaner	-	6	-	-	3	21	-
Chico Sartori	1	4	-	-	1	8	-
Edison Lobão	-	5	-	1	8	42	-
Eduardo Siqueira Campos	-	-	-	-	5	17	-
Eduardo Suplicy	-	-	-	1	72	22	2

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Emília Fernandes	-	-	-	1	9	37	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	2	-	1
Fernando Ribeiro	1	-	-	-	-	5	1
Francelino Pereira	-	2	1	1	11	37	-
Francisco Escórcio	4	3	1	-	3	2	-
Freitas Neto	-	4	-	-	2	11	-
Geraldo Althoff	-	2	-	-	5	23	1
Geraldo Cândido	-	-	-	-	8	22	-
Geraldo Melo	1	3	-	-	23	13	17
Gerson Camata	3	3	-	-	4	10	-
Gilberto Mestrinho	-	1	-	-	1	7	-
Gilvam Borges	-	-	-	-	1	21	1
Heloísa Helena	-	-	-	1	31	-	4
Íris Rezende	1	-	-	-	5	9	3
Jefferson Péres	-	1	-	-	1	6	1
João Alberto Souza	-	3	-	-	6	-	-
Jonas Pinheiro	-	1	-	-	1	34	-
Jorge Bornhausen	-	-	-	-	2	-	-
José Agripino	-	2	-	-	1	5	-
José Alencar	-	-	-	-	3	-	-
José Coelho	-	-	-	-	-	3	-
José Eduardo Dutra	-	1	-	-	4	4	1
José Fogaça	-	-	-	-	5	14	2
José Jorge	-	-	-	-	-	17	-
José Sarney	-	1	-	-	1	4	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
José Serra	-	-	-	-	1	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	-	-	-	2	41	2
Lauro Campos	-	7	-	-	-	1	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	3	4	-
Líderes	-	-	-	-	75	-	-
Lindberg Cury	-	2	-	-	3	11	3
Lúcio Alcântara	-	4	-	4	12	24	3
Lúdio Coelho	-	-	-	-	2	9	-
Luiz Otávio	-	4	-	-	6	36	1
Luiz Pastore	-	2	-	-	2	7	-
Luiz Pontes	-	-	-	-	2	8	-
Maguito Vilela	-	4	-	-	9	7	-
Maria do Carmo Alves	-	5	-	-	4	25	3
Marina Silva	1	2	-	-	4	8	5
Marluce Pinto	-	-	-	-	2	21	-
Mauro Miranda	1	5	-	-	21	35	1
Moreira Mendes	1	14	-	-	9	20	1
Mozarildo Cavalcanti	3	10	1	-	28	62	4
Nabor Júnior	-	-	1	-	3	17	1
Ney Suassuna	-	-	-	-	3	10	1
Olivir Gabardo	-	-	-	-	7	14	-
Osmar Dias	1	4	-	-	5	13	6
Paulo Hartung	-	2	-	-	4	9	1
Paulo Souto	1	2	-	1	2	8	-
Pedro Piva	-	-	-	-	-	1	-

SENADORES	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS						
	PEC	PLS	PDS	PRS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Pedro Simon	-	1	-	-	14	4	2
Ramez Tebet	-	1	-	1	4	1	-
Renan Calheiros	-	1	1	-	2	-	2
Ricardo Santos	3	8	-	1	4	21	-
Roberto Freire	1	-	-	-	1	4	6
Roberto Requião	1	1	-	1	14	2	9
Roberto Saturnino	-	1	-	-	8	12	4
Robinson Viana	-	-	-	-	-	1	-
Romero Jucá	1	12	-	14	38	54	28
Romeu Tuma	-	6	-	-	13	80	5
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	4	14	1
Sebastião Rocha	-	3	-	-	8	9	1
Sérgio Machado	-	-	-	-	-	1	5
Tasso Rosado	-	-	-	-	2	-	1
Teotônio Vilela Filho	-	2	-	2	1	4	-
Tião Viana	-	7	-	-	12	15	3
Valmir Amaral	-	3	-	-	2	11	-
Vasco Furlan	-	1	-	-	3	-	-
Waldeck Ornelas	1	11	-	1	9	29	3
Wellington Roberto	-	1	-	-	2	2	-

H.6.2 - Uso da Palavra

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Ademir Andrade	39	6	5	-	-	3	1	5
Adir Gentil	1	-	-	-	-	1	-	2
Alberto Silva	-	-	-	-	-	-	-	1
Álvaro Dias	19	4	9	-	-	3	1	6
Amir Lando	7	3	11	-	1	5	-	9
Antero Paes de Barros	1	2	-	-	-	2	-	3
Antonio Carlos Júnior	3	1	1	-	6	-	-	7
Antonio Carlos Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Carlos Valadares	23	11	11	1	2	9	-	20
Arlindo Porto	13	6	7	-	1	5	-	13
Artur da Távola	16	1	15	-	1	15	1	12
Bello Parga	1	-	-	2	-	2	2	1
Benício Sampaio	10	-	-	-	1	-	-	-
Bernardo Cabral	6	1	9	1	6	25	6	21
Carlos Bezerra	37	1	-	-	1	2	-	7
Carlos Patrocínio	42	17	28	-	-	7	-	18
Carlos Wilson	16	3	5	-	-	2	-	7
Casildo Maldaner	21	14	7	-	13	1	-	29
Chico Sartori	21	-	2	-	2	1	-	13
Edison Lobão	32	-	2	-	2	2	-	11
Eduardo Siqueira Campos	23	-	3	-	1	4	-	8
Eduardo Suplicy	43	24	48	1	1	40	13	41
Emília Fernandes	42	21	13	-	5	9	2	13
Fernando Bezerra	1	1	1	-	1	1	-	2

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Fernando Ribeiro	1	3	1	-	-	-	-	7
Francelino Pereira	31	7	11	-	3	6	2	11
Francisco Escórcio	10	-	2	-	1	-	-	18
Freitas Neto	6	-	3	-	-	-	-	-
Geraldo Althoff	3	2	2	-	-	1	-	-
Geraldo Cândido	14	2	1	-	-	-	-	7
Geraldo Melo	12	7	23	2	-	6	-	12
Gerson Camata	2	-	2	-	-	-	-	3
Gilberto Mestrinho	1	-	-	-	-	1	-	10
Gilvam Borges	3	2	2	-	-	-	-	3
Heloísa Helena	18	27	21	1	9	32	7	25
Iris Rezende	14	2	5	-	-	1	-	7
Jefferson Peres	13	5	5	-	2	4	2	3
João Alberto Souza	12	1	-	1	-	-	-	-
Jonas Pinheiro	8	4	4	-	2	2	-	3
Jorge Bornhausen	1	-	-	-	-	-	-	1
José Agripino	5	5	11	-	-	6	-	8
José Alencar	5	6	9	-	-	3	1	7
José Eduardo Dutra	8	11	6	-	1	23	5	12
José Fogaça	14	15	8	-	-	11	1	21
José Jorge	5	3	2	-	-	-	-	3
José Sarney	4	1	-	-	-	-	-	2
José Serra	1	1	-	-	-	1	1	1
Juvêncio da Fonseca	8	6	3	-	1	2	-	8
Lauro Campos	16	10	5	2	-	3	1	9

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Leomar Quintanilha	18	2	4	-	1	2	-	10
Lindberg Cury	28	9	5	-	1	-	-	47
Lúcio Alcântara	50	5	1	-	1	6	1	8
Lúdio Coelho	9	1	1	-	-	1	-	10
Luiz Otávio	23	7	12	-	-	1	1	7
Luiz Pastore	2	-	1	-	-	-	-	1
Maguito Vilela	19	1	6	-	8	3	-	27
Maria do Carmo Alves	11	-	2	-	2	-	-	-
Marina Silva	9	6	10	-	-	2	-	7
Marluce Pinto	10	3	2	-	-	-	-	6
Mauro Miranda	81	3	6	-	-	-	-	16
Moreira Mendes	31	3	5	-	6	15	1	18
Mozarildo Cavalcanti	88	6	4	-	4	2	3	9
Nabor Júnior	12	3	7	-	-	1	1	11
Ney Suassuna	25	5	5	-	-	3	-	8
Olivir Gabardo	5	-	1	-	-	-	-	6
Osmar Dias	14	5	5	-	5	10	4	8
Paulo Hartung	15	3	3	-	-	1	-	4
Paulo Souto	6	3	1	-	-	-	-	3
Pedro Piva	1	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Simon	15	4	6	-	1	1	3	32
Ramez Tebet	2	-	2	-	1	1	-	6
Reginaldo Duarte	2	-	-	-	-	-	1	2
Renan Calheiros	9	5	18	1	1	13	1	5
Ricardo Santos	19	1	3	-	4	1	1	7

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Explicação pessoal	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e solicitação de providência	Aparte
Roberto Freire	6	2	3	-	-	6	3	5
Roberto Requião	15	8	6	-	9	6	1	15
Roberto Saturnino	11	11	10	-	3	2	-	28
Romero Jucá	114	13	38	4	6	56	7	19
Romeu Tuma	18	8	23	1	1	2	-	22
Ronaldo Cunha Lima	7	1	-	-	-	-	-	-
Sebastião Rocha	22	11	17	-	4	7	-	9
Sérgio Machado	7	1	1	-	-	-	-	1
Tasso Rosado	-	1	1	-	-	-	-	-
Teotônio Vilela Filho	4	1	-	-	-	-	-	-
Tião Viana	19	9	8	-	2	7	3	18
Valmir Amaral	7	-	-	-	-	1	-	5
Vasco Furlan	2	-	-	-	-	-	-	-
Waldeck Ornelas	9	7	6	-	1	3	-	1
Wellington Roberto	-	-	1	-	-	-	-	-

H.7 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

H.7.1 - Designado, em 27.2.96, mediante o Ofício SF/169/96, de 27.2.96, o Senador **Lúcio Alcântara** para, como representante do Poder Legislativo, integrar a Comissão Especial de Acesso à Informação de Arquivo (Parágrafo Único do art. 8º do Decreto nº 1.173, de 19.6.94, e Portaria nº 11, de 27 de fevereiro de 1996, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, Arquivo Nacional, Presidência da República, publicada no Diário Oficial de 5 de março de 1996, seção 2, página 1565).

H.7.2 - Designados, em 11.3.99, os Senadores **Geraldo Melo** e **Jonas Pinheiro**, como representantes do Senado Federal, para acompanhar as reuniões do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA com o Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira (Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 1999, do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – CIMA /Of. SF/164/99, de 11.3).

H.7.3 - Em 07.03.2001, o Senhor Presidente do Senado, Senador Jader Barbalho, enviou, ao Ministro de Estado da Justiça, Dr. José Gregori, o Ofício SF nº 132/2001, reiterado em 28.1.2002, mediante o Ofício SF nº 1/2002, informando, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 4.319, de 16.3.64 (que “*cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*”), alterado pela Lei nº 5.763, de 15.12.71, que no Senado Federal, na 3ª e 4ª Sessões Legislativas, compõe a **Maioria** o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), cuja liderança é exercida pelo Senador **Renan Calheiros**; e a **Minoria**, o Bloco Parlamentar de Oposição, constituído pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e pelo Partido Popular Socialista (PPS), tendo como Líder o Senador **José Eduardo Dutra**.

H.7.4 – Em 24.09.2001, o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, encaminhou, ao Sr. Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Senhor Carlos Carmo Andrade Melles, o Ofício nº 281/01-PRES, em resposta ao Ofício nº 3.284/01/GM/MET, datado de 31 de julho de 2001, indicando, em cumprimento ao art. 4º, inciso III, c/c o art. 12-A, inciso XIV, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “*Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*”, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.193-6/2001, em seu art. 1º, o Senador **Leomar Quintanilha**, para compor, como representante desta Casa, o Conselho Nacional do Esporte - CNE. (Vide também o Ofício nº CE/30/2001, de 12.09.2001, do Presidente da Comissão de Educação).

H.8 - REPRESENTAÇÃO DO SENADO FEDERAL EM ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

H.8.1 - De acordo com o art. 34 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, foram designados pelo Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto de 24 de janeiro de 2002, publicado no *Diário Oficial* da União 25 de janeiro, Seção 2, os Srs. **Antônio Flávio Testa** e **Orlando José Leite de Castro**, para representarem o Senado Federal no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

H.9 – COMISSÕES

a) PERMANENTES

a.1) COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora funcionou com a mesma composição da Mesa do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 77 do Regimento Interno e 7º da Resolução nº 9, de 1997, Regulamento Administrativo do Senado Federal.

a.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes -27			
PMDB	26	8,78	9
PFL	21	7,09	7
PSDB/PPB	16	5,40	5
Bloco	13	4,39	4
PSB	3	1,01	1
PTB	1	0,34	1
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	27	27

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente: Senador Lúcio Alcântara
Vice-Presidente: Senador Carlos Bezerra

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando ^{1 2 3}		1. Pedro Simon
Carlos Bezerra		2. Iris Rezende
Casildo Maldaner ⁴		3. Mauro Miranda
Gilberto Mestrinho		4. Sérgio Machado
João Alberto Souza		5. Renan Calheiros
Fernando Ribeiro		6. Gerson Camata ⁵
Gilvam Borges ⁶		7. Roberto Requião
Robinson Viana ⁷		8. (Vago) ⁸
Wellington Roberto ⁹		9. Marluce Pinto
PFL		
Francelino Pereira		1 – Jorge Bornhausen ^{10 11}
José Agripino ¹²		2 – Maria do Carmo Alves ^{13 14}
Jonas Pinheiro ¹⁵		3 – Moreira Mendes
Antonio Carlos Júnior		4 – Bernardo Cabral
Paulo Souto		5 – Romeu Tuma
Waldeck Ornelas		6 – Geraldo Althoff ¹⁶
Bello Parga ¹⁷		7 – José Coêlho ^{18 19}

¹ Em 8.5.2002, passou a suplente, em vaga existente, e foi designado, como titular, o Senador Francisco Escórcio (DSF de 9.5.2002, página 7611).

² Em 1º.8.2002, o Senador Francisco Escórcio se afastou do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular.

³ Em 30.10.2002, foi designado para a vaga o Senador Luiz Pastore (DSF de 31.10.2002, página 18741).

⁴ Em 28.8.2002, foi substituído pelo Senador Nabor Júnior (DSF de 29.8.2002, página 16479). Em 12.11.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Nabor Júnior (DSF de 13.11.2002, página 21066).

⁵ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS nºs 510 e 511/2002).

⁶ Em 28.8.2002, foi substituído pelo Senador Alberto Silva (DSF de 29.8.2002, página 16479).

⁷ Afastou-se do exercício do mandato pelo retorno do titular em 5.4.2002. Em 11.4.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Ney Suassuna (DSF de 12.4.2002, página 4190).

⁸ Em 8.5.2002, esta vaga foi preenchida pelo Senador Amir Lando que era titular e passou a suplente (DSF de 9.5.2002, página 7611).

⁹ Em 28.8.2002, foi substituído pelo Senador Valmir Amaral (DSF de 29.8.2002, página 16479).

¹⁰ Entrou de licença no período de 22.2 a 2.7.2002 (RQS nºs 17 e 18/2002).

¹¹ Em 3.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Leomar Quintanilha (DSF de 4.4.2002, página 3638).

¹² Em 18.11.2002, foi substituído pelo Senador Jonas Pinheiro (DSF de 19.11.2002, página 22152).

¹³ Designada em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

¹⁴ Em 9.10.2002, foi substituída pelo Senador José Jorge (DSF de 10.10.2002, página 18346).

¹⁵ Em 28.8.2002, foi substituído pelo Senador Bello Parga (DSF de 5.9.2002, página 16831).

¹⁶ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18345).

¹⁷ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS nº 222/2002). Em 21.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Lindberg Cury (DSF de 22.5.2002, página 8685).

BLOCO PSDB/PPB		
Freitas Neto		1 – Romero Jucá
Lúcio Alcântara		2 – Geraldo Melo
Lúdio Coelho		3 – Eduardo Siqueira Campos
Pedro Piva ²⁰		4 – Luiz Pontes
Ricardo Santos		5 – Fernando Matusalém
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 017/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2240, com nova composição da Comissão		
Freitas Neto		1 – José Serra
Lúcio Alcântara		2 – Geraldo Melo
Lúdio Coelho ^{21 22}		3 – Eduardo Siqueira Campos
Romero Jucá		4 – Luiz Pontes ²³
Ricardo Santos		5 – Ari Stadler ^{24 25}
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Eduardo Suplicy		1 – José Eduardo Dutra
Heloísa Helena		2 – Paulo Hartung (cessão) ²⁶
Lauro Campos (PDT)		3 – Roberto Freire
José Fogaça		4 – Jefferson Péres (PDT)
PSB		
Roberto Saturnino		1 - Ademir Andrade
PTB		
Fernando Bezerra ²⁷		1 – Arlindo Porto

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Lúcio Alcântara

Vice-Presidente: Senador Carlos Bezerra

Titulares		Suplentes
PMDB		
Luiz Pastore		1. Pedro Simon
Carlos Bezerra		2. Iris Rezende
Casildo Maldaner		3. Mauro Miranda
Gilberto Mestrinho		4. Sérgio Machado
João Alberto Souza		5. Renan Calheiros
Fernando Ribeiro		6. Gerson Camata ²⁸
Alberto Silva		7. Roberto Requião
Ney Suassuna		8. Amir Lando

¹⁸ Em 10.3.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador José Jorge, que foi designado para a vaga em 14.3.2002 (DSF de 15.3.2002, página 2239).

¹⁹ Em 4.9.2002, o Senador José Jorge foi substituído pelo Senador Jorge Bornhausen (DSF de 5.9.2002, página 16831).

²⁰ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular.

²¹ Em 28.8.2002, foi substituído pelo Senador Teotônio Vilela Filho (DSF de 29.8.2002, página 16515).

²² Em 5.9.2002, voltou a integrar a Comissão em substituição ao Senador Teotônio Vilela Filho (DSF de 6.9.2002, página 17110).

²³ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS n°s 195 e 196/2002). Em 29.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Reginaldo Duarte (DSF de 30.4.2002, página 6649). Em 5.9.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Reginaldo Duarte (DSF de 6.9.2002, página 17110).

²⁴ Em 3.7.2002, afastou-se do exercício do mandato pelo retorno do titular.

²⁵ Em 5.9.2002, foi designado para a vaga o Senador Benício Sampaio (DSF de 6.9.2002, página 17112).

²⁶ Em 4.6.2002, foi substituído pelo Senador José Alencar (PL) (Of. nº 47/2002-GLDPT, de 4.6 – DSF de 5.6, página 10427).

²⁷ Em 6.8.2002, afastou-se do exercício do mandato em licença para tratamento de saúde e particular, até 5.12.2002 (RQS n°s 473 e 474/2002 – DSF de 7.8.2002, página 15.252).

²⁸ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS n°s 510 e 511/2002).

Titulares		Suplentes
Valmir Amaral		9. Marluce Pinto
PFL		
Francelino Pereira		1 – Leomar Quintanilha
Jonas Pinheiro		2 – José Jorge
Bello Parga		3 – Moreira Mendes
Antonio Carlos Júnior		4 – Bernardo Cabral
Paulo Souto		5 – Romeu Tuma
Waldeck Ornelas		6 – Geraldo Althoff
Lindberg Cury		7 – Jorge Bornhausen
BLOCO PSDB/PPB		
Freitas Neto		1 – José Serra
Lúcio Alcântara		2 – Geraldo Melo
Lúdio Coelho		3 – Eduardo Siqueira Campos
Romero Jucá		4 – Luiz Pontes
Ricardo Santos		5 – Benício Sampaio
Bloco Oposição (PT e PPS)		
Eduardo Suplicy (PT)		1 – José Eduardo Dutra (PT)
Heloísa Helena (PT)		2 – José Alencar (PL) (cessão)
Lauro Campos (PDT)		3 – Roberto Freire (PPS)
José Fogaça (PPS)		4 – Jefferson Péres (PDT)
PSB		
Roberto Saturnino		1 - Ademir Andrade
PTB		
Fernando Bezerra		1 – Arlindo Porto

**Mapa de publicação de ata de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos,
realizada na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	26.02.2002	028	28.03.2002	0004
2ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa e requerimento da Comissão	05.03.2002	028	28.03.2002	0013
3ª	Extraordinária Apreciação matéria legislativa e requerimentos da Comissão	07.03.2002	028	28.03.2002	0021
4ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.03.2002	028	28.03.2002	0029
5ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	14.03.2002	050	01.05.2002	6880
6ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	19.03.2002	050	01.05.2002	6892

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
7ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	21.03.2002	050	01.05.2002	6904
8ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	02.04.2002	050	01.05.2002	6906
9ª	Conjunta com a 4ª da CFC e CMPOPF, Comissão de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados Destinada a ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar debate sobre o tema "Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – Balanço do ano de 2001	04.04.2002	050	01.05.2002	6924
10ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	09.04.2002	050	01.05.2002	6955
11ª	Ordinária Não realizada por falta de quorum	16.04.2002	050	01.05.2002	6973
12ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	23.04.2002	050	01.05.2002	6973
13ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	07.05.2002	070-Supl	01.06.2002	0032
			090-Supl	29.06.2002	0071
14ª	Ordinária Destinada a ouvir a exposição do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello de Farias , acerca "dos inúmeros pedidos de intervenção federal nos Estados e Distrito Federal, nos termos do art. 36, II, da CF/88, em razão de descumprimento de decisão judicial para pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentícia", visando instruir a tramitação do PLC nº 147/2001.	14.05.2002	070-Supl	01.06.2002	0049
			090-Supl	29.06.2002	0089
15ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	15.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0103
16ª	Ordinária Destinada a ouvir a exposição do Senhor Eleazar de Carvalho Filho, Presidente do BNDES .	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0114
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	28.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0136
18ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	04.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0152
19ª	Extraordinária Audiência pública com a finalidade de "prestar esclarecimentos sobre as relações entre a McDonald's e seus franqueados", com a presença dos Srs. Alcides Terra, Gerson Keila, Antônio Acioly, Jacques Raul Rigler, Alexandre Gheventer, e do Sr. João Carneiro .	04.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0171
20ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	11.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0209
21ª	Ordinária Não foi realizada por falta de quorum	18.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0228
22ª					

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
23ª	Extraordinária Destinada a ouvir a exposição dos Senhores Pedro Sampaio Malan , Ministro da Fazenda, Amauri Bier , Sérgio Darcy ; e Apreciação de matéria legislativa	25.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0228

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
24ª	Extraordinária Apreciação de indicação de escolha de autoridade e matéria legislativa	25.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
25ª	Ordinária Não foi realizada por falta de quorum	06.08.2002	158 Supl. B	21.12.2002
26ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	28.08.2002	158 Supl. B	21.12.2002
27ª	Extraordinária Não foi realizada por falta de quorum	04.09.2002	158 Supl. B	21.12.2002
28ª	Ordinária Não foi realizada por falta de quorum	29.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
29ª	Extraordinária Conjunta com a 2ª da CFC e CMPOPF, Comissão de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados Destinada a ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar debate sobre o tema "Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial e os resultados demonstrados nos balanços, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	29.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
30ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	05.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
31ª	Extraordinária Discussão e votação de Emendas ao Orçamento 2003	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
32ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
33ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	19.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
34ª	Extraordinária Audiência pública com a finalidade de “informar sobre a situação econômico-financeira da empresa de aviação Varig e sobre as negociações que se processam com os seus credores com vistas às condições de pagamento dos respectivos débitos”, em decorrência da aprovação do RQS nº 23-CAE/02, de autoria do Senador Roberto Saturnino, com a presença dos seguintes convidados: Selma Babino – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e CMTE; Élnio Borges – representante da Associação dos Pilotos da Varig.	19.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
35ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	26.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
36ª	Audiência pública com a finalidade de “informar sobre a situação econômico-financeira da empresa de aviação Varig e sobre as negociações que se processam com os seus credores com vistas às condições de pagamento dos respectivos débitos”, em decorrência da aprovação do RQS 23/02-CAE, do Senador Roberto Saturnino, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Álvaro de Sá Freire Júnior – Representante do Comitê dos Credores da VARIG, Dr. Yutaka Imagawa – Presidente do Conselho Curador da Fundação Ruben Berta, Dr. Eduardo Gentil , Diretor do BNDES e Dr. Manuel E. Domingos Guedes – Diretor da Controladoria e Relações com Investidor da Varig.	26.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
37ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	27.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
38ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	03.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
39ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	04.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
40ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Histórico de 2002

Em 21.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 21.12.2002, páginas 27398 a 27423).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS SUBCOMISSÃO DE TURISMO

Composição

Presidente: Senador Moreira Mendes

Vice-Presidente: Senador Wellington Roberto

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilvam Borges		1. Roberto Requião
Wellington Roberto ²⁹		2. Iris Rezende
PFL		
Moreira Mendes		Paulo Souto
Bloco (PSDB e PPB)		
Geral Melo ³⁰		1. Eduardo Siqueira Campos
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Paulo Hartung ³¹		1. Arlindo Porto

²⁹ Em 22.2.2002, comunicou sua filiação ao PTB (DSF de 23.2.2002, página 727).

³⁰ Passou a membro suplente na Comissão em 17.10.2001.

³¹ Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

a.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO

Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes - 29

PMDB	26	9,43	9
PFL	21	7,61	8
PSDB/PPB	16	5,80	6
Bloco	13	4,71	5
PSB	3	1,09	1
PTB	1	0,36	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	29	29

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Assuntos Sociais

Presidente: Senador Romeu Tuma
Vice-Presidente: Senadora Marina Silva

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner		1 – Amir Lando
Maguito Vilela		2 – Carlos Bezerra
Marluce Pinto		3 – Alberto Silva
Mauro Miranda		4 – Nabor Júnior
Pedro Simon		5 – Francisco Escórcio ^{32 33}
Juvêncio da Fonseca		6 – (Vago)
Gilvam Borges		7 – (Vago)
Valmir Amaral		8 – (Vago)
João Alberto Souza		9 – (Vago)
PFL		

³² Designado em 8.5.2002 (DSF de 9.5.2002, página 7611).

³³ Em 1º.8.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular.

Romeu Tuma		1 – Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		2 – Paulo Souto
Waldeck Ornelas		3 – José Agripino
Geraldo Althoff ³⁴		4 – Bello Parga ^{35 36 37}
Moreira Mendes		5 – Antonio Carlos Júnior
Maria do Carmo Alves		6 – José Coêlho ³⁸
Leomar Quintanilha		7 – Francelino Pereira ³⁹
Lindberg Cury		8 – José Jorge ⁴⁰
BLOCO PSDB/PPB		
Artur da Távola		1 – Ricardo Santos
Benício Sampaio		2 – Luiz Otávio
Luiz Pontes		3 – Geraldo Melo
Teotônio Vilela Filho		4 – Pedro Piva ⁴¹
Romero Jucá		5 – Freitas Neto
Fernando Matusalém		6 – Lúdio Coelho
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 018/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2241, com nova composição da Comissão		
Artur da Távola		1 - Romero Jucá
Benício Sampaio		2 - Luiz Otávio ⁴²
Luiz Pontes ⁴³		3 - Geraldo Melo
Chico Sartori		4 - Teotônio Vilela Filho
Ari Stadler ^{44 45 46}		5 - Lúcio Alcântara
Ricardo Santos		6 - Lúcio Coelho
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Emília Fernandes (PT)		1 – Geraldo Cândido (PT)
Lauro Campos (PDT)		2 – Heloísa Helena (PT)
Marina Silva (PT)		3 – Jefferson Péres (PDT)
Sebastião Rocha (PDT)		4 – Osmar Dias (PDT)
Tião Viana (PT)		5 – Roberto Freire (PPS)
PSB		
Ademir Andrade		1 - (vago)

³⁴ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18345).

³⁵ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

³⁶ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS nº 222/2002).

³⁷ Tendo em vista o seu retorno às atividades parlamentares, voltou a integrar a Comissão (DSF de 5.9.2002, página 16831 e DSF de 1.11.2002, página 18844).

³⁸ Em 10.3.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular.

³⁹ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁴⁰ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁴¹ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular.

⁴² Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520). Em 22.11.2002, foi desligado da Comissão (DSF de 23.11.2002, página 22492).

⁴³ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS nºs 195 e 196/2002). Em 29.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Reginaldo Duarte (DSF de 30.4.2002, página 6649). Em 5.9.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Reginaldo Duarte (DSF de 6.9.2002, página 17110).

⁴⁴ Em 3.7.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular.

⁴⁵ Em 5.9.2002, foi designado para a vaga o Senador Eduardo Siqueira Campos (DSF de 6.9.2002, página 17112). Em 12.11.2002, o Senador Eduardo Siqueira Campos foi desligado da Comissão (DSF de 13.11.2002, página 21066).

⁴⁶ Em 22.11.2002, foi designado para a vaga o senador Olivir Gabardo (DSF de 23.11.2002, página 22492).

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Romeu Tuma
Vice-Presidente: Senadora Marina Silva

Titulares		Suplentes
PMDB		
Casildo Maldaner		1 – Amir Lando
Maguito Vilela		2 – Carlos Bezerra
Marluce Pinto		3 – Alberto Silva
Mauro Miranda		4 – Nabor Júnior
Pedro Simon		5 – (Vago)
Juvêncio da Fonseca		6 – (Vago)
Gilvam Borges		7 – (Vago)
Valmir Amaral		8 – (Vago)
João Alberto Souza		9 – (Vago)
PFL		
Romeu Tuma		1 – Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro		2 – Paulo Souto
Waldeck Ornelas		3 – José Agripino
Geraldo Althoff		4 – Bello Parga
Moreira Mendes		5 – Antonio Carlos Júnior
Maria do Carmo Alves		6 – (Vago)
Leomar Quintanilha		7 – Francelino Pereira
Lindberg Cury		8 – José Jorge
BLOCO PSDB/PPB		
Artur da Távola		1 - Romero Jucá
Benício Sampaio		2 – (Vago)
Luiz Pontes		3 - Geraldo Melo
Chico Sartori		4 - Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo		5 - Lúcio Alcântara
Ricardo Santos		6 - Lúcio Coelho
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Emília Fernandes (PT)		1 – Geraldo Cândido (PT)
Lauro Campos (PDT)		2 – Heloísa Helena (PT)
Marina Silva (PT)		3 – Jefferson Péres (PDT)
Sebastião Rocha (PDT)		4 – Osmar Dias (PDT)
Tião Viana (PT)		5 – Roberto Freire (PPS)
PSB		
Ademir Andrade		1 - (vago)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Assuntos Sociais

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa e requerimentos da Comissão	20.02.2002	28	28.03.2002	0044

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
2ª	Extraordinária (em conjunto com a 1ª Reunião Extraordinária da CCJ) Audiência pública com a presença dos Srs. João Felício, Roberto Tadrus, Paulo Pereira da Silva, Hugo Cavalcanti Melo Filho , com a finalidade de instruir o PLC nº 134/2001	26.02.2002	28	28.03.2002	0060
3ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	27.02.2002	28	28.03.2002	0112
4ª	Extraordinária Leitura de ofícios de várias entidades e comunicação do lançamento da "Cartilha da Mulher"	06.03.2002	28	28.03.2002	0120
5ª	Extraordinária Tendo em vista a falta de quorum, o Senhor Presidente da Comissão explica que o Senado Federal está com a pauta bloqueada	13.03.2002	28	28.03.2002	0122
6ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	20.03.2002	050	01.05.2002	6995
7ª	Extraordinária Audiência Pública destinada a instruir o PLC nº 66/2000, com a presença dos Senhores, Jorge Steinhilber, Roberto Liao Júnior, Rosane Gonçalves e Grazianni Branco Costa .	03.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0063
8ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	10.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0082
9ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	17.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0096
10ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	08.05.2002	070-Supl	01.06.2002	0116
11ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa e Mensagens de escolha de autoridades	15.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0273
12ª	Extraordinária Audiência Pública com a presença dos Senhores Gonzalo Vecina Neto e Luiz Felipe Moreira Lima .	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0285
13ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa e Mensagens de escolha de autoridades	22.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0302
14ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	12.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0315
15ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	19.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0326
16ª	Extraordinária Audiência Pública a avaliar e debater as iniciativas do Congresso Nacional e do Executivo Federal na área de regulamentação do acesso a recursos genéticos no Brasil, com a presença dos Senhores Glacy Zancan, Antônio Paes de Carvalho, Maurício Amazonas, Rinaldo César Mancin e Álvaro Tucano .	18.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0333

Secretário: José Roberto Cruz

Histórico de 2002

Em 17.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão nos meses de novembro, dezembro e de todo ano de 2002 (DSF de 17.12.2002, páginas 26427 a 26440).

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS **SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO** **DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

Composição

Presidente: Senadora Marluce Pinto
Vice-Presidente: Senador Maria do Carmo Alves
Relatora: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto
Valmir Amaral

PFL

Geraldo Althoff⁴⁷
Maria do Carmo Alves

BLOCO PSDB/PPB

Vago

BLOCO DE OPOSIÇÃO

Heloísa Helena
Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS **SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

Requerimento aprovado na 11ª reunião da CAS, realizada em 26/05/99.
Subcomissão instalada na 27ª reunião da CAS, realizada em 6/10/99

⁴⁷ Licenciado do exercício do mandato no período de 21.5 a 18.9.2002.

Composição

Presidente: Senador Leomar Quintanilha
Vice-Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca
Relator: Senador Sebastião Rocha

PMDB
Juvêncio da Fonseca
Marluce Pinto
PFL
Maria do Carmo Alves
Waldeck Ornelas
BLOCO PSDB/PPB
Leomar Quintanilha (PPB) ⁴⁸
(Vaga cedida ao Bloco de Oposição)
BLOCO OPOSIÇÃO (PT e PPS)
Heloísa Helena
Emilia Fernandes
PDT
Sebastião Rocha (PDT)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE**

Requerimento aprovado na 36ª reunião da CAS, realizada em 30/11/99.
Designados os seus Membros na 10ª reunião da CAS, realizada em 26.4.2000.

⁴⁸ Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL em 18.10.2001.

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador
Relator: Senador

PMDB
Marluce Pinto
Gilvam Borges
João Alberto Souza
PFL
Geraldo Althoff ⁴⁹
(Vago)
BLOCO PSDB/PPB
Benício Sampaio
Freitas Neto
BLOCO OPOSIÇÃO (PT e PPS)
Tião Viana
PDT
Sebastião Rocha

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:

Titulares		Suplentes
PMDB		
Mauro Miranda		1. Casildo Maldaner
Juvêncio da Fonseca		2. (Vago)
PFL		
Lindberg Cury		1. Paulo Souto
Maria do Carmo Alves		2. Waldeck Ornelas
BLOCO PSDB/PPB		
(Vago)		1. (Vago)
Bloco Oposição (PT e PPS)		
Emilia Fernandes		
PDT		
		1. Sebastião Rocha
PSB		
Ademir Andrade		1. (Vago)

⁴⁹ Licenciado do exercício do mandato no período de 21.5 a 18.9.2002.

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Destinada a discutir e definir o cronograma da subcomissão para o ano de 2002.	25.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0126
2ª	Audiência Pública, com a presença dos Srs. Anthony Garotinho, Acelino Popó de Freitas, Wilson Lang e Sra. Grazia de Grazia , com a finalidade de discutir a real situação da moradia.	07.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0345
3ª	Audiência Pública, com a presença dos Srs. Lair Soares Krahenbühl, Jaceguáy Barros, Ciro Gomes, Antônio Carlos Freitas (Carlinhos Brown, e a Sra. Ermínia Maricato , com a finalidade de discutir a real situação da moradia).	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0363

a.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes - 23			
PMDB	26	7,48	7
PFL	21	6,04	6
PSDB/PPB	16	4,60	5
Bloco	13	3,74	4
PSB	3	0,86	1
PTB	1	0,29	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	23	23

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Presidente: Senador Bernardo Cabral
Vice-Presidente: Senador Osmar Dias

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gerson Camata ⁵⁰		1 – Marluce Pinto
Maguito Vilela		2 – Casildo Maldaner
Iris Rezende		3 – Wellington Roberto
Sérgio Machado ⁵¹		4 – João Alberto Souza
Pedro Simon		5 – Carlos Bezerra
Amir Lando		6 – Fernando Ribeiro
Roberto Requião		7 – Ney Suassuna ⁵²
PFL		
Bernardo Cabral		1 – Jorge Bornhausen ⁵³
Antonio Carlos Júnior		2 – Moreira Mendes
Francelino Pereira		3 – Waldeck Ornelas
Bello Parga ^{54 55}		4 – José Agripino
Maria do Carmo Alves		5 – José Jorge ^{56 57}

⁵⁰ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS n°s 510 e 511/2002). Em 5.11.2002, foi designado para a Comissão o Senador Luiz Pastore (DSF de 6.11.2002, página 19619).

⁵¹ Em 5.12.2002, foi substituído pelo Senador Luiz Otávio (DSF de 6.12.2002, página 23646).

⁵² Designado em 11.4.2002 (DSF de 12.4, página 4190).

⁵³ Entrou de licença no período de 22.2 a 2.7.2002 (RQS n°s 17 e 18/2002). Em 3.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Lindberg Cury (DSF de 4.4.2002, página 3638). Em 9.10.2002, o Senador Lindberg Cury foi substituído pelo Senador José Jorge (DSF de 10.10.2002, página 18346).

⁵⁴ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS n° 222/2002).

⁵⁵ Em 31.10.2002, foi lido o Ofício n° 117-GLPFL, de 29.10.2002, informando que o Senador voltou a integrar a Comissão, em virtude do término de sua licença (DSF de 1.11.2002, página 18844).

⁵⁶ Designado em 14.3.2002 (DSF de 15.3.2002, página 2239).

⁵⁷ Em 4.9.2002, foi substituído pelo Senador Jorge Bornhausen (DSF de 5.9.2002, página 16831).

Romeu Tuma		6 – Leomar Quintanilha
------------	--	------------------------

BLOCO PSDB/PPB		
Lúcio Alcântara		1 – Freitas Neto
Luiz Otávio		2 – Artur da Távola
Luiz Pontes		3 – Geraldo Melo
Pedro Piva ⁵⁸		4 – Ricardo Santos
Romero Jucá		5 – Benício Sampaio
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 019/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2242, com nova composição da Comissão		
Lúcio Alcântara		1 – José Serra
Luiz Otávio ⁵⁹		2 – Artur da Távola
Luiz Pontes ⁶⁰		3 – Benício Sampaio
Freitas Neto		4 – Ricardo Santos
Romero Jucá		5 – Ari Stadler ^{61 62}
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Jefferson Péres (PDT)		1 – Eduardo Suplicy (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		2 – Marina Silva (PT)
Roberto Freire (PPS)		3 – Sebastião Rocha (PDT)
Osmar Dias (PDT)		4 – José Fogaça (PPS)
	PSB	
Ademir Andrade		1 – Paulo Hartung

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Bernardo Cabral

Vice-Presidente: Senador Osmar Dias

Titulares		Suplentes
PMDB		
Luiz Pastore		1 – Marluce Pinto
Maguito Vilela		2 – Casildo Maldaner
Iris Rezende		3 – Wellington Roberto
Luiz Otávio		4 – João Alberto Souza
Pedro Simon		5 – Carlos Bezerra
Amir Lando		6 – Fernando Ribeiro
Roberto Requião		7 – Ney Suassuna
PFL		
Bernardo Cabral		1 – José Jorge
Antonio Carlos Júnior		2 – Moreira Mendes
Francelino Pereira		3 – Waldeck Ornelas
Bello Parga		4 – José Agripino

⁵⁸ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular, Senador José Serra.

⁵⁹ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520). Em 22.11.2002, foi substituído pelo Senador Olivir Gabardo (DSF de 23.11.2002, página 22491).

⁶⁰ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS n°s 195 e 196/2002). Em 29.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Reginaldo Duarte (DSF de 30.4.2002, página 6649). Em 5.9.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Reginaldo Duarte (DSF de 6.9.2002, página 17110).

⁶¹ Em 3.7.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular.

⁶² Em 5.9.2002, foi designado para a vaga o Senador Chico Sartori (DSF de 6.9.2002, página 17112). Em 4.12.2002, o Senador Chico Sartori foi substituído pelo Senador Geraldo Melo (DSF de 5.12.2002, página 23552).

Maria do Carmo Alves		5 – Jorge Bornhausen
Romeu Tuma		6 – Leomar Quintanilha

BLOCO PSDB/PPB		
Lúcio Alcântara		1 – José Serra
Olivir Gabardo		2 – Artur da Távola
Luiz Pontes		3 – Benício Sampaio
Freitas Neto		4 – Ricardo Santos
Romero Jucá		5 – Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Jefferson Péres (PDT)		1 – Eduardo Suplicy (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		2 – Marina Silva (PT)
Roberto Freire (PPS)		3 – Sebastião Rocha (PDT)
Osmar Dias (PDT)		4 – José Fogaça (PPS)
PSB		
Ademir Andrade		1 – Paulo Hartung

**Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão,
realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	20.02.2002	28	28.03.2002	0179
2ª	Extraordinária (em conjunto com a 2ª Reunião Extraordinária da CAS) Audiência pública com a presença dos Srs. João Felício, Roberto Tadrus, Paulo Pereira da Silva, Hugo Cavalcanti Melo Filho , com a finalidade de instruir o PLC nº 134/2001	26.02.2002	28	28.03.2002	0204
3ª	Ordinária Apreciação de Mensagens e matéria legislativa	27.02.2002	28	28.03.2002	0256
4ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	06.03.2002	28	28.03.2002	0286
5ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.03.2002	28	28.03.2002	0308
6ª	Ordinária I Parte – Audiência pública para discutir a PEC nº 5/2002. Convidados: Paulo Machado de Carvalho Neto, Roberto Wagner Monteiro, Daniel Herz, Betti Pinho, Francisco Mesquita Neto, Murillo de Aragão e Murilo César Ramos II Parte – Apreciação de matéria legislativa - Adiada	20.03.2002	28	28.03.2002	335
7ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.03.2002	050	01.05.2002	7103
8ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	03.04.2002	050	01.05.2002	7108
9ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	10.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0158

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
10ª	Ordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade e matéria legislativa	17.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0392
11ª	Ordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade e matéria legislativa	24.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0414
12ª	Ordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade e matéria legislativa	08.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0434
13ª	Ordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade e matéria legislativa	15.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0460
14ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	22.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0506
15ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	22.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0537
16ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa e recurso da Presidência de sua própria decisão que indeferiu o RQS nº 715/2001.	29.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0545
17ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	05.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0576
18ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	12.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0592

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
19ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	19.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
20ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	25.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
21ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	07.08.2002	158 Supl. B	21.12.2002
22ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	04.09.2002	158 Supl. B	21.12.2002
23ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	09.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
24ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	30.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
25ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	30.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
26ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
27ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
28ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	13.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
29ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	20.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
30ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	27.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
31ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	04.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
32ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	11.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: Altair Gonçalves Soares e Vera Lúcia Lacerda Nunes

Histórico de 2002

Em 2.7.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 2.7, páginas 14623 a 14625).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO JUDICIÁRIO

DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS INDICAÇÕES APONTADAS NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO”

Requerimento nº 12-CCJ, aprovado na 51ª reunião da CCJ, realizada em 15/12/99

(Ata publicada no Suplemento “B” ao DSF de 16.12.99, pgs. 548/549)

Subcomissão instalada na 29ª reunião da CCJ, realizada em 1.8.2000

Retiradas as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000

a.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes -27			
PMDB	26	8,78	9
PFL	21	7,09	7
PSDB/PPB	16	5,40	6
Bloco	13	4,39	4
PSB	3	1,01	1
PTB	1	0,34	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	27	27

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Educação

Presidente: Senador Ricardo Santos
Vice-Presidente: Senador Moreira Mendes

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		1 – Mauro Miranda
Casildo Maldaner		2 – Pedro Simon
Gerson Camata ⁶³		3 – Robinson Viana
Gilvam Borges		4 – Sérgio Machado
Marluce Pinto		5 – Alberto Silva
Nabor Júnior		6 – Maguito Vilela
José Sarney		7 – Juvêncio da Fonseca
Valmir Amaral		8 – Luiz Otávio ⁶⁴
Ney Suassuna ⁶⁵		9 – (vago)

⁶³ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS nºs 510 e 511/2002). Em 5.11.2002, foi designado para a Comissão o Senador Luiz Pastore (DSF de 6.11.2002, página 19619).

⁶⁴ Designado em 3.12.2002 (DSF de 4.12.2002, página 23314).

PFL		
Geraldo Althoff ⁶⁶		1 – Lindberg Cury
Moreira Mendes		2 – Bernardo Cabral ⁶⁷
Waldeck Ornelas		3 – Francelino Pereira
Leomar Quintanilha		4 – Jonas Pinheiro
José Coêlho ⁶⁸		5 – Romeu Tuma
Maria do Carmo Alves		6 – Paulo Souto ⁶⁹
(vaga cedida ao PTB)		7 – Antonio Carlos Júnior
BLOCO PSDB/PPB		
Freitas Neto		1 – (Vago)
Artur da Távola		2 – Lúdio Coelho
Ricardo Santos		3 – Romero Jucá
Teotônio Vilela Filho		4 – Pedro Piva ⁷⁰
Benício Sampaio		5 – Lúcio Alcântara
Luiz Pontes		6 – Luiz Otávio
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 020/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2243, com nova composição da Comissão		
Freitas Neto		1 – Eduardo Siqueira Campos
Artur da Távola		2 – Lúdio Coelho
Ricardo Santos		3 – Chico Sartori
Teotônio vilela Filho		4 – Romero Jucá
Benício Sampaio		5 – Lúcio Alcântara
Luiz Pontes ⁷¹		6 – Luiz Otávio ⁷²
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Eduardo Suplicy (PT)		1 – Lauro Campos (PDT)
Emília Fernandes (PT)		2 – Geraldo Cândido (PT)
Marina Silva (PT)		3 – Sebastião Rocha (PDT)
Álvaro Dias (PDT)		4 – Tião Viana (PT)
PSB		
Paulo Hartung		1 – Roberto Saturnino
PTB		
Arlindo Porto (por cessão do PFL)		

⁶⁵ Designado em 11.4.2002 (DSF de 12.4, página 4190).

⁶⁶ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18345).

⁶⁷ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁶⁸ Em 10.3.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador José Jorge, que foi designado para a vaga em 14.3.2002 (DSF de 15.3.2002, página 2239).

⁶⁹ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁷⁰ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular.

⁷¹ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS nºs 195 e 196/2002). Em 29.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Reginaldo Duarte (DSF de 30.4.2002, página 6649). Em 5.9.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Reginaldo Duarte (DSF de 6.9.2002, página 17110).

⁷² Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520). Em 22.11.2002, foi substituído pelo Senador Olivir Gabardo (DSF de 23.11.2002, página 22491).

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Ricardo Santos
Vice-Presidente: Senador Moreira Mendes

Titulares		Suplentes
PMDB		
Amir Lando		1 – Mauro Miranda
Casildo Maldaner		2 – Pedro Simon
Luiz Pastore		3 – Robinson Viana
Gilvam Borges		4 – Sérgio Machado
Marluce Pinto		5 – Alberto Silva
Nabor Júnior		6 – Maguito Vilela
José Sarney		7 – Juvêncio da Fonseca
Valmir Amaral		8 – Luiz Otávio
Ney Suassuna		9 – (vago)
PFL		
Geraldo Althoff		1 – Lindberg Cury
Moreira Mendes		2 – Bernardo Cabral
Waldeck Ornelas		3 – Francelino Pereira
Leomar Quintanilha		4 – Jonas Pinheiro
José Jorge		5 – Romeu Tuma
Maria do Carmo Alves		6 – Paulo Souto
(vaga cedida ao PTB)		7 – Antonio Carlos Júnior
BLOCO PSDB/PPB		
Freitas Neto		1 – Eduardo Siqueira Campos
Artur da Távola		2 – Lúdio Coelho
Ricardo Santos		3 – Chico Sartori
Teotônio vilela Filho		4 – Romero Jucá
Benício Sampaio		5 – Lúcio Alcântara
Luiz Pontes		6 – Olivir Gabardo
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Eduardo Suplicy (PT)		1 – Lauro Campos (PDT)
Emília Fernandes (PT)		2 – Geraldo Cândido (PT)
Marina Silva (PT)		3 – Sebastião Rocha (PDT)
Álvaro Dias (PDT)		4 – Tião Viana (PT)
PSB		
Paulo Hartung		1 – Roberto Saturnino
PTB		
Arlindo Porto (por cessão do PFL)		

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Educação

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	19.02.2002	28	28.03.2002	0123
2ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.02.2002	28	28.03.2002	0144

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
3ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	05.03.2002	28	28.03.2002	0152
4ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	12.03.2002	050	01.05.2002	7009
5ª	Extraordinária Audiência pública para instruir o PLS nº 387/99 Convidados como palestrantes: Professor Germano Coelho – (Superintendente Executivo do Centro de Integração Empresa – Escola - CIEE/PE e Professor da Universidade da Universidade Federal de Pernambuco), Professor Carlos Augusto Abicalil (Secretário de Projetos e Cooperação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE), Senhor Felipe Maia (Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE), representando pelo Senhor Christian Lindberg Lopes do Nascimento (diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes – UNE) e Professor Nacim Walter Chieco (Consultor do SENAI)	13.03.2002	050	01.05.2002	7025
6ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	19.03.2002	050	01.05.2002	7047
7ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.03.2002	050	01.05.2002	7056
8ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	02.04.2002	050	01.05.2002	7064
9ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	09.04.2002	050	01.05.2002	7069
10ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	16.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0134
11ª	Extraordinária I Parte do SIMPÓSIO – intitulado: “Educação Infantil: Construindo o presente” Obs.: II Parte do Simpósio aconteceu na 12ª Reunião Extraordinária.	23.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0734
12ª	Extraordinária II Parte do SIMPÓSIO – intitulado: “Educação Infantil: Construindo o presente”	24.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0787
13ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	30.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0836
14ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	07.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0842
15ª	Extraordinária Audiência Pública para instrução do PLC nº 4/2002, tendo como convidados as seguintes personalidades: Professora Miriam Schlickmann , Professor Adeum Hilário Sauer e o Prefeito José Irineu de Carvalho .	08.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0855
16ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	14.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0877
17ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0894
18ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	28.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0913
19ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	04.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0933

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
20ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	11.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0954

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
21ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	04.09.2002	158 Supl. B	21.12.2002
22ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	18.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
23ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	05.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
24ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
25ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	04.09.2002	158 Supl. B	21.12.2002
26ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	29.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
27ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	05.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
28ª	Apreciação de Emendas ao Orçamento 2003.	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
29ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	12.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
30ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	19.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
31ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	26.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
32ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	03.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
33ª	Extraordinária Audiência pública destinada a instruir o PLC 50/2001, tendo como convidados, como palestrantes, a Profª. Drª. Maria Cecília de Magalhães Mollica (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Presidente da Associação Brasileira de Lingüística; o Prof. Dr. Pedro Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Associação de Lingüística Aplicada do Brasil, Prof. José Nivaldo de Farias (Universidade Federal de Alagoas – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, Prof. Dr. Evanildo Cavalcanti Bechara (Academia Brasileira de Letras – ABL) e Profª. Rosilma Rolandan (Presidente do Movimento de Defesa da Língua Portuguesa – MNDLP)	04.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
34ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	04.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
35ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	10.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
36ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	11.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Histórico de 2002

Em 21.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 21.12.2002, páginas 27377 a 27381. Veja mais páginas 27387 a 27397).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE RÁDIO E TELEVISÃO
 Requerimento aprovado na 2ª reunião da CE, realizada em 06/04/99.
 Subcomissão instalada na 8ª reunião da CE, realizada em 22/06/99

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E INFORMÁTICA
 Requerimento de autoria do Senador José Fogaça e outros Srs. Senadores,
 aprovado na 35ª reunião da CE, realizada em 12.12.2000⁷³
 Designada em 3.4.2001, na 3ª Reunião da Comissão de Educação
 Subcomissão instalada em 26.4.2001, com eleição do Presidente e Vice-Presidente

Composição

⁷³ Constatou-se no Relatório da Presidência de 2000 como sendo resultado da fusão das Subcomissões Permanente de Rádio e TV e Temporária do Cinema Brasileiro. Na verdade, a Subcomissão Permanente de Rádio e TV continua existindo.

Presidente: Senador Freitas Neto
Vice-Presidente: Senador Roberto Saturnino

Titulares		Suplentes
PMDB		
Sérgio Machado		1. Valmir Amaral
Gerson Camata ⁷⁴		2. Nabor Júnior
Pedro Simon		3. Casildo Maldaner
Juvêncio da Fonseca		4. Mauro Miranda
PFL		
Freitas Neto		1. Geraldo Althoff ⁷⁵
Francelino Pereira		2. (Vago)
Antônio Carlos Júnior		3. Romeu Tuma
Bloco (PSDB/PPB)		
Lúcio Alcântara		1. (Vago)
Ricardo Santos		2. (Vago)
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		1. Eduardo Suplicy (PT)
Emília Fernandes (PT)		2. Marina Silva (PT)
PSB		
Roberto Saturnino ⁷⁶		(vago)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de requerimentos da Subcomissão	12.03.2002	028	28.03.2002	0161
2ª	Ordinária Audiência pública para debater a MP n° 17/2001 Convidados: Senhor André Schivartche (Representante da Neo TV), Senhor Abel Puig (Presidente da Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA), Senhora Vera Zaverucha (Assessora Especial da Presidência da Agência Nacional do Cinema – ANCINE) e Senhor Toni Venturi (Congresso Brasileiro de Cinema – CBC).	21.03.2002	050	01.05.2002	07085

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Histórico de 2002

Em 21.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 21.12.2002, página 27386).

⁷⁴ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS nºs 510 e 511/2002).

⁷⁵ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002).

⁷⁶ Desligou-se do PSB (DSF de 7.3.2002) e filiou-se ao PT (DSF de 17.5.2002).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(Bancada do Livro)

Composição

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador

Titulares		Suplentes
PMDB		
José Sarney		1. Gerson Camata ⁷⁷
Marluce Pinto		2. Mauro Miranda
PFL		
Antonio Carlos Júnior		1. Waldeck Ornelas
Francelino Pereira		2. Maria do Carmo Alves
Bloco (PSDB e PPB)		
Ricardo Santos		1. Freitas Neto
Lúcio Alcântara		2. Teotônio Vilela Filho
Bloco Oposição (PT e PPS)		
Emilia Fernandes (PT)		1. Roberto Saturnino (PT)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Composição

Presidente: Senador Geraldo Althoff
Vice-Presidente: Senador Luiz Otávio

Titulares		Suplentes
PMDB		
Valmir Amaral		1. Mauro Miranda
Maguito Vilela		2. Amir Lando
PFL		
Geraldo Althoff ⁷⁸		1. Romeu Tuma
Leomar Quintanilha		2. Lindberg Cury
Bloco (PSDB e PPB)		
Benício Sampaio		1. Chico Sartori
Luiz Otávio (PPB) ⁷⁹		2. (Vago)

⁷⁷ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS nºs 510 e 511/2002).

⁷⁸ Licenciado do exercício do mandato no período de 21.5 a 18.9.2002.

⁷⁹ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520).

Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
		1. Geraldo Cândido (PT)
PDT		
Álvaro Dias		

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Mapa de publicação das atas das reuniões da Subcomissão

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Destinada a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da subcomissão, para o ano de 2002.	02.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0140
2ª	Extraordinária Audiência Pública destinada a ouvir o Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Dr. Caio Luiz de Carvalho , sobre as políticas implementadas e as diretrizes futuras que nortearão o desporto em nosso país.	24.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0143
3ª	Extraordinária Audiência Pública com a finalidade de debater sobre a implantação das ligas de futebol profissional, tendo como convidados: Fábio Koff, Alexandre Kalil e Mustafá Contursi .	07.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0969

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Histórico de 2002

Em 21.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 21.12.2002, página 27386).

a.6) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE INTEGRANTES: TITULARES - 17			
PMDB	26	5,53	6
PFL	21	4,46	4
PSDB/PPB	16	3,40	3
Bloco	13	2,76	3
PSB	3	0,64	1
PTB	1	0,21	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	17	17
Nº DE INTEGRANTES: SUPLENTE - 9			
PMDB	26	2,93	3
PFL	21	2,36	2
PSDB/PPB	16	1,80	2
Bloco	13	1,46	1
PSB	3	0,34	1
PTB	1	0,11	
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	9	9

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Fiscalização e Controle

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador Freitas Neto

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1 – Gilberto Mestrinho
Robinson Viana ⁸⁰		2 – Luiz Otávio ⁸¹ (PPB) (Cessão em 27.4.2001)
Juvêncio da Fonseca		3 – Wellington Roberto ⁸²
Fernando Ribeiro		
Valmir Amaral		
Amir Lando		
PFL		
Antonio Carlos Júnior		1 – Bello Parga ^{83 84}
Geraldo Althoff ⁸⁵		2 – Francelino Pereira
Moreira Mendes		
Jonas Pinheiro		
BLOCO PSDB/PPB		
Eduardo Siqueira Campos		1 – Freitas Neto
Ricardo Santos		2 – Fernando Matusalém
Romero Jucá		
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 023/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2246, com nova composição da Comissão		
Eduardo Siqueira Campos		1 - Freitas Neto
Chico Sartori		2 - Ricardo Santos
Romero Jucá		
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Eduardo Suplicy (PT)		1 - José Eduardo Dutra (PT)
Heloísa Helena (PT)		
Jefferson Péres (PDT)		
PSB		
Roberto Saturnino		1 – Ademir Andrade (vaga compartilhada com o PTB)

⁸⁰ Afastou-se do exercício do mandato pelo retorno do titular em 5.4.2002. Em 11.4.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Ney Suassuna (DSF de 12.4.2002, página 4190).

⁸¹ Em 8.5.2002, foi substituído pelo Senador Francisco Escórcio, do PMDB (DSF de 9.5.2002, página 7611). Em 1º.8.2002, o Senador Francisco Escórcio se afastou do exercício do mandato pelo retorno do titular. Em 11.12.2002, foi designado para a vaga o Senador João Alberto Souza (DSF de 12.12.2002, página 25494).

⁸² Em 22.2.2002, foi lida comunicação do Senador, informando sua filiação ao PTB desde 5.10.2001 (DSF de 23.2.2002, página 727).

⁸³ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS nº 222/2002).

⁸⁴ Tendo em vista o seu retorno às atividades parlamentares, voltou a integrar a Comissão (DSF de 5.9.2002, página 16831 e DSF de 1.11.2002, página 18844).

⁸⁵ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18346).

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Amir Lando
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1 – Gilberto Mestrinho
Ney Suassuna		2 – João Alberto Souza
Juvêncio da Fonseca		3 – Wellington Roberto (PTB)
Fernando Ribeiro		
Valmir Amaral		
Amir Lando		
PFL		
Antonio Carlos Júnior		1 – Bello Parga
Geraldo Althoff		2 – Francelino Pereira
Moreira Mendes		
Jonas Pinheiro		
BLOCO PSDB/PPB		
Eduardo Siqueira Campos		1 - Freitas Neto
Chico Sartori		2 - Ricardo Santos
Romero Jucá		
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Eduardo Suplicy (PT)		1 - José Eduardo Dutra (PT)
Heloísa Helena (PT)		
Jefferson Péres (PDT)		
PSB		
Roberto Saturnino		1 – Ademir Andrade (vaga compartilhada com o PTB)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Adiada por falta de quorum	06.03.2002	028	28.03.2002	0367
2ª	Extraordinária Apreciação de Avisos do TCU e Diversos	13.03.2002	050	01.05.2002	7130
3ª	Extraordinária Audiência pública Convidado: Dr. Agílio Monteiro Filho (Diretor-Geral da Polícia Federal) que presta informações sobre os fatos relacionados às investigações realizadas pela Polícia Federal quanto às supostas ligações entre o empresário Aldenor Cunha Rebouças e o gerente de Planejamento do Governo do Maranhão, Jorge Murad, marido da Governadora do Estado, Roseana Sarney. Oitiva de dois outros convidados: Delegados Hélio Dias Leite e Paulo Tarso Gomes.	13.03.2002	050	01.05.2002	7135
4ª	Conjunta com a 9ª da CAE e CMPOPF, Comissão de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados Destinada a ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar debate sobre o tema "Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – Balanço do ano de 2001"	04.04.2002	050	01.05.2002	6924
5ª	Extraordinária Apreciação de Avisos do TCU	03.04.2002	050	01.05.2002	7183
6ª	Extraordinária Apreciação da PFC nº 01/2002 e requerimento da comissão.	10.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0182
7ª	Extraordinária Adiada por falta de quorum	17.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0187
8ª	Extraordinária Apreciação de matérias de competência da comissão.	17.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0189
9ª	Extraordinária Audiência pública para que a comissão possa tomar conhecimento das denúncias de eventuais irregularidades envolvendo o caso ARISA/BNB, tendo sido ouvidos: Sr. João Alfredo Telles Mello , Deputado Estadual pelo Estado do Ceará; Sr. Tomaz de Aquino e Silva Filho , Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará; e o Sr. Antônio José Carvalho da Nóbrega , Presidente da ARISA S/ª	25.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0216

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
10ª	Extraordinária I Parte – destinada a ouvir o Dr. Francisco Antônio de Oliveira , Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a fim de prestar informações sobre as obras de construção do Edifício do Foro Trabalhista da Capital de São Paulo. II Parte – Apreciação de Avisos.	08.05.2002	070-Supl	01.06.2002	0257

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
11ª	Extraordinária Conjunta com a CAE, CMPOPF, Comissão de Finanças e Tributação, de Economia, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, de Audiência pública destinada a ouvir o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar debate sobre o tema “Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial e os resultados demonstrados nos balanços”	29.10.2002	158 Supl. B	21.12.2002
12ª	Extraordinária Discussão e votação de emendas ao Orçamento 2003.	02.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
13ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	13.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
14ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	20.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
15ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	27.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
16ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	11.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Histórico de 2002

Em 2.4.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em março de 2002 (DSF de 2.4, páginas 3326 a 3327).

Em 1º.6.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em maio de 2002 (DSF de 1º.6.2002, páginas 10084 a 10087).

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL
PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE
DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA

Composição

Presidente: Senador Alberto Silva
Vice-Presidente: Senador Moreira Mendes

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1. Amir Lando
Luiz Otávio ^{86 87}		
PFL		
Moreira Mendes		1. Jonas Pinheiro
Bloco (PSDB e PPB)		
(Vago)		1. Ricardo Santos
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
(Vago)		(Vago)
PDT		
Jefferson Péres		

⁸⁶ Filiou-se ao PPB.

⁸⁷ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página).

a.7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes - 19			
PMDB	26	6,18	6
PFL	21	4,99	5
PSDB/PPB	16	3,80	4
Bloco	13	3,09	3
PSB	3	0,71	1
PTB	1	0,24	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	19	19

Bloco Oposição: PT,PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador João Alberto Souza

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1 – Mauro Miranda
Iris Rezende		2 – Francisco Escórcio ^{88 89}
João Alberto Souza		3 – Pedro Simon
José Sarney		4 – Roberto Requião
Sérgio Machado ⁹⁰		5 – Wellington Roberto
Valmir Amaral		6 – Nabor Júnior

⁸⁸ Designado em 8.5.2002 (DSF de 9.5.2002, página 7611).

⁸⁹ Em 1º.8.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular. Em 3.12.2002, foi designado para a sua vaga o Senador Luiz Otávio (DSF de 4.12.2002, página 23314). Em 5.12.2002, o Senador Luiz Otávio foi remanejado para a titularidade, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Sérgio Machado (DSF de 6.12.2002, página 23.646).

⁹⁰ Em 5.12.2002, foi substituído pelo Senador Luiz Otávio (DSF de 6.12.2002, página 23646).

PFL		
Francelino Pereira ⁹¹		1 – Jorge Bornhausen ^{92 93 94}
Bernardo Cabral		2 – Bello Parga ^{95 96}
Romeu Tuma		3 – Waldeck Ornelas
José Agripino		4 – Geraldo Althoff ⁹⁷
José Coêlho ^{98 99 100}		5 – Paulo Souto
BLOCO PSDB/PPB		
Geraldo Melo		1 – Artur da Távola
Lúdio Coelho		2 – Teotônio Vilela Filho
Pedro Piva ¹⁰¹		3 – Freitas Neto
Fernando Matusalém		4 – Luiz Otávio
Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 02102-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2244 com nova composição da Comissão		
Geraldo Melo		1 – Artur da Távola
Lúdio Coelho		2 – Teotônio Vilela Filho
José Serra		3 – Freitas Neto
Ari Stadler ^{102 103}		4 – Luiz Otávio ¹⁰⁴
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		1 – Eduardo Suplicy (PT)
Jefferson Péres (PDT)		2 – Emília Fernandes (PT)
Tião Viana (PT)		3 – Álvaro Dias (PDT)
PSB		
Roberto Saturnino		1 – Ademir Andrade

⁹¹ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁹² Entrou de licença no período de 22.2 a 2.7.2002 (RQS nºs 17 e 18/2002).

⁹³ Em 3.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Moreira Mendes (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁹⁴ Em 4.9.2002, voltou à Comissão em substituição ao Senador Moreira Mendes (DSF de 5.9.2002, página 16831).

⁹⁵ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS nº 222/2002).

⁹⁶ Em 31.10.2002, foi lido o Ofício nº 117-GLPFL, de 29.10.2002, informando que o Senador voltou a integrar a Comissão, em virtude do término de sua licença (DSF de 1.11.2002, página 18844).

⁹⁷ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18345).

⁹⁸ Em 10.3.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular, Senador José Jorge, que foi designado para a Comissão, novamente, em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

⁹⁹ Em 16.4.2002, o Senador José Jorge foi desligado da Comissão, a pedido (DSF de 17.4.2002, página 4672).

¹⁰⁰ Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Moreira Mendes (DSF de 30.5, página 9729).

¹⁰¹ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular.

¹⁰² Em 3.7.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular.

¹⁰³ Em 5.9.2002, foi designado para a vaga o Senador Benício Sampaio (DSF de 6.9.2002, página 17112).

¹⁰⁴ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520). Em 22.11.2002, foi substituído pelo Senador Olivir Gabardo (DSF de 23.11.2002, página 22491).

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: (Vago)

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1 – Mauro Miranda
Iris Rezende		2 – (Vago)
João Alberto Souza		3 – Pedro Simon
José Sarney		4 – Roberto Requião
Luiz Otávio		5 – Wellington Roberto
Valmir Amaral		6 – Nabor Júnior
PFL		
Francelino Pereira		1 – Jorge Bornhausen
Bernardo Cabral		2 – Bello Parga
Romeu Tuma		3 – Waldeck Ornelas
José Agripino		4 – Geraldo Althoff
Moreira Mendes		5 – Paulo Souto
BLOCO PSDB/PPB		
Geraldo Melo		1 – Artur da Távola
Lúdio Coelho		2 – Teotônio Vilela Filho
José Serra		3 – Freitas Neto
Benício Sampaio		4 – Olivir Gabardo
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		1 – Eduardo Suplicy (PT)
Jefferson Péres (PDT)		2 – Emília Fernandes (PT)
Tião Viana (PT)		3 – Álvaro Dias (PDT)
PSB		
Roberto Saturnino		1 – Ademir Andrade

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	26.02.2002	28	28.03.2002	0163
2ª	Ordinária Apreciação de matéria legislativa	05.03.2002	28	28.03.2002	0171
3ª	Ordinária Apreciação de Mensagens	12.03.2002	28	28.03.2002	0175
4ª	Apreciação de matéria legislativa	16.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0593

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
5ª	Leitura de carta recebida da Sra. Angela Rodrigues Perez, esposa do Senador Luiz Eladio Perez Bonilla, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da Colômbia e Apreciação de matéria legislativa	23.04.2002	090-Supl	29.06.2002	0607
6ª	Audiência Pública com a presença do Embaixador brasileiro José Maurício Bustani , e Apreciação de matéria legislativa	07.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0620
7ª	Apreciação de requerimento da Comissão convocando audiência pública para avaliar e debater o PDS nº 164/2002	14.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0640
8ª	Audiência Pública para debater o PDS nº 164/2002, com a presença dos Srs. José Vallim Guerreira , substituindo o Ministro das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Deputado Federal Fernando Mangabeira ; Dra. Marina Grossi , substituindo o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança Climática; Dr. Rubens Harry Born ; Ilmo. Dr. Mário Monzoni e Sr. Gylvan Meira Filho , substituindo o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia.	14.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0640
9ª	Apreciação de matéria legislativa	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0659
10ª	Apreciação de matéria legislativa	28.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0672
11ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	05.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0683
12ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	11.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0686
13ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	18.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0687

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
14ª	Apreciação de matéria legislativa e de Mensagens de escolha de Embaixadores	25.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002
15ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	05.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
16ª	Extraordinária Discussão e votação do Orçamento 2003	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
17ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa e de Mensagens de escolha de Embaixadores	12.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
18ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	19.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
19ª	Audiência Pública tendo como convidado o Ministro das Relações Exteriores Chanceler Celso Lafer , para debater de que maneira o Governo Brasileiro acompanha as negociações sobre a Guerra do Iraque e sua avaliação sobre as repercussões Políticas e Econômicas no País, em caso de conflito.	20.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
20ª	Apreciação de matéria legislativa e de Mensagens de escolha de Embaixadores	26.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
21ª	Apreciação de matéria legislativa e de Mensagens de escolha de Embaixadores	03.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002
22ª	Apreciação de Mensagens de escolha de Embaixadores	10.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Histórico de 2002

Em 30.11.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 30.11, páginas 23206 a 23208).

a.8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes - 23			
PMDB	26	7,48	7
PFL	21	6,04	6
PSDB/PPB	16	4,60	5
Bloco	13	3,74	4
PSB	3	0,86	1
PTB	1	0,29	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	23	23

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 13/03/2001

Composição da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Presidente: Senador Alberto Silva
Vice-Presidente: Senador Lúdio Coelho

Titulares	PMDB	Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1 – Ney Suassuna ¹⁰⁵
Fernando Ribeiro		2 – Iris Rezende
Valmir Amaral ¹⁰⁶		3 – Gerson Camata ¹⁰⁷
Mauro Miranda		4 – Robinson Viana ¹⁰⁸
Nabor Júnior		5 – Gilberto Mestrinho
Roberto Requião		6 – Wellington Roberto ¹⁰⁹
Marluce Pinto		7 – Maguito Vilela
PFL		
Romeu Tuma		1 – Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2 – Antonio Carlos Júnior ¹¹⁰
Leomar Quintanilha		3 – Maria do Carmo Alves
José Jorge ¹¹¹		4 – (Cedida ao PTB – Vide Of. nº 307/2001, de 19.10, da Liderança do PTB – DSF de 20.10, página 25633).
Lindberg Cury		5 – Geraldo Althoff ^{112 113}
(Vaga cedida ao PTB)		6 – Waldeck Ornelas ¹¹⁴
BLOCO PSDB/PPB		
Eduardo Siqueira Campos		1 – Pedro Piva ¹¹⁵
Ricardo Santos		2 – Benício Sampaio
Teotônio Vilela Filho		3 – Luiz Pontes
Luiz Otávio		4 – Fernando Matusalém
Lúdio Coelho		5 – Romero Jucá

¹⁰⁵ Designado em 11.4.2002 (DSF de 12.4, página 4190).

¹⁰⁶ Em 8.5.2002, passou a suplente, em vaga existente, e foi designado, como titular, o Senador Francisco Escórcio (DSF de 9.5.2002, página 7611). Em 3.9.2002, voltou à titularidade, em substituição ao Senador Francisco Escórcio (DSF de 4.9.2002, página 16674).

¹⁰⁷ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS nºs 510 e 511/2002). Em 5.11.2002, foi designado para a Comissão o Senador Luiz Pastore (DSF de 6.11.2002, página 19619).

¹⁰⁸ Em 5.4.2002, afastou-se do exercício do mandato pelo retorno do titular. Em 8.5.2002, foi designado para a vaga o Senador Valmir Amaral, que era titular e passou a suplente (DSF de 9.5.2002, página 7611). Em 3.9.2002, o Senador Valmir Amaral passou a titular e foi designado, para substituí-lo, como Suplente, o Senador Juvêncio da Fonseca (DSF de 4.9.2002, página 16674).

¹⁰⁹ Na sessão do dia 22.2.2002, foi lida comunicação do Senador, informando que se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, desde 5.10.2001 (DSF de 23.2.2002, página 727).

¹¹⁰ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

¹¹¹ Designado em 14.3.2002 (DSF de 15.3.2002, página 2239).

¹¹² Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

¹¹³ Entrou de licença no período de 21.5 a 18.9.2002 (RQS nºs 272 e 273/2002). Em 29.5.2002, foi designado para compor a Comissão o Senador Adir Gentil (DSF de 30.5, página 9696). Em 9.10.2002, voltou a integrar a Comissão (DSF de 10.10.2002, página 18345).

¹¹⁴ Designado em 3.4.2002 (DSF de 4.4.2002, página 3638).

¹¹⁵ Em 22.2.2002, reassumiu o exercício do mandato o titular.

Na sessão do dia 14.3.2002, foi lido o ofício nº 022/02-GLPSDB, de 14.3.2002, da Liderança do Bloco, DSF de 15.3.2002 – página 2245, com nova composição da Comissão		
Lúdio Coelho		1 – Chico Sartori
José Serra		2 – Benício Sampaio
Teotônio Vilela Filho		3 – Luiz Pontes ¹¹⁶
Luiz Otávio ¹¹⁷		4 – Ari Stadler ^{118 119}
Eduardo Siqueira Campos		5 – Romero Jucá
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		1 – Emília Fernandes (PT)
Heloísa Helena (PT)		2 – Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3 – Lauro Campos (PDT)
Paulo Hartung (PSB)		4 – Tião Viana (PT)
PSB		
Ademir Andrade		1 – Roberto Saturnino
PTB		
Arlindo Porto (por cessão do PFL)		1 – Carlos Patrocínio ¹²⁰ (por cessão do PFL)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa
Presidente: Senador Alberto Silva
Vice-Presidente: Senador Lúdio Coelho

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		1 – Ney Suassuna
Fernando Ribeiro		2 – Iris Rezende
Valmir Amaral		3 – Luiz Pastore
Mauro Miranda		4 – Juvêncio da Fonseca
Nabor Júnior		5 – Gilberto Mestrinho
Roberto Requião		6 – Wellington Roberto (PTB)
Marluce Pinto		7 – Maguito Vilela
PFL		
Romeu Tuma		1 – Jonas Pinheiro
Paulo Souto		2 – Antonio Carlos Júnior
Leomar Quintanilha		3 – Maria do Carmo Alves
José Jorge		4 – (Cedida ao PTB – Vide Of. nº 307/2001, de 19.10, da Liderança do PTB – DSF de 20.10, página 25633).
Lindberg Cury		5 – Geraldo Althoff
(Vaga cedida ao PTB)		6 – Waldeck Ornelas
BLOCO PSDB/PPB		
Lúdio Coelho		1 – Chico Sartori
José Serra		2 – Benício Sampaio
Teotônio Vilela Filho		3 – Luiz Pontes
Eduardo Siqueira Campos		4 – Freitas Neto
(Vago)		5 – Romero Jucá

¹¹⁶ Entrou de licença pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 18.4.2002 (RQS nºs 195 e 196/2002). Em 29.4.2002, foi designado para a Comissão o Senador Reginaldo Duarte (DSF de 30.4.2002, página 6649). Em 5.9.2002, retornou à Comissão em substituição ao Senador Reginaldo Duarte (DSF de 6.9.2002, página 17110).

¹¹⁷ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520). Em 22.11.2002, foi desligado da Comissão (DSF de 23.11.2002, página 22492).

¹¹⁸ Em 3.7.2002, afastou-se do exercício do mandato tendo em vista o retorno do titular.

¹¹⁹ Em 5.9.2002, foi designado para a vaga o Senador Freitas Neto (DSF de 6.9.2002, página 17112).

¹²⁰ Designado em 19.10.2001 (Of. nº 307/2001, de 19.10, da Liderança do PTB – DSF de 20.10, página 25633).

Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		1 – Emília Fernandes (PT)
Heloísa Helena (PT)		2 – Sebastião Rocha (PDT)
José Eduardo Dutra (PT)		3 – Lauro Campos (PDT)
Paulo Hartung (PSB)		4 – Tião Viana (PT)
PSB		
Ademir Andrade		1 – Roberto Saturnino
PTB		
Arlindo Porto (por cessão do PFL)		1 – Carlos Patrocínio (por cessão do PFL)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
1ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem e matéria legislativa	05.03.2002	028	28.03.2002	0370
2ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem e matéria legislativa	02.04.2002	050	01.05.2002	7187
3ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade e matérias legislativas	23.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0269
4ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade	25.04.2002	070-Supl	01.06.2002	0292
5ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade	15.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0689
6ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	21.05.2002	090-Supl	29.06.2002	0702
7ª	Extraordinária Apreciação de Mensagem de escolha de autoridade	04.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0707
8ª	Extraordinária Audiência Pública para instrução do PLS nº 130/2001, com a presença dos Srs. César Pena Fernandes, Átila Yurtsever, José Idalberto da Cunha, Francisco Assunção Mesquita, Sra. Graziella Baggio, Sr. Mário Pereira Filho e George Ermakoff.	12.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0718
9ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa	18.06.2002	090-Supl	29.06.2002	0727

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
10ª	Extraordinária Audiência pública, nos termos do RQS nº 05/2002, da Senadora Heloísa Helena, para discussão o Programa de Cisão das Empresas Elétricas do Sistema Eletrobrás e o Comitê de Revitalização do setor Elétrico, tendo como convidados o Dr. Altino Ventura Filho , Presidente da Eletrobrás, Prof. Maurício Tomasquim , Professor da COPPE/UFRJ e Sr. José Drummond Saraiva , Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU.	19.06.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
11ª	Extraordinária Apreciação de matéria legislativa e de Mensagem de escolha de autoridade	04/09/2002	158 Supl. B	21.12.2002
12ª	Extraordinária Apreciação de Emendas ao Orçamento 2003	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002
13ª	Extraordinária Apreciação de Emendas ao Orçamento 2003	06.11.2002	158 Supl. B	21.12.2002

Secretário: Celso Antony Parente

Histórico de 2002

Em 17.12.2002, foi publicado o relatório de atividades da Comissão em 2002 (DSF de 17.12.2002, páginas 26441 a 26447).

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES
QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR O ACIDENTE COM A PLATAFORMA
P-36 DA PETROBRÁS OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS

Composição

Presidente: Senador Geraldo Cândido
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral

Titulares		Suplentes
PMDB		
Alberto Silva		Iris Rezende
Roberto Requião		Valmir Amaral
Gerson Camata ¹²¹		Gilberto Mestrinho
PFL		
Paulo Souto		Maria do Carmo Alves
Jonas Pinheiro		Bello Parga ¹²²
Bloco (PSDB e PPB)		
Teotônio Vilela Filho (PSDB)		Luiz Otávio ¹²³ (PPB)
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Geraldo Cândido (PT)		Roberto Saturnino

¹²¹ Entrou de licença no período de 3.10.2002 a 31.1.2003 (RQS n°s 510 e 511/2002).

¹²² Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS n° 222/2002).

¹²³ Em 13.11.2002, comunicou sua desfiliação do PPB e filiação ao PMDB (DSF de 14.11.2002, página 21520).

b) COMISSÕES TEMPORÁRIAS

b.1) INTERNAS

b.1.1) Destinada a acompanhar relações bilaterais, particularmente do comércio do Brasil com o Canadá, tendo em vista relações do comércio internacional entre os dois países.

Criação: Requerimento nº 639/2000 (lido e aprovado em 13.12.2000)

Autor: Roberto Freire

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO			
Nº DE MEMBROS: 5			
PMDB	26	1,63	2
PFL	21	1,31	1
PSDB	14	0,88	1
Bloco	13	0,81	1
PSB	3	0,19	0
PPB	2	0,13	0
PTB	1	0,06	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	5	5

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 20/02/01

Composição da Comissão na 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura,

Presidente: Senador Roberto Freire
Vice-Presidente: Senador Amir Lando
Relator: Senador Waldeck Ornelas

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Mauro Miranda		Iris Rezende
Amir Lando		(Vago)
	PFL	
Waldeck Ornelas		(Vago)
	PSDB	
Osmar Dias (PDT) (desligou-se do PSDB em 1º.8.2001)		Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Roberto Freire (PPS)		Sebastião Rocha (PDT)

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Presidente: Senador Roberto Freire
Vice-Presidente: Senador Amir Lando
Relator: Senador Waldeck Ornelas

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Mauro Miranda		Iris Rezende
Amir Lando		(Vago)
	PFL	
Waldeck Ornelas		(Vago)
	PSDB	
Osmar Dias (PDT) (desligou-se do PSDB em 1º.8.2001)		Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Roberto Freire (PPS)		Sebastião Rocha (PDT)

Histórico de 2002

Em 16.12.2002, foi extinta nos termos do art. 76, inciso III, do RISF, sem emissão do Relatório final (DSF de 17.12.2002, página 26.139).

b.1.2) Destinada a acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê da Bacia (instituídos pelo Decreto S/Nº de 5.6.2001).

Criação: Requerimento nº 392/2001 (aprovado em 13.9.2001).

Autor: Waldeck Ornelas

Prazo de funcionamento: 15.12.2002 (DSF de 21.9.2001 – página 22547).

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido			
Nº de Integrantes: Titulares e Suplentes: 7			
PMDB	25	2,27	2
PFL	20	1,82	2
PSDB/PPB	14	1,27	1
Bloco Oposição	12	1,09	1
PSB	3	0,27	1
PTB	3	0,27	
Sem Partido	4		0
TOTAL	77	7	7
Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.			
Atualizado em 13/09/2001			

Composição da Comissão na 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura,

Presidente: (Vago)

Vice-Presidente: Senador Teotônio Vilela Filho

Relator: Senador Waldeck Ornelas

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Renan Calheiros		Alberto Silva ¹²⁴
Ney Suassuna ^{125 126}		João Alberto Souza
	PFL	
Waldeck Ornelas		Paulo Souto
Francelino Pereira		José Coêlho ^{127 128}
	PSDB/PPB	
Teotônio Vilela Filho		Lúdio Coelho
	Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)	
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
	PTB/PSB	
Antônio Carlos Valadares		Ademir Andrade

¹²⁴ Em 14.3.2002, foi substituído pelo Senador Sérgio Machado (DSF de 15.3.2002, página 2247).

¹²⁵ Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001, página 28539).

¹²⁶ Em 14.3.2002, foi substituído pelo Senador Alberto Silva (DSF de 15.3.2002, página 2247).

^{127 127} Em 10.3.2002, afastou-se do exercício do mandato, tendo em vista o retorno do titular.

¹²⁸ Em 14.3.2002, foi designado para a vaga a Senadora Maria do Carmo Alves (DSF de 15.3.2002, página 2247).

Composição da Comissão ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Renan Calheiros		Sérgio Machado
Alberto Silva		João Alberto Souza
	PFL	
Waldeck Ornelas		Paulo Souto
Francelino Pereira		Maria do Carmo Alves
PSDB/PPB		
Teotônio Vilela Filho		Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Heloísa Helena (PT)		José Eduardo Dutra (PT)
PTB/PSB		
Antônio Carlos Valadares		Ademir Andrade

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
5ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Airson Bezerra Lôcio , Diretor-Presidente da CODEVASF	13.11.2001	012	6.3.2002	1609
6ª	Destinada a ouvir a exposição dos Srs. Dr. Guy Maria Villela Paschoal, Dr. Amilton Geraldo, e do Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo	20.11.2001	012	6.3.2002	1630
7ª	Destinada a ouvir a exposição dos Senhores Dr. Paulino Cícero de Vasconcellos, Dr. Fausto Antônio de Azevedo, Dr. Cláudio José Marinho Lúcio, Dr. Reynaldo Nunes de Moraes, e Dra. Sandra do Carmo Menezes	27.11.2001	012	6.3.2002	1659
8ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. José Teodomiro de Araújo , e eleição do novo Presidente da Comissão Senador Renan Calheiros	4.12.2001	012	6.3.2002	1669
9ª	Discussão e votação do 1º Relatório Preliminar da Comissão, tendo sido aprovado por unanimidade	12.12.2001	012	6.3.2002	1688
			087	26.06.2002	13323
10ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Mário Fernando de Melo Santos , Diretor-Presidente da Operadora Nacional do Sistema Elétrico, do Ministério de Minas e Energia	06.03.2002	038	13.04.2002	4420
11ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Antônio Félix Domingues , Superintendente de Cobrança e Conservação da Agência Nacional de Águas – ANA, Coordenador do Projeto Rio Verde Grande	12.03.2002	038	13.04.2002	4436

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Número	Data	Página
12ª	Destinada a ouvir as exposições do Dr. Humberto Santa Cruz Filho , Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia – AIBA e do Dr. Fernando Brendaglia Almeida , Superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT.	19.03.2002	055	09.05.2002	7655
13ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Edilson de Paula Andrade , Secretário-Executivo do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP.	03.04.2002	055	09.05.2002	7669
14ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Gustavo Maia Gomes , Diretor de Política Regional e Urbana do IPEA.	10.04.2002	055	09.05.2002	7678
15ª	Destinada a ouvir as exposições da Dra. Marília Queiroz de Resende Nogueira e do Profº Clóvis Eduardo de Souza Nascimento .	17.04.2002	087	26.06.2002	13336
16ª	Destinada a ouvir as exposições do Dr. Antônio Bahia Filho e do Dr. Derli Prudente Santana .	24.04.2002	087	26.06.2002	13356
17ª	Destinada a ouvir as exposições de Hyperides Pereira de Macedo e do Dr. Francisco Viana .	08.05.2002	087	26.06.2002	13371
18ª	Destinada a ouvir a exposição do Profº Arno Maschmann de Oliveira .	14.05.2002	087	26.06.2002	13390
19ª	Destinada a ouvir a exposição dos Senhores Prefeitos Leônidas Gregório de Almeida , de Pirapora/MG, José Júlio Nunes de Santana Gomes , de Porto da Folha/SE, Jorge Roberto Garziera , de Lagoa Grande/PE, Alexandre de Melo Toledo , de Penedo, Haroldo Lima Bandeira , de Manga/MG, Preidente José de Moraes , de Santa Maria da Vitória/BA, Luiz Berti , de Sobradinho/BA, e do Dr. Rubem Franca , Secretário Municipal de Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Petrolina/PE.	22.05.2002	90-Supl	29.06.2002	00020
20ª	Destinada a ouvir as exposições dos Senhores Dr. Antônio Pontes Fonseca , Dr. José Bатуira de Assis e Dr. Luiz Eduardo Furiati Lopes .	05.06.2002	90-Supl	29.06.2002	00041
21ª	Destinada a apresentação do 2º Relatório Preliminar da Comissão.	11.06.2002	90-Supl	29.06.2002	00058
22ª	Destinada a leitura, discussão e votação do 3º Relatório Preliminar da Comissão, que conclui pela apresentação de Projeto de Lei que altera a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	30.10.2002	141	28.11.2002	22937
23ª	Destinada a ouvir a exposição do Dr. Joaquim Carlos Teixeira Riva , Técnico e Consultor da FUNDESPA e SEPLANTEC.	06.11.2002	141	28.11.2002	22938
24ª	Destinada à leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão.	20.11.2002	143	30.11.2002	23229

Em 5.11.2002, foi lido, em Plenário, o Ofício nº 49/02, da Comissão, encaminhando o 3º relatório preliminar que conclui pela apresentação de Projeto de Lei do Senado (nº 240/2002) – DSF de 6.11.2002, página 19619.

Em 16.12.2002, foi lida comunicação da Presidência de encerramento dos trabalhos da Comissão no dia 20.11.2002, com apresentação do Relatório Final nº 1/2002, aprovado na mesma data (DSF de 17.12.2002, página 26.276).

b.2) EXTERNAS

b.2.1 – Destinada a representar o Senado Federal perante o Estado do Vaticano, quando da cerimônia de canonização da Madre Paulina, a realizar-se em 19 de maio de 2002. (RQS nº 99/2002, do Senador Casildo Maldaner). Designados os Senadores Casildo Maldaner, Geraldo Althoff, Ari Stadler, Mozarildo Cavalcanti e Amir Lando (DSF de 25.4.2002, página 6054).

b.3) PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

b.3.1) Em atividade na presente Sessão Legislativa

b.3.1.1) Destinada a apurar denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Criação: Requerimento nº 22/2001 (publicado no DSF de 20.2.2001 – página 01315)

Autores: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes

Prazo de funcionamento: 180 (cento e oitenta) dias.

Prorrogação de prazo: até 28.6.2002 (RQS nº 481/2001).

Até 15.12.2002 (RQS nº 263/2002).

Proporcionalidade Partidária

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO Nº DE INTEGRANTES – TITULARES 11			
PMDB	26	3,58	4
PFL	21	2,89	3
PSDB	14	1,93	2
Bloco	13	1,79	2
PSB	3	0,41	0
PPB	2	0,28	0
PTB	1	0,14	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	11	11

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO Nº DE INTEGRANTES – SUPLENTES: 7			
PMDB	26	2,28	2
PFL	21	1,84	2
PSDB	14	1,23	1
Bloco	13	1,14	1
PSB	3	0,26	
PPB	2	0,18	1
PTB	1	0,09	
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	7	7

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 20/02/01

Composição da CPI das ONGs

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha
Relatora: Senadora Marluce Pinto

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1. (Vago)
Marluce Pinto		2. Amir Lando
Nabor Júnior		
Gilvam Borges		
PFL		
Moreira Mendes		1. Jonas Pinheiro
Mozarildo Cavalcanti		2. Bello Parga ¹²⁹
Bernardo Cabral		
Bloco PSDB/PPB		
Antero Paes de Barros		1. Benício Sampaio ¹³⁰
Leomar Quintanilha ¹³¹		
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Tião Viana		Sebastião Rocha
Marina Silva		
PSB		
(Vago)		Roberto Saturnino

Composição da CPI ao final da Sessão Legislativa

Titulares		Suplentes
PMDB		
Gilberto Mestrinho		1. (Vago)
Marluce Pinto		2. Amir Lando
Nabor Júnior		
Gilvam Borges		
PFL		
Moreira Mendes		1. Jonas Pinheiro
Mozarildo Cavalcanti		2. Bello Parga
Bernardo Cabral		
Bloco PSDB/PPB		
Antero Paes de Barros		1. Benício Sampaio
Eduardo Siqueira Campos		
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
Tião Viana		Sebastião Rocha
Marina Silva		
PSB		

¹²⁹ Entrou de Licença para tratamento de saúde no período de 2.4 a 31.7.2002 (RQS nº 222/2002).

¹³⁰ Designado em 30.4.2002 (DSF de 1º.5.2002, página 6801).

¹³¹ Em 2.4.2002, foi substituído pelo Senador Eduardo Siqueira Campos (DSF de 1º.5.202, página 6801).

(Vago)		Roberto Saturnino
--------	--	-------------------

Histórico de 2002

Em 15.5.2002, foi lido o RQS nº 263/2002, da Comissão, de prorrogação do prazo da mesma até 15.12.2002 (art. 152 do RISF).

Em 20.12.2002, foi lido o Ofício nº 0281/02-CPI-“ONG”, de 16.12.2002, do Presidente da Comissão, informando o encerramento dos trabalhos da Comissão no dia 12.12.2002, e encaminhando o Relatório Final nº 2/2002, para publicação (DSF de 21.12.2002, página 27.298) (Relatório Final nº 2/2002 – DSF de 21.12.2002, Suplemento).

Mapa de publicação das atas das reuniões da CPI das ONGs

Da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
13ª	Reunião Administrativa Destinada a discussão e votação de requerimentos	11.12.2001	054	08.05.2002	7515

Da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
14ª	Destinada a ouvir a exposição da Sra. Graça Marques – Presidente do Grupo de Apoio ao paciente de câncer – NAPACAN e do Sr. Andreas Strakos – Presidente do Laboratório NOVARTIS do Brasil Obs.: o Sr. Andreas Strakos encaminhou expediente justificando o seu não comparecimento	19.03.2002	044	23.04.2002	5611
15ª	Destinada a ouvir a exposição do Sr. Andreas Strakos - Presidente do Laboratório NOVARTIS do Brasil	03.04.2002	044	23.04.2002	5624
16ª	Destinada a ouvir os Srs. Hector Garibotti e Luiz Antônio Nascimento de Souza , respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação Amazônia.	16.04.2002	054	08.05.2002	7516
17ª	Reunião administrativa, de caráter reservado, destinada a discussão e votação de requerimentos.	07.05.2002	071	04.06.2002	10281
18ª	Destinada a ouvir as oitivas dos senhores, Luiz Antônio Nascimento de Souza e Alexandre Paes dos Santos .	19.06.2002	094	06.08.2002	15088
19ª	Destinada a ouvir a oitiva do Senhor Héctor Daniel Garibotti .	25.06.2002	094	06.08.2002	15102
20ª	Reunião Administrativa destinada a apreciação de requerimentos da Comissão	27.06.2002	099	29.08.2002	16571

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
21ª	Reunião transferida para outra data em virtude do não comparecimento justificado dos Sr. Ministro Pratini de Moraes e Sr. Domis Vieira Lopes	06.08.2002	099	29.08.2002	16572
22ª	Destinada a ouvir a oitava dos Senhores: Paulo César Monteiro de Medeiros, Domis Vieira Lopes e Alexandre Paes dos Santos	21.08.2002	107	9.10.2002	18249
23ª	Reunião Administrativa, de caráter reservado e sigiloso Destinada a discussão e votação de requerimentos	03.09.2002	133	15.11.2002	21886
24ª	Destinada a exposição dos Excelentíssimos Ministros de Estado da Justiça e da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes , como também, a exposição dos Excelentíssimos Senhores Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra , para prestarem esclarecimentos à Comissão a respeito da Organização Canadense, Não Governamental – FOCUS	06.11.2002	149	10.12.2002	24945
25ª	Destinada a exposição dos Excelentíssimos Ministros de Estado da Justiça e da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro e Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes , como também, a exposição dos Excelentíssimos Senhores Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra , para prestarem esclarecimentos à Comissão a respeito da Organização Canadense, Não Governamental – FOCUS on Sabbatical	12.11.2002	149	10.12.2002	24950
26ª	Destinada a ouvir os depoimentos dos Senhores Alexandre Paes dos Santos, Domis Vieira Lopes e exposição do Dr. Sérgio Haddad	19.11.2002	149	10.12.2002	24969
27ª	Destinada a ouvir os depoimentos dos Representantes das ONG's: Conselho Indígena de Roraima - CIR, Sr. Jacir José de Souza ; Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima – ALIDICIR, Sr. Anísio Pedrosa Lima ; Associação Regional Indígena dos Rios Quino, Cotingo e Mont Roraima – ARIKON, Sr. Gilberto Pedrosa Lima e da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima – SODIURR, Sr. Silvestre Leocádio	21.11.2002	149	10.12.2002	24985
28ª	Destinada a ouvir o depoimento do Sr. Alexandre Paes dos Santos – Diretor da APS Consultores e Associados e a exposição do Sr. Sérgio Haddad – Presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais – ABONG	26.11.2002	149	10.12.2002	25008
29ª	Destinada a ouvir o depoimento do Senhor José Antônio dos Santos – Representante no Brasil da ONG Canadense – FOCUS on Sabbatical, e do Senhor Sérgio Haddad – Presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais – ABONG.	3.12.2002	155	18.12.2002	26601
30ª	Reunião de caráter administrativo, reservada e sigilosa, destinada a tratar de diversos assuntos	4.12.2002	155	18.12.2002	26624
31ª	Destinada a apresentação, discussão e votação do Relatório Final da CPI	11.12.2002	155	18.12.2002	26624

b.3.1.2) Destinada a investigar as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente, na faixa de fronteiras.¹³²

Criação: Requerimento nº 146/2001 (publicado no DSF de 30.3.2001)

Autores: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes

Prazo inicial de funcionamento: até 28.10.2001

Prorrogação de prazo: 27.6.2002 (RQS nº 605/2001)

15.12.2002 – Art. 76 § 4º, RISF (RQS nº 424/2002)

Proporcionalidade Partidária

Representação por Partido Nº de Titulares: 11			
PMDB	27	3,71	4
PFL	20	2,75	3
PSDB/PPB	16	2,20	2
Bloco	13	1,79	2
PSB	3	0,41	0
PTB	1	0,14	0
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	11	11

Representação por Partido Nº de Suplentes: 7			
PMDB	27	2,36	2
PFL	20	1,75	2
PSDB/PPB	16	1,40	1
Bloco	13	1,14	1
PSB	3	0,26	1
PTB	1	0,09	
Sem Partido	1		0
TOTAL	80	7	7

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 30/03/01

Composição da CPI das demarcações de áreas indígenas da Amazônia

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador
Relator: Senador

Titulares		Suplentes
PMDB		
Carlos Bezerra		1. Gilvam Borges
Nabor Júnior		2. Juvêncio da Fonseca
Marluce Pinto		

¹³² Constou como extinta no relatório anterior.

Gilberto Mestrinho		
--------------------	--	--

PFL		
Mozarildo Cavalcanti		1. Moreira Mendes
Bernardo Cabral		2. Jonas Pinheiro
(Vago)		
Bloco PSDB/PPB		
Bloco Oposição (PT, PDT e PPS)		
	PSB e PTB	
		Ademir Andrade

Histórico de 2002

Em 26.6.2002, foi lido o RQS nº 424/2002, prorrogando o prazo da Comissão até 15.12.2002 (Art. 76, § 4º, RISF).

Em 16.12.2002, foi extinta nos termos dos art. 76, § 4º, do RISF, sem que tenha sido instalada (DSF de 17.12.2002, página 26.139)

b.3.1.3) Destinada a investigar discrepâncias entre as pesquisas eleitorais realizadas durante o processo eleitoral do ano de 2000 e os resultados das respectivas eleições, nos municípios que indica.

Criação: Requerimento nº 3/2002 (publicado no DSF 20.2.2002 – página 378)

Autores: Senador Sebastião Rocha e outros Senadores

Nº de membros: 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes

Prazo de funcionamento: 180 (cento e oitenta) dias.

Representação por Partido			
Nº de Titulares:11			
PMDB	24	3,26	3
PFL	18	2,44	2
PSDB/PP B	16	2,17	2
Bloco	14	1,90	2
PSB	4	0,54	1
PTB	4	0,54	1
PL	1	0,14	0
TOTAL	81	11	11

Representação por Partido			
Nº de Suplentes:7			
PMDB	24	2,07	2
PFL	18	1,56	2
PSDB/PP B	16	1,38	1
Bloco	14	1,21	1
PSB	4	0,35	1
PTB	4	0,35	
PL	1	0,09	0
TOTAL	81	7	7

Bloco Oposição: PT, PDT e PPS.

Atualizado em 22/02/02

Composição da CPI das pesquisas eleitorais

Presidente: Senador
Vice-Presidente: Senador
Relatora: Senadora

Titulares		Suplentes
PMDB		
PFL		
Bloco PSDB/PPB		
Bloco de Oposição (PT, PDT e PPS)¹³³		
Sebastião Rocha (PDT)		1. Emilia Fernandes (PT)
José Eduardo Dutra (PT)		
PSB¹³⁴		
Ademir Andrade		Paulo Hartung
PTB		
Wellington Roberto ¹³⁵		

Histórico de 2002

Em 16.12.2002, foi extinta nos termos dos art. 76, § 4º, do RISF.

¹³³ Membros designados em 7.3.2002.

¹³⁴ Membros designados em 21.3.2002.

¹³⁵ Designado em 18.3.2002.

b.3.2) Extintas

DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS PELA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL E SECRETARIA-GERAL DA MESA COMO RESULTADO DE SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES DOS RESPECTIVOS RELATÓRIOS FINAIS

b.3.2.1) “COMISSÃO TEMPORÁRIA DAS OBRAS INACABADAS” – REQUERIMENTO Nº 651/95

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
1) SF-COI nº 308/95, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 752, de 27.04.2000	Superior Tribunal Militar, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta recomendação feita a esse Tribunal	1) Ofício nº 227-PRES, de 16.05.2000, do Presidente do STM, prestando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
2) SF-COI nº 309/95, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 684, de 27.04.2000 2) 1295, de 12.9.2000 (reiteração)	Tribunal Superior Eleitoral, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta recomendação feita a esse Tribunal	1) Ofício nº 4293/PRESI, de 22.9.2000, do Presidente do TSE (fls. 1.722), prestando informações e encaminhando relatórios de obras. Publicado no DSF de 26.9.2000.
3) SF-COI nº 310/95, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) Mensagem 114, de 5.5.2000 2) Mensagem 273, de 12.9.2000	Supremo Tribunal Federal, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta recomendação feita a esse Tribunal	1) Mensagem nº 69, de 4.10.2000, do Presidente do STF, prestando informações. Publicado no DSF de 12.10.2000.
4) SF-COI nº 311/95, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 685, de 27.04.2000	Superior Tribunal de Justiça, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta recomendação feita a esse Tribunal	1) Ofício nº 529/GP, de 10.7.2000, do Presidente do STJ, prestando informações. Publicado no DSF de 13.9.2000.
5) SF-COI nº 312/95, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 686, de 27.04.2000	Superior Tribunal do Trabalho, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta recomendação feita a esse Tribunal	1) Of. STST.GDCA.GP nº 247, de 19.05.2000, do Presidente do TST, prestando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
6) Aviso nº 280/95-COI, de 28.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 687, de 27.04.2000	Ministério da Fazenda, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso 373/MF, de 23.06.2000, do Ministro da Fazenda, prestando informações. Publicado no DSF de 5.8.2000.
7) Aviso nº 281/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 688, de 27.04.2000 2) 1301, de 12.9.2000 (reiteração)	Ministério da Educação, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício/MEC/GM/GAB/Nº 350, de 22.9.2000, do Chefe de Gabinete do Ministro da Educação à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.
8) Aviso nº 282/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 689, de 27.04.2000	Ministério de Minas e Energia, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 650/GM/MME, de 25.05.2000, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
9) Aviso nº 284/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 690, de 27.04.2000	Ministério das Comunicações, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso 113/MC, de 10.07.2000, do Ministro das Comunicações, prestando informações. Publicado no DSF de 5.8.2000.

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
10) Aviso nº 285/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 691, de 27.04.2000	Ministério do Exército, reiterado ao hoje Comando do Exército, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Comando	1) Ofício nº 0805-A/3.7, de 29.05.2000, do Comandante do Exército (fls. 1.548), prestando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
11) Aviso nº 286/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 692, de 27.04.2000	Ministério da Previdência e Assistência Social, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 304, de 03.08.2000, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando relação de obras. Publicado no DSF de 5.8.2000; 2) Ofício/DGFNAS/CAPC Nº 3433, de 16.8.2000, do Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Assistência Social do MPAS à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.
12) Aviso nº 287/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 693, de 27.04.2000	Ministério da Saúde, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 528/GM/MS, de 25.08.2000, do Ministro da Saúde, encaminhando relatórios de obras. Publicado no DSF de 26.8.2000.
13) Aviso nº 288/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 694, de 27.04.2000	Ministério da Marinha, reiterado ao hoje Comando da Marinha, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Comando	1) Ofício nº 1188, de 07.06.2000, do Comandante da Marinha, prestando informações. Publicado no DSF de 1.7.2000.
14) Aviso nº 289/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 695, de 27.04.2000 2) 1297, de 12.9.2000 (reiteração)	Casa Civil da Presidência da República, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a essa Casa Civil	1) Aviso nº 1657-Casa Civil/SG, de 28.9.2000, do Chefe da Casa Civil e do Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando lista de expedientes remetidos por Ministérios ao SF (<i>já incluídos nesta relação</i>), bem como relação e cópias de documentos recebidos nesses dois órgãos da Presidência da República e oriundos de Ministérios e de Secretarias (<i>aqui relacionados nos respectivos espaços</i>). Publicado no DSF de 30.9.2000; 2) Ofício/BAG/SECOM/PR/Nº 436, de 20.9.2000, do Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República; 3) Ofício nº 337-GAB/SEDU/PR, de 22.9.2000, do Chefe de Gabinete do Chefe da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.
15) Aviso nº 290/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 696, de 27.04.2000 2) 1298, de 12.9.2000 (reiteração)	Ministério do Esporte e Turismo, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 185/MET, de 21.9.2000, do Ministro do Esporte e Turismo, prestando informações parciais e encaminhando relatórios de obras. Publicado no DSF de 26.9.2000.

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
16) Aviso nº 291/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 697, de 27.04.2000 2) 1302, de 12.9.2000 (reiteração)	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, reiterado ao hoje Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 585/GM/MDIC, de 15.8.2000, do Chefe de Gabinete do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República; 2) Aviso nº 086/GM/MDIC, de 29.9.2000, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, prestando informações. Publicado no DSF de 4.10.2000.
17) Aviso nº 292/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 698, de 27.04.2000 2) 1294, de 12.9.2000 (reiteração)	Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a essa Secretaria-Geral	1) Aviso nº 1657-Casa Civil/SG, de 28.9.2000, do Chefe da Casa Civil e do Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando lista de expedientes remetidos por Ministérios ao SF (<i>já incluídos nesta relação</i>), bem como relação e cópias de documentos recebidos nesses dois órgãos da Presidência da República (<i>aqui relacionados nos respectivos espaços</i>). Publicado no DSF de 30.9.2000.
18) Aviso nº 293/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 699, de 27.04.2000	Ministério da Aeronáutica, reiterado ao hoje Comando da Aeronáutica, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Comando	1) Ofício nº 019/GC-7/843, de 17.05.2000, do Comandante da Aeronáutica, prestando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
19) Aviso nº 294/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 700, de 27.04.2000	Estado Maior das Forças Armadas, reiterado ao hoje Ministério da Defesa, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 15/SC-4, de 4.1.96, do Ministro-Chefe do EMFA (acusando recebimento do Aviso 294/95); 2) Aviso nº 2.785/GABINETE, de 11.05.2000, do Ministro da Defesa, prestando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
20) Aviso nº 295/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 701, de 27.04.2000	Advocacia Geral da União, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a essa Advocacia-Geral	1) Ofício nº 159/AGU, de 23.8.2000, do Advogado-Geral da União, prestando informações. Publicado no DSF de 24.8.2000.
21) Aviso nº 296/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 702, de 27.04.2000	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, reiterado ao hoje Ministério do Meio Ambiente, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 460/95-MMA/GM, de 3.7.95, do Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; 2) Aviso nº 101/MMA/GM, de 16.5.2000, do Ministro do Meio Ambiente, encaminhando cópia do Ofício nº 460/95. Publicado no DSF de 7.6.2000.
22) Aviso nº 297/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 703, de 27.04.2000 2) 1296, de 12.9.2000 (reiteração)	Casa Militar da Presidência da República, reiterado ao hoje Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Gabinete	1) Ofício nº 669-GSIPR/CH, de 18.9.2000, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, prestando informação. Publicado no DSF de 19.9.2000.
23) Aviso nº 298/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 704, de 27.04.2000 2) 1300, de 12.9.2000 (reiteração)	Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, reiterado ao hoje Ministério da Agricultura e Abastecimento, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 280/GM, de 20.9.2000, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando Ofício Circular nº 5-SAP, de 8.8.2000; Ofício nº 427/GM, de 17.8.2000; Informação nº 036/COF/SPOA/SE/MA, de 16.8.2000; C. PR. Nº 293/2000, de 17.8.2000; Nota da Embrapa; e Nota COF. Publicado no DSF de 23.9.2000; 2) Ofício GM/Nº 2253, de 21.9.2000, do Chefe de Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
24) Aviso nº 299/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 705, de 27.04.2000	Ministério da Ciência e Tecnologia, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 168/MCT, de 14.06.2000, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando cópia de expediente remetido em 95 à COMISSÃO em cumprimento de diligência e prestando informações. Publicado no DSF de 18.8.2000.
25) Aviso nº 300/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 706, de 27.04.2000	Ministério do Planejamento e Orçamento, reiterado ao hoje Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 284/MP, de 31.07.2000, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, prestando informações. Publicado no DSF de 5.8.2000.
26) Aviso nº 301/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 707, de 27.04.2000	Ministério da Administração e Reforma do Estado, posteriormente extinto e absorvido pelo Ministério da Integração Nacional, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 307/MI, de 30.05.2000, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações. Publicado no DSF de 7.6.2000.
27) Aviso nº 302/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 708, de 27.04.2000 2) 1299, de 12.9.2000 (reiteração)	Ministério do Trabalho, reiterado ao hoje Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 399/SE/MTE, de 21.9.2000, do Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.
28) Aviso nº 303/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 709, de 27.04.2000	Ministério das Relações Exteriores, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 24-DA-MRE/APAT, de 29.06.2000, do Ministro das Relações Exteriores, prestando informações. Publicado no DSF de 5.8.2000.
29) Aviso nº 304/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 710, de 27.04.2000	Ministério dos Transportes, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 1131/GM/MT, de – 25.08.2000, do Ministro dos Transportes, encaminhando levantamento. Publicado no DSF de 29.8.2000.
30) Aviso nº 305/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 711, de 27.04.2000	Ministério da Justiça, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Ofício nº 443-ASPAR, de 16.5.2000, da Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça, acusando recebimento do Ofício nº 711/00 (não há registro de publicação no DSF); 2) Aviso nº 505-MJ, de 07.06.2000, do Ministro da Justiça, prestando informações. Publicado no DSF de 1.7.2000; 3) Ofício nº 360/2000-GAB/SEDH/MJ, de 25.9.2000, do Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Direitos Humanos do MJ à Secretária de Assuntos Parlamentares da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhado ao Senado Federal pelo Ofício nº 1657-C.Civil/SG, de 28.9.2000, da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República.
31) Aviso nº 306/95-COI, de 22.11.95 (da Presidência da Comissão)	1) 712, de 27.04.2000	Ministério da Cultura, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde constam recomendações feitas a esse Ministério	1) Aviso nº 79/MinC, de 21.08.2000, do Ministro da Cultura, prestando informações. Publicado no DSF de 24.8.2000.
32) SF-COI nº 306/95, de 28.11.95		Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório Final da Comissão, onde consta re-	1) Aviso nº 613-SGS-TCU, de 20.12.95, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 10.1.96;

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
		comendação feita a esse Tribunal	<p>2) Avisos nºs 120 e 121-SGS-TCU, de 29.3.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópias de decisões. Publicados no DSF de 10.4.96;</p> <p>3) Aviso nº 302-GP-TCU, de 1.4.96, do Presidente em exercício do TCU, encaminhando cópia de decisões. Publicado no DSF de 16.4.96;</p> <p>4) Aviso nº 311-GP-TCU, de 2.4.96, do Presidente em exercício do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 19.4.96;</p> <p>5) Aviso nº 127-SGS-TCU, de 15.4.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 19.4.96;</p> <p>6) Aviso nº 489-GP-TCU, de 30.5.96, do Presidente do TCU, encaminhando relatório de auditoria (não há registro de publicação no DSF);</p> <p>7) Aviso nº 139-SGS-TCU, de 19.4.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 1.5.96;</p> <p>8) Avisos nºs 256, 265 e 266-SGS-TCU, de 10.6.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicados no DSF de 13.6.96;</p> <p>9) Aviso nº 273-SGS-TCU, de 11.6.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 18.7.96;</p> <p>10) Aviso nº 741-SGS-TCU, de 9.7.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 18.7.96;</p> <p>11) Aviso nº 1294-GP/TCU, de 24.10.96, do Presidente do TCU, encaminhando demonstrativo de resultados dos trabalhos. Publicado no DSF de 30.10.96;</p> <p>12) Aviso nº 02-245-SECEX/PR, de 5.12.96, da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Paraná, encaminhando relatório de auditoria. Publicado no DSF de 21.12.96;</p> <p>13) Aviso nº 613-SGS-TCU, de 21.11.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 21.12.96;</p> <p>14) Aviso nº 710-SGS-TCU, de 16.12.96, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 21.12.96;</p> <p>15) Aviso nº 1554-GP/TCU, de 17.12.96, do Presidente em exercício do TCU, encaminhando demonstrativo de resultados dos trabalhos. Publicado no DSF de 9.1.97;</p> <p>16) Aviso nº 9-SGS-TCU, de 30.1.97, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 7.2.97;</p> <p>17) Aviso nº 196-GP/TCU, de 27.2.97, do Presidente do TCU, encaminhando relatório de auditoria. Publicado no DSF de 11.3.97;</p> <p>18) Aviso nº 170-SGS-TCU, de 11.4.97, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 24.4.97;</p> <p>19) Aviso nº 272-SGS-TCU, de 7.5.97, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 16.5.97;</p> <p>20) Aviso nº 770-GP/TCU, de 16.7.97, do Presidente do TCU, encaminhando demonstrativo de resultados dos trabalhos. Publicado no DSF de 8.8.97;</p> <p>21) Aviso nº 500-SGS-TCU, de 8.8.97, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 19.8.97;</p> <p>22) Avisos nºs 678 e 681-SGS-TCU, de 24.10.97, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicados no DSF de 4.11.97;</p>

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informação sobre providências adotadas (Ofício SF – data)	Destino	Resposta – Data
			<p>23) Aviso nº 74-GP/TCU, de 3.2.98, do Presidente do TCU, encaminhando relatório de auditoria. Publicado no DSF de 4.3.98;</p> <p>24) Aviso nº 228-SGS-TCU, de 2.4.98, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 9.4.98;</p> <p>25) Aviso nº 375-SGS-TCU, de 12.6.98, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 23.6.98;</p> <p>26) Aviso nº 1042-SGS-TCU, de 24.3.2000, do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 5.4.2000;</p> <p>27) Aviso nº 162, de 1.9.2000 (Aviso nº 5559-SGS-TCU na origem), do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 22.9.2000.</p> <p>28) Aviso nº 189/2001 (Aviso nº 5.571 na origem), do Presidente do TCU, encaminhando cópia de decisão. Publicado no DSF de 29.09.2001.</p> <p>29) Aviso nº 202/2001 (Aviso nº 6.237/2001 na origem), do Vice-Presidente do TCU, Valmir Campelo, encaminhando cópia da Decisão nº 904/2001. Publicado no DSF de 13.11.2001.</p> <p>30) Aviso nº 32, de 2002 (Aviso nº 822-SGS-TCU, na origem), de 17.04.02, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da Decisão nº 367/2002, adotada por aquele órgão em 17.04.02. Publicado no DSF de 04.05.02.</p>
			<p>Ofício nº 572, de 22.3.2000, do Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), solicitando relatório final da Comissão. Atendido mediante o Ofício nº 521, de 27.3.2000.</p>
			<p>Ofício/PRM/Santos/GABCIV/PAR/nº 037/2002, de 21.01.02, do Sr. Procurador da República no Município de Santos-SP, Pedro Antônio Roso, encaminhando informações sobre obra no centro de visitantes, núcleo ouro grosso PETAR, em Iporanga, Estado de São Paulo. Publicado no DSF de 20.02.02.</p>
			<p>Ofício/PRM/Santos/GABCIV/PAR/nº 041/2002, de 21.01.02, do Sr. Procurador da República no Município de Santos – SP, prestando informações quanto à condução de obras públicas CAIC e Esgoto Sanitário de Cubatão, Estado de São Paulo. Publicado no DSF de 20.02.02.</p>
			<p>Ofício nº 190/2002-GAB, de 16.05.02, do Procurador da República em Chapecó – SC, solicitando cópia do relatório elaborado pela Comissão Temporária de Obras Inacabadas do SF. Atendido mediante o Ofício SGM nº 235/02, de 18.05.02, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 04.06.02.</p>
			<p>Ofício PGR/GAB/nº 1122, de 21.10.01, do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia de dossiê elaborado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que trata de procedimento adotado pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, e solicitando cópia da documentação referente ao Município de Petrópolis-RJ. (Atendido mediante o Ofício SGM nº 1196/2002, de 18.11.02). Publicado no DSF de 20.11.02.</p>

b.3.2.2) “CPI DOS TÍTULOS PÚBLICOS OU DOS PRECATÓRIOS” – REQUERIMENTO Nº 1.101/96

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
1) 933, de 9.9.97	1) 1327, de 28.11.97 (aditamento) 2) 713, de 27.4.2000 (solicitando complementação de informações encaminhadas pelo Ofício nº 771/97, do Procurador-Geral da República, em resposta ao Of. SF nº 933/97);	Procurador-Geral da República, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação ao Ministério Público Federal	1) Ofício PGR/GAB/Nº 771, de 14.10.97, do Procurador-Geral da República, comunicando o encaminhamento do Relatório Final da CPI ao Vice-Procurador-Geral e a Subprocuradores-Gerais, a abertura de 17 inquéritos e eventualmente de outros, se necessários, na Polícia Federal e no Superior Tribunal de Justiça. Publicado no DSF de 17.10.97; 2) Observação: as correspondências do Departamento de Polícia Federal estão registradas no item 5 desta relação; 3) Observação: as correspondências do Superior Tribunal de Justiça estão registradas nos itens 34 e 35 desta relação; 4) Ofício VICE-PGR/GAB Nº 31, de 25.3.98, do Vice-Procurador-Geral da República, solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM s/n, de 31.3.98); 5) Ofício PGR/GAB/Nº 149, de 6.5.98, do Procurador-Geral da República em exercício, em aditamento ao Ofício VICE-PGR/GAB/Nº 31/98, do Vice-Procurador, solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM nº 191, de 15.5.98); 6) Ofício PGR/GAB/Nº 124, de 4.6.98, do Vice-Procurador Geral da República, em adiamento aos Ofícios 31 e 149/98 anteriores (atendido pelo Of. SGM nº 213, de 9.6.98);
2) 934, de 9.9.97 3) 935, de 9.9.97	3) 1328 e 1329, de 28.11.97 (aditamentos); 4) 714, de 27.4.2000 (reiteração)	Ministro da Fazenda, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central respectivamente, órgãos subordinados ao Ministério	1) Aviso nº 307/MF, de 5.6.2000, do Ministro da Fazenda, encaminhando o Memorando SRF/GAB nº 1809, de 29.5.2000, do Secretário Adjunto da Receita Federal; 2) Aviso nº 584/MF, de 9.10.2000, do Ministro da Fazenda, encaminhando o ofício PRESI-2000/2911.2, de 29.9.2000, do Presidente do Banco Central do Brasil, em aditamento ao Aviso nº 307/MF, de 5.6.2000. Publicado no DSF de 12.10.2000.
4) 937, de 10.9.97		Presidente da CCJ, no que se refere à tramitação de projeto de lei de autoria do Senador Ramez Tebet, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.	Projeto de Lei do Senado nº 158/99, aprovado no Senado e na Câmara, enviado à sanção em 16.8.2000 e convertido na Lei nº 10.001/2001.
5) 938, de 10.9.97	5) 1330, de 28.11.97 (aditamento); 6) 715, de 27.4.2000 (reiteração) 7) 1308, de 13.9.2000 (reiteração)	Ministro da Justiça, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação à Polícia Federal, órgão subordinado ao Ministério	1) Ofício nº 1669/97-DELECOIE/SR/DPF/SP, de 18.9.97, da Superintendência Regional em SP do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos para instrução do IPL nº 12-0008/97 (atendido pelo Of. SGM nº 369/97, de 26.9.97); 2) Ofício nº 1673/97-DELECOIE/SR/DPF/SP, de, de 22.9.97, da Superintendência Regional em SP do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos para instrução do IPL nº 12-0012/97 (atendido pelo Of. SGM nº 377/97, de 30.9.97); 3) Ofício nº 1693-DELECOIE/SR/DPF/SP, de 29.9.97, da Superintendência Regional em SP do Departamento de Polícia Federal, reiterando Ofício nº 1673/97 (atendido pelo Of. SGM nº 387/97, de 13.10.97); 4) Ofício nº 1701-DELECOIE/SR/DPF/SP, de 2.10.97, da Superintendência Regional em SP do Departamento de Polícia Federal, reportando-se ao Of. SGM nº 369/97 e solicitando complementação de documentos (atendido pelo Of. SGM nº 393/97, de 15.10.97); 5) Ofício nº 1688- DELECOIE/SR/DPF/SP, de 26.9.97, da Superintendência Regional em SP do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM nº 428/97, de 5.11.97); 6) Ofício nº 30926-DELEFAZ/SR/DPF/RJ, de 26.5.98, da

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			Superintendência Regional no RJ do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos referentes ao IPL 1493/97-DELEFAZ (atendido pelo Of. SGM nº 213, de 8.6.98); 7) Ofício nº 185/98-DCOIE/CCP, de 8.9.98, do Chefe da Divisão de Crime Organizado e Inquéritos Especiais, do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos (atendido pelo Ofício nº 231/98-GSRT, do Senador Romeu Tuma; e pelo Of. SGM nº 504, de 30.10.98) 8) Ofício MJ nº 987, de 18.9.2000, da Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério, informando recebimento do Of. SF 1308/2000. Publicado no DSF de 23.9.2000; 9) Aviso nº 1033/MJ, de 16.10.2000, do Ministro da Justiça, comunicando que aguarda que o Banco Central envie, conforme solicitado, a documentação à Polícia Federal e encaminhando relação de inquéritos policiais instaurados em função das conclusões da CPI dos Títulos Públicos. Publicado no DSF de 31.10.2000.
6) 939, de 10.9.97	8) 1331, de 28.11.97 (aditamento); 9) 716, de 27.4.2000 (reiteração)	Ministro da Previdência e Assistência Social, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação ao Ministério	1) Aviso nº 175, de 5.6.2000, do Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando Memorando nº 599/CGFR/CRE, de 29.5.2000, da Secretaria de Previdência Complementar.
7) 941, de 11.9.97		Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório Final da CPI	
8) 942, de 11.9.97		Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI	
9) 944, de 16.9.97	10) 1308, de 24.11.97 (aditamento); 11) 717, de 27.4.2000 (reiteração)	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	1) Ofício GPG/PGJ Nº 121/98, de 2.3.98, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de PE, solicitando documentos (atendido pelo Of. SF nº 200, de 11.3.98); 2) Ofício PGJ nº 291/2000, de 9.6.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de PE, encaminhando cópias de processos. Publicado no DSF de 18.8.2000.
10) 945, de 16.9.97	12) 1307, de 24.11.97 (aditamento); 13) 718, de 27.4.2000 (reiteração)	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	1) Of. GAB/PGJ nº 249/00, de 17.5.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, encaminhando cópia de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público de Alagoas. Publicado no DSF de 7.6.2000.
11) 946, de 16.9.97	14) 1305, de 24.11.97 (aditamento) 15) 719, de 27.4.2000 (reiteração)	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	1) Ofício nº 004/IC, de 31.10.97, solicitando adendos do Relatório (atendido pelo Of. SF nº 1305, de 24.11.97, do 1º Secretário); 2) Ofício s/n, de 25.5.99, da 1ª Vara da Fazenda da Comarca da Capital de SC, encaminhando petição da Procuradoria-Geral do Estado (Ação Popular nº 023.97.243870-7); 3) Ofício nº 148, de 26.5.99, da 1ª Vara da Fazenda da Comarca da Capital de SC, encaminhando petição da Procuradoria-Geral do Estado (Ação Civil Pública nº 023.98.021459-1); 4) Of. PGE/GAB nº 1186/00, de 9.5.2000, do Procurador-Geral do Estado de SC, informando remessa do Of. SF 719/00 ao Procurador-Geral de Justiça no Estado de SC; 5) Ofício nº 10715.1/PGJ, de 17.5.2000, do Procurador-Geral de Justiça no Estado de SC, informando ajuizamento de Ação Civil Pública nº 023.98.021459-1 na 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. Publicado no DSF

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			de 7.6.2000.
12) 947, de 16.9.97	16) 980, de 19.9.97 (o mesmo conteúdo, mas a outro titular); 17) 1312, de 24.11.97 (aditamento)	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	1) Ofício CPC/422/98PP, de 12.5.98, da Coordenadoria de Promotorias Cíveis do Ministério Público do RS, informando arquivamento do Inquérito Civil 19/98.
13) 948, de 16.9.97	18) 1306, de 24.11.97 (aditamento) 19) 720, de 27.4.2000 (reiteração) 20) 1311, de 13.9.2000 (reiteração)	Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	Ofício nº 10184, de 07.12.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, em resposta ao Ofício SF nº 1311, de 13.09.2000, prestando informações a respeito de providências adotadas no âmbito do Ministério Público Estadual.
14) 949, de 16.9.97	21) 1313, de 26.11.97 (aditamento); 22) 721, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Of. DE/GP nº 437/2000 (Expediente TC-15370/026/2000), de 12.7.2000, do Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado de SP, encaminhando despacho do Expediente. Publicado no DSF de 5.8.2000.
15) 950, de 16.9.97	23) 1314, de 26.11.97 (aditamento); 24) 722, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Ofício SDG/GAB Nº 37/2000, de 23.5.2000, do Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, encaminhando relatório elaborado por técnicos do Tribunal (1 livro e 3 caixas de documentos). Publicado no DSF de 7.6.2000.
16) 951, de 16.9.97	25) 1309, de 24.11.97 (aditamento); 26) 723, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Município de Goiânia, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Ofício nº 639/2000-GP, do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Estado de Goiás, informando providências já adotadas. Publicado no DSF de 6.9.2000.
17) 952, de 16.9.97	27) 1315, de 26.11.97 (aditamento); 28) 724, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Of. OGP Nº 166/2000, de 12.5.2000, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, encaminhando cópia de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado referentes a 1996. Publicado no DSF de 7.6.2000.
18) 953, de 16.9.97	29) 1316, de 26.11.97 (aditamento); 30) 725, de 27.4.2000 (reiteração) 31) 1316, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Ofício TCGP nº 825/2000, de 4.10.2000, do Presidente do Tribunal de Contas de PE, enviando monografia que aborda os fundamentos da proposta de voto do Plenário do Tribunal, que deu origem à Decisão TC nº 1803/97. Autuado como OFS nº 55/2000 e publicado no DSF de 19.10.2000.
19) 954, de 16.9.97	32) 1317, de 26.11.97 (aditamento); 33) 726, de	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse	1) Ofício TC/GAP-6889/2000, de 19.6.2000, do Presidente do Tribunal de Contas de SC, prestando informações. Publicado no DSF de 5.8.2000.

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
	27.4.2000 (reiteração)	Tribunal	
20) 955, de 16.9.97	34) 1318, de 26.11.97 (aditamento); 35) 727, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do RS, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Tribunal	1) Of. GP nº 839/2000, de 27.6.2000, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do RS, encaminhando cópia do Processo nº 275-02.00/97-5. Publicado no DSF de 5.8.2000.
21) 956, de 16.9.97	36) 1319, de 26.11.97 (aditamento); 37) 728, de 27.4.2000 (reiteração) 38) 1312, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do RS, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Assembleia Legislativa	
22) 957, de 16.9.97	39) 1320, de 26.11.97 (aditamento); 40) 729, de 27.4.2000 (reiteração) 41) 1313, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Assembleia Legislativa	
23) 958, de 16.9.97	42) 1321, de 26.11.97 (aditamento); 43) 730, de 27.4.2000 (reiteração) 44) 1314, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de PE, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Assembleia Legislativa	
24) 959, de 16.9.97	45) 1323, de 28.11.97 (aditamento); 46) 731, de 27.4.2000 (reiteração) 47) 1315, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de S. Catarina, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Assembleia Legislativa	
25) 960, de 16.9.97	48) 1322, de 26.11.97 (aditamento); 49) 732, de 27.4.2000 (reiteração) 50) 1307, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Assembleia Legislativa	Ofício SGP nº 57/01, de 01.02.2001, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado Vanderlei Macris, informando providências adotadas no âmbito daquela Assembleia.
26) 961, de 16.9.97	51) 1324, de 28.11.97 (aditamento)	Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, tendo em vista determinações e sugestões	1) Ofícios CPI-DP nºs 61, de 02.04.2001, 123, de 11.05.2001, e 146, de 21.05.2001, da Presidente da CPI da Dívida Pública no Município de São Paulo, Vereadora Ana

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
	to); 52) 733, de 27.4.2000 (reiteração) 53) 1306, de 13.9.2000 (reiteração)	contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Câmara Municipal	Martins, solicitando informações e documentos (atendido pessoalmente, conforme recibo apostado ao Ofício SF nº 614, de 30.05.2001). 2) Ofício CPI-DP nº 162, de 01.06.01, da Presidente da CPI da Dívida Pública do Município de São Paulo, Vereadora Ana Martins, solicitando cópia de depoimentos prestados à CPI dos Títulos Públicos (atendido mediante o Ofício SF nº 735, de 19.06.01). Publicado no DSF de 20.02.2002 3) Ofício CPI-LFTM nº 31/2002, de 15.02.2002, do Presidente da CPI das Letras Financeiras do Tesouro Municipal, Vereador Augusto Campos, solicitando cópia de depoimentos prestados perante a CPI dos Títulos Públicos do Senado (atendido mediante o Ofício SF nº 175, de 25.03.2002). Publicado no DSF de 2.4.02 4) Ofício CPI-LFTM nº 047/2002, de 27.2.2002, do Presidente da CPI das Letras Financeiras do Tesouro Nacional, Vereador Augusto Campos, solicitando informações sobre depoentes (atendido mediante o Ofício SF nº 153, de 19.3.2002). Publicado no DSF de 2.4.02.
27) 962, de 16.9.97	54) 1325, de 28.11.97 (aditamento); 55) 734, de 27.4.2000 (reiteração) 56) 1305, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Câmara Municipal	
28) 963, de 16.9.97	57) 1310, de 24.11.97 (aditamento); 58) 735, de 27.4.2000 (reiteração) 59) 1304, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Câmara Municipal de Osasco, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Câmara Municipal	
29) 964, de 16.9.97	60) 1326, de 28.11.97 (aditamento); 61) 736, de 27.4.2000 (reiteração)	Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Câmara Municipal	1) Ofício nº 0065/2000-GP (Processo nº 1881/97 – CMG), de 26.5.00, do Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, informando comunicação a Vereadores, envio de cópia de Inquérito Policial nº 85/97, da Delegacia Seccional de Polícia de Guarulhos, e proposição de ação penal pela 3ª Promotoria de Justiça da Comarca. Publicado no DSF de 7.6.2000.
30) 965, de 16.9.97	62) 1311, de 24.11.97 (aditamento); 63) 737, de 27.4.2000 (reiteração) 64) 1310, de 13.9.2000 (reiteração)	Presidente da Câmara Municipal de Campinas, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Câmara Municipal	
31) 967, de 11.9.97		Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem nº 156, pela qual o Presidente do SF envia o Relatório Final da CPI ao Presidente da República	

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
32) 980, de 19.9.97	65) 1312, de 24.11.97 (aditamento)	Procurador-Geral de Justiça do Estado do RS, tendo em vista determinações e sugestões contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Procuradoria	
33) 1080, de 16.10.97	66) 738, de 27.4.2000 (reiteração)	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, tendo em vista a referência ao Banco do Estado do Paraná no Relatório Final da CPI	1) Ofício nº 943, de 31.7.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, solicitando Relatório Final da CPI para instrução do Processo Administrativo nº 40175/98-PEPPP (atendido pelo Of. SGM nº 562, de 21.8.2000)
34) 537, de 2.6.98		Em resposta ao Ofício nº 173/98-CCE, de 28.5.98, do Ministro Relator do Inquérito nº 233/SC (98/9572-1) no Superior Tribunal de Justiça, solicitando documentos para instrução do referido processo	1) Ofício nº 175/98-CCE, de 28.5.98, do Ministro Relator do Inquérito nº 233/SC (98/9572-1) no Superior Tribunal de Justiça, solicitando indicação de servidor (atendido pelo Of. SF nº 538, de 2.6.98); 2) Ofício nº 33/99-CCE, de 1.2.99, do Ministro Relator do Inquérito nº 233/SC (98/9572-1) no Superior Tribunal de Justiça, solicitando cumprimento de diligência (atendido pelo Of. SF nº 105, de 22.2.99; e pelo Of. SGM nº 96, de 23.2.99).
35) 809, de 13.10.98		Em resposta ao Ofício nº 436/98-CCE, de 2.10.98, do Ministro Relator do Inquérito nº 235/AL (97/2456-3) no Superior Tribunal de Justiça (fls. 3037), solicitando documentos para instrução do referido processo	
		Ofício nº 752/99-SUB/5T, de 28.6.99, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (fls. 3279), cumprindo determinação do Ministério Público Federal no RJ, encaminhando os autos da Apelação em Mandado de Segurança nº 96.02.34561-6 e solicitando cópia do Relatório Final da CPI.	
			1) Ofício DIPO 3.2.2 nº 050.97/069.402-9, de 22.11.2000 2) 000, do Sr. Juiz de Direito Marcos Alexandre Coelho Zilli, do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária no Estado de São Paulo, solicitando informações sobre eventuais depósitos decorrentes de pagamento de precatórios às empresas que relaciona (atendido pelos Ofícios SF nº 1788, de 27.12.2000, e SGM nº 631, de 04.10.2000). 3) Ofício DIPO 3.2.2 nº 50.97/069.402-9, de 26.12.2000, do Juiz de Direito Marcos Alexandre Coelho Zilli, do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo, reiterando solicitação contida no expediente anterior, de 22.11.2000 (atendido pelo Ofício SGM nº 15, de 10.01.2001).
			1) Ofício nº 112/2000/Gab, de 19.12.2000, do Juiz Federal Substituto da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, informando providências adotadas. 2) Ofício nº 051/2001/Gab, de 23.08.01, do Juiz Federal Substituto da Vara Federal Criminal de Florianópolis-SC, prestando informações quanto a providências adotadas naquele órgão. Publicado no DSF de 20.02.02. 3) Ofício nº 019/2002/Gab, de 02.05.02, do Juiz Federal Substituto da Vara Federal Criminal de Florianópolis-SC, prestando informações quanto a providências adotadas naquele órgão. Publicado no DSF de 28.05.02.
			Ofício GS-SMAJC-110/01, de 19.02.2001, do Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania da Prefeitura

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			Municipal de Campinas, solicitando cópia do Relatório Final da CPI dos Títulos Públicos (atendido pelo Ofício SGM nº 189/2001, de 08.03.01).
			1) Ofício nº 1925/01-98.0024672-0, de 15.08.2001, do Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Paraná, solicitando cópia de documentos para as providências que enuncia (atendido mediante o Ofício SF nº 1.015, de 24.08.01). 2) Ofício nº 1923/01-98.0024672-0, de 15.08.01, do Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Criminal do Paraná, solicitando documentos que enumera (atendido mediante o Ofício 1056/2001, de 31.08.01, que enviou a documentação a título de empréstimo. A documentação solicitada foi devolvida por meio do Ofício nº 1073/02-P.98/24672-0, de 17.04.02). Publicado no DSF de 9.5.02.
			Requerimento datado de 31.05.01, assinado pelo Advogado Mozarte de Quadros, representando o Jornalista Luis Fernando Fedeger, solicitando documentos que enumera (atendido mediante o Ofício SGM nº 416, de 11.06.01).
			Ofício nº 2215/01, de 24.10.01, do Juiz Federal da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo, solicitando documentos que enumera (atendido mediante o Ofício SF nº 1499, de 14.11.2001).
			Expediente de autoria do Sr. Glauber Callegari, de 27.06.02, solicitando documentos que especifica (atendido mediante o Ofício SGM nº 343/2002, de 13.08.02).
			Ofício nº 422/02, de 11.09.2002, de autoria do Deputado Federal Rubens Furlan, solicitando documentos que especifica (atendido mediante o Ofício SGM nº 420/2002, de 23.09.02). Publicado no DSF de 9.10.02.
			Ofício nº 1196/2002, de 19.11.2002, do Sr. Celso Wiggers, Juiz Federal Substituto da Vara Criminal de Florianópolis, informando o andamento de processo-crime que especifica Publicado no DSF de 6.12.02.

b.3.2.3) “CPI DO JUDICIÁRIO” – REQUERIMENTO Nº 118/99

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
1. 1387, de 15.12.99		Presidente da CCJ (solicitando apreciação de requerimento de criação de Subcomissão Permanente)	1) Ofício nº 102/2000 – Presidência/CCJ, de 1.8.2000, comunicando a aprovação do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, na 51ª reunião da CCJ, realizada em 15/12/99, bem como a instalação da Subcomissão, a designação de seus membros, a eleição de seu Presidente e Vice-Presidente e a designação do Relator. Publicado no DSF de 3.8.2000.
2. 1391, de 16.12.99	1) SGM nº 65, de 12.1.2000, ao Assessor Parlamentar do Ministério Público Federal (aditamento)	Procurador-Geral da República (encaminhando o Relatório Final da CPI e informando sobre suas conclusões)	1) Ofício nº 25/00/JF/aale, de 12.1.2000, da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de São Paulo (Carta Rogatória nº 1999.61.81.7331-3) (fls. 3652), solicitando documentos (atendido pelo Of. SF nº 310, de 27.1.2000); 2) Ofício PGR/GAB/Nº 22, de 28.1.00, do Procurador-Geral da República (fls. 3673), informando determinações feitas à Procuradoria da República do Estado de SP – Inquéritos Públicos nºs 3 e 4/99 – e à Subprocuradoria-Geral da República no DF. Publicado no DSF de 22.2.2000; 3) Ofício nº 1800/2000-MPF/PR/SP/SOTC/2º Ofício, de

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			<p>18.2.2000, da Procuradoria da República no Estado de SP (fls. 3895), solicitando documentos (atendido pelo Of. SF nº 551, de 29.3.2000);</p> <p>4) Ofício PGR/GAB/Nº 259, de 3.5.00, do Procurador-Geral da República em exercício (fls. 3909), solicitando documentos (atendido pelo Of. SF nº 834, de 9.5.2000);</p> <p>5) Ofício PGR/GAB/Nº 311, de 17.5.00, do Procurador-Geral da República em exercício (fls. 3903), solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM nº 510, de 27.7.2000 e Termo de Transferência datado de 19.6.2000);</p> <p>6) Ofício PGR/GAB/Nº 328, de 22.5.00, do Procurador-Geral da República em exercício (fls. 3906), solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM nº 510, de 27.7.2000 e Termo de Transferência datado de 19.6.2000);</p> <p>7) Ofício/PRM/Santos/GabCivil/ ASB nº 45, de 25.4.2001, do Procurador da República no Estado de São Paulo, solicitando documentos (atendido mediante Of. SF nº 618, de 30.5.2001).</p> <p>8) Ofício PGR/GAB nº 839, de 04.10.01, do Sr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República, encaminhando cópia do Ofício nº 044/2001-GAB/AE, de 19.07.01, da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, informando providências adotadas naquele Estado. Publicado no DSF de 20.02.02.</p> <p>9) Ofício nº 115/02-GP, de 18.03.02, da Srª Ivana Farina, Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Goiás, solicitando documentos. Publicado no DSF de 23.04.2002.</p> <p>10) Ofício nº 145/2002, de 28.05.02, do Procurador da República no Município de Santos, solicitando documentos (atendido mediante Of. SF nº 657/2002, de 21.06.02). Publicado no DSF de 21.08.2002.</p> <p>11) Ofício nº 2898/01/JF/jdd/sc, de 25.10.01, do Juiz Federal da 1ª Vara Federal Criminal do Júri e das Execuções penais da 1ª Subseção judiciária de São Paulo, solicitando documentos (atendido mediante of. 414/01-PRESID, de 12.12.01).</p>
3. 001, de 4.1.2000	1) 1480, de 20.10.2000	Diretor-Geral da Polícia Federal (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Departamento)	<p>1) Ofício nº 010-SIE/DCOIE/CGCP, de 3.3.2000, da Divisão de Repressão ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais, do Departamento de Polícia Federal (fls. 3880), solicitando documentos. (atendido pelo Of. SF nº 436, de 14.3.2000)</p> <p>2) Ofício nº 695/2000-DELEFAZ/SR/GO, de 02.01.2001, da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal, solicitando documentos (atendida pelo Of. SGM nº 18, de 16.01.2001).</p>
4. 002, de 4.1.2000		Secretário Nacional Antidrogas, da Presidência da República (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI ligadas à área de atuação desse Secretária)	1) Ofício nº 37-GAB/SENAD/GSI, de 6.1.00 (agradecimento)
5. 003, de 4.1.2000	1) 1481, de 20.10.2000	Presidente do Conselho Seccional da OAB do DF (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros dessa entidade)	
6. Mensagem SF nº 2, de 6.1.2000		Presidente do Supremo Tribunal Federal (encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento)	<p>1) Ofício nº 208/R, de 15.2.2000, do Ministro Octavio Gallotti, Relator do Inquérito nº 1595, no Supremo Tribunal Federal (diligências da Receita Federal) (atendido pelo Of. SF nº 378, de 18.2.2000);</p> <p>2) Ofício nº 375/SAJ, de 23.10.2000, do Secretário de Apoio aos Julgamentos do STF (fls. 3965), encaminhando cópia de acórdão proferido no Habeas Corpus nº 79441. Publicado no DSF de 31.10.2000.</p>

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
7. 004, de 6.1.2000	1) 1482, de 20.10.2000	Superintendente do Departamento de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Superintendência)	
8. 005, de 6.1.2000		Presidente do Conselho Seccional da OAB no Mato Grosso (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado de MT)	
9. 006, de 4.1.2000	1) 1483, de 20.10.2000	Secretário da Receita Federal (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Secretaria)	1) Ofício SRF/GAB nº 2449-C, de 31.10.2000, do Secretário da Receita Federal (fls. 4053), informando sobre ação fiscal contra contribuintes envolvidos e instauração dos respectivos processos de representação fiscal. Publicado no DSF de 9.11.2000.
10. 007, de 6.1.2000		Presidente do Banco da Amazônia S.A. (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem a instituição)	
11. 008, de 4.1.2000		Superintendente do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S. A.)	
12. 009, de 4.1.2000		Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Pará (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S. A.)	
13. 010, de 4.1.2000		Presidente do Instituto de Terras do Pará (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S. A.)	
14. 011, de 4.1.2000		Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S. A.)	1) Of. nº 236/2000/MP/PJ, de 13.3.00, do Procurador-Geral de Justiça do Pará (fls. 3887), informando providências adotadas. Publicado no DSF de 22.3.2000.
15. 012, de 4.1.2000		Presidente do Conselho Seccional da OAB do Amazonas (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Amazonas)	
16. 013, de 4.1.2000		Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Amazonas)	1) Ofício nº 125/PGJ/GAJ, de 31.1.00, do Procurador-Geral de Justiça do AM (fls. 3674), informando providências tomadas. Publicado no DSF de 22.2.2000.
17. 014, de 4.1.2000		Chefe da Divisão da Polícia Criminal Internacional – Interpol – Departamento de Polícia Federal (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça	

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
		do Estado do Amazonas)	
18. 015, de 4.1.2000	1) 1484, de 25.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Distrito Federal)	
19. 016, de 4.1.2000	1) 1485, de 20.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, encaminhando Relatório Final como subsídio à atuação dessa Procuradoria na apuração de denúncias apontadas pela CPI relativamente à Justiça de SP (adoções de Jundiá)	1) Ofício nº 590/00-FCO, de 15.12.2000, informando providências tomadas. Publicado no DSF de 06.02.2001.
20. 017, de 4.1.2000		Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região)	
21. 018, de 4.1.2000		Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ (tendo em vista recomendações contida no Relatório Final da CPI relativamente a esse Tribunal Regional)	1) Ofício TRT GP Nº 47, de 23.2.2000, do Vice-Presidente em exercício do TRT da 1ª Região – RJ, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 15.3.2000.
22. 019, de 5.1.2000		Ministro de Estado do Meio Ambiente (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S/A)	1) Aviso nº 7-MMA/GM, de 10.1.00, do Ministro do Meio Ambiente, de agradecimento.
23. 020, de 5.1.2000		Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento de suas conclusões relativamente ao Basa)	1) Ofício nº 572, de 22.3.2000, do Presidente do CONFEA, solicitando documentos (atendido pelo Of. SF nº 521, de 27.3.2000); 2) Ofício nº 708, de 3.4.2000, do Presidente do CONFEA, solicitando documentos
24. 021, de 5.1.2000		Governador do Distrito Federal (encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento)	
25. 022, de 5.1.2000		Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do DF)	1) Ofício nº 2/GP, de 13.1.00 (agradecimento)
26. 023, de 5.1.2000		Governador do Estado do Mato Grosso (encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento)	
27. 024, de 5.1.2000		Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Mato Grosso)	1) Ofício nº 4/2000-PRE, de 27.6.2000, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 5.8.2000; 2) Ofício nº 82, de 4.7.2000, do Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 5.8.2000. 3) Ofício nº 06/2001-PRE, de 15.01.2001, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 6.2.1001. 4) Ofício nº 1786/00-CGJ/DJA, de 28.8.2000, do Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, encaminhando informações. Publicado no DSF de 14.2.2001.

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
28. 025, de 5.1.2000	1) 1487, de 24.10.2000	Ministro de Estado da Justiça (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI relativamente a esse Ministério)	
29. 026, de 5.1.2000	1) 1486, de 20.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado de Mato Grosso)	1) Ofício PGJ/GAB/ nº 1241, de 7.11.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 5.12.2000.
30. 027, de 5.1.2000		Presidente da CCJ, encaminhando o Relatório Final da CPI e informando sobre tramitação da PEC nº 96/92 (modifica a estrutura do Poder Judiciário)	1) A PEC nº 96/92, de autoria do Deputado Hélio Bicudo, foi lida no SF em 30.6.00 e atuada sob o nº 29/2000 nesta Casa.
31. 028, de 5.1.2000		Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI e informando sobre tramitação da PEC nº 96/92 nessa Câmara (modifica a estrutura do Poder Judiciário)	
32. 029, de 5.1.2000	1) 1488, de 24.10.2000	Presidente do Superior Tribunal de Justiça (encaminha o Relatório Final da CPI para instruir processos em tramitação nesse Tribunal)	1) Ofício nº 1076/GP, de 10.11.2000, do Presidente do STJ, em resposta ao Ofício SF nº 1488, encaminhando informações sobre processos de interesse de Luiz Gustavo Silveira Nominato. Publicado no DSF de 14.11.2000.
33. 030, de 5.1.2000		Presidente do Conselho Federal da OAB (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI em relação a esse Conselho)	1) Ofício nº 28-GPR, de 21.1.00, do Presidente do Conselho Federal, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 22.2.2000;
34. 031, de 5.1.2000		Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do MT)	
35. 032, de 5.1.2000		Governador do Estado do Amazonas (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Amazonas)	
36. 033, de 5.1.2000		Ministro de Estado da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S.A – Basa)	
37. 034, de 5.1.2000		Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Amazonas)	
38. 035, de 5.1.2000		Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (tendo em vista recomendações contidas no Relatório Final da CPI em relação a essa Corregedoria)	1) Ofício GC nº 49, de 7.1.00, do Corregedor-Geral (fls. 3665), informando providências tomadas. Publicado no DSF de 22.2.2000. 2) Ofício GPR/Nº 00.138, de 12.1.2000, do Presidente do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, informando providências tomadas. Publicado no DSF de 22.2.3000. 3) Ofício nº 650/2001, de 30.07.01, requisitando cópia do

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			<p>relatório final da CPI do Judiciário (atendido pelo Of. SF nº 990/2001, de 21.08.2001).</p> <p>4) Ofício nº 418/01, de 02.02.01, solicitando documentos (atendido pelo Of. SGM nº 409/2001, de 06.06.01). Publicado no DSF de 20.02.02.</p> <p>5) Ofício nº 3980/2001, de 10.12.01, do Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal solicitando documentos (atendido pelo Of. Presid nº 08/02, de 22.02.2002). Publicado no DSF de 02.04.2002.</p> <p>6) Ofício nº 811/02, de 05.06.02, do Juiz de Direito da Nona Vara Cível, solicitando documentos (atendido mediante Of. SGM nº 303/2002, de 10.07.2002). Publicado no DSF de 21.08.2002.</p>
39. 036, de 5.1.2000		Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho (tendo em vista recomendações feitas pelo Relatório Final da CPI a essa Corregedoria, relativamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região)	1) Ofício GP nº 15, de 8.2.2000, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 22.2.2000;
40. 037, de 5.1.2000		Presidente do Tribunal de Contas da União (tendo em vista recomendações feitas pelo Relatório Final da CPI a esse Tribunal, relativamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região)	<p>1) Carta S/N de 4.2.2000, do Presidente do TCU (fls. 3675), informando providências adotadas. Publicada no DSF de 22.2.2000;</p> <p>2) Aviso nº 6963-SGS-TCU, de 6.10.2000 (Aviso nº 206/2000, no SF), do Presidente do TCU, encaminhando Decisão nº 823/2000. Publicado no DSF de 20.10.2000.</p> <p>3) Aviso nº 7825-SGS-TCU, de 30.10.2000 (Aviso nº 232/2000), do Presidente do TCU, encaminhando Decisão nº 891/2000. Publicado no DSF de 17.11.2000.</p> <p>4) Aviso nº 1587-GP/TCU, de 27.12.2000, do Presidente do TCU, Ministro Iram Saraiva, e nºs 3 e 4-GP/TCU, de 2 e 3.1.2001, respectivamente, do Presidente do TCU, Ministro Humberto Guimarães Souto, informando o andamento de processos oriundos de denúncias protocoladas junto à CPI do Judiciário. Publicados no DSF de 06.02.2001.</p> <p>5) Aviso nº 3176-SGS-TCU, de 11.07.2001, do Presidente do TCU, encaminhando Decisão nº 423/2001. Publicado no DSF de 14.08.2001.</p> <p>6) Aviso nº 102-SGS-TCU, de 30.01.2002, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da Decisão nº 036/2002. Publicado no DSF de 20.02.2002.</p> <p>7) Aviso nº 355-SGS-TCU, de 06.03.2002, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da Decisão nº 141/2002. Publicado no DSF de 02.04.2002.</p>
41. 038, de 4.1.2000		Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem o Banco da Amazônia S.A. – Basa)	
42. 039, de 5.1.2000		Advogado-Geral da União (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento de suas conclusões relativamente ao Basa e ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região)	1) Ofício nº 335-PGU/AGU, de 19.03.2001, solicitando documentos referentes à obra do Fórum do TRT/SP (atendido mediante Of. SF nº 235, de 22.03.2001).
43. 040, de 5.1.2000		Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (tendo em vista conclusões do Relatório Final da CPI que envolvem membros da Justiça do Estado do Amazonas)	
44. 041, de		Corte Especial do Superior	(Para conhecimento)

Encaminha-mentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
5.1.2000		Tribunal de Justiça (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento de suas conclusões relativamente à Justiça do Estado do Amazonas)	
45. 042, de 5.1.2000		Presidente do Banco do Brasil S/A (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento de suas conclusões relativamente Basa)	(Para conhecimento)
46. SGM nº 65, de 12.1.2000		Assessor Parlamentar do Ministério Público Federal	
47. Mensagem SF nº 5, de 18.1.00		Presidente da República (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
48. 255, de 20.1.2000		Quarto-Secretário da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
49. 256, de 20.1.2000		Terceiro-Secretário da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
50. 257, de 20.1.2000		Segundo-Secretário da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
51. 258, de 20.1.2000		Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
52. 259, de 20.1.2000		Segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
53. 260, de 20.1.2000		Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
54. 261, de 20.1.2000		Líder do PFL na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
55. 262, de 20.1.2000		Líder do PSDB na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
56. 263, de 20.1.2000		Líder do PMDB na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	1) Carta de 25.1.00 (agradecimento)
57. 264, de 20.1.2000		Líder do PT na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
58. 265, de 20.1.2000		Líder do PPB na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	1) Carta de 25.1.00 (agradecimento)
59. 266, de		Líder do PTB na Câmara dos	(Para conhecimento)

Encaminhamentos do Relatório Final	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
20.1.2000		Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	
60. 268, de 20.1.2000		Líder do Bloco (PSB e PCdoB) na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
61. 269, de 20.1.2000		Líder do Bloco (PL, PST e PSL) na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
62. 270, de 20.1.2000		Líder do PPS na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
63. 271, de 20.1.2000		Líder do Governo na Câmara dos Deputados (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
64. SGM nº 122, de 27.1.2000		Em resposta ao Ofício nº 001-CSF, de 27.1.2000, da Corregedoria do Senado Federal	
65. 337, de 9.2.2000		Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região – RJ (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)
66. 379, de 22.2.2000		Em resposta a requerimento S/N datado de 21.2.2000, de Rogério Furtado da Silva – Escritório Aires e Pestana Advogados	
67. SGM nº 503, de 20.7.2000		Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal (em atendimento ao Ofício nº 93/2000-GLDPT, de 19.7.2000, da Senadora Heloísa Helena)	1) Ofício nº 141/00-SSARQ, de 20.7.2000
68. 1145, de 1.8.2000		Advocacia-Geral da União (encaminha o Relatório Final da CPI para conhecimento)	(Para conhecimento)

b.3.2.4) “CPI DO JUDICIÁRIO” – REQUERIMENTO Nº 118/99

DENÚNCIAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO APÓS A CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHOS (AUTUADAS EM VOLUMES APENSOS AO PROCESSADO DO REQUERIMENTO Nº 118/99)

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
1. 281-16/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba	Ofício PGJ.CCIA-172/00, de 24.10.2000, do Procurador-Geral de Justiça no Estado da Paraíba, solicitando documentos. Publicado no DSF de 31.10.2000.	Documentação entregue em 25.10.2000.
2. 281-	Advogado-	Aviso nº 577/AGU/SG-CT, de	Documentação entregue em 30.10.2000.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
5/2000-PRES, de 11.10.2000	Geral da União	24.10.2000, do Advogado-Geral da União, credenciando servidora para receber documentação. Publicado no DSF de 1.11.2000.	
3. 281-1/2000-PRES, de 24.10.2000	Presidente do Conselho Federal da OAB	1) Ofício nº 715/2000/GPR, de 3.11.2000, do Presidente do Conselho Federal da OAB, credenciando servidor para receber documentação. Publicado no DSF de 11.11.2000. 2) Ofício nº 115/02-GP, de 18.03.02, prestando informações de interesse da Srª Irene Ferreira Gammaro. Publicado no DSF de 16.04.02.	1) Documentação entregue em 9.11.2000.
4. 280-1/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Ofício nº 248/2000-TJ, de 7.11.2000, da Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, solicitando documentos. Publicado no DSF de 13.11.2000.	Atendido mediante o Ofício SF nº 246, de 9.11.2000, do Presidente do SF.
5. 281-4/2000-PRES, de 7.11.2000	Corregedor-Geral do Tribunal Superior do Trabalho	1) Ofício GDGCA.GP.nº 509, de 10.11.2000, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do TST, credenciando servidor para receber documentação. Publicado no DSF de 14.11.2000. 2) Ofício GCGJT nº 08/2000, de 16.11.2000, encaminhando documentação e informando providências. 3) Ofício TRT-SCR nº 564/00, de 10.11.2000 e Ofício TRT-GCR nº 599/00, de 10.11.2000, devolvendo documento. 4) Ofício TRT-SECOR nº 740, de 23.11.2000, devolvendo documentos.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 1592, de 14.11.2000, do Presidente do SF.
6. 281-11/2000-PRES, de 16.11.2000	Presidente do Superior Tribunal de Justiça	Ofício nº 1075/GP, de 10.11.2000, do Presidente do STJ, informando providências e encaminhando documentação. Publicado no DSF de 14.10.2000.	
7. 281-2/2000-PRES, de 23.10.2000	Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do DF e Territórios	1) Ofício/GAB/nº 3279, de 8.11.2000, do Corregedor da Justiça do DF e Territórios, credenciando servidor para receber documentação. Publicado no DSF de 29.11.2000.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 1639, de 27.11.2000, do Presidente do SF.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
		2) Ofício/GAB nº 3607, e 6.12.2000, do Corregedor da Justiça do DF e Territórios, informando providências. Publicado no DSF de 14.12.2000.	2)
		3) Ofício GPR nº 9007, de 13.10.2000, do Presidente do Tribunal de Justiça do DF e Territórios, informando providências.	3)
		4) Ofício nº 3980/2001, de 10.12.01, do Sr. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, solicitando providências. Publicado no DSF de 02.04.02.	4) Atendido mediante o Ofício nº 08/02-PRESI, de 22.02.02, da Presidência do SF.
8. 281-4/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre	Ofício/GAB/PGJ/nº 994, de 23.11.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Acre, credenciando Promotor de Justiça para receber a documentação. Publicado no DSF de 30.11.2000.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1644, de 28.11.2000, do Presidente do SF.
9. 281-2/2000-PRES, de 31.10.2000	Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	1) Ofício nº 359, de 28.11.2000, do Corregedor-Geral de Justiça da Bahia, credenciando servidor para receber documentação. Publicado no DSF de 1.12.2000.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 1659, de 29.11.2000, do Presidente do SF.
		2) Ofício nº 354, de 17.11.2000, informando providências adotadas.	2)
		3) Ofícios nºs 62 e 65/2001, de 16.01.2001, solicitando cópia de documentos referentes às Denúncias nº 016515-99 e 015009-99.	3) Atendido por meio do Ofício SF nº 282, de 3.4.2001, do Presidente do SF.
		4) Ofício nº 472/2001-SERP, de 22.03.2001, encaminhando cópia de documentos relativos a denúncia protocolada perante a CPI do Judiciário.	4)
		5) Ofício nº 489/2001-SERP, de 23.03.2001, encaminhando cópia de documentos relativos a denúncia protocolada perante a CPI do Judiciário.	5)
		6) Ofício nº 775/2002-SERP, solicitando documentação para identificar o autor da denúncia registrada. Publicado no DSF de 11.05.02.	6) Atendido mediante o Ofício SF nº 426/2002, de 09.05.02, do Presidente do SF.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
		7) Ofício nº 845/2002-SERP, encaminhando documentos e informações sobre providências adotadas. Publicado no DSF de 28.05.02.	7) Não foi solicitado o encaminhamento de documentação.
10. 280-16/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	Ofício TJPB/GP nº 252, de 18.10.2000, do Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, informando providências. Publicado no DSF de 14.12.2000.	Não foi solicitado o encaminhamento de documentação.
11. 280-11/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Ofício nº 252/2000-GPr, de 13.10.2000, do Presidente do Tribunal de Justiça do RN, informando providências. Publicado no DSF de 14.12.2000.	
12. 281-1/2000-PRES, de 18.10.2000	Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Ofício nº 921/2001, de 07.08.01, credenciando servidor. Publicado no DSF de 20.02.02.	Atendido mediante o Ofício SF nº 948/2001, do Presidente do SF.
13. 281-1/2000-PRES, de 23.10.2000	Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná	1) Ofício nº 204/2000-RMP, de 7.11.2000, do Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando documentos.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 1790, de 27.12.2000, do Presidente do SF.
		2) Ofício nº 4232, de 11.06.01, informando providências. Publicado no DSF de 20.02.02.	2)
14. 281-1/2000-PRES	Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia	1) Ofício nº 508/00-CAE, de 14.11.2000, solicitando documentos.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 1791, de 27.12.2000, do Presidente do SF.
		2) Ofício nº 559/00/CAE, de 5.12.2000, solicitando informações.	2) Atendido mediante o Ofício SF nº 1802, de 29.12.2000, do Presidente do SF.
		3) Ofício nº 562/00 – CAE/JUD, de 6.12.2000, prestando informações.	3)
		4) Ofício nº 581/00-CAE, de 20.12.2000, reiterando os termos do Ofício nº 559/00-CAE, de 5.12.2000.	4) Atendido mediante o Ofício SF nº 83, de 12.2.2001, do Presidente do SF.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
		5) Ofício nº 791/00-GPGJ, de 23.8.2000, solicitando documentos.	5) Atendido mediante o Ofício SGM nº 141, de 13.2.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
15. 281-1/2000-PRES, de 23.10.2000	Corregedor-Geral da Justiça do Estado da Paraíba	Ofício nº 2514/2000, de 17.11.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1789, de 27.12.2000, do Presidente do SF.
16. 281-7/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso	Ofício PGJ.MT.GAB nº 1383/00, de 30.11.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1792, de 27.12.2000, do Presidente do SF.
17. 280-25/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Ofício nº 795/2000, de 25.10.2000, informando providências	
18. 281-11/2000-PRES, de 16.10.2000	Procurador-Geral do Trabalho	1) Ofício nº 2022/2000, de 25.10.2000, informando providências.	
		2) Ofício nº 1329/01-GAB, informando providências. Publicado no DSF de 20.02.02.	
		3) Ofício nº 39/02-GAB, de 14.01.02, informando providências. Publicado no DSF de 20.02.02.	
		4) Ofício nº 136/02-GAB, do Procurador-Geral do Trabalho, informando providências. Publicado no DSF de 26.02.02.	
19. 281-11/2000-PRES, de 16.10.2000	Procurador-Geral da República	1) Ofício S/N, de 25.10.2000, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, informando providências.	1)
		2) Ofício nº 515/00-PRMG-COTC-JALS, de 18.7.2000, solicitando documentos..	2) Atendido mediante o Ofício SGM nº 136, de 12.2.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		3) Ofício PGR/GAB/CG nº 17, de 23.2.2001, credenciando servidor.	3) Documentação entregue pessoalmente.
		4) Ofício PGR/GAB nº 323, de 02.04.02, informando providências. Publicado no DSF de 16.04.02.	4)

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
		5) Ofício nº 25/2002 /FBS/PR/AM, de 15.05.02, do Procurador da República no Amazonas, solicitando documentos. Publicado no DSF de 21.08.02. 6) Ofício PGR/GAB nº 1074, de 07.10.02, informando providências Publicado no DSF de 17.10.2002.	5) Atendido mediante o Ofício SF nº 530/2002, de 03.06.02, do Presidente do SF. 6) Ofício SF nº 927/2002, de 15.08.02, solicitando ao Sr. Procurador-Geral da República informações sobre as providências adotadas relativamente a denúncia.
20. 281-4/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas	1) Ofício GAB/PGJ nº 587/2000, de 30.10.2000, informando providências. 2) Ofício Gab./P.J. 010, de 6.11.2000, do Titular da 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Estadual do Ministério Público no Estado de Alagoas, informando providências. 3) Ofício GAB/PGJ nº 612, de 14.11.2000, informando providências.	1) 2) 3)
21. 281-4/2000-PRES, de 27.10.2000	Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Amazonas	Ofício nº 153/2000/PRE-AM, de 10.11.2000, informando providências.	
22. 281-1/2000-PRES, de 23.10.2000	Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas	Ofício nº 344/2000, de 1.11.2000, informando providências.	
23. 281-3/2000-PRES, de 16.11.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	1) Ofício SUBINST nº 212/2000, de 16.11.2000, informando providências. 2) Ofício SUBINST nº 225, de 5.12.2000, solicitando documentos.	1) 2) Atendido mediante o Ofício SF nº 1803, de 29.12.2000, do Presidente do SF.
24. 281-5/2000-PRES, de 27.10.2000	Procuradoria Regional Eleitoral do Estado de Goiás	Ofício PRE nº 498/2000, de 20.11.2000, informando providências.	
25. 280-8/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	1) Ofício GP nº 734/2000, de 22.11.2000, informando providências. 2) Ofício GP nº 839, de 28.12.2000, informando providências.	1) 2)
26. 280-26/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de	1) Ofício nº 851/GAPRE /2000-SLS, de 29.11.2000, informando providências.	1.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
	de Minas Gerais	2) Ofícios nº 753 e 754, de 22.02.2001, da Juíza-Corregedora do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, prestando informações. 3) Ofício nº 944, de 23.02.2001, informando providências. 4) Ofício nº 1900, de 28.03.2001, da Juíza Corregedora, informando providências. 5) Ofício nº 3466/2000, de 29.05.01, do Sr. Corregedor-Geral de Justiça, solicitando informações. Publicado no DSF de 20.02.02 6) Ofício nº 5878/2001, de 09.10.01, do Sr. Corregedor-Geral de Justiça, encaminhando documentos. Publicado no DSF de 20.02.02. 7) Ofício nº 5093/2002, de 16.08.02, encaminhando documentos. Publicado no DSF de 29.08.02.	2) 3) 4) 5) Atendido mediante o Ofício SF nº 1055/2001, do Presidente do SF. 6) Atendido mediante o Ofício SF nº 1362/2001, de 23.10.01, do Presidente do SF. 7) Atendido mediante o Ofício SGM nº 361/2002, de 29.08.02, da Secretaria-Geral da Mesa.
27. 280-15/2000, de 31.10.2002	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	Ofício nº 426/2000, de 1.12.2000, informando providências.	
28. 280-5/2000, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Ofício GP nº 906, de 23.10.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1795, de 28.12.2000, do Presidente do SF.
29. 281-1/2000-PRES, de 16.10.2000	Procurador-Geral da Justiça Militar	Ofício nº 131/2000 – Gab/PGJM, de 30.10.2000, credenciando servidores.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1796, de 28.12.2000, do Presidente do SF.
30. 281-1/2000-PRES, de 18.10.2000	Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Ofício TCGP nº 1014, de 21.11.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1797, de 28.12.2000, do Presidente do SF.
31. 280-20/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	Ofício nº 1677/2000/PRES, de 5.12.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 1801, de 29.12.2000, do Presidente do SF.
32. 280-18/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio	1) Ofício nº 564/2000, de 13.10.2000, devolvendo documentos.	

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
	Grande do Sul	2) Ofício nº 8210/2000-CGJ, de 27.12.2000, do Juiz-Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando documentos. 3) Ofício nº 250/2001-GP, de 12.06.01, solicitando informações. 4) Ofício nº 5938/01-GAB/CGJ, de 28.08.01, do Sr. Corregedor-Geral de Justiça, informando providências e encaminhando documentos. Publicado no DSF de 20.02.02.	2) Atendido mediante o Ofício SF nº 93, de 13.2.2001, do Presidente do SF. 3) Atendido mediante o Ofício SGM 469/2001, de 03.07.01, da Secretaria-Geral da Mesa.
33. 281-18/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas	1) Ofício nº 782, de 1.12.2000, informando providências. 2) Ofício nº 1374/2000/PGJ, de 31.7.2000, solicitando documentos.	2) Atendido mediante o Ofício SF nº 97, do Presidente do SF.
34. 281-13/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	1) Ofício AIP nº 702/00, de 19.12.2000, do Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, solicitando documentos. 2) Ofício GPGJ nº 280, de 13.03.2001, informando providências. 3) Ofício AIP nº 419, de 03.07.01, informando providências.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 91, de 13.2.2001, do Presidente do SF.
35. 281-17/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná	Ofício nº 177, de 26.12.2000, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 92, de 13.2.2001, do Presidente do SF.
36. 281-14/2000-PRES, de 9.10.2001	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins	1) Ofício nº 1297/PGJ/GAB, de 16.11.2001, solicitando documentos. 2) Ofício nº 390/PGJ/GAB, de 29.03.2001, informando providências.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 90, de 13.2.1001, do Presidente do SF.
37. 280-19/2000-PRES, de 3.10.2000	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	1) Ofício G-3815/DEMA 1.1.2, de 21.3.2001, encaminhando documentos. 2) Ofício G-5028/DEMA 1.1, de 24.07.01, solicitando informações. 3) Ofício G-1822/DEMA 1.1, solicitando documentos	2) Atendido mediante o Ofício SF nº 1036/2001, de 29.08.01, do Presidente do SF. 3) Atendido mediante o Ofício SF nº 836/2002, de 02.08.02, do Presidente do SF.
38. 281-	Corregedor-	Ofício nº G-3705/DEMA 1.1.2, do	Atendido mediante o Ofício SF nº 223, de 22.3.2001, do

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
19/2000-PRES	Geral de Justiça do Estado de São Paulo	Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, solicitando documentos.	Presidente do SF.
39. 281-11/2000-PRES, de 9.10.2000	Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo	1) Ofício nº 027/01-FAO, de 15.1.2001, solicitando documentos.	1) Atendido mediante o Ofício SF nº 95, de 13.2.2001, do Presidente do SF.
		2) Ofício nº 504/2001, de 24.1.2001, do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo, solicitando documentos.	2) Atendido mediante o Ofício SF nº 96, de 13.2.2001, do Presidente do SF.
		3) Ofício nº 4/2001 – PJPE, de 19.2.2001, do Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, solicitando documentos.	3) Atendido mediante o Ofício SGM nº 201, de 9.3.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		4) Ofício nº 60/01-6ª-PJ-LIM, de 23.2.2001, do Promotor de Justiça de Limeira, São Paulo, solicitando documentos.	4) Atendido mediante o Ofício SF nº 196, de 19.3.2001, do Presidente do SF.
		5) Ofício nº 1633, de 19.02.2001, informando providências e solicitando documentos.	5) Atendido mediante o Ofício SF nº 231, de 22.3.2001, do Presidente do SF.
		6) Ofício nº G-3705/DEMA 1.1.2, do Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, solicitando documentos.	6) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício nº 223, de 22.03.2001.
		7) Ofício nº 99/01, de 14.08.01, solicitando informações.	7) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício SF nº 1038/2001 (fls. 1882 do Apenso nº 20). Publicado no DSF de 20.02.2002.
		8) Ofício nº 1130/01-CPPJC/RP, do 8º Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, solicitando documentos.	8) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício SF nº 1363/2001, de 23.10.01 (fls. 1885 do Apenso nº 20). Publicado no DSF de 20.02.02.
		9) Ofício nº 1402/01-CPPJC/RP, de 10.12.01, do Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, informando providências. Publicado no DSF de 20.02.02.	9) Não foi solicitado o encaminhamento de documentação.
		10) Ofício nº 01804, de 21.03.02, solicitando documentos. Publicado no DSF de 20.04.2002	10) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício SF nº 250/02, de 15.04.02. Publicado no DSF de 20.04.02.
		11) Ofício nº 02420, de 19.04.02, reitera pedido de informações. Publicado no DSF de 28.05.2002	11) Mediante o Ofício SF nº 493/2002, de 22.05.02, informa-se à autoridade requerente que o Ofício nº 2.420 foi recebido em 16.05.02 pela Secretaria-Geral da Mesa e que a solicitação contida no Ofício nº 2.106/02 foi atendida em 17.04.02, mediante o Ofício SF nº 250/2002, conforme cópias que anexa. Publicado no DSF de 28.05.02.
12) Ofício nº 276/02-FAO, de 09.09.02, informando providências. Publicado no DSF de 09.10.2002	12) Ofício SF nº 926/2002, de 15.08.02, solicitando ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo informações relativas à Denúncia nº 016346-99.		

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
40. 280-12/2000-PRES, de 3.10.2000	Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás	<p>1) Ofício DNPJ nº 2041, de 11.12.2000, devolvendo documentos e informando providências.</p> <p>2) Ofício DNPJ nº 659/2002, de 22.04.02, solicitando documentos.</p> <p>3) Ofício DNPJ nº 660/2002, de 22.04.02, solicitando documentos.</p>	<p>2) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício SF nº 410/2002, de 08.05.02.</p> <p>3) A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente mediante o Ofício SF nº 411/2002, de 08.05.02.</p>
41. 281-11/2000-PRES, de 16.10.2000	Presidente do Tribunal de Contas da União	<p>1) Aviso nº 145/GP-TCU, de 7.3.2001, informando providências.</p> <p>2) Aviso nº 147-GP/TCU, de 8.3.2001, credenciando servidores.</p>	2) Os documentos solicitados foram entregues aos servidores, mediante o Ofício SF nº 230, de 20.03.2001.
42. 281-1/2000-PRES	Presidente do Supremo Tribunal Federal	Ofício nº 313/01-GP, de 8.3.2001, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 192, de 13.3.2001, do Presidente do SF.
43. 281-12/2000-PRES, de 9.10.00	Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo	Ofício/PGJ nº 1580/00, de 27.12.2000, credenciando servidor.	Atendido em 29.12.2000, pessoalmente, e em 2.1.2001, mediante o Ofício SF nº 1/2001, do Presidente do SF.
		Ofício GDIA nº 4/01, de 8.2.2001, do Deputado Federal Inácio Arruda, solicitando documento.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 142, de 13.2.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Ofício nº 17/01-GD, de 7.3.2001, da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, solicitando documento.	Atendido mediante o Ofício SF nº 167, de 9.3.2001, do Presidente do SF.
		Ofício GSMM 004/01, de 5.1.2001, do Senador Moreira Mendes, solicitando documento.	Atendido mediante o Ofício SF nº 75, de 6.2.2001, do Presidente do SF.
		<p>1) Carta s/n do Sr. Bartholomeu Alves do Amaral, datada de 27.7.2000, aposentado da Rede Ferroviária Federal, agradecendo atendimento.</p> <p>2) Requerimento datado de agosto de 2000, do Sr. Luiz Augusto Quintanilha, acusando recebimento e encaminhando documento.</p> <p>3) Requerimento datado de 27.05.02, do Sr. Marco Aurélio Chagas Santos, solicitando documento.</p>	3) A documentação solicitada foi encaminhada em cópia autenticada mediante o Ofício SGM nº 346/2002, de 14.08.02.

Ofícios do Gabinete da Presidência do Senado, encaminhando as denúncias aos órgãos públicos pertinentes	Destino	Expedientes recebidos informando providências adotadas, fornecendo documentos, solicitando documentos ou informações ou credenciando servidor para receber documentação	Encaminhamento de documentação solicitada Solicitação de documentos Solicitação de informações
		4) Reiteração de solicitação de providências relativas à denúncia apresentada pelo Sr. Carlos Evaristo Comesaña.	4) Em resposta, o Ofício SGM nº 413/2002, de 17.09.02, presta informações e sugere o encaminhamento da referida solicitação.
		Ofício nº G-3182/DEMA 1.1.2, de 9.1.2001, do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, solicitando informações e documentos.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 146, de 13.2.200, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Ofício nº 714/2000/MP/PJG, de 22.8.2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, solicitando informações.	Atendido mediante o Ofício SF nº 89, de 13.2.2001, do Presidente do SF..
		Requerimento datado de 16.2.2001, do Juiz Diógenes Vidal Pessoa, solicitando documentos.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 177, de 1.3.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Ofício nº 366, de 6.4.2001, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando documento.	Atendido por meio do Ofício SGM nº 329, de 10.5.2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Ofício SF/GSHH nº 141, de 8.5.2001, da Senadora Heloisa Helena, solicitando documentos.	Documentação entregue em 9.5.2001 diretamente ao Gabinete da Senadora.
		Ofício nº 1689/PG, de 05.11.01, do Sr. Eduardo Albuquerque, solicitando informações. Publicado no DSF de 08.11.01.	O Sr. Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios prestou informações sobre o processo.
		Ofício nº 1963/01, de 25.06.01, de autoria do Sr. Delegado Titular da Delegacia de Polícia de Suzano – SP, solicitando documentos. Publicado no DSF de 20.02.02.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 500/2001, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Requerimento do Sr. Antônio Louro.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 29/2002, de 22.02.02, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Requerimento do Sr. Wilson Carvalho de Moura, datado de 27.03.02, solicitando baixa de denúncia.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 157/02, de 12.04.02, da Secretaria-Geral da Mesa.
		Ofício nº 413/2002-Presidência, de 23.05.02, de autoria do Deputado Wellington Landim, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, solicitando informações. Publicado no DSF de 21.08.02.	Atendido mediante o Ofício SF nº 658/2002, de 21.06.02, do Presidente do SF.
		Ofício nº 785-GAPRE-SECPL, de 17.07.02, do Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, informando providências. Publicado no DSF de 21.08.2002.	

b.3.2.5) “CPI DO SISTEMA FINANCEIRO OU DOS BANCOS” – REQUERIMENTO Nº 127/99

Ofício SF nº - Data (encaminha relatório)	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
1) Mensagem nº 1, de 6.1.2000		Presidência da República, encaminhando o Relatório Final da CPI	(Para conhecimento)
2) 47, de 6.1.2000	1) 1491, de 24.10.2000	Presidente do Banco do Brasil, encaminhando o Relatório Final da CPI para as providências necessárias decorrentes de suas conclusões	1) Ofício PRESI nº 442, de 29.6.2000, do Presidente do Banco do Brasil, encaminhado ao SF pelo Ministro da Fazenda, interino, através do Aviso nº 415/MF, de 6.7.2000, em resposta ao Requerimento de Informação nº 290/2000 (Caso Encol), do Senador Carlos Bezerra. Publicado no DSF de 10.8.2000; 2) Ofício PRESI nº 707, de 5.12.2000, do Presidente do Banco do Brasil, prestando informações sobre providências adotadas. Publicado no DSF de 6.12.2000.
3) 48, de 6.1.2000	1) 1490, de 24.10.2000	Ministro da Fazenda, encaminhando o Relatório Final da CPI para as providências necessárias decorrentes de suas conclusões	1) Aviso nº 415, de 6.7.2000, do Ministro Interino da Fazenda, encaminhando documento solicitado pelo Requerimento de Informação nº 290/2000 (caso Encol). Publicado no DSF de 10.8.2000; 2) Aviso nº 635/MF, de 7.11.2000, do Ministro da Fazenda, encaminhando cópia de documentos. Publicado no DSF de 9.11.2000.
4) 49, de 6.1.2000		Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	Ofício SGM/P nº 1396/01, de 10.10.2001, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, encaminhando o Ofício nº 3605/2001-JRA/DPF.B/CP/SR/SP, de 17.09.2001, do Sr. Delegado de Polícia Federal em Campinas Cláudio Pires Martins, indagando se operações noticiadas no inquérito que cita foram apuradas pela CPI dos Bancos (atendido pelo Ofício SGM nº 616/2001, de 11.10.2001).
5) 50, de 6.1.2000		Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório Final da CPI para as providências necessárias decorrentes de suas conclusões	1) Aviso nº 34-GP/TCU, de 28.1.2000, do Presidente do TCU (fls. 1034), informando envio do Relatório à Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal. Publicado no DSF de 22.2.2000; 2) Aviso nº 1412-SGS-TCU, de 7.4.2000, do Presidente do TCU (Aviso nº 60/2000 no SF), encaminhando cópia da Decisão nº 236/00. Publicado no DSF de 25.4.2000; 3) Aviso nº 1056-GP/TCU, de 19.9.2000, do Presidente do TCU, credenciando servidores do Tribunal para examinar e requisitar cópias de documentos colhidos pela CPI (expediente encaminhado pelo Secretário-Geral da Mesa ao Diretor da Subsecretaria de Arquivo, através do Ofício SGM nº 604, de 21.9.2000); 4) Aviso nº 631, de 14.03.2001, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da Decisão nº 110/2001, referente à auditoria realizada no Banco Central do Brasil e no Banco do Brasil S/A.
6) 51, de 6.1.2000	1) 1489, de 24.10.1000	Presidente do Banco Central, encaminhando o Relatório Final da CPI para as providências necessárias decorrentes de suas conclusões	1) Ofício Presi-2000/3253, de 1.11.2000, do Presidente do Banco Central, informando providências adotadas. Publicado no DSF de 9.11.2000.
7) 52, de 6.1.2000		Procurador-Geral da República, encaminhando o Relatório Final da CPI para as providências necessárias decorrentes de suas conclusões	1) Ofício PGR/GAB/Nº 23, de 28.1.2000, do Procurador-Geral da República, informando remessa do Relatório Final a Procuradores da República no RJ, para instruir Processos 99.046981-0 e 99.048111-9; e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF (caso Encol). Publicado no DSF de 22.2.2000; 2) Ofício PGR/GAB/Nº 259, de 3.5.2000, do Procurador-Geral da República em exercício, solicitando documentos pedidos pela Procuradoria da República no DF (caso Encol) (atendido pelo Ofício SF nº 834, de 9.5.2000); 3) Ofício PGR/GAB/Nº 328, de 22.5.2000, do Procurador-

Ofício SF nº - Data (encaminha relatório)	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
			Geral da República em exercício, designando o Procurador-Chefe da Procuradoria da República no DF para selecionar documentação
8) 272, de 20.1.2000		Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
9) 273, de 20.1.2000		Segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
10) 274, de 20.1.2000		Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
11) 275, de 20.1.2000		Terceiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
12) 276, de 20.1.2000		Segundo Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
13) 277, de 20.1.2000		Quarto Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
14) 278, de 20.1.2000		Líder do PFL na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	1) Carta s/n de 27.1.2000, agradecendo
15) 279, de 20.1.2000		Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
16) 280, de 20.1.2000		Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	1) Carta s/n de 31.1.2000, agradecendo
17) 281, de 20.1.2000		Líder do PT na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
18) 282, de 20.1.2000		Líder do PPB na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
19) 283, de 20.1.2000		Líder do PTB na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
20) 284, de 20.1.2000		Líder do PDT na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
21) 285, de 20.1.2000		Líder do Bloco (PSB, PCdoB) na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
22) 286, de 20.1.2000		Líder do Bloco (PL, PST, PSL) na Câmara dos Deputados,	(Para conhecimento)

Ofício SF nº - Data (encaminha relatório)	Pedido de informações sobre providências adotadas (Ofício SF – Data)	Destino	Resposta – Data
		encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	
23) 287, de 20.1.2000		Líder do PPS na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
24) 288, de 20.1.2000		Líder do Governo na Câmara dos Deputados, encaminhando o Relatório Final da CPI para conhecimento	(Para conhecimento)
25) 348, de 14.2.2000		Em resposta ao Of. nº 96/R, de 10.2.2000, do Ministro Sepúlveda Pertence (fls. 1030), Relator do Habeas Corpus nº 79244 no Supremo Tribunal Federal (solicitando informações sobre a CPI)	-----
26) 1270, de 22.8.2000		Em resposta ao Of. nº 73/00-CPMI-Roubo de Cargas, de 28.6.2000, do Presidente da CPMI, Senador Romeu Tuma.	-----
			Ofício nº 07/2001, de 19.09.2001, do Presidente da CPI do PROER, Deputado Gustavo Fruet, solicitando cópia de trabalho produzido por consultores independentes contratados pela CPI dos Bancos, conforme consta da análise elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado sobre Fato Determinado nº 6 (atendido pelo Ofício SF nº 1258, de 03.10.2001).
			Ofício nº 169/01-SDO2, de 20.11.01, da Juíza Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, Janete Lima Miguel, solicitando cópia do Relatório Final da CPI dos Bancos (atendido mediante o Ofício SF nº 1633/2001, de 04.12.01).
			Petição autuada no Senado sob o nº 3, de 2002, datada de 04.04.02, do Presidente da Associação de Defesa do Direito da Arte e Cultura – ASSDAK, solicitando os documentos que formaram o processo do PROER, inclusive os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em 07.05.02, o Presidente do SF, acolhendo integralmente o Parecer nº 47/02-ADVOSF, de 02.05.02, da Advocacia-Geral do SF, indeferiu a petição, conforme despacho de fls. 1204.
			Requerimento do Sr. Salvatore Alberto Cacciola, de 07.12.01, solicitando informações e documentos referentes à CPI dos Bancos (atendido mediante o Ofício SGM nº 242/2002, de 31.05.02).

b.3.2.6) “CPI DO FUTEBOL” – REQUERIMENTO Nº 497/2000

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
1) Mensagem nº 1, de 31.1.2002	Presidente da República	Aviso nº 551 – C. Civil, de 15.06.02, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente, encaminhando Mensagem nº 483, de 14.06.02, da Presidência da República, que submete à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 39, de 14.06.02.	-
2) Ofício SF nº 3, de 31.1.2002	Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Pedro Parente	-	-
3) Ofício SF nº 4, de 29.1.2002	Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga Neto	Ofício PRESI-2002/1799, informando providências adotadas.	Lido na Sessão de 20.08.02 e publicado no DSF de 21.08.02.
4) Ofício SF nº 5, de 29.1.2002	Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan	-	-
5) Ofício SF nº 6, de 29.1.2002	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Nelson Jobim	-	-
6) Ofício SF nº 7, de 29.1.2002	Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto	Aviso nº 153/2002-GP, de 27.2.2002, do Presidente do TCU, informando providências adotadas.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002 , juntamente com seus anexos.
7) Ofício SF nº 8, de 29.1.2002	Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge	-	-
8) Ofício SF nº 9, de 29.1.2002	Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Deputado Roberto Brant	-	-
9) Ofício SF nº 10, de 29.1.2002	Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Deputado Carlos Melles	Ofício nº 848/02-GM-MET, de 6.3.2002, do Ministro de Estado do Esporte e Turismo, encaminhando documento da Consultoria Jurídica do Ministério, expondo seu posicionamento quando às recomendações e sugestões do Relatório Final.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002 , juntamente com seus anexos.
10) Ofício SF nº 11, de 29.1.2002	Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro	Ofício/PGR/GAB/ nº 67, de 6.2.2002, do Procurador-Geral da República, informando a remessa do Relatório aos Procuradores-Chefes das Procuradorias da República nos Estados do RJ, SP e MG. Ofício PR/RJ/LB/Nº 50, de 23.1.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Lisiane Cristina Braecher, solicitando documentos relativos à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro e aos pagamentos feitos a Juan Figger Svirski e Aremithas José de Lima. Ofício PR/RJ/GAB/PF/Nº 026, de 21.1.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Paulo Fernando Corrêa, solicitando documentação, inclusive bancária e fiscal, referente a Wanderley Luxemburgo da Silva.	Lido na Sessão de 18.2.2002 e publicado no DSF de 19.2.2002. • Atendido mediante o Ofício SF nº 162, de 20.3.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 19.2.2002. • Atendido mediante o Ofício SF nº 161, de 20.3.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 19.2.2002.

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
		Ofício PR/RJ/GAB/PF nº 67, de 13.3.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Paulo Fernando Corrêa, reiterando ofício anterior.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 123, de 26.3.2002, da Secretaria-Geral da Mesa, informando que o pedido já fora atendido.
		Ofício PR/RJ/GAB/AL nº 33, de 8.2.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Aloísio Firmo Guimarães da Silva, informando providências adotadas e solicitando cópia do contrato de transferência do jogador Serginho para o Sport Club Corinthians e dos depoimentos prestados pelo Sr. Reinaldo Pitta à CPI.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 100, de 26.2.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 2.4.2002.
		Ofício PR/RJ/GAB/MF nº 224, de 31.1.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Marcelo de Figueiredo Freire, informando providências adotadas e solicitando documentos relacionados com a Confederação Brasileira de Futebol e seu Presidente, Ricardo Teixeira.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 136, de 13.3.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 2.4.2002.
		Ofício PR/RJ/GAB/NC nº 52, de 19.3.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Neida M. C. Cardoso de Oliveira, informando providências adotadas e solicitando o encaminhamento dos depoimentos prestados à CPI pelo Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo, assim como documentos acostados.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 281, de 17.4.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 20.4.2002.
		Ofício nº 779, de 2.4.2002, dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de MG, Drs. Eduardo Nepomuceno de Sousa e Fernando Galvão da Rocha, solicitando documentos referentes à Federação Mineira de Futebol e seus dirigentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 329, de 24.4.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 30.4.2002.
		Ofício PR/RJ/LB nº 171, de 26.3.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Lisiane Cristina Braecher, informando providências adotadas e solicitando complementação de documentos relativos à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro e aos pagamentos feitos a Juan Figger Svirski e Aremithas José de Lima	Atendido mediante o Ofício SF nº 394, de 7.5.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 11.05.2002.
		Ofício MPF/PRM/SJC nº 1194, de 6.12.2001, reiterado pelo Ofício PRM/SJC nº 284, de 21.3.2002, da Procuradoria da República em São José dos Campos, informando providências adotadas e solicitando remessa do Relatório Final e dos documentos relativos ao São José Esporte Clube e seus dirigentes..	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 409, de 7.5.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 11.5.02, juntamente com o Ofício nº 56/02 – GAB.
		Ofício nº 1110/2002, de 03.05.02, dos Promotores de Justiça Eduardo Nepomuceno de Sousa e Fernando A. N. Galvão Rocha, do Ministério Público de Minas Gerais, reiterando o Ofício nº 779, de 02.04.02, e solicitando documentos referentes à Federação Mineira de Futebol.	<ul style="list-style-type: none"> • Atendido mediante o Ofício SF nº 491/2002, de 22.05.02, da Presidência do Senado.

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
		Ofício PGR/GAB nº 526, de 14.05.02, do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia do Ofício PR/RJ/GAB nº 53, de 19.03.02, da Procuradora da República Neide M. C.o de Oliveira, que solicita a íntegra dos depoimentos relativos ao Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo	• Atendido mediante Ofício SF nº 492/2002, de 22.05.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 28.05.02.
		Ofício PR/RJ/LB nº 290/02, de 04.07.02, da Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro, Lisiane Cristina Braecher, referindo-se ao Ofício PR/RJ/LB/223/02, de 27.05.02, para solicitar o envio de cópias do restante da documentação referente à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.	• Atendido pelo Ofício SF nº 925/2002, de 15.08.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 21.08.02.
		Ofício nº 136/2002/PRMG/GAB/LPL de 31.07.02, da Procuradora da República em Minas Gerais, Laene Pevidor Lança, solicitando documentação referente ao "Caso da Federação Mineira de Futebol".	• Atendido mediante Ofício SF nº 930/2002, de 19.08.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 21.08.02.
		Ofício PR/RJ/GAB N. C. nº 121, de 29.05.02, da Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro, Neide M. C. Cardoso de Oliveira, devolvendo documentos recebidos e reiterando o pedido de cópia do depoimento do ex-Presidente do Conselho Fiscal do Clube de Regatas do Flamengo, Roberto Abranches, não enviado com a documentação anexada ao Ofício SF nº 281/2002.	• Atendido mediante Ofício SF nº 586/2002, de 11.06.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 21.08.02.
		Ofício PRMG/GB/JSK nº 051/02, de 23.05.02, do Procurador da República em Minas Gerais, Juliano Stella Karam, solicitando documentos referentes ao "Caso da Federação Mineira de Futebol".	• Atendido mediante Ofício SF nº 859/2002, de 31.07.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 21.08.02.
		Ofício PR/RJ/LB/223/02, de 27.05.02, da Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro, informando que parte da documentação recebida encontra-se ilegível, devolvendo-a e solicitando o envio de cópias legíveis dos documentos enviados pelo Banco Central, relativos à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.	• Atendido mediante Ofício SF nº 650/2002, de 20.06.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 21.08.02.
		Ofício PR/RJ/GAB N. C. nº 165, de 02.08.02, da Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro, Neide M. C. Cardoso de Oliveira, solicitando a relação de remessas de dinheiro para o exterior do Clube de Regatas do Flamengo, no período de 1999 a 2001.	• Atendido mediante Ofício SF nº 959/2002, de 03.09.02, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 05.09.02.
		Ofício nº 102/02-JC/PRDF, de 03.10.02, do Procurador da República do Distrito Federal José Cardoso Lopes, solicitando o encaminhamento de cópias autenticadas de depoimentos prestados à CPI do Futebol e à Polícia Federal.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 486/2002, de 04.11.02, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 06.11.02
11) Ofício SF nº 12, de 29.1.2002	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves	Ofício SGM/P nº 22, de 20.2.2002, do Presidente da Câmara, informando a remessa do Relatório Final ao Corregedor daquela Casa.	Lido na Sessão de 20.2.2002 e publicado no DSF de 21.2.2002.

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
	tado Aécio Neves	Ofício COR nº 1, de 21.2.2002, do 2º Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Barbosa Neto, solicitando documentos. Ofício COR nº 018, de 4.4.2002, do 2º Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Barbosa Neto, solicitando documentos.	<ul style="list-style-type: none"> Atendido mediante os Ofícios SF nºs 85, de 26.2.2002; e 129, de 12.3.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 2.4.2002. Atendido mediante o Ofício SF nº 280, de 17.4.2002, da Presidência do Senado. Publicado no DSF de 20.4.2002.
12) Ofício SF nº 13, de 29.1.2002	Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel	-	-
13) Ofício SF nº 14, de 29.1.2002	Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Drª Adrienne Giannetti Nelson de Sena	-	-
14) Ofício SF nº 15, de 29.1.2002	Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Viana	Ofício S/N de 15.2.2002, do Departamento Jurídico da Federação de Futebol do RJ, informando providências tomadas anteriormente à recomendação do Relatório Final.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002.
15) Ofício SF nº 16, de 29.1.2002	Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Dr. Ricardo Teixeira	-	-
16) Ofício SF nº 17, de 29.1.2002	Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Dr. Francisco Fernando Fontana	Ofício nº 1.176/INSS/ DCPRES, de 18.07.2002, da Diretora-Presidente, informando providências adotadas e solicitando documentos relativos à Empresa Rummell (O Caso do Clube de Regatas do Flamengo)	Atendido mediante Ofício SGM nº 419/2002, de 23.09.2002, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 09.10.02.
17) Ofício SF nº 18, de 29.1.2002	Presidente da Federação Paulista de Futebol, Dr. Eduardo José Farah	-	-
18) Ofício SF nº 19, de 29.1.2002	Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, Dr. Edmundo Santos Silva	-	-
19) Ofício SF nº 20, de 29.1.2002	Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Agílio Monteiro Filho	-	-
20) Ofício SF nº 21, de 29.1.2002	Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, Dr. Mauro Ney Palmério	-	-
21) Ofício SF nº 22, de 29.1.2002	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. José Muiños Piñeiro Filho	-	-

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
22) Ofício SF nº 23, de 29.1.2002	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Dr. José Luiz Osório de Almeida Filho	-	-
23) Ofício SF nº 24, de 29.1.2002	Presidente do Fluminense Football Club, Dr. David Fischel	-	-
24) Ofício SF nº 25, de 29.1.2002	Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Esportiva Palmeiras, Dr. Oswaldo da Silva Rico	-	-
		Ofício nº 951/2002-CART/DPF.B/SJK/SR/DPF/SP, de 23.07.2002, da Delegacia da Polícia Federal em São José dos Campos, solicitando cópia de documentos apresentados pelo Deputado Estadual Pedro Yves Simão (Federação Paulista de Futebol).	Atendido mediante Ofício SGM nº 386, de 11.09.2002, informando que a documentação solicitada foi remetida à Procuradoria da República em São José dos Campos. Publicado no DSF de 09.10.02.
		Ofício nº 1352/2002-CART/SR/DPF/MG, de 19.08.2002, do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais, solicitando documentos referentes à Federação Mineira de Futebol.	Atendido mediante Ofício SGM nº 385/2002, de 10.09.2002, informando que a documentação solicitada foi remetida à Procuradoria da República em Minas Gerais. Publicado no DSF de 09.10.02.
		Ofício nº 253/2002 – DELECOIE/SR/DPF/RJ, de 27.08.2002, do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional no Rio de Janeiro, solicitando cópias integrais de todos os depoimentos prestados relativamente ao FLUMINENSE FOOTBALL CLUB.	Atendido mediante Ofício SGM nº 384/2002, de 09.09.2002, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 09.10.02.
		Ofício nº 619/ORD/02, de 26.08.02, do Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca da Capital – São Paulo, solicitando informações sobre se o nome de José Edgard Soares Moreira consta ou constou de procedimento investigatório da CPI do Futebol.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 477/2002, de 29.10.02, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 06.11.02.
		Ofício nº 1513/2002, de 04.09.02, da Juíza de Direito Substituta da 49ª Vara Cível da Comarca da Capital – Rio de Janeiro, RJ, solicitando cópia integral do Relatório da CPI do Futebol.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 487/2002, de 04.11.02, da Secretaria-Geral da Mesa. Publicado no DSF de 06.11.02.

H.10 - MATÉRIA LEGISLATIVA

H.10 – MATÉRIA LEGISLATIVA

a) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC)

Aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	6
Aprovadas e promulgadas	3
Rejeitadas	2
Retiradas	2
Prejudicada	1
Arquivadas no final da legislatura – art. 332 RISF	48
Tramitando	140

a.1) De Sessões Legislativas anteriores

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
7/92 – SF ¹ 82/C-91-CD	Deputado Genebaldo Correia	Altera o artigo 29 da Constituição Federal.	Tramitando
5/95 ²	Ney Suassuna	Dá nova redação ao § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
8/95	Geraldo Melo	Dá nova redação ao inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 15.8.2001 Tramitando
21/95 Vide PEC nº 29/2000	Antonio Carlos Valadares	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
26/95 ³	Humberto Lucena	Prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte.	Tramitando
51/95	Marluce Pinto	Altera o inciso III do art. 235 da Constituição Federal.	Tramitando
8/96 ⁴	Casildo Maldaner	Altera o § 2º do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando

¹Tramita em conjunto com as PEC nºs 42/99 e 26/2000.

²Tramita em conjunto com as PECs nºs 26/95, 8 e 10/96.

³Tramita em conjunto com as PEC nºs 5/95 e 8 e 10/96.

⁴Tramita em conjunto com as PEC nºs 5 e 26/95 e 10/96.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
10/96 ⁵	Sebastião Rocha	Dá nova redação a dispositivos do art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
48/96 ⁶	Jefferson Péres	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
20/97	Júlio Campos	Altera o <i>caput</i> do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
5/99 – SF ⁷ Vide PEC nº 29/2000	Geraldo Althoff	Acrescenta parágrafos aos arts. 27 e 168 e altera os arts. 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
7/99 - SF	Ademir Andrade	Altera o art. 101 da Constituição Federal e dá outras providências (<i>alternância de nomeação entre pessoas do sexo masculino ou feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal</i>).	Tramitando
8/99 - SF	José Roberto Arruda	Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
9/99	Maguito Vilela	Dá nova redação ao inciso IV do art. 167 e adiciona o art. 193-A à Constituição, para tornar obrigatória a destinação de recursos para ações de combate à fome e à miséria.	Arquivado Art. 332 do RISF
10/99 ⁸	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.	Tramitando
11/99	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao § 3º do art. 176 da Constituição Federal e ao art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
12/99	Luzia Toledo	Modifica a redação do § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Arquivado Art. 332 do RISF
13/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do inciso III do art. 206 e acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal, estabelecendo a instituição mista de ensino.	Arquivado Art. 332 do RISF
14/99 ⁹	Eduardo Siqueira Campos	Dá nova redação à alínea “d” do item III do art. 52 da Constituição Federal.	Tramitando
15/99 ¹⁰	José Roberto Arruda	Altera os arts. 28, <i>caput</i> ; 29, III; e 82 da Constituição Federal, para fixar a posse do Prefeito, do Governador de Estado, do Presidente da República e respectivos Vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁵ Tramita em conjunto com as PEC nºs 5 e 26/95 e 8/96.

⁶ Tramita em conjunto com a PEC nº 6/2000.

⁷ Tramita em conjunto com a PEC nº 16/99.

⁸ Tramita em conjunto com as PEC nºs 58, 70 e 97/99.

⁹ Tramita em conjunto com a PEC nº 17/99.

¹⁰ Tramita em conjunto com a PEC nº 30/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
16/99 ¹¹ Vide PEC nº 29/2000	Heloísa Helena	Altera a redação do § 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.	Tramitando
17/99 ¹²	Romero Jucá	Altera a redação dos arts. 52, III, “d”; 52, XI; 84, XIV; e 192 da Constituição Federal.	Tramitando
18/99 ¹³	Romero Jucá	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Tramitando
19/99	Romero Jucá	Altera o § 5º do art. 169 da Constituição Federal, para atribuir, ao servidor não-estável que for exonerado, o direito à indenização prevista naquele dispositivo.	Tramitando
20/99 ¹⁴	José Roberto Arruda	Altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.	Tramitando
21/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição Federal.	Tramitando
22/99	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal.	Tramitando
23/99 Vide PEC nº 29/2000	Roberto Requião	Acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição Federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.	Tramitando
27/99	João Alberto Souza	Altera o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
28/99	Romeu Tuma	Acrescenta artigo às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira.	Tramitando
29/99 ¹⁵	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso IV do art. 158 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer a distribuição da parcela do ICMS entre os municípios mediante critério populacional.	Tramitando
30/99 ¹⁶	Carlos Patrocínio	Altera as datas estabelecidas nos arts. 28 e 82 da Constituição Federal (Posse dos Governadores, Vice-Governadores e Presidente da República).	Arquivado Art. 332 do RISF

¹¹ Tramita em conjunto com a PEC nº 5/99.

¹² Tramita em conjunto com a PEC nº 14/99.

¹³ Tramita em conjunto com as PEC nºs 20/99 e 3/2001.

¹⁴ Tramita em conjunto com as PEC nºs 18/99 e 3/2001.

¹⁵ Tramita em conjunto com as PEC nºs 39/99 e 39/2000.

¹⁶ Tramita em conjunto com a PEC nº 15/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
31/99 ¹⁷	Carlos Patrocínio	Altera a redação do <i>caput</i> e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto.	Tramitando
32/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Arquivado Art. 332 do RISF
33/99 Vide PEC nº 29/2000	Jefferson Péres	Altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que este pode ocorrer.	Tramitando
34/99	Pedro Simon	Altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal.	Tramitando
35/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
36/99	Maguito Vilela	Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados.	Tramitando
38/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 52, 225 e 231 da Constituição Federal.	Tramitando
39/99 ¹⁸	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 158 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer novo critério de distribuição do ICMS entre os municípios.	Tramitando
40/99	Paulo Hartung	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acréscidos e dispõe sobre a sua destinação.	Tramitando
41/99 ¹⁹	Sérgio Machado	Altera a redação do art. 56 da Constituição Federal, para disciplinar a substituição do Senador na hipótese de vacância.	Tramitando
42/99 ²⁰	Sérgio Machado	Dá nova redação ao art. 29 da Constituição Federal estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores.	Tramitando
43/99	Sérgio Machado	Acrescenta inciso III ao § 3º do art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
44/99 ²¹	Sérgio Machado	Dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo.	Tramitando

¹⁷ Tramita em conjunto com a PEC nº 44/99.

¹⁸ Tramita em conjunto com as PEC nºs 29/99 e 39/2000.

¹⁹ Tramita em conjunto com a PEC nº 5/2001.

²⁰ Tramita em conjunto com as PEC nºs 7/92 e 26/2000.

²¹ Tramita em conjunto com a PEC nº 31/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
45/99	Sérgio Machado	Altera o § 1º do art. 27; o <i>caput</i> do art. 28; os incisos II e III do art. 29; o § 2º do art. 32; o <i>caput</i> , os §§ 2º e 4º, o inciso III do § 3º e o inciso I do § 6º do art. 57; os §§ 2º, 3º e 4º do art. 77; e o art. 82, todos da Constituição Federal, fixando calendário de eleições e posses em todos os níveis; alterando a sistemática do segundo turno das eleições, permanecendo apenas para as eleições presidenciais.	Arquivado Art. 332 do RISF
46/99	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 17 e 55 da Constituição Federal, que tratam da fidelidade partidária, prevendo a perda do cargo eletivo nas hipóteses de o ocupante deixar o partido pelo qual foi eleito e de grave violação da disciplina partidária, e do meio como se efetivará a sanção.	Arquivado Art. 332 do RISF
47/99	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 45 e 56 da Constituição Federal, instituindo o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos Deputados.	Arquivado Art. 332 do RISF
48/99	Geraldo Melo	Acrescenta dispositivo ao art. 52 da Constituição Federal, para conferir ao Senado Federal a faculdade de retirar, a qualquer tempo, a aprovação antes concedida à escolha de autoridades.	Arquivado Art. 332 do RISF
49/99	Ademir Andrade	Acrescenta parágrafo ao art. 28 e ao art. 29 da Constituição Federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do Governador e do Prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares.	Arquivado Art. 332 do RISF
50/99	Álvaro Dias	Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.	Tramitando
51/99	Álvaro Dias	Modifica o <i>caput</i> do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Assembléia Legislativa.	Tramitando
52/99	Álvaro Dias	Modifica o inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Vereadores.	Tramitando
54/99 Vide PEC nº 29/2000	Luzia Toledo	Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.	Tramitando
55/99	Mozarildo Cavalcanti	Modifica o <i>caput</i> do artigo 37 da Constituição Federal.	Tramitando

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
58/99 ²²	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estados e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.	Tramitando
59/99	Mozarildo Cavalcanti	Institui o serviço civil obrigatório.	Tramitando
60/99	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, permitindo que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo.	Arquivado Art. 332 do RISF
62/99 Vide PEC nº 29/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera a alínea "a" do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais.	Tramitando
64/99	Eduardo Suplicy	Acrescenta parágrafo ao artigo 57 e dá nova redação ao inciso XI do artigo 84 da Constituição Federal.	Tramitando
68/99	Sergio Machado	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal, fixando o mandato de senador em 6 anos, com renovação de 1/3 a cada dois anos.	Arquivado Art. 332 do RISF
70/99 ²³	Roberto Requião	Dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.	Tramitando
71/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 132 da Constituição Federal.	Tramitando
72/99	Carlos Patrocínio	Altera a Constituição Federal para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional.	Tramitando
73/99	Pedro Simon	Inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal.	Tramitando
74/99 Vide PEC nº 29/2000	Pedro Simon	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal para autorizar os integrantes do Ministério Público a oferecer lista tríplice à escolha do Procurador-Geral da República.	Tramitando
75/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta o art. 251 às Disposições Constitucionais Gerais, para determinar a vedação a que os agentes políticos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e os servidores que os substituíam mantenham contas bancárias no exterior.	Tramitando

²² Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 70 e 97/99.

²³ Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 58 e 97/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
77/99 ²⁴	Iris Rezende	Imprime força cogente à lei orçamentária anual acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.	Tramitando
78/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta o art. 76 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de permitir o ingresso de professores leigos nas instituições de ensino superior.	Tramitando
79/99	Geraldo Cândido	Altera o art. 7º da Constituição Federal, para conceder Passe Livre em transportes coletivos aos trabalhadores desempregados.	Arquivado Art. 332 do RISF
80/99 ²⁵	Pedro Simon	Dá nova redação ao § 6º do art. 66 da Constituição Federal.	Tramitando
81/99 ²⁶ Vide PEC nº 29/2000	Ney Suassuna	Altera a competência do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando
82/99	Jefferson Peres	Altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.	Tramitando
83/99	Antonio Carlos Magalhães	Acrescenta parágrafos aos arts. 100 e 184, e modifica a redação do art. 225 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
84/99	Bello Parga	Outorga competência à União para instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.	Arquivado Art. 332 do RISF
85/99	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a idade mínima do menor para o trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
87/99 – SF	Romeu Tuma	Altera dispositivo da Constituição Federal, § 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais.	Aprovada em 1º turno em 27.3.2001 Aprovado em 2º turno em 24.4.2002 À Câmara dos Deputados
91/99 – SF	Sérgio Machado	Altera o § 2º do artigo 60 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
92/99 – SF Vide PEC nº 29/2000	Paulo Souto	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 102 da Constituição, para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais.	Tramitando

²⁴ Tramita em conjunto com as PEC nºs 22 e 28/2000.

²⁵ Deixou de constar do relatório anterior.

²⁶ Deixou de constar do relatório anterior.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
93/99 – SF	Paulo Souto	Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal que cuida das Comissões Parlamentares de Inquérito.	Arquivado Art. 332 do RISF
94/99 – SF	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Adiciona o § 2º ao art. 7º da Constituição Federal.	Tramitando
95/99 – SF	Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza	Adiciona parágrafo único ao art. 6º e o inciso IV ao § 5º do art. 65 da Constituição Federal.	Tramitando
97/99 ²⁷	Carlos Patrocínio	Dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.	Tramitando
1/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	Tião Viana	Altera o artigo 104 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
2/2000 – SF	José Alencar	Insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.	Tramitando
3/2000 – SF ²⁸	Jader Barbalho	Altera o <i>caput</i> e os §§ 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal.	Tramitando
5/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas.	Tramitando
6/2000 – SF ²⁹	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 57 da Constituição Federal.	Tramitando
7/2000 – SF	Gilvam Borges	Dá nova redação ao art. 24, XV, e inclui § 3º no art. 230 da Constituição Federal.	Tramitando
8/2000 – SF	Artur da Távola	Acrescenta parágrafos ao art. 228 da Constituição Federal, a fim de estabelecer critérios para julgamento de ato infracional doloso contra a vida.	Arquivado Art. 332 do RISF
9/2000 – SF	Artur da Távola	Altera a alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
12/2000 – SF ³⁰	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.	Tramitando

²⁷ Tramita em conjunto com as PEC nºs 10, 58 e 70/99.

²⁸ Tramita em conjunto com as PEC nºs 12/2000 e 14/2001.

²⁹ Tramita em conjunto com a PEC nº 48/96.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
13/2000 – SF	Antero Paes de Barros	Acrescenta o § 6º ao art. 223 da Constituição Federal.	Tramitando
14/2000 – SF	Geraldo Cândido	Altera a redação do parágrafo 3º do art. 166 da Constituição Federal, excluindo a alínea “b” de seu inciso II.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/2000 – SF	Carlos Patrocínio	Altera o § 13 do art. 40 da Constituição Federal, para disciplinar a aposentadoria do ocupante de cargo em comissão.	Arquivado Art. 332 do RISF
16/2000 – SF	Ernandes Amorim	Altera o art. 159 da Constituição, modificando a composição dos Fundos de Participação, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
17/2000 – SF	Geraldo Althoff	Confere à União competência para legislar sobre matéria de concursos para o provimento de cargos e empregos da administração pública, incluindo inciso no art. 24.	Arquivado Art. 332 do RISF
18/2000 – SF	Luiz Pontes	Altera o art. 71, inciso VI, da Constituição Federal, fixando competência subsidiária do Tribunal de Contas da União, relativamente às Cortes de Contas estaduais e municipais, para fiscalizar a aplicação dos recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.	Tramitando
20/2000 – SF Vide PEC nº 29/2000	Sebastião Rocha	Altera o § 1º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo.	Tramitando
21/2000 – SF	Ney Suassuna	Autoriza a organização de unidades de polícia militar e de bombeiros militares em municípios com mais de um milhão e meio de habitantes.	Tramitando
22/2000 – SF ³¹	Antonio Carlos Magalhães	Altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.	Tramitando
24/2000 – SF	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Constituição Federal, para vedar a indicação de parentes de autoridades para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.	Arquivado Art. 332 do RISF
26/2000 – SF ³²	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso IV do art. 29 da Constituição Federal, para estabelecer o número mínimo e máximo de vereadores e o critério de cálculo da proporcionalidade populacional.	Tramitando

³⁰ Tramita em conjunto com as PEC nºs 3/2000 e 14/2001.

³¹ Tramita em conjunto com as PEC nºs 77/99 e 28/2000.

³² Tramita em conjunto com as PEC nºs 7/92 e 42/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
28/2000 – SF ³³	Pedro Simon	Dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao <i>caput</i> do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal (<i>obriga o Poder Executivo a submeter ao Congresso Nacional propostas de anulação de créditos orçamentários</i>).	Tramitando
29/2000 – SF ³⁴ 96/92 - CD	Deputado Hélio Bicudo	Introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.	Tramitando
31/2000 – SF	Maria do Carmo Alves	Acrescenta inciso XVII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.	Tramitando
32/2000 – SF	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	Dá nova redação ao inciso IX do art. 21 da Constituição Federal.	Tramitando
33/2000 – SF	Comissão Temporária criada pelo RQS nº 475/96	Dá nova redação ao art. 43 da Constituição Federal.	Tramitando
34/2000 – SF	Pedro Simon	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Seção IX do Capítulo I do Título IV da Constituição Federal, relativa à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária da União, e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
35/2000 – SF	Roberto Requião	Dá nova redação ao art. 207 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
38/2000 – SF	Tião Viana	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 55 da Constituição Federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de Deputado e Senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do <i>caput</i> do mesmo artigo.	Tramitando
39/2000 – SF ³⁵	Ricardo Santos	Altera o inciso IV do art. 158 da Constituição Federal, estabelecendo novo critério de distribuição da cota-parte do ICMS entre os municípios.	Tramitando
40/2000 – SF	Heloísa Helena	Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.	Tramitando
41/2000 - SF	Ricardo Santos	Altera a redação do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal para o fim de acrescentar nova limitação para a instituição de impostos.	Arquivado Art. 332 do RISF

³³ Tramita em conjunto com as PEC nºs 77/99 e 22/2000.

³⁴ Tramitam em conjunto com esta PEC as seguintes proposições: PEC nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5 e 20/2000; e 15/2001.

³⁵ Tramita em conjunto com as PEC nºs 29 e 39/99.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
42/2000 - SF	Maguito Vilela	Dá nova redação ao art. 217 da Constituição Federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo.	Rejeitada em 1º turno em 4.12.2002
43/2000 – SF	Júlio Eduardo	Modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas”.	Tramitando
46/2000 – SF ³⁶	Romero Jucá	Altera a redação dos §§ 5º e 6º do art. 14 da Constituição Federal para prever a obrigatoriedade de o Presidente da República, Governador e Prefeito licenciarem-se do cargo para concorrer à reeleição e a outros cargos.	Tramitando
1/2001	Roberto Saturnino	Determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais.	Aprovada em 1º turno em 19.6.2002 Tramitando
2/2001	Roberto Saturnino	Atribui ao Senado Federal a iniciativa de destituição do Procurador-Geral da República.	Tramitando
3/2001 ³⁷	José Roberto Arruda	Altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.	Tramitando
4/2001	Roberto Requião	Altera e acrescenta parágrafo ao art. 163, revoga o art. 165, § 9º, da Constituição Federal e altera o art. 35, § 2º, “caput”, do ADCT, dispondo sobre leis gerais de finanças públicas.	Tramitando
5/2001 ³⁸	Tião Viana	Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a indicação de suplente de Senador.	Tramitando
6/2001 ³⁹	Antero Paes de Barros	Revoga dispositivos da Constituição Federal.	Tramitando
7/2001	Moreira Mendes	Acrescenta o § 3º ao art. 50 da Constituição Federal.	Tramitando
8/2001	Osmar Dias	Altera a redação do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.	Tramitando

³⁶ Tramita em conjunto com a PEC nº 6/2001.

³⁷ Tramita em conjunto com as PEC nºs 18 e 20/99.

³⁸ Tramita em conjunto com a PEC nº 41/99.

³⁹ Tramita em conjunto com a PEC nº 46/2000.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
9/2001	Heloísa Helena	Democratiza o processo legislativo por meio de alteração nos artigos 14, 60, 65, 66 e 150, modificando a sistemática de promulgação de projetos de lei e de emendas à Constituição e criando o instituto do referendo de ofício a partir de requerimento de grupo de Deputados Federais ou de Senadores.	Tramitando
10/2001	Ademir Andrade	Concede imunidade tributária, pelo prazo de 15 (quinze) anos, às lâmpadas fluorescentes, às lâmpadas de sódio e aos insumos destinados à sua fabricação.	Arquivado Art. 332 do RISF
11/2001	Álvaro Dias	Altera a redação do art. 102, inciso I, alínea h, e acrescenta inciso XII ao art. 109 da Constituição Federal, permitindo ao Supremo Tribunal Federal delegar aos Juízos Federais de 1ª Instância a homologação de sentença estrangeira relativa a separação judicial e divórcio.	Tramitando
13/2001	Maria do Carmo Alves	Altera o art. 225 da Constituição Federal para determinar a instituição de seguro de responsabilidade civil nas atividades lesivas ao meio ambiente.	Tramitando
14/2001 ⁴⁰	Maguito Vilela	Altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.	Tramitando
15/2001 Vide PEC nº 29/2000	João Alberto Souza	Altera o art. 128 da Constituição, para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista triplíce escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.	Tramitando
16/2001	Ricardo Santos	Submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade.	Arquivado Art. 332 do RISF
17/2001	Nova da Costa	Institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Oriental.	Arquivado Art. 332 do RISF
18/2001 ⁴¹	Roberto Saturnino	Altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, de titular de cargo no âmbito do Poder Executivo que seja detentor de mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado Federal, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.	Tramitando
19/2001	Roberto Saturnino	Altera o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, para determinar que no mínimo cinquenta por cento dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores de carreira.	Tramitando

⁴⁰ Tramita em conjunto com as PEC nºs 3 e 12/2000.

⁴¹ Tramita em conjunto com a PEC nº 26/2001.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
21/2001	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal.	Tramitando
22/2001	Romeu Tuma	Dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.	Tramitando
23/2001	Sebastião Rocha	Altera o § 3º do art. 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo.	Arquivado Art. 332 do RISF
24/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 46 da Constituição, para estabelecer que o suplente de Senador somente substituirá o titular temporariamente.	Tramitando
25/2001	Roberto Freire	Altera o art. 236 da Constituição Federal para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
26/2001 ⁴²	Lúcio Alcântara	Altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, dos dirigentes máximos de entidades encarregadas da regulação da prestação de serviços públicos, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.	Tramitando
27/2001	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.	Aprovada em 1º turno em 12.12.2001 Aprovada em 2º turno em 10.4.2002 À Câmara dos Deputados
28/2001	Ademir Andrade	Confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único ao artigo 49 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
29/2001	Arlindo Porto	Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª e 7ª Região.	Aprovada em 1º turno em 17.4.2002 Aprovada em 2º turno em 22.5.2002 À Câmara dos Deputados
30/2001	Ney Suassuna	Concede imunidade tributária às instituições de apoio às micro e pequenas empresas, sem fins lucrativos, e dá outras providências.	Tramitando
31/2001	Marluce Pinto	Altera a redação do art. 84, IV, para impor prazo à publicação de leis.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁴² Tramita em conjunto com a PEC nº 18/2001.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
32/2001	Sebastião Rocha	Altera o inciso do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo.	Aprovada em 1º turno em 10.4.2002 Rejeitada em 2º turno em 4.12.2002
33/2001	Ademir Andrade	Acrescenta os arts. 27-A e 29-B à Constituição Federal para prever a convocação de Secretários de Estado, Secretários Municipais e do Distrito Federal pelas respectivas Casas Legislativas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
34/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre o trabalho do menor.	Tramitando
35/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera o caput do art. 77 da Constituição, a fim de adequar a sua redação ao efetivo calendário das eleições presidenciais.	Tramitando
37/2001 - SF	Carlos Patrocínio	Altera os arts. 22, 37 e 144 da Constituição Federal para criar a polícia fazendária federal e extinguir a polícia ferroviária federal.	Retirada (RQS nº 197/2002)
38/2001 – SF	Lauro Campos	Veda a brasileiros detentores de dupla nacionalidade a investidura nos cargos que menciona.	Arquivado Art. 332 do RISF
39/2001	Ney Suassuna	Acrescenta § 5º do art. 73 da Constituição Federal, criando a Procuradoria do Tribunal de Contas da União.	Tramitando
40/2001	Ney Suassuna	Estabelece a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar, originariamente, as ações em que os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal sejam parte.	Tramitando
41/2001	Ademir Andrade	Modifica o inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
43/2001	Marluce Pinto	Altera o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, a fim de fixar em setenta e cinco anos a idade limite par aposentadoria compulsória no serviço público.	Arquivado Art. 332 do RISF
44/2001	Geraldo Cândido	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo para a Promoção Econômica e Social dos Afrodescendentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
45/2001	Ney Suassuna	Introduz § 11 ao art. 37 da Constituição Federal para disciplinar a perda do cargo do servidor público não estável.	Tramitando
46/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso XLIV do artigo 5º da Constituição Federal para acrescentar dentre os crimes inafiançáveis e imprescritíveis aqueles praticados por agentes públicos contra a administração pública.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
47/2001	Emilia Fernandes	Adita o parágrafo único ao art. 48 da Constituição Federal, possibilitando ao Congresso Nacional propor alterações em acordos internacionais, estabelecendo prazo para a adoção das modificações indicadas.	Arquivado Art. 332 do RISF
48/2001	Bernardo Cabral	Altera o “caput” do art. 27 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 10.4.2002 Tramitando
49/2001	Geraldo Melo	Dá nova redação à alínea b do inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal.	Tramitando
50/2001	Luiz Otávio	Cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região.	Tramitando
51/2001	Roberto Freire	Introduz § 2º no art. 14 da Constituição Federal, para assegurar um exemplar da Constituição a todo cidadão que se alistar como eleitor.	Arquivado Art. 332 do RISF
52/2001	Roberto Requião	Acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84, da Constituição Federal.	Tramitando
54/2001 – SF	Arlindo Porto	Dá nova redação ao § 8º, do art. 144, da Constituição Federal, constituição das guardas municipais.	Arquivado Art. 332 do RISF
55/2001 – SF	Leomar Quintanilha	Altera a redação do artigo 29-A, da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 11.6.2002 Aprovada em 2º turno em 13.11.2002 À Câmara dos Deputados
56/2001 – SF	Marina Silva	Altera o inciso II do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal.	Tramitando
57/2001 - SF	Lindberg Cury	Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

a.2) Da presente Sessão Legislativa.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/2002 – SF	Roberto Freire	Acrescenta o inciso XXVI ao art. 21 da Constituição Federal e os arts. 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar a proibição do porte de armas por civis e a estatização da produção de armamentos.	Tramitando
2/2002	Ricardo Santos	Altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal (destinação do salário-educação).	Aprovada em 1º turno em 4.12.2002 Tramitando

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
3/2002 ⁴³	Álvaro Dias	Acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 5.6.2002 Aprovada em 2º turno em 12.6.2002 À Câmara dos Deputados Emenda Constitucional nº 39, de 20.12.2002
4/2002	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 8.5.2002 Aprovada em 2º turno em 4.6.2002 À Câmara dos Deputados
5/2002 – SF 203/95 – CD	Deputado Vieira	Laprovita Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição Federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Aprovada em 1º turno em 8.5.2002 Aprovada em 2º turno em 22.5.2002 Emenda Constitucional nº 36, de 28.5.2002
6/2002 ⁴⁴	Romero Jucá	Acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal.	Prejudicada pela aprovação da PEC nº 3/2002
7/2002	Álvaro Dias	Dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais.	Tramitando
8/2002	Ricardo Santos	Acrescenta alínea ao art. 37, XVI, da Constituição Federal (acumulação de cargos de magistério).	Tramitando
9/2002	Marina Silva	Altera dispositivos dos arts. 70, 165, 195 e 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a criação, execução e fiscalização do orçamento social.	Tramitando
10/2002	Osmar Dias	Altera a alínea b do inciso 1 do art. 159 da Constituição.	Tramitando
11/2002	Mauro Miranda	Altera a redação do § 2º do art. 201 da Constituição Federal para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.	Tramitando
12/2002	Antonio Carlos Júnior	Fixa prazos para o Tribunal de Contas da União atender as solicitações de inspeções, auditorias e informações do Congresso Nacional, suas Casas e respectivas comissões.	Tramitando

⁴³ Tramitou em conjunto com a PEC nº 6/2002.

⁴⁴ Tramitou em conjunto com a PEC nº 3/2002.

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
13/2002	Gerson Camata	Dá nova redação ao inciso LVII do art. 5º da Constituição, para que seja excetuado da presunção de inocência o agente preso em flagrante delito.	Tramitando
14/2002	Fernando Ribeiro	Cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior.	Tramitando
15/2002	Gerson Camata	Altera a redação do parágrafo 2º do art. 201 da Constituição Federal, de forma a estabelecer o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de previdência social.	Tramitando
16/2002	Mozarildo Cavalcanti	Altera o inciso I do artigo 159 da Constituição Federal.	Aprovada em 1º turno em 13.11.2002 Tramitando
17/2002	Roberto Requião	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (<i>entroncamento com a BR-020 ao entroncamento com a BR-040, no Distrito Federal</i>).	Tramitando
18/2002 – SF 407/2001 – CD	Presidente da República	Altera os artigos 100 e 156 da Constituição Federal e o artigo 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os artigos 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (<i>Prorroga a vigência da CPMF até 31 de dezembro de 2004</i>).	Aprovada em 1º turno em 4.6.2002 Aprovada em 2º turno em 12.6.2002 Emenda Constitucional nº 37, de 12.6.2002
19/2002 – SF 289/2000 – CD	Presidente da República	Acrescenta o artigo 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os Policiais Militares do extinto Território Federal de Rondônia aos Quadros da União.	Aprovada em 1º turno em 4.6.2002 Aprovada em 2º turno em 12.6.2002 Emenda Constitucional nº 38, de 12.6.2002
20/2002	Gerson Camata	Inclui alínea ao inciso I do art. 96 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
21/2002	Geraldo Melo	Dá nova redação ao § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.	Retirada (RQS nº 282/2002)
22/2002	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 14 e 15 da Constituição Federal, para permitir o voto dos presos.	Tramitando
23/2002	Antonio Carlos Júnior	Altera o inciso I do art. 49 da Constituição Federal.	Tramitando
24/2002	Chico Sartori	Dá nova redação ao art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
25/2002	Francisco Escórcio	Acrescenta art. 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para prorrogar o mandato dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, de modo a possibilitar, a partir de 2006, eleições gerais e coincidência de mandatos em todos os níveis.	Tramitando

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
26/2002	Iris Rezende	Altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.	Tramitando
27/2002	Francisco Escórcio	Altera as alíneas "b" e "c" do inciso VI do § 3º do art. 14, o caput do art. 18, o caput do art. 24, o art. 32, o caput do art. 34 alínea "c" do inciso III, do art. 52 e o inciso XIV do art. 84, da Constituição Federal.	Tramitando
28/2002	Francisco Escórcio	Altera a forma de provimento dos cargos que compõem o Supremo Tribunal Federal e os demais tribunais do Poder Judiciário.	Tramitando
29/2002	Francisco Escórcio	Inclui § 8º ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).	Tramitando
30/2002	Paulo Souto	Acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal. acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal.	Tramitando
31/2002	Moreira Mendes	Altera os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, estabelecendo prazo para o julgamento, pelas casas legislativas, das contas anualmente prestadas pelos Chefes do Poder Executivo, em nível federal, estadual, distrital e municipal.	Tramitando
32/2002	Waldeck Ornelas	Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para estabelecer normas sobre a sucessão de Senador no caso de vaga que ocorrer antes do término do mandato.	Tramitando
33/2002	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta alínea "d" ao § 1º do art. 14 da Constituição Federal, dá nova redação ao § 2º e ao inciso I do § 3º do mesmo artigo, para facultar a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições.	Tramitando
34/2002	Ricardo Santos	Modifica o art. 212 da Constituição Federal, acrescenta a seu texto o art. 212-A e altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a dispor sobre o financiamento da educação básica.	Tramitando

b) PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

Aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	
Apreciados em decisão terminativa	77
Apreciados em Plenário	22
Total	99

Rejeitados	
Em decisão terminativa	13
Art. 254 do RISF	4
Total	17

Prejudicados	10
---------------------	----

Retirados	6
------------------	---

Arquivados no final da legislatura – art. 332 RISF	407
---	-----

Em tramitação	685
----------------------	-----

b.1) De Sessões Legislativas anteriores

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
137/92	Almir Gabriel	Fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição Federal.	À Câmara dos Deputados em 28.2.2002
45/93 ¹	CPI (criada pelo Req. 376/92)	Altera a Lei nº 6.435, de 1997, sobre entidades fechadas de previdência privada, e dá outras providências.	Tramitando
25/95 ²	Roberto Freire	Institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
79/95	Waldeck Ornélas	Dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação e dá outras providências.	Tramitando

¹ Arquivado por equívoco no final da 49ª Legislatura, não tendo constado dos Relatórios anteriores.

² Constatou como "Retirado" no Relatório anterior, na 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
86/95	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
108/95	Odacir Soares	Institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências.	Tramitando
109/95	Pedro Simon	Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
114/95	Odacir Soares	Regulamenta o art. 43 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal.	Rejeitado em decisão terminativa
133/95	José Bianco	Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".	Arquivado Art. 332 do RISF
136/95	Guilherme Palmeira	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
167/95	João França	Dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores.	Prejudicado
207/95	Júlio Campos	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
229/95	Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco	Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem e dá outras providências.	Tramitando
230/95	José Fogaça	Dispõe sobre as operações de fomento mercantil factoring e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
235/95	Benedita da Silva	Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
258/95	Lauro Campos	Cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
310/95	Eduardo Suplicy	Altera dispositivos da Lei nº 9.112, de 10 de outubro de 1995, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, e dá outras providências.	Tramitando
314/95	Benedita da Silva	Acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Arquivado Art. 332 do RISF
319/95	Comissão Especial Temporária, criada pelo Req. 480/95	Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
20/96 (Complementar)	Pedro Simon	Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.	Arquivado Art. 332 do RISF
26/96	Fernando Bezerra	Dispõe sobre os depósitos bancários das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e dá outras providências.	Tramitando
29/96	Jonas Pinheiro	Define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária prevista na Constituição Federal.	Tramitando
70/96	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.	Arquivado Art. 332 do RISF
78/96	João França	Dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.	Arquivado Art. 332 do RISF
92/96 ³	Marina Silva	Institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos e dá outras providências.	Tramitando
109/96	Gerson Camata	Dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
142/96	José Eduardo	Estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
166/96 ⁴	Odacir Soares	Dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador, e dá outras providências.	Tramitando
177/96 (Complementar)	Francelino Pereira	Dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências.	Tramitando
236/96	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a Educação Profissional em nível nacional e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
266/96 ⁵	José Serra	Estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o interrelacionamento entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços públicos de saneamento, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
135/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caroebe - RR).	Tramitando

³ Tramita em conjunto com os PLS n°s 303, 511 e 555/99; e 156/2000.

⁴ Tramita em conjunto com os PLS n°s 164 e 330/99.

⁵ Tramita em conjunto com o PLS n° 560/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
136/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Rorainópolis - RR).	Tramitando
137/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Bonfim - RR).	Tramitando
138/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Iracema - RR).	Tramitando
139/97	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona e dá outras providências (Mucajá - RR).	Tramitando
219/97	Comissão Temporária criada pelo RQS 533/97	Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências".	Tramitando
252/97 ⁶	José Serra	Extingue a utilização da Taxa Referencial (TR) nos depósitos em que especifica e dá outras providências.	Tramitando
23/98 (Complementar)	Júnia Marise outros Senadores	Autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
160/98 ⁷	Bernardo Cabral	Dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
9/99	Jefferson Peres	Estabelece regras de financiamento da política nacional de desenvolvimento regional e dá outras providências.	Tramitando
10/99	Luiz Estevão	Altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Tramitando

⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 254/99.

⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 99/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
11/99 ⁸	Luiz Estevão	Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o art. 21, XIV, da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.	Arquivado Art. 332 do RISF
12/99	Luiz Estevão	Transfere os recursos previstos no art. 159, I, "c", da Constituição, para a gestão do Banco de Brasília, BRB, e dá outras providências.	Tramitando
14/99 ⁹	Luiz Estevão	Altera o art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/99	Luiz Estevão	Altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
16/99 ¹⁰	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis, no Estado de Roraima.	Tramitando
17/99 ¹¹	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
18/99 ¹²	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz, no Estado de Roraima.	Tramitando
19/99 ¹³	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Pacaraima, no Estado de Roraima.	Tramitando
20/99 ¹⁴	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando
21/99 ¹⁵	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caroebe, no Estado de Roraima.	Tramitando
23/99 ¹⁶	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Rorainópolis no Estado de Roraima.	Tramitando

⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 28/99.

⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 75/99.

¹⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 23/99.

¹¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 46 e 363/99.

¹² Tramita em conjunto com os PLS nºs 53 e 362/99.

¹³ Tramita em conjunto com o PLS nº 24/99.

¹⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 25 e 365/99.

¹⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 52 e 361/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
24/99 ¹⁷	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Pacaraima, no Estado de Roraima.	Tramitando
25/99 ¹⁸	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando
26/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Iracema, no Estado de Roraima.	Tramitando
28/99 ¹⁹	José Roberto Arruda	Regulamenta o disposto no inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a assistência financeira do Distrito Federal e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
29/99	José Roberto Arruda	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Arquivado Art. 332 do RISF
31/99	José Roberto Arruda	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências.	Tramitando
34/99	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
35/99	José Roberto Arruda	Cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal - ZEPRO, estabelece mecanismo para a progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do DF e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
37/99	José Roberto Arruda	Acrescenta parágrafos ao art. 19 da Lei nº 6.766/79, pelos quais dispõe sobre impugnações a parcelamentos de terras promovidos pelo Poder Público, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
38/99	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a reduzir para dezesseis anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos.	Arquivado Art. 332 do RISF
44/99	Romero Jucá	Proíbe a exportação de madeira em tora, prancha, ou não acabada e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 16/99.

¹⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 19/99.

¹⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 20 e 365/99.

¹⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 11/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
45/99 ²⁰	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Cantá, no Estado de Roraima.	Tramitando
46/99 ²¹	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
47/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Uiramutã, no Estado de Roraima.	Tramitando
48/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Alto Alegre, no Estado de Roraima.	Tramitando
49/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Mucajaí, no Estado de Roraima.	Tramitando
50/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de São João do Baliza, no Estado de Roraima.	Tramitando
51/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Caracará, no Estado de Roraima.	Tramitando
52/99 ²²	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Carobe, no Estado de Roraima.	Tramitando
53/99 ²³	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Anauá, no Estado de Roraima.	Tramitando
55/99 ²⁴ Complementar	Lúcio Alcântara	Altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	Tramitando
58/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Capítulo V da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Arquivado Art. 332 do RISF
59/99 ²⁵	Edison Lobão	Institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências.	Prejudicado pela aprovação do PLC nº 11/98

²⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 366/99.

²¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 17 e 363/99.

²² Tramita em conjunto com os PLS nºs 21 e 361/99.

²³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 18 e 362/99.

²⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 581/99-Complementar.

²⁵ Tramitou em conjunto com o PLC nº 11/98 até 5.11.2002.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
60/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a TV Senado transmitir, ao vivo, as reuniões dos organismos governamentais que especifica.	Tramitando
61/99	Eduardo Suplicy	Altera a redação do artigo 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dá outras providências.	Tramitando
62/99	Eduardo Suplicy	Altera os arts. 27 e 34 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Tramitando
63/99 ²⁶	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas.	Tramitando
64/99	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a indisponibilidade de bens e direitos de devedores na União por dívida relativa a tributos e contribuições federais e prevê a sua conversão em penhora.	Tramitando
65/99	Eduardo Suplicy e Roberto Requião	Dispõe sobre a não-aplicação de leis estrangeiras de caráter discriminatório e que possuam efeitos extraterritoriais a todos os jurisdicionados brasileiros e dá outras providências.	Tramitando
68/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
69/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de execução Penal - dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.	Arquivado Art. 332 do RISF
70/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins.	Arquivado Art. 332 do RISF
71/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins.	Arquivado Art. 332 do RISF
74/99 (Complementar)	Luiz Estevão	Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 40 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.	Tramitando
75/99 ²⁷	Luiz Estevão	Altera o art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Arquivado Art. 332 do RISF

²⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 97, 159, 453 e 510/99; e 55/2000.

²⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 14/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
77/99	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 15 da Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977), e o art. 641 - A ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), para possibilitar a exequibilidade do direito de visita.	Arquivado Art. 332 do RISF
79/99	Nabor Junior	Modifica a redação do art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
80/99	Djalma Falcão	Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a obrigatoriedade de fotografia no título eleitoral.	Arquivado Art. 332 do RISF
82/99	Eduardo Suplicy	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências.	Tramitando
84/99 ²⁸	Lúcio Alcântara	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos, e dá outras providências.	Tramitando
87/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.	Rejeitado em decisão terminativa
89/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a fixação de prazo para demarcação de terras indígenas, e dá outras providências.	Tramitando
90/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Tramitando
91/99	Luiz Estevão	Determina a alienação de imóveis de propriedade da União situados no Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
92/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
93/99	Carlos Patrocínio	Anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral - por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998.	Arquivado Art. 332 do RISF
94/99	Marluce Pinto	Dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

²⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
97/99 ²⁹	Emilia Fernandes	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
99/99	Emilia Fernandes	Altera os arts. 17 e 19 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, §3º, inciso V, da Constituição Federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos Juízes Eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
100/99 ³⁰	Emilia Fernandes	Altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio em rodovias federais para veículos automotores adaptados para motoristas portadores de deficiência física.	Tramitando
103/99	Jefferson Peres	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, e dá outras providências.	Tramitando
104/99 ³¹	Romero Jucá	Dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais em todo o território nacional.	Tramitando
105/99	Marina Silva	Acrescenta parágrafos ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
106/99 Complementar	Lúcio Alcântara	Estatui normas gerais para a contabilidade e elaboração e controle dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, conforme o art. 165, § 9º, da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
107/99 ³²	Moreira Mendes	Dispõe sobre o consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros.	Tramitando

²⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 159, 453 e 510/99; e 55/2000.

³⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 417/99, 70, 87 e 143/2000.

³¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 107/99.

³² Tramita em conjunto com o PLS nº 104/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
108/99 ³³	Romero Jucá	Fixa prazo para prestação de informações requeridas aos órgãos, nos termos do item XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
109/99	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
110/99	José Roberto Arruda	Acrescenta incisos aos arts. 136 e 148, suprime parte do § 1º do art. 42 e altera a redação do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Arquivado Art. 332 do RISF
113/99	Leomar Quintanilha	Proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull.	Tramitando
114/99	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e erotismo.	Arquivado Art. 332 do RISF
115/99	Carlos Patrocínio	Autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica.	Tramitando
117/99	Geraldo Melo	Veda ao Poder Público estabelecer as exigências que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
120/99	Antonio Carlos Valadares	Proíbe aos ocupantes de cargos em comissão ou de assessoramento da administração direta, indireta ou fundacional da União, de celebrarem contratos que especifica e dá outras providências.	Tramitando
122/99 ³⁴	Ramez Tebet	Altera a Lei nº 8.036, de 1990, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior.	Tramitando
123/99 ³⁵	Carlos Patrocínio	Torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.	Tramitando
125/99	José Eduardo Dutra	Introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos.	Arquivado Art. 332 do RISF
126/99	José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 293 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado Art. 332 do RISF
128/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência.	Tramitando

³³ Tramita em conjunto com o PLC nº 32/95.

³⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 131, 198, 223 e 356/99; 18, 73 e 203/2000.

³⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 33/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
129/99	Antonio Carlos Valadares	Institui um financiamento público de campanhas eleitorais a partir do ano 2000.	Tramitando
130/99	Antonio Carlos Valadares	Proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
131/99	Antonio Carlos Valadares	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador.	Tramitando
133/99	Emilia Fernandes	Altera os arts. 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.	Arquivado Art. 332 do RISF
134/99	Lauro Campos	Institui o reajuste automático das remunerações dos trabalhadores, sempre que o índice de inflação atingir 10%.	Arquivado Art. 332 do RISF
137/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Arquivado Art. 332 do RISF
138/99 ³⁶	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Tramitando
141/99	Pedro Simon	Acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 - CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.	Tramitando
142/99 ³⁷	Pedro Simon	Estabelece preferência para o processo e o julgamento judiciais dos crimes de responsabilidade e dos crimes funcionais e por ato de improbidade administrativa.	Tramitando
143/99	Luiz Estevão	Altera o art. 439 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para aumentar o número de jurados listados anualmente e limitar a convocação destes a apenas uma por ano.	Arquivado Art. 332 do RISF

³⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 24/2002.

³⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 284/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
145/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a proibição de serem utilizadas como prova contra o depoente as informações fornecidas nas condições que especifica.	Tramitando
147/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
149/99 ³⁸	Marina Silva	O "Aeroporto Internacional Presidente Médici" passa a se chamar "Aeroporto Internacional Chico Mendes".	Tramitando
150/99	Antonio Carlos Valadares	Dispõe sobre danos morais e sua reparação.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.8.2002
153/99 ³⁹	Luzia Toledo	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de equipamentos destinados a adaptações especiais em veículos para o transporte de pessoas portadoras de deficiência física.	Tramitando
156/99 (Complementar)	Ronaldo Cunha Lima	Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal.	Tramitando
157/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º no art. 542 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Arquivado Art. 332 do RISF
159/99 ⁴⁰	Marina Silva	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
163/99	Luiz Estevão	Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
164/99 ⁴¹	Luiz Estevão	Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo fumo e dá outras providências.	Tramitando
166/99	Jonas Pinheiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Tramitação sobrestada em 20.2.2002 (RQS nº 260/2000)
167/99	Jefferson Peres	Dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação.	Tramitando

³⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 320/99.

³⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

⁴⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97,453 e 510/99; e 55/2000.

⁴¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 166/96 e 330/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
168/99	Romero Jucá	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito.	À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
169/99 ⁴²	Antero Paes de Barros	Institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade e dá outras providências.	Tramitando
170/99	Antero Paes de Barros	Acrescenta inciso ao art. 2º, dá nova redação aos arts. 3º e 7º e introduz o art. 8º-A na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1997 (Lei do Divórcio), para permitir a separação extrajudicial, por mútuo consentimento.	Tramitando
171/99 ⁴³	Osmar Dias	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando
173/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.	Arquivado Art. 332 do RISF
175/99	Carlos Bezerra	Disciplina o financiamento público de campanhas eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
176/99	Carlos Bezerra	Altera os arts. 33, 39, 59 e 68 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, "que estabelece normas para as eleições".	Arquivado Art. 332 do RISF
177/99 ⁴⁴	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e regulamenta o § 2º do art. 201 da Constituição, e dá outras providências.	Tramitando
181/99	Luzia Toledo	Tipifica o crime de violação da intimidade.	Arquivado Art. 332 do RISF
182/99	Luzia Toledo	Tipifica o crime de ofensa à memória de pessoa morta.	Arquivado Art. 332 do RISF
184/99 ⁴⁵	Moreira Mendes	Dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI – incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos, e dá outras providências.	Tramitando

⁴² Tramita em conjunto com o PLS nº 502/99.

⁴³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 428 e 605/99.

⁴⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 199/99.

⁴⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
186/99	Lúcio Alcântara	Aumenta as penas previstas nos arts. 244, 246 e 247 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de torná-las mais compatíveis com a gravidade e o caráter antiético dos crimes a que elas são aplicáveis.	Arquivado Art. 332 do RISF
188/99 ⁴⁶	Carlos Patrocínio	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM.	Tramitando
189/99	Ramez Tebet	Altera os arts. 1º e 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes e para aumentar as respectivas penas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 29.5.2002
192/99	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Agrotécnica Federal no Município de Amajari no Estado de Roraima.	Tramitando
196/99	Mozarildo Cavalcanti	Determina que as portarias e demais instrumentos legais dos órgãos federais sejam submetidos à apreciação do Senado Federal.	Tramitando
198/99 ⁴⁷	Álvaro Dias	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação, e dá outras providências.	Tramitando
199/99 ⁴⁸	Leomar Quintanilha	Altera a redação do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
200/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado e dá outras providências.	Tramitando
201/99	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).	Arquivado Art. 332 do RISF

⁴⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 422/99.

⁴⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 223 e 356/99; 73 e 203/2000.

⁴⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 177/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
202/99	Antero Paes de Barros	Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 27.6.2002
204/99	Romeu Tuma	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 27.6.2002
205/99	Luiz Estevão	Acrescenta § 1º, ao art. 9º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.	Arquivado Art. 332 do RISF
207/99	Romero Jucá	Determina que o Ministério da Fazenda divulgue a entrega das cotas referentes aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios na rede de comunicação Internet.	Tramitando
209/99	Freitas Neto	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
210/99	Roberto Freire	Altera o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
211/99	Roberto Freire	Dispõe sobre instrumentos de política urbana, nos termos do § 4º do art. 182 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
212/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.5.2002
215/99	Marina Silva	Dispões sobre a participação popular e o controle social dos atos de gestão do Poder Público, disciplina o acesso dos cidadãos e da sociedade civil organizada a informações relativas às finanças públicas e dá outras providências.	Tramitando
216/99	Marina Silva	Proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional.	Tramitando
217/99	José Roberto Arruda	Define a forma de participação do Governo Federal no Fundo de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - FPSDF e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
219/99	Romeu Tuma	Altera os arts. 167, 246 e 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências.	Tramitando
220/99	Luiz Estevão	Elimina documento à habilitação para casamento, dispensando a publicação dos respectivos proclamas pela imprensa, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
221/99	Romero Jucá	Altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras.	Tramitando
223/99 ⁴⁹	Luiz Estevão	Autoriza a utilização do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço no pagamento do Crédito Educativo, e dá outras providências.	Tramitando
227/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre as organizações não-governamentais estrangeiras, cria o Registro Nacional de Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
229/99	José Roberto Arruda	Estabelece limitações para a concessão de remuneração de caráter indenizatório relativo à moradia e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
230/99	Luiz Estevão	Altera dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos casos que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
234/99	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece proporção territorial nos Estados para reservas ecológicas ambientais e indígenas.	Tramitando
236/99	José Eduardo Dutra	Altera os arts. 59, <i>caput</i> , e 82 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para excetuar a votação e a apuração eletrônica das eleições apenas em caso de falha do equipamento eletrônico utilizado em tais fins.	Arquivado Art. 332 do RISF
237/99	Fernando Bezerra	Acrescenta o inciso IX ao § 1º do art. 11 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
238/99	Ronaldo Cunha Lima	Altera os arts. 184 e 186 do Código Penal e o art. 525 do Código de Processo Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
239/99	Antero Paes de Barros	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, quarenta por cento dos recursos arrecadados em moeda corrente com a privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União em programas sociais, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.	Rejeitado em decisão terminativa
240/99	Paulo Hartung	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.	Arquivado Art. 332 do RISF
242/99 Complementar	Ronaldo Cunha Lima	Dá nova redação ao inciso II do art. 151 do Código Tributário Nacional.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁴⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 198 e 356/99; 73 e 203/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
243/99	Romero Jucá	Acrescenta item ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal.	Rejeitado em decisão terminativa
246/99	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir, como forma de provimento de cargo público, o reingresso, no serviço público, de servidor aposentado voluntariamente.	Arquivado Art. 332 do RISF
249/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para minimizar fraudes no sistema eletrônico de votação.	Arquivado Art. 332 do RISF
251/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes.	Tramitando
252/99	Antero Paes de Barros	Modifica a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que altera a legislação do Salário-Educação.	Tramitando
253/99	Ney Suassuna	Acrescenta o art. 61-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para estabelecer aumento de penas.	Tramitando
254/99 ⁵⁰	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre reajuste do saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e dá outras providências.	Tramitando
256/99	Pedro Simon	Dispõe sobre a não-incidência de multas e juros de mora sobre atrasos no pagamento de débitos, nos casos que especifica.	Tramitando
257/99	Carlos Patrocínio	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de disciplinar a utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros, na modalidade mototáxi.	Arquivado Art. 332 do RISF
259/99	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
260/99	Sergio Machado	Estabelece punição para o vazamento de informações sigilosas no âmbito da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁵⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 252/97.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
261/99	Romeu Tuma	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal- e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 -Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena.	Tramitando
262/99	Lúcio Alcântara	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, introduzindo o conceito de alimento funcional e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
263/99	Álvaro Dias	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização (<i>obriga a União a manter o controle acionário da Petrobrás e preserva as ações excedentes ao controle acionário</i>).	Tramitando
265/99 ⁵¹	Lúcio Alcântara	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.	Tramitando
266/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
270/99	Álvaro Dias	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria.	Tramitando
271/99	Luiz Estevão	Inclui § 1º ao artigo 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para determinar a aplicação do artigo 186 do CPP à testemunha-indiciada nas Comissões Parlamentares de Inquérito.	Arquivado Art. 332 do RISF
272/99	Romero Jucá	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando
274/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	Arquivado Art. 332 do RISF
275/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao Parágrafo Único do art. 609 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, que institui o Código de Processo Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
276/99	Luiz Estevão	Determina que os honorários da sucumbência sejam revertidos à Defensoria Pública nas ações em que participe, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
277/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.	Tramitando

⁵¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 137 e 167/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
278/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
280/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para dispor que a CPI determinará a condução coercitiva de testemunha em caso de não-comparecimento justificado, tipificando tal conduta como crime.	Arquivado Art. 332 do RISF
282/99 Complementar	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a instituição da Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
285/99	Sebastião rocha	Regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem a duplicação do genoma humano com a finalidade de obter clones de embriões de seres humanos, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
287/99 ⁵²	Ramez Tebet	Dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos.	Tramitando
290/99	Lúcio Alcântara	Revoga dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral.	Arquivado Art. 332 do RISF
291/99	Romero Jucá	Dispõe sobre a decretação, pelo Tribunal de Contas da União, da indisponibilidade de bens de responsável, na ocorrência de indícios da impossibilidade de ressarcimento ao Erário dos danos em apuração.	Tramitando
292/99 ⁵³	Gerson Camata	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo e dá outras providências.	Tramitando
293/99 Complementar	Gerson Camata	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.	Tramitando
294/99	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados nesse Município.	Tramitando
295/99	Gerson Camata	Autoriza o Poder Executivo a transferir para o domínio do Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, os terrenos de marinha e seus acréscidos localizados nesse Município.	Tramitando

⁵² Tramita em conjunto com o PLS nº 569/99.

⁵³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 386 e 614/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
296/99	Luiz Estevão	Diminui prazos processuais para processos e julgamento de crime praticado por e contra policial.	Arquivado Art. 332 do RISF
297/99 ⁵⁴	Luiz Estevão	Institui o sistema de bolsa de estudo para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, dos corpos de bombeiros militares e das Forças Armadas.	Tramitando
301/99	Jefferson Péres	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de registros atualizados, na Internet, sobre o andamento das licitações na esfera federal.	Tramitando
303/99 ⁵⁵	Luzia Toledo	Dispõe sobre o acesso gratuito dos idosos às salas de cinema e dá outras providências.	Tramitando
304/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre dias alternativos para concursos e vestibulares, de modo a atender àqueles que aleguem motivos de crença religiosa, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
305/99	Luzia Toledo	Determina o ressarcimento ao Estado, pelas indústrias do fumo, dos custos do tratamento das doenças provenientes do tabagismo.	Arquivado Art. 332 do RISF
307/99	Luiz Estevão	Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
308/99	Luiz Estevão	Estabelece as armas permitidas para uso das atividades de policiamento.	Arquivado Art. 332 do RISF
310/99 ⁵⁶	Álvaro Dias	Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e o art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Tramitando
311/99	Roberto Saturnino	Permite dedução do imposto de renda às pessoas físicas e jurídicas que adquiram quotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.	Tramitando
312/99	Luzia Toledo	Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano para cidades de interesse turístico e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
313/99	Geraldo Cândido	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiência físicas, sensoriais ou mentais.	Tramitando

⁵⁴ Tramitação sobrestada em 18.10.2000 para aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, do PL nº 128/99 (RQS nº 510/2000).

⁵⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 92/96; 511 e 555/99; e 156/2000.

⁵⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 315/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
315/99 ⁵⁷	Luiz Estevão	Altera o artigo 75 do Código Penal, aumentando o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Tramitando
316/99	Luiz Estevão	Cria o Batalhão Universitário da Polícia Militar do Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
317/99	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
318/99 ⁵⁸	Jefferson Péres	Dispõe sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, conforme previsto no art. 84, XXIV, da Constituição.	Tramitando
320/99 ⁵⁹	Nabor Júnior	Denomina “Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos” o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Tramitando
321/99 ⁶⁰	Luiz Estevão	Inclui § 3º ao art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a destinação de recursos para o Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
323/99	Lúcio Alcântara	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido para permitir a dedução, como despesa, do valor integral de bolsas de estudo.	Arquivado Art. 332 do RISF
325/99 ⁶¹	Moreira Mendes	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados –IPI– na aquisição de tratores e máquinas agrícolas por pequenos produtores rurais.	Tramitando
328/99 (Complementar)	Paulo Hartung	Dispõe sobre o imposto dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza – ISS, regulamentando o disposto no art. 156, III, da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
330/99 ⁶²	Romero Jucá	Dispõe sobre a prevenção do tabagismo em crianças e adolescentes mediante restrições ao acesso de menores de idade aos produtos de tabaco e dá outras providências.	Tramitando

⁵⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 310/99.

⁵⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 211/2000.

⁵⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 149/99.

⁶⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 519/99.

⁶¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

⁶² Tramita em conjunto com os PLS nºs 166/96 e 164/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
331/99	Lúcio Alcântara	Altera o art. 151 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atualizar a tipificação do crime nele previsto e alterar a respectiva pena.	Arquivado Art. 332 do RISF
333/99 Complementar	Paulo Hartung	Regulamenta o inciso V do art. 163 da Constituição Federal, dispondo sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras - ISIF, e dá outras providências.	Tramitando
335/99	Luiz Estevão	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vitimado em acidente decorrente do exercício da função pública, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
336/99 Complementar	Ademir Andrade	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.	Tramitando
342/99	Lúcio Alcântara	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos.	Arquivado Art. 332 do RISF
343/99	Roberto Freire	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral.	Arquivado Art. 332 do RISF
344/99 Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura), com a finalidade de estabelecer condições para a realização de concurso público para ingresso na magistratura de carreira.	Tramitando
345/99	Mozarildo Cavalcanti	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para incluir, entre os referidos crimes, o de corrupção de menores, tipificado na Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954.	Rejeitado em decisão terminativa
346/99	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996, que altera dispositivos da Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
348/99 Complementar	Ernandes Amorim	Autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural.	Arquivado Art. 332 do RISF
349/99	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a isenção do pagamento de contas de luz, gás, água e esgoto para os trabalhadores desempregados.	Arquivado Art. 332 do RISF
350/99	Paulo Hartung	Altera a redação do § 2º do artigo 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para o fim de incluir dentre as matérias da competência do Juizado Especial as ações de natureza fiscal e de interesse da Fazenda Pública.	Arquivado Art. 332 do RISF
355/99	Luzia Toledo	Proíbe a realização de tatuagem em menores de 18 anos, salvo com autorização expressa dos pais ou responsáveis, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
356/99 ⁶³	Luzia Toledo	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação e dá outras providências.	Tramitando
357/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves.	Arquivado Art. 332 do RISF
361/99 ⁶⁴	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caroebe, no Estado de Roraima.	Tramitando
362/99 ⁶⁵	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de São Luiz do Anauá, no Estado de Roraima.	Tramitando
363/99 ⁶⁶	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Normandia, no Estado de Roraima.	Tramitando
364/99	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Boa Vista, no Estado de Roraima.	Arquivado Art. 332 do RISF
365/99 ⁶⁷	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Bonfim, no Estado de Roraima.	Tramitando

⁶³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 198 e 223/99; 73 e 203/2000.

⁶⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 21 e 52/99.

⁶⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 18 e 53/99.

⁶⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 17 e 46/99.

⁶⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 20 e 25/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
366/99 ⁶⁸	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Cantá, no Estado de Roraima.	Tramitando
367/99	Antero Paes de Barros	Estabelece regras para a concessão de incentivos fiscais ou creditícios por parte da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Tramitando
368/99	Lauro Campos	Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
369/99 Complementar	Lauro Campos	Dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e diretores do Banco Central e de instituições financeiras oficiais.	Arquivado Art. 332 do RISF
370/99 ⁶⁹	Lauro Campos	Revoga disposição que restringe o princípio da impenhorabilidade do bem de família, constante do art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.	Tramitando
372/99	Luiz Estevão	Altera os arts. 106, 107, 108 e 109 do Código Eleitoral, estabelecendo a proporcionalidade para distribuição dos lugares a preencher, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
373/99	Luiz Estevão	Inclui o inciso VII ao art. 7º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, para estender a Gratificação de Desempenho e Produtividade aos ocupantes do cargo de Administrador.	Arquivado Art. 332 do RISF
375/99	Lauro Campos	Inabilita, pelo prazo de cinco anos, para participar de licitações públicas ou realizar contratos pertinentes a obras, serviços, compras e alienações com a administração pública, pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para fundos partidários ou campanhas eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
376/99	Lauro Campos	Proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do último dia do prazo estabelecido para registro de candidatos a cargo eletivo.	Arquivado Art. 332 do RISF
377/99	Lauro Campos	Proíbe que partidos políticos e candidatos a cargos eletivos recebam contribuições de pessoas jurídicas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
378/99 ⁷⁰	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.	Tramitando

⁶⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 45/99.

⁶⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 145/2000.

⁷⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
381/99	Luiz Estevão	Institui gratificação de risco de vida para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, e dos corpos de bombeiros militares, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
383/99	Lauro Campos	Estabelece limites pecuniários para os presentes recebidos por todos os chefes dos poderes públicos em todos os níveis e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
384/99	Lauro Campos	Define crimes contra a livre concorrência.	Arquivado Art. 332 do RISF
386/99 ⁷¹	Djalma Falcão	Acresce dispositivos à Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo.	Tramitando
387/99	Ademir Andrade	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e dá outras providências”.	Arquivado Art. 332 do RISF
389/99	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
390/99	Luzia Toledo	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
391/99 ⁷²	Maguito Vilela	Altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica).	Tramitando
392/99	Ademir Andrade	Determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências.	Tramitando
393/99 Complementar	Álvaro Dias	Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, que disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.	Tramitando
395/99	Maguito Vilela	Dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos – estudantes ou profissionais – no valor do ingresso em espetáculos musicais e dá outras providências.	Tramitando

⁷¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 292 e 614/99.

⁷² Tramita em conjunto com os PLS nºs 399 e 630/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
396/99	Edison Lobão	Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências.	Tramitando
397/99	Edison Lobão	Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, §6º, da Constituição e dá outras providências.	Tramitando
398/99	Casildo Maldaner	Altera o <i>caput</i> do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e lhe acrescenta § 6º, com o fim de aumentar o número de candidatos que cada partido poderá registrar para as Câmaras Municipais.	Arquivado Art. 332 do RISF
399/99 ⁷³	Pedro Piva	Altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o § 2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.	Tramitando
400/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública.	Arquivado Art. 332 do RISF
404/99	Luiz Estevão	Define atividade exclusiva de Estado e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
405/99	Luiz Estevão	Altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples.	Tramitando
407/99 Complementar	Ney Suassuna	Dispõe sobre normas gerais para a dívida pública externa e interna, de acordo com os incisos II, III e IV do art. 163 da Constituição Federal.	Tramitando
408/99	Marina Silva	Altera a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Tramitando
409/99	Maguito Vilela	Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para permitir a remição de pena por meio do estudo.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.3.2002
410/99	Mozarildo Cavalcanti	Concede anistia aos garimpeiros presos, acusados ou condenados por crimes decorrentes de atividades laborais, em áreas indígenas ou de preservação ambiental.	Tramitando

⁷³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 391 e 630/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
412/99	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Candeias do Jamari, no Estado de Rondônia.	Arquivado Art. 332 do RISF
414/99	José Sarney	Dá nova redação ao § 2º do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
416/99	Tião Viana	Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.3.2002
417/99 ⁷⁴	Lauro Campos	Altera o Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, com a finalidade de conceder isenção do pagamento de pedágio para caminhões e táxis.	Tramitando
419/99 ⁷⁵ Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece procedimentos de controle para transferências internacionais de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando
422/99 ⁷⁶	Romero Jucá	Determina a exibição da expressão que menciona, nos produtos transgênicos, e dá outras providências.	Tramitando
423/99	Lauro Campos	Institui a obrigatoriedade da divulgação, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público Federal, da remuneração percebida, a qualquer título, pelos servidores públicos e agentes políticos que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
425/99	Paulo Hartung	Altera a redação do artigo 1.471 da Lei nº 3.071, de 1916 – Código Civil, para o fim de determinar que as seguradoras terão o prazo de 60 (sessenta) dias para impugnar, por motivo de doença preexistente, o contrato de seguro de vida ou por invalidez ou a substituição do plano por outro mais benéfico ao segurado.	Arquivado Art. 332 do RISF
426/99	Antero Paes de Barros	Inclui, nas isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados, as ambulâncias adquiridas pela administração pública e as destinadas a hospitais filantrópicos integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.	Tramitando
428/99 ⁷⁷	José Fogaça	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando

⁷⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100/99, 70, 87 e 143/2000.

⁷⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 521 e 678/99-Complementares.

⁷⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 188/99.

⁷⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 171 e 605/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
429/99	Pedro Simon	Dispõe sobre o comparecimento bienal dos Chefes de Missões Diplomáticas perante o Senado Federal.	Rejeitado em decisão terminativa
430/99	Geraldo Cândido	Determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
431/99	Lauro Campos	Dispõe sobre a falência do devedor civil e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
432/99	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a informação aos consumidores acerca da incidência de impostos sobre as mercadorias e serviços comercializados no País, na forma do art. 150, § 5º, da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
434/99	Luzia Toledo	Altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
435/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre a indenização por dano moral decorrente do extravio ou da perda definitiva de bagagem.	Arquivado Art. 332 do RISF
436/99	Luzia Toledo	Concede incentivo fiscal aos empregadores que colocarem à disposição de seus empregados cursos de aperfeiçoamento e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
437/99	Romero Jucá	Incluiu Porto de Caracará, no Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.	Tramitando
438/99	Emilia Fernandes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
439/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela administração direta, indireta e delegada da União.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.6.2002
441/99	Ademir Andrade	Dá nova redação ao art. 149 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
442/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a instituir uma central de cadastro de Estados e Municípios, com a finalidade de cadastrar e habilitar Estados e Municípios interessados em firmar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres com a União e suas entidades.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
444/99	Luiz Otávio	Cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais – FIPROL, destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas Unversidades das Regiões Norte e Nordeste.	Tramitando
446/99	José Roberto Arruda	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, tipificando a contravenção de informação falsa.	Arquivado Art. 332 do RISF
447/99	Luiz Estevão	Faculta às polícias que menciona a aquisição de armamentos de indústrias nacionais ou do exterior.	Arquivado Art. 332 do RISF
448/99	Luiz Pontes	Altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
449/99 ⁷⁸	Lúcio Alcântara	Altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.	Tramitando
451/99	Roberto Saturnino	Dispensa do recolhimento de custas processuais as pessoas carentes ou desempregadas.	Tramitando
452/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira.	Tramitando
453/99 ⁷⁹	Roberto Requião	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do artigo 220 da Constituição Federal.	Tramitando
455/99	Edison Lobão	Altera dispositivos da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda e dão outras providências.	Tramitando
456/99	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, - Código de Defesa do Consumidor -, para incluir a vida útil dos produtos entre os dados obrigatoriamente informados ao consumidor.	Tramitando

⁷⁸ Em 4.12.2002, teve sua tramitação interrompida pela aprovação do RQS nº 670/2002, conforme art. 216, IV, do RISF (Ver Ata da 18ª Reunião da Mesa, realizada em 4.12.2002 – DSF de 5.12.2002, página 23622).

⁷⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97, 159 e 510/99; e 55/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
458/99	Luiz Estevão	Inclui inciso ao § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a finalidade de estabelecer teto para custos unitários de obras executadas relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação.	Arquivado Art. 332 do RISF
459/99	Luiz Estevão	Acresce dispositivo ao art. 48 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para vedar ao Poder Executivo a possibilidade de contingenciamento em dotações da área social.	Arquivado Art. 332 do RISF
461/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Arquivado Art. 332 do RISF
462/99	Ney Suassuna	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Tramitando
466/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que “Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômicos, e dá outras providências”.	Arquivado Art. 332 do RISF
467/99	Romeu Tuma	Dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para autorizar ao defensor levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.10.2002
468/99	Romeu Tuma	Regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.	Tramitando
471/99	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que “dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências”, passando a exigir firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios das empresas mercantis e civis.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.5.2002
472/99	Tião Viana	Obriga a gravação da informação sobre a condição de alérgico na Carteira de Identidade Civil das pessoas portadoras dessa condição.	Tramitando
475/99 ⁸⁰	Tião Viana	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículo por microempresa e empresa de pequeno porte.	Tramitando

⁸⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
476/99	Tião Viana	Altera o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos”.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 9.5.2002
477/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
478/99	Luiz Estevão	Altera o artigo 70 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para aumentar o percentual mínimo, de sete para quinze por cento, a que têm direito as entidades desportivas.	Arquivado Art. 332 do RISF
479/99	Luiz Estevão	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando que assessorias ou consultorias técnicas somente serão contratadas se as atividades não puderem ser desempenhadas por servidores da Administração Pública.	Arquivado Art. 332 do RISF
481/99	Lauro Campos	Dispõe sobre critérios e procedimentos para o resgate em moeda corrente do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
483/99	Luiz Estevão	Proíbe a frequência em cursos de ensino superior em estabelecimentos públicos por tempo superior a dois semestres letivos além do tempo de duração do curso fixado em lei, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
484/99	Luiz Estevão	Altera o art. 124, XI, do Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a inspeção veicular periódica.	Arquivado Art. 332 do RISF
485/99	Pedro Simon	Cria a Secretaria Federal de Controle Interno, órgão vinculado à Presidência da República.	Tramitando
486/99 Complementar	Ademir Andrade	Regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.	Arquivado Art. 332 do RISF
487/99	João Alberto Souza	Altera a Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque).	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
488/99 ⁸¹	Luzia Toledo	Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
489/99 ⁸²	Luzia Toledo	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a equipamentos e material educativo destinados à utilização por pessoa portadora de deficiência.	Tramitando
490/99 Complementar	Moreira Mendes	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios para entes da federação quee apresentem características específicas de meio ambiente e cultura e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
492/99 ⁸³	Maria do Carmo Alves	Modifica o art. 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura.	Tramitando
494/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
498/99	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Oiapoque, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
499/99	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
500/99	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o trabalho penitenciário alterando os arts. 28, 29 e 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o art. 34 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Arquivado Art. 332 do RISF
501/99	Sebastião Rocha	Torna obrigatória a identificação da matéria paga, de natureza institucional ou política, bem como de seu autor, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
502/99 ⁸⁴	Paulo Hartung	Institui estímulos ao primeiro emprego, altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.	Tramitando
504/99	Luzia Toledo	Dispõe sobre o acompanhamento de paciente idoso durante internação hospitalar.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁸¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 618/99 e PLC nº 77/97.

⁸² Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000.

⁸³ Tramitação sobrestada em 29.6.2000 (RQS nº 297/2000).

⁸⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 169/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
506/99	Luzia Toledo	Altera os arts. 19 e 29 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que tratam do dever de prestar alimentos na separação judicial e no divórcio.	Arquivado Art. 332 do RISF
507/99	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
508/99	Luiz Estevão	Determina o valor a ser repassado para o Governo do Distrito Federal, para cumprimento do inciso XIV, do artigo 21 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
509/99	Luiz Estevão	Determina o atendimento Geriátrico, nos hospitais, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
510/99 ⁸⁵	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta a letra "i" ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Tramitando
511/99 ⁸⁶	Luiz Estevão	Concede desconto de 50% no preço do ingresso de eventos culturais às pessoas com mais de 60 anos de idade, e dá outras providências.	Tramitando
515/99	Arlindo Porto	Cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
516/99	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1/96-CN	Altera os arts. 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõem sobre o trabalho do adolescente.	Tramitando
519/99 ⁸⁷	Bello Parga	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
520/99	Pedro Simon	Altera a competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis regulada no art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.6.2002
521/99 ⁸⁸ Complementar	Roberto Saturnino	Estabelece obrigatoriedade de instituição para remessa de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando
522/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado, por prazo determinado, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁸⁵ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97, 159 e 453/99; e 55/2000.

⁸⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 92/96; 303 e 555/99; e 156/2000.

⁸⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 321/99.

⁸⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 419 e 678/99-Complementares.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
523/99	Álvaro Dias	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, que autoriza o funcionamento de associação de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências, para o fim de extinguir a figura do leilão extrajudicial de imóveis pertencentes a mutuários inadimplentes.	Tramitando
524/99	Blairo Maggi	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a circulação de veículos com peso e dimensões especiais.	Arquivado Art. 332 do RISF
525/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de publicação de especificações e preços das obras e serviços licitados.	Arquivado Art. 332 do RISF
526/99	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1999, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, o destino, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.3.2002
527/99	Blairo Maggi	Veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas, e altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997.	Tramitando
528/99	Carlos Patrocínio	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, definindo o crime de informação privilegiada.	Arquivado Art. 332 do RISF
531/99	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral", dispondo sobre seções eleitorais especiais para idosos e outros.	Arquivado Art. 332 do RISF
533/99 Complementar	Luzia Toledo	Fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.	Tramitando
534/99	Pedro Simon	Altera a redação do art. 12 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
535/99	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”, tornando obrigatório o seguro contra danos pessoais em eventos de massa.	Arquivado Art. 332 do RISF
536/99 ⁸⁹	Jorge Bornhausen	Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.	Tramitando
537/99	Pedro Simon	Dá nova redação ao caput do art. 36 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Tramitando
538/99	Álvaro Dias	Altera os artigos 6º, 9º e 14 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Prejudicado em virtude da aprovação, em decisão terminativa, do PLS nº 526/99, com o qual tramitava em conjunto
539/99 ⁹⁰	Pedro Simon	Dispõe sobre o limite máximo do valor das taxas de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
540/99	Ernandes Amorim	Dispõe sobre a designação para exercício de cargos em comissão e funções gratificadas nos órgãos que identifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
541/99	Ernandes Amorim	Organiza a Carreira Gestão do Tesouro Nacional e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
543/99	Edison Lobão	Dispõe sobre o seguro-garantia e dá outras providências.	Tramitando
545/99 ⁹¹	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, para o fim de estabelecer garantias aos adquirentes de imóveis em construção.	Tramitando
546/99	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁸⁹ Tramita em conjunto com o PLC nº 65/99.

⁹⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 92 e 101/2000.

⁹¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 582, 595, 665 e 681/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
547/99	Antero Paes de Barros	Estabelece critérios para a quebra do sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas por autoridades judiciais e administrativas e dá outras providências.	Tramitando
548/99	Gerson Camata	Dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores.	Tramitando
550/99	Arlindo Porto	Dispõe sobre a inclusão de Municípios de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.	Arquivado Art. 332 do RISF
552/99	Tião Viana	Altera o art. 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957 e dá outras providências.	Tramitando
555/99 ⁹²	Luiz Estevão	Concede desconto no preço do ingresso em eventos culturais a idosos de que trata a Lei nº 8.842, de 1994, e dá outras providências.	Tramitando
556/99	Pedro Simon	Altera o art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de Serviços Alternativos ao Serviço Militar Obrigatório.	Tramitando
558/99	Mozarildo Cavalcanti	Destina recursos provenientes das Loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para aplicação em programas de bolsas de estudos.	Tramitando
559/99	Luiz Estevão	Dá nova redação ao § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993 – Lei de Licitações.	Arquivado Art. 332 do RISF
560/99 ⁹³	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que “institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, para definir a distribuição de competências em matéria de serviços de saneamento básico e estabelecer condições de gestão associada no compartilhamento de instalações operacionais, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁹² Tramita em conjunto com os PLS nºs 92/96; 303 e 511/99; 156/2000.

⁹³ Tramita em conjunto com o PLS nº 266/96.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
561/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a compensação de créditos entre a União, suas autarquias e fundações e os servidores públicos que especifica, em decorrência da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário no Mandado de Segurança nº 22.307-7, e dá outras providências.	Tramitando
562/99	Agnelo Alves	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que “dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso –XLIII, da Constituição Federal, determina outras providências”, para incluir o crime de quadrilha ou bando.	Tramitando
563/99	Roberto Saturnino	Esteende à Justiça Federal a competência para atuar de conformidade com o disposto na Lei nº 9.099, de 1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).	Tramitando
565/99	Pedro Simon	Atribui valor jurídico a gravações de documentos em disco ótico e dá outras providências.	Tramitando
566/99 Complementar	Antonio Carlos Magalhães	Altera os arts. 3º, 5º, 6º, 10, 12, 14, 15, e 19 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, modificada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996.	Tramitando
567/99	Antonio Carlos Magalhães	Regulamenta o caput e o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.	Tramitando
568/99 ⁹⁴	Pedro Simon	Cria o Programa Tratar Popular, concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição do trator popular, por pequenos e médios produtores rurais e suas respectivas cooperativas.	Tramitando
569/99 ⁹⁵	Luiz Estevão	Determina desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para maiores de sessenta anos.	Tramitando
570/99	Geraldo Cândido	Institui o “Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Alcoolismo e outras Drogas”.	Arquivado Art. 332 do RISF
571/99 ⁹⁶ Complementar	Iris Rezende	Estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, com fundamento no § 2º do art 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁹⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

⁹⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 287/99.

⁹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 602/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
574/99	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a criação das Comissões Extra-judiciais de Solução de Conflitos Individuais Trabalhistas – CESCIT -, e dá outras providências.	Tramitando
575/99	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária.	Tramitando
578/99	Emilia Fernandes	Autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
579/99	Carlos Bezerra	Dispõe sobre utilização e a exploração de aeroportos e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
580/99	Luzia Toledo	Regulamenta a profissão de esteticista e cosmetologista e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
581/99 ⁹⁷ Complementar	Luzia Toledo	Dá nova redação ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal".	Tramitando
582/99 ⁹⁸	Luzia Toledo	Institui a obrigatoriedade de seguro nas operações imobiliárias que especifica e dá outras providências.	Tramitando
583/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre alienação de títulos extrajudiciais relativos a créditos inscritos em dívida ativa, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
584/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a delegação a advogado particular para cobrança de créditos inscritos na dívida ativa, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
588/99	Luiz Estevão	Dispõe sobre a compensação de dívidas do Distrito Federal com a União.	Arquivado Art. 332 do RISF
589/99	Mozarildo Cavalcanti	Dá nova redação aos arts. 34 e 59 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências, para dispor sobre regras para o concurso público para o Ministério Público.	Tramitando

⁹⁷ Tramita em conjunto com o PLS Nº 55/99.

⁹⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 595, 665 e 681/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
592/99	Eduardo Siqueira Campos	Determina que as seguradoras indenizem os proprietários de veículos automotores, no caso de perda total ou de roubo ou furto total do bem, pela importância segurada constante da apólice contratada.	Tramitando
593/99	Ademir Andrade	Modifica os arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
594/99	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece normas para registro de diploma e inscrição dos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia.	Tramitando
595/99 ⁹⁹	Carlos Patrocínio	Altera os arts. 44 e 66 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que trata das incorporações de imóveis, no sentido de regular o fornecimento de autorização para registro definitivo da unidade adquirida.	Tramitando
596/99	Pedro Simon	Dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da Administração Pública empreendidos ou descentralizados no âmbito estadual ou municipal, através de programas federais e assegura o livre acesso dos cidadãos às informações relativas às finanças públicas.	Tramitando
598/99	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, constituída pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
599/99	Luiz Estevão	Estabelece tarifas diferenciadas para Estados por onde circula gás natural, em gasodutos, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
602/99 ¹⁰⁰ Complementar	Luiz Estevão	Altera a Lei Complementar nº 62, de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
603/99	Romero Jucá	Acrescenta parágrafo único ao art. 882 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452/43.	Tramitando
605/99 ¹⁰¹	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre as sociedades cooperativas.	Tramitando

⁹⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 582, 665 e 681/99.

¹⁰⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 571/99.

¹⁰¹ Tramita em conjunto com os PLS nº 171 e 428/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
606/99	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
607/99 ¹⁰²	Luiz Estevão	Isenta taxistas do pagamento de IPI, e dá outras providências.	Tramitando
608/99	Lúcio Alcântara	Institui a penhora administrativa, por órgão jurídico da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
609/99	Álvaro Dias	Altera o art. 495 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e amplia o prazo da ação rescisória quando referir-se a precatório judiciário.	Tramitando
610/99	Geraldo Melo	Institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências.	Tramitando
611/99	Ney Suassuna	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, fixando prazo máximo para pagamento de indenização de sinistros por parte das sociedades seguradoras e estabelecendo a multa aplicável no caso de seu descumprimento.	Tramitando
612/99	Ney Suassuna	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro.	Tramitando
613/99 Complementar	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
614/99 ¹⁰³	José Roberto Arruda	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional, e dá outras providências.	Tramitando
616/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
618/99 ¹⁰⁴	Ernandes Amorim	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁰² Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489 e 568/99; 94, 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

¹⁰³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 292 e 386/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
619/99	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado de Espírito Santo.	Arquivado Art. 332 do RISF
622/99 ¹⁰⁵	Roberto Requião	Revoga dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa
624/99	Eduardo Siqueira Campos	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins.	Tramitando
626/99	Lauro Campos	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “regula o Programa de Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências”.	Arquivado Art. 332 do RISF
627/99	Carlos Patrocínio	Altera o disposto no art. 366 da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer que não terá direito à prescrição retroativa o acusado que, citado por edital, não atender à convocação deste.	Arquivado Art. 332 do RISF
628/99 ¹⁰⁶	José Roberto Arruda	Revoga os arts. 59 a 81 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Prejudicado em decisão terminativa
629/99	Paulo Hartung	Altera a redação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, para incluir o CAPÍTULO - DOS DIREITOS DO IDOSO.	Arquivado Art. 332 do RISF
630/99 ¹⁰⁷	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública.	Tramitando
631/99	Carlos Patrocínio	Altera o art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
632/99	Sérgio Machado	Altera o art. 39 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, para caracterizar como abusiva, por parte dos prestadores de serviços públicos, a prática de cobrança baseada em estimativa de consumo.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁰⁴ Tramita em conjunto com o PLC nº 77/97 e PLS nº 488/99.

¹⁰⁵ Tramitou em conjunto com o PLS nº 628/99 até 12.11.2002.

¹⁰⁶ Tramitou em conjunto com o PLS nº 622/99 até 12.11.2002.

¹⁰⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 391 e 399/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
633/99	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para incluir a penalidade de advertência entre as sanções administrativas nele previstas.	Arquivado Art. 332 do RISF
634/99	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ceilândia, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
636/99	Mozarildo Cavalcanti	Obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde.	Tramitando
637/99	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a transformar a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em Agência de Proteção e de Desenvolvimento Indígena – APODI, e dá outras providências.	Tramitando
638/99	Ney Suassuna	Concede anistia às Prefeituras Municipais inadimplentes quanto aos débitos remanescentes do “Programa do Leite”, executado em convênio com o extinto Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e dá outras providências.	Tramitando
639/99	Geraldo Althoff	Altera o art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para regular a indenização por danos materiais e por dano moral.	Arquivado Art. 332 do RISF
640/99	Moreira Mendes	Altera o art. 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, para autorizar os Tribunais Regionais do Trabalho a efetuar o remanejamento de Juntas de Conciliação e Julgamento no âmbito de sua Região, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
642/99 ¹⁰⁸	Geraldo Althoff	Dá nova redação ao § 1º do art. 42; inciso I do art. 53; aos arts. 198 e 249; acrescenta o art. 244-A ao Título VII, Capítulo I, Seção II, e incisos aos arts. 56, 98, 148, 180 e 201, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - e altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.5.2002
644/99	Carlos Patrocínio	Proíbe a utilização de pneus recapados em veículos de transporte rodoviário de passageiros ou de produtos perigosos, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
645/99	Ney Suassuna	Cria o Banco da Microempresa S.A. – BAMISA.	Tramitando

¹⁰⁸ Constatou do Relatório de 2001 como “Aprovado em decisão terminativa e encaminhado à Câmara dos Deputados em 28.9.2001”, quando, na verdade, retornou à CCJ para reexame e adequações.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
646/99	Jorge Bonhausen	Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.	Tramitando
647/99	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao art. 52 e altera a redação do inciso III do art. 55 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.	Arquivado Art. 332 do RISF
648/99	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, determinando que as entidades nacionais de administração do desporto sejam sediadas no Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
649/99 Complementar	Eduardo Siqueira Campos	Cria o Cadastro Geral de Contas e dá outras providências.	Tramitando
650/99	José Sarney	Institui quotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES).	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.5.2002
651/99	Luiz Estevão	Torna obrigatória concessão de emprego a idosos, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
652/99	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Sobradinho, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
653/99	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem.	Tramitando
654/99	Luiz Pontes	Dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da SUDAM e da SUDENE.	Tramitando
656/99	Carlos Patrocínio	Acrescenta artigo à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1865, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado Art. 332 do RISF
657/99 ¹⁰⁹	Luiz Estevão	Altera o art. 11 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 e dá outras providências.	Tramitando
658/99	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
661/99	Luzia Toledo	Regulamenta os arts. 52, I; 85, 86, 105, I, "a"; 108, I, "a", da Constituição Federal, relativamente ao exercício dos direitos da cidadania e à denúncia de crimes de responsabilidade.	Arquivado Art. 332 do RISF
662/99	Luzia Toledo	Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que trata do crime de abandono material.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁰⁹ Tramita em conjunto com os PLC nºs 14/98, 91/2000 e 13/2001; e PLS nºs 32 e 200/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
663/99	José Roberto Arruda	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização.	Arquivado Art. 332 do RISF
664/99 ¹¹⁰	Álvaro Dias	Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências.	Tramitando
665/99 ¹¹¹	Arlindo Porto	Institui o seguro-garantia de término de obra de construção civil e dá outras providências.	Tramitando
666/99	Ney Suassuna	Dispõe sobre a demonstração social das empresas e dá outras providências.	Tramitando
667/99	Álvaro Dias	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 1997.	Tramitando
668/99	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a desconsideração da personalidade jurídica de pessoas jurídicas de direito privado.	Tramitando
669/99	Juvêncio da Fonseca	Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Tramitando
670/99	Ademir Andrade	Modifica o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
674/99	Maria do Carmo Alves	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, para o fim de determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública, sempre que possível, o uso da Internet no processo licitatório.	Tramitando
675/99	Osmar Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 104 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a prescrição das ações cíveis para reparação de danos decorrentes de acidentes de trabalho e dá outras providências.	Tramitando
677/99	Comissão de Assuntos Sociais	Institui o Dia do Instrumentador Cirúrgico.	Tramitando
678/99 ¹¹² Complementar	CPI do Sistema Financeiro	Estabelece obrigatoriedade de instituição para remessa de recursos por não-residentes (contas CC5) e dá outras providências.	Tramitando

¹¹⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 688/99.

¹¹¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 582, 595 e 681/99.

¹¹² Tramita em conjunto com os PLS nºs 419 e 521/99-Complementares.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
681/99 ¹¹³	CPI do Sistema Financeiro	Estabelece a opção de seguro em operações do Sistema Imobiliário Nacional e dá outras providências.	Tramitando
685/99 ¹¹⁴	CPI do Sistema Financeiro	Altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.	Tramitando
686/99 Complementar	Paulo Souto	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Arquivado Art. 332 do RISF
687/99	Paulo Souto	Define os crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, para tipificar novas condutas, e dá outras providências.	Tramitando
688/99 ¹¹⁵	Juvêncio da Fonseca	Altera dispositivos da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999 que “trata de prazos e condições para ratificação de títulos de terras concedidos ou alienados pelos Estados na faixa de fronteira”.	Tramitando
689/99	Maria do Carmo Alves	Altera o art. 25 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola”.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.3.2002
2/2000 ¹¹⁶	Roberto Saturnino	Estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando
3/2000	Luiz Estevão	Regulamenta o art. 37, X, da Constituição Federal, e dá outras providências (<i>revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF

¹¹³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 545, 582, 595 e 665/99.

¹¹⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 26/2000.

¹¹⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 664/99.

¹¹⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 21/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
4/2000	Gerson Camata	Dispõe sobre a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras e dá outras providências.	Tramitando
5/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica e dá outras providências.	Prejudicado pela aprovação do PLS nº 68/2000
6/2000	Sebastião Rocha	Altera o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), para determinar a criação do Conselho dos Partidos Políticos, integrado por representantes de todos os partidos que participam do pleito, incumbido de fiscalizar o processo eleitoral.	Arquivado Art. 332 do RISF
7/2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (<i>inclui a falsificação da moeda entre os crimes hediondos</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF
8/2000	Geraldo Cândido	Altera a redação dos arts. 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
9/2000	Ademir Andrade	Altera o art. 2º da Lei nº 8.20001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
14/2000 Complementar	Casildo Maldaner	Institui a Contribuição sobre Seguros, altera a legislação sobre o Fundo Especial para Caramidades Públicas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/2000	Romero Jucá	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para incluir, entre os documentos necessários ao registro de candidaturas, o exame laboratorial que menciona.	Tramitando
16/2000	Antonio Carlos Valadares	Faculta a dedução, na declaração de rendimentos do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos.	Tramitando
18/2000	Casildo Maldaner	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza.	Tramitando
19/2000	Geraldo Melo	Disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
20/2000	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
21/2000 ¹¹⁷	Maguito Vilela	Veda a concessão de empréstimos ou financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.	Tramitando
22/2000	Artur da Távola	Disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
24/2000	Carlos Bezerra	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.	Arquivado Art. 332 do RISF
25/2000	Álvaro Dias	Altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Tramitando
26/2000 ¹¹⁸	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.	Tramitando
29/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
30/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
31/2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.	Arquivado Art. 332 do RISF
32/2000 ¹¹⁹	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafo único ao art. 39 da Lei nº 5.700, de 1971, "que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.	Tramitando

¹¹⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 2/2000.

¹¹⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 685/99.

¹¹⁹ Tramita em conjunto com os PLC nºs 14/98, 91/2000 e 13/2001; e PLS nºs 657/99 e 200/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
33/2000 ¹²⁰	Leomar Quintanilha	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás utilizados nos locais que específica.	Tramitando
34/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, determinando que todas as concessões de serviços públicos sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social.	Tramitando
35/2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
36/2000 Complementar	Carlos Bezerra	Regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos de doze por cento ao ano e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
37/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que “dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, dispondo sobre a distribuição do prêmio arrecadado pelas seguradoras e a orientação ao segurador e vítimas de trânsito.	Tramitando
38/2000	Osmar Dias	Revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, a alínea “a” do § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.120, de 14 de maio de 1984, e a alínea “e” do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.	Tramitando
39/2000 Complementar	Luzia Toledo	Dispõe sobre o reajuste dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais pactuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, modificando a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Arquivado Art. 332 do RISF
40/2000	Luzia Toledo	Acrescenta § 3º-A e § 4º ao art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio).	Arquivado Art. 332 do RISF
43/2000	Gerson Camata	Dispõe sobre a proteção e defesa da dignidade da pessoa humana.	Arquivado Art. 332 do RISF
45/2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 1.245 do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) para ampliar para dez anos o prazo de garantia de obra.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹²⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 123/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
46/2000	Antero Paes de Barros	Dispõe sobre a expropriação de glebas em que for utilizado trabalho escravo ou análogo, e dá outras providências.	Tramitando
48/2000	Luzia Toledo	Altera dispositivos da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
49/2000	Luzia Toledo	Tipifica o crime de informação falsa.	Arquivado Art. 332 do RISF
51/2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao inciso I, do art. 158, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, determinando limite mínimo de carga horária para a aprendizagem noturna.	Arquivado Art. 332 do RISF
52/2000	Artur da Távola	Proíbe o uso de propaganda e publicidade em livros didáticos, de todos os níveis, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
53/2000 Complementar	Marina Silva	Cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE para as Unidades da Federação que abrigarem em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.	À Câmara dos Deputados em 4.12.2002
54/2000	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a estimular a criação de Fundos de Responsabilidade Social e dá outras providências.	Tramitando
55/2000 ¹²¹	Carlos Patrocínio	Inclui os §§ 5º e 6º no art. 7º da Lei nº 9.294, de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso da propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.	Tramitando
58/2000	Antônio Carlos Valadares	Institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria e dá outras providências.	Tramitando
59/2000	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta alínea h ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1996, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Tramitando
60/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
61/2000	José Roberto Arruda	Institui Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às Instituições de Ensino Superior pública e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹²¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 63, 97, 159, 453 e 510/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
63/2000	Romeu Tuma	Altera os arts. 2º e seus parágrafos, 3º, 10, 14, 15, 26 e o § 1º do art. 27 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.	Tramitando
64/2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao art. 289 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de tipificar como crime a falsificação de outro tipo de moeda.	Arquivado Art. 332 do RISF
66/2000	Ney Suassuna	Cria o Conselho de Corretores de Seguros, de Capitalização e de Previdência Privada e dá outras providências.	Tramitando
67/2000 ¹²²	Ademir Andrade	Modifica os arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 11 e 12 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
68/2000	Marina Silva	Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 10.6.2002
70/2000 ¹²³	Geraldo Cândido	Altera o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que “dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências”, de modo a isentar as motocicletas, motonetas e ciclomotores do pagamento de pedágio em rodovias federais.	Tramitando
71/2000	Romeu Tuma	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.4.2002
72/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a comercialização e venda de armas de fogo no País, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
73/2000 ¹²⁴	Luiz Estevão	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre a permissão de saque pelo trabalhador na conta do FGTS para pagamento de anuidade escolar.	Tramitando
76/2000 ¹²⁵	Renan Calheiros	Define e tipifica os delitos informáticos, e dá outras providências.	Tramitando

¹²² Tramita em conjunto com os PLS nºs 83 e 126/2000.

¹²³ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 87 e 143/2000.

¹²⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 198, 223 e 356/99; e 203/2000.

¹²⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 137/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
77/2000	Luzia Toledo	Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com o objetivo de redefinir o conceito de terrenos de marinha e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
78/2000 Complementar	Ramez Tebet	Regulamenta o inciso I do § 1º do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
82/2000	José Roberto Arruda	Suprime o inciso IV do art. 219 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o Código Civil Brasileiro.	Arquivado Art. 332 do RISF
83/2000 ¹²⁶	Luiz Pontes	Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Tramitando
84/2000	Ronaldo Cunha Lima	Altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima.	Tramitando
85/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre visita de parentes a filhos de pais separados.	Arquivado Art. 332 do RISF
86/2000	Luiz Estevão	Assegura a gratuidade da taxa de inscrição em exame de admissão a curso superior nas condições que determina.	Arquivado Art. 332 do RISF
87/2000 ¹²⁷	Luiz Estevão	Modifica o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, isentando os idosos com mais de 65 anos do pagamento de pedágio.	Tramitando
88/2000 Complementar	Gilvam Borges	Altera o art. 105, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a instalação de recipientes para coleta de lixo nos veículos que menciona.	Arquivado Art. 332 do RISF
89/2000	Ney Suassuna	Altera o art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar a construção de estabelecimento penal.	Tramitando
90/2000	Gilvam Borges	Dispõe sobre limites máximos de juros a serem cobrados por instituições administradoras de cartões de crédito.	Arquivado Art. 332 do RISF
92/2000 ¹²⁸	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos	Tramitando

¹²⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 67 e 126/2000.

¹²⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 70 e 143/2000.

¹²⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 539/99 e 101/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
93/2000	José Jorge	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para determinar a obrigatoriedade de emissão de extratos parciais de contas pelas operadoras de serviços de telecomunicações.	Tramitando
94/2000 ¹²⁹	Luzia Toledo	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para trator agrícola e respectivos acessórios, quando adquiridos por pequenos e médios produtores rurais.	Tramitando
96/2000	Geraldo Cândido	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que dispõem sobre a fixação do salário mínimo, de acordo com a Constituição Federal.	Rejeitado em decisão terminativa
97/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a distribuição gratuita de anti-concepcionais e preservativos a pobres, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
98/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a liberação judicial de recursos a crédito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.	Arquivado Art. 332 do RISF
99/2000 ¹³⁰	Jefferson Péres	Dá nova redação ao § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
100/2000	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre requerimento de informações relativo a procedimento instalado pelo Ministério Público sobre conclusões de comissão parlamentar de inquérito.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.8.2002
101/2000 ¹³¹	Geraldo Althoff	Fixa normas sobre a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos na administração direta e indireta, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.	Tramitando
102/2000	Marina Silva	Estabelece para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos.	Tramitando
103/2000	Iris Rezende	Dá nova redação aos arts. 459 e 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹²⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 190 e 232/2000; 50 e 56/2001.

¹³⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 160/98.

¹³¹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 539/99 e 92/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
104/2000	Iris Rezende	Altera os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 54 e 55 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o art. 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “dispõe sobre os Juizados especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências” e o CAPITULO III DO TITULO II DO LIVRO IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
105/2000	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade de que empresas privatizadas devem manter o seu capital aberto e dá outras providências.	Tramitando
106/2000	Osmar Dias	Estabelece normas para o investimento público em habitação e dá outras providências.	Tramitando
107/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a isenção de taxa de emissão de passaporte e demais documentos de viagem para os maiores de sessenta e cinco anos.	Tramitando
111/2000	Álvaro Dias	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando
112/2000	Moreira Mendes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato.	Arquivado Art. 332 do RISF
114/2000	Amir Lando	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Velho, no Estado de Rondônia.	Tramitando
115/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece mecanismos de gestão orçamentária obrigatória e dá outras providências.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
116/2000	Gerson Camata	Exclui de ilicitude a ortotanásia.	Tramitando
117/2000 ¹³²	Antônio Carlos Valadares	Concede à Justiça comum competência para processar e julgar crimes de tortura praticados por militares.	Tramitando
118/2000	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei nº 8.401, de 8 de janeiro de 1992, que “dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma posta em comércio”.	Rejeitado em decisão terminativa
120/2000 Complementar	Moreira Mendes	Cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (FUNSEG), e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
121/2000	Antero Paes de Barros	Autoriza o Poder Executivo a repactuar as dívidas municipais nos termos em que estabelece e dá outras providências.	Tramitando

¹³² Tramita em conjunto com o PLS nº 132/2000 e PLC nº 22/97.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
122/2000 Complementar	João Alberto Souza	Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a Política e as instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, introduzindo parágrafo que proíbe a cobrança pela prestação de serviços bancários que especifica.	Tramitando
123/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece restrições à alteração de lei de diretrizes orçamentárias e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 185/2002)
124/2000 ¹³³	Roberto Freire	Institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da Medicina.	Tramitando
125/2000	Luiz Pontes	Dispõe sobre a responsabilidade pela destinação final de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos e saneantes deteriorados ou com prazo de validade expirado.	Tramitando
126/2000 ¹³⁴	Paulo Hartung	Altera os arts. 4º e 5º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências”, para alterar a forma de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundef.	Tramitando
127/2000	Paulo Hartung	Modifica o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências, para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
128/2000	Paulo Hartung	Acrescenta parágrafo único ao artigo 1.773, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro), § 3º ao art. 1.031, da Lei nº 5.869, de 1º de janeiro de 1973, e altera a redação do item 25 do inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispensar a homologação judicial da partilha amigável de pessoas capazes, permitindo que seja levada a registro, mediante a comprovação da quitação dos tributos incidentes.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹³³ Tramita em conjunto com o PLS nº 47/2002.

¹³⁴ Tramita em conjunto com o PLS nºs 67 e 83/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
130/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade para as decisões tomadas no âmbito do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda – CONFAZ e dá outras providências.	Tramitando
132/2000 ¹³⁵	Arlindo Porto	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar.	Arquivado Art. 332 do RISF
133/2000 Complementar	Osmar Dias	Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentando as operações de antecipação de pagamentos de tributos e dá outras providências.	Tramitando
134/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre a contagem de tempo para aposentadoria, dos serviços prestados por cidadãos em órgãos públicos e empresas privadas a título de estágio.	Tramitando
135/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em universidades públicas para índios, sem exigência de vestibular.	Tramitando
136/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em concursos públicos realizados em todo o território brasileiro aos índios.	Tramitando
137/2000 ¹³⁶	Leomar Quintanilha	Estabelece nova pena aos crimes cometidos com a utilização de meios de tecnologia de informação e telecomunicações.	Tramitando
139/2000	Pedro Simon	Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que “transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.”	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.6.2002
142/2000	Antero Paes de Barros	Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Tramitando
143/2000 ¹³⁷	Mozarildo Cavalcanti	Altera o § 2º do art. 1º do Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969, que dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências, para isentar do pagamento de pedágio os veículos conduzidos pelos respectivos proprietários maiores de sessenta e cinco anos.	Tramitando

¹³⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 117/2000 e PLC nº 22/97.

¹³⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 76/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
144/2000 ¹³⁸	José Eduardo Dutra	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
145/2000 ¹³⁹	Carlos Patrocínio	Revoga dispositivo da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 (<i>redireciona a fiança em contrato de locação para o meio comercial, excluindo o bem de família</i>).	Tramitando
146/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o estatuto do índio (<i>permite ao Senado Federal analisar o processo de demarcação de áreas indígenas</i>).	Tramitando
147/2000 ¹⁴⁰	Roberto Freire	Revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências (Lei de Segurança Nacional).	Arquivado Art. 332 do RISF
148/2000 ¹⁴¹	Roberto Freire	Extingue a prisão especial e dispõe sobre o cumprimento de pena em dependência separada.	Tramitando
149/2000	Lauro Campos	Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, revoga os seus §§ 6º e 7º, 8º, 9º e os arts. 5º 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.	Arquivado Art. 332 do RISF
150/2000	Lauro Campos	Altera a pena para o crime de redução a condição análoga à de escravo.	Arquivado Art. 332 do RISF
152/2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre publicação de custos operacionais de bancos e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
153/2000 Complementar	Osmar Dias	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.	Tramitando
154/2000	Agnelo Alves	Altera o art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 (<i>igual a encargos financeiros dos programas de desenvolvimento do BNDES aos dos Fundos Constitucionais e atribui à União a responsabilidade pela cobertura da diferença de remuneração dos recursos do FAT</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF

¹³⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 100 e 417/99: 70 e 87/2000.

¹³⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 147/2000.

¹³⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 370/99.

¹⁴⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 144/2000.

¹⁴¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 169/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
155/2000	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta artigos à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas.	Tramitando
156/2000 ¹⁴²	Mozarildo Cavalcanti	Assegura ao idoso gratuidade de acesso a eventos culturais, desportivos e recreativos.	Tramitando
157/2000	José Eduardo Dutra	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário.	Arquivado Art. 332 do RISF
158/2000	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
160/2000	Renan Calheiros	Estabelece as condições e as penalidades aplicáveis às companhias aéreas em caso de prática de "overbooking".	Tramitando
161/2000	Renan Calheiros	Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 e define a utilização de parte dos recursos arrecadados pelo DPVAT para esclarecimento dos direitos das vítimas de trânsito ao prêmio desse seguro.	Tramitando
162/2000 Complementar	Osmar Dias	Estabelece a obrigatoriedade da consolidação de todas as dívidas municipais a fim de constituir Fundo Nacional de Extinção de Endividamento e dá outras providências.	Tramitando
163/2000	Luiz Pontes	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.2.2002
166/2000	Osmar Dias	Estabelece regra para a remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.	Tramitando
167/2000	Osmar Dias	Dispõe sobre o trabalho rural e dá outras providências.	Tramitando
168/2000	Antonio Carlos Magalhães	Dispõe sobre viagens oficiais e dá outras providências.	Tramitando
169/2000 ¹⁴³	Antero Paes de Barros	Altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, que dispõe sobre prisão especial antes de condenação definitiva.	Tramitando

¹⁴² Tramita em conjunto com os PLS nºs 92/96; 303, 511 e 555/99.

¹⁴³ Tramita em conjunto com o PLS nº 148/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
171/2000	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.	Arquivado Art. 332 do RISF
172/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre o procedimento especial de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e dá outras providências.	Tramitando
174/2000	Luiz Pontes	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.	Tramitando
176/2000	Edison Lobão	Dispõe sobre a isenção do imposto de importação nas hipóteses que menciona.	Tramitando
177/2000	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) (<i>infiltração de agentes de polícia em quadrilhas</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF
178/2000 Complementar	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização das instituições financeiras federais e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
179/2000	Jader Barbalho	Dispõe sobre a destinação dos recursos arrecadados com a privatização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
180/2000	Freitas Neto	Altera a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 (<i>inclui parte do Estado do Maranhão e o Estado do Piauí na área de atuação da Sudam</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF
181/2000 Complementar	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização da Petrobrás e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
182/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta art. 392-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e art. 71-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade das mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e dá outras providências.	Prejudicado em virtude da aprovação do PLC nº 101/2001
184/2000	Arlindo Porto	Dispõe sobre a regulamentação da profissão Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 28.2.2002
185/2000	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo único ao art. 65 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que "dispõe sobre o Código Civil".	Arquivado Art. 332 do RISF
187/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.443, de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, acrescentando artigos que estabelecem parâmetros para a ação do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
189/2000	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	Tramitando
190/2000 ¹⁴⁴	Antero Paes de Barros	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos para transporte da produção agrícola, adquiridos pelas entidades que especifica, e dá outras providências.	Tramitando
191/2000	Geraldo Cândido	Determina obrigações às agências bancárias que atuam no território nacional, em relação aos seus usuários e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
192/2000	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 459, o caput do art. 580 e suprime o parágrafo único do art. 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Arquivado Art. 332 do RISF
194/2000 Complementar	Casildo Maldaner	Obriga a União a ressarcir todas as parcelas pertencentes ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal – FPE que foram retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF e dá outras providências.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
195/2000	José Roberto Arruda	Altera os arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, bem como dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (<i>inclui a corrupção passiva e a corrupção ativa no rol dos crimes hediondos, eleva as penas respectivas e decreta a indisponibilidade imediata dos bens dos condenados</i>).	Arquivado Art. 332 do RISF
196/2000	Marluce Pinto	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a licença-maternidade e salário-maternidade das mães adotantes ou com guarda judicial de crianças e dá outras providências.	Prejudicado em virtude da aprovação do PLC nº 101/2001
197/2000	Paulo Hartung	Acrescenta inciso V ao parágrafo único do art. 694 e altera a redação do art. 746 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para viabilizar ao arrematante desistir da Arrematação, na hipótese de Embargos.	Arquivado Art. 332 do RISF
198/2000	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer que no caso de pagamento de contas mensais periódicas o consumidor é obrigado a guardar o comprovante por 4 meses.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁴⁴ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94 e 232/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
199/2000 Complementar	Paulo Hartung	Altera a redação da alínea “e” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para aumentar para oito anos, após o cumprimento da pena, a inelegibilidade pela condenação criminal pela prática dos crimes que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
200/2000 ¹⁴⁵	Jefferson Péres	Altera o inciso III do art. 8º da Lei nº 5.700, de 19 de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”, para substituir, na representação das Armas Nacionais, o ramo de fumo pelo de guaraná.	Tramitando
201/2000	Roberto Requião	Acrescenta uma alínea “i” ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Comunicações, para determinar a veiculação diária obrigatória de programa oficial do Congresso Nacional pelas emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Rejeitado em decisão terminativa
202/2000	Lúcio Alcântara	Isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
203/2000 ¹⁴⁶	Casildo Maldaner	Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir saque no Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidade escolar no ensino médio e no superior, bem como de dívidas do programa de crédito educativo.	Tramitando
204/2000	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o registro de aparelhos telefônicos celulares pelo sistema denominado Pré-Pago, tornando obrigatória a manutenção, pelas empresas operadoras, do respectivo cadastro.	Tramitando
205/2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a aplicação de recursos do FAT na concessão de empréstimos a cooperativas habitacionais.	Arquivado Art. 332 do RISF
206/2000	Sebastião Rocha	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
207/2000	Osmar Dias	Estabelece prioridades para aplicação dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências.	Tramitando

¹⁴⁵ Tramita em conjunto com os PLC nºs 14/98, 91/2000 e 13/2001; e PLS nºs 657/99 e 32/2000.

¹⁴⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 122, 198, 223 e 356/99; e 73/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
208/2000 Complementar	Roberto Saturnino	Cria o Sistema de Equalização das Transferências Constitucionais dos Fundos de Participação, modificando a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.	Tramitando
210/2000	Marina Silva	Acrescenta à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, dispositivo que veda a sinalização indicativa da localização dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma.	Tramitando
211/2000 ¹⁴⁷	Osmar Dias	Altera o art. 36 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, estabelecendo critérios para a apreciação das Contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.	Tramitando
212/2000	Heloísa Helena	Concede remissão total de créditos externos da União e dá outras providências.	Tramitando
213/2000	Roberto Freire	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no âmbito da Justiça Federal, destinados a atuarem nas causas em que seja parte a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
214/2000 Complementar	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	Tramitando
215/2000 Complementar	Nabor Júnior	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Arquivado Art. 332 do RISF
216/2000 ¹⁴⁸	Arlindo Porto	Estabelece a retenção em até 10% (dez por cento) do valor dos juros cobrados pela União relativos ao refinanciamento das dívidas estaduais, e sua transferência para Fundos Estaduais de Habitação, para aplicação em programas de construção de moradia popular, alterando as Leis nº 8.727, de 5 de novembro de 1993 e 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Arquivado Art. 332 do RISF
218/2000	Heloísa Helena	Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.	Tramitando

¹⁴⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 318/99.

¹⁴⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 271/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
220/2000	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos.	Tramitando
221/2000	Paulo Souto	Altera as penas e o regime de cumprimento dos crimes que menciona, constantes do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
222/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
223/2000	Ney Suassuna	Altera o art. 19 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Tramitando
224/2000	Heloísa Helena	Torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em Braille e dá outras providências.	Tramitando
226/2000	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Chupinguaia, no Estado de Rondônia.	Arquivado Art. 332 do RISF
228/2000	Osmar Dias	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.	Tramitando
229/2000	Antônio Carlos Valadares	Proíbe a arregimentação ou propaganda de bocas de urna no dia da eleição e dá outras providências.	Tramitando
230/2000	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para conferir a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial.	Arquivado Art. 332 do RISF
231/2000	Juvêncio da Fonseca	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para coibir a exigência de realização de testes genéticos para a detecção de doenças.	Tramitação sobrestada (RQS nº 566/01)
232/2000 ¹⁴⁹	Albino Boaventura	Dispõe sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos utilitários efetuada por instituições filantrópicas e religiosas, e dá outras providências.	Tramitando

¹⁴⁹ Tramita em conjunto com os PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94 e 190/2000; 50 e 56/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
233/2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para indicar qualquer pessoa como sujeito passivo do crime.	Arquivado Art. 332 do RISF
234/2000	Carlos Patrocínio	Altera a redação dos arts. 148 e parágrafo 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil.	Arquivado Art. 332 do RISF
235/2000	Henrique Loyola	Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para permitir o processamento do inventário e da partilha, quando amigáveis, diretamente por escritura pública.	Arquivado Art. 332 do RISF
237/2000	Osmar Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pela Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, e pela Lei nº 9.695, de 20 de agosto de 1998.	Retirado (RQS nº 297/2002)
239/2000	Maguito Vilela	Veda a implantação do horário de verão nos Estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.	Tramitando
240/2000	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	Arquivado Art. 332 do RISF
241/2000	Carlos Patrocínio	Dá nova redação aos arts. 21 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de dezembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
243/2000	Amir Lando	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – qualificando o homicídio praticado contra policiais.	Tramitando
244/2000	Romero Jucá	Altera os arts. 583 e 741, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), bem como acrescenta-lhe o art. 584-A, com o objetivo de estabelecer que as decisões dos Tribunais de Contas constituam títulos executivos parajudiciais, para os fins e nas hipóteses que especifica.	Tramitando
245/2000	Osmar Dias	Acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento de cirurgias.	Tramitando
246/2000	Sérgio Machado	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
247/2000	Jefferson Péres	Altera os arts. do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
248/2000	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para promover o reconhecimento e a prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/Dort) e a assistência e reabilitação aos trabalhadores afetados.	Arquivado Art. 332 do RISF
249/2000	José Eduardo Dutra	Altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.10.2002
250/2000	José Eduardo Dutra	Regulamenta o § 7º do art. 37 da Constituição Federal.	Tramitando
251/2000	Lauro Campos	Dispõe sobre o salário mínimo nacional.	Arquivado Art. 332 do RISF
253/2000	Geraldo Cândido	Dispõe sobre o serviço de medição residencial do consumo telefônico, mediante instalação de medidor residencial.	Arquivado Art. 332 do RISF
254/2000	Hugo Napoleão	Altera o art. 8º, II, "b", da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar às pessoas físicas a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto sobre a Renda, do valor integral das despesas com educação fundamental do 1º Grau.	Arquivado Art. 332 do RISF
257/2000	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica.	Arquivado Art. 332 do RISF
258/2000	Maguito Vilela	Regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.3.2002
259/2000	Tião Viana	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no que diz respeito à aplicação da pena de cassação de outorga de serviço de radiodifusão.	Rejeitado em decisão terminativa
260/2000	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
262/2000	Roberto Freire	Altera o art. 45 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir o acesso da população em geral a serviços de saúde criados, no âmbito da administração pública direta e indireta, para assistência a servidores.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
264/2000	Ademir Andrade	Modifica os arts. 176, § 1º, II, item 3; 214; 225; 227; 236 e 289 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	Tramitando
265/2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 30 da Lei nº 8.906, de julho de 1994 (Estatuto de Advocacia), para acrescentar hipótese de impedimento de advogado, nos casos de parentesco com o juiz da causa.	Arquivado Art. 332 do RISF
267/2000	Carlos Patrocínio	Tipifica o crime de fraude em concursos.	Arquivado Art. 332 do RISF
268/2000	Freitas Neto	Cria área de livre comércio nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no Estado do Piauí.	Arquivado Art. 332 do RISF
269/2000	Ricardo Santos	Altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	Retirado (RQS nº 212/2002)
270/2000	Ricardo Santos	Altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõem sobre a compensação financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo resultado da exploração e da produção de petróleo e gás natural.	Tramitando
271/2000 ¹⁵⁰	Antonio Carlos Valadares	Suspende até o ano de 2004 a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) e dá outras providências.	Tramitando
273/2000	Valmir Amaral	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o propósito de tornar obrigatório o uso de equipamento limitador de velocidade nos veículos conduzidos por portadores de Permissão para Dirigir.	Tramitando
274/2000 Complementar	Roberto Freire	Regulamenta a aplicação dos recursos previstos no § 2º do art. 98 da Constituição Federal, e nos incisos I, II e III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do § 1º do art. 1999 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
275/2000	Valmir Amaral	Autoriza o Presidente da República a criar a Ouvidoria-Geral da República, vinculada à Casa Civil da Presidência da República.	Tramitando
1/2001	Álvaro Dias	Altera a redação do inciso II do § 3º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para considerar como descontinuidade do serviço a interrupção do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia.	Tramitando

¹⁵⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 216/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
2/2001	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece as condições para o funcionamento das organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras.	Tramitando
3/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que “estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.	Tramitando
6/2001	Lauro Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a exigência discriminatória de diploma de curso superior na contratação de empregados e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
8/2001	Valmir Amaral	Proíbe a utilização de catraca eletrônica em ônibus urbanos.	Tramitando
9/2001 Complementar	Roberto Saturnino	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, concedendo prazo para o enquadramento de municípios no limite de despesa de pessoal, nas hipóteses em que específica.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
10/2001 Complementar	Roberto Saturnino	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo limites para o comprometimento da receita municipal no pagamento da dívida consolidada.	Tramitando
11/2001	João Alberto Souza	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que “institui a Lei de Execução Penal”.	Tramitando
13/2001	Valmir Amaral	Altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir, sob condições, que maiores de dezesseis anos obtenham permissão para dirigir.	Tramitando
14/2001	Moreira Mendes	Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/2001	Gerson Camata	Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a movimentação, pelo trabalhador desempregado, da conta vinculada no Programa do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
16/2001	Mauro Miranda	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher.	À Câmara dos Deputados em 26.6.2002
17/2001	Osmar Dias	Altera a Lei nº 9.424, de 24 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Tramitando
18/2001	Iris Rezende	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Morrinhos, no Estado de Goiás, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
19/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 33 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.	Tramitando
20/2001	João Alberto Souza	Regula o disposto no art. 220, § 3º, I, da Constituição Federal, para disciplinar a exibição de diversões e espetáculos públicos.	Tramitando
21/2001	Maguito Vilela	Dispõe sobre a indenização por inadequada conservação de vias a que se refere o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando
22/2001 ¹⁵¹	Jonas Pinheiro	Dá nova redação ao § 5º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Tramitando
23/2001 ¹⁵²	Antero Paes de Barros	Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense.	Tramitando
24/2001 Complementar	Pedro Piva	Estabelece a alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nos casos que especifica;	Arquivado Art. 332 do RISF
28/2001	Geraldo Cândido	Obriga as instituições de ensino superior a prestar informações aos candidatos e a fixar quadro informativo, identificando os cursos reconhecidos e em processo de reconhecimento.	Arquivado Art. 332 do RISF
29/2001	Geraldo Cândido	Fixa a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁵¹ Tramita em conjunto com o PLS nº 23/2001.

¹⁵² Tramita em conjunto com o PLS nº 22/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
30/2001	Carlos Patrocínio	Altera a ordem dos incisos e acrescenta parágrafos e inciso ao art. 655 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Arquivado Art. 332 do RISF
31/2001	Ricardo Santos	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.	Arquivado Art. 332 do RISF
32/2001	Roberto Freire, Paulo Hartung e Carlos Wilson	altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização.	Tramitando
33/2001	Tião Viana	Estabelece que as empresas operadoras do transporte aéreos são obrigadas a reservar a primeira fila de assentos de suas aeronaves para os passageiros que especifica.	Tramitando
34/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar.	Tramitando
35/2001 ¹⁵³	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de estimular a inserção de portadores de deficiência no mercado de trabalho.	Tramitando
36/2001 Complementar	Maria do Carmo Alves	Altera o Código Tributário Nacional para estabelecer normas gerais sobre celebração de contratos em que se prevê a concessão de isenção tributária.	Tramitando
37/2001 Complementar	Roberto Requião	Estatui normas gerais para a contabilidade governamental.	Tramitando
39/2001	Maria do Carmo Alves	Acrescenta incisos VII e VIII ao § 1º do art. 94 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, a fim de determinar a comprovação de alfabetização para o registro de candidatos a cargos eletivos.	Tramitando
40/2001	Gilvam Borges	Altera o art. 252 da Lei nº 9.503, de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a proibição do ato de fumar ao dirigir.	Tramitando
41/2001	Paulo Hartung	Acrescenta o art. 41-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que até que seja publicada a Lei que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico, as concessões para exploração desse serviço serão feitas em caráter não oneroso e define outras condições mínimas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 19.4.2002

¹⁵³ Tramita em conjunto com o PLC nº 44/2000 e o PLS nº 224/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
42/2001	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
43/2001	João Alberto Souza	Altera o parágrafo único do art. 123 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a oferta de ensino fundamental aos adolescentes submetidos à internação.	Tramitando
45/2001	Marina Silva	Concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata e aos demais participantes.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
46/2001	Antero Paes de Barros	Acrescenta parágrafo ao art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.	Tramitando
47/2001	Valmir Amaral	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990-Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre o fornecimento de documentação comercial e fiscal.	Tramitando
48/2001 Complementar	Ricardo Santos e outros Senadores	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada da bacia do Rio Itabapoana e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Integrada da Bacia do Rio Itabapoana.	Arquivado Art. 332 do RISF
49/2001	Luiz Otávio	Permite o ingresso de pessoas físicas no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, instituído pelo art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.	Tramitando
50/2001 ¹⁵⁴	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre isenção do imposto sobre produtos industrializados.	Tramitando
53/2001	Álvaro Dias	Modifica o art. 15, § 1º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação.	Tramitando
55/2001 ¹⁵⁵	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, dispondo sobre a inclusão na cobertura, pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional.	Arquivado Art. 332 do RISF
56/2001 ¹⁵⁶	Casildo Maldaner	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre veículos automotores para transporte de passageiros e de carga, bem como sobre equipamentos para construção e manutenção de rodovias, quando adquiridos por Prefeituras Municipais.	Tramitando

¹⁵⁴ Tramita em conjunto com os PLS de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; e 56/2001.

¹⁵⁵ Em 11.12.2001, teve sua tramitação sobrestado nos termos do RQS nº 565/2001.

¹⁵⁶ Tramita em conjunto com os PLS de nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607/99; 94, 190 e 232/2000; e 50/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
59/2001	Carlos Bezerra	Acrescenta § 6º ao art. 3º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, para dispor sobre a utilização de Certificados da Dívida Pública pelos contribuintes adimplentes, no pagamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
61/2001	Paulo Hartung	Altera o art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, para determinar que a eficácia da alteração de alíquota do imposto sobre produtos industrializados, decretada pelo Poder Executivo, ficará condicionada à aprovação do ato pelo Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
62/2001	Álvaro Dias	Institui o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública – FASIP.	Tramitando
63/2001	Maguito Vilela	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para modificar os critérios relativos a coligações, domicílio eleitoral, candidaturas e campanha eleitoral.	Tramitando
65/2001	Maria do Carmo Alves	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de isentar da aplicação de penalidades os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias.	Tramitando
66/2001	Geraldo Cândido	Altera dispositivo da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Votação e Totalização de Votos.	Arquivado Art. 332 do RISF
68/2001	Jonas Pinheiro	Acrescenta capítulo referente a Cooperativas de Trabalho na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.	Tramitando
69/2001	Osmar Dias	Estabelece condições diferenciadas de empréstimos para pequenas e microempresas e dá outras providências.	Tramitando
70/2001	Gilvam Borges	Proíbe a exigência do conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos vestibulares e outras espécies de provas para ingresso nas universidades.	Arquivado Art. 332 do RISF
73/2001	Arlindo Porto	Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, modificando condições para a concessão da progressão de regime no cumprimento da pena.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
75/2001	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás e a União a adquirirem ações da Companhia Elétrica de Alagoas – CEAL, da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização – PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro – CEDRJ e Docas do Estado de São Paulo – CODESP e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
77/2001	Romeu Tuma	Denomina “Aeroporto Omar Fontana” o Aeroporto Internacional de São Paulo – Aeroporto de Congonhas -, localizado na cidade de São Paulo – SP.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.2.2002
78/2001	Moreira Mendes	Permite às agências de viagem a adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.	Arquivado Art. 332 do RISF
79/2001	Valmir Amaral	Dispõe sobre notação identificadora em braille nos documentos de pessoas portadoras de deficiência visual.	Tramitando
80/2001	Antero Paes de Barros	Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação de pessoal docente e técnico-científico.	Tramitando
81/2001	Carlos Patrocínio	Dá nova redação aos arts. 187, 212, 458, 480, 481, 491 e 492 da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
83/2001	Carlos Patrocínio	Altera dispositivo da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional.	Arquivado Art. 332 do RISF
84/2001	Leomar Quintanilha	Altera os arts. 21 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	Tramitando
85/2001	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.6.2002
87/2001	Ricardo Santos	Dispõe sobre as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e sobre a redução do imposto sobre a renda na Região abrangida pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
88/2001	Paulo Hartung	Isenta da cobrança de IPI e do II os produtos capazes de proporcionar economia de energia elétrica, relacionados em Portaria da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de que trata a Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, destinados a reaparelhar residências e empreendimentos industriais e comerciais, até que seja oficialmente declarada a superação da crise.	Arquivado Art. 332 do RISF
90/2001	Romero Jucá	Dispõe sobre o registro de Nomes de Domínio na Internet brasileira, que contenham sexo ou violência, e dá outras providências.	Rejeitado em decisão terminativa
91/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração dos ocupantes dos mandatos de dirigentes das Agências Reguladoras.	Arquivado Art. 332 do RISF
92/2001	Eduardo Siqueira Campos	Dá nova redação ao § 1º do artigo 26, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa e Proteção do Consumidor.	Tramitando
95/2001	Paulo Souto	Altera o art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para proibir a exigência de caução por parte de seus prestadores de serviços contratados e credenciados.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 19.3.2002
96/2001	Antônio Carlos Valadares	Dispõe sobre expurgo da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Tramitando
97/2001	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências”.	Tramitando
99/2001	Roberto Saturnino	Altera a Lei 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
100/2001	Tião Viana	Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda os proventos de pessoas portadoras de determinadas doenças.	Tramitando
101/2001	Ricardo Santos	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir que desempregados saquem os recursos do FGTS para abertura e expansão de negócio próprio.	Tramitando
103/2001	Osmar Dias	Altera o “caput” do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no que se refere à integração de salário in natura.	Tramitação sobrestada em 24.4.2002 (RQS nº 155/2002)
104/2001	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que haja interesse social.	Arquivado Art. 332 do RISF
106/2001	Osmar Dias	Revoga os §§ 1º, 2º, 4º, 5º e 6º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e normas conexas, para extinguir a exigência de depósito recursal nas ações trabalhistas.	Tramitando
107/2001	Jefferson Péres	Acrescenta inciso ao § 1º e insere novos §§ 2º e 3º no art. 11 da Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições, instituindo declaração a ser apresentada pelos candidatos e punindo com o indeferimento do pedido de registro o descumprimento ao referido § 1º do art. 11.	Tramitando
108/2001	Waldeck Ornelas	Acrescenta os §§ 7º 8º e 9º ao art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.	Tramitando
110/2001	Ricardo Santos	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
111/2001	Geraldo Cândido	Estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água.	Arquivado Art. 332 do RISF
112/2001 Complementar	Roberto Saturnino	Inclui novo dispositivo na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, dispondo sobre a compensação de despesas realizadas pelos Municípios com ações de competência de outro ente da Federação.	Rejeitado (art. 254 do RISF)

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
113/2001	Fernando Matusalém	Acrescenta inciso ao art. 38 da Lei 9.250/95, para autorizar o sujeito passivo ou seu advogado a retirarem processo administrativo da repartição.	Arquivado Art. 332 do RISF
114/2001	Eduardo Suplicy	acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para permitir a realização de debates e entrevistas pelos canais de rádio e de televisão por assinatura, por responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nas circunstâncias e condições que menciona e dá outras providências.	Tramitando
115/2001	Ademir Andrade	Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.	Arquivado Art. 332 do RISF
116/2001	Valmir Amaral	Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que “regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências”.	Tramitando
117/2001	Valmir Amaral	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a manifestação de crianças e adolescentes em processo judicial.	Tramitando
118/2001	Osmar Dias	Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a conceder empréstimos com taxas de juros subsidiadas destinados à aquisição de geradores de energia.	Tramitando
119/2001	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafos aos arts. 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor sobre os membros do Conselho Nacional de Educação (CNE).	Arquivado Art. 332 do RISF
120/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.	Tramitando
121/2001	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco.	Tramitando
122/2001	Tião Viana	Institui o Dia Nacional do Controle das Infecções Hospitalares.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.3.2002
123/2001	Romero Jucá	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
124/2001	Fernando Matusalém	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.	Arquivado Art. 332 do RISF
125/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do Artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho que estabelece o tempo da Licença Maternidade.	Prejudicado em virtude da aprovação do PLC nº 101/2001
126/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 133, § 3º, II do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
128/2001	Wellington Roberto	Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, de pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil SA e dá outras providências.	Retirado (RQS nº 363/2002)
129/2001	Álvaro Dias	Dispõe sobre o ressarcimento dos recursos utilizados no pagamento do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.	Tramitando
130/2001	Mozarildo Cavalcanti	Dispõe sobre o Adicional Tarifário Para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
131/2001	Geraldo Althoff	Cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS).	Tramitando
132/2001	Antônio Carlos Valadares	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco.	Tramitando
133/2001	Sérgio Machado	Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados os aparelhos de telefonia celular, para portadores de deficiência auditiva.	Arquivado Art. 332 do RISF
134/2001	Sérgio Machado	Modifica a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, que dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18 do Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975 e dá outras providências, estabelecendo a responsabilidade solidária das agências de turismo por danos ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico causados pelos usuários de seus serviços.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
135/2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a não exigibilidade e a inviolabilidade de dados cadastrais do consumidor.	Arquivado Art. 332 do RISF
136/2001	Marina Silva	Revoga os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para extinguir a contribuição sindical prevista em lei e dá outras providências.	Tramitando
137/2001 ¹⁵⁷	Ney Suassuna	Dispõe sobre a destinação final dos pneus usados, após encerrada sua vida útil, obrigando o emprego de tecnologias limpas para o seu tratamento.	Tramitando
138/2001	Osmar Dias	Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a concessão das férias anuais ao empregado doméstico.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.3.2002
139/2001	Sérgio Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
141/2001	Moreira Mendes	Altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.	Arquivado Art. 332 do RISF
142/2001	Jefferson Péres	Altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”.	Tramitando
143/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastros de devedores, a pena por cobrança indevida e a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores, definindo os limites da indenização.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁵⁷ Tramita em conjunto com os PLS nºs 265/99 e 167/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
144/2001	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário.	Arquivado Art. 332 do RISF
145/2001	Luiz Pontes	Altera o art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.	Tramitando
146/2001	Luiz Pontes	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição, pelo Município, de veículo automotor coletivo destinado ao transporte escolar.	Tramitando
147/2001	Gerson Camata	Dispõe sobre a obrigatoriedade de selo ambiental para produtos a serem exportados.	Retirado (RQS nº 485/2002)
150/2001	Gerson Camata	Dispõe sobre a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (acesso do Porto de Capuaba à BR-262/ES.)	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 7.3.2002
151/2001	Carlos Bezerra	Altera o caput do art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
152/2001	Waldeck Ornelas	Altera o art. 15 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar a identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários.	Tramitando
153/2001	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para suprimir a função de revisor nos recursos de apelação e de embargos infringentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
154/2001	Geraldo Althoff	Acrescenta alínea ao art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Arquivado Art. 332 do RISF
155/2001	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
156/2001	Ricardo Santos	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).	Arquivado Art. 332 do RISF
159/2001	Carlos Bezerra	Estabelece o Estatuto do Enfermo.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
160/2001	Heloísa Helena	Concede anistia das dívidas de custeio de produtores rurais referentes a contratos celebrados desde a safra de 1997/98, cujas atividades financiadas foram afetadas por fenômenos climáticos atípicos e institui crédito de manutenção para mini e pequenos produtores do semi-árido e de outras regiões, e dá outras providências.	Tramitando
161/2001	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafos aos arts. 33 e 34 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.6.2002
162/2001	Tião Viana	Institui a semana de 6 a 12 de agosto de 2002 como a "Semana da Revolução Acreana", em homenagem ao transcurso de seu centenário.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.3.2002
164/2001	Paulo Souto	Altera a redação do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil".	Arquivado Art. 332 do RISF
165/2001 Complementar	Osmar Dias	Acrescenta art. 1º-A à Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para dispor sobre a proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, prevista no inciso I do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e dá outras providências.	Tramitando
167/2001 ¹⁵⁸	Carlos Bezerra	Dispõe sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.	Tramitando
169/2001	Osmar Dias	Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.	Tramitando
171/2001	Carlos Bezerra	Acrescenta Seção XIV-A ao Capítulo I, do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores avulsos e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁵⁸ Tramita em conjunto com os PLS nºs 265/99 e 137/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
172/2001	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências, e a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências, para estabelecer exigências a serem atendidas nos casos de alteração de denominação.	Arquivado Art. 332 do RISF
173/2001	Álvaro Dias	Altera o art. 1º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer normas que visam a proteger a vítima e a testemunha de delito.	Tramitando
174/2001	Osmar Dias	Cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.	Tramitando
175/2001	Ney Suassuna	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.	Tramitando
176/2001	Geraldo Cândido	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	Arquivado Art. 332 do RISF
178/2001 ¹⁵⁹	Antero Paes de Barros	Altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, cuja vigência foi restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, e que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros.	Tramitando
179/2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para tipificar crime contra o idoso.	Arquivado Art. 332 do RISF
180/2001	Gilvam Borges	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Arquivado Art. 332 do RISF
181/2001	Romeu Tuma	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 31.5.2002
182/2001	Álvaro Dias	Dispõe sobre a concessão de desconto para professores na compra de livro didático.	Tramitando

¹⁵⁹ Tramita em conjunto com o PLS nº 15/2002.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
183/2001	Carlos Bezerra	Altera os artigos nºs 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir as pessoas com doenças graves e incapacitantes no benefício de prioridade na tramitação, em qualquer instância, de atos e diligências relativas a procedimentos judiciais em que aquelas pessoas figurem como parte ou interveniente.	Arquivado Art. 332 do RISF
184/2001	Bernardo Cabral	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para modificar os critérios relativos a pesquisas eleitorais.	Arquivado Art. 332 do RISF
185/2001	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.	Tramitando
186/2001 ¹⁶⁰	José Sarney	Institui a Política Nacional do Livro, e dá outras providências.	Tramitando
189/2001	Luiz Pontes	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com a finalidade de regulamentar o art. 245 da Constituição Federal, que trata da assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso.	Tramitando
190/2001	Luiz Pontes	Acrescenta dispositivos ao art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 19.3.2002
191/2001	Ney Suassuna	Institui o Plano Decenal de Recursos Hídricos do Nordeste.	Tramitando
192/2001	Ney Suassuna	Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de privilegiar as pequenas e microempresas nos procedimentos licitatórios na modalidade de convite.	Tramitando
193/2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer normas de proteção à vítima e à testemunha de delito.	Arquivado Art. 332 do RISF
194/2001	Maria do Carmo Alves	Acrescenta parágrafo ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a implantação de sinalização de trânsito destinada às pessoas portadoras de deficiência visual.	Tramitando
195/2001	Carlos Bezerra	Cria no âmbito do Ministério da Saúde, o Incentivo à Implantação e Operação de Farmácias Populares de Manipulação.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹⁶⁰ Tramita em conjunto com o PLS nº 62/2002.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
196/2001 Complementar	Roberto Requião	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para limitar o estoque da dívida mobiliária federal com cláusula de correção cambial.	Arquivado Art. 332 do RISF
197/2001	Carlos Bezerra	Revoga o art. 4º da Lei nº 6.515, de 26.12.1977.	Arquivado Art. 332 do RISF
198/2001	Iris Rezende	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo, para alunos do ensino superior privado.	Arquivado Art. 332 do RISF
199/2001	Carlos Bezerra	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941, e revoga o Decreto-Lei nº 552, de 25 de abril de 1969, para restabelecer a manifestação oral do Ministério Público no caso que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
200/2001 Complementar	Paulo Hartung	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce.	Arquivado Art. 332 do RISF
201/2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
202/2001	Ricardo Santos	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, incluindo como serviços essenciais a previdência e assistência social.	Arquivado Art. 332 do RISF
203/2001	Mauro Miranda	Rregulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista" em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.3.2002
204/2001	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o uso da escritura pública e da execução de serviços notariais em separações, divórcios, promessas de compra e venda de imóveis e partilha amigável de bens.	Arquivado Art. 332 do RISF
205/2001	Marina Silva	Institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS).	Tramitando
206/2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Porto Grande, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
207/2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Amapá, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
208/2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
209/2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Serra do Navio, Estado do Amapá, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
210/2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.	Arquivado Art. 332 do RISF
211/2001	Carlos Bezerra	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados e Municípios com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Arquivado Art. 332 do RISF
212/2001	Waldeck Ornelas	Dá nova redação ao § 1º do art. 19 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para atribuir prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 19.4.2002
213/2001	Romero Jucá	Altera a redação do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.	Tramitando
214/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera o nome do Aeroporto Internacional de Boa Vista.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
215/2001	Ney Suassuna	Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e o art. 38 da Lei nº 9.841, de 5 de outubro.	Tramitando
216/2001	Casildo Maldaner	Denomina "Prefeito Lebon Duvoisin" o viaduto situado no Km 6 da rodovia BR-101, no acesso ao Município de Garuva, Estado de Santa Catarina.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.2.2002
217/2001	Luiz Pontes	Dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais.	Tramitando
218/2001	Luiz Pontes	Cria linha de crédito especial do BNDES para o financiamento da modernização do setor de radiodifusão.	Tramitando
219/2001	Moreira Mendes	Dispõe sobre o exercício de atividades das agências de viagens e turismo.	Arquivado Art. 332 do RISF
220/2001	Carlos Bezerra	Concede pensão especial a Mário Juruna.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 22.4.2002
221/2001	Ney Suassuna	Acrescenta incisos ao art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
222/2001 Complementar	Ney Suassuna	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Tramitando
223/2001	Ney Suassuna	Cria o Programa Especial de Acesso à Moradia para a pessoa portadora de deficiência.	Tramitando
224/2001 ¹⁶¹	Carlos Bezerra	Adiciona dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para modificar a reserva de mercado de trabalho das pessoas portadoras de deficiência.	Tramitando
225/2001	Carlos Bezerra	Acrescenta dispositivo sobre o recurso adesivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
226/2001	Antonio Carlos Júnior	Acrescenta artigo ao Código Penal, dispondo sobre a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência complementar.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 9.5.2002
227/2001	Bernardo Cabral	Autoriza a União a transferir ao Aeroclube do Amazonas o domínio do bem imóvel a que se refere o Decreto nº 78.511, de 30 de setembro de 1976.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.3.2002
228/2001	Edison Lobão	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para definir como infração o transporte de bebidas alcoólicas na condição que específica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.6.2002
229/2001	Carlos Bezerra	Dispõe sobre níveis de radiação emitida por antenas fixas do Sistema Móvel Celular e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
230/2001	Renan Calheiros	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para autorizar o não comparecimento ao serviço, sem prejuízo do salário, para a procura de parente desaparecido.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
231/2001	Álvaro Dias	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶¹ Tramita em conjunto com o PLC nº 44/2000 e o PLS nº 35/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
232/2001	João Alberto Souza	Acrescenta alínea i ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Rejeitado em decisão terminativa
233/2001	Eduardo Siqueira Campos	Denomina Brigadeiro Lysias Rodrigues o Aeroporto de Palmas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.3.2002
234/2001	Mauro Miranda	Altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 2.484, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.	Arquivado Art. 332 do RISF
235/2001 Complementar	Carlos Patrocínio	Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre as hipóteses de movimentação da conta vinculada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e ao Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
236/2001	Ricardo Santos	Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 13.3.2002
237/2001	Ricardo Santos	Dispõe sobre o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os seus Municípios na organização dos seus sistemas de ensino.	Arquivado Art. 332 do RISF
238/2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242.	Arquivado Art. 332 do RISF
239/2001 Complementar	Romero Jucá	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amazonas e de Roraima _ RIARR, e institui o Programa Especial de Desenvolvimento Auto-sustentado da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.	Tramitando
240/2001 Complementar	Lúcio Alcântara	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	À Câmara dos Deputados em 4.12.2002 Lei Complementar nº 114, de 16.12.2002
241/2001	Edison Lobão	Revoga dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para eliminar a incidência de fator multiplicador sobre o valor das multas estabelecidas.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.6.2002
242/2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
243/2001	Carlos Bezerra	Estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros de tabaco, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
244/2001	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 8.313, de 1991, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pro-nac) e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 17.5.2002
245/2001	Roberto Requião	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de artista circense.	Arquivado Art. 332 do RISF
246/2001	Roberto Requião	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre importação para equipamentos e animais amestrados destinados a atividades circenses.	Arquivado Art. 332 do RISF
247/2001	Paulo Hartung	Altera o art. 5º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a fim de estabelecer a compensação financeira pela exploração dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica, consideradas as conseqüências ambientais, econômicas e sociais da implantação e funcionamento de usina hidrelétrica, bem como a redução do potencial hidroenergético dos estados e municípios limítrofes.	Arquivado Art. 332 do RISF
248/2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.	Arquivado Art. 332 do RISF
249/2001	Maguito Vilela	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola	Tramitando
250/2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre a isenção do pagamento de tributos federais para aposentados, nas condições que especifica.	Arquivado Art. 332 do RISF
251/2001	Carlos Bezerra	Inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.5.2002
252/2001	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de proibir o uso de imagens eróticas no material escolar.	Arquivado Art. 332 do RISF
253/2001	Carlos Bezerra	Institui o Juizado Especial de Família.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
254/2001	Antonio Carlos Júnior	Cria o Programa Especial de Pecúlio Estudantil e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
255/2001	Roberto Saturnino	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que o reajuste das tarifas dos serviços públicos concedidos não excederá a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	Tramitando
256/2001	Carlos Wilson	Obriga os hospitais públicos e privados a possuir ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas idosas.	Arquivado Art. 332 do RISF
257/2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.	Arquivado Art. 332 do RISF
258/2001	Ricardo Santos	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado, por pessoas idosas.	Arquivado Art. 332 do RISF
259/2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas - e o § 4º do art. 8º da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para estabelecer melhor proteção aos acionistas minoritários.	Arquivado Art. 332 do RISF
260/2001	Romero Jucá	Altera a redação do caput do art. 12 da Lei nº 9.493/97, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, nos produtos que especifica.	Tramitando
261/2001	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a responsabilidade por prejuízo decorrente de clonagem de cartão de crédito.	Arquivado Art. 332 do RISF
262/2001	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde.	Arquivado Art. 332 do RISF
263/2001	Osmar Dias	Revoga o inciso IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a contribuição da empresa relativa a serviços prestados por cooperados vinculados a cooperativas de trabalho.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
264/2001	Ademir Andrade	Dá nova redação aos artigos 39 e 40 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variação Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990 e 28 de julho de 1993, respectivamente, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
265/2001	Marluce Pinto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame oftalmológico para detecção de catarata congênita em recém-nascidos.	Arquivado Art. 332 do RISF
266/2001	Eduardo Suplicy	Institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências.	Tramitando
267/2001	Roberto Requião	Acrescenta parágrafo único ao art. 5º e altera a redação da alínea “a” do § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.	Tramitando
268/2001	Roberto Requião	Altera o art. 29 da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que “dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.5.2002
269/2001	Carlos Bezerra	Altera artigos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre as características dos capacetes de uso obrigatório por motociclistas.	Arquivado Art. 332 do RISF
270/2001	Nabor Júnior, Marina Silva e Emilia Fernandes	Denomina “Plácido de Castro” o Aeroporto Internacional de Rio Branco.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.5.2002
271/2001	Marina Silva	Altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, excluir de suas disposições as Centrais Elétricas do Norte do Brasil – S.A – Eletronorte.	Tramitando
272/2001	Carlos Bezerra	Estabelece condições especiais para o pagamento de prestações da casa própria quando o mutuário se torna desempregado e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
273/2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquias), para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
274/2001	Carlos Bezerra	Acrescenta parágrafo ao art. 94 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o posicionamento de redutores de velocidade ao longo de vias com passagens de pedestre demarcadas.	Arquivado Art. 332 do RISF
275/2001	Moreira Mendes	Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos para as empresas de transporte aéreo.	Arquivado Art. 332 do RISF
276/2001	Moreira Mendes	Modifica o art. 40 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), instituindo o regime de concessão de direito real de uso para utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários e permissionários de serviços aéreos públicos.	Arquivado Art. 332 do RISF
277/2001	Tião Viana	Dispõe sobre a isenção de responsabilidade civil para pessoas voluntárias que prestam serviços de assistência ou atendimento de emergência.	Tramitando
278/2001	Freitas Neto	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências.	Tramitando
279/2001	Waldeck Ornelas	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
280/2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
281/2001	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Tramitando
282/2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 12 da Lei nº 9.279, de 1996, especificando os casos de divulgação prévia pelo autor do invento que não prejudicam o pedido de patente.	Arquivado Art. 332 do RISF
283/2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre os crimes contra a intimidade e a vida privada das pessoas, acrescentando artigo ao Código Penal, em conformidade com o inciso X do art. 5º da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
284/2001 ¹⁶²	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.	Tramitando
285/2001	Edison Lobão	Acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 113 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências com vistas a garantir ao segurado o direito de acesso ao local de recebimento dos benefícios previdenciários.	Tramitando
286/2001	Moreira Mendes	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir abono anual para os beneficiários do benefício de prestação continuada pago pela assistência social.	Arquivado Art. 332 do RISF
287/2001	Robinson Viana	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores – RENER, integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC.	Arquivado Art. 332 do RISF
288/2001	Iris Rezende	Acrescenta dispositivos ao art. 652, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a competência dos juízes do trabalho e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.4.2002
289/2001 Complementar	Moreira Mendes	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada.	Arquivado Art. 332 do RISF
290/2001	Moreira Mendes	Dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de turismólogo.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.5.2002
291/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000, e pela Medida Provisória nº 2.193, de 23 de agosto de 2001.	À Câmara dos Deputados em 21.3.2002
292/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Regulamenta a profissão de agente desportivo e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 21.3.2002

¹⁶² Tramita em conjunto com o PLS nº 142/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
293/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.	Tramitando
294/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 21.3.2002
295/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Institui a Lei de Inquérito Parlamentar (LINP), disciplinando os poderes de investigação inerentes às autoridades judiciais, previstos no § 3º do art. 58, da Constituição Federal.	Tramitando

b.2) Da presente Sessão Legislativa

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2002	Carlos Bezerra	Altera o caput do art. 625-D da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Tramitando
2/2002	João Alberto Souza	Acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993 e dá outras providências.	Tramitando
3/2002	Moreira Mendes	Acrescente parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de vista a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.	Tramitando
4/2002	Carlos Bezerra	Altera os arts. 16 e 26 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal).	Tramitando
5/2002	Tião Viana	Altera o art. 2º e 23 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo a partir do qual não serão concedidos novos registros de atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e de parteiras, assegurar aos profissionais existentes acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem e dar outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
6/2002	Tião Viana	Institui, em prol dos idosos, cota mínima no acesso aos cargos e empregos públicos, ao ensino superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.	Tramitando
7/2002	Tião Viana	Institui mecanismos de ação afirmativa em prol da população indígena brasileira.	Tramitando
8/2002	Maria do Carmo Alves	Obriga a distribuição de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis e o fornecimento gratuito de preservativos no âmbito de motéis, estabelecimento do tipo drive-in e similares.	Tramitando
9/2002 ¹⁶³	Maria do Carmo Alves	Altera o art. 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de garantir a reserva de vagas nas creches ou entidades similares, e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência.	Tramitando
10/2002	Maria do Carmo Alves	Altera a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, para determinar a utilização da prestação de serviço voluntário como critério de desempate ou título em concurso público.	Tramitando
11/2002	Maria do Carmo Alves	Altera o art. 50 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.	Tramitando
12/2002	Carlos Wilson	Dispõe sobre o financiamento para aquisição de casa própria dos membros das forças policiais militar e civil.	Tramitando
13/2002	Osmar Dias	Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, que trata da Seguridade Social.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 21.6.2002
14/2002	Carlos Wilson	Estabelece que o provimento de vagas nos cursos de graduação das universidades públicas estaduais dar-se-á na proporção de cinquenta por cento para alunos egressos do ensino médio das escolas públicas estaduais.	Tramitando
15/2002 ¹⁶⁴	Renan Calheiros	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para taxistas.	Tramitando

¹⁶³ Tramita em conjunto com o PLC nº 30/2002.

¹⁶⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 178/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
16/2002	Mauro Miranda	Denomina “Viaduto Senador Taciano Gomes de Mello” o viaduto localizado no Km 617 da rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, Estado de Goiás.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 11.4.2002
17/2002	Romero Jucá	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-433.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
18/2002	Romero Jucá	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-434.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
19/2002	Romero Jucá	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação de BR-435.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
20/2002	Carlos Wilson	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848/40, Código Penal, a fim de aumentar a pena de agente que pratica crime com participação de menor.	Tramitando
21/2002	Carlos Wilson	Altera a redação dos artigos 67 e 89 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	Tramitando
22/2002 ¹⁶⁵ Complementar	Antônio Carlos Valadares e Lindberg Cury	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para regular a substituição tributária no campo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.	Prejudicado pela aprovação do PLS nº 128/2002
23/2002	Vasco Furlan	Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue.	Tramitando
24/2002 ¹⁶⁶	Romeu Tuma	Altera a Lei nº 9.347, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Tramitando
25/2002	Geraldo Althoff	Define o ato médico e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶⁵ Tramitou em conjunto com o PLS nº 128/2002 até 20.11.2002.

¹⁶⁶ Tramita em conjunto com o PLS nº 138/99.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
26/2002	Carlos Bezerra	Estabelece condições para a fabricação e o comércio de equipamentos destinados à abertura de fechaduras e dispositivos similares	Tramitando
27/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir o abatimento da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com material escolar.	Tramitando
28/2002	Valmir Amaral	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre o parcelamento da devolução da remuneração de férias paga antecipadamente aos servidores públicos civis federais.	Tramitando
29/2002	Carlos Wilson	Dispõe sobre as penalidades dos crimes contra a Administração Pública, acrescentando dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Tramitando
30/2002	Waldeck Ornelas	Altera a Lei nº 6.748, de 10 de dezembro de 1979, que "reduz a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais, pelo Sistema Financeiro de Habitação aos financiamentos de valor igual ou inferior a 1.500 Unidades Padrão de Capital (UPC)".	Tramitando
31/2002	Gerson Camata	Altera o artigo 2º da Lei nº 5.584, de 26/06/70, alteando os §§ 2º e 3º e acrescentando o § 5º.	Tramitando
32/2002	Lauro Campos	Concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos comerciais interestaduais.	Tramitando
33/2002	Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 137 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para fixar tempo máximo de punição de servidor público demitido ou destituído de cargo em comissão.	Tramitando
34/2002	Tião Viana	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
35/2002 Complementar	Tião Viana	Estabelece os percentuais do produto da arrecadação de impostos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços de saúde; os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e dos estados destinados a seus respectivos municípios; as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal; e as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União, nos termos do § 3º do art. 198 da Constituição Federal.	Tramitando
36/2002	Moreira Mendes	Altera o art. 1º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância epidemiológica, para obrigar o funcionamento de serviços de saúde existente nas regiões afetadas, nos fins-de-semana, durante a vigência de epidemias.	Tramitando
37/2002	Carlos Bezerra	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e ao § 1º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estender o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico.	Tramitando
38/2002	Freitas Neto	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro	Tramitando
39/2002	Arlindo Porto	Dispõe sobre a instalação de aparelho para a medição de pulsos telefônicos no Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular.	Tramitando
40/2002	Carlos Bezerra	Obriga a comprovação de registro no Conselho Regional de Medicina e da titulação de especialista para prática da Medicina em serviços de saúde.	Tramitando
41/2002	Romero Jucá	Altera a redação do art. 329, Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).	Tramitando
42/2002	Romero Jucá	Altera a redação dos parágrafos 1º e 3º do art. 184, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Tramitando
43/2002	Artur da Távola	Estabelece na legislação brasileira a criação e regulamentação da profissão/atividade de astrólogo.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
44/2002	Lúcio Alcântara	Denomina "Rodovia Governador Virgílio Távora" trecho da rodovia BR-116.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 17.5.2002
45/2002	Romero Jucá	Denomina "Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutú, na BR-401, Km 120, no município de Bonfim, no Estado de Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.5.2002
46/2002	Romero Jucá	Denomina "Ponte João Monteiro Barbosa Filho" a ponte transposta sobre o Rio Tacutú, na BR-401, Km 133, nos municípios do Bonfim e Normandia, no Estado de Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 24.5.2002
47/2002 ¹⁶⁷	Carlos Wilson	Institui o Estágio Retributivo Obrigatório e dá outras providências.	Tramitando
48/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).	Tramitando
49/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o agravo de instrumento na Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando
50/2002	Luiz Otávio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução de taxas de inscrição em concursos públicos.	Tramitando
51/2002	Maguito Vilela	Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para tipificar, como crime, a exploração de concurso de sorteios de números ou outros símbolos, para a obtenção de prêmios em dinheiro ou bens de qualquer natureza, autoriza a exploração indireta de serviço de loteria, mediante procedimento licitatório, e revoga os arts. 50 e 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
52/2002	Ademir Andrade	Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, estabelecendo critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.	Tramitando
53/2002	Gerson Camata	Altera os arts. 408 e 594 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, especificando condições para a soltura de réu primário.	Tramitando

¹⁶⁷ Tramita em conjunto com o PLS nº 124/2000.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
54/2002	Lauro Campos	Altera o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.	Tramitando
55/2002	Paulo Souto	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transporte Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para incluir o mencionado Departamento no âmbito da competência reguladora das Agências.	Tramitando
56/2002	Moreira Mendes	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que “reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências” para dispor que qualificação militar de difícil formação seja contabilizada como título para fins de pontuação nos processos seletivos destinados a ingresso nas Polícias Militares.	Tramitando
57/2002	Francelino Pereira	Dispõe sobre a profissão de artesão.	Tramitando
58/2002	Carlos Bezerra	Dá nova redação ao § 1º do art. 6 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo dessa Lei, de forma a esclarecer os critérios de fixação do valor mínimo anual por aluno e a configurar como crime de responsabilidade o descumprimento desses critérios.	Tramitando
59/2002	Romeu Tuma	Altera parágrafo dos arts. 1.379 e 1.242, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Tramitando
60/2002	Osmar Dias	Dispõe sobre o parcelamento de débitos relativos às contribuições de estados, do Distrito Federal e municípios ao PASEP.	Tramitando
61/2002	Osmar Dias	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reajustar os valores estimados de contratação pela Administração Pública.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 4.6.2002
62/2002 ¹⁶⁸	Freitas Neto	Dispõe sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio.	Tramitando
63/2002	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a criação de Juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho e dá outras providências.	Tramitando

¹⁶⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 186/2001.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
64/2002	Waldeck Ornelas	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, de forma a modificar a sistemática de atuação do Conselho Nacional de Assistência Social e de concessão do certificado de entidade beneficente de assistência social.	Tramitando
65/2002	Roberto Requião	Altera a redação do art. 928 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Tramitando
66/2002	Moreira Mendes	Altera o Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências, e outros diplomas legais”, para assegurar aos portadores e participantes de loterias, bingos e sorteios informação prévia sobre as probabilidades de sucesso.	Tramitando
67/2002	Romeu Tuma	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal - , para disciplinar a execução e a prescrição da pena.	Tramitando
68/2002	Mauro Miranda	Denomina “Viaduto Múcio Teixeira” o viaduto localizado no KM 166 da BR-060.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.6.2002
69/2002	Romero Jucá	Altera o art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas complicadas de diabetes entre as condições que dão direito à aposentadoria por invalidez.	Tramitando
70/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 4.6.2002 Aprovado em 2º turno em 11.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
71/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera dispositivos do decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva.	Aprovado em 1º turno em 11.6.2002 Aprovado em 2º turno em 18.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
72/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao tribunal do júri e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 11.6.2002 Aprovado em 2º turno em 18.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
73/2002	Casildo Maldaner	Declara o Município de Capinzal, no Estado de Santa Catarina, Capital Brasileira do Chester.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
74/2002	Romero Jucá	Denomina “Olavo Brasil” a ponte transposta sobre o Rio Arraia, na BR-401, Km 110, no Município de Bonfim, em Roraima.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 6.6.2002
75/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para acrescentar, entre as exigências mínimas dos planos que incluïrem internação hospitalar, a cobertura de despesa com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante.	Tramitando
76/2002	Pedro Simon	Prorroga o prazo previsto no art. 6º da Lei nº 9.454, de 1997.	Tramitando
77/2002	Moreira Mendes	Acrescenta o Título VII-A ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 27.6.2002
78/2002	Freitas Neto	Dispõe sobre a Universidade Federal do Gurguéia, UFG, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.	Tramitando
79/2002	Luiz Otávio	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, que dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências.	Tramitando
80/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 61 da Lei nº 9.690, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.	Tramitando
81/2002	Carlos Wilson	Permite a dedução integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas.	Tramitando
82/2002	Mauro Miranda	Denomina “Viaduto Ovídio José dos Santos” o viaduto localizado no km 620 da rodovia BR-153, no Município de Morrinhos, no Estado de Goiás.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.6.2002

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
83/2002	Moreira Mendes	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar o uso de produto fumígeno em solenidades públicas.	Tramitando
84/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para fixar prerrogativa em benefício de pessoas portadoras de deficiência.	Tramitando
85/2002	Tião Viana	Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids, para incluir nesse benefício os portadores do vírus das hepatites e os doentes com hepatites crônicas.	Tramitando
86/2002	Moreira Mendes	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de técnico em radiologia.	Retirado (RQS nº 375/2002)
87/2002	Moreira Mendes	Autoriza a criação de Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia, e dá outras providências.	Tramitando
88/2002	Lúcio Alcântara	Altera o art.225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para adotar a ação pública e segredo de justiça nos crimes contra os costumes.	Tramitando
89/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para o fim de vedar a vinculação do produto da arrecadação de multas ao pagamento de empresas privadas prestadoras de serviço aos órgãos e entidades da Administração Pública.	Tramitando
90/2002	Ari Stadler	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os resgates de recursos aplicados em planos de previdência privada, no caso que especifica.	Tramitando
91/2002	Ari Stadler	Altera o art. 2º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para isentar os doadores de órgãos da taxa de expedição para aquisição da carteira de identidade.	Tramitando
92/2002	Antero Paes de Barros	Autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a destinar canais específicos para as TVs Legislativas, nas condições que especifica.	Tramitando
93/2002	Francelino Pereira	Acrescenta parágrafo ao art. 37 da Lei nº 8.087, de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
94/2002	Carlos Bezerra	Altera o parágrafo único do art. 146 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.	Tramitando
95/2002	Ricardo Santos	Acrescenta o inciso XI ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de modo a permitir saques para a amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).	Tramitando
96/2002	Ricardo Santos	Modifica o art. 2º e o art. 5º, incisos II e III da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de forma a instituir a opção do fundo de aval como garantia dos financiamentos.	Tramitando
97/2002	Ricardo Santos	Dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES.	Tramitando
98/2002 Complementar	Mozarildo Cavalcanti	Regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º, da Constituição Federal).	Tramitando
99/2002	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 21 do Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).	Tramitando
100/2002	Geraldo Althoff	Estabelece regras para os serviços de proteção ao crédito e dá outras providências.	Tramitando
101/2002	Lauro Campos	Altera o § 1º do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, de forma a isentar a garantia do Juízo mediante comprovação do pagamento do débito fiscal ou sendo pessoa pobre.	Tramitando
102/2002	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).	Tramitando
103/2002	Álvaro Dias	Altera o art. 47 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
104/2002	Álvaro Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para dispensar do seguro obrigatório DPVAT os proprietários de veículos que optem por seguro facultativo por danos causados a terceiros, e art. 133-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para impedir a circulação de veículo não segurado contra terceiros.	Tramitando
105/2002	Comissão Mista Especial destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 14.5.2002 Aprovado em 2º turno em 29.5.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
106/2002	Comissão Mista Especial destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 4.6.2002 Aprovado em 2º turno em 11.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
107/2002	Comissão Mista Especial destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal – e dá outras providências. Altera o art. 85 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 4.6.2002 Aprovado em 2º turno em 11.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
108/2002	Comissão Mista Especial destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera a redação do § 3º do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 10.12.2002 Aprovado em 2º turno em 16.12.2002 À Câmara dos Deputados
109/2002	Antonio Carlos Júnior	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua e dá outras providências.	Tramitando
110/2002	Luiz Otávio	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro.	Tramitando
111/2002	Carlos Wilson	Autoriza o saque do saldo total das contas individuais pertencentes aos trabalhadores inscritos nos programas PIS e PASEP se o titular da conta encontrar-se desempregado.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
112/2002	Carlos Patrocínio	Altera o art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de evitar preterições no pagamento de faturas.	Tramitando
113/2002	Waldeck Ornelas	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de microcomputador.	Tramitando
114/2002	Ricardo Santos	Altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica.	Tramitando
115/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 29.5.2002 Aprovado em 2º turno em 4.6.2002 À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
116/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Acrescenta artigo ao Código Penal e modifica a pena cominada aos crimes de corrupção ativa e passiva.	Aprovado em 1º turno em 23.5.2002 Aprovado em 2º turno em 29.5.2002 À Câmara dos Deputados em 19.6.2002
117/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.	Aprovado em 1º turno em 4.6.2002 Aprovado em 2º turno em 11.6.2002 À Câmara dos Deputados em 19.6.2002
118/2002	Comissão Especial Mista destinada a levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País	Dispõe sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção da prova, o procedimento criminal e o regime especial de cumprimento da pena de líderes de organizações criminosas.	Tramitando
119/2002	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo urbano para os estudantes de estabelecimentos regulares de ensino, públicos ou privados.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
120/2002	Moreira Mendes	Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.	Tramitando
121/2002	Edison Lobão	Dispõe sobre a dedução por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados e dá outras providências.	Tramitando
122/2002	Lauro Campos	Acrescenta o art. 58-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o § 14 ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a flexibilização da jornada de trabalho do trabalhador responsável por portador de deficiência física, sensorial ou mental, ou de doença que exija tratamento continuado.	Tramitando
123/2002	Paulo Hartung	Denomina Sérgio Ceotto, a ponte sobre o Rio Doce na variante da BR 259, no município de Colatina – ES.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 12.6.2002
124/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de forma a permitir a utilização do FGTS em casos de destruição da casa própria do trabalhador em função de calamidade pública ou caso fortuito.	Tramitando
125/2002	Romeu Tuma	Altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para obrigar os partidos a transmitir a propaganda eleitoral em linguagem oficial para deficientes auditivos.	Tramitando
126/2002	Ademir Andrade	Inclui parágrafos no art. 2º da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde.	Tramitando
127/2002	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a proibição de cobrança da taxa de consumação mínima em casas noturnas.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
128/2002 ¹⁶⁹ Complementar	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 20.11.2002
129/2002	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Alta Floresta (RO).	Tramitando
130/2002	Edison Lobão	Dispõe sobre a revitalização do Rio Itapecuru.	Tramitando
131/2002	Ricardo Santos	Altera a redação do inciso VII e acrescenta parágrafo único ao art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.	Tramitando
132/2002	Carlos Bezerra	Altera o inciso VIII do art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para impor ao locador o dever de recolher as parcelas do imposto predial e territorial urbano (IPTU).	Tramitando
133/2002	Carlos Bezerra	Estabelece condições para a fabricação e o comércio de aparelhos de rádio HT.	Tramitando
134/2002	Chico Sartori	Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para o fim de vedar a inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.	Tramitando
135/2002	Lauro Campos	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nela previstos, o resultante de discriminação contra o idoso.	Tramitando
136/2002	Chico Sartori	Inclui a disciplina Noções de Cidadania no currículo do ensino fundamental e do ensino médio.	Tramitando
137/2002	Carlos Bezerra	Revoga o caput do art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que trata da representação fiscal relativa a crimes contra a ordem tributária.	Tramitando

¹⁶⁹ Tramitou em conjunto com o PLS nº 22/2002 até 20.11.2002.

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
138/2002 Complementar	Francisco Escórcio	Autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando a redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
139/2002	Ricardo Santos	Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, a fim de dispor sobre a situação de escrituras públicas antigas, outorgadas a adquirentes de imóveis conceituados como terrenos de marinha e seus acrescidos, bem ainda de imóveis construídos sobre acrescidos de marinha, nas condições que especifica.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
140/2002	Casildo Maldaner	Altera as Leis nºs 9.249 e nº 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas e físicas, respectivamente.	Tramitando
141/2002	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para delimitar o prazo de vigência da fiança locatícia.	Tramitando
142/2002	Casildo Maldaner	Adota a Baleia Franca como "Símbolo Nacional do Ecoturismo".	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 15.10.2002
143/2002	João Alberto Souza	Altera o § 1º do art. 1.565 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Tramitando
144/2002	Waldeck Ornelas	Altera a Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), e dá outras providências, para determinar que as aplicações de recursos feitas por Estados e Municípios em aeroportos administrados pela INFRAERO sejam convertidas em aporte de capital na referida empresa.	Tramitando
145/2002	Teotônio Vilela Filho	Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
146/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime o atentado contra repartição pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterada pelas Leis nº 8.930, de 6 de setembro de 1994, e nº 9.695, de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre os crimes hediondos.	Tramitando
147/2002	Francisco Escórcio	Altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a reponsabilidade dos prefeitos e vereadores e dá outras providências, para incluir, como crime de responsabilidade dos prefeitos municipais, a falta de repasses dos recursos vinculados ao Poder Legislativo.	Tramitando
148/2002	João Alberto Souza	Altera o caput do art. 1.577 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Tramitando
149/2002	Moreira Mendes	Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975.	Tramitando
150/2002	Ademir Andrade	Institui publicidade nas transferências de recursos da União, e dá outras providências.	Tramitando
151/2002	Gilberto Mestrinho	Altera os arts. 302 e 303 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a fim de adequar penas aplicáveis a crimes de trânsito às previstas no Código Penal para crimes da mesma natureza daqueles.	Tramitando
152/2002	Chico Sartori	Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Pecuarista e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.8.2002
153/2002	Mozarildo Cavalcanti	Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.	Tramitando
154/2002	Álvaro Dias	Altera o art. 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.	Tramitando
155/2002	Álvaro Dias	Altera o art. 5º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências, para permitir a venda de medicamentos de venda livre em estabelecimentos comerciais.	Retirado (RQS nº 397/2002)

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
156/2002	Ari Stadler	Altera dispositivo da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para incluir os portos de turismo entre as modalidades de instalação portuária de uso privativo.	Tramitando
157/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta art.392-B à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, e altera o art. 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a licença-maternidade das servidoras mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças e a licença paternidade dos trabalhadores celetistas e dá outras providências.	Tramitando
158/2002	Álvaro Dias	Acrescenta artigo à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal , permitindo que nas propriedades rurais a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.	Tramitando
159/2002	Romero Jucá	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 14 da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM.	Tramitando
160/2002	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a coleta, a reciclagem e a destinação final de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos inservíveis.	Tramitando
161/2002	Waldeck Ornelas	Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 2.12.2002
162/2002	Ari Stadler	Altera a legislação do Imposto de Renda.	Tramitando
163/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal”, para suprimir do art. 20 a frase “vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual”.	Tramitando
164/2002	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o contrato de distribuição de bebidas em geral e dá outras providências.	Tramitando
165/2002	Maguito Vilela	Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Tramitando
166/2002	Maguito Vilela	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 para estender aos beneficiários do Seguro-Desemprego a concessão de Vale-Transporte.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
167/2002	Geraldo Melo	Dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).	Tramitando
168/2002	Ricardo Santos	Acrescenta parágrafo ao artigo 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.	Tramitando
169/2002	Francisco Escórcio	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União.	Tramitando
170/2002	Tião Viana	Dispõe sobre a produção e importação de soro antiofídico.	Tramitando
171/2002 Complementar	José Eduardo Dutra	Modifica a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para permitir compensação financeira dos créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas condições que menciona e dá outras providências.	Tramitando
172/2002	Carlos Bezerra	Altera os arts. 57 e 175 da Lei nº 9.279, de 1996, incluindo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial no pólo passivo da relação processual, quando o mesmo não for autor, na forma dos arts. 56 e 173 da mesma Lei.	Tramitando
173/2002	Lauro Campos	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, e cria (...) o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, para instituir, no âmbito dos contratos de execução de obra rodoviária, a responsabilidade da contratada em relação à qualidade da obra executada, a vigorar pelo prazo e nas condições que especifica.	Tramitando
174/2002	Carlos Wilson	Dispõe sobre a garantia de vaga em estabelecimento de ensino superior aos candidatos aprovados no respectivo processo de seleção.	Tramitando
175/2002	Carlos Bezerra	Modifica o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), que regulamenta o inciso V do art. 203, da Constituição Federal.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
176/2002	Carlos Wilson	Altera a Lei 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Tramitando
177/2002	José Agripino	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades.	Tramitando
178/2002	José Agripino	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caicó – RN.	Tramitando
179/2002	Edison Lobão	Regula o exercício da profissão de “Sommelier” e dá outras providências.	Tramitando
180/2002	Edison Lobão e outros Senadores	Altera a Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.11.2002
181/2002	Paulo Souto	Altera a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e estabelece regra de cálculo para a complementação de que trata o art. 6º da Lei.	Tramitando
182/2002	Lindberg Cury	Estabelece regras de garantia para estabelecimentos comerciais sujeitos a regime jurídico de fornecimento através de fornecedor único e dá outras providências.	Tramitando
183/2002	Moreira Mendes	Altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de protadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.	Tramitando
184/2002 Complementar	Chico Sartori	Regulamenta o § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre o período de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.	Tramitando
185/2002	Lindberg Cury	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro.	Tramitando
186/2002	Marina Silva	Altera a redação de dispositivos da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
187/2002	Sebastião Rocha	Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica.	Tramitando
188/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta parágrafo ao art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca da elaboração dos editais dos processos de seleção aos cursos de educação superior.	Tramitando
189/2002	Carlos Bezerra	Identifica pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, o apostador de jogos de loteria explorados pela Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Tramitando
190/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para tornar nulos os acordos e convenções que permitam desconto dos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos e dá outras providências.	Tramitando
191/2002	Ari Stadler	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir multa judicial sobre os créditos devidos à Previdência Social apurados pela Justiça do Trabalho e cria o Fundo para Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Trabalho.	Tramitando
192/2002	Casildo Maldaner	Denomina “Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola” o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina.	Tramitando
193/2002	Waldeck Ornelas	Revoga a Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965.	Tramitando
194/2002	Bernardo Cabral	Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos serviços de transporte aéreo.	Tramitando
195/2002	Mozarildo Cavalcanti	Acrescenta inciso X ao parágrafo único do art. 145 e §§ 6º e 7º ao art. 148 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para permitir que o eleitor vote fora de sua seção eleitoral.	Tramitando
196/2002	Mozarildo Cavalcanti	Altera o art. 76 da Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
197/2002	Benício Sampaio	Institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol e dá outras providências.	Tramitando
198/2002	Sebastião Rocha	Transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências.	Tramitando
199/2002	Mauro Miranda	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e dá outras providências, para autorizar o Poder Executivo a complementar a remuneração dos policiais que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, de forma a igualá-la à dos policiais do Distrito Federal.	Tramitando
200/2002	Wellington Roberto	Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Tramitando
201/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN).	Tramitando
202/2002	Edison Lobão	Altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, para dispor sobre o direito dos estagiários a férias e dá outras providências.	Tramitando
203/2002	Casildo Maldaner	Acrescenta parágrafo 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, renumerando-se o seu parágrafo único.	Tramitando
204/2002	Ademir Andrade	Institui critérios para a aplicação dos recursos, fundos e programas de qualquer natureza administrados pelo BNDES.	Tramitando
205/2002	Ademir Andrade	Modifica o art. 11 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, proibindo as instituições financeiras de computar os créditos junto ao FCVS, como operações de financiamento habitacional ao âmbito do SFH.	Tramitando
206/2002	Roberto Saturnino	Concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
207/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para proibir a fixação de limite superior de idade para os doadores de sangue.	Tramitando
208/2002	Freitas Neto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Piri-piri e dá outras providências.	Tramitando
209/2002	Casildo Maldaner	Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário, e dá outras providências.	Tramitando
210/2002	Mauro Miranda	Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de aids.	Tramitando
211/2002	Mozarildo Cavalcanti	Autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – capital do Estado de Roraima.	Tramitando
212/2002	Teotônio Vilela Filho	Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.	Tramitando
213/2002	Waldeck Ornelas	Inclui as doações aos fundos controlados pelos Conselhos de Assistência Social na permissão para dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas.	Tramitando
214/2002	Valmir Amaral	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1988, que dispõe sobre legislação de trânsito, para destinar parcela da arrecadação de multas de trânsito à Rede SARAH de Hospitais do Aparelho Locomotor.	Tramitando
215/2002	Valmir Amaral	Altera o art. 67 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Registros Públicos), modificada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975, e acrescenta parágrafo único ao art. 1.525 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	Tramitando
216/2002	Lauro Campos	Dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de Sacerdote.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
217/2002	Osmar Dias	Altera o § 1º do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a notificação pessoal dos reclamados nas ações trabalhistas e dá outras providências.	Tramitando
218/2002	Maria do Carmo Alves	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a realização de licitação de âmbito internacional quando houver no País licitante com capacidade para realizar a obra, prestar o serviço ou fornecer o bem objeto da licitação.	Tramitando
219/2002	Carlos Bezerra	Veda a investidura em cargos de direção em instituições reguladoras dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de previdência complementar de detentores de participação acionária superior a cinco por cento em instituições que operem nesses mercados.	Tramitando
220/2002	Carlos Bezerra	Proíbe a cobrança de honorários advocatícios por parte das imobiliárias ou administradoras de imóveis, sem o devido ajuizamento da ação de cobrança.	Tramitando
221/2002	Carlos Bezerra	Adota o Tuiuiú (Jabiru mycteria) como Ave Símbolo do Brasil.	Tramitando
222/2002	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e dá outras providências, para determinar a reserva de vagas de estacionamento em benefício dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência com dificuldades de locomoção.	Tramitando
223/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 8.176, de oito de fevereiro de 1991, para considerar crime contra a ordem econômica a adulteração dos combustíveis que especifica.	Tramitando
224/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
225/2002	Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 16 da Lei nº 6.830, de 22 de janeiro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Tramitando
226/2002	Carlos Becerra	Dispõe sobre o seguro educacional.	Tramitando
227/2002	Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Tramitando
228/2002	Carlos Bezerra	Acrescenta artigo ao Código de Processo Penal para vedar a concessão de habeas corpus a criminosos reincidentes.	Tramitando
229/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para introduzir faróis com tratamento antiofuscamento entre os equipamentos obrigatórios dos veículos.	Tramitando
230/2002	Romeu Tuma	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.	Tramitando
231/2002	José Sarney e Bello Parga	Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis que menciona.	Tramitando
232/2002	Lúcio Alcântara	Altera o art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, que restabelece os princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pro-nac) e dá outras providências, para estender à realização de mostras e festivais audiovisuais a fruição do incentivo fiscal.	Tramitando
233/2002	Adir Gentil	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de apoio ao desenvolvimento do setor artesanal e empresas artesanais.	Tramitando
234/2002	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil.	Tramitando
235/2002	Geraldo Melo	Institui incentivo fiscal destinado a estimular a contratação de jovens para o primeiro emprego e de trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade.	Tramitando
236/2002	Benício Sampaio	Considera despesas operacionais os gastos realizados por empresas em ações de prevenção de doenças cardiovasculares.	Tramitando
237/2002	Moreira Mendes	Regulamenta o exercício das profissões de calefeiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
238/2002	Romero Jucá	Altera os arts. 185 e 792 do Decreto-Lei nº3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), acrescentando-lhe, ainda, o art. 217-A, para dispor sobre a realização de interrogatório à distância e a utilização de meios de presença virtual do réu preso nas audiências de inquirição de testemunhas.	Tramitando
239/2002	Gerson Camata	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no Estado do Espírito Santo.	Tramitando
240/2002	Comissão criada pelo RQS nº 392/2001 (Rio São Francisco)	Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.433, de 10 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, para alterar a destinação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.	Tramitando
241/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inclui a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil como método complementar do ensino formal, visando à formação moral e cívica e patriótica e dá outras providências.	Tramitando
242/2002	Waldeck Ornelas	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas – BA, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências.	Tramitando
243/2002	Moreira Mendes	Institui a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.	Tramitando
244/2002	Waldeck Ornelas	Regulamenta o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
245/2002	Jonas Pinheiro	Prorroga o prazo para a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências.	À Câmara dos Deputados em 11.12.2002
246/2002	Mozarildo Cavalcanti	Estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências.	Tramitando
247/2002	Antonio Carlos Júnior	Dispõe sobre o investimento em ações com recursos depositados em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
248/2002	Romeu Tuma	Acrescenta parágrafo único ao art. 185 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e § 3º ao art. 792 do mesmo diploma processual, para dispor sobre a realização de interrogatório à distância e a dispensa do comparecimento físico do acusado e das testemunhas nas audiências, mediante a utilização de recursos tecnológicos de presença virtual. acrescenta parágrafo único ao art. 185 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e § 3º ao art. 792 do mesmo diploma processual, para dispor sobre a realização de interrogatório à distância e a dispensa do comparecimento físico do acusado e das testemunhas nas audiências, mediante a utilização de recursos tecnológicos de presença virtual.	Tramitando
249/2002 Complementar	Paulo Hartung	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços, de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.	Tramitando
250/2002	Ramez Tebet	Dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 5.12.2002
251/2002	Waldeck Ornelas	Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.	Tramitando
252/2002	Mozarildo Cavalcanti	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para assegurar o exercício do sufrágio aos condenados cuja sentença não transitou em julgado.	Tramitando
253/2002	Carlos Patrocínio	Altera o art. 184 do Código Penal, para nele incluir, como específica, outras formas de violações aos direitos autorais. altera o art. 184 do Código Penal, para nele incluir, como específica, outras formas de violações aos direitos autorais.	Tramitando
254/2002	Carlos Patrocínio	Determina que a ação penal nos crimes contra crianças e adolescentes será pública e incondicionada.	Tramitando
255/2002	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 10.525/2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
256/2002	Romero Jucá	Acrescenta inciso ao artigo 4º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1981, que institui o Conselho de Comunicação Social..	Tramitando
257/2002	Jefferson Péres	Altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como ato de improbidade administrativa e como crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal.	Tramitando
258/2002	Carlos Bezerra	Altera o art. 14 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999 – Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas – para dar maior flexibilidade na pena do réu (redução) que colaborar voluntariamente com a investigação e o processo criminal.	Tramitando
259/2002 Complementar	Ricardo Santos	Insera novo parágrafo no art. 3º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de forma a destinar parte de seus recursos para o atendimento na educação infantil em tempo integral.	Tramitando
260/2002	Geraldo Melo	Dispõe sobre o parcelamento de débitos de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativos às contribuições sociais e altera dispositivos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e dá outras providências.	Tramitando
261/2002	Maguito Vilela	Autoriza a União a transferir e ressarcir encargos aos estados e municípios mediante convênio, nas condições que estabelece.	Tramitando
262/2002	Luiz Pastore	Insera no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a alínea “d”, para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico, em escolas sem fins lucrativos.	Tramitando
263/2002	Luiz Pastore	Altera os arts 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura.	Tramitando
264/2002	Mozarildo Cavalcanti	Cria percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais para as finalidades que menciona.	Tramitando

(PLS) Número	Autor	Ementa	Resultado
265/2002	Benício Sampaio	Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Tramitando
266/2002	Luiz Otávio	Altera os arts. 249 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar como permanentes os crimes neles definidos.	Tramitando
267/2002	Marina Silva	Permite a convocação de plebiscito e referendo, mediante decreto legislativo, a partir de proposta originária de iniciativa popular.	Tramitando
268/2002	Benício Sampaio	Dispõe sobre o exercício da Medicina.	Tramitando

b.3) Emendados pela Câmara dos Deputados

Projeto aprovado e sancionado sem veto	2
Projeto aprovado e vetado integralmente	1
Projetos em tramitação	11
TOTAL	14

(PLS) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
292/81	6.183/85	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Tramitando
47/88	4.569/89	Marco Maciel	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, ao art. 1º, seu parágrafo único, e ao art. 3º do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, e ao § 4º do art. 3º e inciso II do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.	Tramitando
60/88	974/88	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Tramitando
110/88	3.803/89	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências.	Tramitando
112/88	4.243/89	Iram Saraiva	Concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de sessenta anos, nas condições que especifica.	Tramitando
260/89	4.881/90	Comissão Diretora	Dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, e dá outras providências.	Tramitando
89/90	18891	Fernando Henrique Cardoso	Determina a seleção objetiva de pessoas submetidas à fiscalização de tributos federais e equipara ao crime de prevaricação a interferência contrária por autoridades políticas e administrativas.	Tramitando
69/95	1.238/95	Romero Jucá	Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.	Tramitando

(PLS) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
129/95	3.207/97	Benedita da Silva	Regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliário aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Transitórias.	Aprovado o Substitutivo da Câmara À sanção Vetado totalmente
131/96	4.857/98	Benedita da Silva	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.436, de 24.4.2002
205/96	3.777/97	Sérgio Machado	Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.	Tramitando
221/96	3.164/97	Lúcio Alcântara	Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.	À sanção Lei nº 10.413, de 12.3.2002
11/97	3.602/97	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre os acordos judiciais trabalhistas que tratem da concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.	Tramitando
195/99	1.641/99	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o uso da talidomida.	Tramitando

c) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)

Aprovados e sancionados com veto parcial	8
Aprovados e vetados totalmente	12
Aprovados e sancionados sem veto	54
Emendados e encaminhados à Câmara dos Deputados	12
Rejeitados (art. 254 do RISF)	7
Tramitação sobrestada	1
Arquivados ao final da legislatura – art. 332 RISF	39
Tramitando	177

c.1) De Sessões Legislativas anteriores

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
124/92	636/91	Deputado Pedro Abrão	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, tornando inexigível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural.	Arquivado Art. 332 do RISF
10/94	2.395/91	Deputado José Carlos Coutinho	Dispõe sobre remuneração mínima do Assistente Social.	Arquivado Art. 332 do RISF
6/95 ¹	5.814/90	Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 167 do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
12/95 ²	1.387/91	Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a responsabilidade penal do empregador, nos termos do art. 132 do Código Penal, em casos de acidente de trabalho por falta de equipamento de proteção individual, acrescentando parágrafo único ao art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.	Arquivado Art. 332 do RISF
19/95 ³	3.751/93	Deputado José Fortunati	Acrescenta parágrafos ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre exames médicos do empregado.	Arquivado Art. 332 do RISF
32/95 ⁴	1.674/91	Deputado Koyu Iha	Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
55/95	3.999/93	Deputado Nelson Marquezelli	Dispõe sobre as funções de magistério para efeito do disposto no art. 56 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹ Tramita em conjunto com os PLC nºs 12 e 19/95.

² Tramita em conjunto com os PLC nºs 6 e 19/95.

³ Tramita em conjunto com os PLC nºs 6 e 12/95.

⁴ Tramita em conjunto com o PLS nº 108/99.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
60/95	4.805/90	Deputada Rita Camata	Institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
61/95	803/91	Deputado Eduardo Jorge	Dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Previdência e Assistência Social e à Caixa Econômica Federal e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
67/95	383/91	Deputado Marcelino Romano Machado	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
76/95	4.228/93	Deputado Nilson Gibson	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
96/95	2.235/91	Deputado Paulo Paim	Acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
101/95	1.920/91	Deputado Eduardo Jorge	Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.	Arquivado Art. 332 do RISF
119/95	642/95	Deputado Valdeomar Costa Neto	Redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
1/96	1.727/91	Deputado Paulo Portugal	Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/96	1.354/95	Presidente da República	Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos extintos territórios federais e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
31/96	1.417/96	CPI destinada a investigar a situação dos bingos no Brasil	Dispõe sobre o jogo de bingo e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
42/96	266/95	Deputado Sandro Mabel	Dispõe sobre o depósito e venda de veículo apreendido pelos DETRAN, em todo o território nacional.	Arquivado Art. 332 do RISF
63/96 ⁵	1.243/95	Deputado Maurício Requião	Dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁵ Tramita em conjunto com o PLC nº 99/96.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
69/96	3.074/92	Deputado César Souza	Altera dispositivo do Código de Processo Penal, dispondo sobre o local em que os réus deverão estar sentados durante as audiências e sessões.	Arquivado Art. 332 do RISF
73/96	145/95	Deputado Alvaro Valle	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado Art. 332 do RISF
79/96	459/95	Deputado Sérgio Carneiro	Regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da União.	Arquivado Art. 332 do RISF
91/96	4.652/94	Deputado José Fortunati	Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
96/96	826/95	Deputado Jorge Anders	Dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.	Arquivado Art. 332 do RISF
97/96 ⁶	1.147/95	Deputado Zaire Rezende	Altera dispositivos da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, para garantir ao companheiro ou companheira o direito à meação dos bens reunidos na constância da união e dá outras providências.	Tramitação sobrestada (RQS nº 477/99)
99/96 ⁷	626/95	Deputado Maurício Requião	Altera a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.	Arquivado Art. 332 do RISF
101/96	1.708/91	Deputado Jackson Pereira	Define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
107/96	1.697/96	Deputado Vicente Arruda	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/97	1.078/95	Deputado Ibrahim Abi-Ackel	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
22/97 ⁸	2.314/96	Presidente da República	Dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências (crimes praticados por militares estaduais contra civis).	Arquivado Art. 332 do RISF
28/97	77/95	Deputado José Janene	Dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁶ Aguardando a decisão da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.686/96.

⁷ Tramita em conjunto com o PLC nº 63/96.

⁸ Tramita em conjunto com o PLS nº 132/2000.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
31/97 ⁹	2.226/96	Deputado Aloysio Nunes Ferreira	Revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado Art. 332 do RISF
34/97	1.314/95	Deputada Fátima Pelaes	Altera o art. 83, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Arquivado Art. 332 do RISF
47/97	380/91	Deputado José Egidio	Dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
52/97	676/95	Deputado Ubiratan Aguiar	Regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público.	Arquivado Art. 332 do RISF
53/97	730/95	Deputado Ubiratan Aguiar	Regulamenta o art. 213 da Constituição Federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos.	Tramitando
77/97 ¹⁰	469/95	Deputado Alexandre Ceranto	Dispõe sobre o Programa Especial de Trabalho Educativo e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
3/98 ¹¹	4.053/93	Deputado Renato Johnsson	Dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
10/98	4.175/89	Deputado Koyu Iha	Dispõe sobre gratuidade de transporte de idosos.	Arquivado Art. 332 do RISF
11/98 ¹²	731/95	Deputado Ubiratan Aguiar	Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 28.11.2002
14/98 ¹³	3.770/97	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências (<i>inclui as palmas entre as saudações ao Hino Nacional e extingue a proibição de utilizar a Bandeira Nacional como roupagem ou adereço</i>).	Tramitando

⁹ Tramitou em conjunto com os PLS nºs 156/97 e 6/98.

¹⁰ Tramita em conjunto com os PLS nºs 488 e 618/99.

¹¹ Os projetos nºs 3 e 5/98 foram apresentados durante a 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 6 de janeiro a 13 de fevereiro de 1998.

¹² Tramitou em conjunto com o PLS nº 59/99 até 5.11.2002.

¹³ Tramita em conjunto com os PLC nºs 91/2000 e 13/2001; e PLS nºs 657/99, 32 e 200/2000.

(PLC) Número		Autor		Ementa	Resultado
SF	CD				
26/98	2.863/97	Presidente República	da	Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).	Arquivado Art. 332 do RISF
51/98	4.769/94	Presidente República	da	Institui a Política Nacional de Turismo, mediante o estabelecimento de normas destinadas a promover e a incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
8/99 ¹⁴	3.125/97	Presidente República	da	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, e dá outras providências.	Tramitando
26/99	3.961/97	Deputado Teixeira	Miro	Estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências.	Tramitando
30/99	4.695/98	Presidente República	da	Altera os arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que também fica acrescida dos arts. 789A, 789B, 790A e 790B (custas e emolumentos na Justiça do Trabalho).	À sanção Lei nº 10.537, de 27.8.2002
36/99	4.183/98	Deputado Confúcio Moura		Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.	À sanção Lei nº 10.517, de 11.7.2002
41/99	81/99	Deputado Bacci	Ênio	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – e dá outras providências (ampliação das atribuições do oficial de Justiça).	Tramitando
42/99	4.675/94	Presidente República	da	Dispõe sobre o processo seletivo para o ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado com Emendas À Câmara dos Deputados em 27.6.2002
53/99	3.883/97	Deputado Rober- to Jefferson		Dispõe sobre a atuação de advogado durante depoimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.	Tramitando
65/99 ¹⁵	2.961/97	Presidente República	da	Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, com a redação dada pelas Leis nºs 6.657, de 5 de junho de 1979, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989; da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (<i>Lei da Mordança</i>).	Tramitando

¹⁴ Em 22.11.99, foi recebida a MSF nº 219/99, de retirada da matéria.

¹⁵ Tramita em conjunto com o PLS nº 536/99.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
11/2000	2.500/92	Presidente da República	Dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União e dá outras providências.	Tramitando
12/2000	885/95	Deputada Maria Elvira	Institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.	Tramitando
13/2000	1.411/96	Deputado Fernando Gabeira	Fixa normas gerais para a prática do natu-rismo.	Tramitando
14/2000	192/99	Deputado José Roberto Batochio	Dá nova redação aos arts. 544 e 545 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	Tramitando
18/2000	1.176/95	Presidente da República	Estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e dá outras providências.	Tramitando
35/2000	2.733/97	Deputado Dipp	Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências.	Tramitando
41/2000	121/99	Deputado Cunha Bueno	Estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.	Tramitando
44/2000 ¹⁶	2.222/99	Presidente da República	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.	Tramitando
46/2000	1.122/95	Presidente da República	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Tramitando
52/2000	2.623/96	Deputado Zulaiê Cobra	Altera o art. 31 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências.	Tramitando
53/2000	3.251/97	Deputado Osmâ-nio Pereira	Dispõe sobre o desmembramento dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.	Tramitando

¹⁶ Tramita em conjunto com os PLS nºs 35 e 224/2001.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
55/2000	3.185/2000	Deputado Miro Teixeira	Dispõe sobre a prorrogação dos contratos temporários relativos ao Censo de 2000.	Tramitando
60/2000	2.083/96	Deputado Agnelo Queiroz	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização dos exames para diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito do recém-nascido.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
61/2000	1.866/96	Deputado Corauci Sobrinho	Assegura aos adquirentes de imóveis em construção o direito de exigir dos responsáveis pelo empreendimento a comprovação de recolhimento aos cofres do INSS e CEF.	Tramitando
64/2000	1.096/95	Deputado Freire Júnior	Determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.	Tramitando
65/2000	1.075/95	Deputada Esther Grossi	Dispõe sobre a responsabilidade do Estado em educação pública, e dá outras providências.	Tramitando
66/2000	4.132/93	Deputado Luiz Carlos Hauli	Dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica.	Tramitando
67/2000	2.521/96	Deputado Airton Dipp	Acrescenta parágrafos ao art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Tramitando
68/2000	147/99	Deputado Enio Bacci	Altera a redação do art. 180 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (<i>veículo imobilizado por falta de combustível</i>).	Tramitando
70/2000	3.838/97	Deputado Ricardo Barros	Altera os arts. 56 e 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 – Lei de Registros Públicos (<i>alteração de prenomes</i>).	Tramitando
71/2000	3.922/97	Deputado João Paulo	Institui multa a fornecedores de bens ou serviços por atraso no cumprimento de prazo de entrega de mercadoria ou realização do serviço.	Tramitando
72/2000	3.987/97	Deputado Enio Bacci	Acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos prazos (<i>início da contagem de prazo</i>).	Tramitando
73/2000	4.403/98	Deputado Max Rosenmann	Dispõe sobre mensagens educativas em embalagens de preservativos e absorventes higiênicos.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
75/2000	2.308/2000	Deputado Aloízio Mercadante	Dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública, e dá outras providências.	Tramitando
76/2000	240/99	Deputado Professor Luizinho	Acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para obrigar a divulgação do seguro obrigatório DPVAT aos segurados.	Tramitando
77/2000	510/99	Deputado Ênio Bocci	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (<i>direito de apresentar petições via fax</i>).	Tramitando
78/2000	561/99	Deputado Rubens Bueno	Altera o art. 1.219 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (<i>depósito em nome da parte ou do interessado</i>).	Tramitando
80/2000	1.066/99	Deputado Rubens Bueno	Acrescenta parágrafo ao art. 179 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, determinando a suspensão dos prazos judiciais iguais ou inferiores a um quinquídio.	Tramitando
82/2000	1.803/99	Deputado Freire Júnior	Permite o registro do nome dos guardiões ou tutores de crianças e adolescentes nos documentos pessoais dos menores.	Tramitando
84/2000	1.542/91	Deputado Ricardo Izar	Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 27.6.2002
87/2000	566/99	Deputado Reginaldo de Jesus	Dispõe sobre a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz.	Rejeitado (art. 254, do RISF)
88/2000 ¹⁷	261/99	Deputado Barbosa Neto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata, e dá outras providências.	Tramitando
89/2000	3.512/97	Presidente da República	Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.	Tramitando

¹⁷ Tramita em conjunto com o PLC nº 6/2001.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
91/2000 ¹⁸	2.990/97	Deputado Ursicino Queiroz	Altera a redação dos arts. 13 e 14 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências, determinando o hasteamento diário da Bandeira Nacional em todos os prédios públicos.	Tramitando
92/2000	2.984/97	Deputado Airton Dipp	Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a recondução de Conselheiros Tutelares, sem restrições.	Tramitando
93/2000	2.654/96	Deputado Agnelo Queiroz	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar o prazo de validade nas certidões expedidas pela Administração Pública.	Tramitando
94/2000	1.693/96	Deputado Silas Brasileiro	Dispõe sobre o controle de incêndios florestais e queimadas, a concessão de autorização especial para a queima controlada, e dá outras providências.	Tramitando
95/2000	1.080/95	Deputado Antônio Jorge	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fabricantes de lâmpadas informarem o tempo de vida útil do produto.	Tramitando
96/2000	588/95	Deputado Rita Camata	Altera dispositivos da Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências, adequando-a à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Tramitando
100/2000	2.408/96	Deputado Vic Pires Franco	Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (<i>inclusão de informática nos currículos escolares</i>).	Tramitando
102/2000	2.862/97	Superior Tribunal Militar	Altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992 (<i>juizes militares dos Conselhos Especial e Permanente</i>).	À sanção Lei nº 10.445, de 7.5.2002
104/2000	3.478/97	Deputado Ênio Bacci	Institui o Programa de Diagnóstico e Prevenção de Anomalias Fetais, e dá outras providências.	Tramitando
106/2000	3.881/97	Deputado Roberto Pessoa	Altera o § 1º do art. 236 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (<i>normas para publicação de intimação</i>).	Tramitando
108/2000	279/99	Deputado Ênio Bacci	Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes orientando sobre falsificação de remédios, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.	Tramitando

¹⁸ Tramita em conjunto com os PLC nºs 14/98 e 13/2001; e PLS nºs 657/99, 32 e 200/2000.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
109/2000	4.734/98	Deputado Paulo Lima	Dispõe sobre a informatização, no âmbito da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, da escrituração cartorária por meio de discos ópticos e optomagnéticos ou em outros meios reconhecidos como legais, sem prejuízo dos métodos atualmente empregados.	Tramitando
113/2000	405/95	Deputado Fernando Zuppo	Estabelece precedência aos usuários que específica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta.	Tramitando
3/2001	4.302/98	Presidente da República	Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 16.12.2002
4/2001	3.049/2000	Deputado José Pimentel e outros Deputados	Dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 16.5.2002
5/2001	1.097/95	Deputado Antônio Jorge	Acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Tramitando
6/2001 ¹⁹	2.412/96	Deputados Jaques Wagner	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de etiqueta de orientação para a prevenção do câncer de mama na fabricação e comercialização de sutiãs.	Tramitando
10/2001	332/99	Deputado Ibrahim Abi-Ackel	Autoriza a reversão ao município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, do terreno que menciona.	Tramitando
11/2001	333/99	Deputado Antônio Kandir	altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	Tramitando
12/2001	2.282/99	Presidente da República	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica ao Município de Antonina, Estado do Paraná.	Tramitando
13/2001 ²⁰	350/99	Presidente da República	Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais (e define contravenções).	Tramitando
18/2001	605/99	Deputado Professor Luizinho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os servidores das Delegacias de Polícia informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal.	Tramitando

¹⁹ Tramita em conjunto com o PLC nº 88/2000.

²⁰ Tramita em conjunto com os PLC nºs 14/98 e 91/2000; e PLS nºs 657/99, 32 e 200/2000.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
21/2001	675/99	Deputado Adolfo Marinho	Dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Jericoacoara, e dá outras providências.	Tramitando
24/2001	4.229/98	Deputado Márcio Fortes	Dispõe sobre o estabelecimento da hora de verão no País em datas determinadas e nas regiões específicas.	Tramitando
25/2001	667/99	Deputado Dr. Hélio	Dispõe sobre a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde - SUS.	À sanção Lei nº 10.424, de 15.4.2002
28/2001	2.976/2000	Deputado José Carlos Coutinho	Acrescenta parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977.(Estende aos avós o direito de visita a seus netos).	Tramitando
31/2001	1.016/95	Deputada Laura Carneiro	Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde.	Tramitando
32/2001	2.660/96	Presidente da República	Dispõe sobre o tempo de direção do motorista de caminhões e ônibus trafegando em rodovias.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 24.4.2002
34/2001	3.388/97	Deputado Jaques Wagner	Dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.	Tramitando
35/2001	3.635/97	Deputado Airton Dipp	Dispõe sobre a prioridade a ser dada aos processos e julgamentos de ações trabalhistas cujos autores sejam doentes em estado terminal.	Tramitando
36/2001	193/99	Deputado José Roberto Tatochio	Altera os arts. 535 e 541 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Requisitos para apresentação de embargos de declaração e dos recursos extraordinário e especial).	Tramitando
37/2001	303/99	Deputado Enio Bacci	Institui a reabilitação criminal de ofício.	Tramitando
38/2001	406/99	Deputado Simão Sessim	Acrescenta o art. 87-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 9º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, os arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 2.251, de 12 de junho de 1997 e o Decreto nº 2.729, de 10 de agosto de 1998 (comunicação de óbitos para efeito de cancelamento de aposentadoria e pensão).	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
40/2001	1.181/99	Deputada Ângela Guadagnin	Altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, que regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária, e dá outras providências.	Tramitando
42/2001	1.766/99	Deputada Ângela Guadagnin	Modifica a Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências. (assistência judiciária gratuita na Justiça do Trabalho).	Tramitando
43/2001	3.361/97	Deputado Fernando Zuppo	Acrescenta §§ 9º e 10 ao art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Tramitando
47/2001	2.579/2000	Deputado José Roberto Botochio	Acrescenta parágrafo ao art. 549 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.	Tramitando
48/2001	2.336/2000	Deputado Freire Júnior	Dispõe sobre a assistência do advogado no inquérito policial.	Tramitando
50/2001	1.676/99	Deputado Aldo Rebelo	Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.	Tramitando
53/2001	4.346/2001	Deputado Milton Monti	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para modificar o número de candidatos às eleições.	Tramitando
54/2001	3.786/97	Deputado Fernando Zuppo	Dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.	Tramitando
55/2001	5.919/90	Deputado Paulo Paim	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para efeito de acelerar e racionalizar o processo trabalhista e dá outras providências.	Tramitando
57/2001	3.035/92	Deputado Werner Wanderer	Dispõe sobre o financiamento para reparo e reforma de máquinas e equipamentos agrícolas.	Tramitando
60/2001	340/95	Deputado Aloysio Nunes Ferreira	Institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.516, de 11.7.2002

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
61/2001	1.778/96	Deputado Ary Kara	Dispõe sobre a aceitação de moeda nacional e cartão de crédito nacional no pagamento de compras de mercadorias efetuadas em lojas francas.	Tramitando
63/2001	2.862/2000	Deputado Milton Temer	Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que trata da incidência do imposto de renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente.	À sanção Vetado totalmente
64/2001	2.882/2000	Deputado Vivaldo Barbosa	Atribui competência ao Juízo Federal para processar e julgar as matérias enumeradas nos incisos I a V do art. 66 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Tramitando
65/2001	3.655/2000	Deputado Vicente Caropreso	Altera a Lei nº 9.800, de 26 de maio de 1999, para permitir o uso da Internet na transmissão de dados em atos processuais e dá outras providências.	Tramitando
66/2001	1.670/96	Presidente da República	Dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Tramitando
67/2001	3.901/2000	Deputada Nair Xavier Lobo	Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (medidas cautelares em caso de violência doméstica).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.455, de 13.5.2002
69/2001	4.594/94	Deputado Paulo Paim	Dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.	Tramitando
70/2001	250/95	Deputado Gonzaga Patriota	Inclui no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a implantação de bacia que menciona.	Tramitando
72/2001	338/95	Deputada Fátima Pelaes	Acrescenta parágrafo ao art. 48 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (facilita a comprovação de atividade rural exercida em regime de economia familiar).	Rejeitado (art. 254 do RISO)
73/2001	352/95	Deputada Laura Carneiro	Dispõe sobre a conversão da união estável em casamento.	Tramitando
74/2001	897/95	Deputado João Fassarella	Acrescenta parágrafo ao art. 162 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para responsabilizar solidariamente pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho as empresas contratantes de prestadoras de serviços.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
75/2001	3.206/97	Presidente da República	Altera a sede e o foro da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB.	À sanção Lei nº 10.463, de 23.5.2002
76/2001	66/99	Deputada Iara Bernardi	Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas.	À sanção Vetado totalmente
77/2001	1.286/99	Deputado Gustavo Fruet	Acrescenta dispositivos ao art. 815 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil Brasileiro (obriga o devedor hipotecante a saldar a parcela da hipoteca correspondente a unidade autônoma de condomínio comprada à vista).	Tramitando
79/2001	2.448/2000	Deputado Gustavo Fruet	Altera a redação do art. 359 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral (institui a obrigatoriedade do depoimento pessoal no processo penal eleitoral).	Tramitando
80/2001	2.924/2000	Deputado José Roberto Batocchio	Acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (estabelece o conhecimento, de ofício, pelas autoridades de controle da atividade judiciária, de recursos fundados em falta de fundamentação de decisão recorrida).	Tramitando
81/2001	3.228/2000	Deputado Jorge Pinheiro	Institui o Cadastro Nacional de Moradia e dá outras providências.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 22.5.2002
82/2001	4.983/2001	Deputado Divaldo Suruagy	Dá nova redação ao § 1º do art. 37 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (determina prazo para retirada de pichação, inscrição a tinta ou a veicularão de propaganda em desacordo com a lei eleitoral, sob pena de multa).	Tramitando
84/2001	3.735/93	Deputado Luiz Carlos Haully	Dispõe sobre o regime jurídico das Sociedades de Interesse Econômico.	Tramitando
85/2001	197/95	Deputado Roberto Rocha	Determina que o currículo pleno dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio abranja obrigatoriamente Educação para o Trânsito.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
86/2001	4.697/94	Presidente da República	Dispõe sobre a aplicação de penalidade por infração da legislação que rege as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).	Tramitando
90/2001	4.731/94	Deputado Aldo Rebelo	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.	Tramitando
91/2001	755/95	Deputado Cláudio Cajado	Inclui ferrovias na relação descritiva do Plano Nacional de Viação.	Tramitando
92/2001	1.277/2001	Deputado Nilmário Miranda	Estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
93/2001	3.260/97	Deputado Silvio Torres	Altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (atividades incompatíveis com o exercício da advocacia).	À sanção Vetado totalmente
94/2001	1.238/99	Deputado Luiz Antônio Fleury	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal (competência do Ministério Público para promover a execução de multa no juízo penal).	Tramitando
95/2001	2.598/2000	Deputado Edison Andrino	Altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial, para os fins do art. 105, III, c, da Constituição Federal.	Tramitando
96/2001	2.646/2000	Deputado Pedro Celso	Altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (permite ao condutor ou proprietário de veículos coletivos interpor recurso com efeito suspensivo de multa aplicada por aparelho eletrônico).	Tramitando
97/2001	2.958/2000	Deputado Nelson Proença	Institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV.	Tramitando
98/2001	3.446/2001	Deputado Pedro Fernandes	Denomina “Aeroporto de Imperatriz – Prefeito Renato Moreira” o Aeroporto de Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Tramitando
99/2001	3.395/2000	Deputado Raimundo Gomes de Matos	Autoriza doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social.	À sanção Lei nº 10.422, de 15.4.2002
101/2001 ²¹	1.733/96	Deputada Fátima Pelaes	Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social).	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.421, de 15.4.2002
102/2001	1.130/95	Deputado Rosa Feu	Dispõe sobre a liberação da contribuição de Conselhos Profissionais regionais e federais.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
103/2001	550/99	Deputado Wilson Santos	Modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras.	Tramitando

²¹ Tramitou em conjunto com os PLS nºs 181 e 196/2000 e 125/2001.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
104/2001	842/99	Deputado Paulo Marinho	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, e dá outras providências (isenta do pagamento de custas e emolumentos a matrícula, o registro ou a averbação de áreas privadas destinadas à Reserva Particular do Patrimônio Natural).	Tramitando
105/2001	1.477/99	Deputado Antônio Carlos Konder Reis	Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.	À sanção Lei nº 10.466, de 29.5.2002
106/2001	1.698/99	Presidente da República	Altera o art. 16 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal (critérios para preenchimento de vagas para ingresso na atividade notarial e de registro).	À sanção Lei nº 10.506, de 9.7.2002
108/2001	2.973/2000	Deputado Aldo Rebelo	Dá nova redação à alínea "e" do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências (disponibilidade de um canal universitário para uso compartilhado de instituições de ensino superior em locais de área de prestação de serviço).	Tramitando
110/2001	3.752/97	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.602, de 12.12.2002
112/2001	113/99	Deputado Meneguelli	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.	À sanção Vetado totalmente
113/2001	4.143/2001	Presidente da República	Acrescenta o Título XII ao Código Penal, dispendo sobre os crimes previstos em atos internacionais, e dispositivo à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, a prevenção da utilização do Sistema Financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei, cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.467, de 11.6.2002
115/2001	5.178/2001	Deputado Roland Lavigne	Denomina "Aeroporto do Cacau Escritor Jorge Amado" o aeroporto localizado na cidade de Ilhéus, Estado da Bahia.	À sanção Lei nº 10.412, de 12.3.2002
116/2001	4.495/98	Deputado Meneguelli	Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.519, de 17.7.2002
119/2001	56/95	Deputada Camata	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, no capítulo referente à proteção contratual.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
120/2001	3.704/97	Deputado Aldo Rebelo	Cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências.	Tramitando
121/2001	2.431/2000	Deputada Cecita Pinheiro	Denomina "Viaduto Luiz Philippe Pereira Leite" o viaduto localizado no quilômetro 404 da rodovia BR 364/163, no entroncamento com a rodovia MT-407, Rodovia dos Imigrantes, no Município de Cuiabá-MT.	À sanção Lei nº 10.423, de 15.4.2002
122/2001	2.233/99	Deputado Eduardo Jorge	Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle de doença celíaca.	Tramitando
123/2001	3.428/97	Deputado Jaques Wagner	Dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal e dá outras providências.	À sanção Vetado totalmente
124/2001	3.069/2000	Deputado Régis Cavalcante	Institui o aviso antecipado ao fiador da inadimplência do devedor.	Tramitando
125/2001	5.526/2001	Presidente da República	Altera o art. 98 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.	À sanção Lei nº 10.416, de 27.3.2002
126/2001	958/99	Deputado Lédio Rosa	Institui o Dia Nacional da Defensoria Pública.	À sanção Lei nº 10.448, de 9.5.2002
127/2001	2.193/99	Deputado Paulo Paim	Estende aos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A. e da Companhia de Trens Urbanos o benefício de que trata a Lei nº 8.186, de 21 de maio de 1991, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários.	Tramitando
128/2001	1.149/95	Deputado Luiz Mainardi	Estabelece forma de tributação na importação de mercadorias por pequenos comerciantes e dá outras providências.	Rejeitado (art. 254 do RISF)
129/2001	3.717/97	Presidente da República	Altera a denominação da ponte sobre o km 316,5 da BR-158/RS.	À sanção Lei nº 10.450, de 10.5.2002
130/2001	102/99	Deputada Maria Elvira	Dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha.	À sanção Lei nº 10.449, de 9.5.2002
131/2001	2.366/2000	Deputado Wellington Fagundes	Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.	Tramitando
132/2001	3.082/2000	Deputado Ronaldo Valconcellos	Dispõe sobre a veiculação de informações turísticas em material didático-escolar e determina outras providências.	Tramitando
133/2001	4.162/2001	Deputado Arnaldo Madeira	Altera o caput do art. 20 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968 (autoriza as empresas, fundações e sociedades civis a emitirem fatura e duplicata pela prestação de serviço de locação de bens móveis).	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
134/2001	5.483/2001	Presidente da República	Altera o art. 618 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (estabelece a prevalência de convenção ou acordo coletivo de trabalho sobre a legislação infraconstitucional).	Tramitando
137/2001	3.614/2000	Deputado João Herrmann Neto	Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.	À sanção Vetado totalmente
144/2001	3.476/2001	Presidente da República	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (simplificação do procedimento processual civil).	À sanção Lei nº 10.444, de 7.5.2002
145/2001	2.212/99	Deputado Ronaldo Valconcellos	Institui o Dia do Bacharel em Turismo.	À sanção Lei nº 10.457, de 14.5.2002
146/2001	1.164/99	Deputado Sérgio Carvalho	Denomina “Aeroporto de Porto Velho/Governador Jorge Teixeira de Oliveira” o Aeroporto de Porto Velho, Estado de Rondônia.	À sanção Lei nº 10.481, de 3.7.2002
147/2001	5.663/2001	Deputado Arnaldo Madeira	Dispõe sobre os depósitos judiciais e, extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 11.6.2002 Lei nº 10.482, de 3.7.2002
148/2001	1.071/99	Deputado Rafael Guerra e outros Deputados	Dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.	Tramitando
149/2001	3.088/2000	Deputado Ricardo Ferraço	Institui o dia 25 de outubro como "Dia Nacional da Saúde Bucal.	À sanção Lei nº 10.465, de 27.5.2002
150/2001	3.558/2000	Deputado Pedro Canedo	Institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.	À sanção Lei nº 10.456, de 13.5.2002
151/2001	9/99	Deputado Paulo Paim	Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.	Tramitando
152/2001	5.761/2001	Presidente da República	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.419, de 9.4.2002
153/2001	3.590/2000	Presidente da República	Dispõe sobre a transformação da Escola Federal de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.435, de 24.4.2002
154/2001	5.622/2001	Presidente da República	Dispõe sobre a transformação da Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del Rei, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.425, de 19.4.2002

c.2) Da presente Sessão Legislativa

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
1/2002	4.715/94	Presidente da República	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos e dá outras providências.	Tramitando
2/2002	2.372/2000	Deputada Jandira Feghali	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos procedimentos cautelares específicos, e dá outras providências.	À sanção Vetado totalmente
3/2002	3.077/2000	Deputado Ricardo Ferraço	Dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.	Tramitando
4/2002	4.476/2001	Deputado Nelson Marchezan	Acrescenta incisos aos art. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências (transporte escolar para os alunos da rede estadual e municipal de ensino).	Aprovado Substitutivo À Câmara dos Deputados em 26.6.2002
5/2002	2.309/2000	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Institui Gratificação por Execução de Mandados para a carreira de Analista Judiciário – Oficiais de Justiça – Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	À sanção Lei nº 10.417, de 5.4.2002
6/2002	1.745/99	Deputado Paulo de Almeida	Altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992. (assegura complementação de aposentadoria aos servidores da ECT).	À sanção Vetado totalmente
7/2002	3.911/97	Deputado Luiz Durão	Altera os arts. 9º, 12, 14, 15 e 29 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, que define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.	Tramitando
8/2002	4.493/2001	Deputada Socorro Gomes	Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, em todo o território nacional, atendidas em Serviços de Saúde públicos ou privados.	Tramitando
9/2002	6.059/2002	Deputado Chiquinho Feitosa	Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal.	À sanção Lei nº 10.461, de 17.5.2002
10/2002	1.295/99	Deputado Adolfo Marinho	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para disciplinar a exploração e a condução de veículos de aluguel.	Rejeitado (art. 254 do RISF)

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
11/2002	3.627/2000	Deputado Betinho Rosado	Introduz modificação no Plano Nacional de Viação, incluindo trecho rodoviário que específica.	À sanção Lei nº 10.540, de 2.10.2002
12/2002	4.358/2001	Deputado Feu Rosa	Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências.	Aprovado com Emendas À Câmara dos Deputados em 28.11.2002
13/2002	402/99	Deputado Inocêncio de Oliveira	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências (altera dispositivos referentes aos veículos de duas ou três rodas).	Aprovado com Emendas À Câmara dos Deputados em 28.11.2002
14/2002	659/99	Deputado Murilo Domingos	Dispõe sobre a agricultura orgânica, altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e dá outras providências.	Tramitando
15/2002	4.040/97	Deputado Paulo Paim	Acrescenta dispositivos ao art. 69 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (exige a publicação, no Diário Oficial da União, do ato de cancelamento de benefício previdenciário).	Tramitando
16/2002	135/99	Deputado Bispo Rodrigues	Torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde e o envio desses dados ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, para fins estatísticos e de adoção de políticas públicas de saúde.	Tramitando
17/2002	259/99	Deputada Esther Grossi	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.639, de 9.1.2003
18/2002	465/99	Deputado Geraldo Magela	Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (possibilidade de utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado).	Tramitando
19/2002	641/99	Deputado José Militão	Autoriza a doação ao Município de Caeté, Estado de Minas Gerais, dos terrenos que menciona.	Tramitando
20/2002	4.914/95	Deputado Welinton Fagundes	Acrescenta parágrafos ao art. 160 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, permitindo o envio pelo correio de documentos para a instrução de atos processuais.	Tramitando
21/2002	4.749/2001	Deputado João Matos	Institui o Dia Nacional da Adoção.	À sanção Lei nº 10.447, de 9.5.2002
22/2002	1.670/99	Deputado Carlinhos Meress	Proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
23/2002	3.881/2000	Deputado Wilson Santos	Acrescenta inciso ao art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (impedimento para o exercício da advocacia).	Tramitando
24/2002	2.989/2000	Deputado Pedro Fernandes	Denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão.	À sanção Lei nº 10.562, de 18.11.2002
25/2002	2.966/2000	Deputado Rainel Barbosa	Denomina “subestação Delfino Araújo Macedo” a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situada no Município de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins.	À sanção Lei nº 10.569, de 21.11.2002
26/2002	1.747/99	Deputado Paulo Delgado	Altera o caput do art. 1º e revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que equipara o devedor nos contratos de alienação fiduciária ao depositário nos contratos de depósito.	Tramitando
27/2002	1.432/99	Deputada Alcione Athayde	Institui o 12 de agosto como Dia Nacional da Juventude.	À sanção Lei nº 10.515, de 11.7.2002
28/2002	1.219/99	Deputado Rosa Lédio	Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Consumidor.	À sanção Lei nº 10.504, de 8.7.2002
29/2002	1.014/99	Deputado Machado José	Estabelece ao Poder Executivo a obrigatoriedade de enviar formalmente ao Congresso Nacional os Programas de Metas Inflacionárias e de Emprego.	Tramitando
30/2002 ²²	3.994/97	Deputado Bacci Ênio	Dispõe sobre a reserva de vagas nas creches públicas para crianças portadoras de deficiência e dá outras providências.	Tramitando
31/2002	3.353/2000	Deputado José Roberto Batochio	Dispõe sobre a reserva na divulgação das anotações de prontuários de pessoas indicadas ou processadas, nas hipóteses que menciona.	Tramitando
32/2002	4.326/2001	Deputada Nair Xavier Lobo	Confere ao Governador Mário Covas a designação de “Patrono do Turismo Nacional”.	À sanção Lei nº 10.471, de 25.6.2002
33/2002	809/99	Deputada Maria do Carmo Lara	Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.	Tramitando

²² Tramita em conjunto com o PLS nº 9/2002.

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
34/2002	943/99	Deputado Valde- mar Costa Neto	Proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível.	Tramitando
35/2002	1.043/99	Deputado Dr. Hé- lio	Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.	Tramitando
36/2002	4.908/2001	Presidente da República	Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.536, de 14.8.2002
37/2002	1.593/99	Deputado Profes- sor Luizinho	Acrescenta incisos aos arts. 53, parágrafo único, e 80, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (dispõe sobre a numeração seqüencial de obra artística, literária ou científica e fonograma).	Tramitando
38/2002	4.860/2001	Deputado Alberto Fraga	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (entroncamento com a BR-020 ao entroncamento com a BR-040, no Distrito Federal).	À sanção Lei nº 10.606, de 19.12.2002
39/2002	4.089/89	Deputado Ênio Bacci	Dispõe sobre a prevenção dos cânceres de mama e ginecológico.	Tramitando
40/2002	1.636/99	Deputada Esther Grossi	Modifica o art. 67, inciso V, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar reunião semanal de estudos aos profissionais da educação.	Tramitando
41/2002	2.219/99	Deputado Walfri- do Mares Guia	Denomina "Aeroporto de Montes Claros/Mário Ribeiro" o aeroporto da cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
42/2002	2.323/2000	Deputado Agnelo Queiroz	Dispõe sobre o controle e comercialização do produto "soda cáustica".	Tramitando
43/2002	2.959/2000	Deputado Wilson Santos	Modifica o art. 40 e o art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, quanto ao tráfego de veículos com faróis acesos durante o dia nas rodovias.	Tramitando
44/2002	3.050/2000	Deputado Antô- nio Jorge	Torna obrigatória a impressão, em todas as contas de energia elétrica, do número do telefone de atendimento da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).	Tramitando
45/2002	3.289/2000	Deputado De Ve- lasco	Dispõe sobre os jogos de vídeo e dá outras providências.	Tramitando
46/2002	3.739/2000	Deputada Nair Xavier Lobo	Denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul.	À sanção Vetado totalmente

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
47/2002	4.781/2001	Deputada Maria do Carmo Lara	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.	Tramitando
48/2002	5.307/2002	Presidente da República	Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.473, de 27.6.2002
49/2002	6.033/2002	Presidente da República	Altera a denominação da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina.	À sanção Lei nº 10.487, de 4.7.2002
50/2002	3.872/97	Deputada Rita Camata	Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994 (dispõe sobre o direito do proprietário de solo pela exploração de recursos minerais).	Tramitando
51/2002	4.802/94	Tribunal Superior do Trabalho	Cria e transforma, no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, os cargos que menciona e dá outras providências.	Aprovado com Emendas À Câmara dos Deputados em 27.6.2002 Lei nº 10.523, de 23.7.2002
52/2002	1.334/99	Deputado Cunha Bueno e outros Deputados	Dá a denominação de "Aeroporto de Petrolina – Senador Nilo Coelho" ao aeroporto da cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.	À sanção Lei nº 10.505, de 8.7.2002
53/2002	4.409/98	Deputado Brasileiro Silas	Altera o inciso I do art. 2º da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985 (exercício da profissão de Técnico em Radiologia).	À sanção Lei nº 10.508, de 10.7.2002
54/2002	3.638/93	Deputado Moreira Luiz	Institui normas para a utilização de técnicas de reprodução assistida.	Tramitando
55/2002	835/99	Deputado Luciano Castro	Acrescenta parágrafo ao art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e dá outras providências (as placas dos veículos nacionais deverão exibir o desenho da bandeira nacional e o nome "Brasil").	Tramitando
56/2002	2.008/99	Deputado Wilson Santos	Dá denominação à ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os Municípios de Rubinéia-SP e Aparecida do Taboado-MS.	À sanção Lei nº 10.570, de 21.11.2002
57/2002	2.238/99	Deputado Pires Waldir	Institui o Programa Permanente de Combate à Seca - PROSECA.	À sanção Vetado Parcialmente Lei nº 10.638, de 6.1.2003
58/2002	2.252/99	Deputado Novais Sérgio	Institui o dia nacional da água.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
59/2002	3.721/2000	Deputada Vanessa Grazziotin	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, que "declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro", e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.607, de 19.12.2002
60/2002	4.865/2001	Deputado Bispo Rodrigues	Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), permitindo a criação de uniões partidárias.	Tramitando
61/2002	4.540/2001	Deputada Tânia Soares	Acrescenta artigo à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a numeração da obra artística, científica ou literária.	À sanção Vetado totalmente
62/2002	6.879/2002	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre a remuneração da magistratura da União.	À sanção Lei nº 10.474, de 27.6.2002
63/2002	5.314/2001	Poder Judiciário	Altera dispositivos da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.	À sanção Lei nº 10.475, de 27.6.2002
64/2002	5.440/2001	Ministério Público da União	Altera dispositivos da Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, reestrutura a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.476, de 27.6.2002
65/2002	6.882/2002	Procuradoria-Geral da República (MPU)	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.	À sanção Lei nº 10.477, de 27.6.2002
66/2002	6.546/2002	Presidente República	da Dispõe sobre posicionamento dos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente na Tabela de Vencimentos instituída pela Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002.	À sanção Lei nº 10.472, de 25.6.2002
67/2002	6.662/2002	Presidente República	da Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.483, de 3.7.2002
68/2002	6.603/2002	Presidente República	da Dispõe sobre a complementação de aposentadorias de ferroviários da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, em liquidação, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.478, de 28.6.2002
69/2002	6.022/2001	Presidente República	da Dispõe sobre a incidência das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.485, de 3.7.2002

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
70/2002 Compl.	183/2001 Compl.	Deputado Paulo Gouvêa	Altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987.	Tramitando
71/2002	5.828/2001	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências.	Tramitando
72/2002	6.490/2002	Presidente República	da Dispõe sobre a remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.479, de 28.6.2002
73/2002	6.492/2002	Presidente República	da Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.484, de 3.7.2002
74/2002	6.632/2002	Presidente República	da Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU-GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.480, de 2.7.2002
75/2002	6.035/2002	Presidente República	da Cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.507, de 10.7.2002
76/2002	6.530/2002	Presidente República	da Dispõe sobre a remuneração dos cargos em Comissão de Natureza Especial – NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG das Instituições Federais de Ensino, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.470, de 25.6.2002
77/2002	4.680/2001	Deputado Rebelo	Aldo Regulamenta o exercício das atividades profissionais de Yôga e cria os Conselhos Federal e Regionais de Yôga.	Tramitando
78/2002	1.210/99	Deputado Queiroz	Agnelo Altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.	Tramitando
79/2002	3.250/2000	Deputado Marinho	Adolfo Dispõe sobre a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos da Categoria Funcional de Odontólogo da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	Tramitando
80/2002	2.173/99	Deputado Vasconcellos	Ronaldo Dispõe sobre as empresas de asseio e conservação.	À sanção Vetado totalmente
81/2002	3.131/2000	Deputado Cabral	Aldir Dá nova redação ao inciso IV do art. 585 e suprime a alínea b do inciso II do art. 275, ambos do Código de Processo Civil (inclui a "cota condominial" no rol dos títulos executivos extrajudiciais).	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
82/2002	3.137/2000	Deputada Marisa Serrano	Adiciona parágrafo ao art. 3º da Lei nº 9.131, de 24 de dezembro de 1995, definindo atividades de extensão na avaliação do ensino superior.	Tramitando
83/2002	4.169/2001	Deputado Eliseu Resende	Denomina "Rodovia Ormeo Junqueira Botelho" trecho da BR-120, no Estado de Minas Gerais.	Tramitando
84/2002	4.514/2001	Deputado Chico da Princesa	Altera os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que dispõem sobre a distribuição a Estados e Municípios da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, acrescentando-se um parágrafo.	Tramitando
85/2002	2.561/96	Deputada Zulaiê cobra	Altera a redação do art. 222 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Estabelecendo que as partes deverão ser intimadas da expedição de carta precatória e a data da audiência no juízo deprecado).	Tramitando
86/2002	2.192/99	Deputada Miriam Reid	Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. (Dispondo sobre orientação vocacional do adolescente privado de liberdade ou submetido ao regime de semi-liberdade).	Tramitando
87/2002	4.014/2001	Presidente da República	Concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias.	Tramitando
88/2002	5.215/2001	Deputado Alberto Fraga	Altera a redação do inciso III do art. 934 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Estendendo à União, Estados, DF e Territórios a legitimidade ativa para a ação de nunciação de obra nova).	Tramitando
89/2002	2.158/99	Deputado Wilson Santos	Altera a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que "estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira", e dá outras providências.	Tramitando
90/2002	4.590/2001	Deputado Antônio Carlos Konder Reis	Dá ao Aeroporto de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, a denominação de "Aeroporto de Navegantes – Ministro Victor Konder".	À sanção Lei nº 10.634, de 30.12.2002
91/2002	5.682/2001	Deputado Salvador Zimbaldi	Prorroga o prazo no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, acrescentado pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.	À sanção Lei nº 10.577, de 27.11.2002
92/2002	2.105/99	Deputado Valde- mar Costa Neto	Estabelece parâmetros mínimos para os Estudos de Viabilidade Municipal previstos no § 4º do art. 18 da Constituição Federal de 1988.	À sanção Vetado totalmente

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
93/2002	4.649/98	Deputado Fábio Feldmann	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.	Tramitando
94/2002	4.827/98	Deputada Zulaiê Cobra Ribeiro	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Tramitando
95/2002	25/99	Deputado Paulo Rocha	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.	Tramitando
96/2002	108/99	Deputada Maria Elvira	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente.	Tramitando
97/2002	379/99	Deputada Iara Bernardi e Deputado Professor Luizinho	Altera a Lei nº 8.249, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”.	Tramitando
98/2002	970/99	Deputado José Roberto Batochio	Modifica os arts. 382 e 619 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 Código de Processo Penal, alterando o prazo para oposição de embargos declaratórios.	Tramitando
99/2002	2.628/2000	Deputado Marcos Afonso	Altera o art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, minimizando a penalidade para a condução de motocicleta, motoleta e ciclo-motor com os faróis apagados.	Tramitando
100/2002	3.201/2000	Deputado Léo Alcântara	Dispõe sobre a publicidade dos processos licitatórios e seu registro e averbação no serviço de registro de títulos e documentos e determina outras providências.	Tramitando
101/2002	3.468/2000	Deputada Marisa Serrano	Institui o ano de 2002 como “Ano do Educador” e dá outras providências.	Tramitando
102/2002	4.610/2001	Deputada Iara Bernardi	Dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.	Tramitando
103/2002	5.172/2001	Deputada Nair Xavier Lobo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 20 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (dispõe sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges).	Tramitando
104/2002	5.226/2001	Deputada Nair Xavier Lobo	Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. (dispõe sobre a Carteira Nacional de Habilitação).	Tramitando
105/2002	4.828/98	Presidente da República	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências.	Tramitando

(PLC) Número		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
106/2002	6.295/2002	Deputado Bonifácio de Andrada	Altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	Tramitando
107/2002	4.589/2001	Deputado Antônio Carlos Konder Reis	Dispõe sobre os limites e a demarcação do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.	Tramitando
108/2002	7.015/2002	Presidente da República	da Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.	Tramitando
109/2002 Compl.	349/2002 Compl.	Presidente da República	da Altera as Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996, e 102, de 11 de julho de 2000.	Tramitando
110/2002	6.770/2002	Deputado Duílio Pisaneschi	Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes – FNIT e dá outras providências.	Tramitando
111/2002	5.832/2001	Deputado Anivaldo Vale	Dispõe sobre a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e dá outras providências.	Tramitando

d) PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)

Projetos aprovados e promulgados	
De iniciativa da Câmara dos Deputados	428

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	
De iniciativa de Senador	2
De iniciativa de Comissão	5
Total	7

Recebido da Câmara para promulgação	
De iniciativa de Comissão da Câmara dos Deputados	1

Projeto Emendado pela Câmara dos Deputados e promulgado	1
---	---

Em tramitação	556
---------------	-----

d.1) De Sessões Legislativas anteriores

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
16/84 – SF 58/84 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa a Liberdade Sindical e à Proteção de Direito Sindical, adotado em São Francisco, em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Tramitando
34/93 – SF 237/93 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.	Decreto Legislativo nº 143, de 20.6.2002
41/93 – SF 242/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da empresa MODELO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanhal, Estado do Pará.	Tramitando
47/93 – SF 60/91 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM RIO ACARAÚ DE TAMBORIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.	Tramitando
30/94 – SF 310/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURAL DO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jussara, Estado de Goiás.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
32/94 – SF 336/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAUNA DE PALOTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Palotina, Estado do Paraná.	Tramitando
33/94 – SF 350/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 386, de 12.12.2002
26/95 – SF 428/94 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO LIBERAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
51/95 – SF 348/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga à RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO LTDA., concessão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 387, de 12.12.2002
79/95 – SF 111/95 – CD	Comissão Especial – Câmara dos Deputados (Protocolo do Mercosul)	Aprova o texto do Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul, concluído em Ouro Preto, assinado pelo Brasil em 17 de dezembro de 1994.	Tramitando
89/95 – SF 42/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
113/95 – SF 14/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Tramitando
137/95 – SF 22/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ANGRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
179/95 – SF 332/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE CHAPADA DIAMANTINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Seabra, Estado da Bahia.	Tramitando
8/96 – SF 161/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ECC - EMPRESA COROMANDELENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Coromandel, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
53/96 – SF 225/95 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Tucano, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 73, de 8.5.2002
58/96 – SF 114/89 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuité, Estado da Paraíba.	Tramitando
59/96 – SF 140/89 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova concessão outorgada à REDE SUL MATO-GROSSENSE DE EMISSORAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caarapó, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
96/96 – SF 253/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COMUNICADORA GRANDE RIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
114/96 – SF	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal	Declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A., e dá outras providências.	Tramitando
42/97 – SF 341/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURI VERDE DE LONDRINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
55/97 – SF 362/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO A VOZ DO SERIDÓ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
56/97 – SF 352/96 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDUSTRIAL DE VÁRZEA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
105/97 – SF 211/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SANTANA DE CAETITÉ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Caetité, Estado da Bahia.	Tramitando
107/97 – SF 420/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO BRASIL SOCIEDADE LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
109/97 – SF 428/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
114/97 – SF 435/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CAMPINAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito local na Cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
116/97 – SF 454/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA CAPIVARA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí.	Tramitando
127/97 – SF 472/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE ITAÚNA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
130/97 – SF 432/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JOVEM SOM DE PRESIDENTE VENCESLAU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.	Tramitando
131/97 – SF 573/97 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.	Tramitando
28/98 – SF 484/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO O POVO LTDA., atualmente denominada Empresa Jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
30/98 – SF 486/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO ENTRE RIOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.	Tramitando
35/98 – SF 491/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à TELEVISÃO LAGES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
61/98 – SF 494/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à RÁDIO EMISSORA BATOVI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
67/98 – SF 531/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à REDE DE EMISSORAS UNIDAS DE PARAGOMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Paragominas, Estado do Pará.	Tramitando
69/98 – SF 533/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Tramitando
72/98 – SF 536/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE DE CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.	Tramitando
73/98 – SF 537/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ASTORGA BROADCASTING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Astorga, Estado do Paraná.	Tramitando
77/98 – SF 542/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO JAGUARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
84/98 – SF 549/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada À RÁDIO CIDADE DE CUIABÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
115/98 – SF 592/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE OSWALDO CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Oswaldo Cruz, Estado de São Paulo.	Tramitando
126/98 – SF 604/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Tramitando
129/98 – SF 607/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
132/98 – SF 610/97 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO PEPERI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
23/99 – SF	Senador Roberto Freire	Susta ato do Executivo que determina estudos e ações visando a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.	Tramitando
38/99 – SF	Senador Paulo Hartung	Susta a Resolução nº 2.461, de 26 de dezembro de 1997, do Conselho Monetário Nacional.	Tramitando
48/99 – SF 305/93 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA SUL GOIANA DE QUIRINÓPOLIS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás.	Tramitando
49/99 – SF 637/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO INTEGRAÇÃO DO BREJO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bananeiras, Estado da Paraíba.	Tramitando
71/99 – SF 654/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão deferida à SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE CORUMBÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.	Tramitando
72/99 – SF 656/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORAS DO LITORAL PAULISTA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.	Tramitando
73/99 – SF 657/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.	Tramitando
76/99 – SF 664/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA METROPOLITANA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
80/99 – SF 672/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE CERES LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.	Tramitando
85/99 – SF1 752/98 – CD	Mesa - CD	Consolida as disposições dos Decretos Legislativos nºs 96, de 1975, e nº 29, de 1981, e dá outras providências.	Tramitando
90/99 – SF 683/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AMÉRICA S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
93/99 – SF 686/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SÃO JOSÉ DO PARAÍSO, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
94/99 – SF 687/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CACIQUE DE SOROCABA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.	Tramitando
105/99 – SF	Senadora Marina Silva	Dispõe sobre a apuração de indícios de despesas não autorizadas, conforme prescrito no art. 72 da Constituição Federal.	Tramitando
106/99 – SF	Senador Mozarildo Cavalcanti	Susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820, de 11 de dezembro de 1998, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.	Tramitando
108/99 – SF 746/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ANDRADAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
116/99 – SF	Senadora Marina Silva	Susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995.	Tramitando
121/99 – SF	Senador Blairo Maggi	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.	Tramitando

¹ Tramita em conjunto com o PDS nº 171/99.

(PDS) Número	Autor		Ementa	Resultado
122/99 – SF	Senador Maggi	Blairo	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos dos rios Juruema, Teles Pires e Tapajós exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências.	Tramitando
135/99 – SF	Senador Simon	Pedro	Susta o Decreto do Poder Executivo Federal, de 23 de maio de 1997, que autoriza a cisão de Furnas – Centrais Elétricas S/A, altera o objeto social da NUCLEN – Engenharia e Serviços S/A, autoriza a transferência da autorização para construção e operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto e dá outras providências.	Tramitando
145/99 – SF 720/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados		Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO OLIVEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
151/99 – SF 731/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados		Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO MIRIAM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
152/99 – SF 733/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados		Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
158/99 – SF ² 740/98 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados		Aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à BRUMADO RADIODIFUSÃO SERTANEJA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brumado, Estado da Bahia.	Encerrada a tramitação no Senado Federal
171/99 – SF ³	Senador Patrocínio	Carlos	Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que “dispõe sobre o pecúlio parlamentar”.	Tramitando
174/99 – SF 12/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados		Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO DIFUSORA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

² Devolvido à Casa de origem, por solicitação do Presidente da Câmara dos Deputados (DSF de 2.8.2002 – página 14706).

³ Tramita em conjunto com o PDS nº 85/99.

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
178/99 – SF 21/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO VALE DO RIO TIETÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo.	Tramitando
180/99 – SF 24/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RAULAND BELÉM SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
184/99 – SF 33/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO BROTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirai do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
268/99 – SF 156/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão DA RÁDIO JORNAL DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Tramitando
13/2000 – SF 211/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da JERÔNIMO T. MINAMIHARA & CIA. LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaí, Estado do Paraná.	Tramitando
18/2000 – SF 257/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIANO DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 115, de 12.6.2002
34/2000 – SF	Roberto Requião	Susta ato do Ministro de Estado da Fazenda que autorizou o refinanciamento dos títulos públicos de responsabilidade do Tesouro do Estado de Pernambuco emitidos para o pagamento de precatórios judiciais.	Tramitando
39/2000 – SF	Eduardo Suplicy	Susta a aplicação do disposto no art. 1º do Decreto de 23 de dezembro de 1999, de autoria do Poder Executivo, publicado no D. O. U. de 24 de dezembro de 1999 (seção I, nº 246, pág. 8).	Tramitando
45/2000 – SF	Heloísa Helena e outros Senadores	Convoca plebiscito sobre a desestatização das hidrelétricas.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
50/2000 – SF	Amir Lando	Susta a aplicação do Decreto de 23 de dezembro de 1999, do Poder Executivo, que “Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação societária estrangeira no capital social do Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA, e de suas controladoras Banescor – Banespa S.A. Corretora de Câmbio e Títulos e Banespa Leasing – Banespa S.A. Arrendamento Mercantil”, e dá outras providências.	Tramitando
55/2000 – SF 92/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMISORA SARANDIENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
103/2000 – SF 283/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
125/2000 – SF 366/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limitrofes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 19 de maio de 1999.	Decreto Legislativo nº 33, de 10.4.2002
127/2000 – SF 87/99 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FEIRA DE SANTANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia	Tramitando
141/2000 – SF ⁴ 512/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e de Menores sob Tratamento Especial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, celebrado em Brasília, em 10 de fevereiro de 2000.	Decreto Legislativo nº 94, de 22.5.2002
225/2000 – SF	Jonas Pinheiro	Susta a Portaria/Incra/P/ nº 558/99, que cancela sumariamente cadastros de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.	Tramitando
226/2000 – SF 483/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RECORD DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando

⁴ Constatou, no relatório anterior, como se fosse de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados.

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
241/2000 – SF	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência, ABIN e dá outras providências.	Tramitando
243/2000 – SF	Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias	Susta a Portaria nº 8, de 25 de setembro de 2000, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	Tramitando
260/2000 – SF 532/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da Liberdade Empresa de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
271/2000 – SF 548/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Autoriza a RADIOCLUBE VIDA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 14, de 22.3.2002
9/2001 – SF 521/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE MATOGROSSENSE RÁDIO EDUCADORA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colíder, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
45/2001 – SF 416/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, feito em Praia, em 17 de julho de 1998.	Decreto Legislativo nº 120, de 12.6.2002
71/2001 – SF	Roberto Saturnino e outros Senadores	Convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para o ingresso do Brasil na Associação de Livre Comércio das Américas pelo prazo de vinte anos.	Tramitando
97/2001 – SF 663/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ITAPOÃ – ACCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 1, de 20.2.2002
113/2001 – SF 473/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE MACHADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
119/2001 – SF 610/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TVSBT - CANAL 4 DE SÃO PAULO S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 419, de 12.12.2002
125/2001 – SF	Luiz Otávio e outros Senadores	Convoca plebiscito sobre a desestatização da hidrelétrica de Tucuruí.	Tramitando
145/2001 – SF	Jonas Pinheiro	Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados nas terras indígenas localizadas na Região de Ponte de Pedra, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.	Tramitando
182/2001 – SF 708/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PAUTILA JORDÃO - FUSASO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Pernambuco.	Tramitando
185/2001 – SF 715/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO GAMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 182, de 7.8.2002
219/2001 – SF	Roberto Requião	Anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori pelo Governo Brasileiro.	À Câmara dos Deputados em 6.8.2002
223/2001 – SF 104/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM STÉREO SOM ESPECIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 61, de 2.5.2002
224/2001 – SF 289/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA BATATAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 2, de 20.2.2002
236/2001 – SF 734/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO DELTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.	Tramitando
240/2001 – SF 747/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO 31 DE MARÇO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
244/2001 – SF 762/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO INDEPENDENTE DE BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo	Tramitando
245/2001 – SF 763/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE XANXERÊ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 3, de 21.2.2002
267/2001 – SF 806/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL MUNDONOVENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 50, de 25.4.2002
277/2001 – SF 826/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA APOIO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 8, de 27.2.2002
281/2001 – SF 902/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE COLATINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
282/2001 – SF 904/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ITAMARATY LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piripiri, Estado do Piauí.	Tramitando
286/2001 – SF	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998.	Tramitando
298/2001 – SF 164/95 - CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção nº 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao Trabalho Noturno.	Decreto Legislativo nº 270, de 13.11.2002
299/2001 – SF 284/96 - CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
305/2001 – SF 525/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO A TRIBUNA DE SANTOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 196, de 5.9.2002
308/2001 – SF 736/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LIBERDADE FM LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
315/2001 – SF 739/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTANHÊS FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 12, de 4.3.2002
317/2001 – SF 745/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTUDANTIL DA ZONA SUL DE BELO HORIZONTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 51, de 25.4.2002
318/2001 – SF 749/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 430, de 17.12.2002
320/2001 – SF 768/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PAZ E BEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 15, de 22.3.2002
325/2001 – SF 588/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado em Brasília, em 10 de fevereiro de 2000.	Decreto Legislativo nº 31, de 25.3.2002
326/2001 – SF 678/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998.	Decreto Legislativo nº 35, de 11.4.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
342/2001 – SF 898/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.	Tramitando
343/2001 – SF 899/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CATURITÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.	Tramitando
344/2001 – SF 900/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SÃO JOÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João, Estado do Paraná.	Tramitando
345/2001 – SF 903/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMPRESA RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
346/2001 – SF 905/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE AVELINÓPOLIS – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Avelinópolis, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 4, de 21.2.2002
353/2001 – SF 987/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE DIAMANTINO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
358/2001 – SF 917/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO LIBERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
359/2001 – SF 921/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CLARIM DE PALMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracuru, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 11, de 28.2.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
361/2001 – SF 931/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAJUEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajueiro, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 56, de 26.4.2002
362/2001 – SF 934/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à MR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 5, de 21.2.2002
366/2001 – SF 169/99 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Eslovênia, em Brasília, em 29 de julho de 1998.	Decreto Legislativo nº 36, de 11.4.2002
367/2001 – SF 680/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 10 de abril de 2000.	Decreto Legislativo nº 40, de 18.4.2002
368/2001 – SF 681/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, celebrado em São José, em 4 de abril de 2000.	Decreto Legislativo nº 41, de 18.4.2002
369/2001 – SF 895/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova solicitação de o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na Convenção.	Decreto Legislativo nº 57, de 26.4.2002
370/2001 – SF 952/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários-Adicional, Minneapolis, 1998, que alteram a Constituição e a Convenção da UIT.	Decreto Legislativo nº 34, de 11.4.2002
371/2001 – SF 963/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 16, de 22.3.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
375/2001 – SF 955/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PAULISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 6, de 21.2.2002
376/2001 – SF 1.007/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO GLOBO DE BRASÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 26, de 22.3.2002
377/2001 – SF 302/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPUÃ DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.	Tramitando
378/2001 – SF 939/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO LIBERDADE COMUNITÁRIA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 7, de 21.2.2002
379/2001 – SF 940/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SENTINELA DO ALEGRETE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 17, de 22.3.2002
380/2001 – SF 1.012/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SÔNIA IVAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brazlândia, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 313, de 21.11.2002
382/2001 – SF 397/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque), concluída em Nova Iorque, em 10 de junho de 1958.	Decreto Legislativo nº 52, de 25.4.2002
383/2001 – SF 511/2000 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre a Recuperação de Bens Culturais, Patrimoniais e Outros Específicos Roubados, Importados ou Exportados Ilicitamente, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999.	Decreto Legislativo nº 97, de 23.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
384/2001 – SF 853/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação Turística celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, em Caracas, em 8 de fevereiro de 2000 e de sua emenda, por troca de notas, concluídas em 11 de julho de 2000.	Decreto Legislativo nº 54, de 25.4.2002
385/2001 – SF 995/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO LIBERDADE FM – RADIOLIBER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 13, de 4.3.2002
386/2001 – SF 701/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO EQUIPE CANAL 8 a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariópolis, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 59, de 26.4.2002
387/2001 – SF 718/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO POSITIVA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 18, de 22.3.2002
388/2001 – SF 794/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URTIGÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Urtiga, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 62, de 2.5.2002
389/2001 – SF 871/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO UATUMÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.	Decreto Legislativo nº 19, de 22.3.2002
390/2001 – SF 890/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE COROATÁ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coroatá, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 145, de 20.6.2002
391/2001 – SF 914/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E ARTÍSTICA QUELUZ DE MINAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 63, de 2.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
392/2001 – SF 925/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 64, de 2.5.2002
393/2001 – SF 926/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SÃO JOÃO DEL REI S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
394/2001 – SF 941/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE VERA CRUZ DO OESTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 65, de 2.5.2002
395/2001 – SF 942/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ABADIÂNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abadiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 60, de 30.4.2002
396/2001 – SF 943/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO CIDADE FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 20, de 22.3.2002
397/2001 – SF 954/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
398/2001 – SF 740/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO TRANSCONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 21, de 22.3.2002
399/2001 – SF 741/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO IMEMBUÍ S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 22, de 22.3.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
400/2001 – SF 742/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA DE GUAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 27, de 22.3.2002
401/2001 – SF 798/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO COOPERHABIC PARA A EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 23, de 22.3.2002
402/2001 – SF 1.015/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANA ROBERTO - ACAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 66, de 2.5.2002
403/2001 – SF 1.018/2001- CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE DE ABAIARA - AAMCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaiara, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 67, de 2.5.2002
404/2001 – SF 1.022/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO TAI-OENSE DE CULTURA E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 24, de 22.3.2002
405/2001 – SF 1.048/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ROSA LEAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaína, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 28, de 22.3.2002
406/2001 – SF 1.071/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SBT - CANAL 5 DE BELÉM S/A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 402, de 12.12.2002
407/2001 – SF 1.072/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANT'ANA DE TIANGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tianguá, Estado do Ceará.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
408/2001 – SF 1.077/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – ACOOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massapê, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 74, de 8.5.2002
409/2001 – SF 962/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a OCAMISÃO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PREVENÇÃO À DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA E CIDADANIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco	Decreto Legislativo nº 68, de 2.5.2002
410/2001 – SF 973/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO SANTO ANTÔNIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itutinga, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 29, de 22.3.2002
411/2001 – SF 981/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ENGENHEIRO ARCOVERDE - ACENAVE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condado, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 30, de 22.3.2002
412/2001 – SF 1.002/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO PADROEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Dantas, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 69, de 2.5.2002
413/2001 – SF 1.005/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RODEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodeiro, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 32, de 25.3.2002
414/2001 – SF 1.016/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARAÇÁS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araçás, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 70, de 2.5.2002
415/2001 – SF 1.026/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO DA CIDADANIA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 75, de 8.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
416/2001 – SF 1.035/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 25, de 22.3.2002
417/2001 – SF 1.079/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACCS – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 71, de 2.5.2002
418/2001 – SF 855/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado em Lima, em 6 de dezembro de 1999.	Decreto Legislativo nº 55, de 25.4.2002
419/2001 – SF 860/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.	Decreto Legislativo nº 58, de 26.4.2002
420/2001 – SF 862/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação nas áreas de Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, em Brasília, em 25 de julho de 2000.	Decreto Legislativo nº 46, de 18.4.2002
421/2001 – SF 863/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação na Área da Quarentena Vegetal, celebrado em Moscou em 22 de junho de 2000.	Decreto Legislativo nº 49, de 18.4.2002
422/2001 – SF	Sebastião Rocha	Susta a aplicação do Decreto nº 4.010, de 12 de novembro de 2001, que dispõe sobre liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	Tramitando
425/2001 – SF 1.145/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à EMISSORA VALE DO APODI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 9, de 27.2.2002
427/2001 – SF 1.136/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DAS DORES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 72, de 2.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
428/2001 – SF 965/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 79, de 9.5.2002
429/2001 – SF 1.025/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LOUVEIRA (ACL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Louveira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 37, de 11.4.2002
430/2001 – SF 1.027/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOCIAL DE SANTO ESTEVÃO – A.B.S. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Estevão, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 80, de 9.5.2002
431/2001 – SF 1.029/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 83, de 15.5.2002
432/2001 – SF 1.030/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 89, de 16.5.2002
433/2001 – SF 1.036/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AÇÃO E CIDADANIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaçú, Estado da Bahia	Decreto Legislativo nº 95, de 22.5.2002
434/2001 – SF 1.058/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL UNIVERSIDADE DE FRANCA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 81, de 9.5.2002
435/2001 – SF 1.070/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 43, de 18.4.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
436/2001 – SF 1.081/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO MANAIRAMA DE APOIO ÀS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 38, de 11.4.2002
437/2001 – SF 1.083/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DO MUNICÍPIO DE CONDEÚBA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condeúba, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 98, de 23.5.2002
438/2001 – SF 1.086/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 197, de 5.9.2002
439/2001 – SF 1.125/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO GRANDE RIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penedo, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 101, de 23.5.2002
440/2001 – SF 1.140/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO QUILOMBO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Largo, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 100, de 23.5.2002
441/2001 – SF 325/96 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PRATA S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
442/2001 – SF 354/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA PROGRESSO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Piauí, Estado do Piauí.	Tramitando
443/2001 – SF 355/99 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE PIO IX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 84, de 15.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
444/2001 – SF 448/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL DE JOÃO CÂMARA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 198, de 5.9.2002
445/2001 – SF 750/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ALIANÇA DO TOCANTINS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança do Tocantins, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 44, de 18.4.2002
446/2001 – SF 1.073/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CLÓVIS MÂNICA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 87, de 16.5.2002
447/2001 – SF 1.080/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DAMATA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 200, de 5.9.2002
448/2001 – SF 992/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO LIDERSOM FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 201, de 5.9.2002
449/2001 – SF 1.010/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada À RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 85, de 15.5.2002
450/2001 – SF 1.032/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à PANQUATIRA RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carutaperá, Estado do Maranhão.	Tramitando
451/2001 – SF 1.033/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à PANQUATIRA RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedral, Estado do Maranhão.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
452/2001 – SF 1.068/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA CENTRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 247, de 7.11.2002
453/2001 – SF 1.102/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 88, de 16.5.2002
454/2001 – SF 1.123/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE BELA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 39, de 11.4.2002
455/2001 – SF 1.142/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PRINCIPAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valparaízo, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 47, de 18.4.2002
456/2001 – SF	Jonas Pinheiro	Susta a aplicação do disposto no § 4º do art. 1º da Resolução nº 2.902, de 21 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil.	Tramitando
457/2001 – SF 1.084/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA FM PRIMAVERA DE RIACHÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão, Estado do Maranhão	Decreto Legislativo nº 202, de 5.9.2002
458/2001 – SF 1.131/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO NEGRO DA COMUNIDADE DE RIO NEGRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Negro, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 203, de 5.9.2002
459/2001 – SF 1.137/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 10, de 27.2.2002
460/2001 – SF 1.332/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPOS DE MINAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais	Decreto Legislativo nº 45, de 18.4.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
461/2001 – SF 957/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ASA BRANCA DE SALGUEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.	Tramitando
462/2001 – SF 1.114/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO “VIDA” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
463/2001	Carlos Wilson e outros Senadores	Convoca a realização de um plebiscito de âmbito nacional, para consultar a vontade popular acerca de sua concordância quanto à manutenção do instituto da reeleição após as eleições de 2004.	Tramitando

d.2) Da presente Sessão Legislativa

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2002 – SF 1.357/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.	Decreto Legislativo nº 107, de 6.6.2002
2/2002 – SF	Nabor Júnior e outros Senadores	Submete a plebiscito a unificação das polícias civis e militares dos Estados e do Distrito Federal.	Tramitando
3/2002 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos	Aprova a “Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre do ano de 2002”.	À Câmara dos Deputados em 28.2.2002
4/2002 – SF 894/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 15 de dezembro de 1997 e subscrita pelo Governo Brasileiro em 12 de março de 1999.	Decreto Legislativo nº 116, de 12.6.2002
5/2002 – SF 856/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção de Plantas, celebrado em Brasília, em 10 de novembro de 1999.	Decreto Legislativo nº 124, de 14.6.2002
6/2002 – SF	Renan Calheiros	Dispõe sobre as eleições gerais de 2002.	À Câmara dos Deputados em 2.4.2002
7/2002 – SF 857/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal, celebrado em Brasília, em 10 de novembro de 1999.	Decreto Legislativo nº 123, de 14.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
8/2002 – SF 859/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em São José, em 4 de abril de 2000.	Decreto Legislativo nº 153, de 26.6.2002
9/2002 – SF 1.042/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Washington, em 26 de outubro de 1999.	Decreto Legislativo nº 154, de 26.6.2002
10/2002 – SF 1.525/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCAR BRASIL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 86, de 15.5.2002
11/2002 – SF 1.522/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Unaí, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 42, de 18.4.2002
12/2002 – SF 1.044/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 53, de 25.4.2002
13/2002 – SF 1.141/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO WALDY FREITAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 162, de 28.6.2002
14/2002 – SF 1.146/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE-PARANAENSE para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 103, de 31.5.2002
15/2002 – SF 1.147/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE-PARANAENSE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 104, de 31.5.2002
16/2002 – SF 1.393/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGÜERA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Várzea Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 105, de 5.6.2002
17/2002 – SF 1.440/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 90, de 16.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
18/2002 – SF 1.443/2001 – SF	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CANTARES DE SALOMÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 146, de 20.6.2002
19/2002 – SF 1.445/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ALTAMIRO GALINDO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 106, de 5.6.2002
20/2002 – SF 1.567/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO GILVAN COSTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 77, de 9.5.2002
21/2002 – SF 717/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE TROMBAS – ACCTROM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trombas, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 192, de 5.9.2002
22/2002 – SF 868/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA SERRA DOS CRISTAIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.	Tramitando
23/2002 – SF 913/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BURITI ALEGRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás.	Tramitando
24/2002 – SF 923/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CABECEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 283, de 7.8.2002
25/2002 – SF 929/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO PEDRO COELHO DE RESENDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Hora, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 186, de 8.8.2002
26/2002 – SF 932/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE COMUNICAÇÃO ESPERANÇA E VIDA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 117, de 12.6.2002
27/2002 – SF 936/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RIR – REDE INTEGRADA DE RADIODIFUSÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
28/2002 – SF 937/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à DIFUSORA GOMES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
29/2002 – SF 938/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO VALE DO CONTESTADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
30/2002 – SF 956/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ÁGUAS QUENTES DE FERNANDÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
31/2002 – SF 1.546/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO QUILOMBO para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 82, de 9.5.2002
32/2002 – SF 960/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE SALES OLIVEIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sales Oliveira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 118, de 12.6.2002
33/2002 – SF 966/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DOULOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 119, de 12.6.2002
34/2002 – SF 975/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 108, de 6.6.2002
35/2002 – SF 979/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DIÓGENES ALMEIDA CELESTINO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 184, de 7.8.2002
36/2002 – SF 983/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DO CEARÁ – CONSEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquiraz, Estado do Ceará.	Tramitando
37/2002 – SF 990/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CAMPO ALEGRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 109, de 6.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
38/2002 – SF 994/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CULTURAL CURUMIN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potirendaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 185, de 7.8.2002
39/2002 – SF 1.000/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CATALÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catalão, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 193, de 5.9.2002
40/2002 – SF 1.009/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA – ACCCEV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 187, de 8.8.2002
41/2002 – SF 1.020/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA SUPER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 129, de 19.6.2002
42/2002 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos	Aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2002.	À Câmara dos Deputados em 10.4.2002
43/2002 – SF 959/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ESPÍRITA ANDRÉ LUIZ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.	Tramitando
44/2002 – SF 968/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ENIVALDO DOS ANJOS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 130, de 19.6.2002
45/2002 – SF 984/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA APOIO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 110, de 6.6.2002
46/2002 – SF 1.013/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	Tramitando
47/2002 – SF 1.085/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADES DO TOCANTINS-UNITINS, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 188, de 8.8.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
48/2002 – SF 1.087/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RADIOLUBE JORNAL MEIA PONTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirenópolis, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 209, de 10.9.2002
49/2002 – SF 1.100/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA REGIONAL DA MATA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO - ASCOREM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 189, de 8.8.2002
50/2002 – SF 1.105/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO NOVA FM DE BERNARDINO DE CAMPOS – ACRNBC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 210, de 10.9.2002
51/2002 – SF 1.109/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Bragança, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 208, de 10.9.2002
52/2002 – SF 1.110/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACIEC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IBICUIENSE PADRE EUGÊNIO CISMÁZIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicuí, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 111, de 6.6.2002
53/2002 – SF 1.117/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ENTIDADE CULTURAL E BENEFICENTE DE PIRAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 190, de 8.8.2002
54/2002 – SF 1.118/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E COMUNICAÇÃO DE PONTAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontal, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 128, de 14.6.2002
55/2002 – SF 1.135/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL AREIAS BRANCAS para executar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Posse, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 131, de 19.6.2002
56/2002 – SF 1.154/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venda Nova do Imigrante, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 126, de 14.6.2002
57/2002 – SF 1.155/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE COREAÚ - IRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coreaú, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 127, de 14.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
58/2002 – SF 1.162/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO AURI VERDE DE BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Tramitando
59/2002 – SF 1.166/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a APE - ASSOCIAÇÃO PAZ EDUCACIONAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 125, de 14.6.2002
60/2002 – SF 1.171/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA CIDADE FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Batayporã, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 132, de 19.6.2002
61/2002 – SF 1.176/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO BOM JESUS DE CUIABÁ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
62/2002 – SF 1.178/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 211, de 10.9.2002
63/2002 – SF 1.185/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL EDUCATIVA CARLOS ROBERTO DA SILVA PIMENTA - FUNCEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urutaí, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 223, de 30.10.2002
64/2002 – SF 1.523/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 236, de 5.11.2002
65/2002 – SF 1.524/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UBAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 133, de 19.6.2002
66/2002 – SF 1.542/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 134, de 19.6.2002
67/2002 – SF 1.565/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA FARIAS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 96, de 22.5.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
68/2002 – SF 1.643/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL EXÉRCITO BRASILEIRO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 48, de 18.4.2002
69/2002 – SF 1.130/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a OBRAS SOCIAIS E CULTURAIS DA PARÓQUIA DE ITAJAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 135, de 19.6.2002
70/2002 – SF 1.139/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA ALIANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piraúba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 136, de 19.6.2002
71/2002 – SF 1.192/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BONFINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonfinópolis, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 314, de 21.11.2002
72/2002 – SF 1.194/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE DOS ECOLOGISTAS DE TAMBAÚ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 147, de 20.6.2002
73/2002 – SF 1.196/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NASCENTE DO VALE DE ALFREDO WAGNER a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 148, de 20.6.2002
74/2002 – SF 1.197/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL SAÚDE DE CAMPOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 221, de 30.10.2002
75/2002 – SF 1.199/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 149, de 20.6.2002
76/2002 – SF 1.233/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTA LUZIA - ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 220, de 30.10.2002
77/2002 – SF 1.201/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à COLÚMBIA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibioporã, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 155, de 26.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
78/2002 – SF 1.023/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO IPO-RAENSE DE COMUNICAÇÃO – ASSICOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporá, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 304, de 21.11.2002
79/2002 – SF 1.034/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o GRÊMIO DO PROJETO CULTURAL E CRIATIVO ALTERNATIVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo	Decreto Legislativo nº 222, de 30.10.2002
80/2002 – SF 1.043/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO PAZ NO VALLE FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 150, de 20.6.2002
81/2002 – SF 1.046/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação dos Amigos de Sátiro Dias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sátiro Dias, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 156, de 26.6.2002
82/2002 – SF 1.050/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE, ARTÍSTICA E CULTURAL GUARANIENSE DE RÁDIO E TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarani, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 257, de 13.11.2002
83/2002 – SF 1.051/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA TRANSAMAZÔNICA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 157, de 26.6.2002
84/2002 – SF 1.056/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACVOLCAJA – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VOLUNTÁRIOS E CASAS DE JARDINÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 227, de 31.10.2002
85/2002 – SF 1.066/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA PLATINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.	Tramitando
86/2002 – SF 1.067/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PORTO ALEGRE DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
87/2002 – SF 1.075/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE ACREUNENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 224, de 30.10.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
88/2002 – SF 1.078/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE QUITANDINHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quitandinha, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 297, de 21.11.2002
89/2002 – SF 1.098/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
90/2002 – SF 1.122/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passos Maia, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
91/2002 – SF 1.143/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ABOLIÇÃO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 357, de 28.11.2002
92/2002 – SF 1.150/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Denise, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
93/2002 – SF 1.158/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ITAÍ DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
94/2002 – SF 1.163/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDAS VERDES DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo	Tramitando
95/2002 – SF 1.120/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS CAMINHOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iracema, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 158, de 26.6.2002
96/2002 – SF 970/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins.	Tramitando
97/2002 – SF 1.177/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 121, de 12.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
98/2002 – SF 1.182/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PROGRESSO DE DESCANSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
99/2002 – SF 1.184/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 400, de 12.12.2002
100/2002 – SF 1.190/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ANHANGUERA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Tramitando
101/2002 – SF 1.191/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 212, de 10.9.2002
102/2002 – SF 1.200/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 228, de 31.10.2002
103/2002 – SF 1.237/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Tramitando
104/2002 – SF 1.598/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO BAHIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 91, de 16.5.2002
105/2002 – SF 993/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO COM RÁDIO LOCAL PANORAMA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Custódia, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 229, de 31.10.2002
106/2002 – SF 1.111/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TABAPUÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabapuã, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 219, de 30.10.2002
107/2002 – SF 918/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO UNIVERSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
108/2002 – SF 922/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE JOVIÂNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 218, de 30.10.2002
109/2002 – SF 967/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CACHOEIRA ALTA-GO (ACCCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 217, de 30.10.2002
110/2002 – SF 971/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCADORA CAMPO VERDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacanga, Estado de São Paulo	Decreto Legislativo nº 159, de 26.6.2002
111/2002 – SF 974/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 298, de 21.11.2002
112/2002 – SF 997/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASCOM - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MOZARLÂNDIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 237, de 5.11.2002
113/2002 – SF 1.001/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE IPORÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piranhas, Estado de Goiás	Tramitando
114/2002 – SF 1.003/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 258, de 13.11.2002
115/2002 – SF 1.014/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE PASSO FUNDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 213, de 10.9.2002
116/2002 – SF 1.017/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 259, de 13.11.2002
117/2002 – SF 1.021/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Pinhal, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 225, de 30.10.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
118/2002 – SF 1.028/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE JUNQUEIRÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 238, de 5.11.2002
119/2002 – SF 1.057/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SIMÕES FILHO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado de Bahia.	Decreto Legislativo nº 216, de 30.10.2002
120/2002 – SF 1.101/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CATIVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Brillhante, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 239, de 5.11.2002
121/2002 – SF 1.104/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SIMONENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Simão, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 226, de 30.10.2002
122/2002 – SF 1.108/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado de Paraná.	Tramitando
123/2002 – SF 1.113/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO VALE DO RIO PARDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 240, de 5.11.2002
124/2002 – SF 1.115/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da REDE ASSOCIADA DE DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo.	Tramitando
125/2002 – SF 1.138/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A MARILUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariluz, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 241, de 5.11.2002
126/2002 – SF 1.149/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO FM/BANDEIRANTES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 242, de 5.11.2002
127/2002 – SF 1.153/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE LAVÍNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavínia, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 230, de 31.10.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
128/2002 – SF 1.157/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO PANTANAL COXIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
129/2002 – SF 1.169/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ESPLANADA DO PACAEMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacaembu, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 231, de 31.10.2002
130/2002 – SF 1.202/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à MILANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranacity, Estado do Paraná.	Tramitando
131/2002 – SF 1.203/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ITAÍ DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sonora, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
132/2002 – SF 1.205/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à GMN 3 PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso	Tramitando
133/2002 – SF 1.439/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 93, de 16.5.2002
134/2002 – SF 1.487/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSEFA ALVARES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 78, de 9.5.2002
135/2002 – SF 1.354/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacobina, Estado da Bahia	Decreto Legislativo nº 160, de 26.6.2002
136/2002 – SF 1.355/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 161, de 26.6.2002
137/2002 – SF 1.207/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA COSTA DOURADA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maragogi, Estado de Alagoas.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
138/2002 – SF 1.209/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RÁDIO COMUNITÁRIO PAIXÃO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pardinho, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 243, de 6.11.2002
139/2002 – SF 1.211/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CASTELO DO PIAUÍ - ADCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelo do Piauí, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 244, de 6.11.2002
140/2002 – SF 1.212/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO A VOZ DO POVO A VOZ DE DEUS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 272, de 14.11.2002
141/2002 – SF 1.213/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ARACATU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 214, de 30.10.2002
142/2002 – SF 1.215/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS ARARA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 248, de 7.11.2002
143/2002 – SF 1.216/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM DE NOVA OLÍMPIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 215, de 30.10.2002
144/2002 – SF 1.219/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 249, de 7.11.2002
145/2002 – SF 1.220/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E FILANTRÓPICA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquet Carneiro, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 245, de 6.11.2002
146/2002 – SF 1.223/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE VILA VELHA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 250, de 7.11.2002
147/2002 - SF 1.224/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a COMUNIDADE UNIDA DE JACUACANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 273, de 14.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
148/2002 – SF 1.226/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS MORADORES DE MANDAGUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 274, de 14.11.2002
149/2002 – SF 1.227/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ATALAIA/AL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Atalaia, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 251, de 7.11.2002
150/2002 – SF 312/99 - CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto de modificação do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, que trata de alocação especial de Direitos Especiais de Saque – DES.	Tramitando
151/2002 – SF 1.334/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, sobre Isenção de Vistos, celebrado em Seul, em 18 de janeiro de 2001.	Decreto Legislativo nº 76, de 8.5.2002
152/2002 – SF 1.661/2002 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, aprovado em 17 de julho de 1998 e assinado pelo Brasil em 7 de fevereiro de 2000.	Decreto Legislativo nº 112, de 6.6.2002
153/2002 – SF 1.257/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AURILÂNDIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurilândia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 275, de 14.11.2002
154/2002 – SF 1.412/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à R.B. – RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 99, de 23.5.2002
155/2002 – SF 1.228/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FADIP – FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE IRAPUAN PINHEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 246, de 6.11.2002
156/2002 – SF 1.229/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA TUCUMAENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucumã, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 276, de 14.11.2002
157/2002 – SF 1.232/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA ERVAL SECO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erval Seco, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 252, de 7.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
158/2002 – SF 1.234/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO FLORIANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado do Piauí.	Tramitando
159/2002 – SF 1.236/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DOM EDUARDO DUARTE SILVA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
160/2002 – SF 1.244/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL BETEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 260, de 13.11.2002
161/2002 – SF 1.245/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL DE SANTARÉM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 137, de 19.6.2002
162/2002 – SF 1.249/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL VALE DO AÇO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 138, de 19.6.2002
163/2002 – SF 1.251/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TAQUARA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 261, de 13.11.2002
164/2002 – SF 1.664/2002 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 14 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.	Decreto Legislativo nº 144, de 20.6.2002
165/2002 – SF 1.265/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAJAÍ para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 139, de 19.6.2002
166/2002 – SF 1.266/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à MERCOM BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio da Alegria, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 232, de 31.10.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
167/2002 – SF 1.273/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que Autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA “NORMÁRIO SALES” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussari, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 253, de 7.11.2002
168/2002 – SF 1.290/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO ORLANDO ZOVICO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 254, de 7.11.2002
169/2002 – SF 1.315/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 255, de 7.11.2002
170/2002 – SF 1.349/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à CABUGINET COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 151, de 20.6.2002
171/2002 – SF 1.391/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 113, de 6.2002
172/2002 – SF 1.416/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA ERECHIM FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 256, de 7.11.2002
173/2002 – SF 1.441/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Camocim, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 92, de 16.5.2002
174/2002 – SF 1.260/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURAL E SOCIAL DE CAPANEMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 262, de 13.11.2002
175/2002 – SF 1.335/2001 – CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado em Brasília, em 5 de abril de 2001.	Decreto Legislativo nº 140, de 19.6.2002
176/2002 – SF 1.520/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO JK FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.	Decreto Legislativo nº 114, de 6.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
177/2002 – SF 1.485/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAJAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 141, de 19.6.2002
178/2002 – SF 1.573/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO 15 DE AGOSTO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 122, de 12.6.2002
179/2002 – SF 1.405/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TV OESTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 235, de 31.10.2002
180/2002 – SF 1.420/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à BONI COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 142, de 19.6.2002
181/2002 – SF 912/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PORTO REAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.	Decreto Legislativo nº 263, de 13.11.2002
182/2002 – SF 919/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DE PIRACICABA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
183/2002 – SF 920/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOCIEDADE SEBERI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
184/2002 – SF 958/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PIRAJUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo.	Tramitando
185/2002 – SF 1.247/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 163, de 28.6.2002
186/2002 – SF 1.248/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 264, de 13.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
187/2002 – SF 1.272/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA HIDROLÂNDIA - AMNOHI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado do Ceará	Decreto Legislativo nº 277, de 14.11.2002
188/2002 – SF 1.274/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, BENEFICENTE E CULTURAL DE OLIVENÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivença, Estado de Alagoas.	Tramitando
189/2002 – SF 1.659/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE VITÓRIA DO JARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória do Jari, Estado do Amapá.	Decreto Legislativo nº 102, de 23.5.2002
190/2002 – SF 1.011/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à W.H.Z. EMPRESA JORNALÍSTICA E DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
191/2002 – SF 1.053/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO ELIZABETE ELITA DE LIMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 265, de 13.11.2002
192/2002 – SF 1.055/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE BÁLSAMO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bálamo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 266, de 13.11.2002
193/2002 – SF 1.107/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO NOVO-RIZONTINA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 164, de 28.6.2002
194/2002 – SF 1.069/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da PORTAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 165, de 28.6.2002
195/2002 – SF 1.112/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ OPERÁRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matão, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 267, de 13.11.2002
196/2002 – SF 1.119/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO GABRIEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 268, de 13.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
197/2002 – SF 1.230/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TV LAFAIETE EDUCATIVA E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 278, de 14.11.2002
198/2002 – SF 1.231/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 358, de 28.11.2002
199/2002 – SF 1.246/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 166, de 28.6.2002
200/2002 – SF 1.275/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a CONSTELAÇÃO ASSOCIAÇÃO CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 279, de 14.11.2002
201/2002 – SF 1.278/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 280, de 14.11.2002
202/2002 – SF 1.279/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVE DE JULHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira do Piauí, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 281, de 14.11.2002
203/2002 – SF 1.282/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LUCRÉCIA – ADECOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 282, de 14.11.2002
204/2002 – SF 1.286/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO BELVEDERE DA CIDADE DE ITAÚNA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais	Decreto Legislativo nº 283, de 14.11.2002
205/2002 – SF 1.286/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO GUARABIRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarabira, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 369, de 4.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
206/2002 – SF 1.287/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “CULTURA E SAÚDE” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 306, de 21.11.2002
207/2002 – SF 1.288/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO CIDADE DA PAZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poloni, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 284, de 14.11.2002
208/2002 – SF 1.292/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CURRAIS NOVOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 285, de 14.11.2002
209/2002 – SF 1.294/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 315, de 21.11.2002
210/2002 – SF 1.180/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA BARRETENSE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Tramitando
211/2002 – SF 1.183/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	Tramitando
212/2002 – SF 1.186/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CURIMATAÚ DE NOVA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
213/2002 – SF 1.187/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.	Tramitando
214/2002 – SF 1.204/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CACIMBA DE DENTRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 286, de 14.11.2002
215/2002 – SF 1.206/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE IPORÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, Estado de Goiás.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
216/2002 – SF 1.208/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PRINCESA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Açú, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
217/2002 – SF 1.217/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE NOTÍCIAS E RADIODIFUSÃO DE ALTOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altos, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 287, de 14.11.2002
218/2002 – SF 1.221/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIACHO DO CADOZ - ARC RIACHO DO CADOZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirais, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 288, de 14.11.2002
219/2002 – SF 1.250/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SETOR AEROPORTO DE CAMPOS BELLOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Belos, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 289, de 14.11.2002
220/2002 – SF 1.258/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA PINTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 167, de 28.6.2002
221/2002 – SF 1.281/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CIDADE DE MARÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marília, Estado de São Paulo.	Tramitando
222/2002 – SF 1.164/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO HERTZ DE FRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Franca, Estado de São Paulo.	Tramitando
223/2002 – SF 1.269/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRANSAMÉRICA DE BRASÍLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	Tramitando
224/2002 – SF 1.295/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE URÂNIA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
225/2002 – SF 1.301/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 168, de 28.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
226/2002 – SF 1.303/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 169, de 28.6.2002
227/2002 – SF 1.338/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IRACEMA DE FORTALEZA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 170, de 28.6.2002
228/2002 – SF 1.356/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LIBERDADE DE PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 355, de 28.11.2002
229/2002 – SF 1.168/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO – ABACANR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 294, de 21.11.2002
230/2002 – SF 1.198/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a Associação RÁDIO COMUNITÁRIA FM SANTA RITA UM BEM DA COMUNIDADE 99,9 MHZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
231/2002 – SF 1.419/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO WALPECAR – WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 171, de 28.6.2002
232/2002 – SF 1.660/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO FUNDESUL para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 172, de 28.6.2002
233/2002 – SF 1.156/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à TVCI – TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 191, de 8.8.2002
234/2002 – SF 1.179/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da Rádio o Dia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
235/2002 – SF 1.397/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarutaiá, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 233, de 31.10.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
236/2002 – SF 1.544/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dias D'Ávila, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 173, de 28.6.2002
237/2002 – SF 930/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SERIEMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 174, de 28.6.2002
238/2002 – SF 933/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JABUTICABAL DE HIDROLÂNDIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 175, de 28.6.2002
239/2002 – SF 1.008/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL METRÓPOLE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 296, de 21.11.2002
240/2002 – SF 1.019/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE TRÊS FRONTEIRAS - ACTF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Fronteiras, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 295, de 21.11.2002
241/2002 – SF 1.024/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL RIBEIRÃO BRANCO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 309, de 21.11.2002
242/2002 – SF 1.047/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE APODI/RN (ACAPORN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte	Decreto Legislativo nº 293, de 21.11.2002
243/2002 – SF 1.053/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE EXTREMOZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Extremoz, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 310, de 21.11.2002
244/2002 – SF 1.116/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RADIODIFUSÃO NOVO MATO GROSSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
245/2002 – SF 1.218/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (ACERSJ) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Vale do Rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 307, de 21.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
246/2002 – SF 1.254/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
247/2002 – SF 1.312/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 370, de 4.12.2002
248/2002 – SF 1.481/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EXTREMA COMUNICAÇÕES FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
249/2002 – SF 1.323/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 176, de 28.6.2002
250/2002 – SF 1.486/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 234, de 31.10.2002
251/2002 – SF 1.615/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à REDE VI-TÓRIA RÉGIA DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Tramitando
252/2002 – SF 1.593/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOCIEDADE VERA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barro Alto, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 349, de 27.11.2002
253/2002 – SF 1.188/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.	Tramitando
254/2002 – SF 1.193/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO FOZ-LAGO COMUNICADORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Tramitando
255/2002 – SF 1.256/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO NOVO MILÊNIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 333, de 26.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
256/2002 – SF 1.259/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER AQUIDAUANENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 194, de 5.9.2002
257/2002 – SF 1.170/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE CORBÉLIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corbélia, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 303, de 21.11.2002
258/2002 – SF 1.214/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARQUE AMAZÔNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 301, de 21.11.2002
259/2002 – SF 1.252/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA MARIA/RN ACCCSM/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 308, de 21.11.2002
260/2002 – SF 1.566/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOSÉ POSSIDÔNIO PEIXOTO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pacatuba, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 177, de 28.6.2002
261/2002 – SF 978/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE SANTA ALBERTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 312, de 21.11.2002
262/2002 – SF 1.006/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CLUBE MARCONI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	Tramitando
263/2002 – SF 1.049/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a OBRA DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CACHOEIRA - OAPC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 334, de 26.11.2002
264/2002 – SF 1.106/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE INDIARA – GOIÁS (RÁDIO EDUCATIVA FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiará, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 305, de 21.11.2002
265/2002 – SF 1.128/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PIRAPOZINHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapozinho, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 302, de 21.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
266/2002 – SF 1.132/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA SAPÉ FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 300, de 21.11.2002
267/2002 – SF 1.160/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Posse, Estado de Goiás.	Tramitando
268/2002 – SF 1.165/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ADECON – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA RUA NOVA – BELÉM – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 316, de 21.11.2002
269/2002 – SF 1.242/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEDREIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 317, de 21.11.2002
270/2002 – SF 1.243/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o INSTITUTO SÃO JOSÉ DO BARREIRO DE CULTURA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Barreiro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 318, de 21.11.2002
271/2002 – SF 1.264/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CIDADE HISTÓRICA DE ITAGUAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 319, de 21.11.2002
272/2002 – SF 1.268/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL DE PIRES DO RIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 320, de 21.11.2002
273/2002 – SF 1.271/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE ANAHY a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anahy, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 321, de 21.11.2002
274/2002 – SF 1.283/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ITAINÓPOLIS - ACCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itainópolis, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 322, de 21.11.2002
275/2002 – SF 1.285/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS-RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba dos Batistas, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 323, de 21.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
276/2002 – SF 1.293/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 195, de 5.9.2002
277/2002 – SF 1.310/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ECOLÓGICA DE PLANALTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 324, de 21.11.2002
278/2002 – SF 1.543/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PONTAL DO SUDOESTE GOIANO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Acreúna, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 178, de 28.6.2002
279/2002 – SF 999/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO VERDE VALE DO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.	Tramitando
280/2002 – SF 1.316/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL DE EUGENÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eugénópolis, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 325, de 21.11.2002
281/2002 – SF 1.318/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA ÁREA ITAQUI-BACANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 326, de 21.11.2002
282/2002 – SF 1.319/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
283/2002 – SF 1.327/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ITAGIBÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagibá, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 335, de 26.11.2002
284/2002 – SF 1.340/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIODIFUSÃO ÍNDIO CONDÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
285/2002 – SF 1.341/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 179, de 28.6.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
286/2002 – SF 1.347/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO VALE DO CURU - ABVC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apuiarés, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 180, de 28.6.2002
287/2002 – SF 1.352/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ESTÚDIO DIGITAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 269, de 13.11.2002
288/2002 – SF 1.364/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE LAGOA DE PEDRAS/RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de Pedras, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 327, de 21.11.2002
289/2002 – SF 1.365/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ABCI - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE INHAMBUPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhambupe, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 336, de 26.11.2002
290/2002 – SF 1.370/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE ROCHEDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rochedo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 328, de 21.11.2002
291/2002 – SF 1.374/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 329, de 21.11.2002
292/2002 – SF 1.377/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA PORTAL DA SERRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 330, de 21.11.2002
293/2002 – SF 1.383/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BURITI BRAVO (ARCA-BB) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.	Tramitando
294/2002 – SF 1.385/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAQUARANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarana, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 337, de 26.11.2002
295/2002 – SF 1.389/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 338, de 26.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
296/2002 – SF 1.396/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à HERRERA GRILLO PUBLICIDADE S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flórida Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 420, de 17.12.2002
297/2002 – SF 1.406/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CENTRO DE APOIO SOCIAL DE CAIRU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cairu, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 339, de 26.11.2002
298/2002 – SF	Francisco Escórcio e outros Senadores	Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás.	Tramitando
299/2002 – SF 1.422/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE FRUTAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 340, de 26.11.2002
300/2002 – SF 1.426/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS E ADOLESCENTES DE CAMOCIM executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camocim, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 341, de 26.11.2002
301/2002 – SF 1.427/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO FELIPENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felipe Guerra, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 342, de 26.11.2002
302/2002 – SF 1.430/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO CLUBE OPÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catalão, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 343, de 26.11.2002
303/2002 – SF 1.431/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 344, de 26.11.2002
304/2002 – SF 1.435/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO JORNAL A CRÍTICA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.	Tramitando
305/2002 – SF 1.442/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA CÔNEGO JOÃO PARREIRAS VILAÇA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 290, de 14.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
306/2002 – SF 1.450/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO RURAL DE CONCÓRDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
307/2002 – SF 1.454/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à AURORA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
308/2002 – SF 1.418/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ RIBAMAR LUNGUINHO DE DESENVOLVIMENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Oeste, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
309/2002 – SF 1.434/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE OURO VERDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 388, de 12.12.2002
310/2002 – SF 1.498/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL SÃO SEBASTIÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coimbra, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 345, de 26.11.2002
311/2002 – SF 1.549/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anicuns, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 346, de 26.11.2002
312/2002 – SF 1.553/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CULTURAL PADRE DEÓCLIDES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acari, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
313/2002 – SF 1.554/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 347, de 26.11.2002
314/2002 – SF 1.597/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA CRUZ DAS ARMAS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 389, de 12.12.2002
315/2002 – SF 1.604/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pedra Branca, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 401, de 12.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
316/2002 – SF 1.607/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIRABEIRABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
317/2002 – SF 1.614/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 350, de 27.11.2002
318/2002 – SF 986/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CARÊNCIA SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário, Estado do Maranhão.	Tramitando
319/2002 – SF 1.376/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuibá, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 181, de 28.6.2002
320/2002 – SF 1.484/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
321/2002 – SF 1.499/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL QUINTAL DO SAMBA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 351, de 27.11.2002
322/2002 – SF 1.501/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS À COMUNIDADE IBIANENSE - ASPIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 392, de 12.12.2002
323/2002 – SF 1.502/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO UNIDOS PARA A COMUNICAÇÃO DA BOA NOVA EM PANCAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 394, de 12.12.2002
324/2002 – SF 1.506/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOÃO D'ALIANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 393, de 12.12.2002
325/2002 – SF 1.514/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ASSOCIADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
326/2002 – SF 1.526/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE EMISSORA RADIOVOX LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Muritiba, Estado da Bahia.	Tramitando
327/2002 – SF 1.528/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.	Tramitando
328/2002 – SF 1.530/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à KMR – TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
329/2002 – SF 1.531/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA UNIÃO SUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
330/2002 – SF 1.548/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE URUSSANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
331/2002 – SF 1.564/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA SALESIANA PADRE CÍCERO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 331, de 21.11.2002
332/2002 – SF 1.577/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
333/2002 – SF 1.590/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a CENTRO SOCIAL E COMUNITÁRIO DOS MORADORES DE PASTOS BONS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pastos Bons, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 395, de 12.12.2002
334/2002 – SF 1.610/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACIRCI - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, INFORMATIVA, DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITORORÓ-BAHIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itororó, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 396, de 12.12.2002
335/2002 – SF 1.262/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
336/2002 – SF 1.302/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIEIRENSE – A.C.V. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 397, de 12.12.2002
337/2002 – SF 1.305/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Escada, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 390, de 12.12.2002
338/2002 – SF 1.317/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza ASBOM – AÇÃO SOCIAL “BENEDITA BARBOSA DOS SANTOS” DE BOM JESUS – PI (ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ARCOM)/RCBJ – RÁDIO COMUNITÁRIA BOM JESUS FM – BOM JESUS/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí	Tramitando
339/2002 – SF 1.429/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
340/2002 – SF 1.456/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí.	Tramitando
341/2002 – SF 1.463/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SOUSENSE – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, Estado da Paraíba.	Tramitando
342/2002 – SF 1.465/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO PARDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 371, de 4.12.2002
343/2002 – SF 1.466/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE CARACOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 372, de 4.12.2002
344/2002 – SF 1.469/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
345/2002 – SF 1.472/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE SÃO BENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 373, de 4.12.2002
346/2002 – SF 1.473/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ROSÁRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais	Tramitando
347/2002 – SF 1.474/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DO BREJO DAS ALMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
348/2002 – SF 1.480/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à REDE FORTAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cedro, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 348, de 26.11.2002
349/2002 – SF 1.476/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM DE IPORÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canápolis, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 299, de 21.11.2002
350/2002 – SF 1.121/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins	Tramitando
351/2002 – SF 1.124/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à LUCENA E CASTRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão.	Tramitando
352/2002 – SF 1.126/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE COLINAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.	Tramitando
353/2002 – SF 964/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RIO NOVO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulino Neves, Estado do Maranhão.	Tramitando
354/2002 – SF 1.031/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IGAPORÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporá, Estado da Bahia.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
355/2002 – SF 1.240/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	Tramitando
356/2002 – SF 1.503/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o SERVIR – SERVIÇO DE PROMOÇÃO DO MENOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais	Tramitando
357/2002 – SF 1.475/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FONTOURA XAVIER – CONDEFOX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
358/2002 – SF 1.423/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE AJURICABARS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
359/2002 – SF 1.409/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO LUÍS RIBEIRO DA SILVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 352, de 27.11.2002
360/2002 – SF 1.390/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE RECREIO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
361/2002 – SF 1.151/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a COMUNIDADE DE JESUS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 359, de 28.11.2002
362/2002 – SF 633/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE DIAS COELHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, Estado da Bahia.	Tramitando
363/2002 – SF 878/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE PIRAPEMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, Estado do Maranhão.	Tramitando
364/2002 – SF 946/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BARRA-CORDENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
365/2002 – SF 1.181/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA DE PIRACICABA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
366/2002 – SF 1.253/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 374, de 4.12.2002
367/2002 – SF 1.284/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE RIBEIRÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, Estado de Pernambuco.	Tramitando
368/2002 – SF 1.304/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco.	Tramitando
369/2002 – SF 1.291/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE OURICURI – A.B.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco	Tramitando
370/2002 – SF 1.308/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO BUÍQUE FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.	Tramitando
371/2002 – SF 1.322/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE PULC DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
372/2002 – SF 1.330/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE AÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E SOCIAL DE PANAMBI (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
373/2002 – SF 1.342/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iranduba, Estado do Amazonas.	Tramitando
374/2002 – SF 1.369/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE ANAMÃ - ACAMÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anamã, Estado do Amazonas.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
375/2002 – SF 1.375/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à PANTANAL SOM E IMAGEM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
376/2002 – SF 1.378/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, Estado do Piauí.	Tramitando
377/2002 – SF 1.386/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE PEDRO GOMES - ACOPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 378, de 5.12.2002
378/2002 – SF 1.586/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à TV PRIMAVERA DE CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
379/2002 – SF ⁵ 989/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que declara a perempção da permissão outorgada à FUNDAÇÃO JOAQUIM JOSÉ MOREIRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Encerrada a tramitação no Senado Federal
380/2002 – SF	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal	Aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2002.	À Câmara dos Deputados em 7.8.2002
381/2002 – SF 1.679/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à EDITORA BOA VISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonfim, Estado de Roraima.	Decreto Legislativo nº 36, de 28.11.2002
382/2002 – SF 1.152/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE LUMINÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
383/2002 – SF 1.261/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VITÓRIA DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

⁵ Devolvido à Casa de origem, por solicitação do Presidente da Câmara dos Deputados (DSF de 2.8.2002 – página 14706).

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
384/2002 – SF 1.314/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CONEXÃO FM PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
385/2002 – SF 1.324/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CENTRO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
386/2002 – SF 1.425/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCADORA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapiaçú, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 360, de 28.11.2002
387/2002 – SF 1.515/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que outorga permissão à GOMES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 356, de 28.11.2002
388/2002 – SF 1.415/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GUARAENSE DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL – APDC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guará, Estado de São Paulo.	Tramitando
389/2002 – SF 1.417/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE JARINU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jarinu, Estado de São Paulo.	Tramitando
390/2002 – SF 1.421/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ARCC, ASSOCIAÇÃO REMEDIENSE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Senhora dos Remédios, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 361, de 28.11.2002
391/2002 – SF 1.424/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA JACUTINGUENSE DE RADIODIFUSÃO – ACCOJAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
392/2002 – SF 1.436/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RBN - REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Breves, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 332, de 21.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
393/2002 – SF 1.449/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CRUZEIRO DA BAHIA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Tramitando
394/2002 – SF 1.451/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 379, de 5.12.2002
395/2002 – SF 1.452/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL CRISTINENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
396/2002 – SF 1.337/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SOLIMÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
397/2002 – SF 1.455/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO NOTÍCIAS DE TATUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.	Tramitando
398/2002 – SF 1.458/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à EMISSORAS SOLEDADENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
399/2002 – SF 1.320/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO VERDE VIDA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candói, Estado do Paraná.	Tramitando
400/2002 – SF 1.461/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE LENÇÓIS PAULISTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lençóis Paulista, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 362, de 28.11.2002
401/2002 – SF 1.468/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE GUARATINGUETÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.	Tramitando
402/2002 – SF 1.470/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO JAGUARIBE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
403/2002 – SF 1.471/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE, CULTURAL E SOCIAL BORBOREMENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.	Tramitando
404/2002 – SF 1.479/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO A-REIA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 291, de 14.11.2002
405/2002 – SF 1.493/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão da DIFUSORA MOGIANA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Tramitando
406/2002 – SF 1.500/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão dos EMPREENDIMENTOS RADIOFÔNICOS SULMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
407/2002 – SF 1.507/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MATINHA – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, Estado do Maranhão.	Tramitando
408/2002 – SF 1.510/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “SÃO FRANCISCO DE ASSIS” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, Estado do Maranhão.	Tramitando
409/2002 – SF 1.513/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAXAMBUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
410/2002 – SF 1.345/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO CULTURAL DIVINO ESPÍRITO SANTO DE JATAÍ para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jataí, Estado de Goiás.	Tramitando
411/2002 – SF 1.382/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DO CANTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 363, de 28.11.2002
412/2002 – SF 1.388/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSIS-TENCIAL DA CHAPADA – AAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Utinga, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 353, de 27.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
413/2002 – SF 1.399/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO 900 DE PATY DO ALFERES LTDA. a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
414/2002 – SF 1.401/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO PADRE PENTEADO para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
415/2002 – SF 1.404/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAMINHO SEGURO DE BEBEDOURO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 398, de 12.12.2002
416/2002 – SF 1.407/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DO 3º MILÊNIO DE AGUDOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, Estado de São Paulo.	Tramitando
417/2002 – SF 1.408/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
418/2002 – SF 1.410/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, Estado de Pernambuco.	Tramitando
419/2002 – SF 1.533/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, RÁDIO COMUNITÁRIA INTERLAGOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
420/2002 – SF 1.534/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIÃO DE SÃO TIAGO (ACCU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
421/2002 – SF 1.550/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA DE PARACATU para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 354, de 27.11.2002
422/2002 – SF 1.432/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “MORIAH” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
423/2002 – SF 1.552/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE MIRANDA – ACO-DAMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul.	Decreto Legislativo nº 380, de 5.12.2002
424/2002 – SF 1.580/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA ESCADA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararema, Estado de São Paulo.	Tramitando
425/2002 – SF 1.581/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PALMITAL EM AÇÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmital, Estado de São Paulo.	Tramitando
426/2002 – SF 1.605/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ORIXIMINÁ, R.C.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.	Tramitando
427/2002 – SF 1.606/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE URUÇUMIRIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco.	Tramitando
428/2002 – SF 1.609/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE BOCA DO ACRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas.	Tramitando
429/2002 – SF 1.611/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ARTÍSTICA E CULTURAL CATANDUVENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.	Tramitando
430/2002 – SF 1.329/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PRADÓLENSE DE APOIO À EDUCAÇÃO E CULTURA "APAEC" DE PRADÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
431/2002 – SF 1.343/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PÉROLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola, Estado do Paraná.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
432/2002 – SF 1.555/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO POPULAR PASSAQUATRENSE DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
433/2002 – SF 1.645/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
434/2002 – SF 1.613/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CESUMAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná.	Tramitando
435/2002 – SF 1.595/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL SOTEROPOLITANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 364, de 28.11.2002
436/2002 – SF 1.584/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO – RÁDIO XAVANTES DE IPAMERI para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás.	Tramitando
437/2002 – SF 1.255/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SANTO AFONSO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 292, de 14.11.2002
438/2002 – SF 1.519/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCATIVA DE IPORÁ – FUNREI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporá, Estado de Goiás.	Tramitando
439/2002 – SF 1.529/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO REGÊNCIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lins, Estado de São Paulo.	Tramitando
440/2002 – SF 1.535/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMISSORAS SUL BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
441/2002 – SF 1.538/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO-DIFUSÃO ITAPUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
442/2002 – SF 1.547/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA AM S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
443/2002 – SF 1.346/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO HUMAITÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 391, de 12.12.2002
444/2002 – SF 1.363/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PARANAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná	Tramitando
445/2002 – SF 1.558/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 199, de 5.9.2002
446/2002 – SF 1.578/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RBN – RE-DE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santarém, Estado do Pará.	Tramitando
447/2002 – SF 1.579/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que outorga permissão à RBN – RE-DE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Almeirim, Estado do Pará.	Tramitando
448/2002 – SF 1.582/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA RIOGRANDINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
449/2002 – SF 1.602/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO JARDIM FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado do Ceará.	Tramitando
450/2002 – SF 1.617/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MINDURI FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Minduri, Estado do Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
451/2002 – SF 1.635/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA PÉROLA FM DE SANTO AUGUSTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
452/2002 – SF 1.647/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GAVIÃO PEIXOTO – ACORDES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo.	Tramitando
453/2002 – SF 1.648/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizal, Estado de São Paulo.	Tramitando
454/2002 – SF 1.656/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE PIEDADE a executar serviço de radiodifusão comunitária cidade de Piedade, Estado de São Paulo.	Tramitando
455/2002 – SF 1.657/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE RADIODIFUSÃO DE MORRO AGUDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.	Tramitando
456/2002 – SF 1.630/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Tramitando
457/2002 – SF 1.659/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA SINTONIA CULTURAL para a executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
458/2002 – SF 1.651/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE IRMÃOS BENEFICENTES CRISTÃOS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Queimados, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 403, de 12.12.2002
459/2002 – SF 1.678/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO 14 DE AGOSTO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 271, de 13.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
460/2002 – SF 1.683/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CANAL VINTE E UM para executar serviço de radiodifusão sons e imagens na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 204, de 5.9.2002
461/2002 – SF 1.684/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CENTRO BENEFICENTE DE COMBATE A TUBERCULOSE E MALÁRIA DE ESPERANTINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 365, de 28.11.2002
462/2002 – SF 1.629/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMPRESA JORNALÍSTICA NOROESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
463/2002 – SF 1.633/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
464/2002 – SF 1.634/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à STUDIO G COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jataí, Estado de Goiás.	Tramitando
465/2002 – SF 1.653/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO IMEMBUÍ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
466/2002 – SF 1.655/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 205, de 5.9.2002
467/2002 – SF 1.668/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à CIDADES DO VALE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.	Tramitando
468/2002 – SF 1.702/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à EDITORA BOA VISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.	Decreto Legislativo nº 368, de 28.11.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
469/2002 – SF	Mozarildo Cavalcanti	Susta a Portaria do Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI nº 765, de 6 de agosto de 2002, que constitui Comissão Técnica com a finalidade de realizar os pagamentos de benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé, conforme Resolução nº 129/CS/02, implantada por ocupantes não índios na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e dá outras providências.	Tramitando
470/2002 – SF 1.007/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 206, de 5.9.2002
471/2002 – SF 870/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA GUARANY FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.	Tramitando
472/2002 – SF 1.835/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VALE DO JAGUARIBE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Aracati, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 366, de 28.11.2002
473/2002 – SF 1.331/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL DE JANUÁRIA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 37, de 4.12.2002
474/2002 – SF 1.477/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CULTURAL VENDA NOVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.	Retirado (MSF nº 294/2002)
475/2002 – SF 1.497/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
476/2002 – SF 1.505/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPESTRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
477/2002 – SF 1.536/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA ABC - SHALON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
478/2002 – SF 1.562/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA AMIGOS DO CECAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.	Tramitando
479/2002 – SF 1.649/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CATAGUASES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
480/2002 – SF 1.379/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO CULTURAL DINÂMICA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Coelho, Estado de São Paulo.	Tramitando
481/2002 – SF 1.045/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES NOVOLINDENSES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda do Norte, Estado do Amazonas.	Tramitando
482/2002 – SF 1.076/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E TELEVISÃO NOVO TEMPO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.	Tramitando
483/2002 – SF 1.540/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIRANDA DE CHIAPETTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chiapetta, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
484/2002 – SF 1.671/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.	Tramitando
485/2002 – SF 1.676/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão ao GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR - FEM, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Tramitando
486/2002 – SF 1.159/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ESTRELA DE IBIÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
487/2002 – SF 1.277/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA SANTA RITA DE CÁSSIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
488/2002 – SF 1.289/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO DA ASSEMBLÉIA DE INCENTIVO A CULTURA, ARTE, ESPORTE E LAZER – ASDERBAICA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz das Almas, Estado da Bahia.	Tramitando
489/2002 – SF 1.307/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIACHO DAS ALMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco.	Tramitando
490/2002 – SF 1.309/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA GAROPABENSE FM DE COMUNICAÇÕES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
491/2002 – SF 1.325/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL LIMACAMPENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lima Campos, Estado do Maranhão.	Tramitando
492/2002 – SF 1.351/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IAPUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iapu, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
493/2002 – SF 1.366/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E COMUNITÁRIA DE VARGEM GRANDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.	Tramitando
494/2002 – SF 1.367/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM PONTAPEDRENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.	Tramitando
495/2002 – SF 1.373/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CARUARU FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
496/2002 – SF 1.380/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E DE MORADORES DE CARAZINHO – U.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
497/2002 – SF 1.381/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado de Pernambuco.	Tramitando
498/2002 – SF 1384/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA MARIA DA VITÓRIA – ACCCSMV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.	Tramitando
499/2002 – SF 1.464/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO RAIMUNDO NONATO DE TUTUM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutum, Estado do Maranhão.	Tramitando
500/2002 – SF 1.686/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO DE SERRANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrana, Estado de São Paulo.	Tramitando
501/2002 – SF 1.175/2001 – SF	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE UBERLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
502/2002 – SF 1.300/2001 -CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA DE CAMPO GRANDE LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
503/2002 – SF 1.313/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO E TV EDUCATIVA E CULTURAL DE VIÇOSA – FRATEVI para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
504/2002 – SF 1.333/2001 – cd	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RRÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Antonina, Estado de São Paulo.	Tramitando
505/2002 – SF 1.339/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO TUPINAMBÁS LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
506/2002 – SF 1.371/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURA E ARTÍSTICA DE BARCELOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.	Tramitando
507/2002 – SF 1.392/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO PREVE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.	Tramitando
508/2002 – SF 1.395/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RRÁDIO FM JARDIM DE CAJOBI LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo.	Tramitando
509/2002 – SF 1.438/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RBN – REDE BRASIL NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.	Tramitando
510/2002 – SF 1.703/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Decreto Legislativo nº 404, de 12.12.2002
511/2002 – SF 1.952/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.	Tramitando
512/2002 – SF 1.951/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.	Tramitando
513/2002 – SF 1.950/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins.	Tramitando
514/2002 – SF 1.895/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à TTELECOMUNICAÇÕES FORMOSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 421, de 17.12.2002
515/2002 – SF 1.894/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CENTRO-NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 422, de 17.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
516/2002 – SF 1.836/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova O Ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ARARAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araras, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 376, de 4.12.2002
517/2002 – SF 1.082/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE VARZEDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varzedo, Estado da Bahia.	Tramitando
518/2002 – SF 1.306/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO COLINAS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.	Tramitando
519/2002 – SF 1.433/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MÃO AMIGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Italva, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
520/2002 – SF 1.460/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITARANTIENSE NOVA ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.	Tramitando
521/2002 – SF 1.508/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIOVIDA DE BOTUPORÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botuporã, Estado da Bahia.	Tramitando
522/2002 – SF 1.512/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE SINAI, ACMS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
523/2002 – SF 1.527/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MAMBORÊ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamborê, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 399, de 12.12.2002
524/2002 – SF 1.537/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMPARO AOS ARTISTAS DE CAJAZEIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
525/2002 – SF 1.608/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE FLOR DA SERRA DO SUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.	Tramitando
526/2002 – SF 1.628/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
527/2002 – SF 1.631/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE VÁRZEA NOVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Nova, Estado da Bahia.	Tramitando
528/2002 – SF 1.670/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COLARES (RÁDIO COMUNITÁRIA ROSÁRIO FM STEREO) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colares, Estado do Pará.	Tramitando
529/2002 – SF 1.685/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PE. LINO BEAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranacity, Estado do Paraná.	Tramitando
530/2002 – SF 1.706/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO GILVAN COSTA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 377, de 4.12.2002
531/2002 – SF 1.820/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DIMENSÃO - ARCOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
532/2002 – SF 944/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMARGOSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.	Tramitando
533/2002 – SF 1.326/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL DE OROBÓ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orobó, Estado de Pernambuco.	Tramitando
534/2002 – SF 1.637/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
535/2002 – SF 1.358/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da LK RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
536/2002 – SF 1.453/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ITAÍ DE RIO CLARO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tibagi, Estado do Paraná.	Tramitando
537/2002 – SF 1.457/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAIPU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	Tramitando
538/2002 – SF 1.459/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO DO PIAUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 381, de 5.12.2002
539/2002 – SF 1.478/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à NOVA OLIVEIRA FM STEREO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crucilândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
540/2002 – SF 1.517/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
541/2002 – SF 1.557/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRANA FM S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
542/2002 – SF 1.588/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da EMISSORAS SUL BRASILEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
543/2002 – SF 1.592/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RB - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Bananal, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
544/2002 – SF 1.616/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL E FILANTRÓPICA MARIA EFIGÊNIA FERRACINI CAMPOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
545/2002 – SF 1.627/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
546/2002 – SF 1.667/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – CENTRAL SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 405, de 12.12.2002
547/2002 – SF 1.704/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à UNISANTA – UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 382, de 5.12.2002
548/2002 – SF 1.394/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL E ASSISTENCIAL ISMÊNIA VITTA REIS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 406, de 12.12.2002
549/2002 - SF 1.746/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ITA ONDAS S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Hidrolândia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 407, de 12.12.2002
550/2002 – SF 2.004/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL MANGABEIRAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 408, de 12.12.2002
551/2002 - SF 2.098/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SUPER RÁDIO DM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 311, de 21.11.2002
552/2002 – SF 1.010/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO VENEZA DE RÁDIO E TV EDUCATIVA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 409, de 12.12.2002
553/2002 – SF 1.921/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
554/2002 – SF 1.974/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS BAIRROS DE PITANGUI - ABAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitangui, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 410, de 12.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
555/2002 – SF 1.398/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à MORADA DOS RIOS S/C para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conchal, Estado de São Paulo.	Tramitando
556/2002 – SF 1.103/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TELEVISÃO NORTE DO RGS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
557/2002 – SF 1.161/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TELEVISÃO TUIUTI S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 427, de 17.12.2002
558/2002 – SF 1.843/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão do DIÁRIO DA MANHÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 428, de 17.12.2002
559/2002 – SF 1.845/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à CV – RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 383, de 5.12.2002
560/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2002.	À Câmara dos Deputados em 14.11.2002
561/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar terras de propriedade desse Estado, até o limite de 16.000 (dezesesseis mil) hectares, à Sococo – Agroindústrias da Amazônia Ltda.	À Câmara dos Deputados em 16.12.2002
562/2002 – SF 1.719/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO SOGIPA DE COMUNICAÇÕES para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 384, de 5.12.2002
563/2002 – SF 1.353/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FORTALEZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco.	Tramitando
564/2002 – SF 1.749/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FORTALEZA FM BAURU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 411, de 12.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
565/2002 – SF 1.777/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO TRÊS FRONTEIRAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Nanaque, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 385, de 10.12.2002
566/2002 – SF 1.818/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO FELICIDADE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco.	Tramitando
567/2002 – SF 1.850/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à ROBI – RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 412, de 12.12.2002
568/2002 – SF 1.858/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE RONDÔNIA – ACEARON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia.	Decreto Legislativo nº 413, de 12.12.2002
569/2002 – SF 1.947/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MARCO ZERO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.	Decreto Legislativo nº 414, de 12.12.2002
570/2002 – SF 1.880/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à INTERVOX TRANSMISSÕES E SISTEMAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
571/2002 – SF 1.658/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL EDILSON BRANDÃO GUIMARÃES para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 423, de 17.12.2002
572/2002 – SF 1.767/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FORQUILHA – SENHOR ANTÔNIO FERREIRA GOMES MARTINS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.	Tramitando
573/2002 – SF 1.801/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 415, de 12.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
574/2002 – SF 1.545/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à CONQUISTA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
575/2002 – SF 1.632/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA CLAREIRA NA MATA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
576/2002 – SF 1.814/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO JARDINÓPOLIS COMUNICAÇÕES S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
577/2002 – SF 1.681/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 429, de 17.12.2002
578/2002 – SF 1.563/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO - FAESA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
579/2002 – SF 1.832/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOVA DE GOIANÉSIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.	Tramitando
580/2002 – SF 1.844/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO SISTEMA DE RADIODIFUSÃO "CIDADE DAS ÁRVORES" para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.	Tramitando
581/2002 – SF 1.865/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à IDEAL DISTRIBUIDORA DE IMAGEM E SOM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	Tramitando
582/2002 – SF 2.235/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO COMUNICAÇÕES VALE DO RIO JARI (RÁDIO COMUNITÁRIA VALE DO JARI FM) executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.	Decreto Legislativo nº 416, de 12.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
583/2002 – SF 2.239/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ARAGUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreira Gomes, Estado do Amapá.	Decreto Legislativo nº 417, de 12.12.2002
584/2002 – SF 982/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL BENEFICENTE VIVA VOZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia.	Tramitando
585/2002 – SF 1.127/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BASE DO MUNICÍPIO DE CARIÚS – ABC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cariús, Estado do Ceará.	Tramitando
586/2002 – SF 1.195/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE CONSTANTINO ZAJKOWSKI PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Feliciano, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
587/2002 – SF 1.225/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DE OEIRAS DO PARÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oeiras do Pará, Estado do Pará.	Tramitando
588/2002 – SF 1.297/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPERANÇA E PAZ - ASCEPAZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Preto D'Oeste, Estado de Rondônia.	Tramitando
589/2002 – SF 1.348/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CONTORNO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.	Tramitando
590/2002 – SF 1.350/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Centro de Incentivo, Divulgação e Apoio Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
591/2002 – SF 1.368/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA BOM CONSELHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Fronteira, Estado do Piauí.	Tramitando
592/2002 – SF 1.576/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SAMAÚMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
593/2002 – SF 1.585/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ACE – ASSOCIAÇÃO CULTURAL ENCRUZILHADENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Encruzilhadas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
594/2002 – SF 1.587/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE IPÊ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
595/2002 – SF 1.636/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO LOYOLA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
596/2002 – SF 1.638/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE RIO MANSO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Manso, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
597/2002 – SF 1.646/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES – AMES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espinosa, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
598/2002 – SF 1.099/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da TV SBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
599/2002 – SF 1.239/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO VERDES FLORESTAS para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	Tramitando
600/2002 – SF 1.241/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasiléia, Estado do Acre.	Tramitando
601/2002 – SF 1.413/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE GUARAPARI para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
602/2002 – SF 1.494/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SÃO FRANCISCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
603/2002 – SF 1.495/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO SANTA TEREZINHA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
604/2002 – SF 1.516/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MÉDIO URUGUAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rodeio Bonito, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
605/2002 – SF 1.559/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.	Tramitando
606/2002 – SF 1.560/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glorinha, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
607/2002 – SF 1.589/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
608/2002 – SF 1.596/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA EDUCACIONAL DE FRUTAL para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
609/2002 – SF 1.640/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à VITÓRIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
610/2002 – SF 1.654/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO INTEGRAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
611/2002 – SF 1.672/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à REDE VI-TORIOSA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senador Canedo, Estado de Goiás.	Tramitando
612/2002 – SF 1.755/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO E RÁDIO SÃO PEDRO FM (AMCRSP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
613/2002 – SF 1.769/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO JUVENTUDE COMUNITÁRIA DE FERROS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferros, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
614/2002 – SF 1.772/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.	Tramitando
615/2002 – SF 1.809/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL – CIDADE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Salgado, Estado de São Paulo.	Tramitando
616/2002 – SF 1.839/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA OURO VERDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde, Estado de São Paulo.	Tramitando
617/2002 – SF 1.674/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES DE ALTO HORIZONTE – GOIÁS AMPAH a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Horizonte, Estado de Goiás.	Tramitando
618/2002 – SF 1.700/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE VERA CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
619/2002 – SF 1.721/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ADESCS – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CÂNDIDO SALES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Sales, Estado da Bahia.	Tramitando
620/2002 – SF 1.722/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO IBICUÍ FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Viana, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
621/2002 – SF 1.723/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraí, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
622/2002 – SF 1.726/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E BENEFICENTE “BACIA DO RIO PARAGUAI” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
623/2002 – SF 1.711/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CULTURA FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
624/2002 – SF 1.724/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MONTENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
625/2002 – SF 1.831/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RÁDIO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.	Tramitando
626/2002 – SF 1.680/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ABAETÉ DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abaeté, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
627/2002 – SF 1.699/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
628/2002 – SF 1.701/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO DE BARRETOS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 426, de 17.12.2002
629/2002 – SF 1.709/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SIDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
630/2002 – SF 1.710/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO SÃO ROQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
631/2002 – SF 1.713/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PITANGUEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando
632/2002 – SF 1.715/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOL MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
633/2002 – SF 1.716/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RADIO JORNAL DE AMAMBAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amambaí, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
634/2002 – SF 1.718/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO GUARUJÁ PAULISTA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.	Tramitando
635/2002 – SF 1.720/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CLUBE FM ARENÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arenápolis, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
636/2002 – SF 1.725/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO MARCONI para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
637/2002 – SF 770/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 7 DE OUTUBRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaiçaba, Estado do Ceará.	Tramitando
638/2002 – SF 885/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EDUCATIVA ALVORADA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Alvorada do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
639/2002 – SF 1.793/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ELÓI MENDES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Elói Mendes, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 424, de 17.12.2002
640/2002 – SF 2.197/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL EMANNUEL para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 418, de 12.12.2002
641/2002 – SF 2.061/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOTÍCIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão.	Tramitando
642/2002 – SF 2.131/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE IATI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iati, Estado de Pernambuco.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
643/2002 – SF 1.729/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO MIGUEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
644/2002 – SF 1.733/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vazante, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
645/2002 – SF 2.089/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à ELO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.	Tramitando
646/2002 – SF 2.234/2002 – CD	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Convalida os parcelamentos previstos nos Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Medida Provisória nº 38/2002.	Tramitando
647/2002 – SF 1.739/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FEIRA NOVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Feira Nova, Estado de Pernambuco.	Tramitando
648/2002 – SF 1.740/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO PAZ SERRANA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
649/2002 – SF 1.742/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO TAPIRENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ATAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapira, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
650/2002 – SF 1.743/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA BEM AVENTURADO JOSÉ DE ANCHIETA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.	Tramitando
651/2002 – SF 1.752/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCATIVA JOVEM SOLIDÁRIA DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
652/2002 – SF 1.753/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ONDA NOVA – ACON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
653/2002 – SF 1.756/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA AMIGOS DE SARACURUNA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
654/2002 – SF 1.757/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BETEL DO BAIRRO JARDIM AEROPORTO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE PAULO AFONSO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia.	Tramitando
655/2002 – SF 1.758/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FIDA – FUNDAÇÃO IGUATU PARA O DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.	Tramitando
656/2002 – SF 1.759/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ESPAÇO ABERTO DE MASSARANDUBA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
657/2002 – SF 1.760/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DAS MÃES IGARAPEGRANDENSES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Grande, Estado do Maranhão.	Tramitando
658/2002 – SF 1.761/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITAGUARENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguara, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
659/2002 – SF 1.764/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ALTO DO VALE DO ITAJAÍ – FEDAVI para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
660/2002 – SF 1.765/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CENTRO SOCIAL JOSÉ PAULINO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
661/2002 – SF 1.766/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE LAGEDO DO TABOCAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagedo do Tabocal, Estado da Bahia.	Tramitando
662/2002 – SF 1.768/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALTO RODRIGUES E FM OURO NEGRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
663/2002 – SF 1.774/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o Governo do ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sena Madureira, Estado do Acre.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
664/2002 – SF 1.775/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL PROFESSORA NÉRIA COELHO GUIMARÃES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guanhães, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
665/202 – SF 1.734/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.	Tramitando
666/2002 – SF 1.902/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE SANTA RITA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado do Maranhão.	Tramitando
667/2002 – SF 1.904/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO ESTREITO–MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estreito, Estado do Maranhão.	Tramitando
668/2002 – SF 1.779/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE XIQUE-XIQUE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia.	Tramitando
669/2002 – SF 1.780/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO BAIRRO SANTANENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
670/2002 – SF 2.199/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CAMARGO GONÇALVES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 425, de 17.12.2002
671/2002 – SF 1.735/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR, a executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tarauacá, Estado do Acre.	Tramitando
672/2002 – SF 1.784/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BENTO MARQUES – COHAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarauacá, Estado do Acre.	Tramitando
673/2002 – SF 1.785/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MONTES CLAROS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
674/2002 – SF 1.786/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CASA DA CULTURA DE BOM JARDIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado de Pernambuco.	Tramitando
675/2002 – SF 1.788/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE SÃO PEDRO – AMOPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.	Tramitando
676/2002 – SF 1.789/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS AMIGOS DE SÃO JOÃO DOS PATOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João dos Patos, Estado do Maranhão.	Tramitando
677/2002 – SF 1.790/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BRAVO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Preta, Estado da Bahia.	Tramitando
678/2002 – SF 1.791/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA E RADIODIFUSÃO DE TIJUCAS – SC – ACCRT, BAIRROS JOÁIA, XV DE NOVEMBRO, CENTRO, AREIAS E PRAÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
679/2002 – SF 1.795/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TERRA DE GETULINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Getulina, Estado de São Paulo.	Tramitando
680/2002 – SF 1.783/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO, JORNAL E TELEVISÃO GRAMENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Gramma, Estado de São Paulo.	Tramitando
681/2002 – SF 1.796/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO NOSSA TERRA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Analândia, Estado de São Paulo.	Tramitando
682/2002 – SF 1.799/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RÁDIO FM EDUCADORA ITAGUARY NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Arari, Estado do Pará.	Tramitando
683/2002 – SF 1.803/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FEMININA DE MONTALVÂNIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
684/2002 – SF 1.804/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA RODOLFENSE - ACERF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
685/2002 – SF 1.806/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES RESIDENTES NOS BAIROS DE PARAMBU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parambu, Estado do Ceará.	Tramitando
686/2002 – SF 1.807/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CRAVINHOS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo.	Tramitando
687/2002 – SF 1.810/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE SETE LAGOAS - FACOMSEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
688/2002 – SF 1.811/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CENTRO SOCIAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
689/2002 – SF 1.813/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PIONEIRA DE LONDRINA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Londrina, Estado do Paraná.	Tramitando
690/2002 – SF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova, com ressalvas, as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1999.	Tramitando
691/2002 – SF	Senador José Agripino	Susta o Decreto nº 4.489, de 28 de novembro de 2002.	Tramitando
692/2002 – SF 1.824/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE SÃO PEDRO DA UNIÃO (ACASPU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
693/2002 – SF 1.817/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
694/2002 – SF 1.825/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RANCHO VERDE VIDA – RVV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgueiro, Estado de Pernambuco.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
695/2002 – SF 1.826/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Unidos do Herval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
696/2002 – SF 1.827/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE DE AMPARO E EDUCAÇÃO À INFÂNCIA DE CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz, Estado do Ceará.	Tramitando
697/2002 – SF 1.829/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DE LAGES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando
698/2002 – SF 1.828/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO CULTURAL AMBIENTAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
699/2002 – SF 1.830/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.	Tramitando
700/2002 – SF 1.846/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOM RETIRO DA ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.	Tramitando
701/2002 – SF 1.849/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO LIBERMANN FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
702/2002 – SF 1.854/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ARAL MOREIRA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA – AMAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aral Moreira, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
703/2002 – SF 1.855/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INOCÊNCIENSE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
704/2002 – SF 1.857/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO GRUPO CONESUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
705/2002 – SF 1.859/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA NOVA ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cipó, Estado da Bahia.	Tramitando
706/2002 – SF 1.861/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DIVISANOVENSE PARA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CULTURA E COMUNICAÇÃO – ADERC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divisa Nova, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
707/2002 – SF 1.862/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MATIENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
708/2002 – SF 1.863/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA INTERATIVA JARUENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jarú, Estado de Rondônia.	Tramitando
709/2002 – SF 1.864/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ARARIPE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araripe, Estado do Ceará.	Tramitando
710/2002 – SF 1.866/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ZERO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areado, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
711/2002 – SF 1.869/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RENASCER para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Louveira, Estado de São Paulo.	Tramitando
712/2002 – SF 1.870/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO REGIONAL ITAMARACÁ FM a executar serviço de radiodifusão comunitária cidade de Ipaussu, Estado de São Paulo.	Tramitando
713/2002 – SF 1.871/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO PRÓ-DESENVOLVIMENTO DO CARIRI – JÚLIA LEITE DE LUNA a executar serviço de radiodifusão comunitária cidade de Milagres, Estado do Ceará.	Tramitando
714/2002 – SF 1.872/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL TRÊS MÁRTIRES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticaba, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
715/2002 – SF 1.874/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE INDIAPORÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiaporã, Estado de São Paulo.	Tramitando
716/2002 – SF 1.875/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chorozinho, Estado do Ceará.	Tramitando
717/2002 – SF 1.877/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIA RÁDIO LAJEDO FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedo, Estado de Pernambuco.	Tramitando
718/2002 – SF 1.879/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO SERIDÓ CENTRAL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
719/2002 – SF 1.881/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DOM OTHON MOTTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
720/2002 – SF 1.883/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BONJESUENSE COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
721/2002 – SF 1.884/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.	Tramitando
722/2002 – SF 1.890/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO DOS FUNCIONÁRIOS – FRUTA DE LEITE/MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fruta de Leite, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
723/2002 – SF 1.891/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DA VARGEM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
724/2002 – SF 1.899/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL VALE VÊNETO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
725/2002 – SF 1.901/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PARA O PROGRESSO DE ITAREMA - ACCPI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarema, Estado do Ceará.	Tramitando
726/2002 – SF 1.911/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU - ACOMCULT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracuru, Estado de Ceará.	Tramitando
727/2002 – SF 1.917/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE BIQUINHAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
728/2002 – SF 1.919/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE VERA CRUZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vera Cruz, Estado da Bahia.	Tramitando
729/2002 – SF 1.927/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E TURÍSTICA DE IGARATÁ – A.C.E.T.I. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaratá, Estado de São Paulo.	Tramitando
730/2002 – SF 1.933/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL, TERAPÊUTICA E AMBIENTAL DE IMPERATRIZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.	Tramitando
731/2002 – SF 1.948/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA LUMINENSE - FUNCCOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.	Tramitando
732/2002 – SF 1.949/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO NOVA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bacabal, Estado do Maranhão.	Tramitando
733/2002 – SF 1.957/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Tugúrio, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
734/2002 – SF 1.959/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE APOIO À ESCOLA – COLÉGIO ESTADUAL ARY PARREIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lage do Murié, Estado do Rio de Janeiro.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
735/2002 – SF 1.964/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIODIFUSÃO PÉROLA DO PLANALTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
736/2002 – SF 1.966/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO - ACASCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
737/2002 – SF 1.969/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES CORGUINHENSES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corguinho, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
738/2002 – SF 1.977/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB para executar serviço de radiodifusão sons e imagens na cidade de Vitória da Conquista, Estado de Bahia.	Tramitando
739/2002 – SF 1.986/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSISTA DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SONORA DE IGARAPÉ DO MEIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão.	Tramitando
740/2002 – SF 1.987/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FAVO DE MEL - ASCOMFAV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
741/2002 – SF 2.000/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SANTANA DO PARAÍSO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
742/2002 – SF 1.815/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL PORTUENSE DE RÁDIO E TV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
743/2002 – SF 2.008/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AMVSUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegre, Estado do Espírito Santo.	Tramitando
744/2002 – SF 2.022/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO TABAPORÃENSE DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E SOCIAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
745/2002 – SF 2.024/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA SERRANA DE CUNHA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cunha, Estado de São Paulo.	Tramitando
746/2002 – SF 2.035/2002 – CCD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE ROSÁRIO OESTE – AFARO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso.	Tramitando
747/2002 – SF 2.060/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCATIVA COMUNIDADE SOLIDÁRIA SHALON DE AREIÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areiópolis, Estado de São Paulo.	Tramitando
748/2002 – SF 2.070/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO ÔMEGA DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO SOCIAL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.	Tramitando
749/2002 – SF 2.109/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESPORTIVA E CULTURAL DOS AMIGOS DE SÃO VICENTE DE FÉRRER-MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente de Férrer, Estado do Maranhão.	Tramitando
750/2002 – SF 2.136/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RAINHA DA PAZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Macedo, Estado de São Paulo.	Tramitando
751/2002 – SF 1.762/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE GLAUCILÂNDIA – ACDG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Glaucilândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
752/2002 – SF 1.728/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da PINHAL RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.	Tramitando
753/2002 – SF 1.731/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da ALAGAMAR RÁDIO SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte.	Tramitando
754/2002 – SF 1.732/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO CANOINHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
755/2002 – SF 2.012/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE VERA CRUZ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.	Tramitando
756/2002 – SF 1.744/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CIDADE DE ITAJUBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
757/2002 – SF 1.800/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA CARACARAÍ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.	Tramitando
758/2002 – SF 1.802/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SESAL – COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cambé, Estado do Paraná.	Tramitando
759/2002 – SF 1.841/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO EDUCADORA DE UBERLÂNDIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
760/2002 – SF 1.842/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Tramitando
761/2002 – SF 1.878/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO LIBERTAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
762/2002 – SF 2.086/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MARABÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
763/2002 – SF 2.091/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA RIOPARDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.	Tramitando
764/2002 – SF 2.096/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE BILAC LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bilac, Estado de São Paulo.	Tramitando
765/2002 – SF 2.088/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à ELO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Caruaru, Estado de Pernambuco.	Tramitando

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
766/2002 – SF 2.165/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO AZALÉIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
767/2002 – SF 2.237/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à AMAZÔNIA CABO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.	Tramitando
768/2002 – SF 2.238/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga concessão à AMAZÔNIA CABO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.	Tramitando
769/2002 – SF 2.112/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA SINTONIA CULTURAL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.	Tramitando

d.3) Recebido da Câmara para promulgação

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
42/2000 – SF 189/99 - CD	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – Câmara dos Deputados	Aprova o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259, de 1996, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída originalmente em Caracas, em 29 de março de 1996.	Decreto Legislativo nº 152, de 25.6.2002

d.4) Emendado pela Câmara

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/97 – SF 84/99 – CD	Comissão Criada pelo RQS nº 585/96, destinada a apurar a situação dos Garimpeiros de Serra Pelada	Susta os efeitos de aprovação do Presidente da República a nota CONJUR/MINFRA 0024 de 1992, através da Exposição de Motivos nº 0019, do Ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24 de março de 1992.	Decreto Legislativo nº 207, de 10.9.2002

e) MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

Aprovadas e promulgadas	32
Aprovadas na forma de PLV e sancionados	13
Aprovadas na forma de PLV, com emendas, e encaminhados à Câmara dos Deputados	3
Aprovada na forma de PLV do Senado	1
Declaração de perda de eficácia	1
Rejeitadas	3
Total	53

e.1) Recebidas na Presente Sessão Legislativa

MPV	PLV	Ementa	Resultado
8/2001	-	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a comissão de Valores Mobiliários.	Promulgada a Lei nº 10.411, de 26.2.2002
9/2001	1/2002	Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.	Aprovado o PLV com emendas e encaminhado à Câmara dos Deputados em 20.3.2002 Sancionada a Lei nº 10.437, de 25.4.2002 com veto parcial
11/2001	2/2002	Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem.	Aprovado o PLV e encaminhado à sanção em 20.3.2002 Sancionada a Lei nº 10.420, de 10.4.2002
12/2001	-	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de oitenta e seis milhões de reais, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.414, de 21.3.2002
13/2001	-	Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.	Promulgada a Lei nº 10.415, de 21.3.2002
14/2001	3/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000 e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção Sancionada a Lei nº 10.438, de 26.4.2002 com veto parcial

MPV	PLV	Ementa	Resultado
16/2001	5/2002	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências	A MPV foi aprovada na Câmara PLV prejudicado no Senado em virtude da aprovação da MPV Promulgada a Lei nº 10.426, de 24.4.2002
17/2001	6/2002	Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica – CONDECINE, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 23.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.454, de 13.5.2002
18/2001	7/2002	Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo – GLP, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 23.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.453, de 13.5.2002
19/2001	-	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de 13.000.000,00 (treze milhões de reais), para os fins que especifica;	Promulgada a Lei nº 10.427, de 24.4.2002
20/2001	-	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 2.816.630.828,00 (dois bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e trinta mil e oitocentos e vinte e oito reais), e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 1.846.971.305,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil e trezentos e cinco reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.428, de 24.4.2002
21/2002	-	Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFAE.	Promulgada a Lei nº 10.429, de 24.4.2002
22/2002	8/2002	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 23.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.451, de 10.5.2002
23/2002	-	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.430, de 24.4.2002
24/2002	11 e 14/2002	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.	O PLV nº 11/2002 ficou prejudicado pela aprovação do PLV nº 14/2002 À Câmara dos Deputados em 24.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.464, de 24.5.2002 com veto parcial

MPV	PLV	Ementa	Resultado
25/2002	-	Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário.	Promulgada a Lei nº 10.431, de 24.4.2002
26/2002	-	Dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.432, de 24.4.2002
27/2002	9/2002	Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.	Aprovado o PLV aprovado e enviado à sanção em 23.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.446, de 8.5.2002
29/2002	-	Dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.433, de 24.4.2002
30/2002	10/2002	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 23.4.2002 Sancionada a Lei nº 10.458, de 14.5.2002 com veto parcial
31/2002	12/2002	Abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 209.600.000,00 (duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo, e da Integração Nacional, para os fins que especifica.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 14.5.2002 Sancionada a Lei nº 10.462, de 23.5.2002
32/2002	-	Prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidade civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.	Promulgada a Lei nº 10.459, de 15.5.2002
34/2002	-	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.460, de 15.5.2002
35/2002	-	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências	Promulgada a Lei nº 10.525, de 6.8.2002
36/2002	-	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.526, de 6.8.2002
37/2002	20/2002	Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	Aprovado PLV e enviado à sanção em 4.9.2002 Sancionada a Lei nº 10.539, de 23.9.2002, com veto parcial

MPV	PLV	Ementa	Resultado
38/2002	-	Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regimes especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos antidumping e compensatórios, e dá outras providências.	Declarada perda de eficácia (DSF de 17.10.2002, página 18451)
40/2002	-	Abre crédito extraordinário, no valor de R\$326.075.000,00 (Trezentos e vinte e seis milhões e setenta e cinco mil reais), em favor do Ministério de Minas e Energia, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.542, de 12.11.2002
41/2002	-	Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.548, de 13.11.2002
42/2002	-	Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.	Rejeitada
43/2002	-	Dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.549, de 13.11.2002
44/2002	-	Dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	Rejeitada
46/2002	21/2002	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 12.11.2002 Sancionada a Lei nº 10.593, de 6.12.2002
47/2002	-	Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GEPR, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.550, de 13.11.2002
48/2002	-	Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.551, de 13.11.2002

MPV	PLV	Ementa	Resultado
49/2002	-	Autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.552, de 13.11.2002
50/2002	-	Abre, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito extraordinário no valor de R\$380.905.883,00 (trezentos e oitenta milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e três reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.553, de 13.11.2002
54/2002	-	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$36.365.000,00 (trinta e seis milhões, trezentos e sessenta e cinco mil reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.554, de 13.11.2002
55/2002	-	Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.555, de 13.11.2002
56/2002	-	Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nºs 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.556, de 13.11.2002
58/2002	-	Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10568, de 19.11.2002
59/2002	25/2002	Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 20.11.2002 Sancionada a Lei nº 10.595, de 11.12.2002
60/2002	-	Abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.557, de 13.11.2002
61/2002	26/2002	Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo, público, excluídas as empresas de táxi aéreo.	PLV aprovado com emendas À Câmara dos Deputados em 20.11.2002 Sancionada a Lei nº 10.605, de 18.12.2002
62/2002	27/2002	Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	PLV Rejeitado (MPV prejudicada – Ato Declaratório publicado no DSF de 22.11.2002, página 22408)
63/2002	-	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.558, de 13.11.2002

MPV	PLV	Ementa	Resultado
64/2002	29/2002	Dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, dá nova redação aos arts 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 27.11.2002 Sancionada a Lei nº 10.604, de 17.12.2002
65/2002	-	Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.559, de 13.11.2002
67/2002	-	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.560, de 13.11.2002
68/2002	-	Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.561, de 13.11.2002
69/202	28/2002	Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.	Aprovado com emendas À Câmara dos Deputados em 20.11.2002 Vetado parcialmente Sancionada a Lei nº 10.603, de 17.12.2002
70/2002	30/2002	Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Aprovado o PLV e enviado à sanção em 4.12.2002 Sancionada a Lei nº 10.610, de 20.12.2002
72/2002	-	Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais), em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 10.580, de 3.12.2002

f) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)

f.1) do Senado Federal

Aprovados e promulgados	64
Prejudicados	8
Retirado	1
Arquivados (art. 332 do RISF)	43
Projetos em tramitação	66
Total	182

f.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
7/93	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
72/95	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto ao Senado Federal, para os fins que especifica e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
94/95	Gilberto Miranda	Veda as operações de crédito da União, de suas autarquias, inclusive Banco Central do Brasil, e demais entidades controladas pelo poder público federal, que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas.	Arquivado Art. 332 do RISF
96/95	Roberto Requião	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno, que versam sobre autoria das proposições.	Arquivado Art. 332 do RISF
118/95	Comissão Diretora	Cria o Conselho Editorial do Senado Federal.	Prejudicado Art. 334 do RISF
67/96	Casildo Maldaner	Autoriza o CEGRAF a publicar edições histórico-culturais.	Arquivado Art. 332 do RISF
119/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos, no âmbito do programa PRÓ-SANEAMENTO.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
120/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.	Prejudicado Art. 334 do RISF
121/97	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - COHAB - MG, junto à Caixa Econômica Federal, no valor de onze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais.	Prejudicado Art. 334 do RISF
129/97 ¹	José Sarney, demais Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal e Líderes Partidários	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal (composição das comissões permanentes).	Arquivado Art. 332 do RISF
161/97 ²	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente.	Arquivado Art. 332 do RISF
4/99 ³	Eduardo Suplicy	Altera o art. 216 do Regimento Interno.	Tramitando
5/99 ⁴	Eduardo Suplicy	Altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal estabelecendo critérios de indicação dos relatores nas comissões permanentes.	Tramitando
7/99 ⁵	Ademir Andrade	Altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
13/99	Luiz Estevão	Dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando

¹ Apensado ao PRS nº 81/99.

² Apensado ao PRS nº 81/99.

³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
14/99 ⁶	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a revisão da Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
15/99 ⁷	Marluce Pinto	Cria a Comissão Permanente da Amazônia - Cam e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
16/99 ^{8 9}	Ademir Andrade	Altera a redação do art. 332 e suprime o art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução nº 17, de 2.5.2002
17/99 ^{10 11}	Amir Lando	Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária.	Tramitando
18/99 ¹²	Lúcio Alcântara	Cria o Conselho Brasileiro de Bioética, junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
23/99	Nabor Junior	Dá nova redação ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
24/99 ¹³	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre documentos sigilosos no Senado Federal, de acordo com os parâmetros traçados pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.	Arquivado Art. 332 do RISF
26/99 ^{14 15}	Pedro Simon	Cria a Comissão de Agricultura.	Tramitando
28/99 ¹⁶	Emília Fernandes	Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
29/99 ¹⁷	Pedro Simon	Cria a Comissão de Relações com a Sociedade Brasileira (CSB) de caráter permanente.	Tramitando

⁶ Tramita em conjunto com o PRS nº 54/99.

⁷ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99).

⁸ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99).

⁹ Em 14.3.2002, passou a tramitar isoladamente (RQS nº 71/2002).

¹⁰ Tramita em conjunto com o PRS nº 26/99.

¹¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁴ Tramita em conjunto com o PRS nº 17/99.

¹⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁶ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁷ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
30/99	Álvaro Dias	Introduz artigo na Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal, editada em conformidade com a Resolução nº 18, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
33/99	Luiz Estevão e Roberto Saturnino	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros.	Arquivado Art. 332 do RISF
34/99 ¹⁸	Marina Silva	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno do Senado Federal, instituindo o projeto de bancada e o projeto coletivo multipartidário.	Tramitando
36/99 ¹⁹	Marina Silva	Altera o art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
37/99 ^{20 21}	Pedro Simon	Fixa prazo para a indicação de membros de comissões temporárias internas.	Tramitando
39/99	José Alencar	Convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas.	Arquivado Art. 332 do RISF
41/99	Carlos Bezerra	Altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno.	Tramitando
42/99 ²²	Tião Viana	Modifica dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo novo horário para o início das sessões.	Tramitando

¹⁸ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

¹⁹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁰ Tramita em conjunto com o PRS nº 51/99.

²¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
43/99 ²³	Pedro Simon	Altera disposições dos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal relativos à ausência de Senadores.	Tramitando
44/99 ²⁴	Arlindo Porto	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de todos os partidos políticos com representação no Senado Federal em suas comissões permanentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
45/99	Roberto Requião	Modifica a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.	Arquivado Art. 332 do RISF
46/99 ²⁵	Pedro Simon	Institui a sessão administrativa mensal para deliberar pelas matérias que especifica.	Tramitando
51/99 ^{26 27}	Ronaldo Cunha Lima	Acresce parágrafo único ao art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a indicação de membros para as comissões.	Arquivado Art. 332 do RISF
54/99 ²⁸	Gilvam Borges	Dispõe sobre as formalidades e disciplina os procedimentos para a apreciação dos atos de outorga e de renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.	Tramitando
55/99 ²⁹	Luiz Estevão	Modifica o inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificando a documentação a ser contida na Mensagem sobre escolha de autoridades prevista no art. 52, III e IV, da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

²³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁶ Tramita em conjunto com o PRS nº 37/99.

²⁷ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

²⁸ Tramita em conjunto com o PRS nº 14/99.

²⁹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
56/99	Roberto Requião	Altera o § 3º do art. 12 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantia, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
57/99 ³⁰	Romero Jucá	Altera os arts. 258 e 259 do Regimento Interno do Senado Federal, referentes à tramitação em conjunto de proposições.	Tramitando
59/99 ³¹	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
60/99	Álvaro Dias	Altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
61/99	Carlos Patrocínio	Modifica o inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da retirada das proposições.	Arquivado Art. 332 do RISF
65/99 ³²	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 224, 225, 226 e 227 e acrescenta o art. 227-A ao Regimento Interno do Senado Federal, permitindo a indicação a outro Poder, para sugestão de providência administrativa ou apresentação de proposição.	Tramitando
67/99 ³³	Sebastião Rocha	Altera o art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo o tempo de uso da palavra pelos líderes e demais senadores após a Ordem do Dia.	Arquivado Art. 332 do RISF
69/99 ³⁴	Gerson Camata	Acrescenta parágrafo ao art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
76/99 ³⁵	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafos a dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

³⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³¹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³² Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³³ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁴ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁵ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
77/99 ³⁶	Tião Viana	Modifica dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo novas regras para a elaboração e a distribuição da pauta dos trabalhos das comissões.	Tramitando
80/99	Roberto Requião	Extingue o processo simbólico de votação previsto no Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
81/99 ^{37 38}	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
85/99 ³⁹	Sebastião Rocha	Altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra.	Arquivado Art. 332 do RISF
91/99	Antero Paes de Barros	Altera a Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, modificando a redação do inciso II do art. 6º e dá outras providências.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
92/99 ⁴⁰	Osmar Dias	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 77 e ao <i>caput</i> do art. 102-D do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõem sobre o número de membros das comissões permanentes.	Tramitando
93/99 ⁴¹	Jorge Bornhausen	Altera dispositivos do Regimento Interno para indicar dias de funcionamento de comissão parlamentar de inquérito, tipificar como quebra de decoro parlamentar atos relativos ao funcionamento dessas comissões e condicionar a atuação de membro ou suplente ao acesso a informações bancárias, patrimoniais e telefônicas.	Tramitando
113/99 ⁴²	Nabor Júnior	Dá nova redação ao inciso IX do art. 14, ao art. 17 e ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
135/99 ⁴³	CPI do Sistema Financeiro	Cria a Comissão de Acompanhamento do Sistema Financeiro e dá outras providências.	Tramitando

³⁶ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

³⁷ Ao projeto estão apensados os seguintes PRS: 129 e 161/97; 4, 5, 7, 15, 16, 17, 18, 24, 26, 28, 29, 34, 36, 37, 42, 43, 44, 46, 51, 55, 57, 59, 65, 67, 69, 76, 77, 80, 85, 92, 93, 113 e 135/99; 16, 17 e 71/2000; 52 e 57/2001; 6, 8, 12 e 23/2002 (RQS nº 472/99).

³⁸ Em 14.3 e 18.4, respectivamente, os PRS nºs 16/99 e 6/2002, passaram a tramitar isoladamente (RQS nº 71/2002 e 140/2002).

³⁹ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴⁰ Apensado ao PRS nº 81/99. (RQS nº 472/99)

⁴¹ Apensado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99).

⁴² Apensado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99).

⁴³ Anexado ao PRS nº 81/99 (RQS nº 472/99)

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
6/2000 ⁴⁴	Bernardo Cabral	Regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
7/2000	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
16/2000 ⁴⁵	Antero Paes de Barros	Altera os incisos I e IX do art. 14 e os §§ 1º e 2º do art. 17 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina ao uso da palavra pelo Senador nas Sessões Ordinárias do Senado Federal.	Tramitando
17/2000 ⁴⁶	Sebastião Rocha	Altera os arts. 107, 154 e 155 do Regimento Interno, com o objetivo de transferir para o período matutino as Sessões Ordinárias do Senado Federal, reservando o período vespertino para as reuniões das comissões permanentes.	Arquivado Art. 332 do RISF
27/2000 ⁴⁷	Osmar Dias e outros Senadores	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo.	Tramitando
31/2000	Geraldo Althoff	Altera dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, para regulamentar as antecipações de receita realizadas diretamente com contribuintes.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
52/2000	José Eduardo Dutra	Altera as Resoluções do Senado nºs 36 e 38, de 2000.	Arquivado Art. 332 do RISF
53/2000	Osmar Dias	Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	Tramitando
54/2000	Álvaro Dias e outros Senadores	Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que específica.	Tramitando
57/2000	Roberto Requião	Revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁴⁴ Os projetos nº 1 a 15/2000 foram apresentados durante a 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, realizada no período de 5.1 a 15.2.2000.

⁴⁵ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁴⁶ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁴⁷ Tramita em conjunto com o PRS nº 42/2001.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
58/2000	Casildo Maldaner	Acrescenta artigo na Resolução nº 79, de 1999, do Senado Federal.	Retirado (RQS nº 165/2002)
71/2000 ⁴⁸	Jefferson Péres	Revoga o § 8º do art. 132 e a letra “c” do inciso I do art. 197 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões e a obrigatoriedade de realização de sessão secreta para deliberar sobre perda de mandato ou suspensão de imunidade de Senador durante o estado de sítio.	Tramitando
72/2000	Casildo Maldaner	Determina que a TV Senado fica obrigada a transmitir e interpretar da língua portuguesa para a língua brasileira para surdos – LIBRAS, toda a sua programação.	Tramitando
75/2000 ⁴⁹	Roberto Freire	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União.	Tramitando
78/2000 ⁵⁰	Comissão Temporária Externa criada pelo RQS nº 426/2000	Altera a Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, para suspender, pelo período de doze meses, o pagamento de serviços de dívidas dos Estados de Alagoas e Pernambuco junto à União.	Tramitando
80/2000	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, cujos recursos serão destinados ao alongamento de sua dívida, sem aumento do endividamento total.	Tramitando
81/2000	Lauro Campos	Modifica a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para estender aos suplentes de Senador a aplicação de suas normas.	Arquivado Art. 332 do RISF
82/2000	Comissão Diretora	Dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.	Resolução nº 59, de 5.12.2002
1/2001	Comissão Diretora	Dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação.	Tramitando
2/2001	Lúcio Alcântara	Altera o art. 2º e revoga o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 66, de 1996, que dispõe sobre o depósito legal das publicações de que trata.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁴⁸ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁴⁹ Anexado, ao seu processado, o PRS nº 78/2000.

⁵⁰ Anexado ao PRS nº 75/2000.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
3/2001	José Roberto Arruda	Institui o Prêmio João Calmon a ser conferido pelo Senado Federal a todo Prefeito que garantir toda criança na escola e dá outras providências.	Tramitando
4/2001	Heloísa Helena	Altera o art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 5º da Resolução nº 46, de 1993.	Tramitando
5/2001 ⁵¹	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Institui o Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e dá outras providências.	Tramitação sobrestada
6/2001	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.	Resolução nº 56, de 18.11.2002
7/2001	Eduardo Siqueira Campos	Cria a Comissão de Defesa do Consumidor.	Tramitando
9/2001 ⁵²	Freitas Neto	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Regionais.	Arquivado Art. 332 do RISF
10/2001	Paulo Hartung	Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, para estabelecer que o Presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária.	Tramitando
11/2001 ⁵³	Moreira Mendes	Altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que trata do Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelecendo normas sobre o recebimento de informações reservadas pelo Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/2001 ⁵⁴	Lúcio Alcântara	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer a forma de execução das votações secretas.	Arquivado Art. 332 do RISF
16/2001 ⁵⁵	Romero Jucá	Cria a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional e de Agricultura no Senado Federal.	Tramitando
17/2001	Ney Suassuna	Denomina Instituto "Senador Humberto Lucena", o Instituto Legislativo Brasileiro.	Tramitando
21/2001	Antero Paes de Barros	Cria a Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – SEI, e dá outras providências.	Tramitando

⁵¹ Em 4.4.2001, teve sua tramitação sobrestada pela aprovação do RQS nº 172/2001.

⁵² Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵³ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵⁴ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵⁵ Anexado ao PRS nº 81/99.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
24/2001	Gerson Camata	Dispõe sobre o pavilhão do Presidente do Senado Federal.	Tramitando
25/2001 ⁵⁶	Ademir Andrade	Cria a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
27/2001 ⁵⁷	Osmar Dias	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela Internet, de proposições e pareceres.	Tramitando
29/2001	Lauro Campos	Altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.	Arquivado Art. 332 do RISF
30/2001	Roberto Saturnino	Altera a Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis	Tramitando
33/2001	Roberto Saturnino	Altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para os efeitos do disposto no § 4º do art. 55 da Constituição Federal.	Tramitando
42/2001 ⁵⁸	Osmar Dias e outros Senadores	Revoga a Resolução nº 95, de 1996, do Senado Federal, que fixa alíquota para cobrança do ICMS.	Tramitando
43/2001 ⁵⁹	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, dispondo sobre o afastamento de membro da Mesa Diretora nas condições que menciona e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
44/2001 ⁶⁰	Arlindo Porto	Acrescenta parágrafo ao art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, para prever o afastamento de membro da Mesa durante o seu julgamento pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.	Arquivado Art. 332 do RISF
45/2001 ⁶¹	Roberto Saturnino	Altera a redação do parágrafo 5º do art. 154 do Regimento Interno, para dispor sobre a realização de sessão especial.	Tramitando
47/2001	Osmar Dias	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, para determinar o momento do Início do processo de cassação de Senador, para os efeitos do art. 55 § 4º da Constituição Federal.	Tramitando

⁵⁶ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵⁷ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁵⁸ Tramita em conjunto com o PRS nº 27/2000.

⁵⁹ Tramita em conjunto com o PRS nº 44/2001.

⁶⁰ Tramita em conjunto com o PRS nº 43/2001.

⁶¹ Anexado ao PRS nº 81/99.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
51/2001	Lauro Campos	Altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para determinar o desarquivamento de denúncia ou representação relativa a quebra de decoro parlamentar no caso que especifica e dá outras providências.	Arquivado Art. 332 do RISF
52/2001 ⁶²	Mozarildo Cavalcanti	Altera os arts. 72, 77, 99, 100, 102, 102-A, 102-B, 102-C e 102-D do Regimento Interno do Senado Federal.	Tramitando
53/2001	Paulo Hartung	Altera os arts. 14, 15 17 e 20 e acrescenta o artigo 16-A à Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, para o fim de regular o processo disciplinar e o momento a partir do qual a renúncia ficará sobrestada até o julgamento final do processo.	Arquivado Art. 332 do RISF
56/2001 ⁶³	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 300 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina à votação de projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.	Arquivado Art. 332 do RISF
57/2001 ⁶⁴	Marina Silva	Cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado Federal.	Resolução nº 64, de 13.12.2002
61/2001	Comissão de Assuntos Econômicos	Dá o nome de Mário Covas à sala de sessões da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.	Prejudicado em virtude da aprovação do Parecer nº 541/2002 sobre a indicação nº 3/2002
69/2001	Teotônio Vilela Filho	Dispõe sobre a aplicação da Resolução nº 97, de 1998, do Senado Federal ao refinanciamento da dívida mobiliária do Estado de Alagoas.	Resolução nº 8, de 9.4.2002

f.1.2) Da presente Sessão Legislativa

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.	Resolução nº 1, de 21.3.2002

⁶² Anexado ao PRS nº 81/99.

⁶³ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁶⁴ Tramitou em Anexo ao PRS nº 81/99. Em 28.2.2002, passou a tramitar isoladamente (RQS nº 721/2001).

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
2/2002	Comissão de assuntos Econômicos	Autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o "Japan Bank for International Cooperation – JBIC", no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal.	Resolução nº 2, de 21.3.2002
3/2002	Lúcio Alcântara	Altera a redação dos arts. 4º, §§ 3º e 4º, 5º, V; 9º, 13, caput, 15, caput, 16 e 21, bem como revoga os arts. 8º e 43, todos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que "dispõe sobre Operações de Crédito Interno e Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.	Resolução nº 3, de 2.4.2002
4/2002	Lúcio Alcântara	Altera o § 3º e revoga o § 4º do art. 2º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX da Constituição Federal.	Resolução nº 5, de 3.4.2002
5/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A, no valor equivalente até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE II.	Resolução nº 4, de 3.4.2002
6/2002 ⁶⁵	Waldeck Ornelas	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar as comissões temporárias destinadas ao estudo de tema determinado.	Tramitando
7/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total equivalente a até US\$ 900,000,000.00 (novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Resolução nº 6, de 3.4.2002

⁶⁵ Tramitou em anexo ao PRS nº 81/99. Em 18.4.2002, passou a tramitar isoladamente (RQS nº 140/2002).

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
8/2002 ⁶⁶	Antonio Carlos Júnior	Disciplina o trâmite de documentação oriunda do Tribunal de Contas da União, que não resulte de solicitação expressa da Casa ou de alguma das suas Comissões.	Tramitando
9/2002	Comissão Diretora	Unifica as tabelas de vencimentos básicos e os demais componentes da estrutura remuneratória aplicável aos cargos de provimento efetivo integrantes do quadro de pessoal do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, nos termos do art. 17 da Resolução nº 9, de 1997.	Resolução nº 7, de 4.4.2002
10/2002	Heloísa Helena e Pedro Simon	Dispõe sobre o limite de comprometimento da receita líquida real do Estado do Rio Grande do Sul, no contexto da implementação do contrato de que trata a Resolução nº 64, de 1998, do Senado Federal.	Resolução nº 10, de 18.4.2002
11/2002	Carlos Bezerra	Altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno.	Tramitando
12/2002 ⁶⁷	Edison Lobão	Altera os arts. 224 e 229 e revoga os arts. 225, 226 e 227 do Regimento Interno, que dispõem sobre indicação.	Tramitando
13/2002	Eduardo Suplicy	Discrimina horário, cargos e remuneração na administração do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
14/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Governo do Estado de Pernambuco com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), bem como autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco.	Resolução nº 9, de 11.4.2002
15/2002	Roberto Requião	Dispõe sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços, no que concerne ao valor mínimo de retribuição do pessoal.	Tramitando

⁶⁶ Anexado ao PRS nº 81/99.

⁶⁷ Anexado ao PRS nº 81/99.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
16/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a prestar garantias em operação de crédito externo no valor equivalente a vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada a financiar, parcialmente, a Pavimentação Asfáltica de 184 Km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entrocamento com a BR-267	Resolução nº 11, de 25.4.2002
17/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito externo, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, no valor total equivalente a seis milhões, cento e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e oito dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.	Resolução nº 12, de 25.4.2002
18/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.	Resolução nº 13, de 25.4.2002
19/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, bem como autoriza a União a prestar garantia à referida operação de crédito, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor – Prapem.	Resolução nº 14, de 25.4.2002
20/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Resolução nº 15, de 26.4.2002
21/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).	Resolução nº 16, de 26.4.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
22/2002	Francelino Pereira	Altera a redação do art. 4º da Resolução nº 45, de 1998, do Senado Federal.	Tramitando
23/2002 ⁶⁸	Carlos Wilson e Ney Suassuna	Acrescenta inciso ao artigo 103 do Regimento Interno.	Tramitando
24/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 14,460,000.00 (quatorze milhões e quatrocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).	Resolução nº 19, de 23.5.2002
25/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 167,054,000.00 (cento e sessenta e sete milhões e cinqüenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o HSBC Bank plc e o Crédit Commercial de France, destinada ao financiamento de equipamentos para o projeto Modernização da Frota da Força Aérea Brasileira.	Resolução nº 18, de 23.5.2002
26/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a trinta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.	Resolução nº 20, de 5.6.2002
27/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América.	Resolução nº 21, de 5.6.2002
28/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a duzentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada a financiar parcialmente o "Sistema de Trens Urbanos – 4ª Linha do Metrô.	Resolução nº 22, de 5.6.2002

⁶⁸ Anexado ao PRS nº 81/99.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
29/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Reconstrução e Desenvolvimento (BID), no valor total equivalente a sessenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil.	Resolução nº 23, de 5.6.2002
30/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América.	Resolução nº 24, de 6.6.2002
31/2002	Paulo Souto	Renova o prazo fixado pelo art. 4º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.	Resolução nº 25, de 13.6.2002
32/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante de US\$ 150.804.431,47 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e sete centavos), com base na Ata de Entendimentos firmada no chamado "Clube de Paris".	Resolução nº 31, de 28.6.2002
33/2002	Lúcio Alcântara	Autoriza a União a conceder garantia aos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas entidades da administração indireta nas operações de crédito interno incluídas no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE II) e do Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS II).	Resolução nº 26, de 13.6.2002
34/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar contratos bilaterais de reescalonamento de seus créditos, junto à República Islâmica da Mauritânia, ou suas agências governamentais, renegociados no âmbito do Clube de Paris, conforme Ata de Entendimentos, celebrada em 16 de março de 2000, no valor total de dez milhões, setecentos e vinte e seis mil, vinte e um dólares dos Estados Unidos da América e setenta e sete centavos.	Resolução nº 32, de 28.6.2002
35/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor total de quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Resolução nº 27, de 13.6.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
36/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a elevar em dois bilhões, noventa e sete milhões, duzentos e trinta e três mil, novecentos e cinquenta e um ienes japoneses, a operação de crédito externo celebrada com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e autorizada pela Resolução nº 71, de 19 de dezembro de 2000, do Senado Federal.	Resolução nº 28, de 13.6.2002
37/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a elevar em três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e nove euros e dezoito centavos, as operações de crédito celebradas com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S/A (BBVA) autorizadas pela Resolução do Senado Federal nº 73, de 2000.	Resolução nº 29, de 13.6.2002
38/2002	Amir Lando	Acrescenta o art. 27-A à Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de amortização, e dá outras providências.	Tramitando
39/2002	Lúcio Alcântara	Restabelece as Resoluções nºs 14, 15 e 72, todas de 2000, do Senado Federal.	Resolução nº 37, de 28.6.2002
40/2002	Adir Gentil	Estabelece a correção do índice de indexação da dívida dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 9.496, de 1997.	Tramitando
41/2002	Ramez Tebet e outros Senadores	Altera a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redação da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica.	Tramitando
42/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a contratar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Costa do Marfim para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um dólares norte-americanos e trinta e seis centavos, com base na Ata de Entendimentos de 24 de abril de 1998, celebrada no âmbito do chamado Clube de Paris.	Resolução nº 33, de 28.6.2002
43/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Eleva para quarenta bilhões de dólares dos Estados Unidos da América, o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57, de 1995, alterada pelas Resoluções nºs 51, de 1997, 23, de 1999, e 74, de 2000, do Senado Federal.	Resolução nº 34, de 28.6.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
44/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a prestar garantia na operação de crédito externo a ser contratada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Nordic Investment Bank (NIB), no valor de cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinando-se os recursos a financiar o Projeto de Financiamento à Indústria no Âmbito do Programa Multissetorial.	Resolução nº 35, de 28.6.2002
45/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total equivalente a vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinando-se os recursos ao financiamento parcial da segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR-II.	Resolução nº 36, de 28.6.2002
46/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a quarenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio ao Pará-Urbe.	Resolução nº 30, de 26.6.2002
47/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de até cento e cinquenta e nove milhões, vinte mil e seiscentos e cinquenta e nove ienes, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Marubeni Corporation, destinada ao financiamento de quinze por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise, no âmbito do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS.	Resolução nº 38, de 2.7.2002
48/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor de até novecentos e um milhões, cento e dezessete mil e sessenta e seis ienes, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise, no âmbito do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS.	Resolução nº 39, de 2.7.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
49/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 454,550.000.00 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões e quinhentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Empréstimo de Ajuste do Setor Elétrico.	Resolução nº 40, de 2.7.2002
50/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 404,040.000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – PSAL II.	Resolução nº 41, de 2.7.2002
51/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 100,000.000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa PARANÁ URBANO II”.	Resolução nº 42, de 2.7.2002
52/2002	Romero Jucá (Relator)	Ultima a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o HSBC Investment Bank plc, com vistas à elevação do valor mutuado de GBP 10.350.679,93 (dez milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos e setenta e nove libras esterlinas e noventa e três schillings), de principal, destinado ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos de Laboratório de Pesquisa e Material Multidisciplinar de Laboratório, a serem fornecidos pela Philip Harris Internacional, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 43, de 2.7.2002
53/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de US\$ 4.833.247,00 (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e sete euros e oitenta centavos), com o Banco BNP Paribas.	Resolução nº 46, de 3.7.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
54/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo como Dresdner Bank AG no valor equivalente a US\$ 2;533.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e três mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar.	Resolução nº 44, de 2.7.2002
55/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Marubeni Corporation, com vista à elevação do valor mutuado de JPY 280.269.000 (duzentos e oitenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil ienes) para JPY 350.336.250 (trezentos e cinquenta milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta ienes), correspondente a um acréscimo de JPY 70.067.250, destinados a complementar o valor relativo ao pagamento de sinal (down payment) da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 45, de 2.7.2002
56/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 8,623,452.10 (oito milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos), com o Banco "BNP Paribas", cujos recursos serão destinados ao financiamento de bens fornecidos pela "General Eletric do Brasil Ltda.", dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 47, de 8.8.2002
57/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo, no valor total de US\$ 4,302,473.60 (quatro milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), com o ABN Amro Bank N.V.	Resolução nº 48, de 8.8.2002

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
58/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a União a assinar aditivo ao contrato de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, com vistas à elevação para EUR 6.852.640,60 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta centavos), correspondente a um acréscimo de EUR 1.356.866,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sessenta e dois centavos), destinados a complementar o valor contratado e o relativo ao pagamento de sinal da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Resolução nº 52, de 8.8.2002
59/2002	Romero Jucá (Relator)	Altera a Resolução nº 12, de 2001, do Senado Federal, a fim de incluir, nas condições financeiras, a comissão de garantia devida.	Resolução nº 49, de 8.8.2002
60/2002	Romero Jucá (Relator)	Altera o caput do art. 1º e o inciso III do art. 2º da Resolução nº 46, de 2002, autorizando a República Federativa do Brasil a contratar operações de crédito externo no valor total de EUR 5.332.401,47 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e um euros e quarenta e sete centavos), com o Banco BNP Paribas.	Resolução nº 50, de 8.8.2002
61/2002	Romero Jucá (Relator)	Autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 182.800.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e oitocentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola – Fundoescola IIIA.	Resolução nº 51, de 8.8.2002
62/2002	Bello Parga	Altera os arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre sessão especial e comemoração especial.	Tramitando
63/2002 ⁶⁹	Teotônio Vilela Filho	Altera a Resolução do Senado Federal nº 17, de 2001, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.	Tramitando

⁶⁹ Em 10.9.2002, foi aprovada a tramitação conjunta com o PRS nº 64/2002. No mesmo dia, foi aprovada a sua desapensação (Parecer nº 904/2002) voltando a tramitar isoladamente.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
64/2002 ⁷⁰	Teotônio Vilela Filho	Autoriza aditamento ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas a que se refere o art. 1º da Resolução nº 36, de 2002, do Senado Federal.	Resolução nº 53, de 10.9.2002
65/2002	Emilia Fernandes, Pedro Simon e José Fogaça	Altera a Resolução nº 38, de 2001, do Senado Federal.	Resolução nº 54, de 10.9.2002
66/2002	Arlindo Porto	Dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado Federal.	Tramitando
67/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.	Resolução nº 55, de 14.11.2002
68/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II.	Resolução nº 57, de 21.11.2002
69/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a conceder garantia, e o Governo do Estado de Goiás a conceder contragarantia à União - ambas referentes ao empréstimo da Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$ 47.600.000,00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.	Resolução nº 58, de 21.11.2002
70/2002	Romero Jucá	Altera a Resolução nº 2, de 2002, que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal.	Resolução nº 60, de 11.12.2002

⁷⁰ Em 10.9.2002, foi aprovada a tramitação conjunta com o PRS nº 63/2002. No mesmo dia, foi aprovada a desapensação do mesmo (Parecer nº 904/2002) voltando a tramitar isoladamente.

(PRS) Número	Autor	Ementa	Resultado
71/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).	Resolução nº 61, de 11.12.2002
72/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Diversidade na Universidade.	Resolução nº 62, de 11.12.2002
73/2002	Ricardo Santos	Dispõe sobre critérios e formalidades para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens e revoga a Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992.	Tramitando
74/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Altera o inciso VII do art. 2º da Resolução nº 39, de 2002, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor de até novecentos e um milhões, cento e dezessete mil e sessenta e seis ienes, de principal, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise, no âmbito do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus)".	Resolução nº 63, de 13.12.2002

f.2) do Congresso Nacional (PRN)

(PRN) Número	Autor	Ementa	Resultado
38/99-CN	Luiz Estevão	Proíbe a concessão de imóvel funcional e auxílio-moradia a parlamentares representantes do Distrito Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

g) REQUERIMENTOS (RQS)

Aprovados	591
Deferidos (em 2002)	106
Indeferido	1
Prejudicados	10
Prejudicados ao final da 51ª Legislatura – art. 334 RISF	99
Rejeitados	15
Retirados	12
Aguardando atendimento	31
Em tramitação	18
Arquivados ao final da 51ª Legislatura – art. 332 RISF	3

g.1) De Sessões Legislativas anteriores

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
715/95	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Prejudicado Art. 334 do RISF
1133/95	Hugo Napoleão	Sobrestamento do PLS nº 110/98, emendado pela Câmara) a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o PLS 197/95.	Prejudicado Art. 334 do RISF
1332/95	Lúcio Alcântara	Pedido de informações ao Procurador Geral da República.	Prejudicado Art. 334 do RISF
253/97	Pedro Simon	Pedido de realização de inspeção e auditoria, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Caixa Econômica Federal, especificamente na Gerência de Administração de Loterias – GELOT, bem como na empresa estatal DATAMEC S.A. - Sistemas de Processamento de Dados.	Aprovado em 15.4.97 Aguardando a realização da auditoria
86/98	Marina Silva	Transcrição, nos Anais do Senado, de artigos de autoria do professor Mário José de Lima, publicados no jornal A Gazeta , do Acre.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
326/98	José Eduardo Dutra	Realização, pelo TCU, de inspeção especial e extraordinária sobre o "Projeto de Irrigação de Jacarecica II" e o contrato firmado entre o Governo do Estado de Sergipe, através das empresas públicas Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP) e Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), e as empresas Contécnica Ltda. - Consultoria e Planejamento - e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., a fim de examinar os aspectos que especifica.	Aprovado Informações recebidas do TCU através do Aviso nº 747/98, de 26.10. Aguardando resultado da auditoria
19/99	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre os convênios realizados nos anos de 1998/1999 por esse Órgão com os municípios brasileiros incluídos dentro do Programa de Garantia de Renda Mínima, associados a ações sócio-educativas.	Deferido pela Mesa em 28.1.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 19/99, de 19.3) Aguardando complemento das informações
21/99	Lúcio Alcântara	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.	Deferido pela Mesa em 28.1.99 Atendido parcialmente (Aviso nº 62/99, de 4.3) Aguardando complemento das informações
34/99	Mozarildo Cavalcanti	Criação de Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a acompanhar a situação, as providências e as circunstâncias das delimitações e demarcações de reservas indígenas.	Prejudicado Art. 334 do RISF
35/99	Carlos Wilson	Constituição de Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a inventariar as obras inacabadas em todo o território nacional, dentre outros objetivos.	Prejudicado Art. 334 do RISF
41/99	Eduardo Siqueira Campos	Criação de Comissão Temporária sob a denominação de "Comissão Especial da Criança e do Adolescente", composta por 9 (nove) membros, tendo prazo de funcionamento previsto até 15 de dezembro de 1999, com o objetivo de realizar diagnóstico e análise da situação da criança e do adolescente brasileiros, análise e acompanhamento das políticas públicas a eles destinadas, exame da legislação pertinente e apresentação de propostas com vistas à superação dos problemas identificados no decorrer dos trabalhos.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
42/99	Mozarildo Cavalcanti	Criação de Comissão Temporária, composta por 7 (sete) Senadores, com o prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de promover estudos para a redivisão territorial do País.	Prejudicado Art. 334 do RISF
43/99	Ney Suassuna e outros Senadores	Criação de Comissão Temporária composta de 9 (nove) Senadores e igual número de suplentes, destinada a, no prazo de 1 (um) ano e com um orçamento previsto em cem mil reais, verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, <i>in loco</i> , a execução das medidas de emergência promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e elaborar as diretrizes de um Plano de Ação para implementações de políticas públicas a serem encaminhadas ao Poder Executivo.	Prejudicado Art. 334 do RISF
53/99	Amir Lando	Criação de uma Comissão, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, analisar a dívida do setor público no Brasil, quanto à sua origem e composição, bem como oferecer proposições no sentido de equacionar os problemas decorrentes do endividamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelos poderes públicos.	Prejudicado Art. 334 do RISF
55/99	Luzia Toledo	Constituição de Comissão Especial Interna, integrada por 11 (onze) membros, para, no prazo de um ano, promover estudos e levantamentos visando estabelecer um sistema logístico de transporte, que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação, operando como um sistema coordenado, na região do Corredor Atlântico do Mercosul, que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.	Prejudicado Art. 334 do RISF
57/99	Maguito Vilela	Nota de repúdio ao Exm ^o Sr. Presidente do TST, à revelia do Senador Antonio Carlos Magalhães, por declarações atacando o Presidente do Senado, publicadas pela imprensa.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
68/99	Luiz Estevão	Criação de Comissão Temporária, composta de 7 (sete) membros, com o prazo de funcionamento até o final da presente sessão legislativa, com o objetivo de estudar em profundidade o problema da autonomia da universidade brasileira, tendo em vista, principalmente, a sua necessidade de flexibilidade de funcionamento.	Prejudicado Art. 334 do RISF
75/99	Heloísa Helena	Criação de Comissão Especial Interna, composta de 11 (onze) Senadores, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir com a sociedade, ministros e juizes, a fim de colher subsídios para a reforma do Poder Judiciário.	Prejudicado Art. 334 do RISF
76/99	Ademir Andrade	Convocação do Ministro das Minas e Energia, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de cisão da Eletronorte, com o objetivo de sua privatização.	Prejudicado Art. 334 do RISF
95/99	Ramez Tebet	Voto de Congratulações pela <i>performance</i> de artistas brasileiros, notadamente Fernanda Montenegro e a Walter Sales Junior, por terem elevado o nome do Brasil perante o mundo, por ocasião da entrega do maior prêmio do cinema mundial, o <i>Oscar</i> , disputando com o filme Central do Brasil .	Prejudicado Art. 334 do RISF
119/99	Pedro Simon	Criação de Comissão, integrada por 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes, incumbida de, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no País.	Prejudicado Art. 334 do RISF
136/99	José Roberto Arruda e outros Senadores	Criação de Comissão Temporária, composta de 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes, para, no prazo de noventa dias, realizar estudos e apresentar Proposta de Reforma Tributária.	Prejudicado Art. 334 do RISF
163/99	Luiz Estevão	Constituição de Comissão Especial destinada a estudar e propor medidas legislativas em relação à reforma do Poder Judiciário, integrada por 11 (onze) membros e com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.	Prejudicado Art. 334 do RISF
177/99	Jefferson Péres, Bernardo Cabral e Gilberto Mestrinho	Voto de Congratulações pelo transcurso, no dia 19 de abril, do cinquentenário de fundação do jornal A Crítica , da Empresa de Jornais Calderaro Ltda., de Manaus.	Prejudicado Art. 334 do RISF
187/99	José Roberto Arruda	Criação de Comissão Provisória Especial para contribuir na organização dos festejos dos 40 anos de Brasília, daqui a exatamente um ano.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
188/99	Heloísa Helena	Constituição de comissão composta por cinco senadores, com o objetivo de realizar diligências nos municípios visitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada por meio do Requerimento nº 1, de 1996-CN, com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista Veja do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.	Prejudicado Art. 334 do RISF
210/99	Geraldo Cândido	Adoção, pelo Senado Federal, em nome do Congresso Nacional do Brasil, de voto de repúdio às ações militares desenvolvidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan, com o apoio do Governo dos Estados Unidos da América, contra a Iugoslávia, desde o dia 24 de março de 1999, desprezando a solução pacífica para a questão do Kosovo.	Arquivado Art. 332 do RISF
253/99	Iris Rezende	Voto de solidariedade à Cidade de Goiás – GO, que pleiteia, junto à Unesco, o título de Patrimônio da Humanidade.	Prejudicado Art. 334 do RISF
285/99	Gerson Camata e Paulo Hartung	Transcrição, nos anais, do discurso proferido pelo Jornalista Carlos Lindenberg Filho, por ocasião da inauguração do novo parque gráfico de A Gazeta , prestigiado órgão da imprensa brasileira.	Prejudicado Art. 334 do RISF
371/99	Pedro Simon	Voto de Aplauso ao Esporte Clube Juventude, pela conquista do título de campeão da Copa do Brasil, em jogo realizado no dia 27.6.99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
409/99	Maguito Vilela	Criação de Comissão Temporária, composta de onze Senadores, a fim de analisar as proposições em tramitação no Senado Federal referentes à fome e à miséria e apresentar, no prazo de 90 dias, proposição legislativa para erradicar a miséria e a fome no País, realizando as audiências <i>in loco</i> de programas bem sucedidos.	Prejudicado Art. 334 do RISF
417/99	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao Comitê Olímpico Brasileiro, através de seu Presidente, Carlos Arthur Nuzman, extensivo a todos os atletas que participaram dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg – Canadá.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
471/99	Sebastião Rocha e Gilberto Mestrinho	Criação de uma Comissão Temporária no Senado Federal, composta por 11 (onze) membros e igual número de suplentes, com a finalidade de propor mecanismos que venham inibir possíveis interferências externas na região amazônica, com suas implicações políticas e militares, e consequências futuras para a conturbada região de fronteira da Amazônia (Comissão de Defesa da Soberania Amazônica).	Prejudicado Art. 334 do RISF
501/99	Maria do Carmo Alves	Criação de Comissão Senatorial Temporária, composta de 7 (sete) membros e 7 (sete) suplentes para, no prazo de 2 (dois) meses, promover ampla discussão acerca do Projeto de Transposição de Águas do Vale do São Francisco e outras alternativas de concepção baseada na transposição de vazões entre bacias hidrográficas.	Prejudicado Art. 334 do RISF
573/99	Mauro Miranda	Voto de solidariedade ao Governo e ao povo de Taiwan.	Prejudicado Art. 334 do RISF
604/99	Heloísa Helena	Voto de censura ao Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, pelas declarações de Sua Senhoria feitas a investidores estrangeiros em conferência realizada no Conselho das Américas, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.	Prejudicado Art. 334 do RISF
627/99	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União – TCU, sobre a reincidência de irregularidades em algumas obras públicas fiscalizadas nos dois últimos anos, de forma a evidenciar as razões pelas quais não foi possível o saneamento desses empreendimentos, além das ações tomadas pelo Tribunal com vistas a essa finalidade.	Expedido Ofício SF nº 1014/99, ao TCU, em 20.10.99. Atendido (Aviso nº 401/2001-TCU, de 26.4)
628/99	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de esclarecimentos, ao Tribunal de Contas da União – TCU, sobre as providências adotadas e os resultados obtidos no tocante aos indícios de irregularidades apuradas nas 53 obras, bem como naquela cujo processo foi reaberto, conforme referido pelo Relatório do Ministro Humberto Souto no Processo TC nº 009.810/97-8, de maneira a subsidiar as atividades da CFC.	Expedido Ofício SF nº 1015/99, ao TCU, em 20.10.99. Atendido (Aviso nº 401/2001-TCU, de 26.4)
648/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 307/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
651/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 308/99, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.	Prejudicado Art. 334 do RISF
666/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 316/99, a fim de aguardar o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria.	Prejudicado Art. 334 do RISF
684/99	Luiz Estevão	Sobrestamento do estudo do PLS nº 381/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
688/99	Ney Suassuna	Criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes, para acompanhar <i>in loco</i> as ações de políticas públicas destinadas a minorar os efeitos da seca na região Nordeste, até 15 de dezembro de 1999.	Prejudicado Art. 334 do RISF
689/99	Ney Suassuna	Criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes, para acompanhar junto ao Executivo a execução físico-financeira das obras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, até 15 de dezembro de 1999.	Prejudicado Art. 334 do RISF
718/99	Juvêncio da Fonseca	Voto de louvor à Embrapa Recursos Genéticos e biotecnologia, cujo 25º aniversário de fundação transcorre dia 23.11, pela sua pioneira e competente atuação na pesquisa com recursos genéticos, biotecnologia e controle biológico, trabalhando, simultaneamente, com plantas, animais e microorganismos.	Prejudicado Art. 334 do RISF
768/99	José Eduardo Dutra	Sobrestamento da deliberação da Mensagem nº 219/99, a fim de aguardar o recebimento de projeto de lei do Poder Executivo, conforme expresso na Exposição de Motivos EM nº 155/MDIC, que acompanha a referida Mensagem.	Arquivado Art. 332 do RISF
15/2000	Mozarildo Cavalcanti	Convocação do Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Serra, para dar explicações sobre os problemas de febre amarela e dengue no Brasil.	Prejudicado Art. 334 do RISF
53/2000	Francelino Pereira	Voto de aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada nos dias 21 e 29 de janeiro deste ano, na histórica cidade de Tiradentes - MG.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
67/2000	Eduardo Suplicy e Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, acerca da introdução, em abril próximo, de cédulas de R\$ 10,00 (dez reais), de polímero, a serem fornecidas pela empresa australiana Note Printing Australia Limited.	Deferido pela Mesa em 15.3.2000 Atendido parcialmente (Aviso nº 196/2000, de 13.4) Arquivado art. 334 do RISF
99/2000	Carlos Patrocínio	Criação de Comissão Temporária, composta por sete Senadores, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de apresentar estudos conclusivos sobre a influência do vocabulário e de costumes estrangeiros nos diversos setores da vida e da cultura brasileira, bem como indicar diretrizes para a preservação do idioma e dos valores nacionais.	Prejudicado Art. 334 do RISF
120/2000	Maguito Vilela	Manifestação de apoio, junto à UNESCO, ao pleito da cidade de Goiás, Estado de Goiás, para tornar-se Patrimônio da Humanidade.	Prejudicado Art. 334 do RISF
121/2000	Lauro Campos	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União, sobre o processo de licitação para instalação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).	Aprovado em 22.3.2000 Atendido (art. 157 do RISF) – Arquivado em 2001
165/2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Homenagem ao Senador Dario Délio Cardoso, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, ainda neste ano, como parte da série coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.	Prejudicado Art. 334 do RISF
226/2000	José Roberto Arruda	Constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 12 membros titulares e 12 suplentes para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estudar a redivisão Territorial dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.	
260/2000	Marina Silva	Pedido de sobrestamento do estudo do PLS nº 166/99, com o objetivo de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.057/91, que se encontra em fase final de tramitação.	Aprovado
261/2000	Antônio Carlos Valadares e Osmar dias	Inclusão em Ordem do Dia do PRS nº 25/2000.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
272/2000	Geraldo Melo e Eduardo Suplicy	Criação de comissão temporária interna composta de 11 Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 dias, levantar dados e informações a respeito da crise na indústria aeronáutica brasileira, bem como propor conjunto de medidas e recomendações com vistas à solução do problema.	Prejudicado Art. 334 do RISF
273/2000	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao Contrato de Antecipação de "Royalties" relativos a Itaipu, firmado entre o Governo Federal e o Governo do Paraná.	Deferido pela Mesa em 7.6.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 451/2000, de 19.6) Arquivado em 2001
425/2000	Osmar Dias	Instauração de Comissão Temporária composta por sete membros titulares e sete membros suplentes, com o prazo de 120 dias, a fim de: <ul style="list-style-type: none"> a) estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas e do Orçamento atualmente vigente, bem como apurar seus resultados, tanto do ponto de vista do Controle Interno como do Controle Externo; b) propor modificações nos mecanismos e órgãos de controle a fim de garantir a sua maior transparência, eficiência, economicidade e efetividade; c) propor requisitos, critérios e instrumentos que possibilitem a melhor gestão dos recursos públicos e evite os desvios de recursos públicos; e propor outras ações que impliquem a melhoria do controle dos recursos públicos. 	Prejudicado Art. 334 do RISF
426/2000	Roberto Freire	Instalação de uma Comissão Temporária Externa, representativa do Senado Federal, composta por cinco Senadores e igual número de suplentes, pelo prazo de 60 dias, com ônus para a Casa, tendo por finalidade acompanhar o atendimento feito junto aos desabrigados, flagelados e familiares das vítimas das enchentes e desmoronamentos que ocorrem nos Estados de Pernambuco e Alagoas.	Aprovado Relatório Final nº 5/2002

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
427/2000	Antero Paes de Barros	Encaminha, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pedido de relação das propriedades rurais griladas por latifundiários no Estado do Mato Grosso.	Atendido parcialmente antes mesmo da deliberação sobre o Requerimento – DSF de 14.9.2000 – pg. 18499 (Aviso nº 280, de 6.9) Deferido pela Mesa em 26.4.2002 Atendido (Ofício nº 329/2002-MDA, de 7.11)
456/2000	Amir Lando	Pedido de informações, à Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, através do Ministro das Minas e Energia, relativas à reestruturação organizacional ora em andamento na Petrobrás.	Deferido pela Mesa em 14.9.2000 Atendido (Av. nº 209/2000 encaminhando as informações)
475/2000	Bernardo Cabral e outros Senadores	Criação de uma CPI com 11 (onze) membros titulares e 07 (sete) suplentes para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organização Não-Governamentais – ONGs.	Criada a CPI nos termos do art. 145 do RISF Extinta a Comissão (RISF, art. 76, III)
498/2000	Pedro Simon	Publicação, dentro da coleção “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, de homenagem ao ex-Presidente da República e ex-Senador Juscelino Kubitschek.	Tramitando
514/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o documento “Documento de País”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Deferido pela Mesa em 26.10.2000 Atendido parcialmente (Ofício nº 440/2000-MP, de 19.11) Arquivado Art. 332 do RISF
528/2000	Luiz Otávio	Constituição de uma Comissão Especial Temporária, composta de 17 (dezesete) membros titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de examinar questões relativas à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia e propor projetos nesse sentido, considerando os problemas recentes suscitados pelo combate ao narcotráfico e preocupações quanto à preservação da biodiversidade da região.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
564/2000	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre a contratação de serviços de pessoas físicas ou jurídicas, pelo Ministério e pelo INCRA, ou indiretamente através de organismos internacionais com recursos a eles transferidos.	Expedido Ofício SF nº 1.634/2000, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, em 23.11.2000 Prejudicado art. 334 do RISF
593/2000	Heloísa Helena	Convocação do Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre as providências tomadas pelo Ministério sobre os graves conflitos agrários no Brasil.	Prejudicado Art. 334 do RISF
667/2000	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Pedido de informações, ao TCU, sobre o resultado das providências determinadas à Agência Nacional de Petróleo na Decisão nº 351/99, daquela Corte de Contas.	Aprovado em 20.2.2001 O TCU, através do Aviso nº 603/2001, de 25.5, informou que a solicitação foi enviada ao Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, relator da matéria Recebido e anexado, ao seu processado, em 28.6.2001, o Aviso nº 687/2001, de 18.6, com as informações solicitadas Despachado à Comissão de Serviços de infra-estrutura em 28.6.2001 Arquivado
5/2001	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre a construção das eclusas de Tucuruí.	Deferido pela Mesa em 31.5.2001 Atendido (Aviso nº 180/2002-MT, de 13.3)
22/2001	Bernardo Cabral e outros Senadores	Criação de CPI composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) suplentes para apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organização Não-Governamentais – ONGs.	O RQS contém subscritores em número suficiente para produzir os seus efeitos conforme art. 145 do RISF Relatório Final nº 2/2002

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
24/2001	Antonio Carlos Magalhães	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre providências adotadas face a dívidas para com a Previdência Social que foram objeto de reportagem da revista Veja.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 – Fala da Presidência) Atendido (Aviso nº 226/2001-MPAS, de 26.7) Recebido o Aviso nº 225/2001-MPAS, de 26.7, com esclarecimento a respeito do assunto Atendido e arquivado.
26/2001	Antonio Carlos Magalhães	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre as providências adotadas face a irregularidades que especifica, praticadas no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 ,) Em 8.8.2001, anunciado o recebimento do Aviso 225/01, do Ministro de Estado da Previdência Social encaminhando esclarecimentos e informando que, devido a gravidade e urgência do assunto tratado,, tão logo concluída a fiscalização, remeterá o relatório final à Primeira-Secretaria do Senado Federal. Arquivado em 16.12.2002, sem encaminhamento do resultado da fiscalização
27/2001	Antonio Carlos Magalhães	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre as providências adotadas pelo Departamento de Polícia Federal face a irregularidades que especifica, praticadas no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 Atendido parcialmente (Aviso nº 564/2001-MJ, de 13.6) Aguardando informações complementares. Arquivado em 16.12.2002, sem encaminhamento das informações complementares

(RQS) Número	Autor			Assunto	Resultado
30/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre providências adotadas face a irregularidades que especifica, praticadas no âmbito do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001) Arquivado em 16.12.2002, sem o encaminhamento das informações
33/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre as providências adotadas pelo Banco Central do Brasil face o Relatório de Fiscalização denominado "Banco do Estado do Pará x Jader Barbalho – Utilização indevida de recursos e manipulação de procedimentos operacionais caracterizando fraude contábil".	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 , Arquivado em 16.12.2002, sem encaminhamento das informações
34/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Procurador-Geral da República, sobre andamento Ação Civil Pública nº 200034.00.014 838/1, em tramitação na 2ª Vara Federal contra Jader Fontenelle Barbalho e outros.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593) Arquivado em 16.12.2002, sem o manifestação da Mesa e da Procuradoria-Geral da República
35/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Procurador-Geral da República, sobre as providências adotadas face às irregularidades que especifica, praticadas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 Arquivado em 16.12.2002, sem manifestação da Procuradoria-Geral da República.
36/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Procurador-Geral da República, sobre o andamento de Ação Popular nº 93.000.84526, em tramitação na 15ª Vara Federal contra Jader Fontenelle Barbalho e outros.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 Arquivado em 16.12.2002, sem atendimento
37/2001	Antonio Ilhães	Carlos	Maga-	Pedido de informações, ao Procurador-Geral da República, sobre as providências adotadas face assunto encaminhado ao Ministério Público da União pelo Conselho de Ética do Senado Federal.	Deferido Ad referendum da Mesa (DSF 20.2.2001 – página 1593 – Fala da Presidência) Arquivado em 16.12.2002, sem atendimento

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
38/2001	Renan Calheiros	Solicita, ao Tribunal de contas da União, realização de auditoria no contrato de suprimento e intercâmbio de energia elétrica na área do Ministério de Minas e Energia, envolvendo a comercialização da energia da usina Angra II, tendo como partes a Eletrobrás/Eletronuclear, Furnas Centrais Elétricas S. A e distribuidoras de energia, no valor de R\$ 190.967.364,18, como compensação por hipotético prejuízo causado às empresas distribuidoras pela não entrega de energia em decorrência do atraso das obras da usina Angra II; e ainda que sejam remetidas cópias deste requerimento e dos documentos anexos ao Ministério Público Federal.	Aprovado em 21.2.2001 Aguardando realização da auditoria
41/2001	Renan Calheiros	Solicita, ao Tribunal de Contas da União, na sua integralidade, cópia da auditoria realizada no Consórcio OAS – BH, Convênio 003/91, no valor de trinta e oito milhões de dólares, onde constam os responsáveis pela não realização de obras do porto de Juazeiro, com desvio de recursos, de responsabilidade do Governo da Bahia, cujos valores foram repassados através de convênio firmado pelo então Ministério da Infra-Estrutura à época, e o Governador de então, o Senador Antonio Carlos Magalhães; e ainda que seja remetida cópia deste requerimento ao Ministério Público Federal.	Aprovado em 21.2.2001 Aguardando atendimento
44/2001	Heloísa Helena	Convocação do Ministro da Justiça, José Gregori, para comparecer no Plenário do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública do Governo Federal.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
49/2001	Heloísa Helena e outros Senadores	Constituição de uma comissão composta por 5 (cinco) Senadores, com o objetivo de realizar diligências na região de fronteira do Brasil com a Colômbia, observando as condições de segurança da população brasileira, em face do Plano Colômbia, patrocinado pelos Estados Unidos da América, que poderá trazer riscos à população e graves problemas ecológicos na região.	Prejudicado Art. 334 do RISF
63/2001	Jefferson Péres	Solicita seja efetuada auditoria especial do Tribunal de Contas da União, para investigar a aplicação, pela Prefeitura de Coari, dos recursos relativos aos royalties pagos pela Petrobrás/Petróleo Brasileiro S.A., como compensação pela exploração do subsolo daquele município amazonense.	Aprovado Aviso nº 877/2002-TCU, de 24.4) Aguardando tomada de contas especial

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
71/2001	Paulo Hartung	Criação de Comissão Especial, composta de 15 (quinze) titulares e igual número de suplentes para, em 120 (cento e vinte) dias, estudar, discutir e formular propostas para o setor de saneamento básico no País.	Prejudicado Art. 334 do RISF
72/2001	Romero Jucá	Pedido de informações e cópias, à Procuradoria-Geral da República, de inteiro teor dos autos dos inquéritos e/ou procedimentos relativos a Eduardo Jorge Caldas Pereira, em curso no Ministério Público no Distrito Federal ou em São Paulo.	Deferido pela Presidência ad referendum da Mesa Aguardando atendimento
75/2001	Ademir Andrade	Convocação dos Ministros, da Indústria e Comércio Exterior, na qualidade de Presidente do Conselho Nacional de Desestatização (CND), e as Minas e Energia, Sr. Hélio Vitor Ramos Filho, para prestarem esclarecimentos sobre a proposta de desestatização do setor elétrico da Amazônia e a privatização da hidrelétrica de Tucuruí.	Prejudicado (art. 334, I, do RISF)
178/2001	Arlindo Porto	Solicita seja autorizada a publicação de livro sobre a vida e obra do recentemente falecido Governador Mário Covas, dentro da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado".	Arquivado
79/2001	Paulo Hartung	Instituição de Comissão Especial do Comércio Exterior, composta de 11 (onze) titulares e igual número de suplentes para, no período de 12 meses, acompanhar o mercado comercial internacional, inclusive mantendo banco de dados específico sobre prática comerciais dos países com os quais o Brasil mantém relação comercial; acompanhar as práticas de subsídios diretos ou indiretos dos países às suas empresas exportadoras; acompanhar o desenvolvimento do setor exportador nacional e identificar as possibilidades de ampliação dos negócios internacionais, a fim de propor sugestões à política de desenvolvimento do comércio exterior; acompanhar o desenvolvimento das negociações e emitir parecer sobre os tratados, acordos ou atos de inserção ou retirada do Brasil de áreas de livre comércio internacionais; e propor medidas legislativas pertinentes ao comércio exterior ou que, de caráter interno, visem otimizar as potencialidades nacionais de desenvolvimento do mercado exportador.	Prejudicado

¹ Na sessão de 6.3.2001, o Senador Pedro Simon, em seu pronunciamento, propôs ao Senado Federal a publicação do perfil parlamentar do ex-Senador Mário covas na solene coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado e a História Constitucional do Brasil. (DSDf de 7.3.2001, página 2388).

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
125/2001	José Roberto Arruda	Tramitação conjunta das PEC nºs 18 e 20/99; e 3/2001.	Aprovado
146/2001	Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores	Criação de CPI composta de 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente, na Faixa de Fronteiras.	O RQS contém número de subscritores suficientes para produzir seus efeitos (art. 145 do RISF) Extinta a Comissão (RISF art. 76, § 4º)
189/2001	Antero Paes de Barros	Pedido de informações, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, relacionadas às áreas do Incra que tiveram títulos cancelados no âmbito do Estado do Mato Grosso.	Deferido pela Mesa em 29.5.2001 Aguardando atendimento
250/2001	Roberto Saturnino	Retirada do PLS nº 209/2000.	Aprovado
287/2001	Pedro Simon	Voto de louvor e congratulações ao Grupo Gerda, por ocasião da celebração do 1º Centenário de sua fundação.	Prejudicado Art. 334 do RISF
303/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre acordo de prioridade de empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Deferido pela Mesa em 21.6.2001 Atendido (Ofício nº 307/2001-MPOG, DE 30.7) Arquivado em 16.12.2002 sem as informações complementares
307/2001	Mozarildo Cavalcanti	Solicitando seja submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania consulta sobre a possibilidade de o Senado Federal aprovar requerimento para retirada do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2000, de sua autoria, que já está em tramitação na Câmara dos Deputados.	Aprovado Aguardando resposta da CCJ
343/2001	Antônio Carlos Valadares	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 58/2000.	Prejudicado Art. 334 do RISF
344/2001	Ronaldo Cunha Lima	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 157/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
345/2001	Lúdio Coelho	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 87/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
346/2001	Antero Paes de Barros	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 239/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
348/2001	Romeu Tuma	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 114/95.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
349/2001	Moreira Mendes	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 108/95.	Prejudicado Art. 334 do RISF
350/2001	Romero Jucá	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 221/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
352/2001	Jefferson Péres	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 103/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
353/2001	Lúcio Alcântara	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 58/99	Prejudicado Art. 334 do RISF
354/2001	Jonas Pinheiro	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 287/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
355/2001	Carlos Bezerra	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 385/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
369/2001	Tião Viana	Audiência da CI sobre a MSF nº 247/2000.	Prejudicado Art. 334 do RISF
382/2001	Gilberto Mestrinho	Dispensa do parecer da CAE sobre o PLS nº 266/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
384/2001	Geraldo Cândido	Dispensa do parecer da CRE sobre o PLS nº 430/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
392/2001	Waldeck Ornelas	Criação de uma Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia.	Aprovado Relatório Final nº 1/2002
415/2001	Carlos Bezerra	Pedido de informações, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre imóveis de propriedade da União.	Deferido pela Mesa em 3.9.2001 Atendido (Aviso nº 134/2002-MPAS, de 6.5)
429/2001 32/2001-CFC	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Solicita, ao Ministro dos Transportes, cópia de toda a documentação relativa ao processo licitatório da obra de "Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins BR-060/DF – Adequação do Trecho Distrito Federal-Divisa DF/GO", assim como informações do acompanhamento da execução da obra e eventuais tomadas de contas especiais.	Deferido pela Mesa em 14.9.2001 Atendido (Aviso nº 36/2002-MT, de 17.1)
473/2001	Bernardo Cabral	Pedido de informações, ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, sobre a situação em que se encontra o setor pesqueiro do Brasil.	Deferido pela Mesa em 28.9.2001 Atendido (Ofício nº 956/2002)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
487/2001 (39/2001-CFC)	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Procurador-Geral da República, sobre o andamento e as ações tomadas por aquela Procuradoria quanto à lista que esta mesma enviou ao Senado em resposta ao Ofício nº 870/2001, do Senado Federal (referente ao Parecer nº 705/2001, da Comissão de Fiscalização e Controle).	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Atendido (Ofício nº 956/2002-MMA, de 16.8)
524/2001	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre o perfil da distribuição fundiária e a utilização dos imóveis rurais no Brasil na posição de 1992 e na posição mais atualizada disponível pelo governo, consolidando-se os dados nos seus totais nacionais e por unidade federada.	Deferido pela Mesa em 16.10.2001 Arquivado em 16.12.2002 sem recebimento das informações
526/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre estudos de avaliação do programa Cédula da Terra.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Atendido parcialmente (Ofício nº 302/2002-MDA, de 1º.10) Atendido (Ofício nº 332/2002-MDA, de 20.11)
529/2001	Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a situação da empresa "Fazendas Reunidas Boi Gordo".	Aprovado Atendido (art. 157, I, do RISF)
544/2001 (nº 38/2001-CFC)	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, e ao Presidente do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Derivados, sobre a produção e distribuição quantitativa dos combustíveis gasolina, álcool e óleo diesel.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Aviso nº 339/2001-MME, de 29.11, solicitando dilatação do prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 4/2002-MME, de 2.1)
550/2001	Marina Silva	Pedido de remessa, pelo Ministro da Fazenda, da lista de todas as operações de financiamento externo, excetuando as originárias de organismos multilaterais (BIRD, BID FMI CFI), realizadas com o setor privado brasileiro, superiores a US\$ 10 milhões, desde 1995.	Aprovado Atendido (art. 157, I, do RISF)
553/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Cultura, sobre o programa de modernização daquele Ministério.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Atendido (Ofício nº 106/2001-MC, de 18.12)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
563/2001	Antônio Carlos Valadares	Voto de apoio e solidariedade ao Dr. Paulo Jacobina, Procurador da República, parabenizando-o pelo competente desempenho de suas atribuições institucionais no Estado de Sergipe, em especial pelo seu trabalho de investigação de possíveis desvios de dinheiro público para fins eleitorais.	Prejudicado Art. 334 do RISF
567/2001	Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, referentes as ações adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários, no tocante a eventuais prejuízos causados aos acionistas minoritários das Cervejarias Brahma e Antártica (Companhia de Bebidas das Américas - AmBev) que exerceram o direito de retirada, decorrente do baixo valor oferecido às suas ações e a íntegra do relatório pertinente à investigação sobre o vazamento de informações privilegiadas dias antes do anúncio da fusão no mercado.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Atendido (art. 157, I, do RISF)
569/2001	Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho e do Emprego, referente ao cumprimento do compromisso de desempenho sobre eventuais dispensas de empregados, firmado pela Companhia de Bebidas das Américas - AmBev e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Atendido (Aviso nº 28/2002-MTE, DE 1º.3)
570/2001	Pedro Simon	Pedido de informações, ao Ministro da Educação, sobre a manifestação do Conselho Nacional de Educação na deliberação dos procedimentos normatizados pela Portaria nº 1985, de 10 de setembro de 2001.	Deferido pela Mesa em 24.10.2001 Ofício nº 213/2001ME, de 28.12, comunicando que está em fase de conclusão o levantamento dos dados que permitirão responder o requerimento Atendido (Ofício nº 35/2002-ME, de 2.4)
599/2001	Tião Viana	Dispensa de parecer da CCJ sobre o PLS nº 357/99, a fim de que seja imediatamente submetido à apreciação da CAS.	Prejudicado Art. 334 do RISF
608/2001	Marina Silva	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre matéria veiculada no jornal O Estado de S. Paulo sobre a utilização do Fundo de Combate à Pobreza.	Deferido pela Mesa em 29.11.2001 Atendido (Ofício nº 568/2001-MPOG, de 27.12)
610/2001	Romero Jucá	Voto de louvor e aplauso ao jornal "Folha de Boa Vista" e seus funcionários, pelos 18 anos de sua fundação.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
611/2001	Ricardo Santos	Voto de aplauso à Rede Globo de Televisão pela retomada da produção do programa infantil "Sítio do Pica-pau Amarelo".	Prejudicado Art. 334 do RISF
613/2001	Ronaldo Cunha Lima	Voto de congratulação à Editora Geração de comunicação Integrada Comercial Ltda., na pessoa de seu Editor e Jornalista Luiz Fernando Emediato e ao Professor Rinaldo Nunes de Fernandes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Coordenador da Obra, pelo lançamento da edição comemorativa do centenário da publicação de Os Sertões , de Euclides da Cunha, considerando a elevada importância e significação da Obra.	Prejudicado Art. 334 do RISF
615/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre a execução das metas do assentamento de famílias, MDA/INCRA, no exercício 2001.	Deferido pela Mesa em 29.11.2001 Arquivado sem prestação das informações
616/2001	Geraldo Cândido	Pedido de realização de auditoria ou inspeção, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Guimarães Souto, de natureza contábil, em contrato realizado entre a Petrobrás SA e a Companhia Marítima; na atuação da Bra-soil como intermediadora entre a Petrobrás e a Marítima; e sobre a função da "The law Debenture Trust Corporation (Cayman) Limited", no referido contrato.	Aprovado Arquivado sem prestação das informações
623/2001	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, referentes à extinção do Instituto de Projetos Especiais (IPE), vinculado ao Comando do Exército, através do Decreto nº 3.947, de 1 de outubro, de 2001.	Deferido pela Mesa em 13.11.2001 Atendido (Aviso nº 1/2002-MD, de 4.1)
627/2001	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, referentes às providências adotadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), para reprimir práticas que configuram o abuso do poder econômico da rede McDonald's contra seus franqueados.	Deferido pela Mesa em 13.11.2001 Atendido (Aviso nº 1.266/2001-MJ, DE 12.12)
628/2001	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, acerca das normas internacionais para a mudança no cálculo da dívida externa brasileira.	Aprovado Atendido (art. 157, I, do RISF)
635/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre o perfil da dívida do setor agropecuário.	Aprovado Atendido (art. 157,I, do RISF)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
651/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre as investigações e procedimentos relacionados com denúncias de tráfico de influências.	Deferido pela Mesa em 13.11.2001 Atendido (Aviso nº 71/2002-MS, de 25.1)
652/2001	Edison Lobão	Retirada da PEC nº 3/99.	Aprovado
662/2001	Heloísa Helena	Solicita, ao TCU, auditoria no Metrô dos Distrito Federal para efeito de verificação dos quantitativos das medições de serviços realizados naquela obra e a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.	Aprovado Aguardando atendimento
666/2001	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre as providências que vêm sendo tomadas com vistas à suspensão imediata da interdição da rodovia federal BR-174, no Estado de Roraima, que, diariamente, no período compreendido entre 18:00 e 6:00 horas, no trecho da reserva indígena Waimiri-Atroari, tem o seu trânsito interrompido.	Deferido pela Mesa em 29.11.2001 Atendido (Aviso nº 69/2002-MT, de 1.2)
667/2001	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, acerca das providências que vêm sendo tomadas com vistas à suspensão imediata da interdição da rodovia federal BR-174, no Estado de Roraima, que, diariamente, no período compreendido entre 18:00 e 6:00 horas, no trecho da reserva indígena Waimiri-Atroari, tem o seu trânsito interrompido.	Deferido pela Mesa em 29.11.2001 Atendido (Aviso nº 59/2002-MJ, de 11.1)
672/2001	Casildo Maldaner	Pedido de auditoria, ao Tribunal de Contas da União, nas obras da Via Expressa Sul – Florianópolis – SC, para efeito de verificação da legalidade dos contratos e seus aditamentos, bem como da necessidade técnica de reformulação constante do projeto e seu custo real.	Aprovado em 20.11.2001 Arquivado sem prestação das informações
673/2001	Casildo Maldaner	Pedido de auditoria, ao Tribunal de Contas da União, nas obras de Construção da BR-282-SC, Florianópolis/Divisa com Argentina – para efeito de verificação da legalidade dos contratos e seus aditamentos, bem como do custo médio real do quilômetro projetado e implantado.	Aprovado em 20.11.2001 Atendido (Aviso nº 905/2002-TCU, de 24.4)
679/2001	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre a possibilidade de a CHESF planejar a construção de barragens no sub-médio São Francisco.	Deferido pela Mesa em 26.2.2002 Atendido (Aviso nº 62/2002-MME, de 26.3)
688/2001	Antônio Carlos Valadares	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 254/99, que tramita em conjunto com o PLS nº 252/97.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
689/2001	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relativas às denúncias veiculadas pela imprensa sobre irregularidades para a aquisição do medicamento Glivec, produzido pela multinacional Novartis, bem como esclarecimentos complementares ao Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, referentes a eventuais participações da ANVISA nos episódios divulgados recentemente pela mídia.	Deferido pela Mesa em 19.12.2001 Atendido (Aviso nº 72/2002-MS, de 25.1)
690/2001	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações e cópias de contratos, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, relativos aos contratos entre a DATAPREV e a empresa UNISYS.	Deferido pela Mesa em 19.12.2001 Atendido (Aviso nº 47/2002-MPAS, de 28.2)
699/2001	Ademir Andrade	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre eventual desativação do Parque Aeronáutico de Belém.	Deferido pela Mesa em 19.12.2001 Atendido (Aviso nº 56/2002-MD, de 19.2)
700/2001	Osmar Dias	Solicita, ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeção nas obras de reforma ou construção das sedes regionais da ANATEL localizadas nos Estados do Amazonas, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Paraná.	Aprovado Aviso nº 732/2002, de 0.4.2002, do TCU Atendido (Aviso nº 3.320/2002-TCU, de 27.11)
701/2001	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, relacionadas às obras de reforma ou construção das sedes regionais da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.	Deferido pela Mesa em 19.12.2001 Atendido (Aviso nº 24/2002-MC, de 11.3)
711/2001	Marina Silva	Audiência da CI sobre o PDS nº 145/2001.	Rejeitado
712/2001	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta das PEC nºs 18 e 26/2001.	Aprovado
713/2001	José Eduardo Dutra	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho e Emprego, relacionadas aos postos de trabalho criados no fulcro da Lei nº 9.601, de 21/1/98.	Deferido pela Mesa em 26.2.2002 Atendido (Aviso nº 69/2002-MTE, de 14.5)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
715/2001	Marina Silva	Audiência da CAS sobre a PEC nº 38/99.	Indeferido A Presidência, em consideração a autoria, recorre da sua própria decisão ao Plenário com audiência prévia da CCJ (DSF de 29.11.2001, página 29760) Decisão da Presidência confirmada pela CCJ através do Parecer nº 525/2002 (DSF de 5.6.2002, página 10419). Parecer nº 525/2002 aprovado em 13.6.2002 (DSF de 14.6.2002, página 11891) Arquivado em 13.6.2002
720/2001	Eduardo Suplicy	Voto de aplauso à Delegação Especial da Palestina no Brasil pelo transcurso do Dia Internacional de Solidariedade para com o Povo Palestino.	Aprovado
721/2001	Marina Silva	Desapensamento do PRS nº 57/2001, para que tenha tramitação autônoma.	Aprovado
722/2001	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao atleta Raí Oliveira, manifestando o reconhecimento da nação ao encerrar sua carreira.	Prejudicado – art. 334 do RISF
727/2001	Wellington Roberto	Audiência da CAE sobre o PLS nº 5/2000.	Retirado (RQS nº 14/2002)
728/2001	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao comprometimento atual da Receita Líquida Real do município de Apucarana.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Aviso nº 165/2002-MF, de 28.3)
736/2001	Emilia Fernandes	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre as rodovias federais no Estado do Rio Grande do Sul.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Aviso nº 1.553/2002-MT, de 18.10)
737/2001	Marina Silva	Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2000.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
738/2001	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre a pretensão por parte da FUNAI de ampliação de áreas indígenas já demarcadas ou delimitadas ou a demarcação de novas áreas e qual a dimensão e localização dessas áreas.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Aviso nº 365/2002-MJ, de 11.4)
739/2001	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento e Orçamento, sobre programas habitacionais.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Ofício nº 73/2002-MPOG, de 20.3)
740/2001	Waldeck Ornelas	Retirada da Emenda nº 1-Plen oferecida ao PLC nº 99, de 2001.	Aprovado
747/2001	Eduardo Siqueira Campos	Audiência da CAE sobre os PLS nºs 216/99 e 271/2000.	Aprovado
748/2001	Eduardo Siqueira Campos	Audiência da CE sobre os PLS nºs 216/99 e 271/2000.	Aprovado
749/2001	Eduardo Siqueira Campos	Audiência da CCJ sobre os PLS nºs 216/99 e 271/2000.	Aprovado
754/2001	Antero Paes de Barros	Dispensa do parecer da CCJ sobre o PLS nº 46/2001, por motivo do esgotamento do prazo para manifestação sobre a matéria.	Aprovado
756/2001	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Martus Tavares, sobre a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Ofício nº 81/2002-MPOG, de 27.3)
769/2001	Geraldo Melo	Dispensa de parecer da CCJ sobre o PLC nº 24/2001, a fim de que a CI possa sobre ele se manifestar.	Aprovado
772/2001	Mozarildo Cavalcanti	Sobrestamento do PLS nº 172/2000, até que se finalize a tramitação, nesta Casa, da PEC nº 38/99.	Tramitando
779/2001	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro de Agricultura e Abastecimento, sobre a CEAGESP – Cia. de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.	Deferido pela Mesa em 19.2.2002 Atendido (Aviso nº 57-A/2002-MAPA, de 20.3)
780/2001	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Conclama o governo brasileiro a se retirar das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), face os novos termos da “Autorização para a Promoção Comercial”, dado ao Governo Norte-Americano”.	Prejudicado Art. 334 do RISF

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
810/2001	Ronaldo Cunha Lima	Voto de congratulações aos Diários e Emissoras Associados, que através do Diário da Borborema de Campina Grande conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo na categoria "primeira página", capa do dia 12 de setembro do ano em curso, de autoria do supervisor gráfico do citado jornal, jornalista Cícero Félix, dedicada aos atentados do dia 11 de setembro ao World Trade Center, e que essa decisão seja comunicada aos Superintendentes dos Diários Associados na Paraíba e em Campina Grande.	Prejudicado Art. 334 do RISF
811/2001	CPI criada pelo RQS nº 497/2000 (CPI do Futebol)	Criação, no âmbito da Comissão de Educação, de uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente.	Aprovado

g.2) Da presente Sessão Legislativa

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
1/2002	Pedro Simon	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Nelson Marchezan.	Aprovado
2/2002	Geraldo Melo	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Nelson Marchezan.	Aprovado
3/2002	Sebastião Rocha e outros Senadores	Criação de CPI, composta por 11 (onze) Senadores titulares e 06 (seis) suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, discrepâncias entre pesquisas eleitorais realizadas durante o processo eleitoral no ano 2000 e os resultados das eleições, nos municípios do Rio de Janeiro, Goiânia, Recife, Porto Alegre, Macapá e Niterói.	O RQS contém nº subscritores suficiente para surtir os seus efeitos (art. 145 do RISF) Extinta a Comissão (Art. 76, § 4º, RISF)
4/2002	Gilberto Mestrinho e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão de 19 de março de 2002 seja destinada a homenagear o 35º aniversário da Zona Franca de Manaus.	Aprovado Homenagem realizada
5/2002	Maguito Vilela	Voto de pesar pelo falecimento do empresário Amadeu Camilo de Andrade.	Aprovado
6/2002	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Homenagens de pesar devido ao falecimento do Prefeito de Santo André, Celso Daniel.	Aprovado
7/2002	Carlos Wilson e José Eduardo Dutra	Homenagens de pesar pelo falecimento de Augusto Cesar Leite Franco, ocorrido em 19.2.2002.	Aprovado
8/2002	Antonio Carlos Júnior	Dispensa de publicação do Parecer nº 28/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 115/2001.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
9/2002	Lúcio Alcântara	Dispensa de publicação do Parecer nº 29/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 221/96.	Aprovado
10/2002	Maguito Vilela	Voto de pesar pelo falecimento do atleta Thomaz Soares da Silva, o Zizinho.	Aprovado
11/2002	Maguito Vilela	Voto de pesar pelo falecimento do atleta Edvaldo Izídio Neto, o Vavá.	Aprovado
12/2002	Mauro Miranda	Voto de louvor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 2002, cujo tema é “Fraternidade e os Povos Indígenas”.	Aprovado
13/2002	Romeu Tuma	Adiamento da discussão do PLC nº 57/2001, a fim de que seja examinada pela CCJ.	Aprovado
14/2002	Wellington Roberto	Retirada do Requerimento nº 727/2001.	Aprovado
15/2002	Marina Silva	Adiamento da votação do RQS nº 727/2001, a fim de que seja feita na Sessão Deliberativa Ordinária de 27.2.2002.	Aprovado
16/2002	Carlos Wilson	Homenagens em face do recente falecimento do Vice-Prefeito de Chã Grande, Pernambuco, Sr. Jaci Moreira dos Santos.	Aprovado
17/2002	Jorge Bornhausen	Licença, no período de 22.2 a 4.3.2002, para tratamento de saúde.	Aprovado
18/2002	Jorge Bornhausen	Licença, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, relativo ao período de 5.3 a 2.7.2002, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
19/2002	Álvaro Dias	Solicita a inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 459/2001.	Deferido
20/2002	Antônio Carlos Valadares	Solicita a inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 96/2001.	Aprovado
21/2002	Emilia Fernandes	Solicita que a Hora do Expediente da sessão de 13.3.2002 seja destinada à entrega do “Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz”.	A Presidência fixou a Hora do Expediente do dia 13.3.2002, para a entrega do Diploma nos termos do RQS e de acordo com o disposto na Resolução nº 2/2001.
22/2002	Roberto Saturnino	Homenagens de pesar devido ao falecimento do economista Juvenal Osório Gomes, ocorrido em 10.2.2002.	Aprovado
23/2002	Eduardo Suplicy	Voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Lucy Montoro, que morreu no dia 15.2.2002, aos 85 anos, em São Paulo, vítima de um acidente automobilístico.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
24/2002	Renan Calheiros	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 230/2001.	Prejudicado Art. 334 do RISF
25/2002	Vasco Furlan	Voto de congratulações à Direção da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, em Nova Trento, em Santa Catarina, e à Nunciatura Apostólica do Vaticano, em Brasília, pelo anúncio feito pelo Papa João Paulo II da canonização da beata Amabile Lúcia Visenteiner, Mãe Paulina.	Prejudicado Art. 334 do RISF
26/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, relativas a ações adotadas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) para coibir suposta infração à ordem econômica cometida no mercado de leite em Goiás.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 371/2002-MJ, de 15.4) Atendido (Aviso nº 507/2002-MJ, de 28.5, em aditamento ao Aviso nº 371/2002-MJ, de 15.4)
27/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao refinanciamento de dívidas estaduais junto ao Tesouro Nacional, nos termos da Medida Provisória nº 2.185-35, assim como de deduções de valores.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 184/2002-MF, de 16.4)
28/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PRS nº 1/2002.	Aprovado
29/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PRS nº 2/2002.	Aprovado
30/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre os valores fixados e empenhados no Orçamento da União para o Estado de Goiás, para o ano de 2001, bem como os valores efetivamente gastos no combate à dengue no território goiano, ao longo do ano passado, com suas respectivas datas de liberação.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 466/2002-MS, de 21.5)
31/2002	Tião Viana e José Sarney	Adiamento da votação da PEC nº 29/2001, para reexame da CCJ.	Aprovado
32/2002	Emilia Fernandes e outros Senadores	Realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no dia 6 de março de 2002, às 10 horas, na Câmara dos Deputados, para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, que transcorre anualmente no dia 8 de março.	Aprovado
33/2002	Vasco Furlan	Licença para tratamento de saúde no período de 28.2 a 4.3.2002.	Aprovado
34/2002	Vasco Furlan	Licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, ou seja de 5.3 a 2.7.2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
35/2002	Lúdio Coelho	Destaque para votação em separado do art. 6º do PLS nº 137/92.	Aprovado
36/2002	Lúdio Coelho	Destaque para votação em separado do art. 42 do PLS nº 184/2000.	Aprovado
37/2002	Romeu Tuma	Adiamento da votação do RQS nº 747/2001, a fim de que seja feita na sessão deliberativa ordinária de 4.4.2002.	Aprovado
38/2002	Romeu Tuma	Adiamento da votação do RQS nº 748/2001, a fim de que seja feita na sessão deliberativa ordinária de 4.4.2002.	Aprovado
39/2002	Romeu Tuma	Adiamento da votação do RQS nº 749/2002, a fim de que seja feita na sessão deliberativa ordinária de 4.4.2002.	Aprovado
40/2002	Antero Paes de Barros	Adiamento da votação do RQS nº 754/2001, a fim de que seja feita na sessão deliberativa ordinária de 6.3.2002.	Aprovado
41/2002	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 65/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 137/92.	Aprovado
42/2002	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 66/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 184/2000.	Aprovado
43/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre a fiscalização de trânsito na rodovia BR-060, trecho Brasília-Goiânia.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 562/2002-MT, de 28.5)
44/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre a atual situação dos níveis de água do reservatório da Usina Hidrelétrica de Emborcação, operada pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG).	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 63/2002-MME, de 15.4)
45/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, da FUNAI sobre quais as áreas indígenas demarcadas, delimitadas, homologadas e pretendidas, bem como a ampliação dessas áreas nos Estados de Roraima, Amazonas e Pará.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 366/2002-MJ, de 11.4)
46/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre qual o valor pago à FUNAI pelos governos dos Estados do Amazonas e de Roraima, a título de indenização pelo asfaltamento da BR-174 no trecho da reserva Waimiri-Atroari.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido. (Aviso nº 375/2002)
47/2002	Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do Senado Federal, do dia 20 de agosto, seja dedicado a homenagear a Maçonaria Brasileira pelo Dia do Maçom.	Aprovado Homenagem realizada

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
48/2002	Heloísa Helena	Homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, ex-Secretário de Estado da Saúde e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, José Bernardes Neto.	Aprovado
49/2002	Bello Parga	Audiência da CCJ sobre o PLC nº 74/2001.	Aprovado
50/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PFL e PMDB) e Ronaldo Cunha Lima	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 152/2001.	Aprovado
51/2002	Paulo Hartung	Convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Sérgio Amaral, para, no Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.	Aprovado
52/2002	Romero Jucá	Convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Sérgio Amaral, para, no Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre as medidas que o Governo brasileiro adotará a respeito da taxa-ção, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do aço produzido no Brasil.	Aprovado
53/2002	Paulo Hartung	Convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores para, no Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre os efeitos das medidas protecionistas norte-americanas na economia brasileira e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.	Aprovado
54/2002	Romero Jucá	Convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, para, no Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre as medidas que o Governo brasileiro adotará a respeito da taxa-ção, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do aço produzido no Brasil.	Aprovado
55/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PFL, Bloco PSDB/PPB e PTB)	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PLC nº 4/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
56/2002	Carlos Wilson	Convocação do Ministro de Estado da Saúde, para, no Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre a real situação da epidemia de dengue que assola o país, apresentando, de forma clara e detalhada, as medidas efetivas de combate à enfermidade que foram e estão sendo adotadas pelo Governo Federal.	Prejudicado Art. 334 do RISF
57/2002	João Alberto Souza	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre quantos delegados e agentes da Polícia Federal se encontram à disposição do Ministério da Saúde hoje e quantos foram requisitados nos últimos quatro anos, bem como o período em que lá estiveram e qual a finalidade para a qual foram requisitados, discriminando-os nominalmente.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 370/2002-MJ, de 15.4)
58/2002	João Alberto Souza	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre quantos delegados e agentes da Polícia Federal se encontram à disposição desse Ministério hoje e quantos foram requisitados nos últimos quatro anos, bem como o período em que aí estiveram e qual a finalidade para a qual foram requisitados, discriminando-os nominalmente.	Deferido pela Mesa em 12.3.2002 Atendido (Aviso nº 360/2002-MS, de 17.4)
59/2002	Romero Jucá	Tramitação conjunta das PEC nºs 3 e 6/2002.	Aprovado
60/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, através do Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre todas as diligências, levantamentos, perícias, coleta de dados e informações pertinentes à instrução de procedimento inquisitorial ou processo penal, que tenha por finalidade apurar a materialidade de atos de improbidade administrativa e responsabilizar criminalmente seus autores, concernentes às relações entre o Senhor Aldenor Cunha Rebouças e o Senhor Jorge Murad, Gerente de Planejamento do Governo do Estado do Maranhão, marido da Senhora Roseana Sarney, Governadora do Estado do Maranhão, sócios na empresa Lunus Serviços e Participações.	Tramitando
61/2002	Líderes (PMDB, PFL, Bloco de Oposição, PSB) e do Senador Antônio Carlos Valadares	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 6/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
62/2002	Roberto Requião	Solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 15 de março de 2002, com o intuito de comparecer às reuniões externas da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que se realizará, respectivamente, nas cidades de Fortaleza, Ceará, Natal e Rio Grande do Norte, em paralelo à Quadragésima Terceira Reunião Anual da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento.	Deferido (art. 41, do RISF)
63/2002	Mauro Miranda	Homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Genésio Borges de Andrade.	Aprovado
64/2002	Emilia Fernandes, Pedro Simon e José Fogaça	Homenagens de pesar devido ao falecimento do senhor Luiz Carlos Barbosa Lessa, escritor, tradicionalista e historiador gaúcho, ocorrido em 11 de março, na cidade de Camaquã – RS.	Aprovado
65/2002	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, sobre o processo de ressarcimento do Imposto de Importação aos produtores/exportadores brasileiros de manga, por parte dos Estados Unidos.	Deferido pela Mesa em 26.4.2002 Atendido (Ofício nº 10/2002-MRE, de 30.5)
66/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 5/2002.	Aprovado
67/2002	Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino	Voto de profundo pesar pelo falecimento do economista e Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, falecido ontem, aos 84 anos.	Aprovado
68/2002	Maria do Carmo Alves	Voto de profundo pesar devido ao assassinato da senadora colombiana Martha Catalina Daniels, ocorrido no último dia 2 de março, com envio de condolências à família, ao Senado e ao Governo colombianos.	Aprovado
69/2002	Mauro Miranda, Iris Rezende e Maguito Vilela	Voto de aplauso pelo 22º aniversário do Jornal “Diário da Manhã”, de Goiânia, Estado de Goiás.	Prejudicado Art. 334 do RISF
70/2002 (1/2002-CFC)	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre as recentes diligências realizadas pela Divisão de Crime Organizado da Polícia Federal no escritório de consultoria do empresário Aldenor Cunha Rebouças e na empresa Lunus Serviços e Participações.	Deferido pela Mesa em 9.4.2002 Atendido (Aviso nº 448/2002-MJ, de 10.5)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
71/2002	Ademir Andrade	Desapensamento do Projeto de Resolução nº 16, de 1999, que tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 81, de 1999 e mais outros 42 projetos de Resolução, em virtude da aprovação do Requerimento nº 472, de 1999.	Deferido
72/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 7/2002.	Aprovado
73/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 3/2002.	Aprovado
74/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 4/2002.	Aprovado
75/2002	Geraldo Cândido, Roberto Saturnino e Artur da Távola	Inserção em ata de um voto de louvor à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela realização no dia 15.3.2002, da eleição para a escolha do Reitor, em clima de grande interesse e comparecimento com o resultado que consagra o Professor Carlos Lessa como indicado por 85% (oitenta e cinco por cento) dos votos e mais de 90% (noventa por cento) dos docentes daquela Universidade.	Prejudicado Art. 334 do RISF
76/2002	Roberto Requião	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União, sobre denúncias publicadas na Revista Época e no jornal Folha de São Paulo, entre outros, relacionadas àquela Corte, no que diz respeito ao não cumprimento de suas funções constitucionais.	Aprovado Atendido (Aviso nº 358/2002-TCU, de 22.4)
77/2002	Romero Jucá	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, acerca de denúncias noticiadas pela imprensa a respeito da contratação, por aquela pasta, desde abril de 1999, da empresa FENCE – Consultoria Empresarial Ltda., com a finalidade de detectar a existência e desativar campos magnéticos espúrios nas linhas telefônicas daquele Ministério.	Deferido pela Mesa em 2.4.2002 Atendido (Aviso nº 539/2002-MS, de 11.6)
78/2002	Carlos Patrocínio	Tramitação conjunta dos PLS nºs 138/99 e 24/2002.	Aprovado
79/2002	Bello Parga	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, acerca de denúncias noticiadas pelo jornalista Jânio de Freitas, do jornal Folha de São Paulo, em sua edição do dia 17 do corrente, a respeito de contratos entre aquela Pasta e a empresa FENCE – Consultoria Empresarial Ltda.	Deferido pela Mesa em 9.4.2002 Atendido (Aviso nº 538/2002-MS, de 11.6)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
80/2002	Maguito Vilela	Inserção em ata de um voto de louvor à Organização Jaime Câmara, pelo prêmio recebido pelo jornal "O Popular", de Goiânia, Estado de Goiás.	Prejudicado Art. 334 do RISF
81/2002	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 1º da MPV nº 9/2001, que resultou no PLV nº 1/2002.	Aprovado
82/2002	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da expressão "...até 31 de março de 2002...", constante do art. 6º da MPV nº 9/2001, que resultou no PLV nº 1/2002.	Aprovado
83/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado das expressões: "...de parte..." e "...observadas as seguintes condições" e "dos incisos I a IV" do art. 7º do PLV nº 1/2002.	Aprovado
84/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 7º do PLV nº 1/2002.	Aprovado
85/2002	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
86/2002	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 7, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
87/2002	Antônio Carlos Valadares	Destaque para votação em separado da Emenda nº 13, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
88/2002	Carlos Patrocínio	Destaque para votação em separado da Emenda nº 14, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
89/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 15, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
90/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação, em separado, da Emenda nº 16, apresentada à MPV nº 9/2001.	Aprovado
91/2002	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado do § 4º do art. 2º, constante da Emenda nº 22, ao PLV nº 1/2002.	Aprovado
92/2002	Arlindo Porto	Destaque para votação em separado da Emenda nº 26, apresentada à MPV nº 9/2001, a fim de que seja (ilegível) no PLV nº 1/2002.	Aprovado
93/2002	Heloísa Helena e Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado do § 1º do art. 7º do PLV nº 1/2002.	Aprovado
94/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da expressão "até", constituinte no § 1º do art. 8º da MP nº 11/2001, nos termos do PLV nº 2/2002.	Rejeitado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
95/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado, das expressões... “de feijão, arroz, milho ou algodão, em razão da estiagem,...” constantes do art. 8º do PLV nº 2/2002.	Aprovado
96/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado do inciso V do art. 10 do PLV nº 2/2002.	Aprovado
97/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado das expressões... “Ou de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia”, constantes da Emenda nº 1, in fine , art. 1º do PLV nº 2/2002.	Rejeitado
98/2002	Romero Jucá	Adiamento da discussão do PLC nº 105/2001, por 30 dias úteis, a fim de ser feita na sessão de 2 de maio de 2002.	Aprovado
99/2002	Casildo Maldaner	Criação de Comissão Externa, composta de 3 (três) membros, destinada a representar esta Casa perante o Estado do Vaticano, quando da cerimônia de canonização da Madre Paulina, primeira religiosa brasileira a constar dos cânones da Igreja Católica, a realizar-se no dia 19 de maio de 2002.	Aprovado
100/2002	Mauro Miranda	Vota de aplauso ao Senai pela comemoração dos 50 anos da entidade em Goiás.	Prejudicado Art. 334 do RISF
101/2002	Romeu Tuma e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente do dia 11 de abril de 2002 seja reservado a homenagear a passagem de um ano da morte de Ginetta Calliari, representante exponencial do Movimento dos Focolares no Brasil.	Aprovado
102/2002 (nº 4/2002-CFC)	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre a contratação pelo Ministério da Saúde, noticiada pela imprensa, da empresa FENCE – Consultoria Empresarial Ltda, com a finalidade de detectar a existência e desativar campos magnéticos espúrios nas linhas telefônicas daquela Pasta.	Deferido pela Mesa em 18.4.2002 Atendido (Aviso nº 540/2002-MS, de 11.6)
103/2002	Líderes (PFL, PMDB, PTB, Bloco de Oposição, e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 5/2002.	Aprovado
104/2002	Marluce Pinto e outros Senadores	Adiamento da discussão da PEC nº 50/99, para reexame da CCJ.	Aprovado
105/2002	Leomar Quintanilha	Adiamento da discussão do PLS nº 293/2001, a fim de que a CCJ e CE se manifestem sobre o mesmo.	Aprovado
106/2002	Sebastião Rocha	Dispensa de publicação do Parecer nº 163/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 121/2001.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
107/2002	Leomar Quintanilha	Dispensa de publicação do Parecer nº 164/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 291/2001.	Aprovado
108/2002	Geraldo Althoff	Dispensa de publicação do Parecer nº 165/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 292/2001.	Aprovado
109/2002	Geraldo Althoff	Dispensa de publicação do Parecer nº 166/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 294/2001.	Aprovado
110/2002	Pedro Simon e outros Senadores	Realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.	Aprovado Sessão realizada no dia 23.5.2002 – 10h
111/2002	Pedro Simon e outros Senadores	Voto de solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (OPAQ) e repúdio à posição do Governo dos Estados que vêm exercendo pressões em toda ordem visando destituir o Embaixador do cargo que ocupa.	Aprovado
112/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre a situação da Oncocercose entre os índios Yanomamis nos últimos sete anos.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Avisos nºs 675 e 809/2002-MJ, de 4.7, solicitando mais prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 904/2002-MJ, de 3.9)
113/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, junto à FUNASA, informações sobre a situação da Oncocercose entre os índios Yanomamis nos últimos sete anos.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Atendido (Aviso nº 854/2002-MS, de 6.9)
114/2002	Osmar Dias	Voto de aplauso à Rádio Clube Paranaense B52, a mais antiga do Paraná e a terceira do Brasil, que completa, dia 27 de junho de 2002, 78 anos de prestação de serviços à comunidade.	Aprovado
115/2002	Francelino Pereira	Voto de aplauso ao Ministro Almir Pazzianotto Pinto pelo seu desempenho à frente do Tribunal Superior do Trabalho.	Prejudicado Art. 334 do RISF
116/2002	Maguito Vilela e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do Bispo Dom José Carlos dos Santos.	Aprovado
117/2002	Líderes (Governo, PMDB, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLS nº 131/96.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
118/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PTB, governo, PMDB, PFL e Bloco de Oposição)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 9/2002.	Aprovado
119/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre diversas aplicações e investimentos do BNDES nos últimos sete anos, discriminadas por região.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Atendido (Ofício nº 32/2002-MDICE, de 28.6)
120/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre os convênios da FUNASA com o CIR (Conselho Indigenista de Roraima) e com a URIHI para assistência aos índios em Roraima.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Atendido (Aviso nº 855/2002-MS, de 6.9)
121/2002	Mauro Miranda	Homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Saula Sebba, ocorrido dia 19.3.2002.	Deferido
122/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 153/2001.	Aprovado
123/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 154/2001.	Aprovado
124/2002	Bernardo Cabral e outros Senadores	Homenagens devido ao falecimento do ex-Senador da República, ex-Deputado à Assembléia Constituinte do Estado da Bahia, jurista, professor, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Presidente da Academia Baiana de Letras Jurídicas, membro da Academia de Letras da Bahia, membro do Instituto Baiano do Direito do Trabalho, ex-Presidente do Instituto dos Advogados da Bahia, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, membro do Conselho Federal de Educação e ocupante de diversos outros cargos e funções na vida pública e privada, Josaphat Marinho.	Aprovado
125/2002	Waldeck Ornelas e Edison Lobão	Homenagens devido ao falecimento do ex-Senador Josaphat Marinho.	Aprovado
126/2002	Pedro Simon e outros Senadores	Homenagens devido ao falecimento do ex-Senador Josaphat Marinho.	Aprovado
127/2002	Bernardo Cabral e outros Senadores	Solicitam seja realizada sessão especial do Senado, em data a ser marcada, destinada a homenagear o ex-Senador Josaphat Marinho, homem público que tanto honrou este Senado Federal.	Aprovado
128/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 69/2001.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
129/2002	Ronaldo Cunha Lima	Inversão da Ordem do Dia da sessão do dia 2.4.2002, a fim de que a matéria constante do item nº 4 (PLC nº 152/2001) seja apreciado em segundo lugar.	Aprovado
130/2002	Amir Lando	Preferência para o Substitutivo ao PDS nº 6/2002.	Aprovado
131/2002	Líderes (Governo, Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB e PTB)	Extinção de urgência para o PLC nº 4/2002.	Aprovado
132/2002	Paulo Souto	Preferência para votação da Emenda nº 1-CAE, oferecida ao PRS nº 3/2002.	Aprovado
133/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado do inciso IV do art. 23, constante do art. 1º da Emenda nº 1-CAE oferecida ao PRS nº 3/2002.	Retirado (RQS nº 134/2002)
134/2002	Romero Jucá	Retirada do RQS nº 133/2002.	Deferido
135/2002	Antônio Carlos Valadares	Adiamento da discussão da PEC nº 27/2001, a fim de ser feita na sessão do dia 10.4.2002.	Aprovado
136/2002	Geraldo Cândido	Voto de censura ao governo do Estado de Israel pela invasão militar da Cisjordânia/Palestina.	Aprovado
137/2002	Eduardo Suplicy, Paulo Hartung e Jefferson Péres	Solicitam, nos termos regimentais, que, por ocasião da vinda do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre a posição que o Governo brasileiro adotará frente às recentes medidas protecionistas implementadas pelo governo americano para beneficiar sua indústria siderúrgica possa também prestar esclarecimentos sobre posição que o Governo brasileiro adotará frente ao agravamento da situação entre palestinos e israelenses no Oriente Médio.	Aprovado
138/2002	Antonio Carlos Júnior	Homenagens pelo falecimento do jurista e ex-Senador Josaphat Marinho, na cidade de Salvador-Bahia.	Aprovado
139/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre as propriedades desapropriadas em Roraima para Reservas Indígenas, fazendo constar datas, valores pagos e dados dos processos pendentes de pagamento.	Deferido pela Mesa em 18.4.2002 Atendido (Aviso nº 477/2002-MJ, de 20.5)
140/2002	Waldeck Ornelas	Desapensamento do PRS nº 6/2002, que se encontra anexado ao PRS nº 81/99.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
141/2002	Tião Viana e Paulo Hartung	Convocação do Ministro da Saúde, Barjas Negri, para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre a participação de sua pasta na formulação da Política Nacional de Saneamento, tendo em vista o impacto para a saúde dos brasileiros dos atuais índices de cobertura apontados pela recente pesquisa nacional do próprio IBGE.	Prejudicado Art. 334 do RISF
142/2002	Roberto Requião	Votação nominal do PRS nº 9/2002.	Aprovado
143/2002	Carlos Bezerra	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre o cumprimento da autorização concedida à União para destinar o valor de 10% (dez por cento) do principal dos créditos recebidos antecipadamente da República da Polônia "ao Ministério da Defesa em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas de reaparelhamento", conforme o art. 5º da Resolução nº 24, de 2001, do Senado Federal.	Deferido pela Mesa em 18.4.2002 Atendido (Aviso nº 346/2002-MF, de 10.6)
144/2002	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o inquérito criminal instaurado pelo Ministério Público para apurar denúncias de racismo no Exército Brasileiro.	Deferido pela Mesa em 18.4.2002 Atendido (art. 157, I, do RISF)
145/2002	Francelino Pereira	Voto de congratulações ao Instituto Tancredo Neves, do PFL, na pessoa de seu Presidente, Deputado Vilmar Rocha, pelo êxito alcançado com o Prêmio Luís Eduardo Magalhães, bem como aos estudantes que se sagraram vencedores na quarta edição do Prêmio até agora realizadas, todos mencionados em discurso proferido por sua pessoa.	Prejudicado Art. 334 do RISF
146/2002	Pedro Simon	Publicação, dentro da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado", de homenagem ao ex-Senador Josaphat Marinho.	Tramitando
147/2002	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta dos PLS nºs 142/99 e 284/2001.	Aprovado
148/2002	Ademir Andrade	Homenagens de pesar pelo falecimento do Maestro Wilson Fonseca, saudoso Maestro Isoca, que era membro da Academia Paraense de Letras e também membro da Academia Paraense de Música.	Aprovado
149/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 14/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
150/2002	Moreira Mendes	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, relacionadas à Polícia Federal no Estado do Maranhão.	Deferido pela Mesa em 26.4.2002 Atendido (Aviso nº 502/2002-MJ, de 23.5)
151/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-Plen, oferecida ao PRS nº 69/2001, a fim de que seja inserida no texto da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva).	Aprovado
152/2002	Heloísa Helena	Votação nominal da Emenda nº 2-Plen, oferecida ao PRS nº 69/2001.	Rejeitado
153/2002	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão do PDS nº 299/2001, a fim de que seja feita na Sessão Deliberativa Ordinária de 22 de maio de 2002.	Aprovado
154/2002	Romeu Tuma e outros Senadores	Solicitam que a homenagem à memória de Ginetta Calliari, antes marcada para o dia 11.4.2002, seja realizada em data a ser oportunamente marcada.	Aprovado
155/2002 (3/2002-CAS)	Comissão de Assuntos Sociais	Sobrestamento da tramitação do PLS nº 103/2001.	Aprovado
156/2002	Geraldo Melo e outros Senadores	Solicitam que o PLC nº 6/2002 seja encaminhado ao exame da CCJ.	Retirado (RQS nº 229/2002)
157/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, da Presidência da República, relacionadas aos programas habitacionais na área rural.	Deferido pela Mesa em 14.5.2002 Atendido (Ofício nº 933/2002, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, de 31.5)
158/2002	Carlos Wilson	Dispensa de publicação do Parecer nº 247/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 93/2001.	Aprovado
159/2002	Chico Sartori	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre as providências da realização do Inquérito Soro-Epidemiológico no rebanho bovino do Estado de Rondônia.	Deferido pela Mesa em 26.4.2002 Atendido (Aviso nº 142/2002-MA, de 16.5)
160/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 9/2002.	Aprovado
161/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 21/2002.	Aprovado
162/2002	Carlos Patrocínio	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relativas aos recursos e à execução do "Projeto Alvorada" nos municípios do Estado do Tocantins.	Deferido pela Mesa em 26.4.2002 Atendido (Aviso nº 465/2002-MS, de 21.5)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
163/2002	Heloísa Helena	Audiência da CAS sobre os projetos 664/99 e 688/99 que tramitam em conjunto.	Aprovado
164/2002	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente do dia 13 de novembro de 2002 seja destinada a homenagear o centenário do nascimento do poeta maior, Carlos Drumond de Andrade.	Aprovado Homenagem prestada dia 31.10.2002
165/2002	Casildo Maldaner	Retirada do PRS nº 58/2000.	Aprovado
166/2002	Maguito Vilela	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a dívida pública do Estado de Goiás.	Deferido pela Mesa em 14.5.2002 Atendido (Aviso nº 359/2002-MF, de 25.6)
167/2002	Heloísa Helena e Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado do art. 1º do PLV nº 3/2002, apresentado à MPV nº 14/2001.	Rejeitado
168/2002	Heloísa Helena e Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado do art. 2º do PLV nº 3/2002, apresentado à MPV nº 14, de 2001.	Retirado (RQS nº 171/2002)
169/2002	Heloísa Helena e Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado do art. 4º do PLV nº 3/2002, apresentado à MPV nº 14, de 2001.	Retirado (RQS nº 172/2002)
170/2002	Heloísa Helena e Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado do art. 10 do PLV nº 3/2002, apresentado à MPV nº 14, de 2001.	Retirado (RQS nº 173/2002)
171/2002	Heloísa Helena	Retirada do RQS nº 168/2002.	Deferido
172/2002	Heloísa Helena	Retirada do RQS nº 169/2002.	Deferido
173/2002	Heloísa Helena	Retirada do RQS nº 170/2002.	Deferido
174/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PFL, Bloco PSDB/PPB e PMDB) e do Senador Pedro Simon	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PRS nº 10/2002.	Aprovado
175/2002	Eduardo Suplicy, Heloísa Helena e Artur da Távola	Votos de congratulações ao Dr. José Alexandre Xanana Gusmão, pela vitória na eleição para Presidente do Timor Leste e pelo nascimento deste novo País em 20 de maio de 2002.	Aprovado
176/2002	Geraldo Cândido	Votos de congratulações ao Timor Leste pela eleição do Exmo. Senhor Xanana Gusmão, para Presidente do País, no dia 14.4.2002.	Aprovado
177/2002	Waldeck Ornelas	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 68/2002.	Aprovado
178/2002	José Alencar e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 242/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
179/2002	Paulo Souto	Retirada de sua assinatura do Recurso nº 3/2002.	Deferido
180/2002	Antonio Carlos Júnior	Retirada de sua assinatura do Recurso nº 3/2002.	Deferido
181/2002	Lindberg Cury	Retirada de sua assinatura do Recurso nº 4/2002.	Deferido
182/2002	Casildo Maldaner	Retirada de sua assinatura do Recurso nº 4/2002.	Deferido
183/2002	Antonio Carlos Júnior	Retirada de sua assinatura do Recurso nº 4/2002.	Deferido
184/2002	Pedro Simon	Adiamento da votação da PEC nº 29/2002, a fim de que seja feita na Sessão Deliberativa Ordinária de 22.5.2002.	Rejeitado
185/2002	Osmar Dias	Retirada do PLS nº 123/2000-Complementar.	Aprovado
186/2002	Paulo Hartung	Reexame do PLS nº 34/2002 pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	Aprovado
187/2002	Líderes (PDT, PMDB, PFL, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PTB, PSB e PL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 26/99.	Aprovado
188/2002	Roberto Requião	Solicita autorização para que a biografia do ex-Senador José Ermírio de Moraes integre a coleção "Grandes Vultos que honraram o Senado".	Tramitando
189/2002	Edison Lobão	Voto de congratulações à empresa Coca-Cola, pelo transcurso, em 18.4.2002, de seus 60 anos de atuação no Brasil.	Aprovado
190/2002	João Alberto Souza	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, sobre projetos de irrigação Tabuleiros de São Bernardo e Baixada Ocidental Maranhense, localizados no Estado do Maranhão.	Deferido pela Mesa em 14.5.2002 Atendido (Ofício nº 354/2002-MIN, de 25.6)
191/2002	Romero Jucá	Preferência para votação da Emenda nº 1-Plen (Substitutivo) ao PRS nº 10/2002.	Aprovado
192/2002	Geraldo Cândido	Votação em globo do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95.	Aprovado
193/2002	Geraldo Cândido	Dispensa de publicação do Parecer nº 276/2002, para imediata discussão e votação da redação final do substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95.	Aprovado
194/2002	Artur da Távola	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do PDS nº 12/2002.	Aprovado
195/2002	Luiz Pontes	Licença para tratamento de saúde no período de 18 a 27.4.2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
196/2002	Luiz Pontes	Licença para tratar de interesse particular a partir do dia 28.4.2002, por um período de 111 (cento e onze) dias.	Aprovado
197/2002	Carlos Patrocínio	Retirada da PEC nº 37/2001.	Aprovado
198/2002	Tião Viana	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura, relacionadas à manutenção e ao desenvolvimento dos serviços do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal visando o controle e a erradicação da febre aftosa nos rebanhos do País.	Deferido pela Mesa em 14.5.2002 Atendido (Aviso nº 193/2002-MAPA, de 14.6)
199/2002	Tião Viana e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 31 de outubro de 2002 seja destinada a homenagear o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.	Aprovado Homenagem prestada
200/2002	Emilia Fernandes	Exame da CAS sobre o PLS nº 16/2001.	Aprovado
201/2002	Ricardo Santos	Tramitação conjunta dos PLS nºs 186/2001 e 62/2002.	Aprovado
202/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro de Desenvolvimento Agrário, relacionadas aos assentamentos feitos por aquele Ministério.	Deferido pela Mesa em 14.5.2002 Atendido (Ofício nº 138/2002-MDA, de 20.6)
203/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 16/2002.	Aprovado
204/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 17/2002.	Aprovado
205/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 18/2002.	Aprovado
206/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 19/2002.	Aprovado
207/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 67/2001.	Aprovado
208/2002	Emilia Fernandes	Dispensa de Parecer da CCJ sobre o PLS nº 133/99 e que o mesmo seja enviado à CAS.	Aprovado
209/2002	Lúcio Alcântara e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente do dia 11 de dezembro de 2002 seja destinada a homenagear os 95 anos de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, marco da arquitetura moderna mundial, que serão completados em 15.12.2002.	Aprovado Homenagem realizada
210/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 20/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
211/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 21/2002.	Aprovado
212/2002	Ricardo Santos	Retirada do PLS nº 269/2000.	Aprovado
213/2002	Romeu Tuma	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre a Companhia de Bebidas das Américas – AmBev.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Aviso nº 460/2002-MF, de 24.7)
213-A/2002	Jonas Pinheiro	Preferência para votação do PLV nº 14/2002, oferecido à MPV nº 14/2002.	Aprovado
214/2002	Roberto Freire	Destaque para votação em separado do art. 17 do PLV nº 14/2002.	Rejeitado
215/2002	Carlos Wilson	Preferência para apreciação do item 15 (Parecer nº 278/2002) antes do item 3 (PEC nº 5/2002), da pauta da Sessão Deliberativa Ordinária de 24.4.2002.	Aprovado
216/2002	Sebastião Rocha	Preferência para apreciação do item nº 14 (Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/99) antes do item 3 (PEC nº 5/2002), da pausa da Sessão Deliberativa Ordinária de 24.4.2002.	Aprovado
217/2002	Líderes (PDT, PMDB, Bloco PSDB/PPB, PL e PFL)	Extinção de urgência do Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/99.	Aprovado
218/2002	Sebastião Rocha	Adiamento da votação do Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/2002.	Aprovado
219/2002	Francelino Pereira	Adiamento da discussão do PLS nº 70/2002 para o dia 29 de maio de 2002.	Aprovado
220/2002	Romero Jucá	Adiamento da discussão do PLS nº 71/2002 para o dia 6 de junho de 2002.	Aprovado
221/2002	José Alencar, Francelino Pereira e Arlindo Porto	Realização de sessão solene do Congresso Nacional no dia 12 de setembro de 2002, destinada a homenagear o Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.	Prejudicado Art. 334 do RISF
222/2002	Bello Parga	Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 2 de abril de 2002.	Aprovado
223/2002	Roberto Requião	Voto de solidariedade ao povo e ao governo argentinos, e de repúdio ao comportamento do Governo dos Estados Unidos da América, representado pelo seu Tesouro Nacional e pelo Fundo Monetário Internacional.	Prejudicado Art. 334 do RISF
224/2002	Romero Jucá	Adiamento da discussão do PLS nº 72/2002 para o dia 6 de junho de 2002.	Aprovado
225/2002	Tião Viana	Adiamento da discussão do PDS nº 1/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 5 de junho de 2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
226/2002	Pedro Simon	Voto de pesar pelo falecimento do médico pediatra Dr. Rinaldo de Lamare.	Aprovado
227/2002	Líderes (PMDB, PTB, Governo e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 151/2002.	Aprovado
228/2002	Ramez Tebet e outros Senadores	Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 15 de maio de 2002, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional de combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000.	Aprovado
229/2002	Geraldo Melo	Retirada do RQS nº 156/2002.	Aprovado
230/2002	Antônio Carlos Valadares	Dispensa de publicação do Parecer nº 315/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 16/99.	Aprovado
231/2002	Carlos Wilson	Homenagens em face do falecimento do Prefeito de Gravatá, em Pernambuco, Sr. Sebastião Martiniano, ocorrido no último dia 27 de abril de 2002.	Aprovado
232/2002	Antero Paes de Barros	Tramitação conjunta dos PLS nº 178/2001 e 15/2002.	Aprovado
233/2002	Carlos Wilson	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 329/2002.	Aprovado
234/2002	Carlos Wilson	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 330/2002.	Aprovado
235/2002	Mozarildo Cavalcanti	Voto de congratulações a Sua Santidade o Papa João Paulo II, pelo transcurso do seu octogésimo segundo aniversário, a transcorrer no próximo dia 18 de maio de 2002.	Aprovado
236/2002	Maguito Vilela	Voto de congratulações ao treinador da Seleção Brasileira, Luiz Filipe Scolari.	Prejudicado Art. 334 do RISF
237/2002	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relacionadas ao pagamento de serviços da Dívida brasileira junto ao Grupo Banco Mundial, entre os anos de 1990 e 2002.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Atendido (Aviso nº 407/2002-MF, de 5.7)
238/2002	Antônio Carlos Valadares	Inversão da pauta dos trabalhos, a fim de que a matéria constantes do item nº 3 (PEC nº 4/2002 – votação nominal) seja apreciada antes do item nº 2 (PEC nº 5/2002 – votação nominal).	Aprovado
239/2002	Luiz Otávio e outros Senadores	Solicitam que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 4.6.2002 seja destinado a homenagear os 60 anos de criação da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD.	Aprovado Homenagem realizada

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
240/2002	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações a Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, pelo trabalho abnegado à frente da arquidiocese de Goiânia, Estado de Goiás.	Prejudicado Art. 334 do RISF
241/2002	Maguito Vilela	Voto de regozijo e congratulações a Dom Washington Cruz, novo Arcebispo de Goiânia, Estado de Goiás.	Prejudicado Art. 334 do RISF
242/2002	Geraldo Cândido	Pedido de informações, ao Ministro do Meio Ambiente, a respeito da implementação da usina hidrelétrica de Itacoara, no Estado do Rio de Janeiro.	Retirado (RQS nº 290/2002)
243/2002	Freitas Neto	Homenagens pelo falecimento do Deputado Estadual Elias Ximenes do Prado Júnior.	Aprovado
244/2002	Antônio Carlos Valadares e Gerson Camata	Inversão da Ordem do Dia da sessão de 9.5.2002, a fim de que a matéria constante do item nº 7 (PLC nº 6/2002), seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.	Aprovado
245/2002	Moreira Mendes e outros Senadores	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para a PEC nº 19/2002, aprovada CCJ, para sua inclusão em Ordem do Dia.	Aprovado
246/2002	Moreira Mendes	Convocação do Ministro do Meio Ambiente para, perante o Senado Federal, prestar esclarecimentos sobre a aplicação da Medida Provisória nº 2.166-67 e outros relacionados ao setor agrícola.	Prejudicado Art. 334 do RISF
247/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, por intermédio da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sobre a coleta de sangue de índios Yanomamis por pesquisadores estrangeiros.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Atendido (Aviso nº 676/2002-MJ, de 4.7)
248/2002 (nº 13/2002-CFC)	Comissão de Fiscalização e Controle	Pedido de remessa ao Senado Federal, pelo Ministério da Fazenda, através do Banco Central, de cópia do relatório de auditoria executada no Banco do Estado do Ceará que embasou o processo de saneamento daquela Instituição Financeira.	Deferido pela Mesa em 29.5.2002 Aguardando atendimento
249/2002	Pedro Simon	Tramitação conjunta dos PLS nºs 47 e 124/2002.	Aprovado
250/2002	Antônio Carlos Valadares	Votação em separado do art. 8º do PLS nº 105/2002, para adequação ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1988 (exclusão de cláusula revogatória genérica).	Aprovado
251/2002	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 362/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 105/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
252/2002	Ademir Andrade	Voto de congratulações pelo início das atividades da Emissora de Televisão Nazaré.	Aprovado
253/2002	Ramez Tebet	Solicita autorização para desempenhar missão, no período de 25 a 22.5.2002, integrando a comitiva presidencial em visita oficial ao Reino da Espanha, ao Estado da Cidade do Vaticano e à República Italiana, a convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.	Aprovado
254/2002	Sebastião Rocha	Tramitação conjunta dos PLS nºs 510 e 63/99.	Aprovado
255/2002	Lúcio Alcântara	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 363/2002, a fim de que o PDS nº 17/2002 conste da Ordem do Dia.	Aprovado
256/2002	Carlos Wilson	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 364/2002, a fim de que o PDS nº 104/2002 conste da Ordem do Dia.	Aprovado
257/2002	Lúcio Alcântara	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 365/2002, a fim de que o PDS nº 133/2002 conste da Ordem do Dia.	Aprovado
258/2002	Lúcio Alcântara	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 366/2002, a fim de que o PDS nº 173/2002 conste da Ordem do Dia.	Aprovado
259/2002	Heloísa Helena	Homenagens de pesar pelo falecimento da Irmão Helena, nascida na cidade de Drempt, Holanda, e batizada com o nome de Gerharda Maria Bendino Vredegoor, ocorrido no dia 5.5.2002.	Aprovado
260/2002	Pedro Simon e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do ambientalista José Lutzemberger, ocorrido dia 14.5.2002, na Santa Casa de Porto Alegre, aos 75 anos de idade.	Aprovado
261/2002	Álvaro Dias e Geraldo Althoff	Adiamento da discussão da PEC nº 42/2000, a fim de ser feita na sessão do dia 22.5.2002.	Aprovado
262/2002	Romero Jucá	Adiamento da discussão do PLS nº 106/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 28.5.2002.	Aprovado
263/2002	CPI criada pelo RQS nº 22/2001 (das ONGs)	Prorrogação do prazo da Comissão até 15.12.2002.	Deferido O RQS contém subscritores suficientes para produzir seus efeitos (art. 152) Deferido

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
264/2002	Romero Jucá e Emilia Fernandes	Adiamento da discussão do PLS nº 107/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 28.5.2002.	Aprovado
265/2002	Artur da Távola	Reexame da CCJ sobre a PEC nº 8/2001.	Aprovado
266/2002	Mauro Miranda	Homenagens pelo falecimento do Dr. E-derval Caiado.	Deferido
267/2002	Álvaro Dias	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, relativas às ações adotadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) e pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDB), no que concerne às denúncias apresentadas contra a Mercedes-Benz do Brasil do Grupo Daimler Chrysler suposta infração à ordem econômica no setor de consórcios, práticas que configuram o abuso do poder econômico contra a sua rede de concessionárias e irregularidades referentes ao recall discreto executado por sua rede.	Tramitando
268/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 24/2002.	Aprovado
269/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 25/2002.	Aprovado
270/2002	Lúcio Alcântara e Romero Jucá	Dispensa de interstício para imediata apreciação da MSF nº 129/2002.	Aprovado
271/2002	Mauro Miranda	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 386/2002 sobre a MSF nº 139/2002, a fim de que a mesma conste da Ordem do Dia.	Aprovado
272/2002	Geraldo Althoff	Licença, nos termos do art. 43, I, do RISF, no período de 21 a 30.5.2002, para tratamento de saúde.	Aprovado
273/2002	Geraldo Althoff	Licença, nos termos do art. 43, II, do RISF, no período de 31.5 a 18.9.2002, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
274/2002	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão da PEC nº 5/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 4.6.2002.	Retirado (RQS nº 275/2002)
275/2002	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 274/2002.	Deferido
276/2002	Líderes (Governo, PFL, Bloco de Oposição, PSB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 112/2001.	Aprovado
277/2002	Francelino Pereira	Homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Vera Tamem de Andrada, ocorrido dia 19.5, em Barbacena, Estado de Minas Gerais.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
278/2002	Líderes (PFL, PMDB, Bloco PSDB/PPB, PTB, Bloco de Oposição, PDT, PSB e PL)	Solicitam seja submetido ao Plenário, em caráter excepcional, calendário para tramitação da PEC nº 18/2002 (nº 407/2001, na Câmara dos Deputados), que trata da CPMF. (Calendário: Vide DSF de 22.5.2002, página 8785).	Aprovado
279/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 289/2002.	Aprovado
280/2002	Comissão de Educação	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 154/2002.	Aprovado
281/2002	Sebastião Rocha	Tramitação conjunta dos PLS nºs 265/99 e 167/2001.	Aprovado
282/2002	Geraldo Melo	Retirada da PEC nº 21/2002.	Aprovado
283/2002	Artur da Távola, José Agripino e Geraldo Melo	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 22.5.2002, 14h30, a fim de que as matérias constantes dos itens 6 (PEC nº 5/2002), 9 (Parecer nº 385/2002), e 10 (Parecer nº 386/2002), sejam apreciadas em 1º, 2º e 3º lugares.	Aprovado
284/2002	Bernardo Cabral	Preferência para apreciação da matéria constante do item 2 (PEC nº 29/2001), antes do item nº 1 (PEC nº 1/2001), da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 22.5.2002, 14h30.	Aprovado
285/2002	Luiz Otávio	Destaque para votação em separado da expressão " Pará ", constante da parte final do § 11 do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 1º da PEC nº 29/2001.	Aprovado
286/2002	Sebastião Rocha, José Sarney e Gilvam Borges	Destaque para votação em separado da expressão " Amapá ", constante da parte final do § 11 do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pelo art. 1º da PEC nº 29/2001.	Aprovado
287/2002	Renan Calheiros	Preferência para apreciação da matéria constante do item nº 5 (PEC nº 4/2002), antes da matéria constante do item nº 8 (PEC nº 19/2002), da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 22.5.2002, 14h30.	Rejeitado
288/2002	José Eduardo Dutra	Reexame da CRE sobre o PDS nº 299/2001.	Aprovado
289/2002	Maria do Carmo Alves	Tramitação conjunta do PLC nº 30/2002, com o PLS nº 9/2002.	Aprovado
290/2002	Geraldo Cândido	Retirada do RQS nº 242/2002.	Deferido

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
291/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de cópias, ao Ministro da Educação, dos relatórios das auditorias realizadas atendendo as sugestões da Comissão de Sindicância, constituída pela Portaria 366/2001, destinada a apurar irregularidades na aplicação dos recursos provenientes do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Ofício nº 95/2002-ME, de 18.7)
292/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, sobre as prestações de contas dos convênios 220/99 e 531/99, firmados com a Prefeitura Municipal de Barra do Corda – MA.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Ofício nº 396/2002-MIN, de 25.7)
293/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de cópia, ao Ministro da Educação, do relatório da auditoria realizada no município de Barra do Corda – MA, sobre a aplicação dos recursos repassados àquele ente da Federação nos últimos anos.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Ofício nº 106/2002-ME, de 2.8)
294/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB.	Tramitando
295/2002	Álvaro Dias	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 419/2002.	Aprovado
296/2002	Álvaro Dias	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 420/2002.	Aprovado
297/2002	Osmar Dias	Retirada do PLS nº 237/2000.	Aprovado
298/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do Presidente de honra do Pcdob, senhor João Amazonas de Souza Pedroso.	Aprovado
299/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de cópia, ao Ministro da Fazenda, do relatório final elaborado pela Comissão criada através da Portaria Ministerial nº 369/2001, assim como informações a ele relacionadas.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Aviso nº 484/2002-MF, de 8.8)
300/2002	José Sarney e outros Senadores	Realização de Sessão Especial, no dia 12.6.2002, às 10h, com a finalidade de dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República.	Aprovado Sessão realizada às 12h do dia 12.6.2002
301/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 26/2002.	Aprovado
302/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 27/2002.	Aprovado
303/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PRS nº 29/2002.	Aprovado
304/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PRS nº 28/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
305/2002	Edison Lobão	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 455/99.	Prejudicado Art. 334 do RISF
306/2002	Edison Lobão	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 543/99.	Retirado (RQS nº 329/2002)
307/2002	Ari Stadler	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre a compatibilidade entre o nível de endividamento das empresas concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica e o montante de investimentos por elas efetivamente realizados e sobre a possibilidade de o volume de dividendos e de lucros pagos a acionistas virem a prejudicar a performance operacional das concessionárias.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Aviso nº 166/2002-MC, de 16.10)
308/2002	Ari Stadler	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre a compatibilidade entre o nível de endividamento das empresas concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica e o montante de investimentos por elas efetivamente realizados e sobre a possibilidade de o volume de dividendos e de lucros pagos a acionistas virem a prejudicar a performance operacional das concessionárias.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Aviso nº 166/2002-MME, de 24.7, solicitando mais prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 188/2002-MME, de 13.8)
309/2002	Ari Stadler	Pedido de informações, ao Ministro da fazenda, sobre os fatos relatados em matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo, de 12 de maio de 2002, sob o título "Privatizada se Endivida para Embolsar Lucro".	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Aviso nº 461/2002-MF, de 24.7)
310/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, relacionadas ao assassinato de Francisco Assis de Araújo, Cacique do povo Xucuru.	Deferido pela Mesa em 20.6.2002 Atendido (Aviso nº 766/2002-MJ, de 23.7)
311/2002	Lúcio Alcântara	Voto de pesar pelo falecimento da jornalista Carmem Kozak.	Aprovado
312/2002	Artur da Távola e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente de uma sessão, com data a ser definida posteriormente, seja destinada a homenagear a memória de João Amazonas.	Aprovado
313/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do senhor Mário Lago, ocorrido no dia 27.5.2002, vítima de enfisema pulmonar.	Aprovado
314/2002	Roberto Saturnino	Homenagens pelo falecimento do Embaixador José Sette Câmara, ocorrido dia 30.5.2002.	Aprovado
315/2002	Eduardo Siqueira Campos e Jonas Pinheiro	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 475/2002, sobre o PDS nº 171/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
316/2002	Lindberg Cury	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 476/2002, sobre o PDS nº 176/2002.	Aprovado
317/2002	Lindberg Cury	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Parecer nº 474/2002, sobre o PDS nº 45/2002.	Aprovado
318/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, PTB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 48/2002.	Aprovado
319/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL e PTB) e Senadores Moreira Mendes e Mauro Miranda	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 116/2001.	Aprovado
320/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Urgência para o PLC nº 147/2002.	Aprovado
321/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 164/2002.	Aprovado
322/2002	Artur da Távola, Romero Jucá e José Agripino	Preferência para apreciação da PEC nº 18/2002 (item nº 7) antes do item 5 (PEC nº 4/2002), constantes da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 4.6.2002.	Aprovado
323/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da expressão "...do caput do novo art. 84, proposto no art. 3º, da PEC nº 18/2002.	Aprovado
324/2002	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 85 das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 4º da PEC nº 18/2002.	Aprovado
325/2002	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado do art. 3º da PEC nº 18/2002.	Aprovado
326/2002	Moreira Mendes e outros Senadores	Solicita seja submetido calendário para tramitação da PEC nº 19/2002, da sua importância.	Aprovado
327/2002	Romeu Tuma	Destaque para votação em separado, no art. 3º do PLS nº 106/2002, da expressão "militar", constante do inciso VII do § 2º, do art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Aprovado
328/2002	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre contratos e convênios entre o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial (FUNCATE).	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Atendido (Aviso nº 227/2002-MD, de 21.8)
329/2002	Edison Lobão	Retirada do RQS nº 306/2002.	Deferido

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
330/2002	Líderes (Governo, PFL, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 113/2001.	Aprovado
331/2002	Emilia Fernandes	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 5.6.2002, a fim de que as matérias constantes dos itens nºs 5 (PDS nº 1/2002), 6 (PDS nº 152/2002), 7 (PDS nº 34/2002, 8 (PDS nº 37/2002), 9 (PDS nº 45/2002), 10 (PDS nº 52/2002 e 11 (PDS nº 171/2002), sejam apreciados antes do item nº 1(PEC nº 3/2002).	Aprovado
332/2002	Nabor Júnior e doutros Senadores	Adiamento da discussão do PDS nº 1/2002, a fim de ser reexaminado pela CRE.	Rejeitado
333/2002	Romero Jucá	Preferência para apreciação da matéria constante do item 1 (PEC nº 3/2002), antes dos itens nº 7 (PDS nº 34/2002), 3 (Parecer nº 434/2002), e 4 (Parecer nº 435/2002), constantes da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Extraordinária do dia 5.6.2002.	Aprovado
334/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-CCJ, oferecida à PEC nº 3/2002.	Aprovado
335/2002	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 2-CCJ, oferecida à PEC nº 3/2002.	Aprovado
336/2002	Antônio Carlos Valadares e outros Senadores	Solicitam que a Sessão Especial do Senado, com a finalidade de dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República, prevista para o dia 12.6.2002, às 10h, seja realizada às 12h do mesmo dia.	Aprovado
337/2002	Moreira Mendes	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 6.6.2002, a fim de que a matéria constante do item nº 4 (PRS nº 30/2002, seja apreciado em segundo lugar.	Aprovado
338/2002	Nabor Júnior	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 6.6.2002, a fim de que a matéria constantes do item nº 9 (PDS nº 97/2002).	Aprovado
339/2002	Emilia Fernandes e Lúdio Coelho	Homenagens pelo falecimento de Arcanjo Antonio Lopes do Nascimento, o jornalista Tim Lopes.	Aprovado
340/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do art. 43 da PEC nº 29/2000	Aprovado
341/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do art. 26 da PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
342/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do art. 27 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
343/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso XII do art. 93 da Constituição Federal, alterado pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
344/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso VIII do art. 93 da Constituição Federal, alterado pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
345/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso III do art. 95 da Constituição Federal, alterado pelo art. 8º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
346/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado da alínea c do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, alterado pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
347/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado da alínea d do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, alterado pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
348/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado da alínea q do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, alterado pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
349/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso X do art. 103-B da Constituição Federal, introduzido pelo art. 15 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
350/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso XI do art. 103-B da Constituição Federal, introduzido pelo art. 15 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
351/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, introduzido pelo art. 15 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
352/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso IV do art. 130-A da Constituição Federal, introduzido pelo art. 35 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
353/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, introduzido pelo art. 35 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
354/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso IV do § 3º art. 130-A da Constituição Federal, introduzido pelo art. 35 da PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
355/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado da alínea c do inciso I do § 5º do art. 128 da Constituição Federal, alterado pelo art. 33 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
356/2002	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Destaque para votação em separado do inciso VII, do art. 93, da Constituição Federal, alterado pelo art. 9º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
357/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Esporte e Turismo, sobre os convênios firmados entre o INDESP e os diversos entes da federação, no período de 1998 a 2000.	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Atendido (Aviso nº 104/2002-MET, de 1º.8)
358/2002	Carlos Bezerra	Dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos da MSF nº 148/2002.	Aprovado
359/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 31/2002.	Aprovado
360/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 33/2002.	Aprovado
361/2002	Edison Lobão	Inclusão em Ordem do Dia das Emendas da Câmara ao PDS nº 1/97.	Prejudicado em virtude da aprovação do RQS nº 371/2002
362/2002	Marluce Pinto e Carlos Wilson	Voto de pesar pelo falecimento do jornalista Tim Lopes, acompanhado de veemente repúdio ao crime organizado, que brutal e covardemente retira de nosso convívio mais um cidadão de bem.	Aprovado
363/2002	Wellington Roberto	Retirada do PLS nº 128/2001.	Aprovado
364/2002	Tião Viana	Destaque para votação em separada da Emenda nº 2-Plen, oferecida ao PLC nº 116/2001.	Aprovado
365/2002	Tião Viana	Destaque para votação em separado da Emenda nº 3-Plen, oferecida ao PLC nº 116/2001.	Aprovado
366/2002	Heloísa Helena	Preferência para apreciação do PLC nº 147/2001 antes do seu Substitutivo.	Rejeitado
367/2002	Bernardo Cabral	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 11.6.2002, a fim de que a matéria constante do item nº 4 (PDS nº 97/2002) seja apreciada antes da constante do item nº 3 (PDS nº 18/2000).	Aprovado
368/2002	Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado da expressão: "... bombeiro militar ...", constante do inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, constante do art. 3º do PLS nº 106/2002.	Aprovado
369/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 35/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
370/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 36/2002.	Aprovado
371/2002	Líderes (PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, III, do RISF, para as Emendas da Câmara ao PDS nº 1/1997.	Aprovado
372/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 37/2002.	Aprovado
373/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 32/2002.	Aprovado
374/2002	Waldeck Ornelas	Audiência da CAE sobre o PLS nº 273/2001.	Aprovado
375/2002	Moreira Mendes	Retirada do PLS nº 86/2002.	Aprovado
376/2002	Líderes (PMDB, Bloco PSDB/PPB, Governo, PFL) e Gerson Camata	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 106/2001.	Aprovado
377/2002	Ramez Tebet e Artur da Távola	Manifestação de irrestrito apoio e reconhecimento, ao Primeiro-Ministro Kjell Magne Bondevik, Presidente do Parlamento da Noruega, pelo proficiente trabalho realizado pela "Pastoral da Criança" em prol da sociedade brasileira, com vistas a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.	Aprovado
378/2002	Osmar Dias	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores, acerca da reunião da "Cúpula Mundial da Alimentação: 5 anos depois" e dos compromissos assumidos pelo Brasil naquele evento.	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Atendido (Aviso nº 5/2002-MRE, de 6.8)
379/2002	Heloísa Helena	Adiamento da votação do Substitutivo ao PLS nº 449/99, a fim de ser feita na sessão deliberativa de 27 de agosto de 2002.	Aprovado
380/2002 (nº 7/2002-CRE)	Roberto Saturnino e outros Senadores	Moção de República ao uso de armas de destruição em massa, comunicando aos parlamentares da Índia e do Paquistão o apelo da Comissão de Relações Exteriores do Senado Brasileiro para que os conflitos entre os dois países sejam resolvidos pacificamente, pela negociação, pela intermediação, sem guerra e sem cogitar do uso de armas atômicas.	Aprovado
381/2002	Iris Rezende e Mauro Miranda	Homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal, Juarez Bernardes.	Aprovado
382/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, a serem fornecidas pela Caixa Econômica Federal, sobre o número de habitações do Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) quitadas em Goiás, inclusive pelo Governo daquele Estado, bem como o valor pago e discriminado por município.	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Atendido (Aviso nº 479/2002-MF, de 2.8)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
383/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Defesa, sobre as causas e circunstâncias do acidente envolvendo o avião King Air, modelo E-90, prefixo PP-EFC, pertencente ao Governo do Estado de Goiás, ocorrido no dia 30 de maio de 2002.	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Atendido (art. 157, I, do RISF) Arquivado
384/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o pagamento da complementação remuneratória aos policiais do Estado de Goiás que trabalham na região do Entorno do Distrito Federal, dentro do Plano Nacional de Segurança Pública.	Deferido pela Mesa em 28.6.2002 Aviso nº 810/2002-MJ, de 5.8, solicitando mais prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 897/2002-MJ, de 28.8)
385/2002	Carlos Bezerra	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 243/2001.	Tramitando
386/2002	Carlos Bezerra	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 273/2001.	Prejudicado pela aprovação do RQS nº 374/2002)
387/2002	Eduardo Suplicy	Solicita seja enviado ao governo israelense um apelo para que reconsidere sua decisão de construir um muro para separar o norte do Estado de Israel da Cisjordânia.	Prejudicado Art. 334 do RISF
388/2002	Heloísa Helena	Adiamento da discussão do PRS nº 10/2001, a fim de ser feita na sessão do dia 25 de junho de 2002.	Aprovado
389/2002	Ricardo Santos	Dispensa de publicação do Parecer nº 602/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 123/2001.	Aprovado
390/2002	Luiz Otávio e Fernando Ribeiro	Homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Tebet, irmão do Senador Ramez Tebet.	Aprovado
391/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PSB, PMDB, Bloco PSDB/PPB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 53/2002.	Aprovado
392/2002	Iris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 605/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 116/2002.	Aprovado
393/2002	Iris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 606/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 117/2002.	Aprovado
394/2002	Líderes (PMDB e PFL) e Senador Ney Suassuna	Extinção de urgência para as Emendas da Câmara ao PDS nº 1/97.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
395/2002	Marina Silva	Inversão da Ordem do Dia para apreciação das matérias constantes dos itens 22 (PDS nº 34/93) e 23 (PDS nº 164/2002) antes do item nº 3 (PEC nº 29/2000).	Aprovado
396/2002	Eduardo Siqueira Campos	Autorização para afastar-se do País, em missão para a qual foi designado, no período de 10 a 14.6.2002, para representar o Senado Federal no Vértice Mundial da Alimentação, em Roma – Itália.	Aprovado
397/2002	Álvaro Dias	Retirada do PLS nº 155/2002.	Aprovado
398/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB) e Mauro Miranda	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLS nº 16/2001.	Aprovado
399/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 52/2002.	Aprovado
400/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PMDB, PTB, Bloco de Oposição, PDT, PSB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 62/2002.	Aprovado
401/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PMDB, PTB, Bloco de Oposição, PDT, PSB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 63/2002.	Aprovado
402/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PMDB, PTB, Bloco de Oposição, PDT, PSB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 64/2002.	Aprovado
403/2002	Líderes (Governo, PDT, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 65/2002.	Aprovado
404/2002	Líderes (Governo, PDT, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 66/2002.	Aprovado
405/2002	Gerson Camata	Dispensa de publicação Parecer nº 617/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 28/2002.	Aprovado
406/2002	Carlos Bezerra	Inclusão em Ordem do Dia do PLS nº 242/2001.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
407/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de encaminhamento, pelo Ministro da Educação, de cópia do relatório elaborado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constituída através da Portaria 701, de 22/3/2002, destinada a apurar irregularidades no âmbito do Centro Federal de Educação Tecnológica, do município de Tucuruí – PA, conforme processo 23000.001435/2002-47.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Ofício nº 165/2002-MME, de 25.9)
408/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de encaminhamento, pelo Ministro da Saúde, de cópia do processo 25.00011640/2001-65, que versa sobre a realização de auditoria no município de Lagoa Grande – PE.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Aviso nº 874/2002-MS, de 12.9)
409/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, relacionadas aos imóveis desapropriados no Estado do Maranhão, para fins de reforma agrária.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Ofício nº 323/2002-MDA, de 6.11)
410/2002	Líderes (PDT, PMDB, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição), Pedro Simon e Waldeck Ornelas	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 68/2002.	Aprovado
411/2002	Líderes (Governo, PFL, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 61/2002.	Aprovado
412/2002	Líderes (PFL, Governo, Bloco PSDB/PPB e PMDB) e Francelino Pereira	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 72/2002.	Aprovado
413/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB) e Francelino Pereira	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 67/2002.	Aprovado
414/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB) e Francelino Pereira	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 73/2002.	Aprovado
415/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, Bloco de Oposição, PMDB e PTB) e Waldeck Ornelas	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 74/2002.	Aprovado
416/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB) e Francelino Pereira	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 75/2002.	Aprovado
417/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB) e Francelino Pereira	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 76/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
418/2002	Paulo Hartung	Adiamento da discussão do PRS nº 10/2001, para reexame da CCJ.	Rejeitado
419/2002	Eduardo Suplicy	Voto de pesar pelo falecimento do publicitário Carlito Maia.	Aprovado
420/2002	Eduardo Siqueira Campos e Lindberg Cury	Homenagens pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Goiás e ex-Senador Henrique Santillo.	Aprovado
421/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre os critérios adotados pela Polícia Federal para considerar procedente uma denúncia e a partir dela abrir uma investigação contra o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e contra o Partido dos Trabalhadores com base em denúncias elaboradas por um suposto ex-prefeito de São Bernardo de nome Fernando Tenório Cavalcante.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Aviso nº 935/2002-MJ, de 11.9)
422/2002	Francelino Pereira e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Roberto Drumond.	Aprovado
423/2002	Antônio Carlos Valadares	Tramitação conjunta dos PLS nºs 128 e 22/2002-Complementares.	Aprovado
424/2002	CPI criada pelo RQS bº 146/2001	Prorrogação do prazo da CPI por mais 180 (cento e oitenta) dias.	O RQS contém nº de subscritores suficiente para surtir o seus efeitos (art. 152 do RISF), Deferido
425/2002	Iris Rezende, Maguito Vilela e Mauro Miranda	Homenagens pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Goiás e ex-Senador da República Henrique Santillo, ocorrido na cidade de Anápolis, Goiás em 25 de junho de 2002.	Aprovado
426/2002	Líderes (Governo, Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PTB, PMDB e PFL) e Senador Romeu Tuma	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 69/2002.	Aprovado
427/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RSIF, para o PRS nº 39/2002.	Aprovado
428/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 42/2002.	Aprovado
429/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RSIF, para o PRS nº 43/2002.	Aprovado
430/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RSIF, para o PRS nº 44/2002.	Aprovado
431/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RSIF, para o PRS nº 45/2002.	Aprovado
432/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RSIF, para o PRS nº 46/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
433/2002	Líderes (PFL, Governo, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 47/2002.	Aprovado
434/2002	Líderes (PFL, Governo, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 48/2002.	Aprovado
435/2002	Leomar Quintanilha	Adiamento da discussão da PEC nº 55/2001, a fim de ser feita na sessão do dia 28 de agosto de 2002.	Aprovado
436/2002	Líderes (PTB, Governo, Bloco PSDB/PPB, PMDB e PFL) e Senador Arlindo Porto	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 49/2002.	Aprovado
437/2002	Líderes (PMDB, Bloco PSDB/PPB, PFL e PDT)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 4/2002.	Aprovado
438/2002	Carlos Wilson	Reconstituição do processado do PRS nº 6/2001.	Deferido
439/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 196/2002.	Aprovado
440/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 197/2002.	Aprovado
441/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 198/2002.	Aprovado
442/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, Bloco de Oposição e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 199/2002.	Aprovado
443/2002	Francisco Escórcio	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, junto à CVM, relacionadas à Companhia Lafarge Gypsum.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Aviso nº 562/2002-MF, de 10.9)
444/2002	Francisco Escórcio	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, junto ao CADE, relacionadas à Companhia Lafarge Gypsum.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Atendido (Aviso nº 907/2002-MJ, de 6.9)
445/2002	Romeu Tuma	Retirada da Emenda nº 1-Plen, oferecida ao PLC nº 110/2001.	Aprovado
446/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre a aplicação de recursos pagos à Comunidade Waimiri-Atroari.	Deferido pela Mesa em 7.8.2002 Aviso nº 930/2002-MJ, de 11.9, solicitando mais prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 1.055/2002-MJ, de 9.10)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
447/2002	Antônio Carlos Valadares	Voto de pesar pelo falecimento do jornalista Roberto Batista, ocorrido no Estado de Sergipe.	Aprovado
448/2002	Waldeck Ornelas	Adiamento da discussão da PEC nº 22/2002, para reexame da CCJ.	Aprovado
449/2002	Romeu Tuma	Dispensa de publicação do Parecer nº 731/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 42/1999.	Aprovado
450/2002	Roberto Saturnino	Dispensa de publicação do Parecer nº 732/2002, para imediata discussão e votação, da redação final do PRS nº 32/2002.	Aprovado
451/2002	Eduardo Suplicy	Dispensa de publicação do Parecer nº 733/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 34/2002.	Aprovado
452/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB) e do Senador Moreira Mendes	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 36/99.	Aprovado
453/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, PMDB e Bloco de Oposição) e Senador Romero Jucá	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 200/2002.	Aprovado
454/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PFL, PMDB e Bloco de Oposição) e Senador Romero Jucá	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 201/2002.	Aprovado
455/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PL, PFL, Governo, Bloco PSDB/PPB e PDT)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 202/2002.	Aprovado
456/2002	Líderes (PFL, PMDB, PL, Bloco PSDB/PPB, PTB, PDT e Bloco de Oposição)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 51/2002.	Aprovado
457/2002	Francelino Pereira	Voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dalva Motta Costa, Presidente do Conselho de Sócios do Diário do Comércio/Jornal da Casa, ocorrido no dia 19 de junho de 2002, em Belo Horizonte.	Aprovado
458/2002	José Fogaça	Tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/11, 15 e 17/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
459/2002	Francisco Escórcio	Solicita, nos termos regimentais, que a Procuradoria Parlamentar tome as providências a seu cargo previstas nos incisos I e II do § 3º do mesmo artigo, visando à proteção da imagem e da honra do Senador João Alberto de Souza, atingidas pelas matérias: “Klinger, um nome que liga dois escândalos”, publicada no jornal Correio Braziliense, em 26 de junho de 2002, e Escândalo de Santo André – MP pede prisão de sobrinho do senador João Alberto, publicada no sítio do Jornal Pequeno, de São Luís – MA (Internet), na mesma data.	Despachado aos procuradores parlamentar, nos termos da Resolução nº 40/95 (DSF de 2.7.2002, página 14588)
460/2002	Ramez Tebet	Homenagens de pesar devido ao falecimento de Francisco Cândido Xavier.	Aprovado
461/2002	Bernardo Cabral	Homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Ferreira Neto, pioneiro nos debates pela volta do Estado Democrático de Direito no País.	Aprovado
462/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Convocação, para comparecer no Plenário do Senado Federal, do Ministro da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre os termos da negociação que está se realizando em Washington, entre os membros do governo brasileiro e do Fundo Monetário Internacional – FMI.	Aprovado Aprovado, posteriormente, o RQS nº 725/2002, transferindo a audiência para a sala da CAE
463/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o repasse de recursos do DENATRAN para a campanha de Educação no Trânsito.	Deferido pela Mesa em 30.10.2002 Aviso nº 1.524/2002, de 3.12, solicitando mais prazo para atendimento Aguardando atendimento
464/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre a utilização intensiva de equipamentos eletrônicos na fiscalização de trânsito, a cargo do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).	Deferido pela Mesa em 7.11.2002 Aviso nº 125/2002, de 5.12, solicitando mais prazo para atendimento Aviso nº 1.625/2002-MJ, solicitando novo prazo.-Prejudicado (Art. 334 do RISF)
465/2002	Mauro Miranda	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, sobre providências tomadas para solução da insuficiência de farmacêuticos nos quadros do SUS e o exercício ilegal da profissão.	Deferido pela Mesa em 7.11.2002 Atendido (Aviso nº 1.138/2002-MS, de 29.11)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
466/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 203/2002.	Aprovado
467/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 207/2002.	Aprovado
468/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 208/2002.	Aprovado
469/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 210/2002.	Aprovado
470/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL, Governo e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 212/2002.	Aprovado
471/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Patativa do Assaré, ocorrido no dia 8 de julho.	Aprovado
472/2002	Antônio Carlos Valadares	Manifestação de louvor pela posse do Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário no cargo de Procurador de Justiça, ocorrida em 5 do corrente mês, em Aracaju-SE.	Aprovado
473/2002	Fernando Bezerra	Licença, art. 43, I, do RISF, para tratamento de saúde, nos dias 6 e 7.8.2002.	Aprovado
474/2002	Fernando Bezerra	Licença, art. 43, II, do RISF, para tratar de interesses particulares, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 8.8.2002.	Aprovado
475/2002	José Serra	Informa, para os fins de que trata o art. 44-A, do RISF, que o Tribunal Superior Eleitoral deferiu o pedido de registro de sua candidatura à Presidência da República na última quinta-feira, dia 01/08, e que encaminhará a Certidão de Registro de sua candidatura tão logo a mesma seja fornecida por aquele Tribunal.	A Presidência comunica que as ausências do Senador José Serra serão consideradas como licença autorizada, para os efeitos do art. 55, inciso III, da Constituição, e do art. 44, in fine, do Regimento Interno, a partir do registro de sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral. Arquivado
476/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 830/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 70/2002.	Aprovado
477/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 831/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 71/2002.	Aprovado
478/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 832/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 72/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
479/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 833/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 105/2002.	Aprovado
480/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 834/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 106/2002.	Aprovado
481/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 835/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 107/2002.	Aprovado
482/2002	Íris Rezende	Dispensa de publicação do Parecer nº 836/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 115/2002.	Aprovado
483/2002	Líderes (PFL, PMDB, Bloco PSDB/PB e Bloco de Oposição)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 260/2002.	Aprovado
484/2002	Juvêncio da Fonseca	Dispensa de publicação do Parecer nº 851/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 30/99.	Aprovado
485/2002	Gerson Camata	Retirada do PLS nº 147/2001.	Aprovado
486/2002	José Alencar	Encaminha, para os fins de que trata o art. 44-A, do RISF, certidão comprobatória do registro de sua candidatura à Vice-Presidência da República, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, para os fins do disposto no art. 55, III, da Constituição Federal.	A Presidência comunica que as ausências do Senador José Alencar serão consideradas como licença autorizada, para os efeitos do art. 55, inciso III, da Constituição, e do art. 44, in fine, do Regimento Interno, a partir do registro de sua candidatura no Tribunal Superior Eleitoral. Arquivado
487/2002	Mauro Miranda, Maguito Vilela e Iris Rezende	Homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Consuelo Nasser.	Deferido
488/2002	Bello Parga	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre diárias e passagens concedidas a Procuradores da República.	Deferido pela Mesa em 30.10.2002 Atendido (Aviso nº 1.463/2002-MJ, de 2.12)
489/2002	Mauro Miranda	Homenagens de pesar pelo falecimento do Senador Albino Gonçalves Boaventura.	Aprovado
490/2002	Ricardo Santos	Solicita, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2002, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, para que possam ser analisados os aspectos econômico-financeiros da proposição.	Impugnado (DSF de 4.9.2002, página 16.647)

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
491/2002	Valmir Amaral	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, sobre reajustes de energia elétrica, pela ANEEL, a pedido da Companhia Energética de Brasília – CEB.	Deferido pela Mesa em 30.10.2002 Atendido (Aviso nº 263/2002-ME, de 3.12)
492/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 64/2002.	Prejudicado
493/2002	Líderes (PFL, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para as Emendas da Câmara ao PDS nº 1/2002.	Prejudicado
494/2002	Pedro Simon, Emilia Fernandes e José Fogaça	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual do MDB do Rio Grande do Sul, João Brusa Netto.	Aprovado
495/2002	Moreira Mendes	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, acerca dos contratos de publicidade ou patrocínio cultural assinados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o Estúdio Elifas Andrea-to.	Deferido pela Mesa em 30.10.2002 Aguardando atendimento
496/2002	Francelino Pereira e Carlos Patrocínio	Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 4.9.2002, do Senhor Manoel Caribe Filho, Secretário do Governo Municipal de Montes Claros, Minas Gerais.	Aprovado
497/2002	Emilia Fernandes	Homenagens de pesar pelo falecimento do filósofo Gerd Bornheim, ocorrido em 5.9.2002.	Aprovado
498/2002	Pedro Simon e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do Cardeal Arcebispo Dom Lucas Moreira Neves.	Aprovado
499/2002	Benício Sampaio	Votos de aplauso ao Prefeito Municipal de Teresina, Piauí, Senhor Firmino Filho, pelas homenagens prestadas à cidade de Teresina, por ocasião do seu sequicentário.	Deferido
500/2002	Renan Calheiros	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Antônio Freitas Cavalcanti.	Aprovado
501/2002	Líderes (Bloco de Oposição, Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 1/97.	Aprovado
502/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 11/2002.	Aprovado
503/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, Bloco de Oposição e PMDB) e Senadores Romero Jucá, Tasso Rosado e Ney Suassuna	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 64/2002.	Aprovado
504/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, Bloco de Oposição e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 65/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
505/2002	Teotônio Vilela Filho	Tramitação conjunta dos PRS nºs 64 e 63/2002.	Aprovado
506/2002	Pedro Simon	Realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães.	Aprovado
507/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre assentamentos rurais realizados através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
508/2002	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, relacionadas a negociações da Petrobrás com refinarias de Petróleo que especifica.	Deferido pela Mesa em 7.11.2002 Aviso nº 269/2002-MME, solicitando mais prazo para atendimento Atendido (Aviso nº 272/2002-MME, de 11.12)
509/2002	Emilia Fernandes	Homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 8 de outubro, do sociólogo José Eduardo Utzig.	Aprovado
510/2002	Gerson Camata	Licença, art. 43, I, do RISF, para tratamento de saúde, no período de 3 de outubro a 1º de novembro de 2002.	Aprovado
511/2002	Gerson Camata	Licença, art. 43, II, do RISF, para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, no período de 2º de novembro de 2002 a 31 de janeiro de 2003.	Aprovado
512/2002	Francelino Pereira	Voto de pesar pelo falecimento do médico João Resende Alves.	Aprovado
513/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Solicitam que a Hora do Expediente da sessão do dia 19 de novembro de 2002 seja dedicado a homenagear a memória do Dr. Prudente de Moraes, primeiro Presidente Civil da República, em face do transcurso do centenário de seu falecimento.	Aprovado Homenagem prestada
514/2002	Carlos Wilson	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre o total dos recursos financeiros liberados mensalmente no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), pelos agentes financeiros do mencionado Programa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, desde a criação do Programa até a última informação disponível.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
515/2002	Marina Silva	Adiamento da votação do Substitutivo ao PLS nº 449/99, a fim de ser feita na sessão do dia 20.11.2002.	Aprovado
516/2002	Marina Silva	Adiamento da discussão da PEC nº 38/99, a fim de ser feita na sessão do dia 12.12.2002.	Aprovado
517/2002	Tião Viana e José Eduardo Dutra	Adiamento da discussão da PEC nº 11/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 11.12.2002.	Aprovado
518/2002	Maguito Vilela	Voto de pesar pelo falecimento do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga.	Aprovado
519/2002	Lúcio Alcântara	Tramitação conjunta do PLS nº 90/99 com o PLC nº 54/2002.	Retirado (RQS nº 733/2002)
520/2002	Valmir Amaral	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, referente à utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e regulamentado pelo Decreto nº 3.624, de 5 de outubro de 2000, destinados a programas de acesso à Internet e telefonia para populações carentes.	Deferido pela Mesa em 7.11.2002 Aguardando atendimento
521/2002	Roberto Saturnino	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
522/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PL, Bloco PSDB/PPB, PPFL e PMDB) e do Senador Ammir Lando	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 91/2002.	Aprovado
523/2002	Geraldo Melo	Adiamento da discussão do PLS nº 141/99, a fim de ser reexaminado pela CCJ.	Aprovado
524/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inversão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 6.11.2002, a fim de que as matérias constantes dos itens nº 5 a 8 (PDS nºs 138, 139, 145 e 155/2002) sejam apreciadas em 2º a 5º lugares, respectivamente.	Aprovado
525/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 67/2002.	Aprovado
526/2002	Eduardo Siqueira Campos, Leomar Quintanilha, Nabor Júnior e Edison Lobão	Homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Dolores Alcântara e Silva, ocorrido em 1º.11.2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
527/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 468/2002.	Prejudicado Art. 334 do RISF
528/2002	Moreira Mendes	Destaque para votação em separado da Emenda nº 179 à MPV nº 46/2002, para que seja inserida no PLV nº 21/2002.	Rejeitado
529/2002	Mauro Miranda	Preferência para votação da Emenda nº 28, oferecida à MPV nº 47/2002, a fim de ser votada antes da Medida Provisória.	Rejeitado
530/2002	Mauro Miranda	Adiamento da discussão do PLC nº 110/2001, a fim de que seja feita em 16 de dezembro de 2002.	Aprovado
531/2002	Tião Viana	Destaque para rejeição do art. 2º da Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), oferecida ao PDS nº 298/2001.	Prejudicado
532/2002	Líderes (PFL, Bloco PSDB/PPB, PMDB e Bloco de Oposição)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLS nº 128/2002-Complementar.	Aprovado
533/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 68/2002.	Aprovado
534/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS Nº 69/2002.	Aprovado
535/2002	Tião Viana e Eduardo Suplicy	Adiamento da votação da PEC nº 32/2001, a fim de ser feita na sessão do dia 10 de dezembro de 2002.	Rejeitado
536/2002	Geraldo Althoff	Adiamento da discussão da PEC nº 42/2000, a fim de ser feita na sessão do dia 20 de novembro de 2002.	Aprovado
537/2002	Mozarildo Cavalcanti	Destaque para votação em separado do art. 10 do PRS nº 6/2001.	Aprovado
538/2002	Mozarildo Cavalcanti	Destaque para votação em separado do dispositivo constantes da Emenda nº 3-Cdir ao PRS nº 6/2001.	Aprovado
539/2002	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.075, para imediata discussão e votação da redação final do PRS nº 6/2001.	Aprovado
540/2002	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	Pedido de informações, ao Ministro das Relações Exteriores e Defesa Nacional a respeito de notícias veiculadas pela imprensa nacional do dia 12 do corrente (Correio Braziliense e Gazeta Mercantil), dando conta de veto dos Estados Unidos da América – EUA, à venda de aviões Super Tucano, produzidos pela Embraer à Força Aérea Colombiana, e também à venda de frango brasileiro ao Canadá.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
541/2002	Gilvam Borges	Pedido de informações, ao Tribunal de Contas da União, sobre os convênios 424304, 424745, 425394, 430593, 433567, 436811, 438758, 439842, 443274, 445420, 451177, 45319 e 465607, todos tendo como conveniente a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari – Amapá.	Prejudicado – art. 334 do RISF
542/2002	Líderes (PDT, PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB) e Senadores Mauro Miranda e Edison Lobão	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 110/2001.	Aprovado
543/2002	Heloísa Helena	Adiamento da votação do RQS nº 519/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 16.12.2002.	Aprovado
544/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre gastos com publicidade durante o ano de 2002.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
545/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, sobre gastos com publicidade promovidos pela Caixa Econômica Federal.	Deferido pela Mesa em 11.12.2002 Aguardando atendimento
546/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro das Comunicações, sobre os gastos com publicidade promovidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
547/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro do Esporte e Turismo, sobre liberação de recursos para a atividade turística nas ilhas de Itaparica e Mar Grande, no Estado da Bahia.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
548/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre processos licitatórios para contratação de obras ou serviços no Porto de Alcântara, no Estado do Maranhão.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
549/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, sobre ações empreendidas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) no município de Brumado, no Estado da Bahia.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
550/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, sobre ações empreendidas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) no município de Maracás, no Estado da Bahia.	Deferido pela Mesa em 11.12.2002 Aguardando atendimento

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
551/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro da Integração Nacional, sobre ações empreendidas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) no município de Itaberaba, no Estado da Bahia.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
552/2002	Antonio Carlos Júnior	Pedido de informações, ao Ministro dos Transportes, sobre processo licitatório para contratação de obras visando construção de contorno ferroviário nos municípios de São Félix e Candeias, ambos no Estado da Bahia.	Deferido pela Mesa em 11.12.2002 Aguardando atendimento
553/2002	José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "excluídas as empresas de táxi aéreo", constante do caput do art. 1º, do § 1º do art. 1º, do art. 2º e do art. 5º do PLV nº 26/2002.	Aprovado
554/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Adiamento de votação da PEC nº 29/2000, a fim de ser apreciada na sessão deliberativa de 13.12.2002.	Rejeitado
555/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso VIII do art. 93, alterado pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
556/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso VIII-A do art. 93, acrescido pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
557/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso XI do art. 93, alterado pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
558/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "ou recesso", constante do inciso XII do art. 93, acrescido pelo art. 6º da PEC nº 29/2000.	Aprovado
559/2002	Edison Lobão	Destaque para votação em separado da expressão "mediante decisão de dois terços dos seus membros", constante do art. 103-A da Constituição, nos termos do art. 14 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
560/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso II do art. 119, alterado pelo art. 26 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
561/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 120, alterado pelo art. 27 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
562/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso I do parágrafo único do art. 123, alterado pelo art. 33 da PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
563/2002	Arlindo Porto	Destaque para votação em separado da alínea "e" (exercer atividade político-partidária) do inciso II, § 5º, do art. 33 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
564/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso VI do art. 130-A, acrescido pelo art. 35 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
565/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 132, acrescido pelo art. 40 do texto da PEC nº 29/2000.	Aprovado
566/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "das Procuradorias Estaduais e do Distrito Federal", constante do art. 168, alterado pelo art. 43 do texto da PEC nº 29/2000.	Aprovado
567/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da alínea "a" do inciso I do art. 96, alterado pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
568/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "mais antigos" constante da alínea "a" do inciso I do art. 94, alterado pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
569/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "voluntários" constante da alínea "g" do inciso I do art. 96, acrescido pelo art. 12 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
570/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do inciso I do art. 98, alterado pelo art. 13 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
571/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 98, acrescido pelo art. 13 do texto da PEC nº 29/2000.	Aprovado
572/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 37-CCJ, apresentada à PEC nº 29/2000.	Aprovado
573/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 37-CCJ, apresentada à PEC nº 29/2000.	Aprovado
574/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da expressão "de ofício ou" constante do § 3º do art. 105, acrescido pelo art. 21 da PPEC nº 29/2000.	Aprovado
575/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do § 2º do art. 125, alterado pelo art. 34 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
576/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do "caput" do art. 130-A, acrescido pelo art. 39 da PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
577/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 63-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
578/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado do art. 52 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
579/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 81 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
580/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 82 da PEC nº 29/2000.	Aprovado
581/2002	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado da expressão “§ 4º”, constante do inciso II do art. 113, alterado pelo art. 28 do texto da PEC nº 29/2000 consolidado pela CCJ.	Aprovado
582/2002	Mozarildo Cavalcanti	Destaque, para supressão do inciso V, do art. 95, constante do texto consolidado da CCJ, para manter o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.	Aprovado
583/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 97 apresentada na CCJ à PEC nº 29/2000.	Aprovado
584/2002	João Alberto Souza, Amir Lando e Lindberg Cury	Destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 109, apresentada à PEC nº 29/2000.	Aprovado
585/2002	Romeu Tuma	Destaque para supressão do § 2º do art. 98 da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda nº 117-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
586/2002	Mozarildo Cavalcanti	Destaque para supressão do § 2º, do art. 98, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda nº 117-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
587/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 117-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
588/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 125-CCJ à PEC nº 29/2000.	Aprovado
589/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 139-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
590/2002	Tasso Rosado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 147/2002 à PEC nº 29/2000.	Aprovado
591/2002	Tasso Rosado	Destaque para votação em separado da Emenda nº 147-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
592/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 149-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
593/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 149-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
594/2002	Mozarildo Cavalcanti	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
595/2002	Romeu Tuma	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
596/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
597/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
598/2002	Luiz Pastore	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
599/2002	Íris Rezende	Destaque para votação em separado da Emenda nº 152-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
600/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 167-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
601/2002	José Agripino	Destaque para votação em separado da Emenda nº 218-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
602/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 218-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
603/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 177-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
604/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 217-Plen, com subemenda, à PEC nº 29/2000.	Aprovado
605/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 217-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
606/2002	José Fogaça	Destaque para votação em separado da expressão "realizado por entidade pública não pertencente à estrutura do Poder Judiciário", constante da subemenda à Emenda nº 232-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
607/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 232-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
608/2002	Roberto Saturnino	Destaque para votação em separado da Emenda nº 112-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
609/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 112-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
610/2002	Olivir Gabardo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 112-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
611/2002	Íris Rezende	Destaque para votação em separado do art. 101, inciso I, alínea "i", da Constituição Federal (Emenda nº 120-Plen).	Aprovado
612/2002	Íris Rezende	Destaque para votação em separado da Emenda nº 121-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
613/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 122-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
614/2002	José Fogaça	Destaque para votação em separado da Emenda nº 123-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
615/2002	Olivir Gabardo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 123-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
616/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 128-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
617/2002	Olivir Gabardo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 132-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
618/2002	Roberto Saturnino	Destaque para votação em separado da Emenda nº 132-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
619/2002	Íris Rezende	Destaque para supressão do inciso V-A e o parágrafo 5º do art. 109, conforme art. 25 da PEC 29/2000.	Aprovado
620/2002	Ronaldo Cunha Lima e outros Senadores	Destaque para votação em separado da Emenda nº 132-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
621/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 132-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
622/2002	Arlindo Porto	Destaque para votação em separado da expressão "e nomeados pelo Presidente da República" constante do inciso II do art. 113, todos da Emenda nº 135-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
623/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 136-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
624/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 136-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
625/2002	José Fogaça	Destaque para votação em separado da Emenda nº 137-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
626/2002	José Fogaça	Destaque para votação em separado da Emenda nº 140-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
627/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 141-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
628/2002	Edison Lobão	Destaque para votação em separado da Emenda nº 145-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
629/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 150-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
630/2002	Ney Suassuna	Destaque para votação em separado da Emenda nº 158-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
631/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 160-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
632/2002	Ronaldo Cunha Lima e outros Senadores	Destaque para votação em separado da Emenda nº 160-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
633/2002	Íris Rezende	Destaque para votação em separado da Emenda nº 160-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
634/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 168-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
635/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 169-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
636/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 169-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
637/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 170-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
638/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 170-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
639/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 171-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
640/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 172-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
641/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 173-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
642/2002	Roberto Requião	Destaque para votação em separado da Emenda nº 174-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
643/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 179-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
644/2002	Waldeck Ornelas	Destaque para votação em separado da Emenda nº 179-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
645/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 191-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
646/2002	Maria do Carmo Alves	Destaque para votação em separado da Emenda nº 214-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
647/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 214-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
648/2002	João Alberto Souza, Amir Lando e Lindberg Cury	Destaque para votação em separado da Emenda nº 214-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
649/2002	Ney Suassuna	Destaque para votação em separado da Emenda nº 221-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
650/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 227-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
651/2002	João Alberto Souza e Lindberg Cury	Destaque para votação em separado da Emenda nº 239-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
652/2002	Romero Jucá	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1994-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
653/2002	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Destaque para votação em separado da Emenda nº 202-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
654/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 207-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
655/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 208-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
656/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 209-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
657/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 210-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
658/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 212-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
659/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 213-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
660/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 228-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
661/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 229-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
662/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 230-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
663/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 231-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
664/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 233-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
665/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 235-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
666/2002	Geraldo Melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 236-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
667/2002	Geraldo melo	Destaque para votação em separado da Emenda nº 236-Plen à PEC nº 29/2000.	Aprovado
668/2002	Antônio Carlos Valadares	Voto de pesar pelo falecimento de Winiston Nunes de Melo, Hericlay Prata de Almeida, Karla Meriana da Silva Tássia Monique de Aquino Souza, Issac Cabral Aguiar e Marcela Gomes Alves, todos vítimas do acidente ocorrido no dia 17.11.2002, na BR 101, em Laranjeiras-SE.	Aprovado
669/2002	Olivir Gabardo	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro e ex-Senador Amaury de Oliveira e Silva, ocorrido em Curitiba, no dia 17.11.2002.	Aprovado
670/2002	Heloísa Helena	Pedido de informações, ao Ministro da Saúde, relacionadas a hospitais universitários de ensino.	Deferido pela Mesa em 4.12.2002 Aguardando atendimento
671/2002	Eduardo Suplicy	Pedido de informações, ao Ministro do Trabalho, relacionadas a políticas de trabalho temporário, a fim de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2001.	Deferido pela Mesa em 11.12.2002 Retirado (RQS nº 726/2002)
672/2002	Osmar Dias	Retirada do PLS nº 165/2001.	Tramitando
673/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PFL, PMDB, Bloco de Oposição) e Senador Romeu Tuma	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 12/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
674/2002	Moreira Mendes	Pedido de informações, à Empresa de Correios e Telégrafos, através do Ministro das Comunicações, relacionadas a publicidades de seus produtos na publicação de bordo da empresa Transportes Aéreos Marília – TAM.	Prejudicado (art. 334, II, do RISF)
675/2002	Romero Jucá	Audiência da CAE sobre o PLC nº 57/2002.	Retirado (RQS nº 724/2002)
676/2002	Romero Jucá	Tramitação conjunta dos PLS nºs 238 e 248/2002.	Tramitando
677/2002	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão do PRS nº 82/2000, a fim de ser reexaminado pela CCJ.	Aprovado
678/2002	Pedro Simon	Tramitação conjunta dos PLS nºs 281/2001; 95 e 113/2002; 101 e 185/2001; e 245/2000.	Tramitando
679/2002	Luiz Pastore	Pedido de remessa, pelo Ministro das Minas e Energia, das últimas três planilhas de reajuste de tarifas de energia elétrica praticado pelas concessionárias, explicando sobre os critérios adotados para elaboração dos índices de reajuste.	Prejudicado (art. 334, II, do RISF)
680/2002	Luiz Otávio	Pedido de informações, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, sobre possíveis efeitos da radioatividade natural de reserva de urânio sobre a população do Município de Monte Alegre – PA.	Tramitando
681/2002	Roberto Requião	Adiamento da discussão do PLS nº 240/2002, a fim de ser feita na Sessão Deliberativa Ordinária de 16.12.2002.	Aprovado
682/2002	Romero Jucá	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.163/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLC nº 13/2002.	Aprovado
683/2002	Antero Paes de Barros	Pedido de remessa, pelo Tribunal de Contas da União, do TC nº 015.645/2001, relativo à auditoria realizada pela 2ª Secretária de Controle Externo na empresa Companhia Imobiliária de Brasília – Teracap.	Aprovado em 4.12.2002 Aguardando atendimento
684/2002	Olivir Gabardo	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, referentes ao pagamento de royalties pela exploração de petróleo, por parte da Petrobrás, na Bahia de Santos, aos municípios litorâneos do Paraná.	Tramitando
685/2002	Líderes (Bloco de Oposição, PTB, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 82/2000.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
686/2002	Jefferson Peres	Pedido de informações, à Comissão Diretora do Senado Federal, sobre o Ato de contratação da empresa FUBRA para prestar serviços de Marketin no Senado Federal.	Deferido (ao Serviço de Comunicações do Senado) Atendido (Expediente S/Nº, da Secretaria de Comunicação Social – DSF de 17.12, página 26171)
687/2002	Mozarildo Cavalcanti	Pedido de informações, ao Ministro da Justiça, sobre o Grupo de Trabalho para reestruturação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.	Tramitando
688/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado do art. 9º do PLV nº 30/2002.	Aprovado
689/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 4, oferecida à MPV nº 70/2002.	Aprovado
690/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 5, oferecida à MPV nº 70/2002.	Aprovado
691/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 9, oferecida à MPV nº 70/2002.	Aprovado
692/2002	Mozarildo Cavalcanti	Preferência para apreciação da matéria constante do item nº 30 (PEC nº 16/2002), da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa do dia 4.12.2002, antes da matéria constante do item nº 2 (PEC nº 29/2000).	Aprovado
693/2002	Eduardo Suplicy	Adiamento da discussão da PEC nº 29/2000, a fim de ser feita na Sessão Deliberativa Ordinária do dia 5.12.2002.	Aprovado
694/2002	Romeu Tuma e Romero Jucá	Preferência para apreciação das matérias constantes dos itens 25 a 29 da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa do dia 4.12.2002, a fim de serem apreciadas antes do item nº 19.	Aprovado
695/2002	Tião Viana	Adiamento da votação da PEC nº 14/2002, a fim de ser feita na Sessão do dia 16 de dezembro de 2002.	Aprovado
696/2002	Juvêncio da Fonseca	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.209/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 53/2000-Complementar.	Aprovado
697/2002	Antonio Carlos Júnior	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.210/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PLS nº 240/2001-Complementar.	Aprovado
698/2002	Líderes (Governo, PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 70/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
699/2002	Líderes (Governo, PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 71/2002.	Aprovado
700/2002	Comissão de Assuntos econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 72/2002.	Aprovado
701/2002	Líderes (PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 89/2002.	Aprovado
702/2002	Antônio Carlos Valadares, Carlos Wilson e José Eduardo Dutra	Voto de pesar pelo falecimento do ínclito ex-Senador Gilvan Rocha, ocorrido no dia 27.11.2002, na cidade de Aracaju-SE.	Aprovado
703/2002	Comissão de constituição, Justiça e Cidadania	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 65/99.	Prejudicado
704/2002	Carlos Wilson	Destaque para votação em separado da expressão: "...excetuado aos servidores no exercício da atividade típica de polícia, e com a autorização expressa do Presidente do Senado Federal", e dos §§ 1º e 2º, do art. 3º da Emenda nº 7-CDIR (Substitutivo), do PRS nº 82/2000.	Aprovado
705/2002	Carlos Wilson	Destaque para votação em separado do art. 6º da Emenda nº 7-CDIR (Substitutivo), do PRS nº 82/2000.	Aprovado
706/2002	Luiz Otávio	Votação nominal para as expressões constantes do RQS nº 704/2002.	Aprovado
707/2002	Olivir Gabardo	Pedido de informações, ao Ministro das Minas e Energia, de informações relacionadas ao poço recentemente anunciado pela Petrobrás, denominado 1-SCS-10.	Tramitando
708/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 74/2002.	Aprovado
709/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Governo, PFL, PMDB) e Senador Mozarildo Cavalcanti	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 65/1999.	Prejudicado
710/2002	Líderes (PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB)	Extinção de urgência do PLC nº 89/2002.	Aprovado
711/2002	Maria do Carmo Alves	Destaque, para votação em separado, da expressão "inclusive" contida na redação do inciso I do art. 4º da Lei nº 10.201/2001, proposta no art. 1º do PLS nº 108/2002.	Aprovado
712/2002	Heloísa Helena	Destaque, para votação em separado, da expressão "inclusive", constante do inciso I do art. 4º da Lei nº 10.2001, de 2001, na redação dada pelo art. 1º do PLS nº 108/2002.	Aprovado
713/2002	Líderes (PFL e PMDB) e Senador Antero Paes de Barros	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 80/2002.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
714/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 406/2002.	Deferido pela Presidência
715/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 119/2001.	Deferido pela Presidência
716/2002	Mozarildo Cavalcanti	Inclusão em Ordem do Dia do PDS nº 99/2002.	Deferido pela Presidência
717/2002	Eduardo Suplicy	Tramitação conjunta dos PRS nºs 45/99 e 41/2002.	Prejudicado, em vista do arquivamento do PRS nº 45/99
718/2002	Antero Paes de Barros	Pedido de informações, ao Ministro da Fazenda, relativas ao impacto da operação e sua juridicidade frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo o posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional, solicitando, ainda, cópia integral do contrato/convênio firmado entre o Banco do Brasil e o Estado do Mato Grosso do Sul, e ainda, se o Banco do Brasil fez operações similares com outros entes da federação e quais são estes entes.	Tramitando
719/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, Bloco de Oposição, PMDB) e da Senadora Marina Silva	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PRS nº 57/2001.	Aprovado
720/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 57/2002.	Aprovado
721/2002	Líderes (PMDB, PTB, Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PFL) e Senador Anônio Carlos Valadares	Urgência, art. 336, II, do RISF para o PLC nº 92/2002.	Aprovado
722/2002	Freitas Neto	Voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Manoel Nogueira Filho.	Aprovado
723/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL, PMDB) e Senadores Ney Suassuna e Carlos Wilson	Urgência, art. 336, III, do RISF, para o PLC nº 106/2002.	Aprovado
724/2002	Romero Jucá	Retirada do RQS nº 675/2002.	Aprovado
725/2002	Eduardo Suplicy e Romero Jucá	Transferência da audiência pública do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, que seria realizada no Plenário do Senado Federal, para a sala da Comissão de Assuntos Econômicos, esclarecendo que a referida reunião está agendada para o dia 17 de dezembro de 2002.	Aprovado
726/2002	Eduardo Suplicy	Retirada do RQS nº 671/2002.	Deferido
727/2002	Comissão de Assuntos Sociais	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 3/2001.	Aprovado

(RQS) Número	Autor	Assunto	Resultado
728/2002	Francelino Pereira	Voto de aplauso pela posse do Professor Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo no cargo de Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.	Deferido pela Presidência
729/2002	Francelino Pereira	Tramitação conjunta dos PLS nºs 210/2000 e 158/2002.	Tramitando
730/2002	Francelino Pereira	Tramitação conjunta da PEC nº 24/2001 com as de nºs 41/99 e 5/2001.	Tramitando
731/2002	Olivir Gabardo	Voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Henrique Chesneau Lez César, falecido em Curitiba – PR.	Aprovado
732/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Adiamento da discussão do PLS nº 240/2002, a fim de que seja examinado PLS Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.	Aprovado
733/2002	Lúcio Alcântara	Retirada do RQS nº 519/2002.	Aprovado
734/2002	Mozarildo Cavalcanti	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.318/2002, para imediata discussão e votação da Redação final do PLC nº 17/2002.	Aprovado
735/2002	Geraldo Melo	Dispensa de publicação do Parecer nº 1.319/2002, para imediata discussão e votação da redação final do PDS nº 561/2002.	Aprovado

g.3) de licença

Número	Autor	Assunto	Resultado
17/2002	Jorge Bornhausen	Licença, no período de 22.2 a 4.3.2002, para tratamento de saúde.	Aprovado
18/2002	Jorge Bornhausen	Licença, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, relativo ao período de 5.3 a 2.7.2002, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
33/2002	Vasco Furlan	Licença para tratamento de saúde no período de 28.2 a 4.3.2002.	Aprovado
34/2002	Vasco Furlan	Licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ou seja de 5.3 a 2.7.2002.	Aprovado
195/2002	Luiz Pontes	Licença para tratamento de saúde no período de 18 a 27.4.2002.	Aprovado
196/2002	Luiz Pontes	Licença para tratar de interesse particular a partir do dia 28.4.2002, por um período de 111 (cento e onze) dias.	Aprovado

Número	Autor	Assunto	Resultado
222/2002	Bello Parga	Licença para tratamento de saúde pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir de 2 de abril de 2002.	Aprovado
272/2002	Geraldo Althoff	Licença, nos termos do art. 43, I, do RISF, no período de 21 a 30.5.2002, para tratamento de saúde.	Aprovado
273/2002	Geraldo Althoff	Licença, nos termos do art. 43, II, do RISF, no período de 31.5 a 18.9.2002, para tratar de interesses particulares.	Aprovado
396/2002	Eduardo Siqueira Campos	Licença para afastar-se do País, em missão para a qual foi designado, no período de 10 a 14.6.2002, para representar o Senado Federal no Vértice Mundial da Alimentação, em Roma – Itália.	Aprovado
473/2002	Fernando Bezerra	Licença, art. 43, I, do RISF, para tratamento de saúde, nos dias 6 e 7.8.2002.	Aprovado
474/2002	Fernando Bezerra	Licença, art. 43, II, do RISF, para tratar de interesses particulares, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 8.8.2002.	Aprovado
510/2002	Gerson Camata	Licença, art. 43, I, do RISF, para tratamento de saúde, no período de 3 de outubro a 1º de novembro de 2002.	Aprovado
511/2002	Gerson Camata	Licença, art. 43, II, do RISF, para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, no período de 2º de novembro de 2002 a 31 de janeiro de 2003.	Aprovado
599/202-M	Álvaro Dias	Licença, art. 43, II, do RISF, para tratar de interesses particulares, no período de 8.11.2002 a 8.3.2003 (RQM nº 599/2002-M).	Aprovado

h) INDICAÇÕES

h.1) De Sessões Legislativas anteriores

(INS) Número	Autor	Ementa	Resultado
6/95	Romero Jucá	Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista temporária, para estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e ambiental.	Arquivado Art. 332 do RISF
11/95	Romero Jucá	Solicita que a Comissão de Assuntos Sociais apresente estudos e providências no sentido de redefinir e consolidar a legislação federal e estadual sobre o meio ambiente.	Arquivado Art. 332 do RISF
1/97	Leomar Quintanilha	Sugere a realização de Seminário sobre Manipulações Genéticas, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, da comunidade científica brasileira e da sociedade civil.	Parecer nº 335/99, do Sr. Carlos Patrocínio, favorável, aprovado na Reunião da Mesa de 8.6.99 (DSF de 10.6) e encaminhado à publicação em 9.6.99 (DSF de 18.6). A matéria não será submetida ao Plenário, por ser de competência administrativa da Comissão Diretora.
2/97	Jader Barbalho	Questão de ordem quanto à possibilidade de os Senadores membros de CPI apresentarem emendas a Relatório.	Arquivado Art. 332 do RISF
1/99	Emilia Fernandes	Sugere a realização de Seminário sobre a Violência na Juventude, a ser promovido pelo Senado Federal, com a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e da sociedade.	Tramitando
2/99	Luzia Toledo	Sugere o patrocínio de concurso de monografias sobre o Senado Federal, tendo como objetivo a divulgação, para o público externo, de conhecimentos sobre a Casa por meio dos conteúdos que enumera.	Tramitando
1/2000	Mauro Miranda	Sugere à Comissão de Assuntos Sociais a realização de seminário sobre questão habitacional.	Arquivado Art. 332 do RISF

(INS) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2001	Lúcio Alcântara	Sugere, nos termos do art. 224, combinado com o art. 99, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – a ser iniciado em maio de 2002, sejam objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Aprovado o Parecer nº 650/2001 favorável à indicação A matéria foi encaminhada à CAE para se cumprir a deliberação do Plenário

h.2) Da presente Sessão Legislativa

(IND) Número	Autor	Ementa	Resultado
1/2002	Bernardo Cabral	Indica, nos termos regimentais, que a sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja denominada “Sala Senador Josaphat Marinho”.	Aprovada (Parecer nº 232/2002)
2/2002	Moreira Mendes	Sugere à Comissão Diretora constituir comissão para estudar a criação do Centro de Recepção ao Turista do Senado Federal ou do Congresso Nacional.	Tramitando
3/2002	Freitas Neto	Solicita, nos termos regimentais, que a sala de reuniões da Comissão de Fiscalização e Controle seja denominada “Sala Senador Mário Covas”.	Aprovado (Parecer nº 541/2002)
4/2002	Reginaldo Duarte	Sugere que seja objeto de estudo pela Comissão de Educação do Senado Federal a criação da universidade federal na região do Vale do Cariri, no Estado do Ceará.	Tramitando
5/2002	Ramez Tebet	Sugere à Comissão de Assuntos Econômicos que proceda a estudo que viabiliza possível proposição legislativa que vise à substituição da cesta básica pelo correspondente valor em dinheiro.	Tramitando
6/2002	Casildo Maldaner	Sugere à Comissão de Educação a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense – UFOESTE.	Tramitando
7/2002	Freitas Neto	Sugere que seja objeto de estudo, pela Casa, que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal passe a denominar-se Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e Assuntos Regionais, alterando o Regimento Interno de forma a rever suas atribuições de forma correspondente.	Tramitando

i) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFC)

i.1) De Sessão Legislativa anterior

Número	Autor	Assunto	Resultado
1/97	Comissão de Fiscalização e Controle	Solicita ao Tribunal de Contas da União - TCU a realização de auditorias nos seguintes órgãos e instituições financeiras: Tesouro Nacional, bancos oficiais federais, PIN, PROTERRA, FINAM, SUDAM, SUDENE, FINOR, SUFRAMA, BNDES e INCRA.	Tramitando
1/2001 ¹	Carlos Wilson	Propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal solicite ao Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 102-A do Regimento Interno do Senado Federal e do artigo 71, inciso VI da Constituição Federal, auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS para apurar eventuais irregularidades em contrato de financiamento firmado, em 11 de fevereiro de 2000, e ainda em vigor, entre esta empresa estatal e a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.	Tramitando (na CFC)
2/2001 ²	Antônio Carlos Valadares e outros	Propõe seja realizada pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal apuração de possível desvio de dinheiro público com a ocorrência de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal em prejuízo da União, que ensejou na abertura de inquérito por iniciativa do Ministério Público Federal junto à Polícia Federal no Estado de Sergipe, relacionada à movimentação financeira suspeita realizada no período da campanha eleitoral de 1998, segundo denúncias veiculadas pela imprensa nacional.	Rejeitada (art. 254 do RISF)
3/2001 ³	Heloísa Helena e outros Senadores	Requerem a instauração de procedimento de fiscalização e controle das obras de implantação do Metrô do Distrito Federal, parcialmente financiadas com recursos da União, com o objetivo de acompanhar todas as fases da auditoria a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União por solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle - CFC, conforme Requerimento nº 48, de 2001 - CFC e Requerimento nº 662, de 2001.	Tramitando

¹ Não constou do relatório de 2001.

² Não constou do relatório de 2001.

³ Não constou do relatório de 2001.

j) PARECERES

Da Mesa	89
Comissão Diretora	135
Comissão de Assuntos Econômicos	93
Comissão de Assuntos Sociais	46
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	149
Comissão de Educação	687
Comissão de Fiscalização e Controle	21
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	64
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	16
Comissão Mista de Segurança Pública	10
De Plenário	48
TOTAL	1.358

Incluídos em Ordem do Dia como proposições – art. 228 do RISF	
Numerados	60
TOTAL	60

j.1) Emitidos pela Mesa e lidos em Plenário

Número	Relator	Matéria
22	Carlos Wilson	RQS nº 728/2001
23	Carlos Wilson	RQS nº 736/2001
24	Carlos Wilson	RQS nº 738/2001
25	Carlos Wilson	RQS nº 739/2001
26	Carlos Wilson	RQS nº 756/2001
27	Carlos Wilson	RQS nº 779/2001
56	Antero Paes de Barros	RQS nº 679/2001
57	Antero Paes de Barros	RQS nº 713/2001
118	Carlos Wilson	RQS nº 26/2002
119	Carlos Wilson	RQS nº 27/2002
120	Carlos Wilson	RQS nº 30/2002
121	Carlos Wilson	RQS nº 43/2002
122	Carlos Wilson	RQS nº 44/2002
123	Carlos Wilson	RQS nº 45/2002
124	Carlos Wilson	RQS nº 46/2002
125	Carlos Wilson	RQS nº 57/2002
126	Carlos Wilson	RQS nº 58/2002
208	Edison Lobão	RQS nº 77/2002
209	Edison Lobão	Petição nº 1/2002
230	Carlos Wilson	RQS nº 70/2002
231	Carlos Wilson	RQS nº 79/2002
270	Edison Lobão	RQS nº 102/2002
271	Ronaldo Cunha Lima	RQS nº 139/2002
272	Carlos Wilson	RQS nº 143/2002

Número	Relator	Matéria
273	Carlos Wilson	RQS nº 144/2002
304	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 427/2000
305	Antonio Carlos Valadares (ad hoc)	RQS nº 65/2002
306	Antonio Carlos Valadares	RQS nº 150/2002
307	Carlos Wilson	RQS nº 159/2002
308	Carlos Wilson	RQS nº 162/2002
375	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 157/2002
376	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 166/2002
377	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 198/2002
378	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 202/2002
379	Edison Lobão	RQS nº 190/2002
487	Antero Paes de Barros	RQS nº 112/2002
488	Antero Paes de Barros	RQS nº 113/2002
489	Antero Paes de Barros	RQS nº 119/2002
490	Antero Paes de Barros	RQS nº 120/2002
491	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 237/2002
492	Carlos Wilson	RQS nº 247/2002
493	Edison Lobão	RQS nº 248/2002
623	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 213/2002
624	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 291/2002
625	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 292/2002
626	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 293/2002
627	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 299/2002
628	Carlos Wilson	RQS nº 307/2002
629	Carlos Wilson	RQS nº 308/2002
630	Carlos Wilson	RQS nº 309/2002
631	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 310/2002
632	Carlos Wilson	PRN nº 3/95
775	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 328/2002
776	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 357/2002
777	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 378/2002
778	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 382/2002
779	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 383/2002
780	Mozarildo Cavalcanti (ad hoc)	RQS nº 384/2002
852	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 407/2002
853	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 408/2002
854	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 409/2002
855	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 421/2002
856	Carlos Wilson	RQS nº 443/2002
857	Carlos Wilson	RQS nº 444/2002
858	Carlos Wilson	RQS nº 446/2002
859	Edison Lobão	Requerimento nº 1/2002 do Conselho de Comunicação Social
980	Carlos Wilson	RQS nº 463/2002
981	Carlos Wilson	RQS nº 488/2002
982	Carlos Wilson	RQS nº 491/2002
983	Carlos Wilson	RQS nº 495/2002
1.023	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 464/2002
1.024	Mozarildo Cavalcanti	RQS nº 465/2002
1.025	Carlos Wilson	RQS nº 508/2002
1.026	Carlos Wilson	RQS nº 520/2002

Número	Relator	Matéria
1.211	Edison Lobão	RQS nº 507/2002
1.212	Antero Paes de Barros	RQS nº 514/2002
1.213	Carlos Wilson	RQS nº 521/2002
1.214	Edison Lobão	RQS nº 540/2002
1.215	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 544/2002
1.216	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 546/2002
1.217	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 547/2002
1.218	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 548/2002
1.219	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 549/2002
1.220	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 551/2002
1.221	Edison Lobão	RQS nº 670/2002
1.295	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 545/2002
1.296	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 550/2002
1.297	Antônio Carlos Valadares	RQS nº 552/2002
1.298	Edison Lobão	RQS nº 671/2002

j.2) Emitidos pelas Comissões e lidos em Plenário:

j.2.1) COMISSÃO DIRETORA

Número	Relator	Matéria
28	Carlos Wilson	Redação final do PLC nº 115/2001
29	Carlos Wilson	Redação final do PLS nº 221/96
64	Edison Lobão	Redação final do PDS nº 3/2002
65	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 137/92
66	Carlos Wilson	Redação final do PLS nº 184/2000
100	Mozarildo Cavalcanti	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PLS nº 23/98-Complementar
101	Carlos Wilson	PLC nº 25/2001
157	Maria do Carmo Alves	Redação final das emendas do Senado ao PLV nº 1/2002
158	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLV nº 2/2002
159	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 1/2002
160	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 2/2002
163	Edison Lobão	Redação final do PLC nº 121/2001
164	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 291/2001
165	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 292/2001
166	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 294/2001
167	Mozarildo Cavalcanti	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 26/99
197	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLC nº 102/2000
201	Antônio Carlos Valadares	Redação do vencido, para turno suplementar, do PDS nº 6/2002
203	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 5/2002
204	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 7/2002
206	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 3/2002
207	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 4/2002

Número	Relator	Matéria
215	Carlos Wilson	Redação final do PLS nº 131/96
218	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 9/2002
229	Edison Lobão	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 69/2001
232	Carlos Wilson	Indicação nº 1/2002
233-A	Edison Lobão	PRS nº 16/99
234	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PDS nº 42/2002
237	Antônio Carlos Valadares	Redação do vencido, para turno suplementar, do PLC nº 32/2001
246	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 14/2002
247	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLC nº 93/2001
275	Carlos Wilson	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 10/2002
276	Carlos Wilson	Redação final do Substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95
290	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLV nº 14/2002 (MPV nº 24/2002)
292	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 16/2002
293	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 17/2002
294	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 18/2002
295	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 19/2002
296	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 20/2002
297	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 21/2002
315	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 16/99
328	Antônio Carlos Valadares	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 81/2001
343	Antônio Carlos Valadares	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 4/2001
362	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLS nº 105/2002
430	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 24/2002
431	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 25/2002
520	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PRS nº 26/2002
521	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PRS nº 27/2002
522	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PRS nº 28/2002
523	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PRS nº 29/2002
529	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PRS nº 30/2002
530	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLC nº 113/2001
541	Carlos Wilson	Indicação nº 3/2002
542	Mozarildo Cavalcanti	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PLC nº 147/2001
560	Edison Lobão	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 31/2002
562	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 33/2002
564	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 35/2002
566	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 37/2002
602	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLC nº 123/2001
608	Marluce Pinto	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do PLS nº 168/99
616	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 84/2000

Número	Relator	Matéria
617	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLC nº 28/2002
660	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 116/2001
688	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo ao PRS nº 10/2001
691	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PLS nº 16/2001
706	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 39/2002
707	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 42/2002
708	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 43/2002
709	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 44/2002
710	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 45/2002
711	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 46/2002
712	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 47/2002
713	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 48/2002
716	Edison Lobão	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 4/2002
718		Redação final do PRS nº 49/2002
720		Redação final do PRS nº 50/2002
722		Redação final do PRS nº 51/2002
724		Redação final do PRS nº 52/2002
731	Mozarildo Cavalcanti	Redação final das Emendas do Senado ao PLC nº 42/99
732	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 32/2002
733	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 34/2002
734-A	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 36/99
736		Redação final do PRS nº 53/2002
738	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 54/2002
740	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 55/2002
742	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 51/2002
819	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PDS nº 219/2001
838	Edison Lobão	Redação final do PDS nº 380/2002
840	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 56/2002
842	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 57/2002
844	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 58/2002
846	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 59/2002
848	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 60/2002
850	Ronaldo Cunha Lima	Redação final do PRS nº 61/2002
851	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 30/99
891	Maria do Carmo Alves	Redação final do PDS nº 305/2001
900	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 115/2002
903	Maria do Carmo Alves	Redação final do PLC nº 11/2002
905	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 64/2002
907	Alberto Silva	Redação final do PRS nº 65/2002
973	Carlos Wilson	Emendas nº 1 e 2-Plen oferecidas ao PRS nº 82/2000
975	Carlos Wilson	PRS nº 6/2001
979	Edison Lobão	Redação Final do PDS nº 179/2002
1.021	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 91/2002
1.022	Ronaldo Cunha Lima	Redação do vencido, para turno suplementar, do PLC nº 11/95

Número	Relator	Matéria
1.074	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 67/2002
1.075	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 6/2001
1.076	Edison Lobão	Redação final do PDS nº 560/2002
1.124	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLV nº 26/2002
1.125	Carlos Wilson	Redação final do PLV nº 28/2002
1.126	Antônio Carlos Valadares	Redação final do PLC nº 110/2001
1.127	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 128/2002-Complementar
1.128	Edison Lobão	Redação final do PRS nº 68/2002
1.129	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 69/2002
1.160	Edison Lobão	Redação final do PLC nº 12/2002
1.161	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 381/2002
1.162	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 468/2002
1.163	Carlos Wilson	Redação final do PLC nº 13/2002
1.209	Carlos Wilson	Redação final do PLS nº 53/2000-Complementar
1.210	Antero Paes de Barros	Redação final do PLS nº 240/2001-Complementar
1.226	Carlos Wilson	Redação do vencido, para turno suplementar, do PRS nº 82/2000
1.281	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 70/2002
1.282	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 71/2002
1.284	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 72/2002
1.285	Antero Paes de Barros	Redação do vencido, para 2º turno, do PLS nº 108/2002
1.299	Edison Lobão	Indicação nº 7/2002
1.300-A	Edison Lobão	PRS nº 57/2001
1.301	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLS nº 245/2002
1.302	Marluce Pinto	Redação final do PRS nº 74/2002
1.303	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PRS nº 57/2001
1.305	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 119/2001
1.314	Mozarildo Cavalcanti	Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao PLC nº 3/2001
1.315	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 318/2001
1.318	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLC nº 17/2002
1.319	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PDS nº 561/2002

j.2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Número	Relator	Matéria
30	Romero Jucá	PLS nº 194/2000-Complementar
31	Arlindo Porto	PLS nº 115/2000-Complementar
35	Paulo Hartung (ad hoc)	PLS nº 114/95
41	Lúdio Coelho	Ofício nº S/32/99 – Obs.: Aprovado o parecer em 21.3.2002
55	Gilberto Mestrinho (ad hoc)	MSF nº 1/2002, apresentando o PDS nº 3/2002
58	Antonio Carlos Júnior	MSF nº 2/2002, apresentando o PRS nº 1/2002
59	Romero Jucá	MSF nº 73/2002, apresentando o PRS nº 2/2002
71	Lúdio Coelho	PLS nº 87/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 239/99)
72	Wellington Roberto	PLS nº 263/99

Número	Relator	Matéria
73	Jonas Pinheiro	PLS nº 689/99
109	Eduardo Suplicy	PLS nº 95/2001
110	Lúcio Alcântara	MSF nº 86/2002, apresentando o PRS nº 5/2002
145	Paulo Hartung	MSF nº 91/2002, apresentando o PRS nº 7/2002
146	Paulo Souto	PRS nº 3/2002
147	Paulo Souto	PRS nº 4/2002
168	Ricardo Santos	PLS nº 34/2001
196	Romero Jucá	PRS nº 69/2001
226	Romero Jucá	MSF nº 104/2002, apresentando o PRS nº 14/2002
227	Waldeck Ornelas (ad hoc)	MSF nº 101/2002, apresentando o PDS nº 42/2002
249	Francelino Pereira	PLC nº 137/2001
250	Lauro Campos	PLS nº 71/2000
256	Jefferson Péres	PLS nº 9/2001-Complementar
257	Jefferson Péres	PLS nº 112/2001-Complementar
281	Eduardo Suplicy	MSF nº 115/2002, apresentando o PRS nº 16/2002
282	Ney Suassuna	MSF nº 1200/2002, apresentando o PRS nº 17/2002
283	Lúcio Alcântara	MSF nº 121/2002, apresentando o PRS nº 18/2002
284	Lúcio Alcântara	MSF nº 124/2002, apresentando o PRS nº 19/2002
285	Paulo Souto	MSF nº 98/2002, apresentando o PRS nº 20/2002
286	Ricardo Santos	MSF nº 105/2002, apresentando o PRS nº 21/2002
300	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 240/2001-Complementar
310	Lúdio Coelho	PLS nº 53/2000-Complementar
342	Romero Jucá (ad hoc)	PRS nº 10/2001
374	Waldeck Ornelas	PLS nº 59/2001
380	Romero Jucá	MSF nº 122/2002, apresentando o PRS nº 24/2002
381	Romeu Tuma	MSF nº 131/2002, apresentando o PRS nº 25/2002
408	Roberto Saturnino	PLS nº 34/2000
465	Geraldo Melo	MSF nº 155/2002, apresentando o PRS nº 26/2002
466	Ricardo Santos	MSF nº 156/2002, apresentando o PRS nº 27/2002
467	Jonas Pinheiro	MSF nº 159/2002, apresentando o PRS nº 28/2002
468	Paulo Souto	MSF nº 165/2002, apresentando o PRS nº 29/2002
470	Moreira Mendes	PLC nº 116/2001
518	Romeu Tuma	PLC nº 147/2001
526	Jonas Pinheiro	MSF nº 164/2002, apresentando o PRS nº 30/2002
528	Roberto Saturnino	MSF nº 123/2002, apresentando o PRS nº 32/2002
534	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 52/2002
539	Romeu Tuma	PRS nº 31/2002
540	Paulo Souto	PRS nº 33/2002
544	Eduardo Suplicy	MSF nº 74/2002, apresentando o PRS nº 34/2002
545	Romero Jucá	MSF nº 130/2002, apresentando o PRS nº 35/2002
546	José Agripino	MSF nº 149/2002, apresentando o PRS nº 36/2002
547	Freitas Neto	MSF nº 162/2002, apresentando o PRS nº 37/2002
551	Waldeck Ornelas	PLS nº 85/2001
669	Eduardo Suplicy (ad hoc)	MSF nº 206/2000, apresentando o PRS nº 42/2002
670	Geraldo Melo	MSF nº 401/2002, apresentando o PRS nº 43/2002
671	Geraldo Melo	MSF nº 170/2002, apresentando o PRS nº 44/2002
672	Romero Jucá	MSF nº 190/2002, apresentando o PRS nº 45/2002
673	Romero Jucá	PRS nº 39/2002
674	Romero Jucá	MSF nº 192/2002, apresentando o PRS nº 46/2002

Número	Relator	Matéria
675	Arlindo Porto	MSF nº 176/2002
676	Sérgio Machado (ad hoc)	MSF nº 177/2002
677	Jonas Pinheiro	MSF nº 186/2002
678	Romero Jucá	MSF nº 187/2002
679	Carlos Bezerra	MSF nº 188/2002
680	Romero Jucá	MSF nº 189/2002
681	Romero Jucá	MSF nº 193/2002
682	Francisco Escórcio (ad hoc)	MSF nº 174/2002
683	Reginaldo Duarte	MSF nº 178/2002
684	Ney Suassuna (ad hoc)	MSF nº 179/2002
685	José Agripino (ad hoc)	MSF nº 180/2002
686	Romeu Tuma	MSF nº 181/2002
687	Geraldo Melo	MSF nº 175/2002
689	Romero Jucá	MSF nº 194/2002, apresentando o PRS nº 47/2002
690	Romero Jucá	MSF nº 195/2002, apresentando o PRS nº 48/2002
705	Waldeck Ornelas	PLC nº 69/2002
827	Freitas Neto	PLC nº 11/98 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99)
837	Ney Suassuna	MSF nº 206/2002, apresentando o PDS nº 380/2002
887	Romero Jucá	PRS nº 64/2002
985	Romero Jucá	MSF nº 295/2002, apresentando o PRS nº 67/2002
1.017	Paulo Souto	PLS nº 128/2002-Complementar (Tramitando em conjunto com o PLS nº 22/2002-Complementar)
1.030	Geraldo Melo	PLC nº 63/2001
1.031	Waldeck Ornelas	PLC nº 128/2001
1.037	Carlos Bezerra	MSF nº 292/2002, apresentando o PRS nº 68/2002
1.038	Romero Jucá	MSF nº 293/2002, apresentando o PRS nº 69/2002
1.039	Bello Parga	MSF nº 290/2002, apresentando o PDS nº 560/2002
1.072	Geraldo Melo	OFS nº 11/82, apresentando o PDS nº 561/2002
1.196	Gilberto Mestrinho (ad hoc)	PLC nº 80/2002
1.197	Valmir Amaral (ad hoc)	MSF nº 324/2002, apresentando o PRS nº 71/2002
1.200	Bello Parga (ad hoc)	MSF nº 325/2002, apresentando o PRS nº 72/2002
1.208	Benício Sampaio	MSF nº 310/2002
1.273	Lúcio Alcântara	MSF nº 338/2002, apresentando o PRS nº 74/2002
1.280	Gilberto Mestrinho	PRS nº 70/2002
1.288	Waldeck Ornelas	PLS nº 278/2001

j.2.3) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Número	Relator	Matéria
1	Marina Silva	PLC nº 101/2001 (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 183 e 196/2000; e 125/2001)
33	Sebastião Rocha	PLC nº 26/99
36	Jonas Pinheiro	PLS nº 526/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 538/99)
37	Jonas Pinheiro	Emenda oferecida ao PLS nº 526/99
38	Geraldo Cândido	PLS nº 258/2000

Número	Relator	Matéria
39	Geraldo Cândido	Emenda nº 1, oferecida ao PLS nº 258/2000
40	Moreira Mendes (ad hoc)	PLS nº 203/2001
102	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 96/2000
105	Osmar Dias	PLS nº 416/99
108	Tião Viana	PLS nº 190/2001
111	Juvêncio da Fonseca (ad hoc)	PLS nº 138/2001
144	Osmar Dias	PLC nº 32/2001
169	Geraldo Cândido	Substitutivo da Câmara ao PLS nº 129/95
171	Emilia Fernandes (ad hoc)	Emenda da Câmara ao PLS nº 131/96
191	Maria do Carmo Alves	PLC nº 60/2001
192	Tião Viana	PLC nº 81/2001
193	Tião Viana	PLC nº 130/2001
248	Sebastião Rocha	PLC nº 6/2002
260	Lúcio Alcântara	PLC nº 4/2001
291	Ricardo Santos	PLC nº 123/2001
299	Moreira Mendes	PDS nº 145/2001
309	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 53/2000-Complementar
312	Maria do Carmo Alves	PLS nº 476/99
358	Geraldo Althoff	PLC nº 60/2000
359	Geraldo Althoff	PLC nº 72/2001
367	Marluce Pinto	PLC nº 84/2000
369	Marluce Pinto	PLC nº 84/2000
410	Geraldo Althoff	PLS nº 212/99
412	Geraldo Althoff	PLS nº 181/2001
414	Geraldo Althoff	Emendas nº 1 a 4-Plen, oferecidas ao Substitutivo do PLS nº 449/99
422	Tião Viana	PLS nº 68/2000 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 5/2000)
423	Tião Viana	Emendas oferecidas, em turno suplementar, ao PLS nº 68/2000 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 5/2000)
434	Ricardo Santos	MSF nº 110/2002
435	Ricardo Santos	MSF nº 111/2002
593	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 110/2001
595	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 110/2001
607	Chico Sartori	PLC nº 53/2002
612	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 30/99
614	Maria do Carmo Alves	PLS nº 16/2001
786	Moreira Mendes	PLS nº 230/2001
1.132	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 102/2001
1.195	Geraldo Althoff	PLC nº 80/2002
1.276	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 66/2000
1.278	Benício Sampaio	PLC nº 66/2001
1.279	Mauro Miranda	PLC nº 18/2002
1.311	Romero Jucá (ad hoc)	PLC nº 3/2001

j.2.4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Número	Relator	Matéria
34	Esperidião Amin	PLS nº 114/95
60	Iris Rezende	PEC nº 87/99
67	José Eduardo Dutra	PLS nº 162/2001
69	Ademir Andrade	PLS nº 227/2001
75	José Fogaça	Emenda nº 1-CAS, apresentada ao PLC 25/2001
76	Romeu Tuma	MSF nº 4/2002
77	Romero Jucá	MSF nº 71/2002
104	Romeu Tuma	PLS nº 416/99
115	Romeu Tuma (ad hoc)	PLC nº 93/2001
116	Osmar Dias	PEC nº 29/2001 (em reexame)
117	Sebastião Rocha	PLS nº 409/99
140	Bello Parga	PLC nº 5/2002
143	Osmar Dias	PLC nº 32/2001
148	Osmar Dias	PLC nº 144/2001
161	Iris Rezende	PEC nº 22/99
162	José Eduardo Dutra	PLC nº 112/2001
186	Romero Jucá (ad hoc)	PLC nº 153/2001
188	Romero Jucá (ad hoc)	PLC nº 154/2001
190	Francelino Pereira	Emenda nº 2-Plen ao PLS nº 168/99.
194	Pedro Simon	RQS nº 12/2002
198	Luiz Otávio	PLC nº 152/2001
233	Luiz Otávio	PRS nº 16/99
235	Maria do Carmo Alves	Redação final da PEC nº 27/2001
236	José Fogaça	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 32/2001
238	Maria do Carmo Alves	PLS nº 16/2001
239	Gerson Camata	PLS nº 41/2001
241	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 212/2001
242	Romeu Tuma	PEC nº 5/2002
243	Antonio Carlos Júnior	PLC nº 75/2001
244	José Fogaça	PEC nº 4/2002
245	Sebastião Rocha	PLS nº 220/2001
251	Roberto Requião	PLS nº 228/2000
252	Casildo Maldaner	PLS nº 288/2001
267	Osmar Dias	Redação do vencido, para o 2º turno, do Substitutivo à PEC nº 29/2001
278	Maguito Vilela	MSF nº 106/2002
280	Iris Rezende	PLC nº 67/2001
288	Romeu Tuma	MSF nº 107/2002
298	Leomar Quintanilha	PDS nº 145/2001
301	Antonio Carlos Júnior	RQS nº 8/2002-CAE.
303	Luiz Otávio	PEC nº 3/2002 (Tramitando em conjunto com a PEC nº 6/202)
311	Romeu Tuma	PLS nº 476/99
313	José Fogaça	PLS nº 264/2000
314	Waldeck Ornelas	PLS nº 226/2001
316	Roberto Requião	PEC nº 34/99

Número	Relator	Matéria
317	Amir Lando	PEC nº 38/99
321	Romeu Tuma	PLS nº 642/99
327	Gerson Camata	PLC nº 106/2001
331	Bernardo Cabral	PLS nº 429/99
336	José Fogaça	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 4/2002
337	Romeu Tuma	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 5/2002
341	Moreira Mendes	PEC nº 19/2002
357	Roberto Freire	PLC nº 2/2002
360	José Fogaça	PEC nº 11/99
368	Sebastião Rocha	PLC nº 84/2000
382	Romero Jucá (ad hoc)	Of. nº S/11/82
383	Luiz Otávio	PEC nº 55/2001
384	Romeu Tuma	PLS nº 189/99
385	Lúcio Alcântara	MSF nº 129/2002
406	Sebastião Rocha	PLS nº 650/99
407	Álvaro Dias	PLS nº 34/2000
409	Maria do Carmo Alves	PLS nº 212/99
411	Lúcio Alcântara	PLS nº 471/99
421	Bernardo Cabral	Redação final da PEC nº 29/2001
424	Bernardo Cabral	PEC nº 18/2002
425	José Fogaça	PLS nº 141/99
426	Romero Jucá	PLS nº 439/99
427	José Fogaça	PLS nº 520/99
428	Lúcio Alcântara	PLS nº 139/2000
429	Romeu Tuma	PLS nº 61/2002
436	Osmar Dias	PDS nº 219/2001
472	José Jorge	PLC nº 48/2002
485	Luiz Otávio	PLC nº 113/2001
486	Osmar Dias	PEC nº 2/2002
519	Romeu Tuma	PLC nº 147/2001
524	Bernardo Cabral	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 18/2002
525	Amir Lando	Recurso do Plenário da decisão do Presidente do Senado Federal que indeferiu o RQS nº 715/2001
527	Bernardo Cabral	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 3/2002
532	Antonio Carlos Júnior	PEC nº 14/2002
533	Roberto Freire	PEC nº 22/2002
535	Romeu Tuma	PLC nº 42/99
538	Bernardo Cabral	PEC nº 29/2000 (tramitando em conjunto com as PEC nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5 e 20/2000; e 15/2001)
543	Luiz Otávio	Redação, para o 2º turno, da PEC nº 55/2001
548	Osmar Dias	PLC nº 36/2002
549	José Eduardo Dutra	PLS nº 85/2001
552	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 161/2001
553	José Fogaça (ad hoc)	PLS nº 228/2001
554	Iris Rezende	PLS nº 241/2001
555	Waldeck Ornelas	PLS nº 13/2002
591	Romeu Tuma	PEC nº 4/2001
594	Amir Lando	PLC nº 110/2001

Número	Relator	Matéria
603	José Fogaça	PLS nº 204/99
604	Pedro Simon	PLS nº 77/2002
609	José Agripino	Redação, para o 2º turno, do Substitutivo da PEC nº 1/2001
613	Osmar Dias	PLC nº 30/99
657	Pedro Simon	PLS nº 150/99
658	Roberto Freire	PLS nº 370/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 145/2000)
659	José Fogaça (ad hoc)	PLS nº 100/2000
714	Francelino Pereira	PLC nº 49/2002
734	Romeu Tuma	PLC nº 36/99
741	Romeu Tuma	PLC nº 51/2002
781	Fernando Ribeiro	RQS nº 252/2002
782	Waldeck Ornelas	PEC nº 11/2002
783	Sebastião Rocha	PEC nº 21/2001
784	José Eduardo Dutra (ad hoc)	PEC nº 56/2001
788	Luiz Otávio	PLS nº 139/2002
812	Maria do Carmo Alves	PLS nº 593/99
817	Osmar Dias	PLC nº 10/2002
820	Francelino Pereira	RQS nº 114/2002
821	Osmar Dias	Emenda nº 1-Plen, apresentada ao PLC nº 36/2002
822	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 45/2001
824	Luiz Otávio	PLS nº 51/2002
826	Maria do Carmo Alves	PLC nº 11/98 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99)
861	José Fogaça	PEC nº 52/2001
863	Antonio Carlos Júnior	PEC nº 7/2002
882	Iris Rezende (ad hoc)	PLS nº 467/99
883	José Fogaça	PLS nº 142/2002
884	Amir Lando	PDS nº 243/2000
885	Antonio Carlos Júnior	PEC nº 7/2000
886	Luiz Otávio	PEC nº 16/2002
888	Pedro Simon	PLS nº 249/2000
889	Francelino Pereira	MSF nº 272/2002
898	Bello Parga	Petição nº 5/2002
972	Romeu Tuma	PRS nº 82/2000
974	Romeu Tuma (ad hoc)	PRS nº 6/2001
976	Ramez Tebet (ad hoc)	PLS nº 622/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 628/99)
977	Iris Rezende (ad hoc)	PLS nº 622/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 628/99)
984	Maria do Carmo Alves	PLS nº 59/99
1.020	José Jorge	PLC nº 91/2002
1.032	Ricardo Santos (ad hoc)	PLC nº 12/2002
1.033	Francelino Pereira	PLC nº 13/2002
1.035	Bernardo Cabral	Emendas nºs 106 a 239, de Plenário, oferecidas à PEC nº 29/2000
1.123	Luiz Otávio	MSF nº 307/2002
1.133	José Jorge	PLS nº 161/2002

Número	Relator	Matéria
1.134	Luiz Pastore (ad hoc)	PLS nº 114/2002
1.159	Bello Parga	PLS nº 78/2000-Complementar
1.165	Jefferson Peres	Of. nº S/46/2001
1.255	Bello Parga	PLC nº 65/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 536/99)
1.266	Bello Parga	PLS nº 92/2000 (Tramitando em conjunto com os PLS nºs 101/2000 e 559/99)
1.267	Jefferson Peres	PLS nº 40/2001
1.270	Waldeck Ornelas (ad hoc)	PLS nº 219/97
1.271	Roberto Freire	Emenda nº 1-Plen. Ao PLS nº 145/2000 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 370/99)
1.274	Waldeck Ornelas (ad hoc)	PEC nº 64/99
1.275	Maria do Carmo Alves	Emendas nºs 2 e 3-Plen à PEC nº 7/2001
1.277	Osmar Dias	PLC nº 66/2001
1.289	Osmar Dias (ad hoc)	PLS nº 245/2002
1.294	Maguito Vilela	PLC nº 92/2002
1.300	Osmar Dias	PRS nº 57/2001
1.312	Romero Jucá	PLC nº 106/2002
1.355	Jefferson Péres (ad hoc)	RQS nº 294/2002

j.2.5) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Número	Relator	Matéria
2	Mauro Miranda	PDS nº 271/2000
3	Pedro Piva	PDS nº 223/2001
4	Emilia Fernandes	PDS nº 318/2001
5	Marluce Pinto	PDS nº 320/2001
6	José Coêlho	PDS nº 375/2001
7	Lindberg Cury	PDS nº 376/2001
8	Emilia Fernandes	PDS nº 379/2001
9	Lindberg Cury	PDS nº 380/2001
10	Mauro Miranda	PDS nº 387/2001
11	Marluce Pinto	PDS nº 389/2001
12	Arlindo Porto	PDS nº 391/2001
13	Marluce Pinto	PDS nº 396/2001
14	Arlindo Porto	PDS nº 397/2001
15	Emilia Fernandes (ad hoc)	PDS nº 401/2001
16	Casildo Maldaner	PDS nº 404/2001
17	Freitas Neto	PDS nº 405/2001
18	Arlindo Porto	PDS nº 410/2001
19	Marluce Pinto	PDS nº 411/2001
20	Mauro Miranda	PDS nº 413/2001
21	Marluce Pinto	PDS nº 425/2001
32	Álvaro Dias	PDS nº 459/2001
42	Emilia Fernandes	PDS nº 385/2001
43	Álvaro Dias	PDS nº 386/2001

Número	Relator	Matéria
44	Emilia Fernandes	PDS nº 388/2001
45	Álvaro Dias	PDS nº 394/2001
46	Emilia Fernandes	PDS nº 398/2001
47	Emilia Fernandes	PDS nº 399/2001
48	Emilia Fernandes	PDS nº 400/2001
49	Lúcio Alcântara	PDS nº 407/2001
50	Lúcio Alcântara	PDS nº 408/2001
51	José Coelho	PDS nº 409/2001
68	Emilia Fernandes	PLS nº 162/2001
70	Waldeck Ornelas	PLS nº 232/2001
74	Geraldo Althoff	PLS nº 122/2001
88	Romeu Tuma (ad hoc)	PDS nº 392/2001
89	Luiz Otávio	PDS nº 406/2001
90	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 414/2001
91	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 415/2001
92	Sebastião Rocha	PDS nº 416/2001
93	Romeu Tuma (ad hoc)	PDS nº 417/2001
94	José Fogaça	Emenda nº 1-Plen ao PLS nº 123/2000-Compl.
95	Paulo Hartung	PLS nº 236/2001
96	Tiã Viana	PLC nº 76/2001
97	Benício Sampaio	PLC nº 126/2001
106	Roberto Saturnino	PLS nº 118/2000
107	Leomar Quintanilha	PLS nº 233/2001
127	Francelino Pereira	PDS nº 317/2001
128	Gilvam Borges	PDS nº 390/2001
129	Francelino Pereira	PDS nº 393/2001
130	Maguito Vilela	PDS nº 395/2001
131	Luiz Pontes	PDS nº 402/2001
132	Luiz Pontes	PDS nº 403/2001
133	Robinson Viana	PDS nº 412/2001
134	Francelino Pereira	PDS nº 427/2001
135	Nabor Júnior	PDS nº 448/2001
136	Mauro Miranda	PDS nº 453/2001
137	Lindberg Cury	PDS nº 455/2001
138	Francelino Pereira	PDS nº 460/2001
139	Maguito Vilela	PDS nº 18/2000
141	Moreira Mendes	PLC nº 145/2001
142	Benício Sampaio	PLC nº 150/2001
149	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 53/96
150	Waldeck Ornelas	PDS nº 267/2001
151	Freitas Neto	PDS nº 282/2001
152	Marina Silva	PDS nº 361/2001
153	Waldeck Ornelas	PDS nº 431/2001
154	Benício Sampaio	PDS nº 435/2001
155	Waldeck Ornelas	PDS nº 437/2001
156	Romeu Tuma	PDS nº 449/2001
170	Geraldo Cândido	Emenda da Câmara ao PLS nº 131/96
172	Gerson Camata (ad hoc)	PDS nº 281/2001
173	Waldeck Ornelas	PDS nº 428/2001

Número	Relator	Matéria
174	Waldeck Ornelas	PDS nº 430/2001
175	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 432/2001
176	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 433/2001
177	Benício Sampaio	PDS nº 443/2001
178	Maria do Carmo Alves	PDS nº 444/2001
179	José Jorge (ad hoc)	PDS nº 447/2001
180	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 450/2001
181	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 451/2001
182	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 454/2001
183	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 457/2001
184	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 458/2001
185	José Jorge (ad hoc)	PDS nº 461/2001
187	Francelino Pereira	PLC nº 153/2001
189	Arlindo Porto	PLC nº 154/2001
195	Casildo Maldaner	PLS nº 16/2002
210	Romeu Tuma (ad hoc)	PDS nº 434/2001
212	Romeu Tuma	PDS nº 240/2001
213	Romeu Tuma (ad hoc)	PDS nº 429/2001
214	Luiz Otávio (ad hoc)	PDS nº 445/2001
220	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 345/2001
221	Antônio Carlos Júnior (ad hoc)	PDS nº 436/2001
222	Teotônio Vilela Filho (ad hoc)	PDS nº 439/2001
223	Teotônio Vilela Filho	PDS nº 440/2001
224	Luiz Pontes (ad hoc)	PDS nº 462/2001
225	Arlindo Porto	PDS nº 11/2002
240	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 212/2001
253	Emilia Fernandes	PDS nº 438/2001
254	Emilia Fernandes	PDS nº 446/2001
255	Emilia Fernandes	PDS nº 452/2001
259	Romeu Tuma	PLC nº 87/2000
261	Emilia Fernandes (ad hoc)	PLC nº 129/2001
262	Geraldo Althoff	PLC nº 149/2001
263	Waldeck Ornelas	PDS nº 68/2002
264	Juvêncio da Fonseca (ad hoc)	PLC nº 9/2002
265	Casildo Maldaner	PLC nº 21/2002
266	Lindberg Cury	PDS nº 12/2002
323	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 10/2002
324	Jonas Pinheiro	PDS nº 19/2002
325	Gilvam Borges	PDS nº 31/2002
326	Waldeck Ornelas (ad hoc)	PDS nº 37/2002
329	Paulo Hartung	PDS nº 20/2002
330	Paulo Hartung	PDS nº 134/2002
333	Marina Silva	PLS nº 244/2001
334	Reginaldo Duarte (ad hoc)	PLS nº 44/2002
344	Marluce Pinto	PLS nº 251/2001
345	Geraldo Cândido	PLS nº 270/2001
346	Romeu Tuma	PDS nº 16/2002
347	Jonas Pinheiro (ad hoc)	PDS nº 18/2002
348	Paulo Hartung	PDS nº 34/2002

Número	Relator	Matéria
349	Romeu Tuma	PDS nº 43/2002
350	Paulo Hartung	PDS nº 44/2002
351	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 52/2002
352	Waldeck Ornelas	PDS nº 67/2002
353	Casildo Maldaner	PDS nº 90/2002
354	Jonas Pinheiro	PDS nº 92/2002
355	Jonas Pinheiro	PDS nº 93/2002
356	Moreira Mendes	PLC nº 146/2001
363	Lúcio Alcântara	PDS nº 17/2002
364	Waldeck Ornelas	PDS nº 104/2002
365	Lúcio Alcântara	PDS nº 133/2002
366	Lúcio Alcântara	PDS nº 173/2002
370	Paulo Hartung	PLS nº 268/2001
371	Álvaro Dias	PLS nº 290/2001
372	Marluce Pinto	PLS nº 45/2002
373	Marluce Pinto	PLS nº 46/2002
387	Chico Sartori	PDS nº 26/2002
388	Romeu Tuma	PDS nº 32/2002
389	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 33/2002
390	Romeu Tuma	PDS nº 41/2002
391	Leomar Quintanilha	PDS nº 47/2002
392	Moreira Mendes	PDS nº 49/2002
393	Luiz Otávio	PDS nº 51/2002
394	Chico Sartori	PDS nº 54/2002
395	Gerson Camata	PDS nº 56/2002
396	Lúcio Alcântara	PDS nº 57/2002
397	Romeu Tuma	PDS nº 58/2002
398	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 60/2002
399	Lúcio Alcântara	PDS nº 62/2002
400	Geraldo Althoff	PDS nº 69/2002
401	Chico Sartori	PDS nº 72/2002
402	Geraldo Althoff	PDS nº 73/2002
403	Geraldo Althoff	PDS nº 80/2002
404	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 81/2002
405	Moreira Mendes	PDS nº 83/2002
415	Ricardo Santos	PDS nº 154/2002
416	Gilvam Borges	PDS nº 189/2002
417	Ricardo Santos	PLC nº 27/2002
418	Gerson Camata	PLC nº 28/2002
419	Álvaro Dias	PDS nº 14/2002
420	Álvaro Dias	PDS nº 15/2002
438	Reginaldo Duarte	PDS nº 95/2002
439	Nabor Júnior	PDS nº 97/2002
440	Romeu Tuma	PDS nº 101/2002
441	Romeu Tuma	PDS nº 106/2002
442	Romeu Tuma	PDS nº 110/2002
443	Álvaro Dias	PDS nº 75/2002
444	Álvaro Dias	PDS nº 77/2002
450	Nabor Júnior	PDS nº 46/2002

Número	Relator	Matéria
451	Jonas Pinheiro	PDS nº 50/2002
452	Geraldo Cândido	PDS nº 53/2002
453	Moreira Mendes	PDS nº 59/2002
454	Jonas Pinheiro	PDS nº 61/2002
455	Arlindo Porto	PDS nº 65/2002
456	Arlindo Porto	PDS nº 70/2002
457	Geraldo Cândido	PDS nº 74/2002
458	Chico Sartori	PDS nº 79/2002
459	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 119/2002
460	Waldeck Ornelas	PDS nº 135/2002
461	Waldeck Ornelas	PDS nº 136/2002
462	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 141/2002
463	Marluce Pinto	PDS nº 74/2002
471	Gilvam Borges	PLC nº 24/2002
473	Waldeck Ornelas	PLC nº 48/2002
474	Lindberg Cury	PDS nº 45/2002
475	Jonas Pinheiro	PDS nº 171/2002
476	Lindberg Cury	PDS nº 176/2002
478	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PLS nº 68/2002
479	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PLS nº 82/2002
480	Mauro Miranda	PLC nº 32/2002
481	Ricardo Santos	PLS nº 123/2002
482	Ney Suassuna	PDS nº 343/2001
483	Reginaldo Duarte	PDS nº 178/2002
484	Casildo Maldaner	PDS nº 165/2002
497	Ricardo Santos	PDS nº 146/2002
498	Jonas Pinheiro	PDS nº 132/2002
499	Jonas Pinheiro	PDS nº 143/2002
500	Mauro Miranda	PDS nº 108/2002
501	Lindberg Cury	PDS nº 109/2002
502	Romeu Tuma	PDS nº 94/2002
503	Mauro Miranda	PDS nº 48/2002
504	Ney Suassuna	PDS nº 76/j/2002
505	Mauro Miranda (ad hoc)	PDS nº 63/2002
506	Mauro Miranda	PDS nº 55/2002
507	Mauro Miranda (ad hoc)	PDS nº 87/2002
508	Mauro Miranda (ad hoc)	PDS nº 21/2002
509	Casildo Maldaner	PDS nº 29/2002
510	Romeu Tuma	PDS nº 30/2002
511	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 96/2002
512	Emilia Fernandes	PDS nº 115/2002
513	Chico Sartori	PDS nº 117/2002
514	Reginaldo Duarte	PDS nº 121/2002
515	Reginaldo Duarte	PDS nº 124/2002
516	Romeu Tuma	PDS nº 127/2002
517	Maria do Carmo Alves	PDS nº 129/2002
550	Artur da Távola	PLS nº 85/2001
557	Arlindo Porto	PDS nº 162/2002
558	Casildo Maldaner	PDS nº 177/2002

Número	Relator	Matéria
559	Francelino Pereira	PDS nº 66/2002
567	Freitas Neto	PDS nº 25/2002
568	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 40/2002
569	Francelino Pereira	PDS nº 64/2002
570	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 84/2002
571	José Jorge	PDS nº 91/2002
572	José Jorge	PDS nº 105/2002
573	Romeu Tuma	PDS nº 118/2002
574	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 120/2002
575	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 123/2002
576	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 126/2002
577	Benício Sampaio	PDS nº 138/2002
578	Benício Sampaio	PDS nº 139/2002
579	Lúcio Alcântara	PDS nº 145/2002
580	Lúcio Alcântara	PDS nº 155/2002
581	Emília Fernandes	PDS nº 157/2002
582	Francelino Pereira	PDS nº 159/2002
583	Luiz Otávio	PDS nº 161/2002
584	Romeu Tuma	PDS nº 163/2002
585	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 167/2002
586	Jonas Pinheiro	PDS nº 168/2002
587	Romeu Tuma	PDS nº 169/2002
588	Benício Sampaio	PDS nº 170/2002
589	Casildo Maldaner	PDS nº 172/2002
590	Luiz Otávio	PDS nº 174/2002
592	Moreira Mendes (ad hoc)	PDS nº 180/2002
597	Lúcio Alcântara	PLS nº 202/99
598	Casildo Maldaner	PLS nº 202/99
615	José Jorge	PLC nº 52/2002
633	Valmir Amaral	PDS nº 185/2001
634	Waldeck Ornelas	PDS nº 13/2002
635	Freitas Neto	PDS nº 24/2002
636	Casildo Maldaner	PDS nº 28/2002
637	Gerson Camata	PDS nº 35/2002
638	Arlindo Porto	PDS nº 82/2002
639	Arlindo Porto	PDS nº 89/2002
640	Gerson Camata	PDS nº 99/2002
641	Mauro Miranda	PDS nº 113/2002
642	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 114/2002
643	Álvaro Dias	PDS nº 116/2002
644	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 128/2002
645	Álvaro Dias	PDS nº 130/2002
646	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 131/2002
647	Gerson Camata (ad hoc)	PDS nº 137/2002
648	Gerson Camata (ad hoc)	PDS nº 140/2002
649	Geraldo Cândido	PDS nº 147/2002
650	Álvaro Dias	PDS nº 148/2002
651	Mauro Miranda	PDS nº 153/2002
652	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 166/2002

Número	Relator	Matéria
653	Lúcio Alcântara	PDS nº 220/2002
654	Lúcio Alcântara	PDS nº 227/2002
655	Lúcio Alcântara	PDS nº 260/2002
656	Moreira Mendes	PLC nº 4/2002
692	Jonas Pinheiro	PDS nº 185/2002
693	Jonas Pinheiro	PDS nº 193/2002
694	Jonas Pinheiro	PDS nº 199/2002
695	Jonas Pinheiro	PDS nº 225/2002
696	Jonas Pinheiro	PDS nº 226/2002
697	Waldeck Ornelas	PDS nº 232/2002
698	Waldeck Ornelas	PDS nº 236/2002
699	Jonas Pinheiro	PDS nº 237/2002
700	Mauro Miranda	PDS nº 238/2002
701	Emilia Fernandes	PDS nº 249/2002
702	Mauro Miranda	PDS nº 278/2002
703	Jonas Pinheiro	PDS nº 285/2002
704	Lúcio Alcântara	PDS nº 286/2002
728	Emilia Fernandes	PDS nº 194/2002
729	Gilvam Borges	PDS nº 231/2002
730	Jonas Pinheiro	PDS nº 319/2002
743	Luiz Otávio	PDS nº 156/2002
744	Reginaldo Duarte	PDS nº 187/2002
745	Mauro Miranda	PDS nº 200/2002
746	Arlindo Porto (ad hoc)	PDS nº 204/2002
747	Mauro Miranda	PDS nº 206/2002
748	Arlindo Porto	PDS nº 209/2002
749	Álvaro Dias	PDS nº 233/2002
750	Jonas Pinheiro	PDS nº 244/2002
751	Jonas Pinheiro	PDS nº 246/2002
752	Mauro Miranda	PDS nº 250/2002
753	Mauro Miranda	PDS nº 252/2002
754	Álvaro Dias	PDS nº 254/2002
755	Álvaro Dias	PDS nº 257/2002
756	Mauro Miranda	PDS nº 264/2002
757	Mauro Miranda	PDS nº 279/2002
758	Romeu Tuma	PDS nº 38/2002
759	Mauro Miranda	PDS nº 71/2002
760	Mauro Miranda	PDS nº 78/2002
761	Álvaro Dias	PDS nº 86/2002
762	Álvaro Dias	PDS nº 88/2002
763	Mozarildo Cavalcanti	PDS nº 100/2002
764	Álvaro Dias	PDS nº 102/2002
765	Mauro Miranda	PDS nº 103/2002
766	Álvaro Dias	PDS nº 111/2002
767	Maguito Vilela	PDS nº 112/2002
768	Álvaro Dias	PDS nº 122/2002
769	Álvaro Dias	PDS nº 125/2002
770	Ney Suassuna	PDS nº 142/2002
771	Álvaro Dias	PDS nº 144/2002

Número	Relator	Matéria
772	Nabor Júnior	PDS nº 149/2002
773	Nabor Júnior	PDS nº 160/2002
774	Moreira Mendes (ad hoc)	PDS nº 179/2002
785	Maguito Vilela	PLC nº 46/2002
787	Adir Gentil	PLS nº 73/2002
789	Casildo Maldaner	PDS nº 98/2002
790	Romeu Tuma	PDS nº 182/2002
791	Teotônio Vilela Filho	PDS nº 188/2002
792	Romeu Tuma	PDS nº 195/2002
793	Romeu Tuma	PDS nº 198/2002
794	Benício Sampaio (ad hoc)	PDS nº 202/2002
795	Luiz Otávio	PDS nº 203/2002
796	Romeu Tuma	PDS nº 210/2002
797	Marluce Pinto	PDS nº 211/2002
798	Valmir Amaral (ad hoc)	PDS nº 215/2002
799	Benício Sampaio (ad hoc)	PDS nº 217/2002
800	Valmir Amaral (ad hoc)	PDS nº 219/2002
801	Romeu Tuma	PDS nº 221/2002
802	Valmir Amaral (ad hoc)	PDS nº 222/2002
803	Valmir Amaral (ad hoc)	PDS nº 223/2002
804	Romeu Tuma	PDS nº 224/2002
805	Romeu Tuma	PDS nº 235/2002
806	Valmir Amaral (ad hoc)	PDS nº 241/2002
807	Casildo Maldaner	PDS nº 284/2002
808	Francelino Pereira	PDS nº 287/2002
809	Geraldo Cândido	PLC nº 17/2002
810	Leomar Quintanilha	PLC nº 25/2002
811	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 56/2002
818	Marluce Pinto	PLS nº 110/2002
823	Freitas Neto (ad hoc)	PLS nº 214/2001
825	Jonas Pinheiro	PLS nº 152/2002
828	Casildo Maldaner	PLC nº 11/98 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99)
860	Luiz Pontes	PLS nº 259/2000
862	Mauro Miranda (ad hoc)	PDS nº 39/2002
867	Gerson Camata	Aviso nº 107/2001
869	Moreira Mendes	Aviso nº 142/2001
892	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 256/2002
893	Romeu Tuma	PDS nº 276/2002
894	Benício Sampaio	PDS nº 445/2002
895	Ricardo Santos	PDS nº 460/2002
896	Ricardo Santos	PDS nº 466/2002
897	Ricardo Santos	PDS nº 470/2002
908	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 85/2002
909	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 181/2002
910	Adir Gentil	PDS nº 183/2002
911	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 186/2002
912	Maria do Carmo Alves	PDS nº 191/2002
913	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 192/2002

Número	Relator	Matéria
914	Adir Gentil	PDS nº 196/2002
915	Arlindo Porto	PDS nº 197/2002
916	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 201/2002
917	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 205/2002
918	Maria do Carmo Alves	PDS nº 207/2002
919	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 208/2002
920	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 214/2002
921	Benício Sampaio	PDS nº 218/2002
922	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 228/2002
923	Maria do Carmo Alves (ad hoc)	PDS nº 229/2002
924	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 234/2002
925	Eduardo Suplicy	PDS nº 239/2002
926	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 240/2002
927	Maria do Carmo Alves (ad hoc)	PDS nº 242/2002
928	Maria do Carmo Alves (ad hoc)	PDS nº 243/2002
929	Geraldo Cândido	PDS nº 245/2002
930	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 247/2002
931	Arlindo Porto	PDS nº 248/2002
932	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 251/2002
933	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 258/2002
934	Marina Silva	PDS nº 259/2002
935	Romeu Tuma	PDS nº 261/2002
936	Romeu Tuma	PDS nº 265/2002
937	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 266/2002
938	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 267/2002
939	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 268/2002
940	Maria do Carmo Alves	PDS nº 190/2002
941	Maria do Carmo Alves	PDS nº 213/2002
942	Maria do Carmo Alves	PDS nº 216/2002
943	Eduardo Suplicy	PDS nº 269/2002
944	Eduardo Suplicy	PDS nº 270/2002
945	Geraldo Cândido	PDS nº 271/2002
946	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 272/2002
947	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 273/2002
948	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 274/2002
949	Benício Sampaio	PDS nº 275/2002
950	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 277/2002
951	Arlindo Porto	PDS nº 280/2002
952	Benício Sampaio	PDS nº 281/2002
953	Eduardo Suplicy	PDS nº 282/2002
954	Benício Sampaio	PDS nº 288/j/2002
955	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 290/2002
956	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 291/2002
957	Adir Gentil	PDS nº 292/2002
958	Adir Gentil (ad hoc)	PDS nº 294/2002
959	Maria do Carmo Alves (ad hoc)	PDS nº 297/2002
960	Francelino Pereira	PDS nº 299/2002
961	Reginaldo Duarte	PDS nº 300/2002
962	Luiz Otávio	PDS nº 301/2002

Número	Relator	Matéria
963	Eduardo Siqueira Campos (ad hoc)	PDS nº 302/2002
964	Maria do Carmo Alves (ad hoc)	PDS nº 304/2002
965	Arlindo Porto	PDS nº 305/2002
966	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 307/2002
967	Francelino Pereira	PDS nº 310/2002
968	Eduardo Siqueira Campos	PDS nº 311/2002
969	Benício Sampaio	PDS nº 313/2002
970	Lúcio Alcântara (ad hoc)	PDS nº 315/2002
971	Adir Gentil	PDS nº 317/2002
978	Álvaro Dias	PLS nº 622/99 (Tramitando em conjunto com o PLS nº 628/99)
986	Romeu Tuma	PDS nº 107/2002
987	Romeu Tuma	PDS nº 184/2002
988	Nabor Júnior	PDS nº 212/2002
989	Chico Sartori	PDS nº 255/2002
990	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 263/2002
991	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 283/2002
992	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 289/2002
993	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 295/2002
994	Romeu Tuma	PDS nº 296/2002
995	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 303/2002
996	Arlindo Porto	PDS nº 321/2002
997	Ricardo Santos	PDS nº 323/2002
998	Nabor Júnior	PDS nº 325/2002
999	Freitas Neto	PDS nº 338/2002
1.000	Freitas Neto	PDS nº 340/2002
1.001	Arlindo Porto	PDS nº 344/2002
1.002	Nabor Júnior	PDS nº 345/2002
1.003	Arlindo Porto	PDS nº 347/2002
1.004	Arlindo Porto	PDS nº 349/2002
1.005	Freitas Neto	PDS nº 359/2002
1.006	Arlindo Porto	PDS nº 361/2002
1.007	Romeu Tuma	PDS nº 365/2002
1.008	Romeu Tuma	PDS nº 386/2002
1.009	Arlindo Porto	PDS nº 390/2002
1.010	Luiz Otávio	PDS nº 392/2002
1.011	Romeu Tuma	PDS nº 397/2002
1.012	Romeu Tuma	PDS nº 400/2002
1.013	Ricardo Santos	PDS nº 411/2002
1.014	Luiz Otávio	PDS nº 447/2002
1.015	Freitas Neto	PDS nº 459/2002
1.016	Benício Sampaio	PDS nº 461/2002
1.018	Nabor Júnior	PLC nº 59/2002
1.019	José Jorge	PLS nº 90/2001
1.027	Paulo Souto	PLS nº 180/2002
1.028	Gilvam Borges	PDS nº 404/2002
1.029	Arlindo Porto	PDS nº 437/2002
1.034	Arlindo Porto	PLC nº 41/2002
1.036	Lúcio Alcântara	PDS nº 331/2002

Número	Relator	Matéria
1.040	Emília Fernandes	PDS nº 441/2001
1.041	Francelino Pereira	PDS nº 322/2002
1.042	Mauro Miranda	PDS nº 327/2002
1.043	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 334/2002
1.044	Benício Sampaio	PDS nº 336/2002
1.045	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 342/2002
1.046	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 343/2002
1.047	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 354/2002
1.048	Francelino Pereira	PDS nº 356/2002
1.049	Emília Fernandes	PDS nº 357/2002
1.050	Emília Fernandes	PDS nº 358/2002
1.051	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 362/2002
1.052	Francelino Pereira	PDS nº 371/2002
1.053	Emília Fernandes	PDS nº 372/2002
1.054	Benício Sampaio	PDS nº 376/2002
1.055	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 377/2002
1.056	Romero Jucá	PDS nº 381/2002
1.057	Francelino Pereira	PDS nº 382/2002
1.058	Francelino Pereira	PDS nº 383/2002
1.059	Arlindo Porto	PDS nº 391/2002
1.060	Emília Fernandes	PDS nº 398/2002
1.061	Romeu Tuma	PDS nº 403/2002
1.062	Romeu Tuma	PDS nº 405/2002
1.063	Arlindo Porto	PDS nº 409/2002
1.064	Romeu Tuma	PDS nº 416/2002
1.065	Arlindo Porto	PDS nº 421/2002
1.066	Luiz Otávio	PDS nº 426/2002
1.067	Romeu Tuma	PDS nº 430/2002
1.068	Mauro Miranda	PDS nº 436/2002
1.069	Mauro Miranda	PDS nº 438/2002
1.070	Emília Fernandes	PDS nº 441/2002
1.071	Luiz Otávio	PDS nº 446/2002
1.073	Ricardo Santos	PDS nº 551/2002
1.077	Eduardo Suplicy	PDS nº 262/2002
1.078	Mauro Miranda (art. 84, RISF)	PDS nº 309/2002
1.079	Ney Suassuna	PDS nº 314/2002
1.080	Mauro Miranda	PDS nº 324/2002
1.081	Jonas Pinheiro (art. 84, RISF)	PDS nº 328/2002
1.082	Eduardo Suplicy	PDS nº 332/2002
1.083	Gilvam Borges	PDS nº 333/2002
1.084	José Jorge	PDS nº 337/2002
1.085	Ney Suassuna	PDS nº 341/2002
1.086	Francelino Pereira (art. 84, RISF)	PDS nº 346/2002
1.087	Luiz Pontes	PDS nº 348/2002
1.088	Gilvam Borges	PDS nº 351/2002
1.089	Gilvam Borges	PDS nº 352/2002
1.090	Luiz Otávio (art. 84, RISF)	PDS nº 355/2002
1.091	Francelino Pereira	PDS nº 360/2002
1.092	Gilvam Borges	PDS nº 363/2002

Número	Relator	Matéria
1.093	Gilvam Borges	PDS nº 364/2002
1.094	Jonas Pinheiro (art. 84, RISF)	PDS nº 366/2002
1.095	José Jorge	PDS nº 367/2002
1.096	José Jorge	PDS nº 368/2002
1.097	José Jorge	PDS nº 370/2002
1.098	Francelino Pereira (art. 84, RISF)	PDS nº 395/2002
1.099	Eduardo Suplicy	PDS nº 401/2002
1.100	Luiz Pontes	PDS nº 402/2002
1.101	Francelino Pereira	PDS nº 406/2002
1.102	Gilvam Borges	PDS nº 407/2002
1.103	Gilvam Borges	PDS nº 408/2002
1.104	Lindberg Cury (art. 84, RISF)	PDS nº 410/2002
1.105	Antonio Carlos Júnior (art. 84, RISF)	PDS nº 412/2002
1.106	Arlindo Porto	PDS nº 413/2002
1.107	Arlindo Porto	PDS nº 414/2002
1.108	Eduardo Suplicy	PDS nº 415/2002
1.109	Jonas Pinheiro	PDS nº 417/2002
1.110	José Jorge	PDS nº 418/2002
1.111	Arlindo Porto	PDS nº 419/2002
1.112	Arlindo Porto	PDS nº 420/2002
1.113	Eduardo Suplicy	PDS nº 422/2002
1.114	Francelino Pereira	PDS nº 432/2002
1.115	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 435/2002
1.116	Emilia Fernández	PDS nº 448/2002
1.117	Luiz Pontes	PDS nº 449/2002
1.118	Eduardo Suplicy	PDS nº 453/2002
1.119	Eduardo Suplicy	PDS nº 454/2002
1.120	Emilia Fernandes	PDS nº 465/2002
1.121	Luiz Otávio	PDS nº 471/2002
1.122	Luiz Pontes	PDS nº 472/2002
1.130	Romero Jucá	PDS nº 468/2002
1.131	Ricardo Santos	PDS nº 516/2002
1.135	Romeu Tuma	PDS nº 547/2002
1.136	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 387/2002
1.137	Eduardo Suplicy	PDS nº 388/2002
1.138	Eduardo Suplicy	PDS nº 389/2002
1.139	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 394/2002
1.140	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 423/2002
1.141	Eduardo Suplicy	PDS nº 424/2002
1.142	Eduardo Suplicy	PDS nº 425/2002
1.143	Romeu Tuma	PDS nº 452/2002
1.144	José Jorge	PDS nº 369/2002
1.145	Francelino Pereira	PDS nº 384/2002
1.146	José Jorge	PDS nº 427/2002
1.147	Eduardo Suplicy	PDS nº 439/2002
1.148	Romeu Tuma	PDS nº 455/2002
1.149	Romeu Tuma	PDS nº 456/2002
1.150	Francelino Pereira	PDS nº 473/2002
1.151	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 250/2002

Número	Relator	Matéria
1.152	Benício Sampaio	PDS nº 538/2002
1.153	Luiz Pastore	PDS nº 562/2002
1.154	Geraldo Althoff	PLC nº 90/2002
1.158	Geraldo Althoff	PDS nº 559/2002
1.164	Nabor Júnior	PDS nº 530/2002
1.166	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 226/2000
1.167	Marina Silva	PDS nº 230/2002
1.168	Casildo Maldaner	PDS nº 306/2002
1.169	Marina Silva	PDS nº 312/2002
1.170	Casildo Maldaner	PDS nº 316/2002
1.171	Casildo Maldaner	PDS nº 320/2002
1.172	Casildo Maldaner	PDS nº 330/2002
1.173	Casildo Maldaner	PDS nº 335/2002
1.174	Marina Silva	PDS nº 373/2002
1.175	Marina Silva	PDS nº 374/2002
1.176	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 399/2002
1.177	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 429/2002
1.178	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 431/2002
1.179	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 434/2002
1.180	Casildo Maldaner	PDS nº 442/2002
1.181	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 443/2002
1.182	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 444/2002
1.183	Geraldo Cândido	PDS nº 458/2002
1.184	Casildo Maldaner	PDS nº 463/2002
1.185	Emília Fernandes	PDS nº 487/2002
1.186	Geraldo Cândido	PDS nº 519/2002
1.187	Geraldo Althoff	PDS nº 523/2002
1.188	Benício Sampaio	PDS nº 526/2002
1.189	Emília Fernandes	PDS nº 540/2002
1.190	Luiz Pastore	PDS nº 543/2002
1.191	Jonas Pinheiro	PDS nº 546/2002
1.192	Arlindo Porto	PDS nº 548/2002
1.193	Arlindo Porto	PDS nº 550/2002
1.198	Arlindo Porto	PDS nº 565/2002
1.222	Moreira Mendes	PDS nº 567/2002
1.223	Moreira Mendes	PDS nº 568/2002
1.224	Sebastião Rocha	PDS nº 569/2002
1.227	Tião Viana	PDS nº 510/2002
1.228	Mauro Miranda	PDS nº 549/2002
1.229	Francelino Pereira	PDS nº 564/2002
1.230	Emília Fernandes	PDS nº 573/2002
1.231	Moreira Mendes	PDS nº 353/2002
1.232	Geraldo Cândido	PDS nº 385/2002
1.233	Antonio Carlos Júnior (ad hoc)	PDS nº 393/2002
1.234	Geraldo Cândido	PDS nº 396/2002
1.235	Geraldo Cândido	PDS nº 433/2002
1.236	Francelino Pereira	PDS nº 457/2002
1.237	Geraldo Althoff	PDS nº 490/2002
1.238	Benício Sampaio	PDS nº 491/2002

Número	Relator	Matéria
1.239	Francelino Pereira	PDS nº 492/2002
1.240	Arlindo Porto	PDS nº 501/2002
1.241	Romeu Tuma	PDS nº 504/2002
1.242	Romeu Tuma	PDS nº 507/2002
1.243	Antonio Carlos Júnior (ad hoc)	PDS nº 520/2002
1.244	Waldeck Ornelas	PDS nº 521/2002
1.245	Geraldo Cândido	PDS nº 522/2002
1.246	Antonio Carlos Júnior (ad hoc)	PDS nº 524/2002
1.247	Geraldo Althoff	PDS nº 525/2002
1.248	Geraldo Althoff	PDS nº 529/2002
1.249	Geraldo Althoff	PDS nº 537/2002
1.250	Arlindo Porto	PDS nº 539/2002
1.251	Francelino Pereira	PDS nº 553/2002
1.252	Arlindo Porto	PDS nº 554/2002
1.253	Romeu Tuma	PDS nº 555/2002
1.254	Geraldo Althoff	PDS nº 558/2002
1.256	Nabor Júnior	PDS nº 33/94
1.257	Nabor Júnior	PDS nº 51/95
1.258	Emilia Fernandes	PDS nº 440/2002
1.259	Luiz Pastore	PDS nº 451/2002
1.260	Jonas Pinheiro	PDS nº 502/2002
1.261	Nabor Júnior (ad hoc)	PDS nº 503/2002
1.262	Nabor Júnior	PDS nº 534/2002
1.263	Luiz Pastore	PDS nº 536/2002
1.264	Emilia Fernandes	PDS nº 556/2002
1.265	Emilia Fernandes	PDS nº 557/2002
1.268	Antonio Carlos Júnior	PLS nº 175/2001
1.269	Juvêncio da Fonseca	PLS nº 234/2002
1.272	Geraldo Althoff	PLS nº 192/2002
1.286	Gilvam Borges	PDS nº 582/2002
1.287	Gilvam Borges	PDS nº 583/2002
1.290	Geraldo Cândido (ad hoc)	PDS nº 552/2002
1.291	Ricardo Santos	PDS nº 578/2002
1.292	Olivir Gabardo	PDS nº 581/2002
1.293	Arlindo Porto	PDS nº 640/2002
1.306	Juvêncio da Fonseca (ad hoc)	PDS nº 670/2002
1.307	Luiz Otávio (ad hoc)	PDS nº 514/2002
1.308	Luiz Otávio (ad hoc)	PDS nº 515/2002
1.309	Arlindo Porto	PDS nº 571/2002
1.310	Nabor Júnior (ad hoc)	PDS nº 639/2002
1.316	Nabor Júnior (ad hoc)	PDS nº 577/2002
1.317	Juvêncio da Fonseca (ad hoc)	PDS nº 628/2002
1.320	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 103/2000
1.321	Luiz Pastore (ad hoc)	PDS nº 36/2002
1.322	Emilia Fernandes (ad hoc)	PDS nº 308/2002
1.323	Emilia Fernandes (ad hoc)	PDS nº 339/2002
1.324	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 350/2002
1.325	Casildo Maldaner	PDS nº 378/2002
1.326	Emilia Fernandes	PDS nº 462/2002

Número	Relator	Matéria
1.327	Arlindo Porto	PDS nº 475/2002
1.328	Francelino Pereira	PDS nº 476/2002
1.329	Lindberg Cury	PDS nº 477/2002
1.330	Arlindo Porto	PDS nº 479/2002
1.331	Ney Suassuna (ad hoc)	PDS nº 482/2002
1.332	Ney Suassuna	PDS nº 484/2002
1.333	Francelino Pereira	PDS nº 486/2002
1.334	Geraldo Althoff (ad hoc)	PDS nº 488/2002
1.335	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 489/2002
1.336	Luiz Otávio (ad hoc)	PDS nº 494/2002
1.337	Gilvam Borges (ad hoc)	PDS nº 495/2002
1.338	Lindberg Cury (ad hoc)	PDS nº 497/2002
1.339	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 498/2002
1.340	Emília Fernandes (ad hoc)	PDS nº 499/2002
1.341	Jonas Pinheiro (ad hoc)	PDS nº 505/2002
1.342	Antonio Carlos Júnior (ad hoc)	PDS nº 517/2002
1.343	Lindberg Cury (ad hoc)	PDS nº 518/2002
1.344	Antonio Carlos Júnior	PDS nº 527/2002
1.345	Francelino Pereira	PDS nº 531/2002
1.346	Geraldo Cândido (ad hoc)	PDS nº 532/2002
1.347	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 535/2002
1.348	Geraldo Cândido	PDS nº 541/2002
1.349	Olivir Gabardo	PDS nº 563/2002
1.350	Olivir Gabardo	PDS nº 566/2002
1.351	Geraldo Althoff	PDS nº 570/2002
1.352	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 572/2002
1.353	Luiz Pastore	PDS nº 574/2002
1.353	Juvêncio da Fonseca	PDS nº 579/2002
1.356	Olivir Gabardo (ad hoc)	PDS nº 184/99

j.2.6) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Número	Relator	Matéria
53	Wellington Roberto	PFC nº 2/2001
54	Ricardo Santos	Aviso nº 131/2000
319	Antonio Carlos Júnior	Aviso nº 203/2001
361	Fernando Ribeiro (ad hoc)	Aviso nº 22/99
413	Antonio Carlos Júnior	Aviso nº 204/2001
864	Jefferson Péres (ad hoc)	Avisos nºs 180/2001; 228, 215, 127, 30, 29 e 3/2000; 58, 185, 206, 205, 202, 197, 146, 75, 47, 150, 141, 115 e 25/2001
865	Valmir Amaral (ad hoc)	Avisos nºs 187, 188, 190, 191 e 194/2001; 82, 132, 207, 181, 144, 201, 246, 198 e 212/2000; 37, 102 e 109/2001; 227 e 65/2000
866	Antonio Carlos Júnior	Avisos nºs 44, 90, 67, 203, 113, 5, 224, 72, 174, 205, 66 e 115/2000; 34, 160, 155, 100, 158, 152, e 96/2001; e 1/99

Número	Relator	Matéria
868	Fernando Ribeiro	Aviso nº 107/2001
870	Fernando Ribeiro	Aviso nº 142/2001
871	Fernando Ribeiro	Avisos nºs 122, 196, 79, 195, 172, 193 e 198/2001; 238, 109, 231, 152, 110, 101, 80, 62, 61 e 55/2000
872	Luiz Otávio	Aviso nº 1.841/2001
873	Antonio Carlos Júnior	Aviso nº 221/2002
874	Valmir Amaral (ad hoc)	Aviso nº 54/2001
875	Romero Jucá	Aviso nº 62/2001
876	Chico Sartori (ad hoc)	Aviso nº 154/2001
877	Roberto Saturnino	Avisos nºs 74, 91 e 53/2001; 130, 153, 124, 162, 190 e 104/2000
878	Moreira Mendes (ad hoc)	Avisos nºs 159, 87, 129, 90 e 132/2001; 41, 23, 199, 22, 102, 117, 43, 185, 16-A, 204, 232, 226, 165, 75 e 178/2000
879	Luiz Otávio (ad hoc)	Avisos nºs 163 a 171, 176, 181, 179, 178, 182 a 184, 177, 185, 174 e 186/2001
880	Geraldo Althoff	Avisos nºs 56, 18, 134, 135, 144, 145, 77, 117, 128, 133, 140, 149, 55, 104 e 189/2001; 54, 26, 210 e 243/2000
881	Eduardo Suplicy	Div. 1/96; Avisos nºs 105, 196, 225 e 234/2000; 29 e 25/99; Div. nº 35/99; Avisos nºs 17, 208, 218, 240 e 237/2000; 02/99; 247/2000; Div. nºs 49/97; 98 e 87/96; e Aviso nº 8/99

j.2.7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Número	Relator	Matéria
61	Romeu Tuma	PLC nº 125/2001
62	Tiã Viana	MSF nº 222/2001
63	Gilberto Mestrinho	MSF nº 250/2001
78	Lúdio Coelho	PDS nº 125/2000
79	Lúdio Coelho	PDS nº 299/2001
80	Romeu Tuma	PDS nº 325/2001
81	Geraldo Cândido	PDS nº 369/2001
82	José Sarney	PDS nº 382/2001
83	Roberto Saturnino	PDS nº 384/2001
84	Geraldo Cândido	PDS nº 418/2001
85	José Agripino	PDS nº 419/2001
86	José Coêlho	PDS nº 420/2001
87	Roberto Saturnino	PDS nº 421/2001
98	José Sarney	PDS nº 368/2001
103	Tiã Viana	PDS nº 370/2001
112	Teotônio Vilela Filho (ad hoc)	PDS nº 326/2001
113	Bernardo Cabral	PDS nº 366/2001
114	Luiz Otávio (ad hoc)	PDS nº 367/2001
219	Romeu Tuma	MSF nº 85/2002
268	Geraldo Melo	MSF nº 291/2001
269	Geraldo Melo	MSF nº 5/2002

Número	Relator	Matéria
277	Emília Fernandes	PDS nº 1/2002
279	Tiãõ Viana	RQS nº 136/2002
318	Romeu Tuma	PDS nº 141/2000
320	Iris Rezende	PDS nº 383/2001
322	Bernardo Cabral	Aviso nº 9/99
332	Ari Stadler	PLS nº 429/99
338	Tiãõ Viana	MSF nº 75/2002
339	Tiãõ Viana	MSF nº 76/2002
340	Lúdio Coelho	MSF nºs 87 e 88/2002
432	Roberto Saturnino (ad hoc)	RQS nº 175/2002
433	Roberto Saturnino (ad hoc)	RQS nº 176/2002
437	Roberto Saturnino	PDS nº 219/2001
445	José Sarney	PDS nº 45/2001
446	Roberto Saturnino (ad hoc)	PDS nº 5/2002
447	Bernardo Cabral (ad hoc)	PDS nº 7/2002
448	Lúdio Coelho (ad hoc)	PDS nº 152/2002
449	José Sarney (ad hoc)	PDS nº 175/2002
464	Tiãõ Viana	PDS nº 164/2002
469	Roberto Saturnino	Of. nº S/3/2002
477	Romeu Tuma	RQS nº 720/2001
494	Íris Rezende	PDS nº 4/2002
495	Gilberto Mestrinho	PDS nº 8/2002
496	José Agripino	PDS nº 9/2002
537	Tiãõ Viana	PDS nº 298/2001
556	Geraldo Melo	MSF nº 157/2002
600	Valmir Amaral (ad hoc)	MSF nº 103/2002
601	Lúdio Coelho	MSF nº 161/2002
610	Geraldo Melo (ad hoc)	MSF nº 132/2002
611	Geraldo Melo	MSF nº 147/2002
725	Gilberto Mestrinho	MSF nº 160/2002
726	Francelino Pereira	MSF nº 184/2002
727	Romeu Tuma	MSF nº 185/2002
1.155	Gilberto Mestrinho	MSF nº 280/2002
1.156	Bernardo Cabral	MSF nº 281/2002
1.157	Nabor Júnior (ad hoc)	MSF nº 287/2002
1.199	Lúdio Coelho (ad hoc)	PLC nº 89/2002
1.201	Tiãõ Viana	MSF nº 278/2002
1.202	Roberto Saturnino	MSF nº 279/2002
1.203	Íris Rezende	MSF nº 283/2002
1.204	Romeu Tuma	MSF nº 284/2002
1.205	Bernardo Cabral	MSF nº 297/2002
1.206	Moreira Mendes	MSF nº 285/2002
1.207	Geraldo Melo	MSF nº 309/2002

j.2.8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Número	Relator	Matéria
52	Paulo Hartung	PLS nº 150/2001

Número	Relator	Matéria
99	Mauro Miranda	MSF nº 79/2002
211	Arlindo Porto	MSF nº 95/2002
258	Valmir Amaral	PLC nº 87/2000
287	Marluce Pinto	MSF nº 116/2002
302	Marluce Pinto	MSF nº 125/2002
386	Mauro Miranda	MSF nº 139/2002
536	José Jorge	MSF nº 148/2002
813	Marluce Pinto	PLS nº 17/2002
814	Marluce Pinto	PLS nº 18/2002
815	Marluce Pinto	PLS nº 19/2002
816	Marluce Pinto (ad hoc)	PLS nº 130/2001
829	Romeu Tuma	MSF nº 3/2002
890	Romero Jucá	MSF nº 273/2002
899	Mauro Miranda	PLC nº 38/2002
902	Arlindo Porto (ad hoc)	PLC nº 11/2002

j.2.9) COMISSÃO MISTA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número	Relator	Matéria
605	Deputado Morani Torgan	Redação final do PLS nº 116/2002
606	Deputado Morani Torgan	Redação final do PLS nº 117/2002
830	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 70/2002
831	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 71/2002
832	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 72/2002
833	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 105/2002
834	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 106/2002
834	Deputado Moroni Torgan	Redação final do PLS nº 107/2002
836	Deputado Magno Malta e Depugado Wanderley Martins	Redação final do PLS nº 115/2002
1.194	Deputado Moroni Torgan	Emenda nº 1-Plen ao PLS nº 108/2002

j.3) Proferidos em Plenário em substituição a Comissões

Número	Relator	Matéria
199	Ricardo Santos	PLC nº 152/2001
200	Amir Lando	PDS nº 6/2002
202	Waldeck Ornelas	Emenda nº 1-Plen oferecida ao PRS nº 5/2002
205	Paulo Souto	Emendas ao PRS nº 3/2002
216	Moreira Mendes	Emenda nº 1-Plen ao PRS nº 9/2002
217	Carlos Wilson	Emenda nº 1-Plen ao PRS nº 9/2002
228	Romero Jucá	Emenda nº 2-Plen ao PRS nº 69/2001
274	Romero Jucá	PRS nº 10/2002
289	Jonas Pinheiro	PLV nº 11/2002 (MPV nº 24/2002), apresentando um novo PLV nº 14/2002
335	Geraldo Melo	PDS nº 151/2002
531	Moreira Mendes	Emendas de Plenário ao PLC nº 116/2001
561	Francisco Escórcio	Emenda ao PRS nº 33/2002
563	Romero Jucá	Emendas ao PRS nº 35/2002
599	Gerson Camata	Emendas nºs 1 e 2-Plen ao PLC nº 106/2001
618	Romero Jucá	PLC nº 62/2002

Número	Relator	Matéria
619	Romero Jucá	PLC nº 63/2002
620	Romero Jucá	PLC nº 64/2002
621	Romero Jucá	PLC nº 65/2002
622	Romero Jucá	PLC nº 66/2002
661	Luiz Otávio	PLC nº 68/2002
662	Osmar Dias	PLC nº 61/2002
663	Luiz Otávio	PLC nº 72/2002
664	Luiz Otávio	PLC nº 67/2002
665	Luiz Otávio	PLC nº 73/2002
666	Luiz Otávio	PLC nº 74/2002
667	Romeu Tuma	PLC nº 75/2002
668	Luiz Otávio	PLC nº 76/2002
715	Arlindo Porto	PLC nº 49/2002
717	Romero Jucá	MSF nº 196/2002, apresentando o PRS nº 49/2002
719	Romero Jucá	MSF nº 197/2002, apresentando o PRS nº 50/2002
721	Romero Jucá	MSF nº 198/2002, apresentando o PRS nº 51/2002
723	Romero Jucá	MSF nº 199/2002, apresentando o PRS nº 52/2002
735	Romero Jucá	MSF nº 200/2002, apresentando o PRS nº 53/2002
737	Romero Jucá	MSF nº 201/2002, apresentando o PRS nº 54/2002
739	Romero Jucá	MSF nº 202/2002, apresentando o PRS nº 55/2002
839	Romero Jucá	MSF nº 203/2002, apresentando o PRS nº 56/2002
841	Romero Jucá	MSF nº 207/2002, apresentando o PRS nº 57/2002
843	Romero Jucá	MSF nº 208/2002, apresentando o PRS nº 58/2002
845	Romero Jucá	MSF nº 210/2002, apresentando o PRS nº 59/2002
847	Romero Jucá	MSF nº 212/2002, apresentando o PRS nº 60/2002
849	Romero Jucá	MSF nº 260/2002, apresentando o PRS nº 61/2002
901	Bello Parga	Emendas da Câmara ao PDS nº 1/97
904	Romero Jucá	PRS nº 64 e 63/2002 (Tramitando em conjunto)
906	Eduardo Suplicy	PRS nº 65/2002
1.225	Romero Jucá	PRS nº 82/2000
1.283	Romero Jucá	Emendas nºs 1 e 2-Plen ao PRS nº 72/2002
1.304	Juvêncio da Fonseca	PLC nº 57/2002
1.313	Romero Jucá	Emenda nº 1-Plen ao PLC nº 106/2002

j.4) Emitidos pelas Comissões e incluídos em Ordem do Dia

j.4.1) Numerados

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
62/2002	CRE	Tião Viana	MSF nº 222/2001	Aprovado em 27.2.2002
63/2002	CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 250/2001	Aprovado em 27.2.2002
76/2002	CCJ	Romeu Tuma	MSF nº 4/2002	Aprovado em 3.4.2002
77/2002	CCJ	Romero Jucá	MSF nº 71/2002	Aprovado em 3.4.2002
219/2002	CRE	Romeu Tuma	MSF nº 85/2002	Aprovado em 3.4.2002
99/2002	CI	Mauro Miranda	MSF nº 79/2002	Aprovado em 10.4.2002
211/2002	CI	Arlindo Porto	MSF nº 95/2002	Aprovado em 17.4.2002
268/2002	CRE	Geraldo Melo	MSF nº 291/2001	Aprovado em 17.4.2002
269/2002	CRE	Geraldo Melo	MSF nº 5/2002	Aprovado em 17.4.2002
278/2002	CCJ	Maguito Vilela	MSF nº 106/2002	Aprovado em 24.4.2002
288/2002	CCJ	Romeu Tuma	MSF nº 107/2002	Aprovado em 24.4.2002

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
287/2002	CCJ	Marluce Pinto	MSF nº 116/2002	Aprovado em 24.4.2002
232/2002	CDIR	Carlos Wilson	Indicação nº 1/2002	Aprovado em 30.4.2002
302/2002	CI	Marluce Pinto	MSF nº 125/2002	Aprovado em 8.5.2002
338/2002	CRE	Tião Viana	MSF nº 75/2002	Aprovado em 8.5.2002
339/2002	CRE	Tião Viana	MSF nº 76/2002	Aprovado em 8.5.2002
340/2002	CRE	Lúdio Coelho	MSF nºs 87 e 88/2002	Aprovado em 8.5.2002
385/2002	CCJ	Lúcio Alcântara	MSF nº 129/2002	Aprovado em 22.5.2002
386/2002	CI	Mauro Miranda	MSF nº 139/2002	Aprovado em 22.5.2002
434/2002	CAS	Ricardo Santos	MSF nº 110/2002	Aprovado em 5.6.2002
435/2002	CAS	Ricardo Santos	MSF nº 111/2002	Aprovado em 5.6.2002
536/2002	CI	José Jorge	MSF nº 148/2002	Aprovado em 12.6.2002
556/2002	CRE	Geraldo Melo	MSF nº 157/2002	Aprovado em 12.6.2002
525/2002	CCJ	Amir Lando	Recurso do Plenário da decisão do Presidente do Senado que indeferiu o RQS nº 715/2001	Aprovado em 13.6.2002
600/2002	CRE	Valmir Amaral (ad hoc)	MSF nº 103/2002	Aprovado em 18.6.2002
601/2002	CRE	Lúdio Coelho	MSF nº 161/2002	Aprovado em 18.6.2002
610/2002	CRE	Geraldo Melo (ad hoc)	MSF nº 132/2002	Aprovado em 19.6.2002
611/2002	CRE	Geraldo Melo	MSF nº 147/2002	Aprovado em 19.6.2002
541/2002	CDIR	Carlos Wilson	Indicação nº 3/2002	Aprovado em 19.6.2002
725/2002	CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 160/2002	Aprovado em 27.6.2002
726/2002	CRE	Francelino Pereira	MSF nº 184/2002	Aprovado em 27.6.2002
727/2002	CRE	Romeu Tuma	MSF nº 185/2002	Aprovado em 27.6.2002
675/2002	CAE	Arlindo Porto	MSF nº 176/2002	Aprovado em 27.6.2002
676/2002	CAE	Sérgio Machado (ad hoc)	MSF nº 177/2002	Aprovado em 27.6.2002
677/2002	CAE	Jonas Pinheiro	MSF nº 186/2002	Aprovado em 27.6.2002
678/2002	CAE	Romero Jucá (ad hoc)	MSF nº 187/2002	Aprovado em 27.6.2002
679/2002	CAE	Carlos Bezerra	MSF nº 188/2002	Aprovado em 27.6.2002
680/2002	CAE	Romero Jucá	MSF nº 189/2002	Aprovado em 27.6.2002
681/2002	CAE	Romero Jucá	MSF nº 193/2002	Aprovado em 27.6.2002
682/2002	CAE	Francisco Escórcio	MSF nº 174/2002	Aprovado em 27.6.2002
683/2002	CAE	Reginaldo Duarte	MSF nº 178/2002	Aprovado em 27.6.2002
684/2002	CAE	Ney Suassuna	MSF nº 179/2002	Aprovado em 27.6.2002
685/2002	CAE	José Agripino (ad hoc)	MSF nº 180/2002	Aprovado em 27.6.2002
686/2002	CAE	Romeu Tuma	MSF nº 181/2002	Aprovado em 27.6.2002
687/2002	CAE	Geraldo Melo	MSF nº 175/2002	Aprovado em 27.6.2002
898/2002	CCJ	Bello Parga	Petição nº 5/2002	Aprovado em 4.9.2002
889/2002	CCJ	Francelino Pereira	MSF nº 272/2002	Aprovado em 30.10.2002
890/2002	CI	Romero Jucá	MSF nº 273/2002	Aprovado em 30.10.2002
1.123/2002	CCJ	Luiz Otávio	MSF nº 307/2002	Aprovado em 27.11.2002
1.155/2002	CRE	Gilberto Mestrinho	MSF nº 280/2002	Aprovado em 27.11.2002
1.156/2002	CRE	Bernardo Cabral	MSF nº 281/2002	Aprovado em 27.11.2002
1.157/2002	CRE	Nabor Júnior (ad hoc)	MSF nº 287/2002	Aprovado em 27.11.2002
1.201/2002	CRE	Tião Viana	MSF nº 278/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.202/2002	CRE	Roberto Saturnino	MSF nº 279/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.203/2002	CRE	Iris Rezende	MSF nº 283/2002	Aprovado em 4.12.2002

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
1.204/2002	CRE	Romeu Tuma	MSF nº 284/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.205/2002	CRE	Bernardo Cabral	MSF nº 297/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.206/2002	CRE	Moreira Mendes	MSF nº 285/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.207/2002	CRE	Geraldo Melo	MSF nº 309/2002	Aprovado em 4.12.2002
1.208/2002	CAE	Benício Sampaio	MSF nº 310/2002	Aprovado em 4.12.2002

I) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

I.1) De Sessões Legislativas anteriores

I.1.1) PEC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	José Roberto Arruda	Altera a redação do art. 40 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela Emenda Constitucional nº 28/98.	PEC nº 57/95	Tramitando
2-Plen	Thelma Siqueira Campos	Altera a redação do art. 107 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela proposta.		Tramitando
2-Plen	José Fogaça	Altera o <i>caput</i> do art. 101 da Constituição Federal.	PEC nº 7/99	Tramitando
3-Plen	Leomar Quintanilha	Altera a redação do art. 40 da Constituição Federal, conforme a redação dada pela PEC.	PEC nº 63/99	Tramitando
3-Plen	Carlos Patrocínio	Altera a redação do § 1º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação proposta pela PEC.	PEC nº 67/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 96/99)	Tramitando
4-Plen	Eduardo Suplicy	Inclui parágrafo único ao artigo 76.		Tramitando
5-Plen	Antônio Carlos Valadares	Inclui parágrafo, onde couber, no art. 78 do substitutivo.		Tramitando
2-Plen	José Roberto Arruda	Altera o artigo único do Substitutivo à PEC.	PEC nº 69/99	Tramitando
3-Plen	Romero Jucá	Altera a redação da alínea "c" do parágrafo primeiro do art. 159 da PEC.		Tramitando
4-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do art. 159 da CF, nos termos do que dispõe o artigo único da PEC, e ao § 1º do art. 239 da CF, acrescentando-se o artigo 2º à PEC.		Tramitando
1-Plen	José Fogaça	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da proposta.		PEC nº 2/2000
2-Plen	Ney Suassuna	Acrescenta parágrafos à Constituição Federal.	PEC nº 7/2001	Tramitando
3-Plen		Acrescenta parágrafos à Constituição Federal.		Tramitando

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Paulo Souto	Altera a redação do § 11 do art. 27 do ADCT, na forma prevista pela PEC.	29/2001	Tramitando
2-Plen	Emília Fernandes	Altera a redação do § 11 do art. 27 do ADCT, na forma prevista pela PEC.		Tramitando

I.1.2) PLS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 12/99	Tramitando
3-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do art. 1º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
2-Plen	Moreira Mendes	Altera a redação do § 1º do art. 3º do projeto.	PLS nº 31/99	Tramitando
3-Plen		Altera a redação do art. 5º do projeto.		Tramitando
4-Plen		Modifica o <i>caput</i> do art. 6º do projeto.		Tramitando
5-Plen		Suprime o parágrafo único do art. 7º do projeto.		Tramitando
6-Plen		Altera a redação do art. 9º do projeto.		Tramitando
7-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 12 do projeto.		Tramitando
8-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 16 do projeto.		Tramitando
9-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 16 do projeto.		Tramitando
10-Plen		Altera a redação do § 1º do art. 22 do projeto.		Tramitando
11-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 22 do projeto.		Tramitando
12-Plen		Suprime o art. 28 do projeto.		Tramitando
13-Plen		Acrescenta parágrafo único ao art. 28 do projeto.		Tramitando
14-Plen		Altera a redação do art. 31 do projeto.		Tramitando
15-Plen		Altera a redação do § 1º do art. 34 do projeto.		Tramitando
16-Plen		Altera a redação do § 2º do art. 34 do projeto.		Tramitando
17-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 34 do projeto.		Tramitando
18-Plen		Altera a redação do art. 36 do projeto.		Tramitando
19-Plen		Altera a redação do § 3º do art. 36 do projeto.		Tramitando
20-Plen		Altera a redação do art. 37 do projeto.		Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
21-Plen	Moreira Mendes	Suprime o § 2º do art. 38 do projeto.	PLS nº 31/99	Tramitando
22-Plen		Suprime o art. 39 do projeto.		Tramitando
23-Plen		Altera a redação do art. 39 do projeto.		Tramitando
24-Plen		Suprime o art. 40 do projeto.		Tramitando
25-Plen		Suprime o art. 41 do projeto.		Tramitando
2-Plen	Lúcio Alcântara	Emenda Substitutiva ao projeto.	PLS nº 168/99	Prejudicada em 18.6.2002 em virtude da aprovação da emenda nº 1-CCJ
1-Plen	Gerson Camata	Inclui § 2º ao artigo 43-A do projeto, passando o parágrafo único a ser parágrafo primeiro.	PLS nº 214/99 Complementar	Tramitando
1-Plen	José Roberto Arruda	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 270/99	Tramitando
3-Plen (Substitutiva)	Juvêncio da Fonseca	Altera a redação do projeto.	PLS nº 292/99	Tramitando
4-Plen	Ricardo Santos	Modifica a redação dada pelo art. 2º e elimina o art. 4º do Substitutivo ao PLS nº 292/99 (Substitutivo).		Tramitando
2-Plen	Eduardo Suplicy	Retifica a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 320/99	Tramitando
3-Plen	Heloísa Helena	Suprime o art. 2º do projeto.		Tramitando
1-Plen	Pedro Ubirajara	Altera, no art. 1º do projeto, o texto dos §§ 1º e 4º incluídos no art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.	PLS nº 449/99	Tramitando
2-Plen	Heloísa Helena	Acrescenta, ao art. 1º do Substitutivo ao projeto, um § 2º, enumerando os demais.		Tramitando
3-Plen		Altera a redação do § 1º do art. 43 do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
4-Plen		Altera a redação do § 1º, do art. 43 do Substitutivo ao projeto, suprimindo expressão.		Tramitando
3-Plen	Gerson Camata	Acrescenta alínea q ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.	PLS nº 536/99	Tramitando
1-Plen	Maria do Carmo Alves	Altera a redação do art. 10 do Substitutivo ao projeto, em turno suplementar.	PLS nº 543/99	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	Wellington Roberto	Altera a redação do art. 13 do Substitutivo ao projeto, em turno suplementar.	PLS nº 543/99	Tramitando
3-Plen	Wellington Roberto	Acrescenta artigo ao Substitutivo do projeto, em turno suplementar.		Tramitando
4-Plen	Maria do Carmo Alves	Acrescenta artigo 14 ao Substitutivo do projeto, renumerando os demais, em turno suplementar.		Tramitando
5-Plen	Edison Lobão	Altera a redação do art. 10 do Substitutivo.		Tramitando
6-Plen		Altera a redação do art. 13 do Substitutivo.		Tramitando
7-Plen		Insera artigo 14 ao Substitutivo, renumerando os demais.		Tramitando
17-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do projeto		PLS nº 646/99
18-Plen	Pedro Simon	Suprime o art. 2º e seu parágrafo do projeto	Tramitando	
19-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 5º do projeto.	Tramitando	
20-Plen	Pedro Simon	Suprime a parte final do art. 5º do projeto.	Tramitando	
21-Plen	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Suprime, no art. 8º do projeto, a expressão "complementar".	Tramitando	
22-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 10 do projeto.	Tramitando	
23-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do art. 12 do projeto.	Tramitando	
24-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 14 e seu parágrafo único.	Tramitando	
25-Plen	Eduardo Suplicy	Altera a redação do <i>caput</i> do art. 14 do projeto.	Tramitando	
26-Plen	Pedro Simon	Suprime o art. 15 do projeto.	Tramitando	
27-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 16 e seus parágrafos.	Tramitando	
28-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do <i>caput</i> e § 1º do art. 16 do projeto.	Tramitando	
29-Plen	Pedro Simon	Suprime o parágrafo único do art. 17 do projeto.	Tramitando	
30-Plen	Pedro Simon	Suprime a parte final do art. 14 do projeto.	Tramitando	

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
31-Plen	Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 26 do projeto.	PLS nº 646/99	Tramitando
32-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do art. 26 do projeto.		Tramitando
33-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 28 e seu parágrafo único.		Tramitando
34-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do inciso III do art. 31 do projeto.		Tramitando
35-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 43 e seus parágrafos.		Tramitando
36-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 43 do projeto.		Tramitando
37-Plen	Pedro Simon	Suprime, do projeto, o art. 50 e seus incisos.		Tramitando
38-Plen	José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy	Altera a redação do art. 50 do projeto.		Tramitando
1-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime o inciso II do art. 1º do projeto.	PLS nº 669/99	Tramitando
1-Plen	Tião Viana	Suprime o art. 2º do Substitutivo ao projeto.	PLS nº 687/99	Tramitando
2-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do inciso II do art. 2º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
3-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do inciso III do art. 2º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
4-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 6º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
5-Plen	Heloísa Helena	Altera preposição no § 2º do art. 8º do Substitutivo ao projeto.		Tramitando
4-Plen	Pedro Piva	Suprime o "parágrafo único do art. 496, proposto ao Código de Processo Civil", constante do art. 1º do projeto.	PLS nº 57/2000	Tramitando
2-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLS nº 75/2000	Tramitando
1-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 1º, <i>caput</i> , do projeto.	PLS nº 123/2000 Complementar	Tramitando
1-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação do § 7º do projeto.	PLS nº 108/2001	Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
2-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime o § 8º do projeto que se pretende acrescentar ao art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.	PLS nº 108/2001	Tramitando
3-Plen		Suprime o § 9º do projeto que se pretende acrescentar ao art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.		Tramitando

I.1.3) PLC

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Edison Lobão	Altera a redação do § 1º do art. 3º do projeto.	PLC nº 101/96	Tramitando
4-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do § 1º, do art. 4º, do projeto.	PLC nº 52/97	Tramitando
4-Plen	Lúcio Alcântara	Altera a redação do art. 2º do projeto.	PLC nº 14/98	Tramitando
1-Plen	Ney Suassuna	Altera a redação do art. do projeto.	PLC nº 23/2001	Rejeitadas
2-Plen		Exclui o § 4º do art. 8º do projeto.		
1-Plen	Moreira Mendes	Suprime o inciso V no art. 1º do projeto.	PLC nº 88/2001	Retirada (RQS nº 781/2001)
2-Plen	Waldeck Ornelas	Suprime o § 1º do art. 29-A, do projeto, renumerando o § 2º como parágrafo único.		Retirada (RQS nº 782/2001)
1-Plen	Waldeck Ornelas	Acrescenta § 2º ao art. 1º do projeto, renumerando os demais.	PLC nº 99/2001	Retirada (RQS nº 740/2001)

I.1.4) PRS

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	José Jorge	Acrescenta art. 3º ao projeto, renumerando-se os demais (DSF de 18.5.99)	PRS nº 54/99	Tramitando
1-Plen	José Eduardo Dutra	Suprime expressão do art. 78 do RISF, constante do art. 1º do projeto. (DSF de 26.8.99)	PRS nº 81/99	Tramitando
2-Plen		Acrescenta parágrafos aos arts. 78, constante do art. 1º do projeto, e 88 do RISF.		Tramitando

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado	
3-Plen		Acrescenta § 2º ao art. 80 do RISF, e renúmera como § 1º o atual parágrafo único.	PRS nº 81/99	Tramitando	
4-Plen		Dá nova redação ao § 1º do art. 132 do RISF, constante do art. 1º do projeto.		Tramitando	
5-Plen		Suprime expressões do art. 243 do RISF.		Tramitando	
6-Plen		Dá nova redação ao inciso III do art. 336 do RISF.		Tramitando	
7-Plen		Acrescenta parágrafo ao art. 336 do RISF, renumerando-se o atual parágrafo único como primeiro.		Tramitando	
8-Plen		Dá nova redação aos incisos I, II e III do art. 338 do RISF.		Tramitando	
9-Plen	José Eduardo Dutra	Dá nova redação ao inciso II do art. 341 do RISF.		Tramitando	
10-Plen		Acrescenta § ao art. 356, renumerando-se o atual parágrafo único como primeiro.		Tramitando	
11-Plen		Acrescenta § 3º ao art. 356 do RISF, constante do art. 1º do projeto.		Tramitando	
12-Plen		Restabelece a redação original do art. 357 do RISF, modificado pelo projeto.		Tramitando	
13-Plen		Restabelece a redação original do art. 360 do RISF, modificado pelo projeto.		Tramitando	
4-Plen		Ernandes Amorim		Altera a redação do art. 45-D, <i>caput</i> , do projeto.	PRS nº 75/2000 (Tramitando em conjunto com o PRS nº 78/98)
1-Plen	Ronaldo Cunha Lima	Altera a redação do § 2º do art. 2º do projeto.		PRS nº 82/2000	Prejudicadas em 5.12.2002, pela aprovação da Emenda nº 7-Substitutiva
2-Plen		Altera a redação do art. 6º e seus parágrafos.			
1-Plen	Roberto Requião	Acrescenta artigo logo após o atual art. 2º, do projeto, renumerando-se os subseqüentes.	PRS nº 1/2001	Tramitando	
1-Plen	Sérgio Machado	Altera a redação do inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78, de 1988 do Senado Federal.	PRS nº 19/2001	Aprovada em 4.9.2001	
2-Plen	Paulo Souto	Altera a redação ao inciso XI do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, em substituição à redação dada no Substitutivo do Relator.		Aprovada em 4.9.2001	
3-Plen	Sérgio Machado	Acrescenta o inciso XII ao art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.		Aprovada em 4.9.2001	

Número	Autor	Assunto	Matéria	Resultado
4-Plen	Paulo Souto	Acrescenta o inciso XII ao art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.	PRS nº 19/2001	Aprovada em 4.9.2001
5-Plen	Sérgio Machado	Substitui a redação dada pelo Relator aos parágrafos 3º-A e 3º-B, acrescido ao art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, nos termos do parecer aprovado na CAE.		Aprovada em 4.9.2001
6-Plen	Paulo Hartung	Substitui a redação dada pelo Relator aos parágrafos 3º-A e 3º-B, acrescido ao art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, nos termos do parecer aprovado na CAE.		Aprovada em 4.9.2001
5-Plen	Mozarildo Cavalcanti	Inserir item 1 à alínea "h" do projeto.	PRS nº 31/2001	Rejeitada em 4.9.2001
6-Plen	Mozarildo Cavalcanti	Altera a redação do Anexo 1 do projeto.		Rejeitada em 4.9.2001
1-Plen	Ney Suassuna, Nabor Júnior e Juvêncio da Fonseca	Substitui os projetos pelo seguinte: Acrescenta artigo à Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.	PRS NºS 43 e 44/2001	Tramitando
1-Plen	Antônio Carlos Valadares	Altera a redação do artigo 5º do projeto.	PRS nº 48/2001	Rejeitadas
2-Plen	José Eduardo Dutra	Altera a redação do artigo 5º do projeto.		
3-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do artigo 5º do projeto.		Retiradas (RQS nº 600/2001)
4-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do artigo 5º do projeto.		
5-Plen	Marluce Pinto	Altera o art. 5º do projeto.		Rejeitadas em 16.10.2001
6-Plen	Heloísa Helena	Altera o art. 6º do projeto.		
7-Plen	Heloísa Helena	Altera o art. 6º do projeto.		

I.2) Da presente Sessão Legislativa

I.2.1) PEC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Carlos Patrocínio	Altera o <i>caput</i> e os §§ 4º e 6º, II, do art. 57 da Constituição Federal.	PEC nº 3/2000	Tramitando
106-Plen	Artur da Távola	Altera o art. 1º da PEC, para dar nova redação ao inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição.	PEC nº 29/2000	Tramitando
107-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 1º da PEC, para suprimir o § 3º do art. 5º da Constituição.		Tramitando
108-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 4º da PEC, para dar nova redação ao inciso X do art. 29 da Constituição.		Tramitando
109-Plen	José Fogaça	Restabelece a redação dada ao inciso XI do art. 93 da Constituição, pela Câmara dos Deputados.		Tramitando
110-Plen	Roberto Saturnino	Restabelece a redação dada ao inciso XI do art. 93 pela Câmara dos Deputados.		Tramitando
111-Plen	Eduardo Suplicy	Acrescenta parágrafo ao art. 94 da Constituição, passando o parágrafo único a ser o § 1º.		Tramitando
112-Plen	Roberto Saturnino	Altera a redação da alínea a do inciso I do art. 96, constante do art. 12 da PEC.		Tramitando
113-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 12 da PEC, para dar nova redação ao inciso III do art. 96 da Constituição.		Tramitando
114-Plen	Pedro Simon	Suprime o parágrafo único do art. 96 da Constituição Federal, acrescentado pelo art. 12 do Substitutivo da CCJ à PEC.		Tramitando
115-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 12 da PEC, para acrescenta o § 2º ao art. 96 da Constituição e renumerar o seu parágrafo único.		Tramitando
116-Plen	Geraldo Althoff	Suprime, na redação dada pelo art. 13 da PEC, o § 2º, do art. 98, renumerando-se o § 1º, que passa a ser o parágrafo único.		Tramitando

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
117-Plen	Pedro Simon	Altera a redação do § 2º do art. 98 da Constituição Federal, acrescentado pelo art. 13 do Substitutivo da PEC.	PEC nº 29/2000	Tramitando
118-Plen	Romero Jucá	Suprime o art. 15 da PEC.		Tramitando
119-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 16 da PEC, para dar nova redação às alíneas b e c do inciso I do art. 102 da Constituição.		Tramitando
120-Plen	Iris Rezende	Altera a redação do art. 102, inciso I, alínea i, da Constituição.		Tramitando
121-Plen	Iris Rezende	Altera a redação do art. 102, inciso II, da Constituição.		Tramitando
122-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 16 da PEC, para suprimir o § 3º do art. 102 da Constituição.		Tramitando
123-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do art 103-A da Constituição, constante do art. 18 da PEC.		Tramitando
124-Plen	Roberto Saturnino	Altera a redação do art. 103-A, constante do art. 18 da PEC.		Tramitando
125-Plen	Carlos Wilson	Acrescenta inciso ao art. 103 da Constituição Federal, conforme o art. 17 da PEC.		Tramitando
126-Plen	Romero Jucá	Altera os arts. 17 e 53 da PEC, para dar nova redação ao § 3º do art. 103 da Constituição e suprimir a referência a esse dispositivo na cláusula de revogação.		Tramitando
127-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 21 da PEC, para dar nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 105 da Constituição.		Tramitando
128-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 21 da PEC, para suprimir o § 3º do art. 105 da Constituição e renumerar os seus §§ 4º e 5º;		Tramitando
129-Plen	Romero Jucá	Suprime o art. 105-A da Constituição, constante do art. 22 da PEC.		Tramitando
130-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 24 da PEC, para dar nova redação à alínea "a" do inciso I do art. 108 da Constituição.		Tramitando
131-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do inciso I do art. 109 da Constituição Federal, constante do Substitutivo à PEC.		Tramitando

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
132-Plen	Romeu Tuma	Suprime o inciso V-A e o parágrafo 5º do art. 1209, conforme art. 25 da PEC.	PEC nº 29/2000	Tramitando
133-Plen	José Fogaça	Acrescenta § 3º ao art. 109, constante do art. 25 da PEC.		Tramitando
134-Plen	Romero Jucá	Suprime o art. 112-A da Constituição, constante do art. 27 da PEC.		Tramitando
135-Plen	Arlindo Porto	Altera a redação do art. 113, constante do art. 28 da PEC.		Tramitando
136-Plen	Romero Jucá	Altera o art. 30 da PEC, para dar nova redação aos incisos I e IV do art. 115 da Constituição.		Tramitando
137-Plen	Juvêncio da Fonseca	Acrescenta o inciso VIII-A ao art. 115, constante do art. 30 da PEC.		Tramitando
138-Plen	Juvêncio da Fonseca	Acrescenta o inciso X, ao art. 30 da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) à PEC, renumerando os demais.		Tramitando
139-Plen	Romeu Tuma	Acrescenta inciso ao art. 115 da Constituição Federal, constante do art. 30 da PEC, renumerando os demais e suprimindo a locução "... contra a organização do trabalho e..." do inciso VI do art. 109 da Constituição Federal.		Tramitando
140-Plen	Romeu Tuma	Acrescenta inciso XI ao art. 115 da Constituição Federal, constante do art. 30 da PEC, renumerando os demais.		Tramitando
141-Plen	Romero Jucá	Altera a redação do art. 120 da Constituição.		Tramitando
142-Plen	Arlindo Porto	Altera a redação do art. 123 da Constituição Federal.		Tramitando
143-Plen	Ari Stadler	Altera a redação do § 6º do art. 128 da Constituição Federal, alterado pelo art. 37 da PEC.		Tramitando
144-Plen	Romero Jucá	Suprime o art. 51 da PEC.		Tramitando
145-Plen	Romero Jucá	Insera o art. 51 no Substitutivo da PEC.		Tramitando
146-Plen	Romero Jucá	Suprime o art. 52 da PEC.	Tramitando	

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
147-Plen	Fernando Bezerra	Acrescenta artigo às disposições transitórias da PEC, dando-lhe a devida numeração.		Tramitando
148-Plen	Maria do Carmo Alves	Acrescenta parágrafos ao art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.		Tramitando
149-Plen	Romero Jucá	Altera o caput do art. 124, da Constituição Federal, constante do Substitutivo à PEC.		Tramitando
150-Plen	Arlindo Porto	Substitui o art. 124 da Constituição Federal, que trata da Justiça Militar.		Tramitando
151-Plen	Luiz Otávio	Altera a redação da alínea b , do inciso II do art. 93 da Constituição Federal, constante do art. 9º da PEC.		Tramitando
152-Plen	é ferson Péres	Suprime expressão do art. 109 da constituição Federal, e acrescenta o inciso VII-A, do art. 115, constante do art. 24 da PEC.		Tramitando
153-Plen	Sérgio Machado	Altera a redação do art. 102, II, da Constituição Federal.		Tramitando
154-Plen	Sérgio Machado	Suprime a alínea d acrescentada ao inciso III do art. 102 da Constituição pelo art. 12 da PEC.		Tramitando
155-Plen	Sérgio Machado	Suprime o inciso II do art. 102 da Constituição Federal.		Tramitando
156-Plen	Sérgio Machado	Altera a redação do art. 102, I, i, da Constituição Federal.		Tramitando
157-Plen	Sérgio Machado	Altera a redação dada à alínea b		

H.11 – QUESTÕES DE ORDEM E SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS

H11..1) Da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Número	Leitura	Autor	Assunto	Resultado
1/2000	21.1.2000	Eduardo Suplicy	Solicita exame das operações realizadas pelos controladores da Embraer, a fim de verificar possível desrespeito às restrições impostas pela Resolução nº 69, de 1994, do SF, no tocante à participação acionária estrangeira na privatização da empresa.	<ul style="list-style-type: none"> • Despachada à CCJ (DSF de 22.1.2000, p. 793) • Tramitando

H.11.2) Da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
21.2.2002 10,00hs.	José Eduardo Dutra	Solicita providências da Mesa no sentido de agilizar a tramitação do Requerimento de Informações nº 713, de 2001 e que diz respeito ao Projeto da CLT, que foi distribuído ao Relator desde o dia 28.11.01 (DSF de 22.2.02, pág.695)	A Presidência, atendendo a solicitação do Senador, declara que irá tomar as providências necessárias junto ao relator para que o seu parecer seja entregue à Mesa até a próxima terça feira. O RQS foi deferido pela Mesa em 26.2.2002, e atendido pelo Aviso nº 69/2002-MTE, de 14.5)
21.2.2002 10,00hs	Pedro Simon	Solicita providências da Presidência no sentido de ser marcada a data para a realização da sessão destinada à homenagear a memória do Senador Mário Covas (DSF de 22.2.02, pág.696)	A Presidência designa o dia 5 de março para a realização da justa homenagem. Homenagem realizada dia 5 de março em sessão especial
27.2.2002 14,30hs.	Ademir Andrade	Solicita providências no sentido de se cobrar do Ministro dos Transportes as informações solicitadas através do Requerimento nº 5, de 2001 e que diz respeito à construção das eclusas da Hidrelétrica do Tucuruí.(DSF 28.2.02, pág. 1057)	O Presidente determina à Secretaria-Geral da Mesa que reitere, imediatamente, o pedido de informações ao Ministro, com invocação do disposto no art. 50 da Constituição Federal.
5.3.2002 11,00hs	Lúcio Alcântara	Em Questão de Ordem, expõe dúvidas quanto ao procedimento adotado pela Câmara dos Deputados na tramitação de medidas provisórias e o reflexo desse procedimento na tramitação da matéria quando de seu exame no Senado.(DSF de 6.3.02, pág. 1580)	A Presidência esclarece que, uma vez ainda não estar aprovado o Projeto de Resolução, de autoria das Mesas das duas Casas do Congresso, que estabelece normas para a tramitação de medidas provisórias, deverão ser obedecidas as determinações estabelecidas em norma provisória, adotada pela

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
5.3.2002 11,00hs	Roberto Freire	Em aditamento à Questão de Ordem levantada pelo Senador Lúcio Alcântara, estranha que, pelo procedimento adotado pela Câmara, caiba ao Senado apenas o papel de referendo à decisão daquela Casa e não de revisora (DSF de 6.3.02, pág. 1581)	Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Informa que irá encaminhar à Presidência daquela Casa as questões de ordem ora levantadas. (DSF de 6.3.03, págs. 1531/1532)
5.3.2002 11,00hs	Jefferson Péres	Em aditamento às questões levantadas pelos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire, expõe a necessidade de a tramitação das medidas provisórias ser regulada no Regimento Comum. (DSF de 6.3.02, pág. 1581)	
6.3.2002 14,30hs	Osmar Dias	Solicita providências da Mesa junto ao Ministro das Comunicações no sentido de obter informações sobre as indagações constantes do Requerimento nº 701, de 2001, uma vez já decorrido o prazo constitucional de 30 dias para resposta. (DSF de 7.3.02, pág. 1768)	O Presidente determina à Secretaria-Geral da Mesa que reitere o pedido de informações, fazendo ver a necessidade de ser observado o prazo constitucional para resposta, sob pena de crime de responsabilidade.
26.3.2002 14,30hs.	Mozarildo Cavalcanti	À vista de expediente do Ministro da Justiça solicitando mais trinta dias para resposta a requerimento de informações, afirma não encontrar amparo legal para tal procedimento e solicita providências da Mesa quanto ao fato. (DSF de 27.3.02, pág. 3051/3052)	O Presidente informa que irá reitere as informações ao Ministro da Justiça, a fim de que a resposta ao requerimento seja formulada de acordo com a Constituição.
10.4.2002 14,30hs	Eduardo Suplicy	Dirige apelo à Mesa no sentido de ser instalado o Conselho de Comunicação Social (DSF de 11.4.02, pág. 4039)	O Presidente informa que já solicitou as indicações dos nomes e, previamente, já designou o Primeiro Secretário, Senador Carlos Wilson, para emitir parecer sobre a matéria, tão logo sejam os nomes fornecidos.
23.4.2002 14,30hs	Helois Helena	Consulta a Mesa sobre a possibilidade de ser retirada da Ordem do Dia Medida Provisória recebida da Câmara dos Deputados já com prazo de deliberação esgotado (DSF de 23.4.02, pág. 5799)	O Presidente esclarece que, uma vez estar o prazo vencido, não há possibilidade de a matéria ser retirada da pauta.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
24.4.2002 14,30hs	Eduardo Suplicy	Na apreciação de Projeto de Lei de Conversão (PLV) recebido da Câmara dos Deputados, tendo, em plenário, o Relator Adjunto oferecido como conclusão de seu parecer, novo Projeto de Lei de Conversão, o Senador levanta Questão de Ordem, afirmando que, de acordo com as normas estabelecidas para a tramitação da matéria, não caberia a apresentação de novo PLV. (DSF de 25.4.02, pág. 6010)	O Presidente esclarece que houve um acordo firmado entre as lideranças do Senado e da Câmara no sentido de serem apresentadas no Senado alterações à matéria, voltando o PLV à Câmara dos Deputados. Uma vez que a Resolução que irá regulamentar a tramitação das Medidas Provisória ainda não foi aprovada, a Mesa aceita o PLV oferecido pelo Relator Adjunto e irá submetê-lo ao Plenário.
8.5.2002 14,30hs	Roberto Requião	Levanta dúvidas quanto à validade das votações a serem feitas na sessão, considerando que as deliberações deveriam ser sobrestadas, uma vez que o Senado já recebera, da Câmara dos Deputados, Medidas Provisórias apreciadas naquela Casa com esgotamento dos prazos, razão por que foram ali sobrestadas todas as demais deliberações. (DSF de 9.5.02, pág.7584)	O Presidente esclarece que não há nenhuma medida provisória em tramitação no Senado trancando a pauta. As medidas provisórias não foram recebidas oficialmente e, conseqüentemente, não foram lidas nem publicadas. Portanto a pauta está liberada.
29.5.2002 14,30hs	Pedro Simon	Tece considerações sobre a composição do Conselho de Comunicação Social, manifestando, de maneira crítica, quanto a ausência de nomes de representantes da sociedade civil entre os que o integram. (DSF de 30.5.02, pág.9711)	O Presidente, embora concordando com as razões expendidas pelo Senador, presta esclarecimentos a respeito das providências adotadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelas lideranças de ambas as Casas, a fim de possibilitar a instalação do Conselho que já aguardava 14 anos para ser efetivada. (DSF de 30.5.02, pág. 9717)
6.8.2002 14,30hs	Eduardo Suplicy	Usando da palavra “pela ordem”, esclarece que o Requerimento nº 462/02, que acaba de ser lido, e que pretende a convocação do Ministro de Estado da Fazenda, deveria ter sido apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos e que se aguarda entendimentos do Senador Romero Jucá com o Ministro sobre a sua vinda ao Senado. (DSF de 7.8.02, pág. 15205)	O Presidente mantém sua decisão, proferida logo após à leitura do Requerimento, determinando sua inclusão oportunamente na Ordem do , nos termos do art. 255, II, c, 9, do Regimento Interno. Aprovado o RQS nº 725/2002, transferindo a audiência pública do Ministro para a sala da Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
7.8.2002 14,30hs	José Serra	Comunica, através do Requerimento nº 475/02, sua ausência dos trabalhos do Senado, e aplicação do disposto no art.44-A do Regimento interno, a vista de o Tribunal Superior Eleitoral ter registrado, dia 1º de agosto, sua candidatura à Presidência da República. (DSF de 8.8.02, pág. 15405)	O Presidente informa ao Plenário que a ausência do Senador é considerada como licença autorizada, para os fins do disposto nos artigos 55, da Constituição Federal e 44, <i>in fine</i> , do Regimento Interno, a partir do registro de sua candidatura no TSE..
7.8.2002 14,30hs	Eduardo Suplicy	Antes de o Presidente submeter ao Plenário a deliberação tomada pelas lideranças e pela Mesa, no que se refere à realização dos trabalhos do Senado neste período eleitoral, conforme o disposto no § único do art. 38 e no § único do art. 2º do Regimento Interno, e informar que a próxima sessão, de caráter não deliberativo, destinada à homenagem, seria realizada dia 20 do corrente mês de agosto, conforme decisão tomada pelo Plenário, o Senador, usando da palavra pela ordem, se refere a requerimento de convocação do Ministro de Estado da Fazenda, sugerindo que o seu comparecimento se desse também na sessão do dia 20, a fim de prestar esclarecimentos sobre o acordo firmado com o FMI. DSF de 8.8.02, pág. 15478)	O Presidente volta a se referir à decisão dos líderes partidários de só realizar sessões por convocação deles ou da Mesa. Nesse sentido, poderá o Ministro, a qualquer momento, comparecer ao Senado, desde que haja concordância dos Líderes. (DSF de 8.8.02, pág. 15479)
7.8.2002 14,30hs.	José Alencar	Encaminha, através do Requerimento nº 486/02, para os fins do disposto no art. 55, II, da Constituição Federal, certidão, passada pela Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, comprobatória do registro de sua candidatura à Vice-Presidência da República. (DSF de 8.8.02, pág. 15549)	O Presidente informa ao Plenário que a ausência do Senador é considerada como licença autorizada, para os fins do disposto nos artigos 55, da Constituição Federal e 44, <i>in fine</i> , do Regimento Interno, a partir do registro de sua candidatura no TSE. (DSF de 8.8.02, pág. 15550)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
3.9.2002-14,30hs.	Ricardo Santos	Através do Requerimento nº 490/02, pretende seja submetido à CAE o PDL nº 243/00, que susta a Portaria nº 8/00, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (DSF de 4.9.02, pág. 16647)	A Presidência, com base no art. 48, XI, do Regimento Interno, impugna o requerimento, por lhe parecer contrário à Constituição e, de ofício, recorre de sua decisão para o Plenário, que decidirá após audiência da CCJ e encaminha o PDL à apreciação da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul por se tratar de matéria de seu interesse, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 1/99.
3.9.2002 14,30hs.	Tião Viana e Heloisa Helena	Requerem, através da Petição nº 5/02, seja tornada nula, de pleno direito, a sessão realizada dia 28 de agosto, bem como os atos nela havidos, por ter sido convocada, sem conhecimento de todas as lideranças, contrariando a decisão do Plenário tomada na sessão realizada dia 7 daquele mesmo mês. (DSF de 4.9.02, págs. 16656 a 16657)	A Presidência, após proferir breve relatório sobre o ocorrido quando da convocação da referida sessão, deixa de acolher o requerido, valendo-se de informação a ele transmitida pela liderança do Governo, de que todos os líderes tinham tomado conhecimento da realização da referida sessão através de contato da Assessoria da Mesa.
3.9.2002-09 14,30 hs.	Eduardo Suplicy, Tião Viana e Heloisa Helena	Com referência às informações da Presidência sobre a convocação da sessão do dia 28 de agosto, informam que não foram consultadas todas as lideranças e que os mesmos somente tomaram conhecimento dela após às 17 horas, tempo insuficiente para seus regressos à Brasília, uma vez estarem em seus Estados em campanha eleitoral. (DSF de 4.9.02, págs. 16657 a 16659)	O Presidente reafirma as informações anteriormente prestadas. Entretanto, à vista das afirmativas daqueles Senadores, decide submeter o assunto, com efeito suspensivo, à CCJ, para que esta examine a legalidade ou não da realização da referida sessão.
3.9.2002 14,30 hs.	Heloisa Helena	Dirige apelo ao Presidente para que qualquer requerimento relacionado à matéria que tenha justificado a realização da sessão do dia 28, somente fosse submetido ao Plenário após o pronunciamento da CCJ. (DSF de 4.9.02, págs. 16659/16660)	A Presidência esclarece que a sessão que está sendo realizada prosseguirá normalmente e que. Amanhã, com a decisão da CCJ o Plenário definirá se tornará nula a urgência que eventualmente possa ser votada.
3.9.2002 14,30 hs.	Osmar Dias	Na qualidade de Presidente substituto da CCJ, solicita orientação da Mesa sobre a matéria que será objeto da reunião, no dia seguinte, daquele órgão técnico. (DSF de 4.9.02, pág. 16660)	O Presidente esclarece que a Comissão deverá se pronunciar sobre a legalidade ou não da realização da sessão do dia 28 de agosto.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
3.9.2002 14,30 hs.	Eduardo Suplicy	Indaga se o Presidente pode informar qual o subscritor do suporte Requerimento de urgência e se o Presidente o colocará na Ordem do Dia somente quando presentes o seu primeiro ou o segundo subscritor. (DSF de 4.9.02, pág. 16660)	O Presidente informa que o Requerimento encaminhado à Mesa é de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos e está devidamente formalizado com as assinaturas do Presidente e mais 14 membros daquele órgão técnico, Quanto à inclusão do Requerimento em Ordem do Dia, informa que a Mesa agirá segundo os ditames do Regimento Interno.
4.09.2002 14,30 hs.	Eduardo Suplicy	Lido o Requerimento nº 492/02 da CAE de urgência para o PR 64/02. o Senador alega que impetrou na CAE recurso contra a aprovação do requerimento e solicita a presença do Presidente do órgão para que, antes da deliberação do Plenário possa se manifestar sobre o recurso. (DSF de 5.9.02, pág. 16828)	O Presidente informa que o Requerimento somente será submetido ao Plenário após a Ordem do Dia, ocasião em que poderá ser levantada a questão, esclarecendo, entretanto que a urgência supre essas condições.
8.10.2002- 14,30 hs	Eduardo Suplicy	Solicita esclarecimento sobre o funcionamento do Senado no período que vai até 27 de outubro, quando se realizará o 2º turno eleitoral. (DSF de 9.10.02, pág. 18186)	O Presidente informa que, para tomar uma decisão, irá tentar realizar reunião com as lideranças no dia seguinte e, se não o conseguir, irá comunicar com os líderes através do telefone e, conforme a decisão da maioria comunicará o resultado ao Senador.
9.10.2002- 14,30 hs			<i>Com referência ao assunto anterior</i> , o Presidente comunica ao Plenário que a Mesa e os Líderes, considerando que o resultado das eleições gerais depende ainda da realização do 2º turno e à vista do disposto no § 1º do art. 44-A do Regimento Interno, resolveram não realizar sessões deliberativas no período de 10 a 27 do corrente mês. Havendo, entretanto matéria urgente, os Senadores serão convocados para sua deliberação.
9.10.2002- 14,30 hs	Bernardo Cabral	À guisa de colaboração com a Mesa, tendo em vista notícias contraditórias, solicita que a Presidência esclareça o fato de não haver sessão deliberativa no Senado a partir de amanhã. (DSF de 10.10.02, pág. 18350).	O Presidente agradece a colaboração do senador e comunica que a partir de amanhã fará a correção reclamada.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
10.10.2002-10 hs	Bernardo Cabral	Refere-se à Proposta de Emenda à Constituição que trata da reforma do Judiciário e sua convicção de que, a Mesa, assim que receber o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a matéria, tomará as medidas necessárias para que se cheque, ainda este ano, a uma decisão definitiva sobre a Proposta. (DSF de 11.10.02, pág. 18364)	O Presidente, enfatizando a importância da Proposta, esclarece que, uma vez estando a sua discussão em primeiro turno encerrada, tão logo recebe o seu processado, a Mesa a colocará prontamente em Ordem do Dia para votação.
30.10.2002-14,30hs	Renan Calheiros	Solicita seja o seu voto considerado como favorável à matéria que acaba de ser votada.	O Presidente esclarecer que a votação foi secreta e que a presença do Senador está registrada.
12.11.2002-14.30hs	Mozarildo Cavalcanti	Requer seja publicado o inteiro teor de seu pronunciamento DSF de 13.11.02, pág. 21068)	O Presidente defere o pedido na forma regimental (DSF 13.11.02, pág. 21070)
12.11.2002-14.30hs	Eduardo Suplicy	Solicita a suspensão da sessão por 15 minutos para se reunir com a liderança do governo e chegar a um acordo sobre a votação de medidas provisórias constantes da Ordem do Dia (DSF de 13.11.02, pág. 21168)	O Presidente, após consulta ao Plenário suspende a sessão a fim de facilitar o entendimento entre as lideranças da Casa.
13.11.02 14,30hs	José Eduardo Dutra	Dirige reclamação à Mesa uma vez que, segundo diz, o processo de votação da PEC em deliberação fora interrompido quando ainda Senadores estavam chegando ao Plenário a fim de participarem da votação. (DSF de 14.11.02, pág. 21539)	O Presidente afirma que acompanhou atentamente os debates e que só encerrou o processo de votação na melhor das intenções.
13.11.2002-14.30hs	Francelino Pereira	Declara que estava ele e mais dois Senadores conversando e prontos para votar quando, de um momento para o outro, cortou-se a votação (DSF de 14.11.02, pág. 21539)	O Presidente esclarecer que o processo de votação estava aberto e todos votavam. Por muito tempo os Senadores ficaram votando. Não houve má fé por parte da Mesa quando encerrou o processo de votação.
14.11.2002-10 hs.	Osmar Dias	Solicita à Mesa providências no sentido de colocar Projeto de Resolução de sua autoria e já com parecer da CCJ na pauta da sessão do Senado, se possível, regimentalmente, na próxima semana. (DSF de 15.11.02, pág. 21701)	O Presidente declara que o requerido pelo Senador será diligenciado na forma regimental (DSF de 15.11.02, pág. 21703)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
14.11.2002-10 hs.	Romero Jucá e outros Senadores	Em debate com os pronunciamentos dos Senadores Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Heloisa Helena, Ramez Tebet e Carlos Patrocínio sobre a alteração do dia da posse do Presidente da República estabelecido no art. 82 da Constituição. (DSF de 15.11.02, págs. 21706 a 21710)	O Presidente declara que, embora o art. 82 da Constituição fixe essa data para o dia primeiro de janeiro, o seu art. 78 garante ao Presidente eleito até dez dias para tomar posse. Assim sendo, não vê muita razão para tão grande estrépito em torno do assunto.
18.11.2002-14,30hs	Bernardo Cabral	Com referência a boatos a respeito de sua possível nomeação para o cargo de Diretor-Geral do Senado, solicita ao Presidente que determine a publicação no "Jornal do Senado" de nota em que afirma que não pleiteia qualquer missão que não aquela para a qual fora eleito pelo povo. (DSF de 19.11.02, pág. 22160)	O Presidente defere a solicitação, esclarecendo que o "Jornal do Senado" registra todos os pronunciamentos importantes e considera nessa categoria o pronunciamento do Senador, concluindo por determinar sua publicação naquele órgão de divulgação do Senado.
19.11.2002-14,30hs	Romero Jucá	Solicita transferência para a sessão do dia seguinte da matéria constante do item 2 da Ordem do Dia. (DSF de 20.11.02, pág. 22208)	O Presidente, esclarece que está regimentalmente impedido de aceitar requerimento de adiamento, mas, como não se trata de adiamento e sim de pedido de transferência, consulta as lideranças e, havendo delas entendimento a favor, defere a solicitação.
20.11.2002-14,30hs	Heloisa Helena	Solicita a suspensão da sessão por dez minutos a fim de discutir com o Relator e viabilizar um acordo sobre a matéria em apreciação. (DSF de 21.11.02, pág. 22312)	O Presidente decide que, ao invés de suspender a sessão, irá conceder a palavra para quem quiser discutir a matéria enquanto as lideranças chegam a um entendimento.
20.11.2002-14,30hs	Romero Jucá	Sugere que os requerimentos de destaque apresentados à PEC de reforma do Judiciário sejam votados em bloco e, até o início da próxima semana, após o exame das emendas destacadas, votariam estas em bloco por assunto. DSF de 21.11.08, pág. 22269)	O Presidente esclarece que os requerimentos estão sobre a mesa, não se justificando a necessidade de aqodamento.
20.11.2002-14,30hs.	José Eduardo Dutra	Em adendo ao sugerido pelo Senador Romero Jucá, sugere, também, que a votação dos requerimentos de destaque sejam votados em bloco. (DSF de 21.11.02, pág. 22269)	O Presidente, após consulta às lideranças, coloca em votação, de uma só vez, todos os requerimentos de destaque de n.ºs. 555 a 607, sendo estes aprovados.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
20.11.2002-14,30hs	Bernardo Cabral	Lembra que, com a votação dos requerimentos de destaque, se iniciou o processo de votação da PEC, sendo, portanto, irreversível. (DSF de 21.11.02, pág. 22373)	O Presidente concorda com o ponto de vista do Senador.
29.22.2002-9,00hs	Nabor Júnior	Dá conhecimento ao Plenário de expedientes dirigidos a ele e ao Presidente do Senado pelo Professor José Aristodemo Pinotti através dos quais, pelas razões aduzidas, solicita a retirada da pauta dos trabalhos do Senado de projeto de autoria do Senador Lúcio Alcântara que trata da captação de recursos destinados a hospitais universitários. (DSF de 30.11.02, pág. 23143)	O Presidente informa que há, sob exame da Mesa, requerimento de autoria da Senador Heloisa Helena solicitando ao Ministro da Educação informações sobre o projeto em referência e que, se aprovado, sustará a tramitação da proposição até a resposta do Ministro quando a Mesa decidirá a respeito. (DSF de 30.11.02, pág. 23152).
4.12.2002 14.30hs	Mozarildo Cavalcanti	Solicita, a pedido do Senador José Fogaça, que se considere como lido o pronunciamento que S. Exa. Iria fazer sobre o Dia Internacional dedicado ao povo palestino. (DSF de 5.12.02, pág. 23524)	O Presidente solicita que o Senador encaminhe à Mesa o discurso e, em seguida, determina sua publicação na forma regimental.
4.12.2002-14,30hs.	Francelino Pereira	Solicita seja considerado como lido todo o texto de seu pronunciamento e que seja transmitido, em nome do Senado, os votos de congratulações ao jornalista Villas Boas pela Medalha Tiradentes com que foi agraciado. DSF de 5.12.02, pág. 23526)	O Presidente defere a solicitação na forma regimental.
4.12.2002 14,30hs.	Jefferson Péres	Encaminha requerimento à Mesa solicitando informações referentes à contratação da <i>Fubra</i> para prestar serviços de marketing para o Senado (DSF de 5.12.02, pág. 23528)	O Presidente encaminha o Requerimento ao Serviço de Comunicação Social, determinando que o mesmo preste as informações solicitados na maior brevidade possível.
4.12.2002 14,30hs.	Heloisa Helena	Solicita a retirada de todos os requerimentos de destaque por ela oferecidos a emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2002, proveniente da Medida Provisória nº 70, de 2002.	O Presidente, embora os requerimentos já tenham sido votados, considerando a manifestação expressa da autora, acata o pedido de desistência, sem que isso represente qualquer jurisprudência na Casa.
4.12.2002 14,30hs.	Romero Jucá	Requer sejam apreciadas naquela mesma sessão mensagens que dizem respeito a indicação de autoridades e que se encontram sobre a mesa DSF de 5.12.02, pág. 23572)	O Presidente, com a aquiescência das lideranças, submete a proposta do Senador ao Plenário, e submete, extra pauta, as mensagens à deliberação do Plenário. (DSF de 5.12.02, Pág. 25573)

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
4.12.2002 14,30hs.	Heloisa Helena	Solicita que a Presidência informe à Comissão de Fiscalização e Controle que não pode ser realizada a sua reunião que está para se iniciar, uma vez que a Ordem do Dia da Sessão ainda não terminou. (DSF de 5.12.02, pág. 25599)	O Presidente lembra que é do conhecimento de todos os Senadores que tais reuniões não podem ser realizadas durante o período destinado à Ordem do Dia das sessões Plenárias e, se estas forem realizadas não terão validade. Conclui determinado à Secretaria que se comunique com a Comissão para que esta não realize a reunião.
5.12.2002- 10hs	Belo Parga	Tendo o Senador José Eduardo Dutra pedido verificação de votação da matéria, lembra que houve anteriormente uma votação nominal e que não havia transcorrido uma hora daquela votação. (DSF de 6.12.02, pág. 23687)	O Presidente esclarece que o que houve anteriormente foi um requerimento de votação nominal e não um pedido de verificação.
5.12.2002- 10hs	Belo Parga	Referindo-se a noticiário constante do "Jornal do Senado, pede ao Presidente que determine as necessárias providências no sentido de coibir que o jornalismo opinativo penetre naquele Jornal de maneira a só transcrever um julgamento sereno e imparcial dos assuntos evitando, portanto, a parcialidade. (DSF de 6.12.02, pág. 23689)	O Presidente, após conceder a palavra a vários Senadores que manifestaram opiniões diversas sobre o assunto, enaltece o trabalho e a competência dos editores responsáveis pelo Jornal do Senado e considera que o debate serviu para esclarecer a sua linha editorial, concluindo por recomendar aos seus editores que continuem trabalhando, evitando porem, tanto quanto possível, as adjetivações e dá por encerrado o assunto. (DSF de 6.12.02, pág. 23695)
5.12.2002- 10hs	José Fogaça	Referindo-se ao fato de o Senador Mozarildo Cavalcanti ter encaminhado à Mesa para ser lido como lido um discurso supostamente de sua autoria, declara que jamais encaminhara, como se fora lido, pronunciamento seu à publicação e que, no presente caso, tal discurso não é de sua autoria e que mesmo os termos nele transcritos não têm nenhuma consonância com o seu próprio pensamento. Conclui solicitando que aquele pedido do Senador Mozarildo Cavalcanti fosse anulado, fazendo constar da Ata este seu pronunciamento. (DSF de 6.12.02, pág. 23696)	O Presidente, à vista do pronunciamento do Senador, determina que seja feita a necessária retificação na Ata a fim de ser desconsiderado o discurso atribuído ao Senador.

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
6.12.2002 9,00hs	Moreira Mendes	Pede ao Presidente maior tempo para concluir seu pronunciamento, considerando que não há outros Senadores inscritos para o uso da palavra na sessão (DSF de 7.12.02, pág. 24404)	O Presidente defere o pedido
10.12.2002- 14,30hs	José Eduardo Dutra	Após ter sido lido requerimento de urgência para determinada matéria, declara que foi dito ter sido ele assinado pelo Líder do Governo, assinatura essa que não conta para efeito do número exigido pelo Regimento. (DSF de 11.12.02, pág. 25298)	O Presidente informa que o Senador a que se refere a questão assinou como Líder do PSDB e não como Líder do Governo, uma vez que exerce as duas lideranças.
10.12.2002- 14,30 hs.	Osmar Dias	Estando o seu Partido em obstrução, indaga da Mesa se, mesmo assim, poderá ele manifestar o seu voto sobre a matéria. (DSF de 11.12.02, pág. 25313)	O Presidente informa que o Senador não está impedido de votar, esclarecendo que a obstrução significa apenas a não contabilização de faltas daqueles que, eventualmente, não comparecerem ao Plenário.
12.12.2002 10 hs	Eduardo Suplicy	No encaminhamento da votação de Projeto de Decreto Legislativo referente a renovação de concessão de TV, lembra que, uma vez já constituído o Conselho de Comunicação Social, deveriam, cada um desses projetos ser instruído com suas recomendações.(DSF de 13.12.02, pág. 25965)	O Presidente esclarece que até o momento não chegou à Mesa qualquer solicitação o sentido de essas matérias serem encaminhadas ao Conselho para parecer. Lembra, ainda, que o Regulamento do Conselho já foi aprovado e publicado no Diário do Congresso Nacional e que irá determinar o encaminhamento de seu texto ao conhecimento de todos os parlamentares.
12.12.2002 10 hs	Eduardo Suplicy	Requer que a audiência do Ministro da Fazenda que se daria em Plenário seja transferida para o Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. (DSF de 13.12.02, pág. 25986)	O Presidente, ao submeter o requerimento ao Plenário, sugere sua aprovação,tendo em vista que há inúmeras matérias aguardando apreciação e, se realizada a audiência em plenário perder-se-á um dia dos trabalhos.(DSF de 13.12.02, pág. 25988)
16.12.2002 14,39 hs	Romero Jucá	Sugere que as matérias constantes da Ordem do Dia que não puderem ser apreciadas na sessão sejam transferidas para o Ato Convocatório do Congresso Nacional permitindo assim que as mesmas sejam apreciadas pelo Plenário. (DSF de 17.12.02, pág. 26164)	O Presidente declara que a Mesa examinará com interesse a sugestão apresentada.

H.12 – RECURSOS
(RISF, arts. 91, § 3º, e 254, § único)

Número	Leitura no Plenário	Autor	Matéria
1/2002	11.3.2002	Heloísa Helena e outros Senadores	PLC nº 76/2001
2/2002	17.4.2002	Emília Fernandes e outros Senadores	PLS nº 16/2001
3/2002	17.4.2002	Paulo Souto e outros Senadores	PLS nº 41/2001 Obs.: Retirado (vide RQS nºs 179 e 180/2002)
4/2002	17.4.2002	Romero Jucá e outros Senadores	PLS nº 41/2001 Obs.: Retirado (vide RQS nº181, 182 e 183/2002)
5/2002	24.4.2002	Romero Jucá e outros Senadores	PLS nº 228/2000
6/2002	3.5.2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	PLS nº 53/2000
7/2002	9.5.2002	Romero Jucá e outros Senadores	PLS nº 264/2000
8/2002	31.5.2002	Osmar Dias e outros Senadores	PLS nº 34/2000
9/2002	4.6.2002	Artur da Távola e outros Senadores	PLS nº 141/99
10/2002	17.6.2002	José Fogaça e outros Senadores	PLS nº 52/2002
11/2002	17.6.2002	Romero Jucá e outros Senadores	PLS nº 52/2002
12/2002	5.8.2002	Fernando Bezerra e outros Senadores	PLS nº 145/2000
13/2002	20.8.2002	Antonio Carlos Magalhães e outros Senadores	PLS nº 110/2002
14/2002	02.12.2002	Tião Viana e outros Senadores	PLS nº 114/2002
15/2002	11.12.2002	Geraldo Melo e outros Senadores	PLS nº 245/2002)

H.13.1 – MENSAGENS RECEBIDAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

H.13.1) De comunicação de ausência do País

(art. 49, III, da Constituição Federal)

Número		Período e Finalidade
(MSF) SF	(MSG)Origem	
6/2002	10/2002	De 12 a 16.1.2002, para realizar visita oficial à Federação da Rússia.
7/2002	12/2002	De 16 a 17.1.2002, para realizar visita oficial à República da Ucrânia.
72/2002	73/2002	De 17 a 18.1.2002, para participar da Cúpula de Presidentes do Mercosul, Bolívia e Chile, a realizar-se na cidade de Buenos Aires, República Argentina.
80/2002	102/2002	De 21 a 24.2.2002, em visita ao Reino da Suécia, Estocolmo, por ocasião de reunião da Rede de Governança Progressista.
81/2002	104/2002	De 24 a 26.2.2002, em visita oficial à República da Polônia, Varsóvia.
82/2002	106/2002	Dias 26 e 27.2.2002, em visita oficial à República Eslovaca, Bratislava.
89/2002	130/2002	De 5 a 7.3, para realizar visita oficial à República do Panamá.
94/2002	161/2002	De 18 a 20.3.2002, em visita de Estado à República do Chile, Santiago.
146/2002	368/2002	De 15 a 21.5.2002, em visita ao Reino da Espanha, ao Estado da Cidade do Vaticano e à República Italiana.
204/2002	555/2002	Dias 4 e 5.7.2002, para participar da XXII Cúpula do Mercosul, em Buenos Aires.
209/2002	651/2002	De 25 a 27.7.2002, para participar da segunda reunião de Chefes de Estado dos países da América do Sul, na República do Equador.
269/2002	726/2002	Dias 20 e 21.8, em visita de Estado à República Oriental do Uruguai.
176/2002	759/2002	De 31.8 a 4.9, para participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, República da África do Sul.
304/2002	965/2002	De 9 a 13.11.2002, em visita oficial à República Portuguesa, para participar da VI Cimeira Luso-Brasileira.
305/2002	967/2002	De 13 a 14.11.2002, em visita de trabalho a Oxford, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
306/2002	969/2002	De 14 a 16.11.2002, em visita oficial à República Dominicana, para participar da XII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.
-	1.039/2002	De 7 a 11.12.2002, em visita de trabalho a New York, para receber o Prêmio Nahbub UI Haq 2002, por Contribuição Destacada ao Desenvolvimento Humano, conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

H.13.2) Referentes a indicações sobre escolha de autoridades
(Art. 52, III, da Constituição Federal)

Indicações aprovadas	30
Indicações em tramitação	4
TOTAL	34

H.13.2.1) Da presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
4/2002	1.441/2001	Henrique Marini e Souza	Ministro do Superior Tribunal Militar	Aprovada a indicação em 3.4.2002
71/2002	73/2002	Renato de Lacerda Paiva	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho	Aprovada a indicação em 3.4.2002
79/2002	113/2002	Luiz Alberto da Silva	Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	Aprovada a indicação em 10.4.2002
95/2002	169/2002	Dilma Seli Pena Pereira	Diretora da Agência Nacional de Águas – ANA.	Aprovada a indicação em 17.4.2002
106/2002	228/2002	General-de-Exército Max Hoertel	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada a indicação em 24.4.2002
107/2002	229/2002	General-de-Exército Valde-sio Guilherme de Figueiredo	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada a indicação em 24.4.2002
110/2002	247/2002	Ricardo Oliva	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em recondução.	Aprovada a indicação em 5.6.2002
111/2002	248/2002	Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques	Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	Aprovada a indicação em 5.6.2002
116/2002	254/2002	Luiz Guilherme Schymura de Oliveira	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.	Aprovada a indicação em 24.4.2002
125/2002	279/2002	Luiz Francisco Silva Marcos	Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Aprovada a indicação em 8.5.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
129/2002	310/2002	Gilmar Ferreira Mendes	Ministro do Supremo Tribunal Federal.	Aprovada a indicação em 22.5.2002
139/2002	341/2002	Miguel Dario Ardissones Nunes	Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Aprovada a indicação em 22.5.2002
148/2002	321/2002	Newton Reis Monteiro	Diretor da Agência Nacional do Petróleo-ANP.	Aprovada a indicação em 12.6.2002
174/2002	465/2002	João Grandino Rodas	Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
175/2002	466/2002	Thompson Almeida Andrade	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça (em recondução).	Aprovada a indicação em 27.6.2002
176/2002	467/2002	Cleveland Prates Teixeira	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
177/2002	468/2002	Fernando de Oliveira Marques	Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
178/2002	477/2002	Ricardo Alberto Suassuna de Medeiros	Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
179/2002	478/2002	Paulo Roberto Pontes de Mendonça	Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
180/2002	479/2002	Manoel Brandão Farias	Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
181/2002	476/2002	Evandro José Moreira Avelar	Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
186/2002	472/2002	Teresa Lusia Mártires Coelho Cativo Rosa	Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
187/2002	473/2002	Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana	Diretor da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
188/2002	474/2002	Samir de Castro Hatem	Diretor da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.	Aprovada a indicação em 27.6.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
189/2002	475/2002	Onildo Elias de Castro Lima	Diretor da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
193/2002	504/2002	Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato de cinco anos.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
272/2002	731/2002	João Otávio de Noronha	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Aprovada a indicação em 30.10.2002
273/2002	744/2002	José Leite Pereira Filho	Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em recondução.	Aprovada a indicação em 30.10.2002
307/2002	971/2002	Marcos Augusto Leal de Azevedo	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada a indicação em 27.11.2002
310/2002	978/2002	Maria Stella Gregori	Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em recondução.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
353/2002	1.078/2002	Anne Elisabeth Nunes de Oliveira	Defensor Público-Geral da União, em recondução, com mandato de 2 anos.	Tramitando
356/2002	1.105/2002	Henrique de Campos Meirelles	Presidente do Banco Central do Brasil.	Tramitando
365/2002	1.115/2002	Wladimir Castelo Branco Castro	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato de 4 (quatro) anos.	Tramitando
366/2002	1.116/2002	Norma Jonssen Parente	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato de três anos.	Tramitando

**H.13.3) Referentes a indicações sobre escolha
de chefes de missão diplomática de carácter permanente**
(art. 52, IV, da Constituição Federal)

Indicações aprovadas	27
Indicações em tramitação	18
TOTAL	45

H.13.3.1) De Sessão Legislativa anterior

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
222/2001	1.039/2001	Joaquim Luís Cardoso Palmeiro (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República de Malta (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 27.2.2002
250/2001	1.264/2001	Jório Salgado Gama Filho (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República de Maurício (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 27.2.2002
291/2001	1.383/2001	Jório Salgado Gama Filho (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Lesoto. (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 17.4.2002

H.13.3.2) Da presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
5/2002	33/2002	Jório Salgado Gama Filho (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 17.4.2002
75/2002	87/2002	Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 8.5.2002
76/2002	88/2002	Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Croácia. (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 8.5.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
85/2002	115/2002	José Alfredo Graça Lima (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias.	Aprovada a indicação em 3.4.2002
87/2002	125/2002	Marco Antônio Diniz Brandão (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Reino do Camboja. (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 8.5.2002
88/2002	126/2002	Marco Antônio Diniz Brandão (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto União de Mianmar. (cumulativamente)	Aprovada a indicação em 8.5.2002
96/2002	171/2002	Synesio Sampaio Góes Filho (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo. (cumulativamente)	Tramitando
103/2002	217/2002	Mário da Graça Roiter (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite.	Aprovada a indicação em 18.6.2002
109/2002	246/2002	Ney do Prado Dieguez (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas (cumulativamente)	Tramitando
132/2002	330/2002	Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.	Aprovada a indicação em 19.6.2002
140/2002	350/2002	Angelo Andrea Matarazzo	Embaixador do Brasil junto à República da Albânia (cumulativamente).	Tramitando
147/2002	360/2002	Affonso Celso de Ouro-Preto (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia (cumulativamente).	Aprovada a indicação em 19.6.2002
157/2002	379/2002	Marcus Camacho de Vincenzi (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.	Aprovada a indicação em 12.6.2002
160/2002	386/2002	Edgard Telles Ribeiro (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.	Aprovada a indicação em 27.6.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
161/2002	387/2002	Sérgio Barbosa Serra (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.	Aprovada a indicação em 18.6.2002
182/2002	485/2002	George Ney de Souza Fernandes (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.	Tramitando
183/2002	486/2002	Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia (cumulativamente).	Tramitando
184/2002	487/2002	Maria Celina de Azevedo Rodrigues (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
185/2002	484/2002	Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.	Aprovada a indicação em 27.6.2002
191/2002	499/2002	Fausto Orlando Campello Coelho (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República do Mali.	Tramitando
278/2002	789/2002	Eduardo dos Santos (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
279/2002	790/2002	Gelson Fonseca Júnior (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República do Chile.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
280/2002	791/2002	Frederico Cezar de Araújo (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil Junto à Comunidade da Austrália.	Aprovada a indicação em 27.11.2002
281/2002	792/2002	Ronaldo Edgar Dunlop (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República Dominicana.	Aprovada a indicação em 27.11.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
282/2002	793/2002	Antonio Augusto Drayrell de Lima (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.	Tramitando
283/2002	794/2002	Roberto Soares-de-Oliveira (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
284/2002	795/2002	Eduardo Monteiro de Barros Roxo (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
285/2002	796/2002	Sérgio Eduardo Moreira de Lima (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
286/2002	797/2002	João Gualberto Marques Porto Júnior (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.	Tramitando
287/2002	819/2002	Mauro Luiz Iecker Vieira (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.	Aprovada a indicação em 27.11.2002
288/2002	729/2002	Renato Luiz Rodrigues Marques (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.	Tramitando
297/2002	888/2002	Osmar Vladimir Chohfi (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
298/2002	922/2002	Valdemar Carneiro Leão Neto (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.	Tramitando
299/2002	923/2002	Antonino Lisboa Mena Gonçalves (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Bolívia.	Tramitando

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
300/2002	924/2002	Stelio Marcos Amarante (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.	Tramitando
301/2002	925/2002	Kywal de Oliveira (Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores)	Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.	Tramitando
309/2002	980/2002	César de Faria Domingues Moreira (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.	Aprovada a indicação em 4.12.2002
336/2002	1.037/2002	Luiz Tupy Caldas de Moura (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.	Tramitando
337/2002	1.038/2002	Pedro Paulo Pinto Assumpção (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto à República da Coréia.	Tramitando
362/2002	1.112/2002	Gilda Maria Ramos Guimarães (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.	Tramitando
363/2002	1.113/2002	Marcos Caramuru de Paiva (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador do Brasil junto ao Canadá.	Tramitando
364/2002	1.114/2002	Ronaldo Mota Sardenberg (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador, representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Tramitando

H.13.4) Referentes ao art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, da Constituição Federal

(operações externas de natureza financeira e limites da dívida consolidada da União, Estados, Distrito Federal e municípios),

Arts. 6º, § 1º, e 7º, I e II, da Lei nº 9.069/95

(programação monetária e emissão de real)

Resolução nº 57/95, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51/97 e 23/99

(relatório trimestral, do Ministério da Fazenda, da execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior)

Art. 19, XXIX, da Lei nº 9.472, de 16.7.97 (Relatório Anual de Atividades da Anatel)**Resolução nº 78/98**

(operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios, suas autarquias e fundações);

Resolução nº 37/99

(relatório trimestral, do Banco Central, de refinanciamentos de dívidas de municípios);

Medida Provisória nº 1.969-13/2000 e Decreto nº 3.099/99

(consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras de responsabilidade dos municípios);

Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Mensagens transformadas em PRS e convertidas em Resoluções		49
Mensagens transformadas em PDS remetidos à Câmara dos Deputados		3
Mensagens em tramitação	Transformadas em PRS	1
	Não transformadas	12
Mensagens anexadas a processados de outras Mensagens		8
Mensagens anexadas a processados de Resoluções e/ou Diversos		1
Mensagens arquivadas		4
Mensagens prejudicadas		1
TOTAL		79

H.13.4.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
146/99	952/99	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao segundo semestre de 1998.	Tramitando
222/99	1.752/99	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável – RAV, referente ao 1º semestre de 1999.	Tramitando
100/2000	501/2000	Encaminha o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, referente ao exercício de 1998.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
123/2000	708/2000	Solicita seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo dois bilhões e duzentos e vinte milhões de reais a serem contratados no corrente exercício e um bilhão, cento e dez milhões de reais, em 2001.	Transformada no PRS nº 80/2000 (Parecer nº 1.011/2000, da CAE) Tramitando
-	439/2000	Encaminha o Relatório da Execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, com informações relativas a novembro e dezembro de 1999, e janeiro de 2000.	Anexada, em cópia, aos processados das Resoluções nºs 57/95, 51/97 e 23/99 e junta-da ao processado do Div. nº 34/97, despacho à CAE.
154/2000	1.069/2000	Encaminha proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União.	Tramitando
154-A/2000	1.069/2000	Encaminha proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Tramitando
206/2000	1.444/2000	Solicita sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial da dívida, da República da Costa do Marfim para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a cinco milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um dólares norte-americanos e trinta e seis centavos, com previsão de redução direta do principal, em consonância com a Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do "Clube de Paris".	Transformada no PRS nº 42/2002 (Parecer nº 669/2002, da CAE) Resolução nº 33, de 28.6.2002
-	292/2002	Encaminha, em aditamento à Mensagem nº 184, de 22 de março de 2002, retificação, por ter havido erro material, relativa ao montante da limitação de empenho e de movimentação financeira estimados para o Poder Judiciário, conforme Exposição de Motivos dos Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Anexada à MSF nº 97/2002

H.13.4.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
1/2002	1.454/2001	Encaminha a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2002.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
2/2002	28/2002	Solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID.	Transformada na no PRS nº 1/2002 (Parecer nº 58/2002, da CAE) Resolução nº 1, de 21.3.2002
3/2002	1.399/2001	Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, referente ao exercício de 2000.	Tramitando
8/2002	1.455/2001	Encaminha demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2001.	Arquivada em anexo ao processado da MSF nº 105/2001
9/2002	60/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre do anos de 2001.	Arquivada em anexo ao processado da MSF nº 105/2001
73/2002	85/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC, destinada a financiar parcialmente o Programa Global de Financiamento Multissetorial (MCP – Stage III).	Transformada no PRS nº 2/2002 (Parecer nº 59/2002, da CAE) Resolução nº 2, de 21.3.2002
74/2002	86/2002	Solicita seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida da República Islâmica da Mauritânia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$ 10,477,123.33 (dez milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, cento e vinte e três dólares norte-americanos e trinta e três centavos), com base nas Atas de Entendimentos firmadas no chamado “Clube de Paris”.	Transformada no PRS nº 34/2002 (Parecer nº 544/2002, da CAE) Resolução nº 32, de 28.6.2002
77/2002	1.430/2001	Submete a esta Casa do Congresso Nacional proposta de operação mediante a qual o Estado de Mato Grosso do Sul cederá à União créditos por ele obtidos, no valor correspondente a R\$ 77.967.280,67 (setenta e sete milhões, novecentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos), originários do aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de eletricidade, com vistas à obtenção de recursos necessários à capitalização do fundo de previdência de seus servidores.	Arquivada em 7.8.2002, por não se encontrar nos ditames da Resolução nº 43/2001
86/2002	135/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de	Transformada no PRS nº 5/2002 (Parecer nº 110/2002, da CAE) Resolução nº 4, de 3.4.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/NE II.	
90/2002	132/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Tramitando
91/2002	152/2002	Solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$ 900,000,000.00 (novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial III.	Transformada no PRS nº 7/2002 (Parecer nº 145/2002, da CAE) Resolução nº 6, de 3.4.2002
98/2002	191/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste – Crediamigo.	Transformada no PRS nº 20/2002 (Parecer nº 285/2002, da CAE) Resolução nº 15, de 26.4.2002
101/2002	214/2002	Encaminha a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2002.	Transformada no PDS nº 42/2002 (Parecer nº 227/2002, da CAE) Projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados em 10.4.2002
102/2002	215/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de fevereiro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada ao processado da Mensagem nº 90, de 2002
104/2002	218/2002	Solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a até US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – Promata.	Transformada no PRS nº 14/2002 (Parecer nº 226/2002, da CAE) Resolução nº 9, de 11.4.2002
105/2002	220/2002	Solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 68,000,000.00 (sessenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destina-	Transformada no PRS nº 21/2002 (Parecer nº 286/2002, da CAE) Resolução nº 16, de 26.4.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		da ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Implantação e Consolidação do Programa de Saúde da Família no Brasil.	
115/2002	249/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada a financiar, parcialmente, a “Pavimentação Asfáltica de 184 km da Rodovia MS-384, trechos Antônio João/Bela Vista/Caracol/Entroncamento com a BR-267”.	Transformada no PRS nº 16/2002 (Parecer nº 281/2002, da CAE) Resolução nº 11, de 25.4.2002
120/2002	281/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total equivalente a US\$ 6,147,273.00 (seis milhões, cento e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e três dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Campo Grande – MS e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Sóter.	Transformada no PRS nº 17/2002 (Parecer nº 282/2002, da CAE) Resolução nº 12, de 25.4.2002
121/2002	282/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina – IV.	Apensada ao Of. nº S/51/2001 Transformada no PRS nº 18/2002 (Parecer nº 283/2002, da CAE) Resolução nº 13, de 25.4.2002
122/2002	277/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de quatorze milhões, quatrocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada ao financiamento do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários – Proat II.	Transformada no PRS nº 24/2002 (Parecer nº 380/2002, da CAE) Resolução nº 19, de 23.5.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
123/2002	278/2002	Solicita seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento, com remissão parcial, da dívida da República de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante de cento e cinquenta milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos, consolidados em 31.10.96, conforme Contrato de Reestruturação da Dívida firmado com aquele País, com base nas Atas de Entendimentos originárias do chamado Clube de Paris.	Transformada no PRS nº 32/2002 (Parecer nº 528/2002, da CAE) Resolução nº 31, de 28.6.2002
124/2002	287/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a sessenta e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor – Prapem.	Transformada no PRS nº 19/2002 (Parecer nº 284/2002, da CAE) Resolução nº 14, de 25.4.2002
130/2002	291/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a apoiar a balança de pagamentos da Mutuária.	Transformada no PRS nº 35/2002 (Parecer nº 545/2002, da CAE) Resolução nº 27, de 13.6.2002
131/2002	315/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 167,054,000.00 (cento e sessenta e sete milhões e cinquenta e quatro mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e HSBC Bank plc e o Crédit Commercial de France, destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Comando da Aeronáutica para o projeto "Modernização da Frota da Força Aérea Brasileira".	Transformada no PRS nº 25/2002 (Parecer nº 381/2002, da CAE) Resolução nº 18, de 23.5.2002
133/2002	332/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao primeiro trimestre de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexado À MSF nº 90/2002
149/2002	361/2002	Solicita seja autorizada a elevação, no valor de dois bilhões, noventa e sete milhões, duzentos e vinte e três mil e novecentos e cinquenta e um ienes japoneses, da operação de crédito externo celebrada entre a República Federativa do Brasil–Ministério da Educação e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), na modalidade buyer's credit, destinados ao financiamento de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos equipamentos fornecidos pela Marubeni Corporation e pela Nissho Iwai Corporation, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universi-	Transformada no PRS nº 36/2002 (Parecer nº 546/2002, da CAE) Resolução nº 28, de 13.6.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		tários.	
155/2002	366/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 34.000.000.00 (trinta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo - Primeira Fase.	Transformada no PRS nº 26/2002 (Parecer nº 465/2002, da CAE) Resolução nº 20, de 5.6.2002
156/2002	367/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 120.000.000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo.	Transformada no PRS nº 27/2002 (Parecer nº 466/2002, da CAE) Resolução nº 21, de 5.6.2002
159/2002	365/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a duzentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Sistema de Trens Urbanos – 4ª Linha do Metrô.	Transformada no PRS nº 28/2002 (Parecer nº 467/2002, da CAE) Resolução nº 22, de 5.6.2002
162/2002	389/2002	Solicita seja autorizada a elevação, no valor de EUR 3.354.169,18 (três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e nove euros e dezoito centavos), das operações de crédito externo, celebradas entre a República Federativa do Brasil - Ministério da Educação e o Banco Bilbao Vizcaya Argentina S/A - na modalidade buyer's credit, destinadas ao financiamento da aquisição de bens e serviços no âmbito do "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 37/2002 (Parecer nº 547/2002, da CAE) Resolução nº 29, de 13.6.2002
164/2002	397/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 35.000.000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Rondônia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada a financiar, parcialmente, o "Programa de Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado de Rondônia".	Transformada no PRS nº 30/2002 (Parecer nº 526/2002, da CAE) Resolução nº 24, de 6.6.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
165/2002	396/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 64,800,000.00 (sessenta e quatro milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.	Transformada no PRS nº 29/2002 (Parecer nº 468/2002, da CAE) Resolução nº 23, de 5.6.2002
166/2002	401/2002	Solicita seja autorizada a edição de Resolução retificatória da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal, ampliando o limite fixado para a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, instituído pela Resolução nº 87, de 1994, do Senado Federal .	Transformada no PRS nº 43/2002 (Parecer nº 670/2002, da CAE) Resolução nº 34, de 28.6.2002
170/2002	419/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares norte-americanos), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Nórdico de Investimento – NIB, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Financiamento à Indústria no Âmbito do Programa Multissetorial.	Transformada no PRS nº 44/2002 (Parecer nº 671/2002, da CAE) Resolução nº 35, de 28.6.2002
172/2002	431/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada ao processado da MSF nº 90/2002
190/2002	495/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos, de principal, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial da segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR-II.	Transformada no PRS nº 45/2002 (Parecer nº 672/2002, da CAE) Resolução nº 36, de 28.6.2002
192/2002	501/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 48,000,000.00 (quarenta e oito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio ao Pará-Urbe.	Transformada no PRS nº 46/2002 (Parecer nº 674/2002, da CAE) Resolução nº 30, de 26.6.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
194/2002	511/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação crédito externo, no valor de até cento e cinquenta e nove milhões, vinte e um mil e seiscentos e cinquenta e nove ienes, de principal, ente a República Federativa do Brasil e o Marubeni Corporation, destinada ao financiamento de quinze por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise, no âmbito do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – Reforsus.	Transformada no PRS nº 47/2002 (Parecer nº 689/2002, da CAE) Resolução nº 38, de 26.6.2002
195/2002	512/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até novecentos e um milhões, cento e dezessete mil e sessenta e seis ienes, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise, no âmbito do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – Reforsus.	Transformada no PRS nº 48/2002 (Parecer nº 690/2002, da CAE) Resolução nº 39, de 2.7.2002
196/2002	510/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 454,550.000.00 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões e quinhentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Empréstimo de Ajuste do Setor Elétrico.	Transformada no PRS nº 49/2002 (Parecer nº 717/2002, de Plenário) Resolução nº 40, de 2.7.2002
197/2002	509/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 404,040.000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para o Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – PSAL II.	Transformada no PRS nº 50/2002 (Parecer nº 719/2002, de Plenário) Resolução nº 41, de 2.7.2002
198/2002	507/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 100,000.000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa PARANÁ URBANO II”.	Transformada no PRS nº 51/2002 (Parecer nº 721/2002, de Plenário) Resolução nº 42, de 2.7.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
199/2002	528/2002	Solicita seja ultimada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o HSBC Investment Bank plc, com vistas à elevação do valor mutuado de GBP 10.350.679,93 (dez milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos e setenta e nove libras esterlinas e noventa e três schillings), de principal, destinado ao financiamento de oitenta e cinco por cento dos equipamentos de Laboratório de Pesquisa e Material Multidisciplinar de Laboratório, a serem fornecidos pela Philip Harris Internacional, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 52/2002 (Parecer nº 723/2002, de Plenário) Resolução nº 43, de 2.7.2002
200/2002	527/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de EUR 4.833.247,80 (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, destinada ao financiamento de bens fornecidos pelo Hôpital Action Services _ HAS, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários, bem como o financiamento de 100% do seguro de crédito.	Transformada no PRS nº 53/2002 (Parecer nº 735/2002, de Plenário) Resolução nº 46, de 3.7.2002
201/2002	529/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 2,533,000.00 (dois milhões, quinhentos e trinta e três mil dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Dresdner Bank AG, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar.	Transformada no PRS nº 54/2002 (Parecer nº 737/2002, de Plenário) Resolução nº 44, de 3.7.2002
202/2002	538/2002	Solicita seja ultimada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Marubeni Corporation, com vistas à elevação do valor mutuado de JPY 280.269.00 para JPY 350.336.250 (trezentos e cinquenta milhões, trezentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta ienes), correspondente a um acréscimo de JPY 70.067.250, destinados a complementar o valor relativo ao pagamento de sinal (down payment) da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS nº 55/2002 (Parecer nº 739/2002, de Plenário) Resolução nº 45, de 2.7.2002
203/2002	535/2002	Solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 8,623,452.10 (oito milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e dez centavos), entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, destinada ao financiamento de bens fornecidos pela General Eletric do Brasil Ltda., dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições	Transformada no PRS Nº 56/2002 (Parecer nº 839/2002, de Plenário) Resolução nº 47, de 8.8.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	
205/2002	557/2002	Encaminha demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada à MSF nº 90/2002
206/2002	559/2002	Encaminha a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2002.	Transformada no PDS nº 380/2002 Projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados em 7.8.2002
207/2002	553/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 4,302,473.60 (quatro milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o ABN Amro Bank N.V., destinado ao financiamento da importação de equipamentos de radioterapia no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS Nº 57/2002 (Parecer nº 841/2002, de Plenário) Resolução nº 48, de 8.8.2002
208/2002	554/2002	Solicita seja autorizada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, com vistas à elevação para EUR 6.852.640,60 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta centavos), correspondente a um acréscimo de EUR 1.356.866,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sessenta e dois centavos), destinados a complementar o valor contratado e o relativo ao pagamento de sinal (down payment) da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.	Transformada no PRS Nº 58/2002 (Parecer nº 843/2002, de Plenário) Resolução nº 52, de 8.8.2002
210/2002	636/2002	Submete à apreciação do Senado pedido de inclusão da comissão de garantia devida ao Banco Mundial na autorização da Resolução nº 12, de 2001, referente à operação de crédito externo a ser efetuada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG, no valor de até US\$ 180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Transformada no PRS Nº 59/2002 (Parecer nº 845/2002, de Plenário) Resolução nº 49, de 8.8.2002
211/2002	655/2002	Encaminha ao Senado Federal cópia da Exposição de Motivos Interministerial nº 236, de 2002, contendo o montante da limitação de empenho e de movimentação financeira estimado para esta Casa, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas.	Arquivada em 25.11.2002

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
212/2002	618/2002	Solicita a inclusão do financiamento de cem por cento do seguro de crédito a ser pago à Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur – Coface, no valor de total das operações de crédito externo, que passaria a ser de cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e um euros e quarenta e sete centavos, a serem celebradas entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, cujos recursos destinam-se ao financiamento de bens fornecidos pelo Hôpital Action Services – HAS, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários (Anexada à Resolução nº 46, de 2002).	Transformada no PRS Nº 60/2002 (Parecer nº 847/2002, de Plenário) Resolução nº 50, de 8.8.2002
259/2002	675/2002	Encaminha demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2002, as razões das determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada à MSF nº 90/2002
260/2002	693/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 182.800.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e oitocentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola – Fundoescola IIIA.	Transformada no PRS Nº 61/2002 (Parecer nº 849/2002, de Plenário) Resolução nº 51, de 8.8.2002
277/2002	781/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2002, as razões das determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada à MSF nº 90/2002
289/2002 ¹	841/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 2002, as razões das determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexada à MSF nº 90/2002
290/2002	844/2002	Encaminha a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2002.	Transformada no PDS Nº 560/2002 (Parecer nº 1.039/2002, da CAE) Projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados em 14.11.2002
292/2002	835/2002	Seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 75,000,000.00 (setenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada a	Transformada no PRS Nº 68/2002 (Parecer nº 1.037/2002, da CAE) Resolução nº 57, de 21.11.2002

¹ Em 8.10.2002, foi anexada à MSF nº 90/2002.

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS II (Second Water Sector Modernization Project).	
293/2002	836/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total equivalente a US\$ 47,600,000.00 (quarenta e sete milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia.	Transformada no PRS Nº 69/2002 (Parecer nº 1.038/2002, da CAE) Resolução nº 58, de 21.11.2002
295/2002	869/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União.	Transformada no PRS Nº 67/2002 (Parecer nº 985/2002, da CAE) Resolução nº 55, de 14.11.2002
296/2002	879/2002	Encaminha relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão ao Senado Federal, bem como os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.	Tramitando
303/2002	954/2002	Encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Tramitando
324/2002	1.023/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de até cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência – PREV-MUNICÍPIOS.	Transformada no PRS Nº 71/2002 (Parecer nº 1.197/2002, da CAE) Resolução nº 61, de 11.12.2002
325/2002	1.024/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento do Projeto Diversidade na Universidade – Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos.	Transformada no PRS Nº 72/2002 (Parecer nº 1.197/2002, da CAE) Resolução nº 62, de 11.12.2002
331/2002	1.002/2002	Encaminha relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão ao Senado Federal, bem como os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.	Anexada à MSF nº 296/2002
338/2002	1.047/2002	Solicita a retificação da Resolução nº 39, de 2002, do Senado Federal, referente à contratação de operação de crédito externo, no valor de até novecentos e um mi-	Transformada no PRS nº 74/2002 (Parecer nº 1.273/2002, da CAE)

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem		
		lhões, cento e dezessete mil e sessenta e seis ienes, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC, destinada a financiar oitenta e cinco por cento dos equipamentos a serem adquiridos pelo Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise.	Resolução nº 63, de 13.12.2002
339/2002	1.048/2002	Solicita a retificação da Resolução nº 2, de 2002, do Senado Federal, referente à contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos, de principal, contratada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada a financiar parcialmente o Programa Global de Financiamento Multissetorial.	Prejudicada pela aprovação do PRS nº 70/2002
340/2002	1.063/2002	Encaminha demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de outubro de 2002, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.	Anexado à MSF nº 90/2002
354/2002	1.107/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de três bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões de ienes, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for International Cooperation – JBIC, destinada ao co-financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua/Semi-Árido.	Tramitando
355/2002	1.108/2002	Solicita seja autorizada a contratação de quatro operações de crédito externo, cujos recursos se destinam à aquisição de equipamentos destinados ao Projeto ALX, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.	Tramitando

H.13.5) Referente a retirada de matéria

H.13.5.1) De Sessão Legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	MSG) Origem		
219/99	1.661/99	Retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1999 (nº 3.125/97, na Casa de origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO, e dá outras providências.	Tramitação sobrestada (RQS nº 768/99) (Vide tramitação do projeto)

H.13.5.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	MSG) Origem		
294/2002	821/2002	Retirada do PDS nº 474/2002 (1.477/2001, na Casa de Origem) que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, pelas razões que expõe.	Aprovada em 4.12.2002

H.13.6) Referente a retirada de urgência

H.13.6.1) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	MSG) Origem		
200/2002	212/2002	Solicita seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição Federal para o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2001 (nº 5.483/01, na Câmara dos Deputados), que altera o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1.061, de 3 de outubro de 2001.	À publicação Retirado o regime de urgência do projeto

H.14 – OFÍCIOS

H.14.1) Ofícios “S”, art. 52, V a X, da Constituição Federal

Transformados em PDS e remetido à Câmara dos Deputados	1
Em tramitação	109
Arquivados	12
Prejudicado ao final da 51ª Legislatura – art. 334 RISF	1
TOTAL	123

H.14.1.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
17/76 ¹	1.240/76	Do Governo do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal, para alienar 15 (quinze) glebas de terras devolutas, situadas no interior daquele Estado, no Município de São Domingos de Capim.	Tramitando
11/82 ²	418/82	Do Governo do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para alienar uma área de terras devolutas situada no município de Moju, à firma Sococo-Agroindústrias da Amazônia Ltda.	Transformado no PDS nº 561/2002 (Parecer nº 1.072/2002, da CAE) Projeto aprovado e encaminhado à Câmara dos Deputados em 16.12.2002
19/87 ³	95/87	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópias das Notas taquigráficas e do acórdão proferido por aquele Tribunal nos autos do Recurso Extraordinário 103.878-1, do Estado do Rio de Janeiro, o qual declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 4.106, de 26 de julho de 1962 e do Decreto 53977, de 22 de junho de 1964.	Tramitando
5/93 ⁴	35/93	Do Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra (MG), para contratar operação de crédito no valor de CR\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), a preços de setembro de 1992, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG.	Tramitando
55/96 ⁵	97/96	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido no Recurso Extraordinário 144817-2/210, e do parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos.	Tramitando

¹ Não constou dos relatórios anteriores.

² Não constou dos relatórios anteriores.

³ Não constou dos relatórios anteriores.

⁴ Não constou dos relatórios anteriores.

⁵ Não constou dos relatórios anteriores.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
56/96 ⁶	98/96	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do Acórdão transitado em julgado, proferido no Recurso Extraordinário 170672-8/212, do parecer da Procuradoria-Geral da República, emitido nos mesmos autos e do artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Pernambuco.	Tramitando
57/96 ⁷	102/96	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 381-4/320, do parecer do Ministério Público Estadual, emitido nos mesmos autos e das Leis Estaduais 7.588, de 26 de maio de 1989 e 7.802, de 21 de novembro de 1989, cujos artigos segundo e décimo, respectivamente, foram declarados inconstitucionais.	Tramitando
58/96 ⁸	105/96	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 283-6/320 e do Parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmo autos.	Tramitando
62/96 ⁹	113/96	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Acórdão transitado em julgado, proferido na Ação Originária 299-L/320, reprografia das Leis nºs 7.588 de 1989 e 7.802, ambas do Estado de Santa Catarina, e do Parecer da Procuradoria-Geral da República emitido nos mesmos autos.	Tramitando
31/97	22/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 183119-7/210, que declarou a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da expressão "correspondente ao período-base de 1989", com relação ao inciso II do art. 1º da Lei nº 7.988, de 1989.	Tramitando
44/97	90/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Estadual, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II; do art. 87, <i>caput</i> e incisos I e II; e do art. 94 da Lei Municipal nº 6.989, de 1966, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.	Tramitando
56/97	132/97	do STF, encaminhando cópia do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 188107, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da Lei nº 2.145, de 1953, com a redação da Lei nº 8.387, de 1991.	Tramitando
65/97	150/97	do STF, encaminhando cópia da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por essa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 194036, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 1990, do Município de Santo André - SP.	Tramitando

⁶ Não constou dos relatórios anteriores.

⁷

⁸ Não constou dos relatórios anteriores.

⁹ Não constou dos relatórios anteriores.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
74/97	152/97	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 191648/97, que declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1989, do Estado de São Paulo.	Tramitando
87/97	184/97	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 5.641, de 22.12.89, do Município de Belo Horizonte, da certidão de trânsito em julgado, do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 153771, que declarou a inconstitucionalidade do subitem 2.2.3 do Setor II da Tabela III da referida Lei municipal.	Tramitando
97/97	207/97	do STF, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 149922, que declarou a inconstitucionalidade do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14.12.88, do Ministério da Fazenda.	Tramitando
99/97	206/97	do STF, encaminhando parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Habeas Corpus nº 74761, que declarou a inconstitucionalidade da expressão "absoluta de seus membros", constante do <i>caput</i> do art. 181 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando
100/97	215/97	do STF, encaminhando parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 120954, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 8º e 9º da Lei nº 3.310, de 27.12.79, do Estado do Espírito Santo.	Tramitando
101/97	205/97	do STF, encaminhando cópias do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.	Tramitando
21/98	48/98	do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferidos por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 199969, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 7º, I e II; 87, I e II; e 94 da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando
22/98	55/98	Do STF, encaminhando cópia do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação dada pela Lei nº 11.152, de 30.12.91.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
31/98	66/98	do Presidente do STF encaminhando cópia da Lei nº 8118, de 30.12.85, bem como do parecer do Ministério Público Federal, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 209714, que declarou a inconstitucionalidade do art. 20, II, da referida Lei.	Tramitando
73/98	133/98	do STF, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 190363, que declarou a inconstitucionalidade do inciso II do art. 1º da Lei nº 8.033, de 12.04.90 (ISOF sobre operações com ouro).	Tramitando
74/98	140/98	do STF, encaminhando cópia do Decreto Legislativo nº 12, de 1990 (Lei Orgânica do Município de Cidreira/RS), do parecer da Procuradoria-Geral da República e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 172.004/98, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XVIII do art. 51 e respectivo parágrafo único da citada Lei.	Tramitando
77/98	182/98	do STF, encaminhando cópia do texto das Leis Complementares Municipais nºs 7/73 e 212/89, da versão do registro taquigráfico do julgamento, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 179273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º, § 1º, I, alíneas "a" a "f", da Lei Complementar Municipal nº 7, de 7.12.73, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 212, de 1989, ambas do Município de Porto Alegre-RS.	Tramitando
79/98	221/98	do STF, encaminhando cópia do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, e do Decreto nº 28.313, de 4 de abril de 1988, ambos do Estado de São Paulo, bem como da certidão de trânsito em julgado do acórdão, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 157905, que declarou a inconstitucionalidade do § 4º do art. 32 do referido Regulamento.	Tramitando
1/99	253/98	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 6.545, de 2.6.91, do Município de Campinas (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 199517, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei.	Tramitando
7/99	11/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991, do Estado do Rio de Janeiro, do parecer da Procuradoria Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 171078, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei estadual.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
13/99	37/99	do STF, encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.162, de 8.1.91, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte e da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 7º da referida Lei.	Tramitando
22/99	73/99	do STF encaminhando cópia da Lei Municipal nº 6.580, de 1989, de Santo André (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, da versão do registro taquigráfico do julgamento, bem como do acórdão proferido por aquela Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 206777/99, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º e do art. 2º, inciso I, alínea "a", e inciso II, alíneas "a" e "b", da mencionada Lei Municipal.	Tramitando
25/99	93/99	do STF, encaminhando cópia das Leis nºs 6.556, de 30 de novembro de 1989; 7.003, de 27 de dezembro de 1990; 7.646, de 26 de dezembro de 1991; e 8.207, de 30 de dezembro de 1992, todas do Estado de São Paulo, das certidões de trânsito em julgado dos acórdãos preferidos por aquela Corte; do Parecer do Ministério Público Federal, bem como das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos do Recurso Extraordinário nº 188.443, e respectivos embargos declaratórios, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º a 9º da Lei nº 6.556, de 1989, e das demais leis supracitadas (imposto: vinculação a órgão, fundo ou despesa).	Tramitando
26/99	102/99	do STF, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 751, de 16 de maio de 1984, do Município de Auriflamma-SP, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem como da versão do registro taquigráfico do julgamento do Recurso Extraordinário nº 118.585, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei (vício formal quanto à iniciativa da lei).	Tramitando
27/99	92/99	Do STF, encaminhando cópia da Lei Ordinária Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972; do Decreto-Lei nº 57, de 18 de novembro de 1966; e da Lei Municipal nº 2.200, de 3 de junho de 1983, do Município de Sorocaba (SP), do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 140.773, através do qual declarou a inconstitucionalidade da mencionada Lei Municipal e do art. 12 da Lei Federal supracitada, na parte em que revogou o art. 15 do retromencionado Decreto-Lei.	Tramitando
29/99	682/99	do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação desse Órgão, a respeito de pedido de contratação de operação de crédito da Prefeitura de Bom Retiro do Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, informando que o posicionamento da Autarquia é desfavorável à autorização.	Prejudicado

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
32/99	3.026/99	do Banco Central do Brasil, comunicando que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul emitiu, de 24.09.98 a 1º.10.98, trinta e quatro cartas de crédito para seis empreiteiras em pagamento pela prestação de serviços ou execução de obras públicas, totalizando quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos, sem observar a vedação prescrita no inciso II do art. 3º da Resolução nº 78, de 1998.	Arquivado em 29.4.2002
34/99	613/99	do Banco do Nordeste do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com posição do primeiro semestre de 1999.	Arquivado em 21.6.2001
39/99	133/99	Do Banco da Amazônia S/A, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, alusivo ao exercício de 1998.	Tramitando
40/99	218/99	Do Banco do Nordeste do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 17 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com posição em 31 de dezembro de 1998.	Tramitando
43/99	108/99	Do STF, encaminhando cópia da Resolução nº 8, de 23 de fevereiro de 1994, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão, com sua republicação, proferido por aquela Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 21.981, que declarou inconstitucionalidade da referida Resolução, necessidade de lei formal e material para a promoção de equivalência remuneratória entre Judiciário e Legislativo.	Tramitando
46/99	121/99	do STF, encaminhando cópia dos acórdãos proferidos por essa Corte, no Recurso Extraordinário nº 199.281-6, que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, na parte que alterou a redação dos arts. 7º e 27 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação que lhes foi conferida pelas Leis nºs 10.394, de 20 de novembro de 1987; 10.805, de 27 de dezembro de 1989; e 10.921, de 30 de dezembro de 1990, todas do Município de São Paulo (IPTU progressivo – violação do princípio da isonomia tributária), bem como cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.	Tramitando
49/99	128/99	do STF, encaminhando cópia das Leis nºs 6.989, de 29 de dezembro de 1966; 10.921, de 30 de dezembro de 1990; e 10.805, de 27 de dezembro de 1989, todas do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 210586, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 7º, I e II; e 27 da Lei nº 6.989, de 1966, na redação dada pelas leis municipais mencionadas.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
50/99	130/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 2.175, de 24 de novembro de 1989, do Município de Osasco, São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 228735, que declarou a inconstitucionalidade do art. 4º da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
51/99	131/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos/SP, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227273, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
52/99	132/99	do STF, encaminhando cópia da Lei nº 379, de 19 de dezembro de 1969, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 1.039, de 7 de dezembro de 1989, ambas do Município de Diadema/SP, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 228309, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10 da referida lei municipal (IPTU progressivo).	Tramitando
1/2000	308/99	da Prefeitura Municipal de Joinville, solicitando, nos termos do Resolução nº 37, de 1999, autorização do Senado Federal para que possa habilitar-se a contratar operação de crédito destinada ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios – PNAFM.	Tramitando
8/2000	297/2000	Do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, encaminhando cópias de Notas Técnicas da Secretaria de Inspeção do Trabalho e da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, em resposta ao Ofício nº 262/99-CN, de 24 de agosto de 1999, do Primeiro-Secretário do Senado Federal, que encaminhou Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de apurar as denúncias publicadas na Revista VEJA sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.	Tramitando
9/2000	153/2000	Da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, encaminhando cópia de propositura e sugerindo estudos no sentido de formalizar legislação apta a regulamentar a existência de loteamentos fechados no âmbito nacional.	Tramitando
21/2000	44/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 604, que declarou a inconstitucionalidade das seguintes expressões, constantes dos arts. 1º, 2º e 3º da referida Lei Estadual: “mensal”, “em cada ano” e “vedada, no caso de acumulação de férias, a dupla percepção da vantagem”.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
22/2000	45/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.878, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 627, que declarou a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.	Tramitando
23/2000	52/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 517, que declarou a inconstitucionalidade, do vocábulo "mensal", constante do art. 1º, e de todo o texto do art. 2º, ambos da referida Lei Estadual.	Tramitando
36/2000	58/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 234105, que declarou a inconstitucionalidade do art. 10, inciso II, da referida lei municipal, que trata do Imposto de Transmissão inter vivos de bens imóveis.	Tramitando
37/2000	59/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 5.803, de 4 de setembro de 1990, do Município de Ribeirão Preto – SP, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 237965, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º, da referida lei municipal, que estabelece horário para funcionamento de farmácias e drogarias.	Tramitando
40/2000	66/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do parecer do Procurador-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento e da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 232.896.	Tramitando
41/2000	9/2000	Da Ouvidoria da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, encaminhando, nos termos do parágrafo único do art. 45 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Relatório referente ao período de agosto de 1999 a março do corrente ano.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
42/2000	83/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 232467, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do art. 1º da referida Lei (incidência do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF em saques de caderneta de poupança).	Tramitando
44/2000	86/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Municipal nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bassano – RS, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 220821, que declarou a inconstitucionalidade do art. 119 da referida lei municipal, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do Município e dá outras providências.	Tramitando
45/2000	87/2000	Do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.513, de 27 de dezembro de 1989, do Município do Rio de Janeiro, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 200324, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal, que deu nova redação ao art. 29 da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984, daquele Município.	Tramitando
48/2000	6.889/2000	Do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminhando informações sobre providências adotadas por esse Tribunal, em cumprimento às sugestões e determinações da CPI do Senado Federal, instalada para apurar irregularidades na autorização, emissão e negociação de títulos públicos (“CPI dos Títulos Públicos”).	Tramitando
49/2000	164/2000	Da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República no Estado do Rio de Janeiro, recomendando a revogação do art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, bem como a edição de dispositivo compatível com a atual Lei de Seguros Privados (Decreto-Lei nº 73, de 1966), com a Constituição Federal e todos os demais diplomas legais que amparam os interesses do menor, objetivando a cobertura dos riscos, tais como acidentes, doenças, morte natural, violência física, inclusive a policial, a que estão expostos os menores de quatorze anos.	Tramitando
51/2000	291/2000	Da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, encaminhando informações sobre as providências adotadas pelo Ministério Público desse Estado em face das conclusões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 (“CPI dos Títulos Públicos”).	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
52/2000	123/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 77734, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 11 da referida lei federal, em sua publicação no Diário Oficial da União de 26 de maio de 1998 (amortização de dívidas com o INSS).	Tramitando
54/2000	S/Nº	Do Dr. José Gerardo Grossi, Advogado do senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, encaminhando à Mesa do Senado Federal documentos de interesse da Subcomissão da CCJ.	Tramitando
55/2000	825/2000	Do Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, encaminhando cópia da Decisão nº 1.830, de 1997, daquela Corte, bem como dos seus fundamentos, em resposta a Ofícios desta Casa, que solicitaram informações sobre as providências adotadas por aquele Tribunal em cumprimento às determinações e sugestões contidas no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos.	Tramitando
60/2000	138/2000	Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 1.942, de 1983, do Município de Votuporanga (SP), do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 121.617, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 212 a 215 da referida lei municipal (ilegalidade de cobrança de taxa para conservação de estradas).	Tramitando
62/2000	150/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Medida Provisória nº 1.577/97, reeditada até a Medida Provisória nº 2.027-39, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 23562, que declarou a inconstitucionalidade da alteração introduzida no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.	Tramitando
63/2000	151/2000	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247866, que declarou a inconstitucionalidade no art. 14 da referida Lei da expressão “em dinheiro, para as benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens artificiais.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
1/2001	3/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 183906, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º a 9º da Lei nº 6.556, de 30 de novembro de 1989, e nos embargos de declaração a ele opostos, que estenderam a inconstitucionalidade aos artigos 1º a 5º da Lei nº 7.003, de 27 de dezembro de 1990, ambas do Estado de São Paulo (recursos do ICMS).	Tramitando
2/2001	4/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 77724, que declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 9.639, de 26 de maio de 1998 (amortização e parcelamento de dívidas com o INSS).	Tramitando
4/2001	11/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos Pareceres da Procuradoria-Geral da República, cópia das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos das Ações Originárias nºs 526 e 512, que declararam a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do artigo 1º, e, na totalidade, do artigo 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (gratificação de férias para magistrados).	Tramitando
6/2001	108/2001	Da Câmara Municipal de Barretos – SP, solicitando providências no sentido de, no desempenho das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso XIII do artigo 48 e inciso IV do artigo 192 da Constituição Federal, editar normas para que o atendimento ao público pelos estabelecimentos creditícios governamentais e particulares sejam feitos no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, estipulando-se sanções drásticas para os infringentes, como forma de coibir os flagrantemente e incontestes abusos praticados pelos mesmos até então, com vistas exclusivas nos resultados financeiros altamente compensatórios, em detrimento do povo brasileiro.	Tramitando
7/2001	520.2/2001	Do Banco Central do Brasil, colocando-se à disposição do Senado Federal, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, para prestar os esclarecimentos necessários, em data considerada oportuna por essa Casa, sobre a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
8/2001	768/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, relatório sobre operação de troca de títulos, que resultou na emissão, pelo Governo brasileiro no mercado internacional, de dois bilhões, cento e cinquenta milhões de dólares estadunidenses, em títulos do tipo Global, utilizados para retirar do mercado bônus do tipo Brady, em igual valor, e que foi conduzida por aquele Órgão, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, tendo sido concluída em 22 de março de 2001.	Arquivado em 8.5.2002
9/2001	24/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Estadual nº 5.466, de 26 de setembro de 1991, do Estado da Paraíba, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do habeas corpus nº 71713, que declarou a inconstitucionalidade do art. 59 da referida lei estadual (competência dos juizados especiais de pequenas causas).	Tramitando
10/2001	235/2001	Do Banco do Brasil, encaminhando, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2000, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).	Aprovado o Parecer nº 709/2001, da CFC. De acordo com a deliberação do Plenário, as futuras demonstrações contábeis dos fundos constitucionais serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMPOPF Arquivado em 11.10.2001
12/2001 ¹⁰	29/2001	Do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando, com base no art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que o Senado Federal requirite ao Banco Central do Brasil o processo de emissão de Letras Financeiras daquele Estado, no sentido de que esta Casa aprecie o pleito do Estado do Rio Grande do Sul para que possa rolar as Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais, vencíveis em 15 de maio e 15 de novembro próximos.	Tramitando
13/2001 ¹¹	1.000 1.001/2001	e Do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, analisadas nos meses de novembro e dezembro de 2000, janeiro, fevereiro e março de 2001, e informando que foram examinados por aquela Autarquia e encaminhados à esta Casa, seis pleitos de operações de crédito, sendo que três referiam-se a operações externas e os demais visavam ratificar interpretação contida no inciso II do art. 6º da supracitada Resolução. Informa ainda que, no âmbito daquela instituição financeira, no período mencionado, não foram deferidas nem indeferidas operações de crédito sujeitas à Resolução nº 78, de 1998.	Tramitando

¹⁰ Em 25.6.2001, foi anexado, ao seu processado, o Ofício nº 1.533.2/2001, de 21.6, do Banco Central do Brasil.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
14/2001	1.005/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando exemplar da última edição do Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, referente ao mês de fevereiro de 2001, bem como informando que, no período de novembro de 2000 a março de 2001, apenas uma instituição financeira foi autorizada a realizar operações de crédito fundadas, todas no mês de dezembro de 2000. Comunica ainda que, nesse período de cinco meses, não se verificou enquadramento de qualquer operação de antecipação de receita orçamentária nas condições estabelecidas pela referida Resolução, não havendo, portanto, apresentação de propostas em processo competitivo.	Arquivado em 31.7.2001
15/2001	39/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Ação Originária nº 232, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos normativos do Estado de Pernambuco: <ul style="list-style-type: none"> - arts. 3º, 5º e parágrafos, 6º, 7º e 8º, II, da Lei Complementar nº 9, de 1993; - das expressões “e do Órgão Especial”, constante do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 8.034, de 1979, com a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 9, de 1993; - dos seguintes dispositivos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça daquele Estado, conforme a redação da Resolução nº 70, de 1993: <ul style="list-style-type: none"> - das expressões “da Corte Especial”, constantes do art. 3º; - art. 8º, II; - das expressões “a Corte Especial”, constante do art. 8º, §§ 2º e 2º; - art. 12, I e II; - das expressões “as da Corte Especial”, constantes do art. 28; - das expressões “ou da Corte Especial”, constantes do art. 34, I, “b”, e no § 2º; - das expressões “integrantes da Corte Especial”, constante do art. 8º da Resolução nº 70, de 1993. 	Tramitando

¹¹ Foram anexados, ao seu processado, os seguintes Ofícios: Em 26.6.2001, nº 1.514/2001; Em 1º.8.2001, nº 1762/2001; Em 6.8.2001, nº 1975.5/2001; Em 10.10.2001, nºs 2.609 e 2.612/1, de 2001; E em 9.11.2001, nº 2.926/2001.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
17/2001	42/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 193749, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal (licença para instalação de novas farmácias ou drogarias).	Tramitando
22/2001 ¹²	1.511/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, referente ao mês de março de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais.	Tramitando
23/2001	65/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 6.490, de 10 de agosto de 1994, que modifica dispositivos da Lei nº 6.176, de 18 de janeiro de 1993, ambas do Estado de Mato Grosso, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido no Habeas Corpus nº 75308, que declarou a inconstitucionalidade do inciso V do artigo 9º da Lei nº 6.176, de 1993, com redação dada pela referida Lei nº 6.490, de 1994 (criação e competência de juizado especial cível).	Tramitando
24/2001	104/2001	Do Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópia do trabalho jurídico intitulado "A Reforma in Pejus do Código de Processo Penal – O Perigo Iminente de Prescrição ou da Impunidade – A Sociedade em Perigo Virtual", referente a artigos da reforma do processo penal.	Tramitando
25/2001	66/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 116121, que declarou a inconstitucionalidade da expressão "locação de bens móveis", constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, pronunciando, ainda, a inconstitucionalidade da mesma expressão, contida no item 78 do § 3º do artigo 50 da Lista de Serviços da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos-SP (inconstitucionalidade de imposição de ISS sobre contrato de locação).	Tramitando

¹² Foram anexados, ao seu processado, os seguintes Ofícios do Banco Central: Em 1º.8.2001, nº 1.761/2001; Em 6.8.2001, nº 1.975.4/2001; Em 10.10.2001, os de nºs 2.612/2 e 2.612/3, de 2001; E em 9.11.2001, nº 2.927/2001.

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
26/2001	67/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 188391, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 86, I, II e III; 87, I e II; 91; 93, I e II; e 94, I e II, todos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, do Município de São Paulo (inconstitucionalidade de taxas por não terem por objeto serviço público divisível).	Tramitando
27/2001	75/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 192527, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea b do inciso XXIII do art. 52, da Lei Complementar nº 1, de 1990, Lei Orgânica do Município de Antonina, Estado do Paraná, na redação dada pela Emenda nº 7, de 1992, do referido Município (julgamento de Prefeito – invasão da competência do Tribunal de Justiça pela Câmara Municipal).	Tramitando
33/2001	1.975.3/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhado, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dois marcos alemães e vinte e dois centésimos, equivalentes a dezenove milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos, a preços de 31.12.2000, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Esgotamento Sanitário da cidade de Natal.	Arquivado em 7.8.2002
35/2001	247/2001	Do Presidente da CPI criada no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, destinada a investigar questões determinadas relacionadas ao Tribunal de Contas daquele município, encaminhando o Relatório Final da referida Comissão.	Tramitando
38/2001	96/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso nº 229450, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do art. 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (assegura a concursado o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da homologação do resultado).	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
39/2001	110/2001	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174184, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC).	Tramitando
41/2001	1.417/2001	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a aplicação irregular de recursos do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor.	Tramitando
42/2001	1.432/2001	Do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a incidência da mortalidade materna no Brasil.	Tramitando
46/2001	1.631/2001	Do Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando informações sobre as disposições constantes dos artigos 5º e 6º da Resolução nº 24, de 2001, do Senado Federal, objeto de Questão de Ordem, formulada pelo Deputado Arnaldo Madeira na sessão da Câmara dos Deputados de 17 de outubro passado.	Ao arquivo em 29.11.2002
48/2001	3.231/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Pernambuco para que possa contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América, equivalentes a duzentos e quarenta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil reais, à taxa de câmbio de 28.9.2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - Promata.	Arquivado em 7.8.2002
50/2001	3.328/2001	Do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para assumir dívida do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS, refinanciada junto à União ao amparo da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, cujo valor em 1º de novembro de 2000, era de trezentos e oitenta e um milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e dois centavos.	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
SF	ORIGEM		
-	396/2001	Do Governador do Estado de Alagoas, solicitando a concessão de novo prazo de duzentos e setenta dias para que o Estado de Alagoas celebre com a União Federal, com a interveniência da Caixa Econômica Federal e o Banco Central do Brasil, operação de crédito destinada a promover a extinção do Produban – Banco do Estado de Alagoas e a criação da Agência de Fomento do Estado de Alagoas, tendo em vista que o prazo estabelecido no art. 7º da Resolução nº 32, de 2000, não pode ser cumprido.	Transformado no PRS nº 74/2001 (Parecer nº 1.514/2001, da CAE) Resolução nº 41, de 20.12.2001

H.14.1.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
1/2002	3.415/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 34,000,000.00 (trinta e quatro milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$ 90.797.000,00 (noventa milhões, setecentos e noventa e sete mil reais), à taxa de câmbio de 30.09.2001, cujos recursos serão destinados ao Programa de Atuação em Cortiços	Arquivado em 7.8.2002
2/2002	3.416/2001	Do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão sobre a solicitação do Governo do Estado de São Paulo para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), equivalentes a R\$ 320.460.000,00 (trezentos e vinte milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), à taxa de câmbio de 30.09.2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Recuperação de Rodovias daquele Estado.	Arquivado em 7.8.2002
3/2002	3/2002	Do Parlamento Latinoamericano, encaminhando cópia das Atas da Reunião da Junta Diretiva e da VI Assembléia Extraordinária do Parlamento Latinoamericano, realizadas nos dias 29 e 30 de novembro passado, em São Paulo.	Arquivado em 7.8.2002
4/2002	5/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 7.673, de 23 de março de 1995, e do Decreto nº 9.643, de 10 de maio de 1995, ambos do Município de Fortaleza/CE, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264289, que declarou a inconstitucionalidade do referido Decreto regulamentador e do art. 10 da referida Lei municipal que instituiu gratificação sobre produtividade para os integrantes do quadro de Procuradores daquele Município.	Tramitando (na CCJ)
5/2002	6/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 118, de 12 de dezembro de 1990, do Município de Novo Hamburgo - RS, da versão do registro taquigráfico, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 225132, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida Lei complementar municipal, que deu nova redação ao art. 15 da Lei nº 48, de 20 de dezembro de 1973 (progressividade do IPTU), comunicando que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República para emissão de parecer.	Tramitando (na CCJ)

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
6/2002	8/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Estadual nº 8.874, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 516, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da referida Lei (gratificação de férias dos membros do Ministério Público)	Tramitando (na CCJ)
7/2002	7/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 3.931, de 10 de outubro de 1991, e da Lei nº 4.196, de 14 de dezembro de 1992, que deram nova redação ao art. 15 da Lei nº 2.210, de 27 de dezembro de 1977, todas do Município de Guarulhos/SP, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 229164, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 3.931, de 1991, e do art. 1º da Lei nº 4.196, de 1992 (progressividade do IPTU), esclarecendo que os autos não foram remetidos à Procuradoria-Geral da República.	Tramitando (na CCJ)
8/2002	29/2002	Do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia comunicando que, em cumprimento a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, diplomou o Sr. Amir Francisco Lando para o Cargo de Senador; o Sr. Francisco Sartori para Primeiro Suplente; e o Sr. Braulio Corte Coelho para Segundo Suplente.	Arquivado em 10.5.2002
9/2002	392/2002	Da Câmara Municipal de Mauá (SP), encaminhando exemplar do Requerimento nº 362, de 2002, aprovado naquela Casa no último dia 5, através do qual solicita instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Clínicas Dr. Nardini, daquele Município.	Tramitando (na CAS)
10/2002	32/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 1.990, de 1988, do Município de Manaus, Estado do Amazonas, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 140612, que declarou a inconstitucionalidade do art. 21 da referida lei municipal (Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos).	Tramitando (na CCJ)

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
11/2002 ¹³	44/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Decreto-Lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 186623, que declarou a inconstitucionalidade da expressão “ou extinguir”, constante do art. 1º do referido Decreto-Lei (inconstitucionalidade de delegação a Ministro de Estado para extinguir incentivo fiscal).	Tramitando (na CCJ)
12/2002	74/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264350, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º, 4º, 5º e 6º da referida Lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo própria de imposto).	Tramitando (na CCJ)
13/2002	75/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 259889, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 3º, 4º, 5º e 6º da referida lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo própria de imposto).	Tramitando (na CCJ)
14/2002	83/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Municipal nº 6.570, de 2/3/88, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 247.387, que declarou a inconstitucionalidade do art. 17 e seu parágrafo único da referida lei municipal (vinculação dos vencimentos/salários dos servidores municipais a fatores externos à revelia do Executivo, através de sua correção pelo IPC); e esclarecendo, ainda, que os autos não foram remetidos à Procuradoria Geral da República para emissão do parecer.	Tramitando (na CCJ)

¹³ Tramita em conjunto com os Ofícios nºs S/15 e S/17/2002.

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
15/2002 ¹⁴	73/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Decreto-Lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 250288, que declarou a inconstitucionalidade da expressão “ou extinguir”, constante do artigo 1º do citado Decreto-Lei (delegação ao Ministro de Estado da Fazenda para extinguir estímulos fiscais).	Tramitando (na CCJ)
16/2002	82/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 198982, no qual discute a constitucionalidade do art. 47 da Carta Estadual Gaúcha, que estendeu aos servidores públicos militares do Estado a garantia assegurada a todos os servidores civis de vencimento ou salário básico nunca inferior ao salário-mínimo fixado pela União para os trabalhadores urbanos e rurais, reputou ofendido o art. 61, § 1º, II, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, e declarou a inconstitucionalidade formal do art. 47 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.	Tramitando (na CCJ)
17/2002 ¹⁵	95/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Decreto-Lei nº 1.724, de 7 de dezembro de 1979, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 186359, que declarou a inconstitucionalidade da expressão “ou extinguir”, constante do art. 1º do referido Decreto (delegação a Ministro de Estado de competência para extinguir estímulos fiscais).	Tramitando (na CCJ)
18/2002	18/2002	Da Associação Brasileira de Estudos e Combate ao Doping, encaminhando o “Relatório sobre a situação dos esteróides anabolizantes no Brasil” e duas fitas de vídeo cassete, que sugere, dentre outras, medidas relativas à análise e comercialização das referidas substâncias, bem como ao seu narcotráfico, além de medidas visando à moralização do desporto nacional, através de legislação específica.	Tramitando (na CAS)
19/2002	125/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 2.303, de 2 de dezembro de 1991, do Município de Sarandi – RS, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 219169, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 119 da referida lei municipal (cômputo de tempo de serviço na atividade privada para fins de aposentadoria no serviço municipal).	Tramitando (na CCJ)

¹⁴ Tramita em conjunto com os Ofícios nºs S/11 e S/17/2002.

¹⁵ Tramita em conjunto com os Ofícios nºs S/11 e S/15/2002.

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
20/2002	4.559/2002	Da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, encaminhando cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída naquela Casa legislativa, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na distribuição, comercialização e na qualidade de combustíveis naquele Estado.	Tramitando (na CCJ)
21/2002	158/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 10.521, de 20 de julho de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 215325, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei (obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em vias públicas).	Tramitando (na CCJ)
22/2002	159/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 11.659, de 4 de novembro de 1994, do Município de São Paulo, do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 227384, que declarou a inconstitucionalidade da referida Lei (obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em vias públicas).	Tramitando (na CCJ)
23/2002	4.792/2002	Do Tribunal Superior Eleitoral, comunicando que, em sessão de 15.08.02, julgando o Processo Administrativo nº 18716, acolheu a sugestão apresentada, nos termos do voto do Ministro Relator Fernando Alves, e aprovou minuta de resolução para padronização dos diplomas a serem expedidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais aos candidatos eleitos nas Eleições de 2002.	Arquivado em 11.12.2002
24/2002	100/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 37, de 1998, do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 293536, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei municipal (cobrança de Taxa de Conservação e Manutenção das Vias Públicas).	Tramitando

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
25/2002	191/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 7.428, de 1994, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 7.539, do Município de Porto Alegre; do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 251238 em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e parágrafos da referida Lei Municipal (reajuste de vencimentos/salários vinculado a indexador futuro constitui ofensa ao princípio da autonomia municipal).	Tramitando
26/2002	370/2002	Do Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando os resultados das Eleições Gerais de 6 de outubro de 2002, para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador Deputado Federal, Deputados Estaduais e Deputados Distritais.	Tramitando
27/2002	249/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro – RJ, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 296035, que declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da referida Lei, na parte em que revogou o artigo 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município (cálculo de recolhimento do ISS por sociedades de profissionais).	Tramitando
28/2002	307/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Cível Originária nº 580, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei estadual (cancela a adesão do Estado ao Pasesp/MG).	Tramitando
29/2002	312/2002	Do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do inciso I do art. 29 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 265129, que declarou a inconstitucionalidade do referido dispositivo (direito dos servidores públicos estaduais de receberem vencimento básico nunca inferior ao salário mínimo).	Tramitando

H.14.2) Ofícios “S”, art. 53, § 1º, da Constituição Federal

Despachados a comissão	
TOTAL	

H.14.2.1) De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
5/2000	1.820/99	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1569, oferecida contra o Senador Renan Calheiros . (Art. 20 c/c art. 23, III, da Lei nº 5.250/67 – Calúnia).	Tramitando na CCJ
6/2000	11/2000	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1583, oferecida contra o Senador Amir Lando . (Art. 347 da Lei nº 4.737/65 – Código Eleitoral – Recusar cumprimento de Ordem da Justiça Eleitoral, c/c art. 69 do CPB).	Arquivado, tendo em vista a desnecessidade da autorização, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 35/2001 (Ofício nº 625/2002, de 6.3, do STF – DSF de 12.3.2002, página 1946)

H.14.2.2) Da presente Sessão Legislativa

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
5/2001	256/2001	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar denúncia constante dos autos de processo oferecido contra o Senador Ademir Andrade . (Arts. 20 e 21 da Lei nº 5.250/67, Calúnia e Difamação, e arts. 138, 139 e 140, do CPB, Calúnia, Difamação e Injúria, respectivamente).	Prejudicado por ter sido negado seguimento à queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (Of. nº 997/R, de 2.4.2002, do Ministro Nelson Jobim, Relator, publicado no DSF de 6.4.2002, página 3869)
19/2001	1.782/2001	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1400, oferecida contra o Senador Roberto Requião . (Arts. 325 (Difamação) e 327, III, do Código Eleitoral).	Prejudicado Art. 334 do RISF
37/2001	2.654/2001	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar a denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1.594, oferecida contra o Senador Roberto Requião . (Art. 21 da Lei nº 5.250/67 – Difamação).	Prejudicado Art. 334 do RISF

Número		Assunto	Resultado
(OFS) SF	ORIGEM		
45/2001	3.604/2001	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando licença para apreciar a queixa-crime, constante dos autos do Inquérito nº 1.591, oferecida contra o Senador Renan Calheiros . (Arts. 20, 21 e 22, da Lei nº 5.250/67, Calúnia, Difamação e Injúria, respectivamente, e arts. 138, 139 e 140, do CPB, Calúnia, Difamação e Injúria, respectivamente).	Tramitando na CCJ
47/2001	3.968/2001	Do Supremo Tribunal Federal, solicitando, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, licença prévia para que possa apreciar denúncia, constante dos autos do Inquérito nº 1608, oferecida contra o Senador Luiz Otávio . (Arts. 19 e 20 da Lei nº 7.492/96, e art. 299 do CPB, Falsidade ideológica).	Arquivado, tendo em vista a desnecessidade da autorização, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 35/2001 (Ofício nº 814/R, de 18.3, do STF – DSF de 20.3.2002, página 2532)

H.15 – DIVERSOS ¹

H.15.1) De Sessões Legislativas anteriores

(DIV) Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
27/96	27.3.96	Aviso nº 98/96, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 121/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Extraordinária do Plenário de 21 de março de 1996, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.	Na CCJ
51/96	5.6.96	Ofício nº 253/96, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT	Encaminha manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC Agropecuária Ltda. move contra a FUNAI e a União.	Aguarda informações solicitadas pelo RQS nº 1067/97.
85/96 ²	1º.10.96	Referente ao Aviso nº 533/96 - do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 610/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 25.9.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.	Na CFC
87/96	8.10.96	Referente ao Aviso nº 467/96, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 545/96, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 28 de agosto de 1996, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria operacional realizada na CODEVASP e DNOCS, sobre o Projeto Nordeste I.	Arquivado em 13.9.2002
92/96 ³	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Estabelece hipóteses em que fica suspensa a concessão de medidas liminares e dá outras providências.	Na CCJ
94/96 ⁴	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Arquivado Art. 332 do RISF
95/96 ⁵	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o § 1º do art. 125 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF

¹ A partir de agosto de 1999, os processos até então autuados sob a denominação de "Diversos" passaram a ser numerados sob a rubrica de "Avisos".

² À CFC, em 24.01.2000, com as informações prestadas pelo TCU, solicitadas pelo RQS nº 626/99.

³ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁴ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁵ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

(DIV) Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
96/96 ⁶	29.10.96	Proposta de Governadores de Estado	Altera o art. 168 da Constituição Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
98/96	1º.11.96	Ofício nº 765/96, do Procurador-Geral da República	Encaminha cópia do relatório, acompanhada da documentação dos trabalhos de auditoria, com relação aos repasses de recursos federais (do extinto INAMPS) a diversos Municípios do Estado de São Paulo, por força de convênios de municipalização nos anos de 1992 a 1994.	Arquivado em 24.10.2002
102/96	21.11.96	Ofício nº 235/96, do Presidente do Conselho de Reforma do Estado	Encaminha cópia da Resolução nº 1 do Conselho, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e a ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14/11/96 aos Exm ^{os} Srs. Clóvis Carvalho, Chefe da Casa Civil, e Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal.	Arquivado Art. 332 do RISF
23/97	24.4.97	Aviso nº 204/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 188/97, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Ordinária do Plenário de 16 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.	Arquivado Art. 332 do RISF
25/97	13.5.97	Ofício nº 492/97, do Banco do Nordeste	Encaminha, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado por aquele Órgão, com posição em 31.12.96.	Na CFC
42/97 ^{7 8}	6.8.97	Aviso nº 461/97 do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 429/97, que conheceu da solicitação da Comissão Especial destinada a acompanhar <i>in loco</i> os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro.	Na CAS
47/97 ⁹		Ofício nº 108/97, SF	Solicitação da CPI dos Títulos Públicos, criada pelo Requerimento nº 1.101/96, de manifestação da CAE sobre os procedimentos a serem adotados em relação à suspensão da negociação dos títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e de 1996.	Arquivado Art. 332 do RISF

⁶ À CFC, em 1.3.99, instruído com o Relatório nº 8/97 da Comissão Especial, criada em 29.10.96, publicado no DSF de 16.12.97, págs. 28728 a 28742.

⁷ Em 23.9.99, foi anexado, ao seu processado, o Aviso nº 823/99, de 16.9, do Presidente do TCU, encaminhando cópia da decisão nº 634/99 daquele Tribunal.

⁸ Em 8.6.2001, a Presidência comunicou ao Plenário que, em atendimento às conclusões do Parecer nº 251/2001, da CFC, referente aos Diveros, foram expedidos os Ofícios nºs 492/2001, à Procuradoria-Geral da República, 493/2001, ao Tribunal de Contas da União, e 494/2001, ao Ministro de Estado da Saúde. E ainda, em resposta, a Procuradoria-Geral da República informa, através do Ofício nº 367/2001, que encaminhou cópia do referido Parecer à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis (DSF de 9.6.2001, página 12700).

⁹ Na CCJ, em 23.10.97, já com parecer da CAE.

(DIV) Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
49/97	8.9.97	Aviso nº 558/97, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 561/97, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes às ações desenvolvidas no sentido do aperfeiçoamento dos trabalhos de fiscalização da renúncia de receitas públicas federais.	Arquivado em 13.9.2002
2/98 ¹⁰	07.01.98	Mensagem nº 75/98 (nº 1/98, na origem), de 6.1.98, do Presidente da República	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22.12.88, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao primeiro semestre de 1997.	Na CFC
8/98 ¹¹	24.3.98	Ofício nº 60/98, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul	Solicita manifestação do Senado, visando a inclusão de parcela de precatórios judiciais emitidos em 1995, no refinanciamento da dívida do Rio Grande do Sul, a ser celebrado com a União, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.	Na CCJ
14/98	20.5.98	Ofício nº 25, de 20.5, do Presidente da CAE	Comunica a aprovação, em reunião realizada no dia 19.5, do Requerimento nº 12/98-CAE, solicitando providências junto ao Tribunal de Contas da União no sentido de que sejam realizadas diligências acerca da movimentação de recursos oriundos de convênios firmados entre órgãos federais e o Estado de Rondônia.	Aguardando, na CAE, informações solicitadas ao TCU (DSF de 21.5.98, pág. 8831)
17/98	3.8.98	Mensagem nº 902/98, de 27.7, do Presidente da República	Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao segundo semestre de 1997.	Na CFC
19/98 ^{12 13 14}	3.8.98	Aviso nº 467/98, de 27.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 444/98, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, no Amazonas - 8º Distrito, relativa aos efeitos da mineração sobre o meio ambiente.	Na CFC
20/98	27.7.98	Aviso nº 471/98, de 27.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam.	Prejudicado Art. 334 do RISF
31/98	23.10.98	Aviso nº 724/98, de 19.10, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 244/98, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na área habitacional da Caixa Econômica Federal, relativa aos aspectos	Na CFC

10 Os diversos nºs 2 e 3/98 foram apresentados durante a 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura, realizada no período de 6 de janeiro a 13 de fevereiro de 1998.

¹¹ Na CCJ, instruído com parecer da CAE.

¹² Tramitação interrompida em 15.12.98, em virtude da aprovação dos Requerimentos de informações nºs 609 e 610/98, relacionadas com a matéria. Voltou a tramitar em 24.2.99, tendo em vista atendimento ao RQS nº 609/98, através do Aviso nº 17/99.

¹³ Em 16.5.2001, foi anexado ao seu processado o Aviso nº 436-GP/TCU, de 7.5.2001.

¹⁴ Em 10.12.2001, foi anexado ao seu processado o Aviso nº 5.797/2001, de 3.10, do Tribunal de Contas da União.

(DIV) Nº	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
			<p>tos pertinentes ao descumprimento de normas específicas e de determinações expedidas por esse Tribunal, em atendimento à solicitação constante do Relatório nº 4, de 1993-CN, conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 595/91-CN, destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação.</p>	
39/99		Expediente do Presidente do Senado do Canadá	Comunica a formação do Grupo Parlamentar Canadá-Brasil e encaminha os nomes dos componentes, tanto do Senado como da House of Commons.	Transformado no PRS nº 5/2001 (Parecer nº 27/2001, da CRE) Na SSCLSF

H.16 – AVISOS

H.16.1.1 – De Sessões Legislativas anteriores

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
1/99	12.8.99	Aviso nº 690/99, de 29.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 473/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a irregularidades verificadas em auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde no Amapá – CORAP/FNS.	Arquivado em 24.10.2002
2/99	12.8.99	Aviso nº 694/99, de 5.8, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 508/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Plano de Auditoria para o segundo semestre de 1999.	Arquivado em 13.9.2002
3/99	17.8.99	Aviso nº 736/99, de 13.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 516/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à impossibilidade jurídica da manutenção da cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre o pedágio, arrecadado, no percentual de 5%, nos trechos rodoviários objeto de concessão.	Na CFC
4/99	17.8.99	Aviso nº 722/99, de 12.8, do TCU, em cópia	Encaminha cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à destinação dos recursos provenientes da aplicação das disponibilidades do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Na CFC
6/99	1º.9.99	Aviso nº 778/99, de 27.8, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 575 a 580, de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, sobre as auditorias operacionais realizadas no Serviço Social da Indústria – SESI, Departamento Nacional e Departamentos Regionais dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Sergipe.	Na CFC
8/99	4.1.99	Aviso nº 930/98, de 15.12. do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 897/98, adotada por essa Corte, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre o processo de privatização do Sistema Telebrás.	Arquivado em 24.10.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
9/99	5.1.99	Aviso nº 905/98, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 868/98, adotada por essa Corte, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada nas Embaixadas do Brasil em Helsinki, Kiev, Ancara e Atenas.	Na SSEX
14/99	16.6.99	Aviso nº 528/99, de 11.6, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 332/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada nas empresas Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás e Petrobrás Distribuidora S/A – BR, objetivando o exame da regularidade da aplicação de disponibilidades de caixa dessas entidades na rede privada de bancos (TC – 575.793/96-1).	Na CCJ
17/99	15.3.99	Aviso nº 96/99, de 5.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 49/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Conselho Federal de Medicina.	Na CFC
18/99	29.3.99	Aviso nº 124/99, de 25.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 87/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, e, ainda, do Relatório de Auditoria (TC nº 001.989/98-7), realizada no Banco Central do Brasil.	Na CFC
19/99	05.4.99	Aviso nº 49/99, de 03.02, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao terceiro trimestre de 1998.	Na CFC
20/99	12.4.99	Aviso nº 188/99, de 8.4, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 135/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.	Na CFC
22/99 ¹	26.5.99	Aviso nº 472/99, de 21.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 266/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a denúncia formulada contra o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – PB sobre diversas irregularidades que estariam sendo praticadas no âmbito do referido Tribunal Regional.	Na CFC

¹ A apreciação do documento consta do Relatório nº 3/99, publicado no DSF (Suplemento) ao nº 198, de 10.12.99, da CPI do Judiciário

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
25/99	17.6.99	Aviso nº 545/99, de 10.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 351, de 1999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre acompanhamento de procedimento licitatório para a concessão de áreas voltadas para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. (TC – 005.109/99-0).	Arquivado em 13.10.2002
26/99	2.8.99	Aviso nº 634/99, de 9.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 417/999, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à inspeção realizada no Banco do Brasil S/A, visando a apurar todos os fatos relacionados com a concessão de financiamentos à construtora Encol.	Na CFC
27/99	2.8.99	Aviso nº 629/99, de 9.7, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 411/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, na área de habitação e hipoteca.	Na CFC
28/99	2.8.99	Aviso nº 582/99, de 21.6, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao primeiro trimestre de 1999.	Na CFC
29/99	6.9.99	Avisos nºs 844 e 845/99, de 31.8, do TCU	Encaminha o Relatório as Atividades do TCU, referente ao segundo trimestre de 1999.	Arquivado em 23.10.2002
37/99		Aviso nº 1.089/99, de 3.11, do TCU	Encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo referido Tribunal na sessão extraordinária-reservada do Plenário de 03 de novembro de 1999, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0).	Na CMPOPF
42/99	1º.12.99	Aviso nº 1.169/99, de 26.11, do Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 861/99, adotada pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Banco do Brasil.	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
43/99		Aviso nº 1.246/99, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 276 e 278/99, adotadas pelo referido Tribunal, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas Secretarias da Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul (TC nºs 011.114/99-1, 011.116/99-4 e 011.449/99-3).	Na CFC
1/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.274/99, 9.12, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 285 e 286, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades de saúde nos Estados do Tocantins e de Minas Gerais, respectivamente (TC- nºs 011.110/99-6 e 011.549/99-8).	Na CFC
2/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.331/99, 9.12, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 381 e 570, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas no Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, no Estado do Piauí, e na área de Convênios da Prefeitura Municipal de Maranguape-CE, respectivamente (TC- nºs 525.064/97-4 e 275.081/94-0).	Na CFC
3/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.336/99, 10.12, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 229, de 1999, e das Decisões nºs 912 e 923, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditorias realizadas na Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí - Seplan/PI, e nas obras de construção e pavimentação da BR-174 - Divisa AM/RR - Marco BV-8, e levantamento de auditoria no Município de Cabo Frio-RJ (TC- nºs 525.369/96-1, 576.170/90-9 e 825.056/97-7).	Arquivado em 24.10.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
4-B/2000	8.6.2001	Aviso nº 1.381/99, de 15.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 306, de 1999 e do Acórdão nº 479, de 1999 (TCU – 1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba, FUNASA/PB, Escritório de Negócios da CEF/PB, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde de Campina Grande e Patos, dentro do Programa de Ação na Área da Saúde no Estado da Paraíba (TC – 014.064/97-4).	Ao arquivo em 01.08.2001
4-C/2000	8.6.2001	Aviso nº 1.381/99, de 15.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 307, de 1999 (TCU – 1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas, FUNASA/AL, Escritório de Negócios da CEF/AL, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde de Maceió e Delmiro Gouveia e Maceió, dentro do Programa de Ação na Área da Saúde no Estado de Alagoas (TC – 011.168/99-4).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
5/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.409/99, de 16.12, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 948, 949, 951 a 957, todas de 1999, e dos Acórdãos nºs 235 a 237, de 1999, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam sobre auditorias realizadas no Programa de Promoção Turística do Brasil no Exterior, conduzido pela Embratur; na obra de construção do edifício-sede do Ministério Público Federal, em cumprimento às disposições dos incisos I e II do art. 92 da Lei nº 9.811/99; na Infraero, para apuração dos débitos de empresas de transporte aéreo junto àquele Entidade; na Superintendência de Negócios do Escritório de Curitiba da Caixa Econômica Federal, referentes aos Programas Habitar-Brasil, PASS e Pro-Infra; no Banco do Brasil, referente aos contratos na área de propaganda e publicidade; nos convênios firmados pela União com o Estado e Municípios de Sergipe, referentes ao combate ao dengue e à leishmaniose; no Programa de Ação na Área de Saúde em entidades integrantes da estrutura do Ministério da Saúde; na Secretaria de Estado de Cidadania, Justiça e Trabalho de Mato Grosso do Sul, referente à aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT; no Serpro, Anatel, Aneel e no Banco Central do Brasil, referente à questão do "bug do milênio". (TC nºs 014.055/97-0, 925.274/98-4, 005.034/98-1, 012.800/99-6, 013.699/97-0, 001.786/98-9, 675.055/98-9, 011.773/99-5, 008.656/99-1 e 400.073/97-8).	Arquivado em 13.9.2002
9/2000	23.2.2000	Aviso nº 36/2000, de 21.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 5, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre omissão na prestação de contas do Conselho Regional de Estatística no Estado do Rio de Janeiro - Conre/RJ, relativa ao exercício de 1996 (TC-575.183/98-5).	Na SSEX aguar-dando informações
11/2000	21.3.2000	Aviso nº 817/2000, de 17.3, do TCU	Encaminhando cópia do Acórdão nº 35, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Banco do Brasil, na área de publicidade (TC- nº 001.594/97-4).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
12/2000	23.2.2000	Aviso nº 101/2000, de 2.2, do TCU	Encaminha o Relatório das Atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 1999.	Na SSEXp aguardando informações
13/2000	23.2.2000	Aviso nº 1.142/99, de 30.12, do TCU	Encaminha cópia das Decisões nºs 8 e 9, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, sobre de auditorias realizadas nos órgãos e entidades de saúde do Distrito Federal e no Serviço de Convênios dos Ministério da Saúde em Roraima (TC- 015.085/99-6 e TC-014.271/99-0).	Ao arquivo em 01.08.2001
15/2000	23.2.2000	Aviso nº 197/2000, de 11.2, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 51 a 53, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas em diversos órgãos de saúde nos Estados de Santa Catarina e da Bahia, e na Justiça Federal de Primeira Instância do Estado de Sergipe (TC - nºs 650.073/97-5, 675.129/97-4 e 926.966/98-7).	Na CFC
18/2000	3.3.2000	Aviso nº 263/2000, de 17.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 19/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na área de convênios, acordos e ajustes, e <i>royalties</i> de petróleo transferidos à Prefeitura de Parnamirim/RN (TC-600.223/97-3).	Na CFC
22/2000	3.3.2000	Aviso nº 359/2000, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 27, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em órgãos e entidades de saúde do Estado do Rio Grande do Norte (TC- nº 011.231/99-8).	Arquivado em 24.10.2002
23/2000	3.3.2000	Aviso nº 387/2000, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 28, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em órgãos e entidades de saúde do Estado de Sergipe (TC- nº 011.404/99-0).	Arquivado em 24.10.2002
26/2000	14.3.2000	Aviso nº 514/2000, de 1º.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 77/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - BA. (TC - nº 251.232/95-6).	Arquivado em 24.10.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
27/2000	15.3.2000	Aviso nº 544/2000, de 3.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 30, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do INSS no Espírito Santo (TC- 002.841/99-1).	Na CFC
29/2000	15.3.2000	Aviso nº 618/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 118, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte e Turismo (TC- 014.137/99-2).	Arquivado em 24.10.2002
30/2000	15.3.2000	Aviso nº 646/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 119, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no 14º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC- 600.265/95-1).	Arquivado em 13.9.2002
31/2000	15.3.2000	Aviso nº 674/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 120, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretaria de Estado de Assistência Social (TC- 015.746/99-2).	Na CFC
32/2000	15.3.2000	Aviso nº 702/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 121, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Tocantins – Funasa-TO (TC- 006.072/99-2).	Na CFC
33/2000	15.3.2000	Aviso nº 730/2000, de 9.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 122, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (TC- 008.479/99-2).	Na CFC
36/2000	21.3.2000	Aviso nº 873/2000, de 17.3, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 36, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas áreas de convênios federais e repasses à conta do Sistema Único de Saúde - SUS, no Município de Picos/PI (TC- nº 525.158/95-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
37/2000	21.3.2000	Aviso 901/2000, 17.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 141, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (TC - 010.111/96-4).	Na CFC	
38/2000	22.3.2000	Aviso 788/2000, 16.3.2000, TCU	nº de do	Encaminha cópia da Decisão nº 98, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Maranhão - FNS/MA. (TC-350.249/97-0).	Na CFC	
41/2000	4.4.2000	Aviso 1.070/2000, 24.3. do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 44, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada em convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento Estadual de Transportes do Estado do Amapá - Detrap (TC- nº 929.379/98-5).	Arquivado 23.10.2002	em
43/2000	4.4.2000	Aviso 1.153/2000, 24.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 178, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Instituto Nacional do Seguro Social INSS/MPAS e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV (TC - 004.852/95-8).	Arquivado 24.10.2002	em
44/2000	4.4.2000	Aviso 1.182/2000, 28.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 166, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia relativa a possíveis irregularidades nos empreendimentos denominados Programa de Lotes Urbanizados e Saneamento e Interceptores de Esgoto no Município de Bauru/SP (TC nº 022.710/94-9).	Arquivado 13.9.2002	em
48/2000	12.4.2000	Aviso 243/2000, 31.3, do TCU	nº de	Encaminhando relatório das atividades do TCU, referente ao exercício de 1999.	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
49/2000	24.4.2000	Aviso 1.418/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 207, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, contra a Decisão nº 612/99 a respeito de auditoria operacional realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (TC-200.088/97-1).	Na CFC	
50/2000	24.4.2000	Aviso 1.430/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 220, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Inspeção realizada na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, relativo a possíveis irregularidades no processo de concordata e falência de empresas do sistema ENGESA (TC-000.695/95-5).	Na CFC	
51/2000	24.4.2000	Aviso 1.458/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 223, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação acerca das inconstitucionalidades presentes na Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e institui o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (TC-002.363/2000-6).	Na CCJ	
52/2000	24.4.2000	Aviso 1.486/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 217, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Goiás, FUNASA/GO, Escritório de Negócios da CEF/GO, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde de Goiatuba e Catalão, dentro do programa de Ação na Área da Saúde (TC-011.166/99-1).	Arquivado 28.2.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
54/2000	24.4.2000	Aviso 1.542/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 215, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Nacional de Saúde – Coordenação Regional da Bahia, objetivando a verificar os procedimentos adotados para celebração de convênios, fiscalização da sua execução e para o ressarcimento dos recursos repassados, no caso de detecção de irregularidades, abrangendo o período de 1993 a 1996 (TC-250.228/97-1).	Arquivado 28.2.2002	em
55/2000	24.4.2000	Aviso 1.571/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 216, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no DNER, referente as obras da BR-545/97-7).	Arquivado 28.2.2002	em
60/2000	24.4.2000	Aviso 1.412/2000, 7.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 236, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, pela qual conhece das licitações contidas no Relatório Final nº 4, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, informando as providências já adotadas por aquele Tribunal (TC-001.233/2000-7).	Na CFC	
61/2000	24.4.2000	Aviso 1.350/2000, 5.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 83, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Norte – Funasa, relativa às irregularidades na aplicação de recursos federais transferidos mediante convênios (TC-014.182/99-8).	Arquivado 24.10.2002	em
62/2000	5.5.2000	Aviso 1.745/2000, 12.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 169, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Condeúba/BA, referente a irregularidades na execução de convênios e realização de despesas sem a observância dos procedimentos previstos na Lei 4.320, de 1964 - (TC- 250.106/92-2).	Arquivado 24.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
63/2000	5.5.2000	Aviso 1.773/2000, 12.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 170, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura de Teresópolis/RJ, referente a avaliação da aplicação de recursos federais, repassados mediante convênios, do sistema SUS e dos <i>royalties</i> do petróleo - (TC- 575.421/98-3).	Na CFC	
64/2000	5.5.2000	Aviso 1.801/2000, 14.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 278, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em cumprimento à Decisão nº 261, de 1999-Plenário, referente a irregularidades já tratadas em processo de denúncia, objeto do TC-001.249/98-3, em tramitação - (TC- 009.350/99-3).	Arquivado 13.9.2002	em
65/2000	5.5.2000	Aviso 1.829/2000, 14.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 277, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará, nas áreas de pessoal, licitação e contratos - (TC- 929.499/98-0).	Arquivado 23.10.2002	em
66/2000	5.5.2000	Aviso 1.857/2000, 14.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 276, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, originário da Decisão nº 512, de 1998-Plenário, que determinou a realização de trabalhos em diversas obras, em atendimento ao art. 79, inciso II, da Lei nº 9.692/98 - (TC- 925.217/98-0).	Arquivado 13.9.2002	em
67/2000	5.5.2000	Aviso 1.885/2000, 14.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 62, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Superintendência Estadual de São Paulo), sobre emissão indevida de Certidão Negativa de Débito (CND), em favor da Construtora Encol S/A - (TC- 700.361/97-9).	Arquivado 13.9.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
68/2000	5.5.2000	Aviso nº de 1.913/2000, 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 281, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, relativa à inspeção nas obras realizadas com os recursos provenientes de cobrança indevida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e incidente sobre o pedágio - (TC-015.789/99-3).	Na CFC
69/2000	5.5.2000	Aviso nº de 1.941/2000, 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 283, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Projeto Saúde Básica para o Nordeste II, identificando os entraves na implantação do Projeto que causam dificuldades na execução financeira - (TC- 013.976/96-6).	Na CFC
70/2000	5.5.2000	Aviso nº de 1.969/2000, 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 279, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - Sefor, do Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a verificar a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no Plano Nacional de Qualificação Profissional - Planfor - (TC- 013.836/99-4).	Na CFC
71/2000	5.5.2000	Avisos nºs 1.997 e 2.068/2000, de 14.4 do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 274, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério das Relações Exteriores - Embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur, Cingapura, Bangkok e Nova Delhi, referente à existência de impropriedades, gastos incompatíveis com o interesse público e infrações a normas legais nessas Embaixadas - (TC- 013.441/99-0).	Na CRE
72/2000	5.5.2000	Aviso nº de 2.025/2000, 14.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 275, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, com vistas a verificar a estrutura de formação de custos rodoviários utilizados pelo DNER, e a execução de contratos. - (TC- 009.253/97-1).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
73/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.122/2000, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 89, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero na área de contratos de consultoria para verificação de falhas e irregularidades - (TC-016.352/99-8).	Na CFC
74/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.150/2000, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 88, e do Acórdão nº 189, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS na área de Convênios, Acordos e Ajustes - (TC-400.173/95-6).	Na CFC
75/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.181/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 309, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada nas Telecomunicações do Ceará S/A referente a supostas irregularidades em licitações e contratos - (TC-275.268/97-1).	Arquivado em 24.10.2002
76/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.209/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 67, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre auditoria realizada na Prefeitura Umnicpal de Santana/AP nas áreas de convênios, acordos e execução de programas federais (TC-775.075/98-1).	Na CFC
77/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.237/2000, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 310, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – AMRJ, nas áreas de licitações contratos e pessoal - (TC-930.290/98-4).	Na CFC
80/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.352/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 337, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada na área de pessoal da Câmara dos Deputados - (TC-023.082/92-5).	Arquivado em 23.10.2002
82/2000	5.5.2000	Aviso nº 2.408/2000, de 28.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 339, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre auditoria realizada, em cumprimento à Decisão nº 512/98, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na área de obras de restauração da BR 393/RJ - (TC-925.591/98-0).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
85/2000	17.5.2000	Aviso nº 2.637/2000, de 10.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 135, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER e Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem dos Estados de São Paulo e Minas Gerais - DER/SP e DER/MG, com o objetivo de acompanhar o Programa de Modernização e Ampliação da Capacidade da BR-381 – Rodovia Fernão Dias, por força da Decisão nº 146/98 (TC- nº 929.102/93-3).	Na CFC
90/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.896/2000, de 19.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 404, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Fundação Nacional de Saúde, visando implementar melhorias de eficiência, economicidade, eficácia e efetividade no Programa Nacional de Imunizações. (TC-010.823/99-9)	Arquivado em 13.9.2002
92/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.981/2000, de 23.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 249, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, no período compreendido entre janeiro e novembro de 1997, na área de licitações e contratos. (TC-001.026/98-4)	Na SSEXp aguardando informações
94/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.131/2000, de 26.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 427, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referente a obras de restauração da BR-163/PA/Divisa MT/PA – Santarém. (TC-450.229/98-0)	Na CFC
97/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.045/2000, de 23.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 247, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, contra os Srs. Anníbal Barcellos, Edison Machado de Brito e Miguel Viana da Paixão. (TC-927.350/98-0)	Na CFC
98/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.670/2000, de 12.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 384, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Previdência e Assistência Social, em cumprimento ao Plano de Auditoria do 1º semestre de 1997, no período de 22 de abril a 13 de maio de 1997, na área de pessoal, envolvendo admissões, requisições e diárias/passagens. (TC-003.370/97-6)	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
100/2000	9.8.2000	Aviso nº 2.726/2000, de 12.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 88, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Contendas do Sincorá – BA, no período de 30.08 a 06.09.95, tendo por finalidade a verificação da aplicação dos recursos transferidos ao Município por força de convênios, acordos e subvenções. (TC – 251.473/95-3)	Arquivado em 24.10.2002	em
101/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.234/2000, de 29.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 180, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Senador Pompeu – CE, na área de convênios e <i>royalties</i> . (TC – 275.446/95-6)	Arquivado em 24.10.2002	em
102/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.276/2000, de 2.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 448, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, relativa à avaliação dos procedimentos e controles existentes no que se refere à apuração e retenção dos recursos da CPMF, bem como do cumprimento dos prazos no recolhimento efetivado à Secretaria da Receita Federal. (TC – 011.933/97-6)	Arquivado em 24.10.2002	em
103/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.308/2000, de 2.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 104, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional da Paraíba, no período de 22.05 a 13.06.97. (TC – 476.025/97-4)	Na CFC	
104/2000	9.8.2000	Aviso nº 3.372/2000, de 5.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 191, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/ Superintendência Estadual do Paraná – SUPES/PR, objetivando a verificação de procedimentos relativos a licitações, contratos, diárias, passagens, veículos e atos de permissão de uso. (TC – 550.138/96-0)	Arquivado em 24.10.2002	em
105/2000	9.8.2000	Aviso nº 352/2000, de 30.5, do TCU	nº de	Encaminhando relatório das atividades daquele órgão, referente ao 1º Trimestre de 2000.	Arquivado em 13.9.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
106/2000	9.8.2000	Aviso 3.421/2000, 7.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 163, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina, e diversos outros órgãos e entidades de saúde de Santa Catarina, dentro do Programa de Ação na Área de Saúde – Diagnóstico. (TC – 011.012/99-4)	Na CFC	
109/2000	9.8.2000	Aviso 3.533/2000, 9.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 208, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Jaíba/MG, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, abrangendo as áreas de licitações, contratos, obras e serviços de engenharia. (TC – 008.996/99-7)	Arquivado 24.10.2002	em
110/2000	9.8.2000	Aviso 3.565/2000, 9.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 209, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social do Rio Grande do Sul – INSS/RS. (TC – 013.863/99-1)	Arquivado 24.10.2002	em
113/2000	9.8.2000	Aviso 3.720/2000, 16.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 114, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Educação do Estado do Piauí, tendo por objetivo a análise dos recursos recebidos por esse órgão estadual mediante convênios firmados com órgãos e entidades federais. (TC - 525.164/97-9)	Arquivado 24.10.2002	em
114/2000	9.8.2000	Aviso 3.752/2000, 16.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 487, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER – BR-393/116/RJ (obra de construção do contorno rodoviário de Volta Redonda). (TC - 925.238/98-8)	Na CFC	
115/2000	9.8.2000	Aviso 3.784/2000, 16.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 488, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, com objetivo de analisar os contratos de consultoria celebrados por este órgão quanto à observância da Lei de Licitações e Contratos e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999, em especial quanto à disposição contida no § 3º do art. 19 da Lei nº 9.692, de 1998. (TC - 014.046/99-7)	Arquivado 23.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
117/2000	9.8.2000	Aviso 3.848/2000, 16.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 115, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, no período de 20 a 24/3/1995, abrangendo a área de licitações e contratos relativamente aos exercícios de 1993 a 1995. (TC - 225.054/95-7)	Arquivado em 24.10.2002
119/2000	9.8.2000	Aviso 3.921/2000, 23.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 498, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal (PR), tendo por objeto o exame da licitação destinada à contratação permissionária, pelo prazo de 10 anos, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em geral na Estação Aduaneira Interior (EADI) a ser instalada no Município de Curitiba ou de São José dos Pinhais. (TC – 007.369/99-9)	Na CFC
121/2000	1º.8.2000	Aviso 5000/2000, 3.7, do TCU	nº de	Encaminha, para os fins previstos na alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos imediatamente anteriores à realização das eleições de 1º de outubro de 2000, consoante o disposto nos arts. 91 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; 1º, § 2º, e 2º da Resolução-TCU nº 113, de 1998.	Na CCJ
123/2000	9.8.2000	Aviso 4.053/2000, 7.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 526, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Capela (SE), na área de convênios e <i>royalties</i> , abrangendo o período de 1/1/96 a 26/2/97. (TC - 675.047/97-8)	Na CFC
124/2000	9.8.2000	Aviso 4.085/2000, 7.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 527, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Auditoria de Desempenho para avaliação do programa de gerência de rejeitos radioativos levado a efeito pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen. (TC - 010.694/99-4)	Arquivado em 11.12.2002
125/2000	9.8.2000	Aviso 4.117/2000, 7.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 528, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem – DER/MG, no período de 14 a 25.6.99, para acompanhar as obras da BR-381/MG - divisa SP/MG - Belo Horizonte. (TC - 007.518/99-4)	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
127/2000	9.8.2000	Aviso 4.181/2000, 7.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 529, de 2000, e dos Acórdãos nºs 125 e 126, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditorias realizadas no Departamento de Estradas de Rodagem de Roraima – DER/RR relativas às obras de construção e pavimentação da BR-174, divisa. AM/RR (TC - 825.056/97-7)	Arquivado 24.10.2002	em
130/2000	9.8.2000	Aviso 4.287/2000, 14.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 540, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto à Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia, relativa à implantação do SIVAM (TC – 929.021/98-3).	Arquivado 4.12.2002	em
131/2000	9.8.2000	Aviso 4.329/2000, 17.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 250, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Amazonas – INSS/AM, relativa às áreas de concessão e pagamento de benefícios (TC - 014.608/99-5).	Na CFC	
132/2000	9.8.2000	Aviso 4.387/2000, 19.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 333, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital das Forças Armadas (HFA), nas áreas de licitações e contratos e de pessoal civil, abrangendo o período de 1.1.97 a 17.4.98, com o objetivo de analisar as concorrências, tomadas de preços, convites, inexigibilidades e dispensas de licitações e contratos de concessão de uso de imóveis, bem como de contratações temporárias de pessoal (TC - 003.882/98-5).	Arquivado 24.10.2002	em
134/2000	9.8.2000	Aviso 4.438/2000, 21.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 556, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Desenvolvimento Rodoviário S. A. - DERSA, relativa às desapropriações das áreas necessárias à construção do Rodoanel Rodoviário de São Paulo (TC - 006.203/2000-0).	Na CFC	
138/2000	9.8.2000	Aviso 4.583/2000, 28.7, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 570, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativos ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde – REFORSUS, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido. (TC - 013.790/97-8).	Na CAE	

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
139/2000	18.8.2000	Aviso 4.741/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 596/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no período de 20.09 a 16.10.99 (TC – 010.989/99-4).	Na CFC
140/2000	18.8.2000	Aviso 4.773/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 597/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (TC – 014.356/99-6).	Na CFC
141/2000	18.8.2000	Aviso 4.805/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 594/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Teresina – PI, na áreas de convênios, acordos e ajustes (TC – 525.224/97-1).	Aguardando, na SGM, providências cabíveis ao, conforme parecer preliminar da CFC
142/2000	18.8.2000	Aviso 4.837/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 592/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES), abrangendo a gestão da área de licitações e contratos no período de 21.06.93 a 30.09.95 (TC – 575.553/95-2).	Na CFC
143/2000	18.8.2000	Aviso 4.869/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 595/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes e Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de conhecer os procedimentos de concessão, acompanhamento e fiscalização referentes aos incentivos fiscais concedidos ao setor de construção naval (TC – 925.735/98-1).	Na CAE
144/2000	18.8.2000	Aviso 4.956/2000, 4.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 239/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Programa de Ação na Área da Saúde – Diagnóstico, no Estado do Mato Grosso do Sul (TC – 011.170/99-9).	Arquivado em 24.10.2002
146/2000	21.8.2000	Aviso 4.991/2000, 11.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 621/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de desempenho realizada no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD (TC – 010.990/99-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
148/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.076/2000, de 15.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 254, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, nas obras do Contorno Sudoeste de Goiânia, Rodovia BR 060/GO (TC nº 006.704/99-9).	Na CFC	
152/2000	23.8.2000	Aviso nº 5.213/2000, de 18.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 190, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social no Estado do Amapá, nas áreas de bens móveis e imóveis, almoxarifado, contratos, licitações, veículos, pessoal, diárias e passagens, acompanhamento de execução orçamentária e financeira (TC nº 775.132/97-7).	Arquivado em 24.10.2002	
153/2000	5.9.2000	Aviso nº 5.248/2000, de 21.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 301/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada com o objetivo de avaliar o Fundo de Investimento Setorial - Fiset (TC – 928.461/98-0).	Arquivado em 24.10.2002	
157/2000	4.9.2000	Aviso nº 874/2000, de 30.8, do TCU	nº de	Encaminha o relatório das atividades do TCU, referente ao 2º Trimestre de 2000.	Na CFC	
158/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.420/2000, de 1.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 694, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital de Base Ary Pinheiro, em Porto Velho (RO), para apuração de prováveis irregularidades na apreciação de recursos do SUS (TC - nº 008.889/2000-7).	Na CFC	
159/2000	19.9.2000	Aviso nº 5.452/2000, de 1.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 695, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Executiva e na Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – MMA, no período de 7 a 29/10/99, com o objetivo de analisar os contratos de consultoria celebrados por esses órgãos, com referência à observância das Leis nºs 8.666, de 1993 (Lei de Licitações) e 9.692, de 1998 (Lei das Diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999) (TC nº 014.043/1999-8).	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
161/2000	19.9.2000	Aviso 5.516/2000, 1.9, do TCU	nº de	Encaminha cópias da Decisão nº 696, e do Acórdão nº 205, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que os fundamentam, sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no período de 21 a 30.3.94, a fim de apurar denúncias publicadas pela imprensa, entre outras, de supostas irregularidades em contrato firmado entre o DNER e a empresa Protos Engenharia Ltda (TC nº 008.796/2000-6).	Na CFC	
162/2000	21.9.2000	Aviso 5.559/2000, 1.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 698, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento das obras de estabilização do Molhe de Atalaia Nova e da Proteção Frontal da Coroa do Meio, em Aracaju (SE) (TC nº 675.047/96-0).	Na CFC	
164/2000	19.9.2000	Aviso 5.792/2000, 11.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 721, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – 17º Distrito Rodoviário Federal e Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – DER/ES, pertinente à obras de terraplanagem, pavimentação, drenagem e de artes correntes e complementares da rodovia BR-484/ES, trecho Itarana - Afonso Cláudio, no período de 16 a 30.6.99 (TC nº 008.645/99-0).	Na CFC	
165/2000	19.9.2000	Aviso 5.824/2000, 11.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 719, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas, referente às obras do Projeto de Irrigação de Pindorama, naquele Estado (TC nº 008.777/2000-0).	Arquivado 13.9.2002	em
167/2000	19.9.2000	Aviso 5.574/2000, 4.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, na área de irrigação (TC nº 006.073/2000-4).	Na CFC	
170/2000	28.9.2000	Aviso 5.673/2000, 6.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Companhia de Desenvolvimento do Estado do Piauí - Comdepi (TC - nº 008.450/2000-0).	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
174/2000	28.9.2000	Aviso nº 5.972/2000, de 15.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia Decisão nº 750 e do Acórdão nº 215, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatórios de Auditoria e Votos que os fundamentam, realizada junto à Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará, na área de licitação e contratos (TC nº 275.043/95-9).	Arquivado em 24.10.2002
176/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.006/2000, de 14.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 337, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação de Baixo de Irecê/BA, obra de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CODEVASF (TC nº 007.604/2000-4)	Na SGM, aguardando providências, solicitadas no Parecer nº 1.082/2001, da CFC
177/2000	28.9.2000	Aviso nº 6;113/2000, de 22.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 768, de 2000, bem como dos respectivos Relatórios de Pedido de Reexame e Voto que a fundamentam, interposto pelo Banco do Brasil, contra a Decisão nº 417/99 (TC nº 003.268/99-3).	Na CFC
178/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.121/2000, de 22.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 779, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Acompanhamento e Voto que a fundamentam, realizado na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, referente a outorga de concessão de serviço público de Transmissão de Energia Elétrica, em obras do trecho Taquaruçu – Assis e Assis – Sumaré/SP (TC nº 007.005/99-7).	Arquivado em 24.10.2002
179/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.200/2000, de 22.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 775, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (TC nº 013.713/97-3).	Na CFC
181/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.266/2000, de 22.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 777, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, nas áreas de licitações e contratos (TC nº 375.506/98-5)	Arquivado em 24.10.2002
182/2000	28.9.2000	Aviso nº 6.168/2000, de 22.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 778, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, nas Obras da Barragem do Açude Público Castanhão, Município de Alto Santo/CE (TC nº 008.615/2000-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
184/2000	3.10.2000	Aviso 6.299/2000, 19.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 325, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Prefeitura Municipal de Feira de Santana, abrangendo convênios, royalties e Fundo Especial do Petróleo, no período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC – 250.119/98-6).	Na CFC	
185/2000	3.10.2000	Aviso 6.232/2000, 21.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 342, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, sobre pagamento de substituição em cargo em comissão ou função comissionada em descumprimento à Lei nº 8.112, de 1990, e despesas com suprimento de fundos em desacordo com a legislação em vigor (TC-925.357/98-7).	Arquivado 23.10.2002	em
187/2000	13.10.2000	Aviso 6.391/2000, 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 815, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a representação acerca do descumprimento, por órgãos e entidades estaduais e municipais da Lei nº 9.755, de 1998, que dispõe sobre divulgação de dados e informações pela internet, por meio da homepage Contas Públicas, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TC - 011.784/99-7).	Na CFC	
189/2000	13.10.2000	Aviso 6.426/2000, 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 798, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras de construção do Edifício Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TC - 008.503/2000-6).	Na CFC	
190/2000	13.10.2000	Aviso 6.458/2000, 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 799, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria nas obras e serviços de engenharia relativos à construção da rodovia BR-174, no trecho situado no Estado de Roraima (TC - 008.794/2000-1).	Arquivado 11.12.2002	em
192/2000	13.10.2000	Aviso 6.522/2000, 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 801, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho realizada junto ao Ibama, no período de 9/8 a 29/10/99, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PrevFogo quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e efetividade (TC - 010.969/99-3).	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
194/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.586/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 803, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditorias realizadas nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum no Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, localizado nos Municípios de Parnaíba e Buriti dos Lopes, na região norte do Estado do Piauí (TC - 008.468/2000-5 e TC - 008.846/2000-0).	Na CFC	
195/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.618/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 804, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditorias realizadas nas obras de infra-estrutura de irrigação denominada Platôs de Guadalupe, situado no Município de Guadalupe, próximo ao lago da Barragem da Boa Esperança, na região centro-sul do Estado do Piauí (TC - 009.989/2000-7 e TC - 009.997/2000-9).	Na CFC	
196/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.682/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 230, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Corap, no Amapá, no período de 8.3 a 8.4.99, abrangendo o exercício de 1998, relativas a irregularidades nas áreas de licitações, pessoal, veículos e convênios (TC - 003.117/99-5).	Arquivado em 24.10.2002	em
197/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.714/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 806, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 6º Distrito, na obra da BR - 381 - DNER/MG (TC - 004.632/2000-5).	Na CFC	
198/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.746/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 807, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria, ainda em execução, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG, nas obras de duplicação e modernização da Rodovia Fernão Dias, BR-381 (TC - 003.827/2000-1).	Arquivado em 13.9.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
199/2000	13.10.2000	Aviso nº 6.650/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 805/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Tocantins, nos Projetos de Construção, Reforma e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, e de construção de trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, BR - 242, Trecho Peixe-Paraná-Taguatinga, com recursos oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 010.106/2000-3 e TC - 010.142/2000-0).	Arquivado em 24.10.2002	em
201/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.778/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 516, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Itabaiana/SE, na área de convênios e royalties de petróleo; (TC - 675.043/97-2).	Arquivado em 24.10.2002	em
202/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.810/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 351, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Nilo Coelho/PE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, nos Municípios de Petrolina e Casa Nova – PE (TC - 007.009/2000-8).	Arquivado em 24.10.2002	em
203/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.842/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 352, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Ladeirainha/SE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, nos Municípios de Japoatã e Pacatuba - SE (TC - 008.757/2000-8).	Arquivado em 24.10.2002	em
204/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.874/2000, de 29.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 353, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Vaza-Barris/SE, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, no Município de Lagarto – SE (TC - 008.780/2000-6).	Arquivado em 24.10.2002	em
205/2000	17.10.2000	Aviso nº 6.907/2000, de 4.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 339, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER, nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da BR-163/PA – divisa MT/PA – Santarém (TC – 009.068/2000-8).	Arquivado em 24.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
206/2000	19.10.2000	Aviso nº 6.963/2000, de 9.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 833/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à solicitação da CPI Judiciário para que aquela Corte analise conclusivamente todos os procedimentos constantes do processo TRT-PA-1.073/95, bem como aqueles investigados pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, relativos à Portaria AP nº 1, de 25.05.99, antes de julgar as contas do TRT da 1ª Região, relativas aos anos de 1993 e 1994.	Na CCJ	
207/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.108/2000, de 9.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 833, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no setor elétrico e na estrutura organizacional, com vistas a elaborar novos procedimentos a serem executados nas atividades de fiscalização daquele Tribunal (TC 003.163/2000-0).	Arquivado 24.10.2002	em
208/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.210/2000, de 13.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 373, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras do Perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho/PE, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC 007.568/2000-6).	Arquivado 24.10.2002	em
209/2000	19.10.2000	Aviso nº 6.980/2000, de 9.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 828, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas, nas áreas de pessoal, licitações e contratos, abrangendo o período de janeiro de 1997 a março de 1998 (TC 700.053/98-0).	Na CFC	
210/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.012/2000, de 9.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 829, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Getúlio Vargas, hospital público vinculado à Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, para apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do SUS (TC 006.240/2000-4).	Arquivado 24.10.2002	em
211/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.140/2000, de 9.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 240, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Inspeção e Voto que o fundamentam, realizada junto à Empresa de Telecomunicações de Sergipe S/A – TELERGIPE a fim de verificar a situação do contrato de edição de lista telefônica (TC 675.109/96-5).	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
212/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.172/2000, de 11.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 346, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Hospital Santa Terezinha Ltda., em Uberlândia-MG, visando a apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do SUS (TC 004.668/2000-8).	Arquivado em 24.10.2002
213/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.245/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 849, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), que interliga as cidades de São Paulo e Belo Horizonte, no trecho entre a divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e o entroncamento com o Rodovia BR-116/SP (Presidente Dutra) (TC 009.003/2000-3).	Na CFC
214/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.277/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 851, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação do Perímetro de Irrigação denominado Jenipapo, situado no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí (TC 009.990/2000-8).	Na CFC
215/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.309/2000, de 13.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 852, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODE-VASF (TC 010.806/2000-1).	Arquivado em 24.10.2002
216/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.076/2000, de 9.10, do TCU	Encaminhando cópia da Decisão nº 831, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, relacionada com Plano Especial de Auditorias em obras públicas, incluídas no Orçamento Geral da União, do exercício de 1999, que compreendeu a verificação de obras de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, referentes à duplicação da BR-101/PE, no trecho compreendido entre Prazeres e Cabo (TC 007.931/99-9).	Na CFC
217/2000	19.10.2000	Aviso nº 7.044/2000, de 9.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 830, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Levantamento de Auditoria e Voto que a fundamentam, relativo à construção do Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto – SP (TC 008.819/2000-2).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
218/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.392/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia do Acordão nº 257, de 2000, bem como dos respectivos e Voto que a fundamentam, referente a inspeção extraordinária realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, no período de 19/05 a 09/07/93, em razão de denúncia formulada pelo Deputado Federal Jackson Pereira, referente às atividades desenvolvidas na Sede e na 2ª Diretoria Regional, em Fortaleza - CE (TC - 013.401/93-9).	Arquivado em 24.10.2002
219/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.424/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 876, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras no Aeroporto Internacional Guararapes, em Recife – PE, com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no exame das peças orçamentárias para o próximo exercício. (TC - 007.582/2000-5).	Na CFC
220/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.456/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 875, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com o intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no exame das peças orçamentárias para o próximo exercício (TC - 008.621/2000).	Na CFC
221/2000	27.10.2000	Aviso nº 7.488/2000, de 20.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 878, de 2000, bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Araraquara/SP, referente às obras de construção de contornos ferroviários no Corredor Transmetropolitano de Araraquara/SP (TC - 012.234/2000-2).	Na CFC
222/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.523/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 384, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria realizado nas obras do Perímetro de Irrigação Pontal Norte Sul, localizado em Petrolina/PE, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC 007.565/2000-4).	Anexado ao processado do Aviso nº 215/2000. Arquivado em 24.10.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
223/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.555/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 385, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras de adequação de trechos e contornos rodoviários no Corredor Nordeste BR 230-PB – João Pessoa – Campina Grande (TC 008.751/2000-4).	Na CFC
224/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.587/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 386, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Departamento Regional do Rio de Janeiro (TC – 575.517/97-2).	Arquivado em 24.10.2002
225/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.651/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 383, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras do Perímetro de Irrigação Gorutuba-MG, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC - 005.503/2000-2).	Arquivado em 13.9.2002
226/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.619/2000, de 23.10, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 560, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada na Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, abrangendo as áreas de obras e serviços de engenharia, licitações e contratos, atuação dos conselheiros fiscais, pessoal e convênios (TC - 926.183/98-2).	Arquivado em 13.9.2002
227/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.756/2000, de 25.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 393, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria nas obras do Perímetro de Irrigação Pirapora – MG, sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC - 005.394/2000-6).	Arquivado em 13.9.2002
228/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.788/2000, de 25.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 394, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria Operacional realizada nos Projetos de Irrigação do Gorutuba e de Lagoa Grande-MG, obras financiadas com recursos federais na região abrangida pela Sudene (TC - 005.497/2000-3).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
229/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.683/2000, de 24.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 358, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de implantação do terminal de tancagem da Petrobrás no Complexo Portuário de Pecém/CE (TC - 008.848/2000-4).	Na CFC
230/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.715/2000, de 24.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 358, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de implantação do terminal de tancagem da Petrobrás no Complexo Portuário de Pecém/CE (TC - 008.848/2000-4).	Na CFC
231/2000	9.11.2000	Aviso nº 7.835/2000, de 30.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 897, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Auditoria realizada no Hospital Regional de Garanhuns Dom Moura/Centro Regional de Saúde Elísio Alves Pinto - Garanhuns/PE - (TC - 007.134/2000-6).	Arquivado em 13.9.2002
232/2000	16.11.2000	Aviso nº 7.825/2000, de 30.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 891, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes ao pedido de reexame de decisão que considerou indevidos os pagamentos efetuados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT 16ª Região) das Gratificações Judiciária e Extraordinária instituídas pelo Decreto-Lei nº 2.173, de 1984 e pela Lei nº 7.758, de 1989 (TC - 014.621/97-5).	Arquivado em 24.10.2002
233/2000	16.11.2000	Aviso nº 7.882/2000, de 1º.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 365, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes a Auditoria realizada na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, com o objetivo de avaliar o cumprimento dos objetivos do programa de desestatização do setor portuário (TC - 011.995/2000-1).	Na CFC
234/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.914/2000, de 6.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 918, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada no Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, no período de 27.03 a 07.04.2000, com o objetivo de avaliar os sistemas de processamento de dados do Departamento de Informática do SUS e seus procedimentos quanto ao controle, eficiência e eficácia, em especial, no tocante à segurança física, segurança lógica, comunicações, controles de qualidade e controles internos (TC 005.230/2000-3).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
235/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.950/2000, de 6.11, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 374, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, relativamente ao trecho da ferrovia Norte-Sul localizado entre as cidades de Imperatriz e Estreito - MA (TC 350.158/98-3).	Na CFC	
236/2000	17.11.2000	Aviso nº 7.984/2000, de 8.11, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 375, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Levantamento de Auditoria na obra de construção do Complexo Portuário de Pecém, no Estado do Ceará (TC – 007.484/99-2).	Na CFC	
237/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.018/2000, de 6.11, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 924, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a Representação formulada pelo Deputado Estadual Paulo Rubem Santiago, versando sobre possíveis irregularidades na operação de empréstimo do Governo do Estado de Pernambuco junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (TC - 007.232/99-3).	Arquivado em 24.10.2002	em
238/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.080/2000, de 10.11, do tcu	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 950, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada na Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes, no período de 2 a 26.05.2000, com o objetivo de detectar os fatores e óbices que vêm dificultando a imediata concessão das pensões devidas aos beneficiários de servidores vinculados àquele Ministério (TC - 004.780/2000-8).	Arquivado em 24.10.2002	em
239/2000	17.11.2000	Aviso nº 8.112/2000, de 10.11, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 951, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral da República, no Distrito Federal, em junho do corrente ano (TC - 007.550/2000-1).	Na CFC	
240/2000	21.11.2000	Aviso nº 8.144/2000, de 10.11, do TCU	nº de	Encaminha cópias da Decisão nº 405 e do Acórdão nº 601, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT, abrangendo as áreas de convênios, subvenções, acordos e royalties do petróleo (TC – 425.042/97-9).	Arquivado em 13.9.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
241/2000	30.11.2000	Aviso nº 8.179/2000, de 16.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 388, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de restauração da BR-101/ES – trecho Atilio Vivacqua - Divisa ES/RJ e obras de restauração com adequação de capacidade da BR-262/ES – trecho Vitória – Divisa ES/MG, no período de 30/09 a 5/11/99 (TC-015.807/99-1).	Na CFC
242/2000	30.11.2000	Aviso nº 8.226/2000, de 17.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 424, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras da Barragem de Santa Cruz, no Município de Apodi/RN (TC nº 006.356/2000-0).	Na CFC
243/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.273/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 442, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na obra denominada Adutora Sertão Central Cabugi, no Estado do Rio Grande do Norte, no período de 15 a 31.03.99 (TC 600.298/97-3).	Arquivado em 24.10.2002
244/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.330/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 293, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada junto ao Banco Central do Brasil, no período de 19/01 a 09/03/98, com a finalidade de averiguar a economicidade, eficiência e eficácia dos gastos com publicidade do Governo Federal, e apurar denúncia acerca de irregularidades cometidas por aquela Autarquia (TC 000.526/98-3).	Na CFC
245/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.362/2000, de 14.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 981, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional do Petróleo, objetivando conhecer a organização, os sistemas, as operações, as atividades e as peculiaridades da ANP, a fim de subsidiar a elaboração e implementação de novas técnicas, procedimentos e papéis de trabalho para a realização de atividades de fiscalização das concessões e autorizações de serviços públicos referentes ao setor de petróleo e gás natural (TC 000.858/2000-4).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
246/2000	11.12.2000	Aviso nº 8.394/2000, de 24.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 982, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de pavimentação asfáltica do trecho Itaberaí/Itaguari da BR-070/GO, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás – DER/GO, em atendimento ao art. 79, inciso II, da Lei nº 9.692, de 27.07.98 (TC 325.208/98-0).	Arquivado em 24.10.2002
247/2000	11.12.2000	Aviso nº 1.496/2000, de 30.11, do TCU	Encaminha o Relatório das atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 2000.	Arquivado em 13.9.2002
2/2001	06.02.2001	Aviso nº 8476/2000, de 29.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.021/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à denúncia formulada pela Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos contra a Rede Ferroviária Federal S.A., acerca do processo de privatização da empresa (TC 005.025/98-2).	Na CFC
4/2001	16.02.2001	Aviso nº 8.492/2000, de 29.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.009, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria relativo ao Programa de Trabalho – Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais no Estado de São Paulo – Fundo Penitenciário Nacional – Orçamento de 2000 – visando à construção do Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto/SP (TC 008.819/2000-2).	Na CFC
5/2001	16.02.2001	Aviso nº 8.524/2000, de 29.11, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 302, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Companhia Docas do Espírito Santo, relativa às obras de dragagem e derrocagem no Porto de Vitória (TC 008.345/99-6).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
6/2001	16.02.2001	Aviso nº de 8.556/2000, 29.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.010, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica na adutora de Jucazinho, Estado de Pernambuco, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (TC 001.303/99-6).	Na CFC
8/2001	16.02.2001	Aviso nº de 8.620/2000, 29.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.011, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Coordenadoria Especial do Metrô do Distrito Federal (TC 012.600/2000-6).	Na SEEXP aguardando informações
9/2001	16.02.2001	Aviso nº de 8.670/2000, 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 428, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Associação Portuguesa de Beneficência 1º de Dezembro – Hospital Beneficência Portuguesa – Município de Uberaba/MG, visando à apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (TC 004.667/2000-0).	Na CFC
11/2001	16.02.2001	Aviso nº de 8.734/2000, 7.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 465, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado no Projeto Proágua-Semi-Árido Adutora Cariri, no Estado da Paraíba (TC 010.439/2000-0).	Na CFC
13/2001	16.02.2001	Aviso nº de 8.805/2000, 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.049, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria integrada realizada no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - Dataprev (TC 001.983/98-9).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
14/2001	16.02.2001	Avisos nºs 8.837 e 9.110/2000, de 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.040, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada para verificar a aplicação dos recursos arrecadados com as tarifas da infra-estrutura aeroportuária pelo Departamento de Aviação Civil, pela Diretoria de Eletrônica e Proteção de Vôo e pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, em atendimento à representação encaminhada pelos Senadores Jader Barbalho e Carlos Bezerra (TC 007.407/2000-5).	Na CFC
15/2001	16.02.2001	Aviso nº 8.869/2000, de 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.042, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção da Rodovia BR-235, no trecho compreendido entre a cidade de Pedro Afonso-TO e a divisa com o Estado do Maranhão (TC 008.063/99-0).	Na CFC
16/2001	16.02.2001	Aviso nº 8.901/2000, de 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.043, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação comum aos Municípios de Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores, Estado de Alagoas (TC 008.853/2000-4).	Na CFC
17/2001	16.02.2001	Aviso nº 8.933/2000, de 6.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.041, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Serviço Federal de Processamento de Dados -SERPRO, objetivando o exame das contratações de bens e serviços de informática em face das disposições legais vigentes (TC 009.569/99-5).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
18/2001	16.02.2001	Avisos nºs 9.061 e 9.102/2000, de 6.12, do TCU	Encaminha cópias das Decisões nºs 1.045, 1.047, 1.048 e 1.056, todas de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditoria realizada no Projeto de Irrigação Jacaré - Curitiba/SE; ao acompanhamento do processo de outorga da concessão de diversos trechos rodoviários; e à representação apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, pela qual envia relação de documentos protocolados junto à CPI do Judiciário (TC 675.116/98-8, 016.243/2000-0, 016.248/2000-6 e 016.067/2000-0).	Arquivado em 24.10.2002
19/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.108/2000, de 11.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.059/2000, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, referente a Representação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre irregularidades na execução de convênios celebrados entre o Governo do Estado de Rondônia e diversas entidades, com recursos advindos do programa Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo (TC 930.164/98-6).	Na SSEXp aguardando informações
21/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.126/2000, de 11.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.037, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada em atendimento a solicitação da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados para apurar supostas irregularidades na aquisição de alimentos destinados à merenda escolar no Estado da Bahia, realizadas por intermédio da Empresa Baiana de Alimentos – Ebal – no exercício de 1996 (TC 007.461/97-6).	Na CFC
22/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.132/2000, de 13.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 483, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Perímetro de Irrigação Jaíba/MG, de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF (TC 005.507/2000-1).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
24/2001	16.02.2001	Avisos nºs 9.214 e 9.345/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.093, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 060, no trecho entre o entroncamento com a DF 180 e a divisa DF/GO, no período de 17.7 a 10.11.2000 (TC 010.471/2000-8).	Na CFC
25/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.232/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.105, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a representação oferecida pelo Ministério Público em face do Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que deferiu aos magistrados da Justiça do Distrito Federal, impetrantes do Mandado de Segurança nº 7.838/97, a incorporação de “quintos” pelo exercício de cargo em comissão anterior ao ingresso na magistratura (TC 005.640/99-7).	Arquivado em 13.9.2002
26/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.238/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.112, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria destinada a verificar denúncias de malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, transferidos mediante convênio pelo Ministério do Trabalho e Emprego ao Distrito Federal no exercício de 1999, em cumprimento ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor (TC 003.473/2000-2).	Na CFC
27/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.269/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.092, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados destinada a exame dos gastos públicos relativos à montagem e divulgação do pavilhão Brasil na Exposição Universal de Hannover, Alemanha (TC 007.312/2000-0).	Na CFC
29/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.313/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.090, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado na obra de construção do Anel Rodoviário de Fortaleza – CE (TC 008.460/2000-7).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual	
30/2001	16.02.2001	Aviso nº 1/2001, de 17.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da Penitenciária de Nísia Floresta - RN, referente ao exercício de 1999 (TC - 006.792/99-5).	Na CFC	
31/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.377/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.091, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado na obra de construção da BR 421/RO no trecho Ariquemes - Nova Mamoré (TC 010.600/2000-7).	Na CFC	
33/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.441/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.089, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no 11º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de verificar os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade nos processos de desapropriação de imóveis promovidos pela entidade (TC 425.052/98-2 e TC 425.021/98-0).	Na CFC	
34/2001	16.02.2001	Aviso nº 9.473/2000, de 14.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.094, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP, no período de 01.01.95 a 15.05.97, na área de convênios (TC 775.067/97-0).	Arquivado 24.10.2002	em
37/2001	5.03.2001	Avisos nºs 202 e 225/2001, de 14.2, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão de Plenário nº 13/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, nas áreas de licitações, contratos e pessoal, no período de 01/01/1995 a 31/07/1997 (TC - 650.213/97-1).	Arquivado 24.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
38/2001	5.03.2001	Avisos nºs 226 e 235/2001, de 14.2, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão de Plenário nº 12/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na obra da BR 60/GO, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR 153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás (TC - 008.536/2000-7).	Na CFC
40/2001	5.03.2001	Aviso nº 151/2001, de 14.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1).	Na CAE
42/2001	12.03.2001	Aviso nº 373/2001, de 21.2, do TCU	Encaminhando cópia da Decisão nº 64, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê/BA, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC – nº 007.604/2000-4).	Anexado ao Aviso nº 176/2000 Na SGM, aguardando providências, solicitadas no Parecer nº 1.082/2001, da CFC
44/2001	12.03.2001	Aviso nº 438/2001, de 23.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 32, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, nos empreendimentos de irrigação do Estado de Sergipe. (TC – nº 008.041/2000-0).	Na CFC
46/2001	15.03.2001	Aviso nº 576/2001, de 7.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 80/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre estudos para verificar aplicação e vigência da Instrução Normativa nº 5, de 1995-MARE - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, relativo ao cadastramento de fornecedores para participar de licitações na administração federal (TC - 011.622/2000-9).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
47/2001	15.03.2001	Aviso nº 514/2001, de 7.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 79, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada no Departamento de Administração da Agência Brasileira de Inteligência – DA/ABIN, com o objetivo de avaliar irregularidades em processos licitatórios, no período de 6 a 13.10.2000 (TC – 006.528/2000-6).	Arquivado em 24.10.2002
48/2001	15.03.2001	Aviso nº 545/2001, de 7.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 78, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Grupo Hospitalar Conceição S/A, administrador dos Hospitais Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Hospital Fêmina S/A, em Porto Alegre-RS, em 1994, na área de licitações e contratos (TC – 625.093/94-1).	Na CFC
49/2001	21.03.2001	Aviso nº 138/2001, de 1.3, do TCU	Encaminha Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2000.	Na CFC
50/2001	27.03.2001	Aviso nº 724/2001, de 14.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 111/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de infra-estrutura do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi, no Município de Limoeiro do Norte, Estado do Ceará, de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (TC-007.977/2000-7).	Na CFC
51/2001	27.03.2001	Aviso nº 817/2001, de 14.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 108/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, com o objetivo de verificar os controles existentes sobre pesquisas desenvolvidas, bem como identificar a forma com que são apropriados seus resultados (TC-016.819/2000-7).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
52/2001	27.03.2001	Aviso 848/2001, 14.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 99/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional realizada no Banco do Nordeste do Brasil, tendo por objetivo a avaliação da gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, particularmente na área de contratação de operações de crédito (TC-929.282/98-1).	Na CFC	
53/2001	27.03.2001	Aviso 693/2001, 14.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 41/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a inspeção realizada no 4º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para apuração de indícios de irregularidades na utilização de bens imóveis, de responsabilidade da autarquia, no âmbito daquele Distrito (TC-003.777/99-5).	Arquivado 24.10.2002	em
54/2001	27.03.2001	Aviso 662/2001, 14.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 113/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte – Sebrae/RN, nas áreas de licitações, contratos e convênios (TC-003.556/99-9).	Arquivado 24.10.2002	em
55/2001	27.03.2001	Aviso 786/2001, 14.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 114/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Santa Casa de Misericórdia de Araguari/MG, no período de 2 a 6/10/2000 (TC-015.155/2000-0).	Arquivado 23.10.2002	em
56/2001	02.04.2001	Aviso 882/2001, 19.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 59/2001-TCU (Segunda Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Hospital São Lucas, em Patos de Minas/MG, visando à apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS (TC-014.519/2000-1).	Arquivado 24.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
57/2001	02.04.2001	Aviso nº 919/2001, de 20.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 48/2001-TCU (Primeira Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizada nas obras de Infra-estrutura de Irrigação de Uso Comum (Projeto Pinar), no Estado de Mato Grosso, contempladas com recursos do Orçamento-Geral da União, para o exercício de 2000, tendo como unidade orçamentária o Ministério da Integração Nacional (TC-011.186/2000-9).	Na CFC
58/2001	02.04.2001	Avisos nºs 959 e 1.002/2001, de 21.3, do TCU	Encaminhando cópia da Decisão nº 130/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nos contratos e obras da BR-174/AM, trecho Manaus (Entr. AM-10, km 0 até a divisa AM/RR (km 255,5) no período de 2 a 30/06/99 (TC-008.254/99-0).	Arquivado em 13.9.2002
59/2001	02.04.2001	Aviso nº 970/2001, de 21.3, do TCU	Encaminhando cópia da Decisão nº 131/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Hospital Evangélico de Curitiba, visando à apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS (TC-004.964/2000-5).	Na CFC
61/2001	05.04.2001	Aviso nº 1.081/2001, de 27.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 55, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria na área de convênios do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – Indesp, extinto pela Medida Provisória nº 2.049-24, de 2000 (TC – 003.683/2000-0).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
62/2001	05.04.2001	Aviso 1.287/2001, 28.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 48, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão de nº 87/96-Plenário, por meio do qual aquela Corte aplicou a penalidade de multa aos Majores-Brigadeiros-do-Ar Marcos Antônio de Oliveira e José Salazar Primo, bem como determinou a instauração de tomadas de contas especiais, tendo em vista suposta prática de atos irregulares na execução de contratos firmados pelo Ministério da Aeronáutica com a empresa ESCA S/A (TC – 014.825/95-3).	Arquivado em 14.11.2002
63/2001	24.04.2001	Aviso 1.112/2001, 28.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 52, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, com o objetivo de avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios fora da ordem cronológica de sua apresentação, bem como pagamentos decorrentes de acordos extrajudiciais ou de ações judiciais em curso com dotação orçamentária destinada ao pagamento de precatórios. (TC – 001.770/2000-8).	Na CFC
65/2001	24.04.2001	Aviso 1.174/2001, 28.3, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 160, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de caráter financeiro e operacional realizada nas obras do Projeto Perímetro de Irrigação do Curu-Paraipaba, Estado do Ceará, de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (TC – 008.783/99-3).	Na CFC
67/2001	24.04.2001	Aviso 1.370/2001, 4.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 177, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, MT-175, MT-246, MT-270 e MT-343, de responsabilidade do Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP do Estado de Mato Grosso (TC – 011.185/2000-1).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
68/2001	24.04.2001	Aviso 1.339/2001, 4.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 178, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nos órgãos do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de avaliar projetos de cooperação técnica internacional firmados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (TC – 005.289/99-8).	Na CFC
69/2001	16.04.2001	Aviso 249/2001, 30.3, do TCU	nº de	Encaminha Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2000.	Na CFC
71/2001	7.5.2001	Aviso 1.466/2001, 18.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 69, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – Diretoria Regional do Pará, abrangendo o período de 01/01 a 31/12/97 (TC nº 450.084/98-1).	Na CFC
72/2001	7.5.2001	Aviso 1.485/2001, 18.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 205, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria operacional realizada no projeto Tabuleiro de Russas, Estado do Ceará, obra de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, constatando ausência de irregularidades no referido projeto (TC nº 007.983/2000-4).	Na CFC
73/2001	7.5.2001	Aviso 1.538/2001, 20.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 85, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada no Hospital Vera Cruz, em Patos de Minas-MG, visando a apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS (TC nº 014.515/2000-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
74/2001	7.5.2001	Aviso nº de 1.676/2001, 25.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 226, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditorias realizadas na Embaixada do Brasil em Ottawa e nos Conselhos-Gerais do Brasil em Montreal e Toronto, Canadá; em São Francisco e Los Angeles, Estados Unidos; e nas Missões Permanentes do Brasil junto à ONU e à OEA (TC nº 003.549/2001-0).	Arquivado em 14.11.2002
75/2001	7.5.2001	Aviso nº de 1.708/2001, 25.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 228, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a auditoria realizada nos contratos de consultoria firmados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES visando a atender proposta formulada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (TC nº 003.710/2000-9).	Arquivado em 13.9.2002
76/2001	7.5.2001	Aviso nº de 1.740/2001, 25.4, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 93, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-101/PE, no trecho Prazeres e Cabo, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC nº 007.931/99-9).	Na CFC
77/2001	7.5.2001	Aviso nº de 1.773/2001, 25.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 227, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o levantamento de auditoria realizada nas obras de restauração de trechos de rodovias do Estado de Mato Grosso, sob a responsabilidade do Departamento de Viação e Obras Públicas - DVOP, daquele Estado (TC nº 011.185/2000-1).	Arquivado em 14.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
78/2001	7.5.2001	Aviso 1.571/2001, 24.4, do TCU	nº de	Encaminha cópia dos Acórdãos nºs 269 e 270, de 2001 - TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, respectivamente, sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, a fim de apurar denúncias publicadas na imprensa, a respeito de supostas irregularidades em contrato firmado entre a referida Autarquia e as empresas Protos Engenharia Ltda. e Noronha Engenharia S/A, no período de 21 a 30 de março de 1994; e auditoria realizada com o objetivo de analisar contratos de consultoria celebrados pelo DNER, quanto à observância da Lei de Licitações e Contratos de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (TCs nºs 023.344/94-6 e 015.641/99-6).	Na CFC
79/2001	28.5.2001	Aviso 1.808/2001, 2.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 246, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e em clínicas geriátricas contratadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no ano de 2000 (TC – nº 006.852/2000-8).	Arquivado em 14.11.2002
81/2001	28.5.2001	Aviso 1.864/2001, 2.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 243, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa Água Boa, do Governo Federal, especificamente o Programa de Implantação de Equipamentos de Dessalinização de Água em Poços Tubulares na região Nordeste do Brasil, conduzido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (TC - nº 014.990/2000-9).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
82/2001	28.5.2001	Aviso 1.981/2001, 9.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 100, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria solicitada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional a ser realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na execução de subprojeto destinado ao pagamento de indenizações relativas à desapropriação de imóveis (TC - nº 013.699/97-0).	Na CFC
83/2001	28.5.2001	Aviso 2.009/2001, 9.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 271, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, na área de franquias de agências e serviços (TC - nº 013.889/94-0).	Na CFC
84/2001	28.5.2001	Aviso 1.921/2001, 8.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 289, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no período de 26.6 a 14.7.2000, com o objetivo de fiscalizar obras de duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano da BR 116/SP – São Paulo-Divisa SP/PR (TC - nº 009.002/2000-6).	Na CFC
85/2001	1º.6.2001	Aviso 2.108/2001, 23.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 309, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre inspeção realizada no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, acerca da morosidade na cobrança de créditos previdenciários de empresas de transporte aéreo (TC – 016.435/99-0).	Na CFC
86/2001	1º.6.2001	Aviso 2.182/2001, 23.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 301, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Corumbá I – Goiás (TC – 010.417/2000-3).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
87/2001	1º.6.2001	Aviso 2.187/2001, 23.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 296, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na aplicação de recursos provenientes do DNER e SUFRAMA em obras das rodovias BR – 401, BR - 174 e BR – 210, no Estado de Roraima (TC – 004.496/2001-0).	Arquivado 13.9.2002	em
89/2001	6.6.2001	Aviso 629/2001, 30.5, do TCU	nº de	Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o seu Relatório das Atividades, referente ao primeiro trimestre de 2001.	Na CFC	
90/2001	8.6.2001	Aviso 2.227/2001, 29.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 133, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Samaritano, em Ituiutaba (MG), visando à apuração de possíveis irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (TC – nº 017.505/2000-0).	Arquivado 13.9.2002	em
91/2001	8.6.2001	Aviso 2.255/2001, 29.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 132, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no período de 23/8 a 17/9/99, na Administração Regional do Serviço Social do Comércio em São Paulo (SP) (TC – nº 016.356/99-3).	Arquivado 14.11.2002	em
93/2001	8.6.2001	Aviso 2.315/2001, 30.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 319, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul na administração direta e indireta, nas áreas de convênios, acordos e ajustes firmados pela União com o referido Governo de Estado (TC – nº 007.399/99-5).	Na CFC	
94/2001	8.6.2001	Aviso 2.343/2001, 30.5, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 318, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - INCC, de responsabilidade da Área Técnica de Alimentação e Nutrição - Atan, integrante da estrutura da Secretaria de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde (TC – nº 012.774/2000-5).	Na CFC	

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
96/2001	13.6.2001	Aviso nº 2.428/2001, de 6.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 333/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso objetivando a fiscalização da aplicação de recursos federais descentralizados (TC- nº 425.090/97-3).	Arquivado em 13.9.2002
97/2001	13.6.2001	Aviso nº 2.484/2001, de 6.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 337/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre a representação da lavra do Procurador da República José Guilherme Ferraz da Costa, integrante do Ministério Público Federal Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, em virtude da autorização, concedida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, à Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A – Novadutra, para instalação de nova praça de pedágio, no município de Jacareí/SP, supostamente em desacordo com o contrato de concessão (TC- nº 014.824/2000-8).	Na CFC
98/2001	13.6.2001	Aviso nº 652/2001, de 7.6, do TCU	Encaminha cópia do Relatório de auditoria de verificação da viabilidade técnico-operacional de repasse ao Tesouro Nacional e à Previdência Social da receita, pela rede arrecadadora, no mesmo dia em que arrecadada.	Na CFC
99/2001	13.6.2001	Aviso nº 2.456/2001, de 6.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 332, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, referente à contratação de empresa para realizar estudos e conceber nova identidade visual e marca de fantasia da empresa (TC- 001.316/2001-0).	Na CFC
100/2001	13.6.2001	Aviso nº 2.535/2001, de 8.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 134/2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado de Assistência Social com o objetivo de avaliar os procedimentos adotados na celebração de convênios (TC - nº 004.295/2000-3).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
101/2001	25.6.2001	Aviso nº 2.563/2001, de 13.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 130/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Banco Central do Brasil- BACEN, em função de solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para apurar denúncias de utilização irregular das Contas CC5 (TC- nº 928.358/98-4).	Na CFC
102/2001	25.6.2001	Aviso nº 2.621/2001, de 13.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 353/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no perímetro de Irrigação Araras Norte, localizado na bacia hidrográfica do Rio Acaraú, Estado do Ceará, de responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (TC- nº 007.434/99-5).	Arquivado em 13.9.2002
104/2001	1º.8.2001	Aviso nº 2.780/2001, de 25.6, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 362, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Saúde e no Instituto Estadual de Saúde Pública do Estado do Espírito Santo, tendo como objeto a aplicação de recursos federais na aquisição de medicamentos (TC – 015.816/99-0).	Arquivado em 24.10.2002
106/2001	1º.8.2001	Aviso nº 2.868/2001, de 27.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 406, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e ainda Relatório de Inspeção, referente a Denúncia feita contra a Coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Sergipe (TC – 007.646/99-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
107/2001	1º.8.2001	Aviso nº 2.991/2001, de 27.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 332, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido, no período de 04.09 a 13.10.2000, na Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação, com a finalidade de verificar em que medida o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo pode melhor contribuir para aumentar as oportunidades de uso pedagógico da informática nas escolas do sistema público de ensino (TC – 012.374/2000-3).	Arquivado em 14.11.2002
108/2001	10.8.2001	Aviso nº 727/2001, de 27.7, do TCU	Encaminha os Relatórios das suas Atividades, referentes ao 3º e 4º trimestres de 2000.	Na CFC
109/2001	13.8.2001	Avisos nºs 3.023 e 3.053/2001, de 29.6, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 143, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Governo do Estado da Paraíba, no Projeto de Irrigação das Várzeas de Souza e, por extensão, no Canal Adutor do Sistema Coremas-Mãe d'Água (TC nº 008.031/2000-3).	Arquivado em 14.11.2002
110/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.067/2001, de 4.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Candeias-BA, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos transferidos com base na Lei nº 7.525, de 1986 (Fundo Especial e Royalties), no período de 22/05 a 02/06/95 (TC nº 251.231/95-0).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
111/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.123/2001, 4.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 412, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, relacionado com as políticas e prioridades operacionais da instituição, em especial o cumprimento das diretrizes estabelecidas no capítulo VI da Lei nº 9.473, de 1997 (LDO-98), bem como a análise dos contratos de financiamento deferidos a beneficiários de incentivos fiscais (TC nº 015.203/99-9).	Na CFC
112/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.176/2001, 11.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 163, de 2001 e da Decisão nº 423, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre Tomada de Contas Especial constituída em decorrência de desdobramentos resultantes de solicitação formulada pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com vistas à instrução de Inquérito Civil Público objeto de investigação de irregularidades nas obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância da Cidade de São Paulo (TC nº 001.025/98-8).	Na CFC
113/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.208/2001, 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 425, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na obra de duplicação da Rodovia BR-381/SP (Fernão Dias), obra de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP (TC nº 009.003/2000-3).	Na CFC
114/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.236/2001, 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 426, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria de desempenho operacional e de conformidade realizada nas Embaixadas do Brasil em Jacarta e Seul, no período de 14 a 25/05/2001 (TC nº 003.953/2001-5).	Na CRE

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
115/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.286/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 434, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, nas obras de recuperação e ampliação do Edifício-Sede, com o objetivo de verificar indícios de irregularidades relativas a questões orçamentárias, licitação e execução contratual nos períodos de 12/6 a 4/8/2000 e 9 a 27/4/2001 (TC nº 009.096/2000-2).	Arquivado em 13.9.2002
116/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.314/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 433, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de pessoal, em especial em processos de concessão de aposentadorias e pensões (TC nº 002.121/97-2).	Na CFC
117/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.370/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 165, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, na área de licitações e contratos, ano de 1999 (TC nº 003.499/99-5).	Arquivado em 13.9.2002
118/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.398/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 427, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor nordeste, rodovia BR-226/RN, com início no Município de Currais Novos/RN e extremo na divisa entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) - 14º Distrito Rodoviário Federal no Rio Grande do Norte (TC nº 004.418/2001-3).	Na CFC
119/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.342/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 424, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na área de pessoal, no período de janeiro de 1998 a março de 1999 (TC nº 003.340/99-6).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
120/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.426/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 428, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trecho no Corredor Nordeste/BR-226/RN, subtrecho Florânia Novos/RN até a divisa com o Estado do Ceará, obra incluída no Plano Especial de Auditoria para o exercício de 2001, de responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 004.681/2001-8).	Na CFC
121/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.454/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 430, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de segmento da rodovia BR-304/RN entre Parnamirim e Macaíba, obra de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem DNER/14º Distrito Rodoviário Federal no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº 005.306/2001-1).	Na CFC
122/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.482/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 437, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Divisão de Serviços Gerais do Ministério das Relações Exteriores – DSG/MRE, na área de licitações e contratos, no período de 1º/1/98 a 17/3/2000 (TC nº 005.540/2000-6).	Arquivado em 13.9.2002
123/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.510/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 431, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, obra de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem - DNER/12º Distrito Rodoviário Federal, no Estado de Goiás (TC nº 006.710/2001-0).	Na CFC
124/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.566/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 164, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Diretoria Regional do Pará, no período de 1º/1 a 31/12/97 (TC nº 450.084/98-1).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
125/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.536/2001, de 11.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 432, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na implantação do Sistema Metroviário da Região Metropolitana de Natal/RN (TC nº 006.804/2001-9).	Na CFC
126/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.686/2001, de 18.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 461, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, na área de pessoal e empresas contratadas para prestação de serviço (TC nº 009.474/2000-7).	Na CFC
127/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.717/2001, de 25.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 156, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Votos que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobras Distribuidora S.A, na de área de licitações e contratos no período de de 13/4 a 26/5/2000 (TC nº 010.837/2000-8).	Na CFC
128/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.745/2001, de 19.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 155, de 2001 e do da Acordão nº 410, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na área de licitações e contratos (TC nº 013.721/99-2).	Arquivado em 13.9.2002
129/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.776/2001, de 24.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 213, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Clínica de Acidentes S/A – Fortaleza-CE, nas áreas de serviços hospitalares e ambulatoriais (TC nº 004.700/00-7).	Arquivado em 13.9.2002
130/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.776/2001, de 24.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 214, de 2001 e do Acordão nº 453, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como os respectivos relatório e voto que os fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado Minas Gerais – DER/MG, com o objetivo de acompanhar as obras da construção de trechos rodoviários no corredor São Francisco da BR 135/MG (TC nº 010.217/2000-2).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
131/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.882/2001, de 25.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 182, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a representação formulada pelo Deputado Federal Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, em que relata possíveis irregularidades no contrato firmado entre o DNER e a concessionária para exploração, mediante cobrança de pedágio, da Rodovia BR-116/RJ - Rio-Teresópolis (TC nº 002.086/2000-4).	Na CFC
132/2001	13.8.2001	Aviso nº 3.095/2001, de 4.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 411, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TC nº 008.503/2000-6).	Arquivado em 14.11.2002
133/2001	14.8.2001	Aviso nº 3.916/2001, de 31.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 166, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, Estado da Paraíba, com o objetivo de verificar a procedência das denúncias do Serviço Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde sobre possíveis desvios de recursos do SUS durante os meses de março, maio e setembro, de 1999 (TC 005.822/2000-4).	Arquivado em 24.10.2002
134/2001	14.8.2001	Aviso nº 3.947/2001, de 1º.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 232, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria operacional realizada na Secretaria de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 13 de março a 18 de abril de 2000 (TC – 002.980/2000-0).	Arquivado em 13.9.2002
135/2001	14.8.2001	Aviso nº 3.947/2001, de 1º.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 466, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Esplanada - BA, no período de 23 a 27/10/95 (TC – 251.538/95-8).	Arquivado em 13.9.2002
136/2001	17.8.2001	Aviso nº 876/2001, de 25.7, do TCU	Encaminha Relatório de suas Atividades, referente ao Exercício de 2000.	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
137/2001	17.8.2001	Aviso nº 3.821/2001, de 25.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 180, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Implantação de Sistema de Transmissão na Companhia Energética do Piauí – CEPISA, na área de licitação (TC nº 010.770/2000-7).	Na CFC
138/2001	27.8.2001	Aviso nº 3.988/2001, de 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 515, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, no Programa de Trabalho Melhoramentos e Ampliação da Infra-estrutura Portuária, relativo ao Orçamento da União de 2001 (TC - 003.321/2001-9).	Na CFC
139/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.015/2001, de 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 516, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário Km 0 – Divisa Pará/Maranhão, no Corredor Araguaia-Tocantins (BR-316/PA), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC - 004.035/2001-2).	Na CFC
140/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.042/2001, de 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 517, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a duplicação de segmento da rodovia BR-153/GO, com extensão de 15,28 km e a implantação do trecho entre a BR-060 e a BR-153, com extensão de 19,08km, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 005.313/2001-6).	Arquivado em 14.11.2002
141/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.069/2001, de 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 518, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação do segmento paulista da rodovia BR-153 entre as divisas SP/MG e SP/PR, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC - 005.688/2001-3).	Arquivado em 14.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
142/2001	27.8.2001	Aviso 4.096/2001, 8.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 519, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Programa TV Escola, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC (TC - 012.373/2000-6).	Arquivado	em
143/2001	27.8.2001	Aviso 4.123/2001, 8.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 190, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, em 27 e 28 de julho de 1999, com o objetivo de verificar irregularidades da execução da obra de restauração da BR-020/DF – Brasília – Divisa DF/GO (TC - 009.580/99-9).	Na CFC	
144/2001	27.8.2001	Aviso 4.150/2001, 8.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 524, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Octávio Mangabeira, unidade vinculada ao Governo do Estado da Bahia, objetivando a análise da aplicação dos recursos oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS (TC - 009.975/2000-1).	Arquivado	em
145/2001	27.8.2001	Aviso 4.177/2001, 8.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 525, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Hospital Geral de Camaçari/BA, no período de 4 a 15/12/2000, nas áreas de fisioterapia e radiologia e pagamentos irregulares de AIHs (TC - 002.152/2001-0).	Arquivado	em
146/2001	27.8.2001	Aviso 4.204/2001, 8.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 527, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Departamento-Geral de Serviços do Ministério do Exército, na área de licitações e contratos, no período de 9 a 22 de setembro de 1998 (TC - 927.735/98-9).	Arquivado	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
147/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.231/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 514, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada no Programa de Melhoramentos e Ampliação da Infra-estrutura Portuária, sob a responsabilidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ (TC - 003.222/2001-0).	Na CFC
148/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.258/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 508, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de duplicação da rodovia BR-101/SC, trecho divisa PR/SC-Palhoça/SC, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC - 003.715/2001-3).	Na CFC
149/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.285/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 526, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Banco do Brasil e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA (TC - 004.754/2000-8).	Arquivado em 14.11.2002
150/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.312/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 510, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor leste - BR-153/GO – Aparecida de Goiânia-Itumbiara, no Estado de Goiás, 12º Distrito Rodoviário de Goiás, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 005.285/2001-3).	Arquivado em 13.11.2002
151/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.339/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 511, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção/adequação de contornos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, no Estado de Goiás, 12º Distrito Rodoviário de Goiás, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 006.709/2001-0).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
152/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.420/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 523, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na área de renúncia de receita, mais precisamente no "Demonstrativo de Benefícios Tributários", elaborado pela Secretaria da Receita Federal (TC - 022.902/94-5).	Arquivado em 13.11.2002
153/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.366/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 522, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, na área de pagamento (TC - 011.436/99-9).	Na CFC
154/2001	27.8.2001	Aviso nº 4.393/2001, 8.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 507, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria Federal de Controle Interno, órgão do Ministério da Fazenda, no período de 16/9 a 12/12/2000, nas áreas orçamentárias, financeira e patrimonial (TC - 013.103/2000-5).	Arquivado em 13.9.2002
155/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.510/2001, 10.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 169, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à inspeção realizada na Administração Regional do Serviço Social do Comércio - SESC/RS, sobre irregularidades ocorridas em duas de suas obras (TC - 625.194/96-9).	Arquivado em 13.9.2002
156/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.583/2001, 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 559, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (TC - 003.547/2001-6).	Na CFC
157/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.610/2001, 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 560, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de pontes em trechos rodoviários no corredor Nordeste, BR-304/CE, no Rio Jaguaribe em Aracati, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC - 004.089/2001-3).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
158/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.637/2001, de 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 562, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, BR 222/PA, compreendendo o trecho Dom Eliseu - Entroncamento - BR-158/PA, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC - 004.405/2001-5).	Arquivado em 24.10.2002
159/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.691/2001, de 15.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 572, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas vinculado à Universidade Federal do Amazonas (TC - 012.935/2000-8).	Arquivado em 13.11.2002
160/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.718/2001, de 17.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 463, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras da adutora Agreste Trairi/RN, sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (TC - 600.394/97-2).	Arquivado em 13.9.2002
161/2001	31.8.2001	Aviso nº 4.749/2001, de 17.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 585, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC - 009.538/2001-4).	Na CFC
162/2001	31.8.2001	Avisos nºs 1.027 e 1.029/2001, de 28.8, do TCU	Encaminha Relatório de suas Atividades, referente ao 2º trimestre de 2001.	Na CFC
163/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.762/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 518/2001 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Universidade Federal de Sergipe - UFS, com o objetivo de verificar os procedimentos relativos à área de licitações e contratos administrativos, no período de 1º/1 a 19/4/99 (TC 005.395/99-2).	Arquivado em 13.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
164/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.762/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 519/2001 e da Decisão nº 263/2001 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras da Rodovia BR-364/AC e do anel viário de Rio Branco, trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul, subtrecho Contorno Rodoviário de Rio Branco e 3ª Ponte de Rio Branco, no período de 14.6 a 16.7.99, obras sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (TC 007.749/99-6).	Arquivado em 13.11.2002
165/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.789/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 604/2001 (Plenário), bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria relativo à recuperação, retificação e prolongamento do Molhe Sul da Barra do Porto de Laguna/SC (TC 003.722/2001-8).	Arquivado em 13.11.2002
166/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.816/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 617/2001 (Plenário), bem como dos respectivos relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado em obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica em Municípios da região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó) (TC 003.862/2001-9).	Arquivado em 13.9.2002
167/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.843/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 607/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Leste/BR 040/MG, compreendendo o trecho Barreira do Triunfo (Km 771) - Santos Dumont - Viaduto Vila Rica-Belo Horizonte, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC 003.866/2001-8).	Arquivado em 13.9.2002
168/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.897/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 612/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários no Corredor Mercosul BR 116/PR - em Curitiba (Leste), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC 005.497/2001-1).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
169/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.870/2001, de 22.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 610/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Leste – BR 265/MG – Divisa RJ/MG – Ilícinea – Divisa MG/SP, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem no Estado de Minas Gerais - DNER/MG - e do Departamento de Estradas de Rodagem/DER-MG, no período de 7 a 25/5/2001 (TC 005.316/2001-8).	Arquivado 13.9.2002	em
170/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.951/2001, de 22.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 615/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de eclusas de Tucuruí no Estado do Pará, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes (TC 007.970/2001-4).	Arquivado 13.9.2002	em
171/2001	17.9.2001	Aviso nº 4.978/2001, de 22.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 212/2001 e da Decisão nº 619/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada no Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, com o objetivo de verificar irregularidades na contratação de empresa norte-americana para a realização de evento promocional, no âmbito do PRODETUR, ocorrido em Nova York (TC 929.817/98-2).	Arquivado 13.9.2002	em
172/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.034/2001, de 22.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 588/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam sobre o relatório de levantamento de auditoria em diversas obras do Projeto de Irrigação Jacarecica II, localizado no Município de Itabaiana (SE), no período compreendido entre 12 a 28/8/98, sob a responsabilidade da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas do Estado de Sergipe CEHOP e Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO (TC 675.137/1998-5).	Arquivado 24.10.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
173/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.041/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 213/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizado na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e no Banco da Amazônia S.A., instituições supervisora e operadora, respectivamente, do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, com vistas a avaliar as operações do citado Fundo (TC 005.708/94-0).	Na CFC
174/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.045/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 586/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Votos que a fundamentam, sobre acompanhamento dos processos de concessão de trechos de rodovias federais BR-381/MG/SP (Belo Horizonte – São Paulo), BR-116/SP/PR (São Paulo – Curitiba) e BR-116/PR, BR-376/PR e BR-101/SC (Curitiba – Florianópolis), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC 016.248/2000-6; TC 016.249/2000-3; TC 016.250/2000-4; e TC 004.386/2001-8).	Arquivado em 13.9.2002
175/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.045/2001, de 22.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 587/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao acompanhamento de processos de concessão de trechos de rodovias federais BR-153/SP (Divisa MG/SP – Divisa SP/PR), BR-116/PR/SC (Curitiba – Divisa SC/RS), BR-393/RJ (Divisa MG/RJ – entrada da BR-116/RJ) e BR-101/RJ (Ponte Presidente Costa e Silva – Divisa RJ/ES), sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (TC 016.243/2000-0; TC 016.244/2000-7; TC 016.245/2000-4 e TC 016.246/2000-1).	Arquivado em 24.10.2002
176/2001	17.9.2001	Aviso nº 1.953/2001, de 9.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 273/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório da inspeção realizada no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA), na área de pagamento de pessoal (TC 010.462/99-6).	Arquivado em 13.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
177/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.176/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 657/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção do Centro de Transmissão de Rádio/TV localizado na Estrada Parque do Contorno DF-001, destinada a atender, conjuntamente, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados (TC 005.835/2001-0).	Arquivado	em 13.11.2002
178/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.257/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 633/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria realizado no Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, no período de 1995 a 1997, com o objetivo de avaliar a legalidade e os aspectos econômico-financeiros das operações de lançamentos de “eurobônus” e captação de recursos externos pelo BNB (TC 925.932/98-1).	Arquivado	em 13.11.2002
179/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.230/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 662/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria realizada no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, com objetivo de analisar, no geral, a situação atual do referido Fundo (TC 013.267/99-0).	Arquivado	em 13.9.2002
180/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.203/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 658/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria de Desempenho realizado no Programa de Atendimento Habitacional, por meio do Poder Público – Pró-Moradia, sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e da Caixa Econômica Federal – CEF, no período de 1995 a 1999 (TC 008.410/97-6).	Arquivado	em 13.9.2002
181/2001	17.9.2001	Aviso nº 2.808/2001, de 25.6, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 363/2001 (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Estadual do Amapá, nas áreas de bens móveis e imóveis, contratos, almoxarifado, licitações, obras e serviços de engenharia (TC 775.074/1998-5).	Arquivado	em 13.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
182/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.122/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 640/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no intitulado Corredor Mercosul - BR-101/RS, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/10º DRF/RS (TC 003.600/2001-5).	Arquivado	em 13.11.2002
183/2001	17.9.2001	Aviso nº 5.084/2001, de 29.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 268/2001 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de verificar o relacionamento entre essa Instituição de Ensino e a Fundação José Américo (TC 012.818/2000-1).	Arquivado	em 13.11.2002
184/2001	25.9.2001	Aviso nº 5.383/2001, de 12.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 285, de 2001 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, para avaliar os controles mantidos pela entidade no desenvolvimento de suas atividades (TC 014.197/2000-6).	Arquivado	em 13.9.2002
185/2001	25.9.2001	Aviso nº 5.411/2001, de 12.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 233, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, nas áreas de publicidade, propaganda e patrocínio (TC 004.583/98-1).	Arquivado	em 13.11.2002
186/2001	25.9.2001	Aviso nº 5.438/2001, de 12.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 725, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386/RS – trecho Lageado-Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte, obra sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC 003.602/2001-0).	Arquivado	em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
187/2001	25.9.2001	Aviso nº 5.465/2001, de 12.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 726, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de acessos rodoviários no Corredor Leste BR-262/ES, obra sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem – DNER (TC 010.609/2001-0).	Arquivado	em 13.9.2002
188/2001	25.9.2001	Aviso nº 5.492/2000, de 12.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 736, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem-DNER, nas concessões de rodovias federais (TC 015.162/2000-5).	Arquivado	em 13.11.2002
189/2001	28.9.2001	Aviso nº 5.571/2001, de 25.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 767, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, e ainda cópia dos documentos pertinentes citados no item 8.1 da referida Decisão, sobre levantamento de auditoria realizada em obras públicas, objetivando a prestação de informações ao Congresso Nacional (TC – 001.212/2001-5).	Arquivado	em 13.9.2002
190/2001	10.10.2001	Aviso nº 5.532/2001, de 14.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 233, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiás – INSS/GO (extinta), com o objetivo de verificar os procedimentos adotados na área de concessão de benefícios (TC - 011.643/99-4).	Arquivado	em 13.11.2002
191/2001	15.10.2001	Aviso nº 5.616/2001, de 26.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia do Acórdão nº 245, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao relatório de inspeção realizado na ANATEL, nos contratos de consultoria mais relevantes, selecionados entre aqueles ainda vigentes ou que tiveram vigência no ano de 1999 (TC – 001.123/2000-5).	Arquivado	em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual	
192/2001	15.10.2001	Aviso nº 5.643/2001, de 26.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 772, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de avaliar a sistemática de arrecadação, rateio, contabilização e recolhimento de recursos distribuídos a órgãos e entidades, decorrentes de concursos das loterias federais (TC – 008.281/2000-6).	Na CFC	
193/2001	15.10.2001	Aviso nº 5.670/2001, de 26.9, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 780, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada na Secretaria de Políticas Públicas de Saúde do Ministério da Saúde, no programa de monitoramento e de prevenção da mortalidade materna (TC – 012.503/2000-2).	Arquivado em 13.11.2002	em
194/2001	12.11.2001	Aviso nº 4.664/2001, de 15.8, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 570, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado nas obras de construção de cais para contêineres, no Porto de Maceió (AL), sob a responsabilidade da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern (TC nº 007.897/2001-2).	Arquivado em 13.9.2002	em
195/2001	12.11.2001	Aviso nº 5.884/2001, de 10.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 275, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada no Banco Central do Brasil, com o objetivo de verificar os procedimentos adotados por aquela autarquia relativamente à administração dos recursos das reservas cambiais brasileiras classificadas como "Extra-Caixa" (TC nº 011.628/97-9).	Arquivado em 13.9.2002	em
196/2001	12.11.2001	Aviso nº 5.884/2001, de 10.10, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 276, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada para avaliar e acompanhar a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos contratos de concessão, permissão autorização, assim como exame do alcance das metas do Governo e da fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica (TC nº 017.656/2000-4).	Arquivado em 13.11.2002	em

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
197/2001	12.11.2001	Aviso nº 5.884/2001, de 10.10, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 595, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada no Centro Técnico Aeroespacial do Comando da Aeronáutica (TC nº 005.557/2000-3).	Arquivado em 13.11.2002
198/2001	12.11.2001	Aviso nº 5.944/2001, de 10.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 829, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro - PROÁ-GUA/Semi-Árido (TC nº 012.653/2000-0).	Arquivado em 13.11.2002
199/2001	12.11.2001	Avisos nºs 6.000 e 6.001/2001, de 17.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 861, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação formulada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, argüindo a ilegalidade e inconstitucionalidade da Recomendação nº 13, de 29.09.98, da Comissão de Controle e Gestão Fiscal, aprovada pelo Senhor Ministro da Fazenda (TC nº 928.341/98-4).	Na CAS
200/2001	12.11.2001	Aviso nº 6.118/2001, de 18.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 844, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre adoção de providências determinando aos Órgãos da Administração Pública Federal o reexame de proventos de aposentadoria concedida nos termos da Decisão 481/97-TCU, para a pronta exclusão da parcela opção, derivada exclusivamente da vantagem quintos ou décimos.	Na CFC
201/2001	12.11.2001	Aviso nº 6.160/2001, de 24.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 879, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria realizada nas obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto de Salvador (TC nº 009.627/2000-8).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
202/2001	12.11.2001	Aviso nº 6.237/2001, de 31.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 904, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o relatório de levantamento de auditoria realizada nas obras de recuperação dos molhes do Porto de Rio Grande (RS), em atendimento ao art. 79, I e II, da Lei nº 9.692, de 1998 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 (TC 925.724/98-0).	Arquivado em 13.11.2002
203/2001	21.11.2001	Aviso nº 6.314/2001, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 931, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o acompanhamento da fiscalização, na hipótese de novas liberações de recursos para o Projeto Pirapama - obras do Sistema de Abastecimento de Água de Pirapama, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. (TC – 005.392/99-3).	Arquivado em 19.6.2002
204/2001	26.11.2001	Aviso nº 6.336/2001, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 320, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (extintas), com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste - Finor e Fundo de Investimento da Amazônia - Finam. (TC – 011.707/2000-8).	Na SSEX
205/2001	3.12.2001	Aviso nº 6.390/2001, de 21.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 980, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada na Secretaria da Receita Federal, na Secretaria Executiva do Ministério da Previdência e Assistência Social, na Secretaria de Orçamento Federal e na Secretaria Especial de Política Econômica, no intuito de avaliar a previsão de receitas incluídas na proposta orçamentária da União para o exercício de 2002 (TC - 013.092/2001-8).	Arquivado em 13.9.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
206/2001	3.12.2001	Aviso nº 6.448/2001, de 23.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 349, de 2001-TCU (Segunda Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria realizada na Secretaria Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo, com o objetivo de verificar a estrutura daquela Secretaria e sua Política de Fomento ao Desporto bem como a regularidade dos convênios celebrados entre janeiro de 2000 e março de 2001 (TC – 003.353/2001-2).	Arquivado em 13.11.2002
207/2001	4.12.2001	Aviso nº 1.623/2001, de 28.11, do TCU	Encaminha Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 3º trimestre de 2001.	Na CFC

H.16.1.2 – Da presente Sessão Legislativa

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
1/2002	28.2.2002	Aviso nº 242/2002, de 7.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 20/2002 – TCU (2ª Câmara) e do Acórdão nº 33/2002-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, referentes a auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, visando verificar a real situação das políticas de tarifação de água e de cobrança de créditos decorrentes da venda de lotes nos perímetros de irrigação sob a responsabilidade daquela empresa (TC - 013.536/2000-8).	Na CFC
2/2002	28.2.2002	Aviso nº 5.841/2001, de 3.10, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 805/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório de auditoria operacional realizada na Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, no período de 3 a 14.7.2000, com a finalidade de verificar se a estrutura administrativo-operacional da empresa é compatível com os atuais objetivos e diretrizes do Programa Nuclear Brasileiro (TC-009.277/2000-8).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência		Assunto	Situação atual
3/2002	28.2.2002	Aviso 6.524/2001, 4.12, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 1.021/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório do levantamento de auditoria realizada no período de 11 a 13.8.2001, nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba-PI (TC-926.911/98-8).	Na CFC
4/2002	28.2.2002	Aviso 6.540/2001, 4.12, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 1.014/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório de auditoria operacional realizada no Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, para que apresentasse justificativas acerca da aprovação e liberação de recursos para o projeto Fazenda Barreiro de Santa Fé S/A (TC-018.225/93-4).	Na CFC
5/2002	28.2.2002	Aviso 6.490/2001, 5.12, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 427/2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a relatório de auditoria realizado no Instituto Brasileiro de Turismo, no período de 23/10 a 7/11/2000, sobre indícios de sobrepreço no Convênio pactuado entre aquela Instituição e a Secretaria de Estado dos Transportes e da Energia do Estado de Sergipe (TC-015.296/2000-9).	Na CFC
6/2002	28.2.2002	Aviso 6.608/2001, 12.12, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 1.105/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam e, ainda, cópia da Decisão Normativa nº 44/2001, sobre cálculo das quotas de distribuição dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o exercício de 2002 (TC - nº 015.247/2001-2).	Na CFC
7/2002	28.2.2002	Aviso 6.623/2001, 12.12, do TCU	nº de	Encaminha cópia da Decisão nº 1.089/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado na Superintendência do Porto de Itajaí/SC, nas obras de Modernização do referido Porto (TC - 003.721/2001-0).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
8/2002	28.2.2002	Aviso nº 6.626/2001, de 12.12, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.090/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na obra de adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232 - trecho Recife-Caruaru/PE, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC - 004.874/2001-4).	Na CFC
9/2002	28.2.2002	Aviso nº 6.639/2001, de 12.12, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 316/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos autos de acompanhamento dos procedimentos administrativos atinentes à construção de nova sede para o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TC - 004.395/99-9).	Na CFC
10/2002	28.2.2002	Aviso nº 28/2002, de 24.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 009/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no período de 31/5 a 11/6/2001, nas obras de construção e reforma do Edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (TC - 007.676/2001-1).	Na CFC
11/2002	28.2.2002	Aviso nº 121/2002, de 30.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 27/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília (TC - 004.767/2001-4).	Na CFC
12/2002	28.2.2002	Aviso nº 148/2002, de 30.1, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 026/2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente aos relatórios de inspeção realizados nas Superintendências Estaduais do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, envolvendo apuração de irregularidades, em todo o território nacional, relativamente a pagamento de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS (TC – 009.033/1993-9).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
13/2002	28.2.2002	Aviso nº 182/2002, de 1.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 11/2002 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado em obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Pará (TC – 004.014/2001-2).	Na CFC
14/2002	28.2.2002	Aviso nº 182/2002, de 1.2, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 12/2002 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape – PE (TC – 003.553/2001-3).	Na CFC
16/2002	1º.3.2002	Aviso nº 228/2002, de 6.2, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 23, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a Tomada de Contas oriunda de representação procedente da Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo, a respeito de irregularidades envolvendo a utilização de imóvel pertencente à extinta Legião Brasileira de Assistência - LBA e a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Cachoeiro de Itapemirim–APAMI/ES (TC – 300.256/1997-3).	Na CFC
18/2002	28.2.2002	Aviso nº 142/2002, de 26.2, do TCU	Encaminha Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao 4º trimestre de 2001.	Na CFC
19/2002	14.3.2002	Aviso nº 363/2002, de 6.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 145, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada de 02/04 a 03/05/2001, no Programa de Trabalho relativo à implantação de usina termelétrica em área do Rio de Janeiro/Espirito Santo (TC - nº 003.317/2001-6).	Na CFC
20/2002	14.3.2002	Aviso nº 141/2002, do Ministério da Fazenda	Encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, a posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, informando que, nos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, nenhuma proposta de operação de crédito foi deferida ou indeferida no âmbito daquele Ministério, e que os pleitos apresentados durante esses meses encontram-se em fase de análise ou complementação de documentos.	Arquivado em 22.11.2002

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
21/2002	22.3.2002	Aviso nº 377/2002, de 13.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 182, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação originária de Relatório Parcial da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para análise de denúncias de irregularidades no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (TC - nº 010.165/2000-4).	Na CFC
22/2002	1º.4.2002	Aviso nº 413/2002, de 18.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 77, de 2002-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em entidades do Governo do Distrito Federal, com o objetivo de fiscalização a aplicação de recursos transferidos por órgãos da Presidência da república e do Ministério do Esporte e Turismo, por meio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres (TC 015.728/2001-4).	Na CFC
23/2002	1º.4.2002	Aviso nº 536/2002, de 21.3, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 87, de 2002-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Tribunal Regional do Trabalho – 14ª Região, no período de 10 a 28/9/2001, na área administrativa (TC 011.833/2001-1).	Na CFC
24/2002	9.4.2002	Aviso nº 275/2002, de 27.3, do TCU	Encaminha Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2001.	Na CFC
25/2002	15.4.2002	Aviso nº 627/2002, de 3.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 295, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada na Secretaria do Patrimônio da União e suas gerências regionais. (TC - 007.830/2000-5).	Na CFC
27/2002	2.5.2002	Aviso nº 292/2002, de 10.4, do TCU	Encaminha cópia do Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao 4º Trimestre de 2001.	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
28/2002	3.5.2002	Aviso nº 687/2002, de 5.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 131, de 2002 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Inbra no Estado do Piauí, no período de 29/10 a 29/11/2001, visando à verificação de aspectos ligados à política de assentamentos desenvolvida pela entidade (TC - 017.149/2001-9)	Na CFC
29/2002	3.5.2002	Aviso nº 687/2002, de 5.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 132, de 2002 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria nas obras de implantação de sistema de transmissão Xingó no Estado de Pernambuco (TC - 004.499/2001-1).	Na CFC
30/2002	3.5.2002	Aviso nº 787/2002, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 370, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pro-naf), especificamente quanto à sua execução no Estado de Santa Catarina (TC - 008.244/2000-2).	Na CFC
31/2002	3.5.2002	Aviso nº 828/2002, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 371, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Santa Rita, no Estado da Paraíba, em cumprimento ao Plano de Auditorias do segundo semestre de 2001 (TC - 014.197/2001-4).	Na CFC
32/2002	3.5.2002	Aviso nº 822/2002, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 367, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados, encaminhadas por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas (TC - 002.059/2002-3).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
33/2002	3.5.2002	Aviso nº 5.752/2001, de 17.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 243, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à auditoria realizada na Agência Nacional do Petróleo – ANP, no período de 16 a 27/10/2000, com vistas a aferir quantitativa e qualitativamente as ações de fiscalização empreendidas pela Agência nas atividades de exploração e produção de petróleo, bem como nos segmentos de refino, transporte, comercialização e abastecimento de gás natural, petróleo e seus derivados (TC - 002.379/2001-4).	Na CFC
34/2002	9.5.2002	Aviso nº 953/2002, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 414/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional, realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, no âmbito do período de extensão da fase I do projeto de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido, firmado em 1998 (TC - 013.002/2001-0).	Na CAS
35/2002	9.5.2002	Aviso nº 980/2002, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 408/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditorias operacionais realizadas em Universidades Federais com o objetivo de se obterem dados regionais como contribuição para a elaboração de um diagnóstico na área do ensino superior em nível nacional (TC's 016.229/99-1, 008.781/2000-3; 005.338/2000-7; 009.479/2000-3; 012.290/2000-1; e 008.010/2000-3).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
36/2002	13.5.2002	Aviso nº 900/2002, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 411/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada junto à Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas – SETR, do Governo do Estado do Espírito Santo –, relacionada ao Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Estado do Espírito Santo - Prodespol, apurando irregularidades no processo de licitação da Concorrência Internacional BIRD nº 1/2000, com recursos da operação de crédito externo contratada pelo Governo do Estado do Espírito Santo junto ao BIRD, nos termos da Resolução nº 42, de 1994, do Senado Federal, destinada ao financiamento parcial do Prodespol. (TC 016.527/99-2 e TC 009.337/2001-6).	Anexado ao processado da Resolução nº 42/94 Na CFC
37/2002	15.5.2002	Aviso nº 905/2002, de 24.4, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 417/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de Construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul / BR-282-SC – Florianópolis – Divisa com Argentina (TC - 003.719/2001-6).	Na CFC
38/2002	23.5.2002	Aviso nº 1.100/2002, de 8.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 456, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Setor Elétrico Brasileiro (Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica), com o objetivo de identificar as causas da crise de abastecimento no setor elétrico, bem como as possíveis soluções para o setor, no intuito de evitar racionamento de energia nos próximos anos (TC - 005.308/2001-6).	Na CI

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
39/2002	23.5.2002	Aviso nº 1.127/2002, de 8.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 454, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Semtec/MEC, Secretaria de Educação Fundamental - SEF/MEC e Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/MEC, no período de 15.10.2001 a 14.12.2001, abrangendo os exercícios de 1996 a 2001, com a finalidade de avaliar a qualidade das obras executadas em escolas públicas com recursos federais (TC - 013.337/2001-2).	Na CFC
40/2002	23.5.2002	Aviso nº 1.046/2002, de 8.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 458, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizada no Programa de Microcrédito "Crediamigo", gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. no Estado da Paraíba, tendo como parâmetro o impacto almejado sobre parcela da sociedade marginalizada pelo restante do mercado financeiro, gerando novas oportunidades de ocupação e renda (TC - 003.749/2001-1).	Arquivado em 19.6.2002
41/2002	23.5.2002	Aviso nº 1.073/2002, de 8.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 447, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizada no Programa Habitar - Brasil, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal - CEF, visando a análise do planejamento, da programação orçamentária e da execução financeira (TC - 005.042/2000-3).	Arquivado em 19.6.2002
42/2002	4.6.2002	Aviso nº 1.385/2002, de 22.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 537, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de quatro barragens no Município de Poço Verde/SE (TC - nº 003.886/2002-9).	Na CFC
43/2002	4.6.2002	Aviso nº 1.422/2002, de 22.5, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 257, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na obra de implantação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - trecho Bateias/PR - Ibiúna/SP (TC - nº 003.549/2002-9).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
44/2002	12.6.2002	Aviso n° 1.455/2002, de 29.5, do TCU	n° Encaminha cópia da Decisão n° 264, de 2002 de - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado nas obras de construção da segunda ponte sobre o Rio do Sal, compreendendo o trecho do Bairro Porto Dantas, em Aracaju, e os diversos conjuntos habitacionais do Município de Nossa Senhora do Socorro, no Estado de Sergipe (TC - 004.215/2002-9).	Na CFC
45/2002	12.6.2002	Aviso n° 1.460/2002, de 29.5, do TCU	n° Encaminha cópia da Decisão n° 268, de 2002 de - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o exame de ato de transferência da concessão de aposentadoria originária do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, extinto, para a Câmara dos Deputados, de interesse do ex-parlamentar Milton Albino Cassel (TC - 000.903/2002-8).	Na CFC
46/2002	12.6.2002	Aviso n° 545/2002, de 29.5, do TCU	Encaminha Relatório de suas Atividades, referente ao 1º trimestre de 2002.	Na CFC
47/2002	25.6.2002	Aviso n° 1.517/2002, de 12.6, do TCU	n° Encaminha cópia da Decisão n° 612, de 2002 de – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria nas obras do Sistema Integrado Adutora Agreste, com o objetivo de ampliar a capacidade de abastecimento da estrutura existente, que se encontra em operação desde 1982, cuja vazão atende, com precariedade, os Municípios de Areia Branca, Itabaiana, Campo Brito, Macambira e São Domingos, no Estado de Sergipe.	Na CFC
48/2002	1º.7.2002	Aviso n° 705/2002, de 1º.7, do TCU	Encaminha, para os fins previstos na alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n° 64, de 1990, a relação dos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas julgadas irregulares em decisão definitiva por aquele Tribunal, nos últimos cinco anos, consoante o disposto no art. 91 da Lei n° 8.443, de 1992. Informa, ainda, que tornará disponíveis, sempre que necessário, atualizações da referida lista, tendo em vista o vencimento de prazos de recursos e o julgamento dos apelos interpostos contra deliberações posteriores à data de 1º do corrente.	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
49/2002	7.8.2002	Aviso 1.628/2002, 20.6, do TCU	nº Encaminha cópia da Decisão nº 663/2002-de TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Petrobrás com o objetivo de analisar os procedimentos licitatórios da entidade e seus contratos, especialmente após o advento do Decreto nº 2.745, de 1998, bem como verificar a implantação da home-page Contas Públicas (TC – 016.176/2000-5);	Na CFC
50/2002	7.8.2002	Aviso 1.636/2002, 20.6, do TCU	nº Encaminha cópia da Decisão nº 649/2002-de TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família - PSF, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de coresponsabilidade entre os profissionais de saúde junto ao SUS e aos usuários do Programa de Saúde da Família (TC – 012.653/2001-8).	Na CAS
51/2002	7.8.2002	Aviso 1.585/2002, 20.6, do TCU	nº Encaminha cópia da Decisão nº 655/2002-de TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a consolidação de auditorias realizadas em universidades federais, relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal (TC - 017.029/2001-2).	Na CFC
52/2002	7.8.2002	Aviso 1.760/2002, 26.6, do TCU	nº Encaminha cópia da Decisão nº 712/2002-de TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva (TC - 011.820/2001-3).	Na CE

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
53/2002	7.8.2002	Aviso nº 2.159/2002, de 24.7, do TCU	Encaminha cópia do Acórdão nº 271, de 2002 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a Representação encaminhada pelo Senado Federal no sentido de que aquela Corte constituísse processo específico para a apuração dos fatos levantados pela CPI do Judiciário no tocante ao pagamento irregular de ajuda de custo, a título de mudança de residência, aos juizes que permaneceram no mesmo domicílio (TC - 001.664/2001-3).	Na CFC
54/2002	7.8.2002	Aviso nº 1.855/2002, de 3.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 787/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de implantação de sistema de transmissão de Itaipu a Foz do Iguaçu - Trecho Ivaiporã (TC - 003.547/2002-4).	Na CFC
55/2002	7.8.2002	Aviso nº 1.875/2002, de 3.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 762/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, acerca da possibilidade de se contar ou não o período de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social (TC - 001.322/99-0).	Na CFC
56/2002	7.8.2002	Aviso nº 1.879/2002, de 3.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 771/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no âmbito do Fiscobras, relativa à construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina (PI) (TC - 003.482/2002).	Na CFC
57/2002	7.8.2002	Aviso nº 2.017/2002, de 17.7, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 871/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, em atendimento à solicitação feita pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados (TC-014.041/1999-5).	Na CE

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
58/2002	20.8.2002	Aviso nº 2.237/2002, de 7.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 995/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre o exame consolidado das auditorias realizadas para avaliar a aplicação dos recursos do Fundef em 52 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí que, durante o exercício de 2000, estavam recebendo complementação da União (TC – 005.024/2001-1).	Na CFC
59/2002	20.8.2002	Aviso nº 2.264/2002, de 7.8, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 994/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada com o propósito de verificar em que medida a atuação do Ministério da Educação tem contribuído para assegurar a eficiência e economicidade na implantação do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Promed (TC – 008.556/2001-8).	Na CFC
60/2002	10.9.2002	Aviso nº 1.198/2002, de	Encaminha cópia da Decisão nº 456, de 2002, bem como dos respectivos Relatório e do Despacho do Relator, sobre auditoria realizada no Conselho Nacional de Política Energética – CNPE (TC nº 005.793/2002-7).	Na CCJ
61/2002	21.11.2002	Aviso nº 3.209/2002, de 6.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.509, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Plano Estadual de Qualificação – PEQ relativo aos exercícios de 2000 e 2001, especialmente em relação aos recursos repassados ao Estado do Paraná pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TC - 014.973/2001-6).	Na CFC
62/2002	6.12.2002	Aviso nº 3.286/2002, de 20.11, do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 1.577/2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre possíveis irregularidades existentes na Concorrência nº 5/2001, efetivada pela Prefeitura de Brusque (SC) para a realização de obras no Município (TC - 008.172/2002-8).	Na CFC

(AVS) Número	Leitura	Referência	Assunto	Situação atual
63/2002	6.12.2002	Aviso nº 792/2002, de 25.11, do Ministro da Fazenda	Encaminha o XI Relatório de Progresso do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, relativo ao 1º semestre de 2002, bem como o quadro demonstrativo dos montantes financeiros liberados para cada Estado integrante do Programa.	Na CAE

H.17 – PETIÇÕES

H.17.1 – Da Sessão Legislativa anterior

Número	Data da Autuação	Autor	Assunto	Resultado
6/2001	14.9.2001	Rodrigo Monteferrante Ricupero	Submete, à consideração do Conselho, fatos que relata, revelados por matérias jornalísticas, referentes ao Senador Fernando Bezerra.	<ul style="list-style-type: none"> Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, seu Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Geraldo Althoff, comunica o indeferimento do pedido, nos termos de seu despacho (Ata publicada no DSF de 20.9, p. 22473). Em 7.11.2001, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, indefere recurso interposto pelo autor contra a decisão da Presidência do Conselho (publicado no DSF de 8.11, p. 28038). Em 26.2.2002, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvêncio da Fonseca, em resposta a pedido do Ministro Celso de Mello, Relator de Mandado de Segurança impetrado pelo requerente, encaminha-lhe informações prestadas pela Advocacia do Senado. Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, seu Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, comunica sua decisão e determina o arquivamento da petição (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Aguardando resultado do Mandado de Segurança.
8/2001	5.11.2001	Rodrigo Monteferrante Ricupero	Requer, à Presidência do Conselho, a indicação das publicações, no <i>Diário Oficial</i> e em jornais diários, das declarações previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Resolução nº 20/1993, bem como a indicação dos Presidentes do Conselho.	<ul style="list-style-type: none"> Em 23.10.2001, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, em despacho, declara prejudicada a primeira parte da petição, tendo em vista posição já firmada no Conselho a respeito do assunto, nos termos dos Pareceres nºs 50 e 59/01-ADVOSF, da Advocacia do Senado (publicados, respectivamente, nos DSF de 7.9.2001, p. 21314, e de 25.9.2001, p. 22618). Em 7.11.2001, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, encaminha à Advocacia do Senado, para parecer, petição recebida do mesmo autor e no mesmo sentido. Anexado ao processado o Parecer nº 87-ADVOSF, da Advocacia, pelo indeferimento de petição de igual teor e do mesmo autor, dirigida ao Primeiro Secretário do Senado (Processo nº 014880/01-6). Matéria arquivada.
9/2001	26.11.2001	Senador José Eduardo Dutra e outros 12 Senadores	Requerem, à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a convocação de reunião do Conselho, "com o fim específico de discutir e deliberar sobre as providências cabíveis em relação ao Senador Fernando de Castro Ribeiro".	<ul style="list-style-type: none"> Em 21.11.2001, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvêncio da Fonseca, indefere o pedido, pelas razões que expõe em seu despacho (publicado no DSF de 23.11, p. 29371). Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, o Presidente Juvêncio da Fonseca dá conhecimento de sua decisão no sentido do arquivamento da matéria (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Matéria arquivada.
10/2001	28.11.2001 (Ofício CEDP nº 89, de 6.11.2001)	Senador Juvêncio da Fonseca	Sugere, como Presidente do Conselho, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, encontro para troca de idéias entre as duas Presidências, com vista à uniformização de procedimentos relativamente à obrigatoriedade da publicação de declarações	<ul style="list-style-type: none"> Em 9.11.2001, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, em resposta, congratula-se com a Presidência do Conselho pela iniciativa e coloca-se à disposição para o evento (Aviso nº 1512-GP/TCU, de 9.11.2001). Aguardando agendamento do encontro.

Número	Data da Autuação	Autor	Assunto	Resultado
			de bens e rendas de Senadores, prevista no art. 6º, § 1º, da Resolução do Senado Federal nº 20/1993, e no art. 1º, § 2º, IV, da Lei nº 8.730, de 10.11.1993.	
11/2001	29.11.2001	Genus Editora Gráfica e Comércio Ltda. e Lídio Moreira dos Santos	Requerem, ao Conselho, que promova a apuração preliminar de fatos que relatam, referentes ao Senador Antero Paes de Barros.	<ul style="list-style-type: none"> Em 28.11.2001, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Juvêncio da Fonseca, indefere o pedido, pelas razões que expõe em seu despacho (publicado no DSF de 29.11, p. 29808). <p style="text-align: center;">RECURSO</p> <ul style="list-style-type: none"> Em 7.12.2001, os autores recorrem ao Conselho contra decisão de seu Presidente. Em 27.2.2002, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, designa o Senador Geraldo Althoff para relatar o recurso. Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, o Relator apresenta seu Relatório, que, submetido a votos, é aprovado por unanimidade, mantendo a decisão no sentido do indeferimento do pedido e determinando o seu arquivamento (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Matéria arquivada.
12/2001	10.12.2001	Procurador de Justiça Antônio Ezequiel de Araújo e Promotor de Justiça Zacharias Mustafa Neto	Oferecem denúncia contra o Governador Joaquim Domingos Roriz, pela prática de crime de responsabilidade previsto na Lei nº 1.079, de 1950, combinada com o art. 1º da Lei nº 7.106, de 1983, por atentar contra decisão judicial, ao impedir o efeito de Mandado de Intimação e Reintegração de Posse.	<ul style="list-style-type: none"> Em 14.12.2001, o Sr. Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, profere despacho, no sentido de, adotando como fundamento de decisão o Parecer nº 114/2001-ADVOSF, da Advocacia do Senado, rejeitar a petição e determinar o seu arquivamento (publicado no DSF de 20.12, p. 32184). Em 17.12.2001, em sua 24ª Reunião, a Mesa do Senado Federal acolhe despacho proferido pelo Presidente do Senado nos autos da presente Petição, no sentido de sua rejeição e conseqüente arquivamento (Ata publicada no DSF de 20.12, p. 32183). Em 19.8.2002, o Sr. Presidente Ramez Tebet, em resposta a pedido do Ministro Maurício Corrêa, Relator de Mandado de Segurança impetrado pelos requerentes, encaminha-lhe informações prestadas pela Advocacia do Senado. Aguardando resultado do Mandado de Segurança.
13/2001	11.12.2001	Drª Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa (Juíza Federal 10ª Vara da Seção Judiciária do DF)	Remete, ao Presidente do Senado Federal, para as providências cabíveis, cópia extraída dos autos da Ação Criminais Diversas nº 2001.34.00.029399-3, originada em "notitia criminis" formulada pelos Deputados Federais Walter Pinheiro (PT/BA), Fernando Dantas Ferro (PT/PE) e Eustáquio Luciano Zica (PT/SP) contra o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Ministro de Estado das Comunicações, pela prática de crime de responsabilidade e improbidade administrativa, com base na Lei nº 1.079, de 10.4.1950, e na Lei nº 8.429, de 2.6.1992.	<ul style="list-style-type: none"> Em 11.12.2001, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, em despacho, determina o encaminhamento da petição à Advocacia do Senado, para exame. Em 27.2.2002, a Advocacia do Senado emite o Parecer nº 12/2002. Em 4.3.2002, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, profere despacho, determinando o arquivamento da petição, com base no inciso I do art. 52 da Constituição Federal; no art. 15 da Lei nº 1.079/50 e no Parecer nº 12/2002, da Advocacia do Senado (Despacho publicado no DSF de 7.5.2002, p. 07441). Matéria arquivada.
15/2001	14.12.2001	Sérgio Pena, Consultor-Geral Legislativo do SF	Requer ao Presidente do Senado Federal, mediante o Ofício CONLEG/SF Nº 2587, de 12.12.2001, a realização de investigação policial para apurar ameaças anônimas dirigidas ao Consultor	<ul style="list-style-type: none"> Em 16.10.2001, em Plenário, o Senador Álvaro Dias, na condição de Presidente da "CPI do Futebol", requer providências relativamente a denúncias feitas, em ofício, pela Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado Federal, referentes a

Número	Data da Autuação	Autor	Assunto	Resultado
			Legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes, matrícula 5384, durante e após o encerramento dos trabalhos da "CPI do Futebol".	ameaças feitas a consultores legislativos que assessoram a referida Comissão (DSF de 17.10.2001, p. 24853). <ul style="list-style-type: none"> Na mesma Sessão, o Presidente Ramez Tebet, em resposta, determina: 1) à Segurança da Casa, que redobre os esforços de proteção aos servidores que trabalham na Comissão; e 2) solicita, ao Senador Álvaro Dias, cópia do expediente da Associação, para encaminhá-lo à Polícia Federal (DSF de 17.10.2001, p. 24854). Em 14.12.2001, o Presidente Ramez Tebet expede os Ofícios 417 e 418/2001-PRES ao Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Domingos Roriz, e ao Ministro de Estado da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira Filho, solicitando providências junto às Polícias Militar e Civil no sentido de assegurar a incolumidade física do servidor e de seus familiares e a integridade de seu patrimônio, bem como no sentido da instauração dos competentes inquéritos para a investigação das ameaças descritas na petição. Em 18 e 28.1.2002, as solicitações são atendidas, respectivamente, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF (Ofício nº 40/2002-SSP, de 8.1.2002) e pela Assessoria Especial do Ministro da Justiça (Ofício MJ nº 1510/01, de 19.12.2001), informando providências adotadas. Aguardando resultados de procedimentos instaurados.
16/2001	19.12.2001	Deputado Alberto Fraga	Requer ao Presidente do Senado Federal, mediante o Ofício nº 191, de 12.11.2001, a adoção das medidas legais cabíveis contra o Sr. Laerte Rodrigues de Bessa, Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, pela prática de agressões verbais e ameaças, ocorridas no dia 24.10.2001, na Sala de Reuniões da Biblioteca do Senado, durante reunião da Bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, conforme relatado em Nota de Desagravo e Repúdio assinada por sete Deputados e dois Senadores integrantes da referida Bancada parlamentar.	<ul style="list-style-type: none"> Em 17.12.2001, o Presidente Ramez Tebet expede os Ofícios nºs 424, 425 e 426, elaborados pela Advocacia do Senado e encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa, dirigidos, respectivamente, ao Secretário de Segurança Pública do DF, General Athos Costa de Faria; ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves; e ao Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, encaminhando-lhes cópia do Ofício e da Nota de Desagravo, para conhecimento e providências cabíveis. Aguardando informações.
17/2001	20.12.2001	João Batista Pereira Vinhosa	Encaminha ao Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), mediante expediente datado de 29.10.2001 e anexos, denúncias de irregularidades em processo licitatório realizado entre a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e a empresa White Martins S/A e de extravio do processo na atual Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).	<ul style="list-style-type: none"> Em 11.12.2001, o Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, Senador Jefferson Péres, profere despacho encaminhando o processado à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal, e dos arts. 102-A, 409 e 411 do Regimento Interno do Senado Federal (publicado juntamente com a Ata da 1ª Reunião da CCAI, no DSF de 4.4.2002, p. 3730). Em 11.12.2001, o Presidente da CCAI, Senador Jefferson Péres, comunica seu despacho ao autor da petição, mediante o Ofício CCAI nº 8/2001. Em 18.2.2002, a matéria é encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle. Em 15.3.2002, é designado Relator o Senador Eduardo Siqueira Campos. Aguardando relatório.

H.17.2 – Da presente Sessão Legislativa

Número	Data da Autuação	Autor	Assunto	Resultado
1/2002	26.2.2002	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Requerem, ao Corregedor do Senado Federal, providências no sentido de apurar responsabilidades por denúncias que teriam sido feitas pelo Deputado José Aleksandro contra os Senadores Marina Silva e Tião Viana, em entrevista veiculada pela Rede CBN, das Organizações Globo, em 20 de fevereiro de 2002; bem como a requisição da fita de gravação da referida entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> Em 21.2.2002, o Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, profere despacho, encaminhando o feito à Presidência do Senado, uma vez que a matéria não é da sua competência. Em 27.2.2002, o Presidente Ramez Tebet, em despacho, solicita o parecer da Advocacia do Senado. Em 1.3.2002, a Advocacia do Senado apresenta o Parecer nº 16/ADVOSF, recomendando a remessa dos autos à Mesa para deliberação e posterior encaminhamento à Procuradoria Parlamentar. Em 6.3.2002, é designado Relator o Senador Edison Lobão. Em reunião realizada em 2.4.2002, a Mesa aprova o relatório do Senador Edison Lobão, designado Relator em 6.3.02 (Ata publicada no DSF de 3.4.2002, pg. 3561). O Parecer é lido em Plenário na mesma data (DSF de 3.4.2002, pg. 3543/3549). Em 4.4.2002, conforme decisão da Mesa, os autos são encaminhados ao Senador Bernardo Cabral, Procurador Parlamentar mais antigo, para as providências requeridas no Parecer. Em 23.5.2002, o Procurador Bernardo Cabral devolve os autos com despacho no sentido do seu encaminhamento à Advocacia do Senado, para que proponha, ao Procurador-Geral da República, o denunciamento do Deputado citado junto ao STF, por crime de calúnia. Em 3.6.2002, o Presidente Ramez Tebet, acolhendo o despacho da Procuradoria Parlamentar, determina a remessa dos autos à Advocacia, para as providências sugeridas. Em 30.1.2003, a Advocacia do Senado, de ordem do Presidente Ramez Tebet, encaminha ofício ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando-lhe a instauração de inquérito policial com a conseqüente ação penal a cargo do Ministério Público. Aguardando manifestação da Procuradoria-Geral da República.
2/2002	5.4.2002	Celso Marques Araújo	Requer, ao Presidente do Senado Federal, que abra o competente processo contra o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, pela prática de crime de responsabilidade, pelos motivos que apresenta	<ul style="list-style-type: none"> Em 3.4.2002, o Sr. Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, profere despacho, determinando o arquivamento da Petição, com base no art. 43 da Lei nº 1.079/50 e no Parecer nº 27/2002, de 21.3.2002, da Advocacia do Senado (despacho publicado no DSF de 7.5.2002, pg. 07441). Matéria arquivada.
3/2002	22.5.2002	Associação de Defesa do Direito da Arte e Cultura – ASSDAK (MG)	Requer, ao Presidente do Senado Federal, documentos que formaram o processo do Proer, inclusive os resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito.	<ul style="list-style-type: none"> Em 7.5.2002, o Sr. Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, profere despacho, acolhendo integralmente o Parecer nº 47/02-ADVOSF, da Advocacia, e indeferindo a petição (despacho e parecer publicados no DSF de 28.5.2002, pgs. 9387/9388). Matéria arquivada.
4/2002	21.8.2002	Instituto Brasileiro Brasileiro de Pesquisas Jurídicas e Juris-	Requer, ao Presidente do Senado Federal, o registro como repositório oficial de atos e de decisões legislativas desta Casa, nas publicações que vier a patrocinar na divulgação do direito	<ul style="list-style-type: none"> Em 19.8.2002, o Sr. Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, profere despacho, solicitando o parecer da Advocacia. Em 17.9.2002, a Advocacia emite o Parecer nº 94/02-ADVOSF, no sentido do indeferimento da petição.

Número	Data da Autuação	Autor	Assunto	Resultado
		prudência	direito.	do pedido. • Aguardando manifestação da Presidência do Senado.
5/2002	30.8.2002	Senadora Heloísa Helena e Senador Tião Viana	Requerem, ao Presidente do Senado Federal, seja tornada nula de pleno direito a Sessão do Senado Federal realizada no dia 28/8/2002, bem como os atos nela havidos, pela quebra de compromisso votado em Plenário.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 3.9.2002, os requerentes recorrem da decisão da Presidência no sentido do não-acolhimento da petição, e o Sr. Presidente Edison Lobão encaminha o recurso à CCJ (DSF de 4.9.2002, pg. 16657). • Em 4.9.2002, a CCJ aprova relatório do Senador Bello Parga, rejeitando o recurso. • Em 4.9.2002, é lido em Plenário o Parecer nº 898, da CCJ, e aprovada a decisão da Presidência de manter válida a Sessão objeto da petição (DSF de 5.9.2002, pg. 16858). • Matéria arquivada.
6/2002	27.9.2002	Ministério Público do Estado de SP	Sugere que se considere a viabilidade de prorrogação da <i>vacatio legis</i> da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o novo Código Civil", a fim de permitir-se à sociedade uma oportunidade de reflexão profunda e de discussão serena de seus dispositivos mais polêmicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 8.10.2002, a petição é lida em Plenário e encaminhada à CCJ (DSF de 9.10.2002, pg. 18100). • Em 11.12.2002, a CCJ aprova o relatório do Senador Bello Parga, pelo indeferimento e arquivamento a matéria. • Aguardando leitura de parecer.
7/2002	31.10.2002	Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de SP	Encaminha ao Senado Federal manifestação favorável daquela entidade à decisão emanada do colendo Superior Tribunal de Justiça, que aplicou o BTNF aos contratos de empréstimos mobiliários no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH como critério de Correção referente a março de 1990.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 31.10.2002, a petição é lida em Plenário e encaminhada à CCJ (DSF de 1.11.2002, pg. 18842). • Aguardando nova designação de Relator.
8/2002	31.10.2002	Banco do Brasil S/A, Agência Senado Federal	Requer, ao Corregedor do Senado Federal, autorização para o acesso, ao prédio do Senado, de seguranças uniformizados e armados de revólveres, para abastecimento dos terminais localizados no hall da Ala Senador Teotônio Vilela e próximos à Biblioteca.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 7.8.2002, o Corregedor, Senador Romeu Tuma, encaminha os autos à Advocacia do Senado, para exame e parecer. • Em 20.8.2002, a Advocacia do Senado apresenta o Parecer nº 78/2002-ADVOSF, recomendando a autorização, sujeita às normas da Casa. • Em 4.9.2002, o Corregedor, Senador Romeu Tuma, em despacho, acolhe o Parecer da Advocacia e autoriza o pedido, recomendando à Subsecretaria de Segurança Legislativa da Casa, mediante ofício, a devida orientação à Gerência do Banco do Brasil, quanto às normas e procedimentos legais vigentes. • Aguardando providências.

H.18 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB				
Titulares	UF		Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca ²	MS		1. Renan Calheiros	AL
Carlos Bezerra	MT		2. (vago) ³	
Casildo Maldaner	SC		3. Marluce Pinto	RR
João Alberto Souza	MA		4. Gilvam Borges	AP
Nabor Júnior	AC		5. Gerson Camata ¹⁴	ES
PFL				
Geraldo Althoff ⁴	SC		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO
Moreira Mendes	RO		2. (vago) ⁶	
Bello Parga ⁷	MA		3. Mozarildo Cavalcanti	RR
Waldeck Ornelas	BA		4. Jonas Pinheiro	MT
Bloco (PSDB/PPB)				
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT		1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI
Ricardo Santos (PSDB)	ES		2. Romero Jucá (PSDB)	RR
Benício Sampaio (PPB) ⁹	PI		3. (vago) ¹⁰	
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹¹				
Heloísa Helena (PT)	AL		1. Marina Silva (PT)	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM		2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES
PSB				
Roberto Saturnino (PT) ¹³	RJ		1. Ademir Andrade	PA
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)				

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002. Reassumiu em 19.9.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 8.10.2002.

⁵ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme requerimento lido e aprovado na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 1º.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁸ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

⁹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹⁰ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na

Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹¹ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹² Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹³ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

¹⁴ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 3.10.2002 a 31.1.2003, conforme requerimento lido na Sessão de 9.10.2002 e aprovado na Sessão de 29.10.2002.

**Composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
ao final da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB				
Titulares	UF		Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca	MS		1. Renan Calheiros	AL
Carlos Becerra	MT		2. (vago)	
Casildo Maldaner	SC		3. Marluce Pinto	RR
João Alberto Souza	MA		4. Gilvam Borges	AP
Nabor Júnior	AC		5. Gerson Camata	ES
PFL				
Geraldo Althoff	SC		1. Carlos Patrocínio (PTB)	TO
Moreira Mendes	RO		2. (vago)	
Bello Parga	MA		3. Mozarildo Cavalcanti	RR
Waldeck Ornelas	BA		4. Jonas Pinheiro	MT
Bloco (PSDB/PPB)				
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT		1. Freitas Neto (PSDB)	PI
Ricardo Santos (PSDB)	ES		2. Romero Jucá (PSDB)	RR
Benício Sampaio (PPB)	PI		3. (vago)	
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)				
Heloísa Helena (PT)	AL		1. Marina Silva (PT)	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM		2. Paulo Hartung (PSB)	ES
PSB				
Roberto Saturnino (PT)	RJ		1. Ademir Andrade	PA
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)				

Histórico de 2002

Em 08.05.2002, o Presidente Juvêncio da Fonseca convoca, por meio de circular a todos os membros titulares e suplentes, a **1ª Reunião** do Conselho, para o dia 14.5.2002, às 17h, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a dar conhecimento de anteprojeto de resolução referente ao Conselho, elaborado pelo seu Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca; e de expedientes recebidos e expedidos nos autos das Petições nºs 6, 9 e 11/2001.

Em 14.05.2002, realiza-se a **1ª Reunião** do Conselho, presidida pelo Senador Juvêncio da Fonseca, durante a qual é apresentado seu anteprojeto de resolução referente ao Conselho, dado conhecimento de expedientes recebidos e expedidos nos autos das Petições nºs 6 e 9/2001 e discutido e aprovado o relatório do Senador Geraldo Althoff sobre recurso apresentado nos autos da Petição nº 11/2001 (**Ata publicada no DSF de 28.05.2002, páginas 9388/9407**).

Em 22.05.2002, os Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Heloísa Helena, Marina Silva, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Lauro Campos e Jefferson Péres protocolam, junto à Secretaria do Conselho, requerimento ao Conselho no sentido de que promova a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria “Os Homens da Mala”, publicada na revista *Época*, em sua edição nº 209, de 20.5.2002, às páginas 36/38, que é autuada como Denúncia nº 1, de 2002.

- Em 28.05.2002**, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, em despacho, designa o Senador Moreira Mendes relator da Denúncia nº 1, de 2002.
- Em 28.05.2002**, os Senadores Eduardo Suplicy e Heloísa Helena apresentam aditamento à Denúncia nº 1, de 2002, solicitando sejam requeridos aos órgãos competentes os resultados integrais de todas “as escutas feitas com autorização judicial”, conforme citados na página 36 da matéria jornalística que deu causa à denúncia.
- Em 04.06.2002**, o Presidente Juvêncio da Fonseca convoca, por meio de circular a todos os membros titulares e suplentes e edital no DSF de 5 e 6.6.2002, a **2ª Reunião** do Conselho, para o dia 6.6.2002, às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação do Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1, de 2002.
- Em 06.06.2002**, realiza-se a **2ª Reunião** do Conselho, quando o Senador Moreira Mendes apresenta seu Relatório sobre a Denúncia nº 1, de 2002, que conclui, em seu voto, pelo arquivamento sumário da matéria. Concede-se vista coletiva dos autos e convoca-se a **3ª Reunião (Ata publicada no DSF de 15.06.2002, páginas 12120/12133)**.
- Em 07.06.2002**, o Presidente Juvêncio da Fonseca convoca, por meio de circular a todos os membros titulares e suplentes, a **3ª Reunião** do Conselho, para o dia 11.6.2002, às 18h, na Sala nº 6 da Ala Nilo Coelho, destinada à apreciação do Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1, de 2002, após a vista coletiva.
- Em 11.06.2002**, realiza-se a **3ª Reunião** do Conselho, quando é aprovado o Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1, de 2002, contra os votos dos Senadores Roberto Saturnino e Heloísa Helena **(Ata publicada no DSF de 28.06.2002, páginas 13898/13913)**.

MATÉRIAS RECEBIDAS NO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

1) Petições

1.1) de Sessão Legislativa anterior

Número	Recebida em	Autor	Assunto	Resultado
6/2001	13.8.2001	Rodrigo Monteferrante Ricupero	Submete, à consideração do Conselho, fatos que relata, revelados por matérias jornalísticas, referentes ao Senador Fernando Bezerra.	<ul style="list-style-type: none"> Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, seu Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Geraldo Althoff, comunica o indeferimento do pedido, nos termos de seu despacho (Ata publicada no DSF de 20.9, p. 22473). Em 7.11.2001, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, indefere recurso interposto pelo autor contra a decisão da Presidência do Conselho (publicado no DSF de 8.11, p. 28038). Em 26.2.2002, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, em resposta a pedido do Ministro Celso de Mello, Relator de Mandado de Segurança impetrado pelo requerente, encaminha-lhe informações prestadas pela Advocacia do Senado. Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, seu Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, comunica sua decisão e determina o arquivamento da petição (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Aguardando resultado do Mandado de Segurança.
8/2001	5.11.2001	Rodrigo Monteferrante Ricupero	Requer, à Presidência do Conselho, a indicação das publicações, no <i>Diário Oficial</i> e em jornais diários, das declarações previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Resolução nº 20/1993, bem como a indicação dos Presidentes do Conselho.	<ul style="list-style-type: none"> Em 23.10.2001, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, em despacho, declara prejudicada a primeira parte da petição, tendo em vista posição já firmada no Conselho a respeito do assunto, nos termos dos Pareceres nºs 50 e 59/01-ADVOSF, da Advocacia do Senado (publicados, respectivamente, nos DSF de 7.9.2001, p. 21314, e de 25.9.2001, p. 22618). Em 7.11.2001, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, encaminha à Advocacia

Número	Recebida em	Autor	Assunto	Resultado
				do Senado, para parecer, petição recebida do mesmo autor e no mesmo sentido. <ul style="list-style-type: none"> Anexado ao processado o Parecer nº 87-ADVOSF, da Advocacia, pelo indeferimento de petição de igual teor e do mesmo autor, dirigida ao Primeiro Secretário do Senado (Processo nº 014880/01-6). Matéria arquivada.
9/2001	26.11.2001	Senador José Eduardo Dutra e outros 12 Senadores	Requerem, à Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a convocação de reunião do Conselho, "com o fim específico de discutir e deliberar sobre as providências cabíveis em relação ao Senador Fernando de Castro Ribeiro".	<ul style="list-style-type: none"> Em 21.11.2001, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, indefere o pedido, pelas razões que expõe em seu despacho (publicado no DSF de 23.11, p. 29371). Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, o Presidente Juvêncio da Fonseca dá conhecimento de sua decisão no sentido do arquivamento da matéria (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Matéria arquivada.
10/2001	28.11.2001 (Ofício CEDP nº 89, de 6.11.2001)	Senador Juvêncio da Fonseca	Sugere, como Presidente do Conselho, ao Presidente do Tribunal de Contas da União, encontro para troca de idéias entre as duas Presidências, com vista à uniformização de procedimentos relativamente à obrigatoriedade da publicação de declarações de bens e rendas de Senadores, prevista no art. 6º, § 1º, da Resolução do Senado Federal nº 20/1993, e no art. 1º, § 2º, IV, da Lei nº 8.730, de 10.11.1993.	<ul style="list-style-type: none"> Em 9.11.2001, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto, em resposta, congratula-se com a Presidência do Conselho pela iniciativa e coloca-se à disposição para o evento (Aviso nº 1512-GP/TCU, de 9.11.2001). Aguardando agendamento do encontro.
11/2001	29.11.2001	Genus Editora Gráfica e Comércio Ltda. e Lídio Moreira dos Santos	Requerem, ao Conselho, que promova a apuração preliminar de fatos que relatam, referentes ao Senador Antero Paes de Barros.	<ul style="list-style-type: none"> Em 28.11.2001, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, indefere o pedido, pelas razões que expõe em seu despacho (publicado no DSF de 29.11.2002, p. 29808). <p style="text-align: center;">RECURSO</p> <ul style="list-style-type: none"> Em 7.12.2001, os autores recorrem ao Conselho contra decisão de seu Presidente. Em 27.2.2002, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, designa o Senador Geraldo Althoff para relatar o recurso. Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, o Senador Geraldo Althoff apresenta seu Relatório, que, submetido a votos, é aprovado por unanimidade, mantendo a decisão no sentido do indeferimento do pedido e determinando o seu arquivamento (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Matéria arquivada.

2) Recursos

Recebido em	Autor	Objeto	Despacho
7.12.2001	Genus Editora Gráfica e Comércio Ltda. (nos autos da Petição nº 11/2001)	Recorre, à Presidência do Conselho, de sua decisão proferida em despacho publicado no DSF de 29.11.2001, p. 29808, que indeferiu a petição, determinando o seu arquivamento.	<ul style="list-style-type: none"> Em 27.2.2002, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, designa o Senador Geraldo Althoff para relatar o recurso. Em 14.5.2002, na 1ª Reunião do Conselho, o Senador Geraldo Althoff apresenta seu Relatório, que, submetido a votos, é aprovado por unanimidade, mantendo a decisão no sentido do indeferimento do pedido e determinando o seu arquivamento (Ata publicada no DSF de 28.5.2002, pg. 9388/9407). Matéria arquivada.

3) Denúncias

Número	Recebida em	Autor	Assunto	Resultado
1/2002	28.5.2002	Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Heloísa Helena, Marina Silva, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Lauro Campos e Jefferson Peres	Requerem ao Conselho que promova a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Os Homens da Mala", publicada na revista <i>Época</i> , em sua edição nº 209, de 20 de maio de 2002, às páginas 36/38.	<ul style="list-style-type: none"> Em 28.5.2002, por meio de despacho, o Presidente do Conselho, Senador Juvêncio da Fonseca, nomeia o Senador Moreira Mendes relator da matéria. Em 28.5.2002, os Senadores Eduardo Suplicy e Heloísa Helena solicitam, em aditamento aos termos da Denúncia nº 1, de 2002, que sejam requeridos aos órgãos competentes os resultados integrais de todas "as escutas feitas com autorização judicial", conforme citados na página 36 da matéria jornalística que deu causa à denúncia. Em 6.6.2002, realiza-se a 2ª Reunião do Conselho, para apreciar o Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia, que conclui, em seu voto, pelo seu arquivamento sumário. É pedida vista coletiva (Ata publicada no DSF de 15.6.2002, pg. 12120/12133). Em 11.6.2002, realiza-se a 3ª Reunião do Conselho, após vista coletiva, para apreciar o Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia, que é aprovado por maioria, contra os votos da Senadora Heloísa Helena e do Senador Roberto Saturnino (Ata publicada no DSF de 28.6.2002, pg. 13898/13913). Matéria arquivada.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Mapa de publicação das atas de reuniões realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Ordem do Dia	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	Dar conhecimento de anteprojeto de resolução referente ao Conselho, elaborado pelo seu Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca; e de expedientes recebidos e expedidos nos autos das Petições nºs 06, 09 e 11/2001.	14.05.2002 17h	068	28.05.2002	9388
2ª	Apreciar Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores (com pedido de vista)	06.06.2002 9h	080	15.06.2002	12120
3ª	Apreciar Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Denúncia nº 1, de 2002	11.06.2002 18h	089	28.06.2002	13898

H.19 – CORREGEDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução nº 17, de 17 de março de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ²⁻³	1º Corregedor Substituto
(Vago) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.03.93, do Senado Federal (DSF de 3.4.1997, páginas 6923/6925).

² Em 20.6.2001, afastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 21.6.2001, página 13622), tendo reassumido em 20.9.2001 (DSF de 21.9.2001, página 22514).

³ Em 20.9.2001, foi eleito Presidente do Senado Federal (DSF de 21.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

Composição ao final da Sessão Legislativa:

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

MATÉRIAS RECEBIDAS NA CORREGEDORIA

1. Em Sessões Legislativas anteriores

Documento	Autor	Data de recebimento	Assunto	Resultado
Diversos nº 52/95	Presidente da Câmara dos Deputados	3.4.95	(Of. nº 622/95 da Câmara dos Deputados) Matéria publicada no Jornal da Semana (Goiânia), de autoria do jornalista Luiz Carlos Bordoni, sob o título "Congresso dos 600 ladrões".	<ul style="list-style-type: none">• Encaminhado pela Corregedoria à Presidência do Senado Federal em 19.4.95.• Arquivado em dezembro de 2002, nos termos do art. 334, I, do RISF.
Sindicância nº 1/98 (antigo COP nº 1/98)	Senador José Roberto Arruda	18.3.98	Comunica ao Presidente do Senado Federal o uso indevido do seu nome por terceiros, em processo de abertura de conta-poupança em Posto de Serviço do UNIBANCO S.A .	<ul style="list-style-type: none">• Matéria arquivada em 19.6.2001.• Aguardando conclusão de investigações da 1ª Delegacia da Polícia Civil de Brasília, nos autos do Inquérito Policial nº 412/97, conforme informações encaminhadas à SGM pela Corregedoria do Senado.• Segundo informação colhida junto à Polícia Civil, o inquérito foi arquivado em 21.6.2002.

Documento	Autor	Data de recebimento	Assunto	Resultado
Sindicância nº 1/99 (Ofício SF nº 322/99, de 13.4.99, da Presidência do Senado)	Senadora Emília Fernandes e Senador Osmar Dias	14.4.99	Pronunciamento da Senadora Emília Fernandes e do Senador Osmar Dias, dando notícias de atos ilícitos que teriam ocorrido no âmbito do Senado e de notícias veiculadas na Imprensa, referentes à PEC nº 63/95, que tem por objeto a extinção, na Justiça do Trabalho, dos Juizes Classistas <i>(Encaminhado à Corregedoria por meio do Ofício SF nº 322/99, de 13.4.1999, da Presidência do Senado)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Em 14.4.99, o ex-Senador João França presta esclarecimentos perante a Corregedoria do Senado, sobre denúncias feitas pelo Senador Osmar Dias. • Em 1.6.99, o Corregedor determina o sobrestamento da Sindicância, em virtude de Ação de Interpelação Judicial interposta pelo ex-Senador contra o Senador Osmar Dias, perante o Supremo Tribunal Federal. • Em 8.8.2001, o Ministro-Relator Néri da Silveira declara extinto o processo, sem julgamento do mérito, por não ter o requerente se manifestado sobre seu interesse na notificação do requerido. • Em 19.2.2002, a Corregedoria solicita a manifestação da Advocacia do Senado. • Em 23.4.2002, a Advocacia emite o Parecer nº 45/2002-ADVOSF, recomendando o arquivamento da Sindicância. • Em 29.4.2002, a Corregedoria, adotando o Parecer da Advocacia, determina o arquivamento da Sindicância. • Em 20.5.2002, o Parecer e o Despacho são encaminhados à publicação (DSF de 21.5.2002, p. 8561/8565). • Matéria arquivada.

2. Na presente Sessão Legislativa

Documento	Autor	Data de recebimento	Assunto	Resultado
Petição nº 1/2002	José Eduardo Dutra e outros Senadores	26.2.2002	Requerem, ao Corregedor do Senado Federal, providências no sentido de apurar responsabilidades por denúncias que teriam sido feitas pelo Deputado José Aleksandro contra os Senadores Marina Silva e Tião Viana, em entrevista veiculada pela Rede CBN, das Organizações Globo, em 20 de fevereiro de 2002; bem como a requisição da fita de gravação da referida entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 21.2.2002, o Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, profere despacho, encaminhando o feito à Presidência do Senado, uma vez que a matéria não é da sua competência. • Em 27.2.2002, o Presidente Ramez Tebet, em despacho, solicita o parecer da Advocacia do Senado. • Em 1.3.2002, a Advocacia do Senado apresenta o Parecer nº 16/ADVOSF, recomendando a remessa dos autos à Mesa para deliberação e posterior encaminhamento à Procuradoria Parlamentar. • Em 6.3.2002, é designado Relator o Senador Edison Lobão. • Em reunião realizada em 2.4.2002, a Mesa aprova o relatório do Senador Edison Lobão, designado Relator em 6.3.02 (Ata publicada no DSF de 3.4.2002, pg. 3561). O Parecer é lido em Plenário na mesma data (DSF de 3.4.2002, pg. 3543/3549). • Em 4.4.2002, conforme decisão da Mesa, os autos são encaminhados ao Senador Bernardo Cabral, Procurador Parlamentar mais antigo, para as providências requeridas no Parecer. • Em 23.5.2002, o Procurador Bernardo Cabral devolve os autos com des-

Documento	Autor	Data de recebimento	Assunto	Resultado
				<p>pacho no sentido do seu encaminhamento à Advocacia do Senado, para que proponha, ao Procurador-Geral da República, o denunciamento do Deputado citado junto ao STF, por crime de calúnia.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em 3.6.2002, o Presidente Ramez Tebet, acolhendo o despacho da Procuradoria Parlamentar, determina a remessa dos autos à Advocacia, para as providências sugeridas. Em 30.1.2003, a Advocacia do Senado, de ordem do Presidente Ramez Tebet, encaminha ofício ao Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando-lhe a instauração de inquérito policial com a consequente ação penal a cargo do Ministério Público. Aguardando manifestação da Procuradoria-Geral da República.
Sindicância nº 1/2002 (origem: Of. SF nº 494/2002, de 22.5.02)	Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet	22.5.2002	Encaminha ao Corregedor do Senado, Senador Romeu Tuma, para os fins previstos no inciso IV do art. 2º da Resolução nº 17, de 1993, pronunciamento feito pelo Senador Sebastião Rocha na Sessão de 15 de maio de 2002	<ul style="list-style-type: none"> Em 3.6.2002, o Corregedor, Senador Romeu Tuma, consultou a Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado sobre eventual conhecimento do assunto, que respondeu negativamente em 14.6.02. Em 7.8.2002, o Corregedor Romeu Tuma oficiou às instituições envolvidas, solicitando documentos e informações (Agência Young & Rubican, Diretor-Geral da ANEEL, Ministro de Minas e Energia, Secretária de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, Presidente do TCU e Procurador-Geral da República). Aguardando respostas da Agência Young & Rubican, do Ministro de Minas e Energia e do Procurador-Geral da República.
Petição nº 8/2002	Banco do Brasil S/A, Agência Senado Federal (assinado pelo Gerente da Agência e pelo Gerente de Administração)	5.8.2002	Solicitam autorização de acesso, ao prédio do Senado, de seguranças uniformizados e armados de revólveres, para abastecimento dos terminais localizados no <i>hall</i> da Ala Teotônio Vilela e próximos à Biblioteca, no posto de atendimento aos Senadores	<ul style="list-style-type: none"> Em 7.8.2002, o Corregedor, Senador Romeu Tuma, encaminha os autos à Advocacia do Senado, para exame e parecer. Em 20.8.2002, a Advocacia do Senado apresenta o Parecer nº 78/2002-ADVOSF, recomendando a autorização, sujeita às normas da Casa. Em 4.9.2002, o Corregedor, Senador Romeu Tuma, em despacho, acolhe o Parecer da Advocacia e autoriza o pedido, recomendando à Subsecretaria de Segurança Legislativa da Casa, mediante ofício, a devida orientação à Gerência do Banco do Brasil, quanto às normas e procedimentos legais vigentes. Aguardando providências.
Processo nº 9570/02-0	Empresa CENTRAL-MAQ LTDA.	20.8.2002	Solicita apuração de irregularidades em licitação promovida pelo Senado para compra de leitora/copiadora para a Biblioteca do Senado	<ul style="list-style-type: none"> Em 12.11.2002, a Advocacia do Senado, a pedido do Corregedor, Senador Romeu Tuma, emite o Parecer nº 111/2002-ADVOSF, no sentido do arquivamento do processo, por não ser da competência da Corregedoria e por improcedente. Em 26.11.2002, o Corregedor Romeu Tuma, em despacho, acolhe o Parecer da Advocacia e determina o arquivamento do processo. Matéria arquivada.

Documento	Autor	Data de recebimento	Assunto	Resultado
Denúncia nº 2/2002	Presidente do Partido Liberal de Iturama/MG, Isaac Albino da Silva	27.11.2002	Requer a impugnação da diplomação do Senador Aelton José de Freitas, Suplente do Senador José Alencar	<ul style="list-style-type: none"> Em 13.12.2002, por solicitação do Corregedor Romeu Tuma, a Advocacia do Senado emite o Parecer nº 125/2002-ADVOSF, no sentido de que, não tendo o Senador suplente tomado posse, não compete ao Senado o exame do mérito da representação. Em 18.12.2002, o Corregedor Romeu Tuma, em despacho, acolhe o Parecer da Advocacia e determina o arquivamento da denúncia (a ser publicado no DSF oportunamente). Aguardando publicação do despacho.

OFÍCIOS EXPEDIDOS PELA CORREGEDORIA

1. Em Sessão Legislativa anterior

Número	Destinatário	Assunto	Resultado
007/99-GSRT, de 18.11.99	Dr. Paulo Érico Silva Castelo Branco, Secretário de Segurança Pública do DF	Solicitando o envio das informações existentes na esfera daquele Órgão acerca de investigação sobre a prática, em locais públicos de Brasília, inclusive nas dependências do Senado Federal, de tráfico e uso de drogas proibidas, conforme matéria intitulada "Droga no Coração do Poder" divulgada na edição nº 1.572, de 17.11.99, da revista semanal IstoÉ .	<ul style="list-style-type: none"> Em 24.11.1999, o Secretário de Segurança Pública da DF, Paulo Castelo Branco, atendendo à solicitação, encaminha ao Corregedor expediente do Diretor-Geral da Polícia Civil do DF, informando providências prestadas a respeito do assunto. Matéria arquivada em dezembro de 2002.
008/99-GSRT, de 18.11.99	Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor do Departamento de Polícia Federal de Brasília	Consultando sobre possíveis ações e providências daquele Órgão diante das informações contidas na matéria intitulada "Droga no Coração do Poder", publicada na edição nº 1.572, de 17.11.99, da revista semanal IstoÉ .	<ul style="list-style-type: none"> Matéria arquivada em dezembro de 2002, sem manifestação da autoridade requerida.

PARECERES E DESPACHOS EMITIDOS PELA CORREGEDORIA:

Data	Matéria a que se refere
21.02.2002	Petição nº 1, de 2002
29.04.2002	Sindicância nº 1, de 1999
07.08.2002	Sindicância nº 1, de 2002
04.09.2002	Ofício s/n, de 5.8.2002, do Banco do Brasil S/A, Agência Senado Federal
26.11.2002	Processo nº 9570/02-0
18.12.2002	Denúncia nº 2, de 2002

H.20 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 40, de 23 de agosto de 1995)

1) Composição ¹:

PMDB	
Senadores	UF
Juvêncio da Fonseca	MS
Gerson Camata	ES
PFL	
Bernardo Cabral	AM
Bloco (PSDB/PPB)	
Eduardo Siqueira Campos ²	RO
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ³	
Jefferson Péres (PDT)	AM

Notas:

¹. Designação feita na Sessão Ordinária do Senado Federal de 27.6.2001 (DSF de 28.6.2001).

². Até 4.3.2002, vaga ocupada pelo Senador Fernando Matusalém, designado na Sessão Ordinária do Senado Federal de 5.11.2001 (DSF de 6.11.2001). Em 5.3.2002, a Mesa do Senado Federal, mediante seu Ato nº 1, de 2002, declarou a perda do mandato do Senador, com base no art. 55, V, e § 3º, da Constituição Federal, em face de decisão do TSE de 26.2.2002 (publicado no DSF de 6.3.2002). Para substituí-lo, foi designado o Senador Eduardo Siqueira Campos na Sessão Ordinária do Senado Federal de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002).

³. O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

Composição ao final da 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura

PMDB	
Senadores	UF
Juvêncio da Fonseca	MS
Gerson Camata	ES
PFL	
Bernardo Cabral	AM
Bloco (PSDB/PPB)	
Eduardo Siqueira Campos (PSDB)	TO
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)	
Jefferson Péres (PDT)	AM

2) Matérias recebidas e despachadas nos termos do art. 1º da Resolução nº 40, de 1995

2.1) Em Sessões Legislativas anteriores

Documento	Origem	Assunto	Resultado
Of. SF/Circular nº 658, de 4.6.2001	Presidente Interino do Senado Federal, Senador Edison Lobão	Submete, aos Procuradores Parlamentares Amir Lando, Bernardo Cabral, Alberto Silva e Ramez Tebet, discurso pronunciado pelo Senador Roberto Requião na Sessão Ordinária de 31.5.2001, referente a matéria veiculada pelo <i>Jornal do Brasil</i> , conforme despacho proferido pela Presidência nesas mesma Sessão (<i>DSF de 1.6.2001, p. 10859</i>).	<ul style="list-style-type: none">• Em 7.6.2001, o Senador Amir Lando, Procurador Parlamentar, enviou ao Senador Edison Lobão, Presidente interino do Senado, o Ofício GSAL nº 229/2001, encaminhando-lhe estudo referente à solicitação do Senador Roberto Requião.• Em 4.9.2001, o Senador Bernardo Cabral, Procurador Parlamentar, enviou ao Senador Edison Lobão, Presidente interino do Senado, o Ofício Ext. 474/01, encaminhando-lhe estudo a respeito da solicitação do Senador Roberto Requião.• Matéria arquivada em dezembro de 2002, nos termos do art. 334, I, do RISF.

Documento	Origem	Assunto	Resultado
Of. SF/Circular nº 989, de 20.8.2001	Presidente Interino do Senado Federal, Senador Edison Lobão	Submete, aos Procuradores Parlamentares Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Bernardo Cabral e Jefferson Peres, discurso proferido pelo Senador Roberto Requião na Sessão Ordinária de 16.8.2001, referente a matéria veiculada pela imprensa, conforme despacho proferido pela Presidência nessa mesma Sessão (DSF de 17.8.2001, p. 17268).	<ul style="list-style-type: none"> • Em 5.9.2001, o Senador Bernardo Cabral, Procurador Parlamentar, enviou ao Senador Edison Lobão, Presidente interino do Senado, o Ofício Ext. 475/01, encaminhando-lhe estudo produzido pela Consultoria Legislativa do Senado a respeito da solicitação do Senador Roberto Requião. • Em 18.9.2001, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em resposta ao Ofício SF nº 993, de 21.8.2001, do Senador Edison Lobão, Presidente Interino do Senado, enviou o Ofício SRF/Gabin nº 2144, prestando esclarecimentos a respeito de denúncias feitas pelo Senador Roberto Requião na Sessão de 16.8.2001. • Matéria arquivada em dezembro de 2002, nos termos do art. 334, I, do RISF.
Of. SF/Circular nº 1.716, de 12.12.2001	Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet	Submete, aos Procuradores Parlamentares Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Bernardo Cabral, Fernando Matusalém e Jefferson Peres, requerimento, datado de 4.12.2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti , referente a matéria veiculada pela imprensa sobre os trabalhos da "CPI das ONGs", que preside.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 2.4.2002, o Senador Chico Sartori devolveu, à Secretaria-Geral da Mesa, o Ofício SF/Circular nº 1.716/2001 anteriormente encaminhado ao Procurador Parlamentar Senador Fernando Matusalém, tendo em vista o afastamento deste, em caráter definitivo, conforme decisão da Mesa do Senado, nos termos de seu Ato nº 1, de 2002, de 5.3.2002. • Matéria arquivada em dezembro de 2002, sem manifestação dos Procuradores, nos termos do art. 334, I, do RISF.

2.2) Na presente Sessão Legislativa

Documento	Origem	Assunto	Resultado
Of. SF nº 228, de 4.4.2002 (Petição nº 1, de 2002)	Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet	Encaminha, ao Procurador Parlamentar Senador Bernardo Cabral (Procurador mais antigo), o processado da Petição nº 1, de 2002, de autoria do Senador José Eduardo Dutra e demais integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores no SF, para os fins previstos na conclusão do Parecer nº 209/2002, da Mesa do Senado, aprovado em 2.4.2002, em sua 5ª Reunião (Parecer e Ata publicados no DSF de 3.4.2002, p. 3543 e 3561 respectivamente).	<ul style="list-style-type: none"> • Em 23.5.2002, o Procurador Bernardo Cabral devolve os autos com despacho no sentido do seu encaminhamento à Advocacia do Senado, para que proponha, ao Procurador-Geral da República, o denunciamento do Deputado citado junto ao STF, por crime de calúnia. • Em 3.6.2002, o Presidente Ramez Tebet, acolhendo o despacho da Procuradoria Parlamentar, determina a remessa dos autos à Advocacia, para as providências sugeridas. • Aguardando providências na Advocacia.
Requerimento nº 459/2002, de 1º.7.2002	Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet	Requer, aos Procuradores Parlamentares Juvêncio da Fonseca, Gerson Camata, Bernardo Cabral, Eduardo Siqueira Campos e Jefferson Peres, providências visando à proteção da imagem e da honra do Senador João Alberto Souza, atingidas por matérias divulgadas pelo jornal <i>Correio Brasileiro</i> , a respeito de denúncias de corrupção na Prefeitura Municipal de Santo André – SP.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1º.7.2002, o Procurador Gerson Camata devolveu o processado do Requerimento, instruído com Parecer no sentido da sua aprovação e encaminhamento à Advocacia do Senado, para as providências previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 1º da Resolução nº 40, de 1995. • Em 4.8.2002, o Procurador Bernardo Cabral devolveu o processado do Requerimento, sem manifestação • Em 12.8.2002, o Procurador Jefferson Peres devolveu o processado do Requerimento, instruído com a Nota Técnica nº 925/2002, da Consultoria Legislativa do Senado. • Aguardando manifestação dos demais Procuradores.

H.21 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
 Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
 aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

Composição
 (Designação feita na Sessão Ordinária do Senado Federal de 3.12.2001)

Presidente: Senadora Emília Fernandes
Vice-Presidente: Senador José Alencar ¹

PMDB
Senadora Marluce Pinto (RR)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
BLOCO PSDB/PPB
Senador Ricardo Santos (ES)
BLOCO DE OPOSIÇÃO PT/PPS
Senadora Emília Fernandes (RS)
PSB
Senador Ademir Andrade (PA)
PTB
Senador Carlos Patrocínio (TO)
PL
Senador José Alencar (MG) ¹

Notas:

¹ Comunicou renúncia ao mandato na Sessão do dia 16.12.2003, tendo em vista ter sido eleito para o cargo de Vice-Presidente da República, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
1ª PREMIAÇÃO

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
06/06/2001	▪ Instituto de Ação Cultural IDAC	1) Rosiska Darcy de Oliveira	Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de 1995 a 1999; fundadora e Presidente do Centro de Liderança da Mulher desde 1997; Coordenação do Planeta Fêmea, evento das mulheres no Fórum Global da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92; autora de várias obras, entre elas “ <i>O Elogio da Diferença – O feminismo emergente</i> ”; Consultora do BID e de diversas agências da ONU em questões referentes à participação da mulher nas lutas pela democracia e desenvolvimento com equidade.
22/09/2001	▪ Banco Interamericano de Desenvolvimento – Representação no Brasil		
03/07/2001	Sociedade Brasileira dos Ostimizados	2) Cândida Carvalho	Presidente da Sociedade Brasileira dos Ostimizados; Vice-Presidente da Associação dos Ostimizados do Rio de Janeiro; Diretora Administrativa do CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – RJ; Conselheira do CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.
02/08/2001	Conselho Estadual da Mulher do Paraná	3) Fani Lerner	Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família; Presidente do Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar; Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Interlocutora do Programa da Comunidade Solidária no Paraná; Conselheira do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná.
29/10/2001	▪ Associação Sergipana de Prostitutas	4) Maria Niziana Castelino (Candelária)	Fundadora da Associação Sergipana de Prostitutas; voluntária no trabalho de intervenção comportamental e conscientização das profissionais do sexo e demais mulheres vivendo em condições de pobreza, utilizando a prevenção em saúde pública como instrumento de conscientização para o exercício da cidadania.
30/10/2001	▪ Núcleo de Assistência Siqueira Campos		

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
19/10/2001	Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	5) Mara Régia Di Perna	Jornalista, desenvolveu, nos anos 70, na Rádio Nacional de Brasília, o Programa "Viva Maria", que culminou com a reivindicação pela criação da 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e do Conselho dos Direitos da Mulher no DF; de 1993 a 2000, na <i>Rádio Nacional da Amazônia</i> , criou o Programa Natureza Viva, pelo qual desenvolveu trabalho de educação ambiental do WWF-Brasil, em parceria com o GTA, além de abordagem das questões de gênero voltadas para a saúde e direitos reprodutivos, cujos desdobramentos a levaram a participar de vários eventos nacionais e internacionais; título de Cidadã Honorária de Brasília, outorgado pela Câmara Distrital do DF, em maio de 2001.
25/10/2001	Conselho Municipal de Defesa da Mulher – COMDEM, de Juazeiro do Norte - CE	6) Cícera Rodrigues Alencar (Célia Rodrigues)	Radialista, produtora, redatora e apresentadora do Programa Mulher Ideal, que desenvolve discussões de gênero, com destaque na <i>Rede de Mulheres no Rádio</i> ; Presidente do Conselho Municipal de Defesa da Mulher – COMDEM, de Juazeiro do Norte – CE.
29/10/2001	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Marília – SP	7) Rossana Rodrigues Rossini Camacho	Delegada de Polícia Titular da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília, onde lançou campanhas de desarmamento, em 1999, e de combate à evasão escolar, em 1996, implantou atendimento psicoterapêutico, curso de capacitação em técnicas de defesa pessoal para as funcionárias, idealizou o Projeto NAIAMM – Núcleo de Apoio à Infância, Adolescência e Mulher de Marília - e participou da criação do Projeto Navas – Núcleo de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual; Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Marília.
30/10/2001	Ordem dos Advogados do Brasil – 55ª Subseção de Suzano – SP	8) Sandra Lopes Nogueira	Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Suzano – SP; Secretária-Geral da OAB-Suzano; coordena as Comissões de Meio Ambiente, Eventos, Cultura, Mulher Advogada, Jornal <i>Hora da Justiça</i> ; integrante do Núcleo Regional de Educação Ambiental do Alto Tietê desde 1999.
31/10/2001	Jornal <i>Mulheres</i> , de Palmas – TO	9) Thais Corral	Jornalista e fundadora de duas ONGs no Brasil: REDEH, Rede de Desenvolvimento Humano, e CEMINA, Comunicação, Educação e Informação em Gênero, e uma nos Estados Unidos, WEDO, Organização das Mulheres para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; precursora da Rede de Mulheres no Rádio; idealizadora do Programa de Fortalecimento das lideranças femininas no âmbito da Agenda 21; implementou banco de dados de melhores práticas de desenvolvimento sustentável no Brasil, apresentado pelo Governo brasileiro na sessão especial da ONU para a Rio+5; participante do Comitê Executivo da Comissão sobre Globalização e representante das mulheres no Fórum da Agenda 21, do Município do Rio de Janeiro.
31/10/2001	BPW Brasil – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil	10) Wilma Resende Araujo Santos	Fundadora e Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Porto Alegre; membro do Conselho Diretor da Federação do Brasil e Coordenadora do Comitê Internacional Business Trade and Technology, da IFBPW; Vice-Presidente e Fundadora do Centro Ana Terra; Membro do Conselho Superior da Fundação Cultural Elyseu Paglioli, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; atual Diretora-Executiva da Associação Junior Achievement do Rio Grande do Sul.
31/10/2001	BPW Brasil – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil	11) Maria Cecília de Leão Rosenmann	Proprietária e Diretora da Monjolinho Agro-Pastoril e da Xingu Administração e Participações; Sócia-Conselheira da Leão Jr. S/A – Mate Leão; Vice-Presidente Conselheira da UNIART – Universidade Livre do Artesanato, que congrega 12.500 artesãos do Paraná e comercializa os seus produtos; Conselheira Fiscal da ADVB, Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, e Conselheira da FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná; Presidente da Associação Alírio Pfiffer de Apoio ao Serviço de Transplante de Medula Óssea.
31/10/2001	BPW Brasil – Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil	12) Elza Pereira Correia Müller	Vereadora na Câmara Municipal de Londrina, militante em movimentos culturais e políticos; Fundadora do Comitê Permanente em Defesa da Vida e da Cidadania; Fundadora do Complexo de Atendimento Multidisciplinar à Mulher em Situação de Violência; Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, de 1995 a 2000; Presidente do Instituto para a Promoção da Cidadania pela Ótica de Gênero; Presidente da Comissão Especial de Investigação da Merenda Escolar em 2000.

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
09/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RS 	<p>13) <u>Maria Berenice Dias</u></p> <p>(PREMIADA)</p>	<p>Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Professora da Escola Superior da Magistratura; Acadêmica e Conselheira Fiscal da Academia Literária Feminina; criadora do <i>Jornal Mulher</i>, órgão oficial da ABMCJ-RS; lançadora do JusMulher – serviço de assessoria jurídica e psicológica – e da ONG JusMulher.</p>
21/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul 		
13/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURRS Presidente do Instituto Sul-riograndense Interdisciplinar de Direito de Família Instituto de Prevenção do Câncer de Colo de Útero 		
19/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul 		
22/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 		
22/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 		
26/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Paranaense 28 de junho 		
27/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 		
30/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família 		
27/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre 		
20/11/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidenta Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica Presidente da Cruz Vermelha Brasileira 		
09/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do DF 		
10/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Secretário-Geral da CNBB 		
12/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Líder do PDT, Sebastião Rocha 		
14/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente do Superior Tribunal de Justiça 		
17/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Ministra do Tribunal Superior do Trabalho 		
19/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos 		
20/12/2001	<ul style="list-style-type: none"> Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios 		

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
04/12/2001	Organização Maria Otília Neix	15) Darcy da Silva Vera	Jornalista, radialista e Vereadora na Câmara Municipal de Ribeirão Preto; fundadora da Organização Maria Otília Neix, que funciona com a Central de Atendimento à Mulher, prestando serviços gratuitos de atendimento jurídico, psicológico e social, além de cursos artesanais e profissionalizantes, e a Casa Abrigo Maria Otília Neix, criada para acolher mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica.
22/10/2001	Secretário Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo	16) Luiza Erundina PREMIADA	Assistente Social e fundadora do Partido dos Trabalhadores; eleita Vereadora pelo PT, em 1982; Deputada Estadual pelo PT em 1986; Prefeita de São Paulo em 1988.
	Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil	17) Maria Isabel Lopes PREMIADA	Pedagoga; coordenadora do Sistema FIEC, Federação das Indústrias do Estado do Ceará; Presidente da FUNCI, Fundação da Criança da Cidade; Membro da Coordenação-Geral do Pacto de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; exerceu a Presidência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
07/01/2002	Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santiago – RS	18) Elci Pompeu Barcelos	Fundadora da Associação Profissional dos Empregados no Comércio de Santiago/RS; Juíza Classista dos Empregados de 1989 a 1995; Presidente do Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santiago/RS.
	Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	19) Heleieth Iara Bongiovani Saffioti PREMIADA	Socióloga, Professora Assistente Doutora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, desenvolvendo pesquisa em Relações de Gênero, com inúmeras publicações e palestras sobre o assunto.
13/11/2001	Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores	20) Edna Maria Santos Roland	Psicóloga, Coordenadora da ONG "Fala Preta", que presta apoio a mulheres negras; atuou como Relatora-Geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban e em Genebra, em 2001; expert contratada pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas para elaboração de trabalho; Co-fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

Histórico de 2002

Em 28.02.2002, realiza-se a **2ª Reunião** (primeira de 2002) do Conselho, que decide que todos os membros do Conselho terão voz no Plenário no dia da solenidade e aprova proposta de almoço para o dia 13/3, às 13h, com os membros do Conselho e as cinco mulheres que serão homenageadas. **(Ata publicada no DSF de 08.03.2002, pg. 01874)**

Em 05.03.2002, realiza-se a **3ª Reunião** (segunda de 2002) do Conselho, quando fica definida a manutenção do previsto na Resolução que cria o Diploma, registradas as indicações dos Conselheiros, submetidas a votos, a serem encaminhadas oficialmente ao Presidente do SF, para receberem o diploma no dia 13/3/2002, em solenidade no Plenário do Senado. Candidatas selecionadas, por ordem alfabética: Heleieth Bongiovani Saffioti; Herilda Balduino de Souza; Luiza Erundina; Maria Berenice Dias e Maria Isabel Lopes. Confirmado almoço de conagração no dia 13/3, às 12h30, no Restaurante dos Senadores. **(Ata publicada no DSF de 13.03.2002, p. 02129)**

Em 13.03.2002, realiza-se a **Sessão Solene de Entrega do Diploma**. O Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, abre a Sessão, informando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente destina-se à entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, convida a Presidente, Senadora Emilia Fernandes, as Senadoras Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves, membros do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e a Srª Solange Bentes Jurema, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para tomarem assento à Mesa e comunica ao Plenário os nomes das cinco indicadas que serão homenageadas. A Senadora Emilia Fernandes ocupa a tribuna para falar a respeito do mérito do Diploma, discorre sobre a vida de Bertha Lutz, sobre as conquistas das mulheres no século passado e, finalmente, anuncia as cinco indicadas para o Diploma. Ao final, pede seja anexada a manifestação da Desembargadora Maria Berenice Dias. Em seguida, a palavra é concedida ao Senador Ademir Andrade, para homenagear a Srª **Heleieth Iara Bongiovani Saffioti**, o qual, após cumprimentar as Senadoras da Casa e as homenageadas, passa a discorrer sobre a trajetória acadêmica da homenageada, a quem, em conclusão, lembra que foi preciso que Bertha Lutz, em 1919, fundasse a "Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher" para que se pudesse

desfrutar a consolidação das conquistas femininas na sociedade brasileira. Convidada pelo Sr. Presidente, a Sr^a Heleieth Saffioti se dirige à Mesa e recebe o seu diploma. Concede, igualmente, a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, para homenagear a Sr^a **Herilda Balduino de Souza**. Este discorre sobre a biografia da homenageada, seu desempenho na defesa às vítimas da sociedade e os projetos que ainda pretende desenvolver. O Presidente convida a homenageada a receber, da Mesa, o seu diploma e passa a palavra à Senadora Marluce Pinto, para apresentar a **Deputada Federal Luiza Erundina de Souza**. A Senadora se manifesta sobre a dificuldade na escolha dos nomes das agraciadas com o Diploma, lembra a preocupação do Senador Nelson Carneiro com os direitos da mulher, a recente nomeação da Ministra Ellen Northfleet para integrar o Supremo Tribunal Federal, e a eleição da escritora Rachel de Queiroz para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Prosseguindo, apresenta a biografia de Luiza Erundina, enaltecendo a sua força e perseverança. O Presidente convida a homenageada a receber o seu Diploma junto à Mesa e confere a palavra ao Senador Ricardo Santos, para homenagear a **Sr^a Maria Berenice Dias**. O Senador Ricardo Santos cumprimenta todas as homenageadas e passa a se pronunciar sobre o currículo da agraciada, ressaltando a legitimidade de sua indicação, considerando as entidades e pessoas que a fizeram. O Sr. Presidente convida a homenageada a receber o seu Diploma da Mesa. A palavra é concedida, por último, à Senadora Maria do Carmo Alves, para homenagear a Sr^a **Maria Isabel Lopes**. A Senadora manifesta-se sobre a biografia da homenageada, ressaltando a importância do seu trabalho junto a crianças e adolescentes e famílias que atuam em lixões e áreas de risco. O Presidente convida a homenageada a receber o seu Diploma junto à Mesa e, na seqüência, pronuncia-se quanto à importância da mulher e do papel que desempenha na sociedade moderna, saúda a iniciativa de criação do Conselho e finaliza, cumprimentando todas as mulheres brasileiras. **(DSF de 14.03.2002, pg. 02137/02148)**

Em 08.10.2002, o Senador Osmar Dias, presidindo a Sessão, comunica que a Mesa do Senado está recebendo, até o dia 1º de novembro, as indicações das candidatas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. **(DSF de 09.10.2002, pg. 18100)**

Em 29.10.2002, a Presidente do Conselho, Senadora Emilia Fernandes, mediante o Ofício nº 527/2002-GSEF, dirigido ao Presidente do Senado Federal, solicita prorrogação do prazo para as indicações ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz até o dia 1º de dezembro.

Em 30.10.2002, o Senador Antonio Carlos Valadares, no exercício da Presidência, comunica ao Plenário que, atendendo à solicitação da Senadora Emilia Fernandes, prorroga para o dia 1º de dezembro próximo o prazo de indicações para o Diploma. **(DSF de 31.10.2002, pg. 18724)**

Em 16.12.2002, é lida, na Sessão de Plenário, a comunicação de renúncia do Senador José Alencar, membro do Conselho, em razão de ter sido eleito para o cargo de Vice-Presidente da República, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003. **(DSF de 17.12.2003, pg. 26139)**

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Mapa de publicação das atas de reuniões e sessão solene atinentes ao Conselho, realizadas na 3ª e 4ª Sessões Legislativas Ordinárias da 51ª Legislatura

Reunião	Assunto	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	Eleição de Presidente e Vice-Presidente, tendo sido eleitos, respectivamente, a Senadora Emilia Fernandes e o Senador José Alencar.	19.12.2001 14h30	190	20.12.2001	32189
2ª	Decidido, por unanimidade, que todos os membros do Conselho terão voz no Plenário no dia da solenidade. Aprovada proposta de almoço para o dia 13/3, às 13h, com os membros do Conselho e as cinco mulheres a serem homenageadas.	28.02.2002 9h30	014	08.03.2002	01874
3ª	Definida a manutenção do previsto na Resolução que cria o Diploma. Registradas as indicações dos Conselheiros, a serem encaminhadas oficialmente ao Presidente do SF, para receberem o diploma no dia 13/3/2002, em solenidade no Plenário do Senado. Candidatas selecionadas, por ordem alfabética: Heleieth Bongiovani Saffioti; Herilda Balduino de Souza; Luiza Erundina; Maria Berenice Dias e Maria Isabel Lopes. Confirmado almoço de conagraçamento no dia 13/3, às 12h30, no Restaurante dos Senadores.	05.03.2002 18h30	017	13.03.2002	02129
	Sessão Solene de Entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz durante a 19ª Sessão Deliberativa Ordinária	13.03.2002 14h30	018	14.03.2002	02137

OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ:

Data	Assunto
06.03.2002	Encaminhando aos Senadores Ademir Andrade, Ricardo Santos, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Carlos Patrocínio, comunicando que serão oradores por ocasião da primeira premiação.
07.03.2002	Comunicando às Sr ^{as} Heleieth Bongiovani Saffioti, Herilda Balduino de Souza, Luiza Erundina, Maria Berenice Dias e Maria Isabel Lopes sua diplomação.
29.10.2002	Solicitando ao Presidente do SF a prorrogação do prazo de inscrição para concorrer ao Diploma até o dia 1º de dezembro do corrente ano.
TOTAL	03

DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ 2ª PREMIAÇÃO

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
08/10/2002	Secretaria Executiva do Comunidade Solidária	1. Maria José da Paz Silva (Preta)	Presidente do Clube das Mães de Sítio do Meio, Belém de Maria – PE; capacitadora em artesanato regional; capacitadora em cursos de preparação de doces; capacitadora em cursos de corte e costura.
08/10/2002	Secretaria Executiva Comunidade Solidária	2. Maria da Conceição Araújo Moreno (Ceixa)	Presidente da Associação de Mães Francisca Ferreira da Costa, que mantém uma confecção, uma escola da informática e um centro de artesanato; gestora do Fórum DLIS; multiplicadora da metodologia do Programa Comunidade Ativa.
08/10/2002	Secretaria Executiva Comunidade Solidária	3. Inês Baptista da Silva Zanol	Professa e pedagoga; elegeu-se Vereadora em Pimenta Bueno em 1992; Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social de Rondônia em 1994; primeira mulher Prefeita de Pimenta Bueno em 1996, reelegendo-se em 2000; participou da criação das Associações de Moradores de onze bairros, incentivou a criação do Clube de Mães do Bairro BNH; foi Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; implantou no município o projeto Moradia e Cidadania em parceria com o Programa Comunidade Ativa e o Ibama.
08/10/2002	Secretaria Executiva Comunidade Solidária	4. Ana Maria Pereira de Melo	Professora do ensino fundamental na Escola Municipal Nossa Senhora do Livramento, em Cajueiro – AL; Coordenadora na Associação de Artesãos e Costureiras de Cajueiro, realizando trabalho com colcha de retalhos no Projeto de Geração de Trabalho e Renda.
08/10/2002	Secretaria Executiva Comunidade Solidária	5. Gedalva Messias de Oliveira	Professora de ensino médio no Curso de Magistério; pós-graduada em Pedagogia; Presidenta estadual da União dos Dirigentes Municipais de Educação/AL; Secretária Municipal de Educação; Coordenadora do Grupo de Idosos da Associação São Francisco de Assis, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e membro do Conselho Municipal de Saúde.
22/10/2002	Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária	6. Maria Cristina Aranha Bruschini	Doutora em Sociologia pela USP, exerce atividade de colaboração em várias fundações de pesquisa estaduais; Coordenadora do programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, possui várias publicações, entre livros, trabalhos, artigos, resumos e capítulos, sobre comportamento e estudos de questões de gênero.

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
22.10.2002	Ministério da Saúde – Secretário de Políticas de Saúde	7. Jaqueline Pitanguy	Socióloga e Cientista Política; desde 1970, desenvolve trabalho na agenda dos “Direitos Humanos das Mulheres”; Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher durante a Constituinte; atualmente dedica-se ao assunto da violência contra a mulher e sua interface com a saúde; compõe a Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual do Ministério da Saúde; Coordenadora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação – CEPIA; integra o Conselho Diretor do Diálogo Inter-Americano do Instituto para a Educação da Unesco; Presidente do Conselho Diretor do Global Fund for Women e integra o Conselho Internacional dos Direitos, presidido pelo Ex-Presidente Jimmy Carter.
11.11.2002	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher		
22/10/2002	Deputada Susana Azevedo – Centro de Defesa à Mulher e Apoio à Cidadania “Bem Quer”	8. Cleonice Souza Santos	Voluntária no Lar Infantil Nossa Senhora Santana, no setor de enfermagem do Hospital Santa Izabel, na Creche Ramatis; Voluntária e Presidente de Honra da Casa de Oração Irmandade Doutrinária Pai Jacob.
22/10/2002	Deputada Susana Azevedo – Centro de Defesa à Mulher e Apoio à Cidadania “Bem Quer”	9. Maria Ruth Wynne Cardoso	Coordenadora do Clube das Mães e usuária do Centro de Reabilitação Motora do Nordeste – Recife/PE; iniciou o trabalho de voluntária no Hospital Cirurgia, na área de Câncer Infantil; integrante do Serviço Assistencial do Centro Espírita Bezerra de Menezes; Presidente de Honra e Diretora da AVOSOS de 1996 a 2001; Presidente de Honra e Diretora da Casa de Apoio à Criança com Câncer “Tia Ruth” /AVOSOS.
31/10/2002	Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais	10. Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem	Presidente do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais – MDC/MG, de 1983 a 2001; Coordenadora Executiva do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais – MDC/MG, de 2001 a 2004; Vereadora eleita à Câmara Municipal de Belo Horizonte de 1997 a 2000; Vereadora reeleita à Câmara Municipal de Belo Horizonte para o quadriênio de 2001/2004; Deputada eleita à Assembléia Legislativa de Minas Gerais para o período 2003/2007.
11/11/2002	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal	11. Mara Régia Di Perina	Jornalista, desenvolveu, nos anos 70, na <i>Rádio Nacional de Brasília</i> , o Programa “Viva Maria”, que culminou com a reivindicação da criação da 1ª Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e do Conselho dos Direitos da Mulher no DF; de 1993 a 2000, na <i>Rádio Nacional da Amazônia</i> , criou o Programa Natureza Viva, pelo qual desenvolveu trabalho de educação ambiental do WWF-Brasil, em parceria com o GTA, além de abordagem das questões de gênero voltadas para a saúde e direitos reprodutivos, cujos desdobramentos a levaram a participar de vários eventos nacionais e internacionais; título de Cidadã Honorária de Brasília, outorgado pela Câmara Distrital do DF, em maio de 2001.
11/11/2002	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher	12. Solange Bentes Jurema	Formada em Direito; Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Secretária de Estado dos Direitos da Mulher; Conselheira da OAB – Seção Alagoas; Membro do Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas; Membro da Coordenação-Geral da 1ª Conferência da Ação da Cidadania contra a Fome, contra a Miséria e pela Vida em Alagoas; Procuradora aposentada do Estado de Alagoas.
13/11/2002	Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS	13. Raimunda Gomes da Silva	Quebradeira de coco babaçu, atualmente Diretora da Secretaria da Mulher Rural Extrativista do CNS-Mulher, tornou-se a porta-voz de 400 mil trabalhadoras rural extrativistas, em defesa do meio ambiente e dos direitos das mulheres; Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores no Estado do Tocantins, de 1988 a 1994; Coordenadora-Geral da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio, de 1992 a 1994; Membro do Fórum da Sociedade Civil da São Miguel.
13/11/2002	Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN	14. Maria Geralda Moraes Pereira	Principal atuação na ONG MOPORV – Movimento Popular de Rio Verde, que produz e distribui medicamentos fitoterápicos e alimentos orgânicos a custos mínimos para a população local, oferece cursos de capacitação e treinamento, negocia a implementação de políticas públicas municipais que promovam a saúde e a cidadania locais.

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
13/11/2002	Comunicarte – Agência de Responsabilidade Social – Population Media Center (PMC)	15. Heloísa Helena Silva Oliveira	Presidente da Fundação Banco do Brasil, instituiu o Banco de Tecnologias Sociais e o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, com o apoio da Unesco; atualmente, estão sob sua coordenação os seguintes programas: AABB Comunidade; Banco de Tecnologias Sociais; BB Educar; Bio-Consciência; Criança e Vida; Diversidade; Escola Campeã, Justiça Itinerante; Memória; Trabalho e Cidadania, todos voltados para o desenvolvimento social e a cidadania principalmente; faz parte do Fórum de Líderes Sociais da Gazeta Mercantil.
13/11/2002	Sociedade Feminina de Instrução e Caridade	16. Irmã Maria Aurieta Duarte Xenofonte	Bacharel em Comunicação Social e Psicologia Social; fundadora e coordenadora do Centro Educacional Profissionalizante do Flau, em Brasília Teimosa, Recife – PE, para a prevenção de droga e educação profissional de adolescentes e jovens; participa da coordenação do Grito dos Excluídos; apresentou trabalhos do Flau em Nápoles, Itália e Alemanha.
19/11/2002	Instituto Direito e Sociedade	17. Fanny Tabak	Socióloga, pesquisadora, escritora e professora universitária aposentada, uma das fundadoras da Federação de Mulheres do Brasil, redatora chefe do jornal <i>Momento Feminino</i> . Como jornalista, colaborou, no <i>Correio da Manhã</i> , para a supressão, no Código Civil, dos dispositivos discriminatórios contra a mulher e pela aprovação do Estatuto da Mulher Casada. Participou da Federação Democrática Internacional de Mulheres, foi fundadora do comitê de pesquisa Sex Roles and Politics, da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) e sua Presidente durante os anos 90; criou, na Puc-Rio, o primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), que trabalhou junto a grupo de mulheres faveladas (Favela do Vidigal), visando ajudá-las a se organizar e assegurar o pleno exercício da democracia; coordenadora do grupo de trabalho especial do Comitê de Pesquisa sobre Sociologia do Direito, da Associação Internacional de Sociologia (ISA), visando à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
25/11/2002	CEVAM – Centro Vergueiro de Atenção à Mulher, Educação, Treinamento e Desenvolvimento de Materiais Educativos em Saúde Reprodutiva	18. Fátima de Oliveira	Médica, Diretora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; integrante da Comissão de Cidadania e Reprodução e da União Brasileira de Mulheres; membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; integrante efetiva do Comitê de Especialistas em Bioética e Biodireito da Universidade de Alfenas (MG); Coordenadora da Rede de Informação sobre Bioética, Biotética e teoria feminista e anti-racista e autora de vários livros.
25/11/2002	CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento	19. Tânia Di Giacomio Lago	Médica com especialização em Medicina Social; Mestre em Pesquisa em População pelo Institute of Population Studies, da Universidade de Exeter, Inglaterra, e doutorada em Demografia pela Unicamp; Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, membro do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; Professora do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; realizou estudos de avaliação de programas de saúde da mulher e estudo da aceitabilidade e efetividade de métodos anticoncepcionais, com trabalhos publicados na área.
25/11/2002	Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	20. Maureen de Almeida Leão Cury	Professora de Língua e Literatura Portuguesa e Inglesa, fundadora do PSDB em São José do Rio Preto, em 1989, foi Vice-Presidente da Executiva local; articulista colaboradora da <i>Folha de S. Paulo</i> , de <i>A Notícia e Diário da Região</i> ; em 2000, foi eleita Vice-Prefeita da Cidade e tem vinculado ao seu gabinete o Orçamento Participativo e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher.
25/11/2002	CEPREV – Centro de Estudo e Prevenção da Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes	21. Joana Leal Garcia	Professora de línguas na Rede Estadual; Vereadora de 1993 a março de 2002; autora da lei que criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, assim como do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher; Coordenadora-Geral da Associação de Mulheres de Ribeirão Preto; atualmente ocupa o cargo de Secretária de Educação no Município de Ribeirão Preto.

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
25/11/2002	Secretaria Nacional de Políticas Para Mulher	22. Elza de Fátima Costa Pereira	Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Presidente do Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri, voltado para crianças em situação de risco.
27/11/2002	Senador Tião Viana	23. Nazaré Gadelha	Advogada, Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese (CDDHD), no Acre, Organização Não-Governamental de Defesa dos Direitos Humanos; Assessora Jurídica da FETACRE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre; Professora da Secretaria de Educação; Assessora Jurídica do Departamento de Apoio aos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – DAPPVTA; Conselheira e Vice-Presidente do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Acre – PROVITA/AC; Coordenadora da Central Estadual da Campanha Contra a Tortura e Toda Forma de Tratamento Cruel, Desumano e Degradante, Central/Acre, instalada na sede do CD-DHD; Coordenadora do Projeto Advoga Criança, Projeto de Defesa Jurídica Social de Crianças e Adolescentes, no CDDHD; Coordenadora do Balcão da Cidadania, projeto de atendimento direto a vítimas de violação de direitos humanos; Conselheira Suplente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselheira Suplente do Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.
28/11/2002	Associação Brasileira Para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher	24. Clara Perelberg Steinberg	Engenheira Civil e Industrial, Vice-Presidente das empresas do Grupo Servenco; Presidente da Servenpla S/A (Rio Design Center) e Servenpla RDB S/A; Presidente do Conselho Deliberativo e fundadora do Banco da Mulher; Benemérita e Vice-Presidente do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro; fundadora do Instituto Rogério Steinberg, destinado a prestar apoio especializado a crianças carentes que se encontram em instituições e favelas; citada no livro “Mulher – Cinco Séculos de Desenvolvimento na América – Capítulo Brasil” e no “Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a Atualidade”.
28/11/2002	Coordenadoria de Promoção à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente.	25. Márcia Rovena de Oliveira	Médica ginecologista, considerada referência técnica em Saúde da Mulher da Coordenadoria de Promoção à Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e da Comissão Perinatal Metropolitana de Belo Horizonte; Consultora do MUSA – Mulher e Saúde, ONG de Belo Horizonte, e filiada individual à Rede Feminista de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Seção de Minas Gerais; participa do grupo que assessora a Igreja Metodista na área de saúde, representando-a em encontros ecumênicos nas questões de mulher, gênero, HIV–Aids, trabalhando os temas de saúde sexual e reprodutiva; coordena grupos e oficinas em saúde integral, saúde sexual e reprodutiva, em associações comunitárias, igrejas, escolas e grupos de convivência.
29/11/2002	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenadoria Estadual da Mulher, órgão ligado ao Gabinete do Governador do Estado do Rio Grande do Sul ▪ Projeto Consciência – Jornal Mulher 	26. Emilia Fernandes	Professora e Senadora, uma das coordenadoras da Bancada Feminina do Congresso Nacional, durante o seu mandato, defendeu os direitos das cidadãs brasileiras, a ampliação de seu acesso ao mercado de trabalho, à educação, especialmente a pública, com qualidade, à cidadania e à participação sociopolítica, combatendo todas as formas de discriminação; autora, entre outros, do Projeto de Lei nº 133, de 1999, que prevê a destinação de 20% dos recursos para financiamentos habitacionais em benefício das mulheres que chefiam as suas famílias, e do Projeto de Lei nº 2.279-A, de 1999, que prevê a criação de um sistema que permita aos cidadãos de qualquer parte do País fazer denúncias de violência contra mulheres por meio de número único de telefone; criadora do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Data de recebimento	Entidade que indica	Indicada	Breve Currículo
29/11/2002	Sindicato dos Trabalhadores Empregados Domésticos de Nova Iguaçu	27. Nair Jane de Castro Lima	Empregada doméstica; Presidente da Associação Profissional das Empregadas Domésticas de 1973 a 1977; participou da criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, integrando a sua diretoria como Terceira Secretária em 1983; eleita, em 1988, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos; Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; participou da IV Conferência Mundial das Mulheres, na China; em 1996, foi candidata a vereadora do Município do Rio de Janeiro; exerce o cargo de Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Nova Iguaçu; participa da Comissão Especial de Violência contra a Mulher.
03/12/2002	ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência	28. Bárbara Musumeci Soares	Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia Social, Doutora em Sociologia; Subsecretária de Segurança da Mulher e Defesa da Cidadania, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro desde abril de 2002; Subsecretária Adjunta da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2000; Presidente da Comissão de Segurança da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, de 1999 a 2000; Membro do Comitê Nacional para a preparação da participação do Brasil em Beijing+5 (1999/2000); Professora Substituta do Instituto de Medicina Social da UERJ, de 1989 a 1990; Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, desde março de 2001; possui vários livros e trabalhos publicados.
	Comunidade Bahá'í do Brasil	29. Sueli Carneiro	Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo – USP e pós-doutoranda em Filosofia da Educação pela mesma Universidade. É uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, onde ocupa os cargos de Coordenadora Executiva e Coordenadora do Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo desde 1988; articulista do jornal <i>Correio Brasileiro</i> e pesquisadora do CNPq; membro do Comitê Sênior do Projeto “Discriminação, Preconceito, Estigma: relações de etnia”, da Faculdade de Educação da USP.
05/12/2002	Fundação Cultural Palmares	30. Maria de Lourdes Siqueira	Bacharel em Pedagogia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Maranhão, com mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, doutorada em Antropologia Social e Etnologia pela EHESS – Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, de Paris, pós-doutorada em Antropologia Social e Etnologia. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia e Diretora de Estudos, Pesquisas e Projetos da Fundação Cultural Palmares/MinC. Atua junto a lideranças e instituições negras, propiciando facilidades à concretização de processos democráticos de acesso à informação, à preservação e à valorização dos conhecimentos tradicionais afro-brasileiros, à promoção de processos de desenvolvimento sustentado, contribuindo para a defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no Brasil.
10/01/2003	Gim Argello – Presidente da Câmara Legislativa do DF	31. Maria Lúcia d'Ávila Pizolante	Jornalista e advogada, formada pela Universidade Gama Filho – RJ, em 1974, eleita Vereadora por São João de Meriti-RJ em 1970, foi a primeira mulher a presidir um Poder Legislativo em 1971. Em 1978, cria o Movimento pelo Estado de Direito, formado inicialmente por advogados, que defende a anistia e a redemocratização do País. Em 1985, é nomeada pelo Presidente José Sarney para integrar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como Conselheira, no qual prepara o anteprojeto sobre a paridade jurídica na Constituinte. Em 1989, funda, na qualidade de Diretora-Presidente, a Editora Persona, responsável pela publicação do jornal <i>Persona Mulher</i> , destinado a narrar o trabalho e a evolução da mulher no contexto mundial, que é enquadrado na Lei Rouanet.

H.22 – GRUPOS PARLAMENTARES ¹

H.22.1) BRASIL-ALEMANHA

O Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha foi criado a partir da Sociedade Brasileira-Alemã, fundada em 7.12.1960 pelo filósofo e político Professor Dr. Hermann Görgen, juntamente com outras personalidades da vida política e diplomática dos dois países. A Ata desse evento foi registrada nos Anais do Congresso Nacional Brasileiro em 19.10.1961. No Brasil, em 30.11.1971, foi constituído o Grupo Parlamentar Teuto-Brasileiro, hoje Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha, que se reuniu em setembro de 1991, outubro de 1994 e março de 1999. O Grupo teve como Presidentes, dentre outras personalidades, o parlamentar Pedro Colin, que o dirigiu por 16 anos; e os Deputados Ulysses Guimarães e Nelson Morro.

A Ata de aprovação dos Estatutos e eleição da primeira Comissão Executiva foi publicada no DCN de 1.7.1972, Seção I, pg. 2376. Seu Regimento foi publicado no DCN de 7.7.1992

Em 23.3.1999, realizou-se reunião para eleição da nova Diretoria (Ata publicada no DSF de 25.6.1999, pg. 17182), que ficou assim constituída:

Presidente	- Deputado Werner Wanderer (PFL/PR)
1º Vice-Presidente	- Senador Fernando Bezerra (PMDB/RN)
2º Vice-Presidente	- Deputado Nilson Pinto (PSDB/PA)
1º Secretário	- Deputado Aroldo Cedraz (PFL/BA)
2º Secretário	- Deputado Hugo Biehl (PPB/SC)

H.22.2) BRASIL-ROMÊNIA

O Grupo foi criado pela Resolução nº 67, de 7.6.1994, da Câmara dos Deputados, por iniciativa do então Deputado Mauro Miranda, publicada no DCN de 23.9.1995, pg. 16477. Sua Ata de Fundação foi publicada no DCN de 23.09.1995, Seção II, pgs. 16476/16477. Em 01.03.2000, realizou-se reunião para eleição da nova Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente	- Senador Moreira Mendes
1º Vice-Presidente	- Deputado Werner Wanderer
2º Vice-Presidente	- Senador Mauro Miranda
Secretário	- Deputado Átila Lins
Tesoureiro	- Deputado Pedro Valadares

H.22.3) BRASIL-MÉXICO

Em 12.4.2000, realizou-se reunião para eleição da Comissão Executiva do Grupo Parlamentar, ano 2000, bem como para discussão e votação do Estatuto (Ata da Assembléia-Geral publicada no DSF de 28.4.2000, pg. 8295). Após a aprovação do Estatuto, o Grupo passou a deliberar a respeito da escolha dos membros da Comissão Executiva, que ficou assim constituída:

Presidente de Honra	- Senador José Sarney
Presidente	- Senador Bello Parga

¹ Embora sejam grupos parlamentares mistos, os registros constantes dos respectivos históricos referem-se apenas às atividades dos Srs. Senadores ao longo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, com alguns registros referentes a Sessões Legislativas anteriores.

1º Vice-Presidente	-	Deputado Marcelo Barbieri
Secretária-Geral	-	Deputada Maria Elvira
1º Secretário	-	Senador Luiz Otávio
Tesoureiro	-	Senador Gerson Camata
Secretário Executivo	-	Sr. João Roberto Pereira de Baère

Demais membros: Senadores Jorge Bornhausen, Edison Lobão e Bernardo Cabral e Deputados Yeda Crusius e José Lourenço

H.22.4) GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-CORÉIA **Presidente: Senadora Emília Fernandes**

Em 20.02.2002, a Senadora **Emília Fernandes** proferiu discurso de abertura do evento “Encontro para Celebrar o Sol do Século 21”, na Capital da Coréia do Norte, Pyong Yang, que teve, entre seus objetivos, comemorar o aniversário de Kim Jong Il, líder máximo desse país, e defendeu o incremento dos “atos negociais e políticos” entre o Brasil e as Coréias do Sul e do Norte.

H.22.5) GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ESPANHA **Presidente: Senador José Agripino**

Em 29.04.2002, compareceu, ao Plenário do Senado Federal, delegação formada de 16 parlamentares espanhóis integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, sob a presidência da Deputada Soledad Becerril Bustamante, Vice-Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, e acompanhados do Embaixador da Espanha no Brasil, Sr. José Godech. Os parlamentares espanhóis estiveram reunidos com seus colegas brasileiros de 28 a 30/4, para debater assuntos de interesse mútuo nas áreas de combate à pobreza, segurança pública, combate ao terrorismo e aplicação de novos investimentos nos setores do turismo e agroindústria. Em Plenário, a comitiva foi saudada pelo Presidente do Grupo Parlamentar, Senador José Agripino, e pelo Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, que fez a entrega solene de publicação sobre a História do Senado e de emblema da Casa à Presidente do Grupo Parlamentar (DSF de 30.4.2002, pg. 6639/6640).

H.22.6) LIGA PARLAMENTAR DE AMIZADE PERUANO-BRASILEIRA

Criada em 20.2.1996 e reativada em 10.4.2002, por decisão do Congresso da República do Peru, conforme Ata de Instalação lida na Sessão do Senado Federal em 19.4.2002

Em 10.04.2002, foi lido em Plenário, e remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, expediente da Ministra-Conselheira Encarregada de Negócios a.i., Ana Maria Alvarado, encaminhando, à Presidência do Senado, a Ata de Instalação da Liga Parlamentar de Amizade Peruano-Brasileira, constituída no dia 10.4.2002, no âmbito do Congresso da República do Peru (período 2001/2002), com o objetivo de reativar a referida entidade, criada em 20 de fevereiro de 1996, a fim de *“estreitar ainda mais as relações entre ambos os países e promover o diálogo, a cooperação e a consulta mútua sobre temas de interesse comum, assim como o intercâmbio permanente de informação e experiências de caráter parlamentar”*.

A Ata de Instalação informa, ainda, que os Congressistas brasileiros interessados em se incorporar à Liga deverão dirigir-se ao Presidente do Comitê Executivo, conforme previsto no “Regulamento dos Grupos e Ligas Parlamentares de Amizade”, aprovado pelo Conselho Diretivo do Congresso da República do Peru, em 6.6.1994. (DSF de 20.4.2002, páginas 5467/5472).

H.22.7) PARLAMENTO AMAZÔNICO

H.22.8) PARLAMENTO LATINO-AMERICANO (GRUPO BRASILEIRO)

O Parlamento Latino-Americano foi fundado em Lima, Peru, em 10 de dezembro de 1964, por iniciativa de parlamentares de países da região, dentre eles, os Senadores Nelson Carneiro, do Brasil, e Andrés Townsend, do Peru. Seu Tratado de Institucionalização foi assinado também em Lima, em 16.11.1987, por 18 países da América Latina, incluindo o Brasil. Hoje são 22 países participantes. O texto do Tratado foi aprovado no Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 21.3.1988.

O Parlamento tem sua sede em São Paulo, inaugurada em julho de 1993. Participam do Parlamento os Congressos ou Assembléias Legislativas nacionais dos Estados-Membros democraticamente constituídos, representados por delegações pluralmente constituídas. São órgãos do Parlamento a Assembléia (seu órgão supremo), a Junta Diretora, as Comissões Permanentes e a Secretaria-Geral. Representam o Brasil na Junta Diretora a Deputada Laura Carneiro e o Deputado Ney Lopes. Participam das Comissões Permanentes os seguintes Parlamentares: Senador Artur da Távola, como Presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia; Deputado Carlos Mosconi, como Vice-Presidente da Comissão de Saúde; Deputado Almino Affonso, como Presidente da Comissão de Assuntos Trabalhistas e Previdenciários; e o Senador Roberto Freire, como membro da Comissão de Dívida Social.

O Parlamento Latino-Americano tem como meta central a constituição da Comunidade Latino-Americana de Nações (CLAN). Desde 1974, já realizou 13 Conferências Interparlamentares, sendo que a última foi em Caracas, em maio de 1997. É membro da União Interparlamentar e observador da Organização das Nações Unidas e da UNCTAD – Comissão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.

Presidente do Parlamento Latino-Americano: Deputado Juan Adolfo Singer
Comissão Diretora do Grupo Brasileiro:

Presidente	-	Deputada Laura Carneiro
1º Vice-Presidente	-	Deputado Bonifácio de Andrada
2º Vice-Presidente	-	Deputado Paulo Delgado
3º Vice-Presidente	-	Senador Carlos Wilson
1º Secretário	-	Senador Hugo Napoleão
2º Secretário	-	Deputada Yeda Crusius
1º Tesoureiro	-	Senador José Fogaça
2º Tesoureiro	-	Senadora Emília Fernandes

Em 18.02.2002, a Presidência do Senado anunciou, em Plenário, o recebimento do Ofício S/3, de 2002, de 18.12.2001, do Parlamento Latino-Americano, encaminhando cópia das Atas da Reunião da Junta Diretiva e da VI Assembléia Extraordinária do Parlamento Latino-Americano, realizadas nos dias 29 e 30 de novembro de 2001, em São Paulo (DSF de 19.2.2002, p. 00034).

H.22.9) UNIÃO INTERPARLAMENTAR (GRUPO BRASILEIRO)

A União Parlamentar foi fundada em 1889, por iniciativa de Sir William Randal Cremer, da Inglaterra, e de Frédéric Bassy, da França, que realizaram sua primeira Conferência Interparlamentar em Paris, com a presença de nove países. Hoje ela está sediada em Genebra e conta com 138 países-membros.

O Grupo Brasileiro foi fundado em 25 de outubro de 1954 e reconhecido como Serviço de Cooperação Interparlamentar, no Senado Federal, pela Resolução nº 9, de 6 de junho de 1955 (publicada no

DCN de 7/6/55); e na Câmara dos Deputados, pela Resolução nº 28, de 22 de junho de 1955 (publicada no DCN de 7/6/55).

O Grupo realizou sua última sessão plenária em 2 de fevereiro de 1999, quando elegeu sua Comissão Deliberativa para o período 1999/2002 (Ata publicada no DSF de 24.2.99, pg. 3515), que, por sua vez, elegeu sua Comissão Diretora para o biênio 1999/2000 (Ata publicada no DSF de 24.2.99, pg. 3516), que ficou assim constituída:

Presidente	-	Deputado Leur Lomanto
1º Vice-Presidente	-	Senador José Jorge
2º Vice-Presidente		Senador Geraldo Melo
Secretário	-	Deputado Jaques Wagner
Tesoureiro	-	Senador Carlos Wilson
Conselho Interparlamentar	-	Deputados Aécio Neves e Henrique Eduardo Alves

H.22.10) GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-TAIWAN

Presidente: Senador Ney Suassuna

Em 10.05.2002, o Senador Ney Suassuna anuncia, em Plenário, que em 7 de maio, na condição de Presidente do Grupo Parlamentar, encaminhou correspondência ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, manifestando apoio à admissão de Taiwan na Organização Mundial de Saúde, como País Observador, bem como à sua participação na Assembléia Mundial de Saúde, a realizar-se nos dias 13/18 de maio, em Genebra, Suíça. Assinam também a correspondência os Senadores Álvaro Dias – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Freitas Neto – Gilberto Mestrinho – Benício Sampaio – Íris Rezende – José Agripino – José Fogaça – José Jorge – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Ricardo Santos – Luiz Otávio – Reginaldo Duarte – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Mauro Miranda – Osmar Dias – José Serra – Romero Jucá – Romeu Tuma e Wellington Roberto.

H.23 – PROPOSIÇÕES SANCIONADAS/PROMULGADAS DE 1985 A 2002

Ano	Projetos de Lei de iniciativa do			MPs aprovadas ou convertidas	Total	PECs
	Presidente da República	Poder Legislativo	Poder Judiciário			
1985	71	64	12	-	147	-
1986	75	40	7	-	122	-
1987	48	8	6	-	62	-
1988	40	16	1	-	57	-
1989	33	35	32	28	128	-
1990	30	21	5	34	90	-
1991	71	19	27	13	130	-
1992	37	22	34	5	98	2
1993	72	38	11	10	131	2
1994	32	44	8	30	114	6
1995	39	61	10	40	150	5
1996	39	35	3	14	91	6
1997	30	25	1	31	87	2
1998	32	27	10	33	102	3

Ano	Projetos de Lei de iniciativa:						MPs aprovadas ou convertidas	Total	PECs		
	Do Pres. da República	do Poder Legislativo		Do MPU	Do Poder Judiciário	Do TCU			SF	CD	Pres. da República
		SF	CD								
1999	20	4	27	-	2	-	34	87	2	-	2
2000	33	10	16	3	3	-	18	83	4	2	1

¹ Ministério Público da União.

Ano	Projetos de Lei de iniciativa:						MPs aprovadas ou convertidas	Total	PECs		
	Do Pres. da República	do Poder Legislativo		Do 1 ^o MPU	Do Poder Judiciário	Do TCU			SF	CD	Pres. da República
		SF	CD								
2001	32	11	42	1	2	1	50	139	2	1	1
2002	35	12	38	2	5 ²	-	55	147	1	1	2

OBS.: O levantamento feito até 2002, não considerou as leis oriundas de Projetos de Lei do Congresso Nacional (PLN), que tratam de créditos adicionais.

² 1 (uma) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

**III - O CONGRESSO NACIONAL EM REUNIÃO
CONJUNTA DE SUAS CASAS, NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

A - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 18 sessões conjuntas, sendo 12 para tratar de matéria legislativa e 6 solenes.

As sessões solenes foram as seguintes:

Data	Finalidade
15-2-2002	Destinada à instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. (realizada no Plenário do Senado Federal)
6-3-2002	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. (realizada no Plenário da Câmara dos Deputados)
15-5-2002	Destinada a comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. (realizada no Plenário do Senado Federal)
28-5-2002	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 36, de 2002, que <i>“Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nas condições que especifica”</i> (oriunda da PEC nº 5, de 2002, no Senado Federal e nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados) (realizada no Plenário da Câmara dos Deputados)
12-6-2002	Destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nº 37, de 2002, que <i>“Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e o art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”</i> (precatórios, ISS, fundo composto por recursos oriundos de desestatização e CPMF), (oriunda da PEC nº 18, de 2002, no Senado Federal e nº 407 de 2001, na Câmara dos Deputados) e nº 38, de 2002, que <i>“Acrescenta o art. 84 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os Policiais Militares do extinto Território Federal de Rondônia aos Quadros da União”</i> (oriunda da PEC nº 19, de 2002, no Senado Federal e nº 289, de 2000, na Câmara dos Deputados) (realizada no Plenário do Senado Federal)
12-9-2002	Destinada a comemorar o centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. (realizada no Plenário do Senado Federal)

B - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

SENADORES	Presidência	Secretaria
Antonio Carlos Valadares	2	-
Carlos Wilson	-	1
Emilia Fernandes	1	-
Francelino Pereira	1	-
Gilberto Mestrinho	1	-
Juvêncio da Fonseca	-	2
Mozarildo Cavalcanti	2	1
Nabor Júnior	1	-
Ramez Tebet	14	-
Romeu Tuma	-	2
Valmir Amaral	-	1

DEPUTADOS	Presidência	Secretaria
Aécio Neves	1	-
Efraim Morais	7	-
Gilmar Machado	-	1
Iara Bernardi	1	-
Moroni Torgan	-	1
Nair Xavier Lobo	1	-
Paulo Octávio	-	1
Paulo Rocha	2	-
Saulo Pedrosa	-	1
Severino Cavalcanti	-	1

C - MATÉRIA LEGISLATIVA

1 - Projetos de Lei (PLN)

a) Da Sessão Legislativa anterior

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
43/2001-CN	643/2001-CN (nº 1.123/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 108.627.877,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
45/2001-CN	645/2001-CN (nº 1.125/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 189.782.235,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
54/2001-CN	654/2001-CN (nº 1.134/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, crédito especial no valor de R\$ 600.830,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
56/2001-CN	656/2001-CN (nº 1.136/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito especial no valor de R\$ 439.519.186,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
57/2001-CN	657/2001-CN (nº 1.137/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
58/2001-CN	658/2001-CN (nº 1.138/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 9.984.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
67/2001-CN	667/2001-CN (nº 1.147/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 114.391.472,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
73/2001-CN	683/2001-CN (nº 1.156/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 11.152.089,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
43/2001-CN	643/2001-CN (nº 1.123/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 108.627.877,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
76/2001-CN	689/2001-CN (nº 1.163/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.868.890.880,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 1.720.047.398,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
77/2001-CN	690/2001-CN (nº 1.164/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 675.193.444,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
82/2001-CN	696/2001-CN (nº 1.177/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 103.592.318,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
84/2001-CN	698/2001-CN (nº 1.179/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 24.000.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
86/2001-CN	700/2001-CN (nº 1.185/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor global de R\$ 130.704.280,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
88/2001-CN	702/2001-CN (nº 1.189/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 101.518.600,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
92/2001-CN	706/2001-CN (nº 1.196/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito especial no valor de R\$ 8.000.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
93/2001-CN	707/2001-CN (nº 1.180/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, crédito suplementar no valor de R\$ 1.800.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
43/2001-CN	643/2001-CN (nº 1.123/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 108.627.877,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
97/2001-CN	711/2001-CN (nº 1.194/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 39.146.439,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
98/2001-CN	712/2001-CN (nº 1.195/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 158.659.139,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
106/2001-CN	720/2001-CN (nº 1.220/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 108.706.278,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
107/2001-CN	721/2001-CN (nº 1.221/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 7.809.200,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
108/2001-CN	722/2001-CN (nº 1.223/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
109/2001-CN	723/2001-CN (nº 1.224/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 11.000.000,00, para os fins que especifica.	Lida e deferida na sessão conjunta de 15-2-2002, a Mensagem nº 16, de 2002-CN (nº 1.452/2001, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do projeto. Ao Arquivo.
112/2001-CN	726/2001-CN (nº 1.227/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 11.440.932,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
43/2001-CN	643/2001-CN (nº 1.123/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 108.627.877,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
113/2001-CN	727/2001-CN (nº 1.181/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
118/2001-CN	732/2001-CN (nº 1.204/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 819.960.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
119/2001-CN	733/2001-CN (nº 1.206/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 60.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
121/2001-CN	735/2001-CN (nº 1.208/2001, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 6.900.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
123/2001-CN	737/2001-CN (nº 1.218/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 63.426.504,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
124/2001-CN	738/2001-CN (nº 1.222/2001, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 5.520.000,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo
125/2001-CN	739/2001-CN (nº 1.228/2001, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2001, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$ 89.312.320,00, para os fins que especifica.	A Presidência declara a prejudicialidade do projeto na sessão conjunta de 15-2-2002 Ao Arquivo

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/2002-CN	44/2002-CN (nº 148/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de R\$ 26.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	Parecer nº 1/2002-CN (DSF 22-3-2002) Relator: Dep. João Coser. Transformado na Lei nº 10.418, de 9-4-2002 (DOU 10-4-2002)
2/2002-CN	45/2002-CN (nº 149/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 6.700.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 15/2002-CN (DCN 26-4-2002) Relator: Dep. Jorge Bittar. Transformado na Lei nº 10.441, de 6-5-2002 (DOU 7-5-2002)
3/2002-CN	46/2002-CN (nº 150/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 104.567.230,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 16/2002-CN (DCN 26-4-2002) Relator: Sen. Paulo Hartung. Transformado na Lei nº 10.452, de 10-5-2002 (DOU 13-5-2002)
4/2002-CN	48/2002-CN (nº 175/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 360.000.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 19/2002-CN (DSF 16-5-2002) Relator: Sen. Gilberto Mestrinho. Transformado na Lei nº 10.491, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
5/2002-CN	49/2002-CN (nº 176/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 223.590.266,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 5/2002-CN (DSF 19-4-2002) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 10.442, de 6-5-2002 (DOU 7-5-2002)
6/2002-CN	54/2002-CN (nº 197/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, crédito especial no valor de R\$ 1.700.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 36/2002-CN (DSF 13-6-2002) Relator: Dep. João Almeida. Transformado na Lei nº 10.492, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
7/2002-CN	55/2002-CN (nº 213/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. BOVESA, crédito suplementar no valor de R\$ 6.610.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 17/2002-CN (DCN 26-4-2002) Relator: Sen. Romero Jucá. Transformado na Lei nº 10.443, de 6-5-2002 (DOU 7-5-2002)
8/2002-CN	57/2002-CN (nº 237/2002, na origem)	Abre crédito especial, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional no valor global de R\$ 124.210.542,00, para os fins que especifica.	Lida e deferida na sessão do Senado Federal de 9-5-2002, a Mensagem nº 69, de 2002-CN (nº 345/2002, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retirada do projeto. Ao Arquivo.
9/2002-CN	58/2002-CN (nº 263/2002, na origem)	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.	Parecer nº 47/2002-CN (DSF-Suplemento 28-6-2002) Parecer nº 75/2002-CN (Redação Final) Relator: Sen. João Alberto Souza. Transformado na Lei nº 10.524, de 25-7-2002 (DOU 26-7-2002 – Ret. no DOU 9-10-2002)
10/2002-CN	70/2002-CN (nº 356/2002, na origem)	Altera o Quadro VI da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.	Parecer nº 49/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 10.511, de 11-7-2002 (DOU 12-7-2002)
11/2002-CN	75/2002-CN (nº 391/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 20.571.084,00, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 45/2002-CN (DSF 13-6-2002) Relator: Sen. Mozarildo Cavalcanti. Transformado na Lei nº 10.512, de 11-7-2002 (DOU 12-7-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
12/2002-CN	76/2002-CN (nº 392/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 3.474.618,00, em favor do Tribunal de Contas da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, para os fins que especifica.	Parecer nº 37/2002-CN (DSF 13-6-2002) Relator: Sen. Ronaldo Cunha Lima. Transformado na Lei nº 10.493, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
13/2002-CN	81/2002-CN (nº 427/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas, crédito suplementar no valor total de R\$ 4.125.562,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 55/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Jorge Bittar. Transformado na Lei nº 10.513, de 11-7-2002 (DOU 12-7-2002)
14/2002-CN	82/2002-CN (nº 428/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas, crédito especial no valor total de R\$ 4.094.656,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. João Grandão. Transformado na Lei nº 10.494, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
15/2002-CN	83/2002-CN (nº 434/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 358.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Parecer nº 50/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Felix Mendonça. Transformado na Lei nº 10.495, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
16/2002-CN	84/2002-CN (nº 435/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 3.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 51/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. João Magno. Transformado na Lei nº 10.496, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
17/2002-CN	85/2002-CN (nº 436/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 49.097.875,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 52/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 10.509, de 10-7-2002 (DOU 11-7-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
18/2002-CN	86/2002-CN (nº 437/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 14.248.332,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 56/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. João Grandão. Transformado na Lei nº 10.488, de 5-7-2002 (DOU 5-7-2002)
19/2002-CN	88/2002-CN (nº 449/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 13.340.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 53/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Alberto Goldman. Transformado na Lei nº 10.497, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
20/2002-CN	89/2002-CN (nº 450/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 49.792.934,00, em favor da Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Presidência da República, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 54/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves. Transformado na Lei nº 10.514, de 11-7-2002 (DOU 12-7-2002)
21/2002-CN	90/2002-CN (nº 451/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 51.199.340,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.498, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
22/2002-CN	91/2002-CN (nº 452/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor global de R\$ 193.198.171,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 57/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.510, de 10-7-2002 (DOU 11-7-2002)
23/2002-CN	92/2002-CN (nº 453/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 394.691.635,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 58/2002-CN (DSF 28-6-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury. Transformado na Lei nº 10.489, de 5-7-2002 (DOU 5-7-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
24/2002-CN	93/2002-CN (nº 458/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor global de R\$ 155.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer nº 71/2002-CN (DSF 29-6-2002) Relator: Sen. Ronaldo Cunha Lima. Transformado na Lei nº 10.499, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
25/2002-CN	94/2002-CN (nº 462/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Superior Tribunal de Justiça e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 6.439.737,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Sen. Tião Viana. Transformado na Lei nº 10.500, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
26/2002-CN	95/2002-CN (nº 463/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 820.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
27/2002-CN	96/2002-CN (nº 464/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 269.223.359,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.490, de 5-7-2002 (DOU 5-7-2002)
28/2002-CN	100/2002-CN (nº 494/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R\$ 166.097.000,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Darcísio Perondi. Transformado na Lei nº 10.501, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
29/2002-CN	102/2002-CN (nº 502/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 45.745.500,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.502, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
30/2002-CN	103/2002-CN (nº 505/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor do Banco da Amazônia S. A., crédito especial no valor de R\$ 3.824.838,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.518, de 12-7-2002 (DOU 15-7-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
31/2002-CN	116/2002-CN (nº 513/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor do Banco da Amazônia S. A., crédito suplementar no valor de R\$ 11.279.608,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Cláudio Cajado. Transformado na Lei nº 10.503, de 8-7-2002 (DOU 9-7-2002)
32/2002-CN	126/2002-CN (nº 551/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$ 2.080.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 77/2002-CN (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz. Transformado na Lei nº 10.543, de 12-11-2002 (DOU 13-11-2002)
33/2002-CN	130/2002-CN (nº 562/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 1.044.691.357,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
34/2002-CN	131/2002-CN (nº 563/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.606.057.783,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 10.529, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
35/2002-CN	137/2002-CN (nº 602/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 425.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-11-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury. Transformado na Lei nº 10.563, de 18-11-2002 (DOU 19-11-2002)
36/2002-CN	140/2002-CN (nº 624/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$ 467.434,00, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 78/2002-CN (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota. Transformado na Lei nº 10.544, de 12-11-2002 (DOU 13-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
37/2002-CN	152/2002-CN (nº 680/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Contas da União, dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 546.661.876,00, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 10.527, de 8-8-2002 (DOU 9-8-2002)
38/2002-CN	153/2002-CN (nº 683/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 9.664.614,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz. Transformado na Lei nº 10.530, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
39/2002-CN	154/2002-CN (nº 684/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.210.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Em tramitação
40/2002-CN	155/2002-CN (nº 685/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 110.187.191,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 79/2002-CN (DCN 7-12-2002) Relator: Sen. Romero Jucá. Transformado na Lei nº 10.545, de 12-11-2002 (DOU 13-11-2002)
41/2002-CN	156/2002-CN (nº 686/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 77.217.464,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale. Transformado na Lei nº 10.531, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
42/2002-CN	157/2002-CN (nº 687/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 79.276.270,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Professor Luizinho. Transformado na Lei nº 10.532, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
43/2002-CN	158/2002-CN (nº 689/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Sen. Jonas Pinheiro. Transformado na Lei nº 10.538, de 27-8-2002 (DOU 28-8-2002)
44/2002-CN	159/2002-CN (nº 690/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 54.573,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 108/2002-CN (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. João Almeida. Transformado na Lei nº 10.571, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
45/2002-CN	160/2002-CN (nº 691/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 209.280.539,00 para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Santos Filho. Transformado na Lei nº 10.534, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
46/2002-CN	161/2002-CN (nº 692/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 48.000.000,00 para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Professor Luizinho. Transformado na Lei nº 10.535, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
47/2002-CN	162/2002-CN (nº 694/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Dr. Rosinha. Transformado na Lei nº 10.533, de 12-8-2002 (DOU 13-8-2002)
48/2002-CN	163/2002-CN (nº 695/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 10.011.885,00, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 14-11-2002) Relator: Dep. Ricardo Barros. Transformado na Lei nº 10.564, de 18-11-2002 (DOU 19-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
49/2002-CN	164/2002-CN (nº 696/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 50.000.000,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer Oral (DCN 8-8-2002) Relator: Dep. Sérgio Miranda. Transformado na Lei nº 10.528, de 8-8-2002 (DOU 9-8-2002)
50/2002-CN	166/2002-CN (nº 705/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 8.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 111/2002-CN (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Aníbal Gomes. Transformado na Lei nº 10.578, de 27-11-2002 (DOU 28-11-2002)
51/2002-CN	167/2002-CN (nº 704/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 5.600.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.	Parecer nº 80/2002-CN (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Aníbal Gomes. Transformado na Lei nº 10.546, de 12-11-2002 (DOU 13-11-2002)
52/2002-CN	168/2002-CN (nº 706/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 15.030.387,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	Em tramitação
53/2002-CN	169/2002-CN (nº 718/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 677.683.990,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 110/2002-CN (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury. Transformado na Lei nº 10.572, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
54/2002-CN	171/2002-CN (nº 721/2002, na origem)	Altera programas do Plano Plurianual para o período 2000 – 2003.	Parecer nº 130/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Pedro Henry Transformado na Lei nº 10.598, de 11-12-2002 (DOU 12-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
55/2002-CN	178/2002-CN (nº 749/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 339.606.483,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
56/2002-CN	179/2002-CN (nº 750/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor da Caixa Econômica Federal, crédito especial no valor total de R\$ 1.420.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 109/2002-CN (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Pedro Fernandes. Transformado na Lei nº 10.573, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
57/2002-CN	180/2002-CN (nº 751/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 117.570.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
58/2002-CN	181/2002-CN (nº 752/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 39.766,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 114/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes. Transformado na Lei nº 10.581, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
59/2002-CN	182/2002-CN (nº 753/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-11-2002) Relator: Sen. Eduardo Suplicy. Transformado na Lei nº 10.565, de 18-11-2002 (DOU 19-11-2002)
60/2002-CN	190/2002-CN (nº 764/2002, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2003.	Em tramitação
61/2002-CN	194/2002-CN (nº 783/2002, na origem)	Altera ações dos programas Nosso Bairro, Morar Melhor e Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano constantes do Plano Plurianual para o período 2000 – 2003.	Parecer nº 81/2002-CN (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. João Ribeiro. Transformado na Lei nº 10.547, de 12-11-2002 (DOU 13-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
62/2002-CN	203/2002-CN (nº 834/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 12.000.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.	Parecer nº 131/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Olavo Calheiros Transformado na Lei nº 10.582 de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
63/2002-CN	204/2002-CN (nº 847/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 2.264.739,00, em favor da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, para os fins que especifica.	Parecer nº 115/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Sen. Ronaldo Cunha Lima Transformado na Lei nº 10.583 de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
64/2002-CN	205/2002-CN (nº 848/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 45.906.851,00, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Parecer nº 117/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. João Almeida Transformado na Lei nº 10.601, de 12-12-2002 (DOU 13-12-2002)
65/2002-CN	226/2002-CN (nº 889/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 78.961.301,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer Oral (DCN 14-11-2002) Relator: Dep. Félix Mendonça Transformado na Lei nº 10.566, de 18-11-2002 (DOU 19-11-2002)
66/2002-CN	227/2002-CN (nº 890/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 4.186.514,00, em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Em tramitação
67/2002-CN	228/2002-CN (nº 891/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 75.801.806,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 116/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. José Carlos Elias Transformado na Lei nº 10.584 de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
68/2002-CN	232/2002-CN (nº 902/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00, para os fins que especifica.	Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
69/2002-CN	238/2002-CN (nº 911/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 8.748.277,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 14-11-2002) Relator: Dep. José Rocha Transformado na Lei nº 10.567, de 18-11-2002 (DOU 19-11-2002)
70/2002-CN	239/2002-CN (nº 912/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 2.367.078.669,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
71/2002-CN	240/2002-CN (nº 913/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
72/2002-CN	241/2002-CN (nº 914/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 11.236.692,00, em favor do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 118/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Transformado na Lei nº 10.585, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
73/2002-CN	242/2002-CN (nº 915/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
74/2002-CN	243/2002-CN (nº 916/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério das Comunicações, no valor global de R\$ 68.123.121,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	Parecer nº 119/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. José Chaves Transformado na Lei nº 10.586, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
75/2002-CN	244/2002-CN (nº 917/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 5.200.000,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 120/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes Transformado na Lei nº 10.587, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
76/2002-CN	246/2002-CN (nº 929/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 416.466.087,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas, no valor global de R\$ 767.330.212,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
77/2002-CN	247/2002-CN (nº 930/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 78.540.619,00, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
78/2002-CN	248/2002-CN (nº 931/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 74.400.000,00, em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.	Em tramitação
79/2002-CN	249/2002-CN (nº 932/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 3.100.000,00, para o fim que especifica.	Parecer Oral (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz. Transformado na Lei nº 10.574, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
80/2002-CN	250/2002-CN (nº 933/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 169.667.597,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer Oral (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio. Transformado na Lei nº 10.575, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
81/2002-CN	251/2002-CN (nº 934/2002, na origem)	Abre crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 707.342.273,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer Oral (DCN 21-11-2002) Parecer nº 113/2002-CN (Redação Final) (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. João Almeida. Transformado na Lei nº 10.579, de 28-11-2002 (DOU 29-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
82/2002-CN	252/2002-CN (nº 935/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$ 28.205.505,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
83/2002-CN	253/2002-CN (nº 936/2002, na origem)	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, no valor de R\$ 193.900.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 132/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Sen. Jonas Pinheiro Transformado na Lei nº 10.588, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
84/2002-CN	254/2002-CN (nº 937/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 421.406.564,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
85/2002-CN	255/2002-CN (nº 938/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$ 43.762.093,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 122/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes Transformado na Lei nº 10.594, de 9-12-2002 (DOU 11-12-2002)
86/2002-CN	256/2002-CN (nº 939/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 6.294.845,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
87/2002-CN	257/2002-CN (nº 940/2002, na origem)	Abre crédito especial ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.875.000,00, para o fim que especifica.	Parecer nº 123/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Dep. Anivaldo Vale Transformado na Lei nº 10.589, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
88/2002-CN	258/2002-CN (nº 941/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 240.988,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 124/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes Transformado na Lei nº 10.590, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
89/2002-CN	259/2002-CN (nº 942/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 97.825.663,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
90/2002-CN	260/2002-CN (nº 943/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 197.811.440,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 125/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Félix Mendonça Transformado na Lei nº 10.591, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
91/2002-CN	261/2002-CN (nº 944/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 4.459.032.102,00 em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
92/2002-CN	262/2002-CN (nº 945/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 93.234.000,00, em favor da Justiça Federal para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
93/2002-CN	263/2002-CN (nº 946/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 250.072.546,00 para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
94/2002-CN	264/2002-CN (nº 947/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 3.201.123.539,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.	Parecer Oral (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. João Coser Transformado na Lei nº 10.541, de 7-11-2002 (DOU 8-11-2002)
95/2002-CN	265/2002-CN (nº 948/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor global de R\$ 120.003.735,00, para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente.	Parecer Oral (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Transformado na Lei nº 10.599, de 11-12-2002 (DOU 12-12-2002)
96/2002-CN	266/2002-CN (nº 949/2002, na origem)	Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 195.335.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação
97/2002-CN	267/2002-CN (nº 950/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor global de R\$ 142.091.424,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer Oral (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes. Transformado na Lei nº 10.576, de 25-11-2002 (DOU 26-11-2002)
98/2002-CN	268/2002-CN (nº 951/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 63.479.999,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. José Priante Transformado na Lei nº 10.600, de 11-12-2002 (DOU 12-12-2002 – retif. no DOU de 31-12-2002)
99/2002-CN	269/2002-CN (nº 952/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 35.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 126/2002-CN (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. João Coser Transformado na Lei nº 10.592, de 4-12-2002 (DOU 5-12-2002)
100/2002-CN	270/2002-CN (nº 953/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 22.232.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	Em tramitação

SÚMULA

Total de Projetos de Lei.....	130
- da sessão legislativa anterior.....	030
- da presente sessão legislativa.....	100
- aprovados e sancionados.....	075
- em tramitação.....	024
- prejudicados.....	029
- retirados através de mensagem presidencial.....	002
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal.....	047
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão, Mista e publicado no Diário do Congresso Nacional.....	030

2 - Projetos de Decreto Legislativo (PDN)

a) Da Sessão Legislativa anterior

Nº	Autor	Ementa	Resultado
5/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5730.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR- 060/GO – Entroncamento BR – 153/GO – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER.	Como conclusão do Parecer nº 25/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 30-8-2001) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 71/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
6/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.784.0237.5749.0005 – Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins-Hidrovia do Capim, da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes.	Como conclusão do Parecer nº 26/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 30-8-2001) Relator: Dep. Anivaldo Vale Decreto Legislativo nº 67/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
7/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5725.0019 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-040/MG – Santos Dumont – Ressaquinha – Belo Horizonte – Sete Lagoas, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER.	Como conclusão do Parecer nº 27/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 30-8-2001) Relator: Dep. Marcio Reinaldo Moreira Decreto Legislativo nº 70/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
8/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5710.0013 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-235/TO – Divisa TO/MA – Divisa TO/PA, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER.	Como conclusão do Parecer nº 29/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 5-9-2001) Relator: Sen. Eduardo Siqueira Campos Decreto Legislativo nº 74/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
9/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0230.5704.0024 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste – BR-482/MG – Conselheiro Lafaiete (BR 040) – Piranga – Fervedouro, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER.	Como conclusão do Parecer nº 30/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 7-9-2001) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira Decreto Legislativo nº 69/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
10/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 18.544.0515.1851.0123 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, constante do Quadro V da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, nas condições que especifica.	Como conclusão do Parecer nº 31/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 7-9-2001) Relator: Sen. José Coelho Decreto Legislativo nº 66/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
11/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 02.122.0567.3756.0001 – Recuperação do Palácio da Justiça do Distrito Federal, no Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 16.101 – Tribunal de Justiça do Distrito Federal.	Como conclusão do Parecer nº 37/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 22-9-2001) Relator: Dep. Pedro Celso Decreto Legislativo nº 76/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
12/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução condicionada de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0229.5703.0006 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco – BR-135/MG – Itacarambi – Manga – Montalvânia, da Unidade Orçamentária 39.201 – DNER.	Como conclusão do Parecer nº 40/2001-CN, da CMPOPF. (DCN 5-10-2001) Relator: Dep. Antônio do Valle Decreto Legislativo nº 72/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)
14/2001-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2001 do subtítulo 26.782.0235.5708.0007 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-226/RN – Currais Novos – Divisa RN/CE, listado no Quadro V anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001.	Como conclusão do Parecer nº 42/2001-CN, da CMPOPF. (DSF 2-11-2001) Relator: Sen. Wellington Roberto Decreto Legislativo nº 73/2002-CN (public. no DOU 25-11-2002)

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife – Caruarú (Condicionado ao Atendimento do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 2/2002-CN, da CMO. (DSF 26-3-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 2/2002-CN (public. no DOU-E 8-4-2002) Na Sessão Conjunta de 25-4-2002, feita Comunicação da Presidência de determinação de retificação do Decreto legislativo nº 2/2002, nos termos do Ofício nº P-054/CMO.
2/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 do subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.	Como conclusão do Parecer nº 3/2002-CN, da CMO. (DSF 26-3-2002) Relator: Sen. Tião Viana Decreto Legislativo nº 3/2002-CN (public. no DOU-E 8-4-2002)
3/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Especifica contratos relativos à dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional, da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A cuja execução fica autorizada.	Como conclusão do Parecer nº 4/2002-CN, da CMO. (DSF 26-3-2002) Relator: Dep. Nário Rodrigues Decreto Legislativo nº 1/2002-CN (public. no DOU-E 8-4-2002)
4/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 02.061.0569.7241.0003 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá no município de Cuiabá (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 12.102 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.	Como conclusão do Parecer nº 6/2002-CN, da CMO. (DSF 20-4-2002) Relator: Dep. Pedro Novais Decreto Legislativo nº 4/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
5/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0231.5743.0003 – Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-381/SP – Divisa MG/SP – Entroncamento BR-116 (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.	Como conclusão do Parecer nº 7/2002-CN, da CMO. (DSF 20-4-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 5/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
6/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do subtítulo 26.782.0238.5715.0002 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira – Norte – BR-364/AC – Em Rio Branco.	Como conclusão do Parecer nº 8/2002-CN, da CMO. (DSF 20-4-2002) Relator: Sen. Gilberto Mestrinho Decreto Legislativo nº 6/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
7/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 18.544.0515.1851.0406 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Balsamo – AL.	Como conclusão do Parecer nº 9/2002-CN, da CMO. (DSF 20-4-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Decreto Legislativo nº 7/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
8/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.783.0232.5769.0103 – Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Sudoeste – No Município de Campo Grande-MS.	Como conclusão do Parecer nº 10/2002-CN, da CMO. (DSF 20-4-2002) Relator: Dep. Milton Monti Decreto Legislativo nº 8/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
9/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo – Dragagem no Porto Vitória – no Estado do Espírito Santo (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.211-CODESA.	Como conclusão do Parecer nº 11/2002-CN, da CMO. (DCN 26-4-2002) Relator: Dep. Almir Sá Decreto Legislativo nº 9/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
10/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.784.0909.5873.0002 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Espírito Santo – Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – No Estado do Espírito Santo (Cond. Ao atend. Do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.101 – Ministério dos Transportes, e no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 26.784.0230.1905.0032 – Recuperação e Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária – No Estado do Espírito Santo (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.211 – Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA.	Como conclusão do Parecer nº 12/2002-CN, da CMO. (DCN 26-4-2002) Relator: Dep. Nelson Meurer Decreto Legislativo nº 10/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
11/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 nos subtítulos 18.544.0515.1851.0442 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Construção da Barragem do Poço do Marruá, no Estado do Piauí (condicionado ao atendimento do art. 12 desta Lei) e 18.544.0515.3451.0022 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí (condicionado ao atendimento do art. 12 desta Lei).	Como conclusão do Parecer nº 13/2002-CN, da CMO. (DCN 26-4-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 11/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
12/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5714.0003 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Nordeste – Expresso em Fortaleza, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 14/2002-CN, da CMO. (DCN 26-4-2002) Relator: Dep. Olavo Calheiros Decreto Legislativo nº 12/2002-CN (public. no DOU-E 30-4-2002)
13/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica - Obras de infra-estrutura hídrica em Municípios da Região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó) – SE, da Unidade Orçamentária 53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.	Como conclusão do Parecer nº 21/2002-CN, da CMO. (DSF 17-5-2002) Relator: Dep. Alberto Goldman Decreto Legislativo nº 33/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
14/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 26.784.0235.5864.0024 – Melhoria das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte (Cond. ao atend. do art. 12 desta Lei), da Unidade Orçamentária 39.217 – Companhia Docas do Rio Grande do Norte.	Como conclusão do Parecer nº 20/2002-CN, da CMO. (DSF 17-5-2002) Relator: Dep. Jonival Lucas Júnior Decreto Legislativo nº 41/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
15/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do subtítulo 26.784.0236.5771.0001 – Melhoria da Navegação das Hidrovias do Corredor Oeste-Norte – do Rio Madeira – Trecho Porto Velho – Foz do Madeira.	Como conclusão do Parecer nº 22/2002-CN, da CMO. (DSF 28-5-2002) Relator: Sen. Nabor Júnior Decreto Legislativo nº 24/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
16/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 do subtítulo 12.364.0041.5081.0013 – Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Estado do Amazonas, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.	Como conclusão do Parecer nº 23/2002-CN, da CMO. (DSF 28-5-2002) Relator: Sen. Nabor Júnior Decreto Legislativo nº 28/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
17/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 18.544.0515.3517.0022 – Construção do Açude Algodão II no Estado do Piauí – no Estado do Piauí (Condicionado ao atendimento do art. 12 desta Lei).	Como conclusão do Parecer nº 26/2002-CN, da CMO. (DSF 28-5-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 42/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
18/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução do subtítulo 28.846.0909.0195.0035 – Recursos para retomada de Execução de Obras e Serviços – no Estado de São Paulo, referente à construção do Fórum Trabalhista da Cidade de São Paulo, no âmbito da Unidade Orçamentária 15.103 – TRT da 2ª Região.	Como conclusão do Parecer nº 27/2002-CN, da CMO. (DSF 28-5-2002 – Republic. no DCN de 6-6-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 34/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
19/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 12.364.0041.5081.0029 – Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Estado da Bahia, da Unidade Orçamentária – 26.232 – Universidade Federal da Bahia.	Como conclusão do Parecer nº 30/2002-CN, da CMO. (DCN 6-6-2002) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira Decreto Legislativo nº 29/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
20/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum/Infra-Estrutura de Irrigação Piancó III – Paraíba – PB, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 31/2002-CN, da CMO. (DCN 6-6-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 35/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
21/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 25.752.0297.3398.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão em Manaus, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara – AM – 313,3 Km de linha de transmissão e subestações associadas com 645, 3 MVA.	Como conclusão do Parecer nº 32/2002-CN, da CMO. (DSF 8-6-2002) Relator: Dep. João Magno Decreto Legislativo nº 43/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
22/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0237.5730.0006 – Adequação de Trechos Rodoviários Km 0 – Divisão Pará – Maranhão, no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-316/PA.	Como conclusão do Parecer nº 33/2002-CN, da CMO. (DSF 8-6-2002) Relator: Dep. João Leão Decreto Legislativo nº 13/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
23/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Implantação de Usina Termelétrica no Amazonas de 270 MW/ no Estado do Amazonas, da Unidade Orçamentária 32.273 – Manaus Energia S.A.	Como conclusão do Parecer nº 34/2002-CN, da CMO. (DSF 8-6-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Decreto Legislativo nº 25/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
24/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0230.5789.0006 – construção do contorno rodoviário em Colatina, Estado do Espírito Santo, no corredor Leste – BR – 259/ES (TC nº 005.383/2001).	Como conclusão do Parecer nº 35/2002-CN, da CMO. (DSF 8-6-2002) Relator: Dep. Jorge Bittar Decreto Legislativo nº 19/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
25/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5728.0007 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste/BR-230/PB – João Pessoa – Campina Grande.	Como conclusão do Parecer nº 38/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. José Borba Decreto Legislativo nº 30/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
26/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 20.607.0379.1836.0023 – Projeto de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, no Estado do Maranhão.	Como conclusão do Parecer nº 39/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Danilo de Castro Decreto Legislativo nº 20/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
27/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0230.5704.0025 – Construção de trechos rodoviários no corredor leste – BR 356/MG – Trecho Ervália – Muriaé, divisa MG/RJ.	Como conclusão do Parecer nº 40/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Pedro Novais Decreto Legislativo nº 44/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
28/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 25.752.0294.3379.0022 – Implantação de sistema de transmissão no Piauí (639 Km de linha de transmissão em 284 MVA) – no Estado do Piauí, da Unidade Orçamentária 32.269 – CEPISA.	O Parecer nº 41/2002-CN, concluiu pelos PDNs 28 e 29/2002. Como conclusão do Parecer nº 41/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Nelson Meurer Decreto Legislativo nº 21/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
29/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 25.752.0294.3407.0022 – Ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no Piauí – no Estado do Piauí, da Unidade Orçamentária 32.269 – CEPISA.	O Parecer nº 41/2002-CN, concluiu pelos PDNs 28 e 29/2002. Como conclusão do Parecer nº 41/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Nelson Meurer Decreto Legislativo nº 22/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
30/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0236.5709.0015 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-319/AM – Divisa RO/AM – Manaus, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 42/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 31/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
31/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador – BA – do Metrô – trecho Lapa – Pirajá.	Como conclusão do Parecer nº 43/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Decreto Legislativo nº 32/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
32/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.784.0233.5019.0043 – Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso – no Estado do Rio Grande do Sul, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 44/2002-CN, da CMO. (DSF 14-6-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 45 /2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
33/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 20.607.0379.1836.0065 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Três Barras no Estado de Goiás, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 59/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. João Coser Decreto Legislativo nº 14/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 25.752.0294.3382.0028 – Implantação do sistema de transmissão associado a UHE de Xingo em Sergipe (159 Km de linha de transmissão em 230 KV e de subestações de 700 MVA) – no Estado de Sergipe, da Unidade Orçamentária 32.226 – CHESF.	Como conclusão do Parecer nº 60/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Decreto Legislativo nº 15/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
35/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica/Fortalecimento da Infra-estrutura Hídrica do Agreste Alagoano – (Barragem Bananeira).	Como conclusão do Parecer nº 61/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 16/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
36/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 12.364.0041.5081.0016 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Estado do Amapá.	Como conclusão do Parecer nº 62/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz Decreto Legislativo nº 36/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
37/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Suspende a execução de contratos, licitações e convênio pertinentes à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0233.5707.0015 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul/BR/282/SC – Florianópolis – Divisa com Argentina, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 63/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Dr. Rosinha Decreto Legislativo nº 46/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
38/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.784.0237.5750.0015 – Construção de Eclusas de Tucuruí – no Estado do Pará, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 64/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Ricarte de Freitas Decreto Legislativo nº 37/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
39/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0237.5710.0019 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-414/GO – Cocalzinho – Niquelândia, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 65/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz Decreto Legislativo nº 38/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
40/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 25.752.0294.3373.0026 – Implantação do Sistema de Transmissão Associado à UHE de Xingó em Pernambuco (180 km de Linha de Transmissão em 500 KV e de 6 Subestações com 1.240 MVA) – no Estado de Pernambuco, da Unidade Orçamentária 32.226 – Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.	Como conclusão do Parecer nº 66/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 39/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
41/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0233.5707.0011 – Construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul – BR 101/RS – Osório – São José do Norte, Rio Grande.	Como conclusão do Parecer nº 67/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 40/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
42/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-402/MA – trecho Humberto de Campos – Barreirinhas, PT 26.782.0237.5710.0103, unidade orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 68/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Jorge Bittar Decreto Legislativo nº 17/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
43/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 18.544.0515.3729.0022 – Construção do Açude Tinguís no Estado do Piauí – no Estado do Piauí, da Unidade Orçamentária 53.204 – DNOCS.	Como conclusão do Parecer nº 69/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 47/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
44/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 20.607.0379.1836.0067 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás.	Como conclusão do Parecer nº 70/2002-CN, da CMO. (DSF 29-6-2002) Relator: Dep. José Borba Decreto Legislativo nº 18/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
45/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Restauração, Ampliação e Duplicação da Av. Contorno Norte de Goiânia, Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT.	O Parecer nº 72/2002-CN, concluiu pelos PDNs 45 e 46/2002. Como conclusão do Parecer nº 72/2002-CN, da CMO. (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 48/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
46/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Reurbanização e Canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba, Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	O Parecer nº 72/2002-CN, concluiu pelos PDNs 45 e 46/2002. Como conclusão do Parecer nº 72/2002-CN, da CMO. (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Santos Filho Decreto Legislativo nº 26/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
47/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção da Adução do Agreste Alagoano no Estado de Alagoas – AL, PT 18.544.0515.3391.0027, Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	O Parecer nº 73/2002-CN, concluiu pelos PDNs nºs 47 e 48/2002. Como conclusão do Parecer nº 73/2002-CN, da CMO. (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Felix Mendonça Decreto Legislativo nº 27/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
48/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica/Adutora Alto Sertão no Estado de Alagoas, Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	O Parecer nº 73/2002-CN, concluiu pelos PDNs nºs 47 e 48/2002. Como conclusão do Parecer nº 73/2002-CN, da CMO. (DCN 28-6-2002) Relator: Dep. Felix Mendonça Decreto Legislativo nº 23/2002-CN (public. no DOU-E 5-7-2002)
49/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento de Investimento da União para 2002, no subtítulo Implantação da UHE Serra da Mesa (GO) de 1.275 MW no Estado de Goiás, da Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A.	Como conclusão do Parecer nº 82/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Danilo de Castro Decreto Legislativo nº 49/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
50/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do Programa de Trabalho “Construção de Viadutos no Corredor Mercosul/BR-116-RS – no cruzamento da Rua Rincão em Novo Hamburgo”.	Como conclusão do Parecer nº 83/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 50/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
51/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 20.607.0379.1836.0071 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Luís Alves do Araguaia no Estado de Goiás, da Unidade Orçamentária 53.101-Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 84/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 51/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
52/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação que vier a ser consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia–Tocantins/BR-226/MA – Timon–Porto Franco da Unidade Orçamentária 39.252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.	Como conclusão do Parecer nº 85/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Dr. Rosinha Decreto Legislativo nº 52/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
53/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do subtítulo 25.752.0294.3368.0020 – Implantação de Sistema de Transmissão Associado à UHE Luiz Gonzaga – Etapa II (15 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 5 subestações com 300 Mva) – na Região Nordeste, na Unidade Orçamentária 32226 – Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.	Como conclusão do Parecer nº 86/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Sen. Antônio Carlos Valadares Decreto Legislativo nº 53/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
54/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do Programa de Trabalho “Construção de Viadutos no Corredor Mercosul/BR-116-RS – no Cruzamento da Rua Rincão em Novo Hamburgo”.	Como conclusão do Parecer nº 87/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 54/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
55/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 18.544.0515.1851.0418 - Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Construção da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco.	Como conclusão do Parecer nº 89/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Jorge Khoury Decreto Legislativo nº 55/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
56/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.784.0233.7463.0042 - Recuperação das Instalações do Porto de Laguna - no Estado de Santa Catarina, da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 93/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. José Borba Decreto Legislativo nº 56/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
57/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, do Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0006 – Adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins – BR-316/PA – trecho entr. no Km 0 – Santa Maria – div. PA/MA.	Como conclusão do Parecer nº 94/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Sen. Roberto Saturnino Decreto Legislativo nº 57/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
58/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do subtítulo 26.782.0238.5711.0103 – Construção de trechos Rodoviários no Corredor Fronteira Norte – BR-432/RR – Entr. BR-401 – Cantá – Novo Paraíso – Entr. BR-174/BR-210.	Como conclusão do Parecer nº 95/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 58/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
59/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 20.607.0379.1836.0047 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Projeto Várzea de Sousa no Estado da Paraíba, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 96/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Pedro Novais Decreto Legislativo nº 59/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
60/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 no subtítulo 25.752.0292.3244.0001 – Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 32.224 – Eletronorte.	Como conclusão do Parecer nº 97/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira Decreto Legislativo nº 60/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
61/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 20.607.0379.1836.0077 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum – Projeto Pão de Açúcar/Olho d'Água das Flores no Estado de Alagoas, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 98/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Zila Bezerra Decreto Legislativo nº 61/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
62/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 no subtítulo 26.784.0231.3325.0001 – Recuperação da Infra-Estrutura Portuária – Porto de Santos (SP) no Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.213 – CODESP.	Como conclusão do Parecer nº 99/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Divaldo Suruagy Decreto Legislativo nº 62/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
63/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5772.0001 – construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia – Tocantins – BR-060/GO – em Goiânia (Noroeste), da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER.	Como conclusão do Parecer nº 100/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Divaldo Suruagy Decreto Legislativo nº 63/2002-CN (public. no DOU-E 8-11-2002)
64/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de convênios com recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 10.302.0004.1823.4002 – Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS – Aquisição de Equipamentos e Instalações para Unidades de Saúde no Estado de Minas Gerais, da Unidade Orçamentária 36.901 – Fundo Nacional de Saúde.	Como conclusão do Parecer nº 101/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Mussa Demes Decreto Legislativo nº 64/2002-CN (public. no DOU-E 18-11-2002)
65/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 18.544.0515.1851.0406 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura – Aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo – AL.	Como conclusão do Parecer nº 102/2002-CN, da CMO. (DCN 7-11-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Decreto Legislativo nº 65/2002-CN (public. no DOU-E 18-11-2002)
66/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo Ampliação da Capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) de 40 para 70 MW (3ª Unidade)/ no Estado do Amapá, da Unidade Orçamentária 32.224 – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	Como conclusão do Parecer nº 107/2002-CN, da CMO. (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. José Carlos Aleluia Decreto Legislativo nº 75/2002-CN (public. no DOU-E 25-11-2002)
67/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002, para os serviços que especifica, no subtítulo 20.607.0379.1836.0058 - Implantação de projetos de irrigação/irrigação em Serra Talhada no Estado de Pernambuco, da Unidade Orçamentária - 53.204 – DNOCS.	Como conclusão do Parecer nº 112/2002-CN, da CMO. (DCN 21-11-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 68/2002-CN (public. no DOU-E 25-11-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
68/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Veda a execução de contratos no âmbito das dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e de Investimentos da União de 2002 nos subtítulos 26.784.0235.5864.0024 – Melhoria das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte e 26.784.0909.0637.0024 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Melhoria das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte, das Unidades Orçamentárias 39.217 – CODERN e 39.101 – Ministério dos Transportes.	Como conclusão do Parecer nº 127/2002-CN, da CMO. (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 78/2002-CN (public. no DOU-E 29-11-2002)
69/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0233.5727.0003 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul – BR-101/RS – Divisa SC/RS – Osório, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 128/2002-CN, da CMO. (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 79/2002-CN (public. no DOU-E 29-11-2002)
70/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de convênio no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 no subtítulo 26.782.0233.5737.0001 – Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor Mercosul – BR-116/PR – Em Curitiba (Leste), da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 129/2002-CN, da CMO. (DCN 28-11-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 80/2002-CN (public. no DOU-E 29-11-2002)
71/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social e dá outras providências.	Decreto Legislativo nº 77/2002-CN (public. no DOU-E 29-11-2002)
72/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo Reforma de Edifícios-Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal no Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 30.909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal.	Como conclusão do Parecer nº 143/2002-CN, da CMO. (DSF 12-12-2002) Relator: Dep. Gilmar Machado Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
73/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, para os contratos nºs PG-221/2000-00, PG-288/00-00, PD-16001/2001, PD-16002/2001, PD-16003/2001, PG-127/2001-00 e PG-250/2000-00, vinculados ao Programa de Trabalho 26.782.0233.5727.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no corredor Mercosul – BR-101/376/SC – Divisa PR/SC – Palhoça.	Como conclusão do Parecer nº 148/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Em tramitação
74/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a exclusão da obra de Canalização do Canal de Bodocongó em Campina Grande, Estado da Paraíba, do Anexo VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.	Como conclusão do Parecer nº 155/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Em tramitação
75/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Determina a paralisação da execução orçamentária e financeira da dotação consignada no orçamento fiscal da União para 2002 do subtítulo 20.607.0379.1836.0041 – Implantação de Projetos de Irrigação – Canal Aduutor Sistema Curema-Mãe D'Água, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 156/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Em tramitação
76/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Determina a paralisação da execução orçamentária e financeira da dotação consignada no orçamento fiscal da União para 2002 do subtítulo 20.607.0379.1836.0054 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Várzea do Sousa, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 157/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Em tramitação
77/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a exclusão da obra de Infra-estrutura de Irrigação Piancó III, no Estado da Paraíba, do Anexo VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, identificada no exercício de 2001 pela rubrica 20.607.0379.1836.0130 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum/Infra-Estrutura de Irrigação Piancó III, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 158/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Em tramitação
78/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0237.5710.0023 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho-Aragarças, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 160/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Olavo Calheiros Em tramitação

SÚMULA

Total dos Projetos de Decreto Legislativo	87
- da sessão legislativa anterior.....	09
- da presente sessão legislativa.....	78
- transformados em Decreto Legislativo do Congresso Nacional....	80
- em tramitação.....	07

3 - Projetos de Resolução (PRN)

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85-CN	Dep. Francisco Amaral e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação.
5/89-CN	Dep. Antonio Carlos Konder Reis e outros Senhores Congressistas	Altera o Regimento Comum - Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação.
1/90-CN	Dep. Aluizio Campos e outros Senhores Congressistas	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação.
3/95-CN	Sen. José Eduardo Dutra e outros Senhores Congressistas	Regulamenta a escolha de membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional.	Em tramitação.
10/95-CN	Oriundo do PLS nº 47/95.	Institui prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)
1/97-CN	Sen. Sebastião Rocha e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.	Em tramitação.
1/98-CN	Sen. Odacir Soares e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, introduzindo o exame de adequação financeira e orçamentária no Congresso Nacional.	Em tramitação.
3/98-CN	Sen. Mauro Miranda e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para acrescentar regras sobre a apresentação de emendas coletivas.	Em tramitação.
1/99-CN	Mesa da Câmara dos Deputados	Regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)
3/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Institui com base no art. 128 do Regimento Comum, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista de Moeda e crédito, de caráter permanente.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
4/99-CN	Sen. Paulo Souto e outros Senhores Congressistas	Acrescenta inciso IIIA ao art. 16 da Resolução nº 2, de 1995-CN, para estabelecer relação de correspondência entre o custo total e o tempo de execução dos subprojetos decorrentes de emendas à proposta de lei orçamentária anual.	Em tramitação
5/99-CN	Sen. Ademir Andrade e outros Senhores Congressistas	Suprime o § 2º e altera a redação do § 3º, ambos do art. 45 da Resolução nº 1, de 1970-CN - Regimento Comum.	Em tramitação
6/99-CN	Sen. Osmar Dias e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, restabelecendo a obrigatoriedade da renovação dos membros titulares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	Em tramitação
7/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Inclui artigo na Resolução nº 1, de 1970-CN. (<i>"Art. 9º-A. Na constituição das Comissões Mistas, na eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes, bem como na designação dos Relatores e dos Relatores substitutos assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem do Congresso Nacional assim como a alternância entre as Casas que o compõem."</i>)	Em tramitação
1/2000-CN	Dep. José Roberto Batochio e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
2/2000-CN	Sen. Maguito Vilela e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Permanente do Congresso Nacional destinada a acompanhar e fiscalizar as ações destinadas à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais.	Em tramitação
4/2000-CN	Sen. Pedro Piva e outros Senhores Congressistas	Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02, de 1995-CN.	Em tramitação
5/2000-CN	Sen. Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo.	Em tramitação
6/2000-CN	Dep. Giovanni Queiroz e outros Senhores Congressistas	Altera de dez para quinze o número de emendas coletivas de bancadas estaduais, de que trata o art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN e dá outras providências	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2001-CN	Dep. Alcione Athayde e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre o hasteamento das Bandeiras dos Estados e do Distrito Federal no gramado do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/2001-CN	Dep. Antonio Joaquim Araújo e outros Senhores Congressistas	Institui o hasteamento das Bandeiras Nacional, dos Estados e do Distrito Federal, nas imediações do Congresso Nacional.	Em tramitação
3/2001-CN	Dep. Paulo Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN. que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para instituir a Subcomissão de Combate à Pobreza.	Em tramitação
4/2001-CN	Dep. Luiz Carlos Haully e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafos ao art. 4º da Resolução nº 1, de 1989-CN, que "Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal".	Em tramitação
5/2001-CN	Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Resolução nº 1/2002-CN (DOU-E 9-5-2002 e DSF 9-5-2002) (Republicação feita no DOU de 10-5-2002)
6/2001-CN	Sen. Ney Suassuna e outros Senhores Congressistas	Denomina Salão "Senador Antônio Mariz" o Salão Negro do Congresso Nacional".	Em tramitação
8/2001-CN	Dep. Luiz Carlos Haully e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.833, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2002-CN	Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Altera o artigo 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional. (Apreciação de decreto legislativo autorizativo da execução de dotação constante da lei orçamentária anual sob condição suspensiva).	Em tramitação

SÚMULA

Total dos Projetos de Resolução	27
- de sessões legislativas anteriores	26
- da presente sessão legislativa	01

- transformados em resolução.....	01
- em tramitação.....	26

4 - Medidas Provisórias (MP)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.151-3, public. em 27-8-2001	553/2001-CN (nº 900/2001, na origem)	Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Revogada Parecer nº 46/2002-CN - Mérito (DSF 20-06-2002) PLV nº 16/2002 Relator: Sen. Renan Calheiros	(*) 2.151-3 foi revogada pela 65.
2.156-5, public. em 27-8-2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. No DOU de 3-6-2002, Decreto nº 4.253, de 31-5-2002, que "Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências."
2.157-5, public. em 27-8-2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. No DOU de 3-6-2002, Decreto nº 4.254, de 31-5-2002, que "Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, e dá outras providências."
2.158-35, public. em 27-8-2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.159-70, public. em 27-8-2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.160-25, public. em 24-8-2001	522/2001-CN (nº 878/2001, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário e acresce dispositivo à lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para instituir a alienação fiduciária em garantia de coisa fungível ou de direito.	Em tramitação	(*)
2.161-35, public. em 24-8-2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.162-72, public. em 24-8- 2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.163-41, public. em 24-8- 2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Em tramitação	(*)
2.164-41, public. em 27-8- 2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.165-36, public. em 24-8- 2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.166-67, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	Em tramitação *Parecer nº 39/99-CN-Admissibilidade (DSF 12-11-99), oferecido à MP 1.885-42 reeditada até a 1.885-43 e revogada pela MP 1.956-44 e reeditada até a 1.956-57 e revogada pela MP 2.080-58 reeditada até 2.080-64 *Parecer nº 12/2000-CN-Mérito - PLV nº 5/2000 (DSF 11-5-2000), oferecido à MP 1.956-49 reeditada até a 1.956-57 e revogada pela MP 2.080-58 reeditada até a 2.080-64 <u>OBS:</u> Parecer nº 12/2000-CN Mérito, foi convalidado até a MP 2.166-66, sendo dado outro Parecer de Mérito nº 32/2001-CN e PLV nº 10/2001 à MP 2.166-67, em 11-9-2001 (DSF 12-9-2001). Relator: Dep. Moacir Micheletto *Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.	(*)
2.167-53, public. em 24-8-2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.168-40, public. em 27-8-2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SES-COOP, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.169-43, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.170-36, public. em 24-8-2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.172-32, public. em 24-8-2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que mencionam, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Em tramitação	(*)
2.173-24, public. em 24-8-2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Em tramitação *Parecer nº 2/2001-CN-Admissibilidade (DSF 6-4-2001) e *Parecer nº 3/2001-CN-Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 6-4-2001), oferecidos à MP 2.091-18 reeditada até a 2.091-21 e revogada pela MP 2.173-22. Relator: Sen. Gilberto Mestrinho. *Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.	(*)
2.174-28, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Em tramitação	(*)
2.175-29, public. em 27-8-2001	560/2001-CN (nº 906/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria Fiscal do Trabalho.	Revogada Pareceres Oraís – Admissibilidade e Mérito (DCN 06-06-2002) PLV nº 15/2002 Relator: Dep. Roberto Pessoa	(*) MP 2.175-29 foi revogada pela 46.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.176-79, public. em 24-8-2001	531/2001-CN (nº 880/2001, na origem)	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.	Pareceres Orais – Admissibilidade e Mérito (DCN 28-06-2002) PLV nº 18/2002 Relator: Dep. Ricardo Fiúza	(*) Aprovada nos termos do PLV nº 18/2002 em 27-6-2002. Convertida na Lei nº 10.522, de 19-7-2002 (DOU-E 22-7-2002) (PLV nº 18/2002, vetado parcialmente – MCN nº 150, nº 644, na origem – Veto Parcial nº 27/2002)
2.177-44, public. em 27-8-2001 (Ret. no DOU de 24-9-2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.178-36, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.179-36, public. em 27-8-2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.180-35, public. em 27-8-2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.181-45, public. em 27-8-2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.182-18, public. em 24-8-2001	532/2001-CN (nº 870/2001, na origem)	Institui, no âmbito da União, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	Pareceres Oraís – Admissibilidade e Mérito (DCN 28-06-2002) PLV nº 19/2002 Relator: Dep. Eunício Oliveira	(*) Aprovada nos termos do PLV nº 19/2002 em 27-6-2002. Convertida na Lei nº 10.520, de 17-7-2002 (DOU-E 18-7-2002) (PLV nº 19/2002, vetado parcialmente – MCN nº 147, nº 638, na origem – Veto Parcial nº 25/2002)
2.183-56, public. em 27-8-2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acrésc e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.184-23, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973, 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.185-35, public. em 27-8-2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Em tramitação 2.118-28 *Parecer Oral Mérito (DCN 22-3-2001) Relator: Dep. Armando Monteiro. PLV nº 4/2001 *Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.186-16, public. em 24-8-2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.187-13, public. em 24-8-2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.189-49, public. em 24-8-2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.190-34, public. em 24-8-2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.191-9, public. em 24-8-2001	536/2001-CN (nº 873/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.192-70, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.193-6, public. em 24-8-2001	537/2001-CN (nº 874/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.194-6, public. em 24-8-2001	538/2001-CN (nº 875/2001, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.196-3, public. em 25-8-2001-Ecd. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Em tramitação	(*)
2.197-43, public. em 27-8-2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.198-5, public. em 27-8-2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.199-14, public. em 27-8-2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.200-2, public. em 27-8-2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.206-1, public. em 10-9-2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.208, public. em 20-8-2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Em tramitação	(*)
2.209, public. em 30-8-2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Em tramitação	(*)
2.210, public. em 30-8-2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.211, public. em 30-8-2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Em tramitação	(*)
2.212, public. em 31-8-2001	588/2001-CN (nº 932/2001, na origem)	Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.213-1, public. em 31-8-2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.214, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Em tramitação	(*)
2.215-10, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. no DOU de 8-4-2002, Decreto nº 4.184, de 5-4-2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001."
2.216-37, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra (Ret. no DOU de 24-9-2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.217-3, public. em 5-9-2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.218, public. em 5-9-2001-Ed. Extra (Ret. no DOU de 10-9-2001)	596/2001-CN (nº 948/2001, na origem)	Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.	Parecer nº 48/2002-CN - Mérito e Parecer Oral - Admissibilidade (DCN 28-6-2002) PLV nº 17/2002 Relator: Dep. Laura Carneiro	(*) Aprovada nos termos do PLV nº 17/2002 em 27-6-2002. Convertida na Lei nº 10.486, de 4-7-2002 (DOU-E 4-7-2002-Ed. Extra) (PLV nº 17/2002, vetado parcialmente – MCN nº 132, nº 574, na origem – Veto Parcial nº 22/2002)
2.220, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.221, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	599/2001-CN (nº 951/2001, na origem)	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.222, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	600/2001-CN (nº 952/2001, na origem)	Dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos planos de benefícios de caráter previdenciário.	Em tramitação	(*)
2.223, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	601/2001-CN (nº 953/2001, na origem)	Dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.224, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.225-45, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. no DOU de 9-4-2002, Decreto nº 4.187, de 8-4-2002, que "Regulamenta os arts. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União, e dá outras providências."
2.226, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acresce dispositivo à Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Em tramitação	(*)
2.227, public. em 5-9-2001-Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Em tramitação	(*)
2.228-1, public. em 10-9-2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.229-43, public. em 10-9-2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) 2.229-43, foi revogada em parte pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002, public. no DOU de 26-6-2002.
2.230, public. em 10-9-2001 (Ret. no DOU de 12-9-2001)	609/2001-CN (nº 964-A/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR e cria a Câmara de Medicamentos.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
8, public. em 1º-11-2001	740/2001-CN (nº 1.214/2001, na origem)	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	<p>Despacho do Presidente da CD, de 15-02-2002, public. no DOU da mesma data (Seção I - pág. 376), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 17-2-2002, ficando sem efeito o Ato de 28 de dezembro de 2001, desta Presidência.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Milton Monti</p>	<p>(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 19-2-2002.</p> <p>Aprovada no Senado Federal em 26-2-2002.</p> <p>Convertida na Lei nº 10.411, de 26-2-2002 (DOU-E 27-2-2002)</p>
9, public. em 1º-11-2001	741/2001-CN (nº 1.215/2001, na origem)	Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.	<p>Despacho do Presidente da CD, de 15-02-2002, public. no DOU da mesma data (Seção I - pág. 376), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 17-2-2002, ficando sem efeito o Ato de 28 de dezembro de 2001, desta Presidência.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Confúcio Moura</p>	<p>(**) Aprovado o PLV nº 1/2002, na Câmara dos Deputados em 20-2-2002.</p> <p>Aprovado o PLV nº 1/2002, no Senado Federal em 20-3-2002.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados e é aprovada em 3-4-2002.</p> <p>Convertida na Lei nº 10.437, de 25-4-2002 (DOU-E 26-4-2002)</p>
10, public. em 14-11-2001	744/2001-CN (nº 1.253/2001, na origem)	Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da CD, de 7-3-2002, public. no DOU de 8-3-2002 (Seção I). O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada dia 20-2-2002, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 10, de 13 de novembro de 2001.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Freire Júnior</p>	<p>(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 20-2-2002.</p> <p>(PLV nº 1/2002, vetado parcialmente – MCN nº 63, nº 311, na origem – Veto Parcial nº 8/2002)</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
11, public. em 22-11-2001	748/2001-CN (nº 1.274/2001, na origem)	Cria o Fundo Seguro-Saíra e institui o benefício Seguro-Saíra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estagnação.	Ato do Presidente da CD, de 7-3-2002, public. no DOU de 11-3-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 10-3-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira	(**) Aprovado o PLV nº 2/2002, na Câmara dos Deputados em 26-2-2002. Aprovado o PLV nº 2/2002, no Senado Federal em 20-3-2002. Convertida na Lei nº 10.420, de 10-4-2002 (DOU-E 11-4-2002)
12, public. em 7-12-2001	750/2001-CN (nº 1.341/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional no valor global de R\$ 86.000.000,00, para os fins que especifica.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 27-2-2002. Aprovada no Senado Federal em 20-3-2002. Convertida na Lei nº 10.414, de 21-3-2002 (DOU-E 22-3-2002)
13, public. em 11-12-2001	774/2001-CN (nº 1.348/2001, na origem)	Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Rubem Medina	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 12-3-2002. Aprovada no Senado Federal em 20-3-2002. Convertida na Lei nº 10.415, de 21-3-2002 (DOU-E 22-3-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
14, public. em 21-12-2001-Ed.Extra	784/2001-CN (nº 1.418/2001, na origem)	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia emergencial e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 5-4-2002, public. no DOU de 8-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 8-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Carlos Aleluia	(**) Aprovado o PLV nº 3/2002, na Câmara dos Deputados em 10-4-2002. Aprovado o PLV nº 3/2002, no Senado Federal em 16-4-2002. Convertida na Lei nº 10.438, de 26-4-2002 (DOU-E 29-4-2002 Ed. Extra) (PLV nº 3/2002, vetado parcialmente – MCN nº 64, nº 316, na origem – Veto Parcial nº 9/2002)
15, public. em 22-12-2001-Ed. Extra	785/2001-CN (nº 1.419/2001, na origem)	Fixa em 28 de fevereiro de 2002 o término do prazo para adesão à repactuação das operações de crédito rural de que trata o art. 5º, §§.5º e 6º A, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.	Ato do Presidente da CD, de 8-4-2002, public. no DOU de 9-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 9-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wilson Santos	(**) Rejeitado o PLV nº 4/2002 e a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados em 16-4-2002.
			Ato do Presidente da CD, de 24-4-2002, public. no DOU de 25-4-2002 (Seção I). O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada dia 16-4-2002, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 15, de 21 de dezembro de 2001.	

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
16, public. em 27-12-2001-Ed. Extra	789/2001-CN (nº 1.442/2001, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 12-4-2002, public. no DOU de 15-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 14-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Alex Canziani	(**) Aprovada a MP e prejudicado o PLV nº 5/2002, na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.426, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
17, public. em 28-12-2001	790/2001-CN (nº 1.443/2001, na origem)	Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica-CONDECINE, de que trata o art. 32 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.	Ato do Presidente da CD, de 12-4-2002, public. no DOU de 15-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 15-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Maurílio Ferreira Lima	(**) Aprovado o PLV nº 6/2002, na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovado o PLV nº 6/2002, no Senado Federal em 23-4-2002.
18, public. em 28-12-2001-Ed. Extra	793/2001-CN (nº 1.507/2001, na origem)	Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo-GLP, e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 12-4-2002, public. no DOU de 15-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 15-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Maurílio Ferreira Lima	(**) Aprovado o PLV nº 7/2002, na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovado o PLV nº 7/2002, no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.453, de 13-5-2002 (DOU-E 14-5-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
19, public. em 31-12-2001	794/2001-CN (nº 1.518/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 13.000.000,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.427, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
20, public. em 31-12-2002	795/2001-CN (nº 1.519/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 2.816.630.828,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 1.846.971.305,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Paulo Kobayashi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.428, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
21, public. em 9-1-2002	1/2002-CN (nº 15/2002, na origem)	Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem – PROFPAE.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Nice Lobão	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.429, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
22, public. em 9-1-2002	2/2002-CN (nº 16/2002, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Rodrigo Maia	(**) Aprovado o PLV nº 8/2002, na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovado o PLV nº 8/2002, no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.451, de 10-5-2002 (DOU-E 13-5-2002)
23, public. em 21-1-2002	9/2002-CN (nº 27/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 115.000.000,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Borba	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 16-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.430, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
24, public. em 24-1-2002	10/2002-CN (nº 37/2002, na origem)	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Carlos Alberto Rosado PLV nº 11/2002-CD PLV nº 14/2002-SF	(**) Aprovado o PLV nº 14/2002, no Senado Federal em 24-4-2002, a matéria volta à Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados aprova o PLV nº 11, de 2002 com alterações, em 8-5-2002, ficando prejudicado o PLV nº 14. Convertida na Lei nº 10.464, de 24-5-2002 (DOU-E 27-5-2002) (PLV nº 11/2002, vetado parcialmente – MCN nº 77, nº 411, na origem – Veto Parcial nº 15/2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
25, public. em 24-1-2002-Ed. Extra	11/2002-CN (nº 38/2002, na origem)	Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Armando Abílio	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.431, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
26, public. em 25-1-2002	12/2002-CN (nº 41/2002, na origem)	Dispõe sobre a extinção da gratificação de produção suplementar devida aos servidores da Imprensa Nacional, e dá outras providências.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Antonio Carlos Pannunzio	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.432, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
27, public. em 25-1-2002	13/2002-CN (nº 42/2002, na origem)	Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.	Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. André Benassi	(**) Aprovado o PLV nº 9/2002, na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovado o PLV nº 9/2002, no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.446, de 8-5-2002 (DOU-E 9-5-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
28, public. em 5-2-2002	15/2002-CN (nº 59/2002, na origem)	Dispõe sobre normas gerais de direito penitenciário e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Osmar Serraglio</p> <p>Mensagem nº 8/2002, do Presidente da CD, de 25-4-2002, ao Presidente da República comunicando que, em sessão realizada dia 17-4-2002, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 28, de 4 de fevereiro de 2002.</p>	(**) Rejeitada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados em 17-4-2002.
29, public. em 8-2-2002	17/2002-CN (nº 64/2002, na origem)	Dispõe sobre a autorização para a criação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, pessoa jurídica de direito privado, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Carlos Aleluia</p>	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.433, de 24-4-2002 (DOU-E 25-4-2002)
30, public. em 14-2-2002	18/2002-CN (nº 81/2002, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da CD, de 15-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 16-4-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Xico Graziano</p>	(**) Aprovado o PLV nº 10/2002, na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovado o PLV nº 10/2002, no Senado Federal em 23-4-2002. Convertida na Lei nº 10.458, de 14-5-2002 (DOU-E 15-5-2002) (PLV nº 10/2002, vetado parcialmente – MCN nº 74, nº 383, na origem – Veto Parcial nº 14/2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
31, public. em 18-2-2002	39/2002-CN (nº 97/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, no valor global de R\$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da CD, de 18-4-2002, public. no DOU de 16-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 19-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Freire Júnior	(**) Aprovado o PLV nº 12/2002, na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovado o PLV nº 12/2002, no Senado Federal em 14-5-2002. Convertida na Lei nº 10.462, de 23-5-2002 (DOU-E 24-5-2002)
32, public. em 19-2-2002	40/2002-CN (nº 100/2002, na origem)	Prorroga a autorização de que trata a Lei nº 10.309, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.	Ato do Presidente da CD, de 19-4-2002, public. no DOU de 22-4-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 20-4-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Roberto Balestra	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 14-5-2002. Convertida na Lei nº 10.459, de 15-5-2002 (DOU-E 16-5-2002)
33, public. em 20-2-2002	41/2002-CN (nº 101/2002, na origem)	Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças – APEC, e dá outras providências.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Zezé Perrella	(**) -
34, public. em 7-2-2002	47/2002-CN (nº 151/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 805.000.000,00, para os fins que especifica.	Rejeitado o PLV nº 13/2002 e a Medida Provisória em 17-4-2002, na Câmara dos Deputados. Ato do Presidente da Mesa do CN, de 2-5-2002, public. no DOU de 3-5-2002 (Seção I), nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 6-5-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Milton Monti	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 17-4-2002. Aprovada no Senado Federal em 14-5-2002. Convertida na Lei nº 10.460, de 15-5-2002 (DOU-E 16-5-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
35, public. em 28-3-2002	52/2002-CN (nº 198/2002, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 23-5-2002, public. no DOU de 24-5-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 27-5-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Freire Junior	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 19-6-2002. Aprovada no Senado Federal em 6-8-2002. Convertida na Lei nº 10.525, de 6-8-2002 (DOU-E 7-8-2002)
36, public. em 9-5-2002	67/2002-CN (nº 349/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$ 124.210.542,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 2-8-2002, public. no DOU de 5-8-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 6-8-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Mussa Demes	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 19-6-2002. Aprovada no Senado Federal em 6-8-2002. Convertida na Lei nº 10.526, de 6-8-2002 (DOU-E 7-8-2002)
37, public. em 9-5-2002	68/2002-CN (nº 355/2002, na origem)	Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 2-8-2002, public. no DOU de 5-8-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 6-8-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Marisa Serrano	(**) Aprovado o PLV nº 20/2002, na Câmara dos Deputados em 7-8-2002. Aprovado o PLV nº 20/2002, no Senado Federal em 4-9-2002. Convertida na Lei nº 10.539, de 23-9-2002 (DOU-E 24-9-2002) (PLV nº 20/2002, vetado parcialmente – MCN nº 198, nº 814, na origem – Veto Parcial nº 29/2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
38, public. em 16-5-2002	73/2002-CN (nº 381/2002, na origem)	Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de Estados, do Distrito Federal, de Municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, institui regime especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do servidor Público – PAFSEP, restabelece prazos para pagamento de débitos tributários, inclusive do imposto de renda incidente sobre lucro inflacionário, concede benefícios fiscais à instalação, ampliação ou modernização de unidades industriais e tratamento tributário isonômico entre produção nacional e a importação de papel-jornal, altera a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos antidumping e compensatórios, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 8-8-2002, public. no DOU de 9-8-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 12-8-2002.</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN, de 10-10-2002, public. no DOU de 11-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o <i>parágrafo único</i> do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 3º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a MP, tendo em vista que não foi convertida em lei até a presente data – último dia de sua vigência – perde a eficácia, desde a sua edição, a partir de 11-10-2002.</p>	(**)
39, public. em 17-6-2002	97/2002-CN (nº 483/2002, na origem)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 12-9-2002, public. no DOU de 13-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 14-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jutahy Junior</p> <p>Rejeitada a Medida Provisória em 5-11-2002, na Câmara dos Deputados.</p>	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
40, public. em 17-6-2002	98/2002-CN (nº 489/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 326.075.000,00, em favor do Ministério de Minas e Energia, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 12-9-2002, public. no DOU de 13-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 14-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Professor Luizinho	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.548, de 12-11-2002 (DOU-E 13-11-2002)
41, public. em 21-6-2002	101/2002-CN (nº 498/2002, na origem)	Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 16-9-2002, public. no DOU de 17-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 18-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Osvaldo Biotchi	(***) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.548, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
42, public. em 26-6-2002	111/2002-CN (nº 530/2002, na origem)	Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Inteligência, a remuneração dos integrantes do Quadro de Pessoal da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 19-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 23-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Odelmo Leão</p> <p>Ato Declaratório do Presidente do Senado Federal, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, em apreciação preliminar, rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV e determinou o seu arquivamento.</p>	<p>(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Rejeitada no Senado Federal em 12-11-2002.</p>
43, public. em 26-6-2002	112/2002-CN (nº 531/2002, na origem)	Dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 19-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 23-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Cláudio Cajado</p>	<p>(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.549, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
44, public. em 26-6-2002	113/2002-CN (nº 532/2002, na origem)	Dispõe sobre a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 19-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 23-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Carlos Aleluia</p> <p>Ato Declaratório do Presidente do Senado Federal, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, em apreciação preliminar, rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV e determinou o seu arquivamento.</p>	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Rejeitada no Senado Federal em 12-11-2002.
45, public. em 26-6-2002 (Republic. em 27-6-2002)	114/2002-CN (nº 533/2002, na origem)	Altera a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 19-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 23-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Sebastião Madeira</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.</p>	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 12-11-2002.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
46, public. em 26-6-2002	115/2002-CN (nº 534/2002, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 19-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 23-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jovair Arantes	(**) MP 46 revogou a 2.175-29. Aprovado o PLV nº 21/2002, na Câmara dos Deputados em 6-11-2002. Aprovado o PLV nº 21/2002, no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.593, de 6-12-2002 (DOU-E 9-12-2002)
47, public. em 27-6-2002	119/2002-CN (nº 536/2002, na origem)	Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário – GERRA, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 20-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 24-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wagner Rossi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.550, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
48, public. em 27-6-2002	120/2002-CN (nº 537/2002, na origem)	Dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo – GDASA e da Gratificação Especial de Controle do Tráfego Aéreo – GECTA, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 20-9-2002, public. no DOU de 20-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 24-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wagner Rossi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.551, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
49, public. em 1º-7-2002	122/2002-CN (nº 549/2002, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a contratar em nome da União operação de crédito interno e a conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 28-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wagner Rossi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.552, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
50, public. em 1º-7-2002	123/2002-CN (nº 550/2002, na origem)	Abre, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito extraordinário no valor de R\$ 380.905.883,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 28-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wagner Rossi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.553, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
51, public. em 4-7-2002-Ed. Extra	128/2002-CN (nº 575/2002, na origem)	Dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002. Parecer Oral - CD Relatora: Dep. Laura Carneiro	(**) Os arts. 27, 28 e 29 da MP 51, foram revogados pela MP 53. Rejeitada na Câmara dos Deputados em 12-11-2002.
			Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.	

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
52, public. em 4-7-2002	129/2002-CN (nº 576/2002, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira de Supervisão do Sistema de Saúde e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Jófran Frejat</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.</p>	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 12-11-2002.
53, public. em 12-7-2002	138/2002-CN (nº 626/2002, na origem)	Revoga os arts. 27, 28 e 29 da Medida Provisória nº 51, de 4 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação de cargos de Guarda de Polícia Federal e de Analista de Informações Policiais no Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, e de Direção e Assessoramento Superiores no âmbito da Administração Pública Federal.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002.</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 14-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, declarou prejudicada a MPV.</p>	(**) MP 53, revogou os arts. 27, 28 e 29 da MP 51.

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
54, public. em 12-7-2002	139/2002-CN (nº 627/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 36.365.000,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Professor Luizinho	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.554, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
55, public. em 15-7-2002	142/2002-CN (nº 630/2002, na origem)	Autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R\$ 100,00, de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Professor Luizinho	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.555, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
56, public. em 19-7-2002	149/2002-CN (nº 643/2002, na origem)	Dispõe sobre a inclusão dos cargos que especifica no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, altera as Leis nºs 10.486, de 4 de julho de 2002, e 5.662, de 21 de junho de 1971, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 26-9-2002, public. no DOU de 27-9-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 30-9-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Antonio Cambráia	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 5-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.556, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
57, public. em 8-8-2002	165/2002-CN (nº 700/2002, na origem)	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRONBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Goiás – CELG para efeito de inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 3-10-2002, public. no DOU de 4-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 7-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Euler Ribeiro</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 13-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 12-11-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.</p>	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 12-11-2002.
58, public. em 14-8-2002	170/2002-CN (nº 719/2002, na origem)	Exclui da vedação prevista no art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, as ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 11-10-2002, public. no DOU de 14-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 13-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Carlos Alberto Rosado</p>	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 12-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 19-11-2002. Convertida na Lei nº 10.568, de 19-11-2002 (DOU-E 20-11-2002)
59, public. em 16-8-2002	172/2002-CN (nº 723/2002, na origem)	Dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 11-10-2002, public. no DOU de 14-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 15-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Francisco Dornelles</p>	(**) Aprovado o PLV nº 25/2002, na Câmara dos Deputados em 12-11-2002. Aprovado o PLV nº 25/2002, no Senado Federal em 20-11-2002. Convertida na Lei nº 10.595, de 11-12-2002 (DOU-E 12-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
60, public. em 16-8-2002-Ecd. Extra	173/2002-CN (nº 724/2002, na origem)	Abre, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito extraordinário no valor de R\$ 7.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 11-10-2002, public. no DOU de 14-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 15-10-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Wagner Rossi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.557, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
61, public. em 19-8-2002	174/2002-CN (nº 725/2002, na origem)	Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 16-10-2002, public. no DOU de 17-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 18-10-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Herculano Anghinetti	(**) Aprovado o PLV nº 26/2002, na Câmara dos Deputados em 12-11-2002. Aprovado o PLV nº 26/2002, no Senado Federal em 21-11-2002. Volta à Câmara dos Deputados Aprovado o PLV nº 26/2002, na Câmara dos Deputados em 26-11-2002. Convertida na Lei nº 10.605, de 18-12-2002 (DOU-E 19-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
62, public. em 23-8-2002	175/2002-CN (nº 738/2002, na origem)	Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 18-10-2002, public. no DOU de 20-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 22-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Paulo Marinho</p> <p>Ato Declaratório do Presidente do Senado Federal, public. no DOU de 21-11-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 20-11-2002, declarou prejudicial a MPV.</p>	<p>(**) Aprovado o PLV nº 27/2002, na Câmara dos Deputados em 12-11-2002.</p> <p>Rejeitada no Senado Federal em 20-11-2002.</p>
63, public. em 27-8-2002	176/2002-CN (nº 745/2002, na origem)	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 24-10-2002, public. no DOU de 25-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 26-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Osvaldo Biolchi</p>	<p>(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2002.</p> <p>Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002.</p> <p>Convertida na Lei nº 10.558, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)</p>
64, public. em 27-8-2002	177/2002-CN (nº 746/2002, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 24-10-2002, public. no DOU de 25-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 26-10-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Carlos Aleluia</p>	<p>(**) Aprovado o PLV nº 29/2002, na Câmara dos Deputados em 20-11-2002.</p> <p>Aprovado o PLV nº 29/2002, no Senado Federal em 27-11-2002.</p> <p>Convertida na Lei nº 10.604, de 17-12-2002 (DOU-E 18-12-2002)</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
65, public. em 29-8-2002	183/2002-CN (nº 761/2002, na origem)	Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 24-10-2002, public. no DOU de 25-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 28-10-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh	(**) MP 65 revogou a 2.151-3. Aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.559, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
66, public. em 30-8-2002	191/2002-CN (nº 766/2002, na origem)	Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Fomento do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de ineptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 25-10-2002, public. no DOU de 28-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 29-10-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Benito Gama Em tramitação	(**) Aprovado o PLV nº 31/2002, na Câmara dos Deputados em 11-12-2002. A matéria vai ao Senado Federal.
67, public. em 5-9-2002	192/2002-CN (nº 774/2002, na origem)	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 31-10-2002, public. no DOU de 4-11-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 4-11-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Alberto Goldman	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.560, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
68, public. em 5-9-2002	193/2002-CN (nº 775/2002, na origem)	Altera as Leis nºs 10.209, de 23 de março de 2001, e 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 31-10-2002, public. no DOU de 4-11-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 4-11-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Tadeu Filippelli	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 6-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 12-11-2002. Convertida na Lei nº 10.561, de 13-11-2002 (DOU-E 14-11-2002)
69, public. em 27-9-2002	199/2002-CN (nº 824/2002, na origem)	Dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 21-9-2002, public. no DOU de 22-11-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 26-11-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Hugo Biehl	(**) Aprovado o PLV nº 28/2002, na Câmara dos Deputados em 12-11-2002. Aprovado o PLV nº 28/2002, no Senado Federal em 20-11-2002. Volta à Câmara dos Deputados Aprovado o PLV nº 28/2002, na Câmara dos Deputados em 26-11-2002. Convertida na Lei nº 10.603, de 17-12-2002 (DOU-E 18-12-2002)
70, public. em 2-10-2002	200/2002-CN (nº 829/2002, na origem)	Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 28-11-2002, public. no DOU de 29-11-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 1º-12-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Robson Tuma	(**) Aprovado o PLV nº 30/2002, na Câmara dos Deputados em 27-11-2002. Aprovado o PLV nº 30/2002, no Senado Federal em 4-12-2002. Convertida na Lei nº 10.610, de 20-12-2002 (DOU-E 23-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
71, public. em 4-10-2002	212/2002-CN (nº 850/2002, na origem)	Altera disposições das Leis nºs 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências.	<p>Ato do Presidente da Mesa do CN, de 28-11-2002, public. no DOU de 29-11-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 3-12-2002.</p> <p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Mussa Demes</p> <p>Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 12-12-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 11-12-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.</p>	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 11-12-2002.
72, public. em 9-10-2002	213/2002-CN (nº 864/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 208.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica.	<p>Parecer Oral - CD Relator: Dep. Professor Luizinho</p>	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 27-11-2002. Aprovada no Senado Federal em 3-12-2002. Convertida na Lei nº 10.580, de 3-12-2002 (DOU-E 4-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
73, public. em 15-10-2002	214/2002-CN (nº 868/2002, na origem)	Revoga o art. 12 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 11-12-2002, public. no DOU de 12-12-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 14-12-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Professor Luizinho	(**) Rejeitada na Câmara dos Deputados em 11-12-2002.
74, public. em 24-10-2002	225/2002-CN (nº 887/2002, na origem)	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.	Ato Declaratório do Presidente da Câmara dos Deputados, public. no DOU de 12-12-2002 (Seção I), faz saber que, em sessão realizada no dia 11-12-2002, o Plenário da Casa, rejeitou a MPV.	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 11-12-2002. A matéria vai ao Senado Federal.
75, public. em 25-10-2002	229/2002-CN (nº 893/2002, na origem)	Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Anibal Em tramitação	(**) -
76, public. em 28-10-2002	230/2002-CN (nº 894/2002, na origem)	Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -
77, public. em 28-10-2002	231/2002-CN (nº 895/2002, na origem)	Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contratadas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
78, public. em 11-11-2002	271/2002-CN (nº 979/2002, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.	Em tramitação	(**)
79, public. em 28-11-2002	273/2002-CN (nº 1.028/2002, na origem)	Dispõe sobre o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional e a exploração comercial da imagem do atleta profissional, impõe vedações ao exercício de cargo ou função executiva em entidade de administração de desporto profissional, fixa normas de segurança nos estádios, adapta o tratamento diferenciado do desporto profissional à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelece diretrizes para o cumprimento da obrigação constante do art. 46-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, altera o art. 8º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências.	Em tramitação	(**)
80, public. em 2-12-2002	275/2002-CN (nº 1.035/2002, na origem)	Altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Em tramitação	(**)
81, public. em 2-12-2002	276/2002-CN (nº 1.036/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$ 17.084.740.385,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(**)
82, public. em 13-12-2002	299/2002-CN (nº 1.099/2002, na origem)	Dispõe sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal, de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação	(**)
83, public. em 13-12-2002	300/2002-CN (nº 1.101/2002, na origem)	Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.	Em tramitação	(**)
84, public. em 13-12-2002	301/2002-CN (nº 1.104/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(**)

(*) Emenda Constitucional nº 32, de 2001, public. no DOU de 12-9-2001 –

“Art. 2º - As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

(**) Medidas Provisórias que, em decorrência do disposto no art. 62, § 9º da Constituição Federal, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 32, passaram a tramitar em Casas separadas.

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	143
(*) - editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32.....	066
(**) - tramitação em Casas separadas (Emenda Constitucional nº 32).....	077
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	020
- aprovadas e promulgadas	032
- perderam eficácia	001
- revogadas	002
- rejeitadas	013
- prejudicadas.....	002
- em tramitação	073
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal	002
- Pareceres orais proferidos em plenário, em substituição à Comissão Mista, e publicados no Diário do Congresso Nacional.....	008

5 - Vetos

a) Das Sessões Legislativas anteriores

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
202/94-CN (nº 503/94, na origem)	PLC nº 34/94 (PL nº 2.535/92, na Casa de origem)	Dispõe sobre o exercício da profissão de desenhista.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
117/95-CN (nº 188/95, na origem)	PLC nº 207/93 (PL nº 1.830/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a importação de produtos de origem animal e vegetal destinados ao consumo.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
472/95-CN (nº 985/95, na origem)	PLS nº 340/91 (PL nº 4.386/94, na Câmara dos Deputados)	Cria a área de livre comércio de Cáceres e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
41/96-CN (nº 1.473/95, na origem)	PLC nº 29/95 (PL nº 407/91, na Casa de origem)	Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que "regula o exercício da enfermagem profissional", estabelecendo limite para a jornada normal de trabalho.	Em tramitação Total - 1 Veto Total Relatório nº 2/96-CN (DCN 22.03.96) Relatora: Dep. Lídia Quinan
128/96-CN (nº 228/96, na origem)	PLC nº 5/96 (PL nº 1.355/95, na Casa de origem)	Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial Relatório nº 3/96-CN (DCN 03.04.96) Relator: Dep. Wigberto Tartuce
541/96-CN (nº 869/96, na origem)	PLC nº 57/96 - Complementar (PL nº 95/96- Complementar, na Casa de origem)	Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 38 Veto Parcial
131/97-CN (nº 1.439/96, na origem)	PLC nº 92/96 (PL nº 2.380/96, na Casa de origem)	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
193/97-CN (nº 248/97, na origem)	PLC nº 64/96 (PL nº 7.865/86, na Casa de origem)	Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
621/97-CN (nº 1.056/97, na origem)	PLC nº 73/94 (PL nº 3.710/93, na Casa de origem)	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Mantidos os vetos na sessão de 15-9-99 Total - 119 Veto Parcial OBS.: Faltando ser apreciados Total - 9
217/98-CN (nº 1.645/97, na origem)	PLC nº 112/92 (PL nº 2.802/92, na Casa de origem)	Altera o art. 389 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
221/98-CN (nº 1.504/97, na origem)	PLV nº 13/97 (oriundo da MP nº 1.596-14/97)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
761/98-CN (nº 858/98, na origem)	PLS nº 195/95 (nº 4.573/98, na Câmara dos Deputados)	Concede anistia de multas cominadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais representativas dos empregados da Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, no período em que menciona.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
740/99-CN (nº 673/99, na origem)	PLC nº 29/96 (PL nº 382/91, na Casa de origem)	Insera na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.	Em tramitação Total - 16 Veto Parcial
838/99-CN (nº 967/99, na origem)	PLS nº 307/95 (nº 3.152/97, na Câmara dos Deputados)	Altera a redação do art. 4º do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
1.200/99-CN (nº 1.436/99, na origem)	PLS nº 32/96 (nº 2.211/96, na Câmara dos Deputados)	Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
265/2000-CN (nº 1.807/99, na origem)	PLC nº 17/99 (PL nº 2.872/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 2/2000	Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
266/2000-CN (nº 1.895/99, na origem)	PLC nº 50/95 (PL nº 2.001/91, na Casa de origem) Veto Total nº 3/2000	Introduz alterações na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que institui o seguro- desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
270/2000-CN (nº 1/2000, na origem)	PLC nº 38/98 (PL nº 3.066/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 7/2000	Dispõe sobre a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.	Em tramitação Total - 8 Veto Parcial
271/2000-CN (nº 247/2000, na origem)	PLC nº 57/99 (PL nº 4.811/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 8/2000	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
272/2000-CN (nº 1.749/99, na origem)	PLV nº 5/99 (oriundo da MP nº 1.890-67/99) Veto Parcial nº 9/2000	Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
491/2000-CN (nº 627/2000, na origem)	PLC nº 4/2000- Complementar (PL Complementar nº 18/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 12/2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 26 Veto Parcial
496/2000-CN (nº 705/2000, na origem)	PLC nº 8/2000 (PL nº 4.257/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 17/2000	Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
517/2000-CN (nº 780/2000, na origem)	PLS nº 27/95 (nº 1.645/96, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 19/2000	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
776/2000-CN (nº 958/2000, na origem)	PLV nº 7/2000 (oriundo da MP nº 2.011- 8/2000) Veto Parcial nº 33/2000	Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
777/2000-CN (nº 960/2000, na origem)	PLC nº 54/93 (PL nº 444/91, na Casa de origem) Veto Parcial nº 20/2000	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
778/2000-CN (nº 961/2000, na origem)	PLC nº 23/2000 (PL nº 933/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 21/2000	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
779/2000-CN (nº 966/2000, na origem)	PLC nº 3/2000 (PL nº 1.617/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 22/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
780/2000-CN (nº 967/2000, na origem)	PLC nº 27/1999 (PL nº 2.892/92, na Casa de origem) Veto Parcial nº 23/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	Em tramitação Total - 11 Veto Parcial
781/2000-CN (nº 968/2000, na origem)	PLC nº 20/2000 (PL nº 2.549/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 24/2000	Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
782/2000-CN (nº 970/2000, na origem)	PLS nº 135/96 (nº 3.189/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 25/2000	Altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro 1940 – Código Penal.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
783/2000-CN (nº 971/2000, na origem)	PLC nº 24/2000 (PL nº 256/99, na Casa de origem) Veto Total nº 26/2000	Acrescenta parágrafos aos arts. 179 e 207 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
784/2000-CN (nº 972/2000, na origem)	PLC nº 33/2000 (PL nº 2.904/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 27/2000	Dispõe sobre a transferência de títulos da dívida pública da União para os Estados, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
785/2000-CN (nº 975/2000, na origem)	PL nº 19/99-CN Veto Parcial nº 28/2000	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003.	Em tramitação Total - 53 Veto Parcial
786/2000-CN (nº 976/2000, na origem)	PLC nº 27/2000 (PL nº 2.985/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 29/2000	Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
788/2000-CN (nº 1.109/2000, na origem)	PLC nº 60/99 (PL nº 3.808/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 31/2000	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.	Em tramitação Total - 5 Veto Parcial
822/2000-CN (nº 1.272/2000, na origem)	PLC nº 36/2000 (PL nº 2.974/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 32/2000	Reabre o prazo de opção ao REFIS.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
945/2000-CN (nº 1.483/2000, na origem)	PLS nº 115/96 (nº 3.098/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 34/2000	Restringe o uso de capuz em operações policiais.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
967/2000-CN (nº 1.502/2000, na origem)	PLC nº 50/2000 (PL nº 4.434/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 35/2000	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.023/2000-CN (nº 1.661/2000, na origem)	PLS nº 297/91 (nº 3.403/92, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 36/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1.178/2000-CN (nº 1.794/2000, na origem)	PLC nº 47/99 (PL nº 3.939/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 37/2000	Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
1.206/2000-CN (nº 1.899/2000, na origem)	PLC nº 74/2000 (PL nº 2.845/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 38/2000	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1.257/2000-CN (nº 2.007/2000, na origem)	PLV nº 11/2000 (oriundo da MP nº 1.981- 54/2000) Veto Parcial nº 39/2000	Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
1.326/2000-CN (nº 2.088/2000, na origem)	PLC nº 47/2000 (PL nº 3.156/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 40/2000	Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
1.327/2000-CN (nº 2.099/2000, na origem)	PLC nº 117/2000 (PL nº 3.745/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 41/2000	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
1.336/2000-CN (nº 2.112/2000, na origem)	PLC nº 32/2000 (PL nº 2.978/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 42/2000	Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
1.337/2000-CN (nº 2.113/2000, na origem)	PLC nº 38/2000 (PL nº 4.653/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 43/2000	Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
1.338/2000-CN (nº 2.114/2000, na origem)	PLC nº 17/2000 (PL nº 2.445/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 44/2000	Acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
1/2001-CN (nº 8/2001, na origem)	PL nº 17/2000-CN Veto Parcial nº 1/2001	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
2/2001-CN (nº 9/2001, na origem)	PLC nº 42/2000 (PL nº 4.155/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 2/2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.	Em tramitação Total - 9 Veto Parcial
3/2001-CN (nº 11/2001, na origem)	PLC nº 112/2000 (PL nº 3.756/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 3/2001	Altera o art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
4/2001-CN (nº 17/2001, na origem)	PLC nº 49/99 (PL nº 2.514/96, na Casa de origem) Veto Parcial nº 4/2001	Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.	Em tramitação Total - 14 Veto Parcial
93/2001-CN (nº 20/2001, na origem)	PLV nº 8/2000 (oriundo da MP nº 2.035- 27/2000) Veto Parcial nº 5/2001	Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 9 Veto Parcial
144/2001-CN (nº 232/2001, na origem)	PLC nº 1/99 (PL nº 1.064/91, na Casa de origem) Veto Parcial nº 6/2001	Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
164/2001-CN (nº 252/2001, na origem)	PLV nº 6/2001 (oriundo da MP nº 2.083- 32/2001) Veto Parcial nº 7/2001	Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
187/2001-CN (nº 253/2001, na origem)	PLS nº 464/99- Complementar (nº 116/2000- Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 8/2001	Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
197/2001-CN (nº 323/2001, na origem)	PLC nº 106/94 (PL nº 5.362/90, na Casa de origem) Veto Total nº 9/2001	Institui a Residência Médico-Veterinária e determina outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
201/2001-CN (nº 330/2001, na origem)	PLC nº 52/99 (PL nº 3.456/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 10/2001	Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
202/2001-CN (nº 326/2001, na origem)	PLC nº 59/95 (PL nº 4.465/89, na Casa de origem) Veto Total nº 11/2001	Altera dispositivos da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar).	Em tramitação Total - 1 Veto Total
204/2001-CN (nº 333/2001, na origem)	PLC nº 31/95 (PL nº 1.681/91, na Casa de origem) Veto Total nº 12/2001	Altera o art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
225/2001-CN (nº 368/2001, na origem)	PLS nº 83/91 (nº 1.586/91, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 13/2001	Altera a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
250/2001-CN (nº 393/2001, na origem)	PLC nº 45/2000- Complementar (PL nº 23/99- Complementar, na Casa de origem) Veto Parcial nº 14/2001	Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
255/2001-CN (nº 424/2001, na origem)	PLC nº 14/2001 (PL nº 61/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 15/2001	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
257/2001-CN (nº 427/2001, na origem)	PLS nº 57/99 (nº 1.492/99, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 16/2001	Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
311/2001-CN (nº 494/2001, na origem)	PLC nº 63/99- Complementar (PL nº 10/99- Complementar, na Casa de origem) Veto Parcial nº 17/2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
321/2001-CN (nº 516/2001, na origem)	PLC nº 1/2001 (PL nº 1.615/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 18/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 106 Veto Parcial
340/2001-CN (nº 571/2001, na origem)	PLS nº 166/98 (nº 1.052/99, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 19/2001	Altera a Lei nº 9.691, de 22 de julho de 1998, que 'altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação, objeto do Anexo III da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que 'dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995', e dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativas.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
343/2001-CN (nº 581/2001, na origem)	PLC nº 2/2001 (PL nº 3.523/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 20/2001	Acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
351/2001-CN (nº 587/2001, na origem)	PLC nº 79/2000 (PL nº 596/99, na Casa de origem) Veto Total nº 21/2001	Altera a Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas em prestações e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
445/2001-CN (nº 729/2001, na origem)	PLC nº 22/2001 (PL nº 3.998/2001, na Casa de origem) Veto Parcial nº 22/2001	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
446/2001-CN (nº 730/2001, na origem)	PLS nº 181/89 (nº 5.788/90, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 23/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Em tramitação Total - 22 Veto Parcial
501/2001-CN (nº 758/2001, na origem)	PL nº 4/2001-CN Veto Parcial nº 24/2001	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.	A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto na sessão de 13- 11-2002 Ao Arquivo Total - 5 Veto Parcial
590/2001-CN (nº 927/2001, na origem)	PLC nº 27/2001 (PL nº 2.515/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 25/2001	Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
614/2001-CN (nº 1.007/2001, na origem)	PLS nº 77/98- Complementar (nº 242/98- Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 26/2001	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina e dá outras providências.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
615/2001-CN (nº 1.008/2001, na origem)	PLS nº 17/2000- Complementar (nº 155/2000- Complementar, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 27/2001	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
616/2001-CN (nº 1.009/2001, na origem)	PLC nº 104/92 (PL nº 604/91, na Casa de origem) Veto Total nº 28/2001	Define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
618/2001-CN (nº 1.012/2001, na origem)	PLC nº 140/94 (PL nº 2.072/89, na Casa de origem) Veto Total nº 29/2001	Regulamenta a profissão de arqueólogo e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
619/2001-CN (nº 1.013/2001, na origem)	PLC nº 81/94 (PL nº 3.434/92, na Casa de origem) Veto Parcial nº 30/2001	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o <i>jus postulandi</i> , a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
620/2001-CN (nº 1.014/2001, na origem)	PLC nº 73/97 (PL nº 3.500/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 31/2001	Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
621/2001-CN (nº 1.018/2001, na origem)	PLC nº 69/2000 (PL nº 3.773/97, na Casa de origem) Veto Total nº 32/2001	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
631/2001-CN (nº 1.073/2001, na origem)	PLC nº 9/2000 (PL nº 3.178/97, na Casa de origem) Veto Total nº 33/2001	Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
673/2001-CN (nº 1.149/2001, na origem)	PL nº 31/2001-CN Veto Parcial nº 34/2001	Altera o Plano Plurianual para o período 2000 – 2003.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial

b) Da presente Sessão Legislativa

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
742/2001-CN (nº 1.213/2001, na origem)	PLC nº 23/2001 (PL nº 3.115/97, na Casa de origem) Veto Parcial nº 35/2001	Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Em tramitação Total - 73 Veto Parcial
743/2001-CN (nº 1.235/2001, na origem)	PLS nº 273/91 (nº 3.190/92, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 36/2001	Transfere ao domínio do Estado de Roraima terras pertencentes à União e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
745/2001-CN (nº 1.252/2001, na origem)	PLC nº 26/2001 (PL nº 2.483/2000, na Casa de origem) Veto Total nº 37/2001	Atribui valor de documento de identidade à Carteira de Fiscal de Tributos Estaduais.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
747/2001-CN (nº 1.269/2001, na origem)	PLS nº 294/89 (nº 189/91, na Câmara dos Deputados) Veto Parcial nº 38/2001	Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
749/2001-CN (nº 1.294/2001, na origem)	PLS nº 179/96 (nº 3.162/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 39/2001	Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
767/2001-CN (nº 1.339/2001, na origem)	PLC nº 100/2001 (PL nº 4.838/2001, na Casa de origem) Veto Parcial nº 40/2001	Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 6 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
768/2001-CN (nº 1.343/2001, na origem)	PLC nº 25/2000 (PL nº 4.496/94, na Casa de origem) Veto Total nº 41/2001	Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
769/2001-CN (nº 1.344/2001, na origem)	PLS nº 267/99 (nº 1.856/99, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 42/2001	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade do emprego ao portador do vírus HIV e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
779/2001-CN (nº 1.395/2001, na origem)	PLC nº 114/2001 (PL nº 4.574/2001, na Casa de origem) Veto Parcial nº 43/2001	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do centenário do nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
780/2001-CN (nº 1.405/2001, na origem)	PLC nº 143/2001 (PL nº 5.484/2001, na Casa de origem) Veto Parcial nº 44/2001	Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos – Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de Inovação para Competitividade, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 7 Veto Parcial
781/2001-CN (nº 1.406/2001, na origem)	PLC nº 107/2000 (PL nº 1.748/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 45/2001	Extingue a 5ª e a 6ª Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
782/2001-CN (nº 1.407/2001, na origem)	PLC nº 8/98 (PL nº 4.166/98, na Casa de origem) Veto Parcial nº 46/2001	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
783/2001-CN (nº 1.414/2001, na origem)	PLC nº 86/96 (PL nº 1.536/96, na Casa de origem) Veto Total nº 47/2001	Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
791/2001-CN (nº 1.444/2001, na origem)	PLC nº 87/2001 (PL nº 2.208/99, na Casa de origem) Veto Parcial nº 48/2001	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
792/2001-CN (nº 1.446/2001, na origem)	PLC nº 118/2001 (PL nº 3.475/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 49/2001	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
796/2001-CN (nº 1.474/2001, na origem)	PL nº 48/2001-CN Veto Parcial nº 50/2001	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 57.164.152,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto na sessão de 13-11-2002 Ao Arquivo Total - 2 Veto Parcial
797/2001-CN (nº 1.497/2001, na origem)	PL nº 96/2001-CN Veto Parcial nº 51/2001	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, da Cultura e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 975.916.257,00, para reforço de dotações constantes dos orçamentos vigentes.	A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto na sessão de 13-11-2002 Ao Arquivo Total - 14 Veto Parcial
798/2001-CN (nº 1.498/2001, na origem)	PL nº 90/2001-CN Veto Parcial nº 52/2001	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 25.469.532,00, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente.	A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto na sessão de 13-11-2002 Ao Arquivo Total - 2 Veto Parcial
3/2002-CN (nº 9/2002, na origem)	PLS nº 175/2000 (nº 4.177/2001, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 1/2002	Dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na legislação do imposto de renda.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
4/2002-CN (nº 18/2002, na origem)	PLC nº 88/2001 (PL nº 3.989/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 2/2002	Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
5/2002-CN (nº 22/2002, na origem)	PL nº 32/2001-CN Veto Parcial nº 3/2002	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002.	Em tramitação Total - 21 Veto Parcial
6/2002-CN (nº 25/2002, na origem)	PLC nº 105/1996 (PL nº 1.873/1991, na Casa de origem) Veto Parcial nº 4/2002	Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 94 Veto Parcial
7/2002-CN (nº 26/2002, na origem)	PLC nº 141/2001 (PL nº 3.804/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 5/2002	Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.	Em tramitação Total - 4 Veto Parcial
8/2002-CN (nº 24/2002, na origem)	PLC nº 99/2000 (PL nº 1.043/95, na Casa de origem) Veto Total nº 6/2002	Acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
61/2002-CN (nº 264/2002, na origem)	PLC nº 101/2001 (PL nº 1.733/96, na Casa de origem) Veto Parcial nº 7/2002	Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
63/2002-CN (nº 311/2002, na origem)	PLV nº 1/2002 (oriundo da MP nº 9/2001) Veto Parcial nº 8/2002	Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 11 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
64/2002-CN (nº 316/2002, na origem)	PLV nº 3/2002 (oriundo da MP nº 14/2001) Veto Parcial nº 9/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
65/2002-CN (nº 317/2002, na origem)	PLC nº 76/2001 (PL nº 66/99, na Casa de origem) Veto Total nº 10/2002	Dispõe sobre a criação de Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
66/2002-CN (nº 326/2002, na origem)	PLC nº 93/2001 (PL nº 3.260/97, na Casa de origem) Veto Total nº 11/2002	Altera o inciso I do art. 28 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
71/2002-CN (nº 370/2002, na origem)	PLS nº 129/95 (nº 3.207/97, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 12/2002	Regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos e o procedimento da sua titulação de propriedade imobiliária, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
72/2002-CN (nº 373/2002, na origem)	PLC nº 67/2001 (PL nº 3.901/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 13/2002	Modifica o parágrafo único do art. 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
74/2002-CN (nº 383/2002, na origem)	PLV nº 10/2002 (oriundo da MP nº 30/2002) Veto Parcial nº 14/2002	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento a agricultores familiares atingidos pelos efeitos da estiagem nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
77/2002-CN (nº 411/2002, na origem)	PLV nº 11/2002 (oriundo da MP nº 24/2002) Veto Parcial nº 15/2002	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 3 Veto Parcial
78/2002-CN (nº 423/2002, na origem)	PLC nº 6/2002 (PL nº 1.745/99, na Casa de origem) Veto Total nº 16/2002	Altera o art. 1º e revoga o art. 4º, ambos da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
79/2002-CN (nº 424/2002, na origem)	PLC nº 137/2001 (PL nº 3.614/2000, na Casa de origem) Veto Total nº 17/2002	Dispõe sobre a responsabilidade civil das empresas locadoras de veículos em acidentes de trânsito e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
99/2002-CN (nº 488/2002, na origem)	PLC nº 112/2001 (PL nº 113/99, na Casa de origem) Veto Total nº 18/2002	Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
121/2002-CN (nº 539/2002, na origem)	PLC nº 48/2002 (PL nº 5.307/2001, na Casa de origem) Veto Parcial nº 19/2002	Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.	Em tramitação Total - 13 Veto Parcial
124/2002-CN (nº 546/2002, na origem)	PLC nº 2/2002 (PL nº 2.372/2000, na Casa de origem) Veto Total nº 20/2002	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil, no capítulo relativo aos procedimentos cautelares específicos, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
127/2002-CN (nº 560/2002, na origem)	PLC nº 74/2002 (PL nº 6.632/2000, na Casa de origem) Veto Parcial nº 21/2002	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU – GDA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 6 Veto Parcial
132/2002-CN (nº 574/2002, na origem)	PLV nº 17/2002 (oriundo da MP nº 2.218/2001) Veto Parcial nº 22/2002	Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
143/2002-CN (nº 620/2002, na origem)	PLC nº 60/2001 (PL nº 340/95, na Casa de origem) Veto Parcial nº 23/2002	Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER.	Em tramitação Total - 2 Veto Parcial
144/2002-CN (nº 621/2002, na origem)	PLC nº 123/2001 (PL nº 3.428/97, na Casa de origem) Veto Total nº 24/2002	Dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
147/2002-CN (nº 638/2002, na origem)	PLV nº 19/2002 (oriundo da MP nº 2.182- 18/2001) Veto Parcial nº 25/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
148/2002-CN (nº 639/2002, na origem)	PLC nº 61/2002 (PL nº 4.540/2001, na Casa de origem) Veto Total nº 26/2002	Acrescenta artigo à Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a numeração da obra artística, científica ou literária.	Em tramitação Total - 1 Veto Total
150/2002-CN (nº 644/2002, na origem)	PLV nº 18/2002 (oriundo da MP nº 2.176- 79/2001) Veto Parcial nº 27/2002	Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
151/2002-CN (nº 661/2002, na origem)	PL nº 9/2002-CN Veto Parcial nº 28/2002	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.	Em tramitação Total - 21 Veto Parcial
198/2002-CN (nº 814/2002, na origem)	PLV nº 20/2002 (oriundo da MP nº 37/2002) Veto Parcial nº 29/2002	Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	Em tramitação Total - 1 Veto Parcial
272/2002-CN (nº 1.010/2002, na origem)	PLC nº 46/2002 (PL nº 3.739/2000, na Casa de origem) Veto Total nº 30/2002	Denomina 'Rodovia Ministro Alfredo Nasser' a rodovia BR-153, do Estado do Pará até o Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação Total - 1 Veto Total

SÚMULA

Total dos Projetos.....	129
Total dos Vetos.....	796
- de sessões legislativas anteriores	474
- da presente sessão legislativa	322
- em tramitação	773
- projetos prejudicados.....	004

6 – Requerimentos (RQN)

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
001/2002-CN	29-01-2002	Senador Ramez Tebet – Presidente do Senado Federal, Deputado Aécio Neves – Presidente da Câmara dos Deputados e outros Senhores Congressistas	Criação de uma Comissão Mista Temporária, composta de 19 Deputados e 19 Senadores e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 dias, levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País.	A publicação
002/2002-CN	25-04-2002	Deputado Márcio Fortes e outros Senhores Congressistas.	Prorrogação dos trabalhos da Comissão Especial Mista, criada por meio do RQN nº 73/2001 – CRISE DE ENERGIA – por mais 30 dias.	Aprovado
003/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 2/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
004/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 3/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
005/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 7/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
006/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
007/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
008/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
009/2002-CN	25-04-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
228/2002-SF	30-04-2002	Senador Ramez Tebet, Presidente do Congresso Nacional, Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados e outros Senhores Congressistas.	Realização de Sessão Conjunta do Congresso Nacional no dia 15 de maio, às 10h, destinada a comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
010/2002-CN	05-06-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Retirada do item 2 da Ordem do Dia da sessão.	Rejeitado
011/2002-CN	02-07-2002	Senador Lúcio Alcântara e outros Senhores Congressistas.	Prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23/2000-CN – ROUBO DE CARGAS – até 15/12/2002.	Deferido
012/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, da Medida Provisória nº 2.218/01, que “Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências”.	Aprovado
013/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 10/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
014/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 13/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
015/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 15/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
016/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 16/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
017/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 17/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
018/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 18/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
019/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 19/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
020/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 14/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
021/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 20/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
022/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Preferência para apreciação do texto original do Projeto de Lei nº 20/2002, do Congresso Nacional, antes do substitutivo aprovado na Comissão.	Aprovado
023/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 22/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
024/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 23/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
025/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 21/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
026/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 25/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
027/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 27/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
028/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 28/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
029/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 29/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
030/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 30/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
031/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 31/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
032/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 24/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
033/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
034/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
035/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
036/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
037/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
038/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
039/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
040/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
041/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
042/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 42/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
043/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
044/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outro Senhor Congressista.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
045/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, da Medida Provisória nº 2.176-79/2001.	Aprovado
046/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, da Medida Provisória nº 2.182-18/2001.	Aprovado
047/2002-CN	02-07-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 45, 46, 47 e 48/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
048/2002-CN	02-07-2002	Deputado Antônio Carlos Konder Reis e outros Senhores Congressistas.	Destaque para votação em separado da Emenda nº 223 ao Projeto de Lei nº 009/2002-CN (LDO/2003).	Aprovado
049/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 34/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
050/2002-CN	07-08-2002	Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL na Câmara dos Deputados.	Preferência para apreciação do Projeto de Lei nº 43/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
051/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 43/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
052/2002-CN	07-08-2002	Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL na Câmara dos Deputados.	Preferência para apreciação do Projeto de Lei nº 45/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado
053/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 45/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
054/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 37/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
055/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 38/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
056/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 41/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
057/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 46/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
058/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 47/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
059/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 49/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
060/2002-CN	07-08-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 42/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
061/2002-CN	29-08-2002	Deputado Paulo Octávio, Presidente da Comissão Mista Especial criada através do RQN nº 81/2000-CN	Marcar Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek no dia 12/09/2002.	À publicação
062/2002-CN	06-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 94/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
063/2002-CN	13-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 35/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
064/2002-CN	13-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 59/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
065/2002-CN	13-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 65/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
066/2002-CN	13-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 69/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
067/2002-CN	13-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 48/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
068/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, dos Avisos nºs 49, 77 e 78/2002, do Congresso Nacional, com pareceres aprovados na CMPOPF.	Aprovado
069/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, dos Projetos de Decreto nºs 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 14/2001, do Congresso Nacional, com pareceres aprovados na CMPOPF.	Aprovado

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
070/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 79/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
071/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 80/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
072/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 81/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
073/2002-CN	20-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 97/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
074/2002-CN	27-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 95/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
075/2002-CN	27-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Lei nº 98/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
076/2002-CN	27-11-2002	Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Inclusão, na presente Ordem do Dia, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 68, 69 e 70/2002, do Congresso Nacional.	Aprovado

SÚMULA

Total dos Requerimentos.....	76
- aprovados.....	73
- à publicação (será votado oportunamente)	01
- rejeitados.....	01
- deferido.....	01

D - QUESTÕES DE ORDEM E SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS

Da Sessão Legislativa anterior

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
21-3-2001	Dep. Sérgio Miranda	Relata tomando por base a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 52, determina que os Poderes têm de apresentar, a cada quadrimestre, um relatório de gestão fiscal, e que a Lei nº 10.028, em seu art. 5º, também determina que esses Poderes enviem ao Legislativo relatório de gestão fiscal. Segundo o art. 9º da lei de Responsabilidade Fiscal, é para a Comissão Mista de Orçamento que o representante de cada Poder fará um relatório quadrimestral indicando se as metas fiscais estão sendo cumpridas ou não. A partir das leis orçamentárias mais recentes, é na Comissão Mista de Orçamento que se tem debatido e apreciado os relatórios de mestas fiscais.	Despachada à CCJ da Câmara dos Deputados
25-9-2001	Dep. Virgílio Guimarães	Informa procedimentos adotados na CMOPF: se é pedida a verificação de quorum em uma Casa, no caso, a Câmara, imediatamente, sem interstício algum, pode-se pedir verificação também no Senado. Questiona o fato de não estar sendo usado o mesmo procedimento na sessão do Congresso. O Deputado Dr. Rosinha, falando pela ordem, relembra a questão de ordem levantada pelo Deputado Virgílio Guimarães.	A Presidência decide que, por tratar-se de uma sessão conjunta, não há que se distinguir entre Câmara e Senado para efeito de pedido de verificação após decorrida uma hora do primeiro pedido deferido.
25-9-2001	Dep. Sérgio Miranda	Questiona à Presidência se será respeitado o art. 51, do Regimento Comum, que determina a votação da redação final pela Comissão Mista de Orçamento. Afinal trata-se de projeto de revisão do PPA, e o art. 51 é explícito: concluída a votação, a matéria voltará à Comissão Mista. O Deputado Inocêncio Oliveira contradita a questão de ordem baseado no § 2º do art. 51, que é um substitutivo integral do Relator Dep. Santos Filho aprovado na Comissão Mista de Orçamento. Não há razão portanto, para que o mesmo volte à Comissão Mista para a redação final. O Deputado Rubens Bueno questiona quanto ao fato de a Presidência ter lido os §§ 1º e 2º do art. 51 e tomado uma decisão contrária ao que foi lido.	Na sessão do dia 2-9-2001, respondendo a questão de ordem, a Presidência informa que será remetido à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o Substitutivo ao PLN nº 31/2001, e as alterações aprovadas, nos termos do art. 51 do Regimento Comum combinado com o art. 32 da Resolução nº 2/1995-CN.

E – MENSAGENS RECEBIDAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31/91-CN (nº 150/91, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1990.	Em tramitação
33/92-CN (nº 104/92, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1991.	Em tramitação
98/1994-CN (nº 292/1994, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1993.	Decreto Legislativo nº 445, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)
173/96-CN (nº 319/96, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1995.	Decreto Legislativo nº 450, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)
236/97-CN (nº 457/97, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1996.	Decreto Legislativo nº 446, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)
268/98-CN (nº 454/98, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1997.	Decreto Legislativo nº 451, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)
317/99-CN (nº 497/99, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1998.	Decreto Legislativo nº 448, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)
349/2000-CN (nº 494/2000, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 1999.	Transformada no PDS nº 690/2002
198/2001-CN (nº 324/2001, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício financeiro de 2000.	Decreto Legislativo nº 449, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
379/2001-CN (nº 617/2001, na origem)	Presidente da República	Submetendo à deliberação do Congresso Nacional ao esclarecimentos sobre as medidas saneadoras adotadas quanto ao programa "Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte - BR 174/AM - Divisa MT/AM - Divisa AM/RR", constante do Quadro V da Lei de Meios, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado dos Transportes.	Em tramitação

a) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
59/2002-CN (nº 261/2002, na origem)	Presidente da República	Encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2001.	Decreto Legislativo nº 447, de 19-12-2002 (public. No DOU de 20-12- 2002)

SÚMULA

Total das Mensagens	11
- da sessões legislativas anteriores.....	10
- da presente sessão legislativa.....	01
- transformadas em Decreto Legislativo	07
- transformadas em PDS.....	01
- em tramitação.....	03

F - OFÍCIOS

a) Da sessão legislativa anterior

Número		Assunto	Resultado
CN	Origem		
02, de 11-4-2001	Presidente do Supremo Tribunal Federal Of. nº 335/2001, de 10-4-2001	Encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de Contas, relativas ao exercício de 2000, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e respectivo Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Superior Militar.	Em tramitação
03, de 11-4-2001	Presidente do Tribunal de Contas da União Aviso nº 282/2001, de 10-4-2001	Encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de Contas do Tribunal de Contas da União, composto pelo relatório de gestão fiscal, relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2000.	Em tramitação
04, de 18-4-2001	Câmara dos Deputados	Encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas da Câmara dos Deputados do Exercício Financeiro de 2000, para que sejam encaminhadas à apreciação do Egrégio Tribunal de Contas da União.	Em tramitação
05, de 24-4-2001	Presidente do Senado Federal	Encaminhando ao Tribunal de Contas da União, em obediência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as contas do Senado Federal referentes ao exercício de 2000.	Em tramitação
06, de 17-5-2001	Presidente do Congresso Nacional	Designando, nos termos do disposto do caput do art. 5º da Resolução nº 2, de 1995-CN e da Resolução nº 2, de 2000-CN, parlamentares para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF.	Encontra-se na CMO, aguardando o término do mandato dos membros da Comissão
07, de 8-10-2001	-	Ato Conjunto nº 1, de 2001-CN, que veda a edificação de construções móveis, colocação de tapumes, arquibancadas, palanques, tendas ou similares na área em frente ao prédio do Congresso Nacional.	Publicado o Ato nº 1, de 2001 no DSF de 24-8-2001
08, de 16-10-2001	Procurador-Geral da República	Encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2001.	Em tramitação
09, de 24-10-2001	Banco do Brasil	Encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2001, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.	Em tramitação

b) Da presente sessão legislativa

Número		Assunto	Resultado
CN	Origem		
01, de 27-3-2002	Judiciário (nº 106, de 15- 4-2002)	Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Prestações de Contas, relativas ao exercício de 2001, do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar.	Em tramitação
02, de 4-4-2002	Banco da Amazônia S/A (nº 143, de 28- 3-2002)	Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2001, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.	Em tramitação
03, de 10-6-2002	Presidentes do Senado Federal, Câmara dos Deputados e do TSE	Solicita à Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, para que apresente proposta de prestação de Serviços Técnicos Especializados de análise do Sistema Informatizado de Eleições (urna eletrônica), compreendendo os processos de produção e operação de hardware e software de votação, apuração, transmissão de dados e totalização, bem como sua fiscalização pelos segmentos interessados e órgãos competentes.	Em tramitação
04, de 12-4-2002	Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados	Relatórios das Contas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, referentes ao exercício financeiro de 2001, para apreciação pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	Em tramitação
05, de 12-4-2002	Presidente da Assembléia Legislativa Estado São Paulo (nº 4420, de 4- 7-2002)	Encaminha ao Senado Federal cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída no âmbito da Assembléia, destinada a apurar organizações que atuam no narcotráfico, suas relações com roubos de cargas, assassinatos, lavagem de dinheiro e demais atividades criminosas com ele relacionadas, assim como o envolvimento, a participação ou colaboração de agentes públicos e órgãos estatais nas ações do tráfico de drogas.	Em tramitação
06, de 12-12-2002	Mesas - do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do artigo 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 17 de dezembro de 2002 a 14 de fevereiro de 2003.	Em tramitação

G - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

G.1. Deputados

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra			Participação nas Comissões Mistas					MERCOSUL			
	REQUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS		MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS
Abelardo Lupion	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-
Adão Preto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	43	-	-	-
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Adolfo Marinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-
Aécio Neves	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Afonso Camargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Agnelo Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Airton Cascavel	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Airton Dipp	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Airton Roveda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-
Alberto Fraga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Alceste Almeida	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Alceu Collares	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	7	-	-	-
Aldir Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	5	-	-	-
Aldo Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Alex Canziani	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Alexandre Cardoso	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Alexandre Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Almeida de Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Almerinda de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Almir Sá	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-
Alcizio Mercadante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Aloysio Nunes Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Ana Corso	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
André Benassi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
André de Paula	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Angela Guadagnin	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antibal Gomes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-
Anivaldo Vale	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	8	-	-
Antonio Cambraia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Antônio Carlos Konder Reis	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-
Antonio Carlos Pannunzio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	1	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCO SUL
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Antonio Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Antônio Kandir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	38	-	-	-
Aracely de Paula	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Ariosto Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Arlindo Chinaglia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Armando Abilio	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Armando Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Amaldo Faria de Sá	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Arnon Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Arolde de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Aroldo Cedraz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Ary José Vanazzi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ary Kara	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Asdrubal Bentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Áttila Lins	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Áttila Lira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Augusto Franco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Augusto Nardes	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-
Avenzoar Arruda	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ayrton Xeréz	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
B. Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Babá	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Badu Picanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-
Basílio Villani	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	-	-	-
Benedito Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Beto Albuquerque	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Bispo Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	-	-
Bispo Wanderval	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Bonifácio de Andrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cabo Júlio	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	12	-	-	-
Carilo Merss	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Alberto Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-
Carlos Batata	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-
Carlos Eduardo Cadoca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Carlos Melles	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Carlos Mosconi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Carlos Santana	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Celcita Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Celso Russomanno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Cezar Schirmer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCO SUL
Chico da Princesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	-	-	-
Chico Sardelli	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	6	-	-	-
Chiquinho Feitosa	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Cláudio Cajado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-
Clementino Coelho	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Cleonânicio Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Confúcio Moura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Corauáci Sobrinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Coriolano Sales	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Cornélio Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Costa Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Crescêncio Pereira Jr.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Cunha Bueno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Custódio Mattos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	36	-	-	-
Damião Feliciano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	40	-	-	-
Danilo de Castro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	1	-	-
Darci Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Darcísio Perondi	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	2	-	1	-	-
Deusdeth Pantoja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
De Velasco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Dino Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Divaldo Suruagy	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-
Djalma Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Domiciano Cabral	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-
Dr. Antonio Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Dr. Heleno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Dr. Hélio	-	-	-	1	1	5	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Dr. Rosinha	-	-	-	5	-	9	-	1	-	-	-	-	2	-	1
Eber Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-
Edinho Bez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Edir Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Edmar Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Eduardo Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Eduardo Seabra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Efraim Moraes	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Elcione Barbalho	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Eliseu Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emerson Kapaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Eni Voltolini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Esther Grossi	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eujácio Simões	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
Euler Moraes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Euler Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Eunício Oliveira	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-
Expedito Júnior	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Ezídio Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fátima Pelaes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
Félix Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-
Fernando Coruja	-	-	2	1	-	1	-	1	-	-	3	-	-	-	-
Fernando Ferro	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Fernando Gabeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Fernando Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	42	-	-	-
Fernando Zuppo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-
Fetter Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Feu Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Francisco Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-	-
Francisco Dornelles	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Francisco Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Francisco Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	6	-	-	-
Francistônio Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Freire Júnior	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	41	-	-	-
Gastão Vieira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	-	-
Geovan Freitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Geraldo Magela	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Germano Rigotto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Gerson Gabreli	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	6	-	-	-
Gerson Peres	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	45	-	-	-
Gervásio Silva	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	4	-	-	-
Gilmar Machado	-	-	2	4	-	5	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Giovanni Queiroz	-	-	1	12	-	5	-	1	-	-	-	-	3	-	-
Givaldo Catimbão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Gonzaga Patriota	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	1	2	-	-
Haroldo Lima	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	42	-	-	-
Helenildo Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-
Henrique Fontana	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Herculano Anghinetti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Hugo Biehl	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Iara Bernardi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Iberê Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Ibrahim Abi-Ackel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Iélio Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
Ildefonso Cordeiro	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Inácio Arruda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	1
Inaldo Leitão	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	44	-	-	-
Inocêncio Oliveira	2	-	1	5	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Iris Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itamar Serpa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ivan Paixão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaime Fernandes Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Jaime Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Jair Bolsonaro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Jair Meneguelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Jairo Carneiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Jandira Feghali	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
João Almeida	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	5	-	-
João Caldas	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
João Carlos Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
João Castelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
João Colaço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
João Coser	-	-	1	5	-	4	-	1	-	-	1	-	2	-	-
João Eduardo Dado	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Grandão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	3	-	-
João Henrique	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
João Hermann Neto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-	-
João Leão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	1	-	-	-
João Magno	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-
João Matos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
João Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
João Paulo	-	-	2	1	-	4	-	-	-	-	-	42	-	-	-
João Pizzolatti	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
João Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-
João Sampaio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
João Tola	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim Francisco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Jofran Frejat	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Jonival Lucas Júnior	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Alberto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Jorge Bittar	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Jorge Khoury	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	5	-	-
Jorge Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-
José Aníbal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Antonio Almeida	-	-	1	-	-	6	1	-	-	-	2	42	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
José Borba	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
José Carlos Aleluia	-	-	-	5	-	3	-	1	-	-	1	1	-	-	-
José Carlos Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Elias	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
José Carlos Fonseca Jr.	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	44	-	-	-
José Carlos Martinez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Chaves	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
José de Abreu	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	11	-	-	-
José Genoíno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
José Índio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
José Janene	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
José Linhares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
José Múcio Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
José Pimentel	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
José Priante	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
José Roberto Batochio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-
José Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-
José Thomaz Nonó	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Josué Bengtson	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Jovair Arantes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	4	-	-	-
Júlio Redecker	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Julio Semeghini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Juquinha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-
Jutahy Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kátia Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-
Lael Varella	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-
Laire Rosado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Laura Carneiro	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	5	1	-	-
Lavoisier Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Leodegar Tiscoski	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Lidia Quinan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Lincoln Portela	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lino Rossi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Lúcia Vânia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	-	-	-
Luciano Bivar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Luciano Castro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	7	2	-	-
Luciano Pizzato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Luisinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Luiz Antonio Fleury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Luiz Carlos Hauly	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	5	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
Luiz Eduardo Greenhalgh	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Luiz Piauhyrino	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3	-	-	-
Luiz Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-
Luiz Sérgio	-	-	-	1	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiza Erundina	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Magno Malta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Marçal Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Marcelo Barbieri	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Marcelo Fortes	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Márcio Reinaldo Moreira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-
Marcondes Gadelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Marcos Cintra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Marcos de Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Marcos Rolim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Marcus Vicente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Maria Abadia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Maria Elvira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Mário Negromonte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Mariana Serrano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Mattos Nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Maurílio Ferreira Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Mauro Benevides	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Mauro Lopes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Max Rosenmann	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Medeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Mendes Thame	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5	-	-	-
Milton Monti	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	2	1	-	-
Miriam Reid	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Miro Teixeira	-	-	2	5	-	6	2	-	-	-	-	37	-	-	-
Moreira Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Moroni Torgan	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	37	-	-	-
Mussa Dames	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	4	6	-	-
Nair Xavier Lobo	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1	1	-	-	-
Narcio Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Nelson Marquezelli	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Nelson Meurer	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Nelson Otch	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Nelson Pellegrino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Nelson Trad	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Neuton Lima	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO, VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
Ney Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Nice Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Nilmário Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-
Nilson Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Norberto Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Odelmo Leão	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	46	-	-	-
Odílio Balbinotti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Olavo Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-
Osmário Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Osmar Serraglio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-
Osmar Terra	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2	-	-	-
Osório Adriano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Oswaldo Biolchi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Oswaldo Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Oswaldo Reis	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Paes Landim	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	2	1	-	-	-
Pastor Amarildo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pauderney Avelino	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	3	-	-	-
Paulo Braga	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Paulo Delgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Paulo Feijó	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-
Paulo Gouvêa	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-
Paulo Kobayashi	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Paulo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-
Paulo Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Paulo Mourão	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	-	-	-
Paulo Octávio	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-	-	-
Paulo Paim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pedro Celso	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Pedro Chaves	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-
Pedro Fernandes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	-	-
Pedro Henry	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2	-	-
Pedro Irujo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pedro Novais	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-
Philemon Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Pimentel Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pompeo de Mattos	-	-	-	1	-	3	1	1	-	-	1	-	-	-	-
Professor Luizinho	-	-	-	-	-	2	2	1	-	-	4	-	2	-	-
Rafael Greca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Raimundo Gomes de Matos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	RE-QUERIMENTO	PROJETO DE RESOLUÇÃO	ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUNCIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇAMENTO	C. P. M. DE INQUÉRITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVISÓRIAS	PARECERES	RELATÓRIOS	MERCOSUL
Silas Brasileiro	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-
Simão Sessim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Tadeu Filippelli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Tânia Soares	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Tarcisio Zimmermann	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Teima de Souza	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Themistocles Sampaio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-
Ursicino Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Vadão Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Valdemar Costa Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	-	-
Vanessa Graziotin	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Vicente Caropreso	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Vilmar Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Virgílio Guimarães	-	-	4	2	-	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Vitorio Mediolí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Vivaldo Barbosa	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Waldemir Moka	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Waldir Pires	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Walter Pinheiro	-	-	-	-	-	5	-	1	-	-	2	2	-	-	-
Wanderley Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Wellington Dias	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Wellington Fagundes	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Werner Wanderer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Wilson Braga	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Wilson Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-
Xico Graziano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	6	-	-	-
Yeda Crusius	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Zé Gomes da Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Zé Índio	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Zenaldo Coutinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Zezé Perrella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Zila Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-
Zulaê Cobra	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2	1	-	-	-

G - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

G.2. Senadores

Senadores	Proposições Apresentadas				Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUERI- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÊ- RITO	ESPECIAIS	VOTOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS	MER- CO SUL
Ademir Andrade	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	6	23	-	-	-
Adir Gentil	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1
Alberto Silva	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	43	-	-	-
Álvaro Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	41	-	-	-
Amir Lando	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3	46	1	-	-
Antero Paes de Barros	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	17	-	-	-	-
Antonio Carlos Júnior	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	2	-	-	-	-
Antonio Carlos Valadares	-	-	-	-	-	1	1	-	-	4	1	2	-	-	-
Ari Stadler	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Arlindo Porto	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	6	45	-	-	-
Artur da Távola	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	19	-	-	-	-
Bello Parga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4	-	-	-	-
Benício Sampaio	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	21	-	-	-	-
Bernardo Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-
Carlos Bezerra	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	4	-	-	-	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3	46	-	-	-	-
Carlos Wilson	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
Casildo Maldaner	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Chico Sartori	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-
Edison Lobão	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Eduardo Siqueira Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	19	-	-	-	-
Eduardo Suplicy	-	-	1	1	1	2	1	1	-	5	43	1	-	-	-
Emília Fernandes	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	43	-	-	-	-
Fernando Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
Fernando Ribeiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	-	-	-	-
Francelino Pereira	-	-	-	-	-	1	1	-	-	4	39	-	-	-	-
Freitas Neto	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	57	-	-	-	-
Geraldo Althoff	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	6	-	-	-	-
Geraldo Cândido	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	54	-	-	-	-
Gerson Camata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	43	-	-	-	-
Gilvan Borges	-	-	-	-	-	1	1	-	1	2	45	-	-	-	-
Helôisa Helena	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-
Iris Rezende	-	-	-	-	-	1	-	-	1	4	3	-	-	-	-

Senadores	Proposições Apresentadas				Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas						
	RE- QUERI- MENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS	MER- CO SUL
Jefferson Péres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
João Alberto Souza	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	1	4	2	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	5	4	5	-	-
José Agripino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	37	-	-	-
José Alencar	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	10	22	-	-	-
José Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-
José Eduardo Dutra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	-	-	-
José Fogaça	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-
José Jorge	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	1
José Sarney	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	45	-	-	-
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	41	-	-	1
Lindberg Cury	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	2	-	-	-
Lúcio Alcântara	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	7	20	-	-	-
Lúcio Coelho	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	10	-	-	1
Luiz Otávio	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	20	-	-	1
Luiz Pastore	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Luiz Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-
Maguito Vilela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10	2	-	-	-
Maria do Carmo Alves	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4	2	-	-	-
Marina Silva	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	44	1	-	-
Mauro Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-
Moreira Mendes	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	4	3	6	-	-
Mozarildo Cavalcanti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	8	-	-	-
Nabor Júnior	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	3	46	-	-	-
Ney Suassuna	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-
Nilo Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Osmar Dias	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	10	-	-	-	-
Paulo Hartung	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	20	-	-	-
Paulo Souto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	4	-	-	-
Pedro Piva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Pedro Simon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4	-	-	-
Ramez Tebet	3	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reginaldo Duarte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-
Renan Calheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	45	-	-	-
Ricardo Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	16	-	-	-
Roberto Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-
Roberto Requião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Roberto Saturnino	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	1	-	-

Senadores	Proposições Apresentadas					Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas					
	RE- QUER- IMENTO	PROJETO DE RESO- LUÇÃO	ENCAMI- NHAMEN- TO VOTAÇÃO	DISCUSSÃO	APARTE	PRONUN- CIAMENTO	QUESTÃO DE ORDEM	C. M. DE ORÇA- MENTO	C. P. M. DE INQUÉ- RITO	ESPECIAIS	VETOS	MEDIDAS PROVI- SÓRIAS	PARE- CERES	RELA- TÓRIOS	MER- CO SUL
Robinson Viana	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Romero Jucá	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	8	65	2	-	-
Romeu Tuma	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	6	40	-	-	-
Ronaldo Cunha Lima	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	10	1	-	-
Sebastião Rocha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	44	-	-	-
Sérgio Machado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	4	-	-	-
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	17	-	-	-
Tião Viana	-	-	-	2	-	-	-	1	-	1	4	-	1	1	-
Valmir Amaral	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	-	-
Waldeck Ornelas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	-	-	-
Wellington Roberto	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-

H - COMISSÕES

H.1 - COMISSÕES MISTAS DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

H.1.1 - A COMISSÃO MISTA FUNCIONOU COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO ATÉ 14-5-2002

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Designação feita em 16-5-2001(SF e CN)

Comissão instalada em 23-5-2001

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Sen. Carlos Bezerra – PMDB-MT

1º Vice-Presidente: Dep. Santos Filho – PFL-PR

2º Vice-Presidente: Sen. Mozarildo Cavalcanti – PFL-RR

3º Vice-Presidente: Dep. Virgílio Guimarães – PT-MG

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2002: Dep. Sampaio Dória – PSDB-SP

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Gilvam Borges(23) (52)	1-Alberto Silva
Wellington Roberto	2-Fernando Ribeiro(52)
Nabor Júnior	3-Robinson Viana** (52)
Gilberto Mestrinho	4-Valmir Amaral
Amir Lando	5-Sérgio Machado(37)
Carlos Bezerra	6-João Alberto Silva(52)
Marluce Pinto	7-Gerson Camata(52)
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1-Antônio Carlos Júnior (42)
Moreira Mendes	2-Romeu Tuma
Leomar Quintanilha (42)	3-Paulo Souto*** (63)
Jonas Pinheiro	4-Francelino Pereira
José Coelho	5-Geraldo Althoff
PSDB	
Romero Jucá(3)	1-Ricardo Santos(3)
Freitas Neto(3) (47)	2-Pedro Piva(3) (47)
Antero Paes de Barros(3)	3-Lúcio Alcântara(3)
Ronaldo Cunha Lima(34)	4-Lúdio Coelho(3)
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
Tião Viana	1Eduardo Suplicy
Paulo Hartung	2-Roberto Freire
Sebastião Rocha	3-Jefferson Peres
PSB	
Ademir Andrade	1-Antônio Carlos Valadares(11) (45)
PPB	
Benício Sampaio (72)	1-Luiz Otávio (72)
(*)PTB	
Arlindo Porto	1-Carlos Patrocínio(50)

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco (PSDB-PTB)	
Alberto Goldman	1-Armando Abílio
Anivaldo Vale	2-Carlos Batata
Arnon Bezerra	3-Domiciano Cabral

Saulo Pedrosa (65)	4-Fátima Pelaes
Félix Mendonça	5-Fernando Gonçalves
Helenildo Ribeiro	6-Josué Bengtson
João Almeida	7-Lidia Quinan
José Carlos Elias	8-Nilo Coelho
Lúcia Vânia	9-Ricarte de Freitas(29)
Narcio Rodrigues	10-Renildo Leal
Paulo Feijó	11-Paulo Kobayashi(27)
Sampaio Dória(26)	12-Adolfo Marinho(2) (39)
Danilo de Castro (28) (69)	13-Jovair Arantes(2) (40)
Roberto Rocha (64) (70)	14-Raimundo Gomes de Matos(2)
Paulo Mourão (2) (33) (66) (73)	15-Sérgo Barros(4)
Zila Bezerra	16-Augusto Franco(10)(18)

Bloco (PFL-PST)

Antônio Carlos Konder Reis	1-Aracely de Paula
Divaldo Suruagy	2-Átila Lins
Jorge Khoury	3-Cláudio Cajado(55)(79)
José Carlos Aleluia	4-Paes Landim(21)
Lael Varela	5-José Carlos Coutinho(53)(78)
Luciano Castro	6-Francisco Rodrigues
Mussa Demes	7-Ursicino Queiroz (59)
Neuton Lima	8-Gervásio Silva
Osvaldo Coelho	9-Sérgio Barcellos (38) (43)
Paulo Braga	10-Gerson Gabrielli (25) (71)
Pedro Fernandes	11-Carlos Nader(48)
Santos Filho	12-José Thomaz Nonô
Wilson Braga	13-Laura Carneiro(12)

PMDB

Antônio do Valle	1-vago (44) (49)(80)
Jonival Lucas Júnior	2-Coriolano Sales
José Borba	3-Jorge Alberto
José Chaves	4-Silas Brasileiro
José Priante	5-Pedro Chaves (14)(16)(30)
Milton Monti	6-Darcísio Perondi(24)
Freire Júnior (5)(13)(16)(30)(76)	7-Osvaldo Reis(24)
Olavo Calheiros(8)	8-Eunício Oliveira(31)
Marcelo Teixeira(9)(75)(77)	9-Gastão Vieira(31)
Pedro Novais(15)	10-Renato Vianna(31)
João Matos(24)	11-Waldemir Moka(31)
Marçal Filho(24)	12-(vago)(31) (44)

PT

Gilmar Machado(32)	1-Carlito Meress(32)
João Coser	2-João Paulo
João Grandão	3-Luiz Sérgio
João Magno	4-Paulo Paim
Jorge Bittar	5-José Pimentel(6)
Pedro Celso	6-Professor Luizinho
Virgílio Guimarães	7-Telma de Souza

PPB

Almir Sá (58) (60)	1-Luiz Fernando (57) (67)
Roberto Balestra (62) (68)	2-Enivaldo Ribeiro
Márcio Reinaldo Moreira	3-Pedro Henry (58)
Nelson Meurer	4-Paulo Lessa (58) (61)
João Pizzolatti	5-João Tota
João Leão (17)	6-Ricardo Barros

BLOCO (PSB-PC do B)

Alexandre Cardoso	1-Agnelo Queiroz
-------------------	------------------

Gonzaga Patriota (56)(74)	2-Givaldo Carimbão (56)(74)
Sérgio Miranda	3-Tânia Soares(46)

BLOCO (PDT-PPS)

Airton Dipp(1)	1-Fernando Coruja(1) (54)
Giovanni Queiroz(1)	2-Pompeo de Mattos(1)
Airton Cascavel(1) (19) (41)	3-Clementino Coelho(1)(19)

BLOCO (PL-PSL)

Eujácio Simões	1-Alceste Almeida(51)
João Caldas(7) (22)	2-Juquinha(36)
Welinton Fagundes(20) (35)	3-Robério Araújo

(*)PV

Orlando Desconsi (cessão)	1-Dr. Rosinha (cessão)
---------------------------	------------------------

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

- (1) Indicações dos Deputados Airton Dipp, Giovanni Queiroz, Rubens Bueno como titulares e Olímpio Pires, Pompeo de Mattos e Pedro Eugênio como suplentes, em 17-5-2001 – **Bloco (PDT-PPS)** - (CD)
- (2) Indicações dos Deputados Danilo de Castro, Juquinha e Raimundo Gomes de Matos como suplentes, em 22-5-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (3) Indicações dos Senadores Romero Jucá, Nilo Teixeira Campos e Antero Paes de Barros como titulares e Ricardo Santos, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara e Lúdio Coelho como suplentes, em 22-5-2001 – **PSDB** - (SF)
- (4) Indicação do Dep. Sérgio Barros (S), em 23-5-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (5) Indicação do Dep. Pedro Novais (T), em 23-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (6) Substituição do Dep. Paulo Rocha (S) pelo Dep. José Pimentel em 23-5-2001 – **PT** - (CD)
- (7) Substituição do Dep. João Caldas (T) pelo Dep. José Egydio em 23-5-2001 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)
- (8) Indicação do Dep. Olavo Calheiros (T), em 24-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (9) Indicação do Dep. Marcelo Teixeira (T), em 24-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (10) Indicação do Dep. Adolfo Marinho (S), em 24-5-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (11) Substituição do Sen. Antônio Carlos Valadares (S) pelo Sen. Roberto Saturnino em 25-5-2001 – **PSB** - (SF)
- (12) Indicação da Dep. Laura Carneiro (S), em 25-5-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (13) Remanejando o Dep. Zé Gomes da Rocha de suplente para substituir o Dep. Pedro Novais (T), em 30-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (14) Remanejando o Dep. Pedro Chaves de titular para suplente em 31-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (15) Indicação do Dep. Pedro Novais (T), em 31-5-2001 – **PMDB** - (CD)
- (16) Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente em 6-6-2001 – **PMDB** - (CD)
- (17) Substituição do Dep. Iberê Ferreira (T) pelo Dep. João Leão em 12-6-2001 – **PPB** - (CD)
- (18) Substituição do Dep. Adolfo Marinho (S) pelo Dep. Augusto Franco, em 20-6-2001 – **PSDB** - (CD)
- (19) Substituição do Dep. Rubens Bueno (T) pelo Dep. Pedro Eugênio e do Dep. Pedro Eugênio pelo Dep. Clementino Coelho (S), em 20-6-2001 – **Bloco (PDT-PPS)** - (CD)
- (20) Substituição do Dep. Valdeci Paiva (T) pelo Dep. Cornélio Ribeiro, em 21-6-2001 – **Bloco(PL-PSL)** - (CD)
- (21) Substituição do Dep. Expedito Júnior (S) pelo Dep. Paes Landim, em 25-6-2001 – **Bloco(PFL-PST)** - (CD)
- (22) Substituição do Dep. José Egydio (T) pelo Dep. João Caldas, em 26-6-2001 – **Bloco(PL-PSL)** - (CD)
- (23) Substituição do Sen. Ramez Tebet (T) pelo Sen. Pedro Ubirajara, em 14-8-2001 – **PMDB** - (SF)
- (24) Indicações dos Deputados João Matos e Marçal Filho como titulares e Darcísio Perondi e Osvaldo Reis como suplentes, em 15-8-2001 – **PMDB** - (CD)
- (25) Substituição do Dep. João Ribeiro (S) pelo Dep. Darci Coelho, em 15-8-2001 – **Bloco(PFL-PST)** - (CD)
- (26) Substituição do Dep. Paulo Kobayashi (T) pelo Dep. Sampaio Dória, em 15-8-2001 – **PSDB** - (CD)
- (27) Substituição do Dep. Sampaio Dória (S) pelo Dep. Paulo Kobayashi, em 15-8-2001 – **PSDB** - (CD)
- (28) Substituição do Dep. Pedro Henry (T) pelo Dep. Paulo Mourão, em 10-9-2001 – **PSDB** - (CD)
- (29) Substituição do Dep. Paulo Mourão (S) pelo Dep. Ricarte de Freitas, em 10-9-2001 – **PSDB** - (CD)
- (30) Remanejamento do Dep. Zé Gomes da Rocha para titular e do Dep. Pedro Chaves para suplente em 13-9-2001 – **PMDB** - (CD)
- (31) Indicações dos Deputados Eunício Oliveira, Gastão Vieira, Renato Vianna, Waldemir Moka e Wilson Santos como suplentes, em 18-9-2001 – **PMDB** - (CD)
- (32) Remanejamento do Dep. Carlito Merss de titular para suplente e do Dep. Gilmar Machado de suplente para titular em 18-9-2001 – **PT** - (CD)
- (33) Substituição do Dep. Romeu Queiroz (T) pelo Dep. Danilo de Castro, em 3-10-2001 – **PSDB** - (CD)
- (34) Indicação do Sen. Ronaldo Cunha Lima (T), em 3-10-2001 – **PSDB** - (SF)
- (35) Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro (T) pelo Dep. Welinton Fagundes, em 8-10-2001 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)
- (36) Substituição do Dep. Oliveira Filho (S) pelo Dep. Juquinha, em 10-10-2001 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)
- (37) Indicação do Sen. Sérgio Machado (S), em 10-10-2001 – **PMDB** - (SF)
- (38) Substituição do Dep. Ildefonso Cordeiro (S) pelo Dep. Nice Lobão, em 10-10-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (39) Indicação do Dep. Adolfo Marinho (S), em 17-10-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (40) Indicação do Dep. Jovair Arantes (S), em 17-10-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (41) Substituição do Dep. Pedro Eugênio (T) pelo Dep. Airton Cascavel, em 17-10-2001 – **Bloco (PDT-PPS)** - (CD)
- (42) Substituição dos Sen. Eduardo Siqueira Campos (T) pelo Sen. Leomar Quintanilha e Sen. Carlos Patrocínio (S) pelo

- Sen. Antônio Carlos Júnior, em 18-10-2001 – **PFL** - (SF)
- (43) Substituição da Dep. Nice Lobão (S) pelo Dep. Sérgio Barcellos, em 23-10-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (44) Desligamento dos Dep. Alceste Almeida e Wilson Santos (S), em 24-10-2001 - **PMDB** - (CD)
- (45) Substituição do Sen. Roberto Saturnino (S) pelo Sen. Antônio Carlos Valadares, em 24-10-2001 – **PSB** - (SF)
- (46) Substituição da Dep. Socorro Gomes (S) pela Dep. Tânia Soares, em 31-10-2001 – **Bloco (PSB-PC do B)** - (CD)
- (47) Substituição do Sen. Nilo Teixeira (T) pelo Sen. Freitas Neto e indicação do Sen. Pedro Piva (S) em vaga, em 5-11-2001 – **PSDB** - (SF)
- ** Sen. Ney Suassuna afastado para exercer cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional, em 14-11-2001 - **PMDB** - (SF)
- (48) Substituição do Dep. José Carlos Coutinho (S) pelo Dep. Carlos Nader, em 16-11-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- *** Sen Hugo Napoleão renuncia para assumir cargo de Governador, em 20-11-2001 – **PFL** – (SF)
- (49) Indicação do Dep. João Henrique (S), em 27-11-2001 - **PMDB** - (CD)
- (50) Indicação do Sen. Carlos patrocínio (S), em 28-11-2001 – **PTB** - (SF)
- (51) Substituição do Dep. Lincoln Portela (S) pelo Dep. Alceste Almeida, em 5-12-2001 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)
- (52) Substituições do Dep. Pedro Ubirajara (T) pelo Dep. Gilvam Borges, Dep. Gilvam Borges (S) pelo Dep. Fernando Ribeiro e indicações dos Dep. Robinson Viana (S), Dep. João Alberto Silva (S) e Gerson Camata (S) em vagas existentes, em 5-12-2001 – **PMDB** - (SF)
- (53) Substituição do Dep. Francisco Garcia (S) pelo Dep. Dr. Gomes, em 3-10-2001 – **PSDB** - (CD)
- (54) Substituição do Dep. Olímpio Pires (S) pelo Dep. Fernando Coruja, em 6-12-2001 – **Bloco (PDT-PPS)** - (CD)
- (55) Substituição do Dep. Cláudio Cajado (S) pelo Dep. Ariston Andrade, em 13-12-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (56) Remanejamento do Dep. Givaldo Carimbão para titular e do Dep. Gonzaga Patriota para suplente, em 19-12-2001-**Bloco (PSB-PC do B)**-(CT)
- (57) Substituição do Dep. Wagner Salustiano (S) pelo Dep. Odelmo Leão, em 20-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (58) Substituição do Dep. Almir Sá (T) pelo Dep. Eni Voltolini, e dos Dep. Vadão Gomes e Eliseu Moura Pelos Dep. Pedro Henry e Hugo Biehl (S), em 20-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (59) Substituição do Dep. Gerson Gabrielli (S) pelo Dep. Ursicino Queiroz, em 20-12-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (60) Substituição do Dep. Eni Voltolini (T) pelo Dep. Almir Sá, em 21-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (61) Substituição do Dep. Hugo Biehl (S) pelo Dep. Paulo Lessa, em 21-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (62) Substituição do Dep. Roberto Balestra (T) pelo Dep. Luiz Fernando, em 21-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (63) Indicação do Sen. Paulo Souto (S), em 18-12-2001 – **PFL** - (SF)
- (64) Substituição do Dep. Roberto Rocha (T) pelo Dep. Sebastião Madeira, em 21-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (65) Substituição do Dep. Basílio Villani (T) pelo Dep. Saulo Pedrosa, em 21-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (66) Substituição do Dep. Danilo de Castro (T) pelo Dep. Haroldo Bezerra, em 21-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (67) Substituição do Dep. Odelmo Leão (S) pelo Dep. Luiz Fernando, em 26-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (68) Substituição do Dep. Luiz Fernando (T) pelo Dep. Roberto Balestra, em 26-12-2001 – **PPB** - (CD)
- (69) Substituição do Dep. Paulo Mourão (T) pelo Dep. Danilo de Castro, em 26-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (70) Substituição do Dep. Sebastião Madeira (T) pelo Dep. Roberto Rocha, em 26-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (71) Substituição do Dep. Darci Coelho (S) pelo Dep. Gerson Gabrielli, em 26-12-2001 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (72) Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Benício Sampaio e ind. Do Sen. Luiz Otávio (S) em vaga, em 26-12-2001–**PPB**-(SF)
- (73) Substituição do Dep. Haroldo Bezerra (T) pelo Dep. Paulo Mourão, em 26-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)
- (74) Remanejamento do Dep. Gonzaga Patriota para titular e do Dep. Givaldo Carimbão para suplente, em 27-12-2001 – **Bloco (PSB-PC do B)** –
- (75) Substituição do Dep. Marcelo Teixeira pelo Dep. Pinheiro Landim (T), em 27-12-2001 – **PMDB** - (CD)
- (76) Substituição do Dep. Zé Gomes da Rocha pelo Dep. Freire Júnior (T), em 25-2-2002 – **PMDB** - (CD)
- (77) Substituição do Dep. Pinheiro Landim pelo Dep. Marcelo Teixeira (T), em 28-2-2002 – **PMDB** - (CD)
- (78) Substituição do Dep. Dr. Gomes pelo Dep. José Carlos Coutinho (S), em 22-3-2002 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (79) Substituição do Dep. Ariston Andrade pelo Dep. Cláudio Cajado (S), em 22-3-2002 – **Bloco (PFL-PST)** - (CD)
- (80) Desligamento do Dep. João Henrique (S), em 8-4-2002 - **PMDB** - (CD)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
1ª Extraordinária	Leitura de Expedientes. O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	26 e 28-2-2002	7-Supl.	29-5-2002	00141
1ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber os Senhores Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, e do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, cujo tema abordado foi o Relatório de Avaliação da Meta Fiscal Quadrimestral relativo ao terceiro quadrimestre do ano de dois mil e um, conforme o disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	26-2-2002	7-Supl.	29-5-2002	00155
2ª Audiência Pública	Reunião convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan, para prestarem esclarecimentos acerca do Decreto nº 4.120/2002 – Contingenciamento do Orçamento para 2002.	27-2-2002	7-Supl.	29-5-2002	00174
1ª Ordinária	O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	5 e 7-3-2002	7-Supl.	29-5-2002	00251

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
2ª Ordinária	O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	12 e 14-3-2002	7-Supl.	29-5-2002	00253
3ª Ordinária	<p>Apreciação de Atas. Leitura de Expedientes. Declaração de prejudicialidade e solicitando arquivamento das seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avisos-SF-TCU-222-GP/1990, 620/1990, 693-GP/1990, 724-GP/1990, 409-GP/1991, 465/1991, todos do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União; - Ofício-174/1991-CN, do Presidente do Banco da Amazônia S.A.; - Diversos-01/1992-CN-Aviso nº 226-TCU/1992, do Presidente do Tribunal de Contas da União; - Diversos-002/1995-CN, do Sen. Gilberto Miranda; - Requerimento s/nº 1995-CN, do Dep. Gerson Peres; - Diversos-02/1996-CN – Ofício nº 42/1996; 05/1996-CN-Ofício GAPRE nº 407/1996; 07/1996-CN-Aviso nº 305-GP-TCU/1996; 09/1996-CN-Ofício nº 184/1996; 10/1996-CN-Aviso nº 335-SGS-TCU/1996; 11/1996-CN-Ofício nº 873/1996; 12/1996-CN-Ofício nº 976-GP-TCU/1996; 13/1996-CN-Aviso nº 533-SGS-TCU/1996; 14/1996-CN-Aviso nº 624-SGS-TCU/1996; 15/1996-CN-Aviso nº 1.481-GP; 03/1997-CN-Aviso nº 200-GP-TCU/1997; 06/1997-CN-Aviso nº 288-GP-TCU/1997; 07/1997-Ofício nº 144/1997; 10/1997-CN-Ofício nº 492-GAPRE/1997; 12/1997-CN-Aviso nº 272-SGS-TCU/1997; 13/1997-CN-Aviso nº 497-GP-TCU/1997; 14/1997-CN-Ofício PRESI nº 365/1997; 18/1997-CN-Aviso nº 1649-GP-TCU/1997; 19/1997-Ofício GAPRE nº 1067/1997; 21/1997-CN-Of. SECEX nº 707/1997; 23/1997-CN-Aviso nº 1898-GP-TCU/1997; e 01/1998-CN-GAPRE nº 155/1998. <p>Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias e subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10-01-2002 (Lei Orçamentária para 2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de trechos rodoviários no corredor nordeste – BR 232/PE – Recife – Caruaru; - Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino – no Distrito Federal; - Subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do sistema de transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã – Itaberá - Tijuco Preto) (585 Km de linha de transmissão e subestações associadas) – Nacional. - Req. nº 04, de 2002, dos Deputados Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Sérgio Miranda. - Projeto de Lei nº 01/2002-CN. - Req. nº 05, de 2002, dos Deputados Gilmar Machado, João Magno, Virgílio Guimarães e Walter Pinheiro. - Req. nº 06, do Deputado Giovanni Queiroz. - Req. nº 07/2002, do Deputado Jorge Bittar. - Req. nº 08/2002, do Deputado Alberto Goldman. - Medida Provisória nº 34/2002. 	19 e 20-3-2002	7-Supl.	29-5-2002	00254
Termo de Reunião nº 1 (ref. à 4ª Reunião Ordinária)	Convocada para o dia 26-3-2002, deixou de ser realizada a Quarta Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 39 da Resolução nº 1, de 2001-CN.	26-3-2002	7-Supl.	29-5-2002	00280
1ª Audiência Pública Conjunta	Pelas Comissões: CMO-CN; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal – Reunião convocada para receber o Senhor presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar o debate sobre o tema "Avaliação do impacto dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – balanço do ano 2001", em atendimento ao	2-4-2002	7-Supl.	29-5-2002	00220

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.				
2ª Extraordinária	Leitura de Expedientes. O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	2 e 4-4-2002	7-Supl.	29-5-2002	00153
5ª Ordinária	Apreciação de Atas. Apreciação dos Relatórios e Projetos de Decretos Legislativos referentes à execução orçamentária de Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): - Subtítulo 18.544.0515.1851.0406 - Construção e recuperação de obras de Infra-Estrutura Hídrica - Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios – AL; - Subtítulo 26.783.0232.5769.0001 - Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoeste, Município de Campo Grande/MS; - Subtítulo 26.782.0238.5715.0002 - Construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira-Norte – BR-364/AC – em Rio Branco; - Subtítulo 26.782.0231.5743.0003 - Duplicação de trechos rodoviários no corredor Transmetropolitano – BR-381/SP – Divisa MG/SP – entroncamento BR-116; - Subtítulo 02.061.0569.7241.0003 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal – Seção Judiciária em Cuiabá/MT; - Dragagem no Porto de Vitória – no Estado do Espírito Santo. - Apreciação do Requerimento nº 09, de 2002, dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Jorge Bittar. - Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 05/2002- CN.	9, 11 e 16-4-2002	7-Supl.	29-5-2002	00281
6ª Ordinária	Apreciação de Atas. Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de Lei: - nºs 02/2002- CN; . 03/2002-CN; 07/2002-CN. Apreciação dos Relatórios apresentados sobre a execução orçamentária dos seguintes Subtítulos: - Subtítulo nº 26.784.0230.1905.0032 – Recuperação e Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária – no Estado do Espírito Santo; - Subtítulo nº 26.784.0909.5873.0002 – Participação da União no capital – Companhia Docas do Espírito Santo – Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – no Estado do Espírito Santo; - Subtítulo nº 18.544.1851.3451.0442 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barragem do Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos, no Estado do Pauí; - Subtítulo nº 26.782.0235.5714.0003 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Nordeste – Expresso em Fortaleza.	23 e 25-4-2002	7-Supl.	29-5-2002	00294
Termo de Reunião nº 2 (ref. à 7ª Reunião Ordinária)	Convocada para o dia 30-4-2002, deixou de ser realizada a Sétima Reunião Ordinária, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 39 da Resolução nº 1, de 2001-CN.	30-4-2002	7-Supl.	29-5-2002	00310
8ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias e Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): - Projeto de Lei nº 04/2002- CN; - Subtítulo: Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica / Obras de Infra-Estrutura em Municípios da Região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó)- SE; - Subtítulo nº 26.784.0235.5864.0024: Melhoria das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte. Apreciação do Estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados:	7 e 9-5-2002	7-Supl.	29-5-2002	00311

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	- Estudo nº 05/2002 acerca da "publicidade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária".				
9ª Ordinária	O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	14-5-2002	7-Supl.	29-5-2002	00322
-	Reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora da Comissão para 2002.	15-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00004
3ª Audiência Pública	Reunião convocada em atendimento aos Requerimentos nºs 7 e 8/2002, de autoria dos Deputados Jorge Bittar e Alberto Goldman, aprovados na 5ª Reunião Ordinária, em 14-4-2002, pelo Plenário da Comissão. O tema debatido foi a atual situação e o futuro da conclusão das obras do Fórum Trabalhista do Estado de São Paulo.	15-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00013
10ª Ordinária	O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	16-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00032
3ª Extraordinária	<p>Apreciação dos relatórios apresentados às seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Petição nº 01/2001-CN apresentada pelos Dep. João Caldas e Givaldo Carimbão, tendo por objeto "Representação de anulação e exclusão, e respectivo adendo, de emendas coletivas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento Geral da União para 2002"; - Avisos nºs 02/2002-CN; 03/2002-CN; 05/2002-CN e 03/2002-CN, que tratam, respectivamente, dos Relatórios das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes ao exercício de 2001 e aos 1º, 3º e 4º trimestres de 2001; - Avisos nºs 01/2001-CN e 02/2001-CN, que tratam, respectivamente, dos Relatórios das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes ao 4º trimestre de 2000 e ao exercício financeiro de 2000; <p>Apreciação dos Relatórios e Projetos de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária dos seguintes subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10-01-2002 (Lei Orçamentária para 2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Subtítulo 28.846.0909.0195.0035: Construção do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na Cidade de São Paulo – SP – no Município de São Paulo. - Subtítulo 26.784.0236.5771.0001: Melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira no trecho Porto Velho – Foz do Madeira, a cargo da Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – AHIMOC. - Subtítulo 12.364.0041.5081.0013: Construção e Ampliação de Bens Imóveis da Fundação Universidade do Amazonas. - Subtítulo 26.782.0233.5727.0013: Obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-386/RS - Trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte. - Subtítulo 18.544.0515.3517.0022: Construção da Barragem de Algodões II, no Município de Curimatá/PI, sob a execução da CODEMPI, no Estado do Piauí. 	21 e 22-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00033
4ª Audiência Pública	Reunião convocada para receber o Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guilherme Gomes Dias, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.	23-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00079
11ª Ordinária	<p>Apreciação de Atas</p> <p>Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias e Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Extraordinária de Recursos Hídricos Minerais e de Meio Ambiente do Governo do Estado da Paraíba – Projeto de Irrigação Piancó III, da unidade Orçamentária 53.101- Ministério da Integração Nacional; - Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura do Campus Universitário da Universidade Federal da Bahia-UFBA. 	28-5-2002	15-Supl.	7-11-2002	00099
5ª Audiência	Reunião convocada com o objetivo de receber os Senhores	4-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00111

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
Pública	Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Eduardo Refinetti Guardiã, e, de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Hélio Martins Tollinni. O tema abordado foi a avaliação das metas fiscais referente ao primeiro quadrimestre de 2002, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.				
12ª Ordinária	<p>Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias e Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aviso nº 12/2002-CN, referente ao Subtítulo 25.752.0297.3398.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão em Manaus, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara – AM – 313,3 KMs de linha de transmissão e subestações associadas com 645,3 MVA; - Aviso nº 13/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.782.0237.5730.0006 – Adequação de Trechos Rodoviários Km 0 – Divisa Pará – Maranhão, no Corredor Araguaia – Tocantins; - Aviso nº 14/2002-CN, referente ao Subtítulo 25.752.0297.3418.0001 – Implantação de Usina Termelétrica no Amazonas de 270 MW/ no Estado do Amazonas; - Aviso nº 15/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.782.0230.5789.0006 – Contorno Rodoviário em Colatina, estado do Espírito Santo, no Corredor Leste – BR 259/ES. 	4 e 5-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00140
13ª Ordinária	<p>- Apreciação da minuta de Projeto de Resolução que altera o art. 43 da Resolução nº 01/2001, de autoria da CMO, propondo o seguinte acréscimo no final do artigo: "e terá caráter terminativo, salvo recurso ao Plenário do Congresso Nacional, assinado por um décimo dos representantes de cada Casa".</p> <p>Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias e Subtítulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Lei nº 12/2002-CN; - Projeto de Lei nº 06/2002-CN; - Projeto de Lei nº 11/2002-CN; - Aviso nº 10/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.782.0235.5728.0007 – Duplicação e Restauração da Rodovia BR-230, no Trecho João Pessoa – Campina Grande, no Estado da Paraíba, sob responsabilidade do DNER e DER da Paraíba, com Execução Pela Empresa Via Engenharia S/A; - Aviso nº 26/2002-CN, referente aos procedimentos licitatórios na Companhia Energética do Piauí – CEPISA: a) Subtítulo 25.752.0294.3379.0022 – Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí; e Subtítulo 25.752.0294.3407.0022 – Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí; - Aviso nº 28/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.782.0236.5709.0015 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-319/AM – 1º Distrito Rodoviário Federal; - Aviso nº 35/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.784.0233.5019.0043 – Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso, Localizado no Rio Grande do Sul, Realizado na Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes; - Aviso nº 20/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.782.0230.5704.0025 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor leste – BR 356/MG – Trecho Ervália – Muriaé, Divisa MG/RJ do 	11 e 12-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00149

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais; - Aviso nº 32/2002-CN, referente ao Subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Construção e Implantação do Metrô de Salvador (Metrosal) Companhia de Transportes de Salvador – CTS; - Aviso nº 18/2002-CN, referente ao Subtítulo 20.607.0379.1836.0023 – Projeto de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, nos Municípios de Pinheiro e Palmeirândia, Estado do Maranhão, do Departamento Nacional de Obras Contra a Secas – DNOCS.				
14ª Ordinária	O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	18-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00198
4ª Extraordinária	Leitura de Expedientes. O Presidente comunicou que não há quorum para deliberação.	18-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00199
5ª Extraordinária	O Presidente iniciou a reunião, encerrando-a em seguida, em virtude de acordo realizado naquela data, durante reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.	18-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00202
6ª Extraordinária	Apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12-6-2002.	19-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00203
15ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projetos de Lei nºs 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24/2002-CN; - Aviso nº 21/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado na Prefeitura Municipal de Arapiraca – AL, referente a construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica do agreste alagoano. (TC nº 007.045/2001-2) (Barragem Bananeira). - Aviso nº 24/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado na Prefeitura Municipal de Goiânia com o objetivo de verificar a aplicação de recursos federais transferidos à municipalidade. (TC nº 003.159/2001-5). - Aviso nº 34/2002-CN, referente ao relatório de auditoria realizado na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas – AGETOP (TC nº 009.239/2000-7) (BR-414-GO – Cocalzinho-Niquelândia/GO). - Aviso nº 11/2002-CN, referente ao relatório de auditoria realizado na Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e na extinta Secretaria do Entorno de Brasília e do Nordeste-GO (TC nº 004.625/2001-9) (Projeto Três Barras no Estado de Goiás). - Aviso nº 38/2002-CN, referentes às auditorias realizadas na Superintendência Regional do Incra/PI, visando à verificação de aspectos ligados à política de assentamentos desenvolvida pela entidade e na Companhia hidrelétrica do São Francisco – CHESF Implantação de sistema de transmissão Xingó no Estado de Pernambuco. (TCs 017.149/2001-0 e 004.499/2001-1). - Aviso nº 39/2002-CN, referente à auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários no intitulado Corredor Mercosul, BR 101/RS, interligando os municípios de Osório, São José do Norte e Rio Grande, de acordo com o programa de trabalho nº 26.782.0233.5707.0011, realizado na Inventariança do DNER/ e no DNIT (TC nº 003.389/2002-3). - Aviso nº 29/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção e recuperação, integrantes do Contrato nº 05/98, firmado entre a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas – SEINFRA e a Construtora GAUTAMA Ltda (TC nº 004.440/2001-4). - Aviso nº 22/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de ampliação de edificações e no Campus da Universidade Federal do Amapá (TC nº 005.023/2001-6). - Aviso nº 33/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria	25, 26 e 27-6-2002	15-Supl.	7-11-2002	00210

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	<p>realizado no Ministério dos Transportes (TC nº 007.970/2001-4) (Eclusas de Tucuruí no Estado do Pará).</p> <p>- Aviso nº 55/2002-CN, referente ao relatório de auditoria na SEPLAN/GO – primeiro trecho do Projeto de Irrigação Flores de Goiás., compreendido entre a Barragem do Rio Paraná e o Barramento da Porteira (TC nº 003.586/2002-4).</p> <p>- Aviso nº 30/2002-CN, referente ao Relatório de Auditoria realizado nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-282/SC – Florianópolis – Divisa com Argentina, nos trabalhos realizados para o FISCOBRAS/2001, através do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem – DNER. (TC nº 003.719/2001-6).</p> <p>- Aviso nº 42/2002-CN, referente a Auditoria realizada pela Secex/MA, objetivando verificar a execução das obras de construção do Corredor Araguaia – Tocantins/BR – 402/MA, trecho Humberto de Campos/Barreirinhas, realizado no DNIT, no 15º DRF e na GEINFRA/MA (TC nº 004.928/2001-7).</p> <p>- Aviso nº 46/2002-CN, referente a levantamento de auditoria relativo à construção do Açude Tingüis, no Município de Piracuruca/PI, realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI – (TC nº 004.742/2001-5).</p> <p>- Aviso nº 50/2002-CN, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado pela Secex/PI, no período de 11 a 13-8-1998, nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (TC nº 926.911/98-8).</p> <p>- Aviso nº 51/2002-CN, referente ao Relatório de auditoria realizada no Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí, cujas obras são responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (TC nº 005.126/2001-3).</p> <p>- Aviso nº 19/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado na Implantação de Sistema de Transmissão Xingo no Estado de Sergipe, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (TC nº 004.991/2001-0).</p> <p>- Emenda apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo que “Aprova as Contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1999” (MSG nº 349/2000-CN).</p> <p>- Consulta sem número, que “Solicita realização de consulta à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados sobre a possibilidade jurídica de ser aprovado, no presente exercício, Decreto Legislativo para autorizar a execução de dotações orçamentárias inscritas em restos a pagar em subtítulos incluídos no rol de obras com irregularidades graves (Quadro V da Lei nº 10.171/2001)”.</p>				
16ª Ordinária	<p>Leitura de Expedientes.</p> <p>O Presidente iniciou a reunião, encerrando-a em seguida, em virtude da iminência da realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme disposto no art. 46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.</p>	6 e 7-8-2002	15-Supl.	7-11-2002	00294
6ª Audiência Pública	<p>Reunião convocada com o objetivo de receber os Senhores Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Eduardo Refinetti Guardia, e, de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Hélio Martins Tollinni. O tema abordado foi a avaliação das metas fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2002, em cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 18, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 e no § 4º, do art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p>	29-10-2002	17-Supl.	21-11-2002	00026
2ª Audiência	<p>Pelas Comissões: CMO-CN; de Finanças e Tributação da Câmara</p>	29-10-2002	17-Supl.	21-11-2002	00004

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
Pública Conjunta	dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal – Reunião convocada para receber o Senhor presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Arminio Fraga e realizar o debate sobre o tema "Avaliação do impacto dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial e os resultados demonstrados nos balanços", em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.				
7ª Extraordinária	<p>Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos de Lei nºs 32, 36, 61, 40, 51/2002-CN. - Parecer Preliminar com as emendas, apresentado ao PI nº 60./2002-CN. - Aviso nº 16/2002-CN, referente a Implantação das obras da Usina Hidrelétrica da Serra da Mesa - GO (TC nº 002.871/2001-1).. - Aviso nº 37/2002-CN, sobre o Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela Secex/MA, objetivando verificar a execução das obras de melhoramento e pavimentação da Rodovia BR - 226/MA, trecho Barra do Corda/Porto Franco, com extensão de 241,80 Km, Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5710.0018, em cumprimento ao Plano Especial de Auditoria em Obras aprovado por meio da Decisão/TCU nº 122/2001 - Plenário, realizado no DNIT, 15º DRF e Geinfra/MA (TC nº 007.389/2001-3). - Aviso nº 41/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria em projeto de aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo, no Município de Palmeira dos Índios/AL, realizado na SEINFRA/AL (TC nº 004.458/2002-7). - Aviso nº 48/2002-CN, referente a auditoria de Obras 2002, realizada no Programa de Trabalho 25.752.0294.3368.0020, relativa à Implantação de Sistema de Transmissão Associado à UHE Luiz Gonzaga - Etapa II (15 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 5 Subestações com 300 Mva), na Região Nordeste, realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (TC nº 003.645/2002-5). - Aviso nº 4/2002-CN, prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - TCU, composta pelo relatório de gestão, bem como pelos relatórios descritivos e sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2001, em consonância com as propostas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual. - Aviso nº 83/2002-CN, referente a levantamento de auditoria realizado nas obras de recuperação das instalações do Porto de Lagunas no Estado de Santa Catarina (TCs nºs 003.722/2001-8 e 006.416/2002-6). - Aviso nº 85/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado, no escopo do Plano Especial de Auditoria (Fiscobras 2001 - Decisão nº 0122/2001 - TCU - Plenário), junto aos serviços de Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte - BR-432/RR, trecho Cantá-Novo Paraíso (TC nº 004.501/2002-0). - Aviso nº 67/2002-CN, referente a auditoria nas obras da Adutora do Oeste/PE realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e Departamento de Engenharia e Construção - DEC/ 3º Batalhão de Engenharia de Construção - 3º BECnst (TC nº 001.316/1999-0). - Aviso nº 82/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex Piauí em cumprimento ao Plano Especial 	29 e 30-10-2002	17-Supl.	21-11-2002	00041

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	<p>de Auditoria em Obras referentes à implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí (TC nº 004.075/2002-6).</p> <p>- Aviso nº 74/2002-CN, referente a relatório de auditoria realizado nas obras de construção do Fórum Trabalhista da 1ª Instância da Cidade de São Paulo, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TC nº 003.892/2002-6).</p> <p>- Aviso nº 62/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção (conclusão) do Hospital Central do Estado de Mato Grosso (TC nº 004.949/2002-5).</p> <p>- Aviso nº 70/2002-CN, referente a auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco Chesf (TC nº 003.645/2002-5).</p> <p>- Aviso nº 69/2002-CN, referente a relatório de auditoria efetuada pela SECEX/GO, no âmbito do FISCOBRAS, em abril de 2002, nas obras de canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba (TC nº 004.167/2002-0).</p> <p>- Aviso nº 75/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado pela Secex/PI nas obras de construção da barragem Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos/PI, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - Comdepi (TCs nº 004.750/2001-7, 003.520/2002-0 e 003.521/2002-8).</p> <p>- Aviso nº 36/2002-CN, referente ao relatório de auditoria nas obras de infra-estrutura de irrigação do projeto Luiz Alves do Araguaia, em São Miguel do Araguaia/GO, realizado na SEPLAN/GO (TC nº 006.694/2001-5).</p> <p>- Aviso nº 25/2002-CN, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção de viaduto no corredor do mercosul/BR-116/RS, situado no cruzamento da Rua Rinção, em Novo Hamburgo do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER. (TC nº 003.603/2001-7).</p> <p>- Aviso nº 59/2002-CN, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizado na construção do viaduto em Novo Hamburgo/RS, DNER (TC nº 004.958/2002-4).</p> <p>- Aviso nº 84/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, rodovia BR - 316/PA, no trecho entre o entroncamento no km 0 - Santa Maria e a divisa PA/MA (TC nº 006.838/2002-5).</p> <p>- Aviso nº 3049/2001-SGS-TCU, referente à autorização de execução orçamentária ao subtítulo "Construção de Obras de Infraestrutura de Irrigação de Uso Comum - Projeto Várzea de Souza no Estado da Paraíba.</p> <p>- Aviso nº 5091/2001-SGS-TCU, referente à autorização de execução orçamentária ao subtítulo "Construção de contornos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins BR-060/GO - em Goiânia (Noroeste)".</p> <p>- Aviso nº 5990/2001-SGS-TCU, referente à autorização de execução orçamentária ao subtítulo "Recuperação da infra-estrutura portuária - Porto de Santos (SP) no Estado de São Paulo"</p> <p>- Aviso nº 1426/2001-GP-TCU, referente à autorização de execução orçamentária do subtítulo "Implantação de sistema de transmissão em Mato Grosso (345 KM de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso".</p> <p>- Aviso nº 6421/2001-SGT-TCU, referente à autorização de execução orçamentária ao subtítulo "Construção de obras de infra -estrutura de irrigação de uso comum - Projeto Pão-de-Açúcar/Olho D'água das Flores no Estado de Alagoas".</p> <p>- Aviso nº 6551/2001-SGT-TCU, referente à autorização de execução orçamentária ao subtítulo "Implantação, aparelhamento</p>				

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	<p>e adequação de unidades de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS- aquisição de equipamentos e instalações para unidades de saúde no estado de Minas Gerais”</p> <p>- Mensagem nº 686/2000-CN, Acompanhamento da Metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do Governo Central,</p> <p>o Resultado do Tesouro Nacional, referente ao mês de junho.</p> <p>- Mensagem nº 310/2001-CN, relatório de avaliação da meta de superavit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social fixada para o primeiro quadrimestre de 2001.</p> <p>- Mensagem nº 80/2002-CN, relatório de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o primeiro quadrimestre de 2002.</p> <p>- Mensagem nº 412/2002-CN, relatório sobre a execução do Plano Plurianual correspondente ao ano de 1999.</p>				
17ª Ordinária	O Presidente iniciou a reunião, encerrando-a em seguida. Não havendo quorum para deliberação em virtude da realização da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no § 2º do art. 29 do Regimento Comum.	7-11-2002	-	Aguardando publicação	-
7ª Audiência Pública	Reunião convocada para receber o Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guilherme Gomes Dias, para prestar esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária da União para 2003 (Projeto de Lei nº 60./2002-CN).	13-11-2002	-	Aguardando publicação	-
18ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projeto de Lei nº 44./2002-CN; - Aviso nº 49/2002-CN, encaminhando cópia da deliberação proferida pelo TCU consoante Relação nº 26, de 2001, inserta na Ata nº 29, de 2001 da 2ª Câmara, Relator Ministro UBIRATAN AGUIAR, ao apreciar o processo TC nº 010.706/2000-6, que trata de Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, em cumprimento ao Plano Especial para Levantamento de Auditorias em obras públicas, decorrente da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2000.	12 e 13-11-2002	-	Aguardando publicação	-
8ª Extraordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projetos de Lei nºs 50, 53 e 56/2002-CN. - Aviso nº 77/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado no Programa de Trabalho nº 20.607.0379.1836.0058 que trata das obras de infra estrutura de irrigação de uso comum do perímetro irrigado em torno do Açude Público de Serrinha localizado no Município de Serra Talhada/PE, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS (TC nº 003.764/2002-6). - Aviso nº 78/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria realizado no Programa de Trabalho nº 20.607.0379.1836.0043 que trata das obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum do perímetro irrigado em torno do Açude Público de Serrinha, localizado no Município de Serra Talhada-PE (TC 004.050/2002-7).	19, 20 e 21-11-2002	-	Aguardando publicação	-
19ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projetos de Lei nºs 54, 58, 62, 63, 64, 67, 72, 74, 75, 82, 83, 85, 87, 88, 90 e 99/2002-CN; - Aviso nº 68/2002-CN, referente a levantamento de auditoria relativo às obras de melhoria das instalações do porto de Natal/RN (TC - nº 004.212/2002-7 e 004.213/2002-4); - Aviso nº 76/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Mercosul (BR-101 - Divisa SC/RS - Osório-RS), conforme o programa de trabalho nº 26.782.0233.5727.0003, de responsabilidade do	26 e 27-11-2002	-	Aguardando publicação	-

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT (TC nº 003.390/2002-4). - Aviso nº 89/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria nas obras de modernização e Recuperação de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Estado da Bahia (TC - nº 005.881/2002-1). - Aviso nº 94/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários no Corredor Mercosul - BR-116 - em Curitiba (Contorno Leste) (TC nº 004.972/2002-3). - Aviso nº 97/2002-CN, referente ao levantamento de auditoria nas obras de adequação de contornos rodoviários no Corredor Mercosul - BR-116/PR, região metropolitana leste de Curitiba - PR (TC nº 005.497/2001-1). - Aviso nº 99/2002-CN, referente ao Relatório de Auditoria realizada nas obras de pavimentação de rodovias estaduais (RO 370 e 473) no Estado de Rondônia (TC nº 005.687/2002-4). - Relatório apresentado pelo Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária para 2003.				
20ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projetos de Lei de créditos adicionais; - Avisos do Congresso Nacional (obras com indícios de irregularidades); - Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2003.	3, 4, 5, 9, 10, 11, 12 e 17-12-2002	-	Aguardando publicação	-

H.1.2 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA A PARTIR DO DIA 15-5-2002

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Designação feita em 9-5-2002 (SF)

Comissão instalada em 15-5-2002

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Dep. José Carlos Aleluia

1º Vice-Presidente: Sen. Freitas Neto

2º Vice-Presidente: Dep. Anivaldo Vale

3º Vice-Presidente: Sen. Tião Viana

Relator-Geral da LDO: Sen. João Alberto Souza

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2003: Sen. Sergio Machado

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Gilvam Borges	1-Alberto Silva
Fernando Ribeiro(44)	2-Nabor Júnior (36)(42)(44)
Gilberto Mestrinho(36)(42)	3-Ney Suassuna
João Alberto Souza(2)	4-Valmir Amaral
Sergio Machado	5-Carlos Bezerra
Marluce Pinto	6- Amir Lando(2)

PFL

Mozarildo Cavalcanti	1-José Jorge(33)
Moreira Mendes	2-Romeu Tuma
Leomar Quintanilha	3-Paulo Souto
Jonas Pinheiro	4-Francelino Pereira

Antonio Carlos Júnior(7)(20)(34)	5-(vago)(18)
----------------------------------	--------------

BLOCO (PSDB-PPB)

Romero Jucá	1-Ricardo Santos
Freitas Neto	2-Lúcio Alcântara
Antero Paes de Barros(15)(41)	3-Lúdio Coelho
Ronaldo Cunha Lima	4- Benício Sampaio(16)(47)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS) ()**

Tião Viana	1-Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha	2-Emília Fernandes
Heloísa Helena	3-Roberto Saturnino
Osmar Dias	4-José Fogaça

PSB

Antonio Carlos Valadares(5)	1- Ademir Andrade(5)
-----------------------------	----------------------

PTB

Carlos Patrocínio(40)(45)	1-Wellington Roberto(40)(45)
---------------------------	------------------------------

(*)PL

Roberto Saturnino(11)	1-(vago)
-----------------------	----------

(**) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

Antonio Carlos Konder Reis	1-Átila Lins
Aracely de Paula	2-Claudio Cajado
João Ribeiro	3-Francisco Rodrigues
Jorge Khoury	4-Gerson Gabrielli
José Carlos Aleluia	5-Gervásio Silva
Luciano Castro	6-(vago)(35)(49)
Mussa Demes	7-José Carlos Fonseca Jr.
Neuton Lima	8-José Thomaz Nonô
Osvaldo Coelho	9-Lael Varela
Pedro Fernandes	10-Laura Carneiro
Santos Filho	11-Paes Landim
Pauderney Avelino(27)	12-José Rocha(4)

PSDB

Anivaldo Vale	1- Sampaio Dória (9)(32)
Armando Abílio	2-Carlos Batata
Arnon Bezerra	3-Nárcio Rodrigues(24)
Sérgio Guerra(22)(23)	4-Custódio Mattos
Danilo de Castro	5-Domiciano Cabral
João Almeida	6-Helenildo Ribeiro
Alexandre Santos(25)	7-Lúcia Vânia
Alberto Goldman(9)	8-Raimundo Gomes de Matos(43)
Ricarte de Freitas	9-Jovair Arantes(10)
Nilo Coelho(10)	10-Paulo Mourão
Paulo Kobayashi(32)	11-Sérgio Barros
Márcio Fortes(26)	12-Vicente Caropreso

PMDB

Aníbal Gomes	1-Coriolano Sales
Antonio do Valle	2-Darcísio Perondi
Eunício Oliveira	3-Gastão Vieira
João Matos	4-Jonival Lucas Júnior
José Borba	5-Jorge Alberto
José Chaves	6-Osvaldo Reis
José Priante	7-Zé Gomes da Rocha(3)
Milton Monti	8-Renato Vianna
Olavo Calheiros	9-Silas Brasileiro

Pedro Novais	10-Waldemir Moka
Zé Gomes da Rocha	11-Zé Índio

PT

Carlito Merss	1-Professor Luizinho
Dr. Rosinha	2-Tarcisio Zimmermann
Gilmar Machado	3-Telma de Souza
João Coser	4-Walter Pinheiro
João Grandão	5-Virgílio Guimarães(8)
Jorge Bittar	6-José Pimentel(17)
João Magno	7-Pedro Celso(19)

PPB

Almir Sá(6)(13)	1.Cleonânicio Fonseca
Francisco Dornelles	2.João Pizzolatti
João Leão	3.João Tota
Márcio Reinaldo Moreira	4José Janene(37)
Pedro Henry	5.Ricardo Barros
Roberto Balestra	6-Nelson Meurer(14)

PTB

Félix Mendonça	1-Eduardo Seabra(48)
Edir Oliveira(21)(28)	2-Zila Bezerra(31)
José Carlos Elias	3-Josué Bengtson
Iberê Ferreira(29)	4-Romeu Tuma

BLOCO (PDT-PPS)

Airton Cascavel	1-João Herrmann Neto(30)(38)
Airton Dipp	2-Fernando Coruja
Giovanni Queiroz	3-Rubens Bueno
Clementino Coelho(12)(30)(38)	4-Pompeo Mattos(46)

BLOCO (PL-PSL)

Welinton Fagundes (1)	1-Alceste Almeida
Eujácio Simões	2-João Caldas
Juquinha	3-Robério Araújo

BLOCO (PSB-PC do B)

Alexandre Cardoso	1-Agnelo Queiroz
Gonzaga Patriota	2-Givaldo Carimbão
Sérgio Miranda	3-Tânia Soares

PST

Divaldo Suruagy	1-Mauro Lopes (39)
-----------------	--------------------

(*)PTN

José de Abreu	1-(vago)
---------------	----------

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(1) Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro pelo Dep. Welinton Fagundes (T), em 10-5-2002 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)

(2) Remanejamento do Sen. João Alberto Souza para titular e do Sen. Amir Lando para suplente, em 15-5-2002 – **PMDB** - (SF)

(3) Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente, em 15-5-2002 – **PMDB** - (CD)

(4) Substituição do Dep. Paulo Braga pelo Dep. José Rocha (S), em 15-5-2002 – **PFL** - (CD)

(5) Remanejamento do Sen. Antonio Carlos Valadares para titular e do Sen. Ademir Andrade para suplente, em 16-5-2002 – **PSB** - (SF)

(6) Substituição do Dep. Almir Sá pelo Dep. Nelson Meurer (T), em 21-5-2002 – **PPB** - (CD)

(7) Substituição do Sen. José Jorge pelo Sen. Adir Gentil (T), em 28-5-2002 – **PFL** - (SF)

(8) Indicação do Dep. Virgílio Guimarães (S), em 4-6-2002 – **PT** - (CD)

(9) Remanejamento do Dep. Alberto Goldman para titular e do Dep. Paulo Kobayashi para suplente, em 5-6-2002 – **PSDB** - (CD)

- (10) Substituição do Dep. Roberto Rocha pelo Dep. Nilo Coelho (T), e do Dep. Nilo Coelho pelo Dep. Jovair Arantes (S), em 5-6-2002–**PSDB**-(CD)
- (11) Substituição do Sen. José Alencar pelo Sen. Roberto Saturnino (T), em 11-6-2002 – **PL** - (SF)
- (12) Substituição do Dep. João Herrmann Neto pelo Dep. Clementino Coelho (T), em 12-6-2002 – **Bloco (PDT/PPS)** - (CD)
- (13) Substituição do Dep. Nelson Meurer pelo Dep. Almir Sá (T), em 19-6-2002 – **PPB** - (CD)
- (14) Indicação do Dep. Nelson Meurer (S), em 19-6-2002 – **PPB** - (CD)
- (15) Substituição do Sen. Antero Paes de Barros pelo Sen. Benício Sampaio (T), em 20-6-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (16) Indicação do Sen. Luiz Otávio (S), em 20-6-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (17) Indicação do Dep. José Pimentel (S), em 8-10-2002 – **PT** - (CD)
- (18) Substituição do Sen. Geraldo Althoff pelo Sen. José Jorge (S), em 10-10-2002 – **PFL** - (SF)
- (19) Indicação do Dep. Pedro Celso (S), em 16-10-2002 – **PT** - (CD)
- (20) Substituição do Sen. Adir Gentil pelo Sen. José Jorge (T), em 16-10-2002 – **PFL** - (SF)
- (21) Desligamento do Dep. Íris Simões conforme Ofício nº P-157/2002-CMO, de 6-6-2002 – **PTB** – (CD)
- (22) Desligamento do Dep. Basílio Villani conforme Ofício nº P-158/2002-CMO, de 6-6-2002 – **PSDB** – (CD)
- (23) Indicação do Dep. Sérgio Guerra (T), em 25-10-2002 - **PSDB** – (CD)
- (24) Substituição do Dep. Chiquinho Feitosa pelo Dep. Nárcio Rodrigues (S), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (25) Substituição do Dep. Paulo Feijó pelo Dep. Alexandre Santos (T), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (26) Substituição do Dep. Sérgio Carvalho pelo Dep. Márcio Fortes (T), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (27) Substituição do Dep. Wilson Braga pelo Dep. Pauderney Avelino (T), em 29-10-2002 – **PFL** - (CD)
- (28) Indicação do Dep. Edir Oliveira (T), em 30-10-2002 - **PTB** – (CD)
- (29) Substituição da Dep. Zila Bezerra pelo Dep. Iberê Ferreira (T), em 30-10-2002 – **PTB** - (CD)
- (30) Remanejamento do Dep. João Herrmann Neto para titular e do Dep. Clementino Coelho para suplente, em 30-10-2002–**Bloco (PDT/PPS)**-(CD)
- (31) Indicação da Dep. Zila Bezerra (S), em 30-10-2002 - **PTB** – (CD)
- (32) Remanejamento do Dep. Paulo Kobayashi para titular e do Dep. Sampaio Dória para suplente, em 31-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (33) Substituição do Sen. Antonio Carlos Júnior pelo Sen. José Jorge (S), em 5-11-2002 – **PFL** - (SF)
- (34) Substituição do Sen. José Jorge pelo Sen. Antonio Carlos Júnior (T), em 5-11-2002 – **PFL** - (SF)
- (35) Substituição do Dep. José Carlos Coutinho pelo Dep. Wilson Braga (S), em 6-11-2002 – **PFL** - (CD)
- (36) Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para titular e do Sen. Gilberto Mestrinho para suplente, em 6-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (37) Indicação do Dep. José Janene (S), em 7-11-2002 - **PPB** – (CD)
- (38) Remanejamento do Dep. Clementino Coelho para titular e do Dep. João Herrmann Neto para suplente, em 7-11-2002–**Bloco (PDT/PPS)**-(CD)
- (39) Indicação do Dep. Mauro Lopes (S), em 7-11-2002 - **PST** – (CD)
- (40) Remanejamento do Sen. Wellington Roberto para titular e do Sen. Carlos Patrocínio para suplente, em 11-11-2002 – **PTB** - (SF)
- (41) Substituição do Sen. Benício Sampaio pelo Sen. Antero Paes de Barros (T), em 11-11-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (42) Remanejamento do Sen. Gilberto Mestrinho para titular e do Sen. Fernando Ribeiro para suplente, em 11-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (43) Substituição do Dep. Luiz Ribeiro pelo Dep. Raimundo Gomes de Matos (S), em 11-11-2002 – **PSDB** - (CD)
- (44) Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para titular e do Sen. Nabor Júnior para suplente, em 12-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (45) Remanejamento do Sen. Carlos Patrocínio para titular e do Sen. Wellington Roberto para suplente, em 13-11-2002 – **PTB** - (SF)
- (46) Indicação do Dep. Pompeo de Mattos (S), em 13-11-2002 - **Bloco (PDT/PPS)** – (CD)
- (47) Substituição do Sen. Luiz Otávio pelo Sen. Benício Sampaio (S), em 22-11-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (48) Substituição do Dep. Fernando Gonçalves pelo Dep. Eduardo Seabra (S), em 27-11-2002 – **PTB** - (CD)
- (49) Desligamento do Dep. Wilson Braga (S), em 6-12-2002 - **PFL** - (CD)

H.2 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO:

Mesa Diretora eleita em 6-9-2001

Presidente: Senador Roberto Requião - PMDB-PR

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes - PFL-RN

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa - PSDB-ES

**Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes – Bloco Oposição(PT-PDT-PPS) - RS
(18 Titulares e 18 Suplentes)**

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Roberto Requião-PR	1.Pedro Simon-RS
Casildo Maldaner-SC	2.Amir Lando-RO

José Fogaça-RS	3.Marluce Pinto-RR
PFL	
Jorge Bornhausen-SC	1.José Jorge-PE (6)
Geraldo Althoff-SC (7)(9)	2.Waldeck Ornelas-BA
Bloco (PSDB-PPB)	
Antero Paes de Barros-MT	1.Ricardo Santos-ES
Lúdio Coelho-MS (5) (10)	2.Luiz Otávio-PA (5)
Bloco Oposição (PT-PPS) (***)	
Emilia Fernandes-RS	1.Jefferson Péres-AM (**) (Membro nato)
(*) PTB	
Arlindo Porto-MG	1.(vago)

(***) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

TITULARES	DEPUTADOS	SUPLENTE
Bloco (PSDB-PTB)		
Marisa Serrano-MS	1.Vicente Caropreso-SC	
Feu Rosa-ES	2.Yeda Crusius-RS (1)	
Bloco (PFL-PST)		
Ney Lopes-RN	1.Luciano Pizzatto-PR	
Paulo Gouvêa-SC	2.Ronaldo Caiado-GO	
PMDB		
Confúcio Moura-RO	1.Edinho Bez-SC	
Darcísio Perondi-RS	2.Osmar Serraglio-PR	
PT		
Paulo Delgado-MG (3)	1.Dr. Rosinha-PR (3)	
PPB		
Júlio Redecker-RS (4)	1.Celso Russomanno-SP	
(*) Bloco (PSB-PCdoB)		
Inácio Arruda-CE (2) (8)	1.João Herrmann Neto-SP (8)	

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(**) Membro Nato - nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN

(1) Indicação da Dep. Yeda Crusius (S), em 28-2-2002 – PSDB - (CD), para a vaga do Deputado Nelson Marchezan.

(2) Desligamento do Dep. Ezídio Pinheiro (T), em 3-4-2002 – Bloco (PSB/PC do B) - (CD)

(3) Substituição do Dep. Aloizio Mercadante pelo Dep. Paulo Delgado (T) e do Dep. Paulo Delgado pelo Dep. Dr. Rosinha (S), em 9-4-2002-PT-(CD)

(4) Substituição do Dep. Jarbas Lima pelo Dep. Júlio Redecker (T), em 4-12-2001 – PPB – (CD)

(5) Indicação do Sen. Lúdio Coelho (T) e substituição do Sen. Leomar Quintanilha pelo Sen. Luiz Otávio, em 25-4-2002 - Bloco (PSDB/PPB) - (SF)

(6) Indicação do Sen. José Jorge (S), em 8-5-2002 – PFL – (SF) (Posse em 22.5.02), para a vaga do Senador José Coelho.

(7) Indicação do Sen. Adir Gentil (T) para ocupar vaga existente, em virtude do afastamento do Sen. Geraldo Althoff, em 29-5-2002 – PFL – (SF)

(8) Substituição do Dep. Inácio Arruda pelo Dep. João Herrmann Neto (S) e remanejamento do Dep. Inácio Arruda de suplente para titular, em 2-7-2002 - Bloco (PSB/PC do B) - (CD)

(9) Retorno do Sen. Geraldo Althoff que estava de licença – PFL – (SF)

(10) Vaga deixada pelo Sen. Pedro Piva ao reassumir o titular, Sen. José Serra, em 22-2-2002 - Bloco (PSDB/PPB) - (SF)

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

I) INTRODUÇÃO

No ano de 2002, a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul exerceu a sua Presidência *Pro Tempore*, no decorrer do 2º semestre do ano em referência, conforme o rodízio semestral firmado pelos países-membros.

Deve-se destacar que, em comparação com as atividades das demais Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados, o trabalho da Comissão do Mercosul é diferenciado em decorrência da emergência de temas que devem ser abordados de imediato em função da conjuntura e da evolução do contencioso econômico entre os países-membros, o que exige respostas urgentes para assuntos que envolvem, na maioria dos casos, abordagens políticas, comerciais e diplomáticas.

Essa responsabilidade do exercício da Presidência *Pro Tempore* trouxe com ela a obrigação de a Secretaria da Representação Brasileira envolver-se, diretamente, com a preparação de todo o serviço de apoio e administração fundamentais para a realização das Reuniões da CPCM fora e dentro de Brasília e contando com a participação das delegações dos demais países-membros.

Desse modo, tornou-se imprescindível negociar com o Programa Interlegis do Senado Federal, objetivando que este colocasse à disposição da CPCM seu Auditório, sala de apoio e equipamentos necessários à realização da XX Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, decidida para realizar-se em Brasília, na primeira semana do mês de dezembro de 2002.

Nas reuniões no exterior, ou seja, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, o Parlamento Brasileiro foi representado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, quando tratou-se de temas variados e em especial sobre a questão da integração fronteiriça no cenário mercosulino.

Por outro lado, mais não menos importante, a Representação realizou suas reuniões ordinárias, das quais participaram ativamente os senhores parlamentares membros da CPCM, relatando e votando projetos de interesse das comunidades dos países membros do Mercosul.

Por fim, como sempre, deve-se destacar o empenho e o engenho dos servidores da Representação Brasileira na concretização de suas missões e atividades e que, mais uma vez, contaram com a colaboração irrestrita da sua contraparte no Senado Federal, e, em particular, da Presidência, da Diretoria Geral, da Diretoria Legislativa e do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, além da costumeira participação efetiva das Consultorias Legislativas de ambas as Casas.

A) OBJETIVOS

O principal objetivo alcançado em 2002 foi a sustentação da necessidade de existência do Mercosul tendo em vista o desmantelamento do sistema monetário argentino, que trouxe o desafio maior do esforço conjunto dos países-membros em apoiar soluções condizentes com o espírito do Mercosul de manutenção da democracia no Cone Sul.

Outro importante objetivo foi alcançado com a intensa discussão da proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, que se fez sempre no confronto com a necessidade de se fortalecer e consolidar o Mercosul em primeiro lugar. Deve-se ressaltar que o Presidente da República, eleito em outubro de 2002, declarou seu apoio irrestrito ao Mercosul, deixando bem claro que pretendia refundá-lo logo no início da gestão, a partir de janeiro de 2003.

METAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Com certeza as discussões sobre a implantação da ALCA exercerão impacto direto sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, basta que se tenha em mente as intervenções sobre o tema da ALCA, levantadas pelo Presidente da Representação Brasileira nas reuniões ordinárias e plenárias da CPCM.

Nesse sentido, deve ser lembrado que nas reuniões ordinárias da Representação Brasileira, neste ano de 2002, já se chegou a relatar proposta de projeto que pede a realização de um plebiscito no Brasil sobre a conveniência de assinatura do acordo da ALCA em 2003.

Face ao crescimento do número de missões oficiais da Representação Brasileira na CPCM fora de Brasília, continua presente a necessidade de esta Comissão ter colocados à sua disposição um aparelho de telefonia celular e um microcomputador do tipo Lap Top ou Notebook, para o melhor desempenho profissional dos servidores que se deslocam de Brasília para secretariar as reuniões da CPCM e da Representação Brasileira.

Já solicitados em anos anteriores, reiteramos o pedido de oferecimento um curso de língua espanhola pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR desta Casa, iniciando-se ainda no primeiro

semestre", ou, se houver possibilidade, o patrocínio de bolsas de estudo para servidores interessados em aprender o idioma espanhol como ferramenta imprescindível ao seu desempenho profissional no dia-a-dia do seu trabalho na Comissão do Mercosul.

Do mesmo modo, insistimos na necessidade do oferecimento de aprendizado da língua inglesa para o corpo de servidores da Comissão do Mercosul, tendo em vista o grande número de correspondências e, diariamente, de telefonemas de países de língua inglesa que participam de outros blocos econômicos, tais como o Canadá, os EUA e outros países da União Européia.

Por últ

físico da Câmara dos Deputados, ainda que nas dependências do Congresso Nacional, pois a condição de comissão mista favorece a realização de atividades em dependências externas às salas de comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

B) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no decorrer do ano de 2002, planejou, organizou e executou reuniões ordinárias, audiências públicas, reuniões em outros estados e no exterior, reuniões com o Itamaraty, Embaixadas dos Países-Membros, exposições sobre a integração fronteiriça e atividades promovidas em parceria com órgãos do Poder Executivo, contatos com as outras Seções Nacionais, bem como o trabalho burocrático diário, em especial informações prestadas ao público externo por telefone, fax e correspondência, além do serviço cotidiano de atendimento das demandas dos parlamentares e dos Legislativos dos Estados-membros.

É inegável que as atividades do processo de integração fronteiriça no Mercosul, tem contribuído para o aumento do volume de trabalho da Representação Brasileira na CPCM.

Outras atividades incluíram:

1 - contatos, reuniões e acordos de trabalho com as entidades com as quais a Comissão mantém convênios de cooperação técnica;

2 - confecção e distribuição mensal do jornal "Mercosul no Congresso", já no seu décimo número, editado e publicado sob responsabilidade de jornalistas contratados pela Representação Brasileira;

3 - preparação de textos e matérias pertinentes ao Mercosul e ao trabalho da CPCM para distribuição à imprensa nacional e mídia eletrônica do Congresso Nacional;

4 - confecção diária de "Clipping Eletrônico", com seleção de matérias dos principais jornais do País e do Cone Sul, abordando questões relativas ao Mercosul, comércio exterior, blocos econômicos e, em especial, sobre a ALCA. O Clipping Eletrônico subsidia o trabalho dos parlamentares com as matérias específicas por ele veiculadas e que, em última análise, detectam e apontam os problemas diários do bloco econômico, não só no Cone Sul e América Latina, mas no mundo inteiro. Com certeza, o Clipping Eletrônico é o carro chefe que impulsiona e norteia o nosso trabalho diário, além de também servir como incentivo, roteiro e subsídio para estudos, monografias e divulgação do trabalho da Representação Brasileira e da CPCM por todos os quadrantes do globo, o que pode ser comprovado pelos inúmeros e-mails que nos chegam das mais importantes Embaixadas e Delegações brasileiras no exterior, além das consultas particulares.

5 - publicações diversas sobre o Mercosul, abordando temas e questões variadas;

5 - planejamento e execução das reuniões de Mesa Diretora da CPCM, conforme solicitado pela Presidência *Pro Tempore*.

6 - operacionalização, no curto prazo, como agência catalizadora de demandas surgidas em decorrência do processo de evolução do contencioso político e econômico entre os países-membros do Mercosul.

7 - no ano de 2002, como consequência das atividades da CPCM no processo de integração fronteiriça, no âmbito do Mercosul, foram realizados seminários em Uruguiana e

Foz do Iguaçu, além da realização de exposição sobre o potencial de desenvolvimento da Região da Trílice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai).

C) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1) TREINAMENTOS

Os cursos na área de informática, oferecidas pelo CEFOR, devem continuar sendo oferecidos pois são de grande proveito para o crescimento dos servidores desta Representação e para a melhoria da qualidade dos serviços por ela prestados.

Neste sentido, o oferecimento de cursos de língua espanhola viria a especializar, rapidamente, os funcionários da Representação para o desempenho diário das atividades desenvolvidas com os demais países integrantes do Mercosul, assim como cursos de outros idiomas, em especial de língua inglesa, tendo em vista o contato permanente com parlamentares de outros blocos econômicos além do Mercosul, em especial com a União Européia.

2) EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E INFORMATIZAÇÃO

Encarecemos o estudo da necessidade de contarmos com um aparelho de telefonia celular e um microcomputador portátil, para facilitar o desempenho profissional dos servidores da Representação Brasileira em seus deslocamentos pelo Brasil e no exterior.

Ressaltamos a necessidade de aperfeiçoamento do sistema Sileg, desenhado para facilitar o acompanhamento de proposições legislativas e que até hoje não foi disponibilizado para uso da Representação Brasileira na CPCM.

3) COOPERAÇÃO E/OU TRABALHOS CONJUNTOS REALIZADOS COM OUTROS ÓRGÃOS

Dada a natureza especial da missão da Representação Brasileira Mista junto à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, continuamos trabalhando lado a lado com o Senado Federal, com especial destaque para a contribuição da sua Consultoria Legislativa, que nunca nos tem faltado, além de nos prestar uma imprescindível e inestimável colaboração na área internacional.

Vale também destacar que as demais unidades da Câmara dos Deputados continuam sendo de relevante importância para o nosso desempenho, sempre dispostas ao pronto atendimento das nossas demandas.

Nesse sentido, contamos com a participação da Diretoria do DECOM junto à Consultoria Legislativa da Câmara para proporcionar uma maior participação de consultores nas reuniões da Comissão do Mercosul, não só nas reuniões no Brasil mas também no exterior.

A realização de reuniões e atividades conjuntas com outras Comissões da Câmara, como sempre, têm acontecido na maior integração democrática e relacionamento profissional do mais alto nível, por exemplo, quando a equipe técnica da Representação Brasileira na CPCM foi convocada e prontamente colaborou com a realização do Seminário da ALCA, patrocinado pela Presidência da Casa e realizado em 2001 e quando da realização do Fórum de Integração Parlamentar Regional, realizado em 2002.

No plano externo das relações com o Poder Executivo, a Representação Brasileira tem tido a felicidade de também se relacionar em alto nível profissional, com a Presidência da República, com o Ministério das Relações Exteriores e com outras unidades que compõem a esfera do Mercosul no Governo Federal.

PROJETOS QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL EM 2002

PROPOSIÇÕES	ASSUNTO	RELATOR	SITUAÇÃO
REQUERIMENTO (do Deputado Feu Rosa)	"Solicita à Presidência da Câmara dos Deputados, informações a respeito da constituição da Comissão Especial destinada ao acompanhamento das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA".		Aprovado em 07/05/2002
REQUERIMENTO (do Deputado Inácio Arruda)	"Solicita a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio (Trade Promotion Authority – TPA) dos Estados Unidos da América, já aprovado na Câmara de Representantes dos Estados Unidos, no dia 06 de dezembro de 2001 e enviado, em 28 de fevereiro de 2002, para a Comissão de Finanças do Senado dos EUA".		Aprovado em 11/06/2002
REQUERIMENTO (do Deputado Inácio Arruda)	"Solicita a realização de Audiências Públicas da Comissão do Mercosul, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nos Estados da Federação, para discutir com a sociedade brasileira sobre		Aprovado em 11/06/2002

PROPOSIÇÕES	ASSUNTO	RELATOR	SITUAÇÃO
	as conseqüências da implantação da ALCA”.		
REQUERIMENTO (do Senador Roberto Requião)	“Solicita Reunião Externa da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, objetivando a realização do Fórum de Debates sobre Integração Fronteira”.		Aprovado em 11/06/2002
REQUERIMENTO (do Deputado Júlio Redecker)	“Realização de reunião externa na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, em continuidade ao Fórum de Debates Sobre Integração Fronteira que será iniciado pela cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”.		Aprovado em 11/06/2002
REQUERIMENTO (da Senadora Emília Fernandes)	“Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre uma Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre o Uruguai”.		Aprovado em 18/06/2002
REQUERIMENTO (do Senador Roberto Requião)	“Anteprojeto de Resolução, que "Altera a Resolução nº 1, de 1996-CN, que 'dispõe sobre a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de inclusão de dotação específica nos orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para atender às despesas da representação"', proposto pelo Senador Roberto Requião, que sugere seja formalizado como de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul”.		Aprovado em 11/06/2002
MSC 1068/2001 (do Poder executivo)	“Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo –Quadro sobre Meio Ambiente, assinado em Assunção no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 22 de junho de 2001”.	Senadora Antero Paes de Barros	Aprovado em 02/04/2002
MSC 1105/2001 (do Poder Executivo)	“Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Provimento de Capacidade Espacial, celebrado no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2001.”	Senador Casildo Maldaner	Aprovado em 07/05/2002
MSC 27/2001 (do Poder executivo)	“Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos de Renda, Prevenir e Combater e Evasão Fiscal e sobre Matérias Aduaneiras, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Brasília, em 20 de setembro de 2000”.	Senador José Fogaça	Aprovado em 11/06/2002
MSC 49/2002 (do Poder executivo)	“Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do ‘Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativa à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial’, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.”	Deputado Dr. Rosinha	Aprovado em 11/06/2002
PL 5521/2001 (do Deputado Clementino Coelho)	“Altera a redação do art. 2º da Lei 8174, de 30 de janeiro de 1991, que ‘dispõe sobre princípios de Política Agrícola’, estabelecendo atribuições ao Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA, tributação compensatória de produtos agrícolas, amparo ao pequeno produtor e regras de	Senador Arlindo Porto	Aprovado em 02/04/2002

PROPOSIÇÕES	ASSUNTO	RELATOR	SITUAÇÃO
	financiamento e liberação de estoques públicos”.		
PL 5821/2001 (do Deputado Telmo Kirst)	"Altera o art. 3º da Lei nº 8666, de 21 de julho de 1993 e dá outras providências".	Deputado Paulo Gouvêa	Aprovado em 07/05/2002

RELATÓRIO SUCINTO - 2002			
1 – REUNIÃO ORDINÁRIA			
Meses	Dias	Local	Total
Fevereiro	19	Senado Federal	1
Março	05	Senado Federal	1
Abril	02	Senado Federal	1
Maio	07	Senador Federal	1
Junho	11 e 18	Senado Federal	2
TOTAL			6
2 – REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA			
Meses	Dias	Tema	Total
Março	27	“As dificuldades vividas pela Argentina e pela Venezuela e sua repercussão na América do Sul, em especial no Brasil, bem como um relato a situação econômica e as Finanças Públicas, além e discutir ainda, a questão dos subsídios agrícolas praticados pela União Européia”	1
TOTAL			1
3 - OUTRAS REUNIÕES			
Meses	Dias	Assunto	Total
Março	27	Brasília - DF - Brasil - Reunião Extraordinária com a Delegação de Senadores integrantes da Mesa diretora da Comissão de finanças do Senado Francês	1
Junho	04, 06 e 07	Washington - EUA - Reunião Externa	1
	25	Uruguaiana - Rio Grande do Sul - Brasil - Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça, como subsídio à Reunião de Foz de Iguaçu	1
Novembro	25 a 28	Habana - Cuba - II Encontro Hemisférico de luta contra a ALCA	1
	14 e 15	La Plata - Argentina - I Congresso Sobre Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Nacional de La Plata, que discutirá o tema “Aprofundar o Mercosul: Uma Obrigação Estratégica”.	1

RELATÓRIO SUCINTO - 2002			
	06	Bogotá - Colômbia - Sessão de Instalação do XX Período Ordinário de Sessões do Parlamento Andino.	
Total			6
3 - OUTRAS REUNIÕES (Membros dos quatro Países)			
Meses	Dias	Assunto	Total
Fevereiro	14 e 15	Montevideu - Uruguai - XXIV Reunião Extraordinária do Grupo Mercado Comum	1
	24 a 27	Santiago/Ilha de Páscoa - Chile - XI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul (PARCUM)	1
Abril	11 e 12	Buenos Aires - Argentina - Reunião da Mesa Executiva da CPC	1
Maio	16 e 17	Madrid - Espanha - Encontro da Delegação para as relações com os países da América do sul e Mercosul e da Delegação para as Relações com os países da América Central e México com as Mesas Diretoras dos Parlamentos Regionais da América Latina: Parlatino, Parlatino e Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	1
Total			4
4 - REUNIÃO PLENÁRIA (Membros dos quatro Países)			
Meses	Dias	Local	
Julho	4	Buenos Aires - Argentina - XIX	1
Dezembro	4 e 5	Brasília - DF - Brasil - XX	1
TOTAL			2
5 - SEMINÁRIOS			
Meses	Dias		
Março	10 a 14	Fortaleza - Ceará - Brasil - Seminário Internacional "O Mercosul, a ALCA e o Endividamento Externo"	1
Março	14	Natal - Rio Grande do Norte - Brasil - Seminário Internacional "O Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA: Desafios e Oportunidades"	1
Setembro	19 e 20	Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil - I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça	1
TOTAL			2
6 - EXPOSIÇÃO			
Dezembro	2 a 6	Semana de Exposição sobre o Potencial de Desenvolvimento da Região da Tríplice Fronteira	1
Total			1

H.3 - COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

H.3.1) Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista Especial destinada a estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Leitura: 16-5-2001(CN) - Requerimento nº 73, de 2001-CN

Designação da Comissão: 31-5-2001

Instalação: 31-5-2001

Autores: Sen. Roberto Freire, Dep. Miro Teixeira e outros senhores congressistas

Prazo final no Congresso: 30-4-2002 → Prazo prorrogado em virtude de aprovação do Req. nº 182/2001-CN – na sessão do dia 5-12-2001.

30-5-2002 → Prazo prorrogado em virtude de aprovação do Req. nº 2/2002-CN – na sessão do dia 25-4-2002.

Composição

Presidente: *Dep. Márcio Fortes

Vice-Presidente: Dep. Fernando Gabeira-RJ

Relator: Senador Paulo Souto – PFL-BA

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Alberto Silva	1.Valmir Amaral
Mauro Miranda	2.Gerson Camata
José Fogaça (PPS)	3.Wellington Roberto
Nabor Junior	4.Pedro Simon
PFL	
Paulo Souto	1.Freitas Neto
José Agripino	2.Carlos Patrocínio (PTB)
Francelino Pereira	3.Moreira Mendes
Bloco (PSDB-PPB)	
Teotônio Vilela Filho (1)	1.Geraldo Melo (1)
Antero Paes de Barros (1)	2.Leomar Quintanilha(PFL) (1)
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
Heloísa Helena	1.Eduado Suplicy
Paulo Hartung (PSB)	2.Sebastião Rocha
(*)PSB	
Ademir Andrade	1.Roberto Saturnino

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
Bloco (PSDB-PTB)	
Márcio Fortes(3)	1.João Caldas
Iris Simões	2.Paulo Feijó(4)
Juquinha	3.Rose de Freitas
Bloco (PFL-PST)	
Marcos Cintra	1.José Carlos Aleluia
Ney Lopes	2.Robson Tuma

PMDB

Aníbal Gomes	1.Gastão Vieira
João Colaço	2.Salatiel Carvalho

PT

Fernando Ferro	1.Virgílio Guimarães
----------------	----------------------

PPB

Delfim Netto	1.Mário Negromonte(2)
--------------	-----------------------

BLOCO (PSB-PC do B)

Jandira Feghali	1.Sérgio Novais
-----------------	-----------------

BLOCO (PDT-PPS)

Airton Dipp	1.Clementino Coelho
-------------	---------------------

(*)PV

Fernando Gabeira	1.Luciano Zica
------------------	----------------

* Em substituição ao Dep. Antonio Cambraia (Presidente da Comissão) afastado do exercício do mandato para exercer cargo de Secretário de Estado

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(1) Indicações dos Senadores Teotônio Vilela Filho e Antero Paes de Barros como titulares e Senadores Geraldo Melo e Leomar Quintanilha como suplentes, feitas em 7-6-2001 – **PSDB** (SF)

(2) Substituição do Dep. Odelmo Leão (S) pelo Dep. Mário Negromonte, em 13-9-2001 – **PPB** - (CD)

(3) Substituição do Dep. Antonio Cambraia (T) pelo Dep. Márcio Fortes, em 12-11-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)

(4) Substituição do Dep. Márcio Fortes (S) pelo Dep. Paulo Feijó, em 7-12-2001 – **Bloco (PSDB-PTB)** - (CD)

H.3.2) Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista Especial destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002.

Leitura: 13-9-2000 - Requerimento nº 81, de 2000-CN

Designação da Comissão: 12-9-2001

Instalação: 2-4-2002

Autor: Sen. Antonio Carlos Magalhães

Prazo final no Congresso: 12-9-2002

Composição

Presidente: Dep. Paulo Octávio
Vice-Presidente: Sen. Arlindo Porto
Relator: Sen. Francelino Pereira

SENADORES**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

José Sarney(4)	1.Marluce Pinto(4)
Nabor Júnior(4)	2.Gilberto Mestrinho(4)
Casildo Maldaner(4)	3.Maguito Vilela(4)
Pedro Simon(4)	4.Mauro Miranda(4)

PFL

Antônio Carlos Júnior	1.Bernardo Cabral
Lindberg Cury (2) (3)	2.Freitas Neto (PSDB)
Francelino Pereira	3.Romeu Tuma

Bloco (PSDB-PPB)

Antero Paes de Barros (1)	1.Ricardo Santos (1)
Pedro Piva (1)	2.Luiz Pontes (1)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

Jefferson Peres	1.(vago)
-----------------	----------

Carlos Wilson (PTB)	2.(vago)
(*)PTB	
Arlindo Porto	1.(vago)

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco (PSDB-PTB)	
Vittorio Mediolini	1.(vago)(7)
(vago)(6)	2.Osmânio Pereira
Walfrido Mares Guia	3.Zila Bezerra
Bloco (PFL-PST)	
Eliseu Resende	1.Gilberto Kassab
Paulo Octávio	2.Vilmar Rocha
PMDB	
Antônio do Valle	1.Mário de Oliveira
Silas Brasileiro	2.Mauro Lopes
PT	
	1.
PPB	
Eni Voltolini(5)	1.Herculano Anghinetti(5)
BLOCO (PSB-PC do B)	
Agnelo Queiroz	1.(vago)
BLOCO (PDT-PPS)	
	1.
(*)BLOCO (PL-PSL)	
Ronaldo Vasconcellos	1.Lincoln Portela

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

- (1) Indicações dos Senadores Antero Paes de Barros e Pedro Piva como titulares e Senadores Ricardo Santos e Luiz Pontes como suplentes, feitas em 5-11-2001 – Bloco (PSDB-PPB) - (SF)
- (2) Vago em virtude de renúncia ao mandato do Sen. Hugo Napoleão para assumir cargo de Governador do Estado do Piauí, em 20-11-2001 – PFL (SF)
- (3) Indicação do Senador Lindberg Cury (T), feita em 4-12-2001 – PFL (SF)
- (4) Substituições e indicações feitas em 27-2-2002 – PMDB (SF)
- (5) Indicações feitas em 16-4-2002 – PPB (CD)
- (6) Vaga deixada pelo Dep. Elias Murad, em virtude da reassunção do titular, Dep. Roberto Brant - Bloco (PSDB-PTB) (CD)
- (7) Vaga deixada pelo Dep. Saulo Coelho, em virtude da reassunção do titular, Dep. Pimenta da Veiga - Bloco (PSDB-PTB) (CD)

H.3.3) Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista Especial destinada a analisar a crise das indústrias processadoras de oleaginosas do Brasil, e propor medidas para superá-la.

Leitura: 27-3-2001 - Requerimento nº 61, de 2001-CN

Designação da Comissão:

Instalação:

Autor: Sen. Jonas Pinheiro

Prazo final no Congresso:

H.3.4) Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista Especial para estudar o Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e sugerir as bases para uma Política de Combate às Desigualdades Regionais.

Leitura: 27-6-2001(CN) - Requerimento nº 82, de 2001-CN

Designação da Comissão:

Instalação:
Autor: Dep. Vanessa Grazziotin
Prazo final no Congresso:

H.4 - COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

H.4.1) Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Leitura: 29-3-2000 - Requerimento nº 23, de 2000-CN

Designação da Comissão: 10-5-2000

Instalação: 16-5-2000

Autor: Deputado Oscar Andrade

Prazo final no Congresso: 15-12-2001 → Prazo prorrogado em virtude da aprovação do Req. nº 83/2000-CN – na sessão do dia 13-9-2000.

30-6-2002 → Prazo prorrogado em virtude da aprovação do Req. nº 185/2001-CN – na sessão do dia 20-12-2001, bem como que seja concedida uma verba suplementar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para suas despesas até seu término.

15-12-2002 → Prazo prorrogado em virtude da aprovação do Req. nº 11/2002-CN – na sessão do dia 27-6-2002.

Composição ao final da sessão legislativa

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Maguito Vilela	1. Alberto Silva
Gerson Camata	2. Renan Calheiros
Marluce Pinto	3. (vago) (4)
Wellington Roberto	4. Gilvam Borges
PFL	
Moreira Mendes	1. Leomar Quintanilha (7)
Romeu Tuma	2. José Coelho (6)
Francelino Pereira (1)	3. Jonas Pinheiro
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Romero Jucá
Fernando Matusalém (5)	2. Luiz Pontes
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
Sebastião Rocha	1. Jefferson Peres

Geraldo Cândido	2.José Eduardo Dutra
-----------------	----------------------

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco (PSDB/PTB)	
Domiciano Cabral-PB (2)	1.Márcio Fortes-RJ
Chico da Princesa-PR	2.Raimundo Gomes de Matos-CE
Mário Negromonte-BA	3.Silvio Torres-SP
Bloco (PMDB/PST/PTN)	
Carlos Dunga-PB	1.Albérico Filho-MA
Alberto Fraga-DF	2.Waldir Schmidt-RS
PFL	
Jaime Martins-MG	1.Moroni Torgan-CE (9)
Oscar Andrade-RO	2.Robson Tuma-SP
PT	
Nelson Pellegrino-BA	1.Telma de Souza-SP
PPB	
Ary Kara-SP	1.Almir Sá-RR
PDT	
Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (cessão-PL)
BLOCO (PSB-PC do B)	
Wanderley Martins-RJ (3)	1.Eduardo Campos-PE (8)

- (1) Substituindo o Sen. Geraldo Althoff pelo Sen. Francelino Pereira (T) em 29-3-2001 – PFL-SF
(2) Substituindo o Dep. Aloizio Santos pelo Dep. Domiciano Cabral (T) em 6-4-2001 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
(3) Substituindo o Dep. Eduardo Campos pelo Dep. Wanderley Martins (T) em 17-4-2001 – Bloco (PSB-PC do B)-CD
(4) Vago em virtude da renúncia ao mandato do Sen. Agnelo Queiroz Alves, 1º suplente, para assumir mandato de prefeito – PMDB - SF.
(5) Substituindo o Sen. Ricardo Santos pelo Sen. Fernando Matusalém (T) em 8-5-2001 – PSDB-SF
(6) Substituindo o Sen. Edison Lobão pelo Sen. José Coelho (S) em 31-8-2001 – PFL-SF
(7) Substituindo o Sen. Freitas Neto pelo Sen. Leomar Quintanilha (S) em 18-10-2001 – PFL-SF
(8) Substituindo o Dep. Gonzaga Patriota pelo Dep. Eduardo Campos (S) em 13-3-2002 – Bloco (PSDB-PTB)-CD
(9) Substituindo o Dep. Gervásio Silva pelo Dep. Moroni Torgan (S) em 17-5-2002 – PFL-CD

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de “apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários”, realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
1ª	27-2-2002	Apresentação do calendário a ser cumprido até o final da Comissão.	Aguardando publicação	-
2ª	13-3-2002	Reunião para ouvir o depoente Dr. João Carlos de Figueiredo Neto, Diretor de Assuntos Corporativos do Grupo Carrefour.	Aguardando publicação	-
3ª	14-3-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pernambuco, onde foram ouvidas as seguintes pessoas: Dr. Washington Luis, Delegado de polícia titular da delegacia de roubo de cargas em Recife; O preso Ronaldo Marcio da Silva; Flávio Ferreira da Silva; Ricardo José Rodrigues Gomes de Matos e Rogério Carneiro Interaminense; João Azevedo Dantas, Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas e Medicamentos do Estado da Paraíba; Vereador Jorge Chacrinha.	Aguardando publicação	-
4ª	15-3-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pernambuco, onde foram ouvidos a seguintes pessoas: Rômulo de Lemos Vasconcelos, empresário de Gravatá - PE; O preso e ex - policial Manuel Soares de Freitas.	Aguardando publicação	-
5ª	9-5-2002	Reunião no Plenário, na Câmara dos Vereadores da Cidade de	Aguardando publicação	-

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
		Santos - SP, onde foram ouvidas as seguintes pessoas: Heraldo Gomes Andrade, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos; José Camargo Hernandes empresário; Guilherme do Amaral Távora, Secretário Geral da Intersindical Portuária do Estado de São Paulo; Flávio Benatti, Presidente da Federação dos Transportadores de Cargas em São Paulo; Marcelo Marques da Rocha, Presidente do Sindicato da Empresa Comercial de Cargas no Litoral Paulista; Dr. Jaber Saad, Chefe da delegacia Federal de Santos.		
6ª	10-5-2002	Reunião no Plenário, na Câmara dos Vereadores da Cidade de Santos - SP, onde foram ouvidos as seguintes pessoas: Marcelo Barbosa Barros Vasconcelos; Ronaldo de Souza Fortes; Mauro Santos Salgado; Arthur Kohler; Liberato Carione, Diretor da Empresa Rio-Cubatão; Robson Da Silva Cardeira, Despachante Aduaneiro e Elias Carneiro, Presidente do Sindicato dos Auditores da Receita Federal em Santos.	Aguardando publicação	-
7ª	6-6-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, onde foram ouvidos as seguintes pessoas: Jeremias Mendes, Delegado de Polícia Civil; Rael Modesto dos Santos, Geovanir Ferreira Rocha, Jairton José Sobral, Rui Barbosa de Melo, Person Pacheco, Oswaldo Alcântara, Aparecido Escórcio, Lourival Claudino (Biela), Márcio Rodrigues Jesus, José Adriani Pereira, Milton César da Silva, Veroci Severino Adalberto Silva.	Aguardando publicação	-
8ª	7-6-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, onde foram ouvidos os Delegado da Polícia Federal: Sérgio Luciomar Fontes e Santiago Amaral Fernandes. Ainda foram ouvidos em caráter reservado a Srª Maria Eliza Alves de Andrade, Inspetora da Alfândega em Manaus; Srª Maristela Santos de Araujo Lopez, Auditora da Receita Federal em Manaus e Srº Marcos Fabrizzio, Técnico da Receita Federal em Manaus.	Aguardando publicação	-
9ª	9-9-2002	Reunião no Auditório da Capitânia dos Portos em Vitória no Espírito Santo, onde foram ouvidas as seguintes pessoas: NILTON SOUZA SIQUEIRA - Delegado de Polícia Federal EZEDIR ENÉAS GOMES - Agente de Polícia Federal SÉRGIO DOS SANTOS CALAZANS - Agente de Polícia Federal SELMA CRISTINA SAMPAIO PEREIRA COUTO - Delegada de Polícia da SSP/ES DANILO BAHIENSE - Delegado de Polícia da SSP/ES JOÃO RILDO SOUZA AGUIAR - Preso CLEVELAND MOREIRA JÚNIOR - Preso. JEFFERSON FORATINI PEIXOTO DE LIMA - Policial aposentado da SSP/ES.	Aguardando publicação	-
10ª	10-9-2002	Reunião no Auditório da Capitânia dos Portos em Vitória no Espírito Santo, onde foram ouvidas as seguintes pessoas: RICARDO VALENTIM OLIVEIRA - ex-funcionário da Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES. FERNANDO BRAZ MOREIRA - Preso JUAREZ GRECHI - Comerciante MARCO ANTÔNIO MALINI LAMÊGO - Comerciante LUCIANE DE SOUZA GOULART - Comerciante.	Aguardando publicação	-
11ª	21-11-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde foram ouvidas as seguintes pessoas: Mário Arruda, Mauro Vieira Monteiro, Zuldech Anuniação, Avrighny José de Souza Cunha, Eduardo Targa Teixeira, Cristiano Dias da Silva, Dario Piedade Torres, Alexandre Garcia da Silva e Antônio da Silva Marques.	Aguardando publicação	-
12ª	22-11-2002	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foram ouvidas as seguintes pessoas: Pedro de Oliveira Alves, Renato Demétrio de Souza, Carlos Augusto da Silva, Roberto de Souza e Carlos Ribeiro de Carvalho.	Aguardando publicação	-
13ª	22-11-	Reunião no Plenário da Assembléia Legislativa do Rio de	Aguardando publicação	-

Reunião	Data	Pauta da Reunião	Publicação no DSF	
			Número	Data
	2002	Janeiro. Foram ouvidas as seguintes pessoas: Pedro de Oliveira Alves, Renato Demétrio de Souza, Carlos Augusto da Silva, Roberto de Souza e Carlos Roberto de Carvalho.		
14ª	11-12-2002	Reunião na sala 02 da Ala Senador Alexandre Costa Anexo II do Senado Federal, para Apresentação, Leitura e Votação do Relatório Final, sendo aprovado por unanimidade.	Aguardando publicação	-

I – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO AO FINAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Efraim Morais (PFL-PB)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Barbosa Neto (PMDB-GO)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Carlos Wilson (PTB-PE)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado João Paulo (PT-SP)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Ney Lopes (PFL-RN)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Bernardo Cabral (PFL-AM)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Jefferson Péres (PDT-AM)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

Histórico em 2002

Em 27.08.2002, o Deputado Nilton Capixaba, Segundo-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e Secretário do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, atendendo à solicitação feita, em fevereiro de 2001, pela Presidência do Senado Federal, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 147 do Regimento Comum, encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado, para fins de incorpora-

ção ao Arquivo desta Casa, documentos do Conselho referentes ao período de 1972/2001, conforme relação anexa.

- Em 27.11.2002**, o Senador Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal e membro do Conselho, propõe ao Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, com base no art. 10 do Decreto Legislativo nº 70, de 1972, a admissão na Ordem do Congresso Nacional, no Grau de Grande Colar, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.
- Em 11.12.2002**, realiza-se reunião extraordinária do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, destinada a apreciar proposta encaminhada pelo Senador Edison Lobão, no sentido de homenagear o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o Grande Colar da Ordem, e, conforme o art. 8º do Decreto Legislativo nº 70, de 1972, o Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet. Decidiu o Conselho, de acordo com o § 3º do art. 5º do Decreto Legislativo supracitado, também agradecer com igual honraria o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, assim como, com a insígnia de Grande Oficial, os demais membros integrantes do Conselho.
- Em 30.12.2002**, realiza-se Sessão Solene do Conselho, às 15h, no 3º andar do Palácio do Planalto, onde é feita a entrega da insígnia e do diploma ao Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- Em 30.01.2003**, o Deputado Nilton Capixaba, Segundo-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e Secretário do Conselho da Ordem do Congresso Nacional, encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado os acervos de condecorações, diplomas e atos de nomeação, atendendo a solitação do Presidente do Senado Federal, feita em aditamento à anterior, de fevereiro de 2001.

J – CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição
(designada na Sessão do Senado Federal de 26.5.2000)

Presidente: Senador Ramez Tebet¹

Deputados	Senadores
(vago) ²	Senador Ramez Tebet (Presidente do Congresso Nacional) ³
Maria Elvira (PMDB-MG)	Sebastião Rocha (PDT-AP)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	Carlos Patrocínio (PTB-TO)

Notas:

¹ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

² Vaga ocupada pelo Deputado Pedro Wilson (PT-GO) até 31.12.2000. Em 1.1.2001, S. Exª renunciou ao mandato de Deputado, tendo em vista sua eleição para a Prefeitura de Goiânia-GO.

³ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

Histórico de 2001

Em 08.11.2001, o Primeiro-Secretário do Senado Federal, Senador Carlos Wilson, faz publicar o Ato do 1º Secretário nº 11, de 2001, designando os servidores Florian Augusto Coutinho Madruga, Antonio Fernando Ferreira Leite, Paulo Roberto Almeida Campos, Silvio Fernando Vieira Correia, Carlos Alberto Campos Marques, Dalila Aparecida Borges, Joberto de Mattos Sant’Anna, Júlio Werner Pedrosa, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, Simone Bastos Vieira, Marcos Santos Parente Filho e Tatiana Martins dos Mares Guia, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão Especial, com prazo de 90 dias, incumbida de coordenar e executar os procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos da Comissão de Avaliação e para dar suporte administrativo ao Conselho Deliberativo. Uma vez instalada, a Comissão Especial realiza várias reuniões, em que define um cronograma de trabalho, elabora o regulamento do Diploma, providencia a confecção de cartazes, fôlderes e carta de apresentação, além da criação da *homepage*, e promove a distribuição de material de divulgação e inscrição para as Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Secretarias de Educação e Cultura, Prefeituras, ONGs e Universidades, num total aproximado de 15 mil correspondências. Inscrevem-se 24 trabalhos concorrentes ao Diploma, produz-se programa de televisão sobre o Patrono do Diploma e imprime-se a edição comemorativa do livro “Carta”, da coleção do ex-Senador Darcy Ribeiro.

Em 13.12.2001, é aprovado o Regulamento do primeiro “Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro”, com entrega prevista para março de 2002.

Histórico de 2002

Em 16.04.2002, a Comissão Especial confere e encaminha os trabalhos candidatos ao Diploma à Comissão de Educação do Senado, a quem cabe, nos termos do Regulamento, selecionar, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, os cinco trabalhos e encaminhá-los ao Conselho Deliberativo, para a escolha do trabalho vencedor. Posteriormente, a Comissão de Educação remete os trabalhos à Consultoria Legislativa do Senado, onde permanecem até a presente data.

Mapa das atas de reuniões realizadas em 2001 e 2002 pela Comissão Especial criada pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 11, de 2001, publicado no Boletim Administrativo do Pessoal de 08.11.2001

REUNIÕES REALIZADAS EM 2001

Reunião	Assunto	Data e hora
1ª	Instalou-se a Comissão Especial e definiu-se o mês de maio de 2002 como data final para a entrega do Diploma de 2001.	18.10.2001 14h
2ª	Após a apresentação dos membros, definiram-se as providências emergenciais com vistas a um cronograma de trabalho, à criação de <i>layout</i> das peças gráficas a serem utilizadas para a divulgação e à formulação dos regulamentos oficial e especial para o Diploma de 2001.	19.10.2001 9h
3ª	Sugeriu-se a produção de um vídeo pela <i>TV Senado</i> sobre a vida de Darcy Ribeiro, para ser transmitido em Plenário no dia da entrega do Diploma, e a produção de vinhetas de rádio e tevê para a divulgação junto à Radiobrás. A Subsecretaria de Projetos Especiais da Secretaria de Comunicação Social ficou incumbida de desenvolver o <i>layout</i> das peças de divulgação.	22.10.2001 9h
4ª	Procedeu-se à primeira leitura da proposta de regulamento oficial e a alterações no texto.	23.10.2001 9h30
5ª	Surgiram novas sugestões, visando ao aperfeiçoamento do texto final do regulamento, apresentaram-se os primeiros <i>layouts</i> das peças de divulgação, discutiram-se os custos da realização do Diploma de 2001 e a necessidade de fazer o levantamento da quantidade de peças a serem produzidas pela Gráfica. Apresentou-se sugestão de cronograma, que sofrerá adaptações quanto à data final de entrega do Diploma.	24.10.2001 9h
6ª	Apresentou-se sugestão de ficha de inscrição, aprovada com algumas alterações, e aprovou-se o texto final do regulamento.	25.10.2001 10h
7ª	Procedeu-se à leitura e modificação do texto das normas e procedimentos para apresentação dos trabalhos pelos participantes e sugeriram-se alterações no <i>layout</i> do Diploma.	26.10.2001 9h
8ª	Discutiu-se sugestão de texto para o cartaz de divulgação e para os procedimentos em 2001. Solicitaram-se novas alterações em relação ao <i>layout</i> das peças gráficas, e houve alterações na redação do texto do folder de divulgação.	27.10.2001 10h
9ª	Aprovou-se o cronograma, a ser submetido ao Senador Sebastião Rocha, membro do Conselho.	30.10.2001 10h
10ª	O Senador Sebastião Rocha aprovou o cronograma final de entrega do Diploma. Serão feitas mudanças nos textos e <i>layouts</i> das peças.	31.10.2001 14h
11ª	Alteraram-se as datas de entrega dos trabalhos, inscrições e entrega do Diploma.	08.11.2001 14h
12ª	Procedeu-se à leitura das normas de acordo com a ABNT para apresentação dos trabalhos inscritos. Decidiu-se fazer pesquisa de mala direta para envio do material de divulgação.	14.11.2001 9h
13ª	Apresentaram-se alguns números de pesquisa de mala direta junto ao Prodasen e definiu-se o universo de entidades com quem a Comissão trabalhará. O plano de divulgação está sendo desenvolvido.	16.11.2001 9h

Reunião	Assunto	Data e hora
14 ^a	Concluiu-se novo cronograma de atividades e prioridades e definiram-se os membros responsáveis pela sessão solene de entrega do Diploma.	20.11.2001 9h30
15 ^a	Discutiu-se a impressão e remessa do material de divulgação pelo correio e a otimização da divulgação.	21.11.2001 10h
16 ^a	Decidiu-se que a divulgação será feita também pela Internet, mas as inscrições, não. A equipe que acompanha as peças gráficas cuidará também da Internet.	22.11.2001 10h
17 ^a	Rediscutiu-se a questão da Internet e, após votação, decidiu-se que as inscrições para o Diploma também poderão ser feitas pela Internet.	23.11.2001 10h
18 ^a	Apresentaram-se sugestões para efetivação da <i>homepage</i> do Diploma, acatadas pela Comissão, e procedeu-se à leitura das normas e procedimentos para a entrega dos trabalhos.	26.11.2001 10h
19 ^a	Procedeu-se à leitura final e aprovação das normas e procedimentos para apresentação dos trabalhos inscritos no Diploma.	27.11.2001 10h
20 ^a	Procedeu-se à leitura final de todos os textos do Diploma, que foram aprovados.	29.11.2001 9h30
21 ^a	Montou-se o <i>layout</i> com os ícones que farão parte da <i>homepage</i> do Diploma, constatou-se a existência de um vídeo sobre a vida e a obra de Darcy Ribeiro.	03.12.2001 10h
22 ^a	Além dos membros da Comissão, fizeram-se presentes a Diretora da Subsecretaria de Projetos Especiais, Sr ^a Andrea Valente, e a Sr ^a Camila Gabriela B. Souza e o Sr. João Paulúcio, responsáveis pela criação e finalização do material gráfico e de Internet, quando foram discutidas todas as novas propostas.	04.12.2001 10h
23 ^a	Discutiu-se a necessidade da Internet nas inscrições do Diploma e fez-se um esquema que deverá ser seguido pelo Sr. João Paulúcio para organizar os ícones da <i>homepage</i> .	05.12.2001 9h
24 ^a	Visitou-se a Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação para viabilizar o envio do material de divulgação do Diploma às escolas municipais e estaduais.	07.12.2001 9h
25 ^a	Assistiu-se à apresentação final das peças gráficas e foi apresentado o formato final da <i>homepage</i> do Diploma.	11.12.2001 10h
26 ^a	Redigiu-se ofício de agradecimento ao Ministério da Educação pela disponibilização dos dados e discutiu-se sobre o uso de envelopes para o envio dos materiais e para quais órgãos e entidades seriam remetidos.	13.12.2001 10h
27 ^a	Com a presença do Senador Ramez Tebet, acertou-se a indicação por S. Ex ^a dos componentes do Conselho Deliberativo e da Comissão Avaliadora.	13.12.2001 14h30
28 ^a	Discutida a confecção e o encaminhamento do material de divulgação do Diploma.	14.12.2001 9h
29 ^a	Análise do Sr. Flávio Barreto, do Serviço de Informatização da Gráfica, a respeito da condensação de informações de endereçamento.	17.12.2001 9h30
30 ^a	Definiu-se que todo o material de divulgação, em fase de impressão, deverá ser empacotado e enviado pela Gráfica do Senado até o fim da primeira semana de janeiro de 2002; a Subcomissão responsável pela Sessão Solene de entrega do Diploma se reunirá no início de fevereiro; todos os trabalhos serão recebidos pelo ILB e apresentados ao Grupo após o período de inscrições, e uma equipe entrará em contato com o Secretário-Geral do Senado para a definição da data da Sessão Solene.	19.12.2001 10h

REUNIÕES REALIZADAS EM 2002

Reunião	Assunto	Data e hora
31 ^a	Avaliaram-se todos os pontos de remessa do material feita durante o mês de janeiro, as Secretarias de Educação fizeram contato, acusando o recebimento do material de divulgação e mostrando interesse em participar.	04.02.2002 9h
32 ^a	Decidiu-se enviar ofício solicitando autorização para divulgar o material do Diploma dentro do Senado Federal, doar um busto, lançar um livro e uma exposição sobre a vida de Darcy Ribeiro.	05.02.2002 9h30
33 ^a	Discutiu-se o roteiro para a sessão de entrega do Diploma, que contará com a apresentação do Coral do Senado entoando o Hino Nacional e uma canção que marcou a vida de Darcy; haverá também a exibição de um filme e serão feitos os discursos, com a premiação.	07.02.2002 9h30
34 ^a	Apresentou-se o roteiro para a sessão de entrega do Diploma, com aprovação. Qualquer evento adicional ou eventual parceria com a Fundação Darcy Ribeiro deverá ser realizado no Salão Nobre do Senado, incluindo o lançamento da edição especial de "Carta", uma coletânea dos melhores textos de Carta, de Darcy.	08.02.2002 9h30
35 ^a	Apresentaram-se os exemplares de "Carta" para a seleção dos textos que farão parte da edição especial.	15.02.2002 9h30
36 ^a	Prosseguiu-se a leitura dos textos de "Carta" para seleção daqueles que farão parte da edição especial.	18.02.2002 9h
37 ^a	Escolheu-se a capa da Edição Especial "Carta". O Presidente da Comissão deu conhecimento ao grupo de que os primeiros trabalhos inscritos começaram a chegar e discutiu-se como a Comissão procederá em relação aos trabalhos recebidos.	20.02.2002 10h
38 ^a	Traçou-se um cronograma de entrega e acompanhamento de recebimento dos trabalhos inscritos. Discutiu-se a implementação da Comissão de Avaliação pelos Senadores e seus prazos e critérios para a avaliação dos trabalhos. A Subcomissão responsável pela sessão de entrega do Diploma reuniu-se para conversar a respeito dos detalhes de cronograma e prazos.	22.02.2002 10h
39 ^a	Discutiu-se a provável data da sessão. Depois de recebidos os trabalhos e encerrado o prazo de inscrição, a Comissão fará uma leitura de todos os trabalhos para conhecimento e levantamento de informações.	25.02.2002 10h
40 ^a	Discutiram-se detalhes e horários da sessão de entrega do Diploma. A Comissão aguarda os nomes que comporão a Comissão de Avaliação.	28.02.2002 9h30
41 ^a	Discutiu-se como o agraciado será trazido a Brasília para a entrega do Diploma, questões de passagem e hospedagem, além da necessidade de apresentação de um <i>layout</i> para o Diploma.	05.03.2002 9h30
42 ^a	Fez-se a leitura e seleção de mais textos para a edição especial de "Cartas".	06.03.2002 10h
43 ^a	Encerrou-se a seleção dos textos para a edição especial de "Cartas". O Sr. Joberto Mattos de Sant'Anna será o responsável por todo o processo editorial e apresentará à Comissão propostas para a capa da edição.	08.03.2002 10h
44 ^a	Apresentaram-se sugestões para a capa da edição especial de "Cartas", que serão apreciadas.	12.03.2002 9h
45 ^a	Apresentou-se à Comissão a primeira prova da edição de "Cartas". A Comissão optou por utilizar a mesma linha de apresentação da edição original.	14.03.2002 9h
46 ^a	Apresentou-se à Comissão a segunda prova da edição de "Cartas". A Comissão aprovou o <i>layout</i> final da capa.	18.03.2002 9h30
47 ^a	Apresentou-se à Comissão a segunda prova da edição de "Cartas".	19.03.2002 9h30
48 ^a	Apresentou-se e aprovou-se formulário para protocolo de recebimento e controle dos trabalhos. Discutiu-se o <i>layout</i> do Diploma que será entregue ao agraciado.	21.03.2002 9h
49 ^a	O Presidente da Comissão apresentou os trabalhos entregues. Decidiu-se que a Comissão fará uma leitura criteriosa de todos eles antes da sua apresentação à Comissão Julgadora.	26.03.2002 10h

Reunião	Assunto	Data e hora
50ª	Realizou-se a primeira reunião de leitura dos trabalhos apresentados, feita em duplas.	28.03.2002 10h
51ª	Continuou-se a leitura dos trabalhos apresentados.	02.04.2002 9h
52ª	Continuou-se a leitura dos trabalhos apresentados. Considerou-se a importância de a Comissão ter conhecimento do conteúdo dos trabalhos apresentados antes de serem conhecidos pela Comissão de Avaliação e pelo Conselho.	04.04.2002 9h30

DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
TRABALHOS ENCAMINHADOS PARA A 1ª PREMIAÇÃO

Nome	Título do Trabalho	Objetivos/Metas/Propósitos
1. Elói Martins Senhoras	O Acesso do Idoso à Educação através de uma Universidade Aberta à Terceira Idade	Criar mecanismos que possibilitem a integração da pessoa idosa no seio da comunidade acadêmica, ampliando o papel social da universidade em um projeto educacional que se mostra como uma alternativa de política social diante dos desafios que enfrenta esse grupo etário na era do conhecimento.
2. Prefeitura Municipal de Esteio – RS	Projeto Almoço na Escola	Oportunizar aos alunos da rede municipal alimentação equilibrada, sobretudo educação alimentar através de ações educativas permeadas por práticas transformadoras.
3. Emanuel Lima		Incentivar os estudantes a praticar teatro, coral, dança e poesia.
4. Carlos Adalberto Ribeiro Anchieta	Um Ariano no Planalto – A Cultura Popular Brasileira pela concepção de Ariano Suassuna, em sua obra teatral “A Pena e a Lei”	Pesquisar a cultura popular por meio da obra teatral de Ariano Suassuna “A Pena e a Lei”. Análise e estudo da peça com alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio e sua montagem e apresentação.
5. Luiz Antonio Bueno dos Santos	Projeto Centro de Excelência das Artes nas Escolas Públicas	Contribuir para a melhoria do aprendizado escolar e a pedagogia como um todo; combater a violência e as drogas; proporcionar interesse maior pelos estudos e a leitura; contribuir para a formação humanística, cidadania e cultura geral; desenvolver uma consciência crítica; ampliar a percepção e o desenvolvimento da criatividade; melhorar a saúde, coordenação motora, concentração e memória; respeitar o meio ambiente; ajudar na definição de metas; diminuir a repetência e a evasão escolar; permitir maior integração entre escola, aluno e família; aumentar a auto-estima, ter esperança e sonhar; contribuir para a realização das sinapses (conexões dos neurônios).
6. Maria da Guia de Medeiros	Educando para um Mundo Melhor: Relato de um Estudo-Experiência na Disciplina Ensino Religioso	Romper com práticas escolares dissociadas da realidade que está posta aos alunos, elegendo temáticas que contribuam para a sua formação, considerado sujeito histórico capaz de atuar responsavelmente na sociedade em que está inserido.
7. Ana Zélia Alves de Souza Bonaccorsi	A Arte de Educar Nossos Filhos	Integrar escola e família no processo educativo, orientando os alunos a desenvolverem atividades extracurriculares voltadas para a vivência social.
8. Conselho Municipal de Justiça de Atibaia	Projeto Cidadão 2000	Mobilizar os estudantes na defesa de seus interesses e somar esforços para a melhoria permanente do ensino e da comunidade em geral, além de promover variadas atividades, atingindo com efeitos positivos toda a comunidade local.

Nome	Título do Trabalho	Objetivos/Metas/Propósitos
9. Cooperativa Escolar da Escola Municipal São José – Camaragibe - PE	Programa Agente Comunitário de Educação - PACE	Desenvolver estratégias para dar uma resposta imediata ao insucesso escolar, atendendo alunos em horário alternativo, através de ações entre escola, família e comunidade e da oferta de novas oportunidades de aprendizagem e de enriquecimento cultural e, simultaneamente, combater as causas desse insucesso, disseminando sua proposta na rede de ensino e contribuindo para o processo de construção da escola de qualidade, da valorização do educador e da gestão participativa.
10. FECAD – Federação Nacional das Casas-Dia	Projeto de Prevenção Escolar 12 Atos	Superar a decadência na qualidade de ensino; deter a marcha da violência; prevenir drogas nas escolas.
11. Neusa Maria Spíndola	Cuida Bem de Mim	Resgatar a auto-estima dos alunos através do trabalho interdisciplinar.
12. ADEFIB – Associação de Amigos dos Deficientes de Boquim	Escola Especial	Implantar um orfanato especial para deficientes na sede da ADEFIB; reeducar e formar socialmente os deficientes físicos; planejar, organizar e coordenar todo o sistema de ensino pedagógico; promover o inter-relacionamento pessoal dos deficientes físicos com a sociedade; despertar o interesse da comunidade quanto à importância da existência da Escola Especial.
13. Prefeitura Municipal de Juruti – PA	Ações Voltadas para a Educação no Município	Dar novos rumos à educação.
14. Maria José Alves Cardoso	Contos de Fadas /Alfabetização	Aprimorar a leitura de mundo da criança, oferecendo oportunidade para desenvolver atividades significativas para a construção da leitura, da escrita, do raciocínio lógico no processo de alfabetização; expor a criança a um contato intenso com a literatura, cuidando para que a natureza desse contato seja sempre lúdica e/ou recreativa.
15. Vera Maria de Aguiar Ferreira	Construindo Cidadãos para o Terceiro Milênio	Despertar o interesse nos alunos e na comunidade de conhecer, qualificar e interagir nas relações de trabalho; promover a integração dos estudantes que têm pretensões de trabalho com os trabalhadores atuais, com ações efetivas e conjuntas nos vários eventos; estimular práticas que demonstram potencialidades, contextualizadas com os instrumentos da educação; promover a melhoria da qualidade de vida e auto-estima; mobilizar os diferentes segmentos sociais, objetivando o envolvimento da criança como ser que se educa também para o trabalho.
16. Giuliano D'Andrea	A Municipalização da Execução das Medidas Sócio-Educativas do Estatuto da Criança e do Adolescente	Incumbir o Município da atribuição de executor das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
17. Secretaria Municipal de Educação de Londrina - PR	Produção Científica Educacional dos Professores da Rede Pública	Oportunizar ao professor a divulgação de seu trabalho; valorizar o trabalho acadêmico enquanto docente de Rede Pública; incentivar outros professores a buscarem atualização.
18. Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão - PR	Educação e a Dança	Formar, através da dança, cidadãos participativos, responsáveis pelas transformações da sociedade; mostrar para as crianças e adolescentes que eles podem participar com igualdade de todos e quaisquer eventos culturais e educacionais apesar das dificuldades de acesso; desenvolver a auto-estima e atitudes de cooperação e iniciativa; identificar deveres e direitos dos alunos; estimular a arte e a dança; conhecer as vantagens que a educação trás para a vida.

Nome	Título do Trabalho	Objetivos/Metas/Propósitos
19. Cláudia de Souza Santos Sant'Anna	Hidroponia na Escola	Preparar o aluno da 4ª série para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental, dando-lhe conhecimentos básicos das disciplinas da área de Ciências que serão introduzidas no Ensino Médio.
20. Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - PR	PACE – Programa de Ação Cultural e Esportiva	Oferecer aos alunos do maternal à 4ª série atividades e oficinas dentro dos subprogramas de Literatura, Educação Patrimonial, Música, Dança, Teatro, Artes Visuais e Educação Física, possibilitando a construção de uma educação edificada em sólidos pilares, com significativos traços na formação da cidadania, buscando fazer do cidadão-mirim um indivíduo apropriado de valores éticos.
21. Oswaldo Elias de Mattos	Um Golaço da Língua Portuguesa	Ensinar a Língua Portuguesa, utilizando o futebol, a adolescentes infratores, privados de liberdade, no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), contemplando a interdisciplinariedade e a transversalidade, abordando temas como paz, liberdade, honestidade, respeito, drogas, esperança, cidadania, afetividade, auto-estima, ética, trabalho e consumo.
22. UNDIME/PE – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco	UNDIME – PE: Construindo a Educação Municipal	Difundir informações educacionais, representação e defesa dos interesses dos municípios, articulação regional e mobilização dos Secretários Municipais de Educação em defesa do direito à educação pública de qualidade.
23. Josué dos Santos Ferreira	Os Meandros do Congresso Nacional	Dar uma nova visão à sociedade sobre o processo legislativo. Trata-se de um projeto arrojado, de amplo alcance nacional, disseminando os princípios e as diretrizes inerentes ao Poder Legislativo. Responsável pela criação da primeira cadeira de Direito Parlamentar no País pela Escola Superior de Direito Constitucional em diversos cursos.
24. Prefeitura Municipal de São João da Lagoa - MG	Escola para Todos – Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos	Garantir acesso ou continuidade de estudos a todos os jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria, tendo como meta atender a aproximadamente 400 alunos.

L – COMISSÃO MISTA
DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 (Antigo Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência)
 (Instalado em 21.11.2000, em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.99)

COMPOSIÇÃO AO INÍCIO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

Presidente: Senador Jefferson Péres ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PDT/PPS-SP) ²
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E</u> <u>DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E</u> <u>DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) ²

Notas:

¹ Em 2.4.2002, na 1ª Reunião da Comissão, assumiu a Presidência o Deputado Aldo Rebelo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara), conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

COMPOSIÇÃO AO FINAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

Presidente: Deputado Aldo Rebelo

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP)
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E</u> <u>DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E</u> <u>DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM)

Histórico de 2002

- Em 18.03.2002**, o Deputado João Paulo encaminha, ao Presidente da Comissão, Senador Jefferson Peres, requerimento no sentido de se convocar reunião do colegiado, com a presença do General Alberto Cardoso, a ser convidado para debater e esclarecer matéria publicada no jornal *Correio Braziliense*, em 13.03.02, sobre “*espionagem que teria sido realizada contra a Governadora Roseana Sarney por supostos ex-integrantes do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI)*”. É convocada reunião da Comissão para o dia seguinte, 19.3, às 15h30, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa.
- Em 19.03.2002**, em virtude da falta de *quorum* regimental, a reunião não se realiza. (**Termo de reunião publicado no DSF de 23.03.2002, p. 02936**)
- Em 25.03.2002**, é convocada, mediante ofício, a **1ª Reunião** da Comissão, para 2.4, terça-feira, às 15h, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, com o mesmo objetivo da convocação anterior.
- Em 02.04.2002**, realiza-se a **1ª Reunião** da Comissão. O Presidente, Senador Jefferson Péres, informa o recebimento de petição do Sr. João Batista Pereira Vinhosa, autuada como Petição nº 17/2001, e seu encaminhamento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Em seguida, é lido e aprovado o requerimento do Líder da Minoria, Deputado João Paulo, autuado como RAI nº 1/2002, de audiência do General Alberto Mendes Cardoso, e convocada a **2ª Reunião** da Comissão, para 16.4, terça-feira, às 15h, no Plenário nº 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados. O Senador Jefferson Péres transmite a Presidência da Comissão ao Deputado Aldo Rebelo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme alternância estabelecida na **1ª Reunião** da Comissão, realizada em 15.8.2001. (**Ata Circunstanciada publicada no DSF de 04.04.2002, pgs. 03730/03740**)
- Em 16.04.2002**, realiza-se a **2ª Reunião** da Comissão, à qual comparece o **General Alberto Mendes Cardoso** para prestar esclarecimentos sobre acontecimentos noticiados pela imprensa, envolvendo a Agência Brasileira de Inteligência – Abin. O Presidente Aldo Rebelo comunica a devolução, pelo Senador José Eduardo Dutra, sem manifestação, do processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2000, após pedido de vista na reunião de 07.11.2001. Em seguida, consulta a Comissão e transforma a reunião em secreta. Ao final, convoca para o dia 11.6, às 15h, no Plenário nº 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, a **3ª Reunião** da Comissão, também em caráter reservado, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, destinada a ouvir o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Sr. **Itanor Neves Carneiro**, e o ex-Titular do mesmo órgão, Sr. **Agílio Monteiro Filho**, a respeito dos seguintes pontos: 1) investigação da Polícia Federal na empresa Lunus; 2) contratação de empresas privadas para atividades de inteligência no Ministério da Saúde; e 3) acordo da Polícia Federal com a agência dos Estados Unidos para combate ao narcotráfico – DEA. (**Ata publicada no DSF de 25.04.2002, pg.06068/06071**)
- Em 29.05.2002**, a Unicamp entrega, aos Presidentes das duas Casas do Congresso, Relatório de Avaliação do Sistema Informatizado de Eleições (Urna Eletrônica), autuado como Ofício CN nº 3/2002. O Presidente Aldo Rebelo convoca reunião, conjunta com a Comissão Especial de Reformas Políticas, da Câmara dos Deputados, para 6.6, às 9h30, no Plenário nº 1 do Anexo II da Câmara dos Deputados, destinada a ouvir, em audiência pública, exposição dos Exm^{os} Srs. Ministros **Nelson Jobim**, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e General **Alberto Mendes Cardoso**, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a respeito dos seguintes assuntos: 1) Urnas eletrônicas; 2) Sigilo e segurança do processo eleitoral; e 3) “Relatório Final de Avaliação do Sistema Informatizado de Eleições do Tribunal Superior Eleitoral”, elaborada pela Unicamp.
- Em 06.06.2002**, em face da falta de *quorum*, os Presidentes das duas Comissões, Deputados Aldo Rebelo e João Almeida, e as autoridades convidadas decidem adiar a reunião para o dia 19.6, quarta-feira, às 14h, no mesmo Plenário, com o mesmo objetivo. (**Termo de reunião publicado no DSF de 15.06.2002, pg. 12119**)
- Em 11.06.2002**, realiza-se a **3ª Reunião**, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, convocada na 2ª Reunião. Por motivo justificado, os Srs. Itanor Neves Carneiro e Agílio Monteiro Filho, autoridades convidadas para a audiência, não comparecem. Em seu lugar, prestam esclarecimentos os Srs. **Paulo de Tarso Gomes**, Delegado Titular Substituto da Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais da Polícia Federal,

que chefiou a equipe que fez diligências na empresa Lunus, em São Luís do Maranhão; e **Getúlio Bezerra dos Santos**, Coordenador-Geral da Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, órgão que gerencia Brasil e Estados Unidos na área do combate ao narcotráfico. O Dr. Paulo de Tarso Gomes pronuncia-se a respeito do Item 1 da pauta, e o Dr. Getúlio Bezerra dos Santos, sobre a aplicação de recursos recebidos de agências internacionais. Ao final, a Comissão aprova requerimento do Presidente Aldo Rebelo no sentido de convidar os Ministros da Defesa e da Justiça, o Diretor-Geral da Polícia Federal e os três Comandantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) para reunião reservada, a ser marcada, com o objetivo de discutir o problema da segurança pública no Brasil e o apoio que os órgãos de inteligência do Poder Federal podem oferecer no combate ao crime e à violência no Brasil, principalmente à luz do assassinato do jornalista Tim Lopes. *(Ata Circunstanciada publicada no DSF de 21.08.2002, p.16353/16370)*

Em 19.06.2002, realiza-se a 4ª Reunião da Comissão, convocada em 6.6, conjunta com a Comissão Especial de Reformas Políticas da Câmara dos Deputados, com a presença dos Exm^{os} Srs. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, **Ministro Nelson Jobim**, e Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, **General Alberto Mendes Cardoso**. *(Ata Circunstanciada publicada no DSF de 21.8.2002, pgs. 16371/16399)*

Em 27.06.2002, às 9h, no Gabinete da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Sala nº 135-A do Anexo II da Câmara dos Deputados, realiza-se a 5ª Reunião da Comissão, em caráter reservado, convocada na 3ª Reunião, com a presença do Exm^o Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, **General Alberto Mendes Cardoso**, bem como do Exm^o Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. **Itanor Neves Carneiro**, convidados a prestar esclarecimentos a respeito da situação da segurança pública no País.

Em 6 e 7.11.2001, a Comissão promove, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), o Seminário *Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia*, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. O evento foi preparado, em conjunto, pelos órgãos das duas Casas. A íntegra das palestras proferidas será publicada pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em edição especial, cujo lançamento está previsto para março de 2003. A seguir, o programa do Seminário:

DIA 6 DE NOVEMBRO

SOLENIDADE DE ABERTURA (9h–9h30)

AUTORIDADES PRESENTES:

1. Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal
2. Dr. **Geraldo Magela da Cruz Quintão**, Ministro de Estado da Defesa
3. General **Alberto Mendes Cardoso**, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
4. Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
5. Dr^a **Marisa Almeida Del'Isola e Diniz**, Diretora-Geral da Agência Brasileira de Inteligência
6. Dr. **Renato Lessa**, Diretor-Presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ
8. Almirante-de-Esquadra **Sérgio G. F. Chagasteles**, Comandante da Marinha
9. Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Carlos de Almeida Baptista**, Comandante da Aeronáutica
10. General **Raymundo Nonato de Cerqueira Filho**, Segundo Subchefe do Estado-Maior do Exército, representando o General-de-Exército **Gleuber Vieira**, Comandante do Exército
11. Senador **Jefferson Péres**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
12. Deputado **João Paulo**, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados e membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
13. Senador **Eduardo Suplicy**, Líder da Minoria no Senado Federal e membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

14. Deputado **Luiz Carlos Haully**, Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira na Câmara dos Deputados, representando o **Deputado Jutahy Jr.**, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados e membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
15. Dr. **Armando de Assis Possa**, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal
16. Embaixador **João Carlos de Souza-Gomes**, Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso do Ministério das Relações Exteriores, representando o Ministro **Celso Lafer**
17. Dr. **Ricardo Liao**, Chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, do Banco Central do Brasil, representando seu Presidente, Dr. **Armínio Fraga**
18. Dr. **Deomar Vasconcellos Moraes**, Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação – Inteligência Fiscal da Secretaria da Receita Federal, representando o Secretário, Dr. **Everardo de Almeida Maciel**
19. **Safe Carneiro**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal, representando o Presidente do Conselho Federal, **Rubens Approbato Machado**
20. **Luís Manuel Fernandes**, Diretor Científico da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ
21. Professor **Marco Cepik**, da Universidade Federal de Minas Gerais

CONFERENCISTAS ESTRANGEIROS PRESENTES:

- **Peter Gill**, Professor de Política e Justiça Criminal da Universidade de Liverpool, Reino Unido
- **José Manuel Ugarte**, Professor de Direito da Universidade de Buenos Aires, Argentina
- **Thomas Bruneau** - Diretor do Centro de Relações Cívico-Militares da Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos da América
- **Bruce Berkowitz** - Pesquisador da Hoover Institution da Universidade de Stanford e Consultor Sênior da Secretaria de Defesa do Governo dos Estados Unidos da América
- **Guillermo Holzmann Pérez** – Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade do Chile

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: 9h30–10h30

“Atividades de Inteligência no Brasil: contribuições para a soberania e a democracia”

Conferencista:

General **ALBERTO MENDES CARDOSO**

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

MESA Nº 1: 10h45–12h30

“Inteligência, Controle Público e Democracia”

Mediador: **Luís Manuel Fernandes**, Diretor Científico da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ

Conferencistas:

1) **PETER GILL**

Professor de Política e Justiça Criminal da Universidade de Liverpool, Reino Unido

2) **JOSÉ MANUEL UGARTE**

Professor de Direito da Universidade de Buenos Aires, Argentina

3) **Deputado ALDO REBELO**

Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

MESA Nº 2: 14h–16h30

“Profissionalização da Atividade de Inteligência”

Mediador: **Luís Manuel Fernandes**, Diretor Científico da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ

Conferencistas:

1) **MARISA ALMEIDA DEL’ISOLA E DINIZ**

Diretora-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

2) **MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK**

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

3) **THOMAS BRUNEAU**

Diretor do Centro de Relações Cívico-Militares da Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos da América

MESA Nº 3: 16h45–18h30

"Inteligência e Sustentação dos Interesses Nacionais"

Mediador: Deputado **Paulo Delgado (PT-MG)**

Conferencistas:

1) **REX NAZARÉ ALVES**

Chefe do Departamento de Tecnologia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

2) **ROQUE MONTELEONE NETO**

Diretor do Departamento de Assuntos Nucleares e de Bens Sensíveis do Ministério da Ciência e Tecnologia

3) **BRUCE BERKOWITZ**

Pesquisador da Hoover Institution da Universidade de Stanford e Consultor Sênior da Secretaria de Defesa do Governo dos Estados Unidos da América

DIA 7 DE NOVEMBRO

MESA Nº 4: 9h–10h30

"Defesa Nacional e Inteligência Militar"

Mediador: Deputado **Luiz Carlos Hauly**

Conferencistas:

1) General-de-Divisão **ALOÍSIO RODRIGUES DOS SANTOS**

Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica, Ministério da Defesa

2) Contra-Almirante **ADALBERTO CASAES JÚNIOR**

Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada

3) General-de-Divisão **RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO**

2º Subchefe do Estado-Maior do Exército

4) Brigadeiro-do-Ar **DALTON LUÍS FRARESSO**, Chefe da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica

MESA Nº 5: 10h45–12h30

"Limites e Eficácia do Controle Parlamentar"

Mediador: Senador **JEFFERSON PÉRES**

Conferencistas:

1) Deputado **LUÍZ CARLOS HAULY**

Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na Câmara dos Deputados, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ex-membro e ex-Relator da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

2) Senador **EDUARDO SUPLICY**

Líder da Minoria no Senado Federal e membro da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

3) **GUILLERMO HOLZMANN PÉREZ**

Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade do Chile

MESA Nº 6: 14h–16h30

"Atividade de Inteligência na Prevenção do Crime Organizado"

Mediador: Deputado **ALDO REBELO**

Conferencistas:

1) **DANIEL LORENZ DE AZEVEDO**

Coordenador de Inteligência, da Diretoria de Inteligência Policial, Departamento de Polícia Federal

2) **DEOMAR VASCONCELLOS MORAES**

Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação – Inteligência Fiscal – Secretaria da Receita Federal

3) **RICARDO LIAO**

Chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, Banco Central do Brasil

4) **CELSO ANTÔNIO TRÊS**

Procurador da República no Distrito Federal

ENCERRAMENTO: 16h45–17h30

Balanço Final e Conclusões

Marisa Almeida Del'Isola e Diniz - Diretora-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

A – MATÉRIAS APRECIADAS PELA COMISSÃO:**A. 1 – MENSAGEM**

Número	Número na origem	Autor	Assunto	Situação
MSF Nº 135/2000	618/2000	Presidente da República	Encaminha o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, que define os objetivos e estabelece as diretrizes para os órgãos encarregados do exercício da atividade de inteligência no País	<ul style="list-style-type: none">• Em 26.6.2000, a matéria é lida em Plenário, sendo estabelecido o calendário para a sua tramitação (DSF de 27.6.2000, p. 13707 e 13720).• Em 7.8.2000, comunica-se em Plenário o encerramento do prazo para apresentação de emendas perante o Plenário (DSF de 8.8.2000).• Em 21.11.2000, na 1ª Reunião da Comissão, é designado Relator da matéria o Deputado Luiz Carlos Haully, Presidente da CREDN-CD, e aberto prazo para emendas perante a CREDN-CD (Ata publicada no DSF de 23.11.2000, p. 22885).• Em 22.11.2000, comunica-se em Plenário a abertura do prazo para emendas perante a CREDN-CD (DSF de 23.11.2000, p. 22885).• Em 1.12.2000, comunica-se, em Plenário, o recebimento de oito emendas à matéria e o seu retorno ao Relator, Deputado Luiz Carlos Haully, Presidente da CREDN-CD, para emitir parecer (DSF de 2.12.2000).• Em 27.3.2001, é entregue, na Secretaria-Geral da Mesa do SF, o relatório do Deputado Luiz Carlos Haully.• Em 15.8.2001, na 1ª Reunião da Comissão, o Deputado Hélio Costa, Presidente da CREDN-CD, é designado Relator (Ata publicada no DSF de 22.8.2001, p. 17595).• Em 7.11.2001, na 2ª Reunião da Comissão, o Deputado Luiz Carlos Haully apresenta o seu Relatório, adotado pelo atual Relator, Deputado Hélio Costa, que, submetido a discussão e votação, é aprovado por unanimidade (DSF de 28.11.2001, p. 29687).• Em 29.11.2001, os autos são encaminhados à Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 142 do Regimento Comum e para os efeitos do art. 143 do mesmo diploma legal (Of. SF nº 1.603/2001).• Em 5.12.2001, a matéria é autuada como PDC nº 1.570/2001, na Câmara dos Deputados (DCD de 4.4.2002).• Em 2.4.2002, na 1ª Reunião da Comissão, o Presidente, Senador Jefferson Péres, informa que solicitou ao Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, informações sobre o andamento da matéria (Ata publicada no DSF de 4.4.2002, p. 3730).• Em 26.4.2002, o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, informa a tramitação da matéria (Ofício SGMIP nº 446, de 26.4.2002).• Aguardando inclusão em Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

A.2 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Número	Número na origem	Autor	Assunto	Situação
PDS nº 241/2000	-	Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores	Regulamenta o controle externo da atividade de inteligência previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7.12.99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências”	<ul style="list-style-type: none"> • Em 22.11.2000, a matéria é lida em Plenário e encaminhada à Comissão Mista, para posterior remessa à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE-SF) (<i>DSF de 23.11.2000, p. 22879</i>). • Em 28.11.2002, a matéria é encaminhada ao Relator na Comissão, Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN-CD) e, por sua recomendação, é aberto prazo para emendas. • Em 15.12.2000, comunica-se, em Plenário, o recebimento de oito emendas ao projeto e o seu encaminhamento à Comissão Mista (<i>DSF de 16.12.2000, p. 25422</i>). • Em 27.3.2001, é entregue, na Secretaria-Geral da Mesa do SF, o relatório do Deputado Luiz Carlos Hauly, pela rejeição do projeto. • Em 15.8.2001, na 1ª Reunião de 2001 da Comissão, o Deputado Hélio Costa, Presidente da CREDN-CD, é designado Relator e adota o relatório do Deputado Luiz Carlos Hauly (<i>Ata publicada no DSF de 22.8.2001, p. 17595</i>). • Em 7.11.2001, na 2ª Reunião da Comissão, o Presidente, Senador Jefferson Péres, submete a matéria a discussão e votação, tendo pedido vista dos autos o Senador José Eduardo Dutra, então Líder da Minoria no Senado (<i>Ata publicada no DSF de 28.11.2001, p. 29687</i>). • Em 16.4.2002, na 2ª Reunião da Comissão, o Presidente, Deputado Aldo Rebelo, comunica que o Senador José Eduardo Dutra devolveu os autos, sem manifestação, após o pedido de vista, e anuncia o encaminhamento da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), em cumprimento ao despacho inicial proferido pela Presidência do Senado na Sessão do dia 22.11.2000 (<i>Ata publicada no DSF de 25.4.2002, p. 6068</i>). • Aguardando votação do parecer na CRE, que é pelo sobrestamento da matéria, até que o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 8/2001 seja votado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal..

A.3 – PROJETO DE RESOLUÇÃO

Número	Número na origem	Autor	Assunto	Situação
PRN nº 8/2001	S/N	Deputado Luiz Carlos Hauly	Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação.	<ul style="list-style-type: none"> • Em 15.8.2001, na 1ª Reunião da Comissão, o Deputado Luiz Carlos Hauly, Presidente da CREDN-CD, faz sua primeira exposição sobre o projeto, que é discutido, ficando sua votação adiada para a reunião seguinte, para melhor estudo da matéria (Ata publicada no DSF de 22.8.2001, p. 17595). • Em 7.11.2001, na 2ª Reunião da Comissão, submetido a discussão e votação, o projeto é aprovado (Ata publicada no DSF de 28.11.2001, p. 29687). • Em 29.11.2001, os autos são encaminhados à Presidência da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 142 do Regimento Comum e para os efeitos do art. 143 do mesmo diploma legal (Of. SF nº 1.604/2001, da Presidência do Senado). • Em 5.12.2001, o projeto é autuado como PRN nº 8/2001, na Câmara dos Deputados (DCD de 19.4.2002). • Em 2.4.2002, na 1ª Reunião da Comissão, o Presidente, Senador Jefferson Péres, informa que solicitou ao Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, informações sobre o andamento da matéria (Ata publicada no DSF de .4.4.2002, p. 3730). • Em 26.4.2002, o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, informa a tramitação da matéria (Ofício SGMIP nº 447, de 26.4.2002). • Aguardando inclusão em Ordem do Dia na Câmara dos Deputados.

A.4 – REQUERIMENTOS (RAI)

A.4.1) Numerado:

Número	Data de recebimento	Autor	Assunto	Despacho
001	18.3.2002	Deputado João Paulo (Líder da Minoria na CD)	Requer a convocação de reunião da Comissão, para ouvir o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso , com o objetivo de prestar esclarecimentos a respeito de acontecimentos noticiados pela imprensa, envolvendo a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)	<ul style="list-style-type: none">• Em 2.4.2002, na 1ª Reunião da Comissão, é lido e aprovado o requerimento (<i>Ata publicada no DSF de 4.4.2002, p. 3730</i>).• Em 2.4.2002, formula-se o convite à autoridade, mediante o Ofício CCAI nº 3/2002, do Presidente da Comissão, Deputado Aldo Rebelo.• Em 4.4.2002, o General Alberto Cardoso, mediante o Ofício nº 173-GSIPR/CH, coloca-se à disposição da Comissão.• Em 16.4.2002, realiza-se a 2ª Reunião da Comissão, em caráter secreto, com a presença da autoridade convidada, bem como da Diretora-Geral da ABIN, Srª Marisa Almeida Del'Isola e Diniz (<i>Ata publicada no DSF de 25.4.2002, p. 6068</i>).

A.4.2) Oral

Data	Reunião	Autor	Assunto	Despacho
16.4.2002	2ª (secreta)	Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI)	Audiência do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Sr. Itanor Neves Carneiro , e do ex-Titular do mesmo órgão, Sr. Agílio Monteiro Filho , com o objetivo de prestarem esclarecimentos a respeito dos seguintes pontos: 1) investigação da Polícia Federal na empresa Lunus; 2) contratação de empresas privadas para atividades de inteligência no Ministério da Saúde; e 3) acordo da Polícia Federal com a agência dos Estados Unidos para combate ao narcotráfico – DEA.	<ul style="list-style-type: none">• Em 23.4.2002, formula-se o convite às duas autoridades, mediante o Ofício CCAI nº 5/2002, do Presidente da Comissão, Deputado Aldo Rebelo.• Em 25.4.2002, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Sr. Itanor Neves Carneiro, mediante o Ofício nº 339/2002-DG/DPF, coloca-se à disposição da Comissão, informando que retransmitiu o convite ao Sr. Agílio Monteiro Filho, por meio da Superintendência em Belo Horizonte/MG.• Em 26.4.2002, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Sr. Itanor Neves Carneiro, por meio do Ofício nº 351/2002-DG/DPF, encaminha cópia de expediente oriundo da Superintendência em Belo Horizonte-MG, que informa da impossibilidade de comparecimento do Sr. Agílio Monteiro Filho.• Em 11.06.2002, realiza-se a 3ª Reunião, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com a presença dos Srs. Paulo de Tarso Gomes, Delegado Titular Substituto da Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais da Polícia Federal, que chefiou a equipe que fez diligências na empresa Lunus, em São Luís do Maranhão; e Getúlio Bezerra dos Santos, Coordenador-Geral da Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, órgão que gerencia Brasil e Estados Unidos na área do combate ao narcotráfico. (<i>Ata publicada no DSF de 21.08.2002, p.16353/16370</i>)

A.5 – PETIÇÃO

Número	Data	Autor	Assunto	Despacho
17	29.10.2001	João Batista Pereira Vinho- as	Encaminha ao Presidente da Comissão, mediante expediente datado de 29.10.2001 e anexos, denúncias de irregularidades em processo licitatório realizado entre a antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e a empresa White Martins S/A e de extravio do processo na atual Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).	<ul style="list-style-type: none"> • Em 11.12.2001, o Presidente da Comissão, Senador Jefferson Péres, profere despacho encaminhando o processado à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal, e dos arts. 102-A, 409 e 411 do Regimento Interno do Senado Federal (<i>publicado juntamente com a Ata da 1ª Reunião da CCAI, no DSF de 4.4.2002, p. 3730</i>). • Em 11.12.2001, o Presidente da Comissão, Senador Jefferson Péres, comunica seu despacho ao autor da petição, mediante o Ofício CCAI nº 8/2001. • Em 18.2.2002, a matéria é encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle. • Em 15.3.2002, é designado Relator o Senador Eduardo Siqueira Campos. • Tramitando.

B – REUNIÕES REALIZADAS PELA COMISSÃO:

Reunião	Objetivo	Data	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	Analisar supostas irregularidades nas atividades da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e possíveis falhas na atuação da mesma Agência, nos termos do Requerimento RAI nº 1, de 2002, do Deputado João Paulo, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.	2.4.2002	031	4.4.2002	3730
2ª	Ouvir, em caráter reservado, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso , convidado, nos termos do Requerimento RAI nº 1, de 2002, a comparecer perante a Comissão Mista, para prestar esclarecimentos sobre acontecimentos noticiados pela imprensa, envolvendo a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.	16.4.2002	046	25.4.2002	6068
3ª	Ouvir os Drs. Itanor Neves Carneiro , Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, e Agílio Monteiro Filho , ex-titular do mesmo órgão, a respeito dos seguintes pontos: 1) Investigação da Polícia Federal na empresa Lunus; 2) Contratação de empresas privadas para atividades de inteligência no Ministério da Saúde; e 3) Acordo da Polícia Federal com agência dos Estados Unidos para combate ao narcotráfico – DEA. Comparecem em seu lugar os Srs. Paulo de Tarso Gomes , Delegado Titular Substituto da Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado e Inquéritos Especiais da Polícia Federal, e Getúlio Bezerra dos Santos , Coordenador-Geral da Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal.	11.6.2002	098	21.8.2002	16353

Reunião	Objetivo	Data	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
4ª	Ouvir, em audiência pública, exposição dos Exm ^{os} Srs. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Nelson Jobim , e Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso , a respeito dos seguintes assuntos: 1) Urnas eletrônicas; 2) Sigilo e segurança do processo eleitoral; e 3) "Relatório Final de Avaliação do Sistema Informatizado de Eleições do Tribunal Superior Eleitoral", elaborado pela Unicamp.	19.6.2002	098	21.8.2002	16371
5ª	Ouvir, em caráter reservado, o Exm ^o Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Mendes Cardoso , bem como do Exm ^o Sr. Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Itanor Neves Carneiro , a respeito da situação da segurança pública no País	27.6.2002	098	21.8.2002	16399

M – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2002

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão da Regionalização e Qualidade da Programação da Televisão e do Rádio (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão da Tecnologia Digital na Comunicação Social (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

Antecedentes da Instalação do Conselho de Comunicação Social

- Previsto na Constituição Federal de 1988 e instituído pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, resultante de Projeto de Lei de iniciativa do Senador Pompeu de Souza, o Conselho de Comunicação Social começou a receber as primeiras indicações de nomes para integrá-lo em 1992, por iniciativa de várias entidades e Parlamentares.
- Desde então, e até a instalação do Conselho, em 2002, as Mesas que dirigiram o Senado encontraram algumas dificuldades para instalar o Conselho, tais como, definição de critérios para a indicação dos representantes; regulamentação de um sistema de eleição pelo Congresso Nacional; ausência de entidades representativas de caráter nacional de algumas categorias profissionais dentre aquelas previstas no art. 4º da citada Lei; e a existência de mais de uma entidade representativa de dois desses segmentos, no caso, o da imprensa escrita e o da televisão.
- Em 1995, o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, consultou os Ministros de Estado das Comunicações, da Cultura e do Trabalho sobre a existência de cadastros das entidades representativas de classe relacionadas no citado dispositivo. De posse da relação de entidades fornecida pelo Titular da Pasta das Comunicações, S. Ex^a solicitou a essas instituições que indicassem nomes para o Conselho.

- Nesse mesmo ano, reunidas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, as entidades nacionais representativas dos setores contemplados na Lei encaminharam, a título de sugestão, à Presidência do Congresso Nacional, uma nominata completa para compor o Conselho.
- No início da Sessão Legislativa seguinte, o Presidente José Sarney submeteu essas indicações a todos os Líderes partidários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil também foram convidadas a apresentar nomes, tendo esta última se manifestado dois meses depois. Não se obteve, contudo, consenso quanto aos representantes da sociedade civil, o que interrompeu o processo de escolha dos membros do Conselho.
- Na mesma época, tramitava no Senado o Projeto de Lei da Câmara nº 232, de 1993, de autoria do Deputado Cunha Bueno, que acrescenta dois membros à composição do Conselho, representando, respectivamente, as empresas de propaganda e os profissionais dessa área. O Presidente José Sarney solicitou, então, ao Relator, o Senador Coutinho Jorge, que apresentasse substitutivo simplificando o procedimento de eleição do Conselho, de forma que esta fosse realizada em cada Casa separadamente.
- Em junho de 1996, o referido Substitutivo foi aprovado e remetido à Câmara dos Deputados, para reexame, onde tramita atualmente, já tendo recebido pareceres das Comissões para as quais foi despachado.
- Outra tentativa de viabilizar a instalação do Conselho foi feita por meio da apresentação do Projeto de Resolução nº 3, de 1995, do Congresso Nacional, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que definia que entidades representativas poderiam sugerir nomes ao Congresso Nacional, os quais seriam apreciados por uma Comissão Mista constituída para esse fim, antes de submetidos ao Plenário, em sessão conjunta das duas Casas. Com a eleição dos membros do Conselho, realizada no Congresso Nacional no último dia 5, o projeto ficou prejudicado, conforme parecer nesse sentido, aprovado pela Mesa do Senado.
- O Senado Federal fez incluir, nas Leis Orçamentárias para os exercícios de 1996 a 2002, dotação específica para o Conselho de Comunicação Social.
- Desde a edição da Lei nº 8.389, de 1991, que institui o Conselho, com mais ênfase nos últimos dois anos, vários Parlamentares e representantes da sociedade civil pronunciaram-se sobre a necessidade de instalação do órgão.
- Em dezembro de 2001, o Presidente Ramez Tebet, em Plenário, anunciou que retomaria os esforços no sentido de concretizar a implantação do Conselho, convidando as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a VIII do art. 4º da referida Lei a encaminhar, à Mesa do Congresso Nacional, sugestões de nomes para representá-las. Da mesma forma, solicitou aos Srs. Líderes partidários que indicassem nomes para o preenchimento das cinco vagas de representantes da sociedade civil.
- Em abril de 2002, a Presidência do Senado Federal adotou a primeira providência concreta no sentido da instalação do Conselho, tendo em vista compromisso assumido com os Partidos de Oposição, de efetivá-la antes da votação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 203, de 1995, na Câmara dos Deputados, e nº 5, de 2002, no Senado Federal, que altera o art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Para esse fim, o Presidente do Senado Federal convocou duas reuniões da Mesa com os Líderes de Partidos e do Governo.
- Na primeira reunião, realizada em 17 de abril, o Presidente do Senado Federal deu conhecimento aos Srs. Líderes das indicações recebidas até aquela data e designou comissão constituída pelos Senadores Carlos Wilson, Primeiro-Secretário da Mesa; Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação, e Artur da Távola, Líder do Governo, para receber as indicações das entidades e dos Líderes partidários, preparar uma chapa a ser levada à apreciação da Mesa do Senado Federal e, posteriormente, ao Plenário do Congresso Nacional.
- A comissão designada recebeu várias manifestações de entidades empresariais, profissionais e da sociedade civil, com indicações, propostas e opiniões a respeito da composição do Conselho, dentre elas, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); as Associações Brasileiras de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT), de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), de Radiodifusão e Telecomunicações (ABRATEL), de Televisão por Assinatura (ABTA), de Imprensa (ABI) e de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC); as Associações Nacionais de Editoras de Revistas (ANER), de Jornais (ANJ) e de Entidades de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (ANEATE); o Congresso Brasileiro de Cinema (CBC); o Conselho Federal de Psicologia (CFP); a Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação (ENECOS); a Federação Interestadual dos Radialistas (FITERT); a Federação Nacional dos

Jornalistas (FENAJ); a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI); a União Independente de Emissoras de TV (UniTV); a Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC); o Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (INBRAC); Sindicatos Nacionais de Cinema e Vídeo (STIC/SINDCINE) e a Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET).

- Na segunda reunião com os Srs. Líderes, realizada em 14 de maio, S. Ex^{as} discutiram as indicações constantes de nominata elaborada, a partir das sugestões das entidades referidas, pela Comissão de Senadores designada para esse fim. Após manifestações favoráveis e contrárias às indicações, decidiu-se encaminhar a chapa à Presidência da Câmara dos Deputados, mediante o Ofício SF nº 447/2002, de 14.05.2002, para apreciação e sugestões de nomes, cuja resposta veio de imediato, por meio do Ofício GP-O/734/02, de 22.05.2002, com as alterações que a Mesa e os Líderes Partidários daquela Casa julgaram convenientes.
- Na Sessão do dia 22 de maio de 2002, antes de anunciar a terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2002, o Presidente do Senado, Senador Ramez Tebet, comunicou ao Plenário que as Mesas e as Lideranças Partidárias de ambas as Casas haviam chegado a um consenso quanto à composição do Conselho. Nessa oportunidade, foi lida a relação dos nomes sugeridos e convocada Sessão do Congresso Nacional para o dia 28 de maio, para a eleição dos representantes indicados, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.389, de 1991 (*DSF de 23.05.2002, pgs. 08869/08872*). Todavia, não foi possível realizá-la naquele dia, por falta de **quorum**. Convocou-se outra reunião com o mesmo fim para o dia 5 de junho.
- No dia 5 de junho de 2002, em Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a Presidência do Senado Federal estabeleceu normas regulamentando a eleição do Conselho de Comunicação Social. Senadores e Deputados foram convidados a votar “sim” ou “não” em relação à cédula única com a nominata completa dos candidatos a titulares e suplentes do Conselho, que seriam considerados eleitos caso obtivessem a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos membros de cada Casa, conforme estabelecido no art. 47 da Constituição Federal. A Presidência solicitou, ainda, aos Líderes de bancadas e blocos parlamentares que indicassem fiscais para acompanhar o processo de votação e apuração dos votos.
- A eleição processou-se com sucesso, obtendo-se o seguinte resultado: na Câmara dos Deputados, votaram 286 Deputados, sendo 217 votos “sim”, 13 votos “não”, 54 votos em branco e 2 votos nulos. No Senado Federal, votaram 58 Senadores, sendo 49 votos “sim”, 4 votos “não”, 5 votos em branco e nenhum voto nulo.
- Dentre os objetivos do Conselho de Comunicação Social, destacam-se os seguintes: realizar estudos, pareceres e recomendações, por solicitação do Congresso Nacional, sobre assuntos como liberdade de manifestação do pensamento, propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias; outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Histórico de 2002

A partir da instalação do Conselho de Comunicação Social

Em **25.06.2002**, realiza-se a **Reunião de Instalação** do Conselho de Comunicação Social, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. O Presidente Ramez Tebet, após relatar breve histórico do Conselho, declara empossados os Membros eleitos para o cargo de Conselheiros titulares e suplentes, com mandato até 31 de março de 2003. Em seguida, tão logo anunciada a votação para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, o Conselheiro Paulo Cabral de Araújo sugere a eleição, por aclamação, de José Paulo Cavalcanti Filho para Presidente e de Jayme Sirotsky para Vice-Presidente. Após saudar os membros eleitos, seguido dos Senadores Eduardo Suplicy e Ricardo Santos (Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal), o Presidente Ramez Tebet passa a direção dos trabalhos ao Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho e se despede. É aprovada a proposta do Conselheiro Alberto Dines de dedicar a reunião à memória do Jornalista Tim Lopes, recém-falecido. Convoca-se a segunda reunião para o dia seguinte, 26 de junho, às 14h, com o objetivo de discutir e votar o Regimento Interno. (**Ata publicada no DSF de 05.09.2002, pgs. 16939/16951**)

- Em 26.06.2002**, realiza-se a **2ª Reunião** do Conselho, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, oportunidade em que é discutido e aprovado o Regimento Interno provisório, a partir de minutas elaboradas por Conselheiros. Decide-se, também, agendar as reuniões seguintes para as 14h das primeiras segundas-feiras de cada mês e criar duas comissões de trabalho: **a)** Comissão de Regionalização da Programação de Televisão, composta pelos Conselheiros Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão), Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio), Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas) e pela Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas); e **b)** Comissão encarregada de estudar a Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social, composta pelos Conselheiros Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Miguel Cipolla Jr., suplente do Conselheiro Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social), e Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo). **(Ata publicada no DSF de 05.09.2002, pgs. 16952/16986)**
- Em 05.08.2002**, realiza-se a **3ª Reunião** do Conselho, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: Item 1: questões administrativas: sistemática de reuniões e atas; posição sobre novo Regimento; dotação do Conselho, para inclusão no Orçamento de 2003; relato sobre atividades da Presidência; Item 2: questões referentes a outorgas e renovações de concessões; Item 3: posição sobre regionalização da programação; Item 4: posição sobre tecnologia digital; Item 5: proposta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos: deliberar sobre a economia interna do Conselho; e Item 6: proposta do Conselheiro Roberto Wagner: promover debate, no plenário do Conselho, com os principais candidatos à Presidência da República. **(Ata publicada no DSF de 11.09.2002, pgs. 17616/17645)**
- Em 12.08.2002**, o Conselho recebe da Mesa do Senado Federal, mediante o Ofício SF nº 929/2002, de 12.8.2002, a primeira consulta formal, a respeito da introdução da tecnologia de digitalização na área de comunicação social. **(Ata da Reunião da Mesa publicada no DSF de 08.08.2002, pgs. 15598/15599)**
- Em 02.09.2002**, realiza-se a **4ª Reunião** do Conselho, às 14h, na Sala nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: leitura de expedientes recebidos e expedidos; Item 1: audiência, aprovada na segunda reunião, com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e com os Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola, sobre: a) regionalização e qualidade da programação dos veículos de comunicação social; e b) Lei nº 10.359, de 27/12/2001, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão contem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada*; Item 2: orçamento do Conselho para 2003; posicionamento acerca do estudo para identificar os custos necessários ao funcionamento do Conselho, apontando as áreas que necessitam de dotação orçamentária específica e estimativa de valores, visando a subsidiar proposta de emenda ao Orçamento 2003 (Relator: Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos); Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 4: radiodifusão comunitária; inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária, inclusive para alteração da Lei nº 9.612, de 19/02/1998 (Relator: Conselheiro Daniel Koslowsky Herz); Item 5: debate com os principais candidatos à Presidência da República: relato das providências. (Relator: Conselheiro Roberto Wagner Monteiro); Item 6: Serviço de Comunicação Multimídia (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 7: exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos em curso no Órgão (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto). **(Ata publicada no DSF de 16.10.02, às páginas 18416/18448)**
- Em 14.10.02**, realiza-se a **5ª Reunião**, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Sr. Jayme Sirotsky (Vice-Presidente do Conselho, Representante da sociedade civil), tendo em vista impedimento do Presidente José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta: Item 1: Radiodifusão comunitária: relato dos trabalhos da Comissão; Item 2: regionalização da programação e qualidade da programação: relato dos trabalhos da Comissão; Item 3: Serviço de Comunicação Multimídia (Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, da Anatel) (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 4: exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara

dos Deputados, para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no Órgão (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 5: agendamento de debate com os candidatos à Presidência da República no plenário do Conselho (Relator: Roberto Wagner Monteiro); Item 6: apreciação da Medida Provisória nº 70, de 01/10/2002 (*participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens*) (Relator: Daniel Koslowsky Herz). Criada nova Comissão para a análise da Medida Provisória nº 70 por parte do Conselho, composta pelos seguintes Conselheiros: Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio), Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão), Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Carlos Chagas (Representante da sociedade civil), Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas), Assunção Hernandez Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil). **(Ata publicada no DSF de 10.12.2002, pgs. 24913/24945)**

Em 27.11.2002, é aprovado, em Sessão Conjunta do Congresso Nacional, o Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2002-CN, de autoria de Líderes partidárias da Câmara e do Senado, que dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social e dá outras providências, que se transforma no Decreto Legislativo nº 77/2002-CN (**DOU de 29.11.2002, pg. 19, e DSF de 29.11.2002, pg. 22958**).

Em 02.12.2002, realiza-se a **6ª Reunião**, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, para deliberar sobre a seguinte pauta: Item 1: leitura de expediente recebido; questões administrativas; prestação de contas; orçamento; Item 2: relato dos trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária, leitura de expediente do Conselho Regional de Radiodifusão Comunitária e da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Regionalização da Programação e leitura de ofício do Conselho Estadual de Cultura da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; Item 4: Pronunciamento de Conselheiros a respeito da qualidade da programação dos meios de comunicação social; Portaria nº 1.549, de 21 de novembro de 2002, do Ministro de Estado da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, que institui o Comitê Interinstitucional para classificação indicativa de filmes, programas televisivos, espetáculos públicos e jogos eletrônicos e de RPG, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça. Leitura de convite feito ao Conselho pelo Secretário Nacional de Justiça, para cerimônia de instalação do Comitê, no dia 4/12, às 15h, na Sala 328 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, Indicação de representante do Conselho de Comunicação Social; Item 5: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; leitura de documento do Conselheiro Roberto Wagner Monteiro sobre serviço de comunicação multimídia, enviado, por meio eletrônico, a todos os Conselheiros; Ofício da ELETROS – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrodomésticos, sobre a Comissão de Tecnologia Digital; Item 6: fixação, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, do prazo máximo de 90 dias para a apresentação de documentação para instrução de processos de outorga e renovação de concessões em curso no Órgão (Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto); Item 7: Análise da Medida Provisória nº 70, de 01/10/2002, que “*dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências*”; Relato dos trabalhos da Comissão; Item 8: recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União*; designação de relator; prazo: 15 dias; Item 9: discussão sobre a aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências*”. Leitura de Manifesto do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, de 19 de novembro de 2002, entregue aos Conselheiros durante a 3ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, em 20.11; Item 10: pronunciamentos dos Conselheiros; Item 11: fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente. **(A Ata Circunscrita será publicada em fevereiro de 2003)**

MATÉRIAS APRECIADAS NO CONSELHO:

1) Requerimento

Número	Formulado em	Autor	Assunto	Resultado
1/2002 (Ofício CCS nº 1, de 26.06.02)	26.06.02	Conselho de Comunicação Social	Submete à aprovação da Mesa do Senado Federal o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, aprovado em sua 2ª Reunião, realizada em 26.06.2002.	<ul style="list-style-type: none">Em 01.08.2002, o Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, por despacho, designa Relator da matéria o Senador Edison Lobão.Em 06.08.2002, realiza-se a 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, na qual o Senador Edison Lobão apresenta o seu relatório, aprovando o Regimento Interno do Conselho, limitando sua vigência à duração do mandato dos atuais Conselheiros (Ata publicada no DSF de 08.08.2002, pgs. 15598/15599).Em 08.08.2002, é lido no Plenário do Senado e publicado o Parecer nº 859/2002, do Senador Edison Lobão (DSF de 08.08.2002, pgs. 15529/15530).Em 08.08.2002, é publicado o Ato da Mesa nº 2/2002, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social (DSF de 08.08.02, pgs. 15284/15287 e DCD de 08.08.02, pgs. 36380/36387).Em 12.08.2002, é expedido o Ofício SF nº 928/2002, comunicando a aprovação do Regimento Interno provisório ao Presidente do Conselho de Comunicação Social.Aguardando elaboração do Regimento Interno definitivo.

2) Consulta

Número	Data de Recebimento	Autor	Assunto	Resultado
1/2002 - CCS	12.08.2002 e lida na 4ª Reunião do Conselho, em 02.09.2002 (Ata da 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal publicada no DSF de 08.08.02)	Mesa do Senado Federal	Solicita a posição do Conselho sobre a integração do Brasil aos avanços tecnológicos na área de comunicação social com o advento da digitalização.	<ul style="list-style-type: none">Em 02.09.2002, na 4ª Reunião do Conselho, o seu Presidente, Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, comunica o recebimento da primeira consulta, formulada ao Conselho pela Mesa do Senado Federal, a respeito da introdução da tecnologia digital nos meios de comunicação (Ata publicada no DSF de 16.10.02, p. 18416).Em 12.09.2002, é publicada no DOU, Seção 1, pg. 14, Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 1237, de 06.09.02, a respeito da regulamentação para a implantação do sistema de transmissão de televisão digital tão logo sejam concluídas as análises sobre modelos de negócio e de transição, tendo Anexo que trata de detalhes técnicos atinentes às diretrizes gerais que orientarão a adoção e implantação da tecnologia digital no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens no Brasil.Em 12.09.2002, realiza-se reunião administrativa da Comissão de Tecnologia Digital, na Sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro.Em 26.09.2002, realiza-se, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 1ª Reunião da Comissão de Tecnologia Digital, destinada à audiência dos Srs. Marcelo Knörich Zuffo, Max Henrique Machado Costa, Hélio Marcos Machado Graciosa e Guido Lemos de Souza Filho (Ata publicada no DSF de 19.10.02, pgs. 18460 /18502).Em 10.10.02, realiza-se, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 2ª Reunião da Comissão, destinada à audiência dos Srs. Arnaldo Gomes Serrão, Lázaro José de Brito e Marconi Thomaz de Souza Maya (Ata publicada no DSF de 23.11.02, pgs. 22501/22537).Em 11.2003, realiza-se, às 18h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, a 3ª Reunião da Comissão, de caráter administrativo, destinada a dar conhecimento, aos novos membros, de informações a respeito da adoção de tecnologia digital no Brasil (Ata a ser publicada em fevereiro de 2003).Aguardando parecer.

3) Projeto de Lei do Senado

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
169/2002	12.6.2002	Senador Francisco Escórcio	Acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União	<ul style="list-style-type: none"> Em 5.11.2001, durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação que apreciou o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior sobre a proposição, a Senadora Emília Fernandes apresenta requerimento no sentido de se encaminhar a matéria, para parecer, ao Conselho de Comunicação Social. O requerimento é aprovado, e o processado é remetido ao Conselho, por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, com despacho do Presidente do Senado. Em 2.12.2002, na 6ª Reunião do Conselho, o Presidente José Paulo Cavalcanti Filho comunica o recebimento da matéria e designou relator o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto. Aguardando parecer.

MATÉRIAS DE INTERESSE DO CONSELHO:

1) Projeto de Lei do Senado

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
175/2001	19.9.2001	Senador Ney Suasuna	Dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências".	<ul style="list-style-type: none"> Em 5.11.2001, durante a 27ª Reunião da Comissão de Educação que apreciou o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior sobre a matéria, a Senadora Emília Fernandes apresenta requerimento no sentido de se encaminhar a matéria, para parecer, ao Conselho de Comunicação Social. O requerimento é rejeitado. Nessa mesma data, a matéria é aprovada na Comissão, em decisão terminativa, e encaminhada à Mesa, onde aguarda término do prazo para interposição de recurso para que o projeto seja apreciado pelo Plenário. Em 2.12.2002, o assunto é incluído na pauta da 6ª Reunião do Conselho, quando seus membros decidem oficiar aos Presidentes das duas Casas do Congresso, solicitando a audiência do Conselho sobre a matéria, antes de sua aprovação. Os ofícios são expedidos em 12.2002. Aguardando a manifestação das duas Presidências.

2) Medida Provisória

Número	Data da Leitura em Plenário	Autor	Assunto	Resultado
70	2.10.2002	Presidência da República	Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	<ul style="list-style-type: none"> Situação da matéria no Congresso: encaminhada, em 11.12.2002, à respectiva Comissão Mista, para elaboração de projeto de decreto legislativo, uma vez que a medida provisória foi transformada em projeto de lei de conversão (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN). Em 14.10.2002, na 5ª Reunião do Conselho, o assunto é incluído em pauta, quando é constituída comissão para analisar a matéria, composta pelos Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio), Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão), Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Carlos Chagas (Representante da sociedade civil), Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas), Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil). <p>(Ata publicada no DSF de 10.12.2002, pgs. 24913/24945)</p>

3) Projeto de Decreto Legislativo

Número	Data da Leitura em Plenário	Autores	Assunto	Resultado
71/2002-CN	27.11.2002	Líderes partidários do Senado e da Câmara	Dispõe sobre o mandato dos membros do Conselho de Comunicação Social e dá outras providências.	<ul style="list-style-type: none"> Em 27.11.2002, o projeto é lido e aprovado em Sessão Conjunta do CN e se transforma no Decreto Legislativo nº 77/2002-CN (publicado no DOU de 29.11.2002, Seção I, pg. 19; e DSF de 29.11.2002, pg. 22958). Em 2.12.2002, na 6ª Reunião do Conselho, o Presidente José Paulo Cavalcanti Filho comunica a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional e submete ao Conselho proposta de voto de louvor ao Senador Carlos Wilson, aos Deputados Inocêncio Oliveira e Walter Pinheiro e ao Secretário-Geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, pelo empenho dispensado. A proposta é aprovada, e as moções de louvor são encaminhadas aos seus destinatários. Matéria arquivada.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Mapa de publicação das atas de reuniões realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
1ª	Reunião de Instalação do Conselho, sob a Presidência do Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado, destinada à posse dos Conselheiros e à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente.	25.06.2002 18h30	101	05.09.2002	16939
2ª	Discussão e votação do Regimento Interno do Conselho e criação de duas comissões de trabalho: a) Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação de Televisão e b) Comissão de Tecnologia Digital.	26.06.2002 14h	101	05.09.2002	16952
3ª	Apreciação dos seguintes assuntos: Item 1: questões administrativas: sistemática de reuniões e atas; posição sobre novo Regimento; dotação do Conselho, para inclusão no Orçamento de 2003; relato sobre atividades da Presidência; Item 2: questões referentes a outorgas e renovações de concessões; Item 3: posição sobre regionalização da programação; Item 4: posição sobre tecnologia digital; Item 5: proposta do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos; e Item 6: debate com presidentiáveis.	05.08.2002 14h	103	11.09.2002	17616
4ª	Apreciação dos seguintes assuntos: leitura de expedientes recebidos e expedidos; Item 1: audiência com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola; Item 2: orçamento do Conselho para 2003; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 4: radiodifusão comunitária; inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária; Item 5: debate com presidentiáveis: relato de providências; Item 6: Serviço de Comunicação Multimídia; Item 7: prazo exigido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.	02.09.2002 14h	112	16.10.2002	18416
5ª	Apreciação dos seguintes assuntos: Item 1: Radiodifusão comunitária: relato dos trabalhos da Comissão; Item 2: regionalização da programação e qualidade da programação: relato dos trabalhos da Comissão; Item 3: Serviço de Comunicação Multimídia; Item 4: prazo exigido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Item 5: debate com presidentiáveis: providências tomadas; Item 6: Medida Provisória nº 70/2002 (capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens).	14.10.2002 14h	149	10.12.2002	24913

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
6ª	<p>Apreciação dos seguintes assuntos: Item 1: leitura de expediente recebido; questões administrativas; prestação de contas; orçamento; Item 2: relato dos trabalhos da Comissão de Radiodifusão Comunitária; Item 3: relato dos trabalhos da Comissão de Regionalização da Programação; Item 4: Comitê Interinstitucional para classificação indicativa: convite da Secretaria Nacional de Justiça; Item 5: relato dos trabalhos da Comissão de Tecnologia Digital; Item 6: prazo fixado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; Item 7: Medida Provisória nº 70/2002 (<i>participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens</i>); relato dos trabalhos da Comissão; Item 8: recebimento, para fins de emissão de parecer, do Projeto de Lei do Senado nº 169/2002, do Senador Francisco Escórcio (<i>canal a cabo reservado ao Tribunal de Contas da União</i>); designação de relator; Item 9: discussão sobre a aprovação, em caráter terminativo, na Comissão de Educação, do Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, do Senador Ney Suassuna (<i>capital estrangeiro nas TV a cabo</i>); Item 10: pronunciamentos dos Conselheiros; Item 11: fala de encerramento do Presidente e do Vice-Presidente.</p>	02.12.2002-14h	(Ata a ser publicada em fevereiro de 2003)		

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL
Mapa de publicação das atas de reuniões
realizadas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

Reunião	Pauta	Data e hora	Publicação no DSF		
			Nº	Data	Página
	Reunião Administrativa, na Sede da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações – SET, no Rio de Janeiro.	12.09.2002 14h	(Não houve ata)		
1ª	<p>Audiência com os Srs. MARCELO KNÖRICH ZUFFO, Engenheiro Eletricista, Coordenador do Grupo de Computação Visual e Meios Eletrônicos Interativos do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) e Professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Universidade de São Paulo (USP); MAX HENRIQUE MACHADO COSTA, Engenheiro Elétrico, Professor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da UNICAMP; HÉLIO MARCOS MACHADO GRACIOSA, Presidente do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e GUIDO LEMOS DE SOUZA FILHO, Coordenador da Comissão Especial de Sistemas Multimídia e Hiperímídia da Sociedade Brasileira de Computação e Diretor Executivo do Laboratório Nacional de Redes de Computadores (LARC). Não compareceu o Sr. ISRAEL FERNANDO DE CARVALHO BAYMA, Diretor do Comitê de Incentivo à Produção do Software GNU e Alternativo - Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política.</p>	26.09.2002 14h	115	19.10.2002	18460
2ª	<p>Audiência com os Srs. ARNALDO GOMES SERRÃO, Coordenador-Geral das Indústrias Intensivas em Tecnologia da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; LÁZARO JOSÉ DE BRITO, Assessor Especial do Ministério das Comunicações; e MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa Substituto, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.</p>	10.10.2002 14h	138	23.11.2002	22501
3ª	Reunião administrativa, no Senado Federal, destinada a dar conhecimento, aos novos membros, de informações a respeito da adoção de tecnologia digital no Brasil.	11.2002 18h	(Ata a ser publicada em fevereiro de 2003)		

IV - PROVIMENTO DE VAGAS DE MINISTRO DO TCU

(A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988)

Vaga	Critério	Fundamento Legal e Normativo	Ministros Nomeados	Data da Nomeação
1ª	Livre Escolha da Presidência da República, com aprovação do Senado Federal	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e inciso I do art. 72, c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (Vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho -MSF nº 100/88).	Marcos Vinícios Rodrigues Vllaça	19/4/88
2ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (DLG nº 96/95).	Iram de Almeida Saraiva	7/7/94
3ª	Livre Escolha da Câmara dos Deputados	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (DLG nº 95/95).	Humberto Guimarães Souto	23/6/95
4ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (DLG nº 55/97).	Antônio Bezerra Valmir Campelo	24/10/97
5ª	Livre Escolha da Câmara dos Deputados	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (DLG nº 80/98).	Adyison Motta	18/1/98
6ª	Escolha, pela Presidência da República, em lista tripartite, entre Membros do Ministério Público junto ao TCU.	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal; inciso I do art. 72 c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, de 16/7/1992; e art. 281 do Regimento Interno do TCU (Vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Átala Álvares da Silva - MSF nº 64/99).	Walton Alencar Rodrigues	31/3/99
7ª	Livre Escolha do Senado Federal	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. (DLG nº 45/99).	Guilherme Soares Palmeira	25/6/99
8ª	Livre Escolha da Câmara dos Deputados	Inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal, c/c o inciso II do art. 72 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992.	Ubiratan Aguiar	5/4/2001
9ª	Escolha, pela Presidência da República, em lista tripartite, entre Auditores do TCU, com aprovação do Senado Federal.	Inciso I do § 2º do art. 73 da Constituição Federal; inciso I do art. 72 c/c os incisos I e III do art. 105, ambos da Lei nº 8.443, de 16/7/1992; e art. 281 do Regimento Interno do TCU (Vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin - MSF nº 160/2001).	Benjamin Zymler	31/8/2001

V - COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Composição

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, nos termos do disposto do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, eleita em 27-06-2002, em suas Casas e publicada no *Diário do Senado Federal* de 28-06-2002, para exercer seu mandato no período de 03 a 31 de julho de 2002, conforme comunicação da Presidência, ficou assim constituída:

Senadores

Titulares	Suplentes
	<u>PMDB</u>
Ramez Tebet	1. João Alberto Souza
Renan Calheiros	2. Gilvam Borges
	<u>Bloco(PSDB/PPB)</u>
Benício Sampaio	1. Geraldo Melo
	<u>PFL</u>
Edison Lobão	1. José Agripino
	<u>Bloco Oposição (PT/PPS)</u>
Eduardo Suplicy	1. José Fogaça
	<u>PTB</u>
Carlos Wilson	1. Arlindo Porto
	<u>PDT</u>
Lauro Campos	1. Sebastião Rocha
	<u>PSB</u>
Antonio Carlos Valadares	1. Ademir Andrade

Deputados

Titulares	Suplentes
	<u>PFL</u>
Paes Landim	1.Chico Sardelli
Paulo Octávio	2.Darci Coelho
Ronaldo Caiado	3.Marcondes Gadelha
	<u>PSDB</u>
Jovair Arantes	1.Custódio Mattos
Márcio Fortes	2.Danilo de Castro
Rafael Guerra	3.Pedro Canedo
	<u>PMDB</u>
Pedro Chaves	1.Glycon Terra Pinto
Tadeu Filippelli	2.José Borba
Wagner Rossi	3.Pedro Novais
	<u>PT</u>
Geraldo Magela	1.Jorge Bittar
Pedro Celso	2.Virgílio Guimarães
	<u>PPB</u>
Jofran Frejat	1.Wigberto Tartuce
	<u>PTB</u>
Antonio Jorge	1.Fernando Gonçalves
	<u>Bloco(PDT/PPS)</u>
Fernando Coruja	1.Rubens Bueno
	<u>Bloco(PL/PSL)</u>
Bispo Rodrigues	1.Juquinha
	<u>Bloco(PSB/PC do B)</u>
Agnelo Queiroz	1.José Antônio Almeida
	<u>PST</u>
Divaldo Suruagy	1.Eber Silva

Obs.: A Comissão não foi instalada.

**SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

A Sexta Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura realizou-se no período de 17 a 20 de dezembro de 2002, e foi convocada para deliberação das matérias, conforme se segue:

I – ATO CONVOCATÓRIO

DOS PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL (DSF de 17.12.2002, pg. 26098)

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado extraordinariamente, no período de 17 a 20 de dezembro de 2002, sem pagamento de ajuda de custo, para apreciação das seguintes matérias:

I – Matérias em tramitação no Congresso Nacional:

1. Matérias a que se refere o art. 166 da Constituição Federal.
(matéria orçamentária)
2. Medidas provisórias em vigor, nos termos do § 8º do art. 57 da Constituição Federal

II – Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 559, de 2002 (nº 3/02, no Senado Federal), que *acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal instituindo contribuição para custeio do serviço de iluminação pública nos Municípios e no Distrito Federal.*
2. Projeto de Lei Complementar nº 1, de 1991 (nº 161/89-Complementar, no Senado Federal), que *define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas.*
3. Projeto de Lei nº 4.046, de 1997 (nº 216/97, no Senado Federal), que *dispõe sobre o Título de Participação em Receita de Serviço Público Concedido – TR e dá outras providências.*
4. Projeto de Lei nº 4.302, de 1998 (nº 3/01, no Senado Federal), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.*

5. Projeto de Lei nº 6.912, de 2002 (nº 650/99, no Senado Federal), que *institui ações afirmativas em prol da população brasileira afro-descendente*.
6. Projeto de Lei nº 7.080, de 2002, de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que *dispõe sobre a opção pelas Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União e dá outras providências*.
7. Projeto de Lei nº 7.189, de 2002, de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências*.
8. Projeto de Lei nº 7.372, de 2002, de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte Ferroviário – SESF e altera a redação do art. 3º da Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993*.
9. Projeto de Lei nº 7.453, de 2002 (nº 250/02, no Senado Federal), que *dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul*.
10. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.514, de 2002, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *susta a aplicação dos arts. 2º, 4º e 5º do Decreto nº 4.489, de 28 de novembro de 2002*.
11. Projeto de Resolução nº 262, de 2002, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que *transforma a Auditoria Interna em Assessoria de Projetos Especiais e dá outras providências*.
12. Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 1997, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *aprova como regulares as contas do Governo da República relativas ao exercício financeiro de 1993*.
13. Mensagem nº 173, de 1996-CN (nº 319/96, na origem), do Presidente da República, que *encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1995*.
14. Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 1999, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *aprova a prestação de contas do Presidente da República relativa ao exercício financeiro de 1996, com recomendações*.
15. Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2000, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *aprova as contas do Governo da República relativas ao exercício financeiro de 1997*.
16. Mensagem nº 317, de 1999-CN (nº 497/99, na origem), do Presidente da República, que *encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1998*.
17. Mensagem nº 198, de 2001-CN (nº 324/01, na origem), do Presidente da República, que *encaminha ao Congresso Nacional para exame as contas do Governo Federal e do Ministério Público da União, relativas ao exercício financeiro de 2000*.
18. Mensagem nº 59, de 2002-CN (nº 261/02, na origem), do Presidente da República, que *encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal e do Ministério Público da União relativas ao exercício financeiro de 2001*.

III - Matérias a que se refere o art. 52 da Constituição Federal. (competência privativa do Senado Federal)

IV – Matérias em tramitação no Senado Federal:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que *dá nova redação ao inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal* (incidência de ICMS).
2. Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *dá nova redação ao § 2º do art. 55 da Constituição Federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de Deputado e Senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo*.
3. Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que *altera o § 5º do art. 212 da Constituição Federal* (destinação do salário-educação).
4. Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Fernando Ribeiro, que *cria compensação financeira, como parte da receita do imposto de importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior*.
5. Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal*. (Destina o percentual de 0,5% da arrecadação do IR e IPI para aplicação pelas Instituições Federais de Ensino Superior da Amazônia Legal).
6. Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2002 (nº 6.295/02, na Casa de origem), que *altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal* (prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública).
7. Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2002 (nº 7.015/02, na Casa de origem), que *institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal*.
8. Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2002-Complementar (nº 349/02-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera as Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996, e 102, de 11 de julho de 2000 (dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências)*.
9. Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2002 (nº 6.770/02, na Casa de origem), que *dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que cria o Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transporte – FNIT, e dá outras providências*.
10. Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2002 (nº 5.832/01, na Casa de origem), que *dispõe sobre a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e dá outras providências*.
11. Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1999, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que *altera os arts. 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família*.
12. Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Melo que *disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que fa-*

çam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências.

13. Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2000-Complementar, de autoria da Senadora Heloísa Helena que *altera a redação do art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis ao agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.*
14. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2001, de autoria da Senadora Marina Silva, que *institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social (CGFRS) e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (IBRS).*
15. Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências.*
16. Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2001, de autoria do Senador Freitas Neto, que *autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências.*
17. Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, que *altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica.*
18. Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Melo, que *dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).*
19. Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2002, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *denomina “Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola” o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina.*
20. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que *altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura.*
21. Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *aprova, com ressalvas, as Contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1999.*

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 2002.

Deputado Aécio Neves
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

II – ADITAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

II.1 - ADITAMENTO

O Presidente em exercício da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, para o período de 17 a 20 de dezembro de 2002, o seguinte:

I - Matérias em tramitação no Senado Federal:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, que *altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais o direito à alimentação)*.

II - Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Projeto de Lei nº 5.803, de 2001, que *autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica*.
2. Projeto de Lei nº 275, de 2001-Complementar, que *atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial*.
3. Projeto de Lei nº 7.474, de 2002, que *prorroga o prazo do art. 1º da Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, alterado pelas Leis nºs 10.164, de 27 de dezembro de 2000, e 10.363, de 28 de dezembro de 2001, referente a ratificação das concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira, e dá outras providências*.
4. Projeto de Lei nº 224, de 2001-Complementar, que *dá nova redação ao § 1º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios*.
5. Projeto de Lei nº 4.415, de 2001, que *concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a fevereiro de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias*.

- III - Matérias referentes aos incisos VII, VIII e XII do art. 49 da Constituição Federal.

Congresso Nacional, em 17 de dezembro de 2002.

Deputado Efraim Morais
Presidente em exercício da Câmara dos Deputados

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

II.2 - ADITAMENTO

O Presidente em exercício da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, para o período de 17 a 20 de dezembro de 2002, o seguinte:

I - Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Projeto de Lei nº 3.049, de 2000, que *dispõe sobre a concessão do benefício do Seguro-Desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.*

Congresso Nacional, em 18 de dezembro de 2002.

Deputado Efraim Morais
Presidente em exercício da Câmara dos Deputados

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

II.3 - ADITAMENTO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, para o período de 17 a 20 de dezembro de 2002, o seguinte:

1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 2.659, de 2002, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 45, de 25 de junho de 2002;*

2 - Projeto de Lei nº 6.381, de 2002, que *acrescenta o § 6º ao artigo 7º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e*

3 - Projeto de Lei nº 84, de 1999, que *dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática, suas penalidades e dá outras providências.*

Congresso Nacional, em 18 de dezembro de 2002.

Deputado Efraim Morais
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

**III – O SENADO FEDERAL
NA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

A – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

A Sessão Legislativa Extraordinária foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, realizada às dez horas do dia 17 de dezembro de 2002, no Plenário do Senado Federal, sob a direção do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet.

B – ALTERAÇÕES

B.1 – NA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

B.1.1 - Renúncia

Na sessão de 17.12.2002, o Senador **Roberto Requião** comunicou sua renúncia ao mandato de Senador da República, a partir dessa data, para assumir, dia 1º.1.2003, o cargo de Governador do Estado do Paraná. (DSF de 18.12.2002, página 26.486).

Na sessão de 18.12.2002, o Senador **Lúcio Alcântara** comunicou sua renúncia ao mandato de Senador da República, a partir dessa data, para assumir, em 1º de janeiro de 2003, o cargo de Governador do Estado do Ceará. (DSF de 19.12.2002, página 26.681).

Na sessão de 20.12.2002, a Senadora **Emília Fernandes** comunicou sua renúncia ao mandato de Senadora da República, a partir de 1º de janeiro de 2003, para assumir a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. (DSF de 21.12.2001, página 27.297 e DSF 3/01/2003, página 00018).

A Presidência recebeu, em 30/12/2002, do Senador **Paulo Hargung**, comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, a partir de 1º de janeiro de 2003, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo. (DSF de 03.01.2003, página 00009).

A Presidência recebeu, em 02/01/2003, do Senador **José Eduardo Dutra**, comunicação de renúncia ao mandato de Senador da República, com efeitos a partir de 3 de janeiro de 2003, para assumir a Presidência da Petrobrás. (DSF de 03.01.2003, página 00021).

A Presidência recebeu, em 12/01/2003, comunicação do senhor Luiz Antônio Tirello, na qualidade de 1º suplente da Senadora Emília Fernandes, de renúncia ao direito subjetivo de posse no mandato de Senador da República, tendo em vista ser vice-Prefeito da cidade de Erechim – RS. (DSF de 03/01/2003 – página 00022).

A Presidência recebeu, em 12/01/2003, comunicação do Senador Carlos Wilson, de renúncia ao mandato de Senador da República e à Primeira-Secretaria do Se-

nado Federal, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2003, para assumir a Presidência da Infraero. (DSF de 13.01.2002, página 00039).

A Presidência recebeu, em 10/01/2002, comunicação do senhor Clodoaldo da Silva Torres Filho, na qualidade de 1º suplente do Senador Carlos Wilson, de renúncia ao direito subjetivo de posse no mandato de Senador da República, com efeitos a partir de 13/01/2002. (DSF de 13.01.2003, página 00040).

B.1.2 – Afastamento do Mandato

Na sessão de 20.12.2002, o Senador **Sebastião Rocha** comunicou seu afastamento do exercício do mandato de Senador da República, a partir de 2 de janeiro de 2003, para assumir o cargo de Secretário de Saúde do Estado do Amapá. (DSF de 21.12.2002, página 27.297).

A Presidência recebeu, em 01/01/2003, comunicação da Senadora Marina Silva, de afastamento do exercício do mandato de Senadora da República, a partir de 1º de janeiro de 2003, para assumir ao cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente. (DSF de 03/01/2003, página 00013).

A Presidência recebeu, em 01/01/2003, comunicação do Senador Luiz Pontes, de afastamento do exercício do mandato de Senador da República, a partir de 1º de janeiro de 2003, para assumir o cargo de Secretário de Governo pelo Estado do Ceará. (DSF de 03/01/2003, página 00016).

B.1.3 – Posse e Reassunção de Suplentes

Na sessão de 18.12.2002, o Senhor Nivaldo Passos Krüger, 1º Suplente do Senador Roberto Requião, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado do Paraná, integrando a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e adotando o nome parlamentar de **Nivaldo Krüger**. (DSF de 19.12.2002, página 26.660).

Na sessão de 19.12.2002, o Senhor Luiz Prata Girão, 1º Suplente do Senador Lúcio Alcântara, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado do Ceará, integrando a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e adotando o nome parlamentar de **Luiz Girão**. (DSF de 20.12.2002, página 27.102).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 01/01/2003, o Senhor Aelton José de Freitas, 1º Suplente do Senador José Alencar, tomou posse como Senador

da República, pela representação do Estado de Minas Gerais, integrando a bancada do Partido Liberal – PL, e adotando o nome parlamentar de **Aelton Freitas**. (DSF de 03/01/2003, páginas 00004 e 00008).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 01/01/2003, o Senhor João Batista da Motta, 1º Suplente do Senador Paulo Hartung, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado do Espírito Santo, não declarando filiação partidária, e adotando o nome parlamentar de **João Batista Motta**. (DSF de 03/01/2003, páginas 00004 e 00011).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 01/01/2003, o Senhor Rodolpho Tourinho Neto, 1º Suplente do Senador Paulo Souto, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado da Bahia, integrando a bancada do Partido da Frente Liberal – PFL, e adotando o nome parlamentar de **Rodolpho Tourinho**. (DSF de 03/01/2003, páginas 00005 e 00013).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 01/01/2003, o Senador **Júlio Eduardo**, 1º suplente da Senadora Marina Silva, reassumiu o mandato de Senador da República, pela representação do Estado do Acre, integrando a bancada do Partido Verde - PV. (DSF de 03/01/2003, páginas 00005 e 00015).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 01/01/2003, o Senador **Reginaldo Duarte**, 1º Suplente do Senador Luiz Pontes, reassumiu o mandato de Senador da República, pela representação do Estado do Ceará, integrando a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. (DSF de 03/01/2003, página 00017).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 03/01/2003, a Senhora Valdiolândia Teófilo Assis Nunes Leite, 1ª Suplente do Senador José Eduardo Dutra, tomou posse como Senadora da República, pela representação do Estado de Sergipe, integrando a bancada do Partido dos Trabalhadores, e adotando o nome parlamentar de **Valdiolândia Teófilo**. (DSF de 10/01/2003, páginas 00028 e 00032).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 06/01/2003, o Senhor Edir Pedro Domeneghini, 2º Suplente convocado em virtude da renúncia da Senadora Emília Fernandes e do 1º Suplente, o senhor Luiz Antonio Tirello, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado do Rio Grande do Sul, integrando a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e adotando o nome parlamentar de **Edir Domeneghini**. (DSF de 10/01/2003, páginas 00033 e 00037).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 13/01/2003, o Senhor Marcos de Meira Lins, 2º Suplente convocado em virtude da renúncia do Senador Carlos Wilson e do 1º Suplente, o senhor Clodoaldo da Silva Torres Filho, tomou posse como Senador da República, pela representação do Estado de Pernambuco, integrando a bancada

do Partido da Social Democracia Brasileira, e adotando o nome parlamentar de **Meira Lins**. (DSF de 28/01/2003, página 00044 e 00047).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 15/01/2003, o Senhor Ulisses Riedel de Resende, 1º Suplente convocado em virture do falecimento do Senador Lauro Campos, tomou posse como Senador da República, pela representação do Distrito Federal, integrando a bancada do Partido Socialista Brasileiro - PSB, e adotando o nome parlamentar de **Ulisses Riedel de Resende**. (DSF de 28/01/2003, páginas 00048 e 00050).

No Gabinete da Presidência do Senado Federal, em 24/01/2003, a Senhora Maria Benigna Oliveira do Nascimento Jucá, 1ª Suplente do Senador Sebastião Rocha, tomou posse como Senadora da República, pela representação do Estado do Amapá, integrando a bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e adotando o nome parlamentar de **Maria Benigna Jucá**¹. (DSF de 28/01/2003, páginas 00052 e 00056).

¹ * Em substituição ao diploma, a suplente Maria Benigna Jucá apresentou Certidão passada pela Secretaria Judiciária e de Informática do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, datada de 22 de fevereiro de 2003 – Parecer nº 10/2003 – AD-VOSF – DSF 28/01/2003, páginas 00054 e 00055).

**Ao final da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura,
a representação dos Estados e do Distrito Federal
estava assim constituída:**

<u>AC</u> -	Marina Silva Nabor Júnior Tião Viana	<u>PA</u> -	Ademir Andrade Fernando Ribeiro Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto Ney Suassuna
AP -	Gilvam Borges Sebastião Rocha José Sarney	PR -	Osmar Dias Nivaldo Krüger Olivir Gabardo
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Carlos Wilson Roberto Freire José Jorge
BA -	Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Paulo Souto	PI -	Freitas Neto Benício Sampaio Alberto Silva
CE -	Luiz Girão Sérgio Machado Luiz Pontes	RJ -	Artur da Távola Geraldo Cândido Roberto Saturnino
DF -	Lindberg Cury Lauro Campos Valmir Amaral	RN -	Geraldo Melo José Agripino Fernando Bezerra
ES -	Luiz Pastore Ricardo Santos Paulo Hartung	RS -	Emília Fernandes José Fogaça Pedro Simon
GO -	Iris Rezende Mauro Miranda Maguito Vilela	RO -	Chico Sartori Moreira Mendes Amir Lando
MA -	Bello Parga Edison Lobão João Alberto Souza	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Casildo Maldaner Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	José Serra Romeu Tuma Eduardo Suplicy
MG -	Arlindo Porto Francelino Pereira José Alencar	SE -	Antônio Carlos Valadares José Eduardo Dutra Maria do Carmo Alves

TO - Carlos Patrocínio
Leomar Quintanilha
Eduardo Siqueira Campos

**Ao final da 51ª Legislatura,
a representação dos Estados e do Distrito Federal
estava assim constituída:**

AC -	Júlio Eduardo Nabor Júnior Tião Viana	PA -	Ademir Andrade Fernando Ribeiro Luiz Otávio
AL -	Renan Calheiros Teotônio Vilela Filho Heloísa Helena	PB -	Ronaldo Cunha Lima Wellington Roberto Ney Suassuna
AP -	Gilvam Borges Maria Benigna Jucá José Sarney	PR -	Osmar Dias Nivaldo Krüger Olivir Gabardo
AM -	Bernardo Cabral Jefferson Péres Gilberto Mestrinho	PE	Meira Lins Roberto Freire José Jorge
BA -	Antonio Carlos Júnior Waldeck Ornelas Rodolpho Tourinho	PI -	Freitas Neto Benício Sampaio Alberto Silva
CE -	Luiz Girão Sérgio Machado Reginaldo Duarte	RJ -	Artur da Távola Geraldo Cândido Roberto Saturnino
DF -	Lindberg Cury Ulisses Riedel de Resende Valmir Amaral	RN -	Geraldo Melo José Agripino Fernando Bezerra
ES -	Luiz Pastore Ricardo Santos João Batista Motta	RS -	Edir Domenechini José Fogaça Pedro Simon
GO -	Iris Rezende Mauro Miranda Maguito Vilela	RO -	Chico Sartori Moreira Mendes Amir Lando
MA -	Bello Parga Edison Lobão João Alberto Souza	RR -	Marluce Pinto Romero Jucá Mozarildo Cavalcanti
MT -	Carlos Bezerra Jonas Pinheiro Antero Paes de Barros	SC -	Casildo Maldaner Geraldo Althoff Jorge Bornhausen
MS -	Lúdio Coelho Ramez Tebet Juvêncio da Fonseca	SP -	José Serra Romeu Tuma Eduardo Suplicy

MG - Arlindo Porto
Francelino Pereira
Aelton Freitas

SE - Antônio Carlos Valadares
Valdiolanda Teófilo
Maria do Carmo Alves

TO - Carlos Patrocínio
Leomar Quintanilha
Eduardo Siqueira Campos

C – O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

C.1 – MESA

Composição

<p>Presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) 1º Vice-Presidente Edison Lobão (PFL-MA) 2º Vice-Presidente Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) 1º Secretário Carlos Wilson (PTB-PE) 2º Secretário Antero Paes de Barros (PSDB-MT)</p>	<p>3º Secretário Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR)</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva (PMDB-PI) 2º Marluce Pinto (PMDB-RR) 3º Maria do Carmo Alves (PFL-SE) 4º Vago</p>
---	--

C.2 – PRESIDÊNCIA

C.2.1) Falas

C.2.1.1) Registros Diversos

Sessão	Presidente	Assunto
19.12.2002 (DSF de 20.12.2002 – pági- na 27111)	Ramez Tebet	Esclarece ao Plenário, a questão do quorum especial de votação do parecer da CCJ proferido sobre a recondução da Dra. Anne Elizabeth Nunes de Oliveira ao cargo de Defensora Pública-Geral da União.

C.2.1.2) Resposta a questionamento de Senador

Sessão	Presidente	Oportunidade
--------	------------	--------------

<p>19.12.2002 (DSF de 20.12.2002 – pági- na 27.158)</p>	<p>Ramez Tebet</p>	<p>Quando do questionamento do Senador Luiz Otávio sobre convocação de sessão extraordinária para posse do Presidente da República eleito.</p>
---	--------------------	--

C.3 – SESSÕES

C.3.1) Realizadas

Na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, o Senado Federal realizou , 4 (quatro) sessões sendo:

03 (três) Deliberativas Ordinárias e
01 (uma) Não-Deliberativa

C.3.2) Homenagens prestadas:

C.3.2.1) Voto de pesar

Dia 17.12 - pelo falecimento:

- do líder político goiano **Joaquim Moraes dos Santos** (RQS nº 737/2002, do Senador Maguito Vilela e outros Senadores);
- do jurista e acadêmico **Evandro Lins e Silva** (RQS nºs 741/2002, do Senador José Sarney; 742/2002, do Senador Olivir Gabardo; 743/2002, do Senador Roberto Saturnino; e 744/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores).
- do sertanista **Orlando Villas Boas** (RQS nº 745/2002, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores);
- do Embaixador **Vladimir Martinho** (RQS nº 746/2002, do Senador Lúcio Alcântara).

C.3.2.1) Voto de aplauso

Dia 18.12 – ao jogador de futebol, **Ronaldo Nazário, o Ronaldinho** (RQS nº 751/2002, do Senador Maguito Vilela).

C.4 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS

Senadores	Presidência	Secretaria
Antero Paes de Barros	-	1
Antônio Carlos Valadares	1	-
Carlos Wilson	-	1
Edison Lobão	2	-
Eduardo Siqueira Campos	1	-
Lindberg Cury	1	-
Mauro Miranda	-	1
Mozarildo Cavalcanti	3	3
Nabor Júnior	1	1
Nivaldo Krüger	1	-
Ramez Tebet	3	-

C.5 – PARTICIPAÇÃO DOS SENADORES NOS TRABALHOS

C.5.1 – Proposições apresentadas

SENADOR	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS			
	PLS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Antero Paes de Barros	-	-	1	1
Antonio Carlos Júnior	-	-	1	-
Antônio Carlos Valadares	-	1	-	-
Bello Parga	-	-	1	-
Carlos Patrocínio	1	-	-	-
Carlos Wilson	-	-	1	-
Edison Lobão	-	-	2	-
Eduardo Suplicy	-	2	-	-
Francelino Pereira	-	-	2	-
Heloísa Helena	-	1	-	-
João Alberto Souza	-	-	1	-
Jonas Pinheiro	-	-	1	-
José Agripino	-	3	-	-
José Sarney	-	1	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	-	-	1
Líderes	-	17	-	-
Lindberg Cury	-	-	1	-
Lúcio Alcântara	-	1	1	-
Lúdio Coelho	-	-	2	-
Luiz Otávio	-	-	3	-
Luiz Pastore	-	-	1	-
Maguito Vilela	-	2	-	-
Moreira Mendes	1	-	-	-
Mozarildo Cavalcanti	-	-	1	-
Nabor Júnior	-	-	2	-

SENADOR	PROPOSIÇÕES APRESENTADAS			
	PLS	RQS	PARECER	EMENDA DE PLENÁRIO
Ney Suassuna	-	-	-	1
Olivir Gabardo	-	1	-	-
Ricardo Santos	1	1	-	-
Roberto Saturnino		1	-	-
Romero Jucá	-	-	4	-
Romeu Tuma	-	-	1	1

C.5.2 - Uso da Palavra

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e/ou solicitação de providência	Aparte
Ademir Andrade	-	-	1	-	-	-	-
Alberto Silva	1	-	-	-	-	-	-
Antero Paes de Barros	-	1	-	-	-	-	1
Antonio Carlos Júnior	1	-	-	-	-	-	1
Antônio Carlos Valadares	-	-	2	-	-	-	-
Artur da Távola	1	-	2	-	2	-	3
Benício Sampaio	1	-	-	-	-	-	1
Carlos Bezerra	-	-	-	-	1	-	-
Carlos Patrocínio	3	1	4	-	3	-	3
Chico Sartori	-	-	-	-	-	-	3
Edison Lobão	1	-	-	-	-	-	1
Eduardo Siqueira Campos	-	-	-	-	-	-	1
Eduardo Suplicy	-	2	3	-	4	-	4
Emilia Fernandes	-	-	-	-	1	1	-
Fernando Bezerra	-	1	-	-	-	-	1
Fernando Ribeiro	1	-	-	-	-	-	3
Geraldo Melo	-	-	5	-	2	-	2
Gilberto Mestrinho	-	-	-	-	-	-	3
Jefferson Peres	-	-	1	-	-	-	1
Jonas Pinheiro	1	-	-	-	-	-	2
José Agripino	-	1	4	-	2	-	1
José Eduardo Dutra	-	-	4	-	2	-	1

* Como "Pronunciamento" consideraram-se as seguintes possibilidades de uso da palavra: art. 14, I; II, "a" e "b"; VII (exceto comunicação inadiável); VIII, "c"; IX e XI do RISF.

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e/ou solicitação de providência	Aparte
José Jorge	1	1	2	-	-	-	1
José Serra	1	-	-	-	-	-	-
José Sarney	-	-	1	-	-	-	-
Juvêncio da Fonseca	-	1	-	-	-	-	3
Leomar Quintanilha	-	-	-	-	-	-	1
Lindberg Cury	1	-	-	-	1	-	4
Lúcio Coelho	-	-	-	-	-	-	2
Luiz Girão	1	-	-	-	-	-	1
Luiz Otávio	-	1	-	-	4	1	2
Luiz Pastore	2	-	-	-	-	-	2
Maguito Vilela	-	-	2	-	1	-	2
Marina Silva	-	1	-	-	-	-	1
Marluce Pinto	-	-	-	-	-	-	3
Mauro Miranda	1	-	-	-	-	-	2
Moreira Mendes	1	-	-	1	-	-	2
Mozarildo Cavalcanti	3	-	-	-	-	-	2
Nabor Júnior	1	1	-	-	-	-	2
Ney Suassuna	2	1	-	-	1	-	3
Nivaldo Krüger	2	-	-	-	-	-	3
Olivir Gabardo	2	-	1	-	-	-	1
Osmar Dias	-	1	-	-	2	-	1
Pedro Simon	1	-	1	-	-	-	3
Ramez Tebet	-	-	-	-	-	1	1
Renan Calheiros	-	-	3	-	-	-	1
Ricardo Santos	-	-	-	-	1	-	3

SENADORES	*Pronunciamento	Discussão	Encaminhamento de votação	Comunicação inadiável	Pela ordem	Questão de ordem e/ou solicitação de providência	Aparte
Roberto Freire	1	-	-	-	-	-	-
Roberto Requião	1	-	-	-	-	-	-
Roberto Saturnino	-	-	2	-	-	-	2
Romero Jucá	1	1	4	-	2	-	1
Romeu Tuma	2	-	-	-	-	-	1
Sebastião Rocha	-	-	2	-	-	-	-
Sérgio Machado	2	-	-	-	-	-	-
Tião Viana	-	-	-	-	-	-	2
Valmir Amaral	-	-	-	-	-	-	1

C.6 – COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Mapa de publicação de ata de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos,
realizada na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
3ª	Apreciação de Mensagens de indicação de autoridades e matéria legislativa	17.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Mapa de publicação de ata de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos,
realizada na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
1ª	Apreciação de Mensagens de indicação de autoridades e matéria legislativa	18.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Mapa de publicação de ata de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos,
realizada na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação no DSF	
			Número	Data
1ª	Apreciação de Mensagem de indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente	18.12.2002	158 Supl. B	21.12.2002

C.7 – MATÉRIA LEGISLATIVA

C.7.1) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC)

C.7.1.1) Recebida da Câmara para promulgação

(PEC) Número	1º Signatário	Ementa	Resultado
3/2002 - SF 559/2002 - CD	Álvaro Dias	Acrescenta o art. 149-A à Constituição Federal. (instituindo contribuição para custeio do serviço de iluminação pública nos Municípios e no Distrito Federal)	Emenda Constitucional nº 39, de 20.12.2002

C.7.2) PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)

C.7.2.1) Apresentados na presente Sessão Legislativa

(PLS)Número	Autor	Ementa	Resultado
269/2002	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens de viajante procedente do exterior ou a ele destinado.	Tramitando
270/2002	Moreira Mendes	Altera o art. 1º da Lei nº 8.427, de 1992, visando à criação de equalização para manutenção de contas bancárias de mini e pequenos produtores rurais.	Tramitando
271/2002	Ricardo Santos	Acresce inciso e parágrafo ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, criando hipótese de dispensa de licitação na contratação de entidade sem fins lucrativos para prestação de serviços de saneamento básico e execução de programas de construção de moradias, com mão-de-obra que se encontre desempregada.	Tramitando

C.7.2.2) Apreciados

(PLS)Número	Autor	Ementa	Resultado
278/2001	Freitas Neto	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba, Funcarnaúba, e dá outras providências.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 20.12.2002
114/2002	Ricardo Santos	Altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, para reduzir os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União, que especifica.	À Câmara dos Deputados em 19.12.2002

(PLS)Número	Autor	Ementa	Resultado
192/2002	Casildo Maldaner	Denomina "Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola" o Aeroporto de Joinville, no Estado de Santa Catarina.	Aprovado em decisão terminativa À Câmara dos Deputados em 18.12.2002

C.7.3) PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)

C.7.3.1) Recebidos da Câmara dos Deputados

(PLC) NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
112/2002	7.189/2002	Presidente da República	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado carburante e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.612, de 23.12.2002
113/2002	5.803/2001	Presidente da República	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação de pagamento o imóvel que especifica.	À sanção Lei nº 10.635, de 30.12.2002

C.7.3.2) Apreciados

(PLC) NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
106/2002	6.295/2002	Deputado Bonifácio de Andrada	Altera a redação do art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.	À sanção Lei nº 10.628, de 24.12.2002
108/2002	7.015/2002	Presidente da República	Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.633, de 27.12.2002
109/2002 Compl.	349/2002 Compl.	Presidente da República	Altera as Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996, e 102, de 11 de julho de 2000.	À sanção Lei Complementar nº 115, de 26.12.2002

(PLC) NÚMERO		Autor	Ementa	Resultado
SF	CD			
110/2002	6.770/2002	Deputado Duílio Pisaneschi	Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes – FNIT e dá outras providências.	À sanção Lei nº 10.636, de 30.12.2002
111/2002	5.832/2001	Deputado Anivaldo Vale	Dispõe sobre a transformação da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará em Universidade Federal Rural da Amazônia e dá outras providências.	À sanção Vetado parcialmente Lei nº 10.611, de 23.12.2002

C.7.4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)

C.7.4.1) Recebido da Câmara dos Deputados

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
770/2002 – SF 2.041/2002 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arceburgo, Estado de Minas Gerais.	Tramitando
771/2002 – SF 2.660/2002 - CD	Câmara dos Deputados	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 52ª Legislatura.	Decreto Legislativo nº 444, de 19.12.2002
772/2002 – SF 372/1997 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova como regulares as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1993.	Decreto Legislativo nº 445, de 19.12.2002
773/2002 – SF 238/99 - CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova a prestação de Contas do Presidente da República, relativa ao exercício financeiro de 1996, com recomendações.	Decreto Legislativo nº 446, de 19.12.2002
774/2002 – SF 1.134/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA VALE DO ACARÁ LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tomé-Açu, Estado do Pará.	Tramitando
775/2002 – SF 2.662/2002 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2001.	Decreto Legislativo nº 447, de 19.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
776/2002 – SF 2.663/2002 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1998.	Decreto Legislativo nº 448, de 19.12.2002
777/2002 – SF 2.664/2002 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 2000.	Decreto Legislativo nº 449, de 19.12.2002
778/2002 – SF 2.665/2002 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1995.	Decreto Legislativo nº 450, de 19.12.2002
779/2002 – SF 609/2002 – CD	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMPOPF	Aprova as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1997.	Decreto Legislativo nº 451, de 19.12.2002

C.7.4.2) Apreciados

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
36/2002 – SF 983/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DO CEARÁ – CONSEC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquiraz, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 452, de 19.12.2002
188/2002 – SF 1.274/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, BENEFICENTE E CULTURAL DE OLIVENÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivença, Estado de Alagoas.	Decreto Legislativo nº 453, de 19.12.2002
230/2002 – SF 1.198/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a Associação RÁDIO COMUNITÁRIA FM SANTA RITA UM BEM DA COMUNIDADE 99,9 MHZ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 437, de 19.12.2002
246/2002 – SF 1.254/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SOM DA TERRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 438, de 19.12.2002
308/2002 – SF 1.418/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ RIBAMAR LUNGUINHO DE DESENVOLVIMENTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Oeste, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 454, de 19.12.2002
312/2002 – SF 1.553/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL CULTURAL PADRE DEÓCLIDES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Acari, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 439, de 19.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
316/2002 – SF 1.607/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E RÁDIO COMUNITÁRIA DE PIRABEIRABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 431, de 19.12.2002
330/2002 – SF 1.548/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE URUSSANGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 432, de 19.12.2002
335/2002 – SF 1.262/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE – SC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 433, de 19.12.2002
338/2002 – SF 1.317/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza ASBOM – AÇÃO SOCIAL “BENEDITA BARBOSA DOS SANTOS” DE BOM JESUS – PI (ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – ARCOM)/RCBJ – RÁDIO COMUNITÁRIA BOM JESUS FM – BOM JESUS/PI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí	Decreto Legislativo nº 440, de 19.12.2002
339/2002 – SF 1.429/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO OBRA ASSISTENCIAL PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 455, de 19.12.2002
340/2002 – SF 1.456/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ – ADECOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro do Chapéu do Piauí, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 434, de 19.12.2002
341/2002 – SF 1.463/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO SOUSENSE – ACRS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sousa, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 441, de 19.12.2002
344/2002 – SF 1.469/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E EDUCATIVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 442, de 19.12.2002
346/2002 – SF 1.473/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ROSÁRIO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazareno, Estado de Minas Gerais	Decreto Legislativo nº 435, de 19.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
347/2002 – SF 1.474/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DO BREJO DAS ALMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 443, de 19.12.2002
352/2002 – SF 1.126/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE COLINAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colinas, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 436, de 19.12.2002
353/2002 – SF 964/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RIO NOVO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulino Neves, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 498, de 23.12.2002
354/2002 – SF 1.031/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE IGAPORÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaporã, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 499, de 23.12.2002
355/2002 – SF 1.240/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO DOM JOAQUIM para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Tefé, Estado do Amazonas.	Decreto Legislativo nº 500, de 23.12.2002
356/2002 – SF 1.503/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o SERVIR – SERVIÇO DE PROMOÇÃO DO MENOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais	Decreto Legislativo nº 501, de 23.12.2002
357/2002 – SF 1.475/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FONTOURA XAVIER – CONDEFIX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 502, de 23.12.2002
358/2002 – SF 1.423/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE AJURICABA/RS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 503, de 23.12.2002
360/2002 – SF 1.390/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE RECREIO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recreio, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 504, de 23.12.2002
362/2002 – SF 633/2000 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE DIAS COELHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dias Coelho – Morro do Chapéu, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 505, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
363/2002 – SF 878/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE PIRAPEMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapemas, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 506, de 23.12.2002
364/2002 – SF 946/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BARRA-CORDENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 507, de 23.12.2002
367/2002 – SF 1.284/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE RIBEIRÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 456, de 23.12.2002
368/2002 – SF 1.304/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 457, de 23.12.2002
369/2002 – SF 1.291/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE OURICURI – A.B.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco	Decreto Legislativo nº 508, de 23.12.2002
370/2002 – SF 1.308/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO BUÍQUE FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buíque, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 509, de 23.12.2002
371/2002 – SF 1.322/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE PULC DE SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 458, de 23.12.2002
372/2002 – SF 1.330/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE AÇÃO CULTURAL, EDUCACIONAL E SOCIAL DE PANAMBI (FACESP) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 459, de 23.12.2002
374/2002 – SF 1.369/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARTÍSTICA E CULTURAL DE ANAMÃ - ACAMÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anamá, Estado do Amazonas.	Decreto Legislativo nº 460, de 23.12.2002
376/2002 – SF 1.378/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União, Estado do Piauí.	Decreto Legislativo nº 461, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
382/2002 – SF 1.152/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE LUMINÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luminárias, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 510, de 23.12.2002
383/2002 – SF 1.261/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VITÓRIA DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 462, de 23.12.2002
384/2002 – SF 1.314/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CONEXÃO FM PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 463, de 23.12.2002
385/2002 – SF 1.324/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CENTRO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 511, de 23.12.2002
388/2002 – SF 1.415/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO GUARAENSE DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL – APDC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guará, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 512, de 23.12.2002
389/2002 – SF 1.417/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE JARINU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jarinu, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 464, de 23.12.2002
391/2002 – SF 1.424/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA JACUTINGUENSE DE RADIODIFUSÃO – ACCOJAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 513, de 23.12.2002
395/2002 – SF 1.452/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL CRISTINENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristina, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 514, de 23.12.2002
399/2002 – SF 1.320/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO VERDE VIDA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candói, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 515, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
401/2002 – SF 1.468/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE GUARATINGUETÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 465, de 23.12.2002
402/2002 – SF 1.470/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO JAGUARIBE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 466, de 23.12.2002
403/2002 – SF 1.471/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE, CULTURAL E SOCIAL BORBOREMENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borborema, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 516, de 23.12.2002
407/2002 – SF 1.507/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADANIA, COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MATINHA – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinha, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 467, de 23.12.2002
408/2002 – SF 1.510/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “SÃO FRANCISCO DE ASSIS” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Franco, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 468, de 23.12.2002
409/2002 – SF 1.513/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAXAMBUENSE DE RÁDIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 469, de 23.12.2002
416/2002 – SF 1.407/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DO 3º MILÊNIO DE AGUDOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudos, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 470, de 23.12.2002
418/2002 – SF 1.410/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA VENTUROSA FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Venturosa, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 517, de 23.12.2002
419/2002 – SF 1.533/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, RÁDIO COMUNITÁRIA INTERLAGOS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 471, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
420/2002 – SF 1.534/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIÃO DE SÃO TIAGO (AC-CU) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Tiago, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 518, de 23.12.2002
422/2002 – SF 1.432/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA “MORIAH” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jales, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 472, de 23.12.2002
424/2002 – SF 1.580/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA ESCADA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guararema, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 473, de 23.12.2002
425/2002 – SF 1.581/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PALMITAL EM AÇÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmital, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 519, de 23.12.2002
426/2002 – SF 1.605/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ORIXIMINÁ, R.C.O. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oriximiná, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 474, de 23.12.2002
427/2002 – SF 1.606/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE URUÇU-MIRIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 475, de 23.12.2002
429/2002 – SF 1.611/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ARTÍSTICA E CULTURAL CATANDUVENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 476, de 23.12.2002
430/2002 – SF 1.329/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PRADOPOLENSE DE APOIO À EDUCAÇÃO E CULTURA “APAEC” DE PRADÓPOLIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 520, de 23.12.2002
431/2002 – SF 1.343/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PÉROLA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pérola, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 521, de 23.12.2002
432/2002 – SF 1.555/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO POPULAR PASSAQUATRENSE DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 522, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
451/2002 – SF 1.635/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNITÁRIA PÉROLA FM DE SANTO AUGUSTO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 523, de 23.12.2002
452/2002 – SF 1.647/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GAVIÃO PEIXOTO – A-CORDES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gavião Peixoto, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 524, de 23.12.2002
453/2002 – SF 1.648/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MEIO AMBIENTE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritizal, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 477, de 23.12.2002
454/2002 – SF 1.656/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE PIEDADE a executar serviço de radiodifusão comunitária cidade de Piedade, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 478, de 23.12.2002
455/2002 – SF 1.657/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE RADIODIFUSÃO DE MORRO AGUDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.	Decreto Legislativo nº 525, de 23.12.2002
471/2002 – SF 870/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA GUARANY FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 479, de 23.12.2002
476/2002 – SF 1.505/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza o CONSELHO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPESTRE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campestre, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 526, de 23.12.2002
477/2002 – SF 1.536/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNITÁRIA ABC - SHALON a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Decreto Legislativo nº 480, de 23.12.2002
479/2002 – SF 1.649/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CATAGUASES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 527, de 23.12.2002
482/2002 – SF 1.076/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E TELEVISÃO NOVO TEMPO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.	Decreto Legislativo nº 481, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
484/2002 – SF 1.671/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.	Decreto Legislativo nº 528, de 23.12.2002
487/2002 – SF 1.277/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA SANTA RITA DE CÁSSIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 482, de 23.12.2002
488/2002 – SF 1.289/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO DA ASSEMBLÉIA DE INCENTIVO A CULTURA, ARTE, ESPORTE E LAZER – ASDERBAICA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz das Almas, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 483, de 23.12.2002
489/2002 – SF 1.307/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIACHO DAS ALMAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 484, de 23.12.2002
490/2002 – SF 1.309/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a RÁDIO COMUNITÁRIA GAROPABENSE FM DE COMUNICAÇÕES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Garopaba, Estado de Santa Catarina.	Decreto Legislativo nº 529, de 23.12.2002
491/2002 – SF 1.325/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL LIMACAMPENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lima Campos, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 530, de 23.12.2002
492/2002 – SF 1.351/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA IAPUENSE DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iapu, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 485, de 23.12.2002
494/2002 – SF 1.367/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM PONTAPEDRENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta de Pedras, Estado do Pará.	Decreto Legislativo nº 531, de 23.12.2002
495/2002 – SF 1.373/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CARUARU FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 486, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
497/2002 – SF 1.381/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SANTA CRUZ DA VENERADA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 487, de 23.12.2002
498/2002 – SF 1384/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SANTA MARIA DA VITÓRIA – ACCCSMV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 488, de 23.12.2002
499/2002 – SF 1.464/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO RAIMUNDO NONATO DE TUTUM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutum, Estado do Maranhão.	Decreto Legislativo nº 532, de 23.12.2002
517/2002 – SF 1.082/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E ARTÍSTICO DE VARZEDO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varzedo, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 489, de 23.12.2002
518/2002 – SF 1.306/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO COLINAS FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.	Decreto Legislativo nº 490, de 23.12.2002
519/2002 – SF 1.433/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MÃO AMIGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Italva, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 491, de 23.12.2002
520/2002 – SF 1.460/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITARANTIENSE NOVA ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itarantim, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 533, de 23.12.2002
521/2002 – SF 1.508/2001 - CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIOVIDA DE BOTUPORÃ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botuporã, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 534, de 23.12.2002
522/2002 – SF 1.512/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE SINAI, ACMS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.	Decreto Legislativo nº 492, de 23.12.2002
524/2002 – SF 1.537/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMPARO AOS ARTISTAS DE CAJAZEIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 535, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
525/2002 – SF 1.608/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE FLOR DA SERRA DO SUL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 536, de 23.12.2002
526/2002 – SF 1.628/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaúba dos Dantas, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 537, de 23.12.2002
527/2002 – SF 1.631/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE VÁRZEA NOVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Nova, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 540, de 23.12.2002
529/2002 – SF 1.685/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PE. LINO BEAL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranacity, Estado do Paraná.	Decreto Legislativo nº 538, de 23.12.2002
531/2002 – SF 1.820/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DIMENSÃO - ARCOD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Decreto Legislativo nº 493, de 23.12.2002
532/2002 – SF 944/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMARGOSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.	Decreto Legislativo nº 494, de 23.12.2002
534/2002 – SF 1.637/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza SOCIEDADE EDUCADORA PATUENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patu, Estado do Rio Grande do Norte.	Decreto Legislativo nº 495, de 23.12.2002
572/2002 – SF 1.767/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FORQUILHA – SENHOR ANTÔNIO FERREIRA GOMES MARTINS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.	Decreto Legislativo nº 496, de 23.12.2002
574/2002 – SF 1.545/2001 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que outorga permissão à CONQUISTA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.	Decreto Legislativo nº 539, de 23.12.2002
579/2002 – SF 1.832/2002 – CD	Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados	Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOVA DE GOIANÉSIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.	Decreto Legislativo nº 497, de 23.12.2002

(PDS) Número	Autor	Ementa	Resultado
690/2002 – SF	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova, com ressalvas, as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1999.	À Câmara dos Deputados em 18.12.2002

C.7.5) MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

Aprovadas e promulgadas	2
Aprovadas na forma de PLV e sancionados	1
Total	3

C.6.5.1) Recebidas na Presente Sessão Legislativa

MPV	PLV	Ementa	Resultado
66/2002	31/2002	Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASES), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.	PLV aprovado e encaminhado à sanção em 18.12.2002 Vetado parcialmente Sancionada a Lei nº 10.637, de 30.12.2002
74/2002	-	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.	Promulgada a Lei nº 10.608, de 20.12.2002
76/2002	-	Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 10.609, de 20.12.2002

C.7.6) PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)

C.7.6.1) Da presente Sessão Legislativa

(PRS)Número	Autor	Ementa	Resultado
75/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de Y3.595.000.000,00 (três bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões de ienes), destinando-se os recursos ao cofinanciamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua/Semi-Árido.	Resolução nº 65, de 19.12.2002
76/2002	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a assinar quatro operações de crédito externo, cujos recursos se destinam à aquisição de equipamentos destinados ao Projeto ALX, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a serem celebrados entre a República Federativa do Brasil e I) o Export Development Canadá (EDC), no valor de US\$47.496.124,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e cento e vinte e quatro dólares dos Estados Unidos da América); II) o Deutsche Bank AG-London Branch e o Export Credits Guarantee Department (ECGD), no valor equivalente a US\$16.031.966,00 (dezesseis milhões, trinta e um mil novecentos e sessenta e seis dólares dos Estados Unidos da América); III) o Deutsche Bank AG, no valor equivalente a US\$9.260.000,00 (nove milhões, duzentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América); e IV) o Banco BNP PARIBAS S/A e o BANK LEUMILE-ISRAEL B.M., no valor de até US\$47.803.393,66 (quarenta e sete milhões, oitocentos e três mil, trezentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e seis centavos).	Resolução nº 66, de 20.12.2002

C.7.7) EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

C.7.7.1) Da presente Sessão Legislativa

B.7.7.1.1) PLC

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Antero Paes de Barros	Acrescenta inciso ao art. 5º do projeto.	PLC nº 108/2002	Rejeitada em 17.12.2002
1-Plen	Romeu Tuma	Acrescenta artigo ao projeto, após o art. 4º, renumerando-se os demais.	PLC nº 110/2002	Rejeitadas em 18.12.2002
2-Plen	Juvencio da Fonseca	Acrescenta § 4º ao art. 11 do projeto.		
3-Plen	Ney Suassuna	Altera a redação do art. 3º do projeto.		

C.7.7.2) Apreciada (da Sessão Legislativa anterior)

Número	1º Signatário	Assunto	Matéria	Resultado
1-Plen	Heloísa Helena	Altera a redação do art. 1º do projeto.	PLC nº 106/2002	Rejeitada em 17.12.2002

C.7.8) REQUERIMENTOS (RQS)

DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Aprovados	
De iniciativa de Senadores	13
De iniciativa de Líderes	17
Subtotal	
Prejudicado	
De iniciativa de Senadores	1
Total	31

C.7.8.1) Da presente Sessão Legislativa

(RQS)Número	Autor	Assunto	Resultado
736/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 108/2002.	Aprovado
737/2002	Maguito Vilela, Íris Rezen-de e Mauro Miranda	Voto de pesar pelo falecimento do líder político goiano Joaquim Moraes dos Santos.	Aprovado
738/2002	Líderes (Governo, bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 111/2002.	Aprovado
739/2002	Heloísa Helena	Destaque para votação em separado da Emenda nº 1-Plen, oferecida ao PLC nº 106/2002.	Prejudicado
740/2002	Ricardo Santos	Adiamento da votação da PEC nº 2/2002, a fim de ser feita na sessão do dia 19.12.2002.	Aprovado
741/2002	José Sarney	Voto de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 17.12.2002, do jurista, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e Acadêmico Evandro Lins e Silva.	Aprovado
742/2002	Olivir Gabardo	Voto de pesar pelo falecimento do jurista e acadêmico Evandro Lins e Silva.	Aprovado
743/2002	Roberto Saturnino	Voto de pesar pelo falecimento do notável jurista Evandro Lins e Silva.	Aprovado
744/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do jurista e acadêmico Evandro Lins e Silva.	Aprovado
745/2002	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Voto de pesar pelo falecimento do sertanista Orlando Villas Boas.	Aprovado
746/2002	Lúcio Alcântara	Voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Wladimir Murtinho.	Aprovado

(RQS)Número	Autor	Assunto	Resultado
747/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 109/2002-Complementar.	Aprovado
748/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, Bloco de Oposição, PMDB, PDT, PTB) e Benício Sampaio	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 110/2002.	Aprovado
749/2002	Líderes (PSDB/PPB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 354/2002.	Aprovado
750/2002	Líderes (PSDB/PPB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para a MSF nº 355/2002.	Aprovado
751/2002	Maguito Vilela	Voto de aplausos e congratulações ao jogador de futebol Ronaldo Nazário, o Ronaldinho.	Aprovado
752/2002	José Agripino	Destaque para votação em separado do art. 37 do PLV nº 31/2002.	Aprovado
753/2002	José Agripino	Destaque para votação em separado do art. 63 do PLV nº 31/2002.	Aprovado
754/2002	Antônio Carlos Valadares	Inversão da Ordem do dia da sessão de 18.12.2002, a fim de que a matéria constante do item nº 7 (PEC nº 21/2001) seja apreciada em 5º lugar.	Aprovado
755/2002	José Agripino	Destaque para votação em separado do inciso I do art. 50 da Lei nº 10.336, de 19.12.2002, alterado pelo art. 14 do PLC nº 110/2002.	Aprovado
756/2002	Líderes (Governo, PFL, Bloco PSDB/PPB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 690/2002.	Aprovado
757/2002	Líderes (Governo, Bloco PSDB/PPB, PMDB e PFL)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 112/2002.	Aprovado
758/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PMDB, PFL, PTB, PSB) e Benício Sampaio	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 771/2002.	Aprovado
759/2002	Líderes (PMDB, PFL e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PLC nº 113/2002.	Aprovado
760/2002	Líderes (PFL, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 772/2002.	Aprovado
761/2002	Líderes (PFL, Bloco PSDB/PPB e PMDB)	Urgência, art. 336, I, do RISF, para o PDS nº 773/2002.	Aprovado
762/2002	Líderes (PFL, PMDB e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 775/j2002.	Aprovado
763/2002	Líderes (PFL, PPMD e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 776/2002.	Aprovado
764/2002	Líderes (PFL, PPMD e Bloco PSDB/PPB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 777/2002.	Aprovado
765/2002	Líderes (PFL, Bloco PSDB/PPB e PMDB)	Urgência, art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 778/2002.	Aprovado

(RQS)Número	Autor	Assunto	Resultado
766/2002	Líderes (Bloco PSDB/PPB, PFL e PMDB)	Urgência, Art. 336, II, do RISF, para o PDS nº 779/2002.	Aprovado

C.7.9) PARECERES

EMITIDOS NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA	
Pela Comissão Diretora	6
Pela Comissão de Assuntos Econômicos	10
Pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	3
Pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	1
Em Plenário	8
TOTAL	28

C.7.9.1) EMITIDOS PELAS COMISSÕES E LIDOS EM PLENÁRIO

C.7.9.1.1) Comissão Diretora

Número	Relator	Matéria
1.368	Mozarildo Cavalcanti	Redação final do PLV nº 31/2002
1.371	Carlos Wilson	Redação final do PRS nº 75/2002
1.372	Antero Paes de Barros	Redação final do PRS nº 76/2002
1.374	Antero Paes de Barros	Redação final do PDS nº 690/2002
1.377	Edison Lobão	Redação final do PDS nº 534/2002
1.378	Edison Lobão	Redação final do PLS nº 114/2002

C.7.9.1.2) Comissão de Assuntos Econômicos

Número	Relator	Matéria
1.361	Luiz Pastore	MSF nº 365/2002
1.362	Romeu Tuma	MSF nº 366/2002
1.363	Lúcio Alcântara	MSF nº 356/2002
1.366	Jonas Pinheiro	MSF nº 354/2002, apresentando o PRS nº 75/2002
1.367	Romero Jucá	MSF nº 355/2002, apresentando o PRS nº 76/2002

Número	Relator	Matéria
1.369	Romero Jucá	PLC nº 109/2002-Complementar
1.381	Lúdio Coelho	PLS nº 19/2000
1.382	Francelino Pereira	PLS nº 266/2001
1.383	Lúdio Coelho	PLS nº 167/2002
1.384	João Alberto Souza (ad hoc)	PLS nº 263/2002

C.7.9.1.3) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Número	Relator	Matéria
1.364	Francelino Pereira	MSF nº 353/2002
1.365	Antonio Carlos Júnior	MSF nº 368/2002
1.380	Bello Parga	PLS nº 19/2000

C.7.9.1.4) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número	Relator	Matéria
1.373	José Agripino	MSF nº 364/2002

C.7.9.2) DE PLENÁRIO

Número	Relator	Matéria
1.357	Lindberg Cury	PLC nº 108/2002 e Emenda nº 1-Plen oferecida ao projeto
1.358	Luiz Otávio	PLC nº 108/2002 e Emenda nº 1-Plen oferecida ao projeto
1.358	Luiz Otávio	PLC nº 111/2002
1.360	Nabor Júnior	PLC nº 111/2002
1.370	Romero Jucá	PLC nº 110/2002 e Emendas a ele oferecidas de Plenário
1.375	Romero Jucá	PLC nº 112/2002
1.376	Nabor Júnior	PDS nº 771/2002
1.379	Luiz Otávio	PLC nº 113/2002

C.7.9.3 - Emitidos pelas Comissões e incluídos em Ordem do Dia

C.7.9.3.1 - Numerados

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
1.361/2002	CAE	Luiz Pastore	MSF nº 365/2002	Aprovado em 18.12.2002
1.362/2002	CAE	Romeu Tuma	MSF nº 366/2002	Aprovado em 18.12.2002
1.363/2002	CAE	Lúcio Alcântara	MSF nº 356/2002	Aprovado em

Número	Comissão	Relator	Matéria	Resultado
				18.12.2002
1.364/2002	CCJ	Francelino Pereira	MSF nº 353/2002	Aprovado em 18.12.2002
1.365/2002	CCJ	Antonio Carlos Júnior	MSF nº 368/2002	Aprovado em 18.12.2002
1.373/2002	CRE	José Agripino	MSF nº 364/2002	Aprovado em 18.12.2002

C.8 – MENSAGENS RECEBIDAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

C.8.1) Referentes ao art. 52, V, VI, VII, VIII e IX, da Constituição Federal

(operações externas de natureza financeira e limites da dívida consolidada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios),

C.8.1.1 – De Sessões Legislativas anteriores

Número		Assunto	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origer		
354/2002	1.107/2002	Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de três bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões de ienes, entre a República Federativa do Brasil e o Japan Bank for Internacional Cooperation – JBIC, destinada ao co-financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua/Semi-Árido.	Transformada no PRS nº 75/2002 (Parecer nº 1.366/2002, da CAE) Resolução nº 65, de 19.12.2002
355/2002	1.108/2002	Solicita seja autorizada a contratação de quatro operações de crédito externo, cujos recursos se destinam à aquisição de equipamentos destinados ao Projeto ALX, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.	Transformada no PRS nº 76/2002 (Parecer nº 1.366/2002, da CAE) Resolução nº 66, de 20.12.2002

C.8.2 - Referentes a indicações sobre escolha de autoridades

(Art. 52, III, da Constituição Federal)

Indicações aprovadas	5
TOTAL	5

C.8.2.1) Da Sessão Legislativa anterior

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
353/2002	1.078/2002	Anne Elisabeth Nunes de Oliveira	Defensor Público-Geral da União, em recondução, com mandato de 2 anos.	Indicação aprovada em 18.12.2002

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
356/2002	1.105/2002	Henrique de Campos Meirelles	Presidente do Banco Central do Brasil.	Indicação aprovada em 18.12.2002
365/2002	1.115/2002	Wladimir Castelo Branco Castro	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato de 4 (quatro) anos.	Indicação aprovada em 18.12.2002
366/2002	1.116/2002	Norma Jonssen Parente	Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com mandato de três anos.	Indicação aprovada em 18.12.2002

C.8.2.2) Da presente Sessão Legislativa

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
368/2002	1.119/2002	Emmanoel Pereira	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.	Indicação aprovada em 18.12.2002
369/2002	1.132/2002	Teori Albino Zavascki	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Tramitando

C.8.3) Referentes a indicações sobre escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, IV, da Constituição Federal)

Indicação aprovada	1
TOTAL	1

C.8.3.1) De Sessão Legislativa anterior

NÚMERO		Nome	Cargo	Resultado
(MSF) SF	(MSG) Origem			
364/2002	1.114/2002	Ronaldo Mota Sardenberg (Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata)	Embaixador, representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Aprovada a indicação em 18.12.2002

C.9 – QUESTÕES DE ORDEM E SOLICITAÇÕES DE PROVIDÊNCIAS

Sessão	Autor	Assunto	Resultado
17.12.2002 14,30 hs	Luiz Otávio	Solicita que, ouvido o Plenário, a Presidência, logo após a aprovação do requerimento de urgência lido, seja submetida ao Plenário a matéria a que ele se refere. (DSF de 18.12.02, pág. 26502)	O Presidente esclarece que, se o Plenário concordar, o mesmo processo poderá ser adotado para outras matérias. (O requerimento é aprovado, concordando o Plenário com a medida proposta)
18.12.2002 14,30hs	Emília Fernandes	Solicita providências no sentido de colocar em votação requerimento entregue à Mesa referente ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de sua autoria. (DSF de 19.12.02, pág. 27009)	O Presidente, embora entendendo a importância do projeto, declara que, uma vez que se trata de assunto da competência terminativa de comissão, o atendimento da solicitação constituirá precedente muito forte, e conclui que, até a próxima sessão, irá buscar uma solução para a questão. (DSF de 19.12.02, pág. 27010)

C.10 – MATÉRIAS ARQUIVADAS AO FINAL DA 51ª LEGISLATURA
(Publicação no DSF de 21.12.2002 – Suplemento B)

QUADROS CONSOLIDADOS

I – Proposições arquivadas ao final da Legislatura:

Proposição	Quantidade
1 – Anteprojeto de Resolução do Senado	1
2 – Consulta	1
3 – Diversos	8
4 –Indicação	4
5 – Ofício	1
6 – Proposta de Emenda à Constituição	45
7 – Projeto de Lei da Câmara	40
8 – Projeto de Lei do Senado	403
9 – Projeto de Resolução do Senado	40
10 – Requerimento	3
TOTAL	546

II – Proposições arquivadas ao final da Legislatura, sem o envio do processado à Secretaria-Geral da Mesa:

Proposição	Quantidade
1 – Proposta de Emenda à Constituição	1
2 – Projeto de Lei da Câmara	2
3 – Projeto de Lei do Senado	3
4 – Projeto de Resolução do Senado	3
5 – Projeto de Resolução do Congresso	7
TOTAL	16

TOTAL DE PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS	562
--	------------

QUADROS CONSOLIDADOS

III – Proposições declaradas prejudicadas nos termos do art. 334, I e II, do Regimento Interno:

Proposição	Quantidade
1 – Diversos	1
2 – Ofício “S”	3
3 – Projeto de Resolução do Senado Federal	3
4 – Requerimento do Senado Federal	91
5 – Requerimento da Comissão Representativa	2
6 - Consulta	1
TOTAL	101

IV – Proposições declaradas prejudicadas nos termos do art. 334, I e II, do Regimento Interno, sem o envio do processado à Secretaria-Geral da Mesa:

Proposição	Quantidade
1 – Projeto de Resolução do Senado	1
2 – Diversos	1
TOTAL	2

TOTAL DE PROPOSIÇÕES DECLARADAS PREJUDICADAS	103
---	------------

TOTAL GERAL DE PROPOSIÇÕES ARQUIVADAS E DECLARADAS PREJUDICADAS AO TÉRMINO DA LEGISLATURA	665
--	------------

V – Comissão declarada extinta, nos termos do art. 76, § 4º, do Regimento Interno:

Proposição	Quantidade
1 – Requerimento	1

I - A Presidência comunica ao Plenário que, à vista do disposto no art. 332 do Regimento Interno, na redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, determinou o arquivamento das seguintes proposições:

1 - Anteprojeto de Resolução do Senado – APR

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
2000				
APR	001	2000	Lauro Campos	Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos, de que tratam o inciso I, e § 1º inciso IV, do art. 155 da Constituição Federal.
TOTAL				1

2 - Consultas (SF) – CON

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1997				
CON	002	1997	Presidente do Senado Federal	Consulta a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, sobre a possibilidade de substituição de membros da Mesa, por solicitação do Partido ou Bloco Parlamentar, em razão do desligamento ou desfiliação do Parlamentar do Partido a que pertence, bem como o procedimento a ser adotado em tal hipótese.
TOTAL				1

3 - Diversos – DIV

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1995				
DIV	120	1995	Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe	Encaminha ao Presidente do Senado Federal, cópia da Resolução nº 18, de 1995, daquela Casa, como sugestão de emenda a Constituição Federal.
1996				
DIV	94	1996	Governadores de Estado	Altera o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
DIV	95	1996	Governadores de Estado	Altera o § 1º do art. 125 da Constituição.

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
DIV	96	1996	Governadores de Estado	Altera o art. 168 da Constituição.
DIV	102	1996	Presidente do Conselho de Reforma do Estado	Encaminha ao Senado Federal, cópia da Resolução nº 1, do Conselho de Reforma do Estado, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e a ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14 de novembro de 1996 ao Chefe da Casa Civil e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
1997				
DIV	19	1997	Tribunal de Contas de União	Encaminha ao Presidente do Senado Federal, cópia da Decisão número 279/95, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 21.06.95, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 003.064/93-0), para as providências cabíveis à espécie, que a competência atribuída ao Tribunal, nos termos do art. 71, inciso V, da Constituição Federal, relativamente à fiscalização das contas nacionais da empresa ITAIPU BINACIONAL, encontra-se prejudicada, uma vez que a administração dessa Entidade é conduzida de forma paritária entre Brasil e Paraguai.
DIV	23	1997	Tribunal de Contas da União	Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 188/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária do Plenário de 16.04.97, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 010.632/96-4), referente à Auditoria Operacional realizada no Sistema de Telecomunicações Brasileiro.
DIV	47	1997	Comissão de Constituição e Justiça	Solicitação da CPI dos Títulos Públicos, criada pelo Requerimento nº 1.101, de 1996, de manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, no que se refere aos procedimentos a serem adotados em relação à suspensão da negociação dos títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.
TOTAL				8

4 - Indicações – INS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1995				
INS	006	1995	Romero Jucá	Sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em conjunto, criem uma subcomissão mista, temporária, para estudar e consolidar a legislação agrária, agrícola e do meio ambiente.
INS	011	1995	Romero Jucá	Solicita que a Comissão de Assuntos Sociais apresente estudos e providências no sentido de redefinir e consolidar a legislação federal e estadual sobre o meio ambiente.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1997				
INS	002	1997	Jader Barbalho	Formula questões sobre a possibilidade de membro da CPI apresentar emenda a relatório de relator; se são obrigados a votar a favor ou contra; admitida emenda e aprovada pela Comissão, passara ele a constituir relatório da CPI; e outras indagações que menciona.
2000				
INS	001	2000	Mauro Miranda	Sugere à Comissão de Assuntos Sociais a realização de seminário sobre questão habitacional no Brasil.
TOTAL				4

5 - Ofícios "S" – OFS

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1996				
OFS	090	1996	Presidente do Banco Central do Brasil (Of. nº 2976/96, na origem)	Comunica ao Senado Federal que a Prefeitura Municipal de Paraguaçu (MG), contrariou o disposto na Resolução do Senado Federal nº 69, de 14.12.1995, do Senado Federal, ao contratar, em 02.01.96, operação de crédito junto ao Fundo Previdenciário Municipal - FUNPREV, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais).
TOTAL				1

6 - Propostas de Emenda à Constituição – PEC

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
1997				
PEC	020	1997	Júlio Campos	Altera o <i>caput</i> do art. 28 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.
1999				
PEC	008	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta § 7º ao art. 220 da Constituição Federal (divulgação de pesquisa eleitoral nos meios de comunicação).
PEC	012	1999	Luzia Toledo	Modifica a redação do § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
PEC	013	1999	Carlos Patrocínio	Altera a redação do inciso III do art. 206 e acrescenta inciso ao art. 208 da Constituição Federal, estabelecendo a instituição mista de ensino.
PEC	015	1999	José Roberto Arruda	Altera os arts. 28, <i>caput</i> ; 29, III; e 82 da Constituição Federal, para fixar a posse do Prefeito, do Governador de Estado, do Presidente da República e respectivos Vices em 15 de dezembro do mesmo ano da eleição. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 30, de 1999)

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
PEC	030	1999	Carlos Patrocínio	Altera as datas estabelecidas nos arts. 28 e 82 da Constituição Federal (Posse dos Governadores, Vice-Governadores e Presidente da República). (Tramitando em conjunto com a PEC nº 15, de 1999).
PEC	032	1999	Carlos Patrocínio	Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
PEC	035	1999	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 40 da Constituição Federal.
PEC	043	1999	Sérgio Machado	Acrescenta inciso III ao § 3º do art. 220 da Constituição Federal, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais.
PEC	045	1999	Sérgio Machado	Altera o § 1º do art. 27; o caput do art. 28; os incisos II e III do art. 29; o § 2º do art. 32; o caput, os §§ 2º e 4º, o inciso III do § 3º e o inciso I do § 6º do art. 57; os §§ 2º, 3º e 4º do art. 77; e o art. 82, todos da Constituição Federal, fixando calendário de eleições e posses em todos os níveis; alterando a sistemática dos segundo turno das eleições, permanecendo apenas para as eleições presidenciais.
PEC	046	1999	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 17 e 55 da Constituição Federal, que tratam da fidelidade partidária, prevendo a perda do cargo eletivo nas hipóteses do ocupante deixar o partido pelo qual foi eleito e de grave violação da disciplina partidária, e do meio como se efetivará a sanção.
PEC	047	1999	Sérgio Machado	Dá nova redação aos arts. 45 e 56 da Constituição Federal, instituindo o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos Deputados.
PEC	048	1999	Geraldo Melo	Acrescenta dispositivos ao artigo 52 da Constituição Federal, para conferir ao Senado Federal a faculdade de retirar, a qualquer tempo, a aprovação antes concedida à escolha de autoridades.
PEC	049	1999	Ademir Andrade	Acrescenta parágrafo ao art. 28 e ao art. 29 da Constituição Federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do Governador e do Prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares.
PEC	060	1999	Paulo Hartung	Altera a redação do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, permitindo que a lei disponha sobre a adoção do voto facultativo.
PEC	068	1999	Sérgio Machado	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do artigo 46 da Constituição Federal, fixando o mandato de senador em 6 anos, com renovação de 1/3 a cada dois anos.
PEC	079	1999	Geraldo Cândido	Altera o art. 7º da Constituição Federal, para conceder Passe Livre em transportes coletivos aos trabalhadores desempregados.
PEC	084	1999	Bello Parga	Outorga competência à União para instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.
PEC	085	1999	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a idade mínima do menor para o trabalho.

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
PEC	091	1999	Sérgio Machado	Altera o § 2º do artigo 60 da Constituição Federal. (Dispõe sobre discussão e votação de proposta de emenda à Constituição).
PEC	093	1999	Paulo Souto	Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal que cuida das Comissões Parlamentares de Inquérito.
2000				
PEC	008	2000	Artur da Távola	Acrescenta parágrafos ao art. 228 da Constituição Federal, a fim de estabelecer critérios para julgamento de ato infracional doloso contra a vida.
PEC	009	2000	Artur da Távola	Altera a alínea "c" do inciso I do artigo 12 da Constituição Federal (dispõe sobre nacionalidade brasileira).
PEC	014	2000	Geraldo Cândido	Altera a redação do parágrafo 3º do artigo 166 da Constituição Federal, excluindo a alínea "b" de seu inciso II. (Dispõe sobre as emendas ao projeto de lei do orçamento anual).
PEC	015	2000	Carlos Patrocínio	Altera o § 13 do artigo 40 da Constituição Federal, para disciplinar a aposentadoria do ocupante de cargo em comissão.
PEC	016	2000	Ernandes Amorim	Altera o artigo 159 da Constituição, modificando a composição dos Fundos de Participação, e dá outras providências.
PEC	017	2000	Geraldo Althoff	Confere à União competência para legislar sobre matéria de concursos para o provimento de cargos e empregos da administração pública, incluindo inciso no artigo 24 da Constituição Federal.
PEC	024	2000	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo ao artigo 73 da Constituição Federal, para vedar a indicação de parentes de autoridades para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.
PEC	041	2000	Ricardo Santos	Altera a redação do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal para o fim de acrescentar nova limitação para a instituição de impostos.
2001				
PEC	010	2001	Ademir Andrade	Concede imunidade tributária, pelo prazo de 15 (quinze) anos, às lâmpadas fluorescentes, às lâmpadas de sódio e aos insumos destinados a sua fabricação.
PEC	016	2001	Ricardo Santos	Submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade.
PEC	017	2001	Nova da Costa	Institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Oriental.
PEC	023	2001	Sebastião Rocha	Altera o § 3º do artigo 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha dos candidatos ao cargo de Procurador-Geral do Estado e do Distrito Federal e Territórios será feita mediante processo eletivo.
PEC	025	2001	Roberto Freire	Altera o artigo 236 da Constituição Federal para vincular os cartórios de registro de imóveis ao serviço público municipal e do Distrito Federal.
PEC	028	2001	Ademir Andrade	Confere ao Congresso Nacional o poder de apreciar os acordos e os contratos internacionais, firmados por entes públicos, quando a República Federativa do Brasil figurar como parte, avalista ou garantidora, acrescentando parágrafo único ao artigo 49, da Constituição Federal.

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
PEC	031	2001	Marluce Pinto	Altera a redação do artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal, para impor prazo à publicação de leis.
PEC	033	2001	Ademir Andrade	Acrescenta os artigos 27-A e 29-B à Constituição Federal para prever a convocação de Secretários de Estado, Secretários Municipais e do Distrito Federal pelas respectivas Casas Legislativas e dá outras providências.
PEC	038	2001	Lauro Campos	Veda a brasileiros detentores de dupla nacionalidade a investidura nos cargos que menciona.
PEC	041	2001	Ademir Andrade	Modifica o inciso II, do § 3º do artigo 166 da Constituição Federal. (Dispõe sobre as emendas ao projeto de lei do orçamento anual).
PEC	043	2001	Marluce Pinto	Altera o inciso II do § 1º, do artigo 40 da Constituição Federal, a fim de fixar em setenta e cinco anos a idade limite para aposentadoria compulsória no serviço público.
PEC	044	2001	Geraldo Cândido	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo para a Promoção Econômica e Social dos Afro-descendentes.
PEC	046	2001	Paulo Hartung	Altera a redação do inciso XLIV do artigo 5º da Constituição Federal para acrescentar dentre os crimes inafiançáveis e imprescritíveis aqueles praticados por agentes públicos contra a administração pública.
PEC	047	2001	Emília Fernandes	Adita o parágrafo único ao artigo 48 da Constituição Federal, possibilitando ao Congresso Nacional propor alterações em acordos internacionais, estabelecendo prazo para a adoção das modificações indicadas.
PEC	054	2001	Arlindo Porto	Dá nova redação ao § 8º do artigo 144 da Constituição Federal, constituição das guardas municipais.
PEC	057	2001	Lindberg Cury	Aperfeiçoa o Sistema Tributário Nacional e o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências.
TOTAL				45

7 - Projetos de Lei da Câmara – PLC

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1994				
PLC	010	1994	Deputado José Carlos Coutinho	Dispõe sobre remuneração mínima do Assistente Social.
1995				
PLC	006	1995	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Altera o art. 167 do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho.
PLC	012	1995	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a responsabilidade penal do empregador, nos termos do Código Penal, em casos de acidentes de trabalho por falta de equipamento de proteção individual, acrescentando parágrafo único ao art. 166 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLC	019	1995	Dep. José Fortunati	Acrescenta parágrafos ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre exames médicos do empregado.
PLC	032	1995	Deputado Koyu Iha	Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal.
PLC	055	1995	Dep. Nelson Marquezelli	Dispõe sobre as funções de magistério para efeito do disposto no art. 56 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
PLC	060	1995	Dep. Rita Camata	Institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral e dá outras providências.
PLC	061	1995	Dep. Eduardo Jorge	Dispõe sobre a divulgação dos principais devedores junto à Secretaria da Receita Federal, ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Previdência e Assistência Social e à Caixa Econômica Federal e dá outras providências.
PLC	067	1995	Dep. Marcelino Romano Machado	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências.
PLC	076	1995	Dep. Nilson Gibson	Altera a redação do art. 2º da Lei 5.698, de 31 de agosto de 1971, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social e dá outras providências".
PLC	096	1995	Dep. Paulo Paim	Acrescenta parágrafos ao art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da obrigação das empresas de manter serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.
PLC	101	1995	Dep. Eduardo Jorge	Dispõe sobre a jornada de trabalho e outros aspectos referentes à organização do trabalho e das condições ambientais dos trabalhadores que realizam suas atividades continuamente em terminais de vídeo.
PLC	119	1995	Dep. Valdemar Costa Neto	Redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e dá outras providências.
1996				
PLC	015	1996	Presidente da República	Dispõe sobre a remuneração da Polícia Civil dos extintos territórios federais e dá outras providências.
PLC	031	1996	CPI destinada a investigar a situação dos bingos no Brasil	Dispõe sobre o jogo de bingo e dá outras providências.
PLC	042	1996	Dep. Sandro Mabel	Dispõe sobre o depósito e venda de veículo apreendido pelos DETRAN, em todo o território nacional.
PLC	063	1996	Dep. Maurício Riquião	Dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite.
PLC	069	1996	Dep. César Souza	Altera dispositivo do Código de Processo Penal, dispondo sobre o local em que os réus deverão estar sentados durante as audiências e sessões.
PLC	073	1996	Dep. Alvaro Valle	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.
PLC	079	1996	Dep. Sérgio Carneiro	Regula o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, dispondo sobre as terras devolutas sob o domínio da União.
PLC	091	1996	Dep. José Fortunati	Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências.
PLC	096	1996	Dep. Jorge Anders	Dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLC	097	1996	Dep. Zaire Rezende	Altera dispositivos da Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994, e da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, para garantir ao companheiro ou companheira o direito à meação dos bens reunidos na constância da união e dá outras providências
PLC	099	1996	Dep. Maurício Requião	Altera a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.
PLC	101	1996	Dep. Jackson Pereira	Define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.
PLC	107	1996	Dep. Vicente Arruda	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.
1997				
PLC	015	1997	Dep. Ibrahim Abi-Ackel	Acrescenta parágrafo único ao art. 95 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
PLC	022	1997	Presidente da República	Dá nova redação a dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, ambos de 21 de outubro de 1969, e dá outras providências (crimes praticados por militares estaduais contra civis).
PLC	028	1997	Dep. José Janene	Dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.
PLC	031	1997	Dep. Aloysio Nunes Ferreira	Revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
PLC	034	1997	Dep. Fátima Pelaes	Altera o art. 83, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
PLC	047	1997	Dep. José Egídio	Dispõe sobre a criação do Fundo de Recuperação Econômica das Regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
PLC	052	1997	Dep. Ubiratan Aguiar	Regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição Federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público.
PLC	053	1997	Deputado Ubiratan Aguiar	Regulamenta o art. 213 da Constituição Federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos.
PLC	077	1997	Dep. Alexandre Ceranto	Dispõe sobre o Programa Especial de Trabalho Educativo e dá outras providências.
1998				
PLC	003	1998	Dep. Renato Johnsson	Dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para com o Fundo de Garantia de Tempo De Serviço - FGTS e dá outras providências.
PLC	010	1998	Dep. Koyu Iha	Dispõe sobre gratuidade de transporte de idosos.
PLC	014	1998	Deputado Arnaldo Faria de Sá	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 30 e ao inciso III do art. 31 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma de apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências (<i>inclui as palmas entre as saudações ao Hino Nacional e extingue a proibição de utilizar a Bandeira Nacional como roupa ou adereço</i>).

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLC	026	1998	Presidente da República	Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).
PLC	051	1998	Presidente da República	Institui a Política Nacional de Turismo, mediante o estabelecimento de normas destinadas a promover e a incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social, e dá outras providências.
TOTAL				40

8 - Projetos de Lei do Senado – PLS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1995				
PLS	025	1995	Roberto Freire	Institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.
PLS	086	1995	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.
PLS	133	1995	José Bianco	Acrescenta parágrafo único ao art. 27 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que “dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências”.
PLS	136	1995	Guilherme Palmeira	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e dá outras providências.
PLS	207	1995	Júlio Campos	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.
PLS	230	1995	José Fogaça	Dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring e dá outras providências.
PLS	235	1995	Benedita da Silva	Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.
PLS	258	1995	Lauro Campos	Cria área de livre comércio em Brasília, Distrito Federal.
PLS	314	1995	Benedita da Silva	Acresce dispositivos aos arts. 21, 23 e 28 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.
PLS	319	1995	Comissão Especial Temporária, criada pelo Req. 480/95	Cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e dá outras providências.
1996				
PLS Complementar	020	1996	Pedro Simon	Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.
PLS	070	1996	Eduardo Suplicy	Dispõe sobre a convocação de redes de radiodifusão.
PLS	078	1996	João França	Dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.
PLS	109	1996	Gerson Camata	Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências.
PLS	142	1996	José Eduardo Dutra	Estende o benefício do Seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.
PLS	236	1996	José Eduardo Dutra	Dispõe sobre a educação profissional em nível nacional e dá outras providências.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	266	1996	José Serra	Estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o interrelacionamento entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços públicos de saneamento, e dá outras providências.
1999				
PLS	011	1999	Luiz Estevão	Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal, a que se refere o art. 21, XIX, da Constituição, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.
PLS	014	1999	Luiz Estevão	Altera o artigo 1º da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União.
PLS	028	1999	José Roberto Arruda	Regulamenta o disposto no inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal, que institui o fundo próprio para a assistência financeira do Distrito Federal e dá outras providências.
PLS	029	1999	José Roberto Arruda	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
PLS	034	1999	José Roberto Arruda	Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos no Distrito Federal.
PLS	035	1999	José Roberto Arruda	Cria a Zona Especial de Produção do Distrito Federal - ZEPRO, estabelece mecanismo para a progressiva obtenção da autonomia econômico-financeira do DF e dá outras providências.
PLS	037	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta parágrafos ao art. 19 da Lei nº 6.766/79, pelos quais dispõe sobre impugnações a parcelamentos de terras promovidos pelo Poder Público, e dá outras providências.
PLS	038	1999	José Roberto Arruda	Altera dispositivos da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a reduzir para dezesseis anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos.
PLS	058	1999	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Capítulo V da Lei 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
PLS	068	1999	Lúcio Alcântara	Acrescenta alínea ao inciso II do artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.
PLS	069	1999	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de execução Penal - dispondo sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.
PLS	070	1999	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Muricilândia, no Estado do Tocantins.
PLS	071	1999	Carlos Patrocínio	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins.
PLS	075	1999	Luiz Estevão	Altera o artigo 1º da lei 9.496, de 11 de setembro de 1997.
PLS	077	1999	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 15 da Lei do Divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977), e o art. 641 - A ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), para possibilitar a executoriedade do direito de visita.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	079	1999	Nabor Junior	Modifica a redação do art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências.
PLS	080	1999	Djalma Falcão	Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a obrigatoriedade de fotografia no título eleitoral.
PLS	091	1999	Luiz Estevão	Determina a alienação de imóveis de propriedade da União situados no Distrito Federal, e dá outras providências.
PLS	092	1999	Carlos Patrocínio	Altera a Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que 'dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências'.
PLS	093	1999	Carlos Patrocínio	Anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei 4737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 04 e 25 de outubro de 1998.
PLS	094	1999	Marluce Pinto	Dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte e dá outras providências.
PLS	099	1999	Emilia Fernandes	Altera os arts. 17 e 19 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, §3º, inciso V, da Constituição Federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos Juizes Eleitorais.
PLS Complementar	106	1999	Lúcio Alcântara	Estatui normas gerais para a contabilidade e elaboração e controle dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e respectivas autarquias, fundações e empresas públicas, conforme o art. 165, § 9º, da Constituição Federal..
PLS	109	1999	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 7º da lei 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências.
PLS	110	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta incisos aos artigos 136 e 148, suprime parte do § 1º do artigo 42 e altera a redação do artigo 260 da lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
PLS	114	1999	Carlos Patrocínio	Dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo.
PLS	117	1999	Geraldo Melo	Veda ao poder público estabelecer as exigências que especifica (exigir dos seus credores o cumprimento prévio de qualquer documento além daqueles que poderiam ser exigidos na data em que o débito foi constituído).
PLS	125	1999	José Eduardo Dutra	Introduz modificações nas carrocerias dos ônibus urbanos.
PLS	126	1999	José Eduardo Dutra	Altera a redação do art. 293 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943.
PLS	133	1999	Emília Fernandes	Altera os artigos 4º e 11 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, visando reservar recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família.
PLS	134	1999	Lauro Campos	Institui o reajuste automático das remunerações dos trabalhadores, sempre que o índice de inflação atingir 10% (dez por cento).
PLS	137	1999	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 14 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	143	1999	Luiz Estevão	Altera o art. 439 do Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para aumentar o número de jurados listados anualmente e limitar a convocação destes a apenas uma por ano.
PLS	147	1999	Ronaldo Cunha Lima	Altera o art. 129 do Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
PLS	157	1999	Ronaldo Cunha Lima	Altera o § 2º e acrescenta o § 3º no artigo 542 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).
PLS	163	1999	Luiz Estevão	Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.
PLS	173	1999	Lúcio Alcântara	Acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.
PLS	175	1999	Carlos Bezerra	Disciplina o financiamento público de campanhas eleitorais.
PLS	176	1999	Carlos Bezerra	Altera os artigos 33, 39, 59 e 68 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, 'que estabelece normas para as eleições'.
PLS	181	1999	Luzia Toledo	Tipifica o crime de violação da intimidade
PLS	182	1999	Luzia Toledo	Tipifica o crime de ofensa à memória de pessoa morta.
PLS	186	1999	Lúcio Alcântara	Aumenta as penas previstas nos arts. 244, 246 e 247 do Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de torná-las mais compatíveis com a gravidade e o caráter antiético dos crimes a que elas são aplicáveis.
PLS	201	1999	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB).
PLS	205	1999	Luiz Estevão	Acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da lei 4.591, de 16 de dezembro de 1964.
PLS	209	1999	Freitas Neto	Dispõe sobre o comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e da outras providências.
PLS	210	1999	Roberto Freire	Altera o disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.
PLS	211	1999	Roberto Freire	Dispõe sobre instrumentos de política urbana, nos termos do § 4º do art. 182 da Constituição Federal.
PLS	217	1999	José Roberto Arruda	Define a forma de participação do Governo Federal no Fundo de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - FPSDF e dá outras providências.
PLS	220	1999	Luiz Estevão	Elimina documento à habilitação para casamento, dispensando a publicação dos respectivos proclamas pela imprensa, e dá outras providências.
PLS	227	1999	Sebastião Rocha	Dispõe sobre as Organizações Não-Governamentais Estrangeiras, cria o Registro Nacional De Organizações Não-Governamentais e dá outras providências.
PLS	229	1999	José Roberto Arruda	Estabelece limitações para a concessão de remuneração de caráter indenizatório relativo à moradia e dá outras providências.
PLS	230	1999	Luiz Estevão	Altera dispositivo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para instituir a retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nos casos que especifica.
PLS	236	1999	José Eduardo Dutra	Altera os arts. 59, <i>caput</i> , e 82 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para excetuar a votação e a apuração eletrônica das eleições apenas em caso de falha do equipamento eletrônico utilizado em tais fins.
PLS	238	1999	Ronaldo Cunha Lima	Altera os arts. 184 e 186 do Código Penal e o art. 525 do Código de Processo Penal.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	240	1999	Paulo Hartung	Altera a redação do caput do art. 4º da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991.
PLS Complementar	242	1999	Ronaldo Cunha Lima	Dá nova redação ao inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional.
PLS	246	1999	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para instituir, como forma de provimento de cargo público, o reingresso, no serviço público, de servidor aposentado voluntariamente.
PLS	249	1999	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para minimizar fraudes no sistema eletrônico de votação.
PLS	257	1999	Carlos Patrocínio	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de disciplinar a utilização de motocicleta como veículo de transporte público individual de passageiros, na modalidade moto-táxi.
PLS	259	1999	Ronaldo Cunha Lima	Dispõe sobre a apresentação e a publicação de Estudos de Viabilidade Municipal nos procedimentos de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme determina o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.
PLS	260	1999	Sergio Machado	Estabelece punição para o vazamento de informações sigilosas no âmbito da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.
PLS	262	1999	Lúcio Alcântara	Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, introduzindo o conceito de alimento funcional e dá outras providências.
PLS	266	1999	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes.
PLS	271	1999	Luiz Estevão	Inclui § 1º ao artigo 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para determinar a aplicação do artigo 186 do CPP à testemunha-indiciada nas Comissões Parlamentares de Inquérito.
PLS	274	1999	Luiz Estevão	Dá nova redação ao artigo 30 da Lei nº 9250, de 26 de dezembro de 1995.
PLS	275	1999	Luiz Estevão	Dá nova redação ao Parágrafo Único do art. 609 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, que institui o Código de Processo Penal.
PLS	276	1999	Luiz Estevão	Determina que os honorários da sucumbência sejam revertidos à Defensoria Pública nas ações em que participe, e dá outras providências.
PLS	278	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dá outras providências.
PLS	280	1999	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para dispor que a CPI determinará a condução coercitiva de testemunha em caso de não-comparecimento justificado, tipificando tal conduta como crime.
PLS	285	1999	Sebastião Rocha	Regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem a duplicação do genoma humano com a finalidade de obter clones de embriões de seres humanos, e dá outras providências.
PLS	290	1999	Lúcio Alcântara	Revoga dispositivo da Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	296	1999	Luiz Estevão	Diminui prazos processuais para processos e julgamento de crime praticado por e contra policial.
PLS	304	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre dias alternativos para concursos e vestibulares, de modo a atender àqueles que aleguem motivos de crença religiosa, e dá outras providências.
PLS	305	1999	Luzia Toledo	Determina o ressarcimento ao Estado, pelas indústrias do fumo, dos custos do tratamento das doenças provenientes do tabagismo.
PLS	307	1999	Luiz Estevão	Estabelece condições para o exercício da atividade de Segurança Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.
PLS	308	1999	Luiz Estevão	Estabelece as armas permitidas para uso das atividades de policiamento.
PLS	312	1999	Luzia Toledo	Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano para cidades de interesse turístico e dá outras providências.
PLS	316	1999	Luiz Estevão	Cria o Batalhão Universitário da Polícia Militar do Distrito Federal.
PLS	317	1999	Casildo Maldaner	Altera a Lei nº 9069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real e dá outras providências.
PLS	321	1999	Luiz Estevão	Inclui § 3º ao artigo 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para dispor sobre a destinação de recursos para o Distrito Federal.
PLS	323	1999	Lúcio Alcântara	Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido para permitir a dedução, como despesa, do valor integral de bolsas de estudo.
PLS Complementar	328	1999	Paulo Hartung	Dispõe sobre o imposto dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza - ISS, regulamentando o disposto no art. 156, III, da Constituição Federal.
PLS	331	1999	Lúcio Alcântara	Altera o art. 151 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atualizar a tipificação do crime nele previsto e alterar a respectiva pena.
PLS Complementar	333	1999	Paulo Hartung	Regulamenta o inciso V do art. 163 da Constituição Federal, dispondo sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras - ISIF, e dá outras providências.
PLS	335	1999	Luiz Estevão	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vitimado em acidente decorrente do exercício da função pública, e dá outras providências.
PLS	342	1999	Lúcio Alcântara	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, suprimindo e substituindo termos cujo sentido restrito e vago dificulta a interpretação dos referidos dispositivos.
PLS	343	1999	Roberto Freire	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre prazo de filiação partidária e domicílio eleitoral.
PLS	346	1999	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 7º da Lei nº 9288, de 1º de julho de 1996, que "altera dispositivos da Lei nº 8436, de 25 de junho de 1992, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes".

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS Comple mentar	348	1999	Ernandes Amorim	Autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural.
PLS	349	1999	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a isenção do pagamento de contas de luz, gás, água e esgoto para os trabalhadores desempregados.
PLS	350	1999	Paulo Hartung	Altera a redação do § 2º do artigo 3º da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, para o fim de incluir dentre as matérias da competência do Juizado Especial as ações de natureza fiscal e de interesse da Fazenda Pública.
PLS	355	1999	Luzia Toledo	Proíbe a realização de tatuagem em menores de 18 anos, salvo com autorização expressa dos pais ou responsáveis, e dá outras providências.
PLS	357	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de existência de desfibriladores a bordo de aeronaves.
PLS	364	1999	Marluce Pinto	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Boa Vista, no Estado de Roraima.
PLS	368	1999	Lauro Campos	Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.
PLS Comple mentar	369	1999	Lauro Campos	Dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e diretores do Banco Central e de Instituições Financeiras oficiais.
PLS	372	1999	Luiz Estevão	Altera os arts. 106, 107, 108 e 109 do Código Eleitoral, estabelecendo a proporcionalidade para distribuição dos lugares a preencher, e dá outras providências.
PLS	373	1999	Luiz Estevão	Inclui o inciso VII ao art. 7º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, para estender a Gratificação de Desempenho e Produtividade aos ocupantes do cargo de Administrador.
PLS	375	1999	Lauro Campos	Inabilita, pelo prazo de cinco anos, para participar de licitações públicas ou realizar contratos pertinentes a obras, serviços, compras e alienações com a administração pública, pessoas jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para fundos partidários ou campanhas eleitorais.
PLS	376	1999	Lauro Campos	Proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais a partir do último dia do prazo estabelecido para registro de candidato a cargo eletivo.
PLS	377	1999	Lauro Campos	Proíbe que partidos políticos e candidatos a cargos eletivos recebam contribuições de pessoas jurídicas e dá outras providências.
PLS	381	1999	Luiz Estevão	Institui gratificação de risco de vida para os integrantes das carreiras de policiais federais, policiais civis, policiais militares, e dos corpos de bombeiros militares, e dá outras providências.
PLS	383	1999	Lauro Campos	Estabelece limites pecuniários para os presentes recebidos por todos os chefes de poderes públicos em todos os níveis e dá outras providências.
PLS	384	1999	Lauro Campos	Define crimes contra a livre concorrência.
PLS	387	1999	Ademir Andrade	Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizantes do 2º Grau e supletivo, e dá outras providências.
PLS	389	1999	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 1º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	390	1999	Luzia Toledo	Altera os arts. 215, 216 e 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.
PLS	398	1999	Casildo Maldaner	Altera o caput do artigo 10 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, "que estabelece normas para as eleições" e lhe acrescenta § 6º, com o fim de aumentar o número de candidatos que cada partido poderá registrar para as Câmaras Municipais.
PLS	400	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre o pagamento dos créditos de natureza alimentícia devidos pela Fazenda Pública.
PLS	404	1999	Luiz Estevão	Define atividade exclusiva de Estado e dá outras providências.
PLS	412	1999	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Candeias do Jamari, no Estado de Rondônia.
PLS	423	1999	Lauro Campos	Institui a obrigatoriedade da divulgação, pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público Federal, da remuneração percebida, a qualquer título, pelos servidores públicos e agentes políticos que especifica.
PLS	425	1999	Paulo Hartung	Altera a redação do artigo 1.471 da Lei nº 3.071, de 1916 – Código Civil, para o fim de determinar que as seguradoras terão o prazo de 60 (sessenta) dias para impugnar, por motivo de doença preexistente, o contrato de seguro de vida ou por invalidez ou a substituição do plano por outro mais benéfico ao segurado.
PLS	430	1999	Geraldo Cândido	Determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências.
PLS	431	1999	Lauro Campos	Dispõe sobre a falência do devedor civil e dá outras providências.
PLS	432	1999	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a informação aos consumidores acerca da incidência de impostos sobre as mercadorias e serviços comercializados no País, na forma do art. 150, § 5º, da Constituição Federal.
PLS	434	1999	Luzia Toledo	Altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros, e dá outras providências.
PLS	435	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre a indenização por dano moral decorrente do extravio ou da perda definitiva de bagagem.
PLS	436	1999	Luzia Toledo	Concede incentivo fiscal aos empregadores que colocarem à disposição de seus empregados cursos de aperfeiçoamento e dá outras providências.
PLS	438	1999	Emília Fernandes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.
PLS	441	1999	Ademir Andrade	Dá nova redação ao art. 149 da Consolidação das Leis do Trabalho.
PLS	446	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, tipificando a contravenção de informação falsa.
PLS	447	1999	Luiz Estevão	Faculta às polícias que menciona a aquisição de armamentos de indústrias nacionais ou do exterior.
PLS	459	1999	Luiz Estevão	Acresce disposição ao artigo 48 da Lei nº 4.320/64, para vedar ao Poder Executivo a possibilidade de contingenciamento em dotações da área social.
PLS	461	1999	Arlindo Porto	Dispõe sobre a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	466	1999	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.
PLS	477	1999	Luiz Estevão	Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.
PLS	478	1999	Luiz Estevão	Altera o artigo 70, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para aumentar o percentual mínimo, de sete para quinze por cento, a que têm direito as entidades desportivas.
PLS	479	1999	Luiz Estevão	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando que assessorias ou consultorias técnicas somente serão contratadas se as atividades não puderem ser desempenhadas por servidores da Administração Pública.
PLS	481	1999	Lauro Campos	Dispõe sobre critérios e procedimentos para o resgate em moeda corrente do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986 e dá outras providências.
PLS	483	1999	Luiz Estevão	Proíbe a frequência em cursos de ensino superior em estabelecimentos públicos por tempo superior a dois semestres letivos além do tempo de duração do curso fixado em lei, e dá outras providências.
PLS	484	1999	Luiz Estevão	Altera o art. 124, XI, do Código de Trânsito Brasileiro, dispondo sobre a inspeção veicular periódica.
PLS Complementar	486	1999	Ademir Andrade	Regulamenta o § 4º do art. 40 da Constituição, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos, nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
PLS	488	1999	Luzia Toledo	Disciplina o trabalho educativo de adolescentes, previsto no art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.
PLS Complementar	490	1999	Moreira Mendes	Cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios para entes da federação que apresentem características específicas de meio ambiente e cultura e dá outras providências.
PLS	494	1999	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o exercício da profissão de taxista e dá outras providências.
PLS	498	1999	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Oiapoque, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	499	1999	Sebastião Rocha	Cria a Zona de Livre Comércio do Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	500	1999	Sebastião Rocha	Dispõe sobre o trabalho penitenciário alterando os arts. 28, 29 e 36 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o art. 34 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
PLS	501	1999	Sebastião Rocha	Torna obrigatória a identificação da matéria paga, de natureza institucional ou política, bem como de seu autor, e dá outras providências.
PLS	504	1999	Luzia Toledo	Dispõe sobre o acompanhamento de paciente idoso durante internação hospitalar.
PLS	506	1999	Luzia Toledo	Altera os arts. 19 e 29 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que tratam do dever de prestar alimentos na separação judicial e no divórcio.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	507	1999	Luzia Toledo	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.
PLS	508	1999	Luiz Estevão	Determina o valor a ser repassado para o Governo do Distrito Federal, para cumprimento do inciso XIV, do artigo 21 da Constituição Federal.
PLS	509	1999	Luiz Estevão	Determina o atendimento Geriátrico, nos hospitais, e dá outras providências.
PLS	515	1999	Arlindo Porto	Cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências.
PLS	519	1999	Bello Parga	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
PLS	522	1999	Arlindo Porto	Dispõe sobre o contrato de trabalho rural simplificado, por prazo determinado, e dá outras providências.
PLS	524	1999	Blairo Maggi	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de modo a disciplinar a circulação de veículos com peso e dimensões especiais.
PLS	525	1999	Blairo Maggi	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quee regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de publicação de especificações e preços das obras e serviços licitados.
PLS	528	1999	Carlos Patrocínio	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de e1940 – Código Penal -, definindo o crime de informação privilegiada.
PLS	531	1999	Luzia Toledo	Acrescenta parágrafos ao art. 143 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral", dispondo sobre seções eleitorais especiais para idosos e outros.
PLS	535	1999	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, tornando obrigatório o seguro contra danos pessoais em eventos de massa.
PLS	540	1999	Ernandes Amorim	Dispõe sobre a designação para exercício de cargos em comissão e funções gratificadas nos órgãos que identifica.
PLS	541	1999	Ernandes Amorim	Organiza a Carreira Gestão do Tesouro Nacional e dá outras providências.
PLS	546	1999	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971, que "dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo, e dá outras providências".
PLS	550	1999	Arlindo Porto	Dispõe sobre a inclusão de Municípios de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.
PLS	559	1999	Luiz Estevão	Dá nova redação ao § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993 – Lei de Licitações.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	560	1999	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, "que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989", para definir a distribuição de competências em matéria de serviços de saneamento básico e estabelecer condições de gestão associada no compartilhamento de instalações operacionais, nos termos do art. 241 da Constituição Federal.
PLS	570	1999	Geraldo Cândido	Institui o "Dia Nacional de Prevenção e Combate ao Alcoolismo e outras Drogas".
PLS Complementar	571	1999	Iris Rezende	Estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, com fundamento no § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.
PLS	578	1999	Emília Fernandes	Autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais da Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.
PLS	579	1999	Carlos Bezerra	Dispõe sobre utilização e a exploração de aeroportos e dá outras providências.
PLS	580	1999	Luzia Toledo	Regulamenta a profissão de esteticista e cosmetologista e dá outras providências.
PLS	583	1999	Luiz Estevão	Dispõe sobre alienação de títulos extrajudiciais relativos a créditos inscritos em dívida ativa, e dá outras providências.
PLS	584	1999	Luiz Estevão	Dispõe sobre a delegação a advogado particular para cobrança de créditos inscritos na dívida ativa, e dá outras providências.
PLS	588	1999	Luiz Estevão	Dispõe sobre a compensação de dívidas do Distrito Federal com a União.
PLS	598	1999	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, constituída pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, e dá outras providências.
PLS	599	1999	Luiz Estevão	Estabelece tarifas diferenciadas para Estados por onde circula gás natural, em gasodutos, e dá outras providências.
PLS Complementar	602	1999	Luiz Estevão	Altera a Lei Complementar nº 62, de 1989, que "Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação" e dá outras.
PLS	606	1999	Luiz Estevão	Transfere para o Governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap, e dá outras providências.
PLS	608	1999	Lúcio Alcântara	Institui a penhora administrativa, por órgão jurídico da Fazenda Pública, e dá outras providências.
PLS Complementar	613	1999	Luzia Toledo	Altera o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que "Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências".

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	616	1999	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências.
PLS	618	1999	Ernandes Amorim	Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o PLC nº 77/97 e PLS nº 488/99).
PLS	619	1999	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Mimoso do Sul, no Estado do Espírito Santo.
PLS	626	1999	Lauro Campos	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências".
PLS	627	1999	Carlos Patrocínio	Altera o disposto no art. 366 da Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer que não terá direito à prescrição retroativa o acusado que, citado por edital, não atender à convocação deste.
PLS	629	1999	Paulo Hartung	Altera a redação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, para incluir o CAPÍTULO - DOS DIREITOS DO IDOSO.
PLS	631	1999	Carlos Patrocínio	Altera o art. 273 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
PLS	632	1999	Sérgio Machado	Altera o art. 39 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, para caracterizar como abusiva, por parte dos prestadores de serviços públicos, a prática de cobrança baseada em estimativa de consumo.
PLS	633	1999	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para incluir a penalidade de advertência entre as sanções administrativas nele previstas.
PLS	634	1999	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ceilândia, no Distrito Federal, e dá outras providências.
PLS	639	1999	Geraldo Althoff	Altera o art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, para regular a indenização por danos materiais e por dano moral.
PLS	640	1999	Moreira Mendes	Altera o art. 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, para autorizar os Tribunais Regionais do Trabalho a efetuar o remanejamento de Juntas de Conciliação e Julgamento no âmbito de sua Região, e dá outras providências.
PLS	644	1999	Carlos Patrocínio	Proíbe a utilização de pneus recapados em veículos de transporte rodoviário de passageiros ou de produtos perigosos, e dá outras providências.
PLS	647	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao artigo 52 e altera a redação do inciso III, do artigo 55, da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998. (Dispõe sobre entidades nacionais de administração de desporto).
PLS	648	1999	José Roberto Arruda	Acrescenta dispositivo ao artigo 13 da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, determinando que as entidades nacionais de administração do desporto sejam sediadas no Distrito Federal.
PLS	651	1999	Luiz Estevão	Torna obrigatória concessão de emprego a idosos, e dá outras providências.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	652	1999	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Sobradinho, no Distrito Federal, e dá outras providências.
PLS	656	1999	Carlos Patrocínio	Acrescenta artigo à Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral".
PLS	658	1999	Luiz Estevão	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".
PLS	661	1999	Luzia Toledo	Regulamenta os arts. 52, I; 85; 86; 105, I, "a"; 108, I, "a", da Constituição Federal, relativamente ao exercício dos direitos da cidadania e à denúncia de crimes de responsabilidade.
PLS	662	1999	Luzia Toledo	Altera o art. 244 do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, que trata do crime de abandono material.
PLS	663	1999	José Roberto Arruda	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6530, de 12 de maio de 1978, que regulamenta a profissão de Corretor de Imóveis e disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização.
PLS	670	1999	Ademir Andrade	Modifica o art. 3º da Lei nº 9491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.
PLS Complementar	686	1999	Paulo Souto	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. (Conselho Monetário Nacional)
2000				
PLS	003	2000	Luiz Estevão	Regulamenta o art. 37, X, da Constituição Federal, e dá outras providências (revisão geral da remuneração dos servidores públicos).
PLS	006	2000	Sebastião Rocha	Altera o Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), para determinar a criação do Conselho dos Partidos Políticos, integrado por representantes de todos os partidos que participam do pleito, incumbido de fiscalizar o processo eleitoral.
PLS	007	2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.
PLS	008	2000	Geraldo Cândido	Altera a redação dos artigos 58, 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispondo sobre a duração máxima da jornada de trabalho.
PLS	009	2000	Ademir Andrade	Altera o artigo 2º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências".
PLS Complementar	014	2000	Casildo Maldaner	Institui a Contribuição sobre Seguros, altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas e dá outras providências.
PLS	020	2000	Luzia Toledo	Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Microempresa, a ser administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e dá outras providências.
PLS	022	2000	Artur da Távola	Disciplina a desindexação das dívidas judiciais e dá outras providências.
PLS	024	2000	Carlos Bezerra	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	029	2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Samambaia, no Distrito Federal, e dá outras providências.
PLS	030	2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
PLS	031	2000	Luiz Estevão	Acrescenta dispositivo ao art. 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 6194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
PLS	035	2000	Luiz Estevão	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal, e dá outras providências.
PLS Complementar	036	2000	Carlos Bezerra	Regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos de doze por cento ao ano e dá outras providências.
PLS Complementar	039	2000	Luzia Toledo	Dispõe sobre o reajuste dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais pactuados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, modificando a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964.
PLS	040	2000	Luzia Toledo	Acrescenta § 3º-A e § 4º ao art. 40 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 (Lei do Divórcio).
PLS	045	2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 1.245 do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) para ampliar para dez anos o prazo de garantia de obra.
PLS	048	2000	Luzia Toledo	Altera dispositivos da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.
PLS	049	2000	Luzia Toledo	Tipifica o crime de informação falsa.
PLS	051	2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao inciso I, do art. 158, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, determinando limite mínimo de carga horária para a aprendizagem noturna.
PLS	052	2000	Artur da Távola	Proíbe o uso de propaganda e publicidade em livros didáticos, de todos os níveis, e dá outras providências.
PLS	060	2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir no rol dos crimes hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes.
PLS	061	2000	José Roberto Arruda	Institui Programa de Avaliação Seriada Anual para o acesso às Instituições de Ensino Superior Públicas e dá outras providências.
PLS	064	2000	Luiz Estevão	Dá nova redação ao art. 289 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de tipificar como crime a falsificação de outro tipo de moeda.
PLS	072	2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a comercialização e venda de armas de fogo no País, e dá outras providências.
PLS	077	2000	Luzia Toledo	Altera a redação do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, com o objetivo de redefinir o conceito de terrenos de marinha e dá outras providências.
PLS	082	2000	José Roberto Arruda	Suprime o inciso IV do art. 219 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que institui o Código Civil Brasileiro.
PLS	085	2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre visita de parentes a filhos de pais separados.
PLS	086	2000	Luiz Estevão	Assegura a gratuidade da taxa de inscrição em exame de admissão a curso superior nas condições que determina.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	088	2000	Gilvam Borges	Altera o art. 105, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatória a instalação de recipientes para coleta de lixo nos veículos que menciona.
PLS	090	2000	Gilvam Borges	Dispõe sobre limites máximos de juros a serem cobrados por instituições administradoras de cartões de crédito
PLS	097	2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a distribuição gratuita de anticoncepcionais e preservativos a pobres, e dá outras providências.
PLS	098	2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre a liberação judicial de recursos a crédito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
PLS	103	2000	Íris Rezende	Dá nova redação aos arts. 459 e 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
PLS	104	2000	Íris Rezende	Altera os arts. 43, 44, 45, 46, 47, 54 e 55 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o art. 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências" e o CAPITULO III DO TITULO II DO LIVRO IV do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.
PLS	112	2000	Moreira Mendes	Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato.
PLS Complementar	120	2000	Moreira Mendes	Cria o Fundo Nacional de Segurança Pública (FUNSEG), e dá outras providências.
PLS	127	2000	Paulo Hartung	Modifica o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências, para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica.
PLS	128	2000	Paulo Hartung	Acrescenta parágrafo único ao artigo 1.773, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil Brasileiro), § 3º ao art. 1.031, da Lei nº 5.869, de 1º de janeiro de 1973, e altera a redação do item 25 do inciso I do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispensar a homologação judicial da partilha amigável de pessoas capazes, permitindo que seja levada a registro, mediante a comprovação da quitação dos tributos incidentes.
PLS	132	2000	Arlindo Porto	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar.
PLS	144	2000	José Eduardo Dutra	Revoga a Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983, "que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências".
PLS	147	2000	Roberto Freire	Revoga a Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983, que "define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências" (Lei de Segurança Nacional).
PLS	149	2000	Lauro Campos	Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, revoga os seus §§ 6º, 7º, 8º e 9º e os arts. 5º, 6º e 7º da Lei nº 9876, de 26 de novembro de 1999. (Dispõe sobre a contribuição previdenciária).

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	150	2000	Lauro Campos	Altera a pena para o crime de redução a condição análoga à de escravo.
PLS	152	2000	Luiz Estevão	Dispõe sobre publicação de custos operacionais de bancos, e dá outras providências.
PLS	154	2000	Agnelo Alves	Altera o artigo 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 (Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)).
PLS	157	2000	José Eduardo Dutra	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário.
PLS	158	2000	Hugo Napoleão	Dispõe sobre a devolução do adiantamento da remuneração das férias, acrescentando novo parágrafo ao art. 145 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dá outras providências.
PLS	171	2000	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.
PLS	177	2000	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafo ao art. 4º do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941. (Código de Processo Penal).
PLS Complementar	178	2000	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização das instituições financeiras federais e dá outras providências.
PLS	179	2000	Jader Barbalho	Dispõe sobre a destinação dos recursos arrecadados com a privatização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, e dá outras providências.
PLS	180	2000	Freitas Neto	Altera a Lei nº 5173, de 17 de outubro de 1966. (Estende a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE).
PLS Complementar	181	2000	Lauro Campos	Estabelece a vedação da privatização da Petrobrás e dá outras providências.
PLS	185	2000	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafo único ao Artigo 65 da Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916, que "Dispõe sobre o Código Civil".
PLS	191	2000	Geraldo Cândido	Determina obrigações às agências bancárias, que atuam no território nacional, em relação aos seus usuários e dá outras providências.
PLS	192	2000	José Roberto Arruda	Altera o parágrafo único do art. 459, o caput do art. 580 e suprime o parágrafo único do art. 580 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.
PLS	195	2000	José Roberto Arruda	Altera os arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, bem como dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990
PLS	197	2000	Paulo Hartung	Acrescenta inciso V ao parágrafo único do artigo 694 e altera a redação do artigo 746 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para viabilizar ao arrematante desistir da arrematação, na hipótese de Embargos.
PLS	198	2000	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer que no caso de pagamento de contas mensais periódicas o consumidor é obrigado a guardar o comprovante por 4 meses.
PLS Complementar	199	2000	Paulo Hartung	Altera a redação da alínea "e" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para aumentar para oito anos, após o cumprimento da pena, a inelegibilidade pela condenação criminal pela prática dos crimes que especifica.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	205	2000	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a aplicação de recursos do FAT na concessão de empréstimos a cooperativas habitacionais.
PLS	206	2000	Sebastião Rocha	Autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Castanha do Brasil e dá outras providências.
PLS	213	2000	Roberto Freire	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no âmbito da Justiça Federal, destinados a atuarem nas causas em que seja parte a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas e dá outras providências.
PLS Complementar	215	2000	Nabor Júnior	Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal).
PLS	216	2000	Arlindo Porto	Estabelece a retenção em até 10% (dez por cento) do valor dos juros cobrados pela União relativos ao refinanciamento das dívidas estaduais, e sua transferência para Fundos Estaduais de Habitação, para aplicação em programas de construção de moradia popular, alterando as Leis nºs 8.727, de 5 de novembro de 1993 e 9.496, de 11 de setembro de 1997.
PLS	221	2000	Paulo Souto	Altera as penas e o regime de cumprimento dos crimes que menciona, constantes do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.
PLS	222	2000	Carlos Patrocínio	Altera o artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
PLS	226	2000	Moreira Mendes	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Chupinguaia, no Estado de Rondônia.
PLS	230	2000	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, para conferir a toda apólice de seguro natureza de título executivo extrajudicial.
PLS	233	2000	Carlos Patrocínio	Altera o art. 231 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para indicar qualquer pessoa como sujeito passivo do crime.
PLS	234	2000	Carlos Patrocínio	Altera a redação dos arts. 148 e parágrafo 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil.
PLS	235	2000	Henrique Loyola	Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil para permitir o processamento do inventário e da partilha, quando amigáveis, diretamente por escritura pública.
PLS	240	2000	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.
PLS	241	2000	Carlos Patrocínio	Dá nova redação aos arts. 21 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de dezembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
PLS	246	2000	Sérgio Machado	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.
PLS	248	2000	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) para promover o reconhecimento e a prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo ou Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/Dort) e a assistência e reabilitação aos trabalhadores afetados.
PLS	253	2000	Geraldo Cândido	Dispõe sobre o serviço de medição residencial do consumo telefônico, mediante instalação de medidor residencial

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	254	2000	Hugo Napoleão	Altera o art. 8º, II, <i>b</i> , da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar às pessoas físicas a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto sobre a Renda, do valor integral das despesas com educação fundamental do 1º grau.
PLS	257	2000	Roberto Freire	Dispõe sobre incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica.
PLS	260	2000	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.
PLS	262	2000	Roberto Freire	Altera o art. 45 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir o acesso da população em geral a serviços de saúde criados, no âmbito da administração pública direta e indireta, para assistência a servidores.
PLS	265	2000	Sebastião Rocha	Altera o art. 30 da Lei nº 8.906, de julho de 1994 (Estatuto de Advocacia), para acrescentar hipótese de impedimento de advogado, nos casos de parentesco com o juiz da causa.
PLS	267	2000	Carlos Patrocínio	Tipifica o crime de fraude em concursos.
PLS	268	2000	Freitas Neto	Cria área de livre comércio nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no Estado do Piauí.
PLS Complementar	274	2000	Roberto Freire	Regulamenta a aplicação dos recursos previstos no § 2º do art. 98 da Constituição Federal, e nos incisos I, II e III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal.
2001				
PLS	006	2001	Lauro Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a exigência discriminatória de diploma de curso superior na contratação de empregados e dá outras providências.
PLS	014	2001	Moreira Mendes	Altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.
PLS	018	2001	Iris Rezende	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Morrinhos, no Estado de Goiás, e dá outras providências.
PLS Complementar	024	2001	Pedro Piva	Estabelece a alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, nos casos que especifica.
PLS	028	2001	Geraldo Cândido	Obriga as instituições de ensino superior a prestar informações aos candidatos e a fixar quadro informativo, identificando os cursos reconhecidos e em processo de reconhecimento.
PLS	029	2001	Geraldo Cândido	Fixa a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos.
PLS	030	2001	Carlos Patrocínio	Altera a ordem dos incisos e acrescenta parágrafos e inciso ao art. 655 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.
PLS	031	2001	Ricardo Santos	Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	042	2001	Sebastião Rocha	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.
PLS Complementar	048	2001	Ricardo Santos	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada da bacia do Rio Itabapoana e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Integrada da Bacia do Rio Itabapoana.
PLS	55	2001	Lúcio Alcântara	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, dispondo sobre a inclusão na cobertura pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional..
PLS	061	2001	Paulo Hartung	Altera o artigo 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, para determinar que a eficácia da alteração de alíquota do imposto sobre produtos industrializados, decretada pelo Poder Executivo, ficará condicionada à aprovação do ato pelo Senado Federal.
PLS	066	2001	Geraldo Cândido	Altera dispositivo da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Votação e Totalização de Votos.
PLS	070	2001	Gilvam Borges	Proíbe a exigência do conhecimento de língua estrangeira nos concursos públicos e nos vestibulares e outras espécies de provas para ingresso nas universidades.
PLS	073	2001	Arlindo Porto	Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, modificando condições para a concessão da progressão de regime no cumprimento da pena.
PLS	075	2001	Freitas Neto	Altera dispositivo da Lei nº 9.619, de 2 de abril de 1998, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobrás e a União a adquirirem ações da Companhia Elétrica de Alagoas – CEAL, da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização – PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro – CEDRJ e Docas do Estado de São Paulo – CODESP e dá outras providências.
PLS	078	2001	Moreira Mendes	Permite às agências de viagem a adesão ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.
PLS	081	2001	Carlos Patrocínio	Dá nova redação aos arts. 187, 212, 458, 480, 481, 491 e 492 da Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (Simplificação dos procedimentos processuais penais e permissão para comunicação entre os membros do júri popular).
PLS	083	2001	Carlos Patrocínio	Altera dispositivo da Lei nº 9478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional.
PLS	087	2001	Ricardo Santos	Dispõe sobre as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e sobre a redução do imposto sobre a renda na Região abrangida pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	088	2001	Paulo Hartung	Isenta de cobrança de IPI e do II os produtos capazes de proporcionar economia de energia elétrica, relacionados em Portaria da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de que trata a Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, destinados a reaparelhar residências e empreendimentos industriais e comerciais, até que seja oficialmente declarada a superação da crise.
PLS	091	2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que "dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para dispor sobre a exoneração dos ocupantes dos mandatos de dirigentes das Agências Reguladoras".
PLS	104	2001	Carlos Patrocínio	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que haja interesse social.
PLS	110	2001	Ricardo Santos	Acrescenta parágrafo ao artigo 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.
PLS	111	2001	Geraldo Cândido	Estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água.
PLS	113	2001	Fernando Matusalém	Acrescenta inciso ao art. 38 da Lei 9.250/95, para autorizar o sujeito passivo ou seu advogado a retirarem processo administrativo da repartição.
PLS	115	2001	Ademir Andrade	Institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.
PLS	119	2001	Lúcio Alcântara	Acrescenta parágrafos aos arts. 8º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor sobre os membros do Conselho Nacional de Educação (CNE).
PLS	124	2001	Fernando Matusalém	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para destinar aos municípios parcela da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito em rodovias federais.
PLS	133	2001	Sérgio Machado	Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados os aparelhos de telefonia celular, para portadores de deficiência auditiva.
PLS	134	2001	Sérgio Machado	Modifica a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, que dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18 do Decreto-Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975 e dá outras providências, estabelecendo a responsabilidade solidária das agências de turismo por danos ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico causados pelos usuários de seus serviços.
PLS	135	2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a não exigibilidade e a inviolabilidade de dados cadastrais do consumidor.
PLS	139	2001	Sérgio Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que "dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e dá outras providências".

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	141	2001	Moreira Mendes	Altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.
PLS	143	2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 43 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar hipóteses de suspensão de registro de cadastros de devedores, a pena por cobrança indevida e a caracterização de dano moral pela inclusão indevida em cadastro de devedores, definindo os limites da indenização.
PLS	144	2001	Paulo Hartung	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário.
PLS	151	2001	Carlos Bezerra	Altera o caput do art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
PLS	153	2001	Carlos Bezerra	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para suprimir a função de revisor nos recursos de apelação e de embargos infringentes.
PLS	154	2001	Geraldo Althoff	Acrescenta alínea ao art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.
PLS	155	2001	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Corrige distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, regula suas execuções e dá outras providências.
PLS	156	2001	Ricardo Santos	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
PLS	159	2001	Carlos Bezerra	Estabelece o Estatuto do Enfermo.
PLS	164	2001	Paulo Souto	Altera a redação do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil”.
PLS	171	2001	Carlos Bezerra	Acrescenta Seção XIV-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores avulsos e dá outras providências.
PLS	172	2001	Lúcio Alcântara	Altera a Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências, e a Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências, para estabelecer exigências a serem atendidas nos casos de alteração de denominação.
PLS	176	2001	Geraldo Cândido	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
PLS	179	2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para tipificar crime contra o idoso.
PLS	180	2001	Gilvam Borges	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	183	2001	Carlos Bezerra	Altera os artigos nºs 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir as pessoas com doenças graves e incapacitantes no benefício de prioridade na tramitação, em qualquer instância, de atos e diligências relativas a procedimentos judiciais em que aquelas pessoas figurem como parte ou interveniente.
PLS	184	2001	Bernardo Cabral	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para modificar os critérios relativos a pesquisas eleitorais.
PLS	193	2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para estabelecer normas de proteção à vítima e à testemunha de delito.
PLS	195	2001	Carlos Bezerra	Cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o Incentivo à Implantação e Operação de Farmácias Populares de Manipulação.
PLS Complementar	196	2001	Roberto Requião	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para limitar o estoque da dívida mobiliária federal com cláusula de correção cambial.
PLS	197	2001	Carlos Bezerra	Revoga o artigo 4º, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. (Dispõe sobre o prazo para dissolução da sociedade conjugal).
PLS	199	2001	Carlos Bezerra	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 2 de outubro de 1941, e revoga o Decreto-Lei nº 552, de 25 de abril de 1969, para restabelecer a manifestação oral do Ministério Público no caso que especifica.
PLS Complementar	200	2001	Paulo Hartung	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce.
PLS	201	2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.
PLS	202	2001	Ricardo Santos	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, incluindo como serviços essenciais a previdência e assistência social.
PLS	204	2001	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o uso da escritura pública e da execução de serviços notariais em separações, divórcios, promessas de compra e venda de imóveis e partilha amigável de bens.
PLS	206	2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Porto Grande, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	207	2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Amapá, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	208	2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	209	2001	Sebastião Rocha	Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Serra do Navio, Estado do Amapá, e dá outras providências.
PLS	210	2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.
PLS	211	2001	Carlos Bezerra	Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados e Municípios com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	219	2001	Moreira Mendes	Dispõe sobre o exercício de atividades das agências de viagens e turismo.
PLS	225	2001	Carlos Bezerra	Acrescenta dispositivo sobre o recurso adesivo ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.
PLS	229	2001	Carlos Bezerra	Dispõe sobre níveis de radiação emitida por antenas fixas do Sistema Móvel Celular e dá outras providências.
PLS	234	2001	Mauro Miranda	Altera o artigo 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. (Conduta dos Agentes Públicos, no processo investigatório).
PLS Complementar	235	2001	Carlos Patrocínio	Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre as hipóteses de movimentação da conta vinculada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e ao Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.
PLS	237	2001	Ricardo Santos	Dispõe sobre o regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os seus Municípios na organização dos seus sistemas de ensino.
PLS	238	2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 5917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242.
PLS	242	2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações.
PLS	243	2001	Carlos Bezerra	Estabelece limites máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros de tabaco, e dá outras providências.
PLS	245	2001	Roberto Requião	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de artista circense.
PLS	246	2001	Roberto Requião	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre importação para equipamentos e animais amestrados destinados a atividades circenses.
PLS	247	2001	Paulo Hartung	Altera o artigo 5º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o artigo 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a fim de estabelecer a compensação financeira pela exploração dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica, consideradas as conseqüências ambientais, econômicas e sociais da implantação e funcionamento de usina hidrelétrica, bem como a redução do potencial hidroenergético dos estados e municípios limítrofes.
PLS	248	2001	Carlos Bezerra	Altera o artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.
PLS	250	2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre a isenção do pagamento de tributos federais para aposentados, nas condições que especifica.
PLS	252	2001	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de proibir o uso de imagens eróticas no material escolar.
PLS	253	2001	Carlos Bezerra	Institui o Juizado Especial de Família.
PLS	254	2001	Antônio Carlos Júnior	Cria o Programa Especial de Pecúlio Estudantil e dá outras providências.
PLS	256	2001	Carlos Wilson	Obriga os hospitais públicos e privados a possuir ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas idosas.
PLS	257	2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	258	2001	Ricardo Santos	Altera o artigo 8º da lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para facultar a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, de despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado, por pessoas idosas.
PLS	259	2001	Paulo Hartung	Altera a redação do art. 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas - e o § 4º do art. 8º da Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para estabelecer melhor proteção aos acionistas minoritários.
PLS	261	2001	Carlos Bezerra	Dispõe sobre a responsabilidade por prejuízo decorrente de clonagem de cartão de crédito.
PLS	262	2001	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde.
PLS	264	2001	Ademir Andrade	Dá nova redação aos artigos 39 e 40 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variação Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990 e 28 de julho de 1993, respectivamente, e dá outras providências.
PLS	265	2001	Marluce Pinto	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame oftalmológico para detecção de catarata congênita em recém-nascidos.
PLS	269	2001	Carlos Bezerra	Altera artigos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre as características dos capacetes de uso obrigatório por motociclistas.
PLS	272	2001	Carlos Bezerra	Estabelece condições especiais para o pagamento de prestações da casa própria quando o mutuário se torna desempregado e dá outras providências.
PLS	273	2001	Carlos Bezerra	Altera a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquias), para vedar a sublocação de imóveis, pelo franqueador, por valor superior ao da locação.
PLS	274	2001	Carlos Bezerra	Acrescenta parágrafo ao art. 94 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o posicionamento de redutores de velocidade ao longo de vias com passagens de pedestre demarcadas.
PLS	275	2001	Moreira Mendes	Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos para as empresas de transporte aéreo.
PLS	276	2001	Moreira Mendes	Modifica o art. 40 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), instituindo o regime de concessão de direito real de uso para utilização de áreas aeroportuárias pelos concessionários e permissionários de serviços aéreos públicos.
PLS	279	2001	Waldeck Ornelas	Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e dá outras providências. (Estabelece normas e formalidades legais para atos de improbidade administrativa dos responsáveis pelos bancos administradores dos Fundos).
PLS	280	2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre crimes de violência doméstica, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.
PLS	282	2001	Carlos Bezerra	Altera o art. 12 da Lei nº 9.279, de 1996, especificando os casos de divulgação prévia pelo autor do invento que não prejudicam o pedido de patente.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PLS	283	2001	Carlos Wilson	Dispõe sobre os crimes contra a intimidade e a vida privada das pessoas, acrescentando artigo ao Código Penal, em conformidade com o inciso X do art. 5º da Constituição Federal.
PLS	286	2001	Moreira Mendes	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir abono anual para os beneficiários do benefício de prestação continuada pago pela assistência social.
PLS	287	2001	Robinson Viana	Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos próprios para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional De Emergência De Radioamadores - RENER, integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.
PLS Complementar	289	2001	Moreira Mendes	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada.
TOTAL				403

9 - Projetos de Resolução do Senado – PRS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1995				
PRS	094	1995	Gilberto Miranda Batista	Veda as operações de crédito da União, de suas autarquias, inclusive Banco Central do Brasil, e demais entidades controladas pelo poder público federal, que impliquem a assunção de dívidas de instituições financeiras públicas e privadas.
PRS	096	1995	Gilberto Miranda Batista	Altera os arts. 243 e 244 do Regimento Interno, que versam sobre autoria das proposições.
1997				
PRS	129	1997	José Sarney, demais Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal e Líderes Partidários	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal (composição das comissões permanentes).
PRS	161	1997	Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente.
1999				
PRS	007	1999	Ademir Andrade	Altera a redação do inciso V do art. 293 do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	015	1999	Marluce Pinto	Cria a Comissão Permanente da Amazônia - CAm e dá outras providências.
PRS	018	1999	Lúcio Alcântara	Cria o Conselho Brasileiro de Bioética, junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.
PRS	023	1999	Nabor Júnior	Dá nova redação ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	024	1999	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre documentos sigilosos no Senado Federal, de acordo com os parâmetros traçados pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.
PRS	028	1999	Emília Fernandes	Cria a Comissão de Direitos Humanos e Questões de Gênero e dá outras providências.
PRS	033	1999	Luiz Estevão e outros Senhores Senadores	Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros.
PRS	038	1999 (CN)	Luiz Estevão	Proíbe a concessão de imóvel funcional e auxílio-moradia a parlamentares representantes do Distrito Federal.
PRS	039	1999	José Alencar	Convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44 e 45/98, do Senado Federal, e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas.
PRS	044	1999	Arlindo Porto	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de todos os partidos políticos com representação no Senado Federal em suas comissões permanentes.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PRS	045	1999	Roberto Requião	Modifica a Resolução nº 22, de 1989, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais.
PRS	051	1999	Ronaldo Cunha Lima	Acresce parágrafo único ao art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõe sobre a indicação de membros para as comissões.
PRS	055	1999	Luiz Estevão	Modifica o inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, especificando a documentação a ser contida na Mensagem sobre escolha de autoridades prevista no art. 52, III e IV, da Constituição Federal.
PRS	059	1999	Carlos Patrocínio	Altera a redação do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	061	1999	Carlos Patrocínio	Modifica o inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da retirada das proposições.
PRS	067	1999	Sebastião Rocha	Altera o art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo o tempo de uso da palavra pelos líderes e demais senadores após a Ordem do Dia.
PRS	076	1999	Sebastião Rocha	Acrescenta parágrafos a dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	081	1999	Lúcio Alcântara	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	085	1999	Sebastião Rocha	Altera o inciso IX do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao uso da palavra.
PRS	113	1999	Nabor Júnior	Dá nova redação ao inciso IX do art. 14, ao art. 17 e ao § 1º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal.
2000				
PRS	006	2000	Bernardo Cabral	Regulamenta a Lei nº 9709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, dá outras providências, e altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.
PRS	017	2000	Sebastião Rocha	Altera os arts. 107, 154 e 155 do Regimento Interno, com o objetivo de transferir para o período matutino as Sessões Ordinárias do Senado Federal, reservando o período vespertino para as reuniões das comissões permanentes.
PRS	052	2000	José Eduardo Dutra	Altera as Resoluções do Senado Federal nºs 36 e 38, de 2002 (rolagem de títulos por Estados e Municípios para pagamento de precatórios).
PRS	057	2000	Roberto Requião	Revoga o § 8º do art. 132 do Regimento Interno, com o objetivo de excluir a proibição de computar o voto do autor da proposição no âmbito das Comissões.
PRS	081	2000	Lauro Campos	Modifica a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para estender aos suplentes de Senador a aplicação de suas normas.
2001				
PRS	002	2001	Lúcio Alcântara	Altera o art. 2º e revoga o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 66, de 1996, que dispõe sobre o depósito legal das publicações de que trata.
PRS	009	2001	Freitas Neto	Modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Regionais.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
PRS	011	2001	Moreira Mendes	Altera o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução nº 20, de 1993, que trata do Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelecendo normas sobre o recebimento de informações reservadas pelo Senado Federal.
PRS	015	2001	Lúcio Alcântara	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer a forma de execução das votações secretas.
PRS	025	2001	Ademir Andrade	Cria a Ouvidoria Parlamentar do Senado Federal.
PRS	029	2001	Lauro Campos	Altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.
PRS	043	2001	José Eduardo Dutra e outros Senadores	Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, dispondo sobre o afastamento de membro da Mesa Diretora nas condições que menciona e dá outras providências.
PRS	044	2001	Arlindo Porto	Acrescenta parágrafo ao art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, para prever o afastamento de membro da Mesa durante o seu julgamento pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.
PRS	051	2001	Lauro Campos	Altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, para determinar o desarquivamento de denúncia ou representação relativa a quebra de decoro parlamentar no caso que especifica e dá outras providências.
PRS	053	2001	Paulo Hartung	Altera os arts. 14, 15, 17 e 20 e acrescenta o artigo 16-A à Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, para o fim de regular o processo disciplinar e o momento a partir do qual a renúncia ficará sobrestada até o julgamento final do processo.
PRS	056	2001	Carlos Patrocínio	Acrescenta parágrafo ao art. 300 do Regimento Interno, com o objetivo de dar nova disciplina à votação de projetos de decreto legislativo para a outorga ou renovação de autorização para exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.
TOTAL				40

10 - Requerimentos (SF) – RQS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1999				
RQS	210	1999	Geraldo Cândido	Solicitando, seja adotado, pela Casa, em nome do Congresso Nacional do Brasil, voto de repúdio às ações militares desenvolvidas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, com o apoio do Governo dos Estados Unidos da América, contra a Iugoslávia, desde o dia 24 de março último, desprezando a solução pacífica para a questão do Kosovo.
2001				
RQS	078	2001	Arlindo Porto	Requer seja autorizada a publicação de livro sobre a vida e obra do recentemente falecido Governador Mário Covas, dentro da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado".

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	739	2001	Mauro Miranda	Requer ao Ministro do Planejamento e Orçamento informações sobre planos e programas que se destinem ao financiamento da construção ou do melhoramento de moradias próprias para a população rural de baixa renda e dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outros Fundos, disponíveis a programas de habitação rural.
TOTAL				3

II - Proposições arquivadas nos termos do art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, sem o envio do processado à Secretaria-Geral da Mesa:

1 - Propostas de Emenda à Constituição - PEC

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
2000				
PEC	035	2000	Roberto Requião	Dá nova redação ao art. 207 da Constituição Federal.
TOTAL				1

2 - Projetos de Lei da Câmara - PLC

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1992				
PLC	124	1992	Dep. Pedro Abrão	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, tornando inexigível, antes da decisão terminativa do recurso interposto à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO, a dívida oriunda do crédito rural.
1996				
PLC	001	1996	Dep. Paulo Portugal	Institui para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares.
TOTAL				2

3 - Projetos de Lei do Senado - PLS

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1999				

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
PLS Comple mentar	282	1999	Geraldo Cândido	Dispõe sobre a instituição da Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias, e dá outras providências.
PLS	458	1999	Luiz Estevão	Inclui inciso ao § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a finalidade de estabelecer teto para custos unitários de obras executadas relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação.
2000				
PLS	251	2000	Lauro Campos	Dispõe sobre o salário mínimo-nacional.
TOTAL				3

4 - Projetos de Resolução do Senado - PRS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1993				
PRS	007	1993	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.
1995				
PRS	072	1995	Lúcio Alcântara	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto ao Senado Federal, para os fins que especifica e dá outras providências.
1996				
PRS	067	1996	Casildo Maldaner	Autoriza o CEGRAF a publicar edições histórico-culturais.
TOTAL				3

5 - Projetos de Resolução do Congresso Nacional - PRN

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
1997				
PRN	001	1997	Sebastião Rocha	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.
1998				
PRN	003	1998	Mauro Miranda	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Resolução nº 02, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para acrescentar regras sobre a apresentação de emendas coletivas.
1999				
PRN	004	1999	Paulo Souto	Acrescenta inciso IIIA ao art. 16 da Resolução nº 2, de 1995 – CN, para estabelecer relação de correspondência entre o custo total e o tempo de execução dos subprojetos decorrentes de emendas à proposta de lei orçamentária anual.
PRN	005	1999	Ademir Andrade	Suprime o § 2º e altera a redação do § 3º, ambos do art. 45 da Resolução nº 1, de 1970 – CN – Regimento Comum.
TOTAL				2000

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
PRN	004	2000	Pedro Piva	Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do art. 15, revogando o art. 19 e acrescentando inciso ao art. 20 da Resolução 02, de 1995 – CN.
PRN	006	2000	Dep. Giovanni Queiroz	Altera de dez para quinze o número de emendas coletivas de bancadas estaduais, de que trata o art. 20 da Resolução nº 2, de 1995 – CN, e dá outras providências..
2001				
PRN	001	2001	Dep. Alcione Athayde	Dispõe sobre o hasteamento das Bandeiras dos Estados e do Distrito Federal no gramado do Congresso Nacional.
TOTAL				7

III - A Presidência comunica ao Plenário que, a vista do disposto no art. 334, inciso I, do Regimento Interno, declarou prejudicadas as seguintes proposições:

1 - Diversos – DIV

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1998				
DIV	020	1998	Presidente do Tribunal de Contas da União	Encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 705/97-7), adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
TOTAL				1

2 - Ofício “S” – OFS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1999				
OFS	29	1999	Banco Central do Brasil	Encaminha ao Senado Federal parecer DEDIP/DIARE-99/080, de 15.03.99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul - (RS) para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDOPIMES administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – Bannisul, no valor de R\$ 650.000,00 a preços de 31 de maio de 1998, destinada a investimentos em infraestrutura urbana.
2001				
OFS	019	2001	Supremo Tribunal Federal	Solicita ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, licença prévia para que possa apreciar a queixa-crime constante dos autos do Inquérito nº 1400, oferecida contra o Senador Roberto Requião.
OFS	037	2001	Supremo Tribunal Federal	Solicita licença para apreciar a denúncia constante dos autos do Inquérito nº 1.594, oferecida contra o Senador Roberto Requião. (Art. 21 da Lei nº 5.250/67 – Difamação).
TOTAL				3

3 - Projetos de Resolução – PRS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1997				
PRS (OFS 19/96)	119	1997	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais (MG), a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2.932,490,40 (dois milhões, novecentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos), no âmbito do programa PRÓ-SANEAMENTO.
PRS (OFS 37/96)	120	1997	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais (MG), a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais – COHAB/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4.754.000,00, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.
PRS (OFS 39/96)	121	1997	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Estado de Minas Gerais (MG), a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais – COHAB/MG - junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 11.846.000,00.
TOTAL				3

4 - Requerimentos (SF) – RQS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
1995				
RQS	715	1995	Ernandes Amorim	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.
RQS	1332	1995	Lúcio Alcântara	Pedido de informações ao Procurador Geral da República.
1996				
RQS	95	1996	Eduardo Suplicy	Requer nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro Chefe da Casa Civil cópia das atas das reuniões realizadas entre o Presidente da República e seus Ministros relacionadas ao Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM.
RQS	97	1996	Eduardo Suplicy	Requer nos termos regimentais, seja encaminhada pelo Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cópia das atas das reuniões do Conselho de Defesa Nacional, relacionadas ao Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM.
RQS	357	1996	Epitácio Cafeteira	Requer nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministro da Fazenda, pedido de informações sobre a inadimplência para com o Banco do Brasil.
RQS	671	1996	Epitácio Cafeteira	Requer nos termos regimentais, seja submetido a apreciação do Plenário do Senado Federal o Requerimento de Informações nº 357, de 1996, que "Requer nos termos regimentais, seja encaminhado ao ministro da fazenda, pedido de informações sobre a inadimplência para com o Banco do Brasil".

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	998	1996	Roberto Requião	Requer, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda, pedido de informações sobre a quantidade de caixas de cigarros exportadas pelas empresas Phillips Morris, Sudam e Souza Cruz, para o Chile, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina, bem como as cotas referentes a cada um deles, especificadas, mês a mês, no período de janeiro a outubro de 1996.
1998				
RQS	86	1998	Marina Silva	Transcrição, nos Anais do Senado, de artigos de autoria do professor Mário José de Lima, publicados no jornal A Gazeta , do Acre.
RQS	248	1998	Ademir Andrade e Eduardo Suplicy	Requerem nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Educação e do Desporto, para prestar esclarecimentos no Plenário do Senado Federal, acerca da política do Governo Federal para o ensino superior.
RQS	263	1998	Teotônio Vilela Filho e outros Senadores	Requerem nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial destinada a prestar homenagens ao Ministro Sergio Roberto Vieira da Motta, falecido no dia 19 de abril de 1998.
1999				
RQS	034	1999	Mozarildo Cavalcanti	Requer seja criada uma Comissão Temporária composta por sete (07) senadores, com o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para acompanhar a situação, as providências e as circunstâncias das delimitações e demarcações de reservas indígenas em Roraima, os conflitos decorrentes e as implicações para as comunidades indígenas, devendo especificamente; avaliar as providências adotadas pela Funai, pela Polícia Federal e pelo Governo do Estado de Roraima e outras instituições nacionais e internacionais.
RQS	035	1999	Carlos Wilson	Requer a constituição de Comissão Temporária do Senado Federal, destinada a inventariar as obras inacabadas em todo o território nacional, custeadas total ou parcialmente pela União, analisando sua situação atual; inventariar, especificamente, as obras retomadas a partir de novembro de 1995 (data do Relatório Final da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 651, de 1995), analisando sua situação atual; avaliar a implementação das medidas sugeridas no mesmo Relatório.
RQS	036	1999	Ramez Tebet	Requerem, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, inserção em ata de um voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, à Funai e ao Ministério da Justiça, pelo falecimento do sr. Sullivam Silvestre, ex presidente da Funai.
RQS	041	1999	Eduardo Siqueira Campos e outros Senadores	Requerem a criação de Comissão Temporária sob a denominação de "Comissão Especial da Criança e do Adolescente", composta por 9 (nove) membros, tendo prazo de funcionamento previsto até 15 de dezembro de 1999, com o objetivo de realizar diagnóstico e análise da situação da criança e do adolescente brasileiros, análise e acompanhamento das políticas públicas a eles destinadas, exame da legislação pertinente e apresentação de propostas com vistas à superação dos problemas identificados no decorrer dos trabalhos.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	042	1999	Mozarildo Cavalcanti	Requer seja criada uma Comissão Temporária, composta por sete senadores, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de promover estudos para a redivisão territorial do País, devendo especificamente; analisar o relatório da Comissão de Estudos Territoriais criada pela Constituição no artigo 12 (doze) das Disposições Constitucionais Transitórias; analisar todas as propostas relativamente à criação de novas Unidades da Federação (Territórios Federais e Estados).
RQS	043	1999	Ney Suassuna e outros Senadores	Requerem a criação de Comissão Temporária composta de 9 (nove) Senadores e igual número de suplentes, destinada a, no prazo de 1 (um) ano e com um orçamento previsto em cem mil reais, verificar os efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil e a região do Polígono das Secas do Estado de Minas Gerais, acompanhar e inspecionar, <i>in loco</i> , a execução das medidas de emergência promovidas pelo Governo Federal, indicar a adoção de providências que pareçam oportunas e elaborar as diretrizes de um Plano de Ação para implementações de políticas públicas a serem encaminhadas ao Poder Executivo.
RQS	053	1999	Amir Lando	Requer a criação de uma Comissão, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de noventa dias, analisar a dívida do setor público no Brasil, quanto à sua origem e composição, bem como oferecer proposições no sentido de equacionar os problemas decorrentes do endividamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelos poderes públicos.
RQS	055	1999	Luzia Toledo	Requer a constituição de Comissão Especial Interna, integrada por 11 (onze) membros, para, no prazo de um ano, promover estudos e levantamentos visando estabelecer um sistema logístico de transporte, que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação, operando como um sistema coordenado, na região do Corredor Atlântico do Mercosul, que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.
RQS	060	1999	Íris Rezende e outros Senadores	Requerem que hora do expediente do dia 10 de março do corrente ano, seja destinada a homenagear o Sr. Sullivan Silvestre de Oliveira, ex-Presidente da Funai, falecido no dia 01/02/1999.
RQS	068	1999	Luiz Estevão	Requer a criação de Comissão Temporária, composta de 7 (sete) membros, com o prazo de funcionamento até o final da presente sessão legislativa, com o objetivo de estudar em profundidade o problema da autonomia da universidade brasileira.
RQS	075	1999	Heloísa Helena	Requer a criação de Comissão Especial Interna, composta de 11 (onze) Senadores, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir com a sociedade, ministros e juizes, a fim de colher subsídios para a reforma do Poder Judiciário.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	095	1999	Ramez Tebet	Requer seja consignado um Voto de Congratulações pela performance de artistas brasileiros, notadamente a Fernanda Montenegro e a Walter Sales Júnior, por terem elevado o nome do Brasil perante o mundo, por ocasião da entrega do maior prêmio do cinema mundial, o <i>Oscar</i> , disputando com o filme "Central do Brasil".
RQS	119	1999	Pedro Simon	Requer a criação de Comissão, integrada por 11 (onze) titulares e 11 (onze) suplentes, incumbida de, no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no País.
RQS	123	1999	Lauro Campos	Requer, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Luiz Felipe Lampreia, para prestar, pessoalmente, esclarecimentos perante o Plenário desta Casa sobre a posição adotada pelo Brasil, na reunião do Conselho de Segurança da ONU no dia 26 de março do corrente, na votação do pedido da Rússia quanto à suspensão dos ataques da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Iugoslávia.
RQS	136	1999	José Roberto Arruda e outros Senadores	Requerem a criação de uma Comissão Temporária, composta de 11 (onze) titulares e 7 (sete) suplentes, para, no prazo de noventa dias, realizar estudos e apresentar Proposta de Reforma Tributária.
RQS	163	1999	Luiz Estevão	Requer a constituição de Comissão Especial destinada a estudar e propor medidas legislativas em relação à reforma do Poder Judiciário, integrada por 11 (onze) membros e com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.
RQS	177	1999	Jefferson Peres e outros Senadores	Voto de Congratulações pelo transcurso, no dia 19 de abril, do cinquentenário de fundação do jornal "A Crítica", da Empresa de Jornais Calderaro Ltda., de Manaus.
RQS	187	1999	José Roberto Arruda	Propõe que o Senado Federal crie uma Comissão Provisória Especial para contribuir na organização dos festejos dos 40 anos de Brasília.
RQS	253	1999	Íris Rezende	Solicita voto de solidariedade à "Cidade de Goiás"-GO, que pleiteia junto à UNESCO, o título de " Patrimônio da Humanidade".
RQS	371	1999	Pedro Simon	Requer Voto de Aplauso ao Esporte Clube Juventude, pela conquista do campeonato Copa do Brasil, em jogo realizado ontem.
RQS	397	1999	Teotônio Vilela Filho	Solicitando seja realizada sessão especial no Senado Federal em homenagem ao Deputado Franco Montoro, falecido no dia 16 de julho do corrente ano.
RQS	409	1999	Maguito Vilela	Nos termos regimentais, solicita a criação de Comissão Temporária, composta por onze senadores, a fim de analisar as proposições em tramitação no Senado Federal referente à fome e a miséria e apresentar, no prazo de 90 dias, proposição legislativa para erradicar a miséria e a fome no País, realizando as audiências e diligências in loco de programas bem sucedidos.
RQS	417	1999	Maguito Vilela	Solicita que seja apresentado pelo Senado Federal voto de aplausos e congratulações ao Comitê Olímpico Brasileiro, através do seu Presidente, Carlos Arthur Nuzman, extensivo a todos os atletas que participaram dos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg - Canadá.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	471	1999	Sebastião Rocha e outros Senadores	Requer a criação da Comissão Temporária Interna de Defesa da Soberania Amazônica, com a finalidade de propor mecanismos que venham a inibir possíveis interferências externas na região amazônica, com suas implicações políticas e militares e conseqüências futuras para a conturbada região de fronteira da Amazônia.
RQS	501	1999	Maria do Carmo Alves	Criação de Comissão Senatorial Temporária, composta de 7 (sete) membros e 7 (sete) suplentes para, no prazo de 2 (dois) meses, promover ampla discussão acerca do Projeto de Transposição de Águas do Vale do São Francisco e outras alternativas de concepção baseada na transposição de vazões entre bacias hidrográficas.
RQS	604	1999	Heloísa Helena	Requer voto de censura ao Senhor Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, pelas declarações feitas a investidores estrangeiros em conferência realizada no Conselho das Américas, em Nova York, Estados Unidos da América.
RQS	688	1999	Ney Suassuna	Criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes, para acompanhar <i>in loco</i> as ações de políticas públicas destinadas a minorar os efeitos da seca na região Nordeste, até 15 de dezembro de 1999.
RQS	689	1999	Ney Suassuna	Requer a criação de uma Comissão Temporária composta por cinco Senadores titulares e igual número de suplentes para acompanhar junto ao Executivo a execução físico-financeira das obras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, até 15 de dezembro de 1999.
RQS	718	1999	Juvêncio da Fonseca	Requer seja encaminhado voto de louvor à EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, cujo 25º aniversário transcorre em 23 de novembro do corrente, pela sua pioneira e competente atuação na pesquisa com recursos genéticos, biotecnologia e controle biológico trabalhando, simultaneamente, com plantas, animais e microorganismos.
RQS	785	1999	Bernardo Cabral e outros Senadores	Solicita a realização de sessão especial destinada a comemorar os 50 anos do jornal "Tribuna da Imprensa", em data a ser marcada.
RQS	789	1999	Álvaro Dias e outros Senadores	Solicitando a realização de sessão especial com a finalidade de prestar homenagem a Edson Arantes do Nascimento, Pelé, como forma de marcar o início da nova sessão legislativa.
2000				
RQS	015	2000	Mozarildo Cavalcanti	Requer seja convocado o Senhor Ministro da Saúde, Dr. José Serra, para dar explicações sobre os problemas de febre amarela e dengue no Brasil.
RQS	053	2000	Francelino Pereira	Requer seja consignado um Voto de Aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada com grande sucesso entre os dias 21 e 29 de janeiro deste ano, na histórica cidade de Tiradentes, em Minas Gerais e promovida pelos jovens empresários Raquel Hallak D'Angelo e Quintino Vargas, da empresa Universo Produção, com sede em Belo Horizonte.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	099	2000	Carlos Patrocínio	Solicita a criação de uma Comissão Temporária, composta por 07 (sete) Senadores, com prazo de 120 (cento e vinte) dias, encarregada de apresentar estudos conclusivos sobre a influência do vocabulário e de costumes estrangeiros nos diversos setores da vida e da cultura brasileiras, bem como indicar diretrizes para a preservação do idioma e dos valores nacionais.
RQS	120	2000	Maguito Vilela	Requer seja apresentado pelo Senado Federal, manifestação de apoio, junto à UNESCO, ao pleito da Cidade de Goiás, Estado de Goiás, para tornar-se Patrimônio da Humanidade.
RQS	165	2000	José Roberto Arruda e outros Senadores	Homenagem ao Senador Dario Délio Cardoso, com a publicação de sua biografia e atuação parlamentar, ainda neste ano, como parte da série coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.
RQS	226	2000	José Roberto Arruda	Requer a constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes para, no prazo de 180 dias, estudar a Redivisão Territorial dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal.
RQS	272	2000	Geraldo Melo e outros Senadores	Requer a criação de Comissão Temporária Interna, composta de 11 Senadores e igual número de suplentes, para no prazo de 120 dias, levantar dados e informações a respeito da crise na indústria aeronáutica brasileira, bem como propor conjunto de medidas e recomendações com vistas à solução do problema. Para a consecução de seus objetivos, fica fixado o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
RQS	306	2000	José Jorge	Requerem que seja prestada homenagem especial destinando o tempo previsto para a Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de setembro de 2000, terça-feira, com o objetivo de se comemorar o centenário de nascimento do ex-Senador José Ermírio de Moraes, que transcorreu em janeiro do corrente ano.
RQS	413	2000	Pedro Simon e outros Senadores	Requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear Barbosa Lima Sobrinho.
RQS	425	2000	Osmar Dias	Requer seja criada a Comissão Temporária destinada a estudar o Sistema de Controle das Finanças Públicas, composta de 07 titulares e 07 suplentes, com duração de 120 dias.
RQS	505	2000	Eduardo Suplicy	Requer a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Luiz Felipe Lampréia, para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre às razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o Senhor Vladimiro Montesinos, principal Assessor do Presidente do Peru, Senhor Alberto Fujimori.
RQS	528	2000	Luiz Otávio	Requer a constituição de Comissão Especial Temporária, composta de 17 senadores titulares e igual número de suplentes, com a finalidade de examinar questões relativas à ocupação e o desenvolvimento da Amazônia e propor projetos nesse sentido, considerando os problemas recentes suscitados pelo combate ao narcotráfico e preocupações quanto à preservação da biodiversidade da região.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	593	2000	Heloísa Helena	Requer a convocação do Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, a fim de que, perante o Plenário, preste informações sobre as providências tomadas pelo Ministério sobre os graves conflitos agrários no Brasil.
RQS	616	2000	Comissão de Educação	Requer ao Ministro de Estado da Educação informações sobre o processo de eventual modificação do PET - Programa Especial de Treinamento que deveria ter sido desenvolvida por Comissão Tripartite (SESU/MEC, Executiva Nacional em Defesa do PET e Parlamentares da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados).
2001				
RQS	033	2001	Antonio Carlos Magalhães	Solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre que procedimentos foram adotados pelo Banco Central do Brasil face o Relatório de Fiscalização denominado "Banco do Estado do Pará x Jader Barbalho – utilização indevida de recursos e manipulação de procedimentos operacionais caracterizando fraude contábil".
RQS	35	2001	Antonio Carlos Magalhães	Solicita ao Procurador-Geral da República informações sobre as providências adotadas face às irregularidades praticadas no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.
RQS	36	2001	Antonio Carlos Magalhães	Solicita à Procuradoria-Geral da República informações sobre andamento de Ação Popular nº 93.000.94526, em tramitação na 15ª Vara Federal contra Jader Fontenelle Barbalho e outros.
RQS	37	2001	Antonio Carlos Magalhães	Solicita ao Procurador-Geral da República informações sobre providências adotadas face assunto encaminhado ao Ministério Público da União pelo Conselho de Ética do Senado Federal
RQS	049	2001	Heloísa Helena e outros Senadores	Requerem a criação de uma comissão composta por 5 (cinco) Senadores, com o objetivo de realizar diligências na região de fronteira do Brasil com a Colômbia, observando as condições de segurança da população brasileira, em face do Plano Colômbia, patrocinado pelos Estados Unidos da América, que poderá trazer riscos à população e graves problemas ecológicos na região.
RQS	071	2001	Paulo Hartung	Requer a criação de Comissão Especial, composta de 15 (quinze) titulares e igual número de suplentes para, em 120 (cento e vinte) dias, estudar, discutir e formular propostas para o setor de saneamento básico no País.
RQS	079	2001	Paulo Hartung	Requer a instituição de Comissão Especial de Comércio Exterior, composta de 11 titulares e igual número de suplentes no período de 12 meses para preparação no cumprimento das competências constitucionais em matéria de comércio exterior com agilidade e fundamentado em estudos das relações comerciais internacionais, controle de subsídios, práticas de dumping, taxação exagerada, ou qualquer outras que coloque o Brasil em posição superior ante aos eventuais parceiros comerciais.
RQS	097	2001	Teotônio Vilela Filho	Requer a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, em data a ser marcada oportunamente, para homenagear o Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo, falecido em 6 de março de 2001.
RQS	287	2001	Pedro Simon	Requer um Voto de Louvor e Congratulações ao Grupo Gerdau, por ocasião da celebração do 1º Centenário de sua fundação.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	413	2001	Paulo Souto e outros Senadores	Requerem a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o escritor Jorge Amado.
RQS	563	2001	Antônio Carlos Valadares	Requer seja encaminhado Voto de Apoio e solidariedade ao Dr. Paulo Jacobina, Procurador da República, parabenizando-o pelo competente desempenho de suas atribuições institucionais no Estado de Sergipe, em especial pelo seu trabalho de investigação de possíveis desvios de dinheiro público para fins eleitorais.
RQS	610	2001	Romero Jucá	Requer voto de louvor e aplauso ao jornal "Folha de Boa Vista" do Estado de Roraima e seus funcionários, pelos 18 anos de sua fundação.
RQS	611	2001	Ricardo Santos	Requer apresentação de voto de aplauso à Rede Globo de Televisão pela retomada da produção do programa infantil "Sítio do Pica-Pau Amarelo".
RQS	613	2001	Ronaldo Cunha Lima	Requer consignação de voto de congratulação à Editora Geração de Comunicação Integrada Comercial Ltda., na pessoa de seu Editor e Jornalista Luiz Fernando Emediato e ao Professor Rinaldo Nunes de Fernandes, da Universidade Federal da Paraíba, pelo lançamento da edição comemorativa do centenário da publicação de "Os Serfões", de Euclides da Cunha, considerando a elevada importância e significação da Obra.
RQS	722	2001	Maguito Vilela	Requer seja apresentado pelo Senado Federal voto de aplausos e congratulações ao atleta Raí Oliveira, manifestando o reconhecimento da nação ao encerrar sua carreira.
RQS	780	2001	Eduardo Suplicy e outros Senadores	Conclamam o governo brasileiro a se retirar das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), face os novos termos da "Autorização para a Promoção comercial", dado ao Governo Norte-Americano.
RQS	810	2001	Ronaldo Cunha Lima	Requer voto de congratulações aos Diários e Emissoras Associadas que, através do Diário da Borborema de Campina Grande, conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo na categoria "primeira página".
2002				
RQS	025	2002	Vasco Furlan	Requer a apresentação de Voto de Congratulações à Direção da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, em Nova Trento, Estado de Santa Catarina e à Nunciatura Apostólica do Vaticano, em Brasília, ao anúncio feito pelo Papa João Paulo II da canonização da beata Amabile Lúcia Visenteiner, Madre Paulina.
RQS	056	2002	Carlos Wilson	Requer seja convocado o Sr. Ministro de Estado da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre a real situação da epidemia de dengue que assola o país, apresentando, de forma clara e detalhada, as medidas efetivas de combate à enfermidade que foram e estão sendo adotadas pelo Governo Federal.
RQS	069	2002	Mauro Miranda	Requer voto de aplauso pelo 22º aniversário do Jornal Diário da Manhã, de Goiânia, Estado de Goiás.
RQS	075	2002	Roberto Saturnino e outros Senadores	Requerem a aprovação de um voto de aplauso à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pela realização, no dia 15 de março de 2002, da eleição para a escolha do Reitor em clima de grande interesse e comparecimento, com o resultado que consagra o Professor Carlos Lessa como indicado por 85% (oitenta e cinco por cento) dos votos e mais de 90% (noventa por cento) dos docentes daquela Universidade.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	080	2002	Maguito Vilela	Requer voto de louvor à Organização Jaime Câmara, pelo prêmio que recebeu o jornal O Popular, veículo de comunicação de rede de jornais, rádios e televisões nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, fornecido pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - Prêmio Mérito Lojista, edição 2001.
RQS	100	2002	Mauro Miranda	Requer voto de aplauso ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pela comemoração dos 50 anos da entidade em Goiás.
RQS	115	2002	Francelino Pereira	Requer voto de aplauso ao Ministro Almir Pazzianotto Pinto pelo seu desempenho à frente do Tribunal Superior do Trabalho.
RQS	141	2002	Tião Viana e Paulo Hartung	Requerem a convocação do Ministro da Saúde para que compareça ao Plenário do Senado Federal, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a participação de sua pasta na formulação da Política Nacional de Saneamento, tendo em vista o impacto para a saúde dos brasileiros dos atuais índices de cobertura apontados pela recente pesquisa nacional do próprio IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
RQS	145	2002	Francelino Pereira	Requer voto de congratulações ao Instituto Tancredo Neves, do PFL, na pessoa do seu Presidente, Deputado Vilmar Rocha, pelo êxito alcançado com o Prêmio Luís Eduardo Magalhães, bem como aos estudantes que se sagraram vencedores nas quatro edições do Prêmio até agora realizadas, todos mencionados em meu discurso.
RQS	221	2002	José Alencar e outros Senadores	Realização de sessão solene do Congresso Nacional no dia 12 de setembro de 2002, destinada a homenagear o Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek.
RQS	223	2002	Roberto Requião	Conclama o Congresso Nacional, tendo em vista a gravidade da crise na Argentina, a enviar voto de solidariedade ao povo e ao governo argentinos, e de repúdio ao comportamento do Governo dos Estados Unidos da América, representado pelo seu Tesouro Nacional e pelo Fundo Monetário Internacional.
RQS	236	2002	Maguito Vilela	Requer seja apresentado pelo Senado Federal voto de aplausos e congratulações ao treinador da Seleção Brasileira, Luiz Felipe Scolari e à Comissão Técnica pela firmeza de caráter na escolha dos jogadores, desejando votos sinceros de muito sucesso na Copa do Mundo.
RQS	240	2002	Maguito Vilela	Requer que o Senado Federal apresente voto de aplauso e congratulações a Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, pelo trabalho abnegado à frente da arquidiocese de Goiânia, Estado de Goiás.
RQS	241	2002	Maguito Vilela	Requer voto de regozijo e congratulações a Dom Washington Cruz, pela ascensão ao cargo de Arcebispo de Goiânia, Estado de Goiás.
RQS	246	2002	Moreira Mendes	Requer seja convocado o Ministro de Estado do Meio Ambiente para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre as medidas adotadas que têm causado prejuízos à agricultura e pecuária brasileira, implicando no enfraquecimento do setor, aumentando a inadimplência pela perda de competitividade, com reflexos no comércio e provocando êxodo rural jamais visto na história do Brasil.

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
RQS	312	2002	Artur da Távola e outros Senadores	Requerem que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente de uma sessão, com a data a ser definida posteriormente, seja destinado a homenagear a memória do Senhor João Amazonas de Souza Pedroso.
RQS	387	2002	Eduardo Suplicy	Requer seja enviado ao Governo Israelense apelo para que reconsidere a decisão de construir um muro para separar o norte do Estado de Israel da Cisjordânia.
RQS	674	2002	Moreira Mendes	Requer seja encaminhado à Empresa de Correios e Telégrafos, através do Ministro das Comunicações pedido de informações relacionadas a publicidades de seus produtos na publicação de bordo da empresa Transportes Aéreos Marília – TAM.
RQS	679	2002	Luiz Pastore	Requer seja solicitado ao Presidente da ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica, através do Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre os critérios adotados para elaboração dos índices de reajuste e os indicadores econômicos utilizados para composição de preços de reajuste de tarifas de energia elétrica praticado pelas concessionárias.
TOTAL				91

5 - Requerimentos Comissão Representativa – RQR

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
2000				
RQR (CN)	005	2000	Heloísa Helena	Solicita pronunciamento dessa Comissão sobre as notícias veiculadas em vários jornais do país, principalmente no jornal Folha de São Paulo e Correio Braziliense, envolvendo o atual e o ex-Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Antônio Rodrigues Tavares e Andrea Sandro Calabi, respectivamente, na liberação de verbas orçamentárias para a construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.
RQR (CN)	006	2000	Dep. Djalma Paes	Requer, com base nos incisos IX e XI do art. 7º da Resolução nº 3, de 1990-CN, a convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para prestar esclarecimentos a respeito da liberação de dotações suplementares para obras de construção do Fórum Trabalhista - Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Segunda Região.
TOTAL				2

6 - Consulta - CON

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1990				
CON (Consulta)	001	1990	Presidente do Senado Federal	Submetendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Consulta referente ao disposto no § 4º do artigo 38 da lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, face ao estabelecido no § 2º do artigo 50 da Constituição Federal.
TOTAL				1

IV - Proposições declaradas prejudicadas nos termos do art. 334, incisos I e II, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, sem o envio do processado à Secretaria-Geral da Mesa:

1 - Projetos de Resolução - PRS

Tipo	Nº	A n o	Autor	Ementa
1995				
PRS	118	1995	Comissão Diretora	Cria o Conselho Editorial do Senado Federal.
TOTAL				1

2 - Diversos – DIV

Tipo	Nº	Ano	1º Signatário	Ementa
1996				
DIV	51	1996	Ofício nº 253/96, do Juiz Federal da 3ª Vara/MT	Encaminha manifestações do Procurador Regional da República, Moacir Mendes Sousa, e as decisões da Justiça Federal proferidas nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 96.365-3, que a AJC Agropecuária Ltda. move contra a FUNAI e a União.
TOTAL				1

V - A Presidência comunica ao Plenário que, a vista do disposto no art. 76, § 4º, do Regimento Interno, declarou extinta a seguinte Comissão:

1 - Requerimentos (SF) – RQS

Tipo	Nº	Ano	Autor	Ementa
2002				
RQS	003	2002	Sebastião Rocha e outros Senadores	Requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar discrepâncias entre as pesquisas eleitorais realizadas durante o processo eleitoral do Ano 2000 e os resultados das respectivas eleições, nos Municípios que indica.
TOTAL				1

VI – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

1 – Regimento Interno do Senado Federal:

“

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

- I – as originárias da Câmara dos Deputados ou por ela revisadas;
- II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;
- III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato;
- IV – as com parecer favorável das comissões;
- V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);
- VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52);
- VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC 35/2001).

§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do *caput*, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente. (NR)

.....”

2 - ATO DO PRESIDENTE Nº. 97, DE 2002

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, **RESOLVE APROVAR** as Instruções da Secretaria-Geral da Mesa para a aplicação da Resolução nº. 17, de 2002, que *altera a redação do art. 332 e suprime o art. 333 do Regimento Interno do Senado Federal* (arquivamento de proposições), conforme consta do anexo a este Ato.

Senado Federal, 17 de dezembro de 2002.

Senador **Ramez Tebet**
Presidente do Senado Federal

3 - ANEXO AO ATO DO PRESIDENTE Nº. 97, DE 2002

ARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÕES

(Instruções para a aplicação da Resolução nº. 17, de 2002)

CONTINUARÃO TRAMITANDO:

1. (Art. 332, II) os PLS, PRS e RQS apresentados na legislatura que se encerra (1999 a 2002), cujo **autor (ou suplente)** que tenha exercido o mandato nesse período) continue no exercício do mandato (ou se dele se licenciar) ou houver sido reeleito; o mesmo vale para as PECs, cujo o **primeiro signatário** continue o mandato ou haja sido reeleito;
2. (Art. 332, III) **todas as PECs e todos os PLSs, PRSs e RQSs apresentados em 2002**, inclusive os de Senadores não reeleitos. A mesma regra vale para as proposições de iniciativa de Comissão;
3. (Art. 332, IV) a proposição que, mesmo tendo sido enviada a mais de uma Comissão, tiver, na presente legislatura, **o parecer de pelo menos uma delas, mesmo que não seja de mérito o pronunciamento**. Ou seja, por uma questão de economia processual, interpretar-se-á que o exame por pelo menos uma Comissão será suficiente para que a proposição continue tramitando.
4. (Art. 332, IV) em contrapartida ao determinado no item 3, caso a proposição **não possua nenhum parecer aprovado, nem se enquadre nas hipóteses dos incisos I a III e V a VII do art. 332**, será ela arquivada.
5. Nas **matérias em tramitação conjunta**, se apenas uma proposição atender ao critério para continuar tramitando, todas as demais apensadas serão alcançadas por esse condição.

Quanto à aplicação do § 1º. do art. 332, que determina o arquivamento das proposições que tramitam há duas legislaturas (no Senado Federal), merecem atenção – antes do puro e simples arquivamento – as peculiaridades abaixo descritas.

Algumas matérias referentes aos incisos V, VI e VII do art. 332, mesmo que há mais de duas legislaturas no Senado, **não devem ser arquivadas**, a saber: concessão de rádio e televisão, acordos internacionais, alienação de terras, exploração de áreas indígenas, mensagens, ofícios e PRS referentes a dívidas e operações de crédito, sustação de normas declaradas inconstitucionais pelo STF. O mesmo vale para os avisos do TCU. Isso porque

o Senado obrigatoriamente precisa se pronunciar sobre elas, mesmo que o prazo regimental máximo (duas legislaturas) já esteja sendo atingido.

Também quanto às Propostas de Emenda à Constituição e aos Projetos de Lei da Câmara que já estejam em segunda legislatura, poder-se-ia estabelecer um critério para a continuidade: salvo melhor juízo, **deveriam continuar tramitando se, nesta legislatura, tiverem recebido parecer de alguma Comissão do Senado.**

Senado Federal, 17 de dezembro de 2002.

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa

**6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA**

**IV - O CONGRESSO NACIONAL
EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS**

A - SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 2 sessões conjuntas, sendo 1 para tratar de matéria legislativa e 1 solene.

A sessão solene foi a seguinte:

Data	Finalidade
17-12-2002	Instalação dos Trabalhos da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura, no período de 17 a 20 de dezembro de 2002. (realizada no Plenário do Senado Federal)

B - PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES CONGRESSISTAS NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS NAS SESSÕES PLENÁRIAS

SENADORES	Presidência	Secretaria
Carlos Wilson	-	1
Lúdio Coelho	1	-
Ramez Tebet	2	-

DEPUTADOS	Presidência	Secretaria
Laura Carneiro	-	1

C - MATÉRIA LEGISLATIVA

1 - Projetos de Lei (PLN)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
26/2002-CN	95/2002-CN (nº 463/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 820.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
33/2002-CN	130/2002-CN (nº 562/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de R\$ 1.044.691.357,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
39/2002-CN	154/2002-CN (nº 684/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.210.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.	Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
52/2002-CN	168/2002-CN (nº 706/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$ 15.030.387,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.	Parecer nº 150/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Félix Mendonça Transformado na Lei nº 10.613, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
55/2002-CN	178/2002-CN (nº 749/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 339.606.483,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 162/2002-CN (DSF 7-12-2002) Relator: Dep. Pauderney Avelino Transformado na Lei nº 10.614, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
57/2002-CN	180/2002-CN (nº 751/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 117.570.000,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 164/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Transformado na Lei nº 10.615, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
60/2002-CN	190/2002-CN (nº 764/2002, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2003.	Parecer nº 168/2002-CN Parecer nº 181/2002-CN (Suplemento ao DCN 20-12-2002- Volumes I a VI) (Redação Final) Relator: Sen. Sérgio Machado Transformado na Lei nº 10.640, de 14-1-2003 (DOU 15-1-2003)
66/2002-CN	227/2002-CN (nº 890/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 4.186.514,00, em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotação consignada no orçamento vigente.	Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
68/2002-CN	232/2002-CN (nº 902/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 14.997.502,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 144/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. José Borba Transformado na Lei nº 10.616, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
70/2002-CN	239/2002-CN (nº 912/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 1.843.369.241,00 e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R\$ 2.367.078.669,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 135/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Sen. Roberto Saturnino Transformado na Lei nº 10.617, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
71/2002-CN	240/2002-CN (nº 913/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 1.753.297.047,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 136/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Sen. Roberto Saturnino Transformado na Lei nº 10.618, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
73/2002-CN	242/2002-CN (nº 915/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 105.232.872,00, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 137/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Juquinha Transformado na Lei nº 10.619, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
76/2002-CN	246/2002-CN (nº 929/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor de diversas empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 416.466.087,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas, no valor global de R\$ 767.330.212,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 163/2002-CN (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pauderney Avelino Transformado na Lei nº 10.631, de 27-12-2002 (DOU 27-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
77/2002-CN	247/2002-CN (nº 930/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 78.540.619,00, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 138/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Sen. Romero Jucá Transformado na Lei nº 10.620, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
78/2002-CN	248/2002-CN (nº 931/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 74.400.000,00, em favor da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral, para os fins que especifica.	Parecer nº 139/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Sen. Romero Jucá Transformado na Lei nº 10.621, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
82/2002-CN	252/2002-CN (nº 935/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, no valor global de R\$ 28.205.505,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 121/2002-CN (DCN 28-12-2002) Relator: Dep. Roberto Balestra Transformado na Lei nº 10.622, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
84/2002-CN	254/2002-CN (nº 937/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 421.406.564,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 166/2002-CN (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Márcio Reinaldo Moreira Transformado na Lei nº 10.632, de 27-12-2002 (DOU 27-12-2002)
86/2002-CN	256/2002-CN (nº 939/2002, na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R\$ 6.294.845,00, para os fins que especifica.	Parecer nº 145/2002-CN (DSF 11-12-2002) Relator: Dep. João Ribeiro Transformado na Lei nº 10.623, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
89/2002-CN	259/2002-CN (nº 942/2002, na origem)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 97.825.663,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 141/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Pauderney Avelino Transformado na Lei nº 10.627, de 24-12-2002 (DOU 26-12-2002)
91/2002-CN	261/2002-CN (nº 944/2002, na origem)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 4.459.032.102,00 em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 151/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Anivaldo Vale Transformado na Lei nº 10.624, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
92/2002-CN	262/2002-CN (nº 945/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 93.234.000,00, em favor da Justiça Federal para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 146/2002-CN (DSF 11-12-2002) Relator: Dep. Eujácio Simões Transformado na Lei nº 10.625, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)
93/2002-CN	263/2002-CN (nº 946/2002, na origem)	Abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de R\$ 250.072.546,00 para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 147/2002-CN (DSF 11-12-2002) Relator: Dep. Roberto Balestra Transformado na Lei nº 10.629, de 26-12-2002 (DOU 27-12-2002)
96/2002-CN	266/2002-CN (nº 949/2002, na origem)	Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 195.335.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 140/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Márcio Fortes Transformado na Lei nº 10.626, de 23-12-2002 (DOU 24-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
100/2002-CN	270/2002-CN (nº 953/2002, na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 22.232.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	Parecer nº 142/2002-CN (DCN 6-12-2002) Relator: Dep. Gonzaga Patriota Transformado na Lei nº 10.630, de 26-12-2002 (DOU 27-12-2002)

SÚMULA

Total de Projetos de Lei.....	24
- aprovados e sancionados.....	20
- em tramitação.....	04
- Pareceres numerados proferidos pela Comissão Mista e publicados no Diário do Congresso Nacional e Diário do Senado Federal.....	21

2 - Projetos de Decreto Legislativo (PDN)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
72/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo Reforma de Edifícios-Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal no Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 30.909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal.	Como conclusão do Parecer nº 143/2002-CN, da CMO. (DSF 12-12-2002) Relator: Dep. Gilmar Machado Decreto Legislativo nº 81/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
73/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, para os contratos nºs PG-221/2000-00, PG-288/00-00, PD-16001/2001, PD-16002/2001, PD-16003/2001, PG-127/2001-00 e PG-250/2000-00, vinculados ao Programa de Trabalho 26.782.0233.5727.0001 – Adequação de Trechos Rodoviários no corredor Mercosul – BR-101/376/SC – Divisa PR/SC – Palhoça.	Como conclusão do Parecer nº 148/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 82/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
74/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a exclusão da obra de Canalização do Canal de Bodocongó em Campina Grande, Estado da Paraíba, do Anexo VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.	Como conclusão do Parecer nº 155/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 83/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
75/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Determina a paralisação da execução orçamentária e financeira da dotação consignada no orçamento fiscal da União para 2002 do subtítulo 20.607.0379.1836.0041 – Implantação de Projetos de Irrigação – Canal Adutor Sistema Curema-Mãe D'Água, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 156/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 84/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
76/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Determina a paralisação da execução orçamentária e financeira da dotação consignada no orçamento fiscal da União para 2002 do subtítulo 20.607.0379.1836.0054 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Várzea do Sousa, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 157/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 85/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
77/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a exclusão da obra de Infra-estrutura de Irrigação Piancó III, no Estado da Paraíba, do Anexo VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, identificada no exercício de 2001 pela rubrica 20.607.0379.1836.0130 – Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum/Infra-Estrutura de Irrigação Piancó III, no Estado da Paraíba.	Como conclusão do Parecer nº 158/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Pedro Chaves Decreto Legislativo nº 86/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
78/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0237.5710.0023 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-070/GO – Cocalzinho-Aragarças, da Unidade Orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 160/2002-CN, da CMO. (DSF 10-12-2002) Relator: Dep. Olavo Calheiros Decreto Legislativo nº 87/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
79/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a liberação de recursos consignados no Orçamento Fiscal da União para 2002 para a obra Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins - BR 226/MA - Timon - Porto Franco, da Unidade Orçamentária 39.252 - DNIT.	Como conclusão do Parecer nº 169/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Dr. Rosinha Decreto Legislativo nº 88/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
80/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a liberação de recursos para a obra Fundação Amadeu Filomeno - Construção de Hospital em Itapipoca/CE, no âmbito da Unidade Orçamentária 36.901 - Fundo Nacional de Saúde.	Como conclusão do Parecer nº 170/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. João Leão Decreto Legislativo nº 91/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
81/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Determina a suspensão e autoriza a execução de contratos, no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 14.421.0661.1844.0054: Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais – No Estado do Mato Grosso do Sul, da Unidade Orçamentária 30.907 – Fundo Penitenciário Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 171/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Sen. Moreira Mendes Decreto Legislativo nº 96/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
82/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Duplicação da Adutora do São Francisco no Estado de Sergipe, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério de Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 172/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. José Borba Decreto Legislativo nº 92/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
83/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a liberação de recursos do Orçamento Fiscal da União para 2002 para a execução de contrato e convênio relativos à obra Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária – Construção do Aeroporto de Palmas – No Estado do Tocantins, da Unidade Orçamentária 51.101 - Embratur.	Como conclusão do Parecer nº 173/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. João Almeida Decreto Legislativo nº 93/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
84/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a liberação de recursos consignados no Orçamento Fiscal da União para 2002 para execução de contratos relativos ao subtítulo 25.752.0291.3243.0016 – Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá (520 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 339 MVA) – No Estado do Amapá, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte.	Como conclusão do Parecer nº 174/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz Decreto Legislativo nº 97/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0517.3641.0011 – Pavimentação de Rodovias Estaduais de Rondônia – no Estado de Rondônia, da Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.	Como conclusão do Parecer nº 175/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Luciano Castro Decreto Legislativo nº 94/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
86/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Autoriza a execução de contratos no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002, no subtítulo 06.181.0664.7803.0001 – Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia – Nacional, da Unidade Orçamentária 30.909 -Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fins da Polícia Federal.	Como conclusão do Parecer nº 176/2002-CN, da CMO. (DCN 20-12-2002) Relator: Sen. Ronaldo Cunha Lima Decreto Legislativo nº 95/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
87/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, para o contrato A.JUR 045/96, vinculado ao Programa de Trabalho 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT.	Parecer Oral (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Pauderney Avelino Decreto Legislativo nº 89/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)
88/2002-CN	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Exclui a vedação constante do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, para o contrato A.JUR 045/96, vinculado ao Programa de Trabalho 26.782.0237.5710.0005 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins BR-158/PA – Entroncamento BR-230 (Altamira) – Divisa PA/MT.	Parecer Oral (DCN 20-12-2002) Relator: Dep. Giovanni Queiroz Decreto Legislativo nº 90/2002-CN (public. no DOU-E 20-12-2002)

SÚMULA

Total dos Projetos de Decreto Legislativo	17
- transformados em Decreto Legislativo do Congresso Nacional....	17

3 - Projetos de Resolução (PRN)

a) De Sessões Legislativas anteriores

Nº	Autor	Ementa	Resultado
----	-------	--------	-----------

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/85-CN	Dep. Francisco Amaral e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação.
5/89-CN	Dep. Antonio Carlos Konder Reis e outros Senhores Congressistas	Altera o Regimento Comum - Resolução nº 1, de 1970-CN, alterada pelas Resoluções nº 2, de 1972-CN e nº 2, de 1980-CN.	Em tramitação.
1/90-CN	Dep. Aluizio Campos e outros Senhores Congressistas	Altera disposições do Regimento Comum sobre a delegação legislativa.	Em tramitação.
3/95-CN	Sen. José Eduardo Dutra e outros Senhores Congressistas	Regulamenta a escolha de membros do Conselho de Comunicação Social pelo Congresso Nacional.	Em tramitação.
10/95-CN	Oriundo do PLS nº 47/95.	Institui prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)
1/97-CN	Sen. Sebastião Rocha e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Mista Permanente de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
1/98-CN	Sen. Odacir Soares e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, introduzindo o exame de adequação financeira e orçamentária no Congresso Nacional.	Em tramitação.
3/98-CN	Sen. Mauro Miranda e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para acrescentar regras sobre a apresentação de emendas coletivas.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/99-CN	Mesa da Câmara dos Deputados	Regulamenta os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506, de 1997.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)
3/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Institui com base no art. 128 do Regimento Comum, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista de Moeda e crédito, de caráter permanente.	Em tramitação
4/99-CN	Sen. Paulo Souto e outros Senhores Congressistas	Acrescenta inciso IIIA ao art. 16 da Resolução nº 2, de 1995-CN, para estabelecer relação de correspondência entre o custo total e o tempo de execução dos subprojetos decorrentes de emendas à proposta de lei orçamentária anual.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
5/99-CN	Sen. Ademir Andrade e outros Senhores Congressistas	Suprime o § 2º e altera a redação do § 3º, ambos do art. 45 da Resolução nº 1, de 1970-CN - Regimento Comum.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
6/99-CN	Sen. Osmar Dias e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, restabelecendo a obrigatoriedade da renovação dos membros titulares da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	Em tramitação
7/99-CN	Dep. Miro Teixeira e outros Senhores Congressistas	Inclui artigo na Resolução nº 1, de 1970-CN. (<i>"Art. 9º-A. Na constituição das Comissões Mistas, na eleição de seus Presidentes e Vice-Presidentes, bem como na designação dos Relatores e dos Relatores substitutos assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem do Congresso Nacional assim como a alternância entre as Casas que o compõem."</i>)	Em tramitação
1/2000-CN	Dep. José Roberto Batochio e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre a apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/2000-CN	Sen. Maguito Vilela e outros Senhores Congressistas	Institui a Comissão Permanente do Congresso Nacional destinada a acompanhar e fiscalizar as ações destinadas à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais e regionais.	Em tramitação
4/2000-CN	Sen. Pedro Piva e outros Senhores Congressistas	Extingue a figura das Emendas Individuais ao Orçamento da União e cria o instituto das Emendas Partidárias, alterando a redação do Art. 15, revogando o Art. 19 e acrescentando inciso ao Art. 20 da Resolução 02, de 1995-CN.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
5/2000-CN	Sen. Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e sobre a tramitação de matérias a que se refere o mesmo artigo.	Em tramitação
6/2000-CN	Dep. Giovanni Queiroz e outros Senhores Congressistas	Altera de dez para quinze o número de emendas coletivas de bancadas estaduais, de que trata o art. 20 da Resolução nº 2, de 1995-CN e dá outras providências	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
1/2001-CN	Dep. Alcione Athayde e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre o hasteamento das Bandeiras dos Estados e do Distrito Federal no gramado do Congresso Nacional.	Lida a fala de arquivamento do projeto, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002. (sessão do Senado Federal de 20-12-2002) Ao Arquivo
2/2001-CN	Dep. Antonio Joaquim Araújo e outros Senhores Congressistas	Institui o hasteamento das Bandeiras Nacional, dos Estados e do Distrito Federal, nas imediações do Congresso Nacional.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
3/2001-CN	Dep. Paulo Magalhães e outros Senhores Congressistas	Altera a Resolução nº 2, de 1995-CN. que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para instituir a Subcomissão de Combate à Pobreza.	Em tramitação
4/2001-CN	Dep. Luiz Carlos Haully e outros Senhores Congressistas	Acrescenta parágrafos ao art. 4º da Resolução nº 1, de 1989-CN, que "Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal".	Em tramitação
6/2001-CN	Sen. Ney Suassuna e outros Senhores Congressistas	Denomina Salão "Senador Antônio Mariz" o Salão Negro do Congresso Nacional".	Em tramitação
8/2001-CN	Dep. Luiz Carlos Haully e outros Senhores Congressistas	Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.833, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação.	Em tramitação na Câmara dos Deputados (Casas Separadas)

b

b) Da presente Sessão Legislativa

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/2002-CN	Das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	Altera o artigo 43 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional. (Apreciação de decreto legislativo autorizativo da execução de dotação constante da lei orçamentária anual sob condição suspensiva).	Em tramitação

SÚMULA

Total dos Projetos de Resolução	26
- de sessões legislativas anteriores	25
- da presente sessão legislativa	01
- arquivados.....	07
- em tramitação.....	19

4 - Medidas Provisórias (MP)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.156-5, public. em 27-8-2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. No DOU de 3-6-2002, Decreto nº 4.253, de 31-5-2002, que “Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.”
2.157-5, public. em 27-8-2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. No DOU de 3-6-2002, Decreto nº 4.254, de 31-5-2002, que “Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, e dá outras providências.”
2.158-35, public. em 27-8-2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.159-70, public. em 27-8-2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.160-25, public. em 24-8-2001	522/2001-CN (nº 878/2001, na origem)	Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário e acresce dispositivo à lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para instituir a alienação fiduciária em garantia de coisa fungível ou de direito.	Em tramitação	(*)
2.161-35, public. em 24-8-2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.162-72, public. em 24-8-2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.163-41, public. em 24-8-2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Em tramitação	(*)
2.164-41, public. em 27-8-2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.165-36, public. em 24-8-2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.166-67, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	<p>Em tramitação</p> <p>*Parecer nº 39/99-CN- Admissibilidade (DSF 12-11-99), oferecido à MP 1.885-42 reeditada até a 1.885-43 e revogada pela MP 1.956-44 e reeditada até a 1.956-57 e revogada pela MP 2.080-58 reeditada até 2.080-64</p> <p>*Parecer nº 12/2000-CN- Mérito - PLV nº 5/2000 (DSF 11-5-2000), oferecido à MP 1.956-49 reeditada até a 1.956-57 e revogada pela MP 2.080-58 reeditada até a 2.080-64</p> <p><u>OBS:</u> Parecer nº 12/2000-CN Mérito, foi convalidado até a MP 2.166-66, sendo dado outro Parecer de Mérito nº 32/2001-CN e PLV nº 10/2001 à MP 2.166-67, em 11-9-2001 (DSF 12-9-2001). Relator: Dep. Moacir Micheletto</p> <p>*Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.</p>	(*)
2.167-53, public. em 24-8-2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.168-40, public. em 27-8-2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.169-43, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.170-36, public. em 24-8-2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.172-32, public. em 24-8-2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Em tramitação	(*)
2.173-24, public. em 24-8-2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Em tramitação *Parecer nº 2/2001-CN-Admissibilidade (DSF 6-4-2001) e *Parecer nº 3/2001-CN-Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 6-4-2001), oferecidos à MP 2.091-18 reeditada até a 2.091-21 e revogada pela MP 2.173-22. Relator: Sen. Gilberto Mestrinho. *Pareceres convalidados de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.	(*)
2.174-28, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.177-44, public. em 27-8-2001 (Ret. no DOU de 24-9-2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.178-36, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.179-36, public. em 27-8-2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.180-35, public. em 27-8-2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.181-45, public. em 27-8-2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.183-56, public. em 27-8-2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.184-23, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973, 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.185-35, public. em 27-8-2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Em tramitação 2.118-28 *Parecer Oral Mérito (DCN 22-3-2001) Relator: Dep. Armando Monteiro. PLV nº 4/2001 *Parecer convalidado de acordo com o Ofício 103/99-CN, publicado no DSF de 7-5-99, pág. 10573/74.	(*)
2.186-16, public. em 24-8-2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.187-13, public. em 27-8-2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.189-49, public. em 24-8-2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.190-34, public. em 24-8-2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.191-9, public. em 24-8-2001	536/2001-CN (nº 873/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.192-70, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.193-6, public. em 24-8-2001	537/2001-CN (nº 874/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.194-6, public. em 24-8-2001	538/2001-CN (nº 875/2001, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.196-3, public. em 25-8-2001-Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.197-43, public. em 27-8-2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.198-5, public. em 27-8-2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.199-14, public. em 27-8-2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.200-2, public. em 27-8-2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.206-1, public. em 10-9-2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.208, public. em 20-8-2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Em tramitação	(*)
2.209, public. em 30-8-2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Em tramitação	(*)
2.210, public. em 30-8-2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(*)
2.211, public. em 30-8-2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.212, public. em 31-8-2001	588/2001-CN (nº 932/2001, na origem)	Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.213-1, public. em 31-8-2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.214, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Em tramitação	(*)
2.215-10, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. no DOU de 8-4-2002, Decreto nº 4.184, de 5-4-2002, que “Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.”
2.216-37, public. em 1º-9-2001-Ed. Extra (Ret. no DOU de 24-9-2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.217-3, public. em 5-9-2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.220, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.221, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	599/2001-CN (nº 951/2001, na origem)	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.222, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	600/2001-CN (nº 952/2001, na origem)	Dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda, dos planos de benefícios de caráter previdenciário.	Em tramitação	(*)
2.223, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	6012001-CN (nº 953/2001, na origem)	Dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.224, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.225-45, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) Public. no DOU de 9-4-2002, Decreto nº 4.187, de 8-4-2002, que “Regulamenta os arts. 6º e 7º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União, e dá outras providências .”

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
2.226, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acresce dispositivo à Consolidação das leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Em tramitação	(*)
2.227, public. em 5-9- 2001- Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Em tramitação	(*)
2.228-1, public. em 10-9- 2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Em tramitação	(*)
2.229-43, public. em 10-9- 2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação	(*) 2.229-43, foi revogada em parte pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002, public. no DOU de 26-6-2002.
2.230, public. em 10-9- 2001 (Ret. no DOU de 12- 9-2001)	609/2001-CN (nº 964- A/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR e cria a Câmara de Medicamentos.	Em tramitação	(*)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
66, public. em 30-8-2002	191/2002-CN (nº 766/2002, na origem)	Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.	Ato do Presidente da Mesa do CN, de 25-10-2002, public. no DOU de 28-10-2002 (Seção I), cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 32, de 2001, prorrogando o prazo da MP pelo período de 60 dias, a partir de 29-10-2002. Parecer Oral - CD Relator: Dep. Benito Gama	(**) Aprovado o PLV nº 31/2002, na Câmara dos Deputados em 11-12-2002. Aprovado o PLV nº 31/2002 no Senado Federal em 18-12-2002. Convertida na Lei nº 10.637, de 30-12-2002 (DOU-E 31-12-2002-Ed. Extra) (PLV nº 31/2002, vetado parcialmente – MCN nº 347, nº 1.243, na origem – Veto Parcial nº 38/2002)
74, public. em 24-10-2002	225/2002-CN (nº 887/2002, na origem)	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. José Anibal	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 11-12-2002. Aprovada no Senado Federal em 18-12-2002. Convertida na Lei nº 10.608, de 20-12-2002 (DOU-E 23-12-2002)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
75, public. em 25-10-2002	229/2002-CN (nº 893/2002, na origem)	Altera a Legislação Tributária Federal, e dá outras providências.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Osvaldo Biolchi Ato do Presidente da CD, public. no DOU de 19-12-2002 (Seção I). O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada dia 18-12-2002, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002.	(**) Rejeitada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados em 18-12-2002.
76, public. em 28-10-2002	230/2002-CN (nº 894/2002, na origem)	Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Presidente da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Darcísio Perondi	(**) Aprovada na Câmara dos Deputados em 18-12-2002. Aprovada no Senado Federal em 19-12-2002. Convertida na Lei nº 10.609, de 20-12-2002 (DOU-E 23-12-2002)
77, public. em 28-10-2002	231/2002-CN (nº 895/2002, na origem)	Altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências.	Parecer Oral - CD Relator: Dep. Ronaldo Caiado Em tramitação	(**) Aprovado o PLV nº 33/2002, na Câmara dos Deputados em 18-12-2002. A matéria vai ao Senado Federal.
78, public. em 11-11-2002	271/2002-CN (nº 979/2002, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.	Em tramitação	(**) -

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
79, public. em 28-11-2002	273/2002-CN (nº 1.028/2002, na origem)	Dispõe sobre o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional e a exploração comercial da imagem do atleta profissional, impõe vedações ao exercício de cargo ou função executiva em entidade de administração de desporto profissional, fixa normas de segurança nos estádios, adapta o tratamento diferenciado do desporto profissional à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelece diretrizes para o cumprimento da obrigação constante do art. 46-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, altera o art. 8º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -
80, public. em 2-12-2002	275/2002-CN (nº 1.035/2002, na origem)	Altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.	Em tramitação	(**) -
81, public. em 2-12-2002	276/2002-CN (nº 1.036/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$ 17.084.740.385,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(**) -
82, public. em 13-12-2002	299/2002-CN (nº 1.099/2002, na origem)	Dispõe sobre a transferência da União para os Estados e o Distrito Federal, de parte da malha rodoviária sob jurisdição federal, nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -
83, public. em 13-12-2002	300/2002-CN (nº 1.101/2002, na origem)	Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -
84, public. em 13-12-2002	301/2002-CN (nº 1.104/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 10.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(**) -
85, public. em 18-12-2002	303/2002-CN (nº 1.120/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 45.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	(**) -

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado no Congresso	Observação
86, public. em 19-12-2002	309/2002-CN (nº 1.134/2002, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e da Lei nº 10.470, de 25 de junho de 2002, cria cargos efetivos, cria cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.	Em tramitação	(**) -
87, public. em 19-12-2002 (Ed. Extra)	310/2002-CN (nº 1.135/2002, na origem)	Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 780.039.000,00, em favor do Ministério dos Transportes para os fins que especifica.	Em tramitação	(**) -

(*) Emenda Constitucional nº 32, de 2001, public. no DOU de 12-9-2001 –

“Art. 2º - As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional”.

(**) Medidas Provisórias que, em decorrência do disposto no art. 62, § 9º da Constituição Federal, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 32, passaram a tramitar em Casas separadas.

SÚMULA

Total das Medidas Provisórias	76
(¹)- editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32.....	61
(²)- tramitação em Casas separadas (Emenda Constitucional nº 32).....	15
- aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão).....	01
- aprovadas e promulgadas	02
- rejeitadas	01
- em tramitação	72

5 – Requerimentos (RQN)

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
077/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Projeto de Decreto nº 87/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
078/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Aviso nº 92-23/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
079/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Aviso nº 92-112/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
080/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Aviso nº 92-108/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
081/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Aviso nº 92-14/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado
082/2002-CN	19/12/2002	Dep. Ricardo Barros, Vice Líder do Governo no Congresso Nacional e outros Senhores Congressistas.	Urgência para votação do Aviso nº 92-131/2002, do Congresso Nacional, na presente Sessão.	Aprovado

SÚMULA

Total dos Requerimentos.....	06
- aprovados.....	06

D - PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

DEPUTADOS

DEPUTADOS	Proposições Apresentadas			Uso da Palavra				Participação nas Comissões Mistas							
	Requerimento	Projeto de Resolução	Encaminhamento votação	Discussão	Aparte	Pronunciamento	Questão de Ordem	C. M. de Orçamento	C. P. M. de Inquérito	Especiais	Vetos	Medidas provisórias	Pareceres	Relatórios	Mercosul
Abelardo Lupion	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Adão Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Albérico Filho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Alberto Goldman	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
André Benassi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio Carlos Pannunzio	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio do Valle	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Kandir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Babá	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bispo Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Celcita Pinheiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Chico da Princesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Ciro Nogueira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custódio Mattos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Damião Feliciano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Divaldo Suruagy	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eliseu Resende	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Esther Grossi	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Félix Mendonça	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Francisco Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Freire Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Geddel Vieira Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Gerson Peres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Gilmar Machado	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Giovanni Queiroz	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Guilherme Melo	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Haroldo Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Inocência Oliveira	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
João Grandão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
João Mendes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
João Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Jorge Khoury	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
José Antonio Almeida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José Carlos Aleluia	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Fonseca Jr.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
José de Abreu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Julio Semeghini	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Jutahy Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Lael Varella	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Laura Carneiro	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lavoisier Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Márcio Reinaldo Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Mauro Benevides	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauro Lopes	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

E - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados
Designação feita em 9-5-2002 (SF)
Comissão instalada em 15-5-2002

COMPOSIÇÃO:

Presidente: Dep. José Carlos Aleluia
1º Vice-Presidente: Sen. Freitas Neto
2º Vice-Presidente: Dep. Anivaldo Vale
3º Vice-Presidente: Sen. Tião Viana
Relator-Geral da LDO: Sen. João Alberto Souza
Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2003: Sen. Sergio Machado

TITULARES	SENADORES	SUPLENTE
PMDB		
Gilvam Borges	1-Alberto Silva	
Fernando Ribeiro(44)	2-Nabor Júnior (36)(42)(44)	
Gilberto Mestrinho(36)(42)	3-Ney Suassuna	
João Alberto Souza(2)	4-Valmir Amaral	
Sergio Machado	5-Carlos Bezerra	
Marluce Pinto	6- Amir Lando(2)	
PFL		
Mozarildo Cavalcanti	1-José Jorge(33)	
Moreira Mendes	2-Romeu Tuma	
Leomar Quintanilha	3-.Paulo Souto	
Jonas Pinheiro	4-Francelino Pereira	
Antonio Carlos Júnior(7)(20)(34)	5-(vago)(18)	
BLOCO (PSDB-PPB)		
Romero Jucá	1-Ricardo Santos	
Freitas Neto	2-Lúcio Alcântara	
Antero Paes de Barros(15)(41)	3-Lúdio Coelho	
Ronaldo Cunha Lima	4- Benício Sampaio(16)(47)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS) (**)		
Tião Viana	1-Eduardo Suplicy	
Sebastião Rocha	2-Emília Fernandes	
Heloísa Helena	3-Roberto Saturnino	
Osmar Dias	4-José Fogaça	
PSB		
Antonio Carlos Valadares(5)	1- Ademir Andrade(5)	
PTB		
Carlos Patrocínio(40)(45)	1-Wellington Roberto(40)(45)	
(*)PL		
Roberto Saturnino(11)	1-(vago)	

(**) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

TITULARES	DEPUTADOS	SUPLENTE
	PFL	

Antonio Carlos Konder Reis	1-Átila Lins
Aracely de Paula	2-Claudio Cajado
João Ribeiro	3-Francisco Rodrigues
Jorge Khoury	4-Gerson Gabrielli
José Carlos Aleluia	5-Gervásio Silva
Luciano Castro	6-(vago)(35)(49)
Mussa Demes	7-José Carlos Fonseca Jr.
Neuton Lima	8-José Thomaz Nonô
Oswaldo Coelho	9-Lael Varella
Pedro Fernandes	10-Laura Carneiro
Santos Filho	11-Paes Landim
Pauderney Avelino(27)	12-José Rocha(4)

PSDB

Anivaldo Vale	1-Júlio Semeghini (9)(32)(50)
Armando Abílio	2-Carlos Batata
Arnon Bezerra	3-Nárcio Rodrigues(24)
Sérgio Guerra(22)(23)	4-Custódio Mattos
Danilo de Castro	5-Domiciano Cabral
João Almeida	6-Helenildo Ribeiro
Alexandre Santos(25)	7-Lúcia Vânia
Alberto Goldman(9)	8-Raimundo Gomes de Matos(43)
Ricarte de Freitas	9-Jovair Arantes(10)
Nilo Coelho(10)	10-Paulo Mourão
Paulo Kobayashi(32)	11-Sérgio Barros
Márcio Fortes(26)	12-Vicente Caropreso

PMDB

Aníbal Gomes	1-Coriolano Sales
Antonio do Valle	2-Darcísio Perondi
Eunício Oliveira	3-Gastão Vieira
João Matos	4-Jonival Lucas Júnior
José Borba	5-Jorge Alberto
José Chaves	6-Oswaldo Reis
José Priante	7-Zé Gomes da Rocha(3)
Milton Monti	8-Renato Vianna
Olavo Calheiros	9-Silas Brasileiro
Pedro Novais	10-Waldemir Moka
Zé Gomes da Rocha	11-Zé Índio

PT

Carlito Merse	1-Professor Luizinho
Dr. Rosinha	2-Tarcísio Zimmermann
Gilmar Machado	3-Telma de Souza
João Coser	4-Walter Pinheiro
João Grandão	5-Virgílio Guimarães(8)
Jorge Bittar	6-José Pimentel(17)
João Magno	7-Pedro Celso(19)

PPB

Almir Sá(6)(13)	1.Cleonânicio Fonseca
Francisco Dornelles	2.João Pizzolatti
João Leão	3.João Tota
Márcio Reinaldo Moreira	4.José Janene(37)
Pedro Henry	5.Ricardo Barros
Roberto Balestra	6-Nelson Meurer(14)

PTB

Félix Mendonça	1-Eduardo Seabra(48)
Edir Oliveira(21)(28)	2-Zila Bezerra(31)
José Carlos Elias	3-Josué Bengtson
Iberê Ferreira(29)	4-Romeu Tuma

BLOCO (PDT-PPS)

Airton Cascavel	1-João Herrmann Neto(30)(38)
Airton Dipp	2-Fernando Coruja
Giovanni Queiroz	3-Rubens Bueno
Clementino Coelho(12)(30)(38)	4-Pompeo Mattos(46)

BLOCO (PL-PSL)

Welinton Fagundes (1)	1-Alceste Almeida
Eujácio Simões	2-João Caldas
Juquinha	3-Robério Araújo

BLOCO (PSB-PC do B)

Alexandre Cardoso	1-Agnelo Queiroz
Gonzaga Patriota	2-Givaldo Carimbão
Sérgio Miranda	3-Tânia Soares

PST

Divaldo Suruagy	1-Mauro Lopes (39)
-----------------	--------------------

(*)PTN

José de Abreu	1-(vago)
---------------	----------

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

- (1) Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro pelo Dep. Welinton Fagundes (T), em 10-5-2002 – **Bloco (PL-PSL)** - (CD)
- (2) Remanejamento do Sen. João Alberto Souza para titular e do Sen. Amir Lando para suplente, em 15-5-2002 – **PMDB** - (SF)
- (3) Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente, em 15-5-2002 – **PMDB** - (CD)
- (4) Substituição do Dep. Paulo Braga pelo Dep. José Rocha (S), em 15-5-2002 – **PFL** - (CD)
- (5) Remanejamento do Sen. Antonio Carlos Valadares para titular e do Sen. Ademir Andrade para suplente, em 16-5-2002 – **PSB** - (SF)
- (6) Substituição do Dep. Almir Sá pelo Dep. Nelson Meurer (T), em 21-5-2002 – **PPB** - (CD)
- (7) Substituição do Sen. José Jorge pelo Sen. Adir Gentil (T), em 28-5-2002 – **PFL** - (SF)
- (8) Indicação do Dep. Virgílio Guimarães (S), em 4-6-2002 – **PT** - (CD)
- (9) Remanejamento do Dep. Alberto Goldman para titular e do Dep. Paulo Kobayashi para suplente, em 5-6-2002 – **PSDB** - (CD)
- (10) Substituição do Dep. Roberto Rocha pelo Dep. Nilo Coelho (T), e do Dep. Nilo Coelho pelo Dep. Jovair Arantes (S), em 5-6-2002 – **PSDB** - (CD)
- (11) Substituição do Sen. José Alencar pelo Sen. Roberto Saturnino (T), em 11-6-2002 – **PL** - (SF)
- (12) Substituição do Dep. João Herrmann Neto pelo Dep. Clementino Coelho (T), em 12-6-2002 – **Bloco (PDT/PPS)** - (CD)
- (13) Substituição do Dep. Nelson Meurer pelo Dep. Almir Sá (T), em 19-6-2002 – **PPB** - (CD)
- (14) Indicação do Dep. Nelson Meurer (S), em 19-6-2002 – **PPB** - (CD)
- (15) Substituição do Sen. Antero Paes de Barros pelo Sen. Benício Sampaio (T), em 20-6-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (16) Indicação do Sen. Luiz Otávio (S), em 20-6-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (17) Indicação do Dep. José Pimentel (S), em 8-10-2002 – **PT** - (CD)
- (18) Substituição do Sen. Geraldo Althoff pelo Sen. José Jorge (S), em 10-10-2002 – **PFL** - (SF)
- (19) Indicação do Dep. Pedro Celso (S), em 16-10-2002 – **PT** - (CD)
- (20) Substituição do Sen. Adir Gentil pelo Sen. José Jorge (T), em 16-10-2002 – **PFL** - (SF)
- (21) Desligamento do Dep. Íris Simões conforme Ofício nº P-157/2002-CMO, de 6-6-2002 – **PTB** - (CD)
- (22) Desligamento do Dep. Basílio Villani conforme Ofício nº P-158/2002-CMO, de 6-6-2002 – **PSDB** - (CD)
- (23) Indicação do Dep. Sérgio Guerra (T), em 25-10-2002 - **PSDB** - (CD)
- (24) Substituição do Dep. Chiquinho Feitosa pelo Dep. Nárcio Rodrigues (S), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (25) Substituição do Dep. Paulo Feijó pelo Dep. Alexandre Santos (T), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (26) Substituição do Dep. Sérgio Carvalho pelo Dep. Márcio Fortes (T), em 25-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (27) Substituição do Dep. Wilson Braga pelo Dep. Pauderney Avelino (T), em 29-10-2002 – **PFL** - (CD)
- (28) Indicação do Dep. Edir Oliveira (T), em 30-10-2002 - **PTB** - (CD)
- (29) Substituição da Dep. Zila Bezerra pelo Dep. Iberê Ferreira (T), em 30-10-2002 – **PTB** - (CD)
- (30) Remanejamento do Dep. João Herrmann Neto para titular e do Dep. Clementino Coelho para suplente, em 30-10-2002 – **Bloco (PDT/PPS)** - (CD)
- (31) Indicação da Dep. Zila Bezerra (S), em 30-10-2002 - **PTB** - (CD)
- (32) Remanejamento do Dep. Paulo Kobayashi para titular e do Dep. Sampaio Dória para suplente, em 31-10-2002 – **PSDB** - (CD)
- (33) Substituição do Sen. Antonio Carlos Júnior pelo Sen. José Jorge (S), em 5-11-2002 – **PFL** - (SF)
- (34) Substituição do Sen. José Jorge pelo Sen. Antonio Carlos Júnior (T), em 5-11-2002 – **PFL** - (SF)
- (35) Substituição do Dep. José Carlos Coutinho pelo Dep. Wilson Braga (S), em 6-11-2002 – **PFL** - (CD)
- (36) Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para titular e do Sen. Gilberto Mestrinho para suplente, em 6-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (37) Indicação do Dep. José Janene (S), em 7-11-2002 - **PPB** - (CD)
- (38) Remanejamento do Dep. Clementino Coelho para titular e do Dep. João Herrmann Neto para suplente, em 7-11-2002 – **Bloco (PDT/PPS)** - (CD)
- (39) Indicação do Dep. Mauro Lopes (S), em 7-11-2002 - **PST** - (CD)

- (40) Remanejamento do Sen. Wellington Roberto para titular e do Sen. Carlos Patrocínio para suplente, em 11-11-2002 – **PTB** - (SF)
- (41) Substituição do Sen. Benício Sampaio pelo Sen. Antero Paes de Barros (T), em 11-11-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (42) Remanejamento do Sen. Gilberto Mestrinho para titular e do Sen. Fernando Ribeiro para suplente, em 11-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (43) Substituição do Dep. Luiz Ribeiro pelo Dep. Raimundo Gomes de Matos (S), em 11-11-2002 – **PSDB** - (CD)
- (44) Remanejamento do Sen. Fernando Ribeiro para titular e do Sen. Nabor Júnior para suplente, em 12-11-2002 – **PMDB** - (SF)
- (45) Remanejamento do Sen. Carlos Patrocínio para titular e do Sen. Wellington Roberto para suplente, em 13-11-2002 – **PTB** - (SF)
- (46) Indicação do Dep. Pompeo de Mattos (S), em 13-11-2002 – **Bloco (PDT/PPS)** – (CD)
- (47) Substituição do Sen. Luiz Otávio pelo Sen. Benício Sampaio (S), em 22-11-2002 – **Bloco (PSDB/PPB)** - (SF)
- (48) Substituição do Dep. Fernando Gonçalves pelo Dep. Eduardo Seabra (S), em 27-11-2002 – **PTB** - (CD)
- (49) Desligamento do Dep. Wilson Braga (S), em 6-12-2002 - **PFL** - (CD)
- (50) Substituição do Dep. Sampaio Dória pelo Dep. Júlio Semeghini (S), em 18-12-2002 – **PSDB** - (CD)

Mapa de publicação das atas das reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização realizadas na 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Reunião	Natureza	Data	Publicação do DCN		
			Número	Data	Página
20ª Ordinária	Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias: - Projetos de Lei de créditos adicionais; - Avisos do Congresso Nacional (obras com indícios de irregularidades); - Relatórios Setoriais referentes às Áreas Temáticas da Proposta Orçamentária para 2003.	3, 4, 5, 9, 10, 11, 12 e 17-12-2002	-	Aguardando publicação	-
9ª Extraordinária	Apreciação do relatório Final, Adendo e Errata apresentados à Proposta Orçamentária para 2003. Apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Final. Apreciação do Relatório sobre a Reestimativa das receitas. Apreciação do Quadro de obras com indícios de irregularidades graves. Apreciação dos Avisos do Congresso Nacional.	17, 18, e 19-12-2002	-	Aguardando publicação	-

V - COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(Período de 17.12.2002 a 14.02.2003)

Composição

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, nos termos do disposto do § 4º do art. 58 da Constituição Federal, eleita em 13-12-2002, em suas Casas e publicada no Diário do Senado Federal de 14-12-2002, para exercer seu mandato no período de 17 de dezembro de 2002 a 14 de fevereiro de 2003, conforme comunicação da Presidência, ficou assim constituída:

Senadores

Titulares		Suplentes
Ramez Tebet	<u>PMDB</u>	1.Juvêncio da Fonseca
Renan Calheiros		2.Gilberto Mestrinho
Edison Lobão	<u>PFL</u>	1.José Agripino
Mozarildo Cavalcanti		2.Romeu Tuma
Geraldo Melo	<u>Bloco(PSDB/PPB)</u>	1.Eduardo Siqueira Campos
Heloísa Helena	<u>Bloco Oposição (PT/PPS)</u>	1.Geraldo Cândido
Arlindo Porto-PTB	<u>PTB,PDT,PSB e PL</u>	1.Carlos Patrocínio-PTB
Osmar Dias-PDT		2.Ademir Andrade-PSB

Deputados

Titulares		Suplentes
Aracely de Paula	<u>PFL</u>	1.Clóvis Queiroz
Francisco Rodrigues		2.Francisco Coelho
Paes Landim		3.Paulo Octávio
Jovair Arantes	<u>PSDB</u>	1.Custódio Mattos
Márcio Fortes		2.Pedro Canedo
Sebastião Madeira		3.Rafael Guerra
Barbosa Neto	<u>PMDB</u>	1.Milton Monti
Glycon Terra Pinto		2.Pedro Novais
José Borba		3.Tadeu Filippelli
João Grandão	<u>PT</u>	1.Jorge Bittar
Virgílio Guimarães		2.Walter Pinheiro
Márcio Reinaldo Moreira	<u>PPB</u>	1.Almerinda de Carvalho
Nilton Capixaba	<u>PTB</u>	1.Ricardo Izar
Fernando Coruja		<u>Bloco(PDT/PPS)</u>

Bispo Rodrigues	<u>Bloco(PL/PSL)</u> 1.Welinton Fagundes
Agnelo Queiroz	<u>Bloco(PSB/PC do B)</u> 1.Vago
Vago	<u>PTN</u> 1.Vago

Obs.: A Comissão não foi instalada.

Posse dos Senhores Presidente e
Vice-Presidente da República

A - ATO CONVOCATÓRIO

“O Presidente do Senado Federal, nos termos do inciso I, *in fine*, do § 6º do art. 57, combinado com o art. 82 da Constituição Federal, faz saber que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene destinada a receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, eleitos em 27 de outubro do corrente ano, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 2003, às quinze horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 2002
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal”

B - SESSÃO CONJUNTA SOLENE

Destinada a receber o compromisso e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República.

B.1 - compuseram a Mesa: à direita do Presidente Ramez Tebet; o Presidente da República eleito Senhor Luiz Inácio Lula da Silva; o Presidente da Câmara dos Deputados Efraim Morais; o Segundo Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional Senador Antonio Carlos Valadares e o Primeiro-Secretário da Mesa do Congresso Nacional Deputado Severino Cavalcanti; à sua esquerda: o Vice-Presidente da República eleito Senhor José Alencar Gomes da Silva; o Presidente do Supremo Tribunal Federal Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello; o Segundo-Secretário da Mesa do Congresso Nacional Senador Antero Paes de Barros, e o Terceiro-Secretário da Mesa do Congresso Nacional Deputado Paulo Rocha.

B.2 - compromisso prestado pelos Senhores Presidente e Vice-Presidente da República:

“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.